



# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2515

Quarta-feira - 02 de Maio de 2018

Florianópolis/SC

## Sumário

### Municípios

Agronômica .....	3	Herval d'Oeste .....	192	Rio dos Cedros .....	435
Água Doce .....	4	Ibicaré .....	193	Rio do Sul .....	421
Anchieta .....	6	Ilhota .....	194	Rio Fortuna .....	437
Antônio Carlos .....	8	Imbituba .....	198	Romelândia .....	438
Arroio Tinta .....	11	Indaial .....	199	Santa Helena .....	439
Ascurra .....	15	Ipumirim .....	200	Santa Rosa de Lima .....	440
Balneário Rincão .....	25	Iraceminha .....	203	Santa Terezinha do Progresso .....	441
Bandeirante .....	26	Irineópolis .....	204	Santiago do Sul .....	443
Biguaçu .....	27	Itá .....	205	São Bento do Sul .....	444
Bom Retiro .....	59	Itapiranga .....	206	São Bernardino .....	499
Brusque .....	65	Jacinto Machado .....	212	São Francisco do Sul .....	519
Caçador .....	77	Joaçaba .....	213	São João Batista .....	531
Caibi .....	80	Laguna .....	263	São João do Oeste .....	533
Campo Alegre .....	81	Lauro Muller .....	265	São Joaquim .....	535
Campo Erê .....	83	Luzerna .....	266	São José .....	557
Campos Novos .....	84	Major Vieira .....	310	São José do Cedro .....	560
Canoinhas .....	85	Maracajá .....	311	São Lourenço do Oeste .....	570
Capinzal .....	93	Maravilha .....	312	São Miguel da Boa Vista .....	576
Caxambu do Sul .....	95	Marema .....	313	São Miguel do Oeste .....	577
Chapecó .....	96	Meleiro .....	326	Saudades .....	582
Cocal do Sul .....	98	Modelo .....	332	Schroeder .....	636
Concórdia .....	99	Morro Grande .....	334	Seara .....	643
Coronel Freitas .....	106	Navegantes .....	337	Serra Alta .....	647
Coronel Martins .....	107	Nova Itaberaba .....	340	Siderópolis .....	649
Cunha Porã .....	110	Novo Horizonte .....	341	Sul Brasil .....	650
Cunhataí .....	111	Orleans .....	342	Tangará .....	651
Curitibanos .....	113	Otacílio Costa .....	354	Tigrinhos .....	657
Descanso .....	124	Palhoça .....	355	Tijucas .....	658
Dionísio Cerqueira .....	126	Palma Sola .....	379	Timbó .....	659
Doutor Pedrinho .....	128	Papanduva .....	383	Três Barras .....	675
Faxinal dos Guedes .....	130	Paraíso .....	384	Treze Tilias .....	676
Flor do Sertão .....	131	Passos Maia .....	387	Trombudo Central .....	677
Formosa do Sul .....	136	Peritiba .....	392	Tunápolis .....	679
Forquilha .....	137	Pescaria Brava .....	395	Turvo .....	681
Fraiburgo .....	139	Pinheiro Preto .....	396	Urubici .....	682
Garopaba .....	146	Pomerode .....	402	Urussanga .....	683
Gaspar .....	176	Ponte Alta do Norte .....	403	Vargeão .....	685
Grão Pará .....	180	Ponte Serrada .....	405	Vidal Ramos .....	687
Guaraciaba .....	184	Porto Belo .....	412	Videira .....	688
Guaramirim .....	185	Pouso Redondo .....	413	Vitor Meireles .....	697
Guarujá do Sul .....	190	Presidente Castello Branco .....	414	Xanxerê .....	698
Guatambú .....	191	Princesa .....	416	Xavantina .....	699

### Associações

AMERIOS .....	700
---------------	-----

### Consórcios

ARIS .....	701	CIMCATARINA .....	704	CIS/AMMVI .....	711
CIGA .....	701	CIMVI .....	705	CIS/AMOSC .....	715





# Diário Oficial dos Municípios

## de Santa Catarina

Edição Nº 2515

Quarta-feira - 02 de Maio de 2018

Florianópolis/SC

### Sumário

CIGAMERIOS .....	715
CIS/AMERIOS .....	716



# Agrônômica

## PREFEITURA

### AVISO DO PREGÃO 22/2018

Publicação Nº 1608913

Prefeitura Municipal de Agrônômica – Santa Catarina

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 025/2018

PREGAO PRESENCIAL Nº PR022/2018

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO/MATERIAL PERMANENTE (UM VEÍCULO 0KM) PARA O MUNICÍPIO DE AGRÔNOMICA

Abertura dos envelopes e sessão do pregão: 14/05/2018 às 08:30h.  
Local: Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Agrônômica na Rua 7 de Setembro, 215, Centro.Local para a obtenção do edital: na Prefeitura, ou pelo site [www.agronomica.sc.gov.br](http://www.agronomica.sc.gov.br).

Maiores informações: (47) 3542-0166.

Agrônômica-Santa Catarina, 2 de maio de 2018.

CESAR LUIZ CUNHA

Prefeito em Exercício

### Decreto Nº 025/2018

Publicação Nº 1608171

DECRETO N.º 025/2018 DE 02 DE MAIO DE 2018.

"APROVA REGULAMENTO DO CAMPEONATO MUNICIPAL DE FUTEBOL DE CAMPO 2018".

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal de Agrônômica Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI, do Art. 79, da Lei Orgânica Municipal,  
DECRETA:

Art. 1º- Fica aprovado o regulamento do Campeonato Municipal de Futebol de Campo 2018 de Agrônômica, conforme ata realização do congresso técnico do dia 29 (vinte e nove) de março de 2018.

Art. 2º- As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, correrão por conta de dotação do orçamento do órgão :

04.01-Departamento Municipal de Educação

2.18-Manutenção da Divisão de Esportes

3.3.90.00.00.00 – Aplicações Diretas (47)

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 02 de maio de 2018.

CESAR LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na presente data

FRANCISCO ALEXANDRE DUARTE NETO

Diretor de Administração e Finanças

### Nº126/2018

Publicação Nº 1608900

PORTARIA N.º 126/2018 DE 02 DE MAIO DE 2018.

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal de Agrônômica Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar n.º 01 de 31/10/90 e suas alterações posteriores e,

Considerando que cabe ao município editar e fazer cumprir normas gerais sobre o funcionamento interno/externo no âmbito da

administração pública municipal,

Considerando o disposto no Art. 37, item I, da Lei Complementar n.º 01/90 de 31/10/90 e suas alterações posteriores, Estatuto dos servidores públicos municipais de Agrônômica,

Considerando atendimento o requerimento protocolizado nesta municipalidade da servidora municipal Sra. JOICE NICOLETTI ZANELLA, matrícula n.º 644 ocupante de cargo de provimento Temporário de Agente comunitário de saúde e lotação no Departamento de SAÚDE.

#### RESOLVE:

1-) Fica concedido exoneração a pedido, de seu cargo e funções e a partir de 02/05/2018, (dois de maio de dois mil e dezoito), para a servidora municipal Sra. JOICE NICOLETTI ZANELLA, matrícula n.º 644 ocupante de cargo de provimento Temporário de Agente comunitário de saúde e lotação no Departamento de SAÚDE.

2-) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, em 02 de maio de 2018.

CESAR LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

# Água Doce

## PREFEITURA

**163/2018**

Publicação Nº 1608598

PORTARIA Nº 163/2018 – DE 30 DE ABRIL DE 2018

“CONCEDE ADICIONAL POR GRAU DE INSTRUÇÃO A SERVIDORA QUE MENCIONA”

VILSON ANTONIO VERONA, Prefeito em Exercício, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto no art. 112 da Lei, inciso III da Lei Complementar nº 058/2009

Resolve:

Artigo 1º Conceder a servidora VIVIANE ATAIDE BITTENCOURT, ocupante do cargo efetivo de Técnica em Enfermagem, inscrita sob CPF nº 053.967.699-39, o adicional por grau de instrução no percentual de 10%, vez está acessando o adicional referente ao Curso em nível de Graduação, conforme o artigo 112, III da Lei 058/2009, conforme certificado e parecer anexos.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 30 de abril de 2018.  
VILSON ANTONIO VERONA LILIAN BITTENCOURT CHÜLER  
Prefeito em Exercício Diretora do Dpto Recursos Humanos

**DECRETO Nº 053/2018**

Publicação Nº 1608632

DECRETO Nº 053/2018 – DE 30 DE ABRIL DE 2018

“ANULA O PROCESSO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N. 12/2018, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

VILSON ANTONIO VERONA, Prefeito em Exercício de Água Doce, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos VIII e XXXI, do artigo 72 da Lei Orgânica do Município, combinado com os artigos 3º e 49, da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e,

CONSIDERANDO que o Município instaurou Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 12/2018, visando a aquisição de sistema de ensino para as escolas da rede municipal de ensino, entendendo que metodologia aprovada pelo Conselho Municipal de Educação, não seria passível de disputa através de processo licitatório;

CONSIDERANDO a intervenção do Ministério Público do Estado de Santa Catarina questionando a adoção de tal procedimento para a referida aquisição; e,

CONSIDERANDO, ainda, a Súmula 473 do STF, que determina que administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

DECRETA:

Art. 1º. Fica anulado integralmente o Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 12/2018, que visa a aquisição de sistema de ensino para a rede municipal de educação de Água Doce.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 30 de abril de 2018.  
VILSON ANTONIO VERONA  
Prefeito em Exercício



**EDITAL DE RERRATIFICAÇÃO DO EDITAL Nº 01/2018 CONCURSO PÚBLICO**

Publicação Nº 1608635



ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE  
CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2018

**EDITAL DE RERRATIFICAÇÃO DO EDITAL Nº 01, DE 28 DE MARÇO DE 2018  
CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS**

Dispõe sobre a habilitação do cargo de Professor de Educação Física de que trata o Edital de Concurso Público nº 01, de 28 de março de 2018.

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE**, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e;

Considerando o Edital nº 01, de 28 de março de 2018, que abre inscrições e estabelece normas para realização de Concurso Público de Provas e Títulos para formação de cadastro de reserva e para provimento de cargos efetivos do quadro permanente de pessoal do Município de Água Doce/SC;

Considerando o disposto no item 15.1 do Edital de Abertura nº 01/2018;

Resolve:

**Art. 1º** O Anexo I do Edital nº 01/2018, relativamente à habilitação exigida para o cargo de Professor de Educação Física, passa a vigorar com as seguintes especificações:

**ANEXO I**

CARGO	VAGAS OU CR	CARGA HORÁRIA SEMANAL	PADRÃO DE VENCIMENTO INICIAL (R\$)	HABILITAÇÃO / ESCOLARIDADE MÍNIMA	TIPOS DE PROVAS	VALOR DA TAXA DE INSCRIÇÃO (R\$)
Professor de Educação Física	CR	20h	1.271,11	Ensino superior Licenciatura em Educação Física e registro no CREF	Escrita objetiva / títulos	80,00

**Parágrafo único.** As especificações dos demais cargos previstos no Anexo I do Edital de Abertura nº 01/2018 permanecem inalteradas.

**Art. 2º** O cargo descrito no item 16 do Anexo V (Das atribuições e responsabilidades dos cargos) passa a vigorar com as seguintes especificações:

“ ...

**16. PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA:**

...

Habilitação: Superior completo Licenciatura em Educação Física e registro no CREF.

...”

**Art. 3º** Fica o presente Edital Rerratificatório incorporado para todos os efeitos no Edital de Abertura nº 01/2018.

**Art. 4º** As demais cláusulas e disposições do Edital em epígrafe permanecem inalteradas.

Água Doce/SC, em 27 de abril de 2018.

**ANTONIO JOSÉ BISSANI**  
Prefeito Municipal

# Anchieta

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº204/2018

Publicação Nº 1608720

PORTARIA nº. 204/2018  
De 23 de Abril de 2018.

O Prefeito Municipal do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

#### RESOLVE

Exonerar por Decisão Judicial,

Art. 1º - Fica exonerado por Decisão Judicial o senhor Anderson Teixeira Palhano, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal da Infraestrutura, a partir desta data.

Art. 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),  
Em 23 de Abril de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.  
Fernanda Cristina Segalin – Secretária da Administração e Gestão.

### PORTARIA Nº206/2018

Publicação Nº 1608721

PORTARIA Nº. 206/2018  
De, 27 de Abril de 2018.

Ivan José Canci, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 77, inciso I da Lei Complementar Nº. 031/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

#### RESOLVE:

Conceder Licença Prêmio pelo período de 01 (um) mês e converter a mesma em pecúnia,

Art. 1º - Fica concedida Licença-Prêmio pelo período de 01 (um) mês e converter a mesma em pecúnia para a servidora Pública Municipal Rosangela Dondoefer Teixeira, ocupante do cargo de Técnica em Vigilância Sanitária, lotada na Secretaria Municipal da Saúde Pública - FMS, com todos os direitos e vantagens que a lei lhe assegura.

Art. 2º - A licença será convertida em pecúnia com efetivo pagamento na folha de Abril de 2018.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Anchieta (SC),  
Em, 27 de Abril de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.  
Fernanda Cristina Segalin – Secretária de Administração e Gestão.

### PORTARIA Nº207/2018

Publicação Nº 1608722

PORTARIA Nº. 207/2018  
De, 27 de Abril de 2018.

Ivan José Canci, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 77, inciso I da Lei Complementar Nº. 031/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

#### RESOLVE:

Conceder Licença Prêmio pelo período de 01 (um) mês e converter a mesma em pecúnia,

Art. 1º - Fica concedida Licença-Prêmio pelo período de 01 (um) mês e converter a mesma em pecúnia para a servidora Pública Municipal Iane Fatima Rosatto Buratti, ocupante do cargo de Auxiliar/Técnica de Enfermagem, lotada na Autarquia Hospital Municipal Anchietaense – Unidade de Pronto Atendimento, com todos os direitos e vantagens que a lei lhe assegura.

Art. 2º - A licença será convertida em pecúnia com efetivo pagamento na folha de Abril de 2018.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Anchieta (SC),  
Em, 27 de Abril de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.  
Fernanda Cristina Segalin – Secretária de Administração e Gestão.

### PORTARIA Nº208/2018

Publicação Nº 1608723

PORTARIA nº 208/2018  
De, 27 de Abril de 2018.

O Prefeito Municipal do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

Considerando que eventualmente há servidores, das mais diversas secretarias, que mesmo não exercendo o cargo/função de Motoristas dirigem veículos públicos;  
Considerando que, para a condução dos veículos é necessário autorização do Executivo;  
Considerando que o Servidor Público tem Direitos, Deveres e Responsabilidades;

Ivan José Canci,  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.  
Fernanda Cristina Segalin – Secretária da Administração e Gestão.

**RESOLVE:**

Autorizar Servidor para Conduzir veículos da Municipalidade,

Art. 1º - Fica autorizada o servidor público municipal Leonardo Sampaio, ocupante do cargo de Agente de Combate à Endemias ACT, lotado na Secretaria Municipal da Saúde Pública - FMS, para eventualmente conduzir os veículos da municipalidade, ou seja, quando se fizer necessário.

Art. 2º - De posse da direção do veículo solicitado, é de inteira responsabilidade do servidor e o mesmo não poderá: Ceder à direção do veículo a terceiros; Utilizar o veículo em atividades particulares ou diversas daquelas que motivaram a concessão; Conduzir pessoas e/ou materiais estranhos ao serviço público prestado;

Art. 3º - Quando do retorno, findando o deslocamento, o veículo oficial deverá ser guardado no órgão detentor.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),  
Em 27 de Abril de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Fernanda Cristina Segalin – Secretária da Administração e Gestão.

**PORTARIA Nº209/2018**

Publicação Nº 1608727

PORTARIA N. 209/2018  
De, 30 de Abril de 2018.

Ivan José Canci, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE,**

Conceder Licença Tratamento Saúde,

Art. 1º - Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde para a Conselheira Tutelar Rosmari Lisboa Duarte, , por um período de 15 (quinze) dias a partir de 30/04/2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA  
Em, 30 de Abril de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

# Antônio Carlos

## PREFEITURA

### EXTRATO DE ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO Nº 14/2018 40/2018 48/2018 E 49/2018

Publicação Nº 1608120

Extrato de aditivo ao contrato de trabalho

Primeiro aditivo ao contrato nº 14/2018; Contratante: Município de Antônio Carlos/SC. Contratada: ANA MARGARETE PEPPLER BESEN. Objeto: PROFESSOR GRADUAÇÃO LICENCIATURA PLENA 30H. Vigência: Fica para 25 de maio de 2018 o prazo contratual anunciado na cláusula 4ª (quarta) – DO PRAZO CONTRATUAL do CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO.

Segundo aditivo ao contrato nº 040/2018; Contratante: Município de Antônio Carlos/SC. Contratada: ANDRÉIA TEREZINHA JUNKES DE OLIVEIRA. Objeto: AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS. Vigência: Fica para 05 de maio de 2018 o prazo contratual anunciado na cláusula 4ª (quarta) – DO PRAZO CONTRATUAL do CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO.

Primeiro aditivo ao contrato nº 048/2018; Contratante: Município de Antônio Carlos/SC. Contratada: SCHEILA SUELY ITSO. Objeto: PROFESSOR GRADUAÇÃO LICENCIATURA PLENA 20H. Vigência: Fica para 15 de maio de 2018 o prazo contratual anunciado na cláusula 4ª (quarta) – DO PRAZO CONTRATUAL do CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO.

Primeiro aditivo ao contrato nº 049/2018; Contratante: Município de Antônio Carlos/SC. Contratada: IRENE COELHO DOS SANTOS. Objeto: PROFESSOR GRADUAÇÃO LICENCIATURA PLENA 20H. Vigência: Fica para 15 de maio de 2018 o prazo contratual anunciado na cláusula 4ª (quarta) – DO PRAZO CONTRATUAL do CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO.

### EXTRATO DE CONTRATOS DE TRABALHO Nº 54/2018 A 55/2018

Publicação Nº 1608118

#### EXTRATO DE CONTRATOS DE TRABALHO

Contrato nº 054/2018; Origem: Processo Seletivo Nº 002/2017. Contratante: Município de Antônio Carlos/SC. Contratada: EVA MEDEIROS. Objeto: PROFESSOR GRADUAÇÃO/LICENCIATURA PLENA 40H. Valor mensal: R\$ 2.946,42 (dois mil, novecentos e quarenta e seis reais e quarenta e dois centavos). Vigência: 12 de abril de 2018 a 14 de dezembro de 2018.

Contrato nº 055/2018; Origem: Processo Seletivo Nº 002/2017. Contratante: Município de Antônio Carlos/SC. Contratada: LUANA WEBER GUESSER. Objeto: AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL. Valor mensal: R\$ 1.445,74 (um mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais e setenta e quatro centavos). Vigência: 12 de abril de 2018 a 05 de outubro de 2018.

### PORTARIA N 207/2018

Publicação Nº 1608578

#### PORTARIA Nº 207/2018

Nomeia Conselho Municipal de Educação do Município de Antônio Carlos/SC.

GERALDO PAULI – Prefeito Municipal de ANTÔNIO CARLOS, no uso de suas atribuições legais, e da competência que lhe confere o inciso VI do Artigo 56, da Lei Orgânica do Município, bem como, o artigo 4º da Lei Municipal nº. 1.288/2010;

#### RESOLVE:

Artigo 1º - Nomear os membros do Conselho Municipal de Educação do Município de Antônio Carlos/SC, tendo a seguinte nominata:

Representante da Secretaria de Educação e Cultura  
BRUNA NAU – Titular  
INÊS KUNH GUESSER – Titular  
SILVIA ZIMMERMANN PEREIRA GUESSER – Titular  
JUDITE KOCH SCHIMITT – Suplente  
KALINA TRIVELATO DE LIMA – Suplente  
RUBENS NEIS JUNIOR – Suplente

Representante dos profissionais da educação da rede pública municipal

JOÃO ERNESTO LEITE – Titular  
ELISANGELA DECKER – Titular  
ADILSON ARRUDA COELHO – Suplente  
PAMELA DE ASSUNÇÃO CRISTOFOLINE – Suplente

Representante das organizações não governamentais  
JOSÉ GILSON GARCIA – Titular  
TIAGO DE SOUZA – Suplente

Representante dos Pais Vinculados às APPs do Sistema Municipal de Ensino  
APARECIDA LUZIA DA SILVEIRA GOEDERT – Titular  
JAQUELINE MANNES GUESSER – Titular  
MONIQUE DE OLIVEIRA SILVEIRA – Suplente  
GRACIELI CONCEIÇÃO BESEN – Suplente

Representante de Entidade de Atendimento em Educação Especial.  
ERNEI JOSÉ SCHMITT – Titular  
ÉDINA ROSA LEITE PAULI – Suplente

Representante dos Diretores ou Responsáveis por Unidades Educativas da Rede Municipal de Ensino  
ZULEIDE BESEN GHIDOLIN – Titular  
GISELA PAULI CARDOSO – Suplente

Representante dos Diretores das Escolas Públicas Estaduais  
IVONE GELSLEICHTER GUESSER – Titular  
JUCÉLIO LAUDELINO SCHMITT – Suplente

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 30 de abril de 2018.  
GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 02 de maio de 2018.

**PORTARIA N 208/2018**

Publicação Nº 1608579

PORTARIA Nº 208/2018  
Admite ACT.

GERALDO PAULI – Prefeito Municipal de ANTÔNIO CARLOS, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o a Lei nº 1544/2017 e o Chamamento Público nº 001/2018;

**RESOLVE:**

Artigo 1º - Admitir em caráter temporário JARDEL JACINTO para o cargo de MÉDICO 20H, a partir de 02 de maio de 2018.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 30 de abril de 2018.  
GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 02 de maio de 2018.

**PORTARIA N 209/2018**

Publicação Nº 1608580

PORTARIA Nº 209/2018  
Concede insalubridade.

GERALDO PAULI – Prefeito Municipal de ANTÔNIO CARLOS, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o a Lei nº 558/1992;

**RESOLVE:**

Artigo 1º - Conceder insalubridade ao servidor JARDEL JACINTO ocupante do cargo temporário de MÉDICO 20H, a partir de 02 de maio de 2018.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 30 de abril de 2018.  
GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 02 de maio de 2018.

**PORTARIA N 210/2018**

Publicação Nº 1608581

PORTARIA Nº 210/2018  
Concede gratificação.

GERALDO PAULI – Prefeito Municipal de ANTÔNIO CARLOS, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o a Lei nº 1.318/2011;

**RESOLVE:**

Artigo 1º - Conceder gratificação ao servidor JARDEL JACINTO ocupante do cargo temporário de MÉDICO 20H, a partir de 02 de maio de 2018.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 30 de abril de 2018.  
GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 02 de maio de 2018.

**PORTARIA N 211/2018**

Publicação Nº 1608582

PORTARIA Nº 211/2018  
Concede Adicional de Titulação.

GERALDO PAULI – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Parecer Jurídico nº 32/2018 e com a Lei Municipal nº 1.250/2009;

**RESOLVE:**

Artigo 1º - Conceder ADICIONAL DE TITULAÇÃO por PÓS-GRADUAÇÃO a servidora TALITA PADILHA PORTO, ocupante do cargo efetivo de ENFERMEIRO, a partir do mês de maio de 2018.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 30 de abril de 2018.  
GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 02 de maio de 2018.

**PORTARIA N 212/2018**

Publicação Nº 1608609

PORTARIA Nº 212/2018  
Admite ACT.

GERALDO PAULI – Prefeito Municipal de ANTÔNIO CARLOS, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o a Lei nº 1544/2017 e o Processo Seletivo nº 002/2017;

**RESOLVE:**

Artigo 1º - Admitir em caráter temporário MARILENE ALMEIDA SALAZAR para o cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, a partir de 02 de maio de 2018 a 02 de junho de 2018, em substituição a servidora efetiva Maria Gorete da Silva Rosa, de licença para tratamento de saúde.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 30 de abril de 2018.  
GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 02 de maio de 2018.

**CÂMARA MUNICIPAL****EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO 08/2018**

Publicação Nº 1608187

**EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

Origem: Processo Licitatório nº 08/2018 – Pregão Presencial 04/2018. Contratante: CÂMARA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS-SC. Contratadas (os): 1) LEONARDO LUIZ DA COSTA ME – CNPJ: 21.962.492/0001-76, com Sede em Tijucas-SC, no valor de R\$14.652,00; 2) MARIA CIRLEI DA VEIGA – CNPJ: 20.132.097/0001-01, com Sede em Palhoça-SC, no valor de R\$22.375,00; 3) E&AR EQUIPAMENTOS DE REFRIGERAÇÃO EIRELI – CNPJ: 05.368.504/0001-82, com Sede em Florianópolis-SC, no valor de R\$7.614,00; 4) PHB JUNIOR REFRIGERAÇÃO EIRELI - CNPJ: 23.936.600/0001-61, com Sede em Maringá-PR, no valor de R\$8.536,00 e 5) AGASERV COMÉRCIO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA LTDA – CNPJ: 77.853.083/0001-96, com Sede em Criciúma-SC, no valor de R\$3.390,00. Objeto: Aquisição e instalação de Ar Condicionado para nova Sede da Câmara Municipal de Antônio Carlos-SC. Prazo: 05 (cinco) a 10 (dez) dias, após autorização de fornecimento. Valor: Pelos serviços prestados, a Câmara Municipal pagará às CONTRATADAS o valor global de R\$ 56.567,00 (cinquenta e seis mil, quinhentos e sessenta e sete reais).



# Arroio Trinta

## PREFEITURA

### CONTRATO Nº 0033/2018 - ASSOCIAÇÃO PELA SAÚDE DAS CRIANÇAS.

Publicação Nº 1608517

CONTRATO Nº 033/2018 DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA E A ASSOCIAÇÃO PELA SAÚDE EMOCIONAL DE CRIANÇAS

#### PREÂMBULO

1. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº82.826.462/0001-27, com sede na R. XV de Novembro, 26, na cidade de Arroio Trinta - SC, representado por seu Prefeito Municipal em exercício senhor CLAUDIO SPRICIGO, brasileiro, agente político, residente e domiciliado na cidade de Arroio Trinta - SC,, doravante denominado CONTRATANTE ao final assinados.

2. CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO PELA SAÚDE EMOCIONAL DE CRIANÇAS, com sede à Rua Abolição, 411 – Bela Vista – São Paulo, SP, inscrita no CNPJ sob n. 07.270.546/0001-01, neste ato representada por seu presidente Robert Gellert Paris Junior, portador do RG: 5.144.286, CPF: 596.830.238/00, doravante denominada simplesmente "ASEC" ou CONTRATADA, com fundamento na Lei 8.666/93, acordam e ajustam firmar o presente contrato.

#### Considerando que:

1. "Amigos do Zippy" é um programa de Educação Emocional que ensina crianças a lidar com as dificuldades do dia a dia, a identificar e a falar sobre seus sentimentos e explorar as várias maneiras de lidar com eles, com o objetivo de que cresçam mais saudáveis emocionalmente;
2. "Amigos do Zippy" foi implementado no Brasil, em escala piloto, em março de 2004 e foi objeto de avaliação pela Profa. Dra. Maria Julia Kovács do Departamento de Psicologia da USP – Universidade de São Paulo, e pela Dra. Thereza Penna Firme, em 2009, que atestam sua eficácia;
3. A CONTRATADA e o CONTRATANTE têm a intenção de aplicar o programa "Amigos do Zippy", para crianças do Ensino Fundamental das escolas a serem indicadas pelo CONTRATANTE, doravante aqui denominadas simplesmente "crianças";
4. O CONTRATANTE irá indicar o educador para desenvolver o programa "Amigos do Zippy" com as crianças e ser capacitado pela CONTRATADA, doravante aqui denominado simplesmente "professor";

As partes estabelecem o disposto nas seguintes cláusulas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA OBJETO

1. O presente contrato tem por objeto a contratação da "ASEC", para capacitação de educadores e implementação do Programa "Amigos do Zippy" para desenvolver habilidades emocionais e sociais de alunos do Ensino Fundamental de escolas municipais.

2. A CONTRATADA e o CONTRATANTE reconhecem que os direitos autorais do Programa "Amigos do Zippy" pertencem a Partnership for Children, entidade filantrópica com sede em 26-27 Market Place, Kingston upon Thames, Inglaterra, que firmou acordo com a "ASEC" como licenciado exclusivo do Programa "Amigos do Zippy" no Brasil.

#### CLÁUSULA SEGUNDA

##### DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES CONTRATANTES

1. Por este instrumento, a CONTRATADA obriga-se a:

1.1. Organizar o programa de capacitação para preparar 1 (um) "professor" das "crianças" indicado pelo CONTRATANTE para aplicar o Programa "Amigos do Zippy", de acordo com calendário anual a ser emitido pela CONTRATADA antes do início dos encontros de capacitação, sendo estes compostos de Seminário Introdutório (também denominado Formação Básica) e 4 (quatro) reuniões de Formação Continuada.

1.2. Prover ao "professor" das "crianças" indicado pelo CONTRATANTE o material visual e metodológico do Programa "Amigos do Zippy", durante o período compreendido entre o seminário introdutório e o término deste contrato.

1.3. Prover ao "professor" indicado pelo CONTRATANTE, diretoria das escolas participantes, respectivos orientadores educacionais e coordenadores pedagógicos orientação e informações sobre todos os aspectos do programa "Amigos do Zippy" necessários à sua implementação.

1.3.1. As orientações e informações acima descritas dar-se-ão por meio da Formação Básica (conceitos básicos e módulo 1) e das Formações Continuidas (demais módulos), por sistema de apoio (e-mails, telefonemas, ou visitas - estas sob solicitação prévia), disponibilizados operacionalmente durante o seminário introdutório.

1.4. Prover à diretoria das escolas indicadas pelo CONTRATANTE informações sobre o progresso do programa, quando o CONTRATANTE solicitar.

1.5. Zelar para que o Programa "Amigos do Zippy" seja desenvolvido com qualidade, visando o maior benefício possível às "crianças", realizando vistorias nas classes participantes para a verificação da execução correta do Programa "Amigos do Zippy", tantas vezes quantas se fizerem necessárias, a critério único e exclusivo da CONTRATADA.

1.6. Nomear uma pessoa para atuar como Coordenador do Programa, bem como indicar substituto em suas eventuais ausências.

2. Por este instrumento, o CONTRATANTE obriga-se a:

2.1. Criar as condições necessárias para o sucesso do Programa "Amigos do Zippy", ou seja:

2.1.1. Indicar as escolas que participarão do presente programa, bem como um responsável, aqui denominado "tutor para o programa Amigos do Zippy", ou simplesmente "tutor", para atuar como representante da CONTRATANTE junto ao Coordenador do Programa e assim, supervisionar o professor que participará do programa.

2.2. Zelar para que as escolas indicadas pelo CONTRATANTE assinem e cumpram Termo de Responsabilidade com a CONTRATADA em que assumam as obrigações de:

2.2.1. Assegurar que o "professor" das "crianças", indicados pelo CONTRATANTE, esteja apto a participar do programa de capacitação e a compartilhar sua experiência, ao aplicar o Programa "Amigos do Zippy", com a Coordenação do Programa e demais professores que também estejam participando do programa.

2.2.2. Assegurar que o Programa "Amigos do Zippy" seja aplicado apenas para as classes informadas pelo CONTRATANTE à CONTRATADA, através da Coordenação do Programa. Fica desde já acordado que o CONTRATANTE informará à Coordenação do Programa, imediatamente após a primeira aula, a quantidade de crianças participantes, bem como informará qualquer saída ou entrada de novas crianças que ocorrer durante o período em que o programa estiver em operação.

2.2.3. Assegurar que as 24 (vinte e quatro) aulas do Programa "Amigos do Zippy" sejam aplicadas pelo professor capacitado em todas as classes de "crianças" participantes, de acordo com o calendário estabelecido.

2.2.4. Criar condições para que as "crianças" participantes do programa "Amigos do Zippy" sejam avaliadas, se houver necessidade, por solicitação e coordenação da CONTRATADA, permitindo o acesso dos profissionais da CONTRATADA às crianças, seus pais ou responsáveis, e ao professor, para realização de entrevistas, preenchimento de questionários e todas as atividades que se fizerem necessárias para a avaliação global do programa.

2.2.5. Criar condições para que a Coordenação do Programa, e/ou seus representantes, possam assistir aulas do "Amigos do Zippy" em todas as classes participantes, abstendo-se de criar qualquer obstáculo para a efetivação da verificação a ser feita pelos representantes da Coordenação do Programa.

2.2.6. Assegurar que o programa "Amigos do Zippy" seja desenvolvido exclusivamente pelo professor habilitado no seminário introdutório de capacitação e que tenha assinado Termo de Responsabilidade para com a CONTRATADA.

2.2.7. Assegurar presença do professor a ser capacitado no seminário de formação básica e respeitar o limite máximo de uma falta por parte do professor nas quatro sessões de formação continuada a serem ministradas pela CONTRATADA.

2.3. Zelar, conjuntamente com o "tutor" indicado e responsável por cada escola, para que o material do Programa "Amigos do Zippy" seja usado exclusivamente para as atividades estabelecidas no programa e, ressalvado o desgaste natural do uso do mesmo, mantê-lo em bom estado durante a duração do presente contrato.

2.4. Proteger e respeitar, conjuntamente com o "tutor" indicado, os direitos autorais do Programa "Amigos do Zippy" pertencentes a "Partnership for Children", ou seja:

2.4.1. Zelar para que o material visual e metodológico do Programa "Amigos do Zippy" não seja copiado, impresso ou de qualquer forma reproduzido, exceto quando para uso pessoal do "professor" para fins de aplicar o programa às "crianças".

2.4.2. Zelar, conjuntamente com o "tutor" indicado, para que o material visual e metodológico do Programa "Amigos do Zippy" seja devolvido imediatamente após o término da vigésima quarta aula do programa.

2.4.3. Utilizar o nome e logo do Programa "Amigos do Zippy" exclusivamente para as atividades estabelecidas no programa de implementação e durante o período regido pelo presente contrato.

2.4.4. Contatar a Coordenação do Programa se tomar ciência de qualquer violação a quaisquer obrigações assumidas neste instrumento, bem como aos direitos autorais do Programa "Amigos do Zippy".

2.5. Zelar pela boa reputação do Programa "Amigos do Zippy" quando fornecer informações à imprensa ou à mídia eletrônica, abstendo-se de emitir quaisquer informações que possam, de qualquer forma, prejudicar a imagem do programa.

2.6. Informar à Coordenação do Programa imediatamente, sobre qualquer contato que o CONTRATANTE ou profissional de qualquer das escolas participantes tenha tido com a imprensa ou divulgação de informações do programa por qualquer tipo de mídia.

2.7. Zelar para que o "tutor" indicado e responsável pelas escolas participantes reporte todas as questões relativas ao Programa "Amigos do Zippy" e qualquer dificuldade ou barreira à sua implementação ou à sua adequada execução dentro dos procedimentos estabelecidos.

2.8. Prover aos "professores", para uso das "crianças", de reprodução de ilustrações fornecidas para as atividades lúdicas e reprodução da "Folha de Informação" a ser pintada por cada "criança" ao final de cada aula.

2.9. Caso haja a transferência, licença, aposentadoria ou qualquer outro evento que cause o afastamento do professor já certificado pela CONTRATADA para a aplicação do programa, o CONTRATANTE zelar e envidará todos os esforços para continuidade do mesmo, e só poderá substituí-lo por outro professor já certificado pela

CONTRATADA, ou o suprimento do professor afastado pelo "tutor".

2.10. O CONTRATANTE, conjuntamente com as escolas participantes, obriga-se por si e seus funcionários que venham a ter acesso ao presente contrato e ao Programa "Amigos do Zippy", e aos documentos a eles referentes, a respeitar o sigilo e o material do programa, responsabilizando-se pela quebra do sigilo ou uso indevido do material também por parte de seus funcionários.

2.11. O presente instrumento não gera quaisquer obrigações trabalhistas para a CONTRATADA, sendo o CONTRATANTE a única e exclusiva responsável pelo pagamento dos encargos trabalhistas e sociais perante o professor capacitado pela CONTRATADA na execução do Programa "Amigos do Zippy".

2.12. O CONTRATANTE providenciará livre de ônus para a CONTRATADA, instalações físicas para todas as reuniões e cursos de formação incluindo equipamentos (microcomputador e datashow).

#### CLÁUSULA TERCEIRA

##### VALOR, PAGAMENTO

1. O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pela implementação do programa "Amigos do Zippy", a importância de R\$ 4.785,00 (QUATRO MIL SETECENTOS E OITENTA E CINCO REAIS), 3 (três) parcelas iguais e trimestrais e consecutivas, no valor de R\$ 1.595,00 (um mil quinhentos e noventa e cinco reais) vencendo-se a primeira em 05 de abril de 2018.

2. Por eventuais atrasos de pagamentos não ocasionados pela CONTRATADA, o CONTRATANTE pagará juros de 0,5% (zero virgula cinco por cento) ao mês calculado entre a data do vencimento da obrigação e aquela do seu efetivo pagamento.

#### CLÁUSULA QUARTA

##### PRAZO, PRORROGAÇÃO

1. O presente contrato entra em vigor na data de sua assinatura e vigorará até 30 de dezembro de 2018, podendo ser prorrogado, nos termos do artigo 57 da Lei 8.666/93. Este Contrato poderá a qualquer tempo ser aditado para adequações às disposições aplicáveis à espécie.

2. O sigilo das informações obtidas pelo cumprimento das obrigações previstas neste contrato deverá ser sempre respeitado pelas partes, independentemente da duração da vigência deste instrumento, bem como os direitos autorais relativos ao Programa "Amigos do Zippy".

3. Se o presente contrato se vencer ou for rescindido, qualquer que seja o motivo, o CONTRATANTE, bem como as escolas participantes, não poderão mais utilizar, aplicar, exercitar ou divulgar o Programa "Amigos do Zippy", devendo devolver à CONTRATADA no prazo máximo de 30 (trinta) dias todos os documentos e materiais do programa que lhe foram entregues em decorrência do exercício deste instrumento.

#### CLÁUSULA QUINTA

##### RESCISÃO

1. Qualquer das partes poderá dar por rescindido o presente contrato, mediante comunicação por escrito à outra parte, se a mesma deixar de cumprir qualquer uma das obrigações estabelecidas neste instrumento.

2. O presente instrumento considerar-se-á rescindido de pleno direito nas seguintes hipóteses:

a) violação, sob qualquer forma, por parte do CONTRATANTE e/ou das escolas e/ou tutores e/ou professores, dos direitos autorais do material componente do programa;

b) aplicação do programa, por parte das escolas, por pessoas não certificadas pela CONTRATADA no programa de capacitação;



- c) a não entrega por parte da CONTRATADA, para os professores, do material integrante do programa;
- d) a não realização da capacitação de educadores a ser ministrada pela CONTRATADA.

#### CLÁUSULA SEXTA DAS CONDIÇÕES GERAIS

1. As partes concordam que envidarão todos os esforços para a busca de um acordo na eventualidade de surgir algum desentendimento.
2. Os direitos e obrigações previstos neste instrumento não poderão ser cedidos ou transferidos pelo CONTRATANTE ou pelas escolas participantes do programa, salvo mediante prévia e expressa autorização escrita da CONTRATADA.
3. A CONTRATANTE deverá submeter à prévia aprovação da CONTRATADA qualquer material de divulgação, por qualquer tipo de mídia, em que faça menção ao Programa "Amigos do Zippy". Da mesma forma, a CONTRATADA deverá submeter à prévia aprovação da CONTRATANTE qualquer material de divulgação, por qualquer tipo de mídia, em que faça menção aos trabalhos e resultados obtidos em consequência do presente contrato.
4. A parte que infringir qualquer cláusula deste contrato responderá civil e criminalmente, bem como pelas perdas e danos a que der causa.
4. As partes elegem o foro da cidade de Videira -SC como o competente para dirimir eventuais demandas decorrentes deste instrumento, com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que o seja.

E por estarem justas e contratadas, assinam as partes o presente contrato, em 2 (duas) vias de igual teor e valor.

Arroio Trinta –SC, 10 de janeiro de 2018.

MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA - SC CLAUDIO SPRICIGO PREFEITO MUNICIPAL	ASSOCIAÇÃO PELA SAÚDE EMOCIONAL DE CRIANÇAS ROBERT GELLERT PARIS JUNIOR
---	--

#### TESTEMUNHAS:

JULIAR LUIZ MANENTI  
CPF Nº: 036.215.649-26

RONIVAN BRANDALISE  
CPF: 027.783.989-02

CONTRATO Nº: 0033/2018  
CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO PELA SAÚDE EMOCIONAL DE CRIANÇAS  
OBJETO: CAPACITAÇÃO DE EDUCADORES  
INEXIGIBILIDADE Nº 0005/2018  
VALOR: R\$4.785,00

#### **CONTRATO Nº 0042/2018 - HALISSON NAVA** Publicação Nº 1608383

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 0042/2018  
DE 09 DE ABRIL DE 2018.  
PROCESSO ADMINISTRATIVO 0052/2018  
DISPENSA DE LICITAÇÕES Nº 0031/2018

Contrato Administrativo de Prestação de Serviços de Sonorização

nº 0037/2016, que entre si celebram de um lado o MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA, ESTADO DE SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Rua XV de Novembro, 26, centro, inscrito no C.N.P.J. sob nº 82.826.462.0001-27, neste ato representado pelo Prefeito Municipal CLAUDIO SPRICIGO, brasileiro, casado, portador do CPF nº 551.995.939-00 e CI nº 10/R-1.912.533, residente e domiciliado na Rua Orlando Zardo, 33 no município de Arroio Trinta – SC – Santa Catarina, doravante denominada CONTRATANTE e de outro lado o senhor HALISSON NAVA, Brasileiro, solteiro, músico, residente e domiciliado na Rua Albino Possenti 343, Centro do Município de Arroio Trinta, portador do CI sob nº 087.083.659-54, e CPF 6.134.179, de agora em diante denominado Contratado, normas legais aplicáveis à matéria, resolvem de comum acordo celebrar o presente Contrato, o qual se regerá pelas cláusulas abaixo da seguinte forma:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente Contrato é a prestação dos serviços de SONORIZAÇÃO PARA ANIMAÇÃO NOS ENCONTROS DE CONFRATERNIZAÇÃO DO GRUPO DA TERCEIRA IDADE, nas segundas QUARTAS-FEIRAS de cada mês, das 14:00 às 17:00 horas, ou em outros horários pré-estabelecidos pela Coordenação da 3ª idade.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

Pela prestação dos serviços, a Contratante pagará ao Contratado o valor total de R\$5.400,00(CINCO MIL E QUATROCENTOS REAIS), em 09(nove) parcelas de R\$600,00(Seiscentos reais) a serem pagas até 10 dias após a realização dos serviços.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO

O prazo do presente Contrato é de 04 de abril de 2018 a 31 de dezembro de 2018.

#### CLÁUSULA QUARTA – DAS DOTAÇÕES

As despesas decorrentes com a execução do presente Contrato, serão por conta de dotações orçamentárias próprias do Orçamento Municipal de 2018.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

O presente Contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo, desde que presente o interesse público.

#### CLÁUSULA SEXTA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Videira – SC, para dirimir as dúvidas que possam advir da presente contratação, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por assim estarem certos e ajustados, fazem o presente Contrato em duas vias de igual teor e forma na presença das testemunhas que a tudo assinam.

Arroio Trinta - SC, 04 de abril de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA  
CNPJ 82.826.462/0001-27  
CLAUDIO SPRICIGO  
Prefeito Municipal

HALISSON NAVA  
CPF 087.083.659-54  
CONTRATADO

#### TESTEMUNHAS:

MARILIA BORGIA FERRONATO  
CPF Nº: 066.042.359-63

TARCÍSIO LIDANI  
CPF: 613.139.809-78

CONTRATO Nº 0042/2018 DE 04 DE ABRIL DE 2018.  
CONTRATADO: HALISSON NAVA  
OBJETO: SERVIÇO DE SONORIZAÇÃO PARA GRUPO DA TERCEIRA  
IDADE  
VALOR TOTAL: R\$ 600,00 MENSAIS

# Ascurra

## PREFEITURA

### ATA DE PREÇOS REGISTRADOS PREGÃO 4/2018 FMS

Publicação Nº 1608151

PREGÃO PRESENCIAL P/ REGISTRO DE PREÇOS Nº 4/2018 FMS  
MINUTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Pelo presente instrumento, o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ASCURRA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 11.241.709/0001-03, com sede na Rua de Lurdes, n. 47, Bairro Nossa Senhora de Lurdes, Ascurra (SC), neste ato representado pelo Senhor LAIRTON ANTONIO POSSAMAI, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 692.994.209-04 e Cédula de Identidade nº 22863532-SSP/SC, residente e domiciliado à Rua 25 de Fevereiro, nº 85, bairro Centro, Ascurra (SC), e pelo Sr. ENILSON ERLEY DE FREITAS, Secretário de Saúde, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 516.236.509-25 e Cédula de Identidade nº 35232443-SSP/SC, residente e domiciliado à Rua Santos Dumont, nº 168, Bairro Centro, cidade de Indaial (SC), considerando o julgamento do Pregão para Registro de Preço nº 4/2018 FMS, RESOLVE registrar os preços das empresas, de acordo com as classificações por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes das Leis nº 8.666/93 e alterações, 10.520/02, 123/2006, Decreto Municipal nº 1256/2006, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, e em conformidade com as disposições a seguir.

#### 1. DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços visando à eventual aquisição de material médico hospitalar para atender a demanda contínua da secretária de saúde deste município e de suas unidades, conforme tabela dos contratados abaixo:

ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA				
Item e Descrição	Qtd.	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
22. CADARÇO SARJADO BRANCO 10MMX10M PARA FIXAÇÃO DE CANULA DE TRAQUEOSTOMIA.	4	UND	R\$ 2,7491	R\$ 10,9964
28. CATETER INTRAVENOSO PERIFÉRICO DO TIPO POR-FORA-DA-AGULHA , CONSTITUÍDO POR: AGULHA SILICONIZADA COM BISEL BIANGULADO E TRIFACETADO CATETER (OU CANULA) EM BIOMATERIAL TEFLON; PROTETOR DO CONJUNTO AGULHA/CATETER; CAMARA DE REFLUXO EM CRISTAL ; TAMPA/FILTRO DA CAMARA DE REFLUXO DO TIPO BIO-SELETIVO; PERIFÉRICA, P/ INFUSÕES DE MEDIA DURAÇÃO, EMBALAGEM INDIVIDUAL EM BLISTER ESTÉRIL - N.º 16. DISPOSITIVO DE SEGURANÇA QUE ATENDA AS EXIGÊNCIAS DA NORMA TÉCNICA NR 32.	600	UND	R\$ 1,437	R\$ 862,20
30. CATETER INTRAVENOSO PERIFÉRICO DO TIPO POR-FORA-DA-AGULHA , CONSTITUÍDO POR: AGULHA SILICONIZADA COM BISEL BIANGULADO E TRIFACETADO CATETER (OU CANULA) EM BIOMATERIAL TEFLON; PROTETOR DO CONJUNTO AGULHA/CATETER; CAMARA DE REFLUXO EM CRISTAL; TAMPA/FILTRO DA CAMARA DE REFLUXO DO TIPO BIO-SELETIVO; PERIFÉRICA, P/ INFUSÕES DE MEDIA DURAÇÃO, EMBALAGEM INDIVIDUAL EM BLISTER ESTÉRIL - N.º 24. DISPOSITIVO DE SEGURANÇA QUE ATENDA AS EXIGÊNCIAS DA NORMA TÉCNICA NR 32.	600	UND	R\$ 1,512	R\$ 907,20
51. EQUIPO PARA DIETA ENTERAL COM PONTA PERFURANTE TRIFACETADA PARA ADAPTAÇÃO DO EQUIPO EM QUALQUER RECIPIENTE DE SOLUÇÃO (BOLSAS OU FRASCOS), ACOMPANHADO DE TAMPA PROTETORA QUE MANTÉM A ESTERILIDADE DA PONTA PERFURANTE E DO INTERIOR DO EQUIPO, RESPIRO DE AR COM TAMPA REVERSÍVEL E FILTRO HIDRÓFBO BACTERIOLÓGICO DE 0,22, QUE IMPEDE A ENTRADA DE MICRORGANISMOS ASSEGURANDO QUE TODO AR ADMITIDO NO INTERIOR DO SISTEMASEJA FILTRADO E EVITANDO O COLABAMENTO DA DIETA; CÂMARA GOTEJADORA FLEXÍVEL MACROGOTAS (20 GOTAS/ML), TRANSPARENTE QUE PERMITE O MONITORAMENTO DO FLUXO DA ALIMENTAÇÃO A SER ADMINISTRADA, TUBO FLEXÍVEL EM PVC DE COLORAÇÃO AZUL, COM 150CM DE COMPRIMENTO, SEM EFEITO MEMÓRIA E É DESTINADO A TRANSPORTAR O LÍQUIDO DO RECIPIENTE DE SOLUÇÃO AO ACESSO ENTERAL, REGULADOR DE FLUXO DE ALTA PRECISÃO; CONECTOR LUER ESCALONADO QUE PERMITE ADAPTAÇÃO AOS DIFERENTES TAMANHOS DE SONDA DISPONÍVEIS NO MERCADO, COM TAMPA PROTETORA QUE MANTÉM A ESTERILIDADE DO CONECTOR ESCALONADO E DO INTERIOR DO EQUIPO, ATÓXICO E APIROGÊNICO ESTERILIZADO POR ÓXIDO DE ETILENO.	400	UND	R\$ 0,88	R\$ 352,00
55. ESPÁTULA DE AYRE - DE MADEIRA, DESCARTÁVEL; SUPERFÍCIE LISA - PACOTE COM 100 UNIDADES.	20	UND	R\$ 4,9485	R\$ 98,97
95. LUVAS DE PROCEDIMENTO EM VINIL NÃO ESTÉRIL, TRANSPARENTE TAMANHO M CAIXA COM 100 UNIDADES.	50	CXS.	R\$ 11,90	R\$ 595,00
99. MÁSCARA LANRINGEA TAMANHO Nº1 RECÉM NASCIDOS A LACTANTES ATÉ 5KG, DISPOSITIVO PARA O MANUSEIO SUPRAGLOTICO DAS VIAS ÁREAS, PODENDO SER CONSIDERADO COMO FUNCIONALMENTE INTERMEDIÁRIO ENTRE MÁSCARA FACIAL E TUBO TRAQUEAL.	2	UND	R\$ 51,6307	R\$ 103,2614
100. MÁSCARA LANRINGEA TAMANHO Nº2 LACTANTES DE 10KG ATÉ PRÉ ESCOLAR DE 20KG, DISPOSITIVO PARA O MANUSEIO SUPRAGLOTICO DAS VIAS ÁREAS, PODENDO SER CONSIDERADO COMO FUNCIONALMENTE INTERMEDIÁRIO ENTRE MÁSCARA FACIAL E TUBO TRAQUEAL.	2	UND	R\$ 51,9879	R\$ 103,9758

102. MÁSCARA LANRINGEA TAMANHO Nº3 CRIANÇAS E ADOLESCENTES DE 30 A 50KG, DISPOSITIVO PARA O MANUSEIO SUPRAGLOTICO DAS VIAS ÁREAS, PODENDO SER CONSIDERADO COMO FUNCIONALMENTE INTERMEDIÁRIO ENTRE MÁSCARA FACIAL E TUBO TRAQUEAL.	2	UND	R\$ 51,645	R\$ 103,29
103. MÁSCARA LANRINGEA TAMANHO Nº4 ADULTOS DE 50 A 70KG, DISPOSITIVO PARA O MANUSEIO SUPRAGLOTICO DAS VIAS ÁREAS, PODENDO SER CONSIDERADO COMO FUNCIONALMENTE INTERMEDIÁRIO ENTRE MÁSCARA FACIAL E TUBO TRAQUEAL.	2	UND	R\$ 51,9875	R\$ 103,975
104. MÁSCARA LANRINGEA TAMANHO Nº5 ADULTOS DE 70 A 100KG, DISPOSITIVO PARA O MANUSEIO SUPRAGLOTICO DAS VIAS ÁREAS, PODENDO SER CONSIDERADO COMO FUNCIONALMENTE INTERMEDIÁRIO ENTRE MÁSCARA FACIAL E TUBO TRAQUEAL.	2	UND	R\$ 51,9875	R\$ 103,975
110. PROTETOR OCULAR ADULTO CAIXA COM 20 UNIDADES.	4	CXS.	R\$ 6,872	R\$ 27,488
119. SOLUÇÃO DE GLICERINA 12% - FRASCO COM 500ML.	200	FRASCO	R\$ 4,6048	R\$ 920,96
121. CLOREXIDINA SOLUÇÃO DEGERMANTE 2% - 1000ML.	50	UND	R\$ 16,3711	R\$ 818,555
142. SORO FISIOLÓGICO 0,9%, FRASCO DE 250 ML COM SISTEMA FECHADO.	1.000	UND	R\$ 2,05	R\$ 2.050,00
147. SORO RINGER C/ LACTATO DE SÓDIO 1000 ML.	200	UND	R\$ 5,3608	R\$ 1.072,16
148. SORO RINGER C/ LACTATO DE SÓDIO 500ML.	300	UND	R\$ 3,00	R\$ 900,00
150. TALA DE PAPELÃO 70X20CM - KIT COM 10 UNIDADES.	50	UND	R\$ 14,63	R\$ 731,50
LA DALLA PORTA JUNIOR				
Item e Descrição	Qtd.	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
2. ÁCIDOS GRAXOS ESSENCIAIS, TRATAMENTO OLEOSO PARA CURATIVO, PARA USO EM PELE LESIONADA, RESTAURADOR DO EPITÉLIO, COMPOSTO DE ÓLEOS VEGETAIS POLISSATURADOS, ÁCIDO LINOLEICO, ÁCIDOS CAPRICO, CAPRILICO, CAPROICO, LAURICO, LECITINA DE SOJA, VITAMINA A, VITAMINA E, PARA USO DE QUALQUER TIPO DE FERIDA LIMPA, CONTEÚDO 200ML, EMBALAGEM UNITÁRIA, QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO, EMBALAGEM COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA, LOTE DE FABRICAÇÃO, PROCEDÊNCIA E REGISTRO NO MS CLASSIFICADO COMO PRODUTO - PARA A SAÚDE. MARCAS PRÉ QUALIFICADAS: HELIANTO/CURATEC.	350	UND	R\$ 3,19	R\$ 1.116,50
4. ÁGUA DESTILADA PARA UTILIZAÇÃO EM PROCESSO DE ESTERILIZAÇÃO. EMBALAGEM DE 5 LITROS.	70	UND	R\$ 7,432	R\$ 520,24
5. ÁGUA OXIGENADA 1000 ML.	100	UND	R\$ 3,338	R\$ 333,80
13. ÁLCOOL 70%, 1 LITRO.	150	UND	R\$ 3,884	R\$ 582,60
14. ÁLCOOL GEL A 70% - 1000ML.	50	UND	R\$ 6,25	R\$ 312,50
15. ALGODÃO HIDRÓFILO - EM MANTA UNIFORME E CONTINUA; 100% ALGODÃO; MANTA COM ESPESURA ENTRE 1 E 1,5CM COM BOA ABSORVÊNCIA, INODORO, ASPECTO HOMOGÊNEO E MACIO, LIVRE DE IMPUREZAS E GRUMOS, COR BRANCA, ENVOLVIDA EM PAPEL APROPRIADO NA FORMA DE ROLO QUE DEVERÁ RECEBER UM SEGUNDO INVÓLUCRO QUE COMPLETA A PROTEÇÃO CONTRA POEIRA E OUTRAS SUJIDADES. EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, 500 GRAMAS.	100	UND	R\$ 8,79	R\$ 879,00
20. BOBINA DE PAPEL GRAU CIRÚRGICO - MEDIDAS: 10CMX100M.	50	UND	R\$ 35,15	R\$ 1.757,50
21. BOBINA DE PAPEL GRAU CIRÚRGICO - MEDIDAS: 15MMX100M.	80	UND	R\$ 52,45	R\$ 4.196,00
25. CATETER - NASAL DESCARTÁVEL TIPO ÓCULOS PARA OXIGÊNIO; INFANTIL; EM POLIVINIL ATÓXICO; COM DISPOSITIVO PARA ADAPTAÇÃO NA NARINA DO PACIENTE EM SILICONE (TIPO DOIS DENTES DE GARFO), MACIO, TRANSPARENTE E FLEXÍVEL, COM SISTEMA DE FIXAÇÃO SOBRE ORELHAS. EMBALAGEM INDIVIDUAL ESTÉRIL, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, TIPO DE ESTERILIZAÇÃO, DATA DE VALIDADE E DE FABRICAÇÃO, NUMERO DO LOTE E REGISTRO NO MS.	300	UND	R\$ 0,888	R\$ 266,40
33. COLETOR DE MATERIAL PERFURO CORTANTE - 7 LITROS.	200	UND	R\$ 2,37	R\$ 474,00
34. COLETOR DE URINA SISTEMA FECHADO CONSTITUÍDO DE BOLSA ATÓXICA, TRANSPARENTE, GRADUADA COM INTERVALO MÍNIMO DE 30ML, COM CAMARA DE PASTEUR, VÁLVULA ANTI-REFLUXO E FILTRO DE AR, COM TUBO DE ESVAZIAMENTO COM CLAMP DE FECHAMENTO E FIXAÇÃO A BOLSA. TUBO DE DRENAGEM E, PVC ATÓXICO E TRANSPARENTE MEDINDO ENTRE 1,20 E 1,40M, COM ADAPTADOR DE Sonda ESCALONADO E DISPOSITIVO DE PUNÇÃO PARA COLETA DE URINA. CAPACIDADE DE 2000 ML, COM DISPOSITIVO PARA FIXAÇÃO AO LEITO, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EM EMBALAGEM - INDIVIDUAL QUE FACILITE A IDENTIFICAÇÃO IMEDIATA E A MANIPULAÇÃO ASSÉPTICA DO PRODUTO.	60	UND	R\$ 2,363	R\$ 141,78
38. DETERGENTE ENZIMÁTICO - FRASCOS DE 5 LITROS. PRODUTO UTILIZADO NA LIMPEZA COM DESINCrustação e REMOÇÃO DE RESÍDUOS ORGÂNICOS DE ARTIGOS E INSTRUMENTOS MÉDICO HOSPITALAR, ODONTOLÓGICO E LABORATORIAIS.	4	UND	R\$ 75,55	R\$ 302,20
56. ESPECULO VAGINAL DESCARTÁVEL NÃO ESTÉRIL, TAMANHO GRANDE, MEDINDO 170MM DE COMPRIMENTO TOTAL DO CABO A VALVA, 110MM DE EIXO LONGITUDINAL DA VALVA, 29MM DE LARGURA PROXIMAL DA VALVA 32MM DA LARGURA DISTAL DA VALVA, MATERIAL POLIESTIRENO CRISTAL, VALVAS ANATÔMICAS DE CONTORNOS LISOS E REGULARES, SEMELHANTES AO FORMATO DOS FORNICES VAGINAIS. DISPOSITIVO DE ABERTURA (PARAFUSO BORBOLETA) FABRICADO EM POLIESTIRENO DE ALTO IMPACTO (PSAI), PIGMENTADO E INDEFORMÁVEL, CONTENDO DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, NUMERO DO LOTE E REGISTRO NO MS.	700	UND	R\$ 0,76	R\$ 532,00

57. ESPÉCULO VAGINAL DESCARTÁVEL NÃO ESTÉRIL, TAMANHO MÉDIO, MEDINDO 155MM DE COMPRIMENTO TOTAL DO CABO A VALVA, 95MM DE EIXO LONGITUDINAL DA VALVA, 25 MM DE LARGURA PROXIMAL DA VALVA 28MM DA LARGURA DISTAL DA VALVA, MATERIAL POLIESTIRENO CRISTAL, VALVAS ANATÔMICAS DE CONTORNOS LISOS E REGULARES, SEMELHANTES AO FORMATO DOS FORNICES VAGINAIS. DISPOSITIVO DE ABERTURA (PARAFUSO BORBOLETA) FABRICADO EM POLIESTIRENO DE ALTO IMPACTO (PSAI), PIGMENTADO E INDEFORMÁVEL, CONTENDO DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, E NUMERO DO LOTE E REGISTRO NO MS.	700	UND	R\$ 0,684	R\$ 478,80
58. ESPÉCULO VAGINAL DESCARTÁVEL NÃO ESTÉRIL, TAMANHO PEQUENO, MEDINDO 145MM DE COMPRIMENTO TOTAL DO CABO A VALVA, 80MM DE EIXO LONGITUDINAL DA VALVA, 22MM DE LARGURA PROXIMAL E DISTAL DA VALVA, MATERIAL POLIESTIRENO CRISTAL, VALVAS ANATÔMICAS DE CONTORNOS LISOS E REGULARES, SEMELHANTES AO FORMATO DOS FORNICES VAGINAIS. DISPOSITIVO DE ABERTURA (PARAFUSO BORBOLETA) FABRICADO EM POLIESTIRENO DE ALTO IMPACTO (PSAI), PIGMENTADO E INDEFORMÁVEL, CONTENDO DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, NUMERO DO LOTE E REG.	300	UND	R\$ 0,649	R\$ 194,70
66. FITA MICROPORE 10CMX10M, INVÓLUCRO PROTETOR EM MATERIAL PLÁSTICO RESISTENTE.	200	UND	R\$ 6,13	R\$ 1.226,00
67. FITA MICROPORE 2,5CMX10M, INVÓLUCRO PROTETOR EM MATERIAL PLÁSTICO RESISTENTE.	200	UND	R\$ 1,696	R\$ 339,20
68. FITA PARA AUTOCLAVE COM 19MM X 30M, UTILIZADA COMO INDICADOR DE PROCESSO DE ESTERILIZAÇÃO A VAPOR EM AUTOCLAVES, EM LISTAS NEGRAS BEM IDENTIFICÁVEIS, APÓS SER UTILIZADA NAS ETAPAS DE ESTERILIZAÇÃO POR AUTOCLAVAGEM.	200	UND	R\$ 2,494	R\$ 498,80
69. FIXADOR CITOPATOLÓGICO - SPRAY 100ML.	20	UND	R\$ 5,113	R\$ 102,26
74. GEL PARA CONDUTOR PARA ULTRASSON, FRASCO COM 100ML.	50	UND	R\$ 1,076	R\$ 53,80
80. LÂMINA FOSCA PARA MICROSCÓPIO.	10	CXS.	R\$ 2,894	R\$ 28,94
87. LUVA DE PROCEDIMENTO, DESCARTÁVEL, NÃO ESTÉRIL, TAMANHO GRANDE; EM LATEX NATURAL; TEXTURA UNIFORME, ESPESSURA MÉDIA DE 0,16MM, AMBIDESTRA, BOA ELASTICIDADE, RESISTENTE AO CALCAR, LUBRIFICADA COM PÓ BIOABSORVÍVEL, CONFORTÁVEL E ANATÔMICA COM EMPUNHADURA JUSTA NA EMBALAGEM DEVERA CONSTAR DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, NUMERO DE LOTE E REGISTRO NO MS. CAIXA COM 100 UNIDADES.	100	CXS.	R\$ 13,45	R\$ 1.345,00
89. LUVA DE PROCEDIMENTO, DESCARTÁVEL, NÃO ESTÉRIL, TAMANHO PEQUENO; EM LÁTEX NATURAL; TEXTURA UNIFORME, ESPESSURA MÉDIA DE 0,16MM, AMBIDESTRA, BOA ELASTICIDADE, RESISTENTE AO CALCAR, LUBRIFICADA COM PÓ BIO-ABSORVÍVEL, CONFORTÁVEL E ANATÔMICA, COM EMPUNHADURA JUSTA NA EMBALAGEM, DEVERÁ CONSTAR DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, NUMERO DE LOTE E REGISTRO NO MS. CAIXA COM 100 UNIDADES.	200	CXS.	R\$ 13,45	R\$ 2.690,00
90. LUVA DE PROCEDIMENTO, DESCARTÁVEL, NÃO ESTÉRIL, TAMANHO EXTRA PEQUENO, EM LATEX NATURAL, TEXTURA UNIFORME, ESPESSURA MÉDIA DE 0,16MM, AMBIDESTRA, BOA ELASTICIDADE, RESISTENTE AO CALCAR, LUBRIFICADA COM PÓ BIO-ABSORVÍVEL, CONFORTÁVEL E ANATÔMICA, COM EMPUNHADURA JUSTA, NA EMBALAGEM DEVERA CONSTAR DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, NUMERO DE LOTE E REGISTRO NO MS, CAIXA COM 100 UNIDADES.	200	CXS.	R\$ 13,45	R\$ 2.690,00
91. LUVA ESTÉRIL. EM LATEX, LUBRIFICADAS COM PÓ BIO ABSORVÍVELEINERTE TAMANHO N. 6,5 - PAR.	400	PAR	R\$ 0,919	R\$ 367,60
92. LUVA ESTÉRIL. EM LATEX, LUBRIFICADAS COM PÓ BIO ABSORVÍVELEINERTE TAMANHO N. 7,0 - PAR.	400	PAR	R\$ 0,919	R\$ 367,60
93. LUVA ESTÉRIL. EM LATEX, LUBRIFICADAS COM PÓ BIO ABSORVÍVELEINERTE TAMANHO N. 7,5 - PAR.	400	PAR	R\$ 0,919	R\$ 367,60
94. LUVA ESTÉRIL. EM LATEX, LUBRIFICADAS COM PÓ BIO ABSORVÍVELEINERTE TAMANHO N. 8,0 - PAR.	400	PAR	R\$ 0,919	R\$ 367,60
117. SOLUÇÃO ALCOÓLICA DE DIGLICONATO DE CLOREXIDINA 0,5% - 1000ML.	50	UND	R\$ 9,138	R\$ 456,90
141. SORO FISIOLÓGICO 0,9%, FRASCO DE 100 ML COM SISTEMA FECHADO.	2.000	UND	R\$ 1,65	R\$ 3.300,00
144. SORO GLICOFISIOLÓGICO COM 500 ML SISTEMA FECHADO.	500	UND	R\$ 3,11	R\$ 1.555,00
145. SORO GLICOSADO 5% FRASCO COM 250 ML SISTEMA FECHADO.	500	UND	R\$ 2,363	R\$ 1.181,50
METROMED COM. DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA				
Item e Descrição	Qtd.	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
3. ÁCIDOS GRAXOS ESSENCIAIS, TRATAMENTO OLEOSO PARA CURATIVO, PARA USO EM PELE LESIONADA, RESTAURADOR DO EPITELIO, COMPOSTO DE ÓLEOS VEGETAIS POLISSATURADOS, ÁCIDO LINOLEICO, ÁCIDOS CAPRICO, CAPRILICO, CAPROICO, LAURICO, LECITINA DE SOJA, VITAMINA A, VITAMINA E, PARA USO DE QUALQUER TIPO DE FERIDA LIMPA, CONTEÚDO 100ML, EMBALAGEM UNITÁRIA, QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO, EMBALAGEM COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA, LOTE DE FABRICAÇÃO, PROCEDÊNCIA E REGISTRO NO MS CLASSIFICADO COMO PRODUTO - PARA A SAÚDE.	500	FRASCO	R\$ 2,00	R\$ 1.000,00
32. COLETOR DE MATERIAL PERFURO CORTANTE - 13 LITROS.	300	UND	R\$ 2,64	R\$ 792,00
36. COMPRESSAS DE GAZE HIDRÓFILA NÃO ESTÉRIL, MEDINDO 7,5X7,5CM FECHADA E 15X30CM QUANDO ABERTA, DENSIDADE DE 13 FIOS POR CM², CONFECCIONADAS EM FIOS 100% ALGODÃO EM TECIDO TIPO TELA, COM 8 CAMADAS E 5 DOBRAS, ALVEJADAS, PURIFICADAS E ISENTAS DE IMPUREZAS, SUBSTÂNCIAS GORDUROSAS, AMIDO, CORANTES CORRETIVOS E ALVEJANTES ÓPTICOS. POSSUIR DOBRAS UNIFORMES E PARA DENTRO EM TODA A SUA EXTENSÃO PARA EVITAR O DESFIAMENTO. EMBALADAS EM PACOTES COM 500 UNIDADES COM PESO MÍNIMO DE 500 GRAMAS POR PACOTE. O PRODUTO DEVERÁ ATENDER NA INTEGRA AS ESPECIFICAÇÕES DA NBR 13.843.	1.000	PACOTE	R\$ 17,20	R\$ 17.200,00



39. DISPOSITIVO ASEPTO SCALP Nº 19. CONECTOR PROXIMAL LUER LOCK FEMEA COM TAMPA ROSQUEÁVEL. TUBO EM PVC DISTAL, ASA EM PVC FLEXÍVEL COLORIDO, CANULA TRIFACETADA EM INOX SILICONIZADA, PROTETOR DE CANULA 19G. EMBALAGEM: ESTERELIZADO POR RADIAÇÃO GAMA OU ÓXIDO DE ETILENO.	30	CXS.	R\$ 0,18	R\$ 5,40
40. DISPOSITIVO ASEPTO SCALP Nº 21. CONECTOR PROXIMAL LUER LOCK FEMEA COM TAMPA ROSQUEÁVEL. TUBO EM PVC DISTAL, ASA EM PVC FLEXÍVEL COLORIDO, CANULA TRIFACETADA EM INOX SILICONIZADA, PROTETOR DE CANULA 21G. EMBALAGEM: ESTERELIZADO POR RADIAÇÃO GAMA OU ÓXIDO DE ETILENO.	30	CXS.	R\$ 0,18	R\$ 5,40
41. DISPOSITIVO ASEPTO SCALP Nº 23. CONECTOR PROXIMAL LUER LOCK FEMEA COM TAMPA ROSQUEÁVEL. TUBO EM PVC DISTAL, ASA EM PVC FLEXÍVEL COLORIDO, CANULA TRIFACETADA EM INOX SILICONIZADA, PROTETOR DE CANULA 23G. EMBALAGEM: ESTERELIZADO POR RADIAÇÃO GAMA OU ÓXIDO DE ETILENO.	30	CXS.	R\$ 0,18	R\$ 5,40
42. DISPOSITIVO ASEPTO SCALP Nº 25. CONECTOR PROXIMAL LUER LOCK FEMEA COM TAMPA ROSQUEÁVEL. TUBO EM PVC DISTAL, ASA EM PVC FLEXÍVEL COLORIDO, CANULA TRIFACETADA EM INOX SILICONIZADA, PROTETOR DE CANULA 25G. EMBALAGEM: ESTERELIZADO POR RADIAÇÃO GAMA OU ÓXIDO DE ETILENO.	30	CXS.	R\$ 0,18	R\$ 5,40
43. DRENO DE PENROSE N. 2.	5	DZ.	R\$ 17,88	R\$ 89,40
44. DRENO DE PENROSE N.1.	5	DZ.	R\$ 15,36	R\$ 76,80
47. ELETRODO DESCARTÁVEL COM GEL, ADULTO, PACOTE COM 100 UNIDADES.	300	PACOTE	R\$ 10,98	R\$ 3.294,00
52. ESCOVA CERVICAL DESCARTÁVEL, PONTA ATIVA PRODUZIDA COM MICRO CERDAS EM NYLON E EIXO DE SUSTENTAÇÃO E MAÇO INOXIDÁVEL. CABO EM POLIESTIRENO DE ALTO IMPACTO, ATÓXICO E RESISTENTE AS TRAÇÕES.	800	UND	R\$ 0,15	R\$ 120,00
65. FITA CREPE 19MM X 50M, COR BRANCA.	400	UND	R\$ 2,31	R\$ 924,00
72. FRASCO PARA ALIMENTACAO ENTERAL - 500ML.	400	FRASCO	R\$ 1,02	R\$ 408,00
73. FRONHA DESCARTÁVEL, COM ELÁSTICO, 70X50CM, GRAMATURA DE 20, PACOTE COM 10 UNIDADES.	50	UND	R\$ 7,02	R\$ 351,00
85. LANTERNA CLÍNICA COM ILUMINAÇÃO DE 2,2V.	9	UND	R\$ 9,44	R\$ 84,96
108. PAPEL LENÇOL DESCARTÁVEL EM ROLO PARDOS 50 METROS, 50CMX50MT.	8	ROLO	R\$ 5,15	R\$ 41,20
111. SACO PLÁSTICO PARA LIXO HOSPITALAR NA COR BRANCO LEITOSO, COM CAPACIDADE PARA 50 LITROS, ESPESSURA MÍNIMA DE 0,08MM, CONFECCIONADO DENTRO DAS NORMAS ABNT VIGENTE, DEVENDO CONSTAR EM CADA SACO A INSCRIÇÃO E SÍMBOLO DE MATERIAL INFECTANTE. PACOTE COM 100 UNIDADES.	30	PACOTE	R\$ 12,77	R\$ 383,10
112. SACO PLÁSTICO PARA LIXO HOSPITALAR , NA COR BRANCO LEITOSO, COM CAPACIDADE PARA 30 LITROS, ESPESSURA MÍNIMA DE 0,08MM, CONFECCIONADO DENTRO DAS NORMAS ABNT VIGENTE, DEVENDO CONSTAR EM CADA SACO A INSCRIÇÃO E SÍMBOLO DE MATERIAL INFECTANTE.	50	PACOTE	R\$ 9,30	R\$ 465,00
122. SONDA DE ASPIRAÇÃO TRAQUEAL, CONFECCIONADA EM PVC, TAM. 04, UM ORIFÍCIO CENTRAL NA PORÇÃO PROXIMAL, DOIS ORIFÍCIOS INTERCALADOS EM LADOS OPOSTOS, COMPATÍVEIS COM A NUMERAÇÃO, ADEQUADOS PARA ASPIRAÇÃO DE SECREÇÃO VISCOSA E FLUIDOS, ATRAUMÁTICA, TRANSPARENTE, EM MATERIAL ATÓXICO, ISENTA DE IMPUREZAS, MALEÁVEL, SILICONIZADA, COM ADAPTAÇÃO UNIVERSAL, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM INDIVIDUAL, COM ABERTURA ASSÉPTICA, CONTENDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO.	50	UND	R\$ 0,46	R\$ 23,00
123. SONDA DE ASPIRAÇÃO TRAQUEAL, CONFECCIONADA EM PVC, TAM. 06, UM ORIFÍCIO CENTRAL NA PORÇÃO PROXIMAL, DOIS ORIFÍCIOS INTERCALADOS EM LADOS OPOSTOS, COMPATÍVEIS COM A NUMERAÇÃO, ADEQUADOS PARA ASPIRAÇÃO DE SECREÇÃO VISCOSA E FLUIDOS, ATRAUMÁTICA, TRANSPARENTE, EM MATERIAL ATÓXICO, ISENTA DE IMPUREZAS, MALEÁVEL, SILICONIZADA, COM ADAPTAÇÃO UNIVERSAL, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM INDIVIDUAL, COM ABERTURA ASSÉPTICA, CONTENDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO.	50	UND	R\$ 0,45	R\$ 22,50
124. SONDA DE ASPIRAÇÃO TRAQUEAL, CONFECCIONADA EM PVC, TAM. 08, UM ORIFÍCIO CENTRAL NA PORÇÃO PROXIMAL, DOIS ORIFÍCIOS INTERCALADOS EM LADOS OPOSTOS, COMPATÍVEIS COM A NUMERAÇÃO, ADEQUADOS PARA ASPIRAÇÃO DE SECREÇÃO VISCOSA E FLUIDOS, ATRAUMÁTICA, TRANSPARENTE, EM MATERIAL ATÓXICO, ISENTA DE IMPUREZAS, MALEÁVEL, SILICONIZADA, COM ADAPTAÇÃO UNIVERSAL, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM INDIVIDUAL, COM ABERTURA ASSÉPTICA, CONTENDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO.	50	UND	R\$ 0,46	R\$ 23,00
125. SONDA DE ASPIRAÇÃO TRAQUEAL, CONFECCIONADA EM PVC, TAM. 10, UM ORIFÍCIO CENTRAL NA PORÇÃO PROXIMAL, DOIS ORIFÍCIOS INTERCALADOS EM LADOS OPOSTOS, COMPATÍVEIS COM A NUMERAÇÃO, ADEQUADOS PARA ASPIRAÇÃO DE SECREÇÃO VISCOSA E FLUIDOS, ATRAUMÁTICA, TRANSPARENTE, EM MATERIAL ATÓXICO, ISENTA DE IMPUREZAS, MALEÁVEL, SILICONIZADA, COM ADAPTAÇÃO UNIVERSAL, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM INDIVIDUAL, COM ABERTURA ASSÉPTICA, CONTENDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO.	50	UND	R\$ 0,47	R\$ 23,50
126. SONDA DE ASPIRAÇÃO TRAQUEAL, CONFECCIONADA EM PVC, TAM. 12, UM ORIFÍCIO CENTRAL NA PORÇÃO PROXIMAL, DOIS ORIFÍCIOS INTERCALADOS EM LADOS OPOSTOS, COMPATÍVEIS COM A NUMERAÇÃO, ADEQUADOS PARA ASPIRAÇÃO DE SECREÇÃO VISCOSA E FLUIDOS, ATRAUMÁTICA, TRANSPARENTE, EM MATERIAL ATÓXICO, ISENTA DE IMPUREZAS, MALEÁVEL, SILICONIZADA, COM ADAPTAÇÃO UNIVERSAL, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM INDIVIDUAL, COM ABERTURA ASSÉPTICA, CONTENDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO.	50	UND	R\$ 0,48	R\$ 24,00

127. SONDA DE ASPIRAÇÃO TRAQUEAL, CONFECCIONADA EM PVC, TAM. 16, UM ORIFÍCIO CENTRAL NA PORÇÃO PROXIMAL, DOIS ORIFÍCIOS INTERCALADOS EM LADOS OPOSTOS, COMPATÍVEIS COM A NUMERAÇÃO, ADEQUADOS PARA ASPIRAÇÃO DE SECREÇÃO VISCOSA E FLUIDOS, ATRAUMATICA, TRANSPARENTE, EM MATERIAL ATÓXICO, ISENTA DE IMPUREZAS, MALEÁVEL, SILICONIZADA, COM ADAPTAÇÃO UNIVERSAL, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM INDIVIDUAL, COM ABERTURA ASSÉPTICA, CONTENDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO.	50	UND	R\$ 0,56	R\$ 28,00
129. SONDA NASOGÁSTRICA CURTA NÚMERO 18. EMBALAGEM COM 10 UNIDADES. ESTÉRIL	50	UND	R\$ 0,59	R\$ 29,50
130. SONDA NASOGÁSTRICA CURTA NÚMERO 20. EMBALAGEM COM 10 UNIDADES. ESTÉRIL.	50	UND	R\$ 0,62	R\$ 31,00
131. SONDA NASOGÁSTRICA CURTA NÚMERO 22. EMBALAGEM COM 10 UNIDADES. ESTÉRIL.	50	UND	R\$ 0,62	R\$ 31,00
132. SONDA NASOGÁSTRICA CURTA NÚMERO 06. EMBALAGEM COM 10 UNIDADES. ESTÉRIL.	50	UND	R\$ 0,45	R\$ 22,50
133. SONDA NASOGÁSTRICA CURTA NÚMERO 10. EMBALAGEM COM 10 UNIDADES. ESTÉRIL.	50	UND	R\$ 0,48	R\$ 24,00
134. SONDA NASOGÁSTRICA CURTA NÚMERO 14. EMBALAGEM COM 10 UNIDADES. ESTÉRIL.	50	UND	R\$ 0,51	R\$ 25,50
135. SONDA NASOGÁSTRICA LONGA NÚMERO 18. EMBALAGEM COM 10 UNIDADES. ESTÉRIL.	50	UND	R\$ 0,59	R\$ 29,50
136. SONDA URETRAL DE PVC ESTÉRIL Nº 08, SILICONIZADO. ESTÉRIL, DESCARTÁVEL. EMBALAGEM COM 10 UNIDADES.	200	UND	R\$ 0,46	R\$ 92,00
137. SONDA URETRAL DE PVC ESTÉRIL Nº 10, SILICONIZADO. ESTÉRIL, DESCARTÁVEL. EMBALAGEM COM 10 UNIDADES.	3.000	UND	R\$ 0,47	R\$ 1.410,00
138. SONDA URETRAL DE PVC ESTÉRIL Nº 12, SILICONIZADO. ESTÉRIL, DESCARTÁVEL. EMBALAGEM COM 10 UNIDADES.	4.000	UND	R\$ 0,45	R\$ 1.800,00
139. SONDA URETRAL DE PVC ESTÉRIL Nº 14, SILICONIZADO. ESTÉRIL, DESCARTÁVEL. EMBALAGEM COM 10 UNIDADES.	4.500	UND	R\$ 0,48	R\$ 2.160,00
140. SONDA VESICAL DE DEMORA, TIPO FOLEY Nº 14 - ESTÉRIL, COM DUAS VIAS, DE LATEX ATÓXICO, APIROGENICO, SILICONIZADA, BALÃO COM CAPACIDADE DE 5 A 10 ML, EMBALAGEM INDIVIDUAL EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO OU FILME TERMOPLÁSTICO, ABERTURA EM PÉTALA, SEGURIDADE DE ESTERILIZAÇÃO E MANUSEIO, CONTENDO IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO FABRICANTE E DO PRODUTO, PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE E NUMERO DE LOTE.	10	UND	R\$ 2,36	R\$ 23,60
143. SORO FISIOLÓGICO 0,9%, FRASCO DE 500 ML COM SISTEMA FECHADO.	2.000	UND	R\$ 2,45	R\$ 4.900,00
146. SORO GLICOSADO 5%, FRASCO COM 500 ML, SISTEMA FECHADO.	500	UND	R\$ 3,00	R\$ 1.500,00
152. TUBO DE LÁTEX COR NATURAL Nº200, DIÂMETRO INTERNO 3MM EXTERNO 5,5MM, ALTA FLEXIBILIDADE, EXTREMA RESISTÊNCIA A TRAÇÃO 01 METRO.	3	UND	R\$ 1,45	R\$ 4,35
153. TUBO ENDOTRAQUEAL COM BALÃO, VÁRIAS MEDIDAS, MATERIAL DE PLÁSTICO UTILIZADO PARA ENTUBAÇÃO ENDOTRAQUEAL, MARCADORES DE GRADUAÇÃO EM CENTÍMETROS, FABRICADO EM POLIPROPILENO, VÁLVULA ABS COM MOLA INOXIDÁVEL. TAMANHO 3,0MM.	3	UND	R\$ 4,38	R\$ 13,14
154. TUBO ENDOTRAQUEAL COM BALÃO, VÁRIAS MEDIDAS, MATERIAL DE PLÁSTICO UTILIZADO PARA ENTUBAÇÃO ENDOTRAQUEAL, MARCADORES DE GRADUAÇÃO EM CENTÍMETROS, FABRICADO EM POLIPROPILENO, VÁLVULA ABS COM MOLA INOXIDÁVEL. TAMANHO 5,0MM.	3	UND	R\$ 4,79	R\$ 14,37
155. TUBO ENDOTRAQUEAL COM BALÃO, VÁRIAS MEDIDAS, MATERIAL DE PLÁSTICO UTILIZADO PARA ENTUBAÇÃO ENDOTRAQUEAL, MARCADORES DE GRADUAÇÃO EM CENTÍMETROS, FABRICADO EM POLIPROPILENO, VÁLVULA ABS COM MOLA INOXIDÁVEL. TAMANHO 7,5MM.	3	UND	R\$ 3,96	R\$ 11,88
156. TUBO ENDOTRAQUEAL COM BALÃO, VÁRIAS MEDIDAS, MATERIAL DE PLÁSTICO UTILIZADO PARA ENTUBAÇÃO ENDOTRAQUEAL, MARCADORES DE GRADUAÇÃO EM CENTÍMETROS, FABRICADO EM POLIPROPILENO, VÁLVULA ABS COM MOLA INOXIDÁVEL. TAMANHO 8,0MM.	3	UND	R\$ 4,05	R\$ 12,15
158. SONDA VESICAL DE DEMORA, TIPO FOLEY Nº 12 - ESTÉRIL, COM DUAS VIAS, DE LATEX ATÓXICO, APIROGENICO, SILICONIZADA, BALÃO COM CAPACIDADE DE 5 A 10 ML, EMBALAGEM INDIVIDUAL EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO OU FILME TERMOPLÁSTICO, ABERTURA EM PÉTALA, SEGURIDADE DE ESTERILIZAÇÃO E MANUSEIO, CONTENDO IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO FABRICANTE E DO PRODUTO, PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE E NUMERO DE LOTE.	10	UND	R\$ 2,29	R\$ 22,90
159. SONDA VESICAL DE DEMORA, TIPO FOLEY Nº 16 - ESTÉRIL, COM DUAS VIAS, DE LATEX ATÓXICO, APIROGENICO, SILICONIZADA, BALÃO COM CAPACIDADE DE 5 A 10 ML, EMBALAGEM INDIVIDUAL EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO OU FILME TERMOPLÁSTICO, ABERTURA EM PÉTALA, SEGURIDADE DE ESTERILIZAÇÃO E MANUSEIO, CONTENDO IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO FABRICANTE E DO PRODUTO, PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE E NUMERO DE LOTE.	10	UND	R\$ 2,44	R\$ 24,40
160. SONDA VESICAL DE DEMORA, TIPO FOLEY Nº 18 - SONDAFOLEY, ESTÉRIL, COM DUAS VIAS, DE LATEX ATÓXICO, APIROGENICO, SILICONIZADA, BALÃO COM CAPACIDADE DE 5 A 10 ML, EMBALAGEM INDIVIDUAL EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO OU FILME TERMOPLÁSTICO, ABERTURA EM PÉTALA, SEGURIDADE DE ESTERILIZAÇÃO E MANUSEIO, CONTENDO IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO FABRICANTE E DO PRODUTO, PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE E NUMERO DE LOTE.	10	UND	R\$ 2,49	R\$ 24,90
OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA				
Item e Descrição	Qtd.	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
50. EQUIPO MACROGOTAS COM INJETOR LATERAL.	1.000	UND	R\$ 0,63	R\$ 630,00
75. 3M INDICADOR QUÍMICO INTERNO COMPLY 1250 MULTIPARAMÉTRICO PARA VAPOR. CAIXA COM 240 UNIDADES.	4	CXS.	R\$ 135,15	R\$ 540,60

76. IODO POLIVIDONA TÓPICO SOLUÇÃO AQUOSA 10% - 1000ML.	30	LI-TROS	R\$ 21,60	R\$ 648,00
77. IODOPOLVIDONA DEGERMANTE, CONCENTRAÇÃO DE 1% DE IODO ATIVO. FRASCO COM 1000 ML.	30	UND	R\$ 22,46	R\$ 673,80
78. KIT DE CANULAS DE GUEDELL Nº 00, 01, 02, 03, 04 E 05.	2	UND	R\$ 14,54	R\$ 29,08
101. MÁSCARA LANRINGEA TAMANHO Nº 2,5 CRIANÇA DE 20 A 30KG, DISPOSITIVO PARA O MANUSEIO SUPRAGLOTICO DAS VIAS ÁREAS, PODENDO SER CONSIDERADO COMO FUNCIONALMENTE INTERMEDIÁRIO ENTRE MÁSCARA FACIAL E TUBO TRAQUEAL.	2	UND	R\$ 40,95	R\$ 81,90
PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA				
Item e Descrição	Qtd.	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1. ABAIXADOR DE LÍNGUA - DE MADEIRA, DESCARTÁVEL; FORMATO ESPÁTULA, SUPERFÍCIE LISA, EXTREMIDADES ARREDONDADAS; MEDINDO 1,5 X 13,5CM, PACOTE COM 100 UNIDADES.	80	PACOTE	R\$ 2,40	R\$ 192,00
16. ATADURA DE CREPOM - MEDINDO 6 CM X 4,5M (ESTICADO); CONFECCIONADA EM FIOS DE ALGODÃO CRU DE ALTA TORÇÃO OU COMPONENTES SINTÉTICOS, 13 FIOS/CM QUADRADO, COM BORDAS DELIMITADAS, ELASTICIDADE ADEQUADA, ENROLADA UNIFORMEMENTE EM FORMA CILÍNDRICA, ISENTA DE DEFEITOS. EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO.	400	PCT.	R\$ 3,22	R\$ 1.288,00
24. CATETER - NASAL DESCARTÁVEL TIPO ÓCULOS PARA OXIGÊNIO; ADULTO; EM POLIVINIL ATÓXICO; COM DISPOSITIVO PARA ADAPTAÇÃO NA NARINA DO PACIENTE EM SILICONE (TIPO DOIS DENTES DE GARFO), MACIO, TRANSPARENTE E FLEXÍVEL, COM SISTEMA DE FIXAÇÃO SOBRE ORELHAS. EMBALAGEM INDIVIDUAL ESTÉRIL, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, TIPO DE ESTERILIZAÇÃO, DATA DE VALIDADE E DE FABRICAÇÃO, NUMERO DO LOTE E REGISTRO NO MS.	500	UND	R\$ 0,77	R\$ 385,00
49. EQUIPO CONEXÃO 2 VIAS (TIPO POLIFIX) - DISPOSITIVO DESCARTÁVEL, ESTÉRIL EM PLÁSTICO (PVC) OU MATERIAL COMPATÍVEL COM SUA FINALIDADE. TRANSPARENTE EM FORMA DE Y, COM PINÇA E TAMPA PROTETORA EM CADA UMA DAS EXTREMIDADES. DEVERÁ TER CONECTOR LUER FÊMEA NAS EXTREMIDADES QUE SE DESTINAM A INFUSÃO DE SOLUÇÕES E CONECTOR LUER - LOCK MACHO NA EXTREMIDADE A QUAL SE CONECTA O DISPOSITIVO PARA INFUSÃO ENDOVENOSA.	600	UND	R\$ 0,56	R\$ 336,00
97. MÁSCARA DE VENTURI ADULTO, TRANSPARENTE, DE VINIL MACIO PARA CONFORTO DO PACIENTE E AVALIAÇÃO VISUAL.	4	UND	R\$ 10,45	R\$ 41,80
98. MÁSCARA DE VENTURI PEDIÁTRICO, TRANSPARENTE, DE VINIL MACIO PARA CONFORTO DO PACIENTE E AVALIAÇÃO VISUAL.	4	UND	R\$ 10,45	R\$ 41,80
106. PAPEL CREPADO CIRÚRGICO BRANCO 30X30 - CAIXA COM 500 FOLHAS.	100	CXS.	R\$ 50,22	R\$ 5.022,00
107. PAPEL CREPADO CIRÚRGICO BRANCO 50X50 - CAIXA COM 500 FOLHAS.	4	CXS.	R\$ 137,72	R\$ 550,88
109. PAPEL TÉRMICO MILIMETRADO PARA ECG BIONET - 216MMX30M, PARA ELETROCARDIOGRAFO CARDIOCARE 2000.	6	UND	R\$ 24,85	R\$ 149,10
118. SOLUÇÃO AQUOSA DE DIGLICONATO DE CLOREXIDINA 0,2% - 1000ML.	50	UND	R\$ 6,08	R\$ 304,00
120. SOLUÇÃO DE IODO 2% (LUGOL) - FRASCO COM 1000 ML, USO INDUSTRIAL/HOSPITALAR.	4	UND	R\$ 88,50	R\$ 354,00
157. SERINGA DESCARTAVEL - EM PLASTICO, CAPACIDADE DE 1ML COM AGULHA 13X4,5, EMBALAGEM ESTERIL EM PAPELGRAU CIRURGICO COM ABERTURA EM PETALA, COM DADOS DE IDENTIFICACAO TIPO DE ESTERILIZACAO COM DATA DA FABRICACAO E DA VALIDADE NUMERO DO LOTE E REGISTRO NO MS.	20.000	UND	R\$ 0,145	R\$ 2.900,00
PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E ODONTOLOGICOS EIRELI - EPP				
Item e Descrição	Qtd.	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
17. ATADURA DE CREPOM TIPO I MEDINDO 12CM DE LARGURA POR 1,80M EM REPOUSO DE COMPRIMENTO, COM DENSIDADE DE 13 FIOS/CM2, COM PESO DE 26,0G POR UNIDADE, CONFECCIONADA EM TECIDO 100% ALGODÃO CRU OU MISTO, FIOS DE ALTA TORÇÃO, POSSUINDO BASTANTE ELASTICIDADE NO SENTIDO LONGITUDINAL, ENROLADAS SOBRE SI MESMAS, APARÊNCIA UNIFORME, BORDAS DEVIDAMENTE ACABADAS, ISENTA DE RASGOS, IMPUREZAS, FIAPOS E QUAISQUER OUTROS TIPOS DE DEFEITOS QUE POSSAM AFETAR SEU DESEMPENHO DURANTE O USO. EMBALADAS INDIVIDUALMENTE, - PACOTE COM 12 UNIDADES. O PRODUTO DEVERA ATENDER NA INTEGRALIDADE AS ESPECIFICAÇÕES DA NBR14.056.	450	PACOTE	R\$ 6,20	R\$ 2.790,00
18. ATADURA DE CREPOM TIPO I MEDINDO 20CM DE LARGURA POR 1,80M EM REPOUSO DE COMPRIMENTO, COM DENSIDADE DE 13 FIOS/CM2, COM PESO DE 42,8G POR UNIDADE, CONFECCIONADA EM TECIDO 100% ALGODÃO CRU OU MISTO, FIOS DE ALTA TORÇÃO, POSSUINDO BASTANTE ELASTICIDADE NO SENTIDO LONGITUDINAL, ENROLADAS SOBRE SI MESMAS, APARÊNCIA UNIFORME, BORDAS DEVIDAMENTE ACABADAS, ISENTA DE RASGOS, IMPUREZAS, FIAPOS E QUAISQUER OUTROS TIPOS DE DEFEITOS QUE POSSAM AFETAR SEU DESEMPENHO DURANTE O USO. EMBALADAS INDIVIDUALMENTE, - PACOTE COM 12 UNIDADES. O PRODUTO DEVERA ATENDER NA INTEGRALIDADE AS ESPECIFICAÇÕES DA NBR14.056.	200	PACOTE	R\$ 9,50	R\$ 1.900,00
19. AVENTAL TIPO DESCARTÁVEL COM MANGA LONGA, COR BRANCA, PACOTE COM 10 UNIDADES.	100	PACOTE	R\$ 10,80	R\$ 1.080,00
53. ESPARADRAPO 10X4,5CM.	200	UND	R\$ 5,03	R\$ 1.006,00
60. FIO DE SUTURA NYLON 2-0 COM 24 UNID AGULHADO.	10	UND	R\$ 22,50	R\$ 225,00
61. FIO DE SUTURA NYLON 3-0 COM 24 UNID AGULHADO.	10	UND	R\$ 22,50	R\$ 225,00
62. FIO DE SUTURA NYLON 4-0 COM 24 UNID AGULHADO.	10	UND	R\$ 22,50	R\$ 225,00
63. FIO DE SUTURA NYLON 5-0 COM 24 UNID AGULHADO.	10	UND	R\$ 22,50	R\$ 225,00



86. LENÇOL DESCARTÁVEL, COM ELÁSTICO, 2,00X0,90, BRANCO, 30GM/2, PACOTE COM 10 UNIDADES.	100	PACOTE	R\$ 8,50	R\$ 850,00
88. LUVAS DE PROCEDIMENTO, DESCARTÁVEL, NÃO ESTÉRIL, TAMANHO MÉDIO; EM LATEX NATURAL; TEXTURA UNIFORME, ESPESSURA MÉDIA DE 0,16MM, AMBIDESTRA, BOA ELASTICIDADE, RESISTENTE AO CALÇAR, LUBRIFICADA COM POBIO-ABSORVÍVEL, CONFORTÁVEL E ANATÔMICA COM EMPUNHADURA JUSTA NA EMBALAGEM DEVERA CONSTAR DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, NUMERO DE LOTE E REGISTRO NO MS. CAIXA COM 100 UNIDADES.	200	CXS.	R\$ 13,40	R\$ 2.680,00
SANIMED PRODUTOS HOSPITALARES ME				
Item e Descrição	Qtd.	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
37. CURATIVO HIPOALERGÊNICO TIPO BLOOD STOP BANDAGEM.	30	CXS.	R\$ 10,95	R\$ 328,50
54. ESPARADRAPO 10 X 2,5CM.	200	UND	R\$ 1,94	R\$ 388,00
59. ESTETOSCÓPIO PROFISSIONAL, TUBO Y FLEXÍVEIS EM PVC COLORIDO; FONE BIAURICULAR; PAR DE OLIVAS MACIAS; CLIPS DE AÇO INOXIDÁVEL; COM ÂNGULO ANATÔMICO; AUSCULTAÇÃO SENSÍVEL E PRECISA.	6	UND	R\$ 33,05	R\$ 198,30
64. FIO DE SUTURA NYLON 6-0 COM 24 UNID AGULHADO.	10	UND	R\$ 23,04	R\$ 230,40
71. FRASCO FRACIONADOR PARA SOLUÇÕES ENTERAIS, 500ML, PERMITE TRATAMENTO TÉRMICO (AQUECIMENTO, RESFRIAMENTO) DE SOLUÇÕES, LIVRE DE BISFENOL-A, TAMPAS COM MEMBRANA PERFURÁVEL, ADAPTADA AOS EQUIPOS DE ALIMENTAÇÃO ENTERAL, FRASCO EM PÉ DE 500ML GRADUADO COM ESCALA DE 100ML, COM DISPOSITIVO PARA FIXAÇÃO EM SUPORTE, ATÓXICO, ESTERILIZADO POR RADIAÇÃO GAMA.	200	UND	R\$ 1,10	R\$ 220,00
79. KIT PARTO P/ REALIZAÇÃO DE PARTO DE EMERGÊNCIA COMPLETO P/ REALIZAÇÃO DO PARTO NORMAL DE EMERGÊNCIA, CONTENDO 01 LENÇOL DESCARTÁVEL ESTÉRIL (2,00X0,90M), 01 AVENTAL MANGA LONGA EM FALSO TECIDO, 02 CORTE CLAMPS UMBILICAIS EM PLÁSTICO, 01 ABSORVENTE HOSPITALAR, 02 PARES DE LUVAS CIRÚRGICAS ESTERILIZADAS, 01 BISTURI DESCARTÁVEL Nº 22, 01 SACO PLÁSTICO DE 20L, 01 ENVELOPE COM 10 (DEZ) UNIDADES DE GAZE ESTERILIZADAS, 02 ENVELOPES COM ÁLCOOL GEL, - 01 PAR DE LUVAS DESCARTÁVEIS ESTÉRIL.	10	UND	R\$ 39,95	R\$ 399,50
151. TERMÔMETRO CLÍNICO DIGITAL COM PONTA FLEXÍVEL, AMPLO DISPLAY LCD, MEMÓRIA 100% RESISTENTE À ÁGUA, ALARME DE FEBRE, INDICADOR DE BATERIA FRACA, DESLIGAMENTO AUTOMÁTICO, APROVADO PELO INMETRO, APRESENTAR AMOSTRA.	10	UND	R\$ 11,25	R\$ 112,50

1.2 Este instrumento não obriga a Prefeitura Municipal de Ascurra a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a aquisição do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

1.3 As aquisições ou contratações adicionais a que se refere o item anterior não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 25% dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

## 2. DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- Edital de Pregão Presencial nº 4/2018 FMS e seus anexos;
- Proposta da (s) Licitante(s).

## 3. VIGÊNCIA

3.1 A presente Ata terá vigência de 12 (doze) meses

## 4. DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO

4.1 Os materiais serão fornecidos PARCELADAMENTE, conforme necessidade e solicitações da Secretaria de Saúde, em atendimento às requisições periódicas escritas expedidas por servidor público municipal designado pela Administração para fiscalizar e acompanhar o cumprimento do contrato, sendo que as entregas deverão ser feitas no local indicado nas respectivas requisições no prazo de 3 (três) dias úteis. Será responsável pelo recebimento dos materiais o servidor Gilmar Alves Trindade Filho.

4.1.1 Se a entrega dos materiais cotados não for realizada no prazo estipulado, o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE aplicará às sanções previstas neste Edital e em Lei.

4.1.2 No ato da entrega do objeto, a proponente deverá emitir Nota Fiscal/fatura correspondente as quantias entregues realizados, encaminhando-a posteriormente à Secretaria responsável para conferência e assinatura pelo responsável.

4.2 Os materiais que forem recusados deverão ser substituídos no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da data de notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para o Fundo.

4.3 O recebimento dos materiais, mesmo que definitivo, não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela qualidade e características dos materiais entregues, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização dos mesmos, durante todo o prazo de vigência da ata.

4.4 A empresa será responsável por eventuais danos havidos nos materiais, provenientes de negligência, imperícia e/ou imprudência praticados por seus empregados, obrigando-se a substituí-los, ou a indenizar a Administração do prejuízo causado.

## 5. DO PAGAMENTO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, mediante a aceitação do objeto e apresentação de nota fiscal, sem emendas ou rasuras que após conferidos e visados, serão encaminhados ao empenho na Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

5.1.1 Ocorrendo erros na apresentação da nota fiscal, a mesma será devolvida à contratada para a devida correção e reapresentação.

5.1.2 Para a efetivação do pagamento o licitante deverá manter as mesmas condições previstas neste edital no que concerne a PROPOSTA e a HABILITAÇÃO.

5.2 As despesas provenientes do presente edital correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias do exercício de 2018 e respectivas para 2019:

DOTAÇÕES							
Exercício da despesa	Referência	Órgão	Unidade	Ação	Plano	Subelemento	Vínculo
2018	159	05	001	2024	3339000000000000	3339030360000000	01020000
2018	163	05	001	2025	3339000000000000	3339030360000000	01380100
2018	206	05	001	2025	3339000000000000	3339030360000000	03380101

## 6. REAJUSTE, REVISÃO E REPACTUAÇÃO DE PREÇOS

6.1 A CONTRATANTE e a CONTRATADA têm direito ao equilíbrio econômico financeiro do contrato, em consonância com disposto no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, a ser realizado mediante os seguintes critérios:

### 6.1.1 Reajuste de Preços:

6.1.1.1 Os preços constantes na presente ata podem ser reajustados a cada 12 (doze) meses.

### 6.1.2 Revisão de preços:

6.1.2.1 A Revisão de Preços, observadas as prescrições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, poderá ser solicitada, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente contrato, para reequilíbrio econômico financeiro,

se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

6.1.2.1.1 A CONTRATADA deverá formular à CONTRATANTE requerimento para a revisão do contrato, comprovando a ocorrência de fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis, que tenha onerado excessivamente as obrigações por ela contraídas;

6.1.2.1.2 A CONTRATANTE examinará o requerimento e, após análise e conferência dos valores, informará a CONTRATADA quanto ao atendimento ou não do mesmo, de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

6.1.3 Independentemente de solicitação, a CONTRATANTE poderá convocar a CONTRATADA para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto contratado, na quantidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços de mercado.

6.1.4 Os efeitos financeiros da Revisão de preços serão devidos a contar da data do evento que aumentou/diminuiu os custos do contrato, cabendo à parte interessada a iniciativa e o ônus de demonstrar, de forma analítica, o aumento ou redução do custo, observando-se que não serão devidos juros de mora e/ou atualização monetária.

6.1.5 As alterações decorrentes de revisões e de reajustes de preços serão formalizadas por meio de Instrumentos Contratuais Aditivos.

## 7. DA FISCALIZAÇÃO

7.1 O exercício de fiscalização pelo preposto da CONTRATANTE não excluirá nem reduzirá as responsabilidades da CONTRATADA.

7.2 À Fiscalização fica desde já assegurado o direito de:

7.2.2 Determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados;

7.2.3 Rejeitar todo e qualquer bem entregue de má qualidade ou em desacordo com o especificado no edital e na proposta, exigindo sua substituição ou correção imediatas;

7.2.4 Impugnar todo e qualquer produto em desacordo com as especificações, normas regulamentares, legais e contratuais;

7.3 A CONTRATANTE sem prejuízo de suas atribuições de acompanhamento, poderá contratar, profissionais consultores ou empresas especializadas, os serviços relativos ao controle qualitativo e quantitativo dos materiais objeto do edital.

## 8. RESPONSABILIDADES DAS PARTES

### 8.1 Compete a CONTRATADA:

- a) Entregar o objeto ajustado dentro do prazo de entrega, por intermédio exclusivo de seus empregados, sem qualquer ônus para o Fundo;
- b) providenciar, no prazo máximo de 03 (três) dias, o saneamento de qualquer irregularidade constatada nos materiais fornecidos;
- c) manter, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;
- d) Corrigir, reparar, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções, ou, ainda, que estejam em desacordo com as especificações exigidas.

### 8.2 Compete a CONTRATANTE:

- a) pagar à CONTRATADA o preço estabelecido;
- b) designar servidores responsável pelo acompanhamento e entrega dos materiais adquiridos.

## 9. DA RESCISÃO DA ATA

### 9.1 Constituem motivo para rescisão da Ata:

9.1.1 O não cumprimento de cláusulas constantes na presente Ata, especificações e prazos;

9.1.2 O cumprimento irregular de cláusulas, especificações e prazos;

9.1.3 A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e na Ata;

9.1.4 O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

9.1.5 O cometimento reiterado de faltas na sua execução;

9.1.6 A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

9.1.7 A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

9.1.8 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a entrega dos bens;

9.1.9 Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o edital;

9.1.10 A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente previstas desmobilizações e mobilizações

e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

9.1.11 O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE à CONTRATADA pelos materiais já entregues, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

9.1.12 A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução.

9.1.13 Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666/93, em observância do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1988, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

9.2 Decidido pela rescisão da Ata, será executada da seguinte forma:

9.2.1 Determinada por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE nos casos enumerados nos itens 9.1.1 à 9.1.10 e 9.1.12 à 9.1.14.

9.2.2 Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE;

9.2.3 Judicial, nos termos da legislação;

9.3 A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

9.4 Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos 9.1.9 à 9.1.12, desta cláusula, sem que haja culpa da CONTRATADA, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.

9.5 Será assegurado, a parte que tiver dado motivo à rescisão, o contraditório e a ampla defesa.

## 10. DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 As Licitantes participantes desta Licitação e, principalmente, a Licitante vencedora, sujeitar-se-ão, no que couber às sanções previstas no Capítulo IV da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

10.2 Pelo comportamento incorreto da Licitante no decorrer do Processo Licitatório a Licitadora poderá, garantida prévia defesa, aplicar a Licitante as seguintes penalidades:

10.2.1 Advertência, no caso de faltas que não motivem a aplicação de multas.

10.2.2 Multa, conforme os seguintes critérios:

10.2.2.1 No valor de 1% (um por cento) do valor total vencido pelo licitante registrado em ata, no caso de acumulação de 03 (três) advertências;

10.2.2.2 No valor de 2% (dois por cento) do valor total vencido pelo licitante registrado em ata, no caso de impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório;

10.2.2.3 No valor de 5% (cinco por cento) do valor total vencido pelo licitante registrado em ata, no caso de apresentar declaração em falso no processo, sem prejuízo de demais processos administrativos e jurídicos;

10.2.2.4 No valor de 10% (dez por cento) do valor total vencido pelo licitante registrado em ata se der causa à Declaração de Inidoneidade;

10.2.2.5 No valor de 10% (dez por cento) do valor do valor total vencido pelo licitante registrado em ata, no caso de inobservância de quaisquer das condições do item 02 do mesmo;

10.2.2.6 No valor de R\$ 100,00 (cem reais) por dia no atraso injustificado, ou com justificativa não aceita pela autoridade superior competente na entrega dos materiais.

10.2.3 Suspensão de Participação em licitações com o Município de Ascurra, pelo prazo de 02 (dois) anos, no caso de quaisquer dos motivos expostos nos itens 10.2.2.2 à 10.2.2.5 e 10.2.4.1 à 10.2.4.2.

10.2.4 Declaração de Inidoneidade, nos seguintes casos:

10.2.4.1 Se o valor acumulado das multas ultrapassarem o 10% (dez por cento) do valor do valor total vencido pelo licitante registrado em ata;

10.2.4.2 Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

10.2.4.3 Tenham praticado atos ilícitos e/ou a não entrega do objeto deste edital, visando a frustrar os objetivos da licitação;

10.2.4.4 Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

10.2.5 Será assegurada, a parte que tiver dado motivo à penalidade, o contraditório e a ampla defesa.

10.3 Nenhum pagamento será processado à proponente penalizada sem que antes este tenha pago ou lhe seja relevada a multa imposta.

## 11. DO FORO

11.1 O foro competente para dirimir possíveis dúvidas, após se esgotarem todas as tentativas de composição amigável, e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação, independente de outro que por mais privilegiado seja, será o da Comarca de ASCURRA/SC.

E, assim, por estarem justas e contratadas, as partes, por seus representantes legais, o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo assinados.

Ascurra, 30 de abril de 2018.

MUNICÍPIO DE ASCURRA  
LAIRTON ANTONIO POSSAMAI  
CONTRATANTE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
ENILSON ERLEY DE FREITAS  
CONTRATANTE

EMPRESA  
REPRESENTANTE LEGAL  
Contratada

**EXTRATO DE ANULAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO  
N. 19/2018 E RESCISÃO DO CONTRATO N. 13/2018**

Publicação Nº 1608154

Município de Ascurra

Extrato de anulação de dispensa de licitação e rescisão contratual

Dispensa de Licitação n. 19/2018

Extrato de contrato nº 13/2018

Contratante: Município de Ascurra

Contratada: Rafael Paludo (CPF n. 005.032.810-77)

Objeto: Contratação de engenheiro florestal para a elaboração de inventário florestal, acompanhado de projeto de supressão de vegetação nativa de 0,5 hectares e de relatório de conclusão da supressão, em imóvel na propriedade de Odete Maria Fistarol, localizado na Rua Guaranicanas, no Município de Ascurra, com a finalidade de extração de macadame

Decisão Administrativa: Acolho as razões do parecer jurídico de n. 047/2018/PJ para decidir pela ANULAÇÃO do processo de dispensa de licitação de n. 19/2018 com a consequente rescisão unilateral do contrato administrativo de n. 13/2018, com fundamento no art. 9, inciso III c/c § 3º do referido artigo, da Lei 8.666/93, tendo em vista que o Senhor Rafael Paludo é servidor do Consórcio Intermunicipal do Vale do Itajaí (CIMVI), possuindo, ainda que indiretamente, vínculos legais junto ao Município de Ascurra.

Ascurra, 2 de maio de 2018.

Lairton Antonio Possamai

Prefeito Municipal

# Balneário Rincão

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 035/PMBR/2018

Publicação Nº 1608226

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE BALNEARIO RINCÃO

SECRETARIA DE TURISMO ESPORTE E CULTURA

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 035/PMBR/2018.

Tipo: MENOR PREÇO GLOBAL.

Data e horário da sessão de abertura: 14/05/2018 às 14h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Balneário Rincão/SC, situado na Avenida Leoberto Leal, 1071, Centro, do Município de Balneário Rincão - SC.

Objeto: Contratação de empresa do ramo pertinente para planejamento, execução, organização e realização do evento da "23ª. Festa da Tainha", que se realizará de 12 a 15/07/2018 no Município de Balneário Rincão/SC, com fornecimento de atrações, montagens e desmontagens de estruturas, sonorização, iluminação, banheiros químicos e organização de estacionamento de veículos.

Fone/Fax: (48) 3468-7218/ e-mail: licitacao@balneariorincao.sc.gov.br

Balneário Rincão – SC, 30 de Abril de 2018.

Gisele Ferreira

Pregoeira

# Bandeirante

## PREFEITURA

### AVISO - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 08/2018 FMS

Publicação Nº 1608467

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BANDEIRANTE  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 08/2018  
EDITAL DE CREDENCIAMENTO

O Gestor do Fundo Municipal de Saúde, Neuri Biazzi, no uso de suas atribuições legais, comunica a todos os interessados e para que haja amplo conhecimento público, a expedição da presente comunicação:

Devido a falta de empresas habilitadas ao credenciamento para prestação do serviço conforme objeto discriminado abaixo, fica prorrogado o prazo para entrega de envelopes com a documentação para credenciamento, nos termos do edital acima citado, das empresas que tiverem interesse no objeto que segue:

CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA FORNECIMENTO DE APARELHOS AUDITIVOS E EXAMES DE FONOAUDIOLOGIA A PACIENTES DO MUNICÍPIO, CONFORME AUTORIZAÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE.

Os envelopes serão recebidos no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Bandeirante até as 09:30hrs do dia 21/05/2018. Sendo que a abertura dos mesmos e conferência da documentação ocorrerá em sessão pública no mesmo horário.

Ficam mantidas todas as outras disposições do Edital de Inexigibilidade de Licitação 08/2018. O mesmo continua disponível, juntamente com este comunicado, no endereço eletrônico [www.bandeirante.sc.gov.br](http://www.bandeirante.sc.gov.br), pode também ser solicitado pelo e-mail [licitacao@bandeirante.sc.gov.br](mailto:licitacao@bandeirante.sc.gov.br).

Maiores informações ou dúvidas pelo fone (049) 3626 0012.

Bandeirante/SC, 30 de abril de 2018.

Neuri Biazzi  
Gestor do FMS

### AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 07/2018 FMS

Publicação Nº 1608188

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BANDEIRANTE  
AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 07/2018  
CREDENCIAMENTO

O Fundo Municipal de Saúde de Bandeirante informa que, encontra-se aberto o CREDENCIAMENTO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CIRURGIAS MÉDICAS ELETIVAS AOS PACIENTES DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTE, INCLUINDO TODOS OS CUSTOS JUNTO AO HOSPITAL RELATIVOS A INTERNAÇÃO, INSUMOS MEDICO-HOPITALARES UTILIZADOS, E AOS PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS, PARA O ANO DE 2018, conforme as especificações contidas no edital e em seus anexos.

Recebimento dos envelopes de documentação a partir da publicação do presente extrato até as 09h30min do dia 30/05/2018, no Dpto de Licitações da Prefeitura Municipal, a Av. Santo Antonio.

O Edital estará disponível no endereço [www.bandeirante.sc.gov.br](http://www.bandeirante.sc.gov.br). Informações pelo fone (049) 3626 0012, ou pelo e-mail [licitacao@bandeirante.sc.gov.br](mailto:licitacao@bandeirante.sc.gov.br)

Bandeirante/SC, 30 de abril de 2018.  
Neuri Biazzi - Gestor do FMS.

### EXTRATO DE CONTRATO 44/2018 PMB

Publicação Nº 1605072

MUNICÍPIO DE BANDEIRANTE  
CONTRATO Nº 44/2018  
TERMO ADITIVO Nº 6 AO CONTRATO ORIGINAL 132/2015

Contratante: MUNICÍPIO DE BANDEIRANTE  
Contratado: ALEX CONSTRUTORA LTDA  
Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA(S) JURÍDICA(S) PARA CONSTRUÇÃO DA PRAÇA PÚBLICA MUNICIPAL DE BANDEIRANTE COM ÁREA SER CONSTRUÍDA DE 8.540,43 M², LOCALIZADA NA RUA SÃO MIGUEL ESQUINA COM A RUA QUERINO SCARAVONATTO E COM A RUA DO COMERCIO, CONFORME CONTRATO DE REPASSE DO MINISTÉRIO DO TURISMO Nº 1.015.885-96/2014, CONFORME PROJETO, MEMORIAL DESCRITIVO, ORÇAMENTOS E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO PARTES INTEGRANTES DESTES PROCESSOS LICITATÓRIOS.

Assinatura: 26 de abril de 2018.  
Vigência: 26 de abril de 2018 a 30 de junho de 2018  
Valor: R\$ 23.457,95 (vinte e três mil quatrocentos e cinquenta e sete reais e noventa e cinco centavos).

Bandeirante- SC, em 26 de abril de 2018

Celso Biegelmeier – Prefeito Municipal



# Biguaçu

## PREFEITURA

### COMUNICADO 01 PP 01/2018-PREVBIGUAÇU

Publicação Nº 1608330

COMUNICADO – PREGÃO PRESENCIAL nº 01/2018-PREVBIGUAÇU

Comunicamos às empresas interessadas no PP 01/2018-PREVBIGUAÇU, objetivando a “CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA DE INVESTIMENTOS NO MERCADO FINANCEIRO PARA O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU- PREVBIGUAÇU, APOSENTADORIA E PENSÃO DO SERVIDOR”, que devido a erros de digitação, altera-se o edital:

Leia-se no Preâmbulo do edital:

O Diretor administrativo e financeiro, Sr. Nagib Abrahão Salum Neto, por delegação de competência (Portaria nº 1717 de 30 de junho de 2016), torna público que se acha aberta, nesta unidade, licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, objetivando CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA DE INVESTIMENTOS NO MERCADO FINANCEIRO PARA O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU- PREVBIGUAÇU, APOSENTADORIA E PENSÃO DO SERVIDOR (PREVBIGUAÇU), que será regida pela lei federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, aplicando-se subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, com alterações posteriores, Lei complementar n.º 123 de 14/12/2006 e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

As demais informações constantes no aviso e edital de licitação permanecem inalteradas.

Biguaçu, 30 de abril 2018.

Mirella da Conceição  
Pregoeira

### DL117/2018-PMB

Publicação Nº 1608557

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE LICITAÇÃO, COMPRAS E CONTATOS

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 117/2018-PMB

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS REFERENTE A REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS PARA AS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, SAÚDE E EDUCAÇÃO RECURSOS ADVINDOS DOS VALORES DAS INSCRIÇÕES.

CONTRATADA: FUNDAÇÃO DE APOIO À EDUCAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UNISUL

VALOR VARIÁVEL: Sem custos para o Município, sendo que o valor contratual será com base na quantidade estimada de até 1.000 inscritos e homologados, e será repassado para o Município 20% por cento do valor das inscrições indiferente do número de candidatos inscritos, sendo que 80% (oitenta) por cento restante ficará para a Contratada.  
VIGÊNCIA DO CONTRATO: até 31/12/2018, de acordo com a Autorização de fornecimento emitido pelo Setor de Compras.

JUSTIFICATIVA: Essa contratação visa atender o provimento dos cargos efetivos nas Secretarias de Administração, Saúde e Educação. Oprou-se por processo de Dispensa de licitação com fundamento no Art. 24, XIII, da Lei nº 8.666/93, atualizada pela Lei nº 8.883/94: XIII- na contratação de instituição brasileira incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, ou de instituição dedicada à recuperação social do preso, desde que a contratada detenha inquestionável reputação ético-profissional e não tenha fins lucrativos; (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 8.6.94).

DA ESCOLHA DO FORNECEDOR E DO PREÇO: A Empresa contratada atende o que determina o item XIII do art. 24 da Lei 8.666/93 apresentando o valor dentro do praticado no mercado e apresentando todos os documentos de regularidade fiscal dentro do prazo de validade.

Biguaçu, 27 de abril de 2018.  
RAMON WOLLINGER  
PREFEITO MUNICIPAL

Por delegação – Daniel César da Luz  
Secretário de Administração

**DL122/2018-PMB**

Publicação Nº 1608555

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 122/2018-PMB

OBJETO: AQUISIÇÃO DE NÚMEROS DECORATIVOS - 185 - PARA O BOLO DE ANIVERSÁRIO DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU.

CONTRATADA: RAFABELA COMERCIAL E DISTRIBUIDORA EIRELI ME

VALOR: R\$ 128,00 (cento e vinte e oito reais)  
VIGÊNCIA: 31/07/2018  
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:  
197 7/1 2010 333903099000000

JUSTIFICATIVA: Devido à necessidade da aquisição de números decorativos 185 para o bolo de aniversário do Município de Biguaçu, optou-se por Dispensa de Licitação, tendo em vista que os valores totais previstos para a aquisição desse objeto para o ano de 2017 não ultrapassarão o valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), possibilitando assim a realização de Processo de Dispensa de Licitação de acordo com o art.24, II da Lei 8.666/93.

II- para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 27.5.98).

O contratado apresentou todas as certidões negativas no prazo de validade, bem como a Secretaria requisitante, apresentou 03 (três) orçamentos cujos documentos encontram-se acostados ao Processo. O valor contratado encontra-se dentro do praticado no mercado.

Biguaçu, 27 de abril de 2018.  
RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal

Por delegação – Daniel Cesar da Luz  
Secretário de Administração

**DL23/2018-FMS**

Publicação Nº 1608556

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE LICITAÇÃO, COMPRAS E CONTRATOS

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 23/2018-FMS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA MANUTENÇÃO DO GERADOR DA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO - UPA 24H.

EMPRESA CONTRATADA: Bonemberg Manutenção Elétrica Ltda ME

VALOR: R\$ 300,00 (trezentos reais)

VIGÊNCIA: 31/12/2018

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

336 10/1 2043 333903999000000

JUSTIFICATIVA: Tal solicitação se faz necessária para a contratação de empresa especializada na manutenção do gerador da unidade de pronto atendimento - UPA 24h.

optou-se por dispensa de licitação, tendo em vista que os valores totais previstos para a aquisição desse objeto para o ano de 2018 não ultrapassarão o valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), possibilitando assim a realização de Processo de Dispensa de Licitação de acordo com o art.24, II da Lei 8.666/93:

II- para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 27.5.98).

O contratado apresentou todas as certidões negativas no prazo de validade, bem como a Secretaria requisitante, apresentaram 03 (três)



orçamentos cujos documentos encontram-se acostados ao Processo. O valor contratado encontra-se dentro do praticado no mercado.

Biguaçu, 30 de abril de 2018.  
RAMON WOLLINGER  
PREFEITO MUNICIPAL

Por delegação – Heron Felício Pereira  
Secretário de Saúde

## EDITAL CONCURSO PÚBLICO 001/2018

Publicação Nº 1608614

O MUNICÍPIO DE BIGUAÇU - SC torna público que realizará CONCURSO PÚBLICO destinado a selecionar candidatos para o provimento de cargos efetivos para o quadro de pessoal da Administração Municipal.

### DAS REGRAS GERAIS DO CONCURSO PÚBLICO

1. Este CONCURSO PÚBLICO será realizado conforme a legislação específica relacionada à matéria e de acordo com as disciplinas constantes neste Edital e será executado pela FUNDAÇÃO DE APOIO À EDUCAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UNISUL - FAEPESUL.

2. Todas as etapas do CONCURSO PÚBLICO serão realizadas no Município de Biguaçu - SC ou, dependendo do quantitativo de inscritos em outras localidades, a critério, exclusivo, da entidade organizadora do certame, obedecendo ao cronograma constante no Anexo I, do presente edital.

1.1 As etapas constantes no Anexo I poderão ser realizadas nos turnos Matutino com início às 08h00min ou vespertino com início às 14h00min, conforme consta no item 12 do anexo VII.

3. O CONCURSO PÚBLICO constará de Avaliação Escrita Objetiva, Avaliação de Aptidão Prática e Avaliação de Títulos, conforme tabela descritiva no Anexo II deste Edital.

4. Será disponibilizado 01 (um) Posto de Atendimento para atender aos candidatos, no seguinte endereço:

3.1 Endereço: Rua Lúcio Born, 12, Centro, Biguaçu – SC – CEP: 88.160-000 – Pró-Cidadão Biguaçu;

3.2 Telefone: (48) 3094-4121;

3.3 Horário: 13h30min às 18h30min, em dias úteis.

5. Os cargos com os respectivos números de vagas, carga horária, vencimentos e requisitos de escolaridade estão definidos no Anexo III deste Edital.

6. As inscrições ocorrerão conforme cronograma constante no Anexo I e deverão obedecer às regras constantes no Anexo IV.

5.1 As PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (PCD) deverão observar as orientações constantes no Anexo V.

5.2 Os candidatos que necessitarem de atendimento especial para a realização das Avaliações deverão seguir as orientações constantes no Anexo V deste Edital.

7. A divulgação Oficial de todas as etapas referentes a este CONCURSO PÚBLICO se dará através de avisos publicados nos locais abaixo, mantendo-se acessíveis até 90 (noventa) dias após a homologação do certame.

6.1 No sítio de internet do Município de Biguaçu – SC: <http://www.bigua.sc.gov.br>;

6.2 No sítio de internet da FAEPESUL: <http://concursos.faepesul.org.br/>.

8. É de exclusiva responsabilidade do candidato, o acompanhamento integral das etapas deste CONCURSO PÚBLICO, por meio dos órgãos de divulgação Oficial citados neste Edital.

9. Os horários e datas do cronograma aqui estabelecidos poderão sofrer alterações em razão de melhor atendimento aos objetivos do presente certame, sendo que essas alterações serão publicadas pelos meios de divulgação Oficial mencionados no Item 7 deste Edital.

8.1 Qualquer alteração nas datas do cronograma das fases desse certame não enseja qualquer direito a cancelamento de inscrição e tão pouco a devolução dos valores pagos a título de taxa de inscrição, salvo se houver decisão em sentido contrário estabelecida pela FAEPESUL.

10. A interposição de recursos administrativos deverá obedecer às orientações e requisitos constantes no Anexo XI.

11. Os Candidatos aprovados nas avaliações deste CONCURSO PÚBLICO serão convocados para ocupar os Cargos, em funções das vagas constantes no Anexo III e de acordo com a necessidade do Município de Biguaçu – SC dentro do prazo de validade do certame.

12. A aprovação neste CONCURSO PÚBLICO não implica a admissão imediata do candidato. Todavia, o processo admissional do candidato deverá obedecer, rigorosamente, à ordem de classificação dos aprovados, sendo que serão chamados à medida que a necessidade funcional assim o permitir, obedecendo aos critérios do Município de Biguaçu – SC.

13. Os candidatos aprovados, quando convocados ao trabalho, deverão apresentar os documentos admissionais exigidos pelo Município de Biguaçu – SC.

12.1 A relação dos documentos admissionais será entregue no ato da convocação;

12.2 O candidato será convocado através dos meios de comunicação informado na ficha de inscrição deste CONCURSO PÚBLICO;

12.3 O Candidato deverá manter atualizado o seu cadastro junto à Gerência de Pessoal do Município de Biguaçu – SC;

12.4 O Município de Biguaçu – SC utilizará dos seguintes meios para convocação, nesta ordem: Telefone, e-mail (se houver), carta com AR (Aviso de Recebimento), Publicação no Diário Oficial do Município (Imprensa Oficial).

12.5 O candidato terá o prazo máximo de 30 (trinta) dias para apresentação após a convocação, o candidato que não comparecer será ELIMINADO deste CONCURSO PÚBLICO.

14. O CONCURSO PÚBLICO terá validade de 02 (dois) anos, prorrogável uma vez, por igual período, contados da data de publicação do ato de homologação do Resultado Final a critério do Município de Biguaçu – SC.

13.1 A Prorrogação de que trata este item será realizada mediante instrumento oficial municipal específico a ser realizado anteriormente a término do prazo de validade deste CONCURSO PÚBLICO.

15. Será excluído do CONCURSO PÚBLICO o candidato que:

14.1 Promover tumulto, incitar violência ou realizar descortêsias com qualquer outro candidato ou membro das equipes encarregadas da aplicação das avaliações;

14.2 For surpreendido durante a aplicação da Avaliação Escrita Objetiva - ou outra que seja vedado - em comunicação com outro candidato, verbalmente, por escrito ou por qualquer outra forma;

14.3 For apanhado em flagrante, utilizando-se de qualquer meio, na tentativa de burlar qualquer Avaliação, ou for responsável por falsa identificação pessoal;

14.4 Afastar-se da sala da Avaliação Escrita Objetiva, a qualquer tempo, sem o acompanhamento de fiscal;

14.5 Ausentar-se da sala da Avaliação Escrita Objetiva, a qualquer tempo, portando a folha de respostas;

14.6 Recusar-se a proceder à autenticação digital do cartão-resposta ou de outros documentos, nos termos deste Edital;

14.7 Recusar-se, em qualquer das etapas, a se submeter à fiscalização eletrônica e/ou física;

14.8 Recusar-se a cumprir ou instigar outrem a não cumprir as determinações da equipe responsável do certame;

14.9 Faltar a qualquer uma das fases do certame;

14.10 Não pontuar ou não atingir o quantitativo mínimo de pontuação na Avaliação Escrita Objetiva;

14.11 Deixar de apresentar qualquer documento comprobatório dos requisitos exigidos neste Edital, no momento da contratação.

16. A inscrição dos candidatos implicará aceitação das condições estabelecidas no inteiro teor deste Edital e das instruções específicas, expedientes dos quais não poderá alegar desconhecimento.

17. Fica delegada competência à FAEPESUL, para:

16.1 Deferir e indeferir as inscrições;

16.2 Emitir os documentos de confirmação de inscrições;

16.3 Prestar informações sobre o CONCURSO PÚBLICO;

16.4 Elaborar, aplicar, julgar, corrigir e conduzir a Avaliação Escrita Objetiva e demais etapas do CONCURSO PÚBLICO, bem como divulgar seus respectivos resultados;

16.5 Receber e julgar os recursos previstos neste Edital;

16.6 Publicar a homologação final do CONCURSO PÚBLICO.

18. A fiscalização e os casos omissos do presente CONCURSO PÚBLICO serão resolvidos conjuntamente pela Comissão Especial constituída pela Portaria nº 764/2018.

19. O foro para dirimir qualquer questão relacionada a este CONCURSO PÚBLICO é o da Comarca de Biguaçu - SC.

Biguaçu – SC, 02 de maio de 2018.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

ANEXO I

CRONOGRAMA

DATAS PREVISTAS	EVENTOS
02/05/2018	Publicação: • Extrato Edital e Edital – Imprensa Oficial.
02/05/2018 a 07/05/2018	Período para impugnação das disposições do Edital, através do sistema.
08/05/2018 a 06/06/2018	Período para: • Inscrição pela Internet ou posto de atendimento; • Protocolo do formulário e dos documentos comprobatório para isenção da taxa de inscrição; • Emissão e remissão do boleto bancário; • Recebimento dos requerimentos para PCD; • Atendimento de Necessidades Especiais no Posto de Atendimento. • PERÍODO PARA ENTREGA DOS TÍTULOS NO POSTO DE ATENDIMENTO OU POR CORREIO ATRAVÉS DE SEDEX/AR.
07/05/2018	Data limite para pagamento da Taxa de Inscrição.
11/06/2018	Publicação: • Lista das inscrições deferidas; • Relação das inscrições indeferidas com respectivos fundamentos.
12/06/2018 a 13/06/2018	Data para interposição de recursos concernente as inscrições indeferidas.

14/06/2018	Publicação: • Extrato Resultado Recursos Administrativos Interpostos; • Homologação das inscrições e divulgação do horário e local para realização da Avaliação Escrita Objetiva.
17/06/2018	APLICAÇÃO DA AVALIAÇÃO ESCRITA OBJETIVA
19/06/2018	Divulgação do Gabarito Preliminar e do caderno da Avaliação Escrita Objetiva aplicado.
20/06/2018 a 21/06/2018	Data para interposição de Recursos Administrativos concernente às questões e ao Gabarito Preliminar da Avaliação Escrita Objetiva.
11/07/2018	Publicação: • Extrato Resultado Recursos Administrativos Interpostos; • Resultado Preliminar da Avaliação Escrita Objetiva; • Resultado Preliminar da Avaliação de Títulos.
12/07/2018 a 13/07/2018	Data para interposição de recursos concernente ao Resultado Preliminar da Avaliação Escrita Objetiva e do Resultado Preliminar da Avaliação de Títulos.
18/07/2018	Publicação: • Extrato Resultado Recursos Administrativos Interpostos; • Resultado Final da Avaliação Escrita Objetiva e da Avaliação de títulos; • Lista dos Candidatos classificados, local, data, horário para realização das Avaliações de Aptidão Prática.
22/07/2018	APLICAÇÃO DA AVALIAÇÃO DE APTIDÃO PRÁTICA
25/07/2018	Publicação do resultado da Avaliação de Aptidão Prática
26/07/2018 a 27/07/2018	Período para interposição de recursos concernente ao Resultado da Avaliação de Aptidão Prática.
01/08/2018	Publicação: • Extrato Resultado Recursos Administrativos Interpostos; • Resultado Final do Concurso Público; • Homologação do Concurso Público.

## ANEXO II ETAPAS

COVEIRO	Avaliação Escrita Objetiva	Avaliação de Aptidão Prática	Avaliação de Títulos
	Classificatória/Eliminatória	Eliminatória	Classificatória
ATENDENTE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	X		
COVEIRO	X	X	
FISCAL DE OBRAS E POSTURAS	X		
MONITOR DE TRANSPORTE ESCOLAR	X		
MOTORISTA III - (CARTEIRA D - ÔNIBUS, UTILITÁRIOS E AMBULÂNCIA)	X	X	
OPERADOR DE PATROLA	X	X	
OPERADOR DE TRATOR AGRÍCOLA	X	X	
PROFESSOR III - EDUCAÇÃO ESPECIAL	X		X
TÉCNICO EM EDUCAÇÃO 20H	X		X
TÉCNICO EM EDUCAÇÃO 30H	X		X
TÉCNICO EM EDUCAÇÃO 40H	X		X

1. O não comparecimento do candidato em hora e local aprezados para realização da Avaliação Escrita Objetiva implicará **ELIMINAÇÃO** do CONCURSO PÚBLICO.

2. A Avaliação Escrita Objetiva terá caráter **ELIMINATÓRIO** e **CLASSIFICATÓRIO** de acordo com a forma constante no Anexo VII.

3. A Avaliação de Aptidão Prática terá caráter eliminatório de acordo com a forma constante no Anexo VIII.

4. A Avaliação de Títulos terá caráter classificatório de acordo com a forma constante no Anexo IX.

## ANEXO III

### CARGOS, VAGAS, CARGA HORÁRIA, VENCIMENTOS, HABILITAÇÃO PROFISSIONAL E ATRIBUIÇÃO

1. O nível de escolaridade e as exigências indicadas deverão estar atendidas até a data da posse. Caso não comprovados a escolaridade e os requisitos mínimos exigidos na tabela constante nos itens 7 e 8 deste Anexo, a nomeação não será realizada.

2. As atividades inerentes a cada um dos cargos serão desenvolvidas em quaisquer dependências, locais ou órgãos do Município de Biguaçu – SC.

3. A Carga Horária está expressa em tempo semanal de trabalho.

4. O regime jurídico é o estatutário.

5. Além dos quantitativos de vagas expressas na tabela constante no item 7, os Candidatos classificados acima das vagas estabelecidas figurarão como Cadastro Reserva para posterior análise de aproveitamento pela Administração Municipal.

6. Os Cargos que excederem a quantidade de 5 (cinco) convocações terão a reserva de 5% (cinco por cento) em face da classificação obtida para Pessoas Com Deficiência (PCD) conforme Anexo V deste Edital.

6.1 Os candidatos com deficiência deverão ser submetidos à avaliação médica, realizada em momento anterior à homologação das inscrições, a ser realizada pela Junta Médica do Funcional do Município

6.2 Caso não houver nenhum candidato Pessoas Com Deficiência (PCD) inscrito neste certame, a quantidade reservada voltará a reintegrar a quantidade ofertada.

#### 7. CARGOS, VAGAS, CARGA HORÁRIA E VENCIMENTOS:

CARGOS	VAGAS	CARGA HORÁRIA	VENCIMENTOS (R\$)
ATENDENTE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	1	30	R\$1.445,03
COVEIRO	3	40	R\$1.100,98
FISCAL DE OBRAS E POSTURAS	3	40	R\$2.752,42
MONITOR DE TRANSPORTE ESCOLAR	CR*	40	R\$1.238,59
MOTORISTA III - (CARTEIRA D - ÔNIBUS, UTILITÁRIOS E AMBULÂNCIA)	1	40	R\$1.857,88
OPERADOR DE PATROLA	1	40	R\$1.857,88
OPERADOR DE TRATOR AGRÍCOLA	CR*	40	R\$1.857,88
PROFESSOR III - EDUCAÇÃO ESPECIAL	2	30	R\$2.136,55
TÉCNICO EM EDUCAÇÃO 20H	CR*	20	R\$1.238,62
TÉCNICO EM EDUCAÇÃO 30H	CR*	30	R\$ 1.857,95
TÉCNICO EM EDUCAÇÃO 40H	CR*	40	R\$2.447,19

\* CR - Cadastro Reserva

7.1 É assegurado a concessão de Vale Alimentação – nos termos da Lei Municipal nº 2.965/2010 e alterações posteriores a todos os cargos, nos seguintes valores/carga horária:

CARGA HORÁRIA (h)	VALOR VALE ALIMENTAÇÃO
10	R\$ 85,17
20	R\$ 170,35
30	R\$ 255,52
40	R\$ 340,70

OBS: Os valores poderão ser reajustados conforme Lei Municipal.

#### 8. CARGOS, NÍVEL, HABILITAÇÃO PROFISSIONAL:

CARGOS	NÍVEL ESCOLARIDADE	HABILITAÇÃO PROFISSIONAL
ATENDENTE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	MÉDIO	Ensino Médio Completo
COVEIRO	FUNDAMENTAL I	Ensino Fundamental Incompleto (antiga 4ª Série)
MOTORISTA III - (CARTEIRA D - ÔNIBUS, UTILITÁRIOS E AMBULÂNCIA)	FUNDAMENTAL I	Ensino Fundamental Incompleto (antiga 4ª Série) e Carteira Nacional de Habilitação mínima "D"
OPERADOR DE TRATOR AGRÍCOLA	FUNDAMENTAL II	Ensino Fundamental Completo e Carteira Nacional de Habilitação - CNH categoria mínima "C"
OPERADOR DE PATROLA	FUNDAMENTAL II	Ensino Fundamental Completo e Carteira Nacional de Habilitação - CNH categoria mínima "C"
FISCAL DE OBRAS E POSTURAS	SUPERIOR	Ensino Superior completo em Direito, Engenharia Civil, Economia, Administração ou Contabilidade – CNH categoria B
PROFESSOR III - EDUCAÇÃO ESPECIAL	SUPERIOR	Licenciatura Plena em Pedagogia com Habilitação em Educação Especial ou Licenciatura Plena em Séries Iniciais com Especialização Inclusiva ou Educação Especial e ou Licenciatura Plena em Séries Iniciais com 200 horas de curso na área de atuação; (Redação dada pela Lei Complementar nº 119/2017)
TÉCNICO EM EDUCAÇÃO 20H, 30H E 40H	SUPERIOR	Habilitação profissional de nível superior, em curso de Pedagogia,

MONITOR DE TRANSPORTE ESCOLAR

MÉDIO

Ensino Médio Completo

**9. ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS:**

**9.1 ATENDENTE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE:** Desenvolver atividades de cuidados básicos essenciais para a vida diária e instrumentais de autonomia e participação social dos usuários, a partir de diferentes formas e metodologias, contemplando as dimensões individuais e coletivas. Desenvolver atividades para o acolhimento, proteção integral e promoção da autonomia e autoestima dos usuários. Atuar na recepção dos usuários possibilitando uma ambiência acolhedora. Apoiar os usuários no planejamento e organização de sua rotina diária. Monitorar os cuidados com a moradia, como organização e limpeza do ambiente. Monitorar os usuários nas atividades de higiene, organização, alimentação e lazer. Contribuir para o reconhecimento de direitos e o desenvolvimento integral do grupo familiar. Participar das reuniões de equipe para o planejamento das atividades. Desenvolver atividades socioeducativas e de convivência e socialização visando à atenção, defesa e garantia de direitos e proteção aos indivíduos e famílias em situações de vulnerabilidade e, ou, risco social e pessoal, que contribuam com o fortalecimento da função protetiva da família. Desenvolver atividades instrumentais e registro para assegurar direitos, (re) construção da autonomia, autoestima, convívio e participação social dos usuários, a partir de diferentes formas e metodologias, contemplando as dimensões individuais e coletivas, levando em consideração o ciclo de vida e ações intergeracionais. Assegurar a participação social dos usuários em todas as etapas do trabalho social. Organizar, facilitar oficinas e desenvolver atividades individuais e coletivas de vivência nas unidades e, ou, na comunidade. Acompanhar, orientar e monitorar os usuários na execução das atividades internas e externas. Apoiar os demais membros da equipe de referência em todas etapas do processo de trabalho. Apoiar na elaboração de registros das atividades desenvolvidas, subsidiando a equipe com insumos para a relação com os órgãos de defesa de direitos e para o preenchimento do Plano de Acompanhamento Individual e, ou, familiar;

**9.2 COVEIRO:** Executar as tarefas relativas à função e aquelas estabelecidas em Lei e/ou repassados pelo titular da pasta.

**9.3 MOTORISTA III - (CARTEIRA D - ÔNIBUS, UTILITÁRIOS E AMBULÂNCIA):** Conduzir e responsabilizar-se pela conservação de automóveis, caminhões e caminhonetes utilizados nos transportes de passageiros e cargas e aqueles estabelecidos em Lei e/ou repassados pelo titular da pasta;

**9.4 OPERADOR DE TRATOR AGRÍCOLA:** Operar Trator agrícola;

**9.5 OPERADOR DE PATROLA:** Operar moto niveladora (Patrola);

**9.6 FISCAL DE OBRAS E POSTURAS:** Fiscalizar as obras de construção civil executadas no município, visitando-as para verificar se as mesmas estão sendo construídas de acordo com o projeto aprovado segundo o Plano Diretor, Código de Obras e Edificações, o Código de Posturas Municipais e as normas técnicas vigentes; Fiscalizar obra para fins de concessão de habite-se e alvará de construção a ser emitido pela autoridade competente, visitando-as para verificar se foram construídas de acordo com o projeto aprovado pelo Município; Intimar, comunicar, embargar e autuar as obras que não estiverem de acordo com os requisitos legais exigidos; Determinar o cumprimento das posturas municipais que estão sob sua competência; Elaborar relatórios das atividades de sua área de atuação; Informar processos referentes a construção, renovação de alvará, substituição de projeto, cancelamento de auto de infração, consulta de viabilidade, desmembramento, amembramento, transferência de responsabilidade técnica, transferência de proprietário, aprovação de projeto, acréscimo e reforma, legalização, certidão de demolição e providências diversas, etc.; Zelar pela guarda, conservação e limpeza dos materiais e equipamentos de trabalho; Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho; Conduzir automóvel oficial para realização do serviço inerente ao cargo; Executar outras atividades correlatas;

**9.7 PROFESSOR III - EDUCAÇÃO ESPECIAL:** Planejar, ministrar aulas e orientar a aprendizagem; Participar no processo de planejamento das atividades da escola; Elaborar programas, planos de curso, atendendo ao avanço da tecnologia educacional e as diretrizes do ensino; Executar o trabalho docente em consonância com o plano curricular da escola; Contribuir para o aprimoramento da qualidade de ensino; Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade; Avaliar o desempenho dos alunos de acordo com o regimento escolar, nos prazos estabelecidos; Estabelecer formas alternativas de recuperação para os alunos que apresentarem menor rendimento; Atualizar-se em sua área de conhecimento; Cooperar com serviços de administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional; Zelar pela aprendizagem do aluno; Manter-se atualizado sobre a legislação de ensino; Participar de reuniões, encontros, atividades cívicas, culturais e conselhos de classe; Levantar, interpretar e formar dados relativos à realidade de sua(s) classe(s); Seguir as diretrizes de ensino, emanadas do órgão superior competente; Constatar necessidades e encaminhar os alunos aos setores específicos de atendimento; Participar da elaboração do regimento escolar e da proposta pedagógica da escola; Executar o trabalho docente no Atendimento de Educação Especial; Zelar pela disciplina e pelo material docente; Executar tarefas correlatas;

**9.8 TÉCNICO EM EDUCAÇÃO 20H, TÉCNICO EM EDUCAÇÃO 30H e TÉCNICO EM EDUCAÇÃO 40H :** Colaborar com os órgãos de administração e gestão da escola ou escolas onde desenvolve a sua atividade; Desenvolver estudos, propostas e ações destinadas a eliminar e prevenir a fuga à escolaridade obrigatória, ao abandono precoce e ao absentismo sistemático; Desenvolver estudos e propor medidas que sustentem a diversificação de estratégias e de métodos educativos para promover, de forma diferenciada, o sucesso escolar; Participar em ações destinadas a informar e sensibilizar os pais e a comunidade relativamente à problemática das opções escolares e profissionais, bem como em ações e medidas de reforço da ligação escola-comunidade; Propor medidas de inovação e de fomento da qualidade da gestão das condições e do ambiente educativo; Participar na concepção, acompanhamento e avaliação dos projetos educativos; Participar em experiências pedagógicas, bem como em projetos de investigação e em ações de formação dos órgãos de administração e gestão das escolas, do pessoal docente e do pessoal não docente, com especial incidência em modalidades de formação centradas na escola; Colaborar, no âmbito da sua especialidade, na organização e promoção de ações de avaliação e apoio aos alunos com necessidades educativas especiais; Assumir turmas na ausência do professor regente, quando solicitado; Desenvolver e contribuir para a realização do trabalho burocrático da secretaria da unidade escolar ou na Secretaria Municipal de Educação;



**9.9 MONITOR DE TRANSPORTE ESCOLAR:** Auxiliar o motorista na fiscalização das crianças. Exercer outras atividades, compatíveis com sua formação, previstas em lei, regulamento ou por determinação de superiores hierárquicos.

#### ANEXO IV INSCRIÇÕES

1. As inscrições para este CONCURSO PÚBLICO deverão ser realizadas no sítio de Internet da FAEPEsul, no seguinte endereço: <http://concursos.faesul.org.br/>.

2. Os candidatos que não possuem acesso à Internet deverão se dirigir ao Posto de Atendimento, constante no item 4 deste Edital.

3. O valor das inscrições segue a tabela abaixo:

ESCOLARIDADE	VALOR (em R\$)
Nível Superior	100,00
Nível Médio/Técnico	80,00
Nível Fundamental	60,00

4. Serão aceitos pedidos de Isenção da Taxa de Inscrição para Doadores de Sangue (Opção 1), Doadores de Medula Óssea (Opção 2) e Candidatos Insritos no CadÚnico (Opção 3) – Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – Decreto nº 6.135/2007.

4.1 Os Candidatos que desejam usufruir da isenção para Doadores de sangue devem preencher os requisitos estabelecidos na Lei Municipal nº 2437/2007 e seguir com os seguintes procedimentos:

4.1.1 Efetuar a inscrição no sítio de internet descrito no item 1 deste anexo e, assinalar a opção Isenção da Taxa de Inscrição: “Doador de Sangue”;

4.1.2 Protocolar Formulário - Anexo XII e, encaminhar em conjunto declaração que comprove três doações no ano anterior à data da publicação do Edital deste CONCURSO PÚBLICO junto ao Posto de Atendimento, descrito no item IV deste Edital ou encaminhar, para o Endereço do Posto de Atendimento, por correio através da Opção Sedex/AR o instrumento com a certificação.

4.1.2.1 Os documentos encaminhados por correio devem chegar até o prazo máximo estabelecido no Cronograma descrito no Anexo I, não se responsabilizando a FAEPEsul por qualquer atraso ou outro fator que interfira no Cronograma estabelecido, sendo inutilizado o instrumento recebido fora no prazo definido.

4.1.3 Será considerada válida somente a doação de sangue promovida a instituição responsável pelo banco de sangue.

4.2 Os Candidatos que desejam usufruir da isenção para Doadores de Medula Óssea devem preencher os requisitos estabelecidos na Lei Municipal nº 3.805/2017 e seguir com os seguintes procedimentos:

4.2.1 Efetuar a inscrição no sítio de internet descrito no item 1 deste anexo e, assinalar a opção Isenção da Taxa de Inscrição: “Doador de Medula Óssea”;

4.2.2 Protocolar Formulário - Anexo XII e, encaminhar em conjunto documentação que comprove a realização de, no mínimo, duas doações nos doze meses antecedentes à inscrição no Concurso Público junto ao Posto de Atendimento, descrito no item IV deste Edital ou encaminhar, para o Endereço do Posto de Atendimento, por correio através da Opção Sedex/AR o instrumento com a certificação.

4.2.2.1 Os documentos encaminhados por correio devem chegar até o prazo máximo estabelecido no Cronograma descrito no Anexo I, não se responsabilizando a FAEPEsul por qualquer atraso ou outro fator que interfira no Cronograma estabelecido, sendo inutilizado o instrumento recebido fora no prazo definido;

4.2.2.2 Será considerada, para fins de comprovação a doação realizada à Órgão Oficial.

4.3 Os Candidatos que desejam usufruir a Isenção prevista no CadÚnico – Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – Decreto nº 6.135/2007 devem seguir com os seguintes procedimentos:

4.3.1 Efetuar a inscrição no sítio de internet descrito no item 1 deste anexo e, assinalar a opção Isenção da Taxa de Inscrição: “CadÚnico”;

4.3.2 Protocolar Formulário - Anexo XII informando a inscrição do Número de Identificação Social – NIS e protocolar Declaração - Anexo XIII de ser membro de família de Baixa Renda nos termos da Lei, junto ao Posto de Atendimento, descrito no item IV deste Edital ou encaminhar, para o Endereço do Posto de Atendimento, por correio através da Opção Sedex/AR tal instrumento.

4.3.2.1 Os documentos encaminhados por correio devem chegar até o prazo máximo estabelecido no Cronograma descrito no Anexo I, não se responsabilizando a FAEPEsul por qualquer atraso ou outro fator que interfira no Cronograma estabelecido, sendo inutilizado o instrumento recebido fora no prazo definido.

4.4 A relação dos pedidos de isenção da Inscrição conforme os termos do presente Edital, que tiverem sido aceitos, serão publicados conforme cronograma constante no Anexo I e local conforme especificado no item 7 do presente Edital.

4.5 O candidato amparado pela isenção descrita neste item, seguirá todas as etapas deste CONCURSO PÚBLICO, estando unicamente isento do pagamento de inscrição, caso seu pedido seja deferido.

5. O candidato, após preencher o formulário de inscrição, disponível no endereço eletrônico <http://concursos.faesul.org.br/>, deverá imprimir o respectivo boleto bancário, onde consta o valor da inscrição e efetuar o pagamento no prazo estabelecido no respectivo documento.

5.1 O pagamento do boleto bancário poderá ser efetuado em qualquer agência bancária ou lotérica, até o dia do vencimento impresso;

5.2 Não serão aceitas inscrições em que haja divergência de informações entre os Dados Bancários relacionados a inscrição em decorrência de vírus ou incorreção no pagamento.

6. Será permitido a inscrição para apenas 1 (um) Cargo para este Edital e, após o pagamento do respectivo boleto bancário, em hipótese alguma, será aceito o pedido de alteração da inscrição realizada.

7. O sistema de inscrição via Internet permite ao candidato, a emissão de uma segunda via do boleto bancário, esse só poderá ser emitido dentro do período de inscrição.
8. Embora o boleto para pagamento da taxa de inscrição possa ser emitido fora do horário bancário, o mesmo deverá ser quitado dentro do prazo de inscrição estabelecido no Anexo I.
9. As inscrições somente serão deferidas (confirmadas) após a FAEPESUL ser certificada pela Instituição Financeira responsável pelo recebimento, sobre o efetivo adimplimento dos boletos bancários.
10. Caso o candidato não conste na Lista de inscrições deferidas a ser publicada pela FAEPESUL e tenha efetuado o pagamento da Taxa de Inscrição, deverá protocolizar Recurso Administrativo no prazo estabelecido no Anexo I deste Edital, anexando o respectivo comprovante de pagamento, para fins de regularização administrativa da sua participação no certame e sob pena de ser indeferida a sua inscrição.
11. O valor da inscrição, uma vez pago, não será restituído, salvo em caso de cancelamento do CONCURSO PÚBLICO.
12. No caso de pagamento da inscrição com cheque, sendo o mesmo devolvido, a inscrição será considerada nula, independente do motivo da devolução, a qualquer tempo.
13. É vedada a inscrição condicional, extemporânea, via postal, via fax, ou por qualquer outro meio não especificado neste Edital.
14. A FAEPESUL não se responsabiliza por inscrições não recebidas por motivos de ordem técnica de computadores; falhas na comunicação; congestionamento de linha de comunicação, bem como outros fatores externos que impossibilitem a transferência de dados.
15. A inscrição no presente CONCURSO PÚBLICO implica conhecimento expresso e tácita aceitação das condições estabelecidas neste Edital, das quais o candidato não poderá alegar desconhecimento.

**ANEXO V**  
**PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (PCD)**  
**CANDIDATOS COM NECESSIDADES DE ATENDIMENTO ESPECIAIS E**  
**CONDIÇÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO**

1. Dos cargos disponíveis para este certame, é reservado o percentual de 5% (cinco por cento) para Pessoas Com Deficiência (PCD), na conformidade do art. 37, inciso VIII, da Constituição Federal de 1988 c/c a Lei Federal nº 13.146/2015 e Decreto Federal nº 3.298/1999.
  - 1.1 Sua aceitação estará condicionada à compatibilidade da sua limitação com as atribuições dos Cargos constantes do Anexo III.
2. Não havendo Pessoas com Deficiência (PCD) classificados em números suficientes para preencheras vagas reservadas, estas se reverterão às vagas gerais do CONCURSO PÚBLICO.
3. As Pessoas Com Deficiência (PCD) deverão protocolizar, no posto de atendimento descrito no item 4 deste Edital, o respectivo Laudo Médico que ateste sua portabilidade de necessidade especial, contendo o respectivo CID e a confirmação da sua capacidade física e mental para exercer o Cargo pretendido no prazo constante no Anexo I.
4. O Laudo Médico (original ou cópia autenticada), referente à solicitação de atendimento especial, terá validade somente para esta seleção pública e não será devolvido ou fornecida cópia do instrumento ao final do certame.
5. A apresentação do Laudo Médico, referido no item anterior, não elidirá a atuação da Junta Médica Oficial do Município de Biguaçu – SC, cuja conclusão terá prevalência sobre qualquer outra.
6. Após análise da Junta Médica do Município, se a deficiência do candidato não for atestada como compatível ao cargo para o qual se inscreveu, o mesmo deverá concorrer às vagas gerais do CONCURSO PÚBLICO.
7. Para efeito deste CONCURSO PÚBLICO, consideram-se deficiências que assegurem o direito de concorrer às vagas reservadas, somente as conceituadas na medicina especializada, concordes com os padrões internacionalmente reconhecidos.
8. A opção de concorrer às vagas reservadas à pessoa portadora de deficiência é de inteira responsabilidade do candidato.
9. O candidato portador de deficiência participará do CONCURSO PÚBLICO em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo, avaliação, horário e local de realização das provas.
10. Os candidatos que necessitarem de algum atendimento especial, para a realização das Avaliações Escritas Objetivas, deverão declará-lo no Formulário de Inscrição, no espaço reservado para este fim, para que sejam tomadas as providências cabíveis, com antecedência. Tal manifestação é de responsabilidade exclusiva do candidato.
11. A Candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização da Avaliação Escrita Objetiva, além de solicitar atendimento especial para tal fim, deverá levar um acompanhante (adulto), que ficará em sala reservada para essa finalidade e que será responsável pela guarda da criança. A candidata que não atender a essa exigência e vier acompanhada do amamentando não realizará a Avaliação acima mencionada.
  - 11.1 O tempo de amamentação será acrescido no tempo de duração da prova, estando limitado a 30 (trinta) minutos.
12. O candidato que necessitar de atendimento especial deverá participar do CONCURSO PÚBLICO em igualdade de condições com os

demais candidatos, no que se refere ao conteúdo, avaliação, horário e local de realização das provas.

12.1 Caso não houver manifesto declarado, conforme disposto acima, o candidato realizará a Avaliação Escrita Objetiva em condições normais com os demais candidatos.

13. Tendo sido aprovada no CONCURSO PÚBLICO, a Pessoas Com Deficiência (PCD) será submetida à Equipe Multiprofissional do Município de Biguaçu – SC, designada com o objetivo de avaliar a compatibilidade entre as atribuições essenciais da atividade com as condições limitadas de que o candidato é portador, emitindo relatório que servirá de base para investidura no Cargo escolhido neste certame.

#### ANEXO VI CLASSIFICAÇÃO

1. A Classificação deste CONCURSO PÚBLICO obedecerá às disciplinas constantes neste Anexo.

2. A Avaliação Escrita Objetiva terá valor de, no máximo, 10 (dez) pontos.

3. A Nota máxima que poderá ser aferida ao candidato na Avaliação de Títulos é de 3,0 (Três) pontos

4. O Resultado referente aos Cargos que possuem Avaliação de Títulos será a soma aritmética entre os pontos obtidos na Avaliação Escrita Objetiva e Avaliação de Títulos, perfazendo o total máximo de 13 (treze) pontos.

5. O critério de desempate da Avaliação Escrita Objetiva obedecerá à seguinte ordem:

5.1 Mais elevada nota ou média;

5.2 Mais elevada nota em títulos;

5.3 Mais idoso (Art. 17, § 9º Lei Municipal nº 53/2012).

6. A listagem, com a ordem de classificação dos candidatos da Avaliação Escrita Objetiva, será elaborada com base no número de pontos dos candidatos e apresentada em ordem decrescente de pontuação, e divulgada nos locais de publicações Oficiais deste Edital.

#### ANEXO VII AVALIAÇÃO ESCRITA OBJETIVA

1. A Avaliação Escrita Objetiva terá caráter classificatório/eliminatório, tendo como objetivo primordial a avaliação dos conhecimentos do candidato.

2. O horário e os locais de aplicação da Avaliação Escrita Objetiva serão divulgados em data prevista conforme cronograma no Anexo I.

3. O candidato que não comparecer à etapa de Avaliação Escrita Objetiva será considerado ELIMINADO do CONCURSO PÚBLICO.

4. A Avaliação Escrita Objetiva será composta por 40 (quarenta) questões, com 5 (cinco) alternativas de resposta para cada questão, havendo apenas 1 (uma) assertiva correta.

4.1 Quadro de distribuição das questões das Avaliações Escritas Objetivas:

CARGOS	LÍNGUA PORTUGUESA	MATEMÁTICA	ESPECÍFICAS CARGO
ATENDENTE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	10	10	20
COVEIRO	10	10	20
MOTORISTA III - (CARTEIRA D - ÔNIBUS, UTILITÁRIOS E AMBULÂNCIA)	10	10	20
OPERADOR DE TRATOR AGRÍCOLA	10	10	20
OPERADOR DE PATROLA	10	10	20
FISCAL DE OBRAS E POSTURAS	10	10	20
PROFESSOR III - EDUCAÇÃO ESPECIAL	10	10	20
TÉCNICO EM EDUCAÇÃO 20h/30h/40h	10	10	20
MONITOR DE TRANSPORTE ESCOLAR	10	10	20

5. Cada questão terá o valor de 0,25 (zero vinte e cinco) pontos

6. O resultado da Avaliação Escrita Objetiva será apurado, computando-se o número total de questões respondidas corretamente.

7. A Nota mínima, na Avaliação Escrita Objetiva para classificação e, consequente continuação do candidato nas próximas fases deste certame é de 03 (três) pontos para os cargos de nível fundamental e de 05 (cinco) pontos para os cargos de nível superior e médio, independentemente da disciplina.

8. O Candidato que não atingir o quantitativo mínimo de acertos descrito neste item será, automaticamente, ELIMINADO do certame.

9. Na hipótese de anulação de questão(ões) da Avaliação Escrita Objetiva, por parte da Comissão de Coordenação do CONCURSO PÚBLICO, a(s) mesma(s) será(ão) considerada(s) como respondida(s) corretamente por todos os candidatos.



10. Na Avaliação Escrita Objetiva, também, será considerada com pontuação 0 (zero), a resposta do candidato contida no cartão-resposta quando:

10.1 Contenha emenda(s) e/ou rasura(s), ainda que legível(is);

10.2 Contenha mais de uma opção de resposta assinalada;

10.3 Não estiver assinalada(s);

10.4 For preenchida fora das especificações contidas nas instruções fornecidas;

10.5 Não estiver a opção completamente preenchida para o espaço destinado a opção da questão.

11. O cartão-resposta deverá ser preenchido e assinado pelo Candidato com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul.

11.1 O Candidato que não assinar ou recusar a apostar sua assinatura no cartão-resposta, por qualquer motivo, será ELIMINADO do CONCURSO PÚBLICO.

11.2 O cartão-resposta será personalizado para cada candidato.

11.3 O candidato deverá transcrever as respostas das questões objetivas para o cartão-resposta, que será o único documento válido para a correção dessas questões.

11.4 O preenchimento do cartão será de inteira responsabilidade do candidato.

11.5 O cartão-resposta não será substituído.

12. A duração da Avaliação Escrita Objetiva, incluído o tempo para preenchimento do cartão-resposta, será de 4 (quatro) horas.

13. O candidato somente poderá se retirar do local da Avaliação Escrita Objetiva, após 1 (uma) hora do seu início.

14. Para a entrada nos locais de realização das Avaliações, conforme etapas descritas no Anexo II, o candidato deverá apresentar, obrigatoriamente, documento de identificação e se solicitado, a confirmação de inscrição.

14.1 São considerados válidos os seguintes documentos de identificação: Carteira de Identidade (RG); carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelo Corpo de Bombeiro Militar, pela Polícia Militar, pelos Conselhos e Órgãos Fiscalizados de exercício profissional; certificado de reservista; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal, valham como identidade, carteira de trabalho e carteira nacional de habilitação com foto recente e dentro do prazo de validade.

14.2 O Local de Prova é acessível somente ao Candidato, devidamente inscrito, sendo vedado o acompanhamento de outras pessoas, mesmo filhos menores;

14.3 Em caso de extravio do documento de identidade original, será permitido o ingresso no local de prova mediante Registro de Ocorrência Policial, assinado e original (vedado o documento emitido pela internet), expedido há, no máximo, trinta dias do evento.

14.3.1 Havendo a solicitação de ingresso no local de prova mediante Registro de Ocorrência, será procedido a lavratura de instrumento de realização de Avaliação em Caráter Condicional, sendo submetido a identificação datiloscópica, podendo ser fotografado.

14.3.2 A constatação de qualquer irregularidade quanto a ocorrência implicará no cancelamento da inscrição e anulação de todos os atos praticados, sem prejuízo das sanções penais.

14.3.3 A FAEPESUL, reserva-se, ao direito de encaminhar a Autoridade Policial os atos praticados em decorrência do Registro de Ocorrência realizado.

15. Recomenda-se que o candidato compareça ao local de prova com antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) minutos antes do horário previsto para aplicação da prova.

16. Não haverá, em qualquer hipótese, segunda chamada para a Avaliação Escrita Objetiva, nem a possibilidade de realização de prova fora do horário fixado.

17. Será entregue pela equipe de fiscaliza um Caderno de Provas e um Formulário de Cartão Resposta, sendo o Candidato sendo responsável pela conferência e certificação das informações e materiais, inclusive pela verificação se o caderno de questões está completo, sem falhas de impressão e se corresponde ao cargo para o qual se inscreveu.

17.1 Havendo qualquer irregularidade/dúvida no caderno de questões e/ou no formulário de Cartão Resposta deve ser comunicado pelo Candidato, imediatamente ao fiscal, para apuração e, caso constatado qualquer defeito as providências de substituição do material.

17.2 O tempo gasto para a atendimento e/ou substituição do material será acrescido ao tempo de duração da prova fixado.

17.3 As alternativas corretas das questões deverão ser marcadas no cartão resposta, de acordo com as instruções nele contidas.

18. Durante a realização da Avaliação Escrita Objetiva é vedada a consulta/utilização/posse de: livros, revistas, folhetos, anotações, máquinas de calcular, equipamento elétrico, eletrônico ou físico (não mencionado no item 11 deste Anexo), principalmente telefones celulares.

18.1 Havendo a constatação de consulta, utilização e/ou posse de qualquer material citado acima o candidato será ELIMINADO deste CONCURSO PÚBLICO;

18.2 Os materiais e equipamentos mencionados deverão ser entregues aos fiscais de sala, ou colocados em local determinado pela equipe de fiscalização, antes do início das avaliações, para serem devolvidos (recolhidos pelo candidato) ao término da Avaliação.

18.3 A FAEPESUL não se responsabilizará por perda, roubo ou dano dos referidos materiais e equipamentos.

18.4 Fica, expressamente, permitido que a FAEPESUL poderá solicitar, a qualquer tempo e a qualquer Candidato a sua identificação datiloscópica e fotográfica, bem como a revista pessoal, de seus pertences, por quaisquer meios, inclusive eletrônicos.

18.5 Fica vedado, sob pena de ELIMINAÇÃO, ainda:

18.5.1 Qualquer comunicação e/ou procedimento a fim de troca busca de informações em conjunto ou através de outro Candidato;

18.5.2 O uso ou posse de bonés, chapéus ou qualquer outra cobertura;

18.5.3 O uso ou posse de óculos escuros e/ou espelhados, exceto por prescrição médica que poderá ser solicitada a respectiva comprovação;

18.5.4 Ausentar-se da sala sem a companhia de um fiscal;

18.5.5 A ingestão de alimentos e bebidas, com exceção de água acondicionada em embalagem plástica transparente sem rótulos e ou etiquetas ou medicação cuja prescrição médica deve ser comprovada.

19. Não será permitido o acesso e a realização da Avaliação Escrita Objetiva com qualquer produto alimentício (sólido ou líquido) que não esteja alocado em material integralmente transparente.

20. A Avaliação Escrita Objetiva será corrigida por processo opto-eletrônico, sendo somente consideradas as respostas transferidas apropriadamente para o cartão-resposta, sendo o único documento válido para a correção da Avaliação, desconsiderando-se qualquer marcação que o candidato tenha feito no caderno de questões da prova.

20.1 As questões da Avaliação Escrita Objetiva será realizada, exclusivamente, pelo registro do candidato no formulário de cartão resposta, não sendo válidas as anotações feitas no caderno de questões ou em qualquer outro lugar.

20.2 Não serão substituídos os cartões por erro do candidato nem atribuídos pontos às questões não assinaladas, ou marcadas com mais de uma alternativa, emendas ou rasuras, a lápis ou com caneta esferográfica de tinta com cor diversa das estabelecidas ou em desacordo com as instruções contidas no caderno de provas e ou cartão resposta.

21. O candidato, ao encerrar a Avaliação Escrita Objetiva, entregará, ao fiscal de sua sala, o cartão-resposta devidamente assinado e o Caderno de Avaliação, podendo reter para si, apenas, o local destacável do Caderno de Avaliação onde consta o rascunho do gabarito.

22. Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala, onde for realizada a Avaliação Escrita Objetiva, somente poderão retirar-se, após o último candidato entregar a avaliação, devendo assinarem a Ata de Encerramento da Avaliação Escrita Objetiva.

22.1 O candidato que se recusar e/ou criar qualquer embaraço com a obrigação descrita no caput deste item será ELIMINADO do certame.

23. O Gabarito da Avaliação Escrita Objetiva será divulgado no local indicado no item 7 deste Edital, conforme cronograma disciplinado no Anexo I.

24. Os Cadernos de Avaliações ficarão disponíveis no site <http://concursos.faepesul.org.br/>, a partir da publicação do gabarito, até a homologação final do certame.

25. O conteúdo programático para a Avaliação Escrita Objetiva será assim composto:

#### 25.1 CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR E MÉDIO:

25.1.1 LÍNGUA PORTUGUESA: Nova Ortografia. Análise e interpretação de texto. Linguagem Escrita: Morfologia, Vocabulário; Ortografia; Pontuação; Sílabas; Acentuação gráfica; Classes gramaticais; Conjugação de verbos usuais; Regência; Concordância Verbal e Nominal, Classe, Estrutura e Formação de Palavras. Estilística: Figuras de Sintaxe, figuras de palavras, figuras de pensamento, Linguagem Figurada. Discurso Direto e Indireto, Significação das Palavras, Sintaxe, Análise Sintática; Emprego de pronomes; Formas de tratamento; Interpretação de textos; Versificação. Português Erudito, Uso dos Porquês. Fonética e Fonologia; Semântica. Literatura Brasileira, suas escolas e seus escritores. Funções da Linguagem; Termos essenciais da oração; Vícios de linguagem, semântica; Gramática, divisão silábica, Crase, Classes gramaticais variáveis, Termos integrantes da oração, Orações coordenadas, Orações subordinadas: substantivos e pontuação. Encontros vocálicos, encontros consonantais; Dígrafo, sílaba; Sinais de pontuação; Sinônimos, antônimos, homônimos, substantivo, adjetivo, numeral, verbo, advérbio, preposição; Linguagem coloquial e formal; Sentido figurado; Gênero (masculino/feminino); Concordância entre adjetivos e substantivos.

25.1.2 MATEMÁTICA: Raciocínio Lógico. Operações Matemáticas: Adição, Subtração, Multiplicação, Divisão. Operações em conjuntos numéricos (naturais, inteiros, racionais e reais). Raciocínio lógico em regras de três, simples e compostas; equações de 1º e de 2º grau; cálculo de juros simples e juros compostos; razão e proporção; resolução de problemas; progressão aritmética e geométrica e análise combinatória; medidas: de valor, de tempo, de área e de volume; raciocínio sequencial; orientação espacial e temporal; sistema de numeração decimal; Operações fundamentais; Sistema métrico decimal de medidas de: comprimento, superfície, volume, capacidade, massa e tempo; equações; Inequações e sistemas de 1º e 2º graus; matrizes e determinantes; estatística; probabilidade; matemática financeira; porcentagens; Cálculo algébrico; Potenciação e radiação; Funções de 1º e 2º graus; Função modular; Progressões (PA e PG); Geometrias. Máximo divisor comum e mínimo divisor comum. Algarismos romanos. Raízes. Frações.

25.1.3 ESPECÍFICAS ATENDENTE DA CRIANÇA E ADOLESCENTE: Constituição Federal de 1988 e o processo democrático e participativo. Estatuto da criança e do adolescente. Noções de Política Nacional de Assistência Social e o processo descentralizado e Participativo. Sistema Nacional de Assistência Social e a inclusão social. Lei Orgânica da Assistência Social- Lei nº 8742/93. Serviço Social e Políticas Sociais Públicas e Privadas. O Serviço Social-Assistência e Cidadania.

25.1.4 ESPECÍFICAS FISCAL DE OBRAS E POSTURAS: Princípios fundamentais da Constituição Federal de 1988. Direitos e garantias fundamentais. Organização do Estado e dos Poderes. Da Administração Pública. Conhecimentos Específicos: Elaboração de relatórios, croquis, cálculos de áreas e tabelas; leitura de projetos e croquis; noções de área de construção civil; conhecimento e aplicação das leis de uso e ocupação de solo. Instrumentos de política e gestão urbana. Infraestrutura e serviços urbanos. Assuntos relativos à arquitetura e construção civil. Bens Municipais. Conceito, classificação, uso e alienação. Conhecimento de materiais diversos utilizados em serviços de construções, ampliações e reformas em imóveis. Conhecimentos gerais sobre: Fiscalização de obras para a liberação de alvarás, licenças e de habite-se; Fiscalização do cumprimento da Legislação sobre obras e edificações em toda área do Município, fazendo vistorias, leitura de projetos, conferência de medidas, cálculos de área, autuações, notificações, embargos e aplicando multas. Lei Orgânica do Município de Biguaçu/SC.

25.1.5 ESPECÍFICAS PROFESSOR III - EDUCAÇÃO ESPECIAL: Fundamentos e princípios da Educação Inclusiva. Marcos legais, políticos e educacionais da educação inclusiva e da educação especial. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Língua Brasileira de Sinais. Convenção Internacional sobre os Direitos das pessoas com deficiência; conceito de educação especial na perspectiva da educação inclusiva; atendimento educacional especializado – AEE e seus serviços, recursos e estratégias de acessibilidade; tecnologia assistiva, suas modalidades e o AEE; público da educação especial, conteúdo do AEE.

25.1.6 ESPECÍFICAS TÉCNICO EM EDUCAÇÃO 20H, 30H e 40H: Pensadores da Educação e suas concepções. Correntes teóricas da educação.

Relação ensino aprendizagem. Fases do desenvolvimento e sua relação com a aprendizagem. Projeto Político Pedagógico - concepções, importância, papel. Concepções de currículo. Concepções de avaliação. Conceito de interdisciplinaridade. Conceito de transdisciplinaridade. Lei de diretrizes e bases da educação nacional. Estatuto da Criança e do Adolescente. Educação Especial. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica e documentos relacionados.

25.1.7 ESPECÍFICAS MONITOR DE TRANSPORTE ESCOLAR: Constituição Federal - Dos Direitos e Garantias Fundamentais: Direitos e deveres individuais e coletivos; Direitos Sociais; Nacionalidade e Cidadania. Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº.8.069, de 13 de julho de 1990; Código de Trânsito Brasileiro – Lei nº 9.503, de 23 de Setembro de 1997, atualização e Legislação Complementar; - Resoluções do CONTRAN; - Técnicas de Primeiros socorros.

## 25.2 CARGOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL I E II:

25.2.1 LINGUA PORTUGUESA: Leitura, compreensão e interpretação de textos. Linguagem verbal e não verbal. Recursos que estabelecem a coesão do texto. Ortografia das palavras. Nova Ortografia. Estabelecer concordância nominal e verbal. Acentuação gráfica das palavras;

25.2.2 MATEMÁTICA: Adição, subtração, multiplicação e divisão. Problemas com as quatro operações. Regra de três simples e composta. Cálculo de áreas. Juros e porcentagem;

25.2.3 ESPECÍFICAS COVEIRO: Limpeza e higiene em geral. Limpeza e conservação dos objetos de uso, de equipamentos e do local de trabalho. Controle de estoque dos materiais de limpeza. Remoção de lixo e detritos, destino e seleção do lixo. Segurança e higiene do trabalho. Acidente de trabalho e prevenção de acidentes de trabalho. Noções sobre primeiros socorros. Uso de equipamentos de proteção individual - EPIs;

25.2.4 ESPECÍFICAS MOTORISTA III (CARTEIRA D - ÔNIBUS, UTILITÁRIOS E AMBULÂNCIA)): Legislação de Trânsito. Código de Trânsito Brasileiro e demais legislações referentes à condução de veículos. Sistema Nacional de Trânsito. Normas Gerais de Circulação. Sinalização. Veículos, licenciamento, habilitação. Regras de circulação. Deveres e proibições, infrações e penalidades. Medidas e processos administrativos. Direção defensiva. Primeiros socorros. Preservação do meio ambiente. Direitos Humanos e Cidadania no trânsito. Noções sobre funcionamento do veículo. Transporte de urgência e emergência;

25.2.5 ESPECÍFICAS OPERADOR DE TRATOR AGRÍCOLA e OPERADOR DE PATROLA: Legislação de Trânsito - Código de Trânsito Brasileiro e demais legislações referentes à condução de máquinas pesadas. Sistema Nacional de Trânsito. Normas Gerais de Circulação. Sinalização. Veículos, licenciamento, habilitação. Regras de circulação. Deveres e proibições, infrações e penalidades. Medidas e processos administrativos. Primeiros socorros. Preservação do meio ambiente. Direitos Humanos e Cidadania no trânsito. Noções sobre funcionamento de máquinas pesadas. Transporte de carga.

## ANEXO VIII

### AVALIAÇÃO DE APTIDÃO PRÁTICA

1. A Avaliação Prática terá caráter eliminatório, tendo como objetivo comprovar conhecimento e aptidão prática dos assuntos específicos da função do cargo, conforme critérios constantes no presente Anexo.

2. Os cargos submetidos à Avaliação Prática estão especificados no Anexo II.

3. O candidato que não comparecer à etapa de Avaliação Prática será considerado ELIMINADO do CONCURSO PÚBLICO.

4. Os locais, data e horário para realização das Avaliações Práticas dos cargos que serão submetidos aos referidos testes, serão divulgados nos locais especificados no item 7 do presente Edital em período estabelecido no Anexo I.

5. Os casos de alterações psicológicas ou fisiológicas do candidato (estados menstruais, indisposições, câibras, contusões, ou qualquer outra queixa de estado físico ou emocional do candidato, etc.), bem como qualquer outra condição que impossibilite o candidato de submeter-se aos testes ou diminua sua capacidade física e/ou orgânica, não serão levados em consideração e, portanto, nenhum tratamento diferenciado ou realização posterior da prova de esforço físico, será concedido por parte da organização.

6. A critério da FAEPEsul as Avaliações poderão ser filmadas e/ou gravadas.

7. Os trajes e calçados para a realização dos testes serão de livre escolha do candidato e deverão ser adequados para a execução das Atividades Avaliadas.

8. Para a entrada no local de realização da Avaliação Prática, o candidato deverá apresentar, obrigatoriamente, documento de identificação e se solicitada, a respectiva confirmação de inscrição.

7.1 São considerados válidos para apresentação e identificação do candidato no dia da realização Avaliação Prática os mesmos documentos utilizados para identificação na Avaliação Escrita Objetiva, especificados no Anexo VII, item 9.

9. O local de realização dos testes será de acesso exclusivo dos candidatos convocados e da equipe realizadora dos testes. Acompanhantes e visitantes poderão permanecer somente nas áreas designadas pela comissão organizadora.

10. Serão convocados para realização da Avaliação de Aptidão Prática os Candidatos aprovados na etapa de Avaliação Escrita Objetiva, classificados dentro do quantitativo a seguir:

CARGOS	CLASSIFICADOS AVALIAÇÃO DE APTIDÃO PRÁTICA
COVEIRO	Do 1º ao 10º Colocado
MOTORISTA III - (CARTEIRA D - ÔNIBUS, UTILITÁRIOS E AMBULÂNCIA)	Do 1º ao 20º Colocado
OPERADOR DE TRATOR AGRÍCOLA	Do 1º ao 10º Colocado
OPERADOR DE PATROLA	Do 1º ao 10º Colocado

11. A FAEPESUL nomeará um Coordenador Técnico, com experiência na área dos testes citados para aferição dos resultados práticos do Candidato.

12. Não haverá segunda chamada ou repetição das Avaliações, seja qual for o motivo alegado, exceto se a FAEPESUL julgar que fatores de ordem técnica alheios ao Candidato tenham prejudicado seu desempenho.

13. Após entrada no Local de realização da Avaliação de Aptidão Prática, o Candidato deverá aguardar a orientação da FAEPESUL, não podendo sair sob pena de ser ELIMINADO do Concurso.

14. Será eliminado da Avaliação de Aptidão Prática o candidato que:

13.1 Deixar de cumprir ou não cumprir corretamente o(s) procedimento(s) solicitado(s);

13.2 Não comparecer para a realização da Avaliação de Aptidão Prática no(s) dia(s), hora(s) e local(is) designado(s) no edital convocatório desta fase;

13.3 For surpreendido dando e/ou recebendo auxílio para a execução da prova;

13.4 Perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido.

15. Os casos omissos e/ou de força maior serão resolvidos pela FAEPESUL.

16. Para a realização da Avaliação de Aptidão Prática o Candidato deverá comparecer ao Local determinado munido de documento de identificação com foto, que possibilite a sua identificação (identidade expedida por autoridade civil ou militar, ou, ainda, Carteira Profissional), não serão aceitos protocolos de documentos em hipótese alguma;

17. A Avaliação de Aptidão Prática consistirá na execução das tarefas especificadas a seguir, de acordo com os quesitos estipulados pelo Coordenador Técnico.

18. DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DA PROVA PRÁTICA – COVEIRO:

17.1 Ao desempenho dos Candidatos na Avaliação de Aptidão Prática será atribuída pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, sendo a Avaliação efetuada segundo os critérios estabelecidos abaixo:

17.1.1 Noções Básicas de Segurança no Posto de Trabalho, de Higiene e Limpeza, Demonstração de Autocontrole, zelo e disciplina durante as atividades Práticas – 10 (dez) pontos;

17.1.2 Identificação nominal das ferramentas, dos instrumentos e máquinas, utilizados para execução das tarefas correlatas – 10 (dez) pontos;

17.1.3 Realização de misturas de traços, de argamassa para locais determinados – 20 (vinte) pontos;

17.1.4 Realização e exumação, nos termos definidos pelo Avaliador Técnico – 60 (sessenta) pontos;

17.2 O Coordenador Técnico pontuará o desempenho do Candidato deduzindo de sua Nota as seguintes pontuações:

17.2.1 Inabilidade Parcial – Deduzir 10 (dez) pontos;

17.2.2 Inabilidade Total – Deduzir a totalidade da Pontuação.

17.3 Será considerado INAPTO o Candidato que não atingir no mínimo 70 (setenta) pontos na Avaliação de Aptidão Prática.

19. DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DA PROVA PRÁTICA – CARGO OPERADOR DE TRATOR AGRÍCOLA:

18.1 O Candidato deverá apresentar, também, ao Coordenador Técnico a sua Carteira Nacional de Habilitação – CNH;

18.2 As tarefas constantes neste Critério são previstas, portanto não havendo a sua aplicação acarretará como se estivesse sido executada habilmente.

18.3 O Candidato deverá realizar as tarefas designadas dentro do prazo máximo definido pelo Coordenador Técnico, se assim for estabelecido.

18.4 O Exame de Direção Veicular deverá ser realizado com veículo(s) da categoria pretendida, com transmissão mecânica, objetivando simular deslocamentos oficiais de interesse da Administração Pública Municipal.

18.5 Durante o Exame de Direção Veicular, o Candidato deverá estar acompanhado, durante toda a prova pelo Coordenador Técnico, sendo pelo menos habilitado na categoria igual ou superior à pretendida pelo Candidato.

18.6 O veículo deverá ser o mesmo ou similar (devidamente comprovado) para todos os candidatos.

18.7 A Avaliação de Aptidão Prática será composta, conforme o Cargo, pelas seguintes etapas:

18.7.1 Operação com TRATOR AGRÍCOLA, executando determinada(s) tarefa(s) dentro de um tempo estipulado conforme a avaliação submetida;

18.7.2 Executar a operação com implemento (s) em determinada área definida pelo Coordenador Técnico no momento do teste.

18.7.3 Tempo máximo para execução da tarefa: 15 minutos.

18.8 Será considerado INAPTO o Candidato que não executar as tarefas no tempo máximo estipulado no item 19.7.3.

20. DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DA PROVA PRÁTICA – CARGO OPERADOR DE PATROLA:

19.1 O Candidato deverá apresentar, também, ao Coordenador Técnico a sua Carteira Nacional de Habilitação – CNH;

19.2 As tarefas constantes neste Critério são previstas, portanto não havendo a sua aplicação acarretará como se estivesse sido executada



habilmente.

19.3 O Candidato deverá realizar as tarefas designadas dentro do prazo máximo definido pelo Coordenador Técnico, se assim for estabelecido.

19.4 O Exame de Direção Veicular deverá ser realizado com veículo(s) da categoria pretendida, com transmissão mecânica, objetivando simular deslocamentos oficiais de interesse da Administração Pública Municipal.

19.5 Durante o Exame de Direção Veicular, o Candidato deverá estar acompanhado, durante toda a prova pelo Coordenador Técnico, sendo pelo menos habilitado na categoria igual ou superior à pretendida pelo Candidato.

19.6 O veículo deverá ser o mesmo ou similar (devidamente comprovado) para todos os candidatos.

19.7 A Avaliação de Aptidão Prática será composta, conforme o Cargo, pelas seguintes etapas:

19.7.1 Operação com MOTONIVALEDORA (PATROLA), executando determinada(s) tarefa(s) dentro de um tempo estipulado conforme a avaliação submetida:

19.7.2 Executar a operação com implemento (s) em determinada área definida pelo Coordenador Técnico no momento do teste;

19.7.3 Tempo máximo para execução da tarefa: 15 minutos.

19.8 Será considerado INAPTO o Candidato que não executar as tarefas no tempo máximo estipulado no item 20.7.3.

## 21. DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DA PROVA PRÁTICA – CARGO MOTORISTA DO TRANSPORTE ESCOLAR

20.1 O Candidato deverá apresentar, também, ao Coordenador Técnico a sua Carteira Nacional de Habilitação – CNH;

20.2 As tarefas constantes neste Critério são previstas, portanto não havendo a sua aplicação acarretará como se estivesse sido executada habilmente.

20.3 O Candidato deverá realizar as tarefas designadas dentro do prazo máximo definido pelo Coordenador Técnico, se assim for estabelecido;

20.4 O Exame de Direção Veicular deverá ser realizado com veículo (s) da categoria pretendida, com transmissão mecânica, objetivando simular deslocamentos oficiais de interesse da Administração Pública Municipal. Durante o Exame de Direção Veicular, o Candidato deverá estar acompanhado, durante toda a prova pelo Coordenador Técnico, sendo pelo menos habilitado na categoria igual ou superior à pretendida pelo Candidato.

20.5 O veículo deverá ser o mesmo ou similar (devidamente comprovado) para todos os candidatos.

20.6 A Avaliação de Aptidão Prática será composta pelas seguintes etapas:

20.6.1 Estacionar em vaga delimitada por balizas removíveis:

20.6.1.1 Para delimitação das vagas balizadas deverá ser verificada as seguintes especificações:

20.6.1.1.1 Comprimento total do veículo, acrescido de mais 40% (quarenta por cento);

20.6.1.1.2 Largura total do veículo, acrescida de mais 40% (quarenta por cento).

20.6.2 O candidato poderá realizar a manobra de estacionamento em até três tentativas dentro de cinco minutos.

20.6.3 Conduzir o veículo em via pública, urbana ou rural.

20.7 Será considerado INAPTO na Avaliação Prática de direção veicular o Candidato que cometer falta eliminatória ou cuja soma dos pontos negativos ultrapasse a 3 (três) pontos conforme apurado pelo Coordenador Técnico destinado para esta Avaliação de Aptidão Prática.

20.8 Em caso do candidato ser considerado INAPTO no Exame de Direção Veicular, o mesmo estará automaticamente ELIMINADO do CONCURSO PÚBLICO.

20.9 Caso o Candidato demonstre não possuir necessária capacidade no seu manejo com risco de danificar os equipamentos, o Coordenador Técnico poderá determinar imediata exclusão da Avaliação.

20.10 O candidato será avaliado, no Exame de Direção Veicular, em função da pontuação negativa por faltas cometidas durante todas as etapas do exame, atribuindo-se a seguinte pontuação:

20.10.1 Uma falta eliminatória: reprovação;

20.10.2 Uma falta grave: 03 (três) pontos negativos;

20.10.3 Uma falta média: 02 (dois) pontos negativos;

20.10.4 Uma falta leve: 01 (um) ponto negativo.

20.11 As faltas serão classificadas da seguinte Forma:

20.11.1 Faltas Eliminatórias:

20.11.1.1 Desobedecer à sinalização semafórica e de parada obrigatória;

20.11.1.2 Avançar sobre o meio fio;

20.11.1.3 Não colocar o veículo na área balizada, em no máximo três tentativas, no tempo estabelecido;

20.11.1.4 Avançar sobre o balizamento demarcado quando do estacionamento do veículo na vaga;

20.11.1.5 Transitar em contramão de direção;

20.11.1.6 Não completar a realização de todas as etapas do exame;

20.11.1.7 Avançar a via preferencial;

20.11.1.8 Provocar acidente durante a realização do exame;

20.11.1.9 Exceder a velocidade regulamentada para a via;

20.11.1.10 Cometer qualquer outra infração de trânsito de natureza gravíssima.

20.11.2 Faltas Graves:

20.11.2.1 Desobedecer à sinalização da via, ou ao agente da autoridade de trânsito;

20.11.2.2 Não observar as regras de ultrapassagem ou de mudança de direção;

20.11.2.3 Não dar preferência de passagem ao pedestre que estiver atravessando a via transversal para onde se dirige o veículo, ou ainda quando o pedestre não haja concluído a travessia, mesmo que ocorra sinal verde para o veículo;

20.11.2.4 Não sinalizar com antecedência a manobra pretendida ou sinalizá-la incorretamente;

20.11.2.5 Não usar devidamente o cinto de segurança;

20.11.2.6 Perder o controle da direção do veículo em movimento;

20.11.2.7 Cometer qualquer outra infração de trânsito de natureza grave.

20.11.3 Faltas Médias:



- 20.11.3.1 Executar o percurso da prova, no todo ou parte dele, sem estar o freio de mão inteiramente livre;
- 20.11.3.2 Trafegar em velocidade inadequada para as condições adversas do local, da circulação, do veículo e do clima;
- 20.11.3.3 Interromper o funcionamento do motor, sem justa razão, após o início da prova;
- 20.11.3.4 Fazer conversão incorretamente;
- 20.11.3.5 Usar buzina sem necessidade ou em local proibido;
- 20.11.3.6 Desengrenar o veículo nos declives;
- 20.11.3.7 Colocar o veículo em movimento, sem observar as cautelas necessárias;
- 20.11.3.8 Usar o pedal da embreagem, antes de usar o pedal de freio nas frenagens;
- 20.11.3.9 Entrar nas curvas com a engrenagem de tração do veículo em ponto neutro;
- 20.11.3.10 Engrenar ou utilizar as marchas de maneira incorreta, durante o percurso;
- 20.11.3.11 Não executar corretamente as atividades solicitadas pelo Coordenador Técnico;
- 20.11.3.12 Cometer qualquer outra infração de trânsito de natureza média.
- 20.11.4 Faltas Leves:
  - 20.11.4.1 Provocar movimentos irregulares no veículo, sem motivo justificado;
  - 20.11.4.2 Ajustar incorretamente o banco de veículo destinado ao condutor;
  - 20.11.4.3 Não ajustar devidamente os espelhos retrovisores;
  - 20.11.4.4 Apoiar o pé no pedal da embreagem com o veículo engrenado e em movimento;
  - 20.11.4.5 Utilizar ou Interpretar incorretamente os instrumentos do painel do veículo;
  - 20.11.4.6 Dar partida ao veículo com a engrenagem de tração ligada;
  - 20.11.4.7 Tentar movimentar o veículo com a engrenagem de tração em ponto neutro;
  - 20.11.4.8 Não identificar corretamente os componentes do veículo quando solicitado pelo Coordenador Técnico;
  - 20.11.4.9 Cometer qualquer outra infração de natureza leve.

#### ANEXO IX AVALIAÇÃO DE TÍTULOS

1. A Avaliação de Títulos terá caráter classificatório, conforme critérios constantes no presente Anexo.
2. Os Cargos que terão computo de pontuação concernente à Avaliação de Títulos estão especificados no Anexo II.
3. O Candidato deverá reunir os Títulos objeto desta avaliação em Cópia Autenticada ou Cópia Simples em conjunto com o Documento Original para comprovar sua autenticidade e protocola-los no Posto de Atendimento especificado no item 4 deste Edital.
  - 4.1 O Candidato pode encaminhar os documentos através dos Correios, devendo encaminhá-los ao Endereço do Posto de Atendimento descrito no item 4 na Opção Sedex/AR;
  - 4.2 Os documentos devem ser postados até a data limite fixada no Edital;
  - 4.3 Somente serão aceitos, caso enviados por correios, em Cópia Autenticada.
4. A Recepção dos Títulos deverá obedecer ao cronograma estabelecido conforme Anexo I do presente Edital.
5. A Avaliação de Títulos será apurada por Avaliadores designados pela FAEPESUL, através da análise dos documentos protocolados.
6. Somente serão considerados, para efeitos de pontuação, os títulos concluídos até a data da publicação do presente Edital.
7. Serão aceitos, como comprovação dos Títulos – Declaração/Atestado de Conclusão, desde que fique consignado que o Candidato tenha concluído a formação e fique expressamente consignado no instrumento, que o único motivo para não apresentação do Diploma/Certificado estabelecido no item 16 se deu por motivo Burocrático da Instituição de Ensino - IES.
8. A não apresentação de documentos para a Avaliação de Títulos pelo candidato o sujeitará apenas a classificação obtida no resultado da Avaliação Escrita Objetiva do CONCURSO PÚBLICO.
9. Uma vez entregues os títulos, não serão aceitos acréscimos, modificação e/ou substituição de documentos.
10. Os títulos entregues deverão possuir paginação, podendo ser escrito a mão, para organização e maior clareza na avaliação da Comissão.
11. Os títulos devem ser entregues juntamente com a ficha de avaliação, constante no Anexo IX, preenchido e dentro de envelope não transparente.
12. A Comissão avaliará separadamente os títulos, pontuando-os uma única vez.
  - 12.1 Não serão avaliados título exigido como requisito para provimento do cargo;
  - 12.2 Não serão avaliados título de graduação, especialização, mestrado e doutorado, não reconhecidos pelo MEC, ou que a instituição educacional esteja em processo de reconhecimento;
  - 12.3 Os títulos de mestrado e doutorado obtidos no exterior deverão ser validados por instituição nacional, na forma da lei.
  - 12.4 Os documentos redigidos em língua estrangeira deverão ser acompanhados por tradução feita por tradutor oficial.
13. A Nota máxima que poderá ser aferida ao candidato na Prova de Títulos é de 3,0 (três) pontos não sendo permitida a soma de pontuação de títulos.
14. A avaliação dos títulos de pós-graduação em nível de especialização, mestrado ou doutorado não é cumulativa e é limitada a um único título de pós-graduação. Caso o candidato entregue mais de um título, será avaliado unicamente o de maior valor acadêmico.

15. O resultado será a soma aritmética entre os pontos obtidos na Avaliação Escrita Objetiva e Avaliação de Títulos.

16. Consta abaixo a tabela de pontuação dos títulos apresentados:

TITULAÇÃO	PONTUAÇÃO
Certificado de curso de Pós-Graduação, em nível de Doutorado na disciplina em que se inscreveu ou na área de Educação.	3
Diploma ou certificado de curso de Pós-Graduação, em nível de Mestrado, na disciplina em que se inscreveu ou na área de Educação.	2
Certificado de curso de Pós-Graduação, em nível de Especialização na disciplina em que se inscreveu ou na área de Educação com no mínimo 360 (trezentas e sessenta) horas.	1

**ANEXO X**  
**FORMULÁRIO DE ENTREGA DE TÍTULOS**

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU – SC			
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2018			
FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO DE TÍTULOS			
Identificação do candidato:			
Número de inscrição:		Cargo:	
Nome:			
Telefones de contato:		E-mail:	
Documentos entregues:			
Cód	Nome do Título	Folhas	
01	Especialização		
02	Mestrado		
03	Doutorado		
Total de Folhas ->			
Local e data do recebimento:			
Local: Data:			
Ao assinar, concordo que li o Anexo IX, referente à Avaliação de Títulos, bem como todo o Edital e concordo com as regras nela exposta.			
Assinatura do Candidato			
-----			
Comprovante de Entrega			
Protocolo: Inscrição:			
Nome:			
Data:			
Quantidade de Folhas:			
Responsável FAEPESUL			

**ANEXO XI**  
**INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS**

1. Caberá interposição de recursos à FAEPESUL, no prazo de 2 (dois) dias úteis, contados a partir da data de publicação, a respeito:
  - a) Revisão do indeferimento de inscrição;
  - b) Revisão de questão da Avaliação Escrita Objetiva;
  - c) Resultado das Etapas.
2. Os recursos deverão ser interpostos diretamente através do Site de Internet ([www.concursos.faepesul.org.br/](http://www.concursos.faepesul.org.br/)) na Área do Candidato.
3. O recurso deverá obedecer ao padrão estabelecido pela FAEPESUL, devendo ser observados, entre outros, os seguintes requisitos:
  - a) Fundamentar, com argumentação lógica e consistente;
  - b) Apresentar recursos individuais, para questões diferentes (se for o caso).
  - c) Estar relacionado ao próprio impetrante.

4. Os recursos que não estiverem de acordo com o disposto nos itens acima serão liminarmente indeferidos.
5. Não será aceito pedido de recurso de qualquer natureza, via fax, correios eletrônicos, ou apócrifos.
6. Somente será apreciado o recurso que for expresso em termos convenientes e que aponte as circunstâncias que o justifique.
7. O recurso interposto fora do respectivo prazo não será aceito, sendo considerada a data e hora de seu protocolo.
8. As decisões dos recursos estarão disponíveis na Área do Candidato no prazo final para publicação da Etapa e resultado, na forma de extrato, publicado nos locais especificados no item 8 deste Edital.
- 7.1 A decisão do Recurso é irrecorrível nesta esfera administrativa;
- 7.2 Após a análise dos recursos interpostos ou decisão em virtude de erro material, poderá haver alteração da pontuação e/ou classificação inicialmente obtida para uma classificação superior ou inferior ou, ainda a desclassificação, providenciando a sua imediata retificação.
9. Se do exame do recurso resultar a anulação de item integrante de Avaliação, a pontuação correspondente a esse item será atribuída a todos os candidatos.

## ANEXO XII

## FORMULÁRIO DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU – SC	
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2018	
FORMULÁRIO DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO	
Protocolo: _____	
IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO	
Número de inscrição:	Cargo:
Nome:	
Telefones de contato:	E-mail:
OPÇÃO DE ISENÇÃO DE TAXA DE INSCRIÇÃO	
( ) OPÇÃO 1: Doador de Sangue.	
( ) OPÇÃO 2: Doador de Medula Óssea.	
( ) OPÇÃO 3: Inscrito CadÚnico.	
Número de Identificação Social – NIS: _____.	
DOCUMENTOS ENTREGUES	
OPÇÃO	QUANTIDADE DE FOLHAS
1	
2	
3	
TOTAL DE FOLHAS ->	
Local e data do recebimento:	
Local: Data:	
Ao assinar, concordo que li o Anexo IV, referente as inscrições, bem como todo o Edital e concordo em seu inteiro teor.	
Assinatura do Candidato	
-----	
COMPROVANTE DE ENTREGA	
Protocolo: Inscrição:	
Nome:	
Data:	
Quantidade de Folhas:	
Responsável FAEPESUL	

**ANEXO XIII  
DECLARAÇÃO – FAMÍLIA BAIXA RENDA**

Eu \_\_\_\_\_, portador (a) RG nº \_\_\_\_\_ e CPF nº \_\_\_\_\_, nascido em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, venho por meio desta DECLARAR que, sou membro de família de Baixa Renda nos termos do Decreto Federal nº 6.135, de 26 de junho de 2007 e atendo plenamente os requisitos de isenção previsto neste edital.

Por se expressão da verdade, firmo o presente instrumento, tendo conhecimento que qualquer ato inverídico poderá ensejar as penalidades cominatórias de falsidade ideológica (art. 299 Código Penal).

Biguaçu - SC, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

Assinatura: \_\_\_\_\_

N. de inscrição: \_\_\_\_\_

**ANEXO XIV  
DAS EXIGÊNCIAS E DOCUMENTOS PARA ADMISSÃO**

1. Homologado o resultado, a municipalidade, havendo necessidade, chamará o candidato classificado para o exercício do cargo, por ordem crescente de classificação, o qual será nomeado na forma mencionada neste Edital.

2. São requisitos básicos para a investidura em cargo público de caráter efetivo:

- 1.1 A aprovação em concurso público;
- 1.2 A prova da nacionalidade;
- 1.3 O gozo dos direitos políticos;
- 1.4 A quitação com as obrigações militares, para os homens;
- 1.5 A quitação com as obrigações eleitorais;
- 1.6 A idade mínima de 18 (dezoito) anos;
- 1.7 O nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo;
- 1.8 A comprovação da aptidão física e mental para exercício do cargo;
- 1.9 Declaração de não acumulação ou de acumulação lícita de cargos, empregos ou funções públicas, inclusive se já aposentado em outro cargo ou emprego público;
- 1.10 Declaração de ausência de impedimento de exercício de cargo, emprego ou função pública;
- 1.11 Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário.

3. As atribuições do cargo podem justificar a exigência de outros requisitos estabelecidos em Lei.

4. A perda ou suspensão do gozo dos direitos políticos será configurada, caso a Administração Municipal tome ciência da existência de sentença, com trânsito em julgado de:

- 3.1 Cancelamento da naturalização;
- 3.2 Reconhecimento da incapacidade civil absoluta;
- 3.3 Condenação penal, enquanto durarem os seus efeitos;
- 3.4 Condenação em processo judicial instaurado por força de atos de improbidade administrativa.

5. O não cumprimento dos requisitos disciplinados no item 2 impede a contratação do candidato, a sua recondução à última colocação neste certame somente será gerada após requerimento formal nas formas da Lei Estatutária do serviço Público Municipal.

**EDITAL CONCURSO PÚBLICO 002/2018**

Publicação Nº 1608617

O MUNICÍPIO DE BIGUAÇU - SC torna público que realizará CONCURSO PÚBLICO destinado a selecionar candidatos para o provimento de cargos efetivos para o quadro de pessoal da Administração Municipal.

**DAS REGRAS GERAIS DO CONCURSO PÚBLICO**

1. Este CONCURSO PÚBLICO será realizado conforme a legislação específica relacionada à matéria e de acordo com as disciplinas constantes neste Edital e será executado pela FUNDAÇÃO DE APOIO À EDUCAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UNISUL - FAEPESUL.

2. Todas as etapas do CONCURSO PÚBLICO serão realizadas no Município de Biguaçu - SC ou, dependendo do quantitativo de inscritos em outras localidades, a critério, exclusivo, da entidade organizadora do certame, obedecendo ao cronograma constante no Anexo I, do presente edital.

1.1 As etapas constantes no Anexo I poderão ser realizadas nos turnos Matutino com início às 08h00min ou vespertino com início às 14h00min, conforme consta no item 12 do anexo VII.

3. O CONCURSO PÚBLICO constará de Avaliação Escrita Objetiva, conforme tabela descritiva no Anexo II deste Edital.

4. Será disponibilizado 01 (um) Posto de Atendimento para atender aos candidatos no seguinte endereço:

3.1 Endereço: Rua Lúcio Born, 12, Centro, Biguaçu – SC – CEP: 88.160-000 – Pró-Cidadão Biguaçu;

3.2 Telefone: (48) 3094-4121;

3.3 Horário: 13h30min às 18h30min, em dias úteis.

5. Os cargos com os respectivos números de vagas, carga horária, vencimentos e requisitos de escolaridade estão definidos no Anexo III deste Edital.

6. As inscrições ocorrerão conforme cronograma constante no Anexo I e deverão obedecer às regras constantes no Anexo IV.

5.1 As PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (PCD) deverão observar as orientações constantes no Anexo V.

5.2 Os candidatos que necessitarem de atendimento especial para a realização das Avaliações deverão seguir as orientações constantes no Anexo V deste Edital.

7. A divulgação Oficial de todas as etapas referentes a este CONCURSO PÚBLICO se dará através de avisos publicados nos locais abaixo, mantendo-se acessíveis até 90 (noventa) dias após a homologação do certame.

6.1 No sítio de internet do Município de Biguaçu – SC: <http://www.bigua.sc.gov.br>;

6.2 No sítio de internet da FAEPESUL: <http://concursos.faepesul.org.br/>.

8. É de exclusiva responsabilidade do candidato, o acompanhamento integral das etapas deste CONCURSO PÚBLICO, por meio dos órgãos de divulgação Oficial citados neste Edital.

9. Os horários e datas do cronograma aqui estabelecidos poderão sofrer alterações em razão de melhor atendimento aos objetivos do presente certame, sendo que essas alterações serão publicadas pelos meios de divulgação Oficial mencionados no Item 7 deste Edital.

8.1 Qualquer alteração nas datas do cronograma das fases desse certame não enseja qualquer direito a cancelamento de inscrição e tão pouco a devolução dos valores pagos a título de taxa de inscrição, salvo se houver decisão em sentido contrário estabelecida pela FAEPESUL.

10. A interposição de recursos administrativos deverá obedecer às orientações e requisitos constantes no Anexo IX.

11. Os Candidatos aprovados nas avaliações deste CONCURSO PÚBLICO serão convocados para ocupar os Cargos, em funções das vagas constantes no Anexo III e de acordo com a necessidade do Município de Biguaçu – SC dentro do prazo de validade do certame.

12. A aprovação neste CONCURSO PÚBLICO não implica a admissão imediata do candidato. Todavia, o processo admissional do candidato deverá obedecer, rigorosamente, à ordem de classificação dos aprovados, sendo que serão chamados à medida que a necessidade funcional assim o permitir, obedecendo aos critérios do Município de Biguaçu – SC.

13. Os candidatos aprovados, quando convocados ao trabalho, deverão apresentar os documentos admissionais exigidos pelo Município de Biguaçu – SC.

12.1 A relação dos documentos admissionais será entregue no ato da convocação;

12.2 O candidato será convocado através dos meios de comunicação informado na ficha de inscrição deste CONCURSO PÚBLICO;

12.3 O Candidato deverá manter atualizado o seu cadastro junto à Gerência de Pessoal do Município de Biguaçu – SC;

12.4 O Município de Biguaçu – SC utilizará dos seguintes meios para convocação, nesta ordem: Telefone, e-mail (se houver), carta com AR (Aviso de Recebimento), Publicação no Diário Oficial do Município (Imprensa Oficial).

12.5 O candidato terá o prazo máximo de 30 (trinta) dias para apresentação após a convocação, o candidato que não comparecer será ELIMINADO deste CONCURSO PÚBLICO.

14. O CONCURSO PÚBLICO terá validade de 02 (dois) anos, prorrogável uma vez, por igual período, contados da data de publicação do ato de homologação do Resultado Final a critério do Município de Biguaçu – SC.

13.1 A Prorrogação de que trata este item será realizada mediante instrumento oficial municipal específico a ser realizado anteriormente a término do prazo de validade deste CONCURSO PÚBLICO.

15. Será excluído do CONCURSO PÚBLICO o candidato que:

14.1 Promover tumulto, incitar violência ou realizar descortêsias com qualquer outro candidato ou membro das equipes encarregadas da aplicação das avaliações;

14.2 For surpreendido durante a aplicação da Avaliação Escrita Objetiva - ou outra que seja vedado - em comunicação com outro candidato, verbalmente, por escrito ou por qualquer outra forma;

14.3 For apanhado em flagrante, utilizando-se de qualquer meio, na tentativa de burlar qualquer Avaliação, ou for responsável por falsa identificação pessoal;

14.4 Afastar-se da sala da Avaliação Escrita Objetiva, a qualquer tempo, sem o acompanhamento de fiscal;

14.5 Ausentar-se da sala da Avaliação Escrita Objetiva, a qualquer tempo, portando a folha de respostas;

14.6 Recusar-se a proceder à autenticação digital do cartão-resposta ou de outros documentos, nos termos deste Edital;

14.7 Recusar-se, em qualquer das etapas, a se submeter à fiscalização eletrônica e/ou física;

14.8 Recusar-se a cumprir ou instigar outrem a não cumprir as determinações da equipe responsável do certame;

14.9 Faltar a qualquer uma das fases do certame;

14.10 Não pontuar ou não atingir o quantitativo mínimo de pontuação na Avaliação Escrita Objetiva;

14.11 Deixar de apresentar qualquer documento comprobatório dos requisitos exigidos neste Edital, no momento da contratação.

16. A inscrição dos candidatos implicará aceitação das condições estabelecidas no inteiro teor deste Edital e das instruções específicas, expedientes dos quais não poderá alegar desconhecimento.

17. Fica delegada competência à FAEPESUL, para:



- 16.1 Deferir e indeferir as inscrições;  
 16.2 Emitir os documentos de confirmação de inscrições;  
 16.3 Prestar informações sobre o CONCURSO PÚBLICO;  
 16.4 Elaborar, aplicar, julgar, corrigir e conduzir a Avaliação Escrita Objetiva e demais etapas do CONCURSO PÚBLICO, bem como divulgar seus respectivos resultados;  
 16.5 Receber e julgar os recursos previstos neste Edital;  
 16.6 Publicar a homologação final do CONCURSO PÚBLICO.

18. A fiscalização e os casos omissos do presente CONCURSO PÚBLICO serão resolvidos conjuntamente pela Comissão Especial constituída pela Portaria nº 764/2018.

19. O foro para dirimir qualquer questão relacionada a este CONCURSO PÚBLICO é o da Comarca de Biguaçu - SC.

Biguaçu – SC, 02 de maio de 2018.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

ANEXO I

CRONOGRAMA

DATAS PREVISTAS	EVENTOS
02/05/2018	Publicação: • Extrato Edital e Edital – Imprensa Oficial.
02/05/2018 a 07/05/2018	Período para impugnação das disposições do Edital, através do sistema.
08/05/2018 a 06/06/2018	Período para: • Inscrição pela Internet ou posto de atendimento; • Protocolo do formulário e dos documentos comprobatório para isenção da taxa de inscrição; • Emissão e remissão do boleto bancário; • Recebimento dos requerimentos para PCD; • Atendimento de Necessidades Especiais no Posto de Atendimento.
07/05/2018	Data limite para pagamento da Taxa de Inscrição.
11/06/2018	Publicação: • Lista das inscrições deferidas; • Relação das inscrições indeferidas com respectivos fundamentos.
12/06/2018 a 13/06/2018	Data para interposição de recursos concernente as inscrições indeferidas.
14/06/2018	Publicação: • Extrato Resultado Recursos Administrativos Interpostos; • Homologação das inscrições e divulgação do horário e local para realização da Avaliação Escrita Objetiva.
17/06/2018	APLICAÇÃO DA AVALIAÇÃO ESCRITA OBJETIVA
19/06/2018	Divulgação do Gabarito Preliminar e do caderno da Avaliação Escrita Objetiva aplicado.
20/06/2018 a 21/06/2018	Data para interposição de Recursos Administrativos concernente às questões e ao Gabarito Preliminar da Avaliação Escrita Objetiva.
11/07/2018	Publicação: • Extrato Resultado Recursos Administrativos Interpostos; • Resultado Preliminar da Avaliação Escrita Objetiva;
12/07/2018 a 13/07/2018	Data para interposição de recursos concernente ao Resultado Preliminar da Avaliação Escrita Objetiva.
18/07/2018	Publicação: • Extrato Resultado Recursos Administrativos Interpostos; • Resultado Final do Concurso Público; • Homologação do Concurso Público.

ANEXO II

ETAPAS

CARGOS	Avaliação Escrita Objetiva
	Classificatória/Eliminatória
AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO	X
TÉCNICO EM ENFERMAGEM I (30H)	X
TÉCNICO EM ENFERMAGEM II (40H)	X
ENFERMEIRO I (30H)	X
MÉDICO ESPECIALISTA III – ORTOPEDISTA	X
MÉDICO ESPECIALISTA IV – PEDIATRA	X

1. O não comparecimento do candidato em hora e local aprezados para realização da Avaliação Escrita Objetiva implicará **ELIMINAÇÃO** do CONCURSO PÚBLICO.

2. A Avaliação Escrita Objetiva terá caráter **ELIMINATÓRIO** e **CLASSIFICATÓRIO** de acordo com a forma constante no Anexo VII.

### ANEXO III

#### CARGOS, VAGAS, CARGA HORÁRIA, VENCIMENTOS, HABILITAÇÃO PROFISSIONAL E ATRIBUIÇÃO

1. O nível de escolaridade e as exigências indicadas deverão estar atendidas até a data da posse. Caso não comprovados a escolaridade e os requisitos mínimos exigidos na tabela constante nos itens 7 e 8 deste Anexo, a nomeação não será realizada.

2. As atividades inerentes a cada um dos cargos serão desenvolvidas em quaisquer dependências, locais ou órgãos do Município de Biguaçu – SC.

3. A Carga Horária está expressa em tempo semanal de trabalho.

4. O regime jurídico é o estatutário.

5. Além dos quantitativos de vagas expressas na tabela constante no item 7, os Candidatos classificados acima das vagas estabelecidas figurarão como Cadastro Reserva para posterior análise de aproveitamento pela Administração Municipal.

6. Os Cargos que excederem a quantidade de 5 (cinco) convocações terão a reserva de 5% (cinco por cento) em face da classificação obtida para Pessoas Com Deficiência (PCD) conforme Anexo V deste Edital.

6.1 Os candidatos com deficiência deverão ser submetidos à avaliação médica, realizada em momento anterior à homologação das inscrições, a ser realizada pela Junta Médica do Funcional do Município

6.2 Caso não houver nenhum candidato Pessoas Com Deficiência (PCD) inscrito neste certame, a quantidade reservada voltará a reintegrar a quantidade ofertada.

#### 7. CARGOS, VAGAS, CARGA HORÁRIA E VENCIMENTOS:

CARGOS	VAGAS	CARGA HORÁRIA	VENCIMENTOS (R\$)
AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO	2	30	R\$ 1.445,03
TÉCNICO EM ENFERMAGEM I (30H)	3	30	R\$ 1.857,88
TÉCNICO EM ENFERMAGEM II (40H)	3	40	R\$ 2.447,19
ENFERMEIRO I (30H)	CR*	30	R\$ 2.477,19
MÉDICO ESPECIALISTA III – ORTOPEDISTA	CR*	20	R\$ 6.605,85
MÉDICO ESPECIALISTA IV – PEDIATRA	CR*	20	R\$ 6.605,85

\* CR - Cadastro Reserva

7.1 Os Candidatos aprovados em outros Concursos Públicos para os Cargos ofertados por este certame o qual esteja em vigência, deverão ser convocados com prioridade aos aprovados neste Edital.

7.2 É assegurado a concessão de Vale Alimentação – nos termos da Lei Municipal nº 2.965/2010 e alterações posteriores a todos os cargos, nos seguintes valores/carga horária:

CARGA HORÁRIA (h)	VALOR VALE ALIMENTAÇÃO
10	R\$ 85,17
20	R\$ 170,35
30	R\$ 255,52
40	R\$ 340,70

OBS: Os valores poderão ser reajustados conforme a Lei Municipal.

#### 8. CARGOS, NÍVEL E HABILITAÇÃO PROFISSIONAL:

CARGOS	NÍVEL ESCOLARIDADE	HABILITAÇÃO PROFISSIONAL
AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO	Médio	Ensino Médio e Curso de Auxiliar de Consultório Dentário e Registro no Conselho de Classe.
TÉCNICO EM ENFERMAGEM I (30H)	Técnico	Ensino Médio em Técnico em Enfermagem e Registro no órgão de Classe.
TÉCNICO EM ENFERMAGEM II (40H)	Técnico	Ensino Médio em Técnico em Enfermagem e Registro no órgão de Classe.

ENFERMEIRO I (30H)	Superior	Diploma de formação na área do cargo com certificação pelo MEC, diploma de especialista quando houver exigência para o cargo, e registro no Conselho de Classe quando este existir.
MÉDICO ESPECIALISTA III – ORTOPEDISTA	Superior	Diploma de formação na área do cargo com certificação pelo MEC, diploma de especialista quando houver exigência para o cargo, e registro no Conselho de Classe quando este existir.
MÉDICO ESPECIALISTA IV – PEDIATRA	Superior	Diploma de formação na área do cargo com certificação pelo MEC, diploma de especialista quando houver exigência para o cargo, e registro no Conselho de Classe quando este existir.

#### 9. ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS:

**9.1 AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO:** Auxiliar as atividades dos profissionais da saúde bucal. Exercer outras atividades, compatíveis com sua formação, previstas em lei, regulamento ou por determinação de superiores hierárquicos.

**9.2 TÉCNICO EM ENFERMAGEM I (30H):** Supervisionar e executar atividades de técnico em enfermagem e auxiliar na elaboração e análise de projetos relativos à sua formação profissional. Exercer outras atividades, compatíveis com sua formação, previstas em lei, regulamento ou por determinação de superiores hierárquicos.

**9.3 TÉCNICO EM ENFERMAGEM II (40H):** Supervisionar e executar atividades de técnico em enfermagem e auxiliar na elaboração e análise de projetos relativos à sua formação profissional. Exercer outras atividades, compatíveis com sua formação, previstas em lei, regulamento ou por determinação de superiores hierárquicos.

**9.4 ENFERMEIRO I (30H):** Exercer funções específicas de enfermagem, obedecendo ao que foi definido pelo titular da pasta.

**9.5 MÉDICO ESPECIALISTA III – ORTOPEDISTA:** Exercer funções médicas de acordo com o estabelecido pelo titular da pasta. Exercer outras atividades, compatíveis com sua formação, previstas em lei, regulamento ou por determinação de superiores hierárquicos.

**9.6 MÉDICO ESPECIALISTA IV – PEDIATRA:** Exercer funções médicas de acordo com o estabelecido pelo titular da pasta. Exercer outras atividades, compatíveis com sua formação, previstas em lei, regulamento ou por determinação de superiores hierárquicos.

#### ANEXO IV INSCRIÇÕES

1. As inscrições para este CONCURSO PÚBLICO deverão ser realizadas no sítio de Internet da FAEPESUL, no seguinte endereço: <http://concursos.faepesul.org.br/>.

2. Os candidatos que não possuem acesso à Internet deverão se dirigir ao Posto de Atendimento, constante no item 4 deste Edital.

3. O valor das inscrições segue a tabela abaixo:

ESCOLARIDADE	VALOR (em R\$)
Nível Superior	100,00
Nível Médio/Técnico	80,00

4. Serão aceitos pedidos de Isenção da Taxa de Inscrição para Doadores de Sangue (Opção 1), Doadores de Medula Óssea (Opção 2) e Candidatos Inscritos no CadÚnico (Opção 3) – Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – Decreto nº 6.135/2007.

4.1 Os Candidatos que desejam usufruir da isenção para Doadores de sangue devem preencher os requisitos estabelecidos na Lei Municipal nº 2437/2007 e seguir com os seguintes procedimentos:

4.1.1 Efetuar a inscrição no sítio de internet descrito no item 1 deste anexo e, assinalar a opção Isenção da Taxa de Inscrição: "Doador de Sangue";

4.1.2 Protocolar Formulário - Anexo XII e, encaminhar em conjunto declaração que comprove três doações no ano anterior à data da publicação do Edital deste CONCURSO PÚBLICO junto ao Posto de Atendimento, descrito no item IV deste Edital ou encaminhar, para o Endereço do Posto de Atendimento, por correio através da Opção Sedex/AR o instrumento com a certificação.

4.1.2.1 Os documentos encaminhados por correio devem chegar até o prazo máximo estabelecido no Cronograma descrito no Anexo I, não se responsabilizando a FAEPESUL por qualquer atraso ou outro fator que interfira no Cronograma estabelecido, sendo inutilizado o instrumento recebido fora no prazo definido.

4.1.3 Será considerada válida somente a doação de sangue promovida a instituição responsável pelo banco de sangue.

4.2 Os Candidatos que desejam usufruir da isenção para Doadores de Medula Óssea devem preencher os requisitos estabelecidos na Lei Municipal nº 3.805/2017 e seguir com os seguintes procedimentos:

4.2.1 Efetuar a inscrição no sítio de internet descrito no item 1 deste anexo e, assinalar a opção Isenção da Taxa de Inscrição: "Doador de Medula Óssea";

4.2.2 Protocolar Formulário - Anexo XII e, encaminhar em conjunto documentação que comprove a realização de, no mínimo, duas doações nos doze meses antecedentes à inscrição no Concurso Público junto ao Posto de Atendimento, descrito no item IV deste Edital ou

encaminhar, para o Endereço do Posto de Atendimento, por correio através da Opção Sedex/AR o instrumento com a certificação.

4.2.2.1 Os documentos encaminhados por correio devem chegar até o prazo máximo estabelecido no Cronograma descrito no Anexo I, não se responsabilizando a FAEPESUL por qualquer atraso ou outro fator que interfira no Cronograma estabelecido, sendo inutilizado o instrumento recebido fora no prazo definido;

4.2.2.2 Será considerada, para fins de comprovação a doação realizada à Órgão Oficial.

4.3 Os Candidatos que desejam usufruir a Isenção prevista no CadÚnico – Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – Decreto nº 6.135/2007 devem seguir com os seguintes procedimentos:

4.3.1 Efetuar a inscrição no sitio de internet descrito no item 1 deste anexo e, assinalar a opção Isenção da Taxa de Inscrição: "CadÚnico";

4.3.2 Protocolar Formulário - Anexo XII informando a inscrição do Número de Identificação Social – NIS e protocolar Declaração - Anexo XIII de ser membro de família de Baixa Renda nos termos da Lei, junto ao Posto de Atendimento, descrito no item IV deste Edital ou encaminhar, para o Endereço do Posto de Atendimento, por correio através da Opção Sedex/AR tal instrumento.

4.3.2.1 Os documentos encaminhados por correio devem chegar até o prazo máximo estabelecido no Cronograma descrito no Anexo I, não se responsabilizando a FAEPESUL por qualquer atraso ou outro fator que interfira no Cronograma estabelecido, sendo inutilizado o instrumento recebido fora no prazo definido.

4.4 A relação dos pedidos de isenção da Inscrição conforme os termos do presente Edital, que tiverem sido aceitos, serão publicados conforme cronograma constante no Anexo I e local conforme especificado no item 7 do presente Edital.

4.5 O candidato amparado pela isenção descrita neste item, seguirá todas as etapas deste CONCURSO PÚBLICO, estando unicamente isento do pagamento de inscrição, caso seu pedido seja deferido.

5. O candidato, após preencher o formulário de inscrição, disponível no endereço eletrônico <http://concursos.faepesul.org.br/>, deverá imprimir o respectivo boleto bancário, onde consta o valor da inscrição e efetuar o pagamento no prazo estabelecido no respectivo documento.

5.1 O pagamento do boleto bancário poderá ser efetuado em qualquer agência bancária ou lotérica, até o dia do vencimento impresso;

5.2 Não serão aceitas inscrições em que haja divergência de informações entre os Dados Bancários relacionados a inscrição em decorrência de vírus ou incorreção no pagamento.

6. Será permitido a inscrição para apenas 1 (um) Cargo para este Edital e, após o pagamento do respectivo boleto bancário, em hipótese alguma, será aceito o pedido de alteração da inscrição realizada.

7. O sistema de inscrição via Internet permite ao candidato, a emissão de uma segunda via do boleto bancário, esse só poderá ser emitido dentro do período de inscrição.

8. Embora o boleto para pagamento da taxa de inscrição possa ser emitido fora do horário bancário, o mesmo deverá ser quitado dentro do prazo de inscrição estabelecido no Anexo I.

9. As inscrições somente serão deferidas (confirmadas) após a FAEPESUL ser certificada pela Instituição Financeira responsável pelo recebimento, sobre o efetivo adimplemento dos boletos bancários.

10. Caso o candidato não conste na Lista de inscrições deferidas a ser publicada pela FAEPESUL e tenha efetuado o pagamento da Taxa de Inscrição, deverá protocolizar Recurso Administrativo no prazo estabelecido no Anexo I deste Edital, anexando o respectivo comprovante de pagamento, para fins de regularização administrativa da sua participação no certame e sob pena de ser indeferida a sua inscrição.

11. O valor da inscrição, uma vez pago, não será restituído, salvo em caso de cancelamento do CONCURSO PÚBLICO.

12. No caso de pagamento da inscrição com cheque, sendo o mesmo devolvido, a inscrição será considerada nula, independente do motivo da devolução, a qualquer tempo.

13. É vedada a inscrição condicional, extemporânea, via postal, via fax, ou por qualquer outro meio não especificado neste Edital.

14. A FAEPESUL não se responsabiliza por inscrições não recebidas por motivos de ordem técnica de computadores; falhas na comunicação; congestionamento de linha de comunicação, bem como outros fatores externos que impossibilitem a transferência de dados.

15. A inscrição no presente CONCURSO PÚBLICO implica conhecimento expresso e tácita aceitação das condições estabelecidas neste Edital, das quais o candidato não poderá alegar desconhecimento.

#### ANEXO V

##### PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (PCD)

##### CANDIDATOS COM NECESSIDADES DE ATENDIMENTO ESPECIAIS E

##### CONDIÇÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO

1. Dos cargos disponíveis para este certame, é reservado o percentual de 5% (cinco por cento) para Pessoas Com Deficiência (PCD), na conformidade do art. 37, inciso VIII, da Constituição Federal de 1988 c/c a Lei Federal nº 13.146/2015 e Decreto Federal nº 3.298/1999.

1.1 Sua aceitação estará condicionada à compatibilidade da sua limitação com as atribuições dos Cargos constantes do Anexo III.

2. Não havendo Pessoas com Deficiência (PCD) classificados em números suficientes para preencheras vagas reservadas, estas se reverterão às vagas gerais do CONCURSO PÚBLICO.

3. As Pessoas Com Deficiência (PCD) deverão protocolizar, no posto de atendimento descrito no item 4 deste Edital, o respectivo Laudo Médico que ateste sua portabilidade de necessidade especial, contendo o respectivo CID e a confirmação da sua capacidade física e mental para exercer o Cargo pretendido no prazo constante no Anexo I.
4. O Laudo Médico (original ou cópia autenticada), referente à solicitação de atendimento especial, terá validade somente para esta seleção pública e não será devolvido ou fornecida cópia do instrumento ao final do certame.
5. A apresentação do Laudo Médico, referido no item anterior, não elidirá a atuação da Junta Médica Oficial do Município de Biguaçu – SC, cuja conclusão terá prevalência sobre qualquer outra.
6. Após análise da Junta Médica do Município, se a deficiência do candidato não for atestada como compatível ao cargo para o qual se inscreveu, o mesmo deverá concorrer às vagas gerais do CONCURSO PÚBLICO.
7. Para efeito deste CONCURSO PÚBLICO, consideram-se deficiências que assegurem o direito de concorrer às vagas reservadas, somente as conceituadas na medicina especializada, concordes com os padrões internacionalmente reconhecidos.
8. A opção de concorrer às vagas reservadas à pessoa portadora de deficiência é de inteira responsabilidade do candidato.
9. O candidato portador de deficiência participará do CONCURSO PÚBLICO em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo, avaliação, horário e local de realização das provas.
10. Os candidatos que necessitarem de algum atendimento especial, para a realização das Avaliações Escritas Objetivas, deverão declará-lo no Formulário de Inscrição, no espaço reservado para este fim, para que sejam tomadas as providências cabíveis, com antecedência. Tal manifestação é de responsabilidade exclusiva do candidato.
11. A Candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização da Avaliação Escrita Objetiva, além de solicitar atendimento especial para tal fim, deverá levar um acompanhante (adulto), que ficará em sala reservada para essa finalidade e que será responsável pela guarda da criança. A candidata que não atender a essa exigência e vier acompanhada do amamentando não realizará a Avaliação acima mencionada.
- 11.1 O tempo de amamentação será acrescido no tempo de duração da prova, estando limitado a 30 (trinta) minutos.
12. O candidato que necessitar de atendimento especial deverá participar do CONCURSO PÚBLICO em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo, avaliação, horário e local de realização das provas.
- 12.1 Caso não houver manifesto declarado, conforme disposto acima, o candidato realizará a Avaliação Escrita Objetiva em condições normais com os demais candidatos.
13. Tendo sido aprovada no CONCURSO PÚBLICO, a Pessoas Com Deficiência (PCD) será submetida à Equipe Multiprofissional do Município de Biguaçu – SC, designada com o objetivo de avaliar a compatibilidade entre as atribuições essenciais da atividade com as condições limitadas de que o candidato é portador, emitindo relatório que servirá de base para investidura no Cargo escolhido neste certame.

#### ANEXO VI CLASSIFICAÇÃO

1. A Classificação deste CONCURSO PÚBLICO obedecerá às disciplinas constantes neste Anexo.
2. A Avaliação Escrita Objetiva terá valor de, no máximo, 10 (dez) pontos.
3. O critério de desempate da Avaliação Escrita Objetiva obedecerá à seguinte ordem:
- 3.1 Mais elevada nota ou média;
- 3.2 Mais elevada nota em títulos;
- 3.3 Mais idoso (Art. 17, § 9º Lei Municipal nº 53/2012).
4. A listagem, com a ordem de classificação dos candidatos da Avaliação Escrita Objetiva, será elaborada com base no número de pontos dos candidatos e apresentada em ordem decrescente de pontuação, e divulgada nos locais de publicações Oficiais deste Edital.

#### ANEXO VII AVALIAÇÃO ESCRITA OBJETIVA

1. A Avaliação Escrita Objetiva terá caráter classificatório/eliminatório, tendo como objetivo primordial a avaliação dos conhecimentos do candidato.
2. O horário e os locais de aplicação da Avaliação Escrita Objetiva serão divulgados em data prevista conforme cronograma no Anexo I.
3. O candidato que não comparecer à etapa de Avaliação Escrita Objetiva será considerado ELIMINADO do CONCURSO PÚBLICO.
4. A Avaliação Escrita Objetiva será composta por 40 (quarenta) questões, com 5 (cinco) alternativas de resposta para cada questão, havendo apenas 1 (uma) assertiva correta.
- 4.1 Quadro de distribuição das questões das Avaliações Escritas Objetivas:



CARGOS	LÍNGUA PORTUGUESA	MATEMÁTICA	ESPECÍFICAS CARGO
AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO	10	10	20
TÉCNICO EM ENFERMAGEM I (30H)	10	10	20
TÉCNICO EM ENFERMAGEM II (40H)	10	10	20
ENFERMEIRO I (30H)	10	10	20
MÉDICO ESPECIALISTA III – ORTOPEDISTA	10	10	20
MÉDICO ESPECIALISTA IV – PEDIATRA	10	10	20

5. Cada questão terá o valor de 0,25 (zero vinte e cinco) pontos

6. O resultado da Avaliação Escrita Objetiva será apurado, computando-se o número total de questões respondidas corretamente.

7. A Nota mínima, na Avaliação Escrita Objetiva para classificação e, consequente continuação do candidato nas próximas fases deste certame é de 05 (cinco) pontos para todos os cargos, independentemente da disciplina.

8. O Candidato que não atingir o quantitativo mínimo de acertos descrito neste item será, automaticamente, ELIMINADO do certame.

9. Na hipótese de anulação de questão(ões) da Avaliação Escrita Objetiva, por parte da Comissão de Coordenação do CONCURSO PÚBLICO, a(s) mesma(s) será(ão) considerada(s) como respondida(s) corretamente por todos os candidatos.

10. Na Avaliação Escrita Objetiva, também, será considerada com pontuação 0 (zero), a resposta do candidato contida no cartão-resposta quando:

10.1 Contenha emenda(s) e/ou rasura(s), ainda que legível(is);

10.2 Contenha mais de uma opção de resposta assinalada;

10.3 Não estiver assinalada(s);

10.4 For preenchida fora das especificações contidas nas instruções fornecidas;

10.5 Não estiver a opção completamente preenchida para o espaço destinado a opção da questão.

11. O cartão-resposta deverá ser preenchido e assinado pelo Candidato com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul.

11.1 O Candidato que não assinar ou recusar a apostar sua assinatura no cartão-resposta, por qualquer motivo, será ELIMINADO do CONCURSO PÚBLICO.

11.2 O cartão-resposta será personalizado para cada candidato.

11.3 O candidato deverá transcrever as respostas das questões objetivas para o cartão-resposta, que será o único documento válido para a correção dessas questões.

11.4 O preenchimento do cartão será de inteira responsabilidade do candidato.

11.5 O cartão-resposta não será substituído.

12. A duração da Avaliação Escrita Objetiva, incluído o tempo para preenchimento do cartão-resposta, será de 4 (quatro) horas.

13. O candidato somente poderá se retirar do local da Avaliação Escrita Objetiva, após 1 (uma) hora do seu início.

14. Para a entrada nos locais de realização das Avaliações, conforme etapas descritas no Anexo II, o candidato deverá apresentar, obrigatoriamente, documento de identificação e se solicitado, a confirmação de inscrição.

14.1 São considerados válidos os seguintes documentos de identificação: Carteira de Identidade (RG); carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelo Corpo de Bombeiro Militar, pela Polícia Militar, pelos Conselhos e Órgãos Fiscalizados de exercício profissional; certificado de reservista; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal, valham como identidade, carteira de trabalho e carteira nacional de habilitação com foto recente e dentro do prazo de validade.

14.2 O Local de Prova é acessível somente ao Candidato, devidamente inscrito, sendo vedado o acompanhamento de outras pessoas, mesmo filhos menores;

14.3 Em caso de extravio do documento de identidade original, será permitido o ingresso no local de prova mediante Registro de Ocorrência Policial, assinado e original (vedado o documento emitido pela internet), expedido há, no máximo, trinta dias do evento.

14.3.1 Havendo a solicitação de ingresso no local de prova mediante Registro de Ocorrência, será procedido a lavratura de instrumento de realização de Avaliação em Caráter Condicional, sendo submetido a identificação datiloscópica, podendo ser fotografado.

14.3.2 A constatação de qualquer irregularidade quanto a ocorrência implicará no cancelamento da inscrição e anulação de todos os atos praticados, sem prejuízo das sanções penais.

14.3.3 A FAEPESUL, reserva-se, ao direito de encaminhar a Autoridade Policial os atos praticados em decorrência do Registro de Ocorrência realizado.

15. Recomenda-se que o candidato compareça ao local de prova com antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) minutos antes do horário previsto para aplicação da prova.

16. Não haverá, em qualquer hipótese, segunda chamada para a Avaliação Escrita Objetiva, nem a possibilidade de realização de prova fora do horário fixado.

17. Será entregue pela equipe de fiscaliza um Caderno de Provas e um Formulário de Cartão Resposta, sendo o Candidato sendo responsável pela conferência e certificação das informações e materiais, inclusive pela verificação se o caderno de questões está completo, sem falhas

de impressão e se corresponde ao cargo para o qual se inscreveu.

17.1 Havendo qualquer irregularidade/dúvida no caderno de questões e/ou no formulário de Cartão Resposta deve ser comunicado pelo Candidato, imediatamente ao fiscal, para apuração e, caso constatado qualquer defeito as providências de substituição do material.

17.2 O tempo gasto para a atendimento e/ou substituição do material será acrescido ao tempo de duração da prova fixado.

17.3 As alternativas corretas das questões deverão ser marcadas no cartão resposta, de acordo com as instruções nele contidas.

18. Durante a realização da Avaliação Escrita Objetiva é vedada a consulta/utilização/posse de: livros, revistas, folhetos, anotações, máquinas de calcular, equipamento elétrico, eletrônico ou físico (não mencionado no item 11 deste Anexo), principalmente telefones celulares.

18.1 Havendo a constatação de consulta, utilização e/ou posse de qualquer material citado acima o candidato será ELIMINADO deste CONCURSO PÚBLICO;

18.2 Os materiais e equipamentos mencionados deverão ser entregues aos fiscais de sala, ou colocados em local determinado pela equipe de fiscalização, antes do início das avaliações, para serem devolvidos (recolhidos pelo candidato) ao término da Avaliação.

18.3 A FAEPESUL não se responsabilizará por perda, roubo ou dano dos referidos materiais e equipamentos.

18.4 Fica, expressamente, permitido que a FAEPESUL poderá solicitar, a qualquer tempo e a qualquer Candidato a sua identificação datiloscópica e fotográfica, bem como a revista pessoal, de seus pertences, por quaisquer meios, inclusive eletrônicos.

18.5 Fica vedado, sob pena de ELIMINAÇÃO, ainda:

18.5.1 Qualquer comunicação e/ou procedimento a fim de troca busca de informações em conjunto ou através de outro Candidato;

18.5.2 O uso ou posse de bonés, chapéus ou qualquer outra cobertura;

18.5.3 O uso ou posse de óculos escuros e/ou espelhados, exceto por prescrição médica que poderá ser solicitada a respectiva comprovação;

18.5.4 Ausentar-se da sala sem a companhia de um fiscal;

18.5.5 A ingestão de alimentos e bebidas, com exceção de água acondicionada em embalagem plástica transparente sem rótulos e ou etiquetas ou medicação cuja prescrição médica deve ser comprovada.

19. Não será permitido o acesso e a realização da Avaliação Escrita Objetiva com qualquer produto alimentício (sólido ou líquido) que não esteja alocado em material integralmente transparente.

20. A Avaliação Escrita Objetiva será corrigida por processo opto-eletrônico, sendo somente consideradas as respostas transferidas apropriadamente para o cartão-resposta, sendo o único documento válido para a correção da Avaliação, desconsiderando-se qualquer marcação que o candidato tenha feito no caderno de questões da prova.

20.1 As questões da Avaliação Escrita Objetiva serão realizadas, exclusivamente, pelo registro do candidato no formulário de cartão resposta, não sendo válidas as anotações feitas no caderno de questões ou em qualquer outro lugar.

20.2 Não serão substituídos os cartões por erro do candidato nem atribuídos pontos às questões não assinaladas, ou marcadas com mais de uma alternativa, emendas ou rasuras, a lápis ou com caneta esferográfica de tinta com cor diversa das estabelecidas ou em desacordo com as instruções contidas no caderno de provas e ou cartão resposta.

21. O candidato, ao encerrar a Avaliação Escrita Objetiva, entregará, ao fiscal de sua sala, o cartão-resposta devidamente assinado e o Caderno de Avaliação, podendo reter para si, apenas, o local destacável do Caderno de Avaliação onde consta o rascunho do gabarito.

22. Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala, onde for realizada a Avaliação Escrita Objetiva, somente poderão retirar-se, após o último candidato entregar a avaliação, devendo assinarem a Ata de Encerramento da Avaliação Escrita Objetiva.

22.1 O candidato que se recusar e/ou criar qualquer embaraço com a obrigação descrita no caput deste item será ELIMINADO do certame.

23. O Gabarito da Avaliação Escrita Objetiva será divulgado no local indicado no item 7 deste Edital, conforme cronograma disciplinado no Anexo I.

24. Os Cadernos de Avaliações ficarão disponíveis no site <http://concursos.faepesul.org.br/>, a partir da publicação do gabarito, até a homologação final do certame.

25. O conteúdo programático para a Avaliação Escrita Objetiva será assim composto:

25.1 CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR, TÉCNICO E MÉDIO:

25.1.1 LÍNGUA PORTUGUESA: Nova Ortografia. Análise e interpretação de texto. Linguagem Escrita: Morfologia, Vocabulário; Ortografia; Pontuação; Sílabas; Acentuação gráfica; Classes gramaticais; Conjugação de verbos usuais; Regência; Concordância Verbal e Nominal, Classe, Estrutura e Formação de Palavras. Estilística: Figuras de Sintaxe, figuras de palavras, figuras de pensamento, Linguagem Figurada. Discurso Direto e Indireto, Significação das Palavras, Sintaxe, Análise Sintática; Emprego de pronomes; Formas de tratamento; Interpretação de textos; Versificação. Português Erudito, Uso dos Porquês. Fonética e Fonologia; Semântica. Literatura Brasileira, suas escolas e seus escritores. Funções da Linguagem; Termos essenciais da oração; Vícios de linguagem, semântica; Gramática, divisão silábica, Crase, Classes gramaticais variáveis, Termos integrantes da oração, Orações coordenadas, Orações subordinadas: substantivos e pontuação. Encontros vocálicos, encontros consonantais; Dígrafo, sílaba; Sinais de pontuação; Sinônimos, antônimos, homônimos, substantivo, adjetivo, numeral, verbo, advérbio, preposição; Linguagem coloquial e formal; Sentido figurado; Gênero (masculino/feminino); Concordância entre adjetivos e substantivos.

25.1.2 MATEMÁTICA: Raciocínio Lógico. Operações Matemáticas: Adição, Subtração, Multiplicação, Divisão. Operações em conjuntos numéricos (naturais, inteiros, racionais e reais). Raciocínio lógico em regras de três, simples e compostas; equações de 1º e de 2º grau; cálculo de juros simples e juros compostos; razão e proporção; resolução de problemas; progressão aritmética e geométrica e análise combinatória; medidas: de valor, de tempo, de área e de volume; raciocínio sequencial; orientação espacial e temporal; sistema de numeração decimal; Operações fundamentais; Sistema métrico decimal de medidas de: comprimento, superfície, volume, capacidade, massa e tempo; equações; Inequações e sistemas de 1º e 2º graus; matrizes e determinantes; estatística; probabilidade; matemática financeira; porcentagens; Cálculo algébrico; Potenciação e radiação; Funções de 1º e 2º graus; Função modular; Progressões (PA e PG); Geometrias. Máximo divisor comum e mínimo divisor comum. Algarismos romanos. Raízes. Frações.

**25.1.3 ESPECÍFICAS AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO:** Processos radiográficos em Odontologia. Radioproteção. Etiologia e comportamento da cárie dental. Métodos e ação do Flúor. Os diversos materiais de uso odontológico e suas propriedades gerais (físico-químicas, biológicas, manipulatórias, estéticas e aplicações clínicas). Biossegurança. Classificação dos procedimentos e instrumentais odontológicos. Princípios de controle das infecções. Proteção pessoal, equipe, paciente e meio ambiente. Montagem, limpeza e desinfecção do consultório odontológico. Preparo do material, monitorização e meios de esterilização. Armazenamento do material estéril. Desinfetantes e anti-sépticos: uso e efeitos. Descarte dos resíduos produzidos no consultório odontológico.

**25.1.4 ESPECÍFICAS TÉCNICO EM ENFERMAGEM I (30H) e TÉCNICO EM ENFERMAGEM II (40H):** A inserção dos serviços de enfermagem no Sistema Único de Saúde (SUS). Código de Ética dos profissionais de enfermagem e Lei do exercício profissional. Política de humanização do SUS. Funcionamento dos sistemas: locomotor, pele e anexos, cardiovascular, linfático, respiratório, nervoso, sensorial, endócrino, urinário e órgãos genitais. Agentes infecciosos e ectoparasitos (vírus, bactérias, fungos, protozoários e artrópodes). Doenças transmissíveis pelos agentes infecciosos e ectoparasitos. Saneamento básico. Educação em saúde. Conceito e tipo de imunidade. Programa de imunização. Noções básicas sobre administração de fármacos: efeitos colaterais e assistência de enfermagem. Procedimentos técnicos de enfermagem. Assistência integral de enfermagem à saúde: da criança e do adolescente, da mulher, do adulto, do idoso e mental. Assistência ao indivíduo, família e comunidade com transtornos: agudos, crônicos degenerativos, mentais, infecciosos e contagiosos. Assistência de enfermagem no pré, trans e pós-operatório. Assistência de enfermagem em urgência e emergência. Biossegurança: conceito, normas de prevenção e controle de infecção. Classificação de artigos e superfícies hospitalares aplicando conhecimentos de desinfecção, limpeza, preparo e esterilização de material. Preparação e acompanhamento de exames diagnósticos. Noções de administração e organização dos serviços de saúde e de enfermagem.

**25.1.5 ESPECÍFICAS ENFERMEIRO I (30H):** Legislação do SUS: Princípios e diretrizes do SUS, o SUS na Constituição Federal, Leis, Conselhos de Saúde, Princípios da Infecção Hospitalar, Conceitos em Infecção Hospitalar, Higienização das mãos. Fundamentos e exercício da enfermagem: Lei do exercício profissional - análise crítica. Código de Ética - análise crítica. Epidemiologia e enfermagem. Estatística e enfermagem. Teorias em enfermagem. Enfermeiro como líder e agente de mudança. Concepções teórico-práticas da assistência de enfermagem. Administração dos serviços de enfermagem: Políticas públicas em saúde e sua evolução histórica. Lei orgânica de saúde a partir da Constituição Federal de 1988. Processo social de mudança das práticas sanitárias no SUS e na enfermagem. Administração de materiais e enfermagem. Normas, rotinas e manuais - elaboração E utilização na enfermagem. Teorias administrativas e enfermagem. Organização dos serviços de enfermagem. Estrutura e funcionamento dos serviços de enfermagem. Planejamento na administração e na assistência de enfermagem em ambulatorios. Enfermagem e recursos humanos - recrutamento e seleção. Enfermagem em equipe - dimensionamento dos recursos humanos. Enfermagem, enfermeiro, tomada de decisão na administração da assistência e do serviço. Enfermagem na auditoria dos serviços e da assistência. Normas do Ministério da Saúde para atuação: programa nacional de imunizações, programa da mulher, programa da criança, programa do adolescente, programa do idoso, programa DST e AIDS, programa de hanseníase, programa de pneumologia sanitária, programa de hipertensão, programa de diabético. Processo de enfermagem - teoria e prática. Consulta de enfermagem. Participação do enfermeiro na CIPA. Emergências clínico-cirúrgicas e a assistência de enfermagem. Primeiros socorros na empresa. Assistência integral por meio do trabalho em equipes: de enfermagem, multiprofissional e interdisciplinar. Planejamento do ensino ao cliente com vistas ao autocuidado: promoção e prevenção da saúde.

**25.1.6 ESPECÍFICAS MÉDICO ESPECIALISTA III – ORTOPEDISTA:** Diagnosticar e tratar de afecções agudas, crônicas ou traumatológicas dos ossos e anexos, valendo-se de meios clínicos ou cirúrgicos, para promover, recuperar ou reabilitar a saúde do paciente; Avaliar as condições físico-funcionais do paciente, fazendo inspeção, palpação, observação da marcha ou capacidade funcional, ou pela análise de radiografias, para estabelecer o programa de tratamento; Orientar ou executar a colocação de aparelhos gessados, goteiras ou enfaixamentos, utilizando ataduras de algodão, gesso e crepe, para promover a imobilização adequada dos membros ou região do corpo afetados; Orientar ou executar a colocação de trações transesqueléticas ou outras, empregando fios metálicos, esparadrapos ou ataduras, para promover a redução óssea ou correção ósteo-articular; Realizar cirurgias em ossos anexos, empregando técnicas indicadas para cada caso, para corrigir desvios, extrair áreas patológicas ou destruídas do osso, colocar pinos, placas, parafusos, hastes e outros, a fim de restabelecer a continuidade óssea; Indicar ou encaminhar pacientes para fisioterapia ou reabilitação, entrevistando-os ou orientando-os para possibilitar sua máxima recuperação; Participar de equipes multiprofissionais, emitindo pareceres de sua especialidade, encaminhando ou tratando pacientes, para prevenir deformidades ou seu agravamento; Executar tratamento clínico, prescrevendo medicamentos, fisioterapia e alimentação específica, para promover a recuperação do paciente; Executar outras atribuições afins. Diagnosticar e tratar de afecções agudas, crônicas ou traumatológicas dos ossos e anexos, valendo-se de meios clínicos ou cirúrgicos, para promover, recuperar ou reabilitar a a saúde do paciente. Avaliar as condições físico-funcionais do paciente, fazendo inspeção, palpação, observação da marcha ou capacidade funcional, ou pela análise de radiografias, para estabelecer o programa de tratamento, orienta ou executa a colocação de aparelhos gessados, goteiras ou enfaixamentos, utilizando ataduras de algodão, gesso e crepe, para promover a imobilização adequada dos membros ou região do corpo afetados; Orientar ou executar a colocação de trações transesqueléticas ou outras, empregando fios metálicos, esparadrapos ou ataduras, para promover a redução óssea ou correção ósteo-articular; Realizar cirurgias em ossos anexos, empregando técnicas indicadas para cada caso, para corrigir desvios, extrair áreas patológicas ou destruídas do osso, colocar pinos, placas, parafusos, hastes e outros, a fim de restabelecer a continuidade óssea; Indicar ou encaminhar pacientes para fisioterapia ou reabilitação, entrevistando-os ou orientando-os para possibilitar sua máxima recuperação; Participar de equipes multiprofissionais, emitindo pareceres de sua especialidade, encaminhando ou tratando pacientes, para prevenir deformidades ou seu agravamento; Executar tratamento clínico, prescrevendo medicamentos, fisioterapia e alimentação específica, para promover a recuperação do paciente. Executar outras atribuições afins.

**25.1.7 ESPECÍFICAS MÉDICO ESPECIALISTA IV – PEDIATRA:** Legislação do SUS: Princípios e diretrizes do SUS, o SUS na Constituição Federal, Leis, Conselhos de Saúde, Princípios da Infecção Hospitalar, Conceitos em Infecção Hospitalar, Higienização das mãos, Infecção nosocomial do trato urinário, trato respiratório, sistema vascular, Infecções de feridas cirúrgicas, Isolamentos, Infecções comunitárias do trato respiratório, Infecções urinárias e pielonefrites, Insuficiência cardíaca congestiva, Acidente vascular cerebral, Diabetes mellitus tipo I e II, Cetoacidose diabética, Insuficiência Renal, Hemorragias Digestivas, Pancreatites, Insuficiência Hepática. A consulta pediátrica. Avaliação do recém-nascido normal. Avaliação do crescimento e desenvolvimento infantil e seus distúrbios. Nutrição e distúrbios nutritivos. Vacinação. Calendário vacinal da Secretaria de Estado da Saúde do Estado de Santa Catarina. Parasitoses. Diarréias agudas e crônicas. Desidratação e terapia hidroeletrólítica. Anemias. Afecções agudas do aparelho respiratório. Afecções agudas do aparelho genito urinário. Infecções do

sistema nervoso central. Doenças exantemáticas. Afecções agudas dos olhos, ouvidos, boca, nariz e garganta. Afecções do aparelho digestivo. Deformidades ortopédicas congênitas. Abdome agudo - inflamatório, hemorrágico, obstrutivo e perfurativo. Complicações agudas do diabetes mellitus. Distúrbios hemorrágicos. Doenças infecto contagiosas. DST/AIDS. Doença ulcerosa péptica, gastrite e *Helicobacter Pylori*. Convulsões. Choque anafilático. Choque. Intoxicações exógenas. Septicemia. Meningite. Febre reumática. Doença do refluxo gastroesofageano. Reanimação cardio respiratório. Emergência hipertensivas. Hipertensão intra craniana. Acidentes, traumas e semi - afogamento. Atendimento inicial à criança politraumatizada. Diagnóstico precoce do câncer e síndromes para neoplásicas. Afecções da pele. Noções básicas de hematologia e oncologia pediátrica. Noções básicas cardiologia pediátrica.

#### ANEXO VIII INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS

1. Caberá interposição de recursos à FAEPESUL, no prazo de 2 (dois) dias úteis, contados a partir da data de publicação, a respeito:
  - a) Revisão do indeferimento de inscrição;
  - b) Revisão de questão da Avaliação Escrita Objetiva;
  - c) Resultado das Etapas.
2. Os recursos deverão ser interpostos diretamente através do Site de Internet ([www.concursos.faepesul.org.br/](http://www.concursos.faepesul.org.br/)) na Área do Candidato.
3. O recurso deverá obedecer ao padrão estabelecido pela FAEPESUL, devendo ser observados, entre outros, os seguintes requisitos:
  - a) Fundamentar, com argumentação lógica e consistente;
  - b) Apresentar recursos individuais, para questões diferentes (se for o caso).
  - c) Estar relacionado ao próprio impetrante.
4. Os recursos que não estiverem de acordo com o disposto nos itens acima serão liminarmente indeferidos.
5. Não será aceito pedido de recurso de qualquer natureza, via fax, correios eletrônicos, ou apócrifos.
6. Somente será apreciado o recurso que for expresso em termos convenientes e que aponte as circunstâncias que o justifique.
7. O recurso interposto fora do respectivo prazo não será aceito, sendo considerada a data e hora de seu protocolo.
8. As decisões dos recursos estarão disponíveis na Área do Candidato no prazo final para publicação da Etapa e resultado, na forma de extrato, publicado nos locais especificados no item 8 deste Edital.
  - 7.1 A decisão do Recurso é irrecurável nesta esfera administrativa;
  - 7.2 Após a análise dos recursos interpostos ou decisão em virtude de erro material, poderá haver alteração da pontuação e/ou classificação inicialmente obtida para uma classificação superior ou inferior ou, ainda a desclassificação, providenciando a sua imediata retificação.
9. Se do exame do recurso resultar a anulação de item integrante de Avaliação, a pontuação correspondente a esse item será atribuída a todos os candidatos.

#### ANEXO XII FORMULÁRIO DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU – SC									
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2018									
FORMULÁRIO DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO									
Protocolo: _____									
IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO									
Número de inscrição:								Cargo:	
Nome:									
Telefones de contato:								E-mail:	
OPÇÃO DE ISENÇÃO DE TAXA DE INSCRIÇÃO									
( ) OPÇÃO 1: Doador de Sangue.									
( ) OPÇÃO 2: Doador de Medula Óssea.									
( ) OPÇÃO 3: Inscrição CadÚnico.									
Número de Identificação Social – NIS: _____									
DOCUMENTOS ENTREGUES									
OPÇÃO					QUANTIDADE DE FOLHAS				
1									
2									
3									
TOTAL DE FOLHAS ->									

Local e data do recebimento:

Local: Data:

Ao assinar, concordo que li o Anexo IV, referente as inscrições, bem como todo o Edital e concordo em seu inteiro teor.

Assinatura do Candidato

COMPROVANTE DE ENTREGA

Protocolo: Inscrição:

Nome:

Data:

Quantidade de Folhas:

Responsável FAEPESUL

#### ANEXO X DECLARAÇÃO – FAMÍLIA BAIXA RENDA

Eu \_\_\_\_\_, portador (a) RG nº \_\_\_\_\_ e CPF nº \_\_\_\_\_, nascido em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, venho por meio desta DECLARAR que, sou membro de família de Baixa Renda nos termos do Decreto Federal nº 6.135, de 26 de junho de 2007 e atendo plenamente os requisitos de isenção previsto neste edital.

Por se expressão da verdade, firmo o presente instrumento, tendo conhecimento que qualquer ato inverídico poderá ensejar as penalidades cominatórias de falsidade ideológica (art. 299 Código Penal).

Biguaçu - SC, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

Assinatura: \_\_\_\_\_

N. de inscrição: \_\_\_\_\_

#### ANEXO XI DAS EXIGÊNCIAS E DOCUMENTOS PARA ADMISSÃO

1. Homologado o resultado, a municipalidade, havendo necessidade, chamará o candidato classificado para o exercício do cargo, por ordem crescente de classificação, o qual será nomeado na forma mencionada neste Edital.

2. São requisitos básicos para a investidura em cargo público de caráter efetivo:

- 1.1 A aprovação em concurso público;
- 1.2 A prova da nacionalidade;
- 1.3 O gozo dos direitos políticos;
- 1.4 A quitação com as obrigações militares, para os homens;
- 1.5 A quitação com as obrigações eleitorais;
- 1.6 A idade mínima de 18 (dezoito) anos;
- 1.7 O nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo;
- 1.8 A comprovação da aptidão física e mental para exercício do cargo;
- 1.9 Declaração de não acumulação ou de acumulação lícita de cargos, empregos ou funções públicas, inclusive se já aposentado em outro cargo ou emprego público;
- 1.10 Declaração de ausência de impedimento de exercício de cargo, emprego ou função pública;
- 1.11 Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário.

3. As atribuições do cargo podem justificar a exigência de outros requisitos estabelecidos em Lei.

4. A perda ou suspensão do gozo dos direitos políticos será configurada, caso a Administração Municipal tome ciência da existência de sentença, com trânsito em julgado de:

- 3.1 Cancelamento da naturalização;
- 3.2 Reconhecimento da incapacidade civil absoluta;
- 3.3 Condenação penal, enquanto durarem os seus efeitos;
- 3.4 Condenação em processo judicial instaurado por força de atos de improbidade administrativa.

5. O não cumprimento dos requisitos disciplinados no item 2 impede a contratação do candidato, a sua recondução à última colocação neste certame somente será gerada após requerimento formal nas formas da Lei Estatutária do serviço Público Municipal.



**EXTRATO - EDITAL CONCURSO PÚBLICO 001/2018**

Publicação N° 1608611

**EXTRATO DE EDITAL**

O MUNICÍPIO DE BIGUAÇU - SC torna público o EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO N° 001/2018 – ADMINISTRAÇÃO/EDUCAÇÃO que abre inscrições para o CONCURSO PÚBLICO destinado a selecionar candidatos para o provimento de cargos efetivos para o quadro de pessoal da Administração Municipal, o qual será executado pela FUNDAÇÃO DE APOIO À EDUCAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UNISUL - FAEPESUL.

O Edital completo estará disponível a partir do dia 02 de maio de 2018 nos seguintes endereços eletrônicos:

- No sítio de internet do Município de Biguaçu – SC: (<http://www.bigua.sc.gov.br>);
- No sítio de internet da FAEPESUL: (<http://concursos.faepesul.org.br/>).

Biguaçu – SC, 02 de maio de 2018.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

**EXTRATO - EDITAL CONCURSO PÚBLICO 002/2018**

Publicação N° 1608613

**EXTRATO DE EDITAL**

O MUNICÍPIO DE BIGUAÇU - SC torna público o EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO N° 002/2018 – SAÚDE que abre inscrições para o CONCURSO PÚBLICO destinado a selecionar candidatos para o provimento de cargos efetivos para o quadro de pessoal da Administração Municipal, o qual será executado pela FUNDAÇÃO DE APOIO À EDUCAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UNISUL - FAEPESUL.

O Edital completo estará disponível a partir do dia 02 de maio de 2018 nos seguintes endereços eletrônicos:

- No sítio de internet do Município de Biguaçu – SC: (<http://www.bigua.sc.gov.br>);
- No sítio de internet da FAEPESUL: (<http://concursos.faepesul.org.br/>).

Biguaçu – SC, 02 de maio de 2018.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

**EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 61/2018 DO PP 71/2018 PMB.**

Publicação N° 1608309

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 61/2018 DO PP 71/2018 PMB.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS COM VEÍCULO TIPO ÔNIBUS, VAN E MICRO ÔNIBUS.

VENCEDOR: COSTA SUL AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA.

VALOR TOTAL: R\$ 212.499,00.

VIGÊNCIA: 02/05/2018 A 02/05/2019.

A ÍNTEGRA DA ATA SE ENCONTRA NO SITE DA PREFEITURA DE BIGUAÇU, [www.bigua.sc.gov.br](http://www.bigua.sc.gov.br)

Biguaçu, 25 de abril de 2018.

RAMON WOLLINGER

PREFEITO MUNICIPAL

**PP112/2018-PMB**

Publicação N° 1608846

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 112/2018 PMB

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNERO ALIMENTÍCIO PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU, COMPOSTA PELOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL MUNICIPAIS (CEIM'S) E ESCOLAS BÁSICAS MUNICIPAIS (EBM), DE FORMA A GARANTIR A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU, NO PERÍODO LETIVO REFERENTE AO ANO 2018.

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 15:45 horas, do dia 14/05/2018, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 16:00 horas, do dia 14/05/2018, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura [www.bigua.atende.net](http://www.bigua.atende.net)

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8022, e 3094-2038.

Biguaçu, 30 de abril de 2018.

RAMON WOLLINGER

PREFEITO MUNICIPAL

# Bom Retiro

## PREFEITURA

### 37.18 - DEC. SUPLEMENTAÇÃO.ANULAÇÃO.PMBR

Publicação Nº 1608753

Decreto N.º 37/18 de 26.04.2018

SUPLEMENTA RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS NO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO, EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2018, POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais, devidamente autorizado pela Lei n.º 2376/18 de 26 de abril de 2018;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam suplementadas as seguintes dotações orçamentárias:

04.01- SECR. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE  
Ação: 1002 - CONSTR.AMPL.EQUIP. UNID. ESCOLARES ENSINO INFANTIL

4.0.00.00 - DESPESAS CAPITAL

4.4.90.00 - Aplicações Diretas

Recurso 01.01 (Rec. 25% Educação) R\$ 70.000,00

Referência 33 R\$ 70.000,00

06.01- SECR. MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Ação: 2027 - ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL

3.0.00.00 - DESPESAS CORRENTES

3.3.90.00 - Aplicações Diretas

Recurso 01.00 (Rec. Ordinários) R\$ 1.500,00

Referência 106 R\$ 1.500,00

Total Geral da Suplementação R\$ 71.500,00

Art. 2º - Para fazer face a presente suplementação, apresenta-se como fonte de recurso a anulação das seguintes dotações orçamentárias:

04.01- SECR. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE  
Ação: 1001 - CONSTR.AMPL.EQUIP. UNID. ESCOLARES ENSINO FUNDAMENTAL

4.0.00.00 - DESPESAS CAPITAL

4.4.90.00 - Aplicações Diretas

Recurso 01.01 (Rec. 25% Educação) R\$ 70.000,00

Referência 25 R\$ 70.000,00

06.01- SECR. MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Ação: 2026 - MANUTENÇÃO DA PATRULHA AGRÍCOLA MECANIZADA

4.0.00.00 - DESPESAS CAPITAL

4.4.90.00 - Aplicações Diretas

Recurso 01.00 (Rec. Ordinários) R\$ 1.500,00

Referência 35 R\$ 1.500,00

Total Geral da Anulação R\$ 71.500,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Bom Retiro, 26 de abril de 2018.

VILMAR JOSÉ NECKEL

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado

Na Data Supra

Maria Madalena Silveira

Responsável pela Sec. Mun. Adm. e Fazenda

### 38.18 - DEC. SUPL.EXCESSO.FNDE.PAR

Publicação Nº 1608757

Decreto N.º 38/18 de 26 de abril de 2018.

Abre Crédito Suplementar no Orçamento da Prefeitura Municipal de Bom Retiro, Exercício Financeiro de 2018, por excesso de arrecadação.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais, devidamente autorizado pela Lei n.º 2363 de 12 de dezembro de 2017;

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementada a seguinte dotação orçamentária:

04.01- SECR. MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

2016 - MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL

3.0.00.00 - DESPESAS CORRENTES

3.3.90.00 - Aplicações Diretas

Recurso 01.32 - Recursos Transf.Conv.União/Educação( nº 201306553) ..... R\$ 19.937,56

Sub Total R\$ 19.937,56

Total Geral da Suplementação R\$ 19.937,56

2012 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL

3.0.00.00 - DESPESAS CORRENTES

3.3.90.00 - Aplicações Diretas

Recurso 01.32 - Recursos Transf.Conv.União/Educação( nº 201306553) ..... R\$ 10.490,00

Sub Total R\$ 10.490,00

Total Geral da Suplementação R\$ 10.490,00

Art. 2º - Para fazer face a presente suplementação, apresenta-se como fonte de recurso:

1) Termo de Compromisso PAR nº 201306553, Convênio 700121/2011 celebrado entre o FNDE e o município de Bom Retiro, fonte de recurso 01.32, receita: 17.18.05.91.01 - Conv. Aquisição de brinquedos -PAR 201306553 - tendo como objeto a aquisição de brinquedos didáticos pedagógicos para as escolas de educação infantil da rede municipal de ensino no valor de R\$ 19.937,56.

2) Termo de Compromisso PAR nº 201404455, celebrado entre o FNDE e o município de Bom Retiro, fonte de recurso 01.32, receita: 17.18.05.91.02 - Conv. Aquisição Mobiliário Escolar-PAR 201404455 - tendo como objeto a aquisição mobiliário escolar para as escolas de educação básica da rede municipal de ensino no valor de R\$ 10.490,00.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Bom Retiro, 26 de abril de 2018.

VILMAR JOSÉ NECKEL

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado

Na Data Supra

MARIA MADALENA SILVEIRA

Resp.Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**39.18 - DEC. COMISSÃO FESTA ESTADUAL CHURRASCO**

Publicação Nº 1608759

DECRETO Nº 39/18 de 30.04.2018.

NOMEIA COMISSÃO CENTRAL ORGANIZADORA DA XIII FESTA ESTADUAL DO CHURRASCO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM RETIRO-SC, no uso de suas atribuições e de conformidade com o artigo 95, inciso VIII da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear os membros da Comissão Central Organizadora da XIII Festa Estadual do Churrasco, como segue:

- a) Presidente: Maria Madalena Silveira
- b) Vice - presidente: José Carlos Pereira
- c) Tesoureiro: Rafael Kuhl Schweitzer
- d) Secretária: Ercleia Faustino da Mota
- e) Membro: Marilene dos Santos Neckel

Art. 2º Os membros da comissão não serão remunerados e seus serviços serão considerados relevantes.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, em especial do Decreto nº 27/18 de 09 de abril de 2018.

Bom Retiro (SC), 30 de abril de 2018.

VILMAR JOSÉ NECKEL  
Prefeito Municipal  
Registrado e Publicado  
Na Data Supra

MARIA MADALENA SILVEIRA  
Resp. Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**503.04.18 - P. PRORROGA LIC. TRAT. SAUDE MARIA AP. S. SIMIANO**

Publicação Nº 1608763

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 503/18 de 23.04.18

Prorroga Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

**RESOLVE:**

Prorrogar a Licença de Tratamento de Saúde, de acordo com a perícia médica apresentada até o dia 31 de agosto de 2018, a funcionária Maria Aparecida da Silva Simiano, ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão 1 – Nível 22, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Núcleo Municipal São José.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
23 de abril de 2018.

VILMAR JOSÉ NECKEL  
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA  
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

**504.04.18 - P. LIC. TRAT. SAÚDE MAERLI MARTINHAGO**

Publicação Nº 1608767

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 504/18 de 25.04.18

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com os artigos 71 e 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

**RESOLVE:**

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar consulta médica, no dia 24 de abril de 2018, a Funcionária Maerli Martinhago, Ocupante do cargo de Professor I - 3 – Nível 22, 40 horas semanais, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Núcleo Municipal São José e Núcleo Henrique Hemkmaier.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
25 de abril de 2018.

VILMAR JOSÉ NECKEL  
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA  
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

**505.04.18 - P. LIC. TRAT. SAÚDE MARIA N. B. SCHLEMPER**

Publicação Nº 1608771

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 505/18 de 25.04.18

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com os artigos 71 e 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

**RESOLVE:**

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar consulta odontológica, no dia 24 de abril de 2018, a Funcionária Maria Neusa Branco Schlemper, Ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão I – Nível 22, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
25 de abril de 2018.

VILMAR JOSÉ NECKEL  
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA  
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

MARIA MADALENA SILVEIRA  
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

**506.04.18 - P. EXON. ALINE G. LOCKS**

Publicação Nº 1608774

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 506/18 de 25.04.18

Exonera Servidora a Pedido

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 36 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder Exoneração a servidora Aline Galdino Locks, do Cargo de Servente - Padrão 1 – Nível 1, 40 horas semanais, do Quadro de Pessoal do Município, Nomeada através da Portaria n.º 237/2018 de 05.02.2018, com exercício na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, a contar do dia 24 de abril de 2018.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
25 de abril de 2018.

VILMAR JOSÉ NECKEL  
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA  
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

**507.04.18 - P. PRORROGA LIC. TRAT. SAUDE HELIA M. ALVES**

Publicação Nº 1608777

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 507/18 de 26.04.18

Prorroga Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Prorrogar a Licença de Tratamento de Saúde, de acordo com a perícia médica apresentada até o dia 03 de maio de 2018, a funcionária Hélia Marian Alves, Ocupante do cargo de Servente - Padrão I – Nível 1, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Ginásio de Esportes Nenzinho.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
26 de abril de 2018.

VILMAR JOSÉ NECKEL  
Prefeito Municipal

**508.04.18 - P. TAXI**

Publicação Nº 1608780

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 508/18 de 26.04.18

DISPÕE SOBRE A OUTORGA DE PERMISSÃO OPERACIONAL DO SERVIÇO DE TRANSPORTE INDIVIDUAL DE PASSAGEIROS – TAXI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CONSIDERANDO a publicação do Decreto nº. 08/15 de 05.02.15, que regulamentou a Lei Municipal nº 2249/2014;

CONSIDERANDO o que dispõe o Art. 6º da Lei Municipal nº 2249/2014;

CONSIDERANDO que o permissionário cumpre com todos os ditames legais.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER para o Sr. VILSON SERGIO ALBINO, inscrito no C.P.F. n.º 495.348.159-34 a outorga de Permissão Operacional para Prestação do Serviço Público de Transporte Individual de Passageiros – TAXI na cidade de Bom Retiro, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º. A presente outorga de Permissão Operacional para Prestação do Serviço Público de Transporte Individual de Passageiros – TAXI terá validade até a data de 28 de Março de 2019, devendo ser renovada anualmente seguindo os tramites previstos na Lei Municipal nº 2249/2014.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
26 de Abril de 2018.

VILMAR JOSÉ NECKEL  
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA  
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

**509.04.18 - P. LIC. TRAT. SAÚDE MARIANA DEUCHER**

Publicação Nº 1608782

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 509/18 de 26.04.18

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com os artigos 71 e 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar consulta médica no dia



20 de abril de 2018, a Funcionária Mariana Deucher, ocupante do cargo de Professor I - 3 - Nível 22, 30 horas semanais, do quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
26 de abril de 2018.

VILMAR JOSÉ NECKEL  
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA  
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

#### **510.04.18 - P. LIC. TRAT. SAÚDE ELIANA AP. ALVES**

Publicação Nº 1608785

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 510/18 de 26.04.18  
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com os artigos 71 e 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar exames no dia 19 de abril de 2018, a Funcionária Eliana Aparecida Alves, ocupante do cargo de Professor I - 3 - Nível 22, do quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
26 de abril de 2018.

VILMAR JOSÉ NECKEL  
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA  
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

#### **511.04.18 - P. FÉRIAS SANDRA AP. C. SOUZA**

Publicação Nº 1608787

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 511/18 de 26.04.18  
Concede Férias Regulamentares

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente ao período de 2016 (Dois Mil e Dezesesseis) a 2017 (Dois Mil Dezesete) a funcionária Sandra Aparecida Coelho de Souza, Ocupante do cargo de Profissional de Enfermagem - Padrão I - Nível 09, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Saúde - ESF Interior, a serem usufruídas da seguinte maneira: 10 (dez) dias convertidos em pecúnia, conforme requerimento n.º 64/2018 de 23 de abril de 2018, e os 20 (vinte) dias restantes para gozá-las a contar do dia 03 de maio com término no dia 22 de maio de 2018.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
26 de abril de 2018.

VILMAR JOSÉ NECKEL  
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA  
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

#### **512.04.18 - P. FÉRIAS MARCOS A. CAPISTRANO**

Publicação Nº 1608794

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 512/18 de 27.04.18  
Concede Férias Regulamentares

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente ao período de 2017 (Dois Mil e Dezesete) a 2018 (Dois Mil Dezoito) ao funcionário Marcos Antonio Capistrano, Ocupante do cargo de Motorista - Padrão I - Nível 04, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Saúde, a serem usufruídas da seguinte maneira: 10 (dez) dias convertidos em pecúnia, conforme requerimento n.º 67/2018 de 26 de abril de 2018, e os 20 (vinte) dias restantes para gozá-las a contar do dia 06 de maio com término no dia 25 de maio de 2018.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
27 de abril de 2018.

VILMAR JOSÉ NECKEL  
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA  
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

#### **513.04.18 - P. LIC. MOT. P. FAM. TEREZINHA AP. P. GOEDERT**

Publicação Nº 1608795

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 513/18 de 27.04.18  
Concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com os artigos 72 e 75 da Lei Complementar

n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

**RESOLVE:**

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para acompanhar familiar em tratamento de saúde, no dia 25 de abril de 2018, a funcionária Terezinha Aparecida Pereira Goedert, ocupante do cargo de Professor I - 3 – Nível 22, do quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti e Pré Escolar São José.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
27 de abril de 2018.

VILMAR JOSÉ NECKEL  
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA  
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

**514.04.18 - P.LIC. MOT. P. FAM. FERNANDA R. GORGES**

Publicação Nº 1608797

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 514/18 de 27.04.18  
Concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com os artigos 72 e 75 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

**RESOLVE:**

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para acompanhar familiar em tratamento de saúde, no dia 25 de abril de 2018, a funcionária Fernanda Rosa Gorges, Ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão I – Nível 22, 30 horas semanais, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
27 de abril de 2018.

VILMAR JOSÉ NECKEL  
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA  
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

**515.04.18 - P. CESSA EF. P. GRAT. PAMELA D. JUSTINA**

Publicação Nº 1608799

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 515/18 de 27.04.18  
Cessa Efeitos da Portaria N.º 177/15 de 19.02.15

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

Cessar os efeitos da Portaria n.º 177/15 de 19.02.15, que concedeu uma gratificação mensal, correspondente a 5 % (cinco por cento) do vencimento do cargo, tendo em vista seu remanejamento do local de trabalho, a funcionária Pamela Della Justina, ocupante do cargo de Zeladora – Padrão I – Nível 1 do quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Escola do Campo Cambará, a partir do dia 27 de abril de 2018.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
27 de abril de 2018.

VILMAR JOSÉ NECKEL  
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA  
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

**516.04.18 - P. FÉRIAS JOÃO B. SILVA**

Publicação Nº 1608800

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 516/18 de 27.04.18  
Concede Férias Regulamentares

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro – SC):

**RESOLVE:**

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente ao período de 2017 (Dois Mil e Dezessete) a 2018 (Dois Mil Dezoito) ao funcionário João Batista da Silva, Ocupante do cargo de Técnico Agropecuário - Padrão I – Nível 07, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, a serem usufruídas da seguinte maneira: 10 (dez) dias convertidos em pecúnia, conforme requerimento n.º 65/2018 de 26 de abril de 2018, e os 20 (vinte) dias restantes para gozá-las a contar do dia 07 de maio com término no dia 26 de maio de 2018.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
27 de abril de 2018.

VILMAR JOSÉ NECKEL  
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA  
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

**517.04.18 - P. FÉRIAS NILTON C. SANTOS**

Publicação Nº 1608801

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 517/18 de 27.04.18  
Concede Férias Regulamentares

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º

01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

**RESOLVE:**

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente ao período de 2016 (Dois Mil e Dezesesseis) a 2017 (Dois Mil Dezesete) ao funcionário Nilton Cesar dos Santos, Ocupante do cargo de Assistente Administrativo - Padrão I – Nível 06, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, a serem usufruídas da seguinte maneira: 10 (dez) dias convertidos em pecúnia, conforme requerimento n.º 66/2018 de 27 de abril de 2018, e os 20 (vinte) dias restantes para gozá-las a contar do dia 07 de maio com término no dia 26 de maio de 2018.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
27 de abril de 2018.

VILMAR JOSÉ NECKEL  
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA  
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

**518.04.18 - P. LIC. TRAT. SAÚDE JOELMA J. FARIAS**

Publicação Nº 1608806

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 518/18 de 30.04.18  
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com os artigos 71 e 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

**RESOLVE:**

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde, no dia 27 de abril de 2018, a Funcionária Joelma Josyane Farias, Ocupante do cargo de Professor I – 3, Padrão I – Nível 22, 40 horas semanais do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Núcleo Municipal Henrique Hemkmaier.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
30 de abril de 2018.

VILMAR JOSÉ NECKEL  
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA  
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

**519.04.18 - P. APOSENTADORIA ELIZABETE O. ALVES**

Publicação Nº 1608807

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 519/18 de 30.04.18  
Concede Aposentadoria por Idade

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, usando da competência que lhe confere o item VIII, do artigo 95 da Lei Orgânica do Município de Bom Retiro – SC;

**RESOLVE:**

Fica a servidora municipal Elizabete de Oliveira Alves, ocupante do cargo efetivo de Servente, Padrão I, Nível 1, lotado na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, Aposentado por Idade, conforme Benefício 159.584.488-8, Espécie: 41, enquadrado no Regime Geral de Previdência Social, Cfe. Leis Municipais n.º 1494 de 16 de Março de 2000 e 1499 de 27 de Março de 2000, a partir da presente data 30.04.2018, com benefícios do Caixa do Tesouro Nacional (INSS – Instituto Nacional de Seguro Social) bem como fica declarada a vacância do cargo e vaga acima especificada, na forma prevista no inciso V do artigo 35, da Lei Municipal nº 01/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
30 de abril de 2018.

VILMAR JOSÉ NECKEL  
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA  
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

**520.04.18 - P. PRORROGA LIC. TRAT. SAÚDE ROSEMELIA G. ROSA**

Publicação Nº 1608809

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 520/18 de 30.04.18

Prorroga Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

**RESOLVE:**

Prorrogar a Licença de Tratamento de Saúde, de acordo com a perícia médica apresentada até o dia 13 de julho de 2018, a funcionária Rosemélia Gamba da Rosa, Ocupante do cargo de Servente - Padrão I – Nível 1, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Ginásio de Esportes Nenzinho.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
30 de abril de 2018.

VILMAR JOSÉ NECKEL  
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA  
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

# Brusque

## PREFEITURA

### 2º TERMO ADITIVO AO TERMO DE FOMENTO 001-2017- FMAC-FCB

Publicação Nº 1608840

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO TERMO DE FOMENTO 001/2017 FMAC/FCB

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO TERMO DE FOMENTO 001/2017 que entre si celebram a FUNDAÇÃO CULTURAL DE BRUSQUE por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE APOIO A CULTURA e a SOCIEDADE AMIGOS DE BRUSQUE (MUSEU CASA DE BRUSQUE).

#### PREÂMBULO

1. CONCEDENTE: FUNDAÇÃO CULTURAL DE BRUSQUE, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrita no CNPJ nº 04.894.677/0001-71 sede administrativa estabelecido na rua Germano Scheafer nº 110, centro. Brusque (SC), representada pela Secretária de Educação e Responsável pela Fundação Cultural, Sra. ELIANI APARECIDA BUSNARDO BUENO, inscrita no CPF sob nº 455.300.339-20 RG 1.602.038, residente nesta cidade e comarca de Brusque.

2. CONVENIENTE: SOCIEDADE AMIGOS DE BRUSQUE inscrita no CNPJ sob nº 83.721.639/0001-93 com sede na Avenida Otto Renaux. 285. bairro São Luiz, Brusque - SC, neste ato representado pelo seu Presidente, Sr. RICARDO VIANNA HOFFMANN, brasileiro, casado, advogado, inscrito no CPF sob nº 454.936.009-78, RG 336.675 SSP/SC, endereço Avenida Lauro Müller, 123, apto 102, Centro, Brusque (SC).

3. Este termo aditivo tem fundamento legal no art. 55, parágrafo único da Lei 13.019 / 2014.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

O presente Segundo Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do TERMO DE FOMENTO 01/2017 - FMAC/FCB, cujo objeto consiste na transferência de recursos por parte da CONCEDENTE a título de cooperação financeira destinada à manutenção do Museu e Arquivo Histórico da Sociedade Amigos de Brusque, conforme especificações constantes no Plano de Trabalho e Termo de Fomento 01/2017 FMAC/FCB anexo..

#### CLÁUSULA SEGUNDA - RATIFICAÇÃO

O presente Segundo Termo Aditivo tem por objetivo prorrogar o prazo de vigência do Termo de Fomento nº 01/2017 FMAC/FCB, previsto na Cláusula Nona, por até 02 (dois) meses a contar de 01 de maio de 2018.

Lei 13.019/2014 - Art. 55. ....

"Parágrafo único. A prorrogação de ofício da vigência do termo de colaboração ou de fomento deve ser feita pela administração pública quando ela der causa a atraso na liberação de recursos financeiros, limitada ao exato período do atraso verificado".

#### DISPOSIÇÕES GERAIS

As demais cláusulas e condições contratuais permanecem inalteradas, restando ratificado todo o conteúdo do TERMO DE FOMENTO 01/2017 FMAC/FCB firmado em 28/07/2017.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, em 03 (três) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito.

Brusque (SC), 24 de abril de 2018

CONCEDENTE  
FUNDAÇÃO CULTURAL DE BRUSQUE  
ELIANI APARECIDA BUSNARDO BUENO  
Responsável pela Fundação Cultural

CONVENIENTE  
SOCIEDADE AMIGOS DE BRUSQUE  
RICARDO VIANA HOFFMANN  
Presidente

#### TESTEMUNHAS:

CPF:

CPF:

**2º TERMO ADITIVO AO TERMO DE FOMENTO 003-2017 -FMAC-FCB**

Publicação Nº 1608841

**SEGUNDO TERMO ADITIVO AO TERMO DE FOMENTO 003/2017 FMAC/FCB**

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO TERMO DE FOMENTO 003/2017 que entre si celebram a FUNDAÇÃO CULTURAL DE BRUSQUE por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE APOIO A CULTURA e o MUSEU ARQUIDIOCESANO DOM JOAQUIM (MUSEU AZAMBUJA)

**PREÂMBULO**

1. CONCEDENTE: FUNDAÇÃO CULTURAL DE BRUSQUE, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrita no CNPJ nº 04.894.677/0001-71 sede administrativa estabelecido na rua Germano Scheafer nº 110, centro. Brusque (SC), representada pela Secretária de Educação e Responsável pela Fundação Cultural, Sra. ELIANI APARECIDA BUSNARDO BUENO, inscrita no CPF sob nº 455.300.339-20 RG 1.602.038, residente nesta cidade e comarca de Brusque.

2. CONVENIENTE: MUSEU ARQUIDIOCESANO DOM JOAQUIM inscrito no CNPJ sob nº 82.986.910/0002-30 com sede na Rua Azambuja 960. bairro Azambuja - SC, neste ato representado pelo seu Diretor Presidente, Pe. Francisco de Assis Wloch, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 223.664.319-53, RG 145.592 SSP/SC, endereço Rua Azambuja, 1076, Bairro Azambuja, Brusque (SC)

3. Este termo aditivo tem fundamento legal no art. 55, parágrafo único da Lei 13.019 / 2014.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO**

O presente Segundo Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do TERMO DE FOMENTO 03/2017 - FMAC/FCB, cujo objeto consiste na transferência de recursos por parte da CONCEDENTE a título de cooperação financeira destinada à manutenção do Museu e Arquivo Histórico do MUSEU ARQUIDIOCESANO DOM JOAQUIM (MUSEU AZAMBUJA), conforme especificações constantes no Plano de Trabalho e Termo de Fomento 03/2017 FMAC/FCB anexo.

**CLÁUSULA SEGUNDA - RATIFICAÇÃO**

O presente Segundo Termo Aditivo tem por objetivo prorrogar o prazo de vigência do Termo de Fomento nº 03/2017 FMAC/FCB, previsto na Cláusula Nona, por até 03 (três) meses a contar de 01 de maio de 2018.

Lei 13.019/2014 - Art. 55. ....

"Parágrafo único. A prorrogação de ofício da vigência do termo de colaboração ou de fomento deve ser feita pela administração pública quando ela der causa a atraso na liberação de recursos financeiros, limitada ao exato período do atraso verificado".

**DISPOSIÇÕES GERAIS**

As demais cláusulas e condições contratuais permanecem inalteradas, restando ratificado todo o conteúdo do TERMO DE FOMENTO 03/2017 FMAC/FCB firmado em 28/07/2017.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, em 03 (três) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito.

Brusque (SC), 24 de abril de 2018

CONCEDENTE

FUNDAÇÃO CULTURAL DE BRUSQUE

ELIANI APARECIDA BUSNARDO BUENO

Responsável pela Fundação Cultural

CONVENIENTE

MUSEU ARQUIDIOCESANO DOM JOAQUIM

PE. FRANCISCO DE ASSIS WLOCH

Diretor Presidente

TESTEMUNHAS:

CPF:

CPF:



**DECRETO Nº 8129-2018**

Publicação Nº 1608818

DECRETO Nº. 8129, DE 23 DE ABRIL DE 2018.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E ESPECIAL"

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, usando da competência que lhe confere o art. 23º da Lei nº 4.107 de 19.12.2017, a Lei nº 4.079 de 20.09.17, o inc. IV do art. 82º da LOM, e a Lei Federal nº 4.320/1964.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar especial no Orçamento Fiscal do Município de Brusque em vigência, no valor de R\$ 413.716,93 (quatrocentos e treze mil, setecentos e dezesseis reais e noventa e três centavos), para atender a programação abaixo especificada:

25.00 Fundo Municipal de Saúde

25.001 Fundo Municipal de Brusque

010.0301.0275.2271 Atenção Básica, ESF, ACSm (BLATB)

3.1.90.00 Aplicações diretas – Pessoal e Encargos Sociais

0.1.38.25 Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União – Apoio Financeiro Extraordinário

VALOR R\$ 413.716,93

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I - Excesso de arrecadação do exercício corrente na seguinte receita/vínculo:

0.1.38.25	Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União – Apoio Financeiro Extraordinário
Valor Orçado	0,00
Valor arrecadado até a data de 23/04/2018.	413.716,93
Excesso de arrecadação até 23/04/2018.	413.716,93
Valor a utilizar	413.716,93

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 23 de abril de 2018, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

Prefeitura Municipal de Brusque, 23 de abril de 2018.

JONAS OSCAR PAEGLE Prefeito Municipal	Dr. EDSON RISTOW Procurador Geral do Município
HUMBERTO MARTINS FORNARI Secretária Municipal de Saúde	AURINHO SILVEIRA DE SOUZA Chefe de Gabinete

**EXTRATO 1º DE REALINHAMENTO À ATA Nº 057-2017**

Publicação Nº 1608781

EXTRATO 1º DE REALINHAMENTO À ATA 057-2017

Espécie: 1º termo de realinhamento à Ata nº 057/2017, entre o Município de Brusque e a empresa MARIA TOLL EPP, em 13/04/2018. Objeto: Realinhamento de preços para aquisição de alimentos diversos item : TOMATE R\$ 4,11 Fundamento legal: 65, inciso II, alínea "d", da Lei 8.666/93. Origem: Pregão nº 089/2017. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: Eliani Aparecida Bunardo Buemo e Inês Tholl.

**EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 001-2017-IBPLAN**

Publicação Nº 1608805

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 001-2017-IBPLAN

Espécie: 1º Termo Aditivo, Contrato nº 001/2017, entre o Município de Brusque e SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO /FUNDO DE MATERIAIS, PUBLICAÇÕES E IMPRESSOS OFICIAIS Objeto: aditivo prazo. Origem: Dispensa de licitação nº 001/2017 Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Jaine Mara de Melo Heil e Nelson Castello Branco Nappi Júnior.

**EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 017-2017**

Publicação Nº 1608808

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 017-2017

Espécie: 1º Termo Aditivo, Contrato nº 017/2017, entre o Município de Brusque e JHONITUR TURISMO LTDA - ME Objeto: aditivo quantitativo. Origem: Pregão nº 012/2017 Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Eliani Aparecida Bunardo Buemo e João Luiz Porto.

**EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 019-2017**

Publicação Nº 1608810

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 019/2017

Espécie: 1º Termo Aditivo, Contrato nº 019/2017, entre o Município de Brusque e NC COMUNICAÇÕES S/A Objeto: aditivo prorrogação. Origem: Pregão nº 021/2017 Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Edena Beatris Censi e Patrícia Rodrigues Delovino

**EXTRATO 2º DE REALINHAMENTO À ATA Nº 002-2017**

Publicação Nº 1608786

EXTRATO 2º DE REALINHAMENTO À ATA 002-2017

Espécie: 2º termo de realinhamento à Ata nº 002/2017, entre o Município de Brusque e a empresa AUTO POSTO DANIELA LTDA, em 24/04/2018. Objeto: Realinhamento de preços para aquisição de produtos derivado de petróleo item 1 R\$ 3,89 item 2 R\$ 3,29 item 3 R\$3,35 Fundamento legal: 65, inciso II, alínea "d", da Lei 8.666/93. Origem: Pregão nº 004/2017. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: Ricardo José de Souza e Evandro Luiz Evandro Luis Rutzen Da Silva

**EXTRATO 3º DE REALINHAMENTO À ATA Nº 035-2017**

Publicação Nº 1608796

EXTRATO 3º DE REALINHAMENTO À ATA 035-2017

Espécie: 3º termo de realinhamento à Ata nº 035/2017, entre o Município de Brusque e a empresa WALENDOWSKY DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA, em 24/04/2018. Objeto: Realinhamento de preços para aquisição de óleo diesel s10. item 01 R\$3,068 Fundamento legal: 65, inciso II, alínea "d", da Lei 8.666/93. Origem: Pregão nº 070/2017. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: Ricardo José de Souza e Evandro Luiz Rutzen da Silva

**EXTRATO 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 013-2013-FMS**

Publicação Nº 1608811

**EXTRATO 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 013-2013**

Espécie: 6º Termo Aditivo, Contrato nº 013/2013, entre o Município de Brusque e LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS DR. GERMANO HOFFMANN FILHO LTDA-EPP Objeto: aditivo quantitativo. Origem: inexigibilidade nº 003/2013 Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Humberto Martins Fornari e Germano Hoffmann Filho.

**EXTRATO 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 015-2013**

Publicação Nº 1608812

**EXTRATO 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 015-2013**

Espécie: 6º Termo Aditivo, Contrato nº 015/2013, entre o Município de Brusque e KARLA CASEMIRO & CASEMIRO LTDA-EPP (ESPAÇO VITALE – CENTRO MÉDICO) Objeto: aditivo quantitativo. Origem: inexigibilidade nº 003/2013 Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Humberto Martins Fornari e Karla Patricia Casemiro.

**EXTRATO CONTRATO Nº 004 - 2018 -FMAS**

Publicação Nº 1608813

**EXTRATO CONTRATO Nº 004 - 2018 -FMAS**

ESPÉCIE: Contrato nº 004/2018, entre o Município de Brusque e BRANCO & ZANINA EDITORA LTDA-ME. Objeto: contratação de pessoa jurídica para realizar a palestra sobre o tema "família educa, escola ensina" no dia 16/05/2018. Origem: Inexigibilidade nº 003/2018. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Conforme processo administrativo. VIGÊNCIA: 60 dias Signatários: Odair Bozio e Guilherme Zanina Schelb.

**EXTRATO CONTRATO Nº 009 - 2018 -FMS**

Publicação Nº 1608814

**EXTRATO CONTRATO Nº 009 - 2018 -FMS**

ESPÉCIE: Contrato nº 009/2018, entre o Município de Brusque e V J COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM EIRELI-EPP. Objeto: prestação de serviços de reforma da Unidade Básica De Saúde Maluche/ Souza Cruz/ Azambuja, Localizada Na Avenida Dom Joaquim Nº 560, Bairro Jardim Maluche, no município de brusque, conforme programa de requalificação de uns – reforma. ORIGEM: Tomada de Preço nº 002/2018. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Conforme processo administrativo. VIGÊNCIA: 12 meses Signatários: Humberto Martins Fornari, Andrea Patricia Voklmann e Renam Santana.

**EXTRATO CONTRATO Nº 010 - 2018 -FMS**

Publicação Nº 1608815

**EXTRATO CONTRATO Nº 010 - 2018 -FMS**

ESPÉCIE: Contrato nº 010/2018, entre o Município de Brusque e DIMENSE ENGENHARIA E CONSTRUTORA LTDA ME. Objeto: prestação de serviços de reforma da unidade básica de saúde guarani, localizada na rua nicolau hassmann, 071, bairro guarani, no município de brusque, conforme Programa de Requalificação de UNS – Reforma - Proposta nº 11188015000116004 – firmado com o Ministério da Saúde, ORIGEM: Tomada de Preço nº 003/2018. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Conforme processo administrativo. VIGÊNCIA: 12 meses Signatários: Humberto Martins Fornari, Andrea Patricia Voklmann e Sergio Zancanaro.

**EXTRATO CONTRATO Nº 011 - 2018 -FMS**

Publicação Nº 1608816

**EXTRATO CONTRATO Nº 011 - 2018 -FMS**

ESPÉCIE: Contrato nº 011/2018, entre o Município de Brusque e DIMENSE ENGENHARIA E CONSTRUTORA LTDA ME. Objeto: Prestação De Serviços De Reforma Da Unidade Básica De Saúde Poço Fundo, Localizada Na Rua Júlio De Modesti, Bairro Poço Fundo, No Município De Brusque, ORIGEM: Tomada de Preço nº 001/2018. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Conforme processo administrativo. VIGÊNCIA: 12 meses Signatários: Humberto Martins Fornari, Andrea Patricia Voklmann e Sergio Zancanaro.

**EXTRATO CONTRATO Nº 006-2015**

Publicação Nº 1608817

**EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 006-2015**

Espécie: 3º Termo Aditivo, Contrato nº 019/2017, entre o Município de Brusque CENTRO DE TECNOLOGIA ARMAZEM DATACENTER LTDA Objeto: aditivo prorrogação. Origem: Pregão nº 090/2017 Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Edena Beatris Censi e Adalberto da Silva.

**EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 012-2018**

Publicação Nº 1608820

**EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO nº 012/2018**

TOMADA DE PREÇO nº 003/2018

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DE PROJETO DE REFORMA ADMINISTRATIVA (REDESENHO ORGANIZACIONAL E REESTRUTURAÇÃO NO PLANO DE CARGOS, CARREIRA E SALÁRIOS) ATRAVÉS DE ESTUDOS E ANÁLISES DE REESTRUTURAÇÃO ORGANIZACIONAL, NORMATIVA E PESSOAL DE ACORDO COM PREVISÕES DE EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 19/98 E DA LEI COMPLEMENTAR Nº 101/00, COM A IMPLANTAÇÃO DE UM NOVO ORGANOGrama ESTRUTURAL E DE PLANOS DE CARGOS, CARREIRAS E SALÁRIOS, DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO DE BRUSQUE. RESULTADO DA HABILITAÇÃO: Após análise dos documentos de habilitação em consonância com o disposto na Cláusula Terceira (habilitação jurídica; regularidade fiscal e trabalhista; qualificação técnica e qualificação econômica e financeira) do instrumento convocatório, a Comissão de Licitação deliberou pela habilitação das empresas VALORA SOLUÇÕES EM GESTÃO LTDA EPP, EFICAZ ASSESSORIA EM ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE PESSOA EPP, FK ASSESSORIA E CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA, em razão do pleno cumprimento das exigências contidas em edital e inabilitação das empresas licitantes PERFIX ASSESSORIA & CONSULTORIA LTDA ME, ELOGROUP DESENVOLVIMENTO E CONSULTORIA LTDA, EMMEL SCHUSTER & MARCHIORI ADVOGADOS ASSOCIADOS por descumprimento do edital. Do exposto, aguarde-se o decurso do prazo recursal previsto no artigo 109, inciso I, alínea "a", da Lei 8.666/93 e/ou a renúncia expressa, para dar prosseguimento aos trabalhos.

30/04/2018

CHRISTIANE DOS SANTOS DA SILVA

Presidente da Comissão de Licitação

**LEI Nº 4121-2018**

Publicação Nº 1608819

LEI N. 4.121, DE 26 DE ABRIL DE 2018.

Concede reajuste dos vencimentos aos servidores públicos do Poder Executivo Municipal, e dá outras providências.

O PREFEITO DE BRUSQUE:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Os vencimentos dos servidores públicos municipais da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo, ficam reajustados pela aplicação do INPC (IBGE) no percentual de 1,81% (um vírgula oitenta e um por cento), acumulado entre 01 de março de 2017 a 28 de fevereiro de 2018.

§ 1º O reajuste fixado no caput deste artigo, refere-se à revisão geral anual de que trata o art. 37, inciso X, da Constituição Federal, e será concedido a partir de 1º de abril de 2018, retroativo ao mês de março de 2018.

§ 2º O cálculo do percentual de reajuste será efetuado sobre os valores de vencimento vigentes até o mês anterior à data-base, ou seja, até o mês de fevereiro de 2018.

§ 3º Excetuam-se das disposições deste artigo, os servidores contemplados pela Lei Federal n. 11.738, de 16 de julho de 2008 e pela Lei Municipal n. 3.425, de 30 de setembro de 2011, e os ocupantes de cargo de provimento em comissão.

Art. 2º O auxílio-alimentação, instituído pela Lei Ordinária Municipal n. 3.858, de 25 de março de 2015, fica estabelecido no valor de R\$ 286,00 (duzentos e oitenta e seis reais), para todos os servidores públicos municipais do Poder Executivo.

Art. 3º As despesas decorrentes desta lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, sendo desnecessárias as demonstrações da estimativa do impacto orçamentário financeiro e da sua fonte de custeio, na forma do disposto no § 6º do art. 17 da Lei Complementar n. 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 26 de abril de 2018.  
JONAS OSCAR PAEGLE  
Prefeito de Brusque

Dr. EDSON RISTOW  
Procurador-Geral do Município  
Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

## **PORTARIA Nº 1059-2018**

Publicação Nº 1608826

PORTARIA Nº 1059/2018

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, c/c com o Decreto nº 8.064/2017;

### **RESOLVE:**

Art. 1º – Considerar estável, após término do Estágio Probatório, o servidor DAGMAR MACHADO TELLES, matrícula nº 724467, nomeado pela Portaria Nº 9568/2015, para ocupar o cargo de provimento efetivo de AGENTE AUTORIDADE DE TRANSITO, por ter preenchido os requisitos relativos à aquisição de estabilidade no serviço público.

Parágrafo 1º – A estabilidade de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Art. 26, § 2º, c/c Art.27, § 2º, da LC 147/2009, regulamentado pelo Decreto 6287/2010, e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 04/03/2018, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 25 de Abril de 2018.

EDENA BEATRIS CENSI  
Secretaria de Orçamento e Gestão  
Responsável

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA  
Diretora  
Recursos Humanos

NILSON PEREIRA  
Secretaria de Transito e Mobilidade  
Diretor – Designado Responsável

## **PORTARIA Nº 1068-2018**

Publicação Nº 1608833

PORTARIA Nº 1068/2018

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, c/c com o Decreto nº 8.064/2017;

### **RESOLVE:**

Art. 1º – Considerar estável, após término do Estágio Probatório, o servidor RODRIGO VILMAR TEIXEIRA, matrícula nº 4161505, nomeado pela Portaria Nº 9568/2015, para ocupar o cargo de provimento efetivo de AGENTE AUTORIDADE DE TRANSITO, por ter preenchido os requisitos relativos à aquisição de estabilidade no serviço público.

Parágrafo 1º – A estabilidade de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Art. 26, § 2º, c/c Art.27, § 2º, da LC 147/2009, regulamentado pelo Decreto 6287/2010, e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 04/03/2018, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 25 de Abril de 2018.

EDENA BEATRIS CENSI  
Secretaria de Orçamento e Gestão  
Responsável

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA  
Diretora  
Recursos Humanos

NILSON PEREIRA  
Secretaria de Transito e Mobilidade  
Diretor – Designado Responsável

**PORTARIA Nº 1054-2018**

Publicação Nº 1608824

**PORTARIA Nº 1054/2018**

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, c/c com o Decreto nº 8.064/2017;

**RESOLVE:**

Art. 1º – Considerar estável, após término do Estágio Probatório, o servidor ADRIANO ROCHA DA SILVA, matrícula nº 4161459, nomeado pela Portaria Nº 9568/2015, para ocupar o cargo de provimento efetivo de AGENTE AUTORIDADE DE TRANSITO, por ter preenchido os requisitos relativos à aquisição de estabilidade no serviço público.

Parágrafo 1º – A estabilidade de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Art. 26, § 2º, c/c Art.27, § 2º, da LC 147/2009, regulamentado pelo Decreto 6287/2010, e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 04/03/2018, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 25 de Abril de 2018.

EDENA BEATRIS CENSI

Secretaria de Orçamento e Gestão  
Responsável

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA

Diretora  
Recursos Humanos

NILSON PEREIRA

Secretaria de Transito e Mobilidade  
Diretor – Designado Responsável

**PORTARIA Nº 1055-2018**

Publicação Nº 1608825

**PORTARIA Nº 1055/2018**

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, c/c com o Decreto nº 8.064/2017;

**RESOLVE:**

Art. 1º – Considerar estável, após término do Estágio Probatório, o servidor ADRINEI PINHEIRO VERISSIMO, matrícula nº 4161475, nomeado pela Portaria Nº 9568/2015, para ocupar o cargo de provimento efetivo de AGENTE AUTORIDADE DE TRANSITO, por ter preenchido os requisitos relativos à aquisição de estabilidade no serviço público.

Parágrafo 1º – A estabilidade de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Art. 26, § 2º, c/c Art.27, § 2º, da LC 147/2009, regulamentado pelo Decreto 6287/2010, e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 04/03/2018, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 25 de Abril de 2018.

EDENA BEATRIS CENSI

Secretaria de Orçamento e Gestão  
Responsável

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA

Diretora  
Recursos Humanos

NILSON PEREIRA

Secretaria de Transito e Mobilidade  
Diretor – Designado Responsável

**PORTARIA Nº 1064-2018**

Publicação Nº 1608828

**PORTARIA Nº 1064/2018**

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, c/c com o Decreto nº 8.064/2017;

**RESOLVE:**

Art. 1º – Considerar estável, após término do Estágio Probatório, o servidor MARCOS ALEXANDRE PEREIRA, matrícula nº 4161343, nomeado pela Portaria Nº 9568/2015, para ocupar o cargo de provimento efetivo de AGENTE AUTORIDADE DE TRANSITO, por ter preenchido os requisitos relativos à aquisição de estabilidade no serviço público.

Parágrafo 1º – A estabilidade de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Art. 26, § 2º, c/c Art.27, § 2º, da LC 147/2009, regulamentado pelo Decreto 6287/2010, e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 04/03/2018, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 25 de Abril de 2018.

EDENA BEATRIS CENSI

Secretaria de Orçamento e Gestão  
Responsável

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA

Diretora  
Recursos Humanos

NILSON PEREIRA

Secretaria de Transito e Mobilidade  
Diretor – Designado Responsável

**PORTARIA Nº 1065-2018**

Publicação Nº 1608829

**PORTARIA Nº 1065/2018**

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, c/c com o Decreto nº 8.064/2017;

**RESOLVE:**



Art. 1º – Considerar estável, após término do Estágio Probatório, o servidor MARCOS AURELIO MARTINS, matrícula nº 4161521, nomeado pela Portaria Nº 9568/2015, para ocupar o cargo de provimento efetivo de AGENTE AUTORIDADE DE TRANSITO, por ter preenchido os requisitos relativos à aquisição de estabilidade no serviço público.

Parágrafo 1º – A estabilidade de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Art. 26, § 2º, c/c Art.27, § 2º, da LC 147/2009, regulamentado pelo Decreto 6287/2010, e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 04/03/2018, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 25 de Abril de 2018.

EDENA BEATRIS CENSI  
Secretaria de Orçamento e Gestão  
Responsável

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA  
Diretora  
Recursos Humanos

NILSON PEREIRA  
Secretaria de Transito e Mobilidade  
Diretor – Designado Responsável

## **PORTARIA Nº 1067-2018**

Publicação Nº 1608831

### **PORTARIA Nº 1067/2018**

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, c/c com o Decreto nº 8.064/2017;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º – Considerar estável, após término do Estágio Probatório, o servidor RODRIGO FERNANDES, matrícula nº 4161327, nomeado pela Portaria Nº 9568/2015, para ocupar o cargo de provimento efetivo de AGENTE AUTORIDADE DE TRANSITO, por ter preenchido os requisitos relativos à aquisição de estabilidade no serviço público.

Parágrafo 1º – A estabilidade de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Art. 26, § 2º, c/c Art.27, § 2º, da LC 147/2009, regulamentado pelo Decreto 6287/2010, e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 04/03/2018, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 25 de Abril de 2018.

EDENA BEATRIS CENSI  
Secretaria de Orçamento e Gestão  
Responsável

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA  
Diretora  
Recursos Humanos

NILSON PEREIRA  
Secretaria de Transito e Mobilidade  
Diretor – Designado Responsável

## **PORTARIA Nº 1077-2018-ERRATA**

Publicação Nº 1608834

### **ERRATA**

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017.

#### **RESOLVE:**

Retificar em parte a PORTARIA Nº 1.077/2018 que considerou estável, após término do Estágio Probatório, a servidora SAMARA APARECIDA FIALHO, matrícula nº 4169484, nomeada pela Portaria Nº 9654/2015, para ocupar o cargo de provimento efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO, por ter preenchido os requisitos relativos à aquisição de estabilidade no serviço público.

#### **ONDE SE LÊ:**

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 06/04/2017, revogando-se as disposições em contrário.

#### **LEIA-SE:**

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 06/04/2018, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 30 de abril de 2018.

EDENA BEATRIS CENSI  
Secretaria de Orçamento e Gestão  
Responsável

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA  
Diretora  
Recursos Humanos

## **PORTARIA Nº 1078-2018-ERRATA**

Publicação Nº 1608835

### **ERRATA**

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017.

#### **RESOLVE:**

Retificar em parte a PORTARIA Nº 1.078/2018 que considerou estável, após término do Estágio Probatório, a servidora SILVANA REGINA BARNI LAMIM, matrícula nº 438669, nomeada pela Portaria Nº 9456/2014, para ocupar o cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, por ter preenchido os requisitos relativos à aquisição de estabilidade no serviço público.

#### **ONDE SE LÊ:**

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 030/01/2017, revogando-se as disposições em contrário.



## LEIA-SE:

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 30/01/2018, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 30 de abril de 2018.

EDENA BEATRIS CENSI  
Secretaria de Orçamento e Gestão  
Responsável

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA  
Diretora  
Recursos Humanos

**PORTARIA Nº 1079-2018- ERRATA**

Publicação Nº 1608836

## ERRATA

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017.

## RESOLVE:

Retificar em parte a PORTARIA Nº 1.079/2018 que considerou estável, após término do Estágio Probatório, a servidora VANESSA DE SOUZA VAZ FRANCO, matrícula nº 4167880, nomeada pela Portaria Nº 9649/2015, para ocupar o cargo de provimento efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO, por ter preenchido os requisitos relativos à aquisição de estabilidade no serviço público.

## ONDE SE LÊ:

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 27/03/2017, revogando-se as disposições em contrário.

## LEIA-SE:

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 27/03/2018, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 30 de abril de 2018.

EDENA BEATRIS CENSI  
Secretaria de Orçamento e Gestão  
Responsável

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA  
Diretora  
Recursos Humanos

**PORTARIA Nº 12450-2018**

Publicação Nº 1608848

PORTARIA N. 12.450, DE 24 DE ABRIL DE 2018.

Nomeia membros para compor o Núcleo de Educação Permanente em Saúde e Humanização (NEPSHU) no município de Brusque – SC.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com a alínea a do inciso II do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c o Decreto n. 8.045/2017,

## RESOLVE:

Art. 1º Nomear os membros para compor o Núcleo de Educação Permanente em Saúde e Humanização (NEPSHU) no município de Brusque – SC, conforme segue:

I – Representantes do Setor de Educação Permanente em Saúde e Humanização cada um como apoiador de um dos grupos de trabalho:

Ariane Beatriz Costa  
Sheila das Neves Martins  
Michele Manzon Coelho Goedert

II – Representantes das Estratégias de Saúde da Família, sendo um de cada regional de saúde com a sugestão de pertencerem a categorias profissionais diversificadas:

Vinicius Ornel dos Santos  
Carmen Sylvia Schnaider Pedrini  
Camila Granemann de Souza  
Catia Regina dos Santos Elias

III – Representantes do Núcleo de Apoio à Saúde da Família preferencialmente que estejam ligados a Residência Médica e Multi-profissional:

Cristian Haag  
Karoline Favero

IV – Representante da Equipe de Saúde Bucal e do CEO:  
Rosana Gama Pereira Martins

V – Representante do Programa de Saúde Escolar:  
Danieli Martins

VI – Representante do Setor de Recursos Humanos da Saúde:  
Karina Bianchini Stoll

VII – Representante do Setor de Tecnologia de Informação:  
Julio Wittacker de Moraes

VIII – Representante do Setor Administrativo:  
Gofredo da Cunha Viana

IX – Representantes da Vigilância Epidemiológica:  
Natalia Cabral Marchi  
Leticia Figueiredo

X – Representante do Serviço de Atenção Especializada (SAE):  
Elaine Weirich

XI – Representante da Vigilância Sanitária:  
Leandro de Souza Andregtoni

XII – Representante das Farmácias Básica/Excepcional:  
Patricia Bernardi Sassi

XIII – Representante do CAPS AD e do CAPS II:  
Jorge Odélio Schneider

XIV – Representante dos Serviços Especializados:  
Francine Zorzo

XV – Representante do Setor de Urgência/Emergência:  
Alvaro de Carvalho

XVI – Representante do Setor de Frotas:  
Fernando Hansel

XVII – Representante do Setor de Auditoria e Regulação e do Setor de Avaliação, Controle e Planejamento:

Jamille Moura dos Santos

XVIII – 01(um) representante do Setor de Higienização:  
Carmem de Abreu

XIX – Representante da Secretaria de Educação:  
Izabela Albani

XX – Representante da Secretaria de Assistência Social e Habitação:  
Viviane Reis Odebrecht

XXI – Representante das Instituições Hospitalares do município de Brusque:  
Ana Paula Quirino Lucena dos Santos

XXII – Representante da ESAP:  
Rubia Aline Perfolli Teixeira

XXIII – Representante do Conselho Municipal de Saúde:  
Julio Atanasio Gevaerd

XXIV – 01 (um) representante da Residência Multiprofissional:  
Gustavo Henrique Favaretto

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 24 de abril de 2018.  
JONAS OSCAR PAEGLE  
Prefeito de Brusque

HUMBERTO MARTINS FORNARI  
Secretário de Saúde

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

## **PORTARIA Nº 12458 - 2018**

Publicação Nº 1608849

PORTARIA N. 12.458, DE 26 DE ABRIL DE 2018.

Declara a vacância de cargo público em razão de posse em outro cargo inacumulável.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do artigo 111 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Declarar a vacância do cargo de Educadora Social, ocupado pela servidora Andressa Padrella, matrícula 515809, por motivo de posse em outro cargo inacumulável, nos termos do inciso V do art. 41 da Lei Complementar Municipal n. 147/2009, a partir de 11 de abril de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 11 de abril de 2018.

Art. 3º Revogam-se às disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 26 de abril de 2018.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/

SC.

JONAS OSCAR PAEGLE  
Prefeito de Brusque

ELIANI APARECIDA BUSNARDO BUEMO  
Secretária de Educação

## **PORTARIA Nº 12459 - 2018**

Publicação Nº 1608851

PORTARIA N. 12.459, DE 27 DE ABRIL DE 2018.

Exonera servidor.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com a alínea a do inciso II do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c o § 1º do art. 18 da Lei Complementar n. 143/2009 e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar Vilson Voss do cargo de provimento em comissão de Coordenador, Padrão CC-5, lotado na Fundação Municipal de Esportes, a partir de 27 de abril de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 27 de abril de 2018.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 27 de abril de 2018.  
JONAS OSCAR PAEGLE  
Prefeito de Brusque

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

OLAVO LARANGEIRA TELLES DA SILVA  
Superintendente da Fundação Municipal de Esportes

## **PORTARIA Nº 12460 - 2018**

Publicação Nº 1608852

PORTARIA N. 12.460, DE 27 DE ABRIL DE 2018.

Exonera servidora.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com a alínea a do inciso II do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c o § 1º do art. 18 da Lei Complementar n. 143/2009 e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar Leandra Ferreira da Silva do cargo de provimento em comissão de Chefe Operacional, Padrão CC-6, lotada na Fundação Municipal de Esportes, a partir de 27 de abril de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 27 de abril de 2018.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 27 de abril de 2018.  
JONAS OSCAR PAEGLE  
Prefeito de Brusque

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

OLAVO LARANGEIRA TELLES DA SILVA  
Superintendente da Fundação Municipal de Esportes

**PORTARIA Nº 12461 - 2018**

Publicação Nº 1608853

PORTARIA N. 12.461, DE 27 DE ABRIL DE 2018.

Exonera servidor.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com a alínea a do inciso II do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c o § 1º do art. 18 da Lei Complementar n. 143/2009 e alterações,

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar Alison Tadeu Brentano do cargo de provimento em comissão de Coordenador, Padrão CC-V, lotado na Secretaria de Orçamento e Gestão/TI, a partir de 27 de abril de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 27 de abril de 2018.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 27 de abril de 2018.  
JONAS OSCAR PAEGLE  
Prefeito de Brusque

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

EDENA BEATRIS CENSI  
Respondendo interinamente pela  
Secretaria de Orçamento e Gestão

**PORTARIA Nº 12462 - 2018**

Publicação Nº 1608854

PORTARIA N. 12.462, DE 27 DE ABRIL DE 2018.

Exonera servidor.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com a alínea a do inciso II do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c o § 1º do art. 18 da Lei Complementar n. 143/2009 e alterações,

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar Jorge Odelio Schneider do cargo de provimento em comissão de Diretor, Padrão CC-IV, lotado na Secretaria de Saúde, a partir de 27 de abril de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 27 de abril de 2018.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 27 de abril de 2018.  
JONAS OSCAR PAEGLE  
Prefeito de Brusque

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

HUMBERTO MARTINS FORNARI  
Secretário de Saúde

**PORTARIA Nº 12463 - 2018**

Publicação Nº 1608855

PORTARIA N. 12.463, DE 27 DE ABRIL DE 2018.

Exonera servidor.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com a alínea a do inciso II do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c o § 1º do art. 18 da Lei Complementar n. 143/2009 e alterações,

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar Andre Cristiano Archer do cargo de provimento em comissão de Chefe Operacional, Padrão CC-VI, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Públicos, a partir de 27 de abril de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 27 de abril de 2018.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 27 de abril de 2018.  
JONAS OSCAR PAEGLE  
Prefeito de Brusque

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

RICARDO JOSÉ DE SOUZA  
Secretário de Obras e Serviços Públicos

**PORTARIA Nº 12464 - 2018**

Publicação Nº 1608856

PORTARIA N. 12.464, DE 30 DE ABRIL DE 2018.

Nomeia servidor.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com a alínea a do inciso II do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar n. 145/2009,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear Joelson Hoffmann para ocupar o cargo de provimento em comissão, Padrão CC-5, como Coordenador, lotado na Fundação Municipal de Esportes.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 30 de abril de 2018.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

JONAS OSCAR PAEGLE  
Prefeito de Brusque

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

OLAVO LARANGEIRA TELLES DA SILVA  
Superintendente da Fundação Municipal de Esportes

**PORTARIA Nº 12465 - 2018**

Publicação Nº 1608857

PORTARIA N. 12.465, DE 30 DE ABRIL DE 2018.

Nomeia servidor.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com a alínea a do inciso II do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar n. 145/2009,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear Aladin Farias Segundo para ocupar o cargo de provimento em comissão, Padrão CC-6, como Chefe Operacional, lotado na Fundação Municipal de Esportes.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 30 de abril de 2018.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

JONAS OSCAR PAEGLE  
Prefeito de Brusque

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

OLAVO LARANGEIRA TELLES DA SILVA  
Superintendente da Fundação Municipal de Esportes

**PORTARIA Nº 12466 - 2018**

Publicação Nº 1608858

PORTARIA N. 12.466, DE 30 DE ABRIL DE 2018.

Nomeia servidor.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com a alínea a do inciso II do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar n. 143/2009 e alterações, Anexo I – E,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear Andre Cristiano Archer para ocupar o cargo de provimento em comissão, Padrão CC-V, como Coordenador, lotado no Gabinete do Prefeito/Defesa Civil.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 30 de abril de 2018.  
JONAS OSCAR PAEGLE  
Prefeito de Brusque

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 12467 - 2018**

Publicação Nº 1608859

PORTARIA N. 12.467, DE 30 DE ABRIL DE 2018.

Nomeia servidora.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com a alínea a do inciso II do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar n. 143/2009 e alterações, Anexo I – E,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear Patricia Bernardi Sassi para ocupar o cargo de provimento em comissão, Padrão CC-V, como Coordenadora, lotada na Secretaria de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 30 de abril de 2018.  
JONAS OSCAR PAEGLE  
Prefeito de Brusque

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

HUMBERTO MARTINS FORNARI  
Secretário de Saúde

**PORTARIA Nº 12468 - 2018**

Publicação Nº 1608860

PORTARIA N. 12.468, DE 30 DE ABRIL DE 2018.

Exonera servidora.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com a alínea a do inciso II do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c o § 1º do art. 18 da Lei Complementar n. 143/2009 e alterações,

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar Alicia Maria de Andrade Fagundes do cargo de provimento em comissão de Coordenadora, Padrão CC-V, lotada na Secretaria de Saúde, a partir de 27 de abril de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 27 de abril de 2018.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 30 de abril de 2018.  
JONAS OSCAR PAEGLE  
Prefeito de Brusque

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

HUMBERTO MARTINS FORNARI  
Secretário de Saúde

**PORTARIA Nº 12469 - 2018**

Publicação Nº 1608861

PORTARIA N. 12.469, DE 30 DE ABRIL DE 2018.

Nomeia servidora.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com a alínea a do inciso II do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar n. 143/2009 e alterações, Anexo I – E,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear Alicia Maria de Andrade Fagundes para ocupar o cargo de provimento em comissão, Padrão CC-IV, como Diretora, lotada na Secretaria de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 30 de abril de 2018.

JONAS OSCAR PAEGLE

Prefeito de Brusque

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

HUMBERTO MARTINS FORNARI

Secretário de Saúde

**PORTARIA Nº 12470 - 2018**

Publicação Nº 1608862

PORTARIA N. 12.470, DE 30 DE ABRIL DE 2018.

Substitui membros representantes de entidades governamentais no Conselho Municipal de Esportes – CME.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II do art. 111 da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º Substituir membros representantes de entidades governamentais no Conselho Municipal de Esportes - CME, nomeados pelas Portarias n. 11.938/2017 e 12.221/2017, a partir de 02 de maio de 2018, conforme segue:

I – 02 (dois) representantes da Fundação Municipal de Esportes-FME:

Titular: Ademir de Souza por Olavo Larangeira Telles da Silva (...)

II – 01 (um) representante da Secretaria de Educação – SEME:

Titular: Alexandre Melzzi Witkowsky por Cláudio Eduardo Santanna

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 30 de abril de 2018.

JONAS OSCAR PAEGLE

Prefeito de Brusque

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Chefe de Gabinete do Prefeito



# Caçador

## CÂMARA MUNICIPAL

### EDITAL 05 2018 HOMOLOGAÇÃO INSCRITOS PROCESSO SELETIVO CÂMARA MUNICIPAL CAÇADOR

Publicação Nº 1608639

CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR  
PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO EM CATÁTER TEMPORÁRIA  
EDITAL Nº 003/2018

#### EDITAL Nº 05/2018 – HOMOLOGAÇÃO INSCRITOS

O Presidente da Câmara Municipal de Caçador, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, considerando o Edital PROCESSO SELETIVO nº 003/2018, TORNA PÚBLICO, Homologação dos inscritos:

Nº INSC.	NOME CANDIDATO
135	ADRIANA DOS SANTOS SOUZA
21	ADRIANA VERONA KUNSLER
103	ADRIANE LOPES RODRIGUES LOCATELLI
57	ALESSANDRA MACHADO
144	ALESSANDRO RODRIGO RODEL
148	ALEXANDRE RENE OPPERMAN
53	ALINI SIMADON
126	ALLAN MARCILIO LIMA DE LIMA FILHO
152	ALTAIR BORGES
123	AMANDA CONCEIÇÃO
153	AMANDA PEGORARO
42	AMANDA REMUS
56	ANA CRISTINA OSPEDAL
26	ANA LETICIA DE ALMEIDA
38	ANA LETICIA WALKER
74	ANA MARIA BARBOSA BICHARA
20	ANA PAULA CORDOVA
62	ANA PAULA TECCHIO GONÇALVES
151	ANDERSON BRYHAN DE OLIVEIRA
41	ANDRÉ CORREA MONTEIRO
111	ANDRÉ LUIZ BUSSACRO
128	ANDRÉ LUIZ MARIM
61	ANDRÉIA MARQUES TARACHUK
88	ANDRESSA REGINA GRIEBLER
28	ANITA PAVELACKI CAL
106	ANNA LUIZA RAMOS DOS SANTOS
70	ANTONIO ROZEMIR DUTRA PEREIRA
72	BENÍCIO FAGNER SANTOS
84	BRUNA FERRARI NICHELE
8	CAMILA TESTA
45	CAMILA VINISKI GUILHERME
104	CARLOS EDUARDO PERETTO
86	CARLOS RENATO DOS SANTOS
136	CARLOS VINÍCIUS GOULART RECK
89	CAROLINE BINDI RIGO
69	CELSO ANTONIO MACHADO
75	CHRISTIANO ARODY SCHLEMPER
52	CLAUDIA VIGINOTTI MILANES
90	DANIELE CRISTINA DE LIMA
65	DHÉBORA SOUSA DA SILVA
143	DIANA TESSARI DE ANDRADE
124	DYLVANNE ALVES DOS SANTOS
134	EDINALVA DA SILVA SANTOS
133	EDSON GARCIAS DUARTE
46	ELIANE MARIA DE GÓES ALVES
95	ELIAS GUILHERME TREVISOL

16	ELISMARI KATIALINE DOMANOVSKI
117	ELZA LUMI TORIY BOTELHO
145	ENOQUE ALVES DE JESUS
4	ERICK HANCHUCK PEREIRA
137	ESTÉFENI CAROLINE KLINGER
132	FATIMA KOEPP NESI
155	FERNANDA BAVIA
11	FERNANDO TOMAZONI
50	FRANCIELLE FROES DE OLIVEIRA
122	GABRIELA FAVRETTO
85	GENECI DOS SANTOS
100	GIMENI LIMA DALACOSTA
120	GISLAINE FÁTIMA GROLLI
22	GIULIAN TELMA
15	GUSTAVO PEROSSO
43	HEITOR ANTONIO COFFERRI
66	HELEN CRISTINI MADEIRA FELTRIN
40	HENRIQUE SABADIN PIVA
39	HIDEKAZO TAKAYAMA BATISTA DE SOUZA
154	HUBERTO MATHIAS TIMM
68	INDIRA BORGES EUGÊNIO DE SOUZA
54	IRENE RIBEIRO DA SILVA SERIGHELLI
149	ISHMAEL VIEIRA DA SILVA
121	IURI SIHE DACORSO
112	JAIR BORGES COELHO
32	JANAINA LUZIA BAPTISTA PINTO
77	JANAINA BOETTCHER
97	JÂNIA WIRTH
93	JEFFERSON BARBOSA ROGÉRIO
130	JEFFERSON GIMBABA REIS LUCAS
18	JEFFERSON LUIZ OSTROWSKI
87	JESSICA DA ROSA DE PIERI
60	JOÃO PAULO LEMOS DA COSTA
115	JONATHAN DE JESUS RIBAS
63	JONATHAN LUIZ TESSER
31	JORGE GUSTAVO WINTER
13	JOSÉ AUGUSTO BEIRA DA SILVA
99	JOSE PINHEIRO NETO
12	JOSIANE FENILI DE BORBA
110	JÚLIA CAVALCANTI ROMAN
127	JULIANA FOLETTO ULIANA
14	JULIANE MELINE SALDANHA MUNIZ STAFIN
125	JULIANO SPIECKER
37	JULIO CESAR NUNES
33	KASSIELE DA ROSA
73	KELLY MARIA FERREIRA LOPES
101	LANDIAL MOREIRA JUNIOR
3	LÉA CAROLINA TOSCAN COELHO
30	LEONARDO SIMÕES ALVES
150	LILIANE ALMEIDA MELLO
27	LOINARA SCOPPEL
2	LUIZ FELIPE MACIEL
102	LUIZ GUSTAVO MILANI
48	LUIZ RICARDO SILVEIRA ABREU
78	MAIARA CORTES BARCOSA
59	MAIARA GIACOMEL
49	MARCELO BITTENCOURT
94	MARCELO LICHES COELHO DE SOUZA
147	MARCO ANTONIO CONFESSOR AGUINEL
47	MARCOS VINICIUS MARTINS
67	MARIA TELMA PEREIRA
5	MARIANA EDUARDA GOMES
51	MARIANA LOPES CHIESA
83	MARIANE CAREGNATO

131	MARIO LUIZ CACHINSKI
23	MATEUS NUNES DE PAULA
25	MOIZÉS SERRA DE ARAUJO FILHO
9	NADYESA NIEWINSKI DE MATTOS
71	NATHALIA BALBUENO BARUM
82	NATHÁLIA SCHMIDT ALVES
138	NELSON JOSÉ RODRIGUES NETO
116	NILO ROBERTO RODRIGUES
139	OLETO FERREIRA JÚNIOR
36	ORLANDO MONTEIRO DA SILVA NETO
146	OTAVIO MACHADO BATALHA
91	PAULO HENRIQUE SETTI
24	PETRONILO GUILHERME DA ROCHA TOME
105	PRICILA FRANCISCO MENDES
141	QUÉZIA CRISTINA ABELO GONÇALVES
129	RAFAEL DE CASTRO MARTINS DE MORAIS
114	RAPHAEL DE SÁ GRASSESCHI
29	RAQUEL SARA GUISOLPHI SIMONETTO
81	RAQUEL SIMONE RIBAS FONTANA
64	RENATA PESSI
142	ROBERTO CARLOS DA SILVA
7	ROSALIA BODNAR
113	ROSIMERI MOTA DE SOUZA
10	SABINE JAMILE NOLLI
107	SAMANTHA MORBINI
58	SAMIRARAFELLI
44	SARA CRISTINA DAL SASSO
108	SARAH REGINA OTT CLEMENTE
34	SCHEILA CRISTIANE GREFIN
76	SCHENON SOUZA PRETO
6	SIMONE VIEIRA
98	SOIANE MARTINS RUDNICKI
17	SONIA MARA BEVILAGUA LAZZARETTI
109	SONIA REGINA DE LIMA DE VILELA
55	STEPHANIE MARTINS COLOMBO
79	SUELLEN GARCIA FERREIRA
80	TALITA GOMES
96	TATIANE JASKIU DA SILVA
92	TENISA KAPPES
19	THAINÁ GRUCZKOSKI FERNANDES
140	TIAGO DANIEL DE RAMOS
118	WILIAM SCHEFFER

Câmara Municipal de Caçador, 27 de abril de 2018.

Antonio Rubiano Schmitz

PRESIDENTE CÂMARA MUNICIPAL

CACADOR

# Caibi

## PREFEITURA

### DECRETO 78/2018

Publicação Nº 1608676

DECRETO Nº. 078/2018 DE 26 DE ABRIL DE 2018

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar por superávit financeiro e dá outras providências.

ELOI JOSÉ LIBANO, Prefeito Municipal de Caibi, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com parágrafo 1º. inciso II do artigo 5º. da Lei Municipal Nº. 2520/2017 de 13 de dezembro de 2017, decreta:

Art. 1º. – Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 97.293,21 (noventa e sete mil duzentos e noventa e três reais e vinte e um centavos) no orçamento do município de Caibi SC para o exercício de 2018, conforme demonstrado no Quadro I abaixo:

#### QUADRO I

ÓRGÃO 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

UNIDADE 01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

123610011.2.022 – MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR

3.3.90 – Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

(1443) Fonte: 3062 Superávit Transf.de Convênios Estado – Educação ..... R\$ 13.613,87

ÓRGÃO 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

UNIDADE 02 – DEPARTAMENTO DE CULTURA

133920012.2.027 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES CULTURAIS

3.3.90 – Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

(1439) Fonte: 3000 Superávit Recursos Ordinários ..... R\$ 50.000,00

ÓRGÃO 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

UNIDADE 01–FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

082440006.2.050 – MANUTENÇÃO DO BLOCO DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

3.1.90 – Pessoal e Encargos Sociais - Aplicações Diretas

(1434) Fonte: 3635 Superávit FNAS CRAS ..... R\$ 18.012,68

3.1.90 – Pessoal e Encargos Sociais - Aplicações Diretas

(1435) Fonte: 3135 Superávit FNAS SCFV ..... R\$ 15.666,66

Art. 2º. – Para Fazer face a suplementação de que trata o artigo 1º., serão utilizados recursos do superávit financeiro do exercício de 2017 das fontes 3000 Superávit Recursos Ordinários no valor de R\$ 50.000,00, 3062 Superávit Transferências de Convênios do Estado - Educação no valor de R\$ 13.613,87, 3135 Superávit FNAS / SCFV no valor de R\$ 15.666,66 e 3635 Superávit FNAS / CRAS no valor de R\$ 18.012,68 totalizando o valor de R\$ 97.293,21.

Art. 3º. – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. – Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Caibi SC, em 26 de abril de 2018.

ELOI JOSE LIBANO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no diário oficial dos municípios

DIRLEI LEMES DE ALMEIDA

Secretário de Administração e Planejamento

### DECRETO 79/2018

Publicação Nº 1608680

DECRETO Nº. 079/2018 DE 26 DE ABRIL DE 2018

Dispõe sobre remanejamento de dotação orçamentária e dá outras providências.

ELOI JOSE LIBANO, Prefeito Municipal de Caibi Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o artigo 4º. da Lei Municipal Nº. 2520/2017 de 13 de dezembro de 2017, decreta:

Art. 1º. – Fica pelo presente decreto efetuado remanejamento de dotação orçamentária dentro da mesma categoria de programação da despesa, nos órgãos, Projetos e Atividades adiante demonstrados:

06.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – 06.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - 082440006.2.008 – MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL do Grupo de Natureza da Despesa (230) 3.1.90 – Pessoal e Encargos Sociais para (231) 3.3.50 – Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos o valor de R\$ 5.000,00 da Fonte 1000 Recursos Ordinários.

06.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – 06.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - 082440006.2.008 – MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL do Grupo de Natureza da Despesa (232) 3.3.90 – Outras Despesas Correntes para (231) 3.3.50 – Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos o valor de R\$ 22.000,00 da Fonte 1000 Recursos Ordinários.

Art. 2º. – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. – Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Caibi SC, em 26 de abril de 2018.

ELOI JOSE LIBANO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios

DIRLEI LEMES DE ALMEIDA

Secretário de Administração e Planejamento

# Campo Alegre

## PREFEITURA

### CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 38/2018

Publicação Nº 1605349

#### CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 38/2018

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.749/0001-77, com sede à Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, RUBENS BLASZKOWSKI.

CONTRATADA: GISELI DE FÁTIMA RODRIGUES FISCHER, no Cargo Público de Agente Operacional I na Função de Auxiliar de Serviços Gerais, portadora do CPF/MF nº 004.103.669-78, residente domiciliada na Rua Dr. Getúlio Vargas, snº, Centro, Município de Campo Alegre/SC.

OBJETO: Realização de atividades suplementares para restaurar o padrão indispensável mínimo, prevista no Inciso VII do Artigo 300 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

JUSTIFICATIVA: Contratação Temporária para atuar no EMEF Prof. Jerônimo Francisco Coelho Pacheco, para suprir necessidades temporárias devido ao remanejamento temporário da servidora Andrieli Mainara França a Sec. de Administração, conforme ofício expedido pela Secretaria Municipal de Educação nº 023/2018.

PRAZO: Início: 02 de maio de 2018;  
Término: 19 de dezembro de 2018.

REGIME JURÍDICO: Especial Administrativo, previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da Constituição Federal, devendo sua interpretação e aplicação atender aos princípios e regras próprias ao direito não cabendo em nenhuma hipótese à contratação ser efetivada pelo Regime Celetista, conforme estabelecido pela Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

REMUNERAÇÃO: R\$ 918,23 (Novecentos e dezoito reais, vinte e três centavos).

LOCAL DE TRABALHO: No âmbito da Secretaria Municipal de Educação do Município de Campo Alegre/SC.

HORÁRIO DE TRABALHO: O horário de trabalho da contratada é de 40 (quarenta) horas semanais.

SEGURIDADE SOCIAL: Na vigência deste Contrato, aplica-se o Regime Geral de Previdência Social, nos termos do § 13 do Artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil.

EXTINÇÃO: Este Contrato extingue-se, automaticamente pelo decurso de prazo da contratação.

RESCISÃO DE CONTRATO: A extinção do contrato por iniciativa do contratado deverá ser comunicada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato;

FORO: Fica eleito o foro da Comarca de São Bento do Sul/SC., para dirimir quaisquer questões ou controvérsias oriundas deste contrato.

Assim, por estarem às partes de inteiro acordo com os termos desta contratação, firmam o Contrato em duas vias de igual teor e forma, diante das testemunhas abaixo subscritas, para que surtam

seus efeitos legais e jurídicos.

Campo Alegre/SC., 02 de maio de 2018.

RUBENS BLASZKOWSKI Prefeito Municipal	GISELI DE FÁTIMA RODRIGUES FISCHER Contratada
--	--

Testemunhas:

1. \_\_\_\_\_

2. \_\_\_\_\_

### DECRETO Nº 11.261 DE 02 DE MAIO DE 2018

Publicação Nº 1607876

#### GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 11.261 DE 02 DE MAIO DE 2018  
DISPÕE SOBRE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA.

O Prefeito Municipal do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial o inciso VII do artigo 300 e suas alterações da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; DECRETA:

Art. 1º Contratar GISELI DE FÁTIMA RODRIGUES FISCHER, para exercer o Cargo Público de Agente Operacional I, na Função de Auxiliar de Serviços Gerais, registro no sistema sob nº 955800, Regime Jurídico Especial Administrativo, (Contrato Temporário) previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 006/02, lotada na Secretaria Municipal de Educação, cujas atribuições e responsabilidades constam do Anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, que autorizou sua criação.

Parágrafo único. A contratação de que trata o caput deste artigo, pelo período de 02 de maio de 2018 a 19 de dezembro de 2018, para atuar na EMEF – Escola Municipal de Ensino Fundamental “Prof. Jerônimo Francisco Coelho Pacheco”, em substituição a Servidora Pública Municipal Titular Andrieli Mainara França, matrícula funcional nº 000893, registro no sistema sob nº 955670, a qual passou sua lotação para a Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º O padrão de vencimentos, de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 006/02, é o Nível 1, Sub-Nível 11, Referência A, no valor de R\$ 918,23 (novecentos e dezoito reais e vinte e três centavos) mensais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 3º A presente nomeação, dá-se em razão da classificação de GISELI DE FÁTIMA RODRIGUES FISCHER, aprovada em 37º lugar no Processo Seletivo Público 02/2016, homologado pelo Decreto nº 10.286 de 01 de fevereiro de 2017.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
02 de maio de 2018.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ



Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 02/05/2018.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe do Gabinete do Prefeito

## **DECRETO Nº 11.262 DE 02 DE MAIO DE 2018**

Publicação Nº 1607877

### **GABINETE DO PREFEITO**

**DECRETO Nº 11.262 DE 02 DE MAIO DE 2018**  
**DISPÕE SOBRE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA.**

O Prefeito Municipal do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002, em seu inciso VII do artigo 300 e suas alterações; DECRETA:

Art. 1º Contratar ANA LUIZA DE LIMA, para exercer o Cargo Público e na Função de Atendente de Sala, registro no sistema sob nº 955802, Regime Jurídico Especial Administrativo, (Contrato Temporário) previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088, lotada na Secretaria Municipal de Educação, cujas atribuições e responsabilidades constam do Anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, que autorizou sua criação.

Parágrafo único. A contratação de que trata o caput deste artigo, pelo período de 02 de maio de 2018 a 19 de dezembro de 2018, para atuar na EMEB – Escola Municipal de Educação Básica “Maria Jose Duarte Silva Bernardes”, para atender necessidades por inclusão da aluna Maria Eduarda Machado e o aluno Holivie Alexsandro Feliciano.

Art. 2º O padrão de vencimentos, de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 006/02, é o Nível 4, Sub-Nível 41, Referência A, no valor de R\$ 1.457,24 (um mil, quatrocentos e cinquenta e sete reais, vinte e quatro centavos) mensais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 3º A presente nomeação, dá-se em razão da classificação de ANA LUIZA DE LIMA, aprovada em 14º lugar no Processo Seletivo Público Municipal nº 001/2015, Homologado pelo Decreto nº 9.058 de 16 de junho de 2015.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
02 de maio de 2018.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 02/05/2018.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe do Gabinete do Prefeito

## **DECRETO Nº 11.263 DE 02 DE MAIO DE 2018**

Publicação Nº 1607878

### **GABINETE DO PREFEITO**

**DECRETO Nº 11.263 DE 02 DE MAIO DE 2018**  
**DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.**

O Prefeito Municipal do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002, em seu art. 20; Decreta:

Art. 1º Nomear o Sr. EVANDRO JOSÉ NOGUEIRA, matrícula funcional nº 000941, registro no sistema sob nº 955801, ao Cargo Público e para exercer a Função de Contador, Categoria Funcional ANS – Atividades de Nível Superior, com provimento de caráter efetivo, Regime Estatutário, lotado na Secretaria Municipal de Finanças, cujas atribuições e responsabilidades constam do Anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, que autorizou sua criação.

Art. 2º O padrão de vencimentos, de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 006, é o Nível 6 Sub-Nível 61, Referência A, no valor de R\$ 3.788,95 (três mil setecentos e oitenta e oito reais, noventa e cinco centavos) mensais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 3º A presente nomeação, dá-se em razão da classificação do Sr. EVANDRO JOSÉ NOGUEIRA, aprovado em 1º lugar no Concurso Público Municipal nº 003/2015, homologado pelo Decreto Municipal nº 9.057 em data de 16 de Junho de 2015.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
02 de maio de 2018.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 02/05/2018.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe do Gabinete do Prefeito

## **EXTRATO DO CONTRATO Nº 38/2018**

Publicação Nº 1605352

EXTRATO DO CONTRATO Nº 38/2018  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.  
LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
CONTRATADA: GISELI DE FÁTIMA RODRIGUES FISCHER  
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO  
VIGÊNCIA: 02 de maio de 2018 a 19 de dezembro de 2018.  
AMPARO LEGAL: Lei Complementar nº 006, de 19 de setembro de 2002 e alterações.  
FUNÇÃO: Agente Operacional I – Auxiliar de Serviços Gerais  
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS  
SALÁRIO BASE: R\$918,23 (Novecentos e dezoito reais, vinte e três centavos).

CAMPO ALEGRE/SC., 02 de maio de 2018.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

# Campo Erê

## PREFEITURA

### PRORROGA PRAZO DE ABERTURA PP 29

Publicação Nº 1608548

MUNICÍPIO DE CAMPO ERE-SC

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 583/2018

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/2018 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

EXTRATO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE ABERTURA

REPUBLICADO

Prorroga data de abertura do:

Processo Licitatório n.º 583/2018 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/2018, para Aquisição de peças e mão-de-obra, para recuperação do caminhão Ford cargo 2423 placa MMA 7765 ano e modelo 2014/2014, e instalação de kit de segurança para caçamba basculantes, de acordo com as normas do CONTARAN, conforme especificado nesse Edital. Fica prorrogada a data de abertura para: dia 04 de maio de 2018 - Horário: 09:00 horas. As demais condições do presente edital continuam inalteradas. Informações complementares poderão ser obtidas no Tel. \*\*\*49 36553035, das 07:30hs as 11:30hs e das 13:15hs as 17:15hs, pelo fone 49 3655 3035, e e-mail licitacao@campoere.sc.gov.br - Campo Erê (SC), em 24 de abril de 2018. Odilson Vicente de Lima - Prefeito Municipal.

# Campos Novos

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO TP 04/2018

Publicação N° 1606384

#### AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE COMPRA N° 66/2018  
TOMADA DE PREÇOS N° 04/2018

O Município de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 18 de Maio 2018 às 13h45min Tomada de Preços do tipo Menor Preço Global tendo como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE AMPLIAÇÃO DO PARQUE AMBIENTAL ECOLÓGICO ERNESTO ZORTÉA, CONFORME PROJETO BÁSICO. Programa: Apoio a Projeto de Infraestrutura Turística do Ministério do Turismo.. O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site [www.camposnovos.sc.gov.br](http://www.camposnovos.sc.gov.br) ou na sede da Prefeitura, localizado na Rua Expedicionário João Batista de Almeida, nº 323, no horário das 08h15min às 11 horas e das 13h15min às 17 horas diariamente.

Campos Novos, 02 de maio de 2018.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

# Canoinhas

## PREFEITURA

### DECISÃO RECURSAL NO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 11/2018

Publicação Nº 1608318

#### DECISÃO EM RECURSO ADMINISTRATIVO

Recorrente: Arcical Artefatos de Cimento Canoinhas Ltda.  
Processo Administrativo nº. 11/2018

#### ANÁLISE DOS PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE

Inicialmente, impende registrar que o Município de Canoinhas não editou legislação própria para regular o processo administrativo no âmbito municipal.

A lei 9.784/1999, por se tratar de lei federal, aplicada, por consequência, no âmbito da Administração Pública Federal Direta e Indireta, em tese, não se aplicaria aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios. Todavia, considerando que se trata de uma norma que estabelece normas básicas sobre processos administrativos e sobre os princípios que devem nortear atuação da Administração Pública, o Superior Tribunal de Justiça já sedimentou o entendimento de que a referida norma se aplica, enquanto inexistir legislação específica, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios.

Veja-se:

AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO APOSENTADO. REVISÃO DE PROVENTOS PELA ADMINISTRAÇÃO. DECADÊNCIA ADMINISTRATIVA. TERMO INICIAL DO PRAZO DECADENCIAL. EDIÇÃO DE LEI ESPECÍFICA SOBRE O TEMA. EXISTÊNCIA DA LEI FEDERAL Nº 9.784/99. APLICAÇÃO SUBSIDIÁRIA AOS ESTADOS E MUNICÍPIOS. SUPERVENIÊNCIA DA LEI DISTRITAL Nº 2.834/2001. FATO QUE NÃO INTERROMPE A CONTAGEM DO PRAZO JÁ INICIADO. DECADÊNCIA CONFIGURADA. [...]. 2. No âmbito estadual ou municipal, ausente lei específica, a Lei Federal nº 9.784/99 pode ser aplicada de forma subsidiária, haja vista tratar-se de norma que deve nortear toda a Administração Pública, servindo de diretriz aos seus órgãos. [...]" (REsp nº 852.493/DF, Relator o Ministro Arnaldo Esteves Lima, DJe de 25/8/2008). 4. Agravo regimental a que se nega provimento. (STJ - AgRg no REsp: 1092202 DF 2008/0212281-9, Relator: Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Data de Julgamento: 11/04/2013, T5 - QUINTA TURMA, Data de Publicação: DJe 18/04/2013).

Dito isso, passo a analisar os requisitos de admissibilidade do presente recurso sob a ótica da Lei nº. 9.784/99.

A esse respeito, estabelecem os artigos 56, 57, 58, 59, 60 e 61 do referido regramento legal:

Art. 56. Das decisões administrativas cabe recurso, em face de razões de legalidade e de mérito.

§ 1º O recurso será dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não a reconsiderar no prazo de cinco dias, o encaminhará à autoridade superior.

§ 2º Salvo exigência legal, a interposição de recurso administrativo independe de caução.

§ 3º Se o recorrente alegar que a decisão administrativa contraria enunciado da súmula vinculante, caberá à autoridade prolatora da decisão impugnada, se não a reconsiderar, explicitar, antes de encaminhar o recurso à autoridade superior, as razões da aplicabilidade ou inaplicabilidade da súmula, conforme o caso.

Art. 57. O recurso administrativo tramitará no máximo por três instâncias administrativas, salvo disposição legal diversa.

Art. 58. Têm legitimidade para interpor recurso administrativo:

I - os titulares de direitos e interesses que forem parte no processo;  
II - aqueles cujos direitos ou interesses forem indiretamente afetados pela decisão recorrida;

III - as organizações e associações representativas, no tocante a direitos e interesses coletivos;

IV - os cidadãos ou associações, quanto a direitos ou interesses difusos.

Art. 59. Salvo disposição legal específica, é de dez dias o prazo para interposição de recurso administrativo, contado a partir da ciência ou divulgação oficial da decisão recorrida.

§ 1º Quando a lei não fixar prazo diferente, o recurso administrativo deverá ser decidido no prazo máximo de trinta dias, a partir do recebimento dos autos pelo órgão competente.

§ 2º O prazo mencionado no parágrafo anterior poderá ser prorrogado por igual período, ante justificativa explícita.

Art. 60. O recurso interpõe-se por meio de requerimento no qual o recorrente deverá expor os fundamentos do pedido de reexame, podendo juntar os documentos que julgar convenientes.

Art. 61. Salvo disposição legal em contrário, o recurso não tem efeito suspensivo.

Como se vê, é cabível o recurso contra as decisões administrativas por razões de legalidade e de mérito, o qual deverá ser interposto perante a autoridade prolatora da decisão, a qual, não a reconsiderando, encaminhá-lo-a à autoridade imediatamente superior.

Todavia, antes de se adentrar no mérito da decisão administrativa para fins de apreciação do pedido de reconsideração, devem ser analisados os pressupostos de admissibilidade do recurso, os quais, se não preenchidos, implicam o não conhecimento do reclamo.

Estabelece o art. 59 supracitado que, salvo disposição legal em contrário, o recurso será interposto no prazo de 10 (dez) dias, contado a partir da ciência da decisão ou da divulgação oficial da decisão recorrida.

O art. 67 da Lei nº. 9.784/99, ainda, dispõe que "salvo motivo de força maior devidamente comprovada, os prazos processuais não se suspendem (sem grifo no original)".

No caso, a decisão administrativa foi proferida em 27 de março de 2018, sendo a empresa devidamente notificada a respeito em 28 de março de 2018, mediante o encaminhamento de cópia integral da referida decisão, consoante consta no Aviso de Recebimento – AR anexado aos autos do presente processo administrativo, iniciando-se o prazo para recurso em 29 de março de 2018.

O presente recurso, entretanto, foi interposto somente em 23 de abril de 2018, quando já havia escoado o prazo de 10 (dez) dias para interposição de recurso, que findou em 09 de abril de 2018.

Assim, considerando que, por força de lei, os prazos processuais dispostos na lei nº. 9.784/99 não se suspendem, o recurso foi interposto de forma intempestiva.

Logo, observado o disposto no art. 63, inciso I, da Lei nº. 9.784/99, o presente recurso não comporta conhecimento.

DIANTE DO EXPOSTO, nos termos do art. 63, inciso I, da Lei nº. 9.784/99, não conheço do recurso interposto por ARCICAL ARTEFATOS DE CIMENTO CANOINHAS LTDA., dada a sua intempestividade e, em consequência, deixo de encaminhá-lo à autoridade superior.

Canoinhas, 25 de abril de 2018.

PAULO MACHADO

Secretário de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Turismo

**DECRETO Nº 106/2018**

Publicação Nº 1608122

DECRETO Nº. 106/2018

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO as inúmeras atribuições incumbidas à Administração Pública;

CONSIDERANDO a necessidade de delegação para o desempenho de atividades incumbidas ao gestor público, resolve:

**DELEGAR PODERES**

Art. 1º - Fica delegado ao servidor DÁRIO GRAVI GONÇALVES, ocupante do cargo de provimento em comissão de Assessor Administrativo, a partir de 23/04/2018, as responsabilidades atinentes à função de Coordenador da Defesa Civil desta municipalidade.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 025/2017.

Canoinhas/SC, 23 de abril de 2018.

GILBERTO DOS PASSOS  
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 23/04/2018.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK  
Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**DECRETO Nº 108/2018**

Publicação Nº 1608124

DECRETO Nº. 108/2018

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DO SUPERÁVIT FINANCEIRO"

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com o Artigo 16 da Lei 6.149 de 20/12/2017 – LOA, resolve:

**DECRETAR**

Art. 1º - Fica aberto CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no Orçamento Geral da Prefeitura, para o exercício de 2018, o valor de R\$ 86.739,19 (oitenta e seis mil, setecentos e trinta e nove reais e dezenove centavos), com a seguinte classificação institucional:

I)  
Órgão 12: Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano  
Unidade 12.01: Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano  
Função 15: Urbanismo  
Subfunção 452: Serviços Urbanos  
Programa 6: Ações Eficientes em Obras e Urbanismo  
Proj./Ativ. 2.023 – Manutenção de ruas, estradas, praças, jardins, pontes e bueiros  
3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas ..... 4.910,25  
Recursos 30700 – Contr. de Interv. do Dom. Econ. – CIDE - Superávit

II)

Órgão 12: Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano

Unidade 12.01: Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano

Função 15: Urbanismo

Subfunção 452: Serviços Urbanos

Programa 6: Ações Eficientes em Obras e Urbanismo

Proj./Ativ. 2.023 – Manutenção de ruas, estradas, praças, jardins, pontes e bueiros

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas ..... 18.468,93

Recursos 33920 – Comp. Financeira p/ Exploração de Rec. Minerais – Superávit

III)

Órgão 12: Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano

Unidade 12.01: Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano

Função 15: Urbanismo

Subfunção 452: Serviços Urbanos

Programa 6: Ações Eficientes em Obras e Urbanismo

Proj./Ativ. 2.023 – Manutenção de ruas, estradas, praças, jardins, pontes e bueiros

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas ..... 63.360,01

Recursos 34200 – Rec. F. Exportações – FEX - Superávit

Art. 2º - Para suporte do Crédito Adicional de que trata o artigo 1º desta lei, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar o valor de R\$ 86.739,19 (oitenta e seis mil, setecentos e trinta e nove reais e dezenove centavos), por conta do superávit financeiro apurado por fonte de recurso, no exercício 2017, conforme anexo e tabela a seguir:

Tabela 1 – Quadro demonstrativo por fonte de recurso

10700	Contr. de Interv. do Dom. Econ. – CIDE	4.747,93
13920	Comp. Financeira p/ Exploração de Rec. Minerais	18.468,93
14200	Rec. F. Exportações – FEX	62.624,24
30700	Contr. de Interv. do Dom. Econ. – CIDE - Superávit	162,32
34200	Rec. F. Exportações – FEX - Superávit	735,77
TOTAL		86.739,19

Fonte: SMAFO/2018

Art. 3º – As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º – Revogam-se as disposições contrárias.

Canoinhas/SC, 24 de abril de 2018.

GILBERTO DOS PASSOS  
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 24/04/2018.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK  
Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento



**DECRETO Nº 109/2018**

Publicação Nº 1608123

DECRETO Nº. 109/2018

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DE SUPERÁVIT FINANCEIRO"

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com o Artigo 16 da Lei 6.149 de 20/12/2017 – LOA, resolve:

**DECRETAR**

Art. 1º - Fica aberto CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no Orçamento Geral da Prefeitura, para o exercício de 2018, no valor de R\$ 101.764,96 (cento e um mil, setecentos e sessenta e quatro reais e noventa e seis centavos), com a seguinte classificação institucional:

I)  
Órgão 17: Fundo Municipal de Saúde  
Unidade 17.01: Fundo Municipal de Saúde  
Função 10: Saúde  
Subfunção 304: Vigilância Sanitária  
Programa 8: Saúde de Qualidade aos Canoinhenses  
Proj/Ativ. 2.059 – Ações de Vigilância em Saúde - VISA  
3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas .....18.850,06  
Recursos 30600 – Rec. Ordinários FMS – Txs Vig. - Superávit

II)  
Órgão 17: Fundo Municipal de Saúde  
Unidade 17.01: Fundo Municipal de Saúde  
Função 10: Saúde  
Subfunção 301: Atenção Básica  
Programa 8: Saúde de Qualidade aos Canoinhenses  
Proj/Ativ. 2.057 – Ações de Atenção Básica  
3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas .....1.774,50  
Recursos 63802 – Transf. SUS União – ACS – Superávit

III)  
Órgão 17: Fundo Municipal de Saúde  
Unidade 17.01: Fundo Municipal de Saúde  
Função 10: Saúde  
Subfunção 301: Atenção Básica  
Programa 8: Saúde de Qualidade aos Canoinhenses  
Proj/Ativ. 2.057 – Ações de Atenção Básica  
3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas .....8.023,36  
Recursos 63806 – SUS União – At. Bás. – Teste Gravidez – Superávit

IV)  
Órgão 17: Fundo Municipal de Saúde  
Unidade 17.01: Fundo Municipal de Saúde  
Função 10: Saúde  
Subfunção 301: Atenção Básica  
Programa 8: Saúde de Qualidade aos Canoinhenses  
Proj/Ativ. 2.057 – Ações de Atenção Básica  
3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas .....2.600,00  
Recursos 63807 – SUS União – ATB – Saúde na Escola - Superávit

V)  
Órgão 17: Fundo Municipal de Saúde  
Unidade 17.01: Fundo Municipal de Saúde

Função 10: Saúde  
Subfunção 303: Suporte Profilático e Terapêutico  
Programa 8: Saúde de Qualidade aos Canoinhenses  
Proj/Ativ. 2.055 – Ações de Assistência Farmacêutica  
3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas .....10.292,22  
Recursos 63809 – SUS União – Farmácia Básica – Superávit

VI)  
Órgão 17: Fundo Municipal de Saúde  
Unidade 17.01: Fundo Municipal de Saúde  
Função 10: Saúde  
Subfunção 303: Suporte Profilático e Terapêutico  
Programa 8: Saúde de Qualidade aos Canoinhenses  
Proj/Ativ. 2.057 – Ações de Atenção Básica  
3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas .....13.598,24  
Recursos 63810 – Bl. Gestão – SUS União – Superávit

VII)  
Órgão 17: Fundo Municipal de Saúde  
Unidade 17.01: Fundo Municipal de Saúde  
Função 10: Saúde  
Subfunção 302: Assistência Hospitalar e Ambulatorial  
Programa 8: Saúde de Qualidade aos Canoinhenses  
Proj/Ativ. 2.060 – Ações de Média e Alta Complexidade  
3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas .....9.653,85  
Recursos 63853 – Rec. SAMU – SUS União – Superávit

VIII)  
Órgão 17: Fundo Municipal de Saúde  
Unidade 17.01: Fundo Municipal de Saúde  
Função 10: Saúde  
Subfunção 302: Assistência Hospitalar e Ambulatorial  
Programa 8: Saúde de Qualidade aos Canoinhenses  
Proj/Ativ. 2.060 – Ações de Média e Alta Complexidade  
4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas .....2.000,00  
Recursos 63853 – Rec. SAMU – SUS União – Superávit

IX)  
Órgão 17: Fundo Municipal de Saúde  
Unidade 17.01: Fundo Municipal de Saúde  
Função 10: Saúde  
Subfunção 302: Assistência Hospitalar e Ambulatorial  
Programa 8: Saúde de Qualidade aos Canoinhenses  
Proj/Ativ. 2.060 – Ações de Média e Alta Complexidade  
3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas .....4.425,77  
Recursos 63855 – Bl. MAC SUS UNIÃO – Saúde Mental – Superávit

X)  
Órgão 17: Fundo Municipal de Saúde  
Unidade 17.01: Fundo Municipal de Saúde  
Função 10: Saúde  
Subfunção 305: Vigilância Epidemiológica  
Programa 8: Saúde de Qualidade aos Canoinhenses  
Proj/Ativ. 2.058 – Ações em Vigilância em Saúde - VIGEP  
3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas .....20.076,93  
Recursos 63860 – Piso Fixo Vig. Epidemiológica/PFVS – SUS União – Superávit

XI)  
Órgão 17: Fundo Municipal de Saúde  
Unidade 17.01: Fundo Municipal de Saúde  
Função 10: Saúde  
Subfunção 304: Vigilância Sanitária

Programa 8: Saúde de Qualidade aos Canoinhenses  
 Proj/Ativ. 2.059 – Ações de Vigilância em Saúde - VISA  
 3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas .....  
 .....10.470,03  
 Recursos 63863 – Piso Fixo Vig. Sanitária – SUS União - Superávit

Art. 2º - Para suporte do Crédito Adicional de que trata o artigo 1º desta lei, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar o valor de R\$ 101.764,96 (cento e um mil, setecentos e sessenta e quatro reais e noventa e seis centavos), por conta do superávit financeiro apurado por fonte de recurso, no exercício 2017, conforme anexo e tabela a seguir:

Tabela 1 – Quadro demonstrativo por fonte de recurso

10600	Rec. Ordinários FMS – Txs Vig.	R\$ 18.850,06
23802	Transf. SUS União – ACS	R\$ 1.774,50
23806	SUS União – At. Bás. – Teste Gravidez	R\$ 8.023,36
23809	SUS União – Farmácia Básica	R\$ 10.097,77
23810	Bl. Gestão – SUS União	R\$ 13.450,90
23853	Rec. SAMU – SUS União	R\$ 11.653,85
23855	Bl. MAC SUS UNIÃO – Saúde Mental	R\$ 1.943,97
23860	Piso Fixo Vig. Epidemiológica/PFVS	R\$ 20.076,93
23863	Piso Fixo Vig. Sanitária – SUS União	R\$ 10.470,03
63807	SUS União – ATB – Saúde na Escola - Superávit	R\$ 2.600,00
63809	SUS União – Farmácia Básica – Superávit	R\$ 194,45
63810	Bl. Gestão – SUS União – Superávit	R\$ 147,34
63855	Bl. MAC SUS UNIÃO – Saúde Mental – Superávit	R\$ 2.481,80
	TOTAL	101.764,96

Fonte: SMAFO/2018

Art. 3º – As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º – Revogam-se as disposições contrárias.

Canoinhas/SC, 25 de abril de 2018.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 25/04/2018.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK

Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

## DECRETO Nº 110/2018

Publicação Nº 1608247

DECRETO Nº. 110/2018

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO a necessidade da regulamentação da realização das movimentações financeiras em instituições financeiras onde esta Municipalidade possua recursos pecuniários depositados,

resolve:  
 DECRETAR

Art. 1º. Fica introduzido o art. 10-A ao Decreto nº001/2017, sendo que este passa a vigor conforme a seguinte redação:

“Art. 10-A. Fica autorizada a servidora SABRINA PEREIRA ISHIDA, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo, à disposição da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, a realizar as transações bancárias elencadas no parágrafo único deste artigo, junto às instituições financeiras onde as entidades da administração direta, indireta e fundacional, vinculadas ao Poder Executivo Municipal, possuem suas contas bancárias.

Parágrafo Único. Ficam delegados os seguintes poderes a servidora citada no caput deste artigo:

I - Solicitar saldos e extratos;  
 II - Solicitar saldos/extratos de investimentos;  
 III - Solicitar saldos/extratos de operações de crédito;  
 IV - Emitir comprovantes;  
 VI - Cadastrar, alterar e desbloquear senhas;  
 VII - Consultar obrigações do débito direto autorizado.”

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, sendo revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 25 de abril de 2018.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 25/04/2018.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK

Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

## DECRETO Nº 116/2018

Publicação Nº 1608250

DECRETO Nº. 116/2018

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DA ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS”

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com o Artigo 16 da Lei 6.149 de 20/12/2017 - LOA, resolve:

DECRETAR

Art. 1º - Fica aberto CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no Orçamento Geral da Prefeitura, para o exercício de 2018, no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)

Orgão 17: Fundo Municipal de Saúde

Unidade 17.01: Fundo Municipal de Saúde

Função 10: Saúde

Subfunção 301: Atenção Básica

Programa 8: Saúde de Qualidade aos Canoinhenses

Proj./Ativ. 2.057 – Ações de Atenção Básica

4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas .....  
 ..... 50.000,00

Recursos 23804 – Transf. SUS União – PMAQ

Art. 2º - Para suporte do que trata o artigo 1º desta lei, fica anulado no Plano Plurianual 2018-2021 (Lei 6.147/2017) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2018 (Lei nº. 6.148/2017) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2018 (Lei nº. 6.149/2017) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, o valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)  
Órgão 17: Fundo Municipal de Saúde  
Unidade 17.01: Fundo Municipal de Saúde  
Função 10: Saúde  
Subfunção 301: Atenção Básica  
Programa 8: Saúde de Qualidade aos Canoinhenses  
Proj./Ativ. 2.057 – Ações de Atenção Básica  
3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas .....  
..... 50.000,00  
Recursos 23804 – Transf. SUS União – PMAQ

Art. 3º – As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º – Revogam-se as disposições contrárias.

Canoinhas/SC, 26 de abril de 2018.  
GILBERTO DOS PASSOS  
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 26/04/2018.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK  
Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

## LEI Nº 6.202 DE 12/04/2018

Publicação Nº 1608169

LEI Nº. 6.202 DE 12/04/2018

“ALTERA E ACRESCE DISPOSIÇÕES À LEI 3.872/2005 QUE AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A IMPLANTAR O PROGRAMA PORTEIRA ADENTRO”

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º - O artigo 2º da Lei Municipal nº. 3.872/2005 passa a contar com o inciso IX, que tem a seguinte redação:

IX – Realização de serviços tratorizados com grade aradora, com plaina niveladora e outros implementos.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Fica revogado em seu inteiro teor o Artigo 7º da Lei Municipal 3.872 de 14/09/2005.

Canoinhas/SC, 12 de abril de 2018.  
GILBERTO DOS PASSOS  
Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 12/04/2018.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK  
Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

## PORTARIA Nº 03/2018 - FCC

Publicação Nº 1608114

PORTARIA Nº. 003/2018

JOSÉ ALFREDO DA FONSECA, Presidente da Fundação Cultural “Helmy Wendt Mayer” de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais; e de acordo com as Leis Municipais nº 2.305/1990; Resolve:

CONCEDER LICENÇA GESTAÇÃO

Art. 1º - Fica concedida Licença Geração à servidora PAULA MORGANA RUTSATZ, efetiva no cargo de auxiliar de biblioteca junto à Fundação Cultural, cuja licença será gozada no período de 14/04/2018 a 10/10/2018, conforme requerimento em anexo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 16 de abril de 2018.  
JOSÉ ALFREDO DA FONSECA  
Presidente da Fundação Cultural  
“Helmy Wendt Mayer”

GILBERTO DOS PASSOS  
Prefeito

## PORTARIA Nº 401/2018

Publicação Nº 1608121

PORTARIA Nº. 401/2018

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º. Fica o servidor LUIZ ALCEU WITT JUNIOR, que exerce o cargo de provimento em comissão de Supervisor III, Responsável pelo Departamento de Trânsito de Canoinhas - DETRACAN, a partir de 23/04/2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 245/2017.

Canoinhas/SC, 23 de abril de 2018.  
GILBERTO DO PASSOS  
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 23/04/2018.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK  
Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**PORTARIA Nº 416/2018**

Publicação Nº 1608218

PORTARIA Nº 416/2018

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 66, inciso VI da Lei Orgânica Municipal e o artigo 78 da Lei nº 2.305 de 03/07/1990; Resolve:

**RETIRAR ADICIONAL DE TEMPO INTEGRAL**

Art.1º. Fica retirado, a partir de 02/05/2018, o adicional por tempo integral de que trata o art. 78 da Lei nº 2.305 de 03/07/1990, concedidos a todos servidores da Administração Direta, Indireta e Fundacional desta municipalidade.

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 30 de abril de 2018.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 30/04/2018.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK

Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

**PORTARIA Nº 417/2018**

Publicação Nº 1608567

PORTARIA Nº. 417/2018

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, bem como, da Lei nº 2.305 de 03/07/1990:

CONSIDERANDO, que a autoridade que tiver ciência de irregularidades no serviço público é obrigada a promover a sua imediata apuração, mediante a instauração de sindicância ou processo disciplinar, consoante disposição do artigo 163 da Lei Municipal 2.305/90, resolve:

**INSTAURAR COMISSÃO DE SINDICÂNCIA**

Art. 1º - Nos termos dos artigos 163 e seguintes da Lei 2.305 de 03/07/1990, fica instaurada COMISSÃO DE SINDICÂNCIA, composta pelos servidores públicos municipais, designados pela Portaria nº 147/2018, de acordo com a Lei nº 5.556/2015 e 5.574/2015, sendo eles:

1. DANIELLE LUDKA;
2. FRANCIELI JOANA BIALESKI;
3. VIVIANA WACHTEL SELEME UBA.

Art. 2º - A referida comissão deverá apurar os fatos, conforme descrito na Comunicação Interna nº 211/SMP/2018.

Art. 3º - A Comissão nomeada pela presente Portaria deverá emitir parecer conclusivo no prazo de 60 (sessenta) dias, prorrogáveis por igual período se as circunstâncias o exigirem.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 30 de abril de 2018.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 30/04/2018.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK

Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**PORTARIA Nº 418/2018**

Publicação Nº 1608565

PORTARIA Nº. 418/2018

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, bem como, da Lei nº 2.305 de 03/07/1990:

CONSIDERANDO, que a autoridade que tiver ciência de irregularidades no serviço público é obrigada a promover a sua imediata apuração, mediante a instauração de sindicância ou processo disciplinar, consoante disposição do artigo 163 da Lei Municipal 2.305/90, resolve:

**INSTAURAR COMISSÃO DE SINDICÂNCIA**

Art. 1º - Nos termos dos artigos 163 e seguintes da Lei 2.305 de 03/07/1990, fica instaurada COMISSÃO DE SINDICÂNCIA, composta pelos servidores públicos municipais, designados pela Portaria nº 147/2018, de acordo com a Lei nº 5.556/2015 e 5.574/2015, sendo eles:

1. ANDRÉIA CORREIA DA SILVA FONTANA KAUVA;
2. MOZARA CARVALHO SCHADEK;
3. SÉRGIO MURILO MIGUEL.

Art. 2º - A referida comissão deverá apurar os fatos, conforme descrito no Parecer Jurídico nº 043/DJ/2018.

Art. 3º - A Comissão nomeada pela presente Portaria deverá emitir parecer conclusivo no prazo de 60 (sessenta) dias, prorrogáveis por igual período se as circunstâncias o exigirem.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 30 de abril de 2018.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 30/04/2018.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK

Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**PUBLICAÇÃO DE ALTERAÇÃO DE EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº. FMS 01/2018**

Publicação Nº 1608196

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

MUNICÍPIO DE CANOINHAS - SC

ALTERAÇÃO DE EDITAL CHAMADA PÚBLICA N.º FMS 01/2018

Objeto: CREDENCIAMENTO DE PESSOA(S) JURÍDICA(S) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REALIZAÇÃO DE EXAMES DE TOMOGRAFIA (TAC), ULTRASSONOGRAFIA, ENDOSCOPIA DIGESTIVA



ALTA (EDA) E DENSITOMETRIA ÓSSEA AO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS.

Prestadores: Qualquer prestador de serviços, pessoa jurídica, privada ou pública, lucrativa ou não, que atenda as condições do edital.

Forma de Plantão: Sobreaviso, 24 horas/dia, mediante escala.

Inscrições: A partir da publicação deste edital.

Local para inscrições: Setor de protocolo da Prefeitura do Município de Canoinhas, sito à Rua Felipe Schmidt, nº 10 – Centro – Canoinhas - SC, no horário das 08h00min às 12h00min e das 13h00min às 17h00min.

Edital: Edital completo e seus anexos disponíveis no site [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br), link – licitações, no local de informações adicionais.

Canoinhas/SC, 30 de Abril de 2018.

Gilberto dos Passos

Prefeito

### **PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO Nº. FMAS 02/2018 (PRESENCIAL)**

Publicação Nº 1608189

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. FMAS 08/2018

EDITAL DE PREGÃO Nº. FMAS 02/2018 ( PRESENCIAL)

O Município de Canoinhas/SC, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CNPJ nº. 11.455.005/0001-25, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 16/05/2018, às 13h30min, licitação para AQUISIÇÃO DE 1.000 KITS DE HIGIENE BUCAL, ADULTO, CONTENDO 01 TUBO DE CREME DENTAL, 01 ESCOVA DENTAL, 01 ESTOJO DE FIO DENTAL E 01 NECESSAIRE, DESTINADOS AOS USUÁRIOS DO PROGRAMA ACESSUAS. Recebimento de propostas até as 13h25min do dia 16/05/2018. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br) no link licitações.

Gilberto dos Passos

Prefeito

### **PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO Nº. FMS 19/2018 (ELETRÔNICO)**

Publicação Nº 1608192

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. FMS 24/2018

EDITAL DE PREGÃO Nº. FMS 19/2018 (ELETRÔNICO)

O Município de Canoinhas/SC, através do Fundo Municipal de Saúde, CNPJ nº. 11.206.680/0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 15/05/2018, às 15h00min, licitação para REGISTRO DE PREÇOS PARA A COMPRA PARCELADA DE MATERIAIS LABORATORIAIS E TUBOS DE COLETA, DESTINADOS AO LABORATORIO MUNICIPAL, PARA UTILIZAÇÃO NOS EXAMES LABORATORIAIS DE COMBATE A DST/AIDS.. Recebimento de propostas até às 14h00min do dia 15/05/2018. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site: [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br) no link licitações.

Gilberto dos Passos

Prefeito

### **PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N. FMS 2-01/2018**

Publicação Nº 1608601

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º FMS 01/2018  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS

TERMO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº FMS 55/2017

PREGÃO ELETRÔNICO Nº FMS 34/2017

O Prefeito do Município de Canoinhas torna público o 2º termo aditivo de contrato n.º FMS 01/2018

Data de assinatura termo aditivo: 07/04/2018.

Contratada: MARCA D'AGUA LTDA - ME, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob n.º 64377518000121.

Objeto Contratado: AQUISIÇÃO DE UNIFORMES E EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL DESTINADOS A EQUIPE DE PROFISSIONAIS QUE ATUA NO SERVIÇO DE ATENDIMENTO MOVEL DE URGENCIA - SAMU, DO MUNICIPIO DE CANOINHAS.

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS, CNPJ sob n.º 11.206.680/0001-10.

Do Prazo: A vigência do presente contrato que era até 07/04/2018 passará a ser 30/04/2018.

Gilberto dos Passos

Prefeito

### **PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N. FME 06/2018**

Publicação Nº 1608593

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º FME 06/2018

FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório n. FME 06/2018

Dispensa de Licitação nº FME 01/2018

O Presidente da Fundação Municipal de Esportes de Canoinhas/SC no uso de suas atribuições legais, torna público o termo de contrato n.º FME 06/2018.

Data do Aditivo: 10/04/2018.

Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O SERVIÇO DE CRONOMETRAGEM POR CHIP PARA A CORRIDA RÚSTICA EM ALUSÃO AO DIA DO TRABALHADOR, A OCORRER NO DIA 01/05/2018.

Contratada: ELTON HARRISSON ESTAFANSKI, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob n.º 21.173.852/0001-50.

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CANOINHAS, CNPJ: 03.914.543/0001-02.

Valor do contrato: R\$ 3.340,00 (três mil trezentos e quarenta reais).

Da execução: 01/05/2018.

Daniel Laurentino Pinto

Presidente

### **PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N. FMS 19/2018**

Publicação Nº 1608597

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º FMS 19/2018

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

Chamada Pública n. FMS 01/2018

Processo Licitatório n.º FMS 21/2018

Inexigibilidade de Licitação n.º FMS 06/2018

O Prefeito do Município de Canoinhas/SC torna público o termo contrato n.º FMS 19/2018.

Data do contrato: 03/04/2018.



Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE 879 EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIA E 22 EXAMES DE DENSITOMETRIA ÓSSEA.

Contratada: BASSANI & SILVA SERVIÇOS MÉDICOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob n.º 17.399.704/0001-81.

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS, inscrita no CNPJ: 11.206.680/0001-10.

Valor do contrato: R\$ 72.080,00 (setenta e dois mil e oitenta reais).

Da vigência contratual: a partir da assinatura até 03/07/2018.

A íntegra do contrato encontra-se disponível no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br).

Gilberto dos Passos

Prefeito

## **PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N. PMC 45/2018**

Publicação Nº 1608600

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 45/2018

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório n.º PMC 75/2018

DISPENSA DE LICITAÇÃO n. PMC 04/2018

O Prefeito do Município de Canoinhas-SC, torna público o Contrato n.º PMC 45/2018.

Data de assinatura: 10/04/2018.

Contratada: IGAM SC CURSOS E CONSULTORIA LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob n.º 28.474.582/0001-67.

Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA VISANDO O FORNECIMENTO DE INFORMATIVOS TÉCNICOS MENSIS "ON LINE", BEM COMO ASSESSORIA E CONSULTORIA NAS ÁREAS CONTÁBIL, GESTÃO E JURÍDICA, DE INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO.

Valor do Contrato: R\$ 7.800,00 (sete mil e oitocentos reais), divididos em 8 parcelas de R\$ 975,00 (novecentos e setenta e cinco reais).

Contratante: Prefeitura de Canoinhas, inscrita no CNPJ Sob n.º 83.102.384/0001-80.

Da vigência contratual: a partir da assinatura até 31/12/2018.

A íntegra do contrato encontra-se disponível no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br).

Gilberto dos Passos

Prefeito

## **PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N. PMC 46/2018**

Publicação Nº 1608599

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 46/2018

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório n.º PMC 109/2017

Pregão presencial nº PMC 79/2017

O Prefeito do Município de Canoinhas-SC, torna público o Contrato n.º PMC 46/2018.

Data de assinatura: 16/04/2018.

Contratada: TANIA MARIA NOVAK MARON EIRELI ME, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob n.º 23.161.589/0001-05.

Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO PARCELADA DE 150 HORAS DE SERVIÇO DE RETROESCAVADEIRA, PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E DESENVOLVIMENTO URBANO.

Valor total do Contrato: R\$ 13.770,00 (treze mil setecentos e setenta reais)

Contratante: Prefeitura de Canoinhas, inscrita no CNPJ Sob n.º 83.102.384/0001-80.

Da vigência contratual: a partir da assinatura até 29/06/2018.

A íntegra do contrato encontra-se disponível no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br)

Gilberto dos Passos

Prefeito

## **RESOLUÇÃO N.º 03/2018 - PLANO DE AÇÃO E APLICAÇÃO - IGD-PBF**

Publicação Nº 1608129

RESOLUÇÃO N.º 03/2018

Dispõe sobre a aprovação do Plano de Trabalho e Aplicação referente à reprogramação de saldos de 2017 e previsão de recursos para o ano de 2018 do Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família IGD-PBF.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Canoinhas/SC no uso de suas atribuições legais, e:

Considerando o Decreto Municipal nº. 241/2012, de 14 de dezembro de 2012, que aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal da Assistência Social;

Considerando a apreciação do Plano de Trabalho e Aplicação referente à reprogramação de Saldos do ano de 2017 e previsão de recursos para o ano de 2018 do Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família – IGD-PBF;

Considerando a deliberação do Plenário do Conselho Municipal da Assistência Social reunido ordinariamente em 27 de abril de 2018;

Resolve:

Artigo 1º - Aprovar o Plano de Trabalho e Aplicação referente à Reprogramação dos Saldos do ano de 2017 no valor de R\$ 126.674,28 e da previsão de recursos para o ano de 2018 no valor de R\$ 80.000,00 do Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família – IGD-PBF e o repasse à Instância de Controle Social - ICS Conselho Municipal de Assistência Social no valor de R\$ 8.857,62 visto que o Plano se encontra em conformidade com os requisitos do Ministério do Desenvolvimento Social e o repasse de recursos para o Fundo Municipal de Assistência Social de Canoinhas.

Artigo 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Canoinhas, 27 de abril de 2018.

Vilcéia Regina Tavares Magalhães

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

# Capinzal

## PREFEITURA

### **CIALAR PROCESSO LICITATÓRIO 0002/2018 PREGÃO PRESENCIAL 0001/2018**

Publicação Nº 1608884

#### AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 0002/2018  
Pregão Presencial Nº 0001/2018

**OBJETO:** REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa para realização de Transporte Escolar para crianças e adolescentes abrigados no Consórcio Intermunicipal Abrigo Casa Lar - CIALAR. Com Recursos Próprios.

**ENTREGA DE ENVELOPES E ABERTURA:** Os Envelopes de Propostas e Documentos deverão obrigatoriamente serem protocolados no Setor de Protocolo até as 07:55 horas, para abertura da Seção às 08:00 horas do dia 14/05/2018.

**CREDENCIAMENTO:** Os documentos de Credenciamento deverão vir fora dos envelopes, em cópias autenticadas, em mãos, a serem entregues na hora da abertura da seção.

Menor Preço Item

**INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL:**

Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos - Setor de Licitações, rua Carmelo Zócolli, 155 - Centro.

Horário: Das 7:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas.

Telefone: (049) 3555-8739 e 3555-8716.

No sítio: [www.capinzal.sc.gov.br](http://www.capinzal.sc.gov.br)

Capinzal, 2 de Maio de 2018.

NILVO DORINI

Presidente

### **FMAS PROCESSO LICITATÓRIO 0002/2018 DISPENSA DE LICITAÇÃO 0002/2018**

Publicação Nº 1608892

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0002/2018  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0002/2018

**OBJETO:** Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de fotografia e revelação fotográfica para os diversos serviços da Política de Assistência Social, com Recursos Próprios e do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS, dos pisos de Proteção Social Básica, Proteção Social Especial de Média Complexidade, Proteção Especial de Alta Complexidade.

**VALOR DA DESPESA:** R\$ 6.160,00 (Seis mil cento e sessenta reais)  
**PREVISÃO LEGAL:** Art. 24 inciso II, da Lei 8.666/93.

**JUSTIFICATIVA:** Justifica-se a contratação das empresas Studio Foto Real LTDA e Aderlan Miotto 06914022992 por as mesmas terem participado de cotação de preços com preços de mercado compatíveis e por estarem com sua regularidade fiscal válida.

No que se refere à justificativa do preço as empresas apresentaram as menores cotações para cada um dos itens.

Capinzal/SC, 27 de Abril de 2018.

THIAGO CASARA

Secretário de Assistência Social

### **FMS PROCESSO LICITATÓRIO 0017/2018 PREGÃO PRESENCIAL 0005/2018**

Publicação Nº 1608885

#### AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 0017/2018  
Pregão Presencial Nº 0005/2018

**OBJETO:** REGISTRO DE PREÇO para aquisição de lentes e óculos para pacientes atendidos pela Secretaria da Saúde do Município de Capinzal. Com Recursos Próprios

**ENTREGA DE ENVELOPES E ABERTURA:** Os Envelopes de Propostas e Documentos deverão obrigatoriamente serem protocolados no Setor de Protocolo até as 13:25 horas, para abertura da Seção às 13:30 horas do dia 14/05/2018.

**CREDENCIAMENTO:** Os documentos de Credenciamento deverão vir fora dos envelopes, em cópias autenticadas, em mãos, a serem entregues na hora da abertura da seção.

Menor Preço Item

**INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL:** Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, no Setor de Licitações, Rua Carmello Zócolli, 155.

No sítio: [www.capinzal.sc.gov.br](http://www.capinzal.sc.gov.br)

**HORÁRIO:** Das 07:30h as 11:30h e das 13:00h as 17:00h.

**TELEFONE Nº (0XX49)3555-8739**

Capinzal, 2 de Maio de 2018.

KAMILLE SARTORI BEAL

Secretaria de Saúde

### **FMS PROCESSO LICITATÓRIO 0019/2018 INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 0011/2018**

Publicação Nº 1608891

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE CAPIÑZAL  
SECRETARIA DE SAÚDE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0019/2018  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0011/2018

**OBJETO:** Contratação da empresa G. PASTEUR LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS E PATOLOGIA LTDA. via Inexigibilidade de Licitação no Termos do Artigo 25 da Lei 8.666/93, conforme Edital de Credenciamento nº 003/2018, cujo objeto trata de credenciamento de Laboratório de Análises Clínicas para realização de exames de análises clínicas para os pacientes atendidos pela Secretaria da Saúde, durante o ano de 2018.

**VALOR DA DESPESA:** R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais)  
**PREVISÃO LEGAL:** Art. 25 inciso II, da Lei 8.666/93.

JUSTIFICATIVA: A empresa apresentou regularmente documentos e proposta, nos termos do Edital de Credenciamento nº 003/2018. Os preços relacionados foram fixados no edital de Credenciamento nº 003/2018 e o valor mencionado foi estimado pela Secretaria de Saúde.

Capinzal/SC, 27 de Abril de 2018.

KAMILLE SARTORI BEAL  
Secretária de Saúde

# Caxambu do Sul

## PREFEITURA

### CONTRATO Nº 033/2018 PCS

Publicação Nº 1608217

Contratante: MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL.

Contratada: ROQUE BALDISSERA.

Contrato nº: 033/2018 PCS.

Objeto: OBJETIVANDO O FORNECIMENTO DE CASCALHO PARA O MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL.

Data da Assinatura: 30/04/2018.

Vigência: 31/12/2018.

Valor do Contrato: R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais).

# Chapécó

## PREFEITURA

### DECRETO Nº. 35.380, DE 26 DE ABRIL DE 2018.

Publicação Nº 1608236

DECRETO Nº. 35.380, DE 26 DE ABRIL DE 2018.  
Dispõe sobre prorrogação de Decreto Municipal.

O Prefeito Municipal de Chapécó, em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de acordo com o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapécó, de acordo com art. nº 86 e Lei Complementar nº 130/2001,

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica prorrogado, a pedido, no período de 04 de maio de 2018 a 03 de maio de 2019, o Decreto nº. 34.051, de 03 de maio de 2017, que concedeu Licença Especial, à servidora pública municipal DIVAMAR CARNEIRO GEREMIA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor com Estudos Adicionais.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapécó, Estado de Santa Catarina,  
em 26 de abril de 2018.  
LUCIANO JOSÉ BULIGON  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº. 35.381, DE 26 DE ABRIL DE 2018.

Publicação Nº 1608237

DECRETO Nº. 35.381, DE 26 DE ABRIL DE 2018.  
Dispõe sobre exoneração de servidora pública municipal ocupante de cargo de provimento em comissão e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapécó, em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de acordo com o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapécó, de acordo com art. nº 86 e Lei Complementar nº 130/2001,

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica exonerada, a partir de 25 de abril de 2018, a servidora pública municipal SILVANA BATISTA, ocupante do cargo de provimento em comissão de Assistente de Diretoria e Gerência.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapécó, Estado de Santa Catarina,  
em 26 de abril de 2018.  
LUCIANO JOSÉ BULIGON  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº. 35.382, DE 26 DE ABRIL DE 2018.

Publicação Nº 1608238

DECRETO Nº. 35.382, DE 26 DE ABRIL DE 2018.  
Dispõe sobre a criação do Comitê de Desburocratização e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapécó, em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de acordo com o inciso

IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapécó,

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica criado o Comitê de Desburocratização dentro do Programa Cidade Empreendedora, composta pelos seguintes servidores públicos municipais:

I - ARTHUR BADALOTTI SMANIOTTO - representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo;

II - MAURÍCIO LISE DA ROCHA - representante da Secretaria de Desenvolvimento Urbano;

III - RICARDO FERREIRA - representante da Secretaria de Saúde;  
IV - JONAS CAPRE GONÇALVES - representante da Secretaria de Fazenda;

V - FÁBIO FRANCESCHETTO - representante do setor de Tecnologia da Informação.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapécó, Estado de Santa Catarina,  
em 26 de abril de 2018.  
LUCIANO JOSÉ BULIGON  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº. 35.383, DE 26 DE ABRIL DE 2018.

Publicação Nº 1608240

DECRETO Nº. 35.383, DE 26 DE ABRIL DE 2018.  
Dispõe sobre alteração de dispositivo do Decreto nº. 34.967, de 10 de janeiro de 2018 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapécó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica Municipal,

#### DECRETA :

Art. 1º. O inciso VIII do artigo 2º do Decreto nº. 34.967, de 10 de janeiro de 2018, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º. ....

[...]

VIII - LEONARDO PIVA - Arquiteto e Urbanista."

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapécó, Estado de Santa Catarina,  
em 26 de abril de 2018.  
LUCIANO JOSÉ BULIGON  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº. 35.384, DE 26 DE ABRIL DE 2018.

Publicação Nº 1608241

DECRETO Nº. 35.384, DE 26 DE ABRIL DE 2018.  
Dispõe sobre alteração de dispositivos do Decreto nº. 30.535, de 30 de março de 2015, que dispõe sobre a nomeação dos membros do Conselho da Cidade de Chapécó - CONCIDADE de Chapécó e dá outras providências.



O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV, do art. 77 da Lei Orgânica Municipal,

#### DECRETA

Art. 1º. As alíneas "e", "g" e "l" do inciso II do artigo 1º do Decreto nº. 30.535, de 30 de março de 2015, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º. ....

II - .....

e) Titular: MAURÍCIO LISE DA ROCHA;

[...]

g) Titular: SUZANA FREITAG MIGOTT COLONHEZE;

[...]

l) Suplente: CLAUDIA REGINA DILLMANN;"

Art. 2º. A alínea "d" do inciso IV do artigo 1º do Decreto nº. 30.535, de 30 de março de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º. ....

VI - .....

d) Suplente: LIRIO SANAGIOTTO;"

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,  
em 26 de abril de 2018.  
LUCIANO JOSÉ BULIGON  
Prefeito Municipal

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 037/2018

Publicação Nº 1608475

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 037/2018

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber:

I. Ficam CONVOCADOS, para tomar posse, no respectivo cargo, junto a Diretoria de Gestão de Pessoal da Prefeitura Municipal de Chapecó, sito à Avenida Getúlio Vargas nº 957-S, os candidatos abaixo, conforme se especifica a seguir:

EDITAL DE CONVOCAÇÃO CONCURSO Nº 001/2014		
CARGO: TECNICO EM ENFERMAGEM		
Nº CLASSIFICAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	NOME
27º	1032	RENILCE LUIZA MASSING
28º	1315	CLAUDIA LUCIA BAPTISTA

II. Em caso de não comparecimento do candidato convocado no prazo de 30 (tinta) dias a contar da data de publicação deste edital, este perderá o direito a vaga;

III. A contratação dar-se-á nas condições da legislação específica;

IV. Este edital de convocação entrará em vigor na data de sua publicação.

V. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Chapecó (SC), em 27 de abril de 2018.

LUCIANO JOSE BULIGON

Prefeito Municipal

#### LEI Nº. 7.136, DE 27 DE ABRIL DE 2018.

Publicação Nº 1608242

LEI Nº. 7.136, DE 27 DE ABRIL DE 2018.

Torna pública a Lista de Medicamentos disponíveis nas farmácias da Rede Municipal de Saúde no Município de Chapecó dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Chapecó aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º O Poder Executivo Municipal de Chapecó, tornará pública a Lista de Medicamentos disponíveis nas farmácias da rede municipal de saúde.

Art. 2º A formalização desta publicidade será no sítio eletrônico oficial da Prefeitura Municipal de Chapecó, com replicação no Portal da Transparência e nos murais das respectivas farmácias.

Art.3º (VETADO).

Art. 4º Caberá ao Executivo Municipal regulamentar a presente Lei naquilo que lhe couber.

Art. 5º Esta lei entrará, em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,  
em 27 de abril de 2018.  
LUCIANO JOSÉ BULIGON  
Prefeito Municipal

# Cocal do Sul

## PREFEITURA

### DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 167/PMCS/2018 (CHAMAMENTO PÚBLICO)

Publicação Nº 1608918

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL  
AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 213/PMCS/2018

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 167/PMCS/2018 (CHAMAMENTO PÚBLICO)

Objeto: Chamamento público destinado a selecionar organização da sociedade civil sem fins lucrativos para firmar parceria, em regime de mútua cooperação, que envolva transferência de recursos financeiros no valor de até R\$30.000,00 por meio de Termo de Fomento, cujo objetivo é a seleção de 1 (uma) proposta para a consecução de atividade esportiva que promova o desenvolvimento cultural social e recreativo, buscando a integração com a comunidade de Cocal do Sul, através da modalidade de futebol de campo. Recebimento dos envelopes: Até às 16h30min do dia 01/06/2018. Abertura: Dia 04/06/2018, às 09h30min.

Informações complementares: O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no site [www.cocaldosul.sc.gov.br](http://www.cocaldosul.sc.gov.br), link "Licitações", na pasta do referido processo. Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, situada na Av. Dr. Polidoro Santiago, nº 519, de 2ª a 6ª feira, das 07h30min às 13h00min, pelo telefone (48) 3444-6006 ou pelo e-mail [licitacao@cocaldosul.sc.gov.br](mailto:licitacao@cocaldosul.sc.gov.br).

Cocal do Sul, 02 de maio de 2018.

ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

### DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 169/PMCS/2018 (CHAMAMENTO PÚBLICO)

Publicação Nº 1608919

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL  
AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 215/PMCS/2018

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 169/PMCS/2018 (CHAMAMENTO PÚBLICO)

Objeto: Chamamento público destinado a selecionar organização da sociedade civil sem fins lucrativos para firmar parceria, em regime de mútua cooperação, que envolva transferência de recursos financeiros no valor de até R\$40.000,00 por meio de Termo de Fomento, cujo objetivo é a seleção de 1 (uma) proposta para a consecução de atividade esportiva que promova o desenvolvimento cultural social e recreativo, buscando a integração com a comunidade de Cocal do Sul, através da modalidade de Karatê. Recebimento dos envelopes: Até às 16h30min do dia 01/06/2018. Abertura: Dia 04/06/2018, às 14h30min.

Informações complementares: O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no site [www.cocaldosul.sc.gov.br](http://www.cocaldosul.sc.gov.br), link "Licitações", na pasta do referido processo. Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, situada na Av. Dr. Polidoro Santiago, nº 519, de 2ª a 6ª feira, das 07h30min às 13h00min, pelo telefone (48) 3444-6006 ou pelo e-mail [licitacao@cocaldosul.sc.gov.br](mailto:licitacao@cocaldosul.sc.gov.br).

Cocal do Sul, 02 de maio de 2018.

ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

### LEI N. 1.402

Publicação Nº 1608227

LEI N. 1.402, de 30 de abril de 2018.

AUTORIZA A TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS FINANCEIROS AO HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DE URUSSANGA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Eu, ADEMIR MAGAGNIN, Prefeito Municipal de Cocal do Sul. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º É o chefe do Poder Executivo, autorizado a transferir recursos financeiros no valor de R\$ 24.650,00 (vinte e quatro mil seiscentos e cinquenta reais) mensais, totalizando R\$ 295.800,00 (duzentos e noventa e cinco mil e oitocentos reais) ao HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ nº 86.531.803/0001-98, com sede no município de Urussanga/SC.

Art. 2º A contribuição financeira de que trata o artigo anterior será destinada para manutenção dos serviços em pronto atendimento, sobreaviso e correlatos, para garantir o atendimento à população do Município de Cocal do Sul.

Art. 3º Para viabilização da presente Lei, fica o Município de Cocal do Sul autorizado a celebrar Termo de Convênio, fixando critérios de aplicação dos recursos e respectiva prestação de contas. Parágrafo único. O presidente da entidade será responsável pelos recursos repassados, devendo aplicá-los de conformidade com o estabelecido nesta lei e no Termo de Convênio.

Art. 4º As despesas decorrentes desta lei correm por conta da seguinte dotação:

Órgão: 11

Projeto/atividade: 2.022 – Manutenção do Programa de Média e Alta Complexidade – MAC.

Dotação: 3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.02.0002 – Transferências à Instituições Financeiras sem fins lucrativos.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação e seus efeitos retroagem a 1º de janeiro de 2018.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 30 de abril de 2018.

ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

CLEIDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e  
Finanças Públicas

# Concórdia

## PREFEITURA

### ADENDO 01 AO EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2018 - FMEC

Publicação Nº 1608131

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC  
ADENDO 01 AO EDITAL  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2018 FMEC

A Fundação Municipal de Esportes de Concórdia, SC, por intermédio do Superintendente, leva ao conhecimento dos interessados que o edital de licitação em referência, cujo objeto é: Registro de preços para aquisição de materiais esportivos para desenvolvimento das atividades da Fundação de Esportes, sofreu alterações. O prazo para encaminhamento das propostas fica alterado para 16 de maio de 2018, às 08h15min, sendo que a abertura da licitação será no dia 16 de maio de 2018, às 08h30min.

Informações complementares: o Edital e a alteração em questão, em inteiro teor, estão à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo telefone (49) 3441-2205.

Concórdia, SC, 30 de abril de 2018.

GIL ARTIFON  
Superintendente da FMEC

### AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 54/2018 – PMC OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

Publicação Nº 1608542

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 54/2018 – PMC  
Obras e Serviços de Engenharia

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviço de levantamentos topográficos, planialtimétrico, cadastral e georeferenciado da área localizada entre as Ruas Vitor Sopelsa e Horácio Sandi, localizadas no bairro Parque de Exposições, neste município, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Tipo: Menor Preço Global

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 15/05/2018.

Abertura: dia 16/05/2018 às 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2160.

Concórdia, SC, 27 de abril de 2018.

DANIEL FAGANELLO  
Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

### AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 53/2018 – PMC

Publicação Nº 1608132

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 53/2018 – PMC

Objeto: Aquisição de hortifrutigranjeiros visando o preparo da merenda nas Escolas da Rede Pública Municipal de Ensino - EBMs, em conformidade com o Programa Nacional de Alimentação Escolar PNAE/PNAC, para o período de maio a agosto de 2018, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Tipo: Menor Preço Global

Recebimento das propostas: até as 10h00min do dia 16/05/2018.

Abertura: dia 16/05/2018 às 14h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2164.

Concórdia, SC, 28 de abril de 2018.

NEURI COMIN  
Secretário Municipal de Educação

### AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 7/2018 – FMS

Publicação Nº 1608519

FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 7/2018 – FMS

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de emissão de bilhetes de passagens terrestres, mediante empresa que possua registro junto ao DETER/SC, para itinerário Concórdia-Florianópolis e Florianópolis-Concórdia, para transporte de pacientes que realizam Tratamento Fora do Domicílio (TFD), conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Tipo: Menor Preço Global

Recebimento das propostas: até as 10h00min do dia 15/05/2018.

Abertura: dia 15/05/2018 às 14h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2164.

Concórdia, SC, 30 de abril de 2018.

SIDINEI DE CASTRO SCHMIDT  
Gestor do FMS

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 272/2018**

Publicação Nº 1608434

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 272/2018

ESPÉCIE: Contrato de trabalho, entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Diretora de Recursos Humanos, senhora Márcia Roseli Cordeiro de Souza da Silva e o(a) funcionário(a) ALDETE GASPARETTO inscrito(a) no CPF sob nº 776.085.429-34, no cargo de Professor ACT, nível 10.12 - 20 horas semanais, por prazo determinado.

VALOR: O(a) funcionário(a) receberá, mensalmente, o vencimento equivalente a R\$ 1.481,81 (um mil, quatrocentos e oitenta e um reais e oitenta e um centavos).

PRAZO: 01/03/2018 a 18/12/2018.

DATA DA ASSINATURA: 01 de março de 2018.

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 273/2018**

Publicação Nº 1608435

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 273/2018

ESPÉCIE: Contrato de trabalho, entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Diretora de Recursos Humanos, senhora Márcia Roseli Cordeiro de Souza da Silva e o(a) funcionário(a) JANE CATARINA GRANDO TAPIA inscrito(a) no CPF sob nº 794.278.129-15, no cargo de Professor ACT, nível 10.12 - 20 horas semanais, por prazo determinado.

VALOR: O(a) funcionário(a) receberá, mensalmente, o vencimento equivalente a R\$ 1.481,81 (um mil, quatrocentos e oitenta e um reais e oitenta e um centavos).

PRAZO: 01/03/2018 a 30/06/2018.

DATA DA ASSINATURA: 01 de março de 2018.

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 274/2018**

Publicação Nº 1608436

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 274/2018

ESPÉCIE: Contrato de trabalho, entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Diretora de Recursos Humanos, senhora Márcia Roseli Cordeiro de Souza da Silva e o(a) funcionário(a) KELEN MUNARETTO inscrito(a) no CPF sob nº 067.536.299-71, no cargo de Professor ACT, nível 10.10 - 40 horas semanais, por prazo determinado.

VALOR: O(a) funcionário(a) receberá, mensalmente, o vencimento equivalente a R\$ 2.517,36 (dois mil, quinhentos e dezessete reais e trinta e seis centavos).

PRAZO: 01/03/2018 a 18/12/2018.

DATA DA ASSINATURA: 01 de março de 2018.

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 275/2018**

Publicação Nº 1608438

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 275/2018

ESPÉCIE: Contrato de trabalho, entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Diretora de Recursos Humanos, senhora Márcia Roseli Cordeiro de Souza da Silva e o(a) funcionário(a) EMERSON RODRIGO KOCH inscrito(a) no CPF sob nº 020.414.859-65, no cargo de Professor ACT, nível 10.12 - 20 horas semanais, por prazo determinado.

VALOR: O(a) funcionário(a) receberá, mensalmente, o vencimento equivalente a R\$ 1.481,81 (um mil, quatrocentos e oitenta e um reais e oitenta e um centavos).

PRAZO: 01/03/2018 a 18/12/2018.

DATA DA ASSINATURA: 01 de março de 2018.

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 276/2018**

Publicação Nº 1608439

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 276/2018

ESPÉCIE: Contrato de trabalho, entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Diretora de Recursos Humanos, senhora Márcia Roseli Cordeiro de Souza da Silva e o(a) funcionário(a) ELOISA REGINA ESSING BARBOZA inscrito(a) no CPF sob nº 048.075.849-28, no cargo de Professor ACT, nível 10.12 - 40 horas semanais, por prazo determinado.

VALOR: O(a) funcionário(a) receberá, mensalmente, o vencimento equivalente a R\$ 2.963,62 (dois mil, novecentos e sessenta e três reais e sessenta e dois centavos).

PRAZO: 01/03/2018 a 31/12/2018.

DATA DA ASSINATURA: 01 de março de 2018.

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 277/2018**

Publicação Nº 1608440

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 277/2018

ESPÉCIE: Contrato de trabalho, entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Diretora de Recursos Humanos, senhora Márcia Roseli Cordeiro de Souza da Silva e o(a) funcionário(a) ROSEMAR BOTEGA FABRIS inscrito(a) no CPF sob nº 059.544.419-95, no cargo de Professor ACT, nível 10.12 - 20 horas semanais, por prazo determinado.

VALOR: O(a) funcionário(a) receberá, mensalmente, o vencimento equivalente a R\$ 1.481,81 (um mil, quatrocentos e oitenta e um reais e oitenta e um centavos).

PRAZO: 01/03/2018 a 18/12/2018.

DATA DA ASSINATURA: 01 de março de 2018.

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 278/2018**

Publicação Nº 1608443

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 278/2018

ESPÉCIE: Contrato de trabalho, entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Diretora de Recursos Humanos, senhora Márcia Roseli Cordeiro de Souza da Silva e o(a) funcionário(a) EMANUELLE CHRISTINA NEUHAUSER inscrito(a) no CPF sob nº 030.263.099-66, no cargo de Professor ACT, nível 10.12 - 20 horas semanais, por prazo determinado.

VALOR: O(a) funcionário(a) receberá, mensalmente, o vencimento equivalente a R\$ 1.481,81 (um mil, quatrocentos e oitenta e um reais e oitenta e um centavos).

PRAZO: 01/03/2018 a 18/12/2018.

DATA DA ASSINATURA: 01 de março de 2018.

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 279/2018**

Publicação Nº 1608444

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 279/2018

ESPÉCIE: Contrato de trabalho, entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Diretora de Recursos Humanos, senhora Márcia Roseli Cordeiro de Souza da Silva e o(a) funcionário(a) SHEILA RUTH VOLTOLINI inscrito(a) no CPF sob nº 077.985.249-40, no cargo de Médico, nível 11-20-GEA1 - 20 horas semanais, por prazo determinado.

VALOR: O(a) funcionário(a) receberá, mensalmente, o vencimento equivalente a R\$ 4.307,42 (quatro mil, trezentos e sete reais e quarenta e dois centavos).

PRAZO: 01/03/2018 a 28/08/2018.

DATA DA ASSINATURA: 01 de março de 2018.

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 280/2018**

Publicação Nº 1608448

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 280/2018

ESPÉCIE: Contrato de trabalho, entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Diretora de Recursos Humanos, senhora Márcia Roseli Cordeiro de Souza da Silva e o(a) funcionário(a) MARLENI TEREZINHA VOGT inscrito(a) no CPF sob nº 027.929.039-02, no cargo de Professor ACT, nível 10.12 - 20 horas semanais, por prazo determinado.

VALOR: O(a) funcionário(a) receberá, mensalmente, o vencimento equivalente a R\$ 1.481,81 (um mil, quatrocentos e oitenta e um reais e oitenta e um centavos).

PRAZO: 01/03/2018 a 31/12/2018.

DATA DA ASSINATURA: 01 de março de 2018.

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 281/2018**

Publicação Nº 1608450

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 281/2018

ESPÉCIE: Contrato de trabalho, entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Diretora de Recursos Humanos, senhora Márcia Roseli Cordeiro de Souza da Silva e o(a) funcionário(a) LUCIANA FIORENTIN SBARAINI inscrito(a) no CPF sob nº 031.221.469-32, no cargo de Professor ACT, nível 10.12 - 40 horas semanais, por prazo determinado.

VALOR: O(a) funcionário(a) receberá, mensalmente, o vencimento equivalente a R\$ 2.963,62 (dois mil, novecentos e sessenta e três reais e sessenta e dois centavos).

PRAZO: 01/03/2018 a 31/12/2018.

DATA DA ASSINATURA: 01 de março de 2018.

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 282/2018**

Publicação Nº 1608451

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 282/2018

ESPÉCIE: Contrato de trabalho, entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Diretora de Recursos Humanos, senhora Márcia Roseli Cordeiro de Souza da Silva e o(a) funcionário(a) SILVANA PIRES DE MATOS inscrito(a) no CPF sob nº 031.123.750-92, no cargo de Professor ACT, nível 10.12 - 20 horas semanais, por prazo determinado.

VALOR: O(a) funcionário(a) receberá, mensalmente, o vencimento equivalente a R\$ 1.481,81 (um mil, quatrocentos e oitenta e um reais e oitenta e um centavos).

PRAZO: 01/03/2018 a 18/12/2018.

DATA DA ASSINATURA: 01 de março de 2018.

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 283/2018**

Publicação Nº 1608453

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 283/2018

ESPÉCIE: Contrato de trabalho, entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Diretora de Recursos Humanos, senhora Márcia Roseli Cordeiro de Souza da Silva e o(a) funcionário(a) LEILA NUBIA ALTHAUS inscrito(a) no CPF sob nº 039.276.459-82, no cargo de Professor ACT, nível 10.12 - 40 horas semanais, por prazo determinado.

VALOR: O(a) funcionário(a) receberá, mensalmente, o vencimento equivalente a R\$ 2.963,62 (dois mil, novecentos e sessenta e três reais e sessenta e dois centavos).

PRAZO: 01/03/2018 a 18/12/2018.

DATA DA ASSINATURA: 01 de março de 2018.



**EXTRATO DE CONTRATO Nº 284/2018**

Publicação Nº 1608457

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 284/2018

ESPÉCIE: Contrato de trabalho, entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Diretora de Recursos Humanos, senhora Márcia Roseli Cordeiro de Souza da Silva e o(a) funcionário(a) MARJORIE TESSIE SOZO inscrito(a) no CPF sob nº 063.544.139-08, no cargo de Professor ACT, nível 10.12 - 20 horas semanais, por prazo determinado.

VALOR: O(a) funcionário(a) receberá, mensalmente, o vencimento equivalente a R\$ 1.481,81 (um mil, quatrocentos e oitenta e um reais e oitenta e um centavos).

PRAZO: 01/03/2018 a 18/12/2018.

DATA DA ASSINATURA: 01 de março de 2018.

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 285/2018**

Publicação Nº 1608458

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 285/2018

ESPÉCIE: Contrato de trabalho, entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Diretora de Recursos Humanos, senhora Márcia Roseli Cordeiro de Souza da Silva e o(a) funcionário(a) SOLANGE PIAZENTINI inscrito(a) no CPF sob nº 059.688.849-08, no cargo de Professor ACT, nível 10.10 - 30 horas semanais, por prazo determinado.

VALOR: O(a) funcionário(a) receberá, mensalmente, o vencimento equivalente a R\$ 1.888,00 (um mil, oitocentos e oitenta e oito reais).

PRAZO: 01/03/2018 a 18/12/2018.

DATA DA ASSINATURA: 01 de março de 2018.

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 286/2018**

Publicação Nº 1608461

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 286/2018

ESPÉCIE: Contrato de trabalho, entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Diretora de Recursos Humanos, senhora Márcia Roseli Cordeiro de Souza da Silva e o(a) funcionário(a) MARGARIDA KRUSE inscrito(a) no CPF sob nº 542.492.609-68, no cargo de Professor ACT, nível 10.10 - 40 horas semanais, por prazo determinado.

VALOR: O(a) funcionário(a) receberá, mensalmente, o vencimento equivalente a R\$ 2.517,36 (dois mil, quinhentos e dezessete reais e trinta e seis centavos).

PRAZO: 01/03/2018 a 18/12/2018.

DATA DA ASSINATURA: 01 de março de 2018.

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 287/2018**

Publicação Nº 1608463

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 287/2018

ESPÉCIE: Contrato de trabalho, entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Diretora de Recursos Humanos, senhora Márcia Roseli Cordeiro de Souza da Silva e o(a) funcionário(a) DIANES CRISTINA FRIGO inscrito(a) no CPF sob nº 085.322.979-19, no cargo de Professor ACT, nível 10.12 - 20 horas semanais, por prazo determinado.

VALOR: O(a) funcionário(a) receberá, mensalmente, o vencimento equivalente a R\$ 1.481,81 (um mil, quatrocentos e oitenta e um reais e oitenta e um centavos).

PRAZO: 01/03/2018 a 18/12/2018.

DATA DA ASSINATURA: 01 de março de 2018.

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 288/2018**

Publicação Nº 1608468

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 288/2018

ESPÉCIE: Contrato de trabalho, entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Diretora de Recursos Humanos, senhora Márcia Roseli Cordeiro de Souza da Silva e o(a) funcionário(a) EDINAURA NOSSAL inscrito(a) no CPF sob nº 045.219.599-38, no cargo de Professor ACT, nível 10.12 - 30 horas semanais, por prazo determinado.

VALOR: O(a) funcionário(a) receberá, mensalmente, o vencimento equivalente a R\$ 2.222,70 (dois mil, duzentos e vinte e dois reais e setenta centavos).

PRAZO: 05/03/2018 a 18/12/2018.

DATA DA ASSINATURA: 05 de março de 2018.

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 289/2018**

Publicação Nº 1608471

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 289/2018

ESPÉCIE: Contrato de trabalho, entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Diretora de Recursos Humanos, senhora Márcia Roseli Cordeiro de Souza da Silva e o(a) funcionário(a) TAIS REGINA DEITOS inscrito(a) no CPF sob nº 067.934.469-16, no cargo de Professor ACT, nível 10.10 - 40 horas semanais, por prazo determinado.

VALOR: O(a) funcionário(a) receberá, mensalmente, o vencimento equivalente a R\$ 2.517,36 (dois mil, quinhentos e dezessete reais e trinta e seis centavos).

PRAZO: 05/03/2018 a 18/12/2018.

DATA DA ASSINATURA: 05 de março de 2018.

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 290/2018**

Publicação Nº 1608474

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 290/2018

ESPÉCIE: Contrato de trabalho, entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Diretora de Recursos Humanos, senhora Márcia Roseli Cordeiro de Souza da Silva e o(a) funcionário(a) CRISTIANE BRUNETTO inscrito(a) no CPF sob nº 048.051.779-77, no cargo de Professor ACT, nível 10.12 - 30 horas semanais, por prazo determinado.

VALOR: O(a) funcionário(a) receberá, mensalmente, o vencimento equivalente a R\$ 2.222,70 (dois mil, duzentos e vinte e dois reais).

PRAZO: 05/03/2018 a 18/12/2018.

DATA DA ASSINATURA: 05 de março de 2018.

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 291/2018**

Publicação Nº 1608477

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 291/2018

ESPÉCIE: Contrato de trabalho, entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Diretora de Recursos Humanos, senhora Márcia Roseli Cordeiro de Souza da Silva e o(a) funcionário(a) FERNANDA DE CARVALHO BISOLLO inscrito(a) no CPF sob nº 053.982.339-20, no cargo de Professor ACT, nível 10.12 - 20 horas semanais, por prazo determinado.

VALOR: O(a) funcionário(a) receberá, mensalmente, o vencimento equivalente a R\$ 1.481,81 (um mil, quatrocentos e oitenta e um reais e oitenta e um centavos).

PRAZO: 05/03/2018 a 18/12/2018.

DATA DA ASSINATURA: 05 de março de 2018.

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 292/2018**

Publicação Nº 1608479

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 292/2018

ESPÉCIE: Contrato de trabalho, entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Diretora de Recursos Humanos, senhora Márcia Roseli Cordeiro de Souza da Silva e o(a) funcionário(a) SAIONARA APARECIDA CARDOSO inscrito(a) no CPF sob nº 044.776.299-07, no cargo de Professor ACT, nível 10.10 - 40 horas semanais, por prazo determinado.

VALOR: O(a) funcionário(a) receberá, mensalmente, o vencimento equivalente a R\$ 2.517,36 (dois mil, quinhentos e dezessete reais e trinta e seis centavos).

PRAZO: 12/03/2018 a 18/12/2018.

DATA DA ASSINATURA: 12 de março de 2018.

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 293/2018**

Publicação Nº 1608527

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 293/2018

ESPÉCIE: Contrato de trabalho, entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Diretora de Recursos Humanos, senhora Márcia Roseli Cordeiro de Souza da Silva e o(a) funcionário(a) HELENA MARIA DA COSTA SANTIN inscrito(a) no CPF sob nº 886.695.139-00, no cargo de Professor ACT, nível 10.12 - 20 horas semanais, por prazo determinado.

VALOR: O(a) funcionário(a) receberá, mensalmente, o vencimento equivalente a R\$ 1.481,81 (um mil, quatrocentos e oitenta e um reais e oitenta e um centavos).

PRAZO: 12/03/2018 a 30/06/2018.

DATA DA ASSINATURA: 12 de março de 2018.

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 294/2018**

Publicação Nº 1608528

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 294/2018

ESPÉCIE: Contrato de trabalho, entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Diretora de Recursos Humanos, senhora Márcia Roseli Cordeiro de Souza da Silva e o(a) funcionário(a) ELISANGELA MARTA DA SILVA inscrito(a) no CPF sob nº 025.468.719-94, no cargo de Professor ACT, nível 10.10 - 20 horas semanais, por prazo determinado.

VALOR: O(a) funcionário(a) receberá, mensalmente, o vencimento equivalente a R\$ 1.258,67 (um mil, duzentos e cinquenta e oito reais e sessenta e sete centavos).

PRAZO: 12/03/2018 a 18/12/2018.

DATA DA ASSINATURA: 12 de março de 2018.

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 295/2018**

Publicação Nº 1608529

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 295/2018

ESPÉCIE: Contrato de trabalho, entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Diretora de Recursos Humanos, senhora Márcia Roseli Cordeiro de Souza da Silva e o(a) funcionário(a) GRACIELE GROSS DE FREITAS inscrito(a) no CPF sob nº 033.969.699-01, no cargo de Professor ACT, nível 10.12 - 20 horas semanais, por prazo determinado.

VALOR: O(a) funcionário(a) receberá, mensalmente, o vencimento equivalente a R\$ 1.481,81 (um mil, quatrocentos e oitenta e um reais e oitenta e um centavos).

PRAZO: 12/03/2018 a 18/12/2018.

DATA DA ASSINATURA: 12 de março de 2018.

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 296/2018**

Publicação Nº 1608532

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 296/2018

ESPÉCIE: Contrato de trabalho, entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Diretora de Recursos Humanos, senhora Márcia Roseli Cordeiro de Souza da Silva e o(a) funcionário(a) SIRLEI REGINATO PERIN inscrito(a) no CPF sob nº 023.399.019-44, no cargo de Professor ACT, nível 10.12 - 20 horas semanais, por prazo determinado.

VALOR: O(a) funcionário(a) receberá, mensalmente, o vencimento equivalente a R\$ 1.481,81 (um mil, quatrocentos e oitenta e um reais e oitenta e um centavos).

PRAZO: 12/03/2018 a 31/12/2018.

DATA DA ASSINATURA: 12 de março de 2018.

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 297/2018**

Publicação Nº 1608535

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 297/2018

ESPÉCIE: Contrato de trabalho, entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Diretora de Recursos Humanos, senhora Márcia Roseli Cordeiro de Souza da Silva e o(a) funcionário(a) ELAINI ROTHMANN BOTEGA inscrito(a) no CPF sob nº 040.789.239-76, no cargo de Professor ACT, nível 10.12 - 40 horas semanais, por prazo determinado.

VALOR: O(a) funcionário(a) receberá, mensalmente, o vencimento equivalente a R\$ 2.963,62 (dois mil, novecentos e sessenta e três reais e sessenta e dois centavos).

PRAZO: 12/03/2018 a 31/12/2018.

DATA DA ASSINATURA: 12 de março de 2018.

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 298/2018**

Publicação Nº 1608537

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 298/2018

ESPÉCIE: Contrato de trabalho, entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Diretora de Recursos Humanos, senhora Márcia Roseli Cordeiro de Souza da Silva e o(a) funcionário(a) EDILCE APARECIDA CAMARGO PERKA inscrito(a) no CPF sob nº 035.379.389-26, no cargo de Professor ACT, nível 10.12 - 40 horas semanais, por prazo determinado.

VALOR: O(a) funcionário(a) receberá, mensalmente, o vencimento equivalente a R\$ 2.963,62 (dois mil, novecentos e sessenta e três reais e sessenta e dois centavos).

PRAZO: 12/03/2018 a 31/12/2018.

DATA DA ASSINATURA: 12 de março de 2018.

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 299/2018**

Publicação Nº 1608538

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 299/2018

ESPÉCIE: Contrato de trabalho, entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Diretora de Recursos Humanos, senhora Márcia Roseli Cordeiro de Souza da Silva e o(a) funcionário(a) DARLAN FERRI inscrito(a) no CPF sob nº 818.773.317-91, no cargo de Professor ACT, nível 10.12 - 40 horas semanais, por prazo determinado.

VALOR: O(a) funcionário(a) receberá, mensalmente, o vencimento equivalente a R\$ 2.963,62 (dois mil, novecentos e sessenta e três reais e sessenta e dois centavos).

PRAZO: 19/03/2018 a 18/12/2018.

DATA DA ASSINATURA: 19 de março de 2018.

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 300/2018**

Publicação Nº 1608540

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 300/2018

ESPÉCIE: Contrato de trabalho, entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Diretora de Recursos Humanos, senhora Márcia Roseli Cordeiro de Souza da Silva e o(a) funcionário(a) ANA JULIA FORCHESATO inscrito(a) no CPF sob nº 982.578.030-49, no cargo de Professor ACT, nível 10.12 - 30 horas semanais, por prazo determinado.

VALOR: O(a) funcionário(a) receberá, mensalmente, o vencimento equivalente a R\$ 2.222,70 (dois mil, duzentos e vinte e dois reais e setenta centavos).

PRAZO: 19/03/2018 a 18/12/2018.

DATA DA ASSINATURA: 19 de março de 2018.

**EXTRATO DO RESULTADO DA SESSÃO DE CLASSIFICAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 4/2018 – PMC**

Publicação Nº 1608642

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
TOMADA DE PREÇOS Nº 4/2018-PMC

Objeto: Contratação de empresa do ramo de construção e/ou engenharia civil, para execução de obra de reforma, em regime de empreitada por preço unitário (material e mão de obra), do piso do Centro Esportivo Tancredo de Almeida Neves (Tancredão) do Parque de Exposições.

EXTRATO DO RESULTADO DA SESSÃO DE CLASSIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto no §1º, artigo 109, da Lei Federal nº 8.666/1993, e posteriores alterações, torna-se público o resultado do julgamento da fase de classificação da licitação em epígrafe, na seguinte conformidade: Foi aberta a sessão pública pela Presidente da Comissão, sendo que os envelopes contendo as propostas de preço foram minuciosamente examinados pelos membros da comissão, os quais constataram que os mesmos estavam intactos. Assim procedeu-se sua abertura, sendo que as propostas foram

conferidas e rubricadas pelos membros da Comissão e representante legal presente, constatando que as licitantes atenderam aos requisitos constantes no subitem 6.1 do Instrumento Convocatório. Por conseguinte foi apurada a seguinte classificação: a licitante COPAG CONSTRUTORA E INCORPORADORA EIRELI ME sagrou-se vencedora com o menor preço global de R\$146.420,18 (cento e quarenta e seis mil, quatrocentos e vinte reais e vinte e dezoito centavos); a licitante MATHEUS SPRICIGO EPP ficou em segundo lugar com o menor preço global de R\$158.576,37 (cento e cinquenta e oito mil, quinhentos e setenta e seis reais e trinta e sete centavos) e a licitante RSCON ASSESSORIA E SERVIÇOS LTDA EPP ficou em terceiro lugar com o menor preço global de R\$171.782,70 (cento e setenta e um mil, setecentos e oitenta e dois reais e setenta centavos). Destaca-se que a proposta da empresa RSCON ASSESSORIA E SERVIÇOS LTDA EPP foi desclassificada por não apresentar o disposto no item 6, alínea f do edital: "Percentual e composição correspondente ao BDI – Benefício (ou Bonificação) e Despesas Indiretas do orçamento proposto pela licitante, em algarismos e por extenso". Ressalva-se que o preço cotado pela licitante vencedora ficou abaixo do preço máximo estipulado no item 9.1 do Edital. Importante reforçar que será verificada a conformidade da planilha apresentada pela licitante vencedora. Em razão da ausência do representante legal das licitantes COPAG CONSTRUTORA E INCORPORADORA EIRELI ME, MATHEUS SPRICIGO EPP e RSCON ASSESSORIA E SERVIÇOS LTDA EPP o resultado da presente licitação será publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC, através do site [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), em cumprimento ao disposto no § 1º do artigo 109 da Lei Federal nº 8.666/1993. Caso não haja o encaminhamento do termo de renúncia da fase de classificação pela licitante, conta-se o prazo recursal de 5 (cinco) dias úteis, previsto no artigo 109, inciso I, alínea "a", do citado diploma legal, da data de veiculação da publicação. Caso haja o encaminhamento, o processo seguirá seu curso, procedendo-se a adjudicação e posterior homologação.

Concórdia, SC, 30 de abril de 2018.  
CAMILA CRISTINA M. V. NOGUEIRA  
Presidente da CPL

## **SEGUNDO TERMO ADITIVO AO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 001/2017 - FIA**

Publicação Nº 1608125

Termo nº 01/2018  
Processo nº 15430/2017

### **SEGUNDO TERMO ADITIVO AO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 001/2017**

Aos trinta dias do mês de abril de 2018, o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, pelo FUNDO MUNICIPAL DA INFANCIA E ADOLESCÊNCIA, inscrito no CNPJ sob nº 17.827.393/0001-04, neste ato representado pelo sua Gestora, senhora DENISE JUSTI LOPES, doravante denominado FUNDO MUNICIPAL e a EQUIPE CO-GESTORA DO PARQUE ESTADUAL FRITZ PLAUMANN, inscrita no CNPJ sob nº 08.722.809/0001-39, com sede na Comunidade de Sede Brum s/n, neste ato representada pela seu Presidente, senhor RAFAEL LEÃO, inscrito no CPF sob nº 052.049.229-38, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominada PARTÍCIPE, ajustam celebrar o presente Termo Aditivo ao Termo de Colaboração nº 01/2017, firmado em 25 de setembro de 2017, com fundamento na Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e alterações, Decreto Municipal nº 6.183 de 06 de abril de 2017, Lei Municipal nº 4.970 de 23 de junho de 2017, conforme procedimentos documentados no processo administrativo nº 8625/2017, sujeitando-se, no que couber, às normas das Leis Federais nºs. 13.019/2014, de 31 de julho de 2014 e alterações e Decreto Municipal nº 6.183 de 06 de abril de 2017, bem como das cláusulas e condições seguintes:

### **CLÁUSULA PRIMEIRA:**

Fica alterada a data de vigência do presente termo de fomento: de "31 de maio de 2018", para: "30 de julho de 2018", constante na Cláusula Quinta – Do Prazo de Vigência e Prorrogação.

### **CLÁUSULA SEGUNDA:**

Ratificadas as demais cláusulas e condições do Termo ora aditado.

E, por estarem justos e acertados, firmam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual forma e teor, perante as testemunhas abaixo.

Concórdia/SC, 30 de abril de 2018.

DENISE JUSTI LOPES Gestora	RAFAEL LEÃO Presidente da Equipe Co-gestora do Parque Estadual Fritz Plaumann
Testemunhas: 1. Nome: CPF:	2. Nome: CPF:

# Coronel Freitas

## PREFEITURA

### DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 19/2018

Publicação Nº 1608549

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

#### DISPENSA DE LICITAÇÃO

Dispensa de Licitação Nº 19/2018.

Contratado: RENATO SIQUEIRA.

Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA MERENDA ESCOLAR.

Vigência: 31/12/2018.

Fundamento Legal: Lei 11947/2009

Art. 14. Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas.

Coronel Freitas (SC) 30 de abril de 2018.

IZEU JONAS TOZETTO

Prefeito Municipal

### DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 20/2018

Publicação Nº 1608668

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

#### DISPENSA DE LICITAÇÃO

Dispensa de Licitação Nº 20/2018.

Contratado: NEURI ZATTI.

Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA MERENDA ESCOLAR.

Vigência: 31/12/2018.

Fundamento Legal: Lei 11947/2009

Art. 14. Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas.

Coronel Freitas (SC) 30 de abril de 2018.

IZEU JONAS TOZETTO

Prefeito Municipal



# Coronel Martins

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 065/2018

Publicação Nº 1608594

DECRETO N. 065, DE 26 DE ABRIL DE 2018.

"DÁ DESTINAÇÃO FINAL DE CARÇAÇAS DE PNEUS INSERVÍVEIS À ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL CONFORME ESPECIFICA".

ADEMIR MADELLA, Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, usando da competência e atribuições, que lhe são conferidas pelo inciso VI do art. 94, da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO que as carcaças dos pneus não se enquadram nos bens passíveis de incorporação, nos termos do art. 116 da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO que nos termos da legislação vigente, há necessidade de dar destinação final adequada nas carcaças de pneus, visando assim evitar problemas indiretos com a saúde pública e com o meio ambiente; e

CONSIDERANDO por derradeiro, que a destinação abaixo proposta possui total interesse público;

#### DECRETA:

Art. 1º. Ficam doadas todas as carcaças de pneus consideradas inservíveis para a administração municipal de Coronel Martins para a APAE – Associação de Pais e Amigos de Excepcionais de Coronel Martins.

Parágrafo único: As carcaças ora doadas totalizam 31 (trinta e um) carcaças, conforme discriminado na tabela abaixo:

QUANTIDADE	ARO	MODELO	TOTAL
05 (cinco) pneus	-	1000/20	
12 (doze) pneus	14	175/70	
02 (dois) pneus	14	185/70	
02 (dois) pneus	13	175/70	
01 (um) pneus	13	165/70	
02 (dois) pneus	15	185/65	
05 (cinco) pneus	16	225/65	
01 (um) pneus	18	110/80	
01 (um) pneus	18	4.10	
TOTAL			31 (trinta e uma) carcaças

Art. 2º. Fica a APAE – Associação de Pais e Amigos de Excepcionais de Coronel Martins a partir desta data responsável pela destinação final das carcaças, seja através de comercialização ou outra conveniente, nos termos da legislação aplicável à matéria.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,  
em 26 de Abril de 2018.

ADEMIR MADELLA  
Prefeito Municipal

Este decreto foi registrado e publicado em data supra.

GIUVANI SCHUSTER  
Sec. Munic. De Administração, Planejamento e Finanças.

### DECRETO Nº 066/2018

Publicação Nº 1608602

DECRETO Nº. 066, DE 30 DE ABRIL DE 2018.

NOMEIA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR MADELLA, Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em consonância com o disposto no art. 94, VI da Lei Orgânica Municipal,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a Servidora Pública Municipal abaixo relacionada, para o respectivo Cargo em Comissão, enquadrado na Estrutura Administrativa desta Prefeitura, pelo Regime Jurídico Estatutário, a partir de 02 de Maio de 2018:

#### NOME CARGO

Rosani Piovezana Battistella

Diretor Geral dos Serviços de Saúde Pública

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação;

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,  
em 30 de Abril de 2018.

ADEMIR MADELLA  
Prefeito Municipal.

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

GIUVANI SCHUSTER  
Sec. Mun. De Administração, Planejamento e finanças.

### **ERRATA DECRETO 007/2018**

Publicação Nº 1608608

ERRATA REFERENTE O DECRETO Nº. 007, DE 08 DE JANEIRO DE 2018.

A presente Errata consiste na Alteração no teor do Decreto nº 007, de 08 de Janeiro de 2018, a qual onde lê-se:

NOME CARGO

Cleberson Cagol	Diretor geral de Desenvolvimento Econômico
-----------------	--

Leia-se:

NOME CARGO

Cleberson Cagol	Diretor de Desenvolvimento Econômico
-----------------	--------------------------------------

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,  
em 30 de Abril de 2018

ADEMIR MADELLA  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 056/2018**

Publicação Nº 1608620

PORTARIA Nº 056, DE 30 DE ABRIL DE 2018.

DESIGNA SERVIDORA PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PLANEJAMENTO E FINANÇAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR MADELLA, Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em consonância com o disposto no art. 94, VI da Lei Orgânica Municipal;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público e da economicidade;

DESIGNA:

Art. 1º. A Senhora Tamara Turmina, Servidora pública municipal, ocupante do Cargo em comissão de Assessor de Secretaria na secretaria municipal de Educação do município de Coronel Martins-SC, para fazer parte e prestar serviços junto a Secretaria Municipal de Administração Planejamento e Finanças a Partir do dia 30/04/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, '

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins,  
em 30 de Abril de 2018.

ADEMIR MADELLA  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

GIUVANI SHUSTER  
Sec. Mun. De Administração,  
Planejamento e Finanças.

**PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 045/2018**

Publicação Nº 1608204

AVISO DE LICITAÇÃO  
MUNICIPIO DE CORONEL MARTINS – SC  
PROCESSO LICITATÓRIO N. 045/2018  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 024/2018  
TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL  
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

O Município de Coronel Martins – SC comunica que encontra-se aberto o processo licitatório acima especificado objetivando a Contratação de Empresa para a Manutenção e Instalação da Iluminação Pública no Perímetro Urbano e Rural do Município de Coronel Martins - SC, através de Mão de Obra especializada e Fornecimento de Materiais Elétricos de iluminação pública, de acordo com as normas e especificações constantes no Anexo I – Lista de Materiais e Serviços de Mão de Obras e Anexo II - Memorial Descritivo, obedecido o rigor técnico exigido para os trabalhos desta natureza, conforme especificações e quantidades estimadas constantes deste Edital e demais Anexos. Os envelopes da documentação e da proposta deverão ser entregues até às 08h:30min do dia 14 de maio de 2018, procedendo à abertura às 08h:45min do mesmo dia. O Edital e seus anexos poderão ser obtidos no site [www.coronelmartins.sc.gov.br](http://www.coronelmartins.sc.gov.br), ou junto à sede do Município de Coronel Martins - SC, sito à Rua Porto Alegre nº 47, com o Setor de Licitações, em horário de expediente de segunda a sexta feira.

Coronel Martins - SC, em 30 de abril de 2018.  
Ademir Madella  
Prefeito Municipal

# Cunha Porã

## PREFEITURA

### EXTRATO TOMADA DE PREÇOS 03/2018

Publicação Nº 1604237

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2018 - O Município de Cunha Porã/SC, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos interessados, que fará realizar Processo Licitatório sob nº 577/2018, na modalidade Tomada de Preços "Sistema de Menor Preço" nº 03/2018, com julgamento global, cujo objeto é – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE COMUNICAÇÃO, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA, ANÁLISE, PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO, JORNALISMO E DE RELAÇÕES PÚBLICAS E COMUNICAÇÃO DIGITAL. Os envelopes serão recebidos até dia 16/05/2018, às 08h00min. e a abertura será realizada às 08h15min. do mesmo dia, na sala do Departamento de Licitações, sito à Rua Moura Brasil, 1639, Centro, Município de Cunha Porã. Informações no Depto. de Licitações.

Cunha Porã/SC. ALEXANDRE LENCINA FAGUNDES - Secretário Municipal da Saúde.

# Cunhataí

## PREFEITURA

### EXTRATO DE CONTRATO ADM. Nº 24/2018

Publicação Nº 1608128

Extrato DO CONTRATO ADM Nº 24/2018  
Processo Administrativo nº 25/2018  
Tomada de Preço nº 03/2018  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CUNHATAI – SC  
CONTRATADA: CONSTRUTORA PORTAL DAS TERMAS LTDA – ME.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REFORMA E ADEQUAÇÕES NO GINÁSIO MUNICIPAL DE ESPORTES ALUÍSIO KLAUCK.

VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato se iniciará na data de assinatura deste termo e se findará em 31/12/2018.

VALOR: R\$ 240.224,95 (Duzentos e quarenta mil duzentos e vinte e quatro reais e noventa e cinco centavos).

DOTAÇÃO: As despesas decorrentes do presente correrão por conta do Orçamento vigente, cuja fonte de recurso tem a seguinte classificação:

Projeto/Atividade nº: 1.018.

Modalidade de Aplicação nº: 4.4.90;

Signatários: Luciano Franz e Cleoniro Antônio Wilbert.

Cunhataí/SC, 30/04/2018.

### EXTRATO DE CONTRATO ADM. Nº 25/2018

Publicação Nº 1608595

Extrato DO CONTRATO ADM Nº 25/2018  
Processo Administrativo nº 26/2018  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2018  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CUNHATAI – SC.  
CONTRATADA: RENIR PAULO MANFRIN.

Objeto: AQUISIÇÃO DE PREMIAÇÃO ESPORTIVA (TROFÉUS E MEDALHAS).

VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato se iniciará na data de assinatura deste termo e se findará em 31/12/2018.

VALOR: R\$ 26.630,62 (Vinte e seis mil seiscentos e trinta reais e sessenta e dois centavos).

Signatários: Luciano Franz e RENIR PAULO MANFRIN.

Cunhataí/SC, 30/04/2018.

### PORTARIA Nº 088/2018

Publicação Nº 1608067

PORTARIA Nº 088/2018, DE 30 DE ABRIL DE 2018.  
DISPOE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS AO SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Cunhataí, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições Legais, de acordo com o Art. 77, inc. IX, combinado com o Art. 100, inc. II, da Lei Orgânica Municipal, o Art. 97 da Lei Compl. nº 002/2007,

RESOLVE:

Art. VANDERLEI BORGHAEDT, ocupante do cargo de Operador de Maquinas e Equipamentos, a partir de 02 de maio de 2018 a 21

de maio de 2018, relativas ao período aquisitivo de 01/05/2017 a 04/04/2018.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Cunhataí - SC, 30 de abril de 2018.

LUCIANO FRANZ

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique -se.

LUCIARA CRISTINA SCHNEIDER

Coordenadora De Gestão em Administração e Planejamento

### PORTARIA Nº 090/2018

Publicação Nº 1608337

PORTARIA Nº. 090/2018 DE 30 DE ABRIL DE 2018.

Dispõe sobre Contratação Temporária de Servidores Municipais por Excepcional Interesse Público, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Cunhataí, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 100, Inciso II, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o artigo 211, V, da lei complementar nº. 002/2007, lei complementar nº. 003/2007, Chamada Pública nº 004/2018 de 10 de abril de 2018.

Considerando a solicitação da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto e a possibilidade de contratação por excepcional interesse público, em razão da imediata contratação, seguindo a ordem de classificação da Chamada Pública nº 006/2018 de 23 de abril de 2018, para o cargo de Professore de Educação Infantil –, tendo em vista os princípios da economicidade e razoabilidade; E considerando a ausência de professores efetivos nas referidas disciplinas, e para não prejudicar o andamento do ano letivo de 2018;

RESOLVE:

Art. 1º. Contratar por tempo determinado, a servidora municipal MARLETE MAHLE SCHAFER pelo período de 02/05/2018 a 17/06/2018, por se tratar da vaga vinculada a SALETE LOCH que está em licença para tratamento de saúde, retornando às atividades no dia 18/06/2018. O servidor ficará lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com carga horária de 20h00 semanais, e percebendo os vencimentos conforme respectiva função,

Art. 1º. Para fazer face as despesas decorrentes da aplicação da presente portaria, serão utilizados recursos do orçamento em vigor.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cunhataí - SC, 30 de abril de 2018.

LUCIANO FRANZ

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique -se.

LUCIARA CRISTINA SCHNEIDER

Coordenadora De Gestão em Administração e Planejamento.

### PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 32/2018

Publicação Nº 1608170

Estado de Santa Catarina

Município de Cunhataí

Aviso de Licitação



O Município de Cunhataí, SC, através do seu Prefeito Municipal, torna público a todos os interessados, que estará realizando licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, de acordo com a Lei 10.520/2002 e demais normas aplicáveis.

Processo Administrativo nº 32/2018.

Pregão Presencial nº 24/2018.

Tipo: Menor preço por item.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA RE-ORDENAMENTO E ASSESSORAMENTO DA EQUIPE TÉCNICA DE ASSISTENCIA SOCIAL, REALIZAÇÃO DE CONFERÊNCIA MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLECENTE, CAPACITAÇÃO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO FAMILIAR E CONFERÊNCIA MUNICIPAL DO IDOSO.

Entrega dos Envelopes: até às 14:00 horas do dia 14/05/2018.

Abertura dos Envelopes: às 14:15 horas do dia 14/05/2018.

O Edital poderá ser obtido no site [www.cunhatai.sc.gov.br](http://www.cunhatai.sc.gov.br) ou ainda no seguinte endereço e horário: Avenida 29 de Setembro, n. 450, centro, nos dias úteis, durante o horário de expediente.

Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone nº (49) 3338-0010.

Cunhataí – SC, em 02 de maio de 2018.

LUCIANO FRANZ

Prefeito Municipal de Cunhataí

**Curitibanos****PREFEITURA****LEI Nº 6.013/2018**

Publicação Nº 1608452

LEI Nº 6.013/2018

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A SUPLEMENTAR DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

José Antônio Guidi, Prefeito Municipal de Curitibanos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar as dotações orçamentárias do orçamento do Fundo Municipal de Saúde na forma autorizada pela Lei n. 5.974/2017 no montante de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais) a saber :

SUPLEMENTAÇÃO:

06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0008.1.040 OBRAS E INVEST. NA SAÚDE – BLOCO INVESTIMENTO

4.4.90.00.00.00.00.1038 APLICAÇÕES DIRETAS ..... R\$ 90.000,00

Art. 2º . Para cobertura da suplementação acima ficam utilizados R\$ 90.000,00 proveniente de parte do excesso de arrecadação da fonte Transferências SUS União apurado no exercício atual.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitibanos, 13 de abril de 2018.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos treze dias do mês de abril do ano dois mil e dezoito na portaria da Prefeitura Municipal.

Altamir Carvalho Goetten

Secretário Municipal de Saúde

**LEI COMPLEMENTAR Nº 197/2018**

Publicação Nº 1608437

LEI COMPLEMENTAR Nº 197/2018

CRIA CARGOS E EXTINGUE VAGAS NA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO NA FORMA QUE ESPECIFICA.

José Antônio Guidi, Prefeito Municipal de Curitibanos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e na forma disposta no artigo 37 da Lei Orgânica do Município de Curitibanos, Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º. Ficam criados na estrutura administrativa do Município de Curitibanos, os cargos abaixo relacionados de provimento em Comissão/ Função que passam a integrar a estrutura administrativa do Município criada pela Lei Complementar n. 023/2002 e Lei complementar nº 108/2013:

I – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

Vagas	Cargo	Código	Atribuições	Vencimento
01	Chefe de Divisão de Transportes	DAC - 07	Fiscalizar o desempenho dos motoristas da Secretaria em suas funções; gerenciar as rotas e o transporte de pacientes, fiscalizar a necessidade do uso do transporte. Coordenar a manutenção dos veículos, controlar o tráfego dos veículos através de relatórios diários preenchidos pelos motoristas; elaborar relatórios mensais e quilometragem percorrida, consumo de combustível e média de consumo dos veículos entre outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pela autoridade competente. Conduzir veículos. Elaborar relatórios e prestar informações da Secretaria. Exercer outras atribuições que lhe sejam afeitas ou que venham a ser delegadas pela autoridade competente.	R\$ 3.281,84

II – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Vagas	Cargo	Código	Atribuições	Vencimento
01	Coordenador de Gestão Administrativa	DAC - 08	Planejamento, elaboração e fiscalização do cumprimento do Plano de Assistência Social – PAS. Acompanhamento dos convênios/parcerias da rede socioassistencial; prestar assessoria aos conselhos municipais. Acompanhamento e fiscalização dos fundos municipais; organização de conferências, seminários e capacitações; gestão dos benefícios eventuais; gestão do CadUnico; gestão do trabalho junto a Secretaria de assistência social; acompanhamento da rede SUAS; Vigilância Social. Conduzir veículos. Elaborar relatórios e prestar informações da Secretaria. Exercer outras atribuições que lhe sejam afeitas ou que venham a ser delegadas pela autoridade competente.	R\$ 2.789,54

Art. 2º. Ficam extintas as vagas abaixo relacionadas do cargo público de provimento efetivo alterando os anexos da Lei Complementar n. 023/2002 e Lei Complementar n. 108/2013:

Quantidade/vagas a extinguir	Cargo	Código	Lotação	Vencimento Total
03	Auxiliar Administrativo	2.02.02	Grupo II – AOG	R\$ 1.148,62 x 3 = R\$ 3.445,86

Art. 3º. Fica extinto o cargo abaixo relacionado de provimento em comissão e sob o regime estatutário criados pela Lei Complementar nº 023/2002:

I – Secretaria Municipal de Saúde

Cargo	Código	Vagas	Vencimento
Chefe de Setor de Transportes	DAC 07	01	R\$ 3.281,84

Art. 4º. O Anexo III da Lei Complementar n. 023/2002 passa a vigorar com as alterações constantes desta lei.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01 de maio de 2018.

Curitiba, 17 de abril de 2018.

José Antônio Guidi  
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos dezessete dias do mês de abril do ano dois mil e dezoito na portaria da Prefeitura Municipal  
Amaury Silva  
Secretário de Administração e Finanças

## LEI COMPLEMENTAR Nº 198/2018

Publicação Nº 1608441

LEI COMPLEMENTAR Nº 198/2018

ALTERA E INCLUI DISPOSITIVOS NA LEI COMPLEMENTAR Nº 46/2006, CÓDIGO DE POSTURAS DE CURITIBANOS.

José Antônio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e na forma disposta no artigo 37 da Lei Orgânica do Município de Curitiba, Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º O art. 80 da Lei Complementar nº 46/2006 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 80 As farmácias, drogarias ou empresas de dispensação de medicamentos situadas no Município de Curitiba ficam sujeitas a horário especial de funcionamento e a regime obrigatório de plantão para atendimento à população, na forma e condições ora estabelecidas.

§ 1º - São empresas de dispensação de medicamentos as farmácias e drogarias portadoras do CAR - Certificado de Atividade Regular e de Alvarás, expedidos, respectivamente, pelo CRF - Conselho Regional de Farmácia, pelo órgão Sanitário competente da Secretaria de Estado da Saúde e pela Prefeitura Municipal de Curitiba.

§ 2º - O horário normal de atendimento ao público, ao qual todas as empresas referidas no caput deste artigo estão sujeitas, é assim estabelecido:

I – De segunda à sexta feira, das 08 horas às 20 horas;  
II – Aos sábados, das 08 horas às 14 horas.

§ 3º - O horário do regime obrigatório de plantão para atendimento ao público, ao qual as empresas referidas no caput deste artigo estão sujeitas, é assim estabelecido:

I – De segunda à sexta feira, das 20 horas às 22 horas com as portas abertas; e das 22 horas às 8 horas através de telefone ou outro meio compatível;  
II – Aos sábados, das 14 horas às 22 horas com as portas abertas; e das 22 horas às 8 horas através de telefone ou outro meio compatível;

III – Aos domingos e feriados, das 08 horas às 22 horas com as portas abertas; e das 22 horas às 8 horas através de telefone ou outro meio compatível;

§ 4º - O regime de plantão é obrigatório, através do qual no máximo duas empresas deverão atender ao público ao mesmo tempo, nos horários estabelecidos no § 3º deste artigo, em regime de escala de atendimento e revezamento semanal, iniciando na segunda feira e terminando no domingo.

§ 5º - As Farmácias de Manipulação, Alopáticas e Homeopáticas não estão incluídas no regime de plantão.

§ 6º - Poderão participar da escala de plantão no máximo duas farmácias de cada grupo econômico e ou empresarial estabelecidos no Município.

§ 7º - Ficam dispensados da obrigatoriedade determinada no § 4º deste artigo os estabelecimentos que manifestarem, por escrito e mediante justificativa, sua desistência em participar do regime de plantão. Havendo a dispensa, ficarão sujeitos somente ao horário constante do § 2º, sendo-lhes vedado o atendimento extraordinário, sob pena de multa.

§ 8º - As escalas de plantão serão organizadas pelas próprias empresas do Município, prevendo o revezamento pelo período de dois anos, e apresentadas ao Executivo Municipal até o último dia do Mês de março de cada ano subsequente ao biênio vencido, para homologação por Decreto.

§ 9º - O Executivo Municipal nomeará, também por Decreto, Comissão Fiscalizadora formada por três integrantes, sendo um representante dos proprietários de farmácias, drogarias ou empresas de dispensação de medicamentos; um representante da Câmara de Dirigentes Lojistas local; e um representante do próprio Poder Executivo.

§ 10 - Referida Comissão Fiscalizadora terá a atribuição de organizar a escala bianual de plantão caso esta não seja apresentada na forma e no prazo estabelecidos no § 8º deste artigo; bem como de decidir sobre requerimentos de qualquer natureza formulados por representantes das empresas interessadas.

§ 11 - Para inclusão na escala bienal de plantão, novos estabelecimentos farmacêuticos deverão protocolizar requerimento à comissão a que alude o § 9º deste artigo, que proferirá decisão fundamentada. Quando deferida, a inclusão de novos estabelecimentos se dará na escala subsequente ao biênio em curso.

§ 12 - Em sendo constatado o descumprimento da escala de plantão, quer pela não abertura da farmácia quando da obrigatoriedade da mesma; quer pela abertura do estabelecimento em paralelo com a farmácia plantonista, nos horários de atendimento exclusivo via plantão; ou pela transferência do encargo do estabelecimento de plantão para outro; estarão sujeitos os estabelecimentos que descumprirem as determinações legais, às seguintes penalidades:

I - Auto de infração e multa.

II - Suspensão da participação na escala bianual de plantão, pelo prazo de seis meses a partir da infração;

III - Cassação do alvará de funcionamento do estabelecimento.

§ 13 - É de caráter obrigatório o fornecimento da escala de plantão a todas as unidades de saúde, hospitais, clínicas e similares da sede do Município, bem como a afixação da mesma em todas as farmácias locais, além da sua veiculação periódica na imprensa local.

§ 14 - O Decreto que regulamentar o presente dispositivo deverá contemplar a escala bianual de plantão, a nomeação da Comissão Fiscalizadora e as penalidades aplicáveis em caso de descumprimento destas disposições, além de outros pontos pertinentes à matéria."

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Curitiba, 20 de abril de 2018.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos vinte dias do mês de abril do ano dois mil e dezoito na portaria da Prefeitura Municipal.

Amaury Silva

Secretário de Administração e Finanças

**LEI Nº 6.011/2018**

Publicação Nº 1608447

LEI Nº 6.011/2018

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A PERMITIR O USO DE IMÓVEL PELA MITRA DIOCESANA DE LAGES

José Antônio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar termo de permissão de uso com a Mitra Diocesana de Lages, inscrita no CNPJ N. 84.950.633/0005-84 objetivando permitir o uso de um imóvel localizado no Assentamento 1º de Maio constituído de uma construção com área de 152,52 m<sup>2</sup> (cento e cinquenta e dois metros quadrados) de propriedade do Município de Curitiba, com a finalidade de acolhimento e trabalho social junto a comunidade, conforme consta do requerimento n. 1946/2016.

Art. 2º O prazo da presente permissão de uso gratuito será de 03 (três) anos, a contar da data da assinatura do termo, podendo ser renovado uma vez por igual período.

Art. 3º É vedado à entidade gravar qualquer ônus do imóvel cedido, oferecê-lo em garantia de dívida ou obrigação de qualquer espécie.

Art. 4º A beneficiária responderá por todos os encargos civis, administrativos e tributários que venham a incidir sobre o imóvel, sem prejuízo da finalidade prevista nesta lei.

Art. 5º Findas as razões justificadoras da cessão ou extinto o prazo previsto nesta lei, sem prorrogação, o imóvel e suas benfeitorias serão restituídos ao município.

Art. 6º Caso o imóvel objeto da permissão seja utilizado de forma contrária à prevista nesta lei, em desvio de finalidade ou ocorrendo cessação de suas atividades, o bem imóvel e suas benfeitorias reverterão automaticamente ao Poder Público Municipal, independentemente de indenização.

Art. 7º A conservação, zelo e segurança do imóvel cedido constituem obrigações permanentes e indeclináveis da beneficiária.

Art. 8º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 11 de abril de 2018.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos onze dias do mês de abril do ano dois mil e dezoito na portaria da Prefeitura Municipal.

Amaury Silva

Secretário de Administração e Finanças

**TERMO DE PERMISSÃO DE USO DE BEM IMÓVEL**

Termo de Cessão de Uso que entre si celebram o Município de Curitiba e a MITRA DIOCESANA DE LAGES

Aos onze dias do mês de abril do ano de dois mil e dezoito, o MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, inscrito no CNPJ sob o n.º 83.754.044/0001-34, sito à Avenida Coronel Vidal Ramos, n.º 860, neste ato representado pelo Exmo. Sr. José Antonio Guidi, Prefeito Municipal, doravante denominado PERMITENTE e de outro lado a MITRA DIOCESANA DE LAGES, inscrita no CNPJ N. 84.950.633/0005-84, por seu representante legal ADEMAR JASPER, inscrito no CPF sob n. 496.071.549-91 doravante denominado PERMISSIONÁRIO celebram, de comum acordo, o presente TERMO DE PERMISSÃO DE USO DE BEM IMÓVEL, em conformidade com o disposto na Lei Municipal nº 6.011/2018 e no § 3º do artigo 105 da Lei Orgânica do Município, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O MUNICÍPIO, através do presente instrumento, permite a utilização pela PERMISSIONÁRIA, de forma gratuita, de um imóvel localizado no Assentamento 1º de Maio constituído de uma construção com área de 152,52 m<sup>2</sup> (cento e cinquenta e dois metros quadrados) de propriedade do Município de Curitiba, com a finalidade de acolhimento e trabalho social junto a comunidade, conforme consta do requerimento n. 1946/2016.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E DA VIGÊNCIA**

O prazo da presente cessão de uso será de 03 (três) anos, iniciando-se na data de publicação desta lei, , podendo ser renovada pelo mesmo período se for requerido antes do vencimento e existir interesse público que o justifique.

§1º Poderá o imóvel retornar à posse do Município de Curitiba, antes do prazo previsto nesta cláusula, mediante notificação prévia de 30 dias.

§2º Findo o prazo da presente cessão e se o mesmo não tiver sido expressamente renovado, o PERMISSIONÁRIO se obriga a devolver o imóvel ao Município sem direito a reembolso de quaisquer despesas que haja tido no imóvel, ou retenção de benfeitorias que desde logo passam a integrar o Patrimônio Municipal, sem direito a qualquer indenização.

**CLAUSULA TERCEIRA – DAS BENFEITORIAS**

O PERMISSIONÁRIO obriga-se a conservação do imóvel cedido, devendo mantê-lo limpo e em perfeitas condições de uso, responsabilizando-se por eventuais reformas e despesas de manutenção.

Parágrafo Primeiro: as obras e benfeitorias edificadas pelo permissionário são inalienáveis, impenhoráveis e incomunicáveis, passando a integrar o Patrimônio Municipal após o vencimento do prazo da presente cessão, ou ainda em caso de dissolução da associação ou alteração da destinação de seus objetivos.

Parágrafo Segundo : As construções e benfeitorias edificadas passam a integrar o Patrimônio Municipal ao final do prazo contratual ou nos casos previstos neste termo.

**CLÁUSULA QUARTA – OBRIGAÇÕES**

2.1. São obrigações do Cessionário:

a) zelar pela limpeza e cuidado com o patrimônio público, promovendo a limpeza do local.

b) devolver o imóvel no estado que se encontra após o termino da presente cessão.

c) Zelar pela conservação do local, responsabilizando-se integralmente por eventuais danos por si, ou por seus equipamentos, causados na



realização dos serviços.

d) Suportar o pagamento de todos os tributos eventualmente incidentes sobre o imóvel.

Parágrafo Único: a permissionária exime o Município de qualquer discussão acerca da posse do terreno sobre o qual está encravada a construção.

#### CLÁUSULA QUINTA – USO E ATIVIDADE

3.1. A presente cessão destina-se ao uso exclusivo do permissionário, vedada a sub cessão, o empréstimo ou locação para pessoa ou entidade estranha a este Termo.

3.2. É vedado o uso do local para a realização de serviços não ligados á atividade ou para eventos particulares.

#### CLÁUSULA SEXTA - SANÇÕES

6.1. O descumprimento de quaisquer das condições previstas neste Termo, confere ao MUNICÍPIO o direito de aplicar a CESSIONÁRIA as seguintes penalidades, além das já mencionadas expressamente neste instrumento:

a) advertência;

b) revogação da permissão de Uso;

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DISPOSIÇÕES GERAIS

7.1. As construções edificações e manutenções do espaço permitido correrão à conta da cessionária

7.5. Havendo uso indevido do imóvel, o MUNICÍPIO poderá exigir a imediata paralisação das atividades do Cessionário bem como a devolução do bem sem prejuízo das demais penalidades.

#### CLÁUSULA OITAVA - REVOGAÇÃO

8.1. Constituem motivos para a revogação da presente cessão de uso:

a) o não cumprimento ou o cumprimento irregular das condições previstas no presente Termo, bem como o não cumprimento de legislação federal, estadual ou municipal aplicável à espécie;

b) o atraso injustificado no cumprimento das condições previstas neste Termo ou de quaisquer outras expedidas pelo MUNICÍPIO;

c) o cometimento reiterado de falta punida em virtude de descumprimento deste Termo;

d) a alteração das finalidades institucionais do Cessionário sem prévia e expressa concordância do MUNICÍPIO;

e) razões de interesse, necessidade ou utilidade públicas, devidamente justificada a conveniência do ato;

f) a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovada, absolutamente impeditiva do prosseguimento da cessão de uso;

8.2. Os casos de revogação acima descritos serão formalmente motivados em processo administrativo especialmente aberto para tal fim, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

8.3. Revogada a cessão de uso por qualquer dos motivos previstos neste Termo, será expedido aviso para desocupação do espaço permitido, onde será consignado um prazo máximo de 30 (trinta) dias para a desocupação completa e entrega do espaço.

#### CLÁUSULA NONA - FORO

9.1. Fica, desde já, eleito o foro desta Comarca de Curitiba para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes da presente cessão de uso, abrindo-se mão de qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja.

9.2 Do que, para valer e constar celebrou-se o presente Termo de Permissão de Uso que, depois de lido e achado conforme, foi assinado em três vias de igual teor, valor e eficácia.

Curitiba (SC), 11 de abril de 2018

José Antonio Guidi	Mitra Diocesana de Lages
Prefeito Municipal	Permissionaria

## LEI Nº 6.012/2018

Publicação Nº 1608449

LEI Nº 6.012/2018

ABRE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

José Antônio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º. Fica aberto crédito especial junto a Lei nº 5.974/2017 do orçamento do Município de Curitiba no valor de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) para atender as ações desenvolvidas pela administração, a saber:

#### ABRE CRÉDITO ESPECIAL

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.05 SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS

15.452.0019.2063 MANUTENÇÃO DO TERMINAL URBANO E ROD. MUNIC.

4490000000.00.3000 APLICAÇÕES DIRETAS ..... R\$ 120.000,00

Art. 2º . Os recursos necessários para abertura do crédito especial terão origem no superávit financeiro do exercício de 2017 conforme balanço patrimonial anexo 14 e Decreto 4.990/2018.

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 11 de abril de 2018.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos onze dias do mês de abril do ano dois mil e dezoito na portaria da Prefeitura Municipal

Amaury Silva  
Secretario de Administração e Finanças

## LEI Nº 6.014/2018

Publicação Nº 1608456

LEI Nº 6.014/2018

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A RECEBER BENS MÓVEIS POR DOAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE PAIS E PROFESSORES DOS NÚCLEOS MUNICIPAIS ADQUIRIDOS COM RECURSOS DO PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA – PDDE.

José Antônio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a receber por doação e incorporar ao Patrimônio Municipal os bens móveis abaixo relacionados doados pelas Associações de Pais e Professores de Núcleos Municipais adquiridos com recursos do Programa de Dinheiro Direto na Escola (PDDE), no ano de 2017:

### I – APP CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL NORMA BERNECK

Descrição do bem	Data Aquisição	Nº NF	Qtd	Valor Unitário	Valor Total
DVD MONDIAL D18 BIVOLT(PDDE)	01/08/2017	41.415	02	R\$ 178,00	R\$ 356,00
SUBTOTAL					R\$ 356,00

### II – APP CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL SÃO JOSÉ

Descrição do bem	Data Aquisição	Nº NF	Qtd	Valor Unitário	Valor Total
FORNO MIDEA MICROONDAS LIVA 20 LITROS BCO/ESP	02.08.2017	14.606	02	R\$ 369,00	R\$ 738,00
MONITOR LED 18,5 V196HQL ACER	03.08.2017	353	01	R\$ 490,00	R\$ 490,00
COMPUTADOR INTEL WIND THINTOP DUAL CORE C/CAIXA DE SOM	03.08.2017	353	01	R\$ 1.753,00	R\$ 1.753,00
CAIXA DE SOM 2.0 CH HF 160 4W RMS	03.08.2017	353	01	R\$ 40,87	R\$ 40,87
SUBTOTAL					R\$ 3.021,87

### III – APP CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL SÃO FRANCISCO

Descrição do bem	Data Aquisição	Nº NF	Qtd	Valor Unitário	Valor Total
ARMARIO EM MDF 02 BRANCO DE 15MM, PORTA COLCHÃO MEDINDO 200X220X0,58 CONTENDO 03 DIVISÕES	05.09.2017	365	02	R\$ 658,00	R\$ 1.316,00
CLIMATIZADOR CADENCE BREEZE 4 E 1 Q/F CL1601 PTO	06.10.2017	35221	01	R\$ 398,00	R\$ 398,00
SUBTOTAL					R\$ 1.714,00

### IV – APP CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL OSCAR FERREIRA

Descrição do bem	Data Aquisição	Nº NF	Qtd	Valor Unitário	Valor Total
TACHO FRITADOR ELETRICO 7 LITROS TFRES 220V	24.08.2017	5319	01	R\$ 440,00	R\$ 440,00
IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL LASERJET MONO HP ULTRA M134A	24.08.2017	390	01	R\$ 2.061,25	R\$ 2.061,25
GAZEBO BRANCO 2X2 FERRO KALA	20.10.2017	13.476	02	R\$ 119,00	R\$ 238,00
SUBTOTAL					R\$ 2.739,25

### V – APP CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL SANTA RITA

Descrição do bem	Data Aquisição	Nº NF	Qtd	Valor Unitário	Valor Total
GAZEBO BRANCO 3X3 METROS KALA	27.11.2017	13.821	01	R\$ 175,00	R\$ 175,00
FONTE ALIMENTAÇÃO 110/220	27.11.2017	13.821	01	R\$ 115,00	R\$ 115,00
LAVADORA MUELLER POPTANK 5KG 220V	29.11.2017	15.985	01	R\$ 370,00	R\$ 370,00
DVD LENOXX DV 445 USB/KARAOKE PTO	29.11.2017	15.987	02	R\$ 100,00	R\$ 200,00
LIQUIDIFICADOR PHILCO PH900 VERM 12VEL C/ FILTRO	29.11.2017	15.986	01	R\$ 148,00	R\$ 148,00
SUBTOTAL					R\$ 1.008,00

### VI – APP CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL ITAXIR PERIN

Descrição do bem	Data Aquisição	Nº NF	Qtd	Valor Unitário	Valor Total
------------------	----------------	-------	-----	----------------	-------------

IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL EPSON ECOTANK 1395	28.08.2017	12.960	01	R\$ 1.239,50	R\$ 1.239,50
AQUECEDOR AMBIENTE 2000W VENTISOL	28.08.2017	12.959	05	R\$ 94,00	R\$ 470,00
DVD AMVOX AMD 290 PTO	28.08.2017	64.773	02	R\$ 98,90	R\$ 197,80
SUBTOTAL					R\$ 1.907,30

## VII – APP CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO CAMPO PROF. ALICE MACEDO DE ATAÍDE

Descrição do bem	Data Aquisição	Nº NF	Qtd	Valor Unitário	Valor Total
ARMÁRIO COM SEIS PORTAS E CORTINEIRO ME-DINDO 2,70X 2,20	29.11.2017	448	01	R\$ 3.000,00	R\$ 3.000,00
SUBTOTAL					R\$ 3.000,00

## VIII – APP CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL SÃO LUIZ

Descrição do bem	Data Aquisição	Nº NF	Qtd	Valor Unitário	Valor Total
CAIXA MULTIUSO PLAYER 80 USB 20WRMS	14.11.2017	938	01	R\$ 402,00	R\$ 402,00
CAMA ELASTICA COMPLETA RED	07.12.2017	972	01	R\$ 1.536,00	R\$ 1.536,00
SUBTOTAL					R\$ 1.938,00

## IX – APP CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL IRMA IRENE

Descrição do bem	Data Aquisição	Nº NF	Qtd	Valor Unitário	Valor Total
CLIMATIZADOR CADENCE BREEZE 4 E 1	17.04.2017	13.338	01	R\$ 540,00	R\$ 540,00
DVD LENOXX USB/KARAOKÊ PTO	17.04.2017	13.338	02	R\$ 116,00	R\$ 232,00
CLIMATIZADOR CADENCE BREEZE 4 E 1	18.10.2017	65.953	01	R\$ 524,00	R\$ 524,00
SUBTOTAL					R\$ 1.296,00

## X – APP CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL BERNARDO VON MULLER BERNECK

Descrição do bem	Data Aquisição	Nº NF	Qtd	Valor Unitário	Valor Total
PLASTIFICADORA A4 2401 220W	17.05.2017	200	01	R\$ 530,00	R\$ 530,00
TELEFONE SEM FIO ELGIN COM IDENTIFICADOR	17.05.2017	200	01	R\$ 150,00	R\$ 150,00
ASPIRADOR ARNO PO E LIQUIDO 1200W 220V	02.08.2017	10263	01	R\$ 441,59	R\$ 441,59
SUBTOTAL					R\$ 1.121,59

## XI – APP CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL ALFREDO LEMSER

Descrição do bem	Data Aquisição	Nº NF	Qtd	Valor Unitário	Valor Total
COMPUTADOR PC WORK AMD A4 7300 MEN 4GG TECLADO/MOUSE/GRAV CD/DVD	23.11.2017	13.788	01	R\$ 1.100,00	R\$ 1.100,00
MONITOR 23,6" LED WVA AOC VGA/DVI FULL HD / VESA M2470SWD2	23.11.2017	13.788	01	R\$ 857,14	R\$ 857,14
VENTILADOR DE TETO BR 3 PAS PLASTICO BR 220V VENTISOL	23.11.2017	13.788	04	R\$ 185,00	R\$ 740,00
SUBTOTAL					R\$ 2.697,14

## XII – APP CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL ALFREDO LEMSER

Descrição do bem	Data Aquisição	Nº NF	Qtd	Valor Unitário	Valor Total
RADIO PORTATIL USB PX3 REPRODUZ CD/MP3/CD/CDR/RW	14.12.2017	979	03	R\$ 280,00	R\$ 838,00
SUBTOTAL					R\$ 838,00

## XIII – APP CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL BOM JESUS

Descrição do bem	Data Aquisição	Nº NF	Qtd	Valor Unitário	Valor Total
MODULO DE ALIMENTAÇÃO EM MDF BRANCO	30.10.2017	2	01	R\$ 1.128,00	R\$ 1.128,00
SUBTOTAL					R\$ 1.128,00

## XIV – APP NUCLEO MUNICIPAL PROFESSORA TERESA LEMOS PRETO

Descrição do bem	Data Aquisição	Nº NF	Qtd	Valor Unitário	Valor Total
BANCADA 2,40 COM ARMÁRIO 2 PORTAS E DOIS NICHOS PARA CPU E PAINEL 1,20X1,20	16.08.2017	426	01	R\$ 1.795,00	R\$ 1.795,00
ARMÁRIO MÉTRICO –PESOS E MEDIDAS	05.09.2017	1707	01	R\$ 750,00	R\$ 750,00
BALCÃO EM L 1,35X1,65 COM 4 GAVETAS SENDO COM CHAVE E NICHOS CPU	25.10.2017	436	01	R\$ 1.920,00	R\$ 1.920,00
BALCÃO EM L 1,65X1,65 COM 4 GAVETAS SENDO COM CHAVE E NICHOS CPU	25.10.2017	436	01	R\$ 1.935,00	R\$ 1.935,00
ARMÁRIO COM SEIS PORTAS SENDO TRÊS COM CHAVE INTERNO BRANCO EXTERNO MAQUDEIRADO	25.10.2017	436	01	R\$ 2.690,00	R\$ 2.690,00

COMPUTADOR PC WORK PENTIUM 4GB/DDR4/ 500GB TECLADO/MOUSE WIN 10 COM MONITOR 18,5	13.11.2017	13.693	02	R\$ 2.340,00	R\$ 4.680,00
SUBTOTAL					R\$ 13.770,00

## XV – APP NUCLEO MUNICIPAL GETULIO VARGAS

Descrição do bem	Data Aquisição	Nº NF	Qtd	Valor Unitário	Valor Total
BATEDEIRA PLANETÁRIA DELUXE 30 ARNO BRAN- CA	27.07.2017	4.912	01	R\$ 463,37	R\$ 463,37
CENTRIFUGA DE ROUPA 20KG 170W BRITANIA BRANCA	27.07.2017	4.912	01	R\$ 354,31	R\$ 354,31
DVD PLAYER COM USB SONY	27.07.2017	4.912	01	R\$ 157,12	R\$ 157,12
PLASTIFICADORA A4 2401 220 WTS	19.06.2017	267	01	R\$ 560,00	R\$ 560,00
MOTOR AUTOMATIZANTE DE PORTÃO DE CORRER	31.07.2017	205	01	R\$ 1.070,00	R\$ 1.070,00
CILINDRO CB-30 STYLE BIVOLT 1/2CV	01.09.2017	5339	01	R\$ 1.980,00	R\$ 1.980,00
LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL LQB-8 1/2CV NR 12	01.09.2017	5339	01	R\$ 825,00	R\$ 825,00
SUBTOTAL					R\$ 5.409,80

## XVI – APP NUCLEO MUNICIPAL ROTARY

Descrição do bem	Data Aquisição	Nº NF	Qtd	Valor Unitário	Valor Total
SUPORTE PARA BANDEIRA COM 05 ENTRADAS MEDINDO 1,65X40X30	19.06.2017	214	01	R\$ 340,70	R\$ 340,70
TRIBUNA 1,25X70X40	19.06.2017	214	01	R\$ 420,00	R\$ 420,00
CONJUNTO MESA E BANCO JARDIM	19.06.2017	214	01	R\$ 580,00	R\$ 580,00
SUBTOTAL					R\$ 1.340,70

## XVII – APP NUCLEO MUNICIPAL DO CAMPO LEONIZA CARVALHO AGOSTINI

Descrição do bem	Data Aquisição	Nº NF	Qtd	Valor Unitário	Valor Total
GAZEBO BRANCO 2X2 FERRO KALA	08.11.2017	13.670	05	R\$ 119,00	R\$ 595,00
COMPUTADOR INTEL CORE I3 3,9GHZ 500GB DDR4 WIN10 ORIGINAL TECLADO/ MONITOR DE LED 18,5	19.12.2017	1.318	01	R\$ 2.449,00	R\$ 2.449,00
SUBTOTAL					R\$ 3.044,00

## XVIII – APP NUCLEO MUNICIPAL DO ALIRIO LUIS DE ALMEIDA

Descrição do bem	Data Aquisição	Nº NF	Qtd	Valor Unitário	Valor Total
NOTEBOOK TABLETE MULTILASER M8W PLUS 2 EM 01	22.06.2017	6940	01	R\$ 1.321,32	R\$ 1.321,32
SUBTOTAL					R\$ 1.321,32

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 13 de abril de 2018.

José Antônio Guidi  
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos treze dias do mês de abril do ano dois mil e dezoito na portaria da Prefeitura Municipal

Kleberson Luciano Lima  
Secretário de Educação e Cultura

**LEI Nº 6.015/2018**

Publicação Nº 1608460

LEI Nº 6.015/2018

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR TERMO DE COLABORAÇÃO COM A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE COM INTERVENIÊNCIA DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

José Antônio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,  
Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal, através do Fundo Municipal de Educação autorizado a firmar Termo de Colaboração com Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE inscrita no CNPJ sob nº 83.453.183/0001-28 objetivando o repasse de recursos financeiros para atendimento do Projeto constante do Plano de Trabalho aprovado no Termo de dispensa de Chamamento Público n. 001/2018, de acordo com as normas da Lei n. 13.019/2014.

Art. 2º - O montante total de recursos do Município a serem empregados na execução do objeto do Presente termo de colaboração é de

R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais) cujo repasse será efetuado em oito parcelas.

Art. 3.º - As despesas decorrentes desta lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, conforme a seguir:

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
12.367.0015.2059 CONTRIB. FINAN. A ENTIDADES ASSIST./EDUCAC.  
3350000000.00.1000 TRANSF. A INST. PRIV. S/ FINS LUCR ..... R\$ 180.000,00

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 13 de abril de 2018.  
José Antônio Guidi  
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos treze dias do mês de abril do ano dois mil e dezoito na portaria da Prefeitura Municipal

Kleberson Luciano Lima  
Secretário de Educação e Cultura

## LEI Nº 6.016/2018

Publicação Nº 1608462

LEI Nº 6.016/2018

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR TERMO DE COLABORAÇÃO COM A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS DEFICIENTES AUDITIVOS - APADAC COM INTERVENIÊNCIA DO FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE DE CURITIBANOS.

José Antônio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal, através do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente autorizado a firmar Termo de Colaboração com Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Auditivos - APADAC inscrita no CNPJ sob nº 78.497.989/0001-88 objetivando o repasse de recursos financeiros para atendimento do Projeto constante do Plano de Trabalho aprovado no Termo de dispensa de Chamamento Público n. 003/2018, de acordo com as normas da Lei n. 13.019/2014.

Art. 2.º - O montante total de recursos do Município a serem empregados na execução do objeto do Presente termo de colaboração é de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) cujo repasse será efetuado em oito parcelas.

Art. 3.º - As despesas decorrentes desta lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, conforme a seguir:

FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE  
05.00 FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE  
05.01 FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE  
08.243.0005.2012 MANUT. ATIV. FUNDO MUN. CRIANÇA E DO ADOLESC.  
3350000000.00.1000 TRANSF. A INST. PRIV. S/ FINS LUCR ..... R\$ 8.000,00

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 13 de abril de 2018.  
José Antônio Guidi  
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos treze dias do mês de abril do ano dois mil e dezoito na portaria da Prefeitura Municipal

Kleberson Luciano Lima  
Secretário de Educação e Cultura

## LEI Nº 6.017/2018

Publicação Nº 1608465

LEI Nº 6.017/2018

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CELEBRAR CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO FINANCEIRA COM A ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE FREI ROGÉRIO ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL/FMAS.

José Antônio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :



Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal, através do Fundo Municipal de Assistência Social, autorizado a firmar Termo de Colaboração com a ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE FREI ROGÉRIO, inscrita no CNPJ sob nº 83.754.341/0001-80, para execução do serviço de acolhimento institucional para idosos, conforme Plano de trabalho aprovado no Termo de Dispensa de chamamento público n. 002/2018.

Art. 2º - O montante total de recursos do Município a serem empregados na execução do objeto do Presente termo de colaboração é de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) cujo repasse será efetuado em oito parcelas.

Art. 3º - As despesas decorrentes desta lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, conforme a seguir:

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
04.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
04.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
08.244.0005.2014 MANUT. DAS ATIV. FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL  
3350000000.00.1000 TRANSF. A INST. PRIV. S/ FINS LUCR ..... R\$ 50.000,00

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 17 de abril de 2018.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos dezessete dias do mês de abril do ano dois mil e dezoito na portaria da Prefeitura Municipal

Marcio Damiani Poletto

Secretário Municipal da Assistência Social

## LEI Nº 6.018/2018

Publicação Nº 1608469

LEI Nº 6.018/2018

ABRE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

José Antônio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º. Fica aberto crédito especial junto a Lei nº 5.974/2017 do orçamento do Município de Curitiba no valor de R\$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais) para atender as ações desenvolvidas pela administração, a saber:

ABRE CRÉDITO ESPECIAL  
02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO  
02.05 SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS  
15.452.0018.2061 MANUT. DAS ATIV. DA SECRET. DE TRANSP E OBRAS  
4490000000.00.3000 APLICAÇÕES DIRETAS ..... R\$ 140.000,00

Art. 2º . Os recursos necessários para abertura do crédito especial terão origem no Superávit financeiro da fonte de recurso ORDINÁRIO, ocorrido no exercício de 2017, conforme balanço patrimonial anexo 14 e Decreto 4.990/2018.

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 17 de abril de 2018.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos dezessete dias do mês de abril do ano dois mil e dezoito na portaria da Prefeitura Municipal

Amaury Silva

Secretário de Administração e Finanças

**LEI Nº 6.019/2018**

Publicação Nº 1608472

LEI Nº 6.019/2018

ABRE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

José Antônio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,  
Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º. Fica aberto crédito especial junto a Lei nº 5.974/2017 do orçamento do Município de Curitiba no valor de R\$ 2.605.303,23 (Dois milhões, seiscentos e cinco mil, trezentos e três reais, vinte e três centavos) para atender as ações desenvolvidas pela administração, a saber:

**ABRE CRÉDITO ESPECIAL**

12.00 FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL

12.01 FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL

17.512.0021.1025 OBRAS DE CAPT. DE ÁGUAS PLUV. E ESG. DOM. TRAT.

4490000000.00.1034 APLICAÇÕES DIRETAS ..... R\$ 2.355.303,23

4490000000.00.3000 APLICAÇÕES DIRETAS ..... R\$ 250.000,00

Art. 2º . Os recursos necessários para abertura do crédito especial são provenientes do REPASSE PARA AÇÕES DE PREVENÇÃO EM ÁREA DE RISCOS DE DESASTRES - PROCESSO Nº 59502.000719/2017-99 com o MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no valor de R\$ 2.355.303,23 (Dois milhões trezentos e cinquenta e cinco mil trezentos e três reais e vinte e três centavos) e do superávit financeiro da fonte de recurso ORDINÁRIO, ocorrido no exercício de 2017, conforme balanço patrimonial anexo 14 e Decreto 4.990/2018.

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 17 de abril de 2018.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos dezessete dias do mês de abril do ano dois mil e dezoito na portaria da Prefeitura Municipal

Amaury Silva

Secretário de Administração e Finanças

**LEI Nº 6.020/2018**

Publicação Nº 1608476

LEI Nº 6.020/2018

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A RENOVAR PRAZO PARA CONSTRUÇÃO CONCEDIDO A ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE CANAÃ "O PODER DA FÉ" POR MEIO DA LEI Nº 4.452/2009.

José Antônio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,  
Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º. Fica renovado por 36 (trinta e seis meses), o prazo concedido à Associação Beneficente Canaã "O Poder da Fé" por meio da Lei n. 4.452/2009 para a conclusão das obras de construção e início das atividades, junto ao imóvel com área de 563,00 m² (quinhentos e sessenta e três metros quadrados) localizado à rua Valdir Ortigari distando 68,50 m ao lado sul da Rua Alzerino W. de Almeida, nesta cidade, sob pena de reversão da área doada ao patrimônio Municipal, com retenção das benfeitorias sem direito a qualquer indenização.

Parágrafo Único: O prazo previsto no art. 1º é improrrogável e inicia-se a partir da data da publicação da presente lei.

Art. 2º. A respectiva ordem de escritura somente será concedida por ocasião do início das atividades e nela constará a cláusula de inalienabilidade pelo prazo de 10 (dez) anos.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 26 de abril de 2018.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos vinte e seis dias do mês de abril do ano dois mil e dezoito na portaria da Prefeitura Municipal.

Amaury Silva

Secretário de Administração e Finanças

# Descanso

## PREFEITURA

### **DECRETO 1942/2018 CONCEDE AUTORIZAÇÃO PARA O DESDOBRAMENTO DE 143,00 M² DO LOTE URBANO Nº 01 E 143,00 M² DO LOTE URBANO Nº 02, E FUSÃO DE AMBOS FORMANDO O LOTE URBANO Nº 01-A, SITO À RUA ANTÔNIO WRONSKI, CIDADE DE DESCANSO, DE PROPRIEDADE MIRACI MARQUETE, NILTON JOSÉ PARMEGIANI E NOELI TEREZINHA VIG**

Publicação Nº 1608200

DECRETO Nº 1942/2018, de 25 de abril de 2018.

CONCEDE AUTORIZAÇÃO PARA O DESDOBRAMENTO DE 143,00 M² DO LOTE URBANO Nº 01 E 143,00 M² DO LOTE URBANO Nº 02, E FUSÃO DE AMBOS FORMANDO O LOTE URBANO Nº 01-A, SITO À RUA ANTÔNIO WRONSKI, CIDADE DE DESCANSO, DE PROPRIEDADE MIRACI MARQUETE, NILTON JOSÉ PARMEGIANI E NOELI TEREZINHA VIGANÓ PARMEGIANI DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 3º, inciso III, c/c o Art. 6º, da Lei nº 43/82, de 21.01.83, alterado pela Lei nº 982/2010, de 24.08.2010 e pela Lei nº 1438/2015, de 18 de junho de 2015,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado o desdobramento de 143,00 m², do Lote Urbano nº 01, com a área total de 520,00 m², sito à Rua Antônio Wronski esquina com a Rua Félix Jaroskeski, nesta cidade de Descanso - SC, imóvel de propriedade de MIRACI MARQUETE, portadora do CPF sob nº 842.870.129-68 e Cédula de Identidade sob nº 3.102.995, expedida pela SSP/SC, registrado sob matrícula nº 4.838, do Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de Descanso - SC, com as seguintes confrontações:

Ø Ao NORTE, com o lote urbano nº 02, por linha seca medindo 11,00 metros;

Ø Ao LESTE, com o mesmo lote urbano nº 01, por linha seca medindo 13,00 metros;

Ø Ao SUL, com a Rua Antônio Wronski, por linha seca medindo 11,00 metros;

Ø Ao OESTE, com o lote urbano nº 03, por linha seca medindo 13,00 metros;

Art. 2º Fica autorizado o desdobramento de 143,00 m², do Lote Urbano nº 03, com a área total de 520,00 m², sito à Rua Antônio Wronski esquina com a Rua Teresinha Ciechanowski, nesta cidade de Descanso - SC, imóvel de propriedade de NILTON JOSÉ PARMEGIANI, portador do CPF sob nº 141.933.898-63 e Cédula de Identidade sob nº 2.351.472, expedida pela SSP/SC, casado com NOELI TEREZINHA VIGANÓ PARMEGIANI, portadora do CPF sob nº 627.187.389-87 e Cédula de Identidade sob nº 13/R-2.208.314, expedida pela SSP/SC, registrado sob matrícula nº 4.840, do Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de Descanso - SC, com as seguintes confrontações:

Ø Ao NORTE, com o lote urbano nº 04, por linha seca medindo 11,00 metros;

Ø Ao LESTE, com o lote urbano nº 01, por linha seca medindo 13,00 metros;

Ø Ao SUL, com a Rua Antônio Wronski, por linha seca medindo 11,00 metros;

Ø Ao OESTE, com o mesmo lote urbano nº 03, por linha seca medindo 13,00 metros;

Art. 3º Fica autorizada a fusão das áreas desdobradas de 143,00 m² do Lote Urbano nº 01, e 143,00 m², do Lote Urbano nº 03, perfazendo a área total de 286,00 m², sito à Rua Antônio Wronski, nesta cidade de Descanso - SC, imóvel de propriedade de MIRACI

MARQUETE, portadora do CPF sob nº 842.870.129-68 e Cédula de Identidade sob nº 3.102.995, expedida pela SSP/SC e NILTON JOSÉ PARMEGIANI, portador do CPF sob nº 141.933.898-63 e Cédula de Identidade sob nº 2.351.472, expedida pela SSP/SC, casado com NOELI TEREZINHA VIGANÓ PARMEGIANI, portadora do CPF sob nº 627.187.389-87 e Cédula de Identidade sob nº 13/R-2.208.314, expedida pela SSP/SC, imóvel que receberá a denominação de Lote Urbano nº 01-A, com área total de 286,00 m², com as seguintes confrontações:

Ø Ao NORTE, com parte dos lotes urbanos nº 02 e 04, por linha seca medindo 22,00 metros;

Ø Ao LESTE, com o lote urbano nº 01, por linha seca medindo 13,00 metros;

Ø Ao SUL, com a Rua Antônio Wronski, por linha seca medindo 22,00 metros;

Ø Ao OESTE, com o lote urbano nº 03, por linha seca medindo 13,00 metros;

Art. 4º A área remanescente de 377,00 m², do Lote Urbano nº 01, sito à Rua Antônio Wronski esquina com a Rua Félix Jaroskeski, nesta cidade de Descanso, imóvel de propriedade de MIRACI MARQUETE, portadora do CPF sob nº 842.870.129-68 e Cédula de Identidade sob nº 3.102.995, expedida pela SSP/SC, registrado sob matrícula nº 4.838, do Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de Descanso - SC, terá as seguintes confrontações:

Ø Ao NORTE, com o lote urbano nº 02, por linha seca medindo 29,00 metros;

Ø Ao LESTE, com a Rua Félix Jaroskeski, por linha seca medindo 13,00 metros;

Ø Ao SUL, com a Rua Antônio Wronski, por linha seca medindo 29,00 metros;

Ø Ao OESTE, com o lote urbano nº 01-A, por linha seca medindo 13,00 metros;

Art. 5º A área remanescente de 377,00 m², do Lote Urbano nº 03, sito à Rua Antônio Wronski esquina com a Rua Teresinha Ciechanowski, nesta cidade de Descanso, imóvel de propriedade de NILTON JOSÉ PARMEGIANI, portador do CPF sob nº 141.933.898-63 e Cédula de Identidade sob nº 2.351.472, expedida pela SSP/SC, casado com NOELI TEREZINHA VIGANÓ PARMEGIANI, portadora do CPF sob nº 627.187.389-87 e Cédula de Identidade sob nº 13/R-2.208.314, expedida pela SSP/SC, registrado sob matrícula nº 4.840, do Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de Descanso - SC, terá as seguintes confrontações:

Ø Ao NORTE, com o lote urbano nº 04, por linha seca medindo 29,00 metros;

Ø Ao LESTE, com o lote urbano nº 01-A, por linha seca medindo 13,00 metros;

Ø Ao SUL, com a Rua Antônio Wronski, por linha seca medindo 29,00 metros;

Ø Ao OESTE, com a Rua Teresinha Ciechanowski, por linha seca medindo 13,00 metros;

Art. 6º O lote urbano ora criado atende aos requisitos do Art. 2º, § 5º e Art. 3º, parágrafo único, da Lei Federal nº 6.766, de 19.12.1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano, contemplando a infra-estrutura básica dos parcelamentos.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Descanso - SC, de 25 de abril de 2018.

Sadi Inácio Bonamigo

Prefeito Municipal

Fernando Trintinaglia

Engenheiro Civil - CREA-SC 140.621-5

Certifico que publiquei o presente Decreto em data supra.

Eduarda A. Busnello – Chefe da Divisão de Pessoal.

**DECRETO 1943/2018, REVOGA DECRETO N. 1829/2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Publicação Nº 1608201

DECRETO Nº 1943/2018, de 30 de abril de 2018.

REVOGA DECRETO N. 1829/2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 86, inciso IX c/c XXIII, da Lei Orgânica do Município de Descanso,

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o decreto municipal n. 1829, de 06 de março de 2017, ficando o Sr. Vice-Prefeito, Valdecir Casagrande, desincumbido de acompanhar e fiscalizar as máquinas pertencentes ao patrimônio do Município de Descanso.

Art. 2º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Descanso – SC, 30 de abril de 2018.

SADI INÁCIO BONAMIGO

Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei o presente Decreto na data supra.

Eduarda A. Busnello – Chefe da Divisão de Pessoal.

**DECRETO 1944/2018, DETERMINA ROTINAS DE EXPEDIENTE E TRABALHO DAS SECRETARIAS DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS E DE TRANSPORTES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Publicação Nº 1608202

DECRETO Nº 1944/2018, de 30 de abril de 2018.

DETERMINA ROTINAS DE EXPEDIENTE E TRABALHO DAS SECRETARIAS DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS E DE TRANSPORTES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 86, inciso IX c/c XXIII, da Lei Orgânica do Município de Descanso,

DECRETA:

Art. 1º Fica determinado pelo presente que os servidores públicos municipais vinculados às Secretarias de Obras e Urbanismo e de Transportes, são incumbidos de zelar por máquinas, equipamentos, aparelhos e qualquer instrumento de trabalho, bem como, por manter limpo e organizado o local de trabalho e guarda dos bens referidos.

Art. 2º A palavra zelar do artigo anterior abrange as tarefas de organizar, limpar, cuidar, e, principalmente, evitar a deterioração do patrimônio público, mantendo em dia o que estiver sob sua guarda.

Art. 3º As tarefas referidas no art. 1º deverão ser realizadas quando os servidores mencionados não estiverem realizando suas atribuições principais.

Art. 4º O responsável pela organização dos funcionários e determinação das tarefas é o Secretário de Obras e Urbanismo e o Secretário de Transportes, e, na ausência destes, o Chefe de Almoxarifado,

expedindo relatório mensal do andamento dos trabalhos.

Art. 5º O funcionário público municipal que não se atentar a qualquer das tarefas acima está sujeito a processo administrativo disciplinar.

Art. 6º Não haverá remuneração extra pelas tarefas acima elencadas por se tratarem de atividades inerentes à função.

Art. 7º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Descanso – SC, 30 de abril de 2018.

SADI INÁCIO BONAMIGO

Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei o presente Decreto na data supra.

Eduarda A. Busnello – Chefe da Divisão de Pessoal.



# Dionísio Cerqueira

## PREFEITURA

### EXTRATO PREGÃO 21/2018 - FMS

Publicação Nº 1608087

MUNICIPIO DE DIONISIO CERQUEIRA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE  
EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2018  
REGISTRO DE PREÇO

O MUNICÍPIO DE DIONISIO CERQUEIRA, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, Lei Federal 10.520/02, promove Processo Licitatório nº 21/2018, Edital de Pregão Nº 21/2018, objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS AMBULATORIAIS PARA USO JUNTO AOS ESFS, LABORATORIO MUNICIPAL, SAMU E CAPS DO MUNICIPIO DE DIONISIO CERQUEIRA - SC. Recebimento, abertura e julgamento às 09:00 horas do dia 14/05/2018, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, Rua Santos Dumont, nº 413, Centro, Dionísio Cerqueira/SC. Informações complementares sobre o edital poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira, no endereço supra citado, ou através do telefone (0xx49) 3644-6700 ou site: [www.dionisiocerqueira.sc.gov.br](http://www.dionisiocerqueira.sc.gov.br). Dionísio Cerqueira/SC. THYAGO W. G. GONÇALVES PREFEITO MUNICIPAL

### EXTRATO PREGÃO 49/2018 - PMDC

Publicação Nº 1608103

MUNICIPIO DE DIONISIO CERQUEIRA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA  
EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 49/2018  
REGISTRO DE PREÇO

O MUNICÍPIO DE DIONISIO CERQUEIRA, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, Lei Federal 10.520/02, promove Processo Licitatório nº 49/2018, Edital de Pregão Nº 49/2018, Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA e HABILITADA PARA FINS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO NO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, DAS RUAS, AVENIDAS E LOGRADOUROS DO MUNICÍPIO, COM FORNECIMENTO DE MÃO-DE-OBRA E MATERIAIS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DO OBJETO. Recebimento, abertura e julgamento às 14:00 horas do dia 14/05/2018, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, Rua Santos Dumont, nº 413, Centro, Dionísio Cerqueira/SC. Informações complementares sobre o edital poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira, no endereço supracitado, ou através do telefone (0xx49) 3644-6700 ou site: [www.dionisiocerqueira.sc.gov.br](http://www.dionisiocerqueira.sc.gov.br). Dionísio Cerqueira/SC. THYAGO W. G. GONÇALVES PREFEITO MUNICIPAL

### EXTRATO PREGÃO 7/2018 - FMAS

Publicação Nº 1608193

MUNICIPIO DE DIONISIO CERQUEIRA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL  
EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 7/2018  
REGISTRO DE PREÇO

O MUNICÍPIO DE DIONISIO CERQUEIRA, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, Lei Federal 10.520/02, promove Processo Licitatório nº 7/2018, Edital de Pregão Nº 7/2018, objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO

DE MATERIAL GRAFICO (FOLDERS E PANFLETOS) A SEREM UTILIZADOS NO SETOR DO CREAS, EM DIVERSAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO NO DECORRER DO ANO. Recebimento, abertura e julgamento às 11:00 horas do dia 14/05/2018, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, Rua Santos Dumont, nº 413, Centro, Dionísio Cerqueira/SC. Informações complementares sobre o edital poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira, no endereço supra citado, ou através do telefone (0xx49) 3644-6700 ou site: [www.dionisiocerqueira.sc.gov.br](http://www.dionisiocerqueira.sc.gov.br). Dionísio Cerqueira/SC. THYAGO W. G. GONÇALVES PREFEITO MUNICIPAL

### PREGÃO PRESENCIAL Nº 45-2018 - CONTRATOS - PMDC

Publicação Nº 1608675

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 043-2018 PMDC

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA  
Contratada...: CB-COMERCIO DE LIVROS E BRINQUEDOS BOFF LTDA - ME

Valor ..... : 5.910,00 (cinco mil novecentos e dez reais)

Vigência ..... : Início: 27/04/2018 Término: 26/04/2019

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 45/2018

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE MESAS, TABLET, CARROS DE PASSEIO

PARA BEBES MULTIUSO E LAVADOURA DE ROUPAS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS ESCOLAS E CRECHES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, VISANDO AUXILIAR ALUNOS E PROFESSORES NO AMBIENTE ESCOLAR.

Dionísio Cerqueira, 30 de Abril de 2018

Contrato Nº.: 044-2018 PMDC

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA  
Contratada...: SALLA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA LTDA

Valor ..... : 2.482,00 (dois mil quatrocentos e oitenta e dois reais)

Vigência ..... : Início: 27/04/2018 Término: 26/04/2019

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 45/2018

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE MESAS, TABLET, CARROS DE PASSEIO PARA BEBES MULTIUSO E LAVADOURA DE ROUPAS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS ESCOLAS E CRECHES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, VISANDO AUXILIAR ALUNOS E PROFESSORES NO AMBIENTE ESCOLAR.

Dionísio Cerqueira, 30 de Abril de 2018

Contrato Nº.: 045-2018 PMDC

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA  
Contratada...: COMERCIO DE MOVEIS E ELETRODOMESTICOS SA SYSTEM CL

Valor ..... : 8.642,00 (oito mil seiscentos e quarenta e dois reais)

Vigência ..... : Início: 27/04/2018 Término: 26/04/2019

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 45/2018

Recursos ..... : Dotação:



Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE MESAS, TABLET, CARROS DE PASSEIO PARA BEBES MULTIUSO E LAVADOURA DE ROUPAS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS ESCOLAS E CRECHES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, VISANDO AUXILIAR ALUNOS E PROFESSORES NO AMBIENTE ESCOLAR.  
Dionísio Cerqueira, 30 de Abril de 2018  
-----

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 45-2018 - HOMOLOGAÇÃO - PMDC**

Publicação Nº 1608215

PREGÃO PRESENCIAL Nº 45/18  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 45/18  
HOMOLOGAÇÃO: 27/04/18  
CONTRATADO: CB-COMERCIO DE LIVROS E BRINQUEDOS BOFF LTDA - ME  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA  
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MESAS, TABLET, CARROS DE PASSEIO PARA BEBES MULTIUSO E LAVADOURA DE ROUPAS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS ESCOLAS E CRECHES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, VISANDO AUXILIAR ALUNOS E PROFESSORES NO AMBIENTE ESCOLAR.  
VALOR DA DESPESA: R\$ 5.910,00 (cinco mil novecentos e dez reais)  
DATA: 30/04/18 - THYAGO WANDERLAN GNOATTO  
GONÇALVES - Prefeito Municipal.

-----PREGÃO

PRESENCIAL Nº 45/18  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 45/18  
HOMOLOGAÇÃO: 27/04/18  
CONTRATADO: COMERCIO DE MOVEIS E ELETRODOMESTICOS SA SYSTEM CL  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA  
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MESAS, TABLET, CARROS DE PASSEIO PARA BEBES MULTIUSO E LAVADOURA DE ROUPAS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS ESCOLAS E CRECHES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, VISANDO AUXILIAR ALUNOS E PROFESSORES NO AMBIENTE ESCOLAR.  
VALOR DA DESPESA: R\$ 8.642,00 (oito mil seiscentos e quarenta e dois reais)  
DATA: 30/04/18 - THYAGO WANDERLAN GNOATTO  
GONÇALVES - Prefeito Municipal.

-----PREGÃO

PRESENCIAL Nº 45/18  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 45/18  
HOMOLOGAÇÃO: 27/04/18  
CONTRATADO: SALLA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA LTDA  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA  
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MESAS, TABLET, CARROS DE PASSEIO PARA BEBES MULTIUSO E LAVADOURA DE ROUPAS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS ESCOLAS E CRECHES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, VISANDO AUXILIAR ALUNOS E PROFESSORES NO AMBIENTE ESCOLAR.  
VALOR DA DESPESA: R\$ 2.482,00 (dois mil quatrocentos e oitenta e dois reais)  
DATA: 30/04/18 - THYAGO WANDERLAN GNOATTO  
GONÇALVES - Prefeito Municipal.  
-----

# Doutor Pedrinho

## PREFEITURA

### EXTRATO DE EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 20-2018

Publicação Nº 1608100

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO/SC

Extrato do Edital de Tomada de Preços nº 20/2018

O MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, torna público que está aberto a LICITAÇÃO, na modalidade TOMADA DE PREÇOS, tipo "Menor Preço Global", objetivando a Contratação de empresa para execução da obra de Revitalização da Praça 1º de Junho, localizada na Rua Aderbal Ramos da Silva – Bairro Centro, Cidade Doutor Pedrinho – SC, atendendo a Lei Federal nº 8.666/93, Lei

Complementar nº 123/2006 e demais legislações aplicáveis. Recebimento dos envelopes de propostas e dos envelopes de habilitação: Data: 18/05/2018. Hora: 08h45min. Início da Sessão Pública e abertura do envelope de habilitação: Data: 18/05/2018, Hora: 09h15min. Informações serão prestadas na sede da municipalidade durante o expediente normal ou através do e-mail: [compras@doutorpedrinho.sc.gov.br](mailto:compras@doutorpedrinho.sc.gov.br) e do telefone 0xx47 3388-0148.

Doutor Pedrinho/SC, 30 de abril de 2018.

SIMONI MÉRCIA MESCH NONES

Prefeita de Doutor Pedrinho

## CÂMARA MUNICIPAL

### ATA DA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA

Publicação Nº 1608070

Ata da Quinquagésima Terceira Sessão Ordinária da Câmara de Vereadores de Doutor Pedrinho, na Oitava Legislatura do Município. Em vinte e quatro de abril de dois mil e dezoito (24/04/2018), com início às 19:00 hs, reuniu-se a Câmara dos Vereadores do Município de Doutor Pedrinho, com a presença da totalidade dos Parlamentares, tendo na Presidência o Vereador Tony Tadeu Nones; Vice-Presidência o Vereador Luiz Henrique Stollmeier; 1º Secretário o Vereador Luizinho Pereira da Silva; e 2º Secretário o Vereador Jackson Rodrigo de Castilho. Inicialmente, o Senhor Presidente cumprimentou os colegas Vereadores e demais presentes, e declarou aberta a Sessão Ordinária, com a invocação regimentalmente fixada. A seguir, com um inscrito no espaço para a Tribuna Livre o Senhor Presidente convida o senhor Osniir Danna para fazer uso da tribuna, com o assunto Projeto da Rodovia SC-477 – Contorno Viário da Cidade, donde o mesmo registra cumprimento aos Senhores Vereadores e demais presentes, agradecendo os Parlamentares que aceitaram seu convite e estiveram em sua propriedade para analisar o que ele passará a expor; Prossegue, manifestando que no dia 07 de fevereiro recebeu visita de engenheiro da empresa responsável pelo levantamento topográfico da área para o contorno viário da Cidade dentro de sua propriedade para fins de obtenção de licenças e elaboração de projeto; Que, autorizada entrada e executados os trabalhos, conversou com o engenheiro sobre o projeto, questionando detalhes, no que o engenheiro lhe informou que o contorno passaria ao lado de sua residência próximo a um poste; Que recorda ter sugerido que este contorno fosse feito em linha reta, e foi neste entendimento, respeitando as sugestões feitas por ele que fora desenvolvido o primeiro ante-projeto, chamado de planta, que os Vereadores também receberam; Que no dia 03 de março recebeu a planta, sendo considerada por ele um trabalho perfeito, fora das águas das cheias, ao pé de um morro, iniciando-se na ponte, depois do contorno, entraria no antigo terreno do falecido Chico Bowens, em seguida entraria nos arrozais da Família Moser, inclusive nestes arrozais já foram realizadas 03 sondagens, seguiria então no escoamento das águas da Forçação, cruzando o pontilhão ou um valo, e vai adentrando na encosta do pé do morro no fundo do terreno do Vereador Merquides, passando adiante da Associação dos Servidores Públicos encontrando novamente os arrozais, formando uma linha reta até em frente ao pontilhão, ficando a saída na SC-477 do lado direito do pontilhão,

sendo que desta forma o projeto se tornaria aceitável pelos moradores do Município; Que, infelizmente, no dia 13 deste mesmo mês corrente, recebeu outra cópia do ante-projeto modificado, que nada acrescenta para a Comunidade, retrógrado para Doutor Pedrinho, donde inicia nos terrenos do Senhor Leonir Moser, adentrando o canal de escoamento das águas da Forçação, ao invés de sair para o morro, ele vem para os arrozais, sempre abaixo do levantamento inicial, aquele que os proprietários autorizaram a medição: Que este último ante-projeto segue abaixo de sua casa também e, pelo que se percebe, irá transformar os arrozais por onde passar em criadouro de cobras e insetos, porque ninguém irá cultivar nas encostas de morro; Que, desta maneira, o projeto irá cortar a frente do pontilhão, aquele tão sonhado pontilhão que foi construído para escoamento das enchentes; Que esse novo ante-projeto foi desenvolvido sem qualquer estudo sobre as águas, sem lógica alguma, além de ignorar os proprietários, ignora o levantamento feito, ignora também o maior patrimônio de Doutor Pedrinho que são as crianças, as mulheres grávidas, os idosos e os deficientes, acabando com o conforto dos moradores daqui; Que este ante-projeto deve ser revisto, motivo pelo qual solicita ao Senhor Presidente para que convoque os responsáveis para que estes prestem esclarecimentos, pois os moradores não foram comunicados, e dessa forma, não se pode transformar Doutor Pedrinho em um lago; Registra, também, que na visita do Vereador Joel, este apresentou uma sugestão de que fosse formado um canal contínuo de no mínimo 5 metros até em baixo do pontilhão, donde só discorda na largura, donde deveria ser feito um canal de no mínimo 25 metros, pois somente dessa forma a Comunidade poderia se tranquilizar; Que deve ser exigido consulta ao interessados para decisões como esta, e que sejam decisões de Comunidade, não apenas de um grupo que respeita apenas seus interesses particulares; Por fim, solicita ao Líder de Governo, Vereador Amélio, para que este comunique a Senhora Prefeita da revolta e preocupação da Comunidade, pedindo também a colaboração de todos para que Doutor Pedrinho siga progredindo; O Senhor Presidente agradece a presença do Senhor Osniir, agradecendo também por ele ter disponibilizado o ante-projeto, pois antes disso nenhum vereador havia tido acesso a ele; Registra ainda que será encaminhado Ofício ao DEINFRA, órgão responsável, solicitando informações sobre o ante-projeto, reforçando ainda a solicitação feita ao Líder de Governo, e comentando que se as informações não forem recebidas, este Poder Legislativo se compromete a ir atrás das informações. Encerradas as manifestações, seguiu-se para o pequeno expediente, onde o Presidente registrou a prévia entrega da cópia da ata da Sessão

Ordinária realizada no dia 17/04/2018 aos Senhores Vereadores, disponibilizadas na própria sede e publicada no Diário Oficial dos Municípios ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)), colocando-a em discussão, e, não havendo manifestações, submeteu a votação, sendo a mesma aprovada pelos Vereadores presentes, passando-se para assinaturas. Dando continuidade, abriu-se o grande expediente em tema livre, onde não houve vereadores inscritos, de forma que se prosseguiu na pauta da sessão, abrindo-se espaço para "Comunicação de Lideranças", sem qualquer registro de manifestação pelos Líderes. Com duas proposições pautada para a Ordem do dia, passou-se a elas, donde: a) Projeto de Lei Ordinária nº 003/2018 - "Disciplina ligações à rede pública de água e energia elétrica no Município de Doutor Pedrinho/SC" – o Senhor Presidente coloca o Projeto de Lei Ordinária nº 003/2018 em segunda votação simbólica, ficando o projeto aprovado pela totalidade dos Parlamentares; b) Projeto de Lei Ordinária nº 007/2017 – "Altera a Lei nº 876, de 16 de dezembro de 2016, e dá outras providências" - o Senhor Presidente solicita a leitura de parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, donde, após procedida a leitura, verificou-se ser favorável quanto a tramitação do projeto, passando-se então para discussão única, e, não havendo manifestações, passou-se para primeira votação simbólica, ficando o projeto aprovado pela totalidade de parlamentares desta Casa Legislativa. Concluída a ordem do dia, passou-se para a "Palavra Livre" pela ordem de inscrição, onde: a) o Vereador Amélio Alves Fernandes oferece seu apoio as reivindicações feitas pelo Senhor Osnir, se comprometendo também a encaminhar para a Senhora Prefeita e desta forma trazer informações para este Poder Legislativo, para que seja feito o melhor para Doutor Pedrinho; b) o Vereador Valmir Farias parabeniza os envolvidos na primeira cavalgada que aconteceu no Município, evento muito bom, que contou com a presença de muitas pessoas; Também agradece o Senhor Osnir por ter vindo a esta Casa, pois os vereadores são para representar o Povo; Que o problema das enchentes já vem sido alvo de discussões em gestão anteriores, e como colocado pelo Presidente desta Casa, se não houver respostas, os Vereadores tem um compromisso de irem atrás dessas informações, exigindo-se até audiências públicas, pois deve se esclarecer e manifestar antes da execução deste projeto; Que teve uma breve conversa com a Senhora Prefeita, mas esta já lhe garantiu que os moradores e os Vereadores tem seu apoio nesta luta; Intervindo, o Vereador Presidente solicita ao Líder de Governo para que seja agendada reunião com a Senhora Prefeita para que seja tratado deste assunto, juntamente com os moradores interessados. Concluída a "Palavra Livre", o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos, convidando para a próxima Sessão Ordinária que se realizará no dia 08 de maio do ano corrente, às 19:00 horas, na sede do Poder Legislativo, e em seguida encerrou a presente Sessão na forma regimental, da qual lavrou-se esta ata que será assinada por todos e publicada na forma da Lei.

# Faxinal dos Guedes

## PREFEITURA

### EXTRATO DE CONTRATO 0047/2018

Publicação Nº 1608534

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

#### EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 0047/2018  
Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes  
Contratado: SORALUCE E SORALUCE LTDA ME  
Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA REALIZAÇÃO DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS E CURSOS TÉCNICOS.  
Valor por quilômetro rodado é de R\$ 4,20.  
Prazo de vigência: até 31 de Dezembro de 2018.  
Lei nº 8.666/93, Lei nº suas alterações e demais normas vigentes.  
Faxinal dos Guedes, SC, em 30 de Abril de 2018.  
GILBERTO ANGELO LAZZARI  
PREFEITO MUNICIPAL

### EXTRATO DE CONTRATO 0048/2018

Publicação Nº 1608536

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

#### EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 0048/2018  
Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes  
Contratado: SUPERBID WEBSERVICES LTDA  
Objeto: Prestação de serviços, pela CONTRATADA, de promoção e divulgação de pregão público eletrônico, para venda de ativos inservíveis do CONTRATANTE.  
Prazo de vigência: até 31 de Dezembro de 2018.  
Lei nº 8.666/93, Lei nº suas alterações e demais normas vigentes.  
Faxinal dos Guedes, SC, em 30 de Abril de 2018.  
GILBERTO ANGELO LAZZARI  
PREFEITO MUNICIPAL

### PREGÃO PRESENCIAL 0024/2018

Publicação Nº 1608530

AVISO  
PREGÃO PRESENCIAL N. 0024/2018  
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO que abriu licitação pública, regrada pelas disposições da Lei Federal n.10.520 de 17 de julho de 2002, mais o Decreto n. 234/2014 de 20 de Novembro de 2014 e subsidiariamente a Lei Federal n. 8.666/93 de 21 de junho e 1993 e Lei Complementar 123/2006 na modalidade PREGÃO PRESENCIAL - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 0024/2018 – Melhor Preço – Preço por Item, visando registro de preços para a CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS/HORAS DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA de acordo com as especificações, quantidades e valores máximos previstos

neste edital e, estará recebendo os envelopes contendo às propostas de preços e os envelopes para habilitação das 08h00m às 08h30m horas do dia 14 de Maio de 2018, na Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes, sito à Av. Rio Grande do Sul, n. 458, Centro e às 08h30m neste mesmo dia e local realizará a abertura dos envelopes dos interessados. A íntegra do Edital e seus anexos poderão ser obtidos pelos interessados no sítio do Município: [www.faxinal.sc.gov.br](http://www.faxinal.sc.gov.br) ou junto ao Mural Público da Prefeitura de Faxinal dos Guedes, no átrio da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda no horário das 8h00m às 12h00m e das 13h00 às 17h00m de segunda a sexta-feira, na Av. Rio Grande do Sul, n. 458, fone/fax (0xx49) 3436-4300.

Faxinal dos Guedes/SC, SC, 30 de Abril de 2018.  
GILBERTO ANGELO LAZZARI  
Prefeito Municipal

### PREGÃO PRESENCIAL 0025/2018

Publicação Nº 1608533

AVISO  
PREGÃO PRESENCIAL N. 0025/2018  
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO que abriu licitação pública, regrada pelas disposições da Lei Federal n.10.520 de 17 de julho de 2002, mais o Decreto n. 234/2014 de 20 de Novembro de 2014 e subsidiariamente a Lei Federal n. 8.666/93 de 21 de junho e 1993 e Lei Complementar 123/2006 na modalidade PREGÃO PRESENCIAL - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 0025/2018 – Melhor Preço – Preço por Item, visando registro de preços para a CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS, POR HORA TRABALHADA, DE MECÂNICA, ELÉTRICA, FUNILARIA E PINTURA, SEM EXCLUSIVIDADE DE PEÇAS, DESTINADA À MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS E MÁQUINAS DA FROTA DO MUNICÍPIO de acordo com as especificações, quantidades e valores máximos previstos neste edital e, estará recebendo os envelopes contendo às propostas de preços e os envelopes para habilitação das 08h00m às 08h30m horas do dia 15 de Maio de 2018, na Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes, sito à Av. Rio Grande do Sul, n. 458, Centro e às 08h30m neste mesmo dia e local realizará a abertura dos envelopes dos interessados. A íntegra do Edital e seus anexos poderão ser obtidos pelos interessados no sítio do Município: [www.faxinal.sc.gov.br](http://www.faxinal.sc.gov.br) ou junto ao Mural Público da Prefeitura de Faxinal dos Guedes, no átrio da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda no horário das 8h00m às 12h00m e das 13h00 às 17h00m de segunda a sexta-feira, na Av. Rio Grande do Sul, n. 458, fone/fax (0xx49) 3436-4300.

Faxinal dos Guedes/SC, SC, 30 de Abril de 2018.  
GILBERTO ANGELO LAZZARI  
Prefeito Municipal

# Flor do Sertão

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO Nº. 927/2018

Publicação Nº 1608650

AVISO DE LICITAÇÃO – Pregão – Registro de Preços  
PROCESSO LICITATÓRIO nº. 927/2018  
MODALIDADE: Pregão Presencial – Registro de Preços nº. 18/2018  
CRITÉRIOS DE JULGAMENTO: Menor preço – Unitário por Item

OBJETO. A presente licitação tem por objeto a AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA INCENTIVO INDUSTRIAL PARA FUTURA EMPRESA VENCEDORA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 661/2018 NA MODALIDADE DE CONCORRÊNCIA - CONCESSÃO Nº. 02/2018.

A íntegra do edital estará à disposição dos interessados a partir do dia 02 de maio de 2018, em horário comercial, junto ao departamento de compras no Centro Administrativo Municipal sito a Avenida Flor do Sertão nº. 696, centro, Flor do Sertão – SC ou no site do Município – [www.flordosertao.sc.gov.br](http://www.flordosertao.sc.gov.br).

DATA: Os interessados poderão entregar a declaração de que cumprem com os requisitos de habilitação e os envelopes com os documentos e as propostas de preços na sala de licitações junto ao prédio da Prefeitura Municipal no endereço acima mencionado, até às 09:30 horas do dia 14 de maio de 2018. A abertura da sessão para a realização do certame será às 09:31 horas do mesmo dia. Não havendo expediente na data marcada para realização da sessão será a mesma adiada para o primeiro dia útil subsequente, mantidos o mesmo local e horário.

LEGISLAÇÃO: A presente licitação está legalmente vinculada à Lei Federal nº. 10.520 de 17 de julho de 2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores.

Flor do Sertão – SC, aos 30 dias do mês de abril de 2018.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER		DIOGO DE BEM
CPF: 503.319.819-04		CPF: 010.389.549-32
PREFEITO MUNICIPAL		PREGOEIRO

### CONTRATO Nº. 42/2018

Publicação Nº 1608612

CONTRATO Nº. 42/2018  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 419/2018  
TOMADA DE PREÇOS Nº. 02/2018

O Município de Flor do Sertão – SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 01.566.621/0001-08 com sede na Avenida Flor do Sertão, 696, na cidade de Flor do Sertão – SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Sidnei José Willinghöfer, brasileiro, residente e domiciliado no município de Flor do Sertão, inscrito no CPF sob o nº 503.319.819-04 e portador da Cédula de Identidade nº 1.711.118 SSP/SC de ora em diante denominado de contratante, e de outro lado à sociedade MARIA LOIVA DE ANDRADE – ADVOGADOS ASSOCIADOS, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 11.034.780/0001-07, com sede na Avenida Sul Brasil, nº. 82, sala 207, centro na cidade de Maravilha - SC, neste ato representada pela Sra. Maria Loiva de Andrade, inscrita no CPF sob o nº 430.935.079-87 e Cédula de Identidade nº. 1.381.282, doravante denominada de contratada, de comum acordo e com amparo legal na Lei 8.666/93 complementada pela Lei 8.883/94, Lei Orgânica Municipal e Licitação nº. 419/2018 Modalidade de Tomada de Preço nº. 02/2018, resolvem contratar o objeto do presente pelas seguintes cláusulas que seguem:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Este contrato tem origem no Edital do Processo Licitatório nº. 419/2018, na modalidade Tomada de Preços nº. 02/2018, que tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DA ÁREA JURÍDICA PARA PRESTAR ASSESSORIA JURÍDICA CONTINUADA PARA A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E CÂMARA DE VEREADORES.

ITENS	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO DO OBJETO	VALOR UNIT.
1	09	Meses	SERVIÇO DE ASSESSORIA JURÍDICA PARA A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	R\$ 7.500,00
2	09	Meses	SERVIÇO DE ASSESSORIA JURÍDICA PARA A CÂMARA DE VEREADORES	R\$ 3.500,00

Os Serviços deverão ser realizados conforme Demanda e horários estipulados pela Secretaria de Administração e Câmara de Vereadores.

#### ATRIBUIÇÕES DO ASSESSOR JURÍDICO NA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO:

Analisar os Projetos de Leis, Decretos, Editais, Portarias e todos os atos administrativos que tenham conotação jurídica;

Defender o município em Ações de qualquer origem em todas as esferas do Poder Judiciário;



Realizar as demais tarefas atinentes a função;

Emitir pareceres jurídicos quando solicitado com prazo Máximo de 24 horas;

Fornecer consultas ao prefeito, secretários e servidores públicos do município;

Acompanhar certames licitatórios, concursos e demais atividades que exijam acompanhamento jurídico;

Emitir Pareceres Jurídicos Iniciais e Conclusivos de Processos Licitatórios.

#### ATRIBUIÇÕES DO ASSESSOR JURÍDICO NA CÂMARA DE VEREADORES;

Realização de pareceres jurídicos, análise de projetos de lei e contratos;

Assessoramento as comissões e presidência demais servidores;

Representar por procuração para pratica de atos específicos do legislativo em juízo ou fora dele e demais serviços atinentes à área jurídica e administrativa da câmara municipal;

Comparecer a todas as Sessões da Câmara de Vereadores ou falta justificada com autorização do Presidente da Câmara;

Os serviços poderão ser prestados via telefone, fax e no próprio poder legislativo.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

O prazo de vigência é até 31 de dezembro de 2018, contados a partir da assinatura do Contrato, podendo ser renovado/prorrogado pelo limite máximo de 60 (sessenta) meses, de acordo com o estabelecido em Lei, a critério e conveniência administrativa.

#### CLAUSULA TERCEIRA – DA FORMA DE REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços deverão ser realizados conforme o que dispõe o objeto do edital.

#### CLAUSULA QUARTA – DO PREÇO E DO PAGAMENTO

O valor ajustado será de R\$ 11.000,00 mensais, e o pagamento será efetuado mensalmente de acordo com a proposta e realização dos serviços, até o dia 10º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da realização dos serviços.

#### CLAUSULA QUINTA – DA FISCALIZAÇÃO

O Município promoverá, através da Secretaria de Administração, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços realizados em qualquer momento, não sendo necessariamente no ato da realização dos mesmos.

A fiscalização será exercida no interesse da ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL e não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades ou consequências que venham a ocorrer em razão do uso dos produtos e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

Caso durante a fiscalização seja verificada alguma irregularidade nos serviços o contratado prestador será notificado, sendo exigidas melhorias na realização dos mesmos.

Fica como responsável pela fiscalização dos Serviços a serem realizados:

Secretário de Administração – Leandro Neuhaus.

Presidente da Câmara de Vereadores.

#### CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

041220002.2.002000 – Manutenção de Atividades do Gabinete do Prefeito

010310001.2.001000 - Manutenção de atividades da câmara de vereadores

3.3.90.39.99.00.00 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

Os preços dos serviços contratados poderão ser reajustados através do IGPM acumulado dos últimos 12 meses desde que ocorra prorrogação deste Instrumento.

#### CLAUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A empresa vencedora obriga-se a:

A – Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Edital.

B – Assumir a responsabilidade por todos os encargos e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, uma vez que

não manterá nenhum vínculo com o Município.

C – Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Município, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente.

D – Responder pelos danos que os serviços por ela prestados causarem a terceiros, na forma da Lei.

E – Fornecer ao Município, sempre que solicitado, informações ou esclarecimentos sobre os serviços prestados.

F – Prestar os serviços solicitados pelo município sempre com agilidade;

G – Cumprir as demais obrigações constantes neste Edital;

H – Outras atividades conforme especificação do edital.

É da contratada, a obrigação do pagamento de tributos que incidiram sobre os serviços prestados, em qualquer esfera, especialmente ISS e o INSS.

#### CLAUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO PODER PÚBLICO

Uma vez firmada a contratação, o Poder Público, este se obriga a:

A – Fornecer à licitante, todas as informações relacionadas aos serviços do presente Edital.

B – Acompanhar e fiscalizar, através de servidor designado, a realização dos serviços prestados ao Município, comunicando as ocorrências de quaisquer irregularidades ao fornecedor.

C – Efetuar o pagamento à contratada, na forma e prazos estabelecidos neste Edital, procedendo-se à retenção dos tributos devidos, consoante a legislação vigente.

D – Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES

A contratada que apresentar documentação falsa, ou ensejar o retardamento da execução dos serviços contratados, ou que não mantiver os termos de sua proposta ou do edital, falhar ou fraudar na prestação dos serviços, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 05 anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste e das demais cominações legais.

Em caso de inexecução do objeto, erro de execução, execução imperfeita, demora na execução, inadimplemento ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às seguintes penalidades:

A – advertência por escrito.

B – multa de 5% sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato.

C – suspensão do direito de licitar.

D – declaração de inidoneidade.

No processo de aplicação de penalidades, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 5 dias úteis contados da respectiva intimação.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO

A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, se houver uma das ocorrências prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993.

Constituem motivos para rescisão do Contrato:

A – O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, prazos e obrigações.

B – O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, prazos e obrigações.

C – A lentidão do seu cumprimento.

D – O atraso injustificado da execução do contrato sem justa causa e prévia comunicação à Administração.

E – Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento justificada e determinadas pela máxima autoridade Administrativa

a que está subordinado o contrato e exaradas no processo Administrativo a que se refere o Contrato.

F – A suspensão de sua execução por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação.

G – O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes dos serviços ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salva em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação.

Quanto à sua forma a rescisão poderá ser:

A – Por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993;

B – Amigável, por acordo entre as partes, reduzidas a termo no processo de Licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

C – Judicial, nos termos da legislação.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente instrumento rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal nº. 8.666/93, consolidada, pelo Edital do Processo Licitatório nº 419/2018 na modalidade Tomada de Preços nº. 02/2018, bem como a proposta apresentada pela contratada e pelos preceitos de direito público, aplicando-se, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Este contrato é intransferível, não podendo a CONTRADO, de forma alguma, sem anuência da CONTRATANTE, sub-rogar seus direitos e obrigações a terceiros.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

Para as questões decorrentes da execução deste contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Maravilha, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser, exceto o que dispõe o inciso X do art. 29 da Constituição Federal.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em três vias de igual teor e forma, sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Flor do Sertão - SC, aos 30 dias do mês de abril de 2018.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER		MARIA LOIVA DE ANDRADE
CPF: 503.319.819-04		CPF: 430.935.079-87
CONTRATANTE		CONTRATADA
DIOGO DE BEM		LEANDRO NEUHAUS
CPF: 010.389.549-32		CPF: 015.634.579-03
TESTEMUNHA		TESTEMUNHA

### DECRETO Nº. 47/2018

Publicação Nº 1608610

#### DECRETO nº. 47/2018

Homologa Julgamento proferido pela comissão de licitação, no processo licitatório nº. 419/2018, e dá outras providências.

SIDNEI JOSE WILLINGHÖFER, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pela comissão de licitação, nomeada pela portaria nº. 034/2018, sobre o processo de licitação nº. 419/2018, que tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DA ÁREA JURÍDICA PARA PRESTAR ASSESSORIA JURÍDICA CONTINUADA PARA A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E CÂMARA DE VEREADORES.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto desta licitação em favor das empresas abaixo relacionadas, tudo conforme constatação na Adjudicação do referido processo.

MARIA LOIVA DE ANDRADE - ADVOGADOS ASSOCIADOS	R\$ 99.000,00
---	---------------

Art. 3º. Pelo presente, ficam intimados os participantes da licitação supramencionada, bem como os demais interessados, da decisão proferida neste decreto.

Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Flor do Sertão – SC, aos 30 dias do mês de abril de 2018.

SIDNEI JOSE WILLINGHOFFER	LEANDRO NEUHAUS
Prefeito Municipal	Secretário de Administração

## PORTARIA Nº 131/2018

Publicação Nº 1608054

PORTARIA Nº 131/2018
CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

### RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO LICENÇA MATERNIDADE a Servidora Municipal MARCIELA REGINA FALKOSKI SCHAFER, ocupante do cargo de Assistente de Administração pelo período de 120 dias, a partir de 14/04/2018 lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 30 dias do mês de Abril de 2018.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER

Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS

Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS

Responsável Dpto Pessoal

## PORTARIA Nº 132/2018

Publicação Nº 1608233

PORTARIA Nº 132/2018
CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

### RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA ao Servidor Municipal NILVO PEREIRA ocupante do cargo de Assessor de Planejamento I, a partir da data de 01/05/2018 até a data do Laudo Pericial.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 30 dias do mês de Abril de 2018.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHOFFER

Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS

Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS

Responsável Dpto Pessoal

# Formosa do Sul

## PREFEITURA

**PORTARIA N.º 266, DE 30 DE ABRIL DE 2018. "DISPÕE SOBRE A SUBSTITUIÇÃO DA PRESIDENTE DA COMISSÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DE EXONERAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

Publicação Nº 1608230

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO SUL

PORTARIA N.º 266, DE 30 DE ABRIL DE 2018.

"DISPÕE SOBRE A SUBSTITUIÇÃO DA PRESIDENTE DA COMISSÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DE EXONERAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Formosa do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 71, XXVI, art. 85, §§ 1º e 4º, todos da Lei Orgânica do Município, bem como no art. 33 e seguintes do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora pública municipal Suzieli Pavão para exercer a função de presidente da Comissão do Processo Administrativo de exoneração do Servidor Público Municipal Leandro Barcarolo, em substituição à Servidora Fernanda Wilkosz.

Art. 2º Os serviços da Comissão são considerados de caráter relevante, não cabendo aos seus membros nenhuma espécie de remuneração.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal, em 30 de abril de 2018.

RUDIMAR CONTE  
PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADA E PUBLICADA EM DATA SUPRA.



# Forquilha

## PREFEITURA

### DECISÃO ADMINISTRATIVA: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 57/PMF/2018

Publicação Nº 1608911

#### DECISÃO ADMINISTRATIVA

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 57/PMF/2018

#### IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

Impugnante: MINÉRIOS PAGNAN LTDA ME.

#### RELATÓRIO

O Município de Forquilha lançou o Edital nº 057/PMF/2018, na modalidade de Pregão Presencial, cujo objetivo é REGISTRAR PREÇO para aquisição de areia (saibro grosso) para uso na manutenção das diversas ruas do Município de Forquilha.

A empresa MINÉRIOS PAGNAN LTDA ME. apresentou impugnação ao Edital alegando, em apertada síntese, que, embora disponha que os preços excessivos e inexequíveis serão desclassificados, o Edital não apresenta os preços de referência.

É o relatório.

#### DO MÉRITO

Inicialmente, é fundamental distinguir preço máximo de preço estimado. Trata-se de duas coisas diferentes, com funções e efeitos diferentes.

Em síntese, o preço máximo opera como condição pré-estabelecida no edital para as propostas. Aquelas que consignarem preço acima do máximo estipulado serão desclassificadas de plano, sem a necessidade de maiores justificativas.

Já o preço estimado não agrega tamanha força. Trata-se de mera referência, de estimativa da Administração do quanto ela planeja desembolsar com o contrato, prestando-se a orientar a formulação das propostas por parte dos licitantes, sem autorizar qualquer espécie de sanção ou a desclassificação daquelas propostas que consignarem preços superiores a ele.

Ao tratar do conteúdo do Edital e das informações que devem obrigatoriamente constar desse documento, a Lei nº 8.666/93 grava expressamente a necessidade de o orçamento estimado em planilhas de quantitativos e preços unitários ser um dos "anexos do edital, dele fazendo parte integrante" (art. 40, § 2º, II).

Acontece que, para as licitações processadas pela modalidade pregão, a disposição literal da Lei nº 10.520/02 estabelece que dos autos do procedimento constarão, dentre outros elementos, "o orçamento elaborado pelo órgão ou entidade promotora da licitação, dos bens ou serviços a serem licitados" (art. 3º, inciso III).

Por sua vez, o inciso III do art. 4º da Lei nº 10.520/02, prevê que, "do edital constarão todos os elementos definidos na forma do inciso I do art. 3º, as normas que disciplinarem o procedimento e a minuta do contrato, quando for o caso", o qual não faz alusão ao orçamento estimado de preços.

Em síntese, no que se refere especificamente ao orçamento estimado do futuro ajuste, essa informação ficou restrita aos autos do

processo administrativo, não havendo na Lei nº 10.520/02 disposição que a considere, pelo menos de forma obrigatória, documento anexo do edital.

Há tempos, com base na interpretação literal das disposições da Lei nº 10.520/02, o Tribunal de Contas da União vem reconhecendo, a exemplo do que fez no Acórdão nº 392/2011 – Plenário, entre tantos outros, que a autoridade administrativa possui discricionariedade para decidir se mantém o orçamento estimado apenas nos autos do processo administrativo ou se o inclui como anexo do edital.

Orçamento" ou "valor orçado" ou "valor de referência" ou simplesmente "valor estimado" não se confunde com "preço máximo". O "valor orçado", a depender de previsão editalícia, pode eventualmente ser definido como o "preço máximo" a ser praticado em determinada licitação, mas não necessariamente.

Nas modalidades licitatórias tradicionais, de acordo com o Art. 40, § 2º, II, da Lei nº 8.666/93, o orçamento estimado deve figurar como anexo do edital, contemplando o preço de referência e, se for o caso, o preço máximo que a Administração se dispõe a pagar. No caso do pregão, a jurisprudência do TCU é no sentido de que a divulgação do valor orçado e, se for o caso, o preço máximo, caso este tenha sido fixado, é meramente facultativa." (Rel. Min. José Jorge. Acórdão nº 392/2011 – Plenário).

Também:

Portanto, nas licitações na modalidade de pregão, os orçamentos estimados em planilhas de quantitativos e preços unitários e, se for o caso, os preços máximos unitários e global não constituem elementos obrigatórios do edital, devendo, no entanto, estar inseridos nos autos do respectivo processo licitatório.

Caberá aos gestores/pregoeiros, no caso concreto, a avaliação da oportunidade e conveniência de incluir tais orçamentos e os próprios preços máximos, se a opção foi a sua fixação no edital, informando nesse caso, no próprio ato convocatório, a sua disponibilidade aos interessados e os meios para obtê-los. (Acórdão n. 2080/2012 - TCU - Plenário)

No caso do pregão, a jurisprudência do TCU acena no sentido de que a divulgação do valor orçado e, se for o caso, do preço máximo, caso este tenha sido fixado, é meramente facultativa.

No Acórdão 2080/2012, o Plenário do TCU foi ainda mais além do que o seu entendimento reiterado. Em vez de meramente considerar, como de costume, que deveria constar do instrumento convocatório a informação sobre os meios pelos quais os interessados poderiam ter acesso ao orçamento não divulgado no edital do pregão (quando fosse a opção do administrador a não divulgação no edital) o TCU apoiou ainda mais o sigilo. Julgou ser possível à Administração, ao conceder vistas dos autos, o desentranhamento de peças para resguardar o segredo do orçamento elaborado no pregão, até que se finalizasse a fase de lances:

Em sede de licitação, na modalidade pregão, não se configura violação ao princípio da publicidade o resguardo do sigilo do orçamento estimado elaborado pela Administração até a fase de lances, sendo público o seu conteúdo após esse momento.

Ao referendar a não divulgação dos valores estimados, o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais dispôs que se o orçamento

estimado fosse divulgado aos licitantes, estar-se-ia frustrada a possibilidade de negociação, porquanto os licitantes, uma vez interpelados pelo pregoeiro, poderiam se recusar peremptoriamente a reduzir os seus preços ao argumento de que eles já estão abaixo do valor estimado, vejamos:

Com a divulgação do valor estimado o dispositivo supra perde sua finalidade. Ora, o licitante vencedor sabendo que sua proposta está dentro do estimado, em tese, não se preocupará em negociar seu preço com o pregoeiro, pois sabe que a Administração deve contratá-lo com o preço apresentado, uma vez que está dentro da estimativa.

No caos em tela, o Edital não vincula a aceitabilidade da proposta apresentada a um valor máximo ou valor estimado, apenas faz referência à valores excessivos e preços inexequíveis, vejamos:

8.5.1. Será desclassificada a proponente que:

.....  
c) apresentar preços com valor excessivo ou com preços manifestamente inexequíveis, comparados aos preços praticados no mercado da região.

Conforme inciso IV do art. 43 da Lei nº 8.666/93, ao averiguar a conformidade da proposta, a Administração deverá analisar o valor da proposta com os preços correntes no mercado OU fixados por órgão oficial competente, vejamos:

Art. 43. ....

.....  
IV - verificação da conformidade de cada proposta com os requisitos do edital e, conforme o caso, com os preços correntes no mercado ou fixados por órgão oficial competente, ou ainda com os constantes do sistema de registro de preços, os quais deverão ser devidamente registrados na ata de julgamento, promovendo-se a desclassificação das propostas desconformes ou incompatíveis;

Ante todo o exposto, é bem adequado concluir que a licitação em análise se amolda aos ditames da Lei nº 10.520, de 2002 e da Lei nº 8.666, de 1993, e que não foi observada a inclusão de cláusula ou de condição desnecessária para a efetiva consecução do objeto do contrato, razão pela qual não merece ser considerada procedente a presente impugnação.

#### DO DISPOSITIVO

ISTO POSTO, conhecemos e indeferimos o Pedido de Impugnação ao Processo Licitatório, Edital nº 057/PMF/2018, modalidade Pregão Presencial, formulado pela MINÉRIOS PAGNAN LTDA ME., pelos motivos acima expostos.

Forquilha/SC, 02 de maio de 2018.  
DIMAS KAMMER  
Prefeito Municipal

# Fraiburgo

## PREFEITURA

### AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0020-2018-PMF

Publicação Nº 1608248

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0108/2018 – PMF  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0020/2018 – PMF

Objeto: Contratação de profissional de setor artístico denominado Michelle Reich, consagrado pela opinião pública, para apresentação no dia 09 de junho de 2018, alusivo à festa Junina, no Centro de Eventos "Prefeito Sebastião Andrade dos Santos, em Fraiburgo/SC. Contratado: MICHELLE REICHWALD MACHADO 03037117958, inscrita no CNPJ sob nº 24.618.477/0001-01. Valor Total: 6.200,00 (seis mil e duzentos reais). Fundamento legal: Artigo 25, III da Lei 8.666/93.

Fraiburgo(SC), 30 de abril de 2018.

Claudete Gheller Mathias – Prefeita Municipal

### AVISO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0003\_2018-PMF DOM

Publicação Nº 1608719

AVISO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0003/2018 – PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: Aquisição de 01 Bateria Recarregável para desfibrilador Lifepak 1000 e 01 Carregador de Bateria para desfibrilador Lifepak 1000, para uso do Corpo de Bombeiros de Fraiburgo – SC. Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO; Julgamento: MENOR PREÇO POR LOTE. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 15:30 horas do dia 02/05/2018 até as 12:00 horas do dia 15/05/2018. ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: das 13:30 horas até as 15:30 horas do dia 15/05/2018. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 15:30 horas do dia 15/05/2018. REFERÊNCIA DE TEMPO: Horário de Brasília (DF). Local: [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br). Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039/3001. Site: [www.fraiburgo.sc.gov.br](http://www.fraiburgo.sc.gov.br).

Fraiburgo(SC), 30 de abril de 2018.

Claudete Gheller Mathias – Prefeita Municipal

### AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0021\_2018-SF

Publicação Nº 1608249

Aviso do Pregão Presencial nº 0021/2018 – SF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Objeto: Aquisição de retentor de partículas tipo joelho 3/4" para proteção de hidrômetros (filtros). Julgamento: Menor Preço POR ITEM. A ENTREGA e PROTOCOLO dos envelopes de "PROPOSTA DE PREÇOS" e "DOCUMENTAÇÃO" deverão ser feitos no Setor de Compras e Licitações, localizado na sede deste Município – Av. Rio das Antas, nº 185, Centro, Fraiburgo/SC, CEP 89.580-000, até as 09h00min do dia 14 de maio de 2018, ou do primeiro dia útil subsequente, na hipótese de não haver expediente nesta data. O CREDENCIAMENTO deverá ser feito no mesmo local e data até as 09h15min. ABERTURA DA SESSÃO no mesmo dia às 09:15 horas. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: [www.fraiburgo.sc.gov.br](http://www.fraiburgo.sc.gov.br).

Fraiburgo (SC), 27 de abril de 2018.

Nivaldo José Bonaldo – Presidente da SANEFRAI

### AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0022\_2018-SF

Publicação Nº 1608252

Aviso do Pregão Presencial nº 0022/2018 – SF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Objeto: Aquisição de materiais para troca do revestimento do P3-2 (Poço Macieira II), localizado no Bairro Liberata. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. A ENTREGA e PROTOCOLO dos envelopes de "PROPOSTA DE PREÇOS" e "DOCUMENTAÇÃO" deverão ser feitos no Setor de Compras e Licitações, localizado na sede deste Município – Av. Rio das Antas, nº 185, Centro, Fraiburgo/SC, CEP 89.580-000, até as 09h00min do dia 15 de maio de 2018, ou do primeiro dia útil subsequente, na hipótese de não haver expediente nesta data. O CREDENCIAMENTO deverá ser feito no mesmo local e data até as 09h15min. ABERTURA DA SESSÃO no mesmo dia às 09:15 horas. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: [www.fraiburgo.sc.gov.br](http://www.fraiburgo.sc.gov.br).

Fraiburgo (SC), 30 de abril de 2018.

Nivaldo José Bonaldo – Presidente da SANEFRAI

### AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0058\_2018-RP 0046 PMF-DOM

Publicação Nº 1608253

Aviso do Pregão Presencial nº 0058/2018 – PMF

Registro de Preços Nº 0046/2018 – PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para contratação futura de empresa do ramo objetivando a prestação de serviço de transporte de pessoas a ser utilizado pelo órgão gerenciador (município de Fraiburgo), durante os meses de maio de 2018 a abril de 2019. Julgamento: Menor Preço POR ITEM. Entrega/Protocolo dos Envelopes: até as 14:00 horas do dia 14.05.2018, deverão ser entregues junto ao setor de Compras e Licitações, localizado na sede deste Município – Av. Rio das Antas, 185, Centro, Fraiburgo, SC. Credenciamento: até às 14:15 horas do mesmo dia, junto ao Setor de Compras e Licitação. Abertura: às 14:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: [www.fraiburgo.sc.gov.br](http://www.fraiburgo.sc.gov.br).

Fraiburgo (SC), 30 de abril de 2018.

Claudete Gheller Mathias – Prefeita Municipal

### DECRETO Nº 092 - 2018

Publicação Nº 1608095

DECRETO Nº 092, DE 30 DE ABRIL DE 2018.

FIXA O HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DO ÓRGÃO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR DE FRAIBURGO - PROCON.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com o artigo 32 da Lei Complementar nº 109/2010 e suas alterações;

DECRETA:

Art. 1º. Fica fixado o horário de funcionamento do Órgão de Proteção e Defesa do Consumidor - PROCON, como sendo das 12:00 às 18:00hs, de segunda a sexta-feira, a partir do dia 02 de Maio de 2018.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA PREFEITA  
FRAIBURGO, SC., 30 DE ABRIL DE 2018.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

## EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 048-2018 (PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL) 2018

Publicação Nº 1608740

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO N. 048/2018

FICAM ESTABELECIDOS OS PROCEDIMENTOS PARA ESCOLHA DE VAGAS DOS CONTRATADOS TEMPORARIAMENTE PARA O ANO LETIVO DE 2018, E APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO, NOS TERMOS DO EDITAL DE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA N. 0021/2017.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES DE FRAIBURGO, no uso de suas atribuições legais;

FAZ SABER:

Ficam notificados todos classificados no Edital de Contratação Temporária n. 0021/2017, para a escolha de vagas de acordo com os procedimentos e as condições estabelecidas neste Edital:

### 1 – DOS PROCEDIMENTOS

1.1 – Os classificados no Edital de Contratação Temporária n. 0021/2017 deverão observar o calendário abaixo estabelecido para escolha de vagas para o ano letivo de 2018:

Código	Cargo	Convocados	Data Horário
16	Professor Educação Infantil	52º	02-05-2018 às 10:00

1.2 – A escolha de vagas e a contratação seguirão rigorosamente a ordem de classificação.

1.3 – Na data e horário estabelecido no item 1.1 os classificados até as colocações especificadas nos quadros acima, deverão dirigir-se à Secretaria de Educação, Cultura e Esportes de Fraiburgo, localizado na Avenida Arnoldo Frey, n. 179, Centro, Fraiburgo, SC., para efetivação da escolha de vagas para o ano letivo de 2016.

1.4 – O contrato administrativo poderá estabelecer carga horária de 12 a 40 horas semanais, variando de acordo com a necessidade e interesse do Município de Fraiburgo.

1.5 – As demais normas atinentes ao Edital de Contratação Temporária n. 0021/2017 deverão ser observadas.

### 2 – DA CONVOCAÇÃO PARA PROVIDENCIAR DOCUMENTOS PARA POSSÍVEL CONTRATAÇÃO

2.1 – Ficam os classificados do Edital de Contratação em Caráter Temporário n. 0021/2017, até as colocações especificadas nos quadros acima, convocados a comparecer em data e local citado para a escolha de vagas e apresentação de documentos necessários para a contratação.

2.2 – Nos mesmos prazos estabelecidos nos quadros acima, na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes os candidatos classificados deverão apresentar documentos que servirão para contratação, conforme segue:

I – Documentos de identificação pessoal, necessários ao registro funcional no serviço público municipal e demais solicitados pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, sendo no mínimo:

- a) 01 foto ¾ recente;
- b) Carteira Profissional (fls. página da foto, identificação, último contrato e folha seguinte);
- c) Cartão PIS/PASEP;
- d) CPF;
- e) Identidade;
- f) Título de eleitor e comprovante da última votação ou certidão da Justiça Eleitoral;
- g) Certificado de Reservista (somente para homens);
- h) Registro Civil de nascimento ou casamento;
- i) Registro dos filhos menores de 14 anos;
- j) Carteira de vacina dos filhos menores de 05 anos;
- k) Atestado de Saúde Ocupacional;
- l) Diploma de formação escolar e histórico escolar;
- m) Conta bancária (BRADESCO);
- n) Endereço completo (fatura água, luz ou telefone);
- o) Comprovante de vacina da rubéola (quem trabalha com criança);
- p) Carteira de saúde atualizada

2.3 – As exigências de escolaridade devem ser cumpridas de acordo com o Edital 021/2017.

2.4 – De acordo com o item 1.7 do Edital de Contratação nº 021/2017: “A comprovação da escolaridade e demais exigências só será feita quando da convocação para a contratação. A não apresentação, no local, data e horário previsto na convocação, de todos os documentos exigidos implicará na desclassificação do Processo seletivo e imediata convocação do candidato seguinte na ordem de classificação.”

2.5 – O não comparecimento no prazo fixado, ou a não entrega dos documentos determinados, implicará em renúncia tácita e a não aceitação da vaga disponibilizada para exercer as atividades ao qual foi convocado e implicará renúncia explícita.

2.6 – De acordo com o item 12.4 do Edital 021/2017: “O candidato cuja classificação for chamada e não estiver presente no local, data e horário estabelecidos ou que não tiver interesse em ocupar a vaga que lhe foi oferecida, irá para o final da classificação, independentemente de sua classificação original.”

2.7 – Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

E, para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado e publicado o presente ato.

Fraiburgo, 30 de abril de 2018.

TANIA DA SILVA FERREIRA  
Secretaria de Educação, Cultura e Esportes

### EXTRATO DA AT18FME31

Publicação Nº 1608509

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT18FME31  
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Órgão Participante: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER – FME.

Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO.

Fornecedor: JOSÉ LUIZ MORESCO 01544747977 (CNPJ nº 23.606.680/0001-97).

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS visando contratação futura de empresa do ramo para prestação de serviço de desinsetização, lavação e desinfecção de caixas de água, para uso do Órgão Participante (FME).

Data da Ata: 30.04.2018.

Prazo de Vigência da Ata: 30.04.2018 a 29.03.2019.

Processo Administrativo Licitatório: nº 0078/2018 – PMF.

Modalidade: Pregão Presencial nº 0041/2018 – PMF.

Registro de Preços: nº 0033/2018 – PMF.

Itens Registrados:

Item	Qtde Estimada	Unid.	Descrição	Valor Unit.-R\$
13	800	M²	Prestação de serviços de desinsetização em geral (eliminação de pragas) para áreas internas e externas dos locais indicados. A aplicação destes serviços deverá ter garantia mínima de 06 meses.	0,389
1	4	Unid.	Serviços de lavação e desinfecção de caixas de água de fibra ou amianto de 20.000 litros.	107,95
2	4	Unid.	Serviços de lavação e desinfecção de caixas de água de fibra ou amianto de 350 litros.	98,14
3	4	Unid.	Serviços de lavação e desinfecção de caixas de água de fibra ou amianto de 2000 litros.	196,23
4	4	Unid.	Serviços de lavação e desinfecção de caixas de água de fibra ou amianto de 7.500 litros.	78,52
5	4	Unid.	Serviços de lavação e desinfecção de caixas de água de fibra ou amianto de 15.000 litros.	196,23
7	4	Unid.	Serviços de lavação e desinfecção de caixas de água de fibra ou amianto de 500 litros.	49,08
8	4	Unid.	Serviços de lavação e desinfecção de caixas de água de fibra ou amianto de 1000 litros.	73,61
9	4	Unid.	Serviços de lavação e desinfecção de caixas de água de fibra ou amianto de 3000 litros.	98,13
10	4	Unid.	Serviços de lavação e desinfecção de caixas de água de fibra ou amianto de 5.000 litros.	88,33
11	4	Unid.	Serviços de lavação e desinfecção de caixas de água de fibra ou amianto de 10.000 litros.	98,14

Fraiburgo (SC), 30 de abril de 2018.

Bruno Everling Boeira – Superintendente da FME

### EXTRATO DA AT18FMS32

Publicação Nº 1608510

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT18FMS32  
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Órgão Participante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS.

Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO.

Fornecedor: JOSÉ LUIZ MORESCO 01544747977 (CNPJ nº 23.606.680/0001-97).



Objeto: REGISTRO DE PREÇOS visando contratação futura de empresa do ramo para prestação de serviços de desratização, desinsetização, lavagem e desinfecção de caixas de água, para uso do Órgão Participante (FMS).

Data da Ata: 30.04.2018.

Prazo de Vigência da Ata: 30.04.2018 a 29.03.2019.

Processo Administrativo Licitatório: nº 0078/2018 – PMF.

Modalidade: Pregão Presencial nº 0041/2018 – PMF.

Registro de Preços: nº 0033/2018 – PMF.

Itens Registrados:

Item	Qtde Estimada	Unid.	Descrição	Valor Unit.-R\$
6	58.672	M²	Prestação de serviços de desratização, sendo visitas semanais durante o período de 30 dias, com colocação de iscas e produtos rodenticidas adequado ao ambiente em que está sendo efetuado o trabalho. Para este serviço será considerada a área fechada do pavimento térreo.	0,079
13	9.772	M²	Prestação de serviços de desinsetização em geral (eliminação de pragas) para áreas internas e externas dos locais indicados. A aplicação destes serviços deverá ter garantia mínima de 06 meses.	0,389
1	3	Unid.	Serviços de lavagem e desinfecção de caixas de água de fibra ou amianto de 20.000 litros.	107,95
3	1	Unid.	Serviços de lavagem e desinfecção de caixas de água de fibra ou amianto de 2.000 litros.	196,23
7	3	Unid.	Serviços de lavagem e desinfecção de caixas de água de fibra ou amianto de 500 litros.	49,08
8	2	Unid.	Serviços de lavagem e desinfecção de caixas de água de fibra ou amianto de 1.000 litros.	73,61
10	5	Unid.	Serviços de lavagem e desinfecção de caixas de água de fibra ou amianto de 5.000 litros.	88,33

Fraiburgo (SC), 30 de abril de 2018.

Idione Fantinel – Secretária Municipal de Saúde

## EXTRATO DA AT18PMF70

Publicação Nº 1608511

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT18PMF70  
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO.

Fornecedor: DEDETIZADORA PLANALTO SERVIÇOS LTDA ME (CNPJ nº 15.583.923/0001-90).

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS visando contratação futura de empresa do ramo para prestação de serviço de lavagem e desinfecção de caixas de água, para o Órgão Gerenciador (Município de Fraiburgo).

Data da Ata: 30.04.2018.

Prazo de Vigência da Ata: 30.04.2018 a 29.03.2019.

Processo Administrativo Licitatório: nº 0078/2018 – PMF.

Modalidade: Pregão Presencial nº 0041/2018 – PMF.

Registro de Preços: nº 0033/2018 – PMF.

Itens Registrados:

Item	Qtde Estimada	Unid.	Descrição	Valor Unit.-R\$
12	200	M³	Serviços de lavagem e desinfecção de caixas de água de concreto. Deverão ser consideradas múltiplas caixas.	54,95

Fraiburgo (SC), 30 de abril de 2018.

Claudete Gheller Mathias – Prefeita de Fraiburgo/SC

## EXTRATO DA AT18PMF71

Publicação Nº 1608512

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT18PMF71  
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO.

Fornecedor: JOSÉ LUIZ MORESCO 01544747977 (CNPJ nº 23.606.680/0001-97).

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS visando contratação futura de empresa do ramo para prestação de serviços de desratização, desinsetização, controle, limpeza de resíduos, retirada de ninhos e sujeiras de morcegos, lavagem e desinfecção de caixas de água, para uso do Órgão Gerenciador (Município de Fraiburgo).

Data da Ata: 30.04.2018.

Prazo de Vigência da Ata: 30.04.2018 a 29.03.2019.

Processo Administrativo Licitatório: nº 0078/2018 – PMF.

Modalidade: Pregão Presencial nº 0041/2018 – PMF.

Registro de Preços: nº 0033/2018 – PMF.

## Itens Registrados:

Item	Qtde Estimada	Unid.	Descrição	Valor Unit.-R\$
6	334.400	M²	Prestação de serviços de desratização, sendo visitas semanais durante o período de 30 dias, com colocação de iscas e produtos rodenticidas adequado ao ambiente em que está sendo efetuado o trabalho. Para este serviço será considerada a área fechada do pavimento térreo.	0,079
13	25.750	M²	Prestação de serviços de desinsetização em geral (eliminação de pragas) para áreas internas e externas dos locais indicados. A aplicação destes serviços deverá ter garantia mínima de 06 meses.	0,389
14	8.870	M²	Prestação de serviços de controle, limpeza de todos os resíduos, retirada de ninhos e sujeiras de morcegos; A limpeza deverá ser em 03 (três) etapas, conforme segue: 1) Aspiração: evitar a dispersão de partículas (pó) que possam causar contaminação de produtos além de evitar a inalação por pessoas que transitem próximo aos locais da limpeza; 2) Limpeza Fina: lavagem dos locais com desinfetantes; 3) Desinsetização: Aplicação de inseticida residual para eliminação dos piolhos, percevejos, ácaros e carrapatos. A aplicação destes serviços deverá ter garantia mínima de 03 (três) meses.	8,06
1	9	Unid.	Serviços de lavação e desinfecção de caixas de água de fibra ou amianto de 20.000 litros.	107,95
2	1	Unid.	Serviços de lavação e desinfecção de caixas de água de fibra ou amianto de 350 litros.	98,14
3	5	Unid.	Serviços de lavação e desinfecção de caixas de água de fibra ou amianto de 2000 litros.	196,23
4	2	Unid.	Serviços de lavação e desinfecção de caixas de água de fibra ou amianto de 7.500 litros.	78,52
5	6	Unid.	Serviços de lavação e desinfecção de caixas de água de fibra ou amianto de 15.000 litros.	196,23
7	9	Unid.	Serviços de lavação e desinfecção de caixas de água de fibra ou amianto de 500 litros.	49,08
8	41	Unid.	Serviços de lavação e desinfecção de caixas de água de fibra ou amianto de 1000 litros.	73,61
9	4	Unid.	Serviços de lavação e desinfecção de caixas de água de fibra ou amianto de 3000 litros.	98,13
10	6	Unid.	Serviços de lavação e desinfecção de caixas de água de fibra ou amianto de 5.000 litros.	88,33
11	6	Unid.	Serviços de lavação e desinfecção de caixas de água de fibra ou amianto de 10.000 litros.	98,14

Fraiburgo (SC), 30 de abril de 2018.

Claudete Gheller Mathias – Prefeita de Fraiburgo/SC

**EXTRATO DA AT18SF22**

Publicação Nº 1608513

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT18SF22  
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Órgão Participante: AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO – SANEFRAI.

Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO.

Fornecedor: JOSÉ LUIZ MORESCO 01544747977 (CNPJ nº 23.606.680/0001-97).

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS visando contratação futura de empresa do ramo para prestação de serviço de desinsetização, para uso do Órgão Participante (SANEFRAI).

Data da Ata: 30.04.2018.

Prazo de Vigência da Ata: 30.04.2018 a 29.03.2019.

Processo Administrativo Licitatório: nº 0078/2018 – PMF.

Modalidade: Pregão Presencial nº 0041/2018 – PMF.

Registro de Preços: nº 0033/2018 – PMF.

Itens Registrados:

Item	Qtde Estimada	Unid.	Descrição	Valor Unit.-R\$
13	350	M²	Prestação de serviços de desinsetização em geral (eliminação de pragas) para áreas internas e externas dos locais indicados. A aplicação destes serviços deverá ter garantia mínima de 06 meses.	0,389.

Fraiburgo (SC), 30 de abril de 2018.

Nivaldo José Bonaldo – Presidente da SANEFRAI

**EXTRATO DA AT18SF23**

Publicação Nº 1608566

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT18SF23  
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Órgão Gerenciador: AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO – SANEFRAI.

Fornecedor: QUIMAFLEX PRODUTOS QUÍMICOS LTDA (CNPJ nº 13.224.500/0001-59).

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS visando aquisições em contratações futuras, de forma parcelada, de reagentes para uso no Laboratório da ETA (Estação de Tratamento de Água) da SANEFRAI.

Data da Ata: 30.04.2018.

Prazo de Vigência da Ata: 30.04.2018 a 29.03.2019.

Processo Administrativo Licitatório: nº 0024/2018 – SF.

Modalidade: Pregão Presencial nº 0016/2018 – SF.

Registro de Preços: nº 0005/2018 – SF.

Itens Registrados:

Item	Qtde Estimada	Unid.	Descrição	Marca	Valor Unit.-R\$
1	70	CX	REAGENTE DE CLORO LIVRE (COMPATÍVEL COM EQUIPAMENTO DR900 DA HACH) REAGENTE PRONTO P/USO, PARA ANÁLISE DE CLORO LIVRE PELO MÉTODO DPD NA FAIXA DE LEITURA DE 0 A 2,00 MG/L PARA AMOSTRA DE 10 ML, EM PÓ OU NA FORMA DE COMPRIMIDOS; EMBALAGEM DE 100 UNIDADES VALIDADE: 24 MESES	QUIMAFLEX	37,90

Fraiburgo (SC), 30 de abril de 2018.

Nivaldo José Bonaldo – Presidente da SANEFRAI

## PORTARIA Nº 12722018

Publicação Nº 1608568

PORTARIA Nº 1272, DE 30 DE ABRIL DE 2018.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0021 de 16 de outubro de 2017, e Contrato Administrativo e em conformidade com a comunicação interna nº 257/2018 da Secretaria de Saúde;

Considerando que foram convocados todos os classificados em concurso público e que não houve preenchimento das vagas;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente de Serviços Gerais, para atender excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário ADRIANE KIEDES, brasileira, divorciada, inscrita no CPF sob o n.º 056.321.909-27, na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de maio de 2018 até 30 de junho de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 30 de abril de 2018.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

## PORTARIA Nº 12732018

Publicação Nº 1608569

PORTARIA Nº 1273, DE 30 DE ABRIL DE 2018.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0021 de 16 de outubro de 2017, e Contrato Administrativo e em conformidade com a comunicação interna nº 01107/2018 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que foram convocados todos os classificados em concurso público e que não houve preenchimento das vagas;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente de Serviços Gerais, para atender excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário JOSIANE DOS SANTOS DE SOUZA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 007.410.029-73, na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de maio de 2018 até 03 de agosto

de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 30 de abril de 2018.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

## RECURSOS FEDERAIS 02.05.2018

Publicação Nº 1608254

### NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS FEDERAIS

O Município de FRAIBURGO-SC, nos termos da Lei Federal nº 9452 de 20/03/1997, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais, a liberação do(s) seguinte(s) recursos do Governo Federal:

Data do Crédito	Origem	Aplicação	Valor (R\$)
02.04.2018	FNDE	PNATE Fundamental	4.959,76
02.04.2018	FNDE	PNATE Médio	4.188,58
02.04.2018	FNDE	PNATE Infantil	740,94

Secretaria de Finanças

# Garopaba

## PREFEITURA

### 7ª ATA DO CONSELHO GESTOR DE PPPS DE GAROPABA

Publicação Nº 1608553

Reunião de 30 de abril do Conselho Gestor de PPPs de Garopaba/SC

#### Ordem do dia

1. Substituição por portaria do conselheiro Rafael de Souza por Wilson Vergílio Real Rabelo;
2. Análise de admissibilidade do recurso administrativo da empresa Andrauz, Troyano, Frayze, David;

Presentes os conselheiros Francisco Alpendre, Ronaldo Gabriel Teixeira, e Wilson Vergílio Rabelo, decidiram por unanimidade receberem o recurso administrativo de Andrauz, Troyano, Frayze e David e abrirem prazo de contra-razões de 15 dias corridos a partir da data da publicação do Diário Oficial do município.

Garopaba, 30 de abril de 2018  
Francisco Alpendre  
Presidente

Wilson Vergílio Real Rabelo  
Membro

Ronaldo Gabriel Teixeira  
Membro

### ATO 012 - DIVULGA JULGAMENTO DOS RECURSOS CONTRA A PROVA ESCRITA OBJETIVA E GABARITO PRELIMINAR DO EDITAL Nº 002/2018 DE PROCESSO SELETIVO

Publicação Nº 1608905

ATO Nº 012/2018  
DIVULGA JULGAMENTO DOS RECURSOS CONTRA A PROVA ESCRITA OBJETIVA  
E GABARITO PRELIMINAR DO EDITAL Nº 002/2018 DE PROCESSO SELETIVO

O Senhor Paulo Sergio de Araujo, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, juntamente com a comissão municipal e o Instituto O Barriga Verde, torna público o Julgamento dos Recursos contra Prova Escrita e Gabarito Preliminar, conforme segue:

1. CARGOS COM PROVA NO PERÍODO MATUTINO
- 1.1 CARGOS DE NÍVEL ALFABETIZADO

QUESTÃO 9 – Matemática  
Candidato: 950733

Alegação: Anulação da questão nove que não tinha lógica  
Decisão da banca: Questão já anulada de ofício no gabarito preliminar por conter erro constatou-se que a questão em síntese estava com um erro gráfico de impressão, a questão saiu sem o preenchimento do primeiro quadro, o que ocasionando que a questão ficasse sem resolução, pois as alternativas só continham 5 números para o preenchimento das lacunas, mais na imagem possuíam 6 lacunas a serem preenchidas, segue a baixo a imagem (1) que constava na prova e a imagem (2) da questão sem o erro gráfico de impressão.

Imagem 1 (constante no caderno de prova):

Imagem 2 (questão correta):

Diante do exposto negamos-lhes provimento dos recursos.  
INDEFERIDO – QUESTÃO JÁ ANULADA DE OFÍCIO

#### 1.2 CARGOS DE NÍVEL MÉDIO

QUESTÃO 1 – Língua Portuguesa

Candidato: 929847

Alegação: Candidata alega que "Sem o restante do texto seria impossível chegar à resposta

B) Contra as instituições econômicas e políticas que almejam lucrar diante da carga de impostos e taxas que são cobradas de toda a população, como também dos negócios escusos, que se fazem às escondidas pelos governantes (daí a palavra do senhor, dos mandatórios), em "nome" do Estado.

A prova não traz a parte do texto que faz compreender esta resposta."

Decisão da banca: Não possui razão o alegante na sua argumentação, pois o texto foi inteiramente citado, não só um fragmento. Neste sentido, as palavras que compõem o poema, o título, o contexto, a intenção do autor, tudo isso é importante para o entendimento do poema. Por isso mesmo, indefiro o pedido.

INDEFERIDO – QUESTÃO MANTIDA

QUESTÃO 21 – Conhecimentos Específicos (Técnico em Raio X)

Candidato: 929847,931250

Alegação: Em síntese os candidatos alegam que a questão possui erro de grafia na Alternativa correta, letra "C) Indecências radiográficas."

Decisão da banca: Candidatos assistem a razão, houve erro de digitação da questão ficando a mesma com dúvida em sua resposta, podendo assim confundir os candidatos, onde a palavra correta seria Incidências, sendo assim, anulamos a questão.

DEFERIDO – QUESTÃO ANULADA

QUESTÃO 24 – Conhecimentos Específicos (Técnico em Raio X)

Candidato: 929847

Alegação: A ordem correta do processamento da imagem é revelador, fixador, água e secagem.

Decisão da banca: Banca avalia recurso e questão, mantendo-a, uma vez que o processamento radiográfico envolve imersão do revelador, lavagem em água corrente, imersão na solução fixadora (como afirma a alternativa D – revelador, água, fixador), e para continuar água e secagem.

#### FONTE

#### BIBLIOGRAFIA

KAISER, M.R.; et al. A imagem latente e a química do processamento radiográfico. Revista saúde, 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/revistasauade/article/viewFile/5703/3351>

INDEFERIDO – QUESTÃO MANTIDA

#### 1.3 CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR

QUESTÃO 19 – Conhecimentos Específicos (Médico ESF)

Candidato: 941602

Alegação: A questão tem como tema a Declaração de Óbito. O gabarito considerou a afirmativa C errada. Apesar da compreensão inicialmente estabelecida por esta Banca Examinadora, requer a ponderação de que no óbito por causa violenta, não devemos também fornecer a DO, e sim encaminhar o caso ao IML. Ademais,



peças anatômicas amputadas, se ocorrendo dentro de um estabelecimento médico, ou até por ato desse numa cirurgia, não impediria a DO. Assim, requer a avaliação das ponderações apresentadas, de modo a promover a alteração de gabarito da questão de letra C para letra D..

Decisão da banca: Banca avalia recurso e questão, mantendo-a, uma vez que, de acordo com ministério da Saúde (2009. P.10):

"Em que situações emitir a DO:

1. Em todos os óbitos (natural ou violento).
2. Quando a criança nascer viva e morrer logo após o nascimento, independentemente da duração da gestação, do peso do recém-nascido e do tempo que tenha permanecido vivo.
3. No óbito fetal, se a gestação teve duração igual ou superior a 20 semanas, ou o feto com peso igual ou superior a 500 gramas, ou estatura igual ou superior a 25 centímetros

Em que situações não emitir a DO

1. No óbito fetal, com gestação de menos de 20 semanas, ou feto com peso menor que 500 gramas, ou estatura menor que 25 centímetros.

Nota: A legislação atualmente existente permite que, na prática, a emissão da DO seja facultativa para os casos em que a família queira realizar o sepultamento do produto de concepção.

2. Peças anatômicas amputadas.

Para peças anatômicas retiradas por ato cirúrgico ou de membros amputados. Nesses casos, o médico elaborará um relatório em papel timbrado do hospital descrevendo o procedimento realizado. Esse documento será levado ao cemitério, caso o destino da peça venha a ser o sepultamento."

Sendo assim, mantém-se incorreto a alternativa D, uma vez que mesma em peças anatômicas retirada por ato cirúrgico ou membros amputados, o médico deve realizar um relatório descrevendo o procedimento realizado, e não uma o preenchimento da D.O.

BIBLIOGRAFIA.

MS. A DECLARAÇÃO DE ÓBITO: DOCUMENTO NECESSÁRIO E IMPORTANTE, 3. ED. 2009. DISPONÍVEL EM: <http://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2015/agosto/14/Declaracao-de-Obito-WEB.pdf>

INDEFERIDO – QUESTÃO MANTIDA

QUESTÃO 20 – Conhecimentos Específicos (Odontólogo ESF)

Candidato: 932091

Alegação: "Qual componente típico da solução reveladora tem a função de ativador, regulando a ação dos agentes de revelação? EM NENHUMA BIBLIOGRAFIA PESQUISADA HOUVE COMO COMPONENTE DA SOLUCAO REVELADORA O CARBONATO DE POTÁSSIO COMO AGENTE TÍPICO. INCLUSIVE, ESTE CITADO COMO RESPOSTA DA QUESTAO, NÃO É UM DOS COMPONENTES COMUNS DA SOLUCAO REVELADORA. ONDE HÁ O AGENTE REDUTOR- NORMALMENTE HIDROQUINONA OU FENIDONA.

ACELERADORES OU REDUTORES - CARBONATO DE SÓDIO E HIDROXIDO DE SÓDIO COMO OS MAIS UTILIZADOS, SEGUIDOS DE HIDROXIDO DE POTÁSSIO.

BIBLIOGRAFIA:

Ativador: Os reveladores são ativados apenas em valores de pH alcalino, normalmente em torno de 10. Isso é alcançado com a adição de compostos alcalinos (ativadores) como os hidróxidos de sódio ou potássio. Tampões químicos são usados para manter esta condição \u2014 normalmente bicarbonato de sódio. Os ativadores também são responsáveis pelo intumescimento da gelatina, permitindo que o revelador possa se difundir mais rapidamente dentro da emulsão e alcançar os cristais de brometo de prata suspensos.

"Decisão da banca: Em resposta ao recurso interposto para esta questão, embora não solicitado explicitamente pelo candidato, a banca tem a esclarecer que a questão não será anulada nem modificada. A resposta para a questão pode ser encontrada na obra "Princípios de Radiologia Odontológica" de Eric Whaites 4ª edição, no capítulo 7- PROCESSAMENTO DE IMAGEM, onde, contrariamente ao afirmado pelo recorrente, cita-se o carbonato de potássio como um componente típico sim, da solução reveladora (imagem

abaixo em anexo). O fato desta informação não ter sido encontrada pelo candidato em outras específicas referências, não torna a questão errada tampouco factível a sua anulação ou alteração.

INDEFERIDO – QUESTÃO MANTIDA

QUESTÃO 24 – Conhecimentos Específicos (Psicólogo (NASF))

Candidato: 948893

Alegação: "Questão 24, C) Autonomia dos indivíduos e coletivos: para o alcance desse objetivo, os profissionais devem ser capazes de desenvolver o raciocínio clínico, o epidemiológico e o sociopolítico sobre a realidade sanitária dessa população, de forma a identificar os meios mais efetivos para promover e proteger a situação de saúde da coletividade.

Na alternativa C, destacada como a incorreta da questão, entendo que as informações que ela apresenta não estão incorretas, apenas evidenciam a perspectiva da ampliação da autonomia dos profissionais em suas ações na saúde. Para se tornarem cada vez mais autônomos eles devem sim investir no desenvolvimento do raciocínio clínico, epidemiológico e sociopolítico sobre a realidade sanitária da população atendida, para identificar os meios mais efetivos de promoção e prevenção ver da saúde. Ao investirem nas suas condições de pensamento crítico poderão avaliar de forma segura e autônoma a realidade que encontram.

O caderno de Atenção Básica nº 39 (Núcleo de Apoio à Saúde da Família – Volume 1: Ferramentas para a gestão e para o trabalho cotidiano) apresenta as seguintes informações com relação à autonomia que corroboram esta leitura que apresento.

De acordo com o mesmo:

"Autonomia dos indivíduos e coletivos: compreendida como um dos principais resultados esperados com o cuidado na atenção básica (ampliação da autonomia, da capacidade dos sujeitos de governar a própria vida), fruto tanto de ações técnicas quanto da produção de relações de acolhimento, vínculo e responsabilização (com um cuidado: não se dá autonomia a alguém, mas é possível "interferir" sobre a capacidade e o modo de conduzir a vida)." (pág. 19)

Em outro trecho, na página 20, a produção da autonomia é evidenciada da seguinte forma:

"O Nasf pode contribuir, assim, para o aumento da capacidade de cuidado das equipes vinculadas, compartilhando com elas a resolução de problemas e o manejo de certas situações. Compartilhar ações inclusive por meio de "transferência tecnológica" cooperativa e horizontal, isto é, apoio pedagógico que progressivamente produz mais autonomia para as equipes."

Apoio pedagógico este oriundo das capacidades desenvolvidas pelo profissional para resolver problemas e lidar com situações, leia-se também identificar os meios mais efetivos para promover e proteger a situação de saúde da coletividade (trecho retirado da alternativa C).

Por último, na página 106, o caderno apresenta algumas informações importantes para o monitoramento das ações de saúde, dentre elas:

"Marcadores para o monitoramento do trabalho da(s) equipe(s) de Atenção Básica (a exemplo do grau de autonomia para manejar determinadas condições ou ferramentas)."

Destacando mais uma vez a necessidade de condições de manejo de determinadas situações pelo profissional a partir do desenvolvimento de sua autonomia, que, mais uma vez, será evidenciada a partir do maior grau taxonômico implicado que é o de avaliar a situação vivida tendo como referência as condições de raciocínio clínico, epidemiológico e sociopolítico do profissional sobre a realidade sanitária da população.

Decisão da banca: A questão está incorreta pelo fato de sua descrição não estar de acordo com a prática apresentada. A descrição trazida na prática está incorreta e corresponde a prática de Territorialização e responsabilidade sanitária e não a Autonomia dos indivíduos e coletivos, como o item trazia, sendo assim indeferimos o recurso, questão mantida

Referências:

189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/caderno\_39.pdf

## INDEFERIDO – QUESTÃO MANTIDA

## 2. CARGOS COM PROVA NO PERÍODO VESPERTINO

## 2.1 CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR

## QUESTÃO 1 – Língua Portuguesa

Candidato: 947177

Alegação: Como posso fazer a contestação se o caderno de provas ficou retido no dia da aplicação da prova.

Decisão da banca: Não possui a razão a alegante, conforme previsto em edital no item 11.27:

10.27 Um caderno de questões de cada cargo, estará disponível no dia seguinte ao da realização da prova, na área restrita do candidato, permitindo assim que os candidatos possam interpor recursos contra as questões da prova.

Também no topo do arquivo do gabarito preliminar contem a seguinte informação:

OBS.: Os cadernos de questões constam divulgados na área do candidato.

(www.iobv.org.br, acessar área do candidato, digite seu CPF e senha, localize sua inscrição, ver arquivos do edital).

Considerando as informações contidas no edital, e cumprindo o cronograma contido no mesmo, essa banca disponibilizou no dia 23/04/2018 os cadernos de prova, em área restrita de acesso com CPF e Senha, através da área do candidato, somente aos candidatos deferidos, disponibilizadas por cargo o caderno de prova.

## INDEFERIDO – QUESTÃO MANTIDA

## QUESTÃO 12 – Matemática

Candidato: 929586

Alegação: Na questão de número 12, a pergunta é de quantas maneiras João pode escolher 2 cartões VERMELHOS de maneira que a soma deles seja 9. Sem existem 8 CARTÕES VERMELHOS NUMERADOS DE 1 A 8, só existem 4 MANEIRAS DIFERENTES (1+8; 2+7; 3+6 e 4+5). Portanto não há resposta para a pergunta que foi formulada. Solicito que a questão seja anulada

Decisão da banca: Possui razão o candidato em sua alegação, para o enunciado da questão só são possíveis realizar 4 combinações de cartões vermelhos para se chegar ao resultado 9, sendo assim a alternativa correta seriam "4 maneiras diferentes", ficando assim a questão sem alternativa com resposta correta, damos provimento ao recurso.

## DEFERIDO – QUESTÃO ANULADA

## QUESTÃO 13 – Matemática

Candidato: 941603,929586,949509

Alegação: Em síntese os candidatos alegam que a questão não possui alternativa correta para resposta.

Decisão da banca: Assistem a razão os candidatos, a questão deveria trazer em seu enunciado da seguinte forma, Em uma PG onde  $a^6 = 3$  e  $a^7 = 2187$ , qual é a razão?

$$A7 = a1 \cdot q^6$$

$$2187 = 3 \cdot q^6$$

$$729 = q^6$$

$$3^6 = q^6$$

$$q = 3$$

Sendo assim, conforme descrito na resolução do cálculo da PG, a questão estaria correta se não fosse o erro no enunciado que trocou o termo que deveria ser "7" por "5", sendo assim, deferimos os pedidos e anulamos a questão.

## DEFERIDO – QUESTÃO ANULADA

## QUESTÃO 16 – Conhecimentos Específicos (Enfermeiro (CAPS – UNIDADES))

Candidato: 943850,947177

Alegação: Candidato solicita anulação alegando que o assunto abordado não consta no edital.

Decisão da banca: Banca mantém questão, pois a temática da questão, pode ser englobada dentro do conteúdo programático do

edital, como:

Assistência de enfermagem nas urgências:[...]; psiquiátricas; [...]

## INDEFERIDO – QUESTÃO MANTIDA

## QUESTÃO 17 – Conhecimentos Específicos (Enfermeiro (CAPS – UNIDADES))

Candidato: 947177

Alegação: O estatuto do Idoso prioriza sim o atendimento a idosos com mais de 80 anos (conforme artigo abaixo); e outro ponto que torna a questão inválida é que as vagas destinadas a idosos em estacionamentos públicos ou privados é de 5% e não 10% como dito na questão.

Estatuto do Idoso (Lei 10.741/2003).

Nos termos da nova lei, dentre os idosos "é assegurada prioridade especial aos maiores de oitenta anos, atendendo-se suas necessidades sempre preferencialmente em relação aos demais idosos".

Artigo 41 – "É assegurada a reserva, para os idosos, nos termos da lei local, de 5% (cinco por cento) das vagas nos estacionamentos públicos e privados, as quais deverão ser posicionadas de forma a garantir a melhor comodidade do idoso." O Estatuto do Idoso garante a acessibilidade das pessoas idosas.

Decisão da banca: Banca avalia recurso e questão, mantendo-a, pois além do candidato não deixar claro a justificativa de solicitação de anulação, as suas alegações, mantem a alternativa C correta sobre o estatuto do idoso, e D incorreta, como solicita na questão. Cabe destacar que o enunciado solicita: Qual alternativa é INCORRETA em relação ao Estatuto do Idoso, e conforme o próprio candidato afirma, apenas a alternativa D esta errada, pois afirmar que "É assegurada a reserva, para os idosos, nos termos da lei local, de dez por cento (10%) das vagas nos estacionamentos públicos e privados", onde o correta é 5%

## INDEFERIDO – QUESTÃO MANTIDA

## QUESTÃO 19 – Conhecimentos Específicos (Enfermeiro (CAPS – UNIDADES))

Candidato: 947177

Alegação: "A esquizofrenia seja ela catatônica, paranoide ou hebefrênica não apresenta necessariamente sintomas de distúrbios motores grosseiros; e sim essa patologia é embasada por distúrbios paranoide (mania de perseguição) o qual em nenhum momento é trazido na referida questão.

O quadro clínico pode ser bem heterogêneo e os sintomas se caracterizam por 4 grandes grupos:

1. Sintomas positivos: são os sintomas da psicose descritos acima. Delírios e alucinações (especialmente auditivas) são os mais comuns.
2. Sintomas negativos: são sintomas de perda das características usuais. Pode ser perda da resposta afetiva, da expressão verbal, da motivação pessoal, da atenção ao ambiente, da interação social...
3. Alterações cognitivas: diminuição da atenção, capacidade de raciocínio, da memória, da linguagem e da capacidade em realizar funções.
4. Alterações na afetividade: problemas de humor com mudanças repentinas, manifestações inapropriadas ou bizarras de afetividade ou comportamento. Depressão é comum após períodos de exacerbação da psicose"

Decisão da banca: Banca avalia recurso e questão, mantendo-a, uma vez que se acordo com a nova classificação americana para transtornos mentais – DSM-5, Sintomas Característicos da esquizofrenia: Pelo menos dois dos seguintes, cada um presente por um espaço significativo de tempo durante um período de um mês (ou menos, caso tratado com êxito):

- (1) delírios
- (2) alucinações
- (3) fala desorganizada (ex., descarrilhamento freqüente ou incoerência)
- (4) comportamento totalmente desorganizado ou catatônico
- (5) sintomas negativos, ou seja, embotamento afetivo, alergia ou

avolição

(Nota: apenas um sintoma A é necessário se os delírios são bizarros ou as alucinações consistem de uma voz mantendo um comentário sobre o comportamento ou pensamentos da pessoa ou duas ou mais vozes conversando entre si).

#### BIBLIOGRAFIA

APA. Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais. Quinta Edição. DSM-V (2014). Porto Alegre: Artes Médicas.

ARAUJO, A.C. LOFUTO NETO, F. A nova classificação Americana para os Transtornos mentais – o DMS-5

INDEFERIDO – QUESTÃO MANTIDA

QUESTÃO 21 – Conhecimentos Específicos (Enfermeiro (CAPS – UNIDADES))

Candidato: 947177

Alegação: "Examinar e avaliar pacientes com sinais e sintomas de CA de útero são atribuições do enfermeiro sim, mas como a questão pede a EXCEÇÃO (sendo a resposta que errada) é a alternativa onde diz que enfermeiros PREESCREVEM tratamentos, prescrição é atribuição médica e não da enfermagem."

Decisão da banca: Banca avalia recurso e questão, mantendo-a, uma vez que no caderno de atenção básica XX é função do médico "Examinar e avaliar pacientes com sinais e sintomas relacionados aos cânceres do colo do útero e da mama, bem como solicitar os exames adicionais" (p. 34), enfermeiro pode apenas: "e. Examinar e avaliar pacientes com sinais e sintomas relacionados aos cânceres do colo do útero e de mama (p. 35) (sendo D incorreta)" é função ainda do enfermeiro:

d. Solicitar exames de acordo com os protocolos ou normas técnicas estabelecidos pelo gestor local. (sendo A correta);

f. Avaliar resultados dos exames solicitados e coletados, e, de acordo com os protocolos e diretrizes clínicas, realizar o encaminhamento para os serviços de referência em diagnóstico e/ou tratamento dos cânceres de mama e do colo do útero.

g. Prescrever tratamento para outras doenças detectadas, como DSTs, na oportunidade do rastreamento, de acordo com os protocolos ou normas técnicas estabelecidos pelo gestor local.

#### BIBLIOGRAFIA

MS. Caderno de Atenção Básica nº 13 – controle de câncer de colo de útero. 2013. Disponível em: [http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/controle\\_canceres\\_colo\\_uterio\\_2013.pdf](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/controle_canceres_colo_uterio_2013.pdf)

INDEFERIDO – QUESTÃO MANTIDA

QUESTÃO 19 – Conhecimentos Específicos (Psicólogo (CAPS))

Candidato: 944785,931614,950528

Alegação: Em síntese os candidatos alegam que a questão pede para assinalar a alternativa incorreta, e correta.

Decisão da banca: Na questão ocorreu um erro na digitação e deveria estar escrito assinalar a questão correta e não a questão incorreta, sendo assim a questão ficou sem resposta, deferimos o recurso e anulamos a questão.

#### Referências:

<http://portalms.saude.gov.br/saude-para-voce/saude-mental/acoes-e-programas-saude-mental/centro-de-atencao-psicossocial-caps>

DEFERIDO – QUESTÃO ANULADA

QUESTÃO 20 – Conhecimentos Específicos (Psicólogo (CAPS))

Candidato: 950528

Alegação: "Bom dia! Questão 20 Cátia briga com seu namorado e, ao chegar em casa, se tranca no quarto, chorando muito durante três dias, fato que preocupa demais sua família. Passados esses três dias, ela acorda bem disposta e comenta com a mãe que foi ótimo ter desmanchado o namoro porque assim ela poderá ficar disponível para relacionamentos mais interessantes. Os mecanismos de defesa utilizados pela jovem são, respectivamente:

A) Formação reativa e negação.

B) Regressão e sublimação.

C) Negação e deslocamento.

D) Projeção e cisão.

Discordo da interpretação dada e representada pela opção A) Formação Reativa e Negação. Pois mecanismo de defesa Formação Reativa significa expressar o oposto de seus sentimentos internos em seu comportamento exterior.

Então Cátia briga com seu namorado e ao chegar em casa se tranca no quarto, chorando muito durante três dias. Diante disso, ela teria expresso o oposto de seus sentimentos internos ao chorar muito durante três dias?

Em relação ao mecanismo de negação interpretado diante da afirmação de que ela teria acordado bem disposta e comentado com a mãe que foi ótimo ter desmanchado o namoro porque assim ela poderá ficar disponível para relacionamentos mais interessantes, ela estaria negando a dura realidade de ter acabado um relacionamento amoroso?

Na negação, você simplesmente se recusa a aceitar a verdade ou a realidade de um fato ou experiência.

Ou seja, mesmo com a escassez de informação em relação ao caso, concluo que os dois mecanismos de defesa interpretados são excludentes. Ao expressar o oposto de seus sentimentos internos e depois negar a realidade, não tem congruência alguma. Pois o que ela está negando? sua expressão oposta de seus sentimentos internos?

Gostaria de pedir para considerarem esses questionamentos, pois interpretar poucas linhas e encaixá-las em conceitos tem muita margem para interpretação. Insisto no exemplo de expressar o oposto de seu sentimento interno. No pequeno texto fica impossível se ter um raciocínio clínico com mais exatidão."

Decisão da banca: A questão está adequada dentro do conteúdo referente aos mecanismos de defesa. Mesma que ela apresente poucas linhas, tem dados para fazer uma avaliação do mesmo. Naquele momento do caso são estes mecanismos de defesa que a pessoa apresenta.

#### Referências:

BOCK, Ana Mercês Bahia; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trasse. Psicologias: Um a introdução ao estudo de psicologia. Editora Saraiva. São Paulo: 3º tiragem, Capítulo 23, 2001.

INDEFERIDO – QUESTÃO MANTIDA

QUESTÃO 22 – Conhecimentos Específicos (Educador Físico)

Candidato: 947408

Alegação: Na questão número 22 a resposta correta é a letra D e não a letra B como foi dada no gabarito preliminar. Isto porque a fase COGNITIVA é segundo Fitts e Posner a fase INICIAL da aprendizagem motora e não intermediária como colocado na prova; logo a resposta correta é a letra D onde todas as alternativas estão incorretas. Segundo os autores referidos as fases de aprendizagem motora se caracterizam em cognitiva (primária), associativa (intermediária) e autônoma (avançada). Grato e aguardo retorno.

Decisão da banca: Houve equívoco no momento de redigir a questão, sendo a alternativa D CORRETA e não a B. Segundo FITTS & POSNER (1997) entre outros, acreditam que a aprendizagem motora acontece em estágios ou etapas, onde o aprendiz passa por diferentes situações desde o primeiro contato com o novo movimento até dominá-lo completamente, levando em consideração o nível de atenção para realizar a atividade e o nível de gasto de energia. Sendo assim segue modelo de FITTS & POSNER: Etapa Inicial Cognitiva. Etapa Intermediária Associativa. Etapa Final Automatismo.

DEFERIDO – QUESTÃO ANULADA

QUESTÃO 24 – Conhecimentos Específicos (Educador Físico)

Candidato: 935033

Alegação: O tema da questão 24 não constava no edital, como conteúdo para estudo. Penso que não há muito que argumentar frente a isso. Todos os conteúdos de questões devem estar em edital, não estando, não devem valer para pontuação.

Decisão da banca: Houve equívoco da banca ao formular a questão, tendo em vista que o assunto não constava no conteúdo



programático previsto em edital.  
DEFERIDO – QUESTÃO ANULADA

QUESTÃO 20 – Conhecimentos Específicos (Médico Especialidade Psiquiatria)

Candidato: 949509

Alegação: Solicito anulação da questão 20, visto que os candidatos podem ter se beneficiado já que a resposta veio impressa junto com a prova - entre parênteses está escrito "correta" o que indica que era a alternativa a ser assinalada.

Decisão da banca: Houve erro material no momento da correção e não constatou-se a palavra correta junto a alternativa, sendo assim, anula-se a questão.

DEFERIDO – QUESTÃO ANULADA

QUESTÃO 19 – Conhecimentos Específicos (Médico Emergencista)

Candidato: 941603,929586,946248,948096

Alegação: Em síntese os candidatos solicitam anulação da questão por conter dupla interpretação do enunciado

Decisão da banca: O enunciado da questão, pois estar no plural deixa margem de dupla interpretação, sendo assim, para que não haja prejuízo a nenhum candidato a banca decidiu pela anulação da questão.

DEFERIDO – QUESTÃO ANULADA

QUESTÃO 20 – Conhecimentos Específicos (Médico Emergencista)

Candidato: 941603,948096

Alegação: Candidato solicita anulação da questão alegando que a Síndrome de tensão do pescoço também não é oriunda de movimentos repetitivos, e sim classicamente oriunda de postura fixa/tensão ( não de movimento). Também pode ser considera como uma contratura por stress (tensão somatoforme). Ademais, nexo causal, resposta B, não pode sequer ser considera uma lesão, como pergunta o texto da pergunta.

Decisão da banca: Banca avalia recurso e questão mantendo-a, uma vez que a Lesão por Esforço Repetitivo (LER) é uma lesão que atinge as partes moles dos músculos esqueléticos causada pela atividade continua e repetitiva que sobrecarrega o organismo, resultante de fatores biológicos, sociais e/ou psicológicos [...] <sup>1</sup> E conforme bibliografia abaixo<sup>2</sup>, apenas alternativa B – Nexo causal não condiz com uma lesão oriunda de movimento repetitivos, este termo é utilizado para que um problema de saúde seja considerado uma doença ocupacional, o trabalho deve ter o vínculo nexo causal, ou seja, causa e efeito específico na situação"

#### BIBLIOGRAFIA

1. ANJOS, Q.S. et al. Lesões por esforços repetitivos (ler): uma doença Misteriosa do trabalho. Revista Saberes, Faculdade de São Paulo – FSP, 2015. Disponível em: [http://facsao paulo.edu.br/media/files/35/35\\_1386.pdf](http://facsao paulo.edu.br/media/files/35/35_1386.pdf)

2. LANGOSKI, L.A. Enfoque preventivo referente aos fatores de risco das LERs/DORTs o caso de cirurgões dentistas. Dissertação pós graduação de enfermagem – UFSC, Florianópolis- SC. 2001. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/81449/187036.pdf?sequence=1>

INDEFERIDO – QUESTÃO MANTIDA

QUESTÃO 24 – Conhecimentos Específicos (Médico Emergencista)

Candidato: 941603,929586

Alegação: Candidatos solicitam anulação da questão, alegando que Lupus Eritematoso Sistêmico não é uma doença transmissível, logo, não podendo ser correta, considerando o texto da pergunta

Decisão da banca: Banca avalia recurso e questão, mantendo-o, uma vez que o enunciado solicita: "Qual das doenças transmissíveis relacionadas abaixo não tem complicações oculares?", visto que é um recurso interpretativo, pois das alternativas apresentadas, o lúpus eritematoso sistêmico é o único que não condiz com o enunciado, pois não ter uma doença transmissível, não pode ser classificado como correta, demais patologias apresentadas são

transmissível e tem complicações oculares.

INDEFERIDO – QUESTÃO MANTIDA

QUESTÃO 19 – Conhecimentos Específicos (Médico Urologista)

Candidato: 945521

Alegação: "De acordo com o projeto diretriz sobre Câncer renal: Prognóstico (2006) - página 5

""As evidências clínicas demonstram que pacientes com trombo tumoral na veia cava e que não apresentam linfonodos comprometidos, cujo trombo é cirurgicamente extraído, apresentam sobrevida semelhante àquela encontrada nos pacientes com tumores que somente comprometem a gordura peri-renal. Controvérsias existem se o comprometimento proximal da veia cava isoladamente é fator prognóstico adverso. Pacientes com trombos não aderidos à veia cava têm sobrevida de cinco anos de 69%..."

Logo, a questão não tem uma resposta adequada e deve ser anulada."

Decisão da banca: Banca avalia questão e recurso, aceitando-o, uma vez que o prognóstico é controverso e tem inúmeros fatores envolvidos. E a afirmação do candidato é correta, não deixando uma resposta adequada para o enunciado.

#### Bibliografia:

Sociedade brasileira de urologia. Cancer renal: prognostico. 2006. Disponível em: [https://diretrizes.amb.org.br/\\_BibliotecaAntiga/cancer-renal-prognostico.pdf](https://diretrizes.amb.org.br/_BibliotecaAntiga/cancer-renal-prognostico.pdf)

DEFERIDO – QUESTÃO ANULADA

QUESTÃO 22 – Conhecimentos Específicos (Médico Urologista)

Candidato: 941603,929586

Alegação: Candidatos solicitam anulação da questão, alegando que Lupus Eritematoso Sistêmico não é uma doença transmissível, logo, não podendo ser correta, considerando o texto da pergunta

Decisão da banca: Banca avalia recurso e questão, mantendo-a, uma vez que este rim "aumentado de volume", com aspecto heterogêneo e contendo áreas de necrose, provavelmente representa uma grande massa renal que literalmente deve ter substituído o parênquima renal original. A hipótese de neoplasia torna-se ainda mais provável considerando que a TC também mostra as suas principais formas de disseminação locorregional do câncer de rim: 1. Disseminação para os linfonodos para-aórticos (os quais estão tão grandes que rechaçam a veia cava inferior) e 2. Invasão da veia renal e extensão tubuliforme dentro do seu lumen em direção ao lumen da veia cava.

INDEFERIDO – QUESTÃO MANTIDA

GAROPABA, 30 de abril de 2018.

Paulo Sergio de Araujo

Prefeito Municipal

**ATO 013 - GABARITO DEFINITIVO**

Publicação Nº 1608915

Osta,

**GABARITO DEFINITIVO**

Alfabetizado

X – Anulada

**Auxiliar de Serviços Gerais – matutino**

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
A	C	B	D	A	B	D	C	X	C	A	D	B	A	B	C	D	A	B	D

**Motorista (caminhão/automóvel/ônibus) - matutino**

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
A	C	B	D	A	B	D	C	X	C	A	D	B	D	C	C	A	D	C	B

**Operador de Trator Agrícola - matutino**

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
A	C	B	D	A	B	D	C	X	C	A	D	B	B	C	A	D	A	D	C

**Auxiliar de Manutenção e Conservação – vespertino**

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	A	C	B	A	C	B	D	C	A	B	D	C	A	B	A	C	D	B	D

Fundamental

**Auxiliar de Saúde Bucal – vespertino**

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	A	C	B	A	C	B	D	C	A	B	A	C	B	A	B	B	D	D	B

Ensino Médio

**Agente Comunitário de Saúde – matutino**

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	A	B	D	C	A	C	D	B	A	C	D	B	A	C	D	B	A	C	D
21	22	23	24	25															
D	A	B	C	C															

**Condutor de Veículo de Urgência – Motorista Socorrista – matutino**

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	A	B	D	C	A	C	D	B	A	C	D	B	A	C	D	A	C	D	B
21	22	23	24	25															
A	C	B	C	D															

**Educador Social – matutino**

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	A	B	D	C	A	C	D	B	A	C	D	B	A	C	B	A	D	C	D
21	22	23	24	25															
A	D	B	C	D															

**Técnico em Enfermagem ESF – matutino**

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	A	B	D	C	A	C	D	B	A	C	D	B	A	C	C	B	D	A	C
21	22	23	24	25															



A	B	D	C	D															
---	---	---	---	---	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

## Técnico em Raio X – matutino

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	A	B	D	C	A	C	D	B	A	C	D	B	A	C	B	D	A	B	C
21	22	23	24	25															
X	A	D	D	B															

## X-Anulada

## Monitor de Oficina Artes/Terapia – Música – vespertino

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
A	C	B	D	C	B	A	D	C	A	C	D	B	C	D	A	B	C	A	D
21	22	23	24	25															
B	B	C	A	D															

## Monitor de Oficina Terapêutica – vespertino

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
A	C	B	D	C	B	A	D	C	A	C	D	B	C	D	A	B	C	A	D
21	22	23	24	25															
B	C	B	D	A															

## Técnico em Enfermagem (SAMU/Unidades) - vespertino

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
A	C	B	D	C	B	A	D	C	A	C	D	B	C	D	B	D	C	A	B
21	22	23	24	25															
D	A	C	A	B															

## Ensino Superior

## Assistente Social (NASF) – matutino

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	B	C	A	B	A	D	C	D	B	C	A	D	B	D	A	C	B	D	A
21	22	23	24	25															
B	A	C	C	D															

## Enfermeiro (ESF) – matutino

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	B	C	A	B	A	D	C	D	B	C	A	D	B	D	C	C	D	B	A
21	22	23	24	25															
C	B	A	D	A															

## Fisioterapeuta (NASF) – matutino

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	B	C	A	B	A	D	C	D	B	C	A	D	B	D	B	A	C	C	D
21	22	23	24	25															
B	A	D	C	B															

## Médico (ESF) – matutino

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	B	C	A	B	A	D	C	D	B	C	A	D	B	D	A	C	B	D	A
21	22	23	24	25															

C	C	B	A	D															
---	---	---	---	---	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

**Nutricionista (NASF) – matutino**

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	B	C	A	B	A	D	C	D	B	C	A	D	B	D	A	C	D	A	B
21	22	23	24	25															
B	D	C	A	C															

**Odontólogo (ESF) – matutino**

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	B	C	A	B	A	D	C	D	B	C	A	D	B	D	C	B	D	A	C
21	22	23	24	25															
D	A	B	A	C															

**Psicólogo (NASF) – matutino**

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	B	C	A	B	A	D	C	D	B	C	A	D	B	D	A	C	B	C	D
21	22	23	24	25															
A	D	A	C	B															

**Assistente Social – vespertino**

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	D	B	A	D	C	A	B	D	B	D	X	X	D	C	A	B	B	D	A
21	22	23	24	25															
C	A	B	D	C															

X-Anulada

**Educador Físico (NASF) – vespertino**

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	D	B	A	D	C	A	B	D	B	D	X	X	D	C	A	D	B	C	C
21	22	23	24	25															
A	X	D	X	D															

X-Anulada

**Enfermeiro (CAPS/Unidades) – vespertino**

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	D	B	A	D	C	A	B	D	B	D	X	X	D	C	C	D	B	B	A
21	22	23	24	25															
D	A	C	B	C															

X-Anulada

**Médico Emergencista – vespertino**

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	D	B	A	D	C	A	B	D	B	D	X	X	D	C	A	B	D	X	B
21	22	23	24	25															
D	C	A	A	B															

X-Anulada

**Médico Psiquiatra – vespertino**

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	D	B	A	D	C	A	B	D	B	D	X	X	D	C	B	A	D	A	X
21	22	23	24	25															
D	B	B	A	C															

X-Anulada

Médico Cirurgia Cabeça/Pescoço – vespertino

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	D	B	A	D	C	A	B	D	B	D	X	X	D	C	A	B	C	D	A
21	22	23	24	25															
B	C	B	A	D															

X-Anulada

Médico Ginecologista/Obstetra – vespertino

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	D	B	A	D	C	A	B	D	B	D	X	X	D	C	D	B	C	C	A
21	22	23	24	25															
D	A	C	B	A															

X-Anulada

Médico Ortopedista – vespertino

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	D	B	A	D	C	A	B	D	B	D	X	X	D	C	A	B	D	A	C
21	22	23	24	25															
B	B	A	D	B															

X-Anulada

Médico Urologista – vespertino

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	D	B	A	D	C	A	B	D	B	D	X	X	D	C	A	B	C	X	B
21	22	23	24	25															
A	C	B	D	A															

X-Anulada

Psicólogo CAPS (Clínica e Grupos) – vespertino

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	D	B	A	D	C	A	B	D	B	D	X	X	D	C	A	C	B	X	A
21	22	23	24	25															
D	C	A	B	B															

X-Anulada

Garopaba, 30 de abril de 2018

**AVISO DE LICITAÇÃO ANULADA PE048/2017**

Publicação Nº 1608845

AVISO LICITAÇÃO ANULADA  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 048/2017

O Município de Garopaba, através da Prefeitura Municipal de Garopaba, torna público para conhecimento dos interessados, que o Pregão Eletrônico nº 048/2017 foi anulado por ilegalidade de ofício, determinando ao setor competente a publicação de novo edital para contratar os serviços objeto desta licitação.

Garopaba, 30 de abril de 2018.  
Paulo Sérgio de Araujo  
Prefeito Municipal

**AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA PE028/2017**

Publicação Nº 1608832

AVISO LICITAÇÃO DESERTA  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 028/2017

O Município de Garopaba, através da Prefeitura Municipal de Garopaba, torna público para conhecimento dos interessados, que restou DESERTO o Pregão Eletrônico nº 028/2017 que teve por objeto o Registro de Preços para a contratação de clínica/empresa médica especializada para a realização de avaliação médica admissional mediante análise de exames dos candidatos aprovados/classificados em concursos ou processos seletivos promovidos pela Prefeitura e Fundo Municipal de Saúde de Garopaba.

Garopaba, 30 de abril de 2018.  
Paulo Sérgio de Araujo  
Prefeito Municipal

**AVISO DE LICITAÇÃO PE027/2018**

Publicação Nº 1608418

AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 027/2018

O Município de Garopaba, através da Prefeitura Municipal de Garopaba, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, pretendendo a contratação de empresa para fornecimento de Van Adaptada com 11 lugares sendo 01 para cadeirante, através de convênio com o Ministério do Desenvolvimento Social, para uso da Secretaria de Assistência Social. As propostas deverão ser entregues por meio de sistema de compras eletrônicas no site <http://bllcompras.org.br> até as 14h00min do dia 14/05/2018. A sessão pública será realizada a partir das 14h10min do dia 14/05/2018, no endereço eletrônico <http://bllcompras.org.br>

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no endereço acima descrito, ou no site [www.garopaba.sc.gov.br](http://www.garopaba.sc.gov.br), onde poderá ser lido e/ou obtida cópia, inclusive dos seus anexos.

Garopaba - SC, 30 de abril de 2018.  
Paulo Sérgio de Araujo  
Prefeito Municipal

**AVISO LICITAÇÃO DESERTA PE070/2017**

Publicação Nº 1608876

AVISO LICITAÇÃO DESERTA  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 070/2017

O Município de Garopaba, através do Fundo Municipal de Saúde

de Garopaba, torna público para conhecimento dos interessados, que restou DESERTA o Pregão Eletrônico nº 070/2017 que teve por objeto o Registro de Preços para a contratação de empresa especializada para realização de exames de Ultrassom conforme necessidade da Secretaria Municipal de Saúde.

Garopaba, 30 de abril de 2018.  
Paulo Sérgio de Araujo  
Prefeito Municipal

**AVISO LICITAÇÃO DESERTA PE078/2017**

Publicação Nº 1608877

AVISO LICITAÇÃO DESERTA  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 078/2017

O Município de Garopaba, através do Fundo Municipal de Saúde de Garopaba, torna público para conhecimento dos interessados, que restou DESERTA o Pregão Eletrônico nº 078/2017 que teve por objeto o Registro de Preços para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de lavanderia industrial para lavagem de roupa hospitalar, com fornecimento de todos os insumos necessários para a execução dos serviços.

Garopaba, 30 de abril de 2018.  
Paulo Sérgio de Araujo  
Prefeito Municipal

**AVISO LICITAÇÃO DESERTA PE080/2017**

Publicação Nº 1608866

AVISO LICITAÇÃO DESERTA  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 080/2017

O Município de Garopaba, através da Prefeitura Municipal de Garopaba, torna público para conhecimento dos interessados, que restou DESERTO o Pregão Eletrônico nº 080/2017 que teve por objeto o Registro de Preços para contratação de empresa especializada para prestação de serviços atinentes a realização de perícias médicas, realizadas por junta médica composta por 03 (três) médicos, contando obrigatoriamente com no mínimo um médico do trabalho, para avaliar servidores municipais do Regime Próprio de Previdência, afastados por período superior a 15 (quinze) dias ou que necessitam, por ordem médica, de avaliação por junta médica, para concessão de auxílio-doença, readaptação funcional ou aposentadoria por invalidez, nos termos da Legislação vigente.

Garopaba, 30 de abril de 2018.  
Paulo Sérgio de Araujo  
Prefeito Municipal

**AVISO LICITAÇÃO FRACASSADA PE067/2017**

Publicação Nº 1608875

AVISO LICITAÇÃO FRACASSADA  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 067/2017

O Município de Garopaba, através do Fundo Municipal de Saúde de Garopaba, torna público para conhecimento dos interessados, que restou FRACASSADO o Pregão Eletrônico nº 067/2017 que teve por objeto o Registro de Preços para a aquisição de equipo de macro gotas para administração de dieta enteral em bomba de infusão para uso da Secretaria de Saúde de Garopaba.

Garopaba, 30 de abril de 2018.  
Paulo Sérgio de Araujo  
Prefeito Municipal

**AVISO LICITAÇÃO FRACASSADA PE073/2017**

Publicação Nº 1608867

AVISO LICITAÇÃO FRACASSADA  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 073/2017

O Município de Garopaba, através da Prefeitura Municipal de Garopaba, torna público para conhecimento dos interessados, que restou FRACASSADO o Pregão Eletrônico nº 073/2017 que teve por objeto o Registro de Preços para a contratação de empresa especializada em serviços de locação e manutenção diária de sanitários ecológicos portáteis para uso nas praias do município.

Garopaba, 30 de abril de 2018.  
Paulo Sérgio de Araujo  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 076/2018**

Publicação Nº 1608865

DECRETO Nº. 076, DE 30 DE ABRIL DE 2018.

PRORROGA A VALIDADE DO CONCURSO PÚBLICO Nº. 001/2015, DO MUNICÍPIO DE GAROPABA/SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Garopaba, e

Considerando, que as vagas abertas para o Concurso Público n.º 001/2015, ainda não foi totalmente preenchidas,

DECRETA:

Art. 1º. Fica prorrogada, pelo prazo 02 (dois) anos, a contar de 12 de maio de 2018, a validade do Concurso Público n.º 001/2015, realizado pela Prefeitura Municipal de Garopaba.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 30 de abril de 2018.  
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 02/05/2018, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LETÍCIA TEIXEIRA CORREA  
Secretária de Administração Interina

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 097/2018**

Publicação Nº 1608243

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 097/2018  
PMG

Ata nº. 097/2018; Processo nº 033/2018; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; Contratada: SERGIO DA SILVA-ME, CNPJ nº 24.817.911/0001-74; Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA: SERVIÇOS MECÂNICOS, ELÉTRICOS, LANTERNA-GEM/PINTURA E CAPOTARIA NOS VEÍCULOS DA PREFEITURA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA; Data da Assinatura: 25/04/2018.

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 098/2018**

Publicação Nº 1608244

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 098/2018  
FMS

Ata nº. 098/2018; Processo nº 007/2018; Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA; Contratada: PRIORITTÁ PRODUTOS HOSPITALARES - EIRELI, CNPJ nº 29.700.587/0001-23; Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE FISIOTERAPIA PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA; VALOR: R\$ 606,85 (seiscentos e seis reais e oitenta e cinco centavos); Data da Assinatura: 25/04/2018.

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 099/2018**

Publicação Nº 1608245

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 099/2018  
FMS

Ata nº. 099/2018; Processo nº 007/2018; Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA; Contratada: ISAMED MATERIAIS MEDICO HOSPITALARES LTDA ME, CNPJ nº 05.948.061/0001-07; Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE FISIOTERAPIA PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA; VALOR: R\$ 13.220,00 (treze mil duzentos e vinte reais); Data da Assinatura: 25/04/2018.

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 100/2018**

Publicação Nº 1608246

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 0100/2018  
FMS

Ata nº. 0100/2018; Processo nº 007/2018; Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA; Contratada: PROMEDI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ nº 27.806.274/0001-29; Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE FISIOTERAPIA PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA; VALOR: R\$ 555,15 (quinhentos e cinquenta e cinco reais e quinze centavos); Data da Assinatura: 25/04/2018.

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 040/2018**

Publicação Nº 1608347

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 040/2018 PROCESSO Nº 047/2018; CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; CONTRATADA: MARIA APARECIDA MACHADO, CPF nº 789.923.209-06; OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, PARA ALUNOS DA REDE DE EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA, VERBA FNDE/PNAE, 1 E 2 SEMESTRE DE 2018; VALOR: R\$ 6.160,00 (seis mil cento e sessenta reais); DATA DA ASSINATURA: 20/04/2018.



**EXTRATO DE CONTRATO Nº 041/2018**

Publicação Nº 1608348

**EXTRATO DE CONTRATO**

CONTRATO Nº 041/2018 PROCESSO Nº 051/2018; CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; CONTRATADA: MARIA DA SILVEIRA PEREIRA, CPF nº 058.272.069-97; OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, PARA ALUNOS DA REDE DE EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA, VERBA FNDE/PNAE, 1 E 2 SEMESTRE DE 2018; VALOR: R\$ 12.434,05 (doze mil quatrocentos e trinta e quatro reais e cinco centavos); DATA DA ASSINATURA: 27/04/2018.

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 042/2018**

Publicação Nº 1608350

**EXTRATO DE CONTRATO**

CONTRATO Nº 042/2018 PROCESSO Nº 052/2018; CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; CONTRATADA: ROSILENE MACHADO DE MARIA, CPF nº 031.989.509-29; OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, PARA ALUNOS DA REDE DE EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA, VERBA FNDE/PNAE, 1 E 2 SEMESTRE DE 2018; VALOR: R\$ 4.742,50 (quatro mil setecentos e quarenta e dois reais e cinquenta centavos); DATA DA ASSINATURA: 27/04/2018.

**PORTARIA N.º 373/2018.**

Publicação Nº 1608677

PORTARIA N.º 373, DE 02 DE ABRIL DE 2018.  
DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

**RESOLVE,**

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 135, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) LUZIA PONCIANO PEREIRA, Auxiliar de Serviços Gerais, matrícula funcional n.º 3754, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial para a concessão de Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família a partir de 24/03/2018.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (Sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 02 de abril de 2018.  
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E  
COMUNIQUE-SE

**PORTARIA N.º 375/2018.**

Publicação Nº 1608679

PORTARIA N.º 375, DE 02 DE ABRIL DE 2018.  
DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba em Exercício, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

**RESOLVE,**

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos do art. 126, §3º do art. 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) MARIA ELIZABET DE LIMA RODRIGUES, Técnico em Enfermagem ESF, matrícula funcional n.º 6997, contribuinte do Regime Geral de Previdência, à avaliação por junta médica pericial para a concessão de licença para tratamento de saúde a partir de 11/04/2018.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (sete) dias o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria tem seus efeitos a contar de 11/04/2018.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 02 de abril de 2018.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E  
COMUNIQUE-SE

**PORTARIA N.º 376/2018.**

Publicação Nº 1608681

PORTARIA N.º 376, DE 03 DE ABRIL DE 2018.  
DISPÕE SOBRE LICENÇA-PRÊMIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

**RESOLVE,**

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 137, da Lei n.º 1000/2005, à servidora ZENAIR DE AMORIM BOTELHO, Matrícula Funcional n.º 4378, referente a 2012-2017, no período de 09/04/2018 à 08/05/2018.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 03 de abril de 2018.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE  
E  
COMUNIQUE-SE

**PORTARIA N.º 377/2018.**

Publicação Nº 1608682

PORTARIA N.º 377, DE 03 DE ABRIL DE 2018.  
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor LEANDRO CESAR DALA NORA, Matrícula Funcional n.º 6746, referente à 2017, no período de 02/04/2018 a 01/05/2018.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 02/04/2018.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 03 de abril de 2018.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE  
E COMUNIQUE-SE

**PORTARIA N.º 378/2018.**

Publicação Nº 1608683

PORTARIA N.º 378, DE 03 DE ABRIL DE 2018.  
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor RAFAEL CAMPOS FERREIRA, Matrícula Funcional n.º 6728, referente à 2016/2017, no período de 05/04/2018 a 04/05/2018.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 03 de abril de 2018.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE  
E COMUNIQUE-SE

**PORTARIA N.º 379/2018.**

Publicação Nº 1608684

PORTARIA N.º 379, DE 03 DE ABRIL DE 2018.  
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor HUDSON PIRES TEIXEIRA, Matrícula Funcional n.º 7141, referente à 2017/2018, no período de 10/04/2018 a 09/05/2018.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 03 de abril de 2018.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE  
E COMUNIQUE-SE

**PORTARIA N.º 381/2018.**

Publicação Nº 1608685

PORTARIA N.º 381, DE 03 DE ABRIL DE 2018.  
DISPÕE SOBRE DESCANSO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. Formalizar a concessão do descanso de FÉRIAS, de 20 (vinte) dias, concedidas através da Portaria n.º 161/2011 e suspensas através da Portaria n.º 255/2011, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao servidor MARCOS ALEXANDRE DE CAMPOS, Matrícula Funcional n.º 0790, no período de 09/04/2018 à 28/04/2018.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 03 de abril de 2018.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE  
E COMUNIQUE-SE

**PORTARIA N.º 382/2018.**

Publicação Nº 1608686

PORTARIA N.º 382, DE 03 DE ABRIL DE 2018.  
DISPÕE SOBRE DESCANSO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. Formalizar a concessão do descanso de FÉRIAS, de 20 (vinte) dias, concedidas através da Portaria n.º 698/2017 e suspensas através da Portaria n.º 783/2017, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao servidor JOÃO MANOEL DO NASCIMENTO, Matrícula Funcional n.º 3718, no período de 02/04/2018 à 21/04/2018.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 02/04/2018.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 03 de abril de 2018.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE  
E COMUNIQUE-SE

**PORTARIA N.º 383/2018.**

Publicação Nº 1608687

PORTARIA N.º 383, DE 03 DE ABRIL DE 2018.  
DISPÕE SOBRE INTERRUPTÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. INTERROMPER O DESCANSO DE FÉRIAS, em 28/03/2018, nos termos do art. 108, § 8º, da Lei Municipal n.º 1000/2005 da servidora ROSILENE PACHECO DE LIMA, Matrícula Funcional n.º 0736, concedidas através da Portaria n.º 253/2018, por motivo de excepcional interesse público.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 28/03/2018.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 03 de abril de 2018.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE  
E  
COMUNIQUE-SE

**PORTARIA N.º 384/2018.**

Publicação Nº 1608688

PORTARIA N.º 384, DE 03 DE ABRIL DE 2018.  
DISPÕE SOBRE INTERRUPTÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. INTERROMPER FÉRIAS, em 29/03/2018, nos termos do art. 108, § 8º, da Lei Municipal n.º 1000/2005 da servidora BRUNA D'ANDREA DE ANDRADES, Matrícula Funcional n.º 6948, concedidas através da Portaria n.º 254/2018, por motivo de excepcional interesse público.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 29/03/2018.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 03 de abril de 2018.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE  
E  
COMUNIQUE-SE

**PORTARIA N.º 385/2018.**

Publicação Nº 1608690

PORTARIA N.º 385, DE 03 DE ABRIL DE 2018.  
DISPÕE SOBRE INTERRUPTÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. INTERROMPER FÉRIAS, em 02/04/2018, nos termos do art. 108, § 8º, da Lei Municipal n.º 1000/2005 da servidora SIMONE DOS SANTOS XAVIER, Matrícula Funcional n.º 5483, concedidas através da Portaria n.º 322/2018, por motivo de excepcional interesse público.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 02/04/2018.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 03 de abril de 2018.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE  
E COMUNIQUE-SE

**PORTARIA N.º 386/2018.**

Publicação Nº 1608691

PORTARIA N.º 386, DE 03 DE ABRIL DE 2018.  
DISPÕE SOBRE DESCANSO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. Formalizar a concessão do descanso de FÉRIAS, de 25 (vinte e cinco) dias, concedidas através da Portaria n.º 503/2015 e suspensas através da Portaria n.º 538/2015, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao servidor RAFAEL DE SOUZA, Matrícula Funcional n.º 3271, no período de 05/04/2018 à 29/04/2018.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 03 de abril de 2018.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
------------------------

Prefeito Municipal
--------------------

PUBLIQUE-SE  
E COMUNIQUE-SE

**PORTARIA N.º 387/2018.**

Publicação Nº 1608693

PORTARIA N.º 387, DE 04 DE ABRIL DE 2018.  
DISPÕE SOBRE INTERRUÇÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. INTERROMPER FÉRIAS, em 15/06/2017, nos termos do art. 108, § 8º, da Lei Municipal n.º 1000/2005 do servidor FERNANDO DA SILVA FERREIRA, Matrícula Funcional n.º 3556, concedidas através da Portaria n.º 530/2017, por motivo de excepcional interesse público.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 15/06/2017.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 04 de abril de 2018.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
------------------------

Prefeito Municipal
--------------------

PUBLIQUE-SE  
E COMUNIQUE-SE

**PORTARIA N.º 388/2018.**

Publicação Nº 1608695

PORTARIA N.º 388, DE 04 DE ABRIL DE 2018.  
DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. DISPENSAR, nos termos do art. 216, da Lei Municipal n.º 1000/2005, conforme AVISO PRÉVIO, em atenção ao contrato n.º 389/2017, o(a) contratado(a) PAULO ANTONIO COSTA, a partir de 05/04/2018.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 04 de abril de 2018.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE  
E COMUNIQUE-SE

**PORTARIA N.º 389/2018.**

Publicação Nº 1608696

PORTARIA N.º 389, DE 04 DE ABRIL DE 2018.  
DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. DISPENSAR, nos termos do art. 216, da Lei Municipal n.º 1000/2005, conforme AVISO PRÉVIO, em atenção ao contrato n.º 004/2018, o(a) contratado(a) MARCELO LUIZ JAEGER CUNHA, a partir de 30/04/2018.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 04 de abril de 2018.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE  
E  
COMUNIQUE-SE

**PORTARIA N.º 395/2018.**

Publicação Nº 1608697

PORTARIA N.º 395, 04 DE ABRIL DE 2018  
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor VANIO ZANELATO, Matrícula Funcional n.º 0784, referente à 2017/2018, no período de 05/04/2018 a 04/05/2018.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos a contar de 05/04/2018.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 04 de abril de 2018

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE  
E  
COMUNIQUE-SE

**PORTARIA N.º 396/2018.**

Publicação Nº 1608698

PORTARIA N.º 396, 04 DE ABRIL DE 2018.  
DISPÕE SOBRE LICENÇA-PRÊMIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 137, da Lei n.º 1000/2005, à servidora VIVIAN SCHRÖTER, Matrícula Funcional n.º 0428, referente a 2007-2012, no período de 02/05/2018 a 11/05/2018.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos a contar de 02/05/2018.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 04 de abril de 2018.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE  
E  
COMUNIQUE-SE

**PORTARIA N.º 398/2018.**

Publicação Nº 1608699

PORTARIA N.º 398, DE 05 DE ABRIL DE 2018.  
DISPÕE SOBRE DESCANSO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. Formalizar a concessão do descanso de FÉRIAS, de 29 (vinte e nove) dias, concedidas através da Portaria n.º 128/2015 e suspensas através da Portaria n.º 206/2015, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao servidor VIRISSIMO BERNARDINO RODRIGUES NETO, Matrícula Funcional n.º 0015, no período de 16/04/2018 à 14/05/2018.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 05 de abril de 2018.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE  
E  
COMUNIQUE-SE

**PORTARIA N.º 399/2018.**

Publicação Nº 1608700

PORTARIA N.º 399, DE 05 DE ABRIL DE 2018.  
DISPÕE SOBRE DESCANSO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. Formalizar a concessão do descanso de FÉRIAS, de 15 (quinze) dias, concedidas através da Portaria n.º 150/2018 e suspensas através da Portaria n.º 277/2018, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a servidora KAREN LLOYD ALVES MOREIRA, Matrícula Funcional n.º 3772, no período de 12/04/2018 à 26/04/2018.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 05 de abril de 2018.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE  
E COMUNIQUE-SE



**PORTARIA N.º 400/2018.**

Publicação Nº 1608701

PORTARIA N.º 400 DE 05 DE ABRIL DE 2018  
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor LUIZ DE OLIVEIRA, Matrícula Funcional n.º 3590, referente à 2016/2017, no período de 03/04/2018 a 02/05/2018.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos a contar de 03/04/2018.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 05 de abril de 2018

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE  
E  
COMUNIQUE-SE

**PORTARIA N.º 401/2018.**

Publicação Nº 1608702

PORTARIA N.º 401 DE 05 DE ABRIL DE 2018  
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor ROSEMIRO GONÇALVES, Matrícula Funcional n.º 0079, referente à 2017/2018, no período de 06/04/2018 a 05/05/2018.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 05 de abril de 2018

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE  
E  
COMUNIQUE-SE

**PORTARIA N.º 402/2018.**

Publicação Nº 1608705

PORTARIA N.º 402, DE 05 DE ABRIL DE 2018  
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a Servidora JEANE SONIA MARCOS, Matrícula Funcional n.º 6849, referente à 2017/2018, no período de 16/04/2018 a 15/05/2018.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 05 de abril de 2018

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE  
E  
COMUNIQUE-SE

**PORTARIA N.º 403/2018.**

Publicação Nº 1608706

PORTARIA N.º 403, DE 05 DE ABRIL DE 2018.  
DISPÕE SOBRE INTERRUÇÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. INTERROMPER FÉRIAS, em 02/04/2018, nos termos do art. 108, § 8º, da Lei Municipal n.º 1000/2005 do servidor FERNANDO MENDES SOARES, Matrícula Funcional n.º 6786, concedidas através da Portaria n.º 345/2018, por motivo de excepcional interesse público.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 28/03/2018.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 05 de abril de 2018.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE  
E  
COMUNIQUE-SE

**PORTARIA N.º 404/2018.**

Publicação Nº 1608708

PORTARIA N.º 404, DE 05 DE ABRIL DE 2018.  
DISPÕE SOBRE INTERRUÇÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. INTERROMPER FÉRIAS, em 03/04/2018, nos termos do art. 108, § 8º, da Lei Municipal n.º 1000/2005 do servidor FÁBIO TEIXEIRA DA SILVA, Matrícula Funcional n.º 6305, concedidas através da Portaria n.º 350/2018, por motivo de excepcional interesse público.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 03/04/2018.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 05 de abril de 2018.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE  
E COMUNIQUE-SE

**PORTARIA N.º 405/2018.**

Publicação Nº 1608709

PORTARIA N.º 405, DE 05 DE ABRIL DE 2018.  
DISPÕE SOBRE INTERRUÇÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. INTERROMPER FÉRIAS, em 03/04/2018, nos termos do art. 108, § 8º, da Lei Municipal n.º 1000/2005 da servidora GRAZIELA DA SILVEIRA ESTÁCIO, Matrícula Funcional n.º 6060, concedidas através da Portaria n.º 320/2018, por motivo de excepcional interesse público.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 03/04/2018.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 05 de abril de 2018.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE  
E  
COMUNIQUE-SE

**PORTARIA N.º 407/2018.**

Publicação Nº 1608711

PORTARIA N.º 407, DE 09 DE ABRIL DE 2018  
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a Servidora TATIANE DA ROSA THEOPHILO, Matrícula Funcional n.º 3559, referente à 2016/2017, no período de 18/04/2018 a 17/05/2018.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 09 de abril de 2018

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE  
E  
COMUNIQUE-SE

**PORTARIA N.º 408/2018.**

Publicação Nº 1608713

PORTARIA N.º 408, DE 09 DE ABRIL DE 2018.  
DISPÕE SOBRE DESCANSO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. Formalizar a concessão do descanso de FÉRIAS, de 10 (dez) dias, concedidas através da Portaria n.º 192/2018 e suspensas através da Portaria n.º 281/2018, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a servidora RUTH MIQUELETO HONORATO BAPTISTA, Matrícula Funcional n.º 6308, no período de 10/04/2018 à 19/04/2018.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 09 de abril de 2018.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 10/04/2018, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

**PORTARIA N.º 409/2018.**

Publicação Nº 1608714

PORTARIA N.º 409, DE 09 DE ABRIL DE 2018.  
DISPÕE SOBRE PRORROGAÇÃO DA LICENÇA-MATERNIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e Lei 1957/2016,

RESOLVE,

Art. 1º. PRORROGAR A LICENÇA-MATERNIDADE POR 60 (SESSENTA) DIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 1º, da Lei n.º 1957/2016, à servidora ROSANE ALVES DOS SANTOS, matrícula funcional n.º 7165, a partir de 30/06/2018.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 09 de abril 2018.  
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE  
E COMUNIQUE-SE

**PORTARIA N.º 410/2018.**

Publicação Nº 1608715

PORTARIA N.º 410, DE 09 DE ABRIL DE 2018.  
DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. DISPENSAR, a pedido, nos termos do art. 216, da Lei Municipal n.º 1000/2005, conforme EXTINÇÃO DE CONTRATO, o(a) contratado(a) EDNEY DA SILVA BERNARDINO, Contrato n.º 274/2017, em 09/04/2018.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos a contar de 09/04/2018.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 09 de abril de 2018.  
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE  
E  
COMUNIQUE-SE

**PORTARIA N.º 411/2018.**

Publicação Nº 1608716

PORTARIA N.º 411, DE 09 DE ABRIL DE 2018.  
DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE SERVIDORES A FAZEREM JUS AO ADICIONAL POR PLANTÃO DIFERENCIADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. DESIGNAR, nos termos da Lei Municipal n.º 1.623/2012 e demais legislação vigente, os Servidores do Plantão Diferenciado dos cargos de Enfermeiro, kTécnico em Enfermagem e Vigilante da Secretaria de Saúde no período de abril de 2018:

MATRICULA	Nome
7040	Andreia Pohlmann
7403	Alessandra Hofmann Allet
3571	Ana Cristina da Silva Prudêncio
3764	Ana Maria de Souza Roecker
6733	Eliane Sebastião
7415	Fabíula Rodrigues Garcia
6693	Frederico Neves de Paula
7364	Gizele Aparecida dos Santos Feijó
6803	Ismael Pereira Ramos
7373	Josilene de Souza Dias Ribeiro
3772	Karen Lloyd Alves Moreira - Férias de 12 a 26/04/2018
6870	Kelen da Rosa Ramos
7143	Lidiane Silveira Domingos da Silva
7464	Luana Dias Costa
7441	Luiza Schnorr
7427	Maíra do Nascimento Bernardino
7410	Mariana Cholet Canova
0794	Mariana da Silva
6743	Marza Adriana de Oliveira Lima
3759	Maria Aparecida dos Santos
7372	Margarete Martins Pause
6719	Marcio Rodrigues Cabrera
3643	Rozilda de Amorim
6763	Silvely Mendes Duarte
7470	Simone Favassa Alves
3595	Sueli Teresinha dos Santos – Férias de 01 a 15/04/2018
7414	Tânia Regina Almeida de Oliveira

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos a contar de 01/04/2018.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 09 de abril de 2018.  
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

**PORTARIA N.º 412/2018.**

Publicação Nº 1608717

PORTARIA N.º 412, DE 09 DE ABRIL DE 2018.  
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de

Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, à Servidora LINDOCI GONÇALVES DOS SANTOS, Matrícula Funcional n.º 0725, referente a 2017/2018, no período de 02/05/2018 a 31/05/2018.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 09 de abril de 2018.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE  
E  
COMUNIQUE-SE

#### **PORTARIA N.º 414/2018.**

Publicação Nº 1608718

PORTARIA N.º 414, DE 10 DE ABRIL DE 2018.

DISPÕE SOBRE DESCANSO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. Formalizar a concessão do descanso de FÉRIAS, de 24 (vinte e quatro) dias, concedidas através da Portaria n.º 006/2018 e suspensas através da Portaria n.º 053/2018, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, à servidora SILVIA ALVES FLOR, Matrícula Funcional n.º 6978, no período de 16/04/2018 a 09/05/2018.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos a contar de 16/04/2018.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 10 de abril de 2018.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE  
E COMUNIQUE-SE

#### **PORTARIA N.º 415/2018.**

Publicação Nº 1608724

PORTARIA N.º 415, DE 10 DE ABRIL DE 2018.

DISPÕE SOBRE LICENÇA-PRÊMIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 137, da Lei n.º 1000/2005, à servidora JAQUELINE VESCOVI VIEIRA, Matrícula Funcional n.º 0068, referente a 2012-2017, no período de 02/05/2018 a 31/05/2018.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 10 de abril de 2018.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE  
E COMUNIQUE-SE

#### **PORTARIA N.º 416/2018.**

Publicação Nº 1608726

PORTARIA N.º 416, DE 10 DE ABRIL DE 2018.

DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 135, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) IDIRLEI ZANELATO, Auxiliar de Conservação e Manutenção, matrícula funcional n.º 0124, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde a partir de 10/04/2018.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (Sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 10 de abril de 2018.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE  
E COMUNIQUE-SE

#### **PORTARIA N.º 417/2018.**

Publicação Nº 1608729

PORTARIA N.º 417, DE 10 DE ABRIL DE 2018.

DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 135, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) LUCIANA MACHADO TEIXEIRA, Auxiliar Administrativo, matrícula funcional n.º 0439, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde a partir de 02/04/2018.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (Sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 10 de abril de 2018.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

E COMUNIQUE-SE

#### **PORTARIA N.º 418/2018.**

Publicação Nº 1608730

PORTARIA N.º 418, DE 10 DE ABRIL DE 2018.

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos do art. 125 e §3º do art. 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, à servidora ROSA MARIA FURTADO SCHEIDT, Servente, matrícula funcional n.º 7168, contribuinte do Regime Geral de Previdência Social, de 08/03/2018 a 07/04/2018, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 08/03/2018.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 10 de abril de 2018.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

E COMUNIQUE-SE

#### **PORTARIA N.º 419/2018.**

Publicação Nº 1608731

PORTARIA N.º 419, DE 10 DE ABRIL DE 2018.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, à Servidora BRUNA DA SILVA BATTISTELLA, Matrícula Funcional n.º 3552, referente a 2016/2017, no período de 07/05/2018 a 05/06/2018.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos a contar de 07/05/2018.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 10 de abril de 2018.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

E COMUNIQUE-SE

#### **PORTARIA N.º 420/2018.**

Publicação Nº 1608732

PORTARIA N.º 420, DE 10 DE ABRIL DE 2018.

DISPÕE SOBRE INTERRUÇÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. INTERROMPER FÉRIAS, em 10/04/2018, nos termos do art. 108, § 8º, da Lei Municipal n.º 1000/2005 do servidor EVERALDO PEREIRA RODRIGUES, Matrícula Funcional n.º 3756, concedidas através da Portaria n.º 349/2018, por motivo de excepcional interesse público.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 10 de abril de 2018.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

E COMUNIQUE-SE

#### **PORTARIA N.º 421/2018.**

Publicação Nº 1608733

PORTARIA N.º 421, DE 10 DE ABRIL DE 2018.

DISPÕE SOBRE INTERRUÇÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. INTERROMPER FÉRIAS, em 12/04/2018, nos termos do art. 108, § 8º, da Lei Municipal n.º 1000/2005 do servidor LEANDRO CÉSAR COELHO DALLA NORA, Matrícula Funcional n.º 6746,



concedidas através da Portaria n.º 377/2018, por motivo de excepcional interesse público.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos a contar de 12/04/2018.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 10 de abril de 2018.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE  
E  
COMUNIQUE-SE

#### **PORTARIA N.º 422/2018.**

Publicação Nº 1608736

PORTARIA N.º 422, DE 11 DE ABRIL DE 2018.  
DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. DISPENSAR, a pedido, nos termos do art. 216, da Lei Municipal n.º 1000/2005, conforme EXTINÇÃO DE CONTRATO, o(a) contratado(a) ROSIMARI MARIA DA SILVA, Contrato n.º 056/2018, em 16/04/2018.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos a contar de 16/04/2018.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 11 de abril 2018.  
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE  
E  
COMUNIQUE-SE

#### **PORTARIA N.º 423/2018.**

Publicação Nº 1608737

PORTARIA N.º 423, DE 11 DE ABRIL DE 2018.  
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, à Servidora PETRONILA SOUZA VIEIRA, Matrícula Funcional n.º 3775, referente a 2016/2017, no período de 16/04/2018 a 15/05/2018.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos a contar de 16/04/2018.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 11 de abril de 2018.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE  
E COMUNIQUE-SE

#### **PORTARIA N.º 425/2018.**

Publicação Nº 1608738

PORTARIA N.º 425, DE 12 DE ABRIL DE 2018.  
DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 135, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) LUCIANE MARIA NUNES DE CARVALHO, Professor, matrícula funcional n.º 0780, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde a partir de 17/03/2018.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (Sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 12 de abril de 2018.  
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE  
E COMUNIQUE-SE

#### **PORTARIA N.º 426/2018.**

Publicação Nº 1608739

PORTARIA N.º 426, DE 12 DE ABRIL DE 2018.  
DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. DISPENSAR, nos termos do art. 216, da Lei Municipal n.º 1000/2005, conforme AVISO PRÉVIO, em atenção ao contrato nº 057/2018, o(a) contratado(a) ANDREA EVARISTO DE CAMARGO, a partir de 10/04/2018.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos a contar de 10/04/2018.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 12 de abril de 2018.  
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE  
E COMUNIQUE-SE

#### **PORTARIA N.º 428/2018.**

Publicação N° 1608741

PORTARIA N.º 428, DE 13 DE ABRIL DE 2018.  
DISPÕE SOBRE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA, nos termos do art. 135, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) LUZIA PONCIANO PEREIRA, Auxiliar de Serviços Gerais, matrícula funcional n.º 3754, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, no período de 13/03/2018 a 08/05/2018, totalizando 57 (cinquenta e sete) dias, conforme Laudos Médicos Periciais.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 13/03/2018.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 13 de abril de 2018.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE  
E  
COMUNIQUE-SE

#### **PORTARIA N.º 429/2018.**

Publicação N° 1608742

PORTARIA N.º 429, DE 13 DE ABRIL DE 2018.  
DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos do art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) LUCIANA MACHADO TEIXEIRA, Auxiliar Administrativo, matrícula funcional n.º 0439, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, pelo período de 60 (sessenta) dias, a partir de 02/04/2018, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 02/04/2018.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 13 de abril de 2018.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE  
E COMUNIQUE-SE

#### **PORTARIA N.º 430/2018.**

Publicação N° 1608744

PORTARIA N.º 430, DE 13 DE ABRIL DE 2018.  
DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos do art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) LUCIANE MARIA NUNES DE CARVALHO, Professora, matrícula funcional n.º 0780, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, pelo período de 120 (cento e vinte) dias, a partir de 16/03/2018, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 16/03/2018.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 13 de abril de 2018.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE  
E COMUNIQUE-SE

#### **PORTARIA N.º 431/2018.**

Publicação N° 1608745

PORTARIA N.º 431, DE 13 DE ABRIL DE 2018.  
DISPÕE SOBRE LICENÇA-PRÊMIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 137, da Lei n.º 1000/2005, à servidora SUELI TERESINHA DOS SANTOS, Matrícula Funcional n.º 3595, referente a 2010-2015, no período de 12/04/2018 a 11/05/2018.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos a contar de 12/04/2018.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 13 de abril de 2018.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE  
E  
COMUNIQUE-SE

**PORTARIA N.º 432/2018.**

Publicação Nº 1608747

PORTARIA N.º 432, DE 13 DE ABRIL DE 2018.  
DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 135, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) MAURINA DE ABREU DA SILVA, Merendeira, matrícula funcional n.º 0772, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde a partir de 19/04/2018.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (Sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 13 de abril de 2018.  
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE  
E  
COMUNIQUE-SE

**PORTARIA N.º 442/2018.**

Publicação Nº 1608748

PORTARIA Nº 442, DE 17 DE ABRIL DE 2018.  
DISPÕE SOBRE O RECONHECIMENTO EXTEMPORÂNEO DA CONCESSÃO DE LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente, observado o Processo Administrativo nº 079/2018,

RESOLVE:

Art. 1º Reconhecer, extemporaneamente, a concessão de LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES (Licença sem Vencimentos) à servidora ROSA MARIA DE SOUZA BENTO, matrícula 0038, no período de 01/03/1995 a 31/12/1995.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e seus efeitos retroagem a 01/03/1995, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 17 de abril de 2018.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 18/04/2018, de acordo com a Lei Municipal nº 1.326 de 10/08/2009.

**PORTARIA N.º 443/2018.**

Publicação Nº 1608749

PORTARIA N.º 443, DE 17 DE ABRIL DE 2018.

ALTERA MEMBROS DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS EM CARÁTER TEMPORÁRIO Nº 002/2018.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ALTERAR membros da Comissão de Fiscalização, formada pelas servidoras municipais: BRUNA DA SILVA BATTISTELLA, mat. 3552, MARILIS DOS REIS WERLANG, mat. 3587, MERI TEREZINHA RODRIGUES HOFF, mat. 0764, CELIANE GONÇALVES CARLSEM, mat. 3648 e ZÉLIA LIMA CHAVES, mat. 3596 para, sob a presidência da primeira, efetuarem a fiscalização do Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2018 para Contratação de Profissionais em Caráter Temporário, conforme o Art. 13 da Lei 1000/2005.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 17 de abril de 2018.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 18/04/2018, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

**PORTARIA N.º 444/2018.**

Publicação Nº 1608750

PORTARIA N.º 444, DE 17 DE ABRIL DE 2018.  
ALTERA O INCISO I DO ARTIGO 1º DA PORTARIA 1201/2016, DE 27/12/2016, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, em cumprimento ao disposto na Lei 1985/2016,

Resolve:

Art. 1º. ALTERAR o Inciso I do Artigo 1º da Portaria nº 1201/2016, de 27 de dezembro de 2016, que passa a vigorar com a seguinte redação:

I - Representante do Gabinete do Prefeito Municipal:  
WILSON VERGILIO REAL RABELO; matrícula nº 7187

Art. 2º. Ficam ratificadas e mantidas todas as demais disposições da Portaria 1201/2016.8

Art. 3º. A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Garopaba, 17 de abril de 2018.  
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 18/04/2018, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

#### **PORTARIA N.º 448/2018.**

Publicação Nº 1608752

PORTARIA N.º 448, DE 18 DE ABRIL DE 2018.  
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,  
Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, à Servidora RENATA DAIANE MARTINS RAMOS, Matrícula Funcional n.º 7094, referente a 2017/2018, no período de 16/04/2018 a 15/05/2018.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 16/04/2018.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 18 de abril de 2018.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE  
E COMUNIQUE-SE

#### **PORTARIA N.º 451/2018.**

Publicação Nº 1608754

PORTARIA N.º 451, 18 DE ABRIL DE 2018.  
DISPÕE SOBRE LICENÇA-PRÊMIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 137, da Lei n.º 1000/2005, ao servidor PAULO ROBERTO DE SOUZA, Matrícula Funcional n.º 3601, referente a 2010-2015, no período de 19/04/2018 a 18/05/2018.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 18 de abril de 2018.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE  
E COMUNIQUE-SE

#### **PORTARIA N.º 452/2018.**

Publicação Nº 1608755

PORTARIA N.º 452, 18 DE ABRIL DE 2018.  
DISPÕE SOBRE LICENÇA-PRÊMIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 137, da Lei n.º 1000/2005, ao servidor PAULO RICARDO RIBEIRO, Matrícula Funcional n.º 3557, referente a 2010-2015, no período de 23/04/2018 a 11/05/2018.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 18 de abril de 2018.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE  
E  
COMUNIQUE-SE

#### **PORTARIA N.º 453/2018.**

Publicação Nº 1608756

PORTARIA N.º 453, DE 18 DE ABRIL DE 2018.  
DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 135, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) GABRIEL MATOS BERTE, Inseminador, matrícula funcional n.º 5223, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde a partir de 24/04/2018.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (Sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 18 de abril de 2018.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE  
E COMUNIQUE-SE

**PORTARIA N.º 454/2018.**

Publicação Nº 1608758

PORTARIA N.º 454, DE 18 DE ABRIL DE 2018.

DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO DE READAPTAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 125, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) JULIANO MATTANA, Operador de Trator Agrícola, matrícula funcional n.º 3712, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação de readaptação por Junta Médica Pericial, em 23/04/2018.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (Sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 18 de abril de 2018.  
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE  
E COMUNIQUE-SE

**PORTARIA N.º 455/2018.**

Publicação Nº 1608760

PORTARIA N.º 455, DE 18 DE ABRIL DE 2018.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor LAURO BELINA BITTENCOURT JUNIOR, Matrícula Funcional n.º 3553, referente a 2017/2018, no período de 02/05/2018 a 31/05/2018.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 18 de abril de 2018.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE  
E  
COMUNIQUE-SE

**PORTARIA N.º 459/2018.**

Publicação Nº 1608761

PORTARIA N.º 459, DE 19 DE ABRIL DE 2018.

DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. DISPENSAR, a pedido, nos termos do art. 216, da Lei Municipal n.º 1000/2005, conforme EXTINÇÃO DE CONTRATO, o(a) contratado(a) GIZELE APARECIDA DOS SANTOS FEIJÓ, Contrato n.º 329/2018, em 29/04/2018.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 19 de abril 2018.  
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE  
E  
COMUNIQUE-SE

**PORTARIA N.º 460/2018.**

Publicação Nº 1608764

PORTARIA N.º 460, DE 19 DE ABRIL DE 2018.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor ROBERTO CARLOS ABREU DA SILVA, Matrícula Funcional n.º 0013, referente a 2016-2017, no período de 14/05/2018 a 12/06/2018.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 19 de abril de 2018.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE  
E  
COMUNIQUE-SE



**PORTARIA N.º 461/2018.**

Publicação Nº 1608765

PORTARIA N.º 461, DE 19 DE ABRIL DE 2018.  
DISPÕE SOBRE LICENÇA MATERNIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA-MATERNIDADE, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 131, da Lei n.º 1000/2005, a servidora MARIA MADALENA PONCIANO TORRES, Professor, matrícula funcional n.º 7483, pelo período de 120 (cento e vinte) dias, a partir de 16/03/2018.

Art. 2º. Esta Portaria tem efeitos retroativos a 16/03/2018.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 19 de abril de 2018.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE  
E  
COMUNIQUE-SE

**PORTARIA N.º 462/2018.**

Publicação Nº 1608768

PORTARIA N.º 462, DE 19 DE ABRIL DE 2018.  
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos da Lei Municipal nº 1.533, de 02 de junho de 2011, ao Conselheiro Tutelar JOSÉ RICARDO LOBO, CPF nº 824.866.209-82, referente a 2017/2018, no período de 02/05/2018 a 31/05/2018.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 19 de abril de 2018.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE  
E  
COMUNIQUE-SE

**PORTARIA N.º 463/2018.**

Publicação Nº 1608769

PORTARIA N.º 463, DE 19 DE ABRIL DE 2018.

ALTERA O ARTIGO 2º DA PORTARIA N.º 441, DE 16 DE ABRIL DE 2018, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ALTERAR o Artigo 2º da Portaria nº 441/2018, a partir da data de publicação do presente ato, que constitui a Comissão do Processo Administrativo Disciplinar, designada através da portaria nº. 441/2018, sendo composta por: LISIELE DE ARAÚJO PIRES GABRIEL, JEFERSON ÁVILA DE SOUZA E FERNANDO DA SILVA FERREIRA para, sob a presidência da primeira, conduzirem o Processo Administrativo Disciplinar de que trata a presente portaria.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 19 de abril de 2018.  
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 20/04/2018, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

**PORTARIA N.º 464/2018.**

Publicação Nº 1608770

PORTARIA N.º 464, DE 20 DE ABRIL DE 2018.  
DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 135, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) JACIRA CONCEIÇÃO MARTINS LOPES, Servente, matrícula funcional n.º 3763, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde a partir de 20/04/2018.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (Sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.  
Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 20 de abril de 2018.  
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE  
E COMUNIQUE-SE

**PORTARIA N.º 465/2018.**

Publicação Nº 1608772

PORTARIA N.º 465, DE 20 DE ABRIL DE 2018.  
DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 135, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) DÉBORA CARVALHO NOGUEIRA, Médico Plantonista, matrícula funcional n.º 5034, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde a partir de 06/04/2018.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (Sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta Portaria tem efeitos retroativos a 16/03/2018.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 20 de abril de 2018.  
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE  
E COMUNIQUE-SE

**PORTARIA N.º 466/2018.**

Publicação Nº 1608773

PORTARIA N.º 466, DE 20 DE ABRIL DE 2018.  
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a Servidora VANESSA DA SILVA JOÃO GONÇALVES, Matrícula Funcional n.º 4474, referente a 2017-2018, no período de 23/04/2018 a 22/05/2018.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 20 de abril de 2018.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE  
E COMUNIQUE-SE

**PORTARIA N.º 467/2018.**

Publicação Nº 1608775

PORTARIA N.º 467, DE 20 DE ABRIL DE 2018.  
DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) GABRIEL MATOS BERTE, Inseminador, matrícula funcional n.º 5223, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, pelo período de 45 (quarenta e cinco) dias, a partir de 10/04/2018, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 10/04/2018.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 20 de abril de 2018.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE  
E  
COMUNIQUE-SE

**PORTARIA N.º 468/2018.**

Publicação Nº 1608776

PORTARIA N.º 468, DE 20 DE ABRIL DE 2018.  
DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) MAURINA DE ABREU DA SILVA, Merendeira, matrícula funcional n.º 0772, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, a partir de 03/04/2018, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 03/04/2018.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 20 de abril de 2018.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE  
E  
COMUNIQUE-SE

**PORTARIA N.º 469/2018.**

Publicação Nº 1608778

PORTARIA N.º 469, DE 23 DE ABRIL DE 2018.

ALTERA A PORTARIA N.º 885, DE 17 DE JULHO DE 2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. Fica ALTERADA, a partir de 02/04/2018, a gratificação especial de 50% (cinquenta por cento) para 80% (oitenta por cento) do cargo ocupado, concedida através da portaria n.º. 885/2017, à servidora CLEIDE DE AGUIAR PEREIRA RIVOIRE, matrícula funcional n.º. 0017.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos a contar de 02/04/2018.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 23 de abril de 2018.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE  
E COMUNIQUE-SE

**PORTARIA N.º 470/2018.**

Publicação Nº 1608779

PORTARIA N.º 470, DE 23 DE ABRIL DE 2018.

DISPÕE SOBRE INTERRUÇÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. INTERROMPER FÉRIAS, em 24/04/2018, nos termos do art. 108, § 8º, da Lei Municipal n.º 1000/2005 do(a) servidor(a) CELIANE GONÇALVES CARLSEM, Matrícula Funcional n.º 3648, concedidas através da Portaria n.º 335/2018, por motivo de excepcional interesse público.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 23 de abril de 2018.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE  
E  
COMUNIQUE-SE

**PORTARIA N.º 472/2018.**

Publicação Nº 1608783

PORTARIA N.º 472, DE 24 DE ABRIL DE 2018.

DISPÕE SOBRE LICENÇA-PRÊMIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 137, da Lei n.º 1000/2005, ao servidor ENÉAS GUIMARÃES NETO, Matrícula Funcional n.º 0265, referente a 2006-2011, no período de 01/05/2018 a 29/06/2018 .

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 24 de abril de 2018.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE  
E  
COMUNIQUE-SE

**PORTARIA N.º 474/2018.**

Publicação Nº 1608784

PORTARIA N.º 474, DE 24 DE ABRIL DE 2018.

DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. DISPENSAR, a pedido, nos termos do art. 216, da Lei Municipal n.º 1000/2005, conforme EXTINÇÃO DE CONTRATO, o(a) contratado(a) CASSIANO STUDZINSKI SANTOS, Contrato n.º 011/2018, em 17/04/2018.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos a contar de 17/04/2018.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 24 de abril de 2018.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE  
E  
COMUNIQUE-SE

**PORTARIA N.º 479/2018.**

Publicação Nº 1608584

PORTARIA nº 479, DE 30 DE ABRIL DE 2018.

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, EM CARÁTER INTEGRAL, NOS TERMOS DO ART. 6º, C/C PARÁGRAFO 5º DO ART. 40 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 41/2003, DECLARA A VACÂNCIA DO CARGO PÚBLICO DA SERVIDORA ROSA MARIA DE SOUZA BENTO, A PARTIR DE 01/05/2018, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º, da Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c parágrafo 5º do art. 40 da Constituição Federal, à servidora ROSA MARIA DE SOUZA BENTO, detentora da matrícula funcional nº 38, portadora do CPF nº 719.318.219-68, inscrita no RG nº 1.734.083, PIS/PASEP nº 1801317989-9, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor II – 40 horas, lotada na Secretaria de Educação e Cultura.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, correspondente a 100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, perfazendo o total de R\$ 3.387,32 (três mil, trezentos e oitenta e sete reais e trinta e dois centavos), que será pago mensalmente pelo IPREGOBA.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 54, III, da Lei Municipal nº 1000/2005 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, e estabelece seus efeitos a partir de 01/05/2018, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 30 de abril de 2018.

Paulo Sérgio de Araújo  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 02/05/2018, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

**PORTARIA N.º 480/2018.**

Publicação Nº 1608882

PORTARIA Nº. 480, DE 30 DE ABRIL DE 2018.

DISPÕE SOBRE A CONCLUSÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO, INSTITUÍDO PELA PORTARIA Nº. 288/2018.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais legislação vigente,

Considerando a Conclusão do Relatório da Comissão de Processo Administrativo, Portaria nº. 288/2018  
**RESOLVE,**

Art. 1º. Publicar a conclusão do Processo Administrativo, instituído pela Portaria nº. 288/2018, nos seguintes termos:

I – julgamento: FICA ACATADO o Relatório Final da Comissão de Processo Administrativo, Portaria nº 288/2018, que concluiu:

a) Que os serviços prestados pela empresa Patrícia Pinto Ribeiro Inda Eireli ME – de nome fantasia FLOR DE LÓTUS, LAR DA MELHOR IDADE, CNPJ nº20.558.572/0001-06, continuaram a ser prestados ao munícipe Mario da Silva Souza mesmo com os pagamentos em aberto, até porque a não quitação dos valores mensais se deram por culpa exclusiva da requerente, que deixou de apresentar a documentação necessária para tal finalidade;  
b) Que sejam realizados os repasses financeiros, porém não acrescidos de juros ou atualização de valores, por parte da municipalidade, visto que a empresa foi quem incorreu em mora, não podendo se visualizar em momento algum qualquer falha ou má-fé por parte do município;

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 30 de abril de 2018.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 02/05/2018, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

**PORTARIA N.º 481/2018.**

Publicação Nº 1608615

PORTARIA N.º 482, DE 30 DE ABRIL DE 2018.

DISPÕE SOBRE DESCANSO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

**RESOLVE,**

Art. 1º. Formalizar a concessão do descanso de FÉRIAS, de 15 (quinze) dias, concedidas através da Portaria n.º 356/2018 e suspensas através da Portaria n.º 449/2018, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao servidor PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Matrícula Funcional n.º 6744, no período de 02/05/2018 à 16/05/2018.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 30 de abril de 2018.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 02/05/2018, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.



# Gaspar

## PREFEITURA

### AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 58/2018

Publicação Nº 1608667

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 110/2018

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 58/2018

OBJETO: Registro de Preços para futuras e eventuais contratações de Serviços de Agenciamento de Viagens, para vôos nacionais e internacionais e para Passagens Rodoviárias Domésticas, para atender a Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo da Prefeitura Municipal de Gaspar. ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 9 horas do dia 14/05/2018, no Departamento de Compras, Rua São Pedro, nº 128, 2º Andar – Edifício Edson Elias Wieser, ao lado da sede da Prefeitura. ABERTURA a partir das 09h30min, do mesmo dia e local. Íntegra do Edital no site: [www.gaspar.sc.gov.br](http://www.gaspar.sc.gov.br).

Gaspar (SC), 30/04/2018.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 8.087, DE 24 DE ABRIL DE 2018.

Publicação Nº 1608417

DECRETO Nº 8.087, DE 24 DE ABRIL DE 2018.

DECLARA VACÂNCIA DE CARGO EM DECORRÊNCIA DE APOSENTADORIA DA SERVIDORA MARIA TIBES.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72 da Lei Orgânica do Município, e com base no artigo 45, inciso IV da Lei Municipal no 1.305, de 09 de outubro de 1991,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada a vacância do cargo de provimento efetivo de Merendeira/Servente, da servidora MARIA TIBES, inscrita no CPF sob o nº 601.130.309-91, lotada com 40 horas semanais na Secretaria Municipal de Educação, ao qual foi nomeada pelo Decreto nº 049/1994, em virtude de aposentadoria por invalidez, a partir de 10 de abril de 2018.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 10 de abril de 2018.

Gaspar, 24 de abril de 2018.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito Municipal de Gaspar

### DECRETO Nº 8.093, DE 27 DE ABRIL DE 2018

Publicação Nº 1608938

DECRETO Nº 8.093, DE 27 DE ABRIL DE 2018.

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO DO PROCESSO SELETIVO DE CARÁTER TEMPORÁRIO E EMERGENCIAL PARA PROFISSIONAIS DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Gaspar, em seu artigo 72,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os membros abaixo indicados para compor a Comissão do Processo Seletivo de Caráter Temporário e Emergencial para profissionais da Fundação Municipal de Esportes e Lazer:

I- LETÍCIA BITTENCOURT BOETTCHER, inscrita no CPF sob o nº 048.614.079-23 - Representante da Diretoria-Geral de Gestão de Pessoas;

II- WALDEMAR DA CONCEIÇÃO LIMA DE CARVALHO, inscrito no CPF sob o nº 110.456.632-04 – Representante da Secretaria Municipal de Educação;

III- CLAUDIO ROBERTO AVILA, inscrito no CPF sob o nº 389.317.370-68 – Representante da Fundação Municipal de Esportes e Lazer;

IV – RINALDO TATSCH DOS SANTOS, inscrito no CPF sob o nº 626.654.729-53 – Representante da Fundação Municipal de Esportes e Lazer; e

V – IGOR SANTOS SOUZA, inscrito no CPF sob o nº 053.083.429-46 - Representante do Sindicato.

Art. 2º A presidência da Comissão será exercida pelo servidor Claudio Roberto Avila.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 27 de abril de 2018.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito do Município de Gaspar

### DECRETO Nº 8.094, DE 30 DE ABRIL DE 2018

Publicação Nº 1608940

DECRETO Nº 8.094, DE 30 DE ABRIL DE 2018.

EXONERA ANA LUCIA MACARINI PINTO MATESCO DO CARGO EM COMISSÃO DE SUPERINTENDENTE DE COMUNICAÇÃO.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a partir de 01º de maio de 2018, a servidora ANA LUCIA MACARINI PINTO MATESCO, inscrita no CPF sob o nº 988.398.459-68, do cargo em comissão de Superintendente de Comunicação, ref. 70, do Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito, ao qual foi nomeada pelo Decreto nº 7.992, de 15 de março de 2018.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 30 de abril de 2018.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito Municipal de Gaspar



**ERRATA À PORTARIA Nº 5.396, DE 02 DE MARÇO DE 2018**

Publicação Nº 1608942

ERRATA À PORTARIA Nº 5.396, DE 02 DE MARÇO DE 2018.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições, RETIFICA a publicação da Portaria nº 5.396, de 02 de março de 2018, veiculada no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC, Edição 2492, de 03 de abril de 2018, nos seguintes termos:

Onde se lê no art.1º:

“[...] memorando nº 012/2018/SEMED da Secretaria Municipal de Saúde.

Leia-se:

“[...] memorando nº 012/2018/SEMED da Secretaria Municipal de Educação.”

Gaspar, 27 de abril de 2018.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito Municipal de Gaspar

**EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 15/2017**

Publicação Nº 1608146

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER DE GASPAR/SC  
EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 15/2017

Pregão Presencial nº.: 23/2017. OBJETO: Aditivo de acréscimo de 25% à Ata de Registro de Preços para futuras aquisições de troféus e medalhas. CONTRATANTE: Fundação Municipal de Esportes e Lazer (05.322.930/0001-85). CONTRATADA: Vinicius Rauber ME (03.506.715/0001-09).

Gaspar/SC, 30 de abril de 2018.

JOSE CARLOS DE CARVALHO JUNIOR Diretor Presidente

**EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 44/2017**

Publicação Nº 1608198

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 44/2017

Pregão Presencial nº.: 73/2017. OBJETO: Aditivo de acréscimo de 25% à Ata de Registro de Preços para eventual contratação de serviços de agenciamento de viagens para vôos domésticos e internacionais e passagens rodoviárias domésticas, destinados aos órgãos e entidades da administração pública municipal. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Gaspar (83.102.244/0001-02). CONTRATADA: Aeromix Agencia de Viagens e Turismo Eireli ME (12.146.604/0001-20).

Gaspar/SC, 30 de abril de 2018.

ANA KARINA SCHRAMM MATUCHAKI Secretária Adjunta da Fazenda e Gestão Administrativa

**EXTRATO DO SEGUNDO ADITIVO DO CONTRATO SAF Nº 34/2017**

Publicação Nº 1608640

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

EXTRATO DO SEGUNDO ADITIVO DO CONTRATO SAF Nº 34/2017

Pregão Presencial nº.: 26/2017. OBJETO: Prestação de serviços de telefonia móvel pessoal – SMP, para comunicação de voz e dados,

com fornecimento de aparelhos em regime de comodato. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Gaspar (83.102.244/0001-02). CONTRATADA: TIM CELULARES S/A (04.206.05.0001-80). VALOR TOTAL: R\$ 400.967,52 (quatrocentos mil novecentos e sessenta e sete reais e cinquenta e dois centavos).

Gaspar/SC, 30 de abril de 2018.

FELIPE JULIANO BRAZ

Secretário da Fazenda e Gestão Administrativa

**EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO FME Nº 408/2017**

Publicação Nº 1608539

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE GASPAR/SC

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO FME Nº 408/2017

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 01/05/2018. VENCIMENTO: 29/01/2019. Pregão Presencial nº 247/2016. OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços contínuos de vigilância patrimonial desarmada. CONTRATANTE: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER (05.322.930/0001-85). CONTRATADA: JOVIL SEGURANÇA PRIVADA EIRELI ME (21.375.891/0001-30). VALOR TOTAL: R\$ 90.000,00 (noventa mil reais).

Gaspar/SC, 30 de abril de 2018.

JOSE CARLOS DE CARVALHO JUNIOR

Diretor Presidente

**LEI Nº 3.871, DE 27 DE ABRIL DE 2018**

Publicação Nº 1608947

LEI Nº 3.871, DE 27 DE ABRIL DE 2018.

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE GASPAR A RECEBER EM DOAÇÃO IMÓVEL LOCALIZADO NO BAIRRO MACUCOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Município de Gaspar autorizado a receber em doação, sem encargos, dos legítimos proprietários Edenir Pedro Barbieri, inscrito no CPF sob o nº 037.405.049-00, e Claudia Ana Barbieri, inscrita no CPF sob o nº 863.032.799-53, um imóvel localizado no Bairro Macucos, Gaspar, Santa Catarina, matriculado sob o nº 2.162, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Gaspar, compreendendo um terreno com área de 270,98 m² (duzentos e setenta metros e noventa e oito decímetros quadrado), cuja descrição inicia-se no vértice P2, de coordenadas N 7.015.883,98m e E 708.923,41m, situado no limite com lado leste da Rua Leonardo Pedro Schmitt (Prefeitura Municipal de Gaspar), deste, segue com azimute de 188º48'54" e distância de 12,25m, confrontando neste trecho com o lado leste da Rua Leonardo Pedro Schmitt (Prefeitura Municipal de Gaspar), até o vértice V1, de coordenadas N 7.015.871,87m e E 708.921,54m; deste, segue com azimute de 267º09'50" e distância de 21,87m, confrontando neste trecho com frente da área A da matrícula nº 2.162, terras de Edenir Pedro Barbieri e Cláudia Ana Barbieri, até o vértice V4, de coordenadas N 7.015.870,79m e E 708.899,69m; deste, segue com azimute de 2º09'46" e distância de 12,05m, confrontando neste trecho com lado oeste da Rua Leonardo Pedro Schmitt (Prefeitura Municipal de Gaspar), até o vértice P3, de coordenadas N 7.015.882,82m e E 708.900,15m; deste, segue com azimute de 87º09'50" e distância de 23,29m, confrontando neste trecho com frente da área B da matrícula nº 2.162, terras de Edenir Pedro Barbieri e Cláudia Ana

Barbieri, até o vértice P2, de coordenadas N 7.015.883,98m e E 708.923,41m; ponto inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão georeferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, e encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central -51, tendo como o Datum o SIRGAS 2.000. Todos os azimutes e distâncias, áreas e perímetros foram calculados no plano de projeção UTM, distando 2.335,00m da SC108.

Art. 2º O recebimento em doação do imóvel descrito no artigo 1º desta Lei tem como destinação a regularização da Rua Leonardo Pedro Schmitt, denominada pela Lei Municipal nº 1.614, de 1º de julho de 1996.

Art. 3º O imóvel doado e descrito nesta Lei será outorgado ao Município a título gratuito, por meio de escritura pública.

Art. 4º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta da dotação própria consignada no orçamento vigente do Município de Gaspar.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar – SC, em 27 de abril de 2018.  
Kleber Edson Wan-Dall  
Prefeito

## **LEI Nº 3.872, DE 27 DE ABRIL DE 2018**

Publicação Nº 1608951

LEI Nº 3.872, DE 27 DE ABRIL DE 2018.

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE GASPAR A RECEBER EM DOAÇÃO IMÓVEL LOCALIZADO NO BAIRRO BATEIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Município de Gaspar autorizado a receber em doação, sem encargos, dos legítimos proprietários José Paulino Berti, inscrito no CPF sob o nº 290.897.609-97; Bernadete Rangel Berti, inscrita no CPF sob o nº 708.279.739-53; Alceu Berti, inscrito no CPF sob o nº 049.542.549-49; Celina Berti, inscrita no CPF sob o nº 480.695.239-72; João Berti, inscrito no CPF sob o nº 222.796.289-53; Maria Lúcia Maba Berti, inscrita no CPF sob o nº 291.559.839-87; Sônia Regina dos Santos da Rocha, inscrita no CPF sob o nº 539.486.969-34; Lauder da Rocha, inscrito no CPF sob o nº 309.157.089-49; Guisela Susan Melato Maioli, inscrita no CPF sob o nº 520.832.689-20; Roberto Maioli, inscrito no CPF sob o nº 504.634.389-49; Fabiano Melato, inscrito no CPF sob o nº 691.509.749-04; e Tatiane Melato Valle, inscrita no CPF sob o nº 021.417.719-00, um imóvel localizado no Bairro Bateias, Gaspar, Santa Catarina, matriculado sob o nº 19.990, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Gaspar, compreendendo um terreno com área de 3.642,50 m2 (três mil seiscentos e quarenta e dois metros e cinquenta décimos quadrados), cuja descrição inicia-se no vértice 1, deste segue com azimute 271º 38' 23" confrontando em 12,05m com a Rua Pedro Berti, até chegar ao vértice 2; deste segue com azimute 356º 19' 03" confrontando em 15,95m com a área 1, até chegar ao vértice 3; deste segue em curva convexa de raio 76,00m e azimute 03º 16' 17" confrontando em 18,45m com a área 1, até chegar ao vértice 4; deste segue com azimute 10º 13' 30" confrontando em 91,41m com a área 1, até chegar ao vértice 5; deste segue em curva côncava de raio 194,00m e azimute 04º

19' 39" confrontando em 39,94m com a área 1, até chegar ao vértice 6; deste segue com azimute 358º 25' 48" confrontando em 96,46m com a área 1, até chegar ao vértice 7; deste segue em curva côncava de raio 74,00m e azimute 354º 09' 31" confrontando em 11,03m com a área 1, até chegar ao vértice 8; deste segue com azimute 349º 53' 14" confrontando em 30,76m com a área 1, até chegar ao vértice 9; deste segue com azimute 95º 36' 04" confrontando em 12,47m com a Rua Pedro Berti, até chegar ao vértice 10; deste segue com azimute 169º 53' 14" confrontando em 27,39m com a área 3, até chegar ao vértice 11; deste segue em curva convexa de raio 86,00m e azimute 174º 09' 31" confrontando em 12,82m com a área 3, até chegar ao vértice 12; deste segue com azimute 178º 25' 48" confrontando em 96,46m com a área 3, até chegar ao vértice 13; deste segue em curva convexa de raio 206,00m e azimute 184º 19' 39" confrontando em 42,41m com a área 3, até chegar ao vértice 14; deste segue com azimute 190º 13' 30" confrontando em 91,41m com a área 3, até chegar ao vértice 15; deste segue em curva côncava de raio 64,00m e azimute 183º 16' 17" confrontando em 15,54m com a área 3, até chegar ao vértice 16; deste segue com azimute 176º 19' 03" confrontando em 17,07m com a área 3, até chegar ao vértice 1, onde teve início essa descrição. O vértice 9 dista cerca de 310 metros da esquina com a Rodovia SC-108.

Art. 2º O recebimento em doação do imóvel descrito no artigo 1º desta Lei tem como destinação a regularização da Rua Pedro Berti, denominada pela Lei Municipal nº 1.515, de 27 de outubro de 1994.

Art. 3º O imóvel doado e descrito nesta Lei será outorgado ao Município a título gratuito, por meio de escritura pública.

Art. 4º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta da dotação própria consignada no orçamento vigente do Município de Gaspar.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar – SC, em 27 de abril de 2018.  
Kleber Edson Wan-Dall  
Prefeito

## **PORTARIA Nº 5.461, DE 27 DE ABRIL DE 2018**

Publicação Nº 1608943

PORTARIA Nº 5.461, DE 27 DE ABRIL DE 2018.

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO CONTRATO Nº FMS 117/2017.

CARLOS ROBERTO PEREIRA, Secretário Municipal de Saúde de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no art. 67 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e no Decreto Municipal nº 7.889, de 05 de fevereiro de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear os membros abaixo indicados para compor a Comissão de Acompanhamento e Avaliação do Contrato nº FMS 117/2017:

I – LUIZ RICARDO SCHMITT, inscrito no CPF sob o nº 089.917.629-13;

II – ALINE CRISTIANE DEICHMANN, inscrita no CPF sob o nº 009.505.509-65;

III – MICHEL MARCELO LONGO, inscrito no CPF sob o nº 026.351.109-05;

IV – JANICE CRISTINA ELEOTÉRIO, inscrita no CPF sob o nº 988.336.779-15;

Parágrafo único. A presidência da Comissão será exercida pelo servidor Luiz Ricardo Schmitt.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 27 de abril de 2018.  
CARLOS ROBERTO PEREIRA  
Secretário Municipal de Saúde

# Grão Pará

## PREFEITURA

### CONTRATO N 60-2018 BAITACA(ALTO URUGUAI EVENTOS)

Publicação Nº 1608297

CONTRATO N. 60/2018  
(de 20 de abril de 2018)

TERMO DE CONTRATO FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ E A EMPRESA ALTO URUGUAI EVENTOS LTDA, OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA A CONTRATAÇÃO DE MÚSICOS QUE ATUAM SOB O NOME ARTÍSTICO DE "BAITACA" PARA ANIMAR O BAILE DE ANIVERSÁRIO DO MUNICÍPIO: 60 ANOS DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA DE GRÃO-PARÁ/SC

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.558.149/0001-55, situado na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará/ SC, Centro, neste ato, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. MARCIO BORBA BLASIUS.

CONTRATADA: ALTO URUGUAI EVENTOS LTDA, CNPJ 14.810.579/0001-62, estabelecida Av. 15 de novembro, 78, sala 709, Centro, CEP 99.700-000, Erechim, Rio Grande do Sul, representando com exclusividade o Sr. ANTÔNIO CESAR PEREIRA JACQUES, inscrito no CPF n. 647.932.490-00, RG n. 2055964072, SJS/RS, em artes, "BAITACA", neste ato, representados pelo Sr. GILBERTO FERNANDO DE LIMA, CPF n. 394.766.500-87.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1ª. O presente Contrato tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA A CONTRATAÇÃO DE MÚSICOS QUE ATUAM SOB O NOME ARTÍSTICO DE "BAITACA" PARA ANIMAR O BAILE DE ANIVERSÁRIO DO MUNICÍPIO: 60 ANOS DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA DE GRÃO-PARÁ/SC, na data de 20 de julho de 2018 (Sexta-feira), com início às 22h00, tendo com local o Salão Paroquial da Igreja Matriz de Grão-Pará, situado na Rua Barão do Rio Branco, s/n, Centro, Grão-Pará, Santa Catarina.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

2ª. A Contratada receberá a importância de R\$ 7.900,00 (sete mil e novecentos reais), para a prestação de serviço objeto deste Contrato.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DO PAGAMENTO

3ª. O pagamento será efetuado dentro de 10 (dez) dias após prestação dos serviços e apresentação da nota fiscal.

Parágrafo Único. O pagamento será efetuado na praça do CONTRATANTE, mediante cheque nominal e cruzado ou depositado em conta bancária indicada pela CONTRATADA, com vencimento sempre até o dia 10 (dez) do mês subsequente.

#### CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO

4ª. O presente Contrato é celebrado, a partir da assinatura, até 31/12/2018.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA FORMA DE REAJUSTE

5ª. Os valores previstos neste instrumento não sofrerão reajustes.

#### CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

6ª. O CONTRATANTE, para atender os dispêndios decorrentes com a execução deste Contrato, utilizará os recursos orçamentários que correrão por conta do orçamento vigente para o exercício do ano de 2018, a saber:

(109)06.01.2.024.3.3.90.36.99.00.00.00.0000 – Valor previsto de: R\$ 7.900,00

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7ª. São obrigações da CONTRATADA:

Prestar o serviço objeto deste contrato, na data de 20/07/2018 a partir das 22h, com duração mínima de 2h30min.

#### CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8ª. São obrigações do CONTRATANTE:

- O CONTRATANTE fica obrigado a fiscalizar se os serviços contratados foram prestados e a efetuar os pagamentos à CONTRATADA.
- Fornecer Sonorização e Iluminação, de acordo com a necessidade dos artistas. Dúvidas de ordem técnica poderão ser esclarecidas através do telefone (54) 9.9132-0052;
- Dispor de local seguro para estacionamento de veículo, além de providenciar medidas de segurança para garantir a integridade física e moral da contratada e seus equipamentos durante todo o evento;
- Obter alvarás, licenças, contribuição ao ECAD e demais documentos exigidos pelos órgãos competentes;
- Promover e divulgar o evento; e
- Dispor de local adequado próximo ao palco, para a troca de vestimenta e descanso dos profissionais, com banheiro e espelho.

#### CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES

9ª. O inadimplemento de qualquer das partes implicará pagamento de multa administrativa de 10% (dez por cento) do valor total do Contrato, garantida prévia e ampla defesa em processo administrativo a ser instaurado pelo CONTRATANTE.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO ANTECIPADA

10. O Contrato poderá ser rescindido antecipadamente nos seguintes casos:

- o não cumprimento de quaisquer cláusulas deste contrato;
- o cumprimento irregular das cláusulas deste contrato;
- a lentidão de seu cumprimento;
- aplica-se, no que couber, as disposições da Lei nº 8.666/93 e de suas alterações.

Parágrafo Único. Em caso de ocorrência de fatos dolosos ou culposos, caso fortuito ou força maior, supervenientes, envolvendo a CONTRATADA, a Prefeitura Municipal de Grão-Pará poderá rescindir o presente Contrato, levando-se em conta o interesse público, nos termos da Lei, sempre fundamentalmente e após processo regular, sem decorrer direito à indenização.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

Faz parte deste contrato o Processo Licitatório n. 50/2018 – Edital de Dispensa de Licitação n. 27/2018-DL, de 19/04/2018.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

11. Para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes da execução do presente Contrato, fica eleito o FORO da Comarca de Braço do Norte/SC.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12. É facultada ao CONTRATANTE, durante a validade do contrato, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar o processo ou a averiguar fatos, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no processo licitatório.



Os casos omissos serão resolvidos com base na Lei 8.666/93 e, na lacuna também desta, pelas disposições contidas no Código Civil Brasileiro.

E, por estarem justos e contratados, firmam o Contratante e a Contratada o presente instrumento contratual em 02 (dois) vias, de igual teor e forma, na presença de 02 (dois) testemunhas que também assinam.

Grão-Pará/ SC, 19 de abril de 2018.

MARCIO BORBA BLASIUS  
Prefeito Municipal

GILBERTO FERNANDO DE LIMA  
Administrador da Contratada

TESTEMUNHAS  
.....

## **CONTRATO N 61-2018 MECÂNICO (BRAULIO**

Publicação Nº 1608300

CONTRATO N. 61/2018

(de 24 de abril de 2018)

Contrato, que entre si celebram a PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, com sede na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará/ SC, inscrita no CNPJ/ MF sob n. 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor MARCIO BORBA BLASIUS, e a empresa IMBRAULINO DOMINGOS ALEXANDRE ME portador CNPJ sob o nº 04.349.366/0001-21, sede na Rua Teodoro Faust, 542, Centro, Grão-Pará/SC, neste ato representado pelo Sr IMBRAULINO DOMINGOS ALEXANDRE portador do CPF252.359.589-34 e RG5.125.45 residente e domiciliada na Rua Teodoro Faust, 542, Centro, Grão-Pará/SC Município de Grão-Pará/ SC, doravante denominada de CONTRATADA, mediante sujeição mútua à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

### **CLÁUSULA I – DO OBJETO**

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E MÁQUINAS PESADAS, PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E OBRAS.

### **CLÁUSULA II – DO VALOR**

Pela prestação de serviços, a contratada receberá a importância de R\$ 70,00 (setenta reais) por hora trabalhada, não podendo ultrapassar o limite de 442 horas anuais.

### **CLÁUSULA III – DO PRAZO DE PAGAMENTO**

O pagamento do valor mensal do "caput" da Cláusula II será efetuado até o dia 10 de cada mês.

### **CLÁUSULA IV – DA VIGÊNCIA**

O presente contrato entrará em vigor a partir da assinatura e o seu vencimento será em 31 de dezembro de 2018.

### **CLÁUSULA V – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

I. O CONTRATANTE fica obrigado a fiscalizar se os serviços contratados estão sendo prestados e a efetuar os pagamentos mensais ao CONTRATADO.

### **CLÁUSULA VI – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

10.1. Efetuar os serviços descritos no Objeto deste Edital;  
10.2. A prestação dos serviços deverá ocorrer na garagem Municipal ou conforme a necessidade da Municipalidade;  
10.3. Assumir inteira responsabilidade pela prestação de serviço do objeto, de acordo com as especificações constantes da proposta

apresentada e todas as disposições do Edital de Pregão Presencial nº 19/2018, Processo Licitatório nº 46/2018, em tudo agir segundo as diretrizes da Administração CONTRATANTE, edital convocatório de licitação e contrato firmado;

10.4. Responder, civil e penalmente, por quaisquer danos materiais ou pessoais ocasionados ao CONTRATANTE e/ou a terceiros, pela omissão ou inadequado fornecimento do objeto, especificados na Cláusula Primeira deste Edital;

10.5. Responder por todos os encargos civis, administrativos e tributários que venham a incidir sobre os serviços prestados;

10.6. Prestar os serviços de boa qualidade e satisfatórias aos fins do CONTRATANTE;

10.7 Manter em dia, durante a vigência contratual, as mesmas condições de habilitação do Edital de Pregão Presencial nº 19/2018, Processo de Licitação nº 46/2018.

10.8. Emitir relatório mensal dos serviços prestado, contendo o nº da placa do veículo, descrição do serviço executado, quantidade de horas utilizadas na execução da manutenção.

### **CLÁUSULA VII – DAS DESPESAS E FONTES DE RECURSOS**

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta do orçamento vigente da locatária, como segue:

(148)10.01.2.030.3.3.90.39.19.00.00.00.0000– Valor Global: 30.940,00

### **CLÁUSULA VIII – DO REAJUSTE**

O valor estabelecido na Cláusula II será fixo e irrevogável.

### **CLÁUSULA IX – DA DISPENSA DE PROCESSO LICITATÓRIO**

Faz parte deste contrato o Processo Licitatório n. 46/2018 – Edital de Pregão Presencial n. 19/2018 PR, de 03 de abril de 2018.

### **CLÁUSULA X – DAS SANÇÕES**

Pelo atraso e inexecução total e parcial deste contrato, a contratada sujeitar-se-á às seguintes sanções:

- a) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado do objeto não realizado, não impedindo que a contratante rescinda, unilateralmente, este contrato e aplique outras sanções;
  - b) Advertência escrita;
  - c) Suspensão temporária de participar em licitações e impedimento de contratar com a contratante pelo prazo de 02 (dois) anos, aplicado pelo Prefeito Municipal;
  - d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a contratante enquanto perdurarem os motivos determinantes da sanção ou até que seja requerida a reabilitação ao Prefeito Municipal.
- Parágrafo Único. A contratada não estará sujeito às sanções acima descritas caso o atraso ou inexecução, total ou parcial, do objeto deste contrato for provocado por causas naturais.

### **CLÁUSULA XI – DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES**

Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

### **CLÁUSULA XII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

E, por assim terem conveniado e ser esta vontade livre e soberana dos contratantes, fizeram o presente instrumento de contrato em 02 (duas) vias de igual teor, que assinam juntamente com 02 (duas) testemunhas, sendo que para dirimir quaisquer impasses deste contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Braço do Norte/ SC.

Grão-Pará/ SC, 24 de abril de 2018.

MARCIO BORBA BLASIUS  
Prefeito Municipal

IMBRAULINO DOMINGOS ALEXANDRE  
Administrador da Contratada

TESTEMUNHAS



**DECRETO DF 025/2018 - ORÇAMENTO**

Publicação Nº 1608843

DECRETO DF N. 025, DE 30 DE ABRIL DE 2018.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR – EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

MARCIO BORBA BLASIUS, Prefeito de Grão-Pará, no uso de atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica e a autorização contida na Lei Municipal n. 2.094, de 05 de dezembro de 2017,

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Município de Grão-Pará nos valores abaixo relacionados:

15.00	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – FMAS		
15.01	BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA		
2.031	MANUTENÇÃO E FORTALECIMENTO DE VINCULOS AO IDOSO		
3.3.90.00.00.00.00.00.0169	Aplicações Diretas	R\$	14.203,54
2.033	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE		
3.3.90.00.00.00.00.00.0169	Aplicações Diretas	R\$	15.000,00

Art. 2º. Para cobertura do crédito adicional suplementar definido no artigo primeiro deste Decreto, fica utilizado o Excesso de Arrecadação referente ao seguinte recurso:

Recurso	Descrição	Valor
0169	Auxílio Financeiro União – Social	R\$ 29.203,54

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Grão-Pará, 30 de abril de 2018.

MARCIO BORBA BLASIUS

Prefeito de Grão-Pará

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

DIONE HEINZEN

Secretário Municipal da Administração e Fazenda

**LEI MUNICIPAL Nº 2.108/2018**

Publicação Nº 1602477

LEI MUNICIPAL Nº 2.108/2018

(De 24 de abril de 2018)

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A FIRMAR CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICO-PEDAGÓGICA E REPASSE FINANCEIRO EM FAVOR DA ASSOCIAÇÃO DOS PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE DE GRÃO-PARÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

MARCIO BORBA BLASIUS, Prefeito Municipal de Grão-Pará, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e Ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio de cooperação técnico e pedagógica a fim de repassar auxílio financeiro em favor da ASSOCIAÇÃO DOS PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE DE GRÃO-PARÁ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 95.781.076/0001-08, com sede na Rua Leoberto Leal, Centro, Grão-Pará, Santa Catarina, no exercício financeiro de 2018, no valor mensal de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), sendo a primeira parcela a ser paga no mês da sanção da Lei autorizativa, e as demais nos meses subsequentes.

Parágrafo único. O auxílio financeiro social tem origem na seguinte dotação orçamentária:

15:00 – Fundo Municipal de Assistência Social

15.01 – Bloco de Proteção Social de Media Complexidade

2.035 – Manut. Prog.de Assis. ao Portador de Deficiência

3.3.50.00.00.00.00.00.0000 – Aplicações Diretas	
---	--

Art. 2º. Tendo em vista que o objeto do presente convênio vem sendo executado pela APAE há vários anos, bem como ser a única instituição de ensino para pessoas deficientes existente no Município, nos termos do artigo 30, inciso VI, da Lei Federal nº 13.019/2014, fica o Poder Executivo dispensado da realização do chamamento público previsto na referida Lei.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Grão-Pará,  
24 de abril de 2018.  
MARCIO BORBA BLASIUS  
Prefeito Municipal

Registrada na Secretaria de Administração e Fazenda e publicada no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios de Santa Catarina.

DIONE HEINZEN  
Secretário Municipal da Administração e Fazenda

# Guaraciaba

## PREFEITURA

### HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 72.2018.DOCX

Publicação Nº 1608574

PREGÃO PRESENCIAL Nº 56/2018

PROCESSO Nº 72/2018 HOMOLOGAÇÃO: 30/04/2018

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARACIABA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL/FARDAMENTO E

EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL PARA O EFETIVO DA POLICIA MILITAR DE GUARACIABA/SC.

-----  
CONTRATADO: IVANETE ROSIN TORRES 52577813953

VALOR DA DESPESA: R\$ 5.821,00 (cinco mil oitocentos e vinte e um reais)

=====

**Guaramirim****PREFEITURA****CONVOCAÇÃO - LICITAÇÃO 54/2018 - PMG**

Publicação Nº 1607487

Convocação para Apresentação de Amostras – 3ª Chamada  
Processo Licitatório nº 54/2018.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA A MERENDA ESCOLAR PARA ATENDER OS ALUNOS DAS UNIDADES ESCOLARES MUNICIPAIS: ESCOLAS, PRÉS E CEIS, CONFORME DETERMINA O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE.

Tendo em vista que algumas amostras não foram aprovadas na avaliação da comissão técnica (Designada pela Portaria nº 148/2018), ficam convocados as licitantes abaixo relacionados para apresentarem suas amostras, no prazo de máximo de 03 (três) dias úteis, a contar da publicação no Diário Oficial dos Municípios, no local e horários indicados no item 3a.4 do instrumento convocatório:

ITEM	LICITANTE 3ª COLOCADA/CONVOCADA
13	AV COMÉRCIO VAREJISTA LTDA.
15	AV COMÉRCIO VAREJISTA LTDA.
17	AV COMÉRCIO VAREJISTA LTDA.
34	AV COMÉRCIO VAREJISTA LTDA.
35	FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI EPP
44	NOSTRA MAMA DISTRIBUIDORA DE MERCADORIAS EIRELI
46	FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI EPP
49	NOSTRA MAMA DISTRIBUIDORA DE MERCADORIAS EIRELI

Guaramirim, 27 de abril de 2018.

Carlos Felipe Fischer  
Pregoeiro  
Portaria nº 73/2018

**LICITAÇÃO 54/2018 - AVALIAÇÕES AMOSTRA**

Publicação Nº 1606775

Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Guaramirim  
Secretaria Municipal de Educação

1ª Chamada- Resultado da avaliação das amostras e fichas técnicas  
Pregão presencial nº54/2018- Alimentação Escolar

Data: 27/04/2018

Item	Gênero Alimentício	Empresa vencedora na etapa de lances- menor preço	Avaliação da amostra	Avaliação da ficha técnica	Resultado
3	Açúcar branco refinado especial (pct 5 kg)	A.V. Comércio Varejista Ltda ME	Positiva	Positiva	Positiva
5	Aipim descascado e congelado (pct 1 kg)	Frontal Distribuidora Eireli EPP	Positiva	Positiva	Positiva
6	Aletria com ovos- macarrão tipo cabelo de anjo (pct 500g)	A.V. Comércio Varejista Ltda ME	Positiva	Positiva	Positiva
8	Alimento com soja sabor iogurte (frasco 180g)	Frontal Distribuidora Eireli EPP	Positiva	Positiva	Positiva
9	Amido de milho (pct 500g)	Frontal Distribuidora Eireli EPP	Positiva	Positiva	Positiva
10	Aveia em flocos finos (pct 200g)	Frontal Distribuidora Eireli EPP	Positiva	Positiva	Positiva
12	Bebida de soja sem sabor (litro)	Frontal Distribuidora Eireli EPP	Positiva	Positiva	Positiva
13	Biscoito doce sabor leite (pct 370g)	Frontal Distribuidora Eireli EPP	Negativa O rótulo indica a presença de composto lácteo.	Negativa A ficha técnica está desatualizada.	Negativa
14	Biscoito doce sabor maizena (pct 370g)	Nostra Mama Distribuidora de Mercadorias Eireli - ME	Positiva	Positiva	Positiva

15	Biscoito doce sabor maisena Sem Lactose (pct 400g)	Frontal Distribuidora Eireli EPP	Negativa O rótulo indica que pode conter derivados de leite.	Negativa A ficha técnica indica que pode conter derivados de leite.	Negativa
16	Biscoito salgado- água e sal (pct 370g)	Nostra Mama Distribuidora de Mercadorias Eireli - ME	Positiva	Positiva	Positiva
17	Biscoito salgado- água e sal Sem Lactose (pct 400g)	Frontal Distribuidora Eireli EPP	Negativa O rótulo indica a presença de soro de leite.	Negativa A ficha técnica indica que contém derivados de leite.	Negativa
18	Biscoito salgado integral (pct 400g)	A.V. Comércio Varejista Ltda ME	Positiva	Positiva	Positiva
19	Biscoito doce sem glúten (pct com no mínimo 150g)	Frontal Distribuidora Eireli EPP	Positiva	Positiva	Positiva
20	Bolachão de mel (kg)	Frontal Distribuidora Eireli EPP	Positiva	Positiva	Positiva
22	Cacau em pó (pct 200g)	Frontal Distribuidora Eireli EPP	Positiva	Positiva	Positiva
23	Café torrado e moído (pct 500g)	Frontal Distribuidora Eireli EPP	Positiva	Positiva	Positiva
24	Canela em pó (frasco 30g)	Frontal Distribuidora Eireli EPP	Positiva	Positiva	Positiva
25	Carne de Ave/Frango congelada- tipo coxa/ sobrecoxa (kg)	Rosar Alimentos Ltda	Positiva	Positiva	Positiva
26	Carne de Ave/ Frango congelada- tipo peito de frango sem osso e sem pele (kg)	Rosar Alimentos Ltda	Positiva	Positiva	Positiva
28	Carne bovina em pedaços congelada (músculo traseiro) kg	Juarpo Comércio Atacadista Eireli EPP	Positiva	Positiva	Positiva
29	Carne suína congelada (paleta suína) kg	Nostra Mama Distribuidora de Mercadorias Eireli - ME	Positiva	Positiva	Positiva
30	Chá sabor camomila (cx 10g)	A.V. Comércio Varejista Ltda ME	Positiva	Positiva	Positiva
31	Chá sabor capim-cidreira (cx 10g)	Nostra Mama Distribuidora de Mercadorias Eireli - ME	Positiva	Positiva	Positiva
32	Chá sabor erva-doce (cx 10g)	A.V. Comércio Varejista Ltda ME	Positiva	Positiva	Positiva
33	Chá sabor hortelã (cx 10g)	Nostra Mama Distribuidora de Mercadorias Eireli - ME	Positiva	Positiva	Positiva
34	Chá sabor maçã (cx 15g)	Nostra Mama Distribuidora de Mercadorias Eireli - ME	Negativa Rótulo desatualizado. A fórmula atual inclui erva –mate.	Negativa A ficha técnica indica presença de talos de erva-mate entre os ingredientes.	Negativa
35	Chá sabor morango (cx 15g)	A.V. Comércio Varejista Ltda ME	Negativa O sabor do chá da amostra é frutas vermelhas. Além disso, entre os ingredientes deste chá há flores de hibisco e cascas de canela.	Negativa A ficha técnica indica presença de flores hibisco.	Negativa
36	Chá sabor pêssego (cx 15g)	A.V. Comércio Varejista Ltda ME	Negativa A amostra do chá apresentado é de chá mate tostado sabor pêssego. Desta forma, entre os ingredientes há folhas de erva-mate tostada.	Negativa A ficha técnica indica presença de erva-mate tostada.	Negativa
37	Chocolate em pó (pct 500g)	Frontal Distribuidora Eireli EPP	Positiva	Positiva	Positiva
38	Coco ralado desidratado (pct 100g)	Frontal Distribuidora Eireli EPP	Positiva	Positiva	Positiva
39	Colorífico (pct 100 g)	Frontal Distribuidora Eireli EPP	Positiva	Positiva	Positiva
41	Creme vegetal sem leite (pote 500g)	Frontal Distribuidora Eireli EPP	Positiva	Positiva	Positiva
42	Extrato de tomate concentrado (embalagem 340g)	Frontal Distribuidora Eireli EPP	Positiva	Positiva	Positiva
43	Farinha de arroz (kg)	Frontal Distribuidora Eireli EPP	Positiva	Positiva	Positiva



44	Farinha de mandioca (kg)	A.V. Comércio Varejista Ltda ME	Negativa Grãos espessos e coloração escurecida.	Positiva	Negativa
45	Farinha de milho fina (kg)	Nostra Mama Distribuidora de Mercadorias Eireli - ME	Positiva	Positiva	Positiva
46	Farinha de trigo tradicional (pct 5 kg)	A.V. Comércio Varejista Ltda ME	Negativa Durante a etapa de manipulação desta farinha, para o preparo de pães e bolos caseiros, a massa apresentou -se pegajosa, pesada, com coloração um pouco escurecida. Isto influencia no crescimento e cocção das massas, o que interfere no sabor, consistência e aparência das preparações prontas.	Positiva	Negativa
47	Farinha de trigo integral (kg)	Nostra Mama Distribuidora de Mercadorias Eireli - ME	Positiva	Positiva	Positiva
48	Fermento em pó químico (embalagem 250g)	A.V. Comércio Varejista Ltda ME	Positiva	Positiva	Positiva
49	Fermento biológico seco instantâneo (pct 500g)	A.V. Comércio Varejista Ltda ME	Negativa Produto não é fabricado no Brasil. Origem: Turquia.	Negativa Indústria estrangeira. Inviabilidade de acompanhar, in loco, se os procedimentos operacionais, voltadas para a segurança alimentar são colocados em prática, conforme legislação brasileira.	Negativa
50	Fígado de frango congelado (kg)	Nostra Mama Distribuidora de Mercadorias Eireli - ME	Positiva	Positiva	Positiva
51	Flocos de milho pré -cozidos (pct 500g)	Frontal Distribuidora Eireli EPP	Positiva	Positiva	Positiva
52	Flocos de milho com açúcar- cereal matinal (embalagem 500g)	Frontal Distribuidora Eireli EPP	Positiva	Positiva	Positiva
53	Flocos de milho sem açúcar- cereal matinal (embalagem 500g)	Frontal Distribuidora Eireli EPP	Positiva	Positiva	Positiva
54	Fórmula infantil com ferro para lactentes desde o nascimento até 6 meses (lata 400g)	A.V. Comércio Varejista Ltda ME	Positiva	Positiva	Positiva
55	Fórmula infantil à base de proteína isolada de soja para bebês (lata 400g)	A.V. Comércio Varejista Ltda ME	Positiva	Positiva	Positiva
56	Gelatina em pó (pct 1.000g)	A.V. Comércio Varejista Ltda ME	Positiva	Positiva	Positiva
57	Gelatina em pó diet (embalagem 12g)	A.V. Comércio Varejista Ltda ME	Positiva	Positiva	Positiva
58	Iogurte parcialmente desnatado (embalagem contendo 1000g)	Frontal Distribuidora Eireli EPP	Positiva	Positiva	Positiva
59	Iogurte Zero Lactose, parcialmente desnatado (embalagem contendo 170 g)	Frontal Distribuidora Eireli EPP	Positiva	Positiva	Positiva
62	Leite longa vida integral UHT (litro)	A.V. Comércio Varejista Ltda ME	Positiva	Positiva	Positiva
63	Leite integral zero lactose (litro)	Frontal Distribuidora Eireli EPP	Positiva	Positiva	Positiva
64	Leite longa vida semi desnatado UHT (litro)	Frontal Distribuidora Eireli EPP	Positiva	Positiva	Positiva
65	Lentilha (pct 500g)	Frontal Distribuidora Eireli EPP	Positiva	Positiva	Positiva
67	Macarrão com ovos tipo espaguete fino (pct 500g)	A.V. Comércio Varejista Ltda ME	Positiva	Positiva	Positiva
68	Macarrão com ovos tipo parafuso (pct 500g)	A.V. Comércio Varejista Ltda ME	Positiva	Positiva	Positiva
69	Macarrão integral espaguete (pct 500g)	Frontal Distribuidora Eireli EPP	Positiva	Positiva	Positiva
70	Macarrão integral parafuso (pct 500g)	Frontal Distribuidora Eireli EPP	Positiva	Positiva	Positiva
71	Macarrão sem ovos tipo espaguete (pct 500g)	Frontal Distribuidora Eireli EPP	Positiva	Positiva	Positiva
72	Macarrão sem ovos tipo parafuso (pct 500g)	Frontal Distribuidora Eireli EPP	Positiva	Positiva	Positiva
73	Macarrão de arroz com ovos (pct 500g)	Frontal Distribuidora Eireli EPP	Positiva	Positiva	Positiva

77	Margarina (pote 500g)	Frontal Distribuidora Eireli EPP	Positiva	Positiva	Positiva
80	Milho em conversa (lata 200g)	Frontal Distribuidora Eireli EPP	Positiva	Positiva	Positiva
81	Mini bolo light sabor chocolate (pct 40g)	Frontal Distribuidora Eireli EPP	Positiva	Positiva	Positiva
82	Mucilagem de arroz (pct 230g)	Frontal Distribuidora Eireli EPP	Positiva	Positiva	Positiva
83	Óleo de soja (embalagem 900ml)	Frontal Distribuidora Eireli EPP	Positiva	Positiva	Positiva
84	Ovos selecionados (dúzia)	Frontal Distribuidora Eireli EPP	Positiva	Positiva	Positiva
85	Pão de minuto (unidade 50g)	A.V. Comércio Varejista Ltda ME	Positiva	Positiva	Positiva
86	Pão integral (unidade 50g)	Frontal Distribuidora Eireli EPP	Amostra não foi apresentada	Ficha técnica não foi apresentada	-
88	Pó de pudim (pct 1kg)	A.V. Comércio Varejista Ltda ME	Positiva	Positiva	Positiva
89	Pó para preparo de bebida sabor morango (pct 400g)	Frontal Distribuidora Eireli EPP	Positiva	Positiva	Positiva
90	Presunto cozido sem capa de gordura (pct 180g)	Nostra Mama Distribuidora de Mercadorias Eireli - ME	Positiva	Positiva	Positiva
91	Queijo mussarela (pct 150g)	LBDC Distribuidora e Transporte Eireli -ME	Amostra não foi apresentada	Ficha técnica não foi apresentada	-
92	Sagu sem sabor (pct 500g)	Frontal Distribuidora Eireli EPP	Positiva	Positiva	Positiva
93	Sal refinado iodado (pct 1 kg)	A.V. Comércio Varejista Ltda ME	Positiva	Positiva	Positiva
94	Sopa de pescado congelada (kg)	Frontal Distribuidora Eireli EPP	Positiva	Positiva	Positiva
97	Vinagre de álcool (frasco 900ml)	Frontal Distribuidora Eireli EPP	Positiva	Positiva	Positiva

Giane Seemann Nass  
Nutricionista CRN10918  
Secretaria Municipal de Educação

Juliana Bento Antoniutti  
Nutricionista CRN10824  
Secretaria Municipal de Educação

Cenira Telma Weber Hohl  
Diretora Administrativa  
Secretaria Municipal de Educação

Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Guaramirim  
Secretaria Municipal de Educação

2ª Chamada- Resultado da avaliação das amostras e fichas técnicas  
Pregão presencial nº54/2018- Alimentação Escolar

Data: 27/04/2018

Item	Gênero Alimentício	Empresa vencedora na etapa de lances- menor preço	Avaliação da amostra	Avaliação da ficha técnica	Resultado
86	Pão integral ( unidade 50g)	A.V. Comércio Varejista Ltda ME	Positiva	Positiva	Positiva
91	Queijo mussarela (pct 150g)	Nostra Mama Distribuidora de Mercadorias Eireli-ME	Positiva	Positiva	Positiva

Giane Seemann Nass  
Nutricionista CRN10918  
Secretaria Municipal de Educação

Juliana Bento Antoniutti  
Nutricionista CRN10824  
Secretaria Municipal de Educação

Cenira Telma Weber Hohl  
Diretora Administrativa  
Secretaria Municipal de Educação

**PORTARIA Nº. 188/2018**

Publicação Nº 1605753

PORTARIA Nº. 188/2018

Instaura Processo de Sindicância Administrativa nº. 01/2018.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, com o artigo 51 da Lei Complementar nº. 007/2001, com o inciso VI e § 4º do art. 3º da Lei nº. 3530/2009;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Instaurar Processo de Sindicância Administrativa nº. 01/2018, para apurar a existência de irregularidades nos registros de ponto dos servidores da Secretaria de Infraestrutura, no período de 01/01/2018 até 09/04/2018.

Art. 2º. Nomear, em cumprimento ao disposto no artigo anterior, a Comissão Permanente de Sindicância Administrativa, composta pelos servidores:

I – Vanderlei Martins – Presidente;

II – Altair Buzzi – Membro;

III – Stephano Diego de Souza Wessler – Membro;

IV – Isabel Aparecida Kuczera – Suplente.

Art. 3º. A Comissão terá o prazo de 30 (trinta) dias, prorrogáveis pelo mesmo período, para concluir a apuração dos fatos, dando ciência ao Chefe do Poder Executivo.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

Guaramirim/SC, 24 de abril de 2018.

Luís Antônio Chiodini

Prefeito

Jair Tomelin

Secretário de Administração e Finanças

# Guarujá do Sul

## PREFEITURA

### AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO - FMS CD 68/2018

Publicação N° 1608496

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE  
DISPENSA DE LICITAÇÃO – COMPRA DIRETA N°.68/2018

O município de Guarujá do Sul, através do Fundo Municipal de Saúde, com fundamento no Artigo 24 Inciso XVII da Lei nº. 8666/93 comunica Aquisição de material e serviço para revisão obrigatória de 60.000 km do veículo Fiat Ducato Multi Jaedi QIP 7714, utilizado pela Secretaria Municipal de Saúde, utilizado no transporte de pacientes.

Fornecedor: GAMBATTO VEICULOSSÃO MIGUEL LTDA

Valor Total - R\$ 2.456,51 ( Material – R\$ 2.006,46 - Serviço R\$ 450,05 )

Guarujá do Sul, SC, 30 de abril de 2018.

Volnei Luis Gossler,

Secretaria Municipal de Saúde.

# Guatambú

## PREFEITURA

### EXTRATO ATA RP 13/2018

Publicação Nº 1608909

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE GUATAMBU

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA Nº: 13/2018

DETENTORAS: KNAPP &amp; CIA LTDA.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA POSSÍVEL AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE PERFURAÇÃO E DETONAÇÃO DE ROCHAS VISANDO A MANUTENÇÃO DE ESTRADAS MUNICIPAIS.

Empresa	Itens	Descrição	Un	Qtde	VL.Unit.	Valor Total Item
KNAPP & CIA LTDA	1	SERVIÇO DE PERFURAÇÃO LINEAR DE ROCHA E DETONAÇÃO DIÂMETRO 2,5" COM FORNECIMENTO DE MATERIAL, MÃO DE OBRA E DEMAIS ACESSÓRIOS.	MTL	900,00	68,60	R\$ 61.740,00

Vigência ..... : Início : 30/04/2018 Término : 29/04/2019.

Licitação.....: Pregão Presencial nº 23/2018.

GUATAMBU/SC, 30 de Abril de 2018.

Luiz Clóvis Dal Piva – Prefeito Municipal.



# Herval d'Oeste

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 674/2018

Publicação Nº 1608588

#### PORTARIA Nº 674/2018

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

#### RESOLVE:

CONVOCAR PARA O RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO, para fins de superior interesse público interrompendo o gozo de férias a partir de 30 de abril de 2018, a servidora BRUNA VANESSA SCHNEIDER GASTAMANN (MATRÍCULA 4130), ocupante do cargo de provimento efetivo de ASSISTENTE SOCIAL, Nível - 12/1, Referência - A, 30 horas semanais, anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, conforme o disposto nos art. 94 e 97 da Lei Complementar Nº 281/2011.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 30 de abril de 2018.

Américo Lorini  
Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 675/2018

Publicação Nº 1608589

#### PORTARIA Nº 675/2018

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

#### RESOLVE:

CONVOCAR PARA O RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO, para fins de superior interesse público interrompendo o gozo de férias a partir de 30 de abril de 2018, a servidora GEISA TROMBETTA BERNARDI (MATRÍCULA 3724), ocupante do cargo de provimento efetivo de SECRETÁRIO ADMINISTRATIVO, Nível - 7, Referência - B, 40 horas semanais, anexo XII da Lei Complementar nº 316/2013, conforme o disposto nos art. 94 e 97 da Lei Complementar Nº 281/2011.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 30 de abril de 2018.

Américo Lorini  
Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 676/2018

Publicação Nº 1608590

#### PORTARIA Nº 676/2018

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

#### RESOLVE:

CONCEDER 12 (DOZE) DIAS DE LICENÇA PRÊMIO, nos termos do art. 103 da Lei Complementar nº 281/2011, à servidora ELENARI APARECIDA CASSUL MENEZES (MATRÍCULA 1012), ocupante do cargo em provimento efetivo de PROFESSOR, Nível - 6, Referência - E, 40 horas semanais, anexo XI da Lei Complementar nº 316/2013, referente ao período aquisitivo compreendido entre 19 de agosto de 2015 e 18 de agosto de 2016, para serem gozadas a partir de 30 de abril de 2018 a 11 de maio de 2018.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 30 de abril de 2018.

Américo Lorini  
Prefeito Municipal

### PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2018

Publicação Nº 1608057

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 035/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2018

UNIDADE GESTORA: Prefeitura Municipal

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

#### OBJETO

Aquisição uma Escavadeira Hidráulica sobre Esteiras, um Rolo Vibratório Compactador de Solo e um Martelo Rompedor Hidráulico, para a Secretaria de Obras, Urbanismo e Serviços Públicos

#### ENTREGA DOS ENVELOPES

Até às 14:00 horas do dia 15/05/2018.

#### LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO:

Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, situada na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), Sala de Reuniões do Setor de Compras e Licitações.

#### FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, Lei federal nº. 10.520 de 17 de julho de 2002, e Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006,

O Edital na íntegra está à disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações, situado na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), ao custo de R\$ 20,75 (vinte reais e setenta e cinco centavos), ou no site [www.hervaldoeste.sc.gov.br](http://www.hervaldoeste.sc.gov.br), sem custo adicional. Outras informações pelo fone (49) 3554 0922.

Herval d'Oeste, 27 de abril de 2018.

AMÉRICO LORINI  
PREFEITO

# Ibicaré

## PREFEITURA

### EDITAL PREGÃO 4/2018 AQUISIÇÃO DE UNIFORMES FMS

Publicação Nº 1608160

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE IBICARÉ  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
EDITAL DE LICITAÇÃO – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 7/2018 FMS  
EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 4/2018 FMS

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBICARÉ (SC), representada neste ato pela Secretário, EVANDRO VOLPATO, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, como órgão gerenciador, torna público para conhecimento dos interessados que, nos termos da Lei Federal nº 10.520/2002, da Lei Complementar nº 123/2006, Decreto Municipal nº 008/2006, Instrução Normativa nº 08/2014 e alteração, aplicando-se subsidiariamente no que couberem as disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 com alterações posteriores, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, bem como de acordo com as condições estabelecidas neste Edital, realizará PREGÃO PRESENCIAL, tipo MENOR PREÇO POR ITEM, destinado ao REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais aquisições futuras de medicamentos manipulados. Os documentos para credenciamento das empresas, os envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação serão recebidos no Setor de Compras e Licitações da Prefeitura de Ibicaré, na Rua Dom Pedro II, 133, centro, Ibicaré, SC, até o horário estipulado para o início da sessão pública de processamento do pregão.

Os envelopes poderão ser remetidos em correspondência registrada, por sedex e/ou despachados por intermédio de empresas que prestam este tipo de serviço, hipóteses em que o Município não se responsabilizará por extravio ou atraso;

A sessão de processamento do pregão será realizada no endereço acima mencionado, iniciando-se às 09 horas do dia 14 de maio de 2018, e será conduzida pelo Pregoeiro, com o auxílio da Equipe de Apoio, designados nos autos do processo em epígrafe.

OBJETO: Registro de Preço para aquisição eventual e futura de uniformes para o setor de saúde Municipal.

OBTENÇÃO DO EDITAL: Edital completo no Setor de Licitação da Prefeitura Municipal através do E-mail: [licitacao@ibicare.sc.gov.br](mailto:licitacao@ibicare.sc.gov.br), site: [www.ibicare.sc.gov.br](http://www.ibicare.sc.gov.br), FONE : 049-3538-0222.

Ibicaré – SC, 30 de abril de 2018

Evandro Volpato

Gestor

# Ilhota

## PREFEITURA

**225/2018**

Publicação Nº 1608174

Decreto nº 225/2018

Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar – Provável Excesso de Arrecadação no decorrer do exercício de 2018, para atender a dotação constante do orçamento do corrente exercício.

Erico de Oliveira, Prefeito do Município de Ilhota, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 72, IV da lei Orgânica do Município e conforme autorização prevista na Lei Ordinária nº. 1.901 (LOA) de 18 de Dezembro de 2017:

Decreta:

Artigo 1º. – Fica o Executivo Municipal, autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar – Provável Excesso de Arrecadação no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), no orçamento vigente, distribuído com a seguinte classificação:

25 – SECRETARIA DE OBRAS TRANSPORTES E SERVIÇOS URBANOS

25.01 – DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES E VEÍCULOS

Atividade:2678200072.007 – Manutenção e Funcionamento da Secretaria de Transportes

4.4.90.00.00.00.00 – FR(7) Aplicações Diretas - código reduzido(16484) ..... R\$ 100.000,00

Total .....R\$ 100.000,00

Artigo 2º - Para efetuar a despesa decorrente do Artigo 1º do presente Decreto, serão utilizados os recursos provenientes das receitas do Provável Excesso de Arrecadação da Fonte de Recurso: 7 – Recursos da CIDE

Destinados a outros programas, apurada em conformidade com a Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, Art. 43 - §3º.

Fonte de Recursos: 7 – Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Prefeitura Municipal Ilhota (SC), 27 de Abril de 2018.

Erico de Oliveira

Prefeito Municipal de Ilhota

**226/2018**

Publicação Nº 1608191

DECRETO Nº 226/2018, DE 27 DE ABRIL DE 2018.

Dispõe sobre a alteração da Lei Ordinária nº 1.899/2017 do Plano Plurianual 2018 - 2021, da Lei Ordinária nº 1.900/2017 de Diretrizes Orçamentárias de 2018 e da Lei Ordinária nº 1.901/17 Orçamentária Anual de 2018, através remanejamento de dotação orçamentária, por conta a anulação parcial ou total das dotações previstas no orçamento vigente do Fundo Municipal de Educação, de conformidade com o art. 17º, II, art.18º, art. 19 e art.20, da LOA/2018, na importância de R\$ 100.000,00 (cem mil reais),e da outras providências.

TÍTULO – I

CAPÍTULO – I

### DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 1º - Fica alterado a Lei Ordinária nº.1.899, de 18 de Dezembro de 2017 – 2018/2021 -PPA - Plano Plurianual, para o exercício financeiro de 2018, em conformidade com o disposto neste ato, relativamente ao remanejamento de dotação orçamentária vigente, no valor total de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), na 11 – Fundo Municipal da Educação, 11.02 – Departamento de Ensino Infantil, Projeto:1236500401.018 – Aquisição de Moveis e Equipamentos Ensino Infantil, 4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas (1032), código reduzido (16728) valor 100.000,00 (cem mil reais), instituindo-se para tal junto a matéria orçamentária em execução.

CAPÍTULO – II

### DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 2º - Fica igualmente alterada a Lei nº. 1.900, de 18 de Dezembro de 2017 - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2018, em conformidade com o art. 28º, IV, relativo ao remanejamento de dotação orçamentária vigente, no valor total de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), na 11 – Fundo Municipal da Educação, 11.02 – Departamento de Ensino Infantil, Projeto:1236500401.018 – Aquisição de Moveis e Equipamentos Ensino Infantil, 4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas (1032), código reduzido (16728) valor 100.000,00 (cem mil reais), objetivando ao atendimento de despesas de caráter continuado.

CAPÍTULO – III

**DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Art. 3º - Fica alterada a Lei nº. 1.901, de 18 de Dezembro de 2017 - LOA - Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2018, em conformidade com o art. 17º, e art.19º, mais precisamente no Orçamento da Prefeitura Municipal de Ilhota, através do remanejamento de dotação orçamentária vigente, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), na 11 – Fundo Municipal da Educação, 11.02 – Departamento de Ensino Infantil, Projeto:1236500401.018 – Aquisição de Moveis e Equipamentos Ensino Infantil, 4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas (1032), código reduzido (16728) valor 100.000,00 (cem mil reais), em conformidade com o disposto neste ato, objetivando ao atendimento de despesas de caráter continuado.

**CAPÍTULO – IV****DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA**

Art. 4º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder, o remanejamento de dotação orçamentária do seguinte item do orçamento vigente na importância de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), em conformidade com o art. 17º, II e art.19º da Lei Ordinária nº 1.901/2017 – LOA, a seguir:

11 – Fundo Municipal da Educação

11.02 – Departamento de Ensino Infantil

Projeto:1236500401.018 – Aquisição de Moveis e Equipamentos Ensino Infantil

4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas (1032), código reduzido (16728) ..... valor 100.000,00

Total ..... valor 100.000,00

Art. 5º - Para o atendimento do Crédito autorizado neste ato fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal, a proceder às seguintes reduções orçamentária no valor total de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), conforme especificado abaixo:

11 – Fundo Municipal da Educação

11.02 – Departamento de Ensino Infantil

Projeto:1236500401.021 – Construção de Unidades Escolares de Ensino Infantil

4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas (1032), código reduzido (358) .....R\$ 100.000,00

Total ..... R\$ 100.000,00

Art. 6º - Com objetivo de atendimento dos prescritos na Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000, relativamente no que tange a compensação das despesas ora instituídas com o advento deste ato, ficam compensadas pela redução parcial das previsões constantes na matéria orçamentária em execução na Prefeitura Municipal, mais propriamente consignadas nas Leis PPA, LDO E LOA, na 11 – Fundo Municipal da Educação, 11.02 – Departamento de Ensino Infantil, Projeto:1236500401.021 – Construção de Unidades Escolares de Ensino Infantil, 4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas (1032) código reduzido (358) R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

Art. 7º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Prefeitura Municipal Ilhota,

Em 27 de Abril de 2018.

Erico de Oliveira

Prefeito Municipal

**ERRATA DO EDITAL PRG 034- 2018 MUL - MATERIAL ESPORTIVO**

Publicação Nº 1608520

**Errata 1 do Edital Pregão 034 - MUL**

O Município de Ilhota, comunica aos interessados no Pregão Presencial nº 034/2018 - MUL, que o Edital será retificado da seguinte forma: Onde se lê:

Item	Especificações	Qtde.	Unid	Vlr Unit	Vlr Tot
1	Bola de Futsal Tamanho: 61 – 63 cm de diâmetro. Peso: 410 – 431g. Sem Costura. Composição: PVC.	70,00	UN	117,87	8.250,90
2	Bola de Futebol Tamanho: 68 – 70 cm de diâmetro. Peso: 530 – 560g. Sem Costura. Composição: PU.	40,00	N/I	127,14	5.085,60
5	Bola de Handebol Numero 1 Tamanho: 49 – 51cm de diâmetro. Peso: 230 – 270g . 32 gomos. Composição: PU	50,00	UN	42,39	2.119,50
6	Bola de Handebol Numero 2 Tamanho: 54 – 56cm de diâmetro. Peso: 325g – 400g. Sem Costuras. Composição: PVC.	50,00	UN	44,37	2.218,50
17	Colchonetes Tamanho: 90 x 40 – 100 x 50cm. Composição: Revestido em Bagum.	488,00	UN	39,63	19.339,44
22	Xadrez Escolar Peças com mais de 5cm. Material: Plástico.	40,00	UN	67,00	2.680,00
23	Bomba de Encher Bolas Inflável Material: Plástico.	10,00	UN	39,30	393,00
25	Corda de Pular Grossa Média Tamanho: 6m. Material: sisal com cabo de madeira.	10,00	UN	139,75	1.397,50

31	Jogos de Mesa Jogos infantis de mesa. (Ludo, entre outros.)	40,00	UN	68,63	2.745,20
34	Plinto Com regulagem 6 níveis.	10,00	UN	35,55	355,50
35	Cone Chinês plástico	150,00	UN	5,80	870,00
36	Materiais espumados para trabalhar equilíbrio	50,00	UN	42,57	2.128,50
37	Cavaletes para mesas de jogos	30,00	UN	26,33	789,90
40	Bloco de Espuma (Rolo, escada, escorrega)	50,00	UN	16,33	816,50
45	Corda de pular individual 2 metros	100,00	UN	25,57	2.557,00
46	Placar de mesa (Futsal)	6,00	UN	484,80	2.908,80

Leia-se:

Item	Especificações	Qtde.	Unid	Vlr Unit	Vlr Tot
1	Bola de Futsal Tamanho: 61 – 64 cm de diâmetro. Peso: 410 – 440g. Ultra Fusion 08 gomos câmara airbilty, miolo slip system, removível e lubrificado. Composição: PVC.	70,00	UN	117,87	8.250,90
2	Bola de Futebol Campo tamanho: 68 – 70 cm de diâmetro. Peso: 410 – 450g. 12 gomos câmara airbilty, miolo slip system, removível e lubrificado Composição: PU.	40,00	N/I	127,14	5.085,60
5	Bola de Handebol H 1 L, Tamanho: 49 – 51cm de diâmetro. Peso: 230 – 270g, 32 gomos. Ultra Fusion. câmara airbilty, miolo slip system, removível e lubrificado Composição: PVC. Oficializada pela federação catarinense de handebol	50,00	UN	42,39	2.119,50
6	Bola de Handebol H 2 L Tamanho: 54 – 56cm de diâmetro. Peso: 325g – 400g. 32 gomos, Ultra Fusion. câmara airbilty, miolo slip system, removível e lubrificado Composição: PVC. Oficializada pela federação catarinense de handebol	50,00	UN	44,37	2.218,50
17	Colchonetes Tamanho: 1,00 x 60 x 3cm. Densidade da espuma d23, com napa impermeável Composição: Revestido em Bagum. Nas cores azul e preto.	488,00	UN	39,63	19.339,44
22	Jogo de Xadrez escolar estojo em MDF, com fecho e dobradiças metálicas. Conteúdo da embalagem: 32 peças para xadrez e manual. Dimensões do estojo fechado: 25,5 x 13 x 4,5 cm (comprimento x profundidade x altura). Dimensões do tabuleiro: 26 x 26 cm. Dimensões da casa: 2,8 x 2,8 cm. Tamanho das peças de 4cm à 6cm sendo o rei a maior peça. Produto aprovado pelo Inmetro. Peso total: 490g.	40,00	UN	67,00	2.680,00
23	Bomba para encher Bolas; dupla ação: enche nos dois sentidos de movimento da barra, com mangueira de no mínimo 10 cm, com agulha para bolas.	10,00	UN	39,30	393,00
25	Corda de Pular, tamanho de 6 metros e com a espessura de 6mm. Material: sisal com cabo de madeira.	10,00	UN	139,75	1.397,50
31	Jogos de Mesa Jogos infantis de mesa. (Ludo, entre outros.) Dimensões do produto: 30x30x5 cm Peso aproximado do produto: 1000g Itens inclusos 1 jogo de dama e 1 jogo de ludo Composição / Material: Madeira e Plástico.	40,00	UN	68,63	2.745,20
34	Plinto de Madeira, Com Tampo Forrado, 6 Módulos, 1.60 X 0,45 X 0,20 Cada: Plinto de madeira, com tampo forrado de espuma densa e coberta com couro sintético; retangular; 6 módulos, comprimento 1.60m, largura 0.45m, altura de cada modulo 0.20m;	10,00	UN	35,55	355,50
35	Cone Chinês plástico com 20cm de diâmetro, nas cores laranja, azul, verde, vermelho e amarelo.	150,00	UN	5,80	870,00
36	Materiais espumados para trabalhar equilíbrio. Dimensões do produto: Área de 180x220 cm Dimensões do produto com embalagem: 2 volumes - 150x40x40cm - 70x60x60 cm Peso aproximado do produto: 25 kg Composição/Material: Madeira revestida com espuma de alta densidade e courvin. Embalagem: Plástico bolha Densidade: D23	50,00	UN	42,57	2.128,50
37	Cavaletes para mesas de jogos Kit 2 Cavaletes Madeira 75 x 80, Madeira Pinus, O tamanho padrão: Largura: 75cm Altura: 80cm (77cm aberto) Peso suportado: 150 kg (Par) Material: Madeira Pinus	30,00	UN	26,33	789,90
40	Bloco de Espuma (Rolo, escada, escorrega) Conjunto de 10 formas geométricas em espuma revestida: 2 triangulares de 13,5 x 20 x 29 cm, 2 cilindros de 19 cm de diâmetro x 30 cm de altura, 2 meio cilindros de 19 cm de diâmetro x 29 cm de altura, 2 retângulos de 29 x 39 cm, 2 bases retangulares calvas de 19 x 40 cm.	50,00	UN	16,33	816,50
45	Corda de pular individual 2 metros Material: Sisal com cabo de madeira.	100,00	UN	25,57	2.557,00
46	Placar de mesa placar de pontos profissional manual - placar de pontos profissional manual; - material: pvc rígido ou borracha; - cor preta; - tamanho grande; - peso: 300g.	6,00	UN	484,80	2.908,80

Considerando que a alteração no edital afeta a formulação das propostas e a quantidade dos interessados, altera-se a data de abertura



da sessão para o dia 15 de Maio de 2018 às 09:30 horas. A entrega dos envelopes e credenciamento deverá ser feita até as 09:00 horas.

Ilhota, 30 de Abril de 2018.

Francineide Pereira  
Pregoeiro Oficial

## **PORTARIA 9/2018 ILHOTAPREV**

Publicação Nº 1608093

PORTARIA nº 009, de 30 de Abril de 2018.

O Diretor-Presidente do Instituto de Previdência Municipal de Ilhota – ILHOTAPREV, considerando o disposto no Processo Administrativo nº 2018007;

### **RESOLVE:**

Art. 1º Conceder aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição, nos termos do artigo 6º da Emenda Constitucional n.º 41, C/C art. 40, §5º da CRFB e art. 47 C/C art. 32, §1º ambos da Lei Complementar 88/2017, à servidora Lúcia Helena Teixeira de Melo, detentora da matrícula funcional nº 102-3/1, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ilhota.

Art. 2º. Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição, considerando o disposto no Processo Administrativo nº 2018007.

Parágrafo Único. A revisão dos proventos de aposentadoria se dará com paridade.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 01/05/2018.

Art. 4º Revogar as disposições em contrário.

Ilhota, 30 de Abril de 2018.

João Roberto Vieira  
Diretor-Presidente do  
Instituto de Previdência Municipal de Ilhota

# Imbituba

## PREFEITURA

### PORTARIA PMI/SEAD Nº 264/2018

Publicação Nº 1608704

PORTARIA PMI/SEAD Nº 264, de 30 de abril de 2018.

Dispõe sobre a exoneração de Assistente de Chefe de Departamento, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017 e considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

#### RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, em 02 de maio de 2018, a Sra. MARLENE PEDRO AMÉRICO, brasileira, inscrita no CPF sob o n.º 015.851.299-50, do cargo de Assistente de Chefe de Departamento, da Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação, nomeada através da PORTARIA PMI/SEAGP Nº 355, de 03 de abril de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 30 de abril de 2018.

Rosivaldo da Silva Júnior  
Prefeito Municipal

Amilton Gonçalves de Souza  
Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa  
Gerente de Atos de Pessoal

### PORTARIA PMI/SEAD Nº 265/2018

Publicação Nº 1608728

PORTARIA PMI/SEAD Nº 265, de 30 de abril de 2018.

Dispõe sobre a nomeação de Chefe de Departamento de Sistemas de Informação Tecnológica - SEMUSA, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017 e considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

#### RESOLVE:

Art. 1º Nomear, em 02 de maio de 2018, o Sr. MARCIEL FERMINO SABINO, brasileiro, inscrito no CPF sob o n.º 101.991.759-85, para exercer o cargo de Chefe de Departamento de Sistemas de Informação Tecnológica - SEMUSA, junto a Secretaria Municipal de Saúde, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 30 de abril de 2018.

Rosivaldo da Silva Júnior  
Prefeito Municipal

Amilton Gonçalves de Souza  
Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa  
Gerente de Atos de Pessoal

# Indaial

## CÂMARA MUNICIPAL

### EXTRATO CONTRATO 011/2018

Publicação Nº 1605624

#### EXTRATO DE CONTRATO

A Câmara Municipal de Indaial torna público:

Contrato: 011/2018

Termo de Dispensa: 012/2018

Contratada: Antonio Carlos Knoch - MEI

Objeto: Contratação de empresa especializada em manutenção e limpeza e fornecimento de plantas e itens correlatos para os jardins da Câmara.

Valor total do Contrato: R\$ 7.660,00 (sete mil seiscentos e sessenta reais).

Data: 02/05/2018.

Vigência: até o dia 31 de dezembro de 2018.

Osvaldo Metzner

Presidente da Mesa Diretora

Câmara Municipal de Indaial

O documento original encontra-se disponível para consulta na unidade demandante desta publicação.

### PROCESSO LICITATÓRIO 015/2018 - PREGÃO PRESENCIAL 03/2018

Publicação Nº 1605995

CÂMARA MUNICIPAL DE INDAIAL-SC.

Aviso de Licitação: Processo Licitatório nº 015/2018 – Modalidade: Pregão Presencial nº 003/2018 – Registro de Preços – Tipo: Menor preço por lote – Objeto: ALIMENTOS E BEBIDAS, entre outros para a Câmara Municipal de Indaial – Entrega dos envelopes da documentação/proposta: 15/05/2018 até às 10h. Abertura da sessão: 15/05/2018 às 10h15min. Demais informações no endereço: Rua Prefeito Frederico Hardt, 148, Centro - Indaial.- Local para obtenção do Edital: o mesmo ou pelo site [www.camaraindaial.sc.gov.br](http://www.camaraindaial.sc.gov.br), ou pelo telefone/e-mail: (47)3380-6900, [secretaria@camaraindaial.sc.gov.br](mailto:secretaria@camaraindaial.sc.gov.br). Indaial, 02/05/2018 – Osvaldo Metzner - Presidente Câmara.

# Ipumirim

## PREFEITURA

### EXTRATO DA ATA REG,PREÇO PL 38- PP-13.GENEROS ALIM. REUNIÕES, PALESTRAS, CURSOS/PM

Publicação Nº 1608153

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 13/2018  
PROCESSO DE LICITAÇÃO 38/2018

O Município de Ipumirim, faz saber que está registrando preços nos termos do inciso II do art. 15 da Lei 8.666/93, em conformidade com as propostas classificadas no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 13/2018, do PROCESSO Nº 38/2018, homologado aos 27 de abril de 2018, cujo objeto é: aquisição de gêneros alimentícios usado para realizações de reuniões, palestras, cursos, em diversos setores da administração pública municipal., para os itens constantes na atas abaixo elencadas, com características e condições de execução individualizadas no Memorial Descritivo constante no Anexo III do edital de licitação retrocitado.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2018.38.6091  
de 30 de abril de 2018

FORNECEDOR: KATI PÃO LTDA EPP, situada na RUA 15 DE NOVEMBRO, 500, Município de Ipumirim-SC, inscrita no CNPJ sob n. 81.004.541/0001-90 e no Cadastro de Contribuintes Estaduais n. 251718395, representado pelo Senhor GILBERTO LOCATELLI, CPF:291.963.880-72.

Item	Descrição	Ref.	Qtde	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1	grostoli de nata aprox. 30 gramas	KG	50,00	KATI PÃO	25,00	1.250,00
2	Nega maluca pedaços de 60 gramas	KG	80,00	KATI PÃO	25,00	2.000,00
3	Mini pizza recheios diversos em pedaço 60 gramas	KG	50,00	KATI PÃO	26,50	1.325,00
4	Empada, unidade de aprox. 36 gramas assada. composição. farinha de trigo, leite, ovos, manteiga, sal com recheio de diversos sabores de diversos tipos, peito de frango cozido, calabresa, carne de gado, palmito, requeijão acompanhado de tomate cebola, pimentão verde.	KG	100,00	KATI PÃO	26,50	2.650,00
5	coxinha de frango unidade com aprox. 38 gramas frita. composição: leite, caldo de galinha, sal, manteiga, farinha de trigo, farinha de rosca, carne de frango, cebola alho, tomate e pimentão.	KG	100,00	KATI PÃO	26,50	2.650,00
6	espera marido, composição mínima por unidade de aproximadamente 35 gramas, fermento biológico, óleo de soja, açúcar, ovo, leite integral, sal, farinha de trigo e coco ralado.	KG	50,00	KATI PÃO	25,00	1.250,00
7	Pão de queijo. com aprox. 60 gramas , composição mínima por unidade de aproximadamente 60 gramas, polvilho ovos, queijo ralado, óleo de soja sal, fermento biológico.	KG	100,00	KATI PÃO	26,50	2.650,00
8	Palito integral, massa de pão integral, margarina, sal, ovos, farinha de trigo, unidade de 6 gramas	KG	50,00	KATI PÃO	23,00	1.150,00
9	bolo integral de banana, composto de farinha de trigo integral, leite, óleo, banana, ovos, aveia, açúcar mascavo, canela e fermento em pó.	KG	20,00	KATI PÃO	25,00	500,00
10	sanduche natural, pão de centeio, maionese, peito de chester, queijo, tomate e alface	UN	500,00	KATI PÃO	4,00	2.000,00
11	Bolo de fubá sem recheio, cobertura açúcar e canela	KG	50,00	KATI PÃO	25,00	1.250,00
12	cuca sem recheio	KG	100,00	KATI PÃO	14,50	1.450,00
13	pastelzinho da massa cozida, frito de carne moída bovina com legume, com a seguinte composição por unidade de 30 gramas, farinha de trigo, ovos, gordura vegetal, sal, carne moída bovina, legumes como cebola, cenoura, milho, ervilha e tomate	KG	100,00	KATI PÃO	26,50	2.650,00
14	pastelzinho da massa cozida, frito de carne de frango com legume, com a seguinte composição por unidade de 30 gramas, farinha de trigo, ovos, gordura vegetal, sal, carne de frango, legumes como cebola, cenoura, milho, ervilha e tomate.	KG	100,00	KATI PÃO	26,50	2.650,00
15	bolo de laranja sem recheio, cobertura de laranja	KG	100,00	KATI PÃO	25,00	2.500,00
16	Empadão de legumes, farinha de trigo, leite, açúcar, óleo, sal, fermento em pó, couve, brócolis, vagem e cenoura.	KG	100,00	KATI PÃO	26,50	2.650,00
Valor Total Registrado					30.575,00	

O extrato da ata retrocitada possui vigência de 12 (doze) meses.

**PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 43/2018,PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2018/PM**

Publicação Nº 1608085

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2018

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 43/2018

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT - PREFEITO MUNICIPAL torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar, Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, na forma da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e 8.666/93 de 21 de junho de 199, com entrega dos envelopes fixada para às 08:45:00 horas do dia 15/05/2018, e abertura prevista para às 09:00:00 do dia 15/05/2018. Objeto da licitação: contratação de empresa especializada, para fornecimento de licença de uso de sistemas de gestão pública, com acesso simultâneo de usuários, e que atenda as especificações técnicas, os quantitativos e os serviços técnicos correlatos descritos neste edital e seus anexos. O edital poderá ser obtido no endereço eletrônico [www.ipumirim.sc.gov.br](http://www.ipumirim.sc.gov.br), (link: Governo -> licitações, clicando sobre a respectiva modalidade dessa licitação). Possíveis alterações, suspensão, revogação ou anulação do edital, serão disponibilizadas no mesmo endereço eletrônico, cabendo a licitante interessada acompanhar a situação da licitação. Demais esclarecimentos e informações, poderão ser obtidas junto ao setor de licitações e contratos, no prédio da Prefeitura Municipal, cidade e município de Ipumirim - SC, telefones (49) 3438-3422 ou (49) 3438.3429, das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas em dias considerados úteis.

Ipumirim - SC, 30/04/2018

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT

PREFEITO MUNICIPAL

**PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 44/2018,PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2018/PM**

Publicação Nº 1608186

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2018

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 44/2018

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT - PREFEITO MUNICIPAL torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar, Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, na forma da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e 8.666/93 de 21 de junho de 199, com entrega dos envelopes fixada para às 08:45:00 horas do dia 16/05/2018, e abertura prevista para às 09:00:00 do dia 16/05/2018. Objeto da licitação: contratação de serviço de transporte escolar, para atender alunos do ensino médio em tempo integral da escola de Educação Básica Benjamim Carvalho de Oliveira, através de convênio de cooperação financeira, firmado entre o Estado e o Município. O edital poderá ser obtido no endereço eletrônico [www.ipumirim.sc.gov.br](http://www.ipumirim.sc.gov.br), (link: Governo -> licitações, clicando sobre a respectiva modalidade dessa licitação). Possíveis alterações, suspensão, revogação ou anulação do edital, serão disponibilizadas no mesmo endereço eletrônico, cabendo a licitante interessada acompanhar a situação da licitação. Demais esclarecimentos e informações, poderão ser obtidas junto ao setor de licitações e contratos, no prédio da Prefeitura Municipal, cidade e município de Ipumirim - SC, telefones (49) 3438-3422 ou (49) 3438.3429, das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas em dias considerados úteis.

Ipumirim - SC, 30/04/2018

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT

PREFEITO MUNICIPAL

**PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 45/2018,DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 18/2018/PM**

Publicação Nº 1608616

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 18/2018

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 45/2018

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT - PREFEITO MUNICIPAL torna público para conhecimento dos interessados que está realizando DISPENSA DE LICITAÇÃO, na forma da Lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, tendo por fundamento legal o inciso II, cujo objeto é: Contratação de empresa de Assessoria e Consultoria na liberação, cadastramento e acompanhamento de propostas no programa do Sistema do Governo Federal. Esclarecimentos e informações, poderão ser obtidos junto a Secretaria de Administração e Finanças, no prédio da Prefeitura Municipal, cidade e município de Ipumirim - SC, telefones (49) 3438-3422 ou (49) 3438.3429, das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas em dias considerados úteis, mediante requerimento específico.

Ipumirim - SC, 30/04/2018

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT

PREFEITO MUNICIPAL

**RESOLUÇÃO Nº 7 DE 30 DE ABRIL DE 2018/CMV**

Publicação Nº 1608573

RESOLUÇÃO Nº 7 DE 30 DE ABRIL DE 2018

Dispõe sobre concessão de licença à Vereadora para tratamento de saúde.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE IPUMIRIM, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com Inciso I do art. 29 da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Alínea "a", do Inciso III do Art. 20 do Regimento Interno, faz saber a todos os habitantes do Município que ele promulga a seguinte:

**RESOLUÇÃO**

Art. 1º. Fica concedida licença de 60 dias para tratamento de saúde, à Vereadora Marilete Lucia Pramio Bortoli, integrante da Banca do Partido dos Trabalhadores, a partir de 1º de maio de 2018, conforme expresso em Atestado Médico apresentado.

Art. 2º. A vaga será preenchida pelo Suplente imediatamente habilitado pertencente ao Partido dos Trabalhadores.

Art. 3º. A presente Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Ipumirim - SC, 30 de abril de 2018

Kleber Toni Tecchio

Presidente

Registra-se e publica-se  
em 30 de abril de 2018

Edson Luiz Bogoni

Agente Legislativo



**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PL Nº 45, DL Nº 18-2018-PM**

Publicação Nº 1608636

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM</b>  CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	<b>DISPENSA DE LICITAÇÃO</b> <b>Nr.: 18/2018 - DL</b>  Processo Administrativo: Processo de Licitação: 45/2018 Data do Processo: 30/04/2018
	Folha: 1/1

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Prefeito Municipal, VOLNEI ANTONIO SCHMIDT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a ) Processo Nr.: 45/2018  
b ) Licitação Nr.: 18/2018-DL  
c ) Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços  
d ) Data Homologação: 30/04/2018  
e ) Objeto da Licitação Contratação de empresa de Assessoria e Consultoria na liberação, cadastramento e acompanhamento de propostas no programa do Sistema do Governo Federal.

f ) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) (em Reais R\$)

	Unid.	Quantidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	------------	------------	----------------	---------------

**GPS CONSULTORIA, PROJETOS E OBRAS LTDA - ME (8484)**

1 Contratação de empresa de Assessoria e Consultoria na liberação, cadastramento e acompanhamento de propostas no programa do Sistema do Governo Federal.	SER	1,00	0,0000	7.980,00	7.980,00
<b>Total do Fornecedor:</b>					<b>7.980,00</b>
<b>Total Geral:</b>					<b>7.980,00</b>

Ipumirim, 30 de Abril de 2018.

\_\_\_\_\_  
VOLNEI ANTONIO SCHMIDT  
PREFEITO MUNICIPAL

\_\_\_\_\_  
Volnei Antonio Schmidt- Prefeito de Ipumirim

# Iraceminha

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 088/2018, DE 30 DE ABRIL DE 2018.

Publicação Nº 1608930

PORTARIA Nº 088/2018, DE 30 DE ABRIL DE 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IRACEMINHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 99 da Lei Orgânica Municipal de 05 de Julho de 1990 e o que determina a Lei Complementar nº 42/2009 de 14 de Julho de 2009, Estatuto dos Servidores Públicos.

**RESOLVE:**

Art. 1º Designar os servidores abaixo nominados para compor a Comissão de Coordenação do Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica – PMAQ-AB do Município de Iraceminha/SC com os seguintes responsáveis:

ATENÇÃO BÁSICA – PMAQ

Carla Vanessa Luzi

SAUDE BUCAL – PMAQ

Saulo Brust Buzetto

NASF – PMAQ

Sonara Bonadeo

Art. 2º - Esta portaria passa a vigorar na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Iraceminha/SC, 30 de Abril de 2018.

JEAN CARLOS NYLAND

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

### PORTARIA Nº 089/2018, DE 02 DE MAIO DE 2018.

Publicação Nº 1608932

PORTARIA Nº 089/2018, DE 02 DE MAIO DE 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IRACEMINHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 99 da Lei Orgânica Municipal de 05 de Julho de 1990 e o que determina a Lei Complementar nº 42/2009 de 14 de Julho de 2009, Estatuto dos Servidores Públicos.

**RESOLVE:**

Art. 1º CONSIDERAR o retorno ao Serviço Público Municipal, da Servidora Pública Municipal, Senhora MARIA ROSA BAIERLE, em decorrência da alta no INSS, nº benefício 6098593047, em Licença Tratamento de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 horas semanais, percebendo os subsídios constantes do Quadro de Cargos e Salários da Administração Municipal, a partir desta data.

Art. 2º - Esta portaria passa a vigorar na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Iraceminha/SC, 02 de Maio de 2018.

JEAN CARLOS NYLAND

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

# Irineópolis

## HOSPITAL Bom Jesus

### RESOLUÇÃO 016/2018

Publicação Nº 1608881

RESOLUÇÃO NR. 016/2018

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA QUE ESPECIFICA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Presidente do Hospital Municipal Bom Jesus de Irineópolis cidadã WIANEY DE CASSIA DE OLIVEIRA GODOY TELES DOS SANTOS, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto no artigo 105, inciso VII da Lei Complementar nº 07/2001, de 15.10.2001, e em conformidade com a Lei Complementar nº 01/97 de 30.12.1997,

RESOLVE:

Art 1st - Conceder férias regulamentares a servidora abaixo relacionada:

Nome	Cargo	Periodo de Férias
Jacira Jusak Kruger	Aux.Serv.Gerais	02.05.2018 a 31.05.2018

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Irineópolis, 30 de abril de 2018.

WIANEY DE CASSIA DE OLIVEIRA GODOY TELES DOS SANTOS  
Presidente.

# Itá

## PREFEITURA

### EXTRATO DE CONVÊNIOS 05 A 07

Publicação Nº 1608604

Nº Convênio: 5/2018

Data: 26/03/2018

Conveniente: ASSOCIAÇÃO CULTURAL ITÁ

Concedente: Município de Itá

Objeto: o presente termo a finalidade de conjugar esforços visando estabelecer a forma de execução e gestão do Projeto Oficinas Culturais Itá. A execução deste termo por parte da ASSOCIAÇÃO será parcial, de acordo com os recursos captados até o momento, concernentes às Oficinas de Teatro de Coral Infantil.

Valor: R\$ 27.150,00 (vinte e sete mil cento e cinquenta reais)

Nº Convênio: 6/2018

Data: 20/04/2018

Conveniente: ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE BOM SAMARITANO DE ITÁ – SC - ABBS

Concedente: Município de Itá

Objeto: O presente termo de colaboração tem como objetivo estabelecer meios para a cooperação entre o Município e a Associação, para viabilizar o atendimento de crianças e adolescentes encaminhadas pelo Ministério Público a abrigo, localizado neste Município, sito na Rua 6, Lote 23, S/N, Centro.

Valor: R\$ 275.483,94 (duzentos e setenta e cinco mil quatrocentos e oitenta e três reais e noventa e quatro centavos)

Nº Convênio: 7/2018

Data: 26/04/2018

Conveniente: STEINBAU VOLKSTANZ GRUPPE AUS ITA

Concedente: Município de Itá

Objeto: O presente termo de fomento tem por objeto a conjugação de esforços com o objetivo de proporcionar aulas de Danças Folclóricas Típicas da Cultura Alemã aos Idosos do Município, conforme detalhado no Projeto 001/2017 Aprovado pelo Conselho Municipal dos Idosos.

Valor: R\$ 54.319,84 (cinquenta e quatro mil trezentos e dezenove reais e oitenta e quatro centavos).

## CÂMARA MUNICIPAL

### EXTRATO DISPENSA DE LICITAÇÃO 016/2018 PROCESSO DE COMPRA 017/2018

Publicação Nº 1608577

#### EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

#### SOLICITAÇÃO 017/2018

#### DISPENSA DE LICITAÇÃO 016/2018

A CÂMARA DE VEREADORES DE ITÁ-SC, com sede na Rua 01, no. 357, sala 01, Centro, Itá-SC, com CNPJ no. 10.561.999/0001-00, através de seu presidente Infra firmado, nos termos da Lei 8.666/93 e demais alterações, torna público a seguinte publicação:

Contratada: ROMEL MATHEUS BONISSONI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 23.015.909/0001-19, com sede na Rua Nova Milano, Centro, Seara-SC, Cep: 89.770-000.

Objeto: O objeto da presente dispensa de licitação refere-se à aquisição de certificação digital e-CNPJ A1, com validade de 01 ano. Certificação esta necessária para atender as obrigações exigidas ao Poder Legislativo Municipal, de acordo com as especificações na lista abaixo:

Quantidade	Especificação	Preço unitário	Preço total
01	Certificação digital e-CNPJ A1, com validade de 01 ano – CNPJ: 10.561.999/0001-00 – Poder Legislativo Municipal.	230,00	230,00

Forma de Pagamento: TED (Transferência Eletrônica Disponível) com emissão Nota Fiscal.

Itá, SC, 30 de Abril de 2018.

MARIO GABRIEL

PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE ITÁ-SC

# Itapiranga

## PREFEITURA

### 1º TERMO DE APOSTILAMENTO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 052/2017- FMS

Publicação Nº 1608231

#### 1º TERMO DE APOSTILAMENTO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 052/2017 - FMS

O MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - SC, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Praça das Bandeiras, nº 200, Centro, na cidade de Itapiranga - SC, com CNPJ sob nº 82.821.208/0001-36, neste ato representado FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, neste ato representado pelo Administrador do Fundo Municipal de Saúde Sr. DAVINO RAUBER, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade e Município de Itapiranga - SC, portador do CPF nº 637.197.469-68, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve celebrar o 1º Termo de Apostilamento a Ata de Registro de Preços nº 052/2017, celebrado com a empresa ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA, inscrito no CNPJ sob o nº 16.738.785/0001-34, com sede na Rua Albino Sá Filho, nº 1796 - D, Bairro Vila Real, CEP nº 89.805-845, Município de Chapecó - SC., neste ato representado pela Sócio Administrador Sr. GILBERTO LUIZ ORLANDINI, brasileiro, empresário, residente e domiciliado no Município de Chapecó - SC, portador CPF nº 020.285.509-02 e RG 2.996.158-0 SSP/SC, vencedor do Processo Licitatório nº 85/2017, de conformidade com o que preceitua o art. 65, § 8º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

#### 1 - DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

1.1 - Com fundamento na alínea "d", do inciso II, do artigo 65 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada e de acordo com Parecer Jurídico nº 046/2018, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial da Ata de Registro de Preços, a partir desta data, altera-se o valor do item 40 da Ata de Registro de Preços nº 052/2017, que passa a ser pago conforme descrito a seguir:

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Unit. Atual	Preço Total Acrescido
40	30,00	FRD	PAPEL HIGIENICO, MATERIAL CELULOSE VIRGEM, COR BRANCO, FOLHA DUPLA, EXTRA MACIO, ABSORVENTE E HOMOGENEO, FARDO COM 64 ROLOS. CADA ROLO DE 10 CM X 30 M, EMBALAGEM COM 04 UNIDADES, TIPO PICOTADO.	FOFINHO	43,40	50,45	211,50
Total							211,50

#### 2 - DA RATIFICAÇÃO

2.1 - As demais cláusulas constantes na Ata de Registro de Preços nº 052/2017 permanecem inalteradas. O disposto no presente termo de Apostilamento passa a ser parte integrante do contrato.

Itapiranga - SC, 30 de abril de 2018.

DAVINO RAUBER  
Administrador do FMS  
Nodivar Carati  
Adv. Assessor Geral do Município  
OAB/SC Nº 30.520-A

### 1º TERMO DE APOSTILAMENTO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 150/2017

Publicação Nº 1608232

#### 1º TERMO DE APOSTILAMENTO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 150/2017

O MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - SC, inscrito no CNPJ sob nº 82.821.208/0001-36, com sede na Praça das Bandeiras, nº 200, Centro, na cidade de Itapiranga - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. JORGE WELTER, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade e Município de Itapiranga - SC, portador do CPF nº 423.045.559-34, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve celebrar o 1º Termo de Apostilamento a Ata de Registro de Preços nº 150/2017, celebrado com a empresa ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA, inscrito no CNPJ sob o nº 16.738.785/0001-34, com sede na Rua Albino Sá Filho, nº 1796 - D, Bairro Vila Real, CEP nº 89.805-845, Município de Chapecó - SC., neste ato representado pela Sócio Administrador Sr. GILBERTO LUIZ ORLANDINI, brasileiro, empresário, residente e domiciliado no Município de Chapecó - SC, portador CPF nº 020.285.509-02 e RG 2.996.158-0 SSP/SC, vencedor do Processo Licitatório nº 85/2017, de conformidade com o que preceitua o art. 65, § 8º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

#### 1 - DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

1.1 - Com fundamento na alínea "d", do inciso II, do artigo 65 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada e de acordo com Parecer Jurídico nº 046/2018, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial da Ata de Registro de Preços, a partir desta data, altera-se o valor do item 40 da Ata de Registro de Preços nº 150/2017, que passa a ser pago conforme descrito a seguir:



Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Unit. Atual	Preço Total Acrescido
40	255,00	FRD	PAPEL HIGIENICO, MATERIAL CELULOSE VIRGEM, COR BRANCO, FOLHA DUPLA, EXTRA MACIO, ABSORVENTE E HOMOGENEO, FARDOS COM 64 ROLOS. CADA ROLO DE 10 CM X 30 M, EMBALAGEM COM 04 UNIDADES, TIPO PICOTADO.	FOFINHO	43,40	50,45	1.797,75
Total							1.797,75

## 2 – DA RATIFICAÇÃO

2.1 - As demais cláusulas constantes na Ata de Registro de Preços nº 150/2017 permanecem inalteradas. O disposto no presente termo de Apostilamento passa a ser parte integrante do contrato.

Itapiranga – SC, 30 de abril de 2018.  
JORGE WELTER  
Prefeito Municipal

Nodivar Carati  
Adv. Assessor Geral do Município  
OAB/SC Nº 30.520-A

## AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS 096/2018

Publicação Nº 1608523

MUNICIPIO DE ITAPIRANGA - SC  
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE  
TOMADA DE PREÇOS Nº. 096/2018

Objeto: EXECUÇÃO DE AMPLIAÇÃO E DESLOCAMENTO DA REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA E IMPLANTAÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA EM DIVERSOS PONTOS DO MUNICIPIO, DE ACORDO COM MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, PROJETOS E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL CONVOCATÓRIO E SEUS ANEXOS.

Modalidade: TOMADA DE PREÇOS.

Tipo: Menor Preço por lote

Recebimento das Propostas: até as 08h30 do dia 17/05/2018.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor e seus anexos estão à disposição dos interessados no sítio do Município [www.itapiranga.sc.gov.br](http://www.itapiranga.sc.gov.br) ou no Departamento de Compras, situado na Praça das Bandeiras, nº 200, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07:30 às 11:30 e 13:00 às 17:00.

Informações através do e-mail [compras@itapiranga.sc.gov.br](mailto:compras@itapiranga.sc.gov.br) ou fone (49) 3678-7700.

Itapiranga, SC, 27 de abril de 2018.  
Lauro Schlickmann  
Secretário de Administração, Obras e Serviços Urbanos

## AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS 097/2018

Publicação Nº 1608559

MUNICIPIO DE ITAPIRANGA - SC  
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE  
TOMADA DE PREÇOS Nº. 097/2018

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA EM REGIME DE EMPREITADA GLOBAL PARA IMPLANTAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA NAS RUAS 30 DE DEZEMBRO E BOA VISTA CONFORME CONTRATO DE REPASSE OGU Nº 844437/2017 - OPERAÇÃO 1037445-24.

Modalidade: TOMADA DE PREÇOS.

Tipo: Menor Preço global.

Recebimento das Propostas: até as 13h30 do dia 17/05/2018.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor e seus anexos estão à disposição dos interessados no sítio do Município [www.itapiranga.sc.gov.br](http://www.itapiranga.sc.gov.br) ou no Departamento de Compras, situado na Praça das Bandeiras, nº 200, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07:30 às 11:30 e 13:00 às 17:00.

Informações através do e-mail [compras@itapiranga.sc.gov.br](mailto:compras@itapiranga.sc.gov.br) ou fone (49) 3678-7700.

Itapiranga, SC, 30 de abril de 2018.

Lauro Schlickmann  
Secretário de Administração, Obras e Serviços Urbanos

**DECRETO Nº 68, DE 30 DE ABRIL DE 2018**

Publicação Nº 1608904

DECRETO Nº 68, DE 30 DE ABRIL DE 2018.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA SC, POR CONTA DA PREVISÃO DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE ITAPIRANGA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas e de conformidade com a Lei Municipal nº 3.115, de 28 de novembro de 2017:

Decreta:

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito adicional suplementar no Orçamento vigente de 2018, por conta da previsão do "excesso de arrecadação" na seguinte fonte de recurso: 1034 - Outras Transf. de Convênios da União, no valor de R\$ 394.200,00 (trezentos e noventa e quatro mil e duzentos reais);

03.02 – Secretaria Munic. da Administração, Obras e Serviços Urbanos - Urbanismo  
15.451.0006.1010 – Construção e Manutenção de Asfalto, Calçamento e Passeios Públicos  
44.90.00.00.00.00.1034 – Aplicações Diretas ..... R\$ 394.200,00

Art. 2º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor com efeitos do dia 30 de abril de 2018.

Itapiranga, SC, 30 de abril de 2018.

Jorge Welter

Prefeito

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Lauro Schlickmann

Secretaria Municipal de Administração.

**DECRETO Nº 69, DE 30 DE ABRIL DE 2018**

Publicação Nº 1608906

DECRETO Nº 69, DE 30 DE ABRIL DE 2018.

NOMEIA O CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO – CACS - FUNDEB E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE ITAPIRANGA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto na Portaria nº 430, de 10 de dezembro de 2008, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, na Lei Municipal nº 2.395 de 05 de junho de 2007, alterada pela Lei Municipal 2.768, de 2 de maio de 2012;

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados os membros do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – CACS - FUNDEB no município de Itapiranga:

I. representantes do Poder Executivo:

- a) Jarline Hoffer – membro efetivo;
- b) Thiago Rohden – membro suplente;

II. representantes do Poder Executivo – Secretaria Municipal de Educação

- a) Denise Friedrich - membro efetivo;
- b) Sérgio Reckziegel – membro suplente;

III. representantes dos Professores da Educação Básica Públicas:

- a) Joice Carla Bernardi – membro efetivo;
- b) Madilene Flach Führ – membro suplente;

IV. representantes dos Diretores das Escolas Básicas Públicas:

- a) Elaine Telles Roque – membro efetivo;
- b) Márcia Schlickmann – membro suplente;

V. representantes dos Servidores Técnico-administrativos das Escolas Básicas Públicas:

- a) Daniela Welter – membro efetivo;
- b) Rafaela Thums Ebeling – membro suplente;

VI. representantes de Pais e Alunos de Educação Básica Pública:

- a) Carlinhos Mallmann – membro efetivo;
- b) Lisnei Wesendonk Carati – membro suplente;

- c) Aline Sabino da Silva – membro efetivo;
- d) Engle Kunst Welter – membro suplente;

VII. representantes de Estudantes da Educação Básica Pública:

- a) Michele Hoffmeister – membro efetivo;
- b) Leonardo Sausen – membro suplente;

VIII. representantes de Estudantes da Educação Básica Pública (Secundaristas):

- a) Camila Vogel – efetivo;
- b) Claudia Staub – suplente;

IX. representantes do Conselho Municipal de Educação:

- a) Alcério Cardoso – membro efetivo;
- b) Denise M. Fuchs Kessler – membro suplente;

X. representantes do Conselho Tutelar:

- a) Lourdes Giehl – membro efetivo;
- b) Irani de Fátima Silva – membro suplente.

Parágrafo único. O mandato dos membros do CACS – FUNDEB será até o dia 30 de abril de 2020, com direito à recondução.

Art. 2º As funções dos membros do CACS-FUNDEB não serão remuneradas e constituirão relevantes serviços prestados ao município, com preponderância sobre outras atribuições do cargo.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente os Decretos nº. 44, de 12 de abril de 2016 e nº 53 de 22 de março de 2017.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapiranga, SC, 30 de abril de 2018.

Jorge Welter  
Prefeito

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Lauro Schlickmann  
Secretario Municipal de Administração.

## PORTARIA Nº 84/2018

Publicação Nº 1608645

Portaria nº 84 de 30 de abril de 2018

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Suspender as férias, por motivo de Imperiosa Necessidade de Serviço Público, da servidora municipal Ruth Helene Anton de Oliveira, matrícula nº 14399/02, devendo a servidora retornar às suas atividades laborais no dia 30 de abril de 2018.

Art. 2º - O saldo das férias corresponde a seis dias e serão concedidos em época oportuna, conforme nova programação.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 30 de abril de 2018.

Jorge Welter  
Prefeito

Publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM  
Ivair Paulo Tavares  
Diretor de Recursos Humanos

**PORTARIA Nº 85/2018**

Publicação Nº 1608646

Portaria nº 85 de 30 de abril de 2018

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar nº 39/2011;

RESOLVE:

Art. 1º - Suspender as férias no dia 30 de abril de 2018, por motivo de Imperiosa Necessidade de Serviço Público, do servidor municipal Valdir Heck, matrícula nº 14742/01.

Art. 2º - Conceder 30 dias de férias a partir do dia 2 de maio de 2018 para o servidor municipal Valdir Heck, matrícula nº 14742/01.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 30 de abril de 2018.

Jorge Welter

Prefeito

Publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM

Ivair Paulo Tavares

Diretor de Recursos Humanos

**TERMO DE ALTERAÇÃO DE MARCA**

Publicação Nº 1608234

**TERMO DE ALTERAÇÃO DE MARCA**

O MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - SC, inscrito no CNPJ sob nº 82.821.208/0001-36, com sede na Praça das Bandeiras, nº 200, Centro, na cidade de Itapiranga - SC, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. JORGE WELTER, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade e Município de Itapiranga - SC, portador do CPF nº 423.045.559-34, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, por força deste instrumento e com fundamento legal no art. 13, do Decreto Municipal 101/2016.

Resolve:

Art. 1º - Alterar, a partir desta data, a marca dos itens 4,36,103 e 104, cotados no Processo Licitatório nº 015/2018, Pregão Presencial nº 015/2018 e adjudicado a empresa A.E.M OESTE COMERCIAL EIRELI ME, inscrito no CNPJ sob o nº 12.144.365/0001-79, com sede na Rua Dom Pedro II, nº 450, centro, município de São Miguel do Oeste - SC, CEP nº 89.900-000, conforme descrito abaixo:

Item	Unid.	Especificação	Marca
4	UND	AÇÚCAR DE ORIGEM VEGETAL, constituído fundamentalmente por sacarose de cana-de-açúcar, contendo aspecto sólido com cristais bem definidos, cor branco, odor e sabor próprios do produto. Não deverá apresentar sujidades, parasitas, impurezas e detritos animais e vegetais. Com rotulagem contendo informações conforme legislação vigente. Embalagem de 5kg. Validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega do produto.	Minasçucar/ Cedro
36	UND	COCO RALADO - EMB. DE 100GR Coco ralado, desidratado, fino, sem adição de açúcar. Com rotulagem contendo informações conforme legislação vigente. Validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega do produto. Embalagem de 100g.	Valar
103	UND	Chocolate em pó, instantâneo, contendo no mínimo 50% de cacau. Aspecto pó homogêneo, cor própria do produto e cheiro característico. Com rotulagem contendo informações conforme legislação vigente. Validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega do produto. Embalagem de 1kg.	Soley
104	UND	CHOCOLATE GRANULADO - EMB. 130 GR - Crocante, constituído de açúcar, cacau em pó, amido de milho, glucose de milho, óleo de soja e/ou algodão e/ou palma hidrogenada, sal, emulsificante lectina de soja e aromatizante, produto que não contenha glúten. Embalagem com 130g, contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade. Embalado em saco.	Brusto

Art. 2º - As demais cláusulas da Ata de Registro de Preços 031/2018 ficam inalteradas.

Itapiranga – SC, 30 de abril de 2018.

JORGE WELTER

Prefeito Municipal

QUADRO DE VENCEDORES DO PREGÃO Nº 081/2018

Publicação Nº 1608112

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA  
Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 81/2018      Licitação: 81/2018 - PR Fornecedor: 143347 - PALOSCHI E PALOSCHI LTDA ME			Data da Homologação: 25/04/2018						
1	01-14-01177	SERVIÇO DE ARBITRAGEM DE JOGOS PARA CATEGORIA DE BASE, JESC 12 A 14 ANOS, JESC 15 A 17 ANOS, FESTIVAIS MUNICIPAIS DE ESPORTES (FUTSAL, ATLETISMO, VOLEIBOL, XADREZ, TENIS DE MESA)		UND	200,000	0,0000	65,0000	13.000,00	Venceu
2	01-14-01178	SERVIÇO DE ARBITRAGEM DE JOGOS DE FUTEBOL DE CAMPO, TAÇA AMIZADE, EQUIPE COMPOSTA POR 1 ARBITRO PRINCIPAL, 2 AUXILIARES E 1 MESARIO.		UND	50,000	0,0000	615,0000	30.750,00	Venceu
3	01-14-01179	SERVIÇO DE ARBITRAGEM PARA JOGOS DE BOCHA MASCULINO E FEMININO, COPA AMEOSC, EQUIPE COMPOSTA POR UM ARBITRO E UM ANOTADOR		UND	20,000	0,0000	100,0000	2.000,00	Venceu
4	01-14-01180	SERVIÇO DE ARBITRAGEM PARA JOGOS DE FUTEBOL DE CAMPO, CATEGORIA SUB 15 E SUB 17, COPA AMEOSC, EQUIPE COMPOSTA POR 1 ARBITRO PRINCIPAL, 2 AUXILIARES E 1 MESARIO.		UND	20,000	0,0000	530,0000	10.600,00	Venceu
5	01-14-01181	SERVIÇO DE ARBITRAGEM PARA ARTES MARCIAIS, KARATE E JIU JITSU, EQUIPE COMPOSTA POR DOIS ARBITROS.		UND	50,000	0,0000	150,0000	7.500,00	Venceu
6	01-14-01182	SERVIÇO DE ARBITRAGEM DE JOGOS DE FUTEBOL SOCIETY, EQUIPE COMPOSTA POR 2 ARBITROS E UM MESARIO.		UND	120,000	0,0000	135,0000	16.200,00	Venceu
Total do Fornecedor					480,000			80.050,00	

Itapiranga, 30 de Abril de 2018.



# Jacinto Machado

## PREFEITURA

### AVISO DE PENALIDADE

Publicação Nº 1608712

Estado de Santa Catarina

Município de Jacinto Machado

#### AVISO DE PENALIDADE

O Prefeito de Jacinto Machado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conforme análise dos fatos apurados nos autos do Processo Administrativo Específico nº LC-001/2018 referente e nos preceitos legais vigentes SANCIONA a empresa ABS PEÇAS E ASSessorios LTDA, CNPJ nº 01.104.492/0001-28, a penalidade de multa de 20% (vinte por cento), que corresponde a quantia de 9.476,80 (nove mil quatrocentos e setenta e seis reais e oitenta centavos, conforme previsto na cláusula décima primeira do Contrato nº 66/2018, e a suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Municipal de Jacinto Machado, pelo prazo de 2 (dois) anos conforme preceitua o Art 87, inciso II e III da Lei 8.666/93, ficando a contratada intimada a partir da publicação no DOU e DOM.

Jacinto Machado/SC, 26 de abril de 2018.

João Batista Mezzari

Prefeito Municipal

# Joaçaba

## PREFEITURA

**02/2018 PMJ TA 03**

Publicação Nº 1608515

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2018/PMJ/01 – TA 03

Aos 19 (dezenove) dias do mês de março do ano de 2018, o MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede na Avenida XV de Novembro, 378, centro, inscrito no CNPJ sob o nº 82.939.380/0001-99, como órgão gerenciador, representado neste ato pelo Prefeito, Sr. DIOCLÉSIO RAGNINI, juntamente com a SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, com sede na Avenida XV de Novembro, 223, inscrito no CNPJ nº 10.594.533/0001-00 e a SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, com sede na Avenida XV de Novembro, 378, centro, Joaçaba, SC, inscrito no CNPJ/MF sob nº 02.247.113/0001-11, como órgãos participantes, e a empresa ABASTECEDORA DE COMBUSTÍVEIS BORDIGNON LTDA, estabelecida na Avenida Santa Terezinha, 3010, Joaçaba, SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 72.123.912/0001-61, doravante denominada(s) DETENTORA, representada neste ato pelo Sr. DOACIR BORDIGNON, portador do documento de identidade nº 562.669 e inscrito no CPF sob o nº 249.651.629-00, resolvem celebrar o presente TERMO ADITIVO à Ata de Registro de Preços nº 02/2018/PMJ/01, firmada em 03/01/2018, proveniente do Processo de Licitação nº 93/2017/PMJ – Edital de Pregão Presencial nº 60/2017/PMJ, para Sistema de Registro de Preços, cujo objeto é a aquisição eventual e futura de combustíveis e lubrificantes, destinados a manutenção dos veículos, máquinas e equipamentos da frota municipal, observando-se o disposto no inciso II, "d", do art. 65 da Lei 8.666/93.

Este instrumento tem por objeto alterar o preço do item 2 do fornecedor registrado, a fim de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro, passando o mesmo a ter a seguinte redação, a contar do dia 28 de abril de 2018:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UN	MARCA	VALOR UNITÁRIO REVISADO R\$
2	Óleo Diesel S-10 (litro)	lto	SHELL	3,375

Permanecem inalteradas a ratificadas as demais condições da Ata de Registro de Preços nº 02/2018/PMJ/01.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

JOAÇABA, SC, 27 de abril de 2018.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

DIOCLÉSIO RAGNINI

Prefeito

ABASTECEDORA DE COMBUSTÍVEIS BORDIGNON LTDA

DOACIR BORDIGNON

Testemunhas:

1. \_\_\_\_\_

2. \_\_\_\_\_

**215/2015 PMJ TA 08**

Publicação Nº 1608518

CONTRATO Nº 215/2015/PMJ – TA 08

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede à Avenida XV de Novembro, 378, inscrito no CNPJ/MF sob nº 82.939.380/0001-99, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E AGRICULTURA, representada neste ato pelo Secretário, Sr. VILSON SARTORI, doravante denominada CONTRATANTE, e a empresa ANDRADE CONSTRUÇÕES LTDA, com sede administrativa na AV. BEIRA RIO, 333 - CENTRO, na cidade de HERVAL D'OESTE/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 03.377.072/0001-40, doravante denominada CONTRATADA, representada neste ato pelo Sr. SIMAR JOSE ROSA, portador da Carteira de Identidade nº 11/R-1. 079.721 e inscrito no CPF sob o nº 437.061.009-59, residente e domiciliado na RUA TIRADENTES, 104, cidade de JOAÇABA/SC, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 215/2015/PMJ, firmado em 26 de janeiro de 2015, proveniente do Processo de Licitação nº 84/2014/PMJ – Edital CC nº 11/2014/PMJ, cujo objeto é a execução pela CONTRATADA, das obras de saneamento básico de parte dos bairros Santa Tereza e Flor da Serra, no Município de Joaçaba, SC, onde se ADITA a CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DA REVISÃO, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DA REVISÃO

O valor do contrato fica reajustado em R\$ 153.096,34 (cento e cinquenta e três mil noventa e seis reais e trinta e quatro centavos), correspondentes à variação do INCC-FGV no período de dezembro/2014 a novembro/2017, em conformidade com a planilha da fiscalização da obra em anexo.

#### CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

JOAÇABA (SC), 27 de abril de 2018.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA - CONTRATANTE

VILSON SARTORI- Secretário

ANDRADE CONSTRUÇÕES LTDA - CONTRATADA

SIMAR JOSE ROSA

Testemunhas:

1 \_\_\_\_\_

2 \_\_\_\_\_

### AVISO PL 18/2018/PMJ - TP 04/2018/PMJ

Publicação Nº 1608844

PREFEITURA DE JOAÇABA (SC)

AVISO DE CONTINUAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 18/2018/PMJ

TOMADA DE PREÇO Nº 04/2018/PMJ

Informamos a todos os interessados que o processo licitatório nº 18/2018/PMJ – Tomada de Preço nº 04/2018/PMJ, cujo objeto é “a contratação de empresa especializada para a execução dos serviços de monitoramento da área do entorno das águas subterrâneas do Cemitério Frei Edgar, no Município de Joaçaba, SC” que a resposta aos recursos interpostos estão disponíveis no site da Município, ficando designado o dia 03/05/2018 as 17h30min no setor de compras e licitações para a continuação com a abertura dos envelopes das propostas. Quaisquer informações podem ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (049)3527-8805/3527-8828 ou pelo e-mail [comprasjba@yahoo.com.br](mailto:comprasjba@yahoo.com.br). Todas as informações relacionadas ao processo estão disponíveis para consulta no site da Prefeitura ([www.joacaba.sc.gov.br](http://www.joacaba.sc.gov.br)).

Joaçaba, 30 de abril de 2018.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

Comissão de Licitação

### DECRETO Nº 5.381 DE 26 DE ABRIL DE 2018.

Publicação Nº 1608525

DECRETO Nº 5.381 DE 26 DE ABRIL DE 2018.

“ALTERA DECRETO Nº 5.213/2017 QUE REGULAMENTA O PROGRAMA EU CURTO JOAÇABA, EU CUIDO DE JOAÇABA, QUE ESPECIFICA”

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições que são conferidas por Lei, em especial o art. 7º da Lei nº 5.107/2017, DECRETA:

Art. 1º Ficam alterados os artigos 6º, 7º, 8º e 10, todos do DECRETO Nº 5.213/2017 que regulamenta o Programa Eu Curto Joaçaba, Eu Cuido de Joaçaba, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 6º As pessoas físicas e as pessoas jurídicas de direito privado ou público interessadas em celebrar termos de cooperação deverão protocolizar manifestação de interesse à Administração Municipal contendo as seguintes informações:

I – Certidões Negativas de Débitos Municipais e proposta de manutenção e das obras e serviços que pretenda realizar e seus respectivos valores (Modelos do Anexo Único);

II – descrição das melhorias urbanas, paisagísticas e ambientais, devidamente instruída, se for o caso, com projetos, plantas, croquis, cronogramas e outros documentos pertinentes;

III – período de vigência da cooperação, no máximo 2 (dois) anos, renovável por uma vez pelo mesmo período;

Art. 7º Atendido o disposto no art. 6º caberá à Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Inovação avaliar a conveniência da proposta e verificar o cumprimento dos requisitos previstos neste Decreto e na legislação aplicável.

Art. 8º No prazo de 5 (cinco) dias úteis após a avaliação do Art. 7º a Administração Municipal expedirá comunicado destinado a dar

conhecimento público do interesse.

§ 1º (...)

§ 2º Será aberto prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação do disposto do caput deste artigo, para que outros eventuais proponentes possam manifestar seu interesse quanto ao mesmo objeto, possibilitando assim a concorrência das propostas.

§ 3º (...)

Art. 10 Após a celebração, o termo de cooperação deverá ser publicado, na íntegra, na página oficial do Município, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data de sua assinatura.

Art. 2º. Fica inserido o parágrafo único ao Art. 17 ao DECRETO Nº 5.213/2017 com a seguinte redação:

Art. 17 (...)

Parágrafo único. É de 60 (sessenta) dias o prazo para assinatura do termo de cooperação pelo cooperante sob pena de rescisão.

Art. 3º. Conforme o disposto no §1º do art. 9º deste Decreto, a Comissão nomeada adotará os seguintes critérios de desempate:

Critério	Peso
Proximidade da residência ou sede do proponente ao bem objeto da adoção	40%
Valor do investimento	30%
Adequação urbanística	20%
Período de adoção	10%

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogados os §§1º e 2º do art. 6º deste Decreto.

Joaçaba (SC), 26 de abril de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

Prefeito

## DECRETO Nº 5.382 DE 26 DE ABRIL DE 2018.

Publicação Nº 1608541

DECRETO Nº 5.382 DE 26 DE ABRIL DE 2018.  
"REGULAMENTO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS  
PÚBLICOS DE ÁGUA E ESGOTO"

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições que são conferidas por Lei,

DECRETA:

TÍTULO I – PARTE GERAL

CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Seção I – Do objeto

Art. 1º. Este Regulamento destina-se a definir e disciplinar os critérios a serem aplicados aos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, administrados pelo Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto, Autarquia dos municípios de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna, e a regulamentar os direitos, obrigações, restrições, vedações, proibições, penalidades e multas por infrações e inadimplências e demais condições e exigências na prestação desses serviços aos usuários.

Seção II – Das definições

Art. 2º. Para os efeitos deste regulamento, definem-se:

- abastecimento de água: constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações necessárias ao abastecimento público de água potável, desde a captação até as ligações prediais e respectivos instrumentos de medição;
- esgotamento sanitário: constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, de transporte, de tratamento e pela disposição final adequadas do esgoto sanitário, desde as ligações prediais até o seu lançamento final no meio ambiente.

Seção III – Da terminologia

Art. 3º. Adota-se, neste Regulamento, a terminologia constante das normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e, na ausência de previsão nestas, de outras fontes reconhecidas.

I. VERIFICAÇÃO DA EXATIDÃO DE MEDIDOR DE VOLUME DE ÁGUA (HIDRÔMETRO): Processo de conferência do sistema de medição do hidrômetro em relação aos limites estabelecidos pelos órgãos competentes.

II. AGRUPAMENTO DE EDIFICAÇÕES: Conjunto de duas ou mais edificações em um mesmo terreno.

III. ÁGUA CINZA: É a denominação da água servida, isenta de dejetos humanos ou animais, que foi utilizada no banho e na lavagem de

roupas e que pode ser reutilizada no próprio imóvel para descarga de vaso sanitário, lavagem de pisos externos e irrigação.

IV. **ÁGUA PLUVIAL (ÁGUA DE CHUVA OU ÁGUA METEÓRICA):** Proveniente de precipitações atmosféricas, que pode ser captada (canalizada ou não), para o sistema de água pluvial público (galeria ou sarjeta) ou poderá ser armazenada para uso com fins não potáveis, incluindo a lavagem de roupas.

V. **ÁGUA POTÁVEL OU TRATADA:** Água que foi submetida a qualquer processo de tratamento ou não, própria para consumo humano, cujos parâmetros microbiológicos, físicos, químicos e radioativos atendam ao padrão de potabilidade estabelecido pelas autoridades competentes, e que não ofereça risco à saúde.

VI. **ÁGUA RESIDUÁRIA:** É a massa líquida oriunda de esgoto comercial, doméstico, hospitalar, industrial ou que apresenta partículas, compostos químicos ou microrganismos que tornam imprópria sua utilização ou aproveitamento, requisitando, portanto, condicionamento ou tratamento antes do reuso ou destinação final.

VII. **BARRILETE:** Conjunto de tubulações do qual derivam as colunas de distribuição de água fria numa instalação predial.

VIII. **CADASTRO DE USUÁRIOS:** Conjunto de registros atualizados e utilizados para o faturamento, cobrança de serviços prestados, controle operacional, contábil, execução da dívida ativa e planejamento.

IX. **CAIXA CONCENTRADORA (INTERNA) (CC):** Caixa construída no interior do imóvel e que recebe todas as tubulações de esgoto sanitário do imóvel e o conduz, por tubulação única, à caixa de ligação (CL).

X. **CAIXA DE LIGAÇÃO (CL):** Dispositivo colocado no passeio, junto à divisa do lote, que permite a inspeção e desobstrução do ramal predial de esgoto e a interligação do ramal com a rede pública coletora de esgotos.

XI. **CAIXA DE PROTEÇÃO DE HIDRÔMETRO (CPH):** Caixa de concreto, alvenaria, material plástico ou metal, com a finalidade de abrigar o medidor de volume de água (hidrômetro) e atender as condições de utilização do equipamento, conforme portaria vigente do Inmetro (Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia).

XII. **CAIXA RETENTORA DE AREIA E ÓLEO (CRAO):** Dispositivo projetado e instalado em garagens, oficinas, postos de lubrificação e lavagem de veículos, para separar e reter areia e óleo em câmaras distintas, evitando que tais substâncias atinjam a rede pública de esgoto.

XIII. **CAIXA RETENTORA DE GORDURA (CRG):** Dispositivo projetado e instalado para separar e reter a gordura proveniente de pias de cozinha, a fim de evitar o escoamento direto na rede pública de esgotos.

XIV. **CAIXA SEPARADORA DE ÁGUA E ÓLEO (SAO):** Dispositivo projetado e instalado em garagens, oficinas, postos de lubrificação e lavagem para separar água e óleo em câmaras distintas dotadas de placas coalescentes (aderente ou aglutinante), para evitar que o óleo atinja a rede de esgotos sanitários.

XV. **CAIXA DE INSPEÇÃO DE ÁGUA PLUVIAL (CIP):** caixa destinada a permitir a inspeção, limpeza, desobstrução, mudanças de direção e/ou declividade das tubulações destinadas a conduzir águas pluviais à rede de drenagem pluvial municipal.

XVI. **CAPTAÇÃO:** Conjunto de estruturas e dispositivos construídos ou montados junto a um manancial, para suprir um serviço de abastecimento público de água destinada ao consumo humano.

XVII. **CATEGORIA DE USUÁRIO:** Classificação de usuário para o fim de enquadramento na estrutura tarifária.

XVIII. **CATEGORIA COMERCIAL:** Ligação utilizada em economia ocupada para o exercício de atividade de compra, venda ou prestação de serviços, ou para o exercício de atividade não classificada nas categorias residencial, industrial ou pública e classificada como comercial pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

XIX. **CATEGORIA INDUSTRIAL:** Ligação utilizada em economia ocupada para o exercício de atividade classificada como industrial pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

XX. **CATEGORIA PÚBLICA:** Ligação utilizada em economia ocupada para o exercício de atividade de órgãos da Administração Direta ou Indireta dos Poderes Públicos Federal, Estadual e Municipal.

XXI. **CATEGORIA RESIDENCIAL:** Ligação utilizada em economia estritamente residencial.

XXII. **CATEGORIA RESIDENCIAL SOCIAL:** Ligação utilizada em economia estritamente residencial, atendidas as exigências específicas constantes deste regulamento.

XXIII. **CAVALETE OU QUADRO DE HIDRÔMETRO:** Dispositivo padronizado para instalação de hidrômetro, integrante do ramal predial de água.

XXIV. **CICLO DE FATURAMENTO:** Período compreendido entre a data da leitura faturada e a data de vencimento da respectiva conta.

XXV. **CONSUMO DE ÁGUA:** Volume de água utilizado em um imóvel, fornecido pelo Simae ou produzido por fonte própria.

XXVI. **CONSUMO ESTIMADO:** Consumo de água atribuído a uma economia, quando a ligação estiver, temporariamente, desprovida de hidrômetro ou, ainda, que existente, a leitura que estiver impedida ou impossibilitada, por qualquer motivo.

XXVII. **CONSUMO MEDIDO:** Volume de água registrado através do medidor de volume (hidrômetro) de água.

XXVIII. **CONSUMO MÉDIO:** Média de consumos medidos relativamente a ciclos de prestação de serviços consecutivos para um imóvel.

XXIX. **CONTA MENSAL:** Documento hábil para pagamento e cobrança de débito contraído pelo usuário e que corresponde à fatura de prestação de serviços ou pela disponibilidade de serviço existente.

XXX. **DBO:** Demanda Bioquímica de Oxigênio. Necessária à degradação da matéria orgânica presente no efluente. Medida em um período de 5 dias a temperatura de 20°C (expressa em miligramas por litro).

XXXI. **DQO:** Demanda Química de Oxigênio necessária à degradação da matéria orgânica presente no efluente (expressa em miligramas por litro).

XXXII. **DEMANDA:** Volume de água necessário ao consumo de uma ou mais economias, que o sistema de abastecimento deve dispor em potencial.

XXXIII. **DESMEMBRAMENTO:** É a subdivisão de gleba em lotes destinados à edificação, com aproveitamento de sistema viário existente, desde que não implique na abertura de novas vias ou logradouros públicos e nem prolongamento, modificação ou ampliação dos já existentes.

XXXIV. **DESPEJO/EFLUENTE DOMÉSTICO:** Efluente de cozinhas, toaletes, lavatórios e lavanderias, denominado, também, resíduo líquido doméstico, excluídas as águas pluviais.

XXXV. **DESPEJO/EFLUENTE INDUSTRIAL:** Efluente líquido proveniente de processos industriais, denominado também por resíduo líquido industrial, que difere dos esgotos domésticos ou sanitários, em função da composição físico-química.

XXXVI. **DESPERDÍCIO:** Volume de água mal utilizado ou consumido de forma não racional.

XXXVII. **ECONOMIA:** Corresponde a uma unidade de consumo do imóvel com ocupação independente, identificada e enquadrada na categoria, em função da finalidade de sua ocupação para fins de fornecimento de água e de coleta de esgoto, atendida por uma única ligação.

XXXVIII. **EDIFICAÇÃO:** Construção destinada à residência, indústria, comércio, serviço e outros usos.



XXXIX. EMISSÁRIO: Coletor que recebe o esgoto de um interceptor e nenhum outro tipo de lançamento, e o encaminha a um ponto final de despejo ou de tratamento.

XL. ESGOTO SANITÁRIO: Água residuária composta de esgoto doméstico, despejo industrial admissível ao tratamento conjunto com o esgoto doméstico e a água de infiltração (ABNT NBR 7229/93).

XLI. ELEVATÓRIA DE ÁGUA TRATADA (EAT): Conjunto de estruturas e equipamentos destinados à elevação da cota piezométrica da água transportada nos serviços de abastecimento de água.

XLII. ELEVATÓRIA DE ESGOTOS (EE): Conjunto de estruturas e equipamentos destinados à elevação da cota piezométrica dos esgotos transportados nos serviços de esgotamento sanitário.

XLIII. ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA (ETA): Conjunto de instalações e equipamentos destinados a realizar o tratamento da água.

XLIV. ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO (ETE): Conjunto de instalações e equipamentos destinados a alterar as características físicas, químicas ou biológicas dos esgotos coletados, para torná-los adequados à sua destinação final.

XLV. EXTINÇÃO DE LIGAÇÃO: Retirada do cavalete e do ramal predial de água, que compõem o meio de abastecimento de água.

XLVI. EXTRAVASOR OU LADRÃO: Tubulação destinada a escoar eventuais excessos de água dos reservatórios ou das caixas de descarga.

XLVII. FAIXA DE CONSUMO: Intervalo de volume de consumo, num determinado período de tempo, estabelecido para fim de tarifação.

XLVIII. FATURA: Documento financeiro que expressa o crédito do Simae, relativo a serviços prestados, na tarifa de disponibilidade de serviço ou à multa imposta por violação a este Regulamento.

XLIX. FATURAMENTO: Processo pelo qual se apura, dentro de um determinado período, a gama de serviços prestados e disponíveis a um usuário para emissão da fatura.

L. FONTE ALTERNATIVA DE ABASTECIMENTO: Qualquer meio de suprimento de água diferente da rede pública de abastecimento.

LI. FOSSA SÉPTICA: Tanque de sedimentação e digestão, no qual se deposita o lodo constituído pelas matérias insolúveis das águas residuárias que, por ele, passam e se decompõem pela ação de bactérias anaeróbias.

LII. GLEBA: É a área de terreno que ainda não foi objeto de arruamento ou loteamento.

LIII. GREIDE: Série de cotas que caracterizam o perfil de uma rua e dão as altitudes de seu eixo em seus diversos trechos.

LIV. HABITE-SE: Documento emitido pela Prefeitura Municipal comprovando que o imóvel se encontra em condições de ser habitado, atendendo os preceitos da legislação pertinente.

LV. HIDRANTE: Aparelho instalado na rede distribuidora de água, provido de dispositivo de manobra (registro) e de união de engate rápido, apropriado à tomada de água para combate a incêndio.

LVI. HIDRÔMETRO: Instrumento destinado a medir continuamente, acumular e mostrar o volume de água que passa através do transdutor de medição.

LVII. IMÓVEL: Área de terreno com ou sem edificação.

LVIII. INQUILINO: Alugador, arrendatário, locatário, caseiro ou morador de um imóvel.

LIX. INSTALAÇÃO PREDIAL DE ÁGUA: Tubulações, acessórios e reservatórios destinados a levar água do ramal predial até os pontos de sua utilização na edificação.

LX. INSTALAÇÃO PREDIAL DE ESGOTO SANITÁRIO: Conjunto de tubulações, equipamentos, caixas e dispositivos existentes a partir dos aparelhos sanitários, destinado a receber dejetos e águas servidas, permitindo rápido escoamento, vedando a passagem de gases e animais, impedindo a contaminação da água de consumo e gêneros alimentícios, e encaminhando-os para a rede pública ou ao local de lançamento.

LXI. INTERCEPTOR: Tubulação de esgoto à qual são ligados, transversalmente, coletores secundários, que não recebem ligação de ramais prediais, utilizada, por exemplo, junto a lagos, praias, reservatórios e fundo de vales, para protegê-los e evitar descargas diretas.

LXII. INTERRUPÇÃO DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA: Suspensão temporária dos serviços de abastecimento de água, nos casos determinados nesse Regulamento ou por motivo de força maior.

LXIII. JUSANTE: Posicionamento relativo a um ponto posterior ao ponto de referência.

LXIV. LACRE: Dispositivo que assegura a inviolabilidade.

LXV. LIGAÇÃO DE ÁGUA E ESGOTO: Derivação para abastecimento de água e/ou coleta de esgoto de um imóvel, da rede geral até a conexão com o início da instalação predial.

LXVI. LIGAÇÃO CLANDESTINA: Conexão de instalação predial à rede de distribuição de água ou coletora de esgoto sem autorização ou conhecimento do Simae.

LXVII. LIGAÇÃO PROVISÓRIA: Ligação de água ou esgoto para utilização em obras.

LXVIII. LIGAÇÃO TEMPORÁRIA: Ligação de água ou esgoto para utilização em caráter temporário para atender atividades passageiras destinadas à prestação de serviços tais como feiras livres, shows ao ar livre, exposições, circos, parques de diversões, obras em logradouros públicos e similares.

LXIX. LOTE: É a parcela de terreno contida em uma quadra e com frente para via pública.

LXX. LOTEAMENTO: É a subdivisão de gleba em lotes destinados à edificação com abertura de novas vias de circulação, de logradouros públicos ou prolongamentos, modificações ou ampliação de vias existentes.

LXXI. MANANCIAL: Corpo hídrico, superficial ou subterrâneo, utilizado para captação de água para abastecimento público.

LXXII. MATRÍCULA: Número do cadastro do usuário no Simae.

LXXIII. MEDIDOR DE VOLUME DE ÁGUA (HIDRÔMETRO): Instrumento destinado a medir continuamente, acumular e mostrar o volume de água que passa através do transdutor de medição.

LXXIV. MONTANTE: Posicionamento relativo a um ponto anterior ao ponto de referência.

LXXV. MULTA: Penalidade pecuniária imputada ao usuário, por inadimplência ou, após regular processo administrativo, por infração ou inobservância das normas estabelecidas na legislação.

LXXVI. NÍVEL PIEZOMÉTRICO: Cota do terreno, com incremento da pressão manométrica local.

LXXVII. PADRÃO DE LIGAÇÃO DE ÁGUA: Forma construtiva da entrada do ramal predial de água constituída de caixa de abrigo do medidor de volume de água (hidrômetro) e seus acessórios (tubos, conexões, registros etc.).

LXXVIII. PADRÃO DE LIGAÇÃO DE ESGOTO: Forma construtiva da entrada do ramal predial de esgoto constituída de caixa de inspeção no passeio e seus acessórios (tubos, conexões, tampa etc.).

LXXIX. PADRÃO DE POTABILIDADE: Conjunto de valores máximos permissíveis, das características de qualidade da água destinada ao consumo humano.

LXXX. PROPRIETÁRIO: Titular do domínio útil ou possuidor do bem imóvel, a justo título. Quando o imóvel estiver constituído sob a forma

de condomínio, para efeitos deste Regulamento, este é o titular do imóvel.

LXXXI. QUADRA: É toda porção de terra delimitada por logradouros públicos e constituída por um ou mais lotes.

LXXXII. QUALIDADE DA ÁGUA: Características químicas, físicas e biológicas que devem ser atendidas conforme o uso que se fará dela.

LXXXIII. RAMAL DE ESGOTO: Tubulação que recebe efluente de ramais de descarga nas instalações prediais de esgotos sanitários.

LXXXIV. RAMAL PREDIAL DE ÁGUA OU DERIVAÇÃO EXTERNA DE ÁGUA: Conjunto de tubulações e peças especiais, situadas entre a rede pública de abastecimento de água e o tubete a jusante em caixa de proteção de hidrômetro ou nos cavaletes até o cotovelo do pé a jusante do hidrômetro, incluídos estes.

LXXXV. RAMAL PREDIAL DE ESGOTO: Conjunto de tubulações e peças especiais situadas entre a rede pública coletora de esgotos e a caixa de ligação (CL), instalada no passeio, junto à divisa do lote, incluindo esta.

LXXXVI. REDE COLETORA: Conjunto de tubulações, compreendendo coletores, interceptores e emissários de coleta de esgoto.

LXXXVII. REDE DE DISTRIBUIÇÃO: Conjunto de tubulações e de partes acessórias destinadas a distribuir água de abastecimento público.

LXXXVIII. REDE PREDIAL DE DISTRIBUIÇÃO: Conjunto de tubulações constituído de barriletes, colunas de distribuição, ramais e sub-ramais, ou de algum deles.

LXXXIX. REGISTRO DE DERIVAÇÃO: Registro instalado no ramal de ligação de água, junto ao colar de tomada.

XC. SERVIÇO DE ABASTECIMENTO PÚBLICO DE ÁGUA: Conjunto de atividades, de instalações e de equipamentos destinados a fornecer água potável a uma comunidade.

XCI. SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA: Conjunto funcional de obras, de instalações tubulares, de equipamentos e de acessórios destinados a produzir e distribuir água potável.

XCII. SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO: Conjunto de obras, tubulações, instalações e equipamentos destinados a coletar, transportar, tratar e encaminhar, ao destino final conveniente, o esgoto sanitário.

XCIII. SUPRESSÃO DE LIGAÇÃO: Retirada física do ramal predial ou cancelamento das relações contratuais serviço/usuário.

XCIV. TABELA TARIFÁRIA: Documento oficial do Simae, que rege as práticas de preços e prazos para seus respectivos produtos e serviços.

XCV. TARIFA: Conjunto de preços correspondentes à contraprestação pelo abastecimento de água e/ou coleta, afastamento e tratamento de esgoto, ou prestação de outros serviços constantes da Tabela Tarifária – Apêndices A e B deste Regulamento.

XCVI. TARIFA DE DISPONIBILIDADE DE SERVIÇO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA: Valor cobrado por economia oriundo da composição das despesas operacionais indiretas relativas à disponibilidade e à prestação dos serviços de abastecimento de água.

XCVII. TARIFA DE DISPONIBILIDADE DE SERVIÇO DE COLETA DE ESGOTO: Valor cobrado por economia oriundo da composição das despesas operacionais indiretas relativas à disponibilidade e à prestação dos serviços de esgotamento sanitário.

XCVIII. TARIFA DE ÁGUA: Valor unitário, por unidade de volume, faixa de consumo e categoria, dos serviços de abastecimento de água.

XCIX. TAXA: É a contraprestação de serviço público, ou de benefício feito, posto à disposição ou custeado pelo Estado em favor de quem a paga, ou se este, por sua atividade, provocou a necessidade de se criar aquele serviço público. Pode ocorrer ou ser cobrada em razão da prestação de um serviço público, ou pelo exercício do poder de polícia.

C. TITULAR DO IMÓVEL: Proprietário, titular do domínio útil ou possuidor do bem imóvel, a justo título. Quando o imóvel estiver constituído sob a forma de condomínio, para efeitos deste Regulamento, este é o titular do imóvel.

CI. USUÁRIO: Pessoa física ou jurídica (proprietário, inquilino ou arrendatário) para o qual são prestados e disponibilizados serviços de fornecimento de água, coleta de esgotos sanitários e outros.

CII. VAZAMENTO: Falta de estanqueidade ou presença de fissuras na tubulação ou reservatório, ocasionando perdas.

CIII. VAZÃO (em relação ao medidor de volume de água): Quociente entre o volume de água que atravessa o medidor e o tempo gasto para que este volume passe através do mesmo.

CIV. VIELA SANITÁRIA: Faixa de terreno objeto de servidão administrativa, com largura a ser definida conforme a necessidade de acesso e transporte de equipamentos, instituída dentro de um lote ou área em favor do Simae, na qual será ou foi implantado equipamento do sistema de saneamento.

#### Seção IV – Dos princípios fundamentais

Art. 4º. Os serviços públicos de água e esgoto, objetos do presente Regulamento, serão prestados com base nos seguintes princípios fundamentais:

I. Universalização do acesso;

II. Integralidade, propiciando, à população, o acesso à conformidade de suas necessidades e maximizando a eficácia das ações e resultados;

III. Realizados de forma adequada à saúde pública e à proteção do meio ambiente;

IV. Disponibilidade nas áreas urbanas e rurais de forma adequada à saúde pública, à segurança da vida e do patrimônio público e privado;

V. Adoção de métodos, técnicas e processos visando à eficácia e à eficiência na prestação dos serviços;

VI. Articulação com as políticas de desenvolvimento urbano e regional, objetivando a melhoria da qualidade de vida da população;

VII. Eficiência e sustentabilidade econômica;

VIII. Utilização de tecnologias apropriadas, considerando a capacidade de pagamento dos usuários e a adoção de soluções graduais e progressivas;

IX. Transparência das ações, baseada em sistemas de informações e processos decisórios institucionalizados;

X. Controle social;

XI. Segurança, qualidade e regularidade;

XII. Integração das infraestruturas e serviços com a gestão eficiente dos recursos hídricos.

#### Seção V – Dos requisitos mínimos

Art. 5º. A prestação dos serviços atenderá a requisitos mínimos de qualidade, regularidade, continuidade, para o atendimento aos usuários e às condições operacionais e de manutenção dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

#### Seção VI – Da sustentabilidade econômica e financeira

Art. 6º. Os serviços públicos, objetos deste Regulamento, terão sua sustentabilidade econômica e financeira assegurada, mediante

remuneração pela cobrança dos serviços por meio de tarifas.

§ 1º. Ficam estabelecidas as tarifas decorrentes da prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, referidos neste artigo, inclusive multas por infrações e inadimplência, em conformidade com os Apêndices A e B deste Regulamento.

§ 2º. Os valores das tarifas referidos neste artigo deverão ser calculados e fixados de modo a assegurar, em conjunto com outros recursos, a autossuficiência econômica e financeira essencial à prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

Art. 7º. Os reajustes e/ou revisão das tarifas referidos no artigo anterior deverão ser realizados observando-se o intervalo mínimo de doze meses, visando assegurar a manutenção e a sustentabilidade da prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

Art. 8º. Os reajustes e/ou revisões das tarifas compreenderão a reavaliação das condições da prestação dos serviços e poderão ser extraordinários, quando se verificar a ocorrência de fatos imprevistos e fora do controle do Simae, que tenham ou venham a ter como consequência a alteração do equilíbrio econômico financeiro na prestação dos serviços.

Art. 9º. Para a efetivação dos reajustes de que tratam os artigos 6º, 7º e 8º deste Regulamento, o Simae deverá elaborar planilha de custos, contendo indicadores que comprovem e justifiquem a revisão das tarifas praticadas de acordo com o estabelecido na legislação pertinente e com aprovação do órgão regulador.

Art. 10. Os reajustes e as revisões deverão ser publicados com antecedência mínima de trinta dias em relação à sua aplicação.

#### Seção VII – Da interrupção e restabelecimento dos serviços e supressão de ligações

Art. 11. A prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário poderá ser interrompida pelo Simae, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste Regulamento, nas seguintes hipóteses:

I. Situações de emergência que atinjam a segurança de pessoas e bens;

II. Interdição judicial ou administrativa;

III. Necessidade de efetuar reparos, modificações ou melhorias de qualquer natureza nos sistemas;

IV. Intervenção no ramal predial externo, em suas conexões e dispositivos;

V. Desvio de água para terceiros;

VI. Desperdício de água quando vigentes regras de racionamento;

VII. Negativa do usuário em permitir a instalação do dispositivo de leitura da água consumida, após ter sido previamente notificado a respeito;

VIII. Impedimento da leitura/manutenção do medidor de volume de água (hidrômetro) por três vezes consecutivas;

IX. Manipulação indevida de qualquer tubulação, medidor ou outra instalação do Simae, por parte do usuário;

X. Inadimplemento do usuário do serviço de abastecimento de água e esgotamento sanitário, do pagamento das tarifas, após ter sido formalmente notificado;

XI. Instalação de ejetores ou bombas de sucção diretamente na rede ou no ramal predial;

XII. Ligação clandestina ou abusiva;

XIII. Retirada do hidrômetro e/ou intervenção abusiva nele;

XIV. Não cumprimento de outras exigências deste Regulamento.

§ 1º. As interrupções programadas serão comunicadas ao regulador e aos usuários dos serviços com antecedência mínima de 24 horas.

§ 2º. A suspensão dos serviços prevista nos incisos IV, V, VII, VIII, IX, X e XI do caput deste artigo será precedida de prévio aviso ao usuário, no prazo de trinta dias da data prevista para a suspensão.

§ 3º. A interrupção ou a restrição do fornecimento de água e/ou coleta de esgoto por inadimplência a estabelecimentos de saúde com internação coletiva de pessoas e instituições educacionais será precedida de prévio aviso ao usuário, com prazo mínimo de trinta dias da data prevista para a suspensão, devendo, para tanto, o usuário comparecer na sede administrativa do Simae para o estabelecimento das condições mínimas que preservem a manutenção da saúde das pessoas atingidas e em caso do não comparecimento, o fornecimento de água e/ou coleta de esgoto será interrompido no prazo previsto na notificação.

§ 4º. As demais interrupções ou restrições do fornecimento de água e/ou coleta de esgoto por inadimplência serão precedidas de prévio aviso ao usuário, com prazo mínimo de 30 (trinta) dias da data prevista para a suspensão.

§ 5º. Cessados os motivos que determinaram a interrupção ou, se for o caso, satisfeitas as exigências estipuladas para a ligação, será restabelecido o fornecimento de água e/ou coleta de esgoto, mediante o pagamento do serviço correspondente, em conformidade com a Tabela I – Apêndice B deste Regulamento.

§ 6º. No caso de interrupção do fornecimento de água e/ou de coleta de esgoto, todos os custos para realização dos serviços serão às expensas do usuário, exceto quando ocorrer o previsto no inciso I, II e III deste artigo.

§ 7º. As infrações cometidas nos incisos IV, V, VI, VII, VIII, IX, X, XI, XII, XIII e XIV estão sujeitas à aplicação de multa, conforme Tabelas IV e V do Apêndice B deste Regulamento.

Art. 12. As ligações prediais poderão ser suprimidas ou extinguidas nos casos de:

I. Interdição judicial ou administrativa;

II. Desapropriação de imóvel para abertura de via pública;

III. Incêndio ou demolição;

IV. Fusão de ligações;

V. Constatação de ligação irregular;

VI. Por solicitação do usuário do imóvel desocupado a qualquer tempo;

VII. Por solicitação do titular do domínio útil, no caso em que o prédio perca as condições de habitabilidade por ruína ou demolição;

VIII. Interrupção do fornecimento por período superior a cento e oitenta dias, por solicitação do usuário; e

IX. Abandono do imóvel por período superior a cento e oitenta dias, sem a solicitação do usuário para interrupção dos serviços.

§ 1º. Na supressão ou extinção de ligação de água prevista neste Regulamento, serão retirados o cavalete e o medidor de volume de água (hidrômetro) e desligada a tubulação do ramal predial no registro de derivação junto à rede.

§ 2º. Para o caso aludido no inciso II e III, ou em casos excepcionais, devidamente autorizados pela direção do Simae, as despesas poderão ocorrer por conta do Simae.

§ 3º. Nos demais casos, a responsabilidade pelo pagamento será do proprietário do imóvel que poderá requerer a supressão ou extinção da ligação de água, pagando os respectivos custos definidos na Tabela Tarifária, desde que esteja quite com suas obrigações perante o Simae.

§ 4º. Suprimida ou extinta a ligação, o restabelecimento do abastecimento dependerá de nova ligação dentro do padrão vigente do Simae.

Art. 13. Os ramais retirados serão recolhidos ao almoxarifado do Simae.

Art. 14. Quando o usuário requisitar religação ou nova ligação em imóvel com ligação suprimida e com débito, só será atendido após quitação do débito existente, devidamente corrigido, acrescido das despesas decorrentes da regularização da ligação.

Parágrafo Único: O fornecimento de água será restabelecido nos prazos previstos na Tabela I do Apêndice B, após a correção da irregularidade e quitação dos valores devidos ao Simae.

## CAPÍTULO II – DO PRESTADOR DOS SERVIÇOS

### Seção Única – Do Simae

Art. 15. O Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto – Simae é responsável por promover, com exclusividade, nos municípios de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna, estado de Santa Catarina, a prestação dos serviços públicos de água, compreendendo: captação, tratamento e distribuição e de esgotamento sanitário envolvendo a coleta, o afastamento, o tratamento e a destinação final, sendo de sua competência:

I. Estudar, projetar, executar e fiscalizar obras e instalações de sistemas públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, diretamente ou por terceiros, na forma da lei;

II. Operar, manter, conservar e explorar diretamente os serviços de água e de esgotamento sanitário;

III. Estabelecer normas e procedimentos que regulem a utilização adequada dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário sob sua competência, os quais deverão ser cumpridos pelos usuários dentro dos limites legais;

IV. Estabelecer, operar e fiscalizar planos de racionamento de água, em situações emergenciais;

V. Utilizar as vias públicas, logradouros e bens de uso comum do povo, para realização de obras e instalações;

VI. Aprovar as áreas destinadas à implantação de sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário dos loteamentos;

VII. Vistoriar as instalações prediais, hidráulicas e sanitárias em verificação do regular funcionamento do sistema para apuração de denúncias ou em atividades de rotina de forma a garantir o perfeito funcionamento dos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, conforme estabelecido neste Regulamento;

VIII. Medir o consumo de água e, na proporção estabelecida, cobrar pelos serviços de coleta, afastamento e tratamento de esgoto;

IX. Rever as tarifas inerentes aos serviços prestados;

X. Faturar e cobrar pela disponibilidade de serviços e pelos serviços prestados;

XI. Suspender o fornecimento de água ou executar a supressão das ligações nas formas e condições estabelecidas neste Regulamento;

XII. Promover a cobrança administrativa ou judicial de débitos vencidos, decorrentes de consumo mensal, de outros serviços prestados ou de multa inadimplida;

XIII. Atuar como órgão coordenador e fiscalizador da execução dos convênios firmados entre o município e os órgãos federais ou estaduais para estudos, projetos e obras de construção, ampliação ou remodelação dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário;

XV. Solicitar, ao Chefe do Executivo, que declare bens de particulares de interesse público, para fins de desapropriação ou constituição de servidão administrativa, em razão de execução de serviços de competência do Simae;

XVI. Promover campanhas educativas em escolas, associações e outros tipos de entidades públicas e privadas, visando à conscientização da necessidade de evitar o desperdício de água potável, da destinação adequada do esgoto sanitário ou sobre qualquer outra espécie de poluição ambiental;

XVII. Promover ações de preservação do meio ambiente relacionadas às atividades do Simae;

XVIII. Participar, na qualidade de membro, de associações civis sem fins lucrativos, que tenham por objeto a pesquisa, o desenvolvimento, a cooperação e a divulgação ou a defesa dos interesses públicos relacionados com a atividade do Simae;

XIX. Fiscalizar o cumprimento dos instrumentos legais pertinentes ao serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário;

XX. Cumprir e fazer cumprir o presente regulamento; e

XXI. Aplicar as multas e penalidades decorrentes do não cumprimento deste Regulamento.

Art. 16. Os sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário serão projetados e construídos de modo a minimizar as consequências de acidentes, calamidades, situações de emergência e danos ao meio ambiente, devendo o Simae manter:

I. Previsão para fontes opcionais de abastecimento de água;

II. Materiais e equipamentos sobressalentes para os pontos mais vulneráveis do sistema;

III. Planos de ação para atuação em casos de emergência;

IV. Materiais construtivos dos sistemas que, em contato direto com a água, sejam resistentes à corrosão, sem apresentar toxicidade nem favorecer ou permitir o crescimento de organismos que afetem a qualidade da água, interfiram no seu tratamento ou representem riscos para a saúde;

V. Instalações de água e de esgoto projetadas e construídas de forma a minimizar os efeitos danosos causados por enxurradas e enchentes;

VI. A integridade, e em plenas condições de funcionamento, dos bens vinculados à prestação dos serviços que lhe foram outorgados, incorporados ao patrimônio público;

VII. Cadastro atualizado de seus usuários, com registro do consumo nos últimos cinco anos, possibilitando prestar informações de cadastro a quem comprove o legítimo interesse;

VIII. Manter em sigilo as denúncias recebidas de usuários, desde que devidamente identificadas, promover o competente procedimento administrativo, conduzindo-o com impessoalidade e agilidade, pronunciando-se no prazo de sessenta dias, prorrogáveis, quando for o caso.

Art. 17. A operação e manutenção dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário serão executadas por pessoal devidamente



qualificado de acordo com o regulamento, regimento interno, normas técnicas, manuais, padrões e instruções de trabalho aprovados pelo Simae.

§ 1º. O abastecimento de água contará com controle de qualidade, cadastro atualizado, registro e controle das condições de funcionamento.

§ 2º. Os serviços de abastecimento de água deverão ser contínuos e ininterruptos, objetivando manter o sistema de distribuição permanentemente pressurizado, para impedir a entrada de matéria estranha nas instalações, com previsão dos meios necessários à preservação da qualidade da água, para o caso de eventual alteração dessas condições.

§ 3º. As disposições deste artigo e seus parágrafos serão aplicados, no que couber, à operação e manutenção dos sistemas de esgotamento sanitário.

Art. 18. Os padrões de atividades e serviços prestados pelo Simae deverão atender às disposições da legislação sanitária federal, estadual e municipal.

Art. 19. A água fornecida deverá, sempre que possível, ser mensurada por medidor de volume de água (hidrômetro) e a fatura emitida deve se referir ao consumo obtido pela diferença entre as duas últimas leituras.

Parágrafo Único: O faturamento e a cobrança das tarifas pelos serviços públicos terão periodicidade mensal, observando-se:

I. A medição do consumo de água, mediante a leitura do hidrômetro, em períodos regulares de, no mínimo, 27 e, no máximo, 34 dias;

II. O período de leitura de hidrômetros poderá ser modificado pelo Simae, mas o faturamento e a cobrança deverão ser mensais;

III. O usuário concederá, ao Simae, livre acesso ao hidrômetro, sendo vedado dificultar a leitura dele;

IV. A leitura do hidrômetro, para apuração do consumo, desprezará as frações do metro cúbico.

Art. 20. O Simae somente se responsabilizará pela coleta de esgoto a partir da caixa de ligação (CL) que interliga o ramal predial interno com a rede pública de esgotamento sanitário. A responsabilidade antes do referido ponto é do usuário, sendo de competência da Vigilância Sanitária Municipal a fiscalização.

Parágrafo Único: Em imóveis desprovidos de caixa concentradora (CC) de esgoto, pela inobservância das normas técnicas e operacionais, ou das posturas estabelecidas neste Regulamento ou das Posturas Municipais, ou de Obras e Edificações, por parte do usuário do imóvel ou da edificação, o Simae não se responsabilizará por danos causados ao patrimônio do usuário ou de terceiros, bem como danos à saúde pública, por eventuais refluxos de esgoto decorrentes de qualquer anomalia na rede interna do imóvel, ou na rede pública de coleta e afastamento de esgotamento sanitário.

### CAPÍTULO III – DO USUÁRIO

#### Seção I – Do cadastro

Art. 21. O cadastro é o conjunto de registros atualizados do Simae, necessários ao faturamento, cobrança de serviços prestados e apoio ao planejamento e controle operacional, contábil, execução de dívida ativa e planejamento.

§ 1º. São necessários os seguintes documentos para o cadastro do usuário:

##### a) Pessoa Física:

I. Certidão de matrícula atualizada do imóvel (30 dias) expedida pelo Cartório de Registro de Imóveis;

II. Escritura do terreno, ou Contrato de Compra e Venda com firma reconhecida ou documento que caracterize a posse do imóvel, quando aplicável;

III. Contrato de locação ou equivalente, quando aplicável;

IV. Cadastro de Pessoa Física (CPF) e Carteira de Identidade (RG); Carteira Nacional de Habilitação (CNH) ou outro documento oficial com foto.

##### b) Pessoa Jurídica:

I. Certidão de matrícula atualizada do imóvel (30 dias) expedida pelo Cartório de Registro de Imóveis, ou documento que caracterize a posse do imóvel;

II. Escritura do terreno, ou Contrato de Compra e Venda com firma reconhecida ou documento que caracterize a posse do imóvel, quando aplicável;

III. Contrato de locação ou equivalente, quando aplicável;

IV. Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

V. Contrato Social;

VI. Cadastro de Pessoa Física (CPF) e Carteira de Identidade (RG); Carteira Nacional de Habilitação (CNH) ou documento oficial com foto do representante legal.

##### c) Repartições Públicas

I. Ofício emitido pelo órgão competente autorizando o cadastro, com assinatura do ordenador de despesa, para imóveis de propriedade do ente; ou

II. Ofício emitido pelo órgão competente autorizando o cadastro, com assinatura do ordenador de despesa e Contrato de Locação ou equivalente, para imóveis locados.

§ 2º. Alterações cadastrais que envolvem falecimento do titular do cadastro serão efetuadas somente pelo inventariante ou herdeiro devidamente comprovada a condição, mediante apresentação do atestado de óbito e da certidão de matrícula atualizada do imóvel (30 dias) expedida pelo Cartório de Registro de Imóveis.

Art. 22. São documentos que caracterizam a posse do imóvel:



- I. Certidão de matrícula atualizada do imóvel (30 dias) expedida pelo Cartório de Registro de Imóveis;
- II. Escritura Pública de Venda e Compra, Doação, Inventário, Permuta, dentre outras;
- III. Contrato Particular de Venda e Compra mediado pelas instituições financeiras e que possui força de escritura pública conforme a legislação vigente, estando devidamente assinado;
- IV. Contratos Particulares de Venda e Compra, Cessão de Direitos, Permuta, celebrados apenas entre as partes, com firma reconhecida;
- V. Declaração do vendedor, com firma reconhecida, de que transferiu o imóvel ou seus direitos ao interessado;
- VI. Declaração ou Contrato de Concessão de Uso (em caso de imóvel pertencente à Fazenda Pública);
- VII. Formal de Partilha.

## Seção II – Das responsabilidades

### Art. 23. Compete ao usuário:

- I. Respeitar as disposições legais pertinentes ao serviço recebido, especialmente as deste Regulamento;
- II. Zelar pela permanência das boas condições dos bens públicos por meio dos quais lhe são prestados os serviços;
- III. Utilizar água para o fim especificado no pedido de ligação, devendo comunicar ao Simae qualquer alteração nesse sentido;
- IV. Efetuar, até o vencimento, o pagamento da fatura de cobrança relativa à prestação dos serviços ou das multas impostas;
- V. Levar, ao conhecimento do órgão regulador e fiscalizador, eventuais irregularidades referentes aos serviços recebidos, requerendo providências que entender devidas e que digam respeito ao Simae, a seus fornecedores, aos prestadores de serviços ou aos servidores;
- VI. Levar, ao conhecimento do Diretor do Simae, os atos ilícitos praticados por prepostos na prestação dos serviços;
- VII. Cumprir os códigos e posturas municipais, estaduais e federais, relativos às questões sanitárias e ambientais, de edificações e de uso dos equipamentos públicos;
- VIII. Solicitar, ao Simae, a execução dos ramais de ligações de água e/ou esgoto do imóvel de que tenham posse as redes públicas;
- IX. Executar a interligação do seu imóvel ao ramal de ligação de água e esgoto;
- X. Permitir o acesso dos servidores do Simae às instalações hidrossanitárias do imóvel, para inspeção e vistoria relativas à utilização dos serviços;
- XI. Permitir o livre acesso ao hidrômetro para realização de leitura e manutenção, sendo vedado atravancar o padrão com qualquer obstáculo;
- XII. Utilizar corretamente e com racionalidade os serviços colocados à disposição;
- XIII. Comunicar qualquer mudança da titularidade da propriedade e das condições de uso ou de ocupação do imóvel, que implique em alteração cadastral, ou para efeito de classificação de categoria e de cobrança de tarifas, sob pena de serem feitas a sua revelia e, havendo custos, eles serem lançados em seu cadastro;
- XIV. Responder diretamente pelos débitos pendentes lançados no cadastro do imóvel, independentemente de quem o ocupe, sob pena de, havendo mora e na conformidade da legislação vigente e do disposto neste Regulamento, sofrer suspensão dos serviços, além das medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis;
- XV. Cumprir as normas e atender às exigências técnicas necessárias para o recebimento dos serviços, conforme estabelecido neste Regulamento e nas demais normas do Simae e da ABNT, observadas as posturas federais, estaduais e municipais pertinentes;
- XVI. Manter as instalações hidráulicas prediais protegidas e em bom estado de funcionamento e conservação, executando, entre outras:
  - a) a limpeza periódica e a desinfecção do reservatório domiciliar;
  - b) a limpeza periódica da caixa retentora de gordura;
  - c) o conserto de vazamentos hidráulicos nas instalações internas;
  - d) a proteção da tubulação;
- XVII. Ressarcir o Simae por prejuízos ou danos causados aos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário.

## Seção III – Das vedações

### Art. 24. Ao usuário, é vedado:

- I. Retirar, por si ou por terceiro, sob sua ordem, o hidrômetro instalado, recebendo água diretamente da rede pública sem a devida medição, sujeitando-se o usuário aos procedimentos previstos neste Regulamento, sem exclusão ao previsto na lei penal;
- II. Violar o hidrômetro ou o macromedidor de vazão, de qualquer forma, externa ou internamente, violando ou não o lacre do equipamento, sujeitando-se o usuário aos procedimentos previstos neste Regulamento, sem exclusão ao previsto na lei penal;
- III. Promover derivação, interna ou externa ao imóvel, para receber água antes da passagem pelo medidor de volume (hidrômetro), sujeitando-se o usuário aos procedimentos previstos neste Regulamento, sem exclusão ao previsto na lei penal;
- IV. Promover ligação de água ou esgoto sem o conhecimento do Simae, portanto, clandestina, sujeitando-se aos procedimentos e penalidades previstos neste Regulamento, sem exclusão ao previsto na lei penal;
- V. Romper o dispositivo antifraude (lacre) instalado no medidor de volume de água (hidrômetro), arcando com os custos do equipamento e de recolocação, além da cobrança de eventuais diferenças de consumo, imposição de multas previstas neste Regulamento, sem exclusão ao previsto na lei penal;
- VI. Alterar a posição do hidrômetro, de forma que a leitura por ele apresentada não seja fidedigna;
- VII. Retirar água diretamente da rede geral ou de derivação por meio de bomba ou de qualquer outro sistema de sucção;
- VIII. Realizar derivação não hidrometrada em sistema próprio de abastecimento, com finalidade de burlar a leitura correta do consumo de água em prejuízo da aferição do volume faturado de esgoto;
- IX. Interligar as redes das fontes próprias de abastecimento ou suprimento próprio de água à rede pública, de modo a possibilitar a comunicação entre essas instalações;
- X. Desrespeitar as regras excepcionais impostas pelo Simae, nas situações de emergência, calamidade pública ou racionamento;
- XI. Transportar ou comercializar água potável em caminhões-pipa, em desacordo com as prescrições deste Regulamento;
- XII. Lançar, mediante emprego ou utilização de caminhão limpa-fossa ou equipamento equivalente, em córregos, rios, terrenos vagos, bueiros, poços de visitação da rede pública de esgoto, ou em qualquer local que cause danos ao meio ambiente ou à saúde pública, efluentes retirados de fossas sépticas e banheiros químicos;

XIII. Lançar, no coletor público de esgoto, despejo industrial "in natura" que seja nocivo à saúde ou prejudicial à segurança dos trabalhos na rede; que interfira na operação e no desempenho dos sistemas de tratamento; que obstrua tubulações e equipamentos; que ataque as tubulações, afetando a resistência ou a durabilidade de suas estruturas; e com temperaturas elevadas, acima de 40°C (quarenta graus Celsius);

XIV. Lançar, na rede de esgoto, líquidos residuais que, por suas características, exijam tratamento prévio;

XV. Descarregar, em aparelhos sanitários, substâncias sólidas ou líquidas estranhas ao serviço de esgotamento sanitário, tais como lixo, resíduos de cozinha, papéis, resíduos de construção civil, águas quentes de caldeiras, tecidos de qualquer natureza, materiais plásticos, emborrachados, estopas, folhas, substâncias químicas nocivas e explosivas ou que desprendam gases nocivos, substâncias que possam danificar as redes e o sistema de depuração e tratamento de esgoto;

XVI. Utilizar de meios mecânicos que facilitem a passagem de materiais sólidos pelas tubulações de esgoto;

XVII. Fazer sondagens no subsolo, em áreas (ou vias) públicas, por meio de estacas, sondas, ou intervenção de qualquer natureza, sem a prévia autorização, a fim de evitar prejuízos nas redes de água e esgoto;

XVIII. Prestar informação, sabendo ser falsa, sobre a origem dos efluentes despejados na rede coletora de esgoto;

XIX. Construir sobre os sistemas de distribuição de água e coletoras de esgoto;

XX. Religar, por iniciativa própria, o imóvel à rede pública de abastecimento de água e esgotamento sanitário, após suspensão ou supressão do serviço;

XXI. Manusear, em qualquer circunstância, o cavalete ou caixa de proteção do hidrômetro, sem a devida autorização do Simae;

XXII. Instalar qualquer equipamento ou dispositivo no ramal predial de água e/ou de esgoto sem autorização do Simae;

XXIII. Lançar águas pluviais, de nascentes ou de piscinas, nos sistemas de esgotamento sanitário, sendo obrigatória, em cada prédio, a existência de tubulação independente para coleta dessas águas;

XXIV. Não possuir caixa de gordura de esgotos instalada no imóvel;

XXV. Impedir a fiscalização, manutenção ou reparo das ligações de água e/ou de esgoto pelo Simae;

XXVI. Executar qualquer extensão de instalação predial para servir outra economia localizada em imóvel distinto, ainda que pertencente ao mesmo usuário;

XXVII. Deixar de ligar o imóvel à rede coletora pública de esgoto existente;

XXVIII. Instalar, por iniciativa própria, cavalete e hidrômetro;

XXIX. Manobrar o registro do cavalete dentro da caixa-padrão sem autorização do Simae;

XXX. Dificultar ou impedir o acesso ao cavalete e/ou à caixa de proteção do hidrômetro e a sua leitura;

XXXI. Plantar árvores em locais que possam danificar as tubulações de água e de esgoto, devendo ser removidas, com as devidas licenças, se necessário, as que se encontrarem nessas condições, após notificação;

XXXII. Manter as instalações internas, ou as da ligação, em desacordo com as disposições deste Regulamento e normas técnicas;

XXXIII. Deixar de cumprir as determinações do Simae.

Parágrafo Único: A violação de quaisquer destes incisos sujeitará o infrator às penalidades legais previstas.

#### Seção IV – Dos direitos

Art. 25. São direitos do usuário dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário:

I. Receber serviços com qualidade e de forma contínua, atendidas as exigências legais;

II. Ter suas solicitações e reclamações das atividades de rotinas recebidas, de acordo com os prazos e condições estabelecidos neste Regulamento;

III. Ter prévio conhecimento dos direitos, dos deveres e das penalidades a que pode estar sujeito;

IV. Ter acesso ao manual de prestação do serviço e de atendimento ao usuário;

V. Ter acesso ao relatório periódico sobre a qualidade da água distribuída;

VI. Ter, à sua disposição, estrutura de atendimento adequada, acessível e que possibilite, de forma integrada e organizada, o recebimento de suas contas e de suas solicitações e reclamações. Por estrutura adequada, entende-se aquela que, inclusive, possibilite ao usuário, ser atendido na sua solicitação e/ou reclamação;

VII. Ter atendimento via telefone durante vinte e quatro horas por dia, inclusive sábados, domingos e feriados para serviços emergenciais;

VIII. Ter, à sua disposição, no site do Simae e nos postos de atendimento, um sistema de informações destinado a consultas, solicitações, reclamações, sugestões e elogios;

IX. Receber, de maneira clara e concisa, no prazo de até 30 dias úteis, respostas a consultas ou reclamações efetuadas, desde que apresentadas com a identificação do usuário e endereço para resposta;

X. Receber informações sobre o sistema público de abastecimento de água e esgotamento sanitário, mediante solicitação;

XI. Receber o respectivo número do protocolo de atendimento quando da formulação da solicitação ou reclamação;

XII. Ter, à sua disposição, no site, nos escritórios e postos de atendimento, em local de fácil visualização e acesso, exemplares do Regulamento dos serviços públicos de água e esgoto e a Tabela Tarifária, com os prazos e os valores dos serviços cobráveis, para conhecimento ou consulta;

XIII. Ter atendimento por meio de pessoal devidamente identificado, capacitado e atualizado.

#### CAPÍTULO IV – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

##### Seção I – Da prestação dos serviços

Art. 26. Pela prestação dos diversos serviços, serão cobradas as tarifas fixadas nas tabelas constantes nos Apêndices A e B deste Regulamento.

Art. 27. Os serviços não previstos nas tabelas referidas no artigo anterior estarão condicionados à prévia aprovação de orçamento e autorização expressa do usuário, quando for o caso.

Parágrafo Único: Nos casos de intervenções de terceiros em faixas de vielas sanitárias, áreas não edificáveis ou áreas de servidão administrativa pública, onde forem constatadas construções irregulares ou aterro, o Simae fará os reparos necessários dispondo de máquina,

equipamento e mão de obra; porém apropriará todos os custos e o causador deverá ressarcir o respectivo valor, independente de autorização prévia.

Art. 28. O titular do imóvel responde diretamente pelos débitos relativos a quaisquer dos serviços nele prestados, ainda que o beneficiário direto deles seja um terceiro.

Parágrafo Único: Nas edificações sujeitas à legislação sobre condomínio, este será responsável pelo pagamento da prestação de serviços, o mesmo acontecendo com o incorporador, no caso de conjunto habitacional ainda não totalmente ocupado.

#### Seção II – Dos padrões de potabilidade

Art. 29. A água distribuída pela rede de abastecimento público obedecerá aos padrões de potabilidade estabelecidos pela legislação vigente.

Art. 30. Os usuários que necessitarem de água com características diferentes dos padrões de potabilidade adotados, deverão ajustá-las por meio de tratamento em instalações próprias.

§ 1º. Nenhuma redução de tarifa será concedida em virtude do tratamento corretivo mencionado no caput deste artigo.

§ 2º. O Simae não se responsabiliza por qualquer dano ou prejuízo causado pela utilização da água por ele fornecida na hipótese de seu emprego em processos que exijam características especiais.

#### Seção III – Da utilização de corpos de água e mananciais subterrâneos

Art. 31. Na utilização de corpo de água para abastecimento público ou despejo de efluentes oriundos do sistema público de esgotamento sanitário e na utilização de mananciais de água para abastecimento público, serão observadas as disposições das Resoluções Conama (Conselho Nacional do Meio Ambiente) vigentes, bem como a legislação federal, estadual e municipal pertinente.

Art. 32. No caso da cobrança de tarifa pela União ou Estado correspondente à “captação de água de mananciais superficiais ou subterrâneos e lançamento de despejo de efluente tratado ou não em corpos de água”, pertencentes a estes entes federados, os seus percentuais de correspondência em relação à tarifa de água e esgoto serão estabelecidos quando da vigência do encargo e incorporados à tabela tarifária deste Regulamento.

#### Seção IV – Da utilização de fontes alternativas de abastecimento de água

Art. 33. O abastecimento de um ou mais prédios com água de fontes alternativas, em caráter provisório ou permanente, somente será permitido com devida autorização da Vigilância Sanitária Municipal – Visa.

§ 1º. Somente será admitido o uso de fontes alternativas em locais desprovidos de rede de abastecimento público ou cuja capacidade de abastecimento seja insuficiente para prover a demanda requerida.

§ 2º. Os usuários que já possuam fontes alternativas de abastecimento de água em data anterior à vigência deste Regulamento, nos termos do parágrafo anterior, deverão buscar, junto à Visa municipal, a autorização para uso delas.

§ 3º. É condição para prestação dos serviços de coleta de esgoto, nas unidades providas de fontes alternativas de abastecimento de água, a instalação de medidor de volume de água (hidrômetro). Ele deverá estar instalado em local acessível, possibilitando leitura mensal do medidor para efeitos da cobrança pelo Simae do valor devido à prestação do serviço de esgotamento sanitário, de acordo com este Regulamento.

§ 4º. Somente será realizada a prestação de serviços de esgotamento sanitário, nos termos estabelecidos neste Regulamento, para os usuários que possuam fontes alternativas de abastecimento de água com uso devidamente autorizado pela Vigilância Sanitária Municipal.

§ 5º. Sempre que se fizerem necessárias adequações na estrutura física para possibilitar a instalação do medidor de volume de água, elas deverão ser executadas a expensas do usuário, sob a orientação do Simae.

#### Seção V – Do fornecimento de água por meio de caminhão-pipa

Art. 34. Em situações emergenciais, poderá ser autorizada a distribuição de água potável, oriunda do sistema público de abastecimento, por meio de caminhão-pipa.

§ 1º. Compete, ao Simae, estabelecer normas, regras, padrões de uso e cobrança relativos à distribuição de água potável distribuída por caminhão-pipa.

§ 2º. Será permitida a distribuição de água por caminhão-pipa de terceiros, devidamente autorizada pelo Simae, desde que cumpridas às normas legais, ambientais, padrões de potabilidade e aquelas estabelecidas pelo Simae.

#### Seção VI – Da fiscalização

Art. 35. A função fiscalizadora poderá ser exercida pelo Simae, a qualquer tempo, para verificar a observância das prescrições deste Regulamento.

Art. 36. Resguardadas as disposições legais sobre a inviolabilidade do domicílio, os servidores do Simae poderão entrar em edificações, áreas, quintais ou terrenos para efetuar inspeções nas instalações de água e esgoto de modo a verificar o cumprimento do disposto neste Regulamento.

#### Seção VII – Dos materiais e da conservação

Art. 37. Nas instalações, obras e serviços de que trata este Regulamento, deverão ser empregados, exclusivamente, materiais e equipamentos que obedeçam às especificações da ABNT e que sejam adotados pelo Simae.

Parágrafo Único: Serão, obrigatoriamente, obedecidas as normas técnicas de execução da ABNT, inclusive quanto a projetos e desenhos.

## Seção VIII – Da recomposição da pavimentação

Art. 38. Caberá, ao Simae, recompor a pavimentação de logradouros e passeios públicos que tenha sido removida para instalação ou reparo de tubulação de água ou esgoto.

Parágrafo Único: No caso em que o passeio público estiver desconforme com o padrão utilizado pelo município, será efetuada a colocação de lastro de concreto ou argamassa com cimento, ficando a reposição do piso a cargo do usuário, que arcará com todos os seus custos.

## TÍTULO II – PARTE OPERACIONAL

### CAPÍTULO I – SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO

#### Seção I – Da constituição

Art. 39. Os sistemas públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário são constituídos pelas atividades, infraestruturas e instalações necessárias ao abastecimento público de água potável, desde a captação até as ligações prediais e respectivos instrumentos de medição, bem como coleta, transporte, tratamento e disposição final do esgoto sanitário, desde as ligações prediais até o seu lançamento final no meio ambiente.

### CAPÍTULO II – DAS REDES DISTRIBUIDORAS DE ÁGUA E COLETORAS DE ESGOTO SANITÁRIO

#### Seção I – Das condições gerais

Art. 40. As redes distribuidoras de água e coletoras de esgoto sanitário dos sistemas públicos serão construídas, preferencialmente, em logradouros públicos, com projetos elaborados ou aprovados pelo Simae que executará ou fiscalizará as obras e cuidará de sua operação e manutenção.

Parágrafo Único: As áreas, instalações e os equipamentos destinados aos sistemas públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, mesmo que não tenham sido construídos pelo Simae, serão incorporados ao seu patrimônio sem ônus, mediante instrumento apropriado, ficando, a partir de então, a manutenção e a operação sob sua responsabilidade.

Art. 41. Os órgãos da Administração Pública direta e indireta, federais, estaduais e municipais ou empresas por eles contratadas responderão pelas despesas de remoção, realocação ou modificação de redes distribuidoras de água, coletoras de esgoto e instalações do sistema público de abastecimento de água e do sistema público de coleta de esgoto, decorrentes de obras que executarem ou autorizarem terceiros a fazer.

Art. 42. Escavações a menos de um metro do alinhamento das redes públicas de água, esgoto, ramais ou coletores prediais dependerão de prévia autorização do Simae para serem executadas.

§ 1º. O Simae colocará, à disposição dos interessados, as informações cadastrais existentes para a elaboração dos respectivos projetos.

§ 2º. A remoção de pavimentação ou a execução de qualquer obra nas vias públicas, por terceiros, deverá ocorrer de modo a não prejudicar as redes de água e esgoto, devendo ser comunicado, por escrito, ao Simae, com antecedência mínima de dois dias úteis do início da obra para acompanhamento, se for o caso.

§ 3º. Os danos causados em tubulações, coletores ou outras instalações de água e esgoto serão reparados pelo Simae a expensas do autor, o qual ficará sujeito às penalidades previstas neste Regulamento, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis.

Art. 43. Os ramais e redes coletoras de esgoto sanitário não poderão, em caso algum, receber água de chuva de telhados, pátios, quintais e nascentes, dentre outros.

#### Seção II – Do assentamento das redes

Art. 44. O assentamento das redes distribuidoras de água e das redes coletoras de esgoto, a instalação de equipamentos e a execução de ligações serão efetuados pelo Simae, ou por terceiros devidamente autorizados, sem prejuízo do que dispuserem as posturas municipais e a legislação aplicável.

Parágrafo Único: As redes de adução e de distribuição de água, quando tecnicamente recomendadas, deverão receber dispositivos de expulsão e admissão de ar, devendo ser instaladas de acordo com as normas da ABNT.

#### Seção III – Das ampliações e extensões

Art. 45. Os custos das obras de ampliação das redes distribuidoras de água ou coletoras de esgoto existentes, necessárias para atender ao crescimento vegetativo, em áreas consolidadas ou em obras de melhorias previstas nos planos municipais de saneamento básico, correrão por conta do Simae.

Art. 46. As extensões de redes de água e/ou de esgoto solicitadas por particulares terão as despesas custeadas pelos interessados, salvo condições específicas estabelecidas neste Regulamento.

§ 1º. Somente será autorizada a construção de redes de água e esgotamento sanitário quando elas apresentarem condições de serem operadas pelo Simae.

§ 2º. Os custos referidos neste artigo poderão correr por conta do Simae, desde que exista viabilidade técnico-econômica e razões de interesse social devidamente comprovadas e autorizadas pelo município.

§ 3º. No caso de redes executadas por terceiros, o Simae fará o acompanhamento e a fiscalização da execução da obra a expensas do interessado, conforme disposto na Tabela III do Apêndice B.



Art. 47. Os procedimentos administrativos e econômico-financeiros para prolongamento de rede, de ligação de água ou de esgoto em conjuntos habitacionais ou nos programas de desenvolvimento social serão estabelecidos em convênios específicos.

Art. 48. Sempre que loteamentos, conjuntos habitacionais ou agrupamentos de edificações forem ampliados, as despesas decorrentes de reforço ou expansão dos sistemas públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário correrão por conta do proprietário ou incorporador.

Art. 49. O Simae não será responsável pela liberação de faixas de servidão ou desapropriação de áreas para implantação de prolongamento de rede solicitada por terceiro, devendo tais faixas ou áreas estar legalizadas, cujos custos (inclusive de natureza indenizatória, se houver) serão de inteira responsabilidade do empreendedor ou interessado.

Art. 50. Serão implantadas redes distribuidoras de água e coletoras de esgotamento sanitário somente em logradouros onde a municipalidade tenha definido o "greide" e que possuam ponto adequado para o lançamento de despejos.

### CAPÍTULO III – DAS INSTALAÇÕES PREDIAIS

#### Seção I – Da execução, fiscalização e conservação

Art. 51. As instalações prediais de água e esgoto deverão ser definidas, dimensionadas, projetadas e executadas de acordo com as normas da ABNT, sem prejuízo do que dispõem as posturas municipais e as normas técnicas e operacionais do Simae.

Art. 52. As instalações prediais de água e esgoto sanitário serão executadas pelo usuário do imóvel, às suas expensas, sendo de exclusividade do Simae as respectivas interligações com as redes públicas.

Art. 53. A conservação das instalações prediais, internas e externas do imóvel, de água ou de esgoto, ficará a cargo exclusivo do usuário, podendo o Simae fiscalizá-las a qualquer tempo, orientando procedimentos quando julgar necessário.

Parágrafo Único: O Simae se exime de toda e qualquer responsabilidade por danos pessoais, inclusive à saúde ou patrimoniais, causados aos usuários ou a terceiros, decorrente do mau funcionamento, em qualquer hipótese, das instalações prediais de água ou esgoto, sob a responsabilidade dos usuários.

#### Seção II – Das caixas de proteção, inspeção e separação

Art. 54. É obrigatória a instalação, por parte dos usuários, de caixa de proteção de cavalete/hidrômetro (CPH) no ramal predial de água; caixa retentora de gordura (CRG), caixa retentora de areia e óleo (CRAO) e caixa separadora de água e óleo (SAO), quando for o caso, e caixa concentradora (CC) na saída do ramal predial de esgoto.

§ 1º. As caixas de proteção de cavalete/hidrômetro serão construídas/instaladas na saída do ramal predial externo de água, no passeio junto à divisa do imóvel, de acordo com os padrões estabelecidos e conforme exigências do Simae, e servem para proteção do conjunto cavalete/hidrômetro.

§ 2º. As caixas de ligação (CL) de esgoto serão construídas/instaladas pelo Simae, junto à divisa do imóvel, no passeio, de acordo com os padrões estabelecidos e servem para permitir a inspeção do ramal de esgoto e a desobstrução das tubulações.

§ 3º. Deverá ser permitido o livre acesso ao cavalete/hidrômetro e caixa de ligação de esgoto, sendo vedada sua obstrução por qualquer meio.

§ 4º. A caixa retentora de gordura (CRG) será instalada na rede interna de esgoto, com a finalidade de reter águas servidas com resíduos gordurosos provenientes de pias de cozinha e similares, antes de serem lançadas na rede pública de esgoto, conforme normas da ABNT.

§ 5º. Caso ocorra modificação ou reforma que dificulte ou impeça o acesso à caixa de proteção do hidrômetro e a sua leitura, através de muros, grades, alambrados, etc., o usuário terá um prazo, de no máximo, noventa dias para a desobstrução.

§ 6º. O impedimento de acesso à caixa de proteção do hidrômetro de que trata o § 5º deste artigo, após a devida notificação, implicará em aplicação de multa, nos termos estabelecidos neste Regulamento.

Art. 55. Os medidores de volume (hidrômetros) e/ou tampas das caixas de proteção serão lacrados e não poderão ser violados e compete somente ao Simae, ou terceiros por ele autorizados, o acesso para manutenção.

§ 1º. As tampas das caixas de ligação (CL) de ramais de esgoto não podem ser violadas, sendo de competência somente do Simae, ou de terceiros por ele autorizados, a limpeza e a desobstrução das tubulações.

§ 2º. Compete aos usuários das edificações a limpeza da caixa de inspeção (CI), caixa retentora de gordura (CRG), da caixa retentora de areia e óleo (CRAO), da caixa separadora água e óleo (SAO), da caixa de inspeção de água pluvial (CIP), do vazadouro e dos sifões de pias, lavatórios e banheiros.

Art. 56. Nos imóveis que já estiverem interligados à rede pública de esgoto sanitário e, a qualquer tempo, for constatada a inexistência ou inadequação da caixa concentradora (CC), caixa retentora de gordura, caixa retentora de areia e óleo, ou caixa de inspeção de água pluvial (CIP), o Simae notificará o usuário para que construa o(s) dispositivo(s) no prazo de até noventa dias da notificação, ficando o usuário sujeito à multa e demais cominações legais em caso de não atendimento à ordem legal.

#### Seção III – Dos reservatórios domiciliares

Art. 57. É obrigatória a instalação de reservatório domiciliar, independente de categoria econômica, devendo ser dimensionado e construído de acordo com as normas da ABNT e do Simae, sem prejuízo do que dispõe as posturas municipais em vigor.

§ 1º. A capacidade mínima do(s) reservatório(s) predial(is), adicional à exigida para combate a incêndios, será equivalente ao consumo da edificação em 24 horas, no mínimo, e calculada segundo os critérios estabelecidos pela ABNT.

§ 2º. Nos imóveis em que existam sistemas de uso de água pluvial, fonte alternativa paralela ou reuso da água cinza para fins não potáveis, os respectivos reservatórios deverão ser independentes e isolados.



Art. 58. O projeto e a execução dos reservatórios prediais deverão ser dotados dos seguintes requisitos de ordem sanitária:

I. Superfície lisa e resistente;

II. Assegurar perfeita estanqueidade;

III. Utilizar, em sua construção, materiais que não causem prejuízo à potabilidade da água;

IV. Permitir inspeção e reparos, através de aberturas dotadas de bordas salientes e tampas herméticas. As bordas, no caso de reservatórios enterrados, ter altura mínima de 15 cm;

V. Possuir válvula de flutuador (boia), que vede a entrada de água quando cheios, e extravasor descarregando visivelmente em área livre, dotado de dispositivo que impeça a penetração no reservatório de elementos que possam contaminar a água;

VI. Possuir tubulação de descarga total que permita a limpeza interna do reservatório.

Art. 59. Os prédios com mais de três pavimentos ou que possuam reservatórios com diferença acima de 10 metros de altura em relação à rede distribuidora de água deverão possuir reservatório inferior e instalação de elevatória conjugada.

Parágrafo Único: As instalações elevatórias serão projetadas e construídas em conformidade com as normas da ABNT e do Simae, a expensas dos interessados.

Art. 60. Nenhum depósito de lixo domiciliar ou incinerador de lixo poderá estar localizado sobre o reservatório, de modo a dificultar o seu esgotamento ou representar perigo de contaminação da água.

Art. 61. É vedada a passagem de tubulação de esgoto sanitário ou pluvial pela cobertura ou pelo interior dos reservatórios.

Art. 62. Caso o reservatório subterrâneo tiver de ser construído em recintos ou áreas internas fechadas, nos quais existam tubulação ou dispositivos de esgoto sanitário, deverão ali ser instalados ralos e tubulação de água pluvial, capazes de escoar qualquer refluxo eventual de esgoto sanitário.

#### Seção IV – Das piscinas

Art. 63. Nos imóveis dotados de piscina, a fim de evitar despressurização da rede pública de abastecimento de água, o abastecimento delas deverá ser derivado do reservatório domiciliar superior ou inferior.

Art. 64. Excepcionalmente, mediante estudo técnico, poderão ser atendidos pedidos de ligações para abastecimento exclusivo de piscinas, ainda que o imóvel já possua outra ligação, ficando vedada, todavia, a interligação das instalações.

§ 1º. Somente será concedida ligação de água para piscina se não houver prejuízo para o abastecimento normal das áreas vizinhas.

§ 2º. Nos casos em que o abastecimento for efetuado diretamente da rede, poderá ser exigida, a expensas do interessado, a instalação de dispositivo redutor de pressão.

§ 3º. Será extinta a ligação de piscina quando a fiscalização do Simae confirmar o uso diferente do indicado nesta seção.

Art. 65. Não serão permitidas interconexões entre as instalações de esgoto sanitário e do efluente das piscinas.

Art. 66. Sendo utilizada a ligação de água do imóvel para enchimento da piscina, previamente comunicado e verificado pelo Simae, sobre esse consumo não incidirá cobrança de esgoto, devendo tal volume ser verificado a partir de vistoria feita pelo Simae.

Parágrafo Único: O benefício previsto neste artigo será concedido no intervalo mínimo de 12 meses.

### CAPÍTULO IV – DAS INSTALAÇÕES PÚBLICAS

#### Seção I – Dos hidrantes (urbanos e de instalações prediais)

Art. 67. Os hidrantes deverão constar dos projetos das redes públicas e serem distribuídos ao longo delas, obedecendo aos critérios adotados pelo Simae de comum acordo com o Corpo de Bombeiros, em conformidade com as normas aprovadas pelo Simae.

§ 1º. Por solicitação do Corpo de Bombeiros, poderão ser instalados hidrantes nas redes existentes e futuras, em pontos considerados tecnicamente admissíveis e necessários.

§ 2º. A instalação dos hidrantes será feita pelo Simae ou terceiros por ele autorizados.

§ 3º. Compete ao Simae fornecer, ao Corpo de Bombeiros, o levantamento e os mapas dos locais dos hidrantes e do sistema de manobra de redes de água, para pressurizar os pontos onde haja sinistros.

§ 4º. No caso de instalação de hidrantes por exigência do Corpo de Bombeiros a terceiros, a solicitação deste será feita mediante formalização de requerimento ao Simae, que verificará condições técnicas para instalação.

§ 5º. Configurada a hipótese prevista no parágrafo anterior, caberá, ao interessado, arcar com os custos de material e mão de obra.

Art. 68. A operação dos hidrantes será efetuada, exclusivamente, pelo Simae ou pelo Corpo de Bombeiros, não podendo utilizar a água para outros fins que não sejam aqueles emergenciais.

Art. 69. É expressamente proibido o uso de hidrantes por qualquer entidade pública ou privada, sem prévia autorização, incorrendo o infrator nas medidas penais cabíveis.

Art. 70. Os danos causados aos registros e aos hidrantes serão reparados a expensas de quem lhes deu causa, mediante prova do ato praticado, sem prejuízo das sanções previstas neste Regulamento e nas normas penais cabíveis.

#### Seção II – Dos logradouros públicos

Art. 71. Nas ligações de água ou de esgoto sanitário em logradouros, fontes, praças, prédios e jardins públicos, solicitadas por órgãos

públicos, serão instalados medidores de volume de água (hidrômetros), visando a leitura e a cobrança do consumo.

§ 1º. Para a execução de ligações de água e esgoto, será necessária autorização através de ofício assinado pelo ordenador de despesa, informando, ainda, quem será o responsável pelo pagamento das ligações e do consumo mensal.

§ 2º. O sistema de ligação será com caixa de proteção de hidrômetro, ficando os custos a cargo do órgão público solicitante.

## CAPÍTULO V – DOS DESPEJOS

### Seção I – Dos efluentes líquidos

Art. 72. Onde houver sistema público de esgoto em condições de atendimento, os efluentes líquidos sanitários, de qualquer fonte poluidora, deverão ser nele lançados.

Parágrafo Único. É obrigatório o tratamento prévio dos líquidos residuais que, por suas características, não puderem ser lançados “in natura” na rede de esgotamento sanitário. O referido tratamento será feito a expensas do usuário, devendo atender as condições previstas no artigo 78 deste Regulamento, ficando o infrator sujeito à multa e às demais cominações legais.

Art. 73. Nas regiões onde houver redes coletoras de esgotos sanitários, será obrigatória a condução dos efluentes para essas redes, sendo vedada a construção de tanques sépticos, devendo ser inutilizados os existentes.

### Seção II – Dos efluentes domésticos

Art. 74. Os efluentes domésticos deverão ser lançados, obrigatoriamente, no sistema público de esgoto sanitário.

Art. 75. Em zonas desprovidas de rede pública de esgotamento sanitário, o tratamento e a disposição de esgotos acontecerão através de sistemas de tanques sépticos com instalações complementares individuais, devendo ser aprovados pela Vigilância Sanitária Municipal.

§ 1º. Os tanques sépticos e as instalações complementares referidos neste artigo são soluções provisórias, devendo ser substituídos tão logo seja implantada a rede pública de esgotamento sanitário.

§ 2º. Quando a rede de esgotamento sanitário for implantada, os usuários deverão solicitar, em até trinta dias, as ligações às respectivas redes públicas.

§ 3º. É proibido o lançamento de água pluvial ou de drenagem nas redes coletoras de esgoto.

§ 4º. O Simae fará a prestação de serviços de manutenção dos tanques sépticos, com caminhão limpa-fossa, mediante solicitação do usuário.

§ 5º. Após a rede pública de esgotamento sanitário ter sido implementada em frente a um imóvel, o Simae realizará uma última manutenção do tanque séptico, com o objetivo de proporcionar a sua desativação por parte do usuário, sendo que prestações de serviços posteriores somente serão realizadas mediante autorização emitida pela vigilância sanitária municipal.

§ 6º. Tempestivamente, o Simae poderá autorizar terceiros a realizar serviços de manutenção dos tanques sépticos. Nesses casos, o usuário deverá exigir, do terceiro, documento comprovando seu credenciamento junto ao Simae, o qual conterá o local autorizado para disposição do lodo digerido.

### Seção III – Dos efluentes industriais

Art. 76. Os efluentes líquidos, excetuados os de origem sanitária, lançados no sistema público de coleta de esgoto, estão sujeitos a pré-tratamento que os enquadre nos padrões estabelecidos de acordo com a legislação vigente.

§ 1º. Todos os estabelecimentos que pretendam gerar efluentes líquidos não domésticos deverão apresentar, ao Simae, todas as características desses efluentes, anteriormente ao início de suas atividades.

§ 2º. Se a concentração de qualquer elemento ou substância atingir valores prejudiciais ao bom funcionamento do sistema coletor e de tratamento de esgoto, deverão ser reduzidos aos limites fixados na legislação e estabelecidas concentrações máximas de substâncias potencialmente prejudiciais.

§ 3º. O lançamento de despejos industriais na rede pública coletora de esgotos terá dispositivos de amostragem e medição de vazão e volume.

§ 4º. É vedada a diluição de despejos industriais com água de qualquer origem.

Art. 77. O Simae deverá manter cadastro atualizado dos estabelecimentos industriais e de prestação de serviços que lançarem seus despejos industriais não sanitários na rede coletora de esgoto.

Art. 78. Os despejos industriais a serem lançados na rede coletora de esgoto deverão atender, minimamente, os seguintes requisitos:

I. Temperatura não superior a 40º C;

II. Compreendido o pH entre 5,0 e 9,5;

III. Sólidos de sedimentação imediata (10 minutos), referente a materiais como areia, argila, detritos, dentre outros, em quantidade máxima de 2 mL/L;

IV. Sólidos de sedimentação totais de 5 mL/L;

V. Demanda Bioquímica de Oxigênio (DBO5,20) máxima de 500 mg/L;

VI. Demanda Química de Oxigênio (DQO) máxima de 1000 mg/L;

VII. Óleos e graxas não superiores a 150 mg/L;

VIII. Nitrogênio total máximo de 150 mg/L;

IX. Fósforo total máximo de 20 mg/L;

X. Não apresentar ecotoxicidade aguda, nos termos estabelecidos pelo órgão ambiental competente;

XI. Ter vazão compatível com o diâmetro e as condições hidráulicas de escoamento de rede coletora.

§ 1º. Para comprovação do atendimento aos padrões mencionados neste artigo, poderá o Simae solicitar apresentação periódica de laudo de análise laboratorial ao responsável pelo lançamento do efluente industrial.

§ 2º. Sempre que julgar necessário ao bom funcionamento do sistema de coleta e tratamento de esgoto, poderá o Simae exigir a adoção

de padrões mais restritivos para o lançamento do efluente industrial ou a inclusão de novos parâmetros de avaliação.

Art. 79. Não se admitirão, na rede coletora de esgoto, despejos industriais que contenham:

- I. Gases tóxicos ou substâncias capazes de produzi-los;
- II. Substâncias inflamáveis ou que produzam gases inflamáveis;
- III. Resíduos e corpos capazes de produzir obstruções (trapos, lã, estopa, pelo etc.);
- IV. Substâncias que, por seus produtos de decomposição ou combinação, possam produzir obstruções ou incrustações nas tubulações de esgoto;
- V. Resíduos provenientes da depuração dos despejos industriais;
- VI. Substâncias que, por sua natureza, interfiram nos processos de tratamento do efluente na ETE (Estação de Tratamento de Esgoto).

#### Seção IV – Do lançamento dos efluentes

Art. 80. O lançamento de efluentes líquidos no sistema público de esgoto será feito por gravidade.

§ 1º. Havendo necessidade de recalque dos efluentes líquidos, devem eles fluir para a caixa concentradora, colocada na parte interna do imóvel, que servirá como quebra de pressão, da qual serão conduzidos em conduto livre até a caixa de ligação.

§ 2º. Serão de responsabilidade do usuário a execução, a operação e a manutenção das instalações referidas no § 1º deste artigo.

§ 3º. A parte externa da instalação, desde a caixa concentradora até a caixa de ligação, será executada pelo usuário a suas expensas.

Art. 81. O esgotamento por outro imóvel situado em cota inferior poderá ser efetuado quando houver conveniência técnica e anuência do proprietário do terreno pelo qual passará a tubulação, devendo tal anuência ser obtida pelo interessado em documento hábil.

### CAPÍTULO VI – DAS LIGAÇÕES DE ÁGUA E ESGOTO

#### Seção I – Das ligações

Art. 82. A ligação ao sistema público será solicitada pelo usuário, proprietário, titular do domínio útil, ou possuidor a justo título do imóvel, mediante apresentação dos documentos e das condições estabelecidos neste Regulamento.

§ 1º. As ligações ao sistema público de água e esgoto serão cadastradas em nome do proprietário, do titular do domínio útil, ou do possuidor a justo título do imóvel, mediante respectiva comprovação, e poderão se fazer representar por procuração, desde que reconhecida firma em cartório.

§ 2º. Os documentos previstos no caput poderão ser substituídos por ofício da autoridade competente quando se tratar de ligação dos órgãos públicos federais, estaduais, e, no caso do município, pelo prefeito municipal ou pelo ordenador de despesa.

§ 3º. Os pedidos de ligação para ocupantes de terrenos cedidos pelos órgãos públicos federais, estaduais e municipais deverão ser acompanhados da autorização formal da autoridade competente.

§ 4º. Nos condomínios horizontais ou verticais, será permitida somente uma ligação ao sistema público de água e esgoto, ressalvadas as situações tecnicamente comprovadas.

§ 5º. Havendo a subdivisão do terreno em lotes, cada lote acrescido ao original pagará os serviços de infraestrutura de abastecimento de água e esgotamento sanitário no ato da solicitação da ligação de água e esgoto, conforme preços fixados na tabela tarifária e demais condições estabelecidas neste Regulamento.

§ 6º. Pedidos de novas ligações somente serão executados mediante a inexistência de débitos em nome do titular do imóvel.

§ 7º. A ligação será enquadrada na categoria definida neste Regulamento em função do uso.

§ 8º. No caso das vias públicas que serão pavimentadas, o Simae poderá instalar, compulsoriamente, as esperas de ligações de água e esgoto, independente de solicitação dos proprietários dos imóveis.

Art. 83. Cada imóvel deverá ser dotado de ligação própria ao sistema público para o suprimento de água composta de duas partes:

I. Trecho externo denominado DERIVAÇÃO EXTERNA ou RAMAL PREDIAL DE ÁGUA, constituído da tubulação compreendida entre o cavalete/hidrômetro e a rede pública de abastecimento.

II. Trecho interno denominado DERIVAÇÃO INTERNA ou RAMAL DE ÁGUA, constituído da tubulação compreendida a partir do cavalete/hidrômetro.

Art. 84. Cada imóvel será dotado de ligação própria ao sistema público para a coleta de esgoto composta de duas partes:

I. Trecho externo denominado DERIVAÇÃO EXTERNA ou RAMAL PREDIAL DE ESGOTO, constituído da tubulação compreendida entre a caixa de ligação situada no passeio e a rede pública de esgoto.

II. Trecho interno denominado DERIVAÇÃO INTERNA ou RAMAL DE ESGOTO, constituído da tubulação compreendida entre a caixa concentradora e a caixa de ligação situada no passeio, excluindo esta.

Art. 85. As derivações internas do imóvel serão de responsabilidade do usuário.

Art. 86. A instalação dos cavaletes e dos medidores de volume de água (hidrômetros) somente será efetuada após a confirmação da colocação de caixa de proteção de hidrômetro, conforme padrão do Simae.

#### Seção II – Das ligações temporárias

Art. 87. São definidas por temporárias as ligações ao sistema público de água e esgoto, feitas para atendimento a atividades como: feiras de amostras, circos, parques de diversões, benfeitorias em logradouros públicos, exposições e similares, que, por sua natureza, não tenham duração superior a trinta dias.

Parágrafo Único: As ligações referidas no caput deste artigo poderão ter o prazo prorrogado mediante requerimento do interessado.

Art. 88. Nas ligações temporárias, o requerente pagará, antecipadamente, o valor correspondente à referida ligação, bem como o volume de água contratado considerado o enquadramento na categoria comercial.

Parágrafo Único: Periodicamente, poderá ser realizada a leitura do hidrômetro e emitida a fatura de água e esgoto se for verificada a ocorrência de excesso em relação ao consumo contratado, devendo o valor correspondente ser quitado no prazo de 24 horas após a notificação, sob pena de interrupção do fornecimento.

Art. 89. As ligações de água e de esgoto a título temporário serão concedidas em nome do interessado, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

I. Licença ou autorização dos órgãos competentes;

II. No caso de propriedade particular, a ligação deverá ser requerida pelo proprietário do imóvel ou mediante autorização deste, com firma reconhecida;

III. Plantas ou esboços cotados das instalações provisórias, indicando o local das ligações.

#### Seção III – Das ligações provisórias

Art. 90. São definidas por provisórias as ligações feitas ao sistema público de água e esgoto, que poderão permanecer por até vinte quatro meses, podendo ser renováveis por igual período, mediante solicitação do interessado, considerado o enquadramento na categoria comercial.

Art. 91. O ramal predial para construção poderá ser dimensionado de modo a ser aproveitado para ligação definitiva.

§ 1º. A ligação provisória de obra poderá permanecer, mesmo após a concessão de uma ligação definitiva, quando se tratar de empreendimento com mais de um imóvel e com entrega parcelada.

§ 2º. Excepcionalmente, uma ligação provisória para obra poderá atender a um edifício com moradores desde que não existam problemas técnicos de abastecimento de água, devendo a ligação permanecer na categoria comercial e as demais economias enquadradas em suas atividades.

Art. 92. As ligações provisórias para obra serão executadas por ramal predial de água com diâmetro externo (DE) 20 mm, com caixa de proteção de hidrômetro e ramal predial de esgoto com diâmetro nominal (DN) 100 milímetros, com caixa de ligação (CL) no passeio.

Parágrafo Único: Em casos especiais, o ramal predial de água poderá ser dimensionado com diâmetro superior ao DE 20 mm, para o atendimento do consumo necessário à obra.

Art. 93. A ligação provisória para obra poderá ser extinta no final desta, correndo os custos desse serviço por conta do usuário e, em seu lugar, o proprietário solicitará a ligação definitiva com apresentação do "habite-se" na categoria e com o número de economias condizentes com a ocupação do imóvel.

§ 1º. Caracterizada a paralisação da obra por motivo imperioso e estando os pagamentos em dia, o interessado, às suas expensas, poderá solicitar o desligamento temporário, por prazo não superior a doze meses, permitida prorrogação por igual período.

§ 2º. Extinta a ligação a pedido do proprietário, o restabelecimento dependerá de solicitação de nova ligação, com o pagamento dos custos respectivos.

§ 3º. Na impossibilidade da apresentação do "habite-se", poderá o Simae conceder a ligação definitiva após comprovar, mediante inspeção, a conclusão da obra, atendidas as exigências previstas neste Regulamento quanto ao ramal predial interno do imóvel.

Art. 94. As ligações provisórias de água deverão ser medidas por meio de medidor de volume de água (hidrômetro), responsabilizando-se o usuário pelo pagamento do consumo apurado com a medição.

Parágrafo Único: Quando a ligação for em terreno público, deverá ser solicitada através de ofício do ordenador de despesa com firma reconhecida, requisitando a efetivação da ligação.

Art. 95. As ligações provisórias de água e de esgoto só serão executadas após as instalações estarem de acordo com os padrões do Simae.

Art. 96. A tarifa de esgoto, no caso de ligações provisórias para construções, será cobrada até o limite de 10 m<sup>3</sup> do consumo de água, acrescida da tarifa de disponibilidade de serviço.

Parágrafo Único: A título de enquadramento na previsão expressa no caput deste artigo, deverá ser apresentado Alvará de Licença para construção, emitido pelo município.

#### Seção IV – Das ligações definitivas

Art. 97. Caberá, ao proprietário do imóvel ou ao detentor a qualquer título de sua posse, requerer, ao Simae, as ligações definitivas de água e de esgoto.

Art. 98. O pedido para ligação definitiva deverá ser acompanhado dos documentos cadastrais constantes na Seção I do Capítulo III deste Regulamento.

§ 1º. Não serão efetuadas ligações definitivas em imóveis que possuam débitos anteriores.

§ 2º. A solicitação de ligação definitiva somente será deferida mediante a apresentação do "habite-se" do imóvel ou através de inspeção realizada pelo Simae que comprove a conclusão da obra. Em ambos os casos, é indispensável a existência de ramal predial interno que atenda as exigências previstas neste Regulamento.

§ 3º. A título de classificação, as ligações, mesmo que definitivas, que não apresentarem ramal predial interno que atenda as exigências previstas neste Regulamento serão consideradas como ligações provisórias para efeito de cobrança.

Art. 99. As ligações definitivas serão executadas com ramal predial de água com caixa de proteção de hidrômetro e ramal predial de esgoto

com caixa de ligação e caixa concentradora conforme o estabelecido neste Regulamento e em normas técnicas do Simae.

Art. 100. Além dos requisitos previstos neste Regulamento, a ligação de água e/ou de esgoto está sujeita ao pagamento das respectivas tarifas, constantes da tabela tarifária.

Parágrafo Único: O pagamento do preço de ligação poderá ser desdobrado em parcelas de acordo com o previsto na tabela tarifária.

Art. 101. As ligações de água e de esgoto para usos domésticos e higiênicos têm prioridade sobre as destinadas a outros usos, cuja concessão ficará condicionada à capacidade dos respectivos sistemas e às possibilidades de sua ampliação.

Art. 102. A ligação de água destina-se apenas à própria serventia do usuário, a quem cabe evitar desperdícios e fornecimento de água a terceiros, mesmo a título gratuito.

Parágrafo Único: É vedada, ao usuário, a derivação de ramais coletores ou instalações prediais de água ou esgoto de sua serventia para atender a outros prédios ou imóveis, ainda que de sua propriedade, salvo com prévia autorização do Simae.

Art. 103. É facultado ao proprietário do imóvel ou ao detentor a qualquer título de sua posse, bem como ao usuário cadastrado junto ao Simae, requerer solicitação de desligamento temporário de sua ligação de água e de esgoto por prazo não superior a doze meses, ficando isento do pagamento da Tarifa de Disponibilidade de Serviços durante este período.

§ 1º. Para realizar a referida solicitação de desligamento temporário, deverá o requerente ter quitado todos os débitos pendentes junto ao Simae, referentes àquela ligação;

§ 2º. No período previsto no caput, é facultado, ao proprietário do imóvel, solicitar a religação da sua ligação de água e de esgoto a qualquer momento;

§ 3º. Caso não ocorra o pedido de religação, dentro do prazo estipulado no caput deste artigo, fica o Simae autorizado a proceder o desligamento definitivo da ligação.

## CAPÍTULO VII – DOS RAMAIS PREDIAIS DE ÁGUA E ESGOTO

### Seção I – Dos ramais prediais externos

Art. 104. O trecho do ramal predial externo até o cavalete/hidrômetro ou a caixa de ligação no passeio será executado pelo Simae a expensas do proprietário do imóvel a ser atendido, sendo vedado qualquer acesso às redes de água e de esgoto por pessoas não autorizadas.

Art. 105. A manutenção dos ramais prediais externos será feita pelo Simae, às suas expensas ou por terceiros devidamente autorizados.

§ 1º. Os ramais prediais de água e esgoto poderão ser deslocados ou substituídos. Quando o deslocamento ou a substituição forem solicitados pelo usuário, as respectivas despesas correrão por conta deste.

§ 2º. Poderão ser realizadas adequações dos ramais de água e esgoto sem ônus para o usuário, quando verificada tecnicamente a necessidade de tal adequação.

§ 3º. É vedado, ao usuário, intervir no ramal predial externo de água ou de esgoto, mesmo com o objetivo de melhorar suas condições de funcionamento.

Art. 106. As despesas com a reparação de ramais prediais de água ou de esgoto, decorrentes de danos causados por terceiros, correrão por conta do responsável pela avaria.

Art. 107. Os ramais prediais de água e de esgoto serão dimensionados de modo a assegurar, ao imóvel, o abastecimento de água e a coleta de esgoto adequados, observando os respectivos padrões de ligação.

Art. 108. Havendo conveniência técnica, o abastecimento de água e o esgotamento sanitário poderão ser feitos por mais de um ramal externo.

Parágrafo Único: Cada ramal externo, de abastecimento de água, no mesmo endereço, terá ramais internos e reservatório independente.

Art. 109. Havendo conveniência técnica, um ramal predial de esgoto poderá atender a duas ou mais edificações.

### Seção II – Das instalações prediais internas

Art. 110. As instalações prediais internas de água e de esgoto serão definidas e projetadas conforme as normas da ABNT, sem prejuízo do disposto nas posturas municipais vigentes.

Art. 111. Os trechos dos ramais prediais internos serão construídos a expensas dos usuários e terá a jusante do cavalete/hidrômetro, registro para uso do morador do imóvel, possibilitando interromper o suprimento de água quando necessário.

§ 1º. A conservação das instalações prediais ficará a cargo exclusivo do usuário, podendo o Simae fiscalizá-las quando julgar necessário, de modo a cumprir o disposto neste Regulamento.

§ 2º. O usuário se obriga a reparar ou substituir, dentro do prazo que for fixado na respectiva notificação do Simae, todas as instalações internas defeituosas, sob pena de responsabilização pelas consequências decorrentes delas.

Art. 112. Serão de responsabilidade do interessado as obras e instalações necessárias ao serviço de esgoto dos prédios ou parte de prédios situados abaixo do nível do logradouro público, bem como daqueles que não puderem ser ligados à rede coletora do Simae.

Parágrafo Único: Nos casos previstos neste artigo, o esgotamento poderá ser feito mecanicamente para a caixa concentradora e desta para a caixa de ligação, situada em frente do prédio, ou através de terrenos vizinhos, desde que os proprietários o permitam, através de documento hábil para a caixa de ligação de cota mais baixa.

Art. 113. É vedada a ligação do ejetor ou bomba diretamente ao ramal ou ao alimentador predial.



Art. 114. É proibida, sem consentimento prévio do Simae, qualquer extensão do ramal predial interno para servir outras economias, ainda que localizadas no mesmo terreno e pertencentes ao mesmo proprietário.

Art. 115. As instalações prediais de água não deverão permitir a intercomunicação com outras tubulações internas, abastecidas por água de poços ou quaisquer fontes próprias.

Art. 116. É vedado o despejo de águas pluviais em derivações prediais de esgoto.

#### CAPÍTULO VIII – DOS INSTRUMENTOS DE MEDIÇÃO

##### Seção I – Dos medidores de volume de água (hidrômetro) e macromedidores

Art. 117. Em toda ligação de água, será instalado o medidor de volume de água (hidrômetro), cuja instalação, substituição, manutenção e fiscalização competem apenas ao Simae ou a quem ele delegar tais poderes.

§ 1º. Os hidrômetros instalados ou substituídos nos ramais prediais são bens públicos de propriedade do Simae e seus custos serão por ele suportados.

§ 2º. O hidrômetro instalado em cada ligação deve estar aprovado e lacrado pelo Ipem/Inmetro, conforme normalização vigente.

§ 3º. O hidrômetro deverá ser dimensionado de forma a atender a demanda requerida pelo imóvel, observadas as disposições contidas nas normas técnicas do Simae e/ou demais instrumentos normativos vigentes.

§ 4º. O hidrômetro poderá ser substituído ou retirado pelo Simae a qualquer tempo, em casos de manutenção, pesquisa ou modificação do sistema de medição.

Art. 118. A posição de instalação do hidrômetro deverá atender as exigências da portaria do Inmetro vigente na época da instalação.

Art. 119. A instalação ou a retirada dos hidrômetros para manutenção preventiva ou corretiva será feita em época e em periodicidade pré-definidas pelo Simae.

Parágrafo Único: A substituição ou o reparo dos hidrômetros, cujos defeitos sejam decorrentes do desgaste normal de seus mecanismos, serão executados sem ônus para o usuário.

Art. 120. O usuário responde pela guarda e proteção do hidrômetro, responsabilizando-se pelos danos a ele causados.

§ 1º. Em caso de intervenção indevida ou fraude por parte do usuário, serão cobradas as despesas decorrentes da substituição ou reparação do hidrômetro, além da multa pelo ato praticado.

§ 2º. A violação do lacre de aferição do hidrômetro por parte do usuário acarretará a aplicação de multa e suspensão no fornecimento de água até a substituição do hidrômetro, se for o caso, sem prejuízo das sanções previstas na lei penal.

§ 3º. Em caso de dano no hidrômetro, o usuário deverá comunicar o fato imediatamente ao Simae, devendo o responsável pelo dano arcar com o custo do equipamento e despesas com sua substituição.

§ 4º. No caso de rompimento do lacre da tampa da caixa de proteção de hidrômetro, lacre dos tubetes ou quebra do anel antifraude instalado no hidrômetro, quando comprovada a tentativa de fraude, será suspenso o fornecimento de água até a substituição do hidrômetro e aplicada a multa prevista neste Regulamento.

§ 5º. No caso de furto do hidrômetro, o usuário deverá providenciar o registro da ocorrência policial e apresentar o respectivo Boletim de Ocorrência ao Simae para solicitar a instalação de novo medidor, cujo custo será suportado pelo usuário.

§ 6º. No caso de furto do hidrômetro, nas instalações que não estiverem em conformidade com o padrão do Simae, o fornecimento será restabelecido provisoriamente, e o usuário terá prazo de noventa dias para adequação, sob pena de interrupção do fornecimento de água.

§ 7º. Após apuração da responsabilidade, o Simae decidirá sobre a cobrança de indenização e/ou multa.

Art. 121. Nas fontes alternativas de abastecimento de água (poços) serão instalados hidrômetros, os quais deverão ser protegidos por abrigo, conforme definido neste Regulamento, e assegurado pelo usuário o livre acesso ao equipamento para leitura, manutenção e fiscalização.

Parágrafo Único: A fiscalização e vistoria periódica dos hidrômetros instalados nas fontes alternativas de abastecimento (poços) serão de competência do Simae.

Art. 122. O usuário poderá solicitar, ao Simae, a verificação da exatidão do hidrômetro instalado no seu prédio, arcando com a despesa do serviço, se constatado o funcionamento normal dele.

§ 1º. É considerado como funcionamento normal o estabelecido na legislação aplicável.

§ 2º. Verificada qualquer anormalidade no funcionamento do hidrômetro, será realizada sua substituição.

#### CAPÍTULO IX – DOS NOVOS EMPREENDIMENTOS

##### Seção I – Dos loteamentos

Art. 123. Em todo projeto de loteamento ou desmembramento, o Simae deverá ser consultado sobre a viabilidade da prestação dos serviços de abastecimento de água e de coleta de esgoto sanitário, sem prejuízo do que dispõem as posturas vigentes.

Parágrafo Único: Compete, ao Simae, a publicação de diretrizes para elaboração e aprovação de projetos de abastecimento de água e esgotamento sanitário em loteamentos ou desmembramentos na área de sua atuação.

Art. 124. As construções referentes a sistemas de abastecimento de água e/ou de esgoto em loteamentos, situados na área de atuação do Simae, não poderão ser executadas sem que os respectivos projetos tenham sido aprovados.

§ 1º. O projeto deverá incluir todas as especificações técnicas e não poderá ser alterado no decurso da obra, sem a prévia aprovação do Simae.

§ 2º. A constatação de alteração de projetos sem prévia autorização do Simae implicará na aplicação de multa prevista neste Regulamento ao proprietário do empreendimento.

§ 3º. As áreas destinadas à construção das unidades dos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário deverão ser cedidas ao Simae a título de doação gratuita com a devida documentação, quando da efetiva entrega das obras.

Art. 125. Não havendo viabilidade técnica à implantação das redes de água e esgoto na rua ou no passeio, deverão ser adotadas as seguintes medidas:

§ 1º. Deverá ser prevista faixa não edificável reservada à servidão administrativa pública, para a passagem de redes de água e esgoto, em dimensões a serem definidas pelo Simae, de modo a garantir sua implantação e manutenção.

§ 2º. A necessidade de utilização de vielas sanitárias e faixas de servidão administrativa pública não edificável poderá ser reavaliada quando da análise do projeto executivo ou da implantação das redes.

§ 3º. A utilização de áreas privadas somente ocorrerá após o devido processo de conversão em servidão, desapropriação ou doação, o qual ficará a cargo do interessado.

Art. 126. As obras externas ao loteamento para interligação com o sistema público de abastecimento de água e esgotamento sanitário ficarão a cargo do empreendedor, cabendo, ao Simae, somente a aprovação e a fiscalização das obras de implantação, a operação e a manutenção dos sistemas.

Parágrafo Único. Nos casos em que haja viabilidade técnica e econômica, com razões de interesse social devidamente comprovadas e desde que haja autorização expressa do município, esses sistemas poderão ser executados com a participação financeira do Simae.

Art. 127. A interligação das redes de abastecimento de água dos empreendimentos novos às redes públicas distribuidoras de água e de esgotamento sanitário serão executadas, exclusivamente, pelo Simae, a expensas do interessado.

Art. 128. Concluídas as obras e verificada a estanqueidade do sistema, o interessado deverá solicitar a aceitação da obra junto ao Simae.  
Parágrafo Único: A aceitação da obra por parte do Simae acontecerá através da emissão de Termos Provisório e Definitivo conforme estabelecido nas diretrizes do Simae.

## Seção II – Dos agrupamentos de edificações

Art. 129. Ao agrupamento de edificações, aplicam-se as disposições contidas na Seção I deste capítulo relativas a loteamentos e artigos seguintes desta seção.

Art. 130. Sempre que forem ampliados os agrupamentos de edificações, as despesas decorrentes de reforço ou expansão dos sistemas de água e de esgoto correrão por conta do proprietário ou incorporador.

Art. 131. Os prédios dos agrupamentos de edificações, situados em cota superior ao nível piezométrico da rede distribuidora ou inferior ao nível da rede coletora, poderão ser abastecidos através de reservatório e instalação de elevatória de água comuns, ou esgotados através de instalação de elevatória também comum, desde que pertencentes a um só proprietário ou condomínio, ficando a operação e manutenção dessas instalações a cargo do proprietário ou condomínio.

## Seção III – Dos projetos

Art. 132. O Simae publicará as diretrizes para elaboração e aprovação de projetos de abastecimento de água e esgotamento sanitário em loteamentos ou desmembramentos na área de sua atuação.

Art. 133. A análise de projetos protocolados junto ao Simae será realizada mediante pagamento de tarifa do serviço de análise constante na Tabela III do Apêndice B deste Regulamento.

§ 1º. O valor pago da tarifa para análise do projeto dará direito até dois pareceres.

§ 2º. Não aprovado o projeto até o segundo parecer, será cobrada uma nova tarifa do serviço de análise correspondente a 25% do valor inicial por parecer.

§ 3º. A tarifa do serviço de análise de projeto terá como base de cobrança o número de lotes, em que será considerada toda e qualquer área que possa, em algum momento, exigir os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, como é o caso das áreas destinadas a equipamentos comunitários ou públicos, áreas institucionais, áreas reservadas, dentre outras.

§ 4º. Para contagem dos lotes, serão desconsideradas as áreas em que os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário são desnecessários, como é o caso das áreas verdes, servidão florestal, áreas para passagem de serviços públicos como energia, água e esgoto, dentre outros.

Parágrafo Único: Os projetos analisados somente serão aprovados mediante atendimento integral de todos os requisitos legais e técnicos vigentes.

Art. 134. Os projetos aprovados pelo Simae, cuja execução não for iniciada no prazo de vinte e quatro meses, contados da data da aprovação, deverão ser reapresentados para nova aprovação.

Parágrafo Único: Para nova aprovação, será cobrada a tarifa do serviço de análise de projeto de acordo com a tabela tarifária.

Art. 135. Quanto às demais obrigações e legislação, caberá, ao responsável técnico, cumpri-las, sendo certo que a verificação e liberação pelo Simae não eximem o responsável técnico do cumprimento das normas e da legislação pertinentes, em especial as que dispõem sobre a prevenção, o controle da poluição e a preservação do meio ambiente.

## Seção IV – Da execução e fiscalização das obras

Art. 136. A execução das obras de infraestrutura de sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário para loteamentos ou empreendimentos novos, executadas por terceiros, será fiscalizada pelo Simae, que exigirá o cumprimento de todas as condições técnicas para a implantação dos projetos, correndo as despesas dessa fiscalização por conta do interessado ou responsável pelo loteamento ou empreendimento conforme Tabela III do Apêndice B deste Regulamento.

§ 1º. O início da execução das obras de infraestrutura de sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário em loteamentos ou empreendimentos novos deverá ser previamente autorizado pelo Simae, sob pena de aplicação de multa prevista neste Regulamento ao proprietário do empreendimento.

§ 2º. A atuação da fiscalização do Simae não eximirá o loteador ou incorporador da responsabilidade técnica, executiva, operacional e funcional das redes.

§ 3º. O responsável técnico pela implantação das obras de infraestrutura deverá apresentar a ART ao Simae, antes do início delas.

#### Seção V – Do recebimento de obras

Art. 137. Ao término das obras de infraestrutura de água e esgotamento sanitário dos loteamentos ou empreendimentos novos, o responsável deverá solicitar, ao Simae, a vistoria final para emissão do competente Certificado de Conclusão de Obras.

Parágrafo Único: A liberação das ligações de água e esgoto estará vinculada ao recebimento das obras, após realização dos respectivos testes e ao pagamento das obrigações financeiras, caso existam.

Art. 138. As áreas, instalações e equipamentos destinados aos sistemas públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário a que se refere este capítulo serão doados e incorporados ao patrimônio do Simae, livres e desembaraçados, contendo as servidões de passagem legalmente constituídas, quando for o caso, mediante instrumento competente.

### TÍTULO III – DO SISTEMA COMERCIAL

#### CAPÍTULO I – DA CLASSIFICAÇÃO DOS USUÁRIOS E ECONOMIAS

##### Seção I – Das categorias de uso

Art. 139. Para efeito de remuneração dos serviços, os usuários serão classificados nas seguintes categorias:

I. Residencial: ligação utilizada na economia estritamente residencial;

II. Residencial social: ligação utilizada na economia estritamente residencial, mediante o preenchimento das condições descritas neste Regulamento e demais legislações pertinentes;

III. Comercial: ligação utilizada em economia ocupada para o exercício de atividade de compra e venda ou prestação de serviços, construção civil, ou para o exercício de atividade não classificada nas categorias residencial, residencial social, industrial ou pública;

IV. Comercial II – Pequenos comércios e prestadores de serviços: ligação utilizada em economia ocupada para o exercício de atividade destinada a pequenos comércios e prestadores de serviços, mediante o preenchimento das condições descritas neste Regulamento;

V. Industrial: ligação utilizada em economia ocupada para o exercício de atividade classificada como industrial;

VI. Pública: ligação utilizada em economia ocupada para o exercício de atividade do setor público municipal, estadual ou federal.

#### CAPÍTULO II – DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIÇOS

##### Seção I – Das tarifas de disponibilidade de serviço

Art. 140. A Tarifa de Disponibilidade de Serviços (TDS) de água são os valores monetários cobrados a cada economia pela disponibilização e manutenção da estrutura de abastecimento de água, referentes aos custos operacionais dos sistemas, compreendendo também depreciação e investimentos.

Art. 141. A Tarifa de Disponibilidade de Serviços (TDS) de esgoto são os valores monetários cobrados a cada economia, pela disponibilização e manutenção da estrutura de coleta e tratamento de esgoto sanitário, referentes aos custos operacionais dos sistemas, compreendendo também depreciação e investimentos.

Art. 142. Às ligações únicas em condomínios, loteamentos fechados ou imóveis com mais de uma economia de consumo, aplicar-se-á o conceito de TDS para cada economia apurada.

Parágrafo Único: Nos casos onde um imóvel apresentar uma mesma área edificada com ocupação dependente e concomitante para finalidade residencial e comercial ou residencial e industrial, será considerado como uso preponderante para fins de enquadramento da categoria em uma única economia, aquele que possuir maior área habitável.

##### Seção II – Das tarifas

##### Subseção I – Das tarifas pela prestação de serviços

Art. 143. Todos os serviços prestados pelo Simae terão como contraprestação as tarifas estabelecidas nas tabelas tarifárias constantes nos Apêndices A e B deste Regulamento.

Parágrafo Único: Os serviços prestados pelo Simae constantes na Tabela I do Apêndice B poderão ter seus valores parcelados nos termos estabelecidos no Art. 173 deste Regulamento.

Art. 144. É vedada a prestação gratuita de serviços, bem como a concessão de tarifas ou preços reduzidos, ressalvadas as condições previstas neste Regulamento.

Art. 145. A estrutura tarifária deverá proporcionar a obtenção de uma tarifa média que possibilite o equilíbrio econômico-financeiro do Simae, em condições eficientes de operação, e a preservação dos aspectos sociais dos respectivos serviços.

Art. 146. As tarifas obedecerão ao regime do serviço pelo custo, levando em conta, para sua composição, os custos de insumos, produtos,

mão de obra, serviços de terceiros, transporte, despesas administrativas, ressarcimento dos investimentos e das depreciações, amortização de empréstimos, provisão de fundos para devedores inadimplentes e constituição do fundo de reserva para investimentos de projetos previamente aprovados pelo órgão regulador.

Art. 147. Pela contraprestação dos serviços de abastecimento de água, o Simae fará a cobrança da tarifa pela prestação de serviços de água, que corresponde a soma da TDS de água para cada economia de água existente, acrescida do valor relativo a cada m<sup>3</sup> (metro cúbico) de água consumido, de acordo com a categoria e a tabela progressiva de valores constante neste Regulamento.

§ 1º. Constatada a existência de mais de uma economia de consumo, nos casos de ligações únicas em condomínios, loteamentos fechados ou imóveis com mais de uma economia de consumo, para efeito de cálculo do volume de água consumido por cada uma, será tomado o volume total do consumo da ligação e dividido entre o número de economias componentes do imóvel, aplicando, a cada uma delas, a tabela progressiva de valores de sua categoria, mantendo a expedição de fatura única.

§ 2º. Fica ressalvado ao Simae, a qualquer tempo, verificar o número real de economias existentes nas ligações referidas no parágrafo primeiro deste artigo.

Art. 148. Pela contraprestação dos serviços de coleta e tratamento de esgoto sanitário, o Simae fará a cobrança da tarifa pela prestação de serviços de coleta e tratamento de esgoto, que corresponde a soma da TDS de esgoto, acrescida de 80% do valor relativo ao consumo de água, de acordo com a categoria e a tabela progressiva de valores constante no Apêndice A deste Regulamento.

Parágrafo Único: Para efeito de cobrança, a TDS de esgoto corresponderá a 80% do valor equivalente a TDS de água da categoria em que o usuário estiver enquadrado.

Art. 149. Os valores das tarifas relativos aos serviços prestados pelo Simae serão revisados ou reajustados no intervalo mínimo de 12 meses, com base no art. 37 da Lei 11.445/2007, permitindo a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do Simae para a operação em regime de eficiência.

Parágrafo Único: Os valores das tarifas relativos à prestação dos serviços de água e de esgoto após a aprovação do órgão regulador serão fixados através de portaria expedida pelo Diretor-Presidente do Simae, que encaminhará justificativa aos prefeitos municipais, bem como às câmaras de vereadores, com o demonstrativo detalhado de sua composição.

Art. 150. Os serviços de coleta, afastamento e tratamento de efluentes caracterizados como despejo não doméstico poderão sofrer acréscimo de preço em função da carga poluidora dos despejos.

§ 1º. Para o caso descrito no caput deste artigo, o valor da tarifa do serviço de coleta, afastamento, tratamento e destinação final do esgoto sanitário será multiplicado pelo coeficiente F, calculado pela expressão  $F = (DBO/350) \times (DQO/700)$ .

§ 2º. O Simae poderá fixar tabelas com os valores médios do coeficiente F aplicáveis a diferentes tipos de indústrias, para efeito de cobrança dos serviços de coleta, afastamento e tratamento de águas residuárias (esgoto) não domésticas.

Art. 151. O Simae poderá prestar, em caráter avulso e temporário, para usuários cadastrados ou não, dentro dos limites dos municípios de atuação, mediante tarifas especiais, os seguintes serviços:

I. Fornecimento de água tratada para caminhões tanque de diversos usos, inclusive para abastecimento de piscina;

II. Fornecimento de água tratada para ligações temporárias;

III. Coleta, afastamento e tratamento de esgoto para ligações temporárias;

IV. Recebimento e tratamento de despejo avulso de efluentes domiciliares e industriais transportados por caminhões limpa-fossa nas estações de tratamento do Simae; e,

V. Serviços de limpa-fossa para os usuários do sistema de abastecimento de água.

Art. 152. Nos preços do fornecimento de água para caminhões-tanque, será cobrado por volume fornecido, conforme valor estabelecido na Tabela II do Apêndice B deste Regulamento.

Art. 153. Nos casos de calamidade pública, devidamente decretada pela autoridade competente ou para o combate a incêndios, por solicitação do Corpo de Bombeiros, o Simae poderá fornecer, gratuitamente, água tratada para caminhões-tanques, diretamente da rede de abastecimento ou, ainda, por meio de hidrantes.

§ 1º. O fornecimento de água nas condições estabelecidas no caput deste artigo deverá ser expressamente autorizado pelo Diretor-Presidente do Simae e controlado através de relatórios de fornecimento individuais para cada caso.

#### Subseção II – Da tarifa social

Art. 154. A Tarifa Social equivale a 50% do valor atribuído à Tarifa de Disponibilidade de Serviço da categoria residencial e do valor relativo a cada m<sup>3</sup> (metro cúbico) desta categoria até o volume máximo de 15 m<sup>3</sup>/mês, por unidade residencial familiar.

§ 1º. No caso do consumo por unidade residencial familiar exceder a 15 m<sup>3</sup>/mês, este será cobrado, aplicando-se, para o excedente, o valor integral da tarifa relativa a cada m<sup>3</sup> da categoria residencial.

§ 2º. A Tarifa Social deverá ser requerida no Simae mediante cumprimento dos seguintes requisitos:

I. Estar enquadrado na tarifa residencial;

II. Constar no cadastro da ligação como proprietário e/ou inquilino de um único imóvel;

III. Estar adimplente com o Simae;

IV. Estar inscrito regularmente como beneficiário no Cadastro Único para programas sociais do Governo Federal;

V. Apresentar certidão fornecida pelo Cras do município em que o requerente reside, com data de emissão de, no máximo, 30 dias.

§ 3º. Os requisitos são cumulativos. O beneficiário da tarifa social que deixar de cumprir qualquer um dos requisitos estabelecidos perderá, automaticamente, o benefício.

§ 4º. Para ser emitida a certidão pelo Cras, o usuário requerente deverá ter renda familiar de até dois salários mínimos vigentes.

Art. 155. O benefício de que trata o art. 154, após a sua aprovação, terá validade de 1 ano, devendo o usuário providenciar sua renovação com, no mínimo, trinta dias de antecedência do vencimento, sob pena de ser desabilitado automaticamente.

Art. 156. O beneficiado que ceder água a terceiros, ou cujas ligações acusarem fraude de qualquer natureza, perderá o direito à tarifa social, além das sanções previstas neste Regulamento.

#### Subseção III – Da tarifa comercial II – Pequenos comércios e prestadores de serviços

Art. 157. A Tarifa Comercial II, para pequenos comércios e prestadores de serviços, equivale a 100% do valor atribuído à Tarifa de Disponibilidade de Serviço da categoria residencial acrescido do valor relativo de cada m<sup>3</sup> (metro cúbico) consumido, por unidade comercial.

§ 1º. O consumo registrado em cada unidade comercial enquadrada na Tarifa Comercial II, será cobrado o valor integral da tarifa relativa a cada m<sup>3</sup> da Categoria Comercial.

§ 2º. A Tarifa Comercial II, para pequenos comércios e prestadores de serviços, deverá ser requerida no Simae mediante cumprimento dos seguintes requisitos:

I. Ocupar imóvel com área não superior a 70 m<sup>2</sup>;

II. Ter o imóvel, no máximo, dois banheiros.

Art. 158. O beneficiado que ceder água a terceiros, ou em que as ligações acusarem fraude de qualquer natureza, perderá o direito à tarifa comercial II, além das sanções previstas neste Regulamento.

#### Seção III – Da determinação do consumo

Art. 159. O volume faturado será calculado com base no consumo medido, estimado ou médio presumido, aplicando os valores de tarifa fixados na tabela tarifária deste Regulamento, em que:

I. Consumo medido: apurado por hidrômetro ou qualquer outro aparelho de medição certificado pelo Inmetro;

II. Consumo estimado: aquele que, quando tecnicamente inviável a instalação de hidrômetro ou qualquer outro aparelho de medição, será estimado com base no Anexo A deste Regulamento;

III. Consumo médio presumido: definido com base no consumo médio dos últimos seis meses.

Art. 160. O volume faturado será calculado pela diferença entre a leitura anterior e a atual.

§ 1º. O período de leitura do consumo será mensal, não podendo ser inferior a vinte e sete dias e nem ultrapassar de trinta e quatro dias, de modo que seja mantido o número de doze faturas ao ano.

§ 2º. O Simae poderá fazer projeção da leitura para fixação da leitura faturada, em função de ajustes ou otimização do ciclo de faturamento.

Art. 161. Não sendo possível apurar o volume consumido em determinado período ou na ausência de medidor, por qualquer motivo, o consumo poderá ser estimado em função do consumo médio presumido, feito com base no consumo médio dos últimos seis meses.

Art. 162. Não sendo possível a obtenção do consumo medido, será adotado, para efeito de cálculo, o consumo estimado calculado com base nos atributos físicos do imóvel, conforme item II do artigo 159 deste Regulamento.

Art. 163. Para determinação do volume de esgoto proveniente dos imóveis que possuam sistema próprio de abastecimento de água e se utilizem da rede coletora pública, o usuário deverá permitir a instalação de medidor de volume de água (hidrômetro) nesse sistema, devendo garantir livre acesso para leitura do medidor.

§ 1º. Comprovado tecnicamente a impossibilidade de instalação de medidor de volume de água no sistema próprio de abastecimento do usuário, poderá o Simae estimar o volume de esgoto produzido conforme estabelecido no item II do art. 159 deste Regulamento.

§ 2º. Para efeito de determinação do volume esgotado, no caso dos usuários que possuam sistema próprio de abastecimento de água e simultaneamente sejam abastecidos pela rede pública de água e que se utilizem da rede pública de esgotamento sanitário, o valor da fatura referente à coleta, afastamento e tratamento de esgoto, será calculado pelo somatório do volume de água consumido, registrado no hidrômetro da ligação pública do Simae e no hidrômetro da fonte própria.

#### Seção IV – Do consumo alterado

Art. 164. Mediante solicitação do usuário, o Simae poderá, após análise, revisar consumos já faturados desde que documentalmente comprovada a ocorrência de qualquer das seguintes situações:

I. Consumo em imóveis sem moradores;

II. Consumo atípico por vazamento interno detectado no imóvel, que não tenha sido causado por sua ação, e com evidências técnicas de sua existência e/ou conserto;

III. Medidor de volume de água (hidrômetro) danificado;

IV. Obras paralisadas, no caso de ligações provisórias;

V. Em função dos serviços e ocorrências no sistema de distribuição com possibilidade de comprovação.

§ 1º. Compete ao solicitante instruir seu pedido com documentos e/ou evidências que possam auxiliar na apreciação do pedido.

§ 2º. O prazo para solicitar revisão da fatura inicia-se na emissão dela e encerra-se até sessenta dias após o vencimento da fatura reclamada.

§ 3º. Os requerimentos constantes do caput deste artigo serão apreciados por comissão instituída para esse fim, composta de, no mínimo, três servidores do Simae.

§ 4º. Na existência de vazamentos nas instalações prediais, o Simae poderá efetuar a revisão, tomando por base o consumo médio dos últimos seis meses, desde que o conserto tenha sido comprovadamente executado.

§ 5º. Comprovada a existência de vazamentos nas instalações prediais, em que a água não tenha sido coletada pela rede de esgoto, o Simae poderá efetuar a revisão do volume faturado do esgoto pela média dos seis meses anteriores à ocorrência.

§ 6º. Quando ocorrer aumento do consumo de água, devido a vazamentos na instalação interna, será cobrada a tarifa de disponibilidade da categoria acrescida do consumo médio presumido definido com base no consumo médio dos últimos seis meses anteriores à fatura reclamada.

§ 7º. No período de doze meses, serão admitidos até dois pedidos de revisão da fatura por motivo de vazamento, sendo possível, no máximo, a alteração de até duas faturas consecutivas para cada solicitação.



Art. 165. Para revisão tarifária por consumo alterado, o usuário poderá solicitar, ao Simae, a verificação da exatidão do hidrômetro instalado, arcando com a despesa do serviço se constatado o funcionamento normal dele.

§ 1º. Considera-se como funcionamento normal o estabelecido em consonância com as normas da ABNT e portarias do Inmetro.

§ 2º. Não constatado o defeito, o usuário pagará o valor da verificação do medidor de volume de água (hidrômetro) instalado e o respectivo consumo.

§ 3º. Verificada qualquer anormalidade no funcionamento do hidrômetro, até que se proceda a sua correção, o consumo será cobrado a partir do consumo médio presumido definido com base no consumo médio dos últimos seis meses.

§ 4º. As diferenças eventualmente encontradas poderão ser cobradas ou compensadas nas faturas subsequentes.

§ 5º. No caso de remoção temporária de medidor de volume de água (hidrômetro) para conserto, revisão ou verificação, sendo impossível a sua reposição ou substituição imediata, o consumo será determinado a partir do consumo médio presumido definido com base no consumo médio dos últimos seis meses.

Art. 166. Quando ocorrer consumo alterado que não se enquadre no artigo 164, o valor será cobrado integralmente, podendo ser parcelado de acordo com os artigos 182 a 192: Dos débitos.

Art. 167. Todo e qualquer processo de revisão de consumo deve ser documentado e fundamentada a decisão, arquivando-se os documentos pelo prazo mínimo de cinco anos.

#### Seção V – Das faturas

Art. 168. A fatura referente aos serviços prestados pelo Simae resultará do valor correspondente às tarifas de disponibilidade de serviço de abastecimento de água e/ou esgotamento sanitário, acrescidas dos valores relativos ao consumo de água e coleta, afastamento e tratamento de esgoto, quando houver, bem como de outros serviços solicitados pelo usuário, observadas as condições estabelecidas neste Regulamento.

Parágrafo Único: Para todos os imóveis cadastrados no Simae localizados em áreas servidas por redes de água e esgoto que possuírem ligações ativas de água e/ou esgoto, podendo ou não apresentar consumo, será devida a cobrança das tarifas de disponibilidade de serviços.

Art. 169. Os serviços de fornecimento de água e de coleta, afastamento e tratamento de esgoto sanitário serão cobrados de acordo com os valores constantes do Apêndice A – Tabela I e II deste Regulamento.

Art. 170. Cada ligação corresponderá a, apenas, uma única fatura, independentemente do número de economias por ela atendido.

Art. 171. As faturas serão entregues com a antecedência fixada em norma específica do Simae, em relação à data do respectivo vencimento, nos endereços das ligações constantes do cadastro do Simae, ou onde o usuário expressamente determinar. A falta de recebimento da fatura não desobriga o usuário de seu pagamento.

Art. 172. Das faturas emitidas caberá recurso pelo interessado, desde que apresentado ao Simae em até sessenta dias após o vencimento da fatura reclamada.

Parágrafo Único: Após o prazo previsto no caput deste artigo, serão recebidos recursos dos usuários desde que as faturas estejam devidamente quitadas.

Art. 173. Os serviços constantes da Tabela I do Apêndice B poderão ser parcelados em até doze parcelas mensais e sucessivas, acrescidas do reajuste do INPC-IBGE mensal, pagas através da fatura.

Parágrafo Único: O valor mínimo de cada parcela para pagamento dos serviços prestados pelo Simae não poderá ser inferior a duas vezes o valor da tarifa de disponibilidade de serviço vigente relativa à categoria Residencial.

Art. 174. Os serviços constantes na Tabela III – Dos Serviços Técnicos e de Expediente, do Apêndice B deste Regulamento, poderão ser parcelados, com exceção dos serviços de análise de projetos para aprovação de sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

§ 1º. Os serviços de fiscalização de obras de redes de água e esgoto poderão ser parcelados em até três parcelas mensais e sucessivas.

§ 2º. A cobrança de todos os serviços a que se refere este artigo será efetuada através de fatura do Simae.

§ 3º. Os empreendimentos de interesse social ou conjuntos habitacionais, promovidos pelo município, por si ou em convênio, com a expressa anuência do Diretor-Presidente do Simae, poderão ser isentos da cobrança das tarifas referidas no caput deste artigo.

Art. 175. A falta de pagamento de fatura até a data do vencimento sujeitará o usuário ao acréscimo por impontualidade e à suspensão do fornecimento de água.

Art. 176. Poderão ser lançados nas faturas, além do consumo, outros débitos e serviços, objetivando a emissão de um documento financeiro único, desde que os serviços tenham sido solicitados pelo usuário.

Art. 177. As faturas não quitadas até a data do vencimento sofrerão multa moratória de 2%, juros de 1% ao mês e atualização monetária pelo índice do INPC-IBGE ou outro que o venha substituir.

Art. 178. As faturas mensais vencidas ou não deverão ser pagas nos estabelecimentos bancários credenciados pelo Simae.

Art. 179. Mesmo após o pagamento da fatura, entendendo o usuário que existe erro referente ao consumo lançado, poderá efetuar reclamação junto ao Simae, no prazo máximo de sessenta dias da data do vencimento da fatura.

§ 1º. Decorrido o prazo referido no caput deste artigo, não serão aceitos reclamações e pedido de revisão dos valores lançados.

§ 2º. Procedente a reclamação, a devolução dos valores apurados como indevidos será feita como crédito na próxima fatura de consumo ou transferência bancária ao usuário.

## Seção VI – Dos contratos especiais

Art. 180. O Simae poderá celebrar, com grandes consumidores, Contratos Especiais de Serviços de Abastecimento de Água e/ou Esgotamento Sanitário, mediante viabilidade técnica, tarifas e condições específicas.

§. 1º. O Contrato Especial terá prazo mínimo de duração de doze meses com possibilidade de renovação, devendo haver vinculação com a demanda de água e/ou esgoto e tarifa que preserve o equilíbrio econômico-financeiro do Simae.

§. 2º. Poderão ser enquadrados como grandes usuários aqueles nas categorias Comercial, Industrial e Pública, abastecidos pelos sistemas públicos de água e esgoto ou que possuam fontes próprias de abastecimento.

§. 3º. Os usuários que aderirem aos Contratos Especiais, na hipótese de não efetuarem o pagamento das faturas nas datas dos vencimentos, perderão o direito ao benefício das tarifas contratadas, aplicando-lhes as tarifas correspondentes às respectivas categorias.

Art. 181. Para fins de adesão aos Contratos Especiais, o usuário deverá:

I. Estar adimplente com o Simae;

II. Não estar usufruindo qualquer outro tipo de benefício do Simae, exceto parcelamentos de dívidas anteriores.

Parágrafo único: A fatura será calculada utilizando-se, como parâmetro, a tarifa prevista na tabela tarifária para a categoria requerida.

## Seção VII – Dos débitos

Art. 182. Na existência de débito da ligação de água e/ou esgoto cadastrado pelo Simae, não será atendida solicitação de qualquer serviço sem que antes ocorra o competente pagamento do débito.

Art. 183. Os débitos relativos ao abastecimento de água, esgotamento sanitário e outros serviços prestados pelo Simae poderão ser parcelados em até 12 vezes.

§ 1º. O usuário inadimplente que opte pelo parcelamento do débito deverá firmar termo de Confissão de Dívida.

§ 2º. Com autorização expressa do usuário, o Simae pode incluir o valor do parcelamento na fatura mensal de consumo de água e esgoto.

§ 3º. A data do vencimento de cada parcela será indicada na fatura correspondente.

Art. 184. Poderão requerer parcelamento o proprietário, o titular do domínio útil, o possuidor do imóvel ou o usuário, devidamente comprovado, com cadastro atualizado.

Art. 185. A todo débito consolidado, inscrito em dívida ativa ou ajuizado, poderá ser concedido parcelamento em até 12 vezes, mediante Termo de Confissão de Dívida do devedor.

Parágrafo Único: Considera-se débito consolidado do usuário a soma do principal, dos juros, da multa moratória e demais acréscimos previstos neste Regulamento.

Art. 186. O requerimento de parcelamento dos débitos, formulado pelo devedor, implica confissão irretratável do débito e expressa renúncia a qualquer defesa ou recurso, bem como desistência dos já interpostos, quer administrativa ou judicialmente.

Art. 187. O requerimento de parcelamento de débito deverá obedecer aos modelos fixados pelo Simae, respeitando o disposto nos artigos anteriores.

§ 1º. Para usufruir dos benefícios constantes deste Regulamento, o devedor deverá comparecer, pessoalmente, ao Simae, ou mediante procurador legalmente constituído para esse fim por instrumento público ou particular, sendo exigida, no caso deste último, firma reconhecida do outorgante.

§ 2º. O parcelamento de débitos ajuizados não dispensa o pagamento, por parte do devedor, de custas, emolumentos judiciais e verbas de sucumbência.

Art. 188. O acordo para pagamento parcelado considerar-se-á celebrado após a assinatura do Termo de Confissão de Dívida e pagamento da primeira parcela em até dois dias úteis.

Art. 189. Em se tratando de débito inscrito e ajuizado, o parcelamento somente produzirá efeitos após assinado o Termo de Acordo, com o pagamento da primeira parcela, ainda que o parcelamento tenha sido deferido antes do oferecimento de garantia processual.

Art. 190. O débito apurado será corrigido na forma da lei.

Art. 191. Ocorrendo o rompimento do acordo, prosseguir-se-á, independentemente de notificação, na cobrança do débito remanescente, sujeitando-se o saldo devedor à atualização monetária na forma prevista em Lei.

§ 1º. O rompimento do acordo acarretará, conforme o caso:

I. Na inscrição e ajuizamento de débito não inscrito na dívida ativa; e,

II. Quanto ao débito inscrito e ajuizado, o imediato prosseguimento sob a forma de cumprimento de sentença.

§ 2º. Os débitos existentes e que compuseram o total do acordo ficam suspensos até quitação final do avençado, devendo ser restabelecidos, devidamente corrigidos e acrescidos de juros a partir de seu vencimento, deduzindo-se, deles, os valores que foram pagos pelo usuário, caso seja rompido o acordo.

Art. 192. O valor mínimo para parcelamento de qualquer débito previsto nesta Seção não poderá ser inferior a duas vezes o valor da tarifa de disponibilidade de serviço da categoria residencial, vigente à época da prestação dos serviços.

## Seção VIII – Da dívida ativa

Art. 193. A inscrição e a execução da dívida ativa do Simae acontecerão na forma do Código Tributário do município de Joaçaba.

**CAPÍTULO III – DOS AUTOS DE INFRAÇÃO, DOS RECURSOS E SANÇÕES****Seção I – Da constatação**

Art. 194. Auto de Infração é o instrumento por meio do qual o Simae apura a violação deste Regulamento.

§ 1º. O servidor (fiscal) do Simae, ao constatar transgressão às disposições deste Regulamento, comunicará ao setor competente para emissão do Auto de Infração, no qual constará a síntese do que constatou, registrando corretamente o fato.

§ 2º. Dará também motivos à lavratura do Auto de Infração qualquer violação às normas deste Regulamento, que for levada ao conhecimento do Diretor-Presidente do Simae, por qualquer cidadão que tiver conhecimento, devendo a comunicação ser acompanhada de prova documental ou testemunhal.

§ 3º. Recebendo tal comunicação, o Diretor-Presidente ordenará para que se proceda de acordo com o parágrafo 1º deste artigo.

§ 4º. Verificando-se infração às normas deste Regulamento, será expedida, contra o usuário infrator, notificação preliminar para que regularize a situação no prazo máximo de até quinze dias, contados da ciência.

§ 5º. Verificada a ocorrência de crime, será encaminhado cópia do Auto de Infração à autoridade competente.

Art. 195. O Auto de Infração obedecerá a modelos especiais, podendo ser impresso ou por sistema de processamento de dados.

Art. 196. O Auto de Infração conterá obrigatoriamente:

I. Dia, mês, ano, hora e lugar em que foi lavrado;

II. O nome de quem lavrou;

III. Relato, com toda clareza, do fato constitutivo da infração e os pormenores que possam servir de atenuantes ou agravantes à ação;

IV. Nome do usuário;

V. Dispositivo legal violado;

VI. Intimação ao usuário infrator para regularização da situação apurada e pagamento de débitos e multas devidas ou apresentar defesa e prova nos prazos previstos por este Regulamento;

VII. Assinatura do fiscal que lavrou o auto e do usuário.

Parágrafo Único: Negando-se o usuário infrator a assinar o Auto de Infração, deverá ser anotada a recusa dele, que será remetida pelo correio, sob registro com aviso de recebimento e, em não sendo possível, a publicação em jornal de circulação local.

Art. 197. Lavrado e devidamente processado o Auto, aguardará, no setor competente, o decurso de prazo da apresentação de defesa, que deverá ser apresentada por escrito ao Gerente do Setor.

Parágrafo Único: Se o usuário autuado apresentar defesa, sobre a mesma manifestar-se-á no setor competente, prestando as necessárias informações, hipótese em que poderá decidir pelo aceite ou não da defesa apresentada.

Art. 198. Se decorrido o prazo estipulado, o usuário não apresentar a sua defesa, será o mesmo considerado revel, do que será lavrado um termo pelo servidor competente, lançando de ofício, multas e demais penalidades previstas neste Regulamento.

Art. 199. Decorrido o prazo sem o devido pagamento, o débito será inscrito em dívida ativa, extraíndo-se a competente certidão, para se proceder a cobrança executiva.

Art. 200. A intimação do usuário será feita sempre que possível, pessoalmente, via postal e não sendo encontrado, será publicada em edital, no mural público na sede do Simae e/ou em jornal de circulação local.

**Seção II – Dos recursos**

Art. 201. Os recursos contra a ação dos servidores do Simae serão decididos pelo Diretor- Presidente, que proferirá decisão no prazo de dez dias.

§ 1º. Se entender necessário, o Diretor-Presidente poderá, de ofício, determinar novas diligências ou, ainda, dar vista sucessivamente ao usuário e ao autuante ou reclamante e ao impugnante, por cinco dias a cada um, para alegações finais.

§ 2º. Verificada a hipótese do parágrafo anterior, o Diretor-Presidente terá novo prazo de cinco dias para proferir a decisão.

§ 3º. O Diretor-Presidente não fica adstrito às alegações das partes, devendo julgar de acordo com sua convicção, ante as provas produzidas.

Art. 202. A decisão redigida com simplicidade e clareza concluirá pela procedência ou improcedência do auto de infração ou da reclamação, definindo, expressamente, os seus efeitos nos casos respectivos.

§ 1º. Não sendo proferida decisão no prazo legal, nem convertido o julgamento em diligência, o auto de infração será considerado, automaticamente, improcedente, comunicando-se o usuário.

§ 2º. A decisão proferida pelo Diretor-Presidente é definitiva e será cientificado o interessado.

**Seção III – Das sanções**

Art. 203. A inobservância das disposições deste Regulamento sujeita o infrator à notificação e imposição de penalidades, sendo elas sanções pecuniárias, interrupção do fornecimento de água, quando for o caso, e comunicação à autoridade policial quando a infração representar lesão aos cofres públicos, a juízo do servidor do Simae que atender a ocorrência.

Art. 204. Considera-se infração passível de sanção pecuniária a qual será imposta a respectiva multa:

I. GRAVE: violação ao disposto nos incisos I a XIX e XXXIII do Art. 24, cuja pena pecuniária será de, no mínimo, trinta vezes a tarifa de disponibilidade de serviço da categoria residencial.

II. MÉDIA: violação ao disposto nos incisos XX a XXV do Art. 24, cuja pena pecuniária será equivalente a vinte vezes a tarifa de disponibilidade de serviço da categoria residencial.

III. LEVE: violação ao disposto nos incisos XXVI a XXXII do Art. 24, cuja pena pecuniária será de dez vezes a tarifa de disponibilidade de serviço da categoria residencial.

§ 1º. Os danos causados pelo usuário, bem como o volume de água retirado do sistema de abastecimento de água indevidamente, serão apurados segundo o disposto neste Regulamento e cobrados em faturas posteriores, permitindo o parcelamento.

§ 2º. As despesas com a interrupção e o restabelecimento do fornecimento de água correrão por conta do usuário, sem prejuízo da cobrança dos débitos existentes.

§ 3º. Nas infrações em que não ocorra prejuízo ao erário municipal, antes da imposição da multa e sendo possível reparar a lesão à norma, o Simae notificará o infrator para que regularize a situação, fixando-lhe prazo razoável, nunca superior a noventa dias, após o qual, não sanada a infração, tomará as providências cabíveis, inclusive com a imposição de multa e execução dos serviços, se for o caso, a expensas do usuário infrator.

§ 4º. O pagamento da multa não elide a irregularidade, ficando o infrator obrigado a regularizar as obras ou instalações em desacordo com as disposições deste Regulamento.

§ 5º. Cessados os motivos que determinaram a interrupção ou satisfeitas as condições para a ligação, será restabelecido o fornecimento de água, mediante o pagamento do preço do serviço correspondente.

§ 6º. O imóvel com abastecimento suspenso, cujo usuário esteja em débito com o Simae, somente poderá ser religado após a quitação da dívida ou após negociação do seu débito.

§ 7º. Havendo reincidência específica, as penalidades pecuniárias serão cobradas em dobro.

#### TÍTULO IV – PARTE ESPECIAL

##### CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS

###### Seção I – Das disposições transitórias

Art. 205. Será concedido o prazo de até 36 meses, contados da data de publicação deste Regulamento, aos usuários, para adequarem-se aos padrões estabelecidos neste Regulamento.

Art. 206. O Simae promoverá ampla divulgação deste Regulamento.

Art. 207. O Simae poderá instituir programas específicos com subsídio do custo da padronização das ligações de água e programas de incentivo à economia de água e adoção de reservação domiciliar.

###### Seção II – Das disposições finais

Art. 208. Constatado, a qualquer tempo, que o consumo está prestes a ultrapassar a capacidade de fornecimento do sistema público de abastecimento de água, devido a estiagens prolongadas ou reparos na rede ou em outra instalação do serviço de água ou por qualquer motivo que ocasione insuficiência do líquido, o Simae poderá determinar restrições ao uso da água, a fim de manter atendidas as necessidades fundamentais da população.

Art. 209. O Simae, sempre que necessário, interromperá, temporariamente, a prestação de seus serviços, para manutenção ou ampliações de rede e outros serviços técnicos.

§ 1º. O Simae se obriga a divulgar, com antecedência mínima de 24 horas, através dos meios de comunicação disponíveis, as interrupções programadas de seus serviços que possam afetar, sensivelmente, o abastecimento de água.

§ 2º. A divulgação, em situação de emergência, só será feita quando a interrupção do abastecimento de água ultrapassar a 6 horas.

Art. 210. A preservação da qualidade da água, das instalações internas e dos reservatórios particulares, após o hidrômetro, é da total responsabilidade do usuário.

Art. 211. No âmbito de suas atribuições, fica autorizado o Diretor-Presidente do Simae a expedir normas complementares por meio de portarias devidamente publicadas, em consonância com o presente Regulamento, visando à boa e a regular prestação dos serviços de saneamento básico aqui referidos.

Parágrafo Único: A qualquer tempo, na forma do caput deste artigo, o Simae editará ou revisará os manuais e normas técnicas, visando à instrução, orientação e padronização de fornecimento de materiais; execução ou prestação de serviços por ele ou terceiros devidamente autorizados ou outro que se fizer necessário.

Art. 212. As disposições deste Regulamento aplicam-se às ligações de água e esgoto existentes na data de sua entrada em vigor, bem como as que vierem a ser executadas ou cadastradas posteriormente.

Art. 213. Os casos omissos ou as dúvidas suscitadas na aplicação deste Regulamento serão resolvidos pela Direção do Simae.

Art. 214. Este Regulamento entrará em vigor na data de sua publicação, gerando seus efeitos a partir da data de 01/07/2018, revogando-se as disposições em contrário especialmente os Decretos nº 1.874 de 24/06/98, alterado pelos Decretos nº 2.001/99, nº 2.154/01, nº 2.605/05, nº 2.651/05, nº 2.961/07, nº 3.112/07, nº 3.113/07 e nº 3.406/09 do município de Joaçaba.

Joaçaba - SC, 26 de abril de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

Prefeito

## APÊNDICE A – TABELA I – TARIFAS DE ÁGUA

CATEGORIA RESIDENCIAL	
TDS (Tarifa de Disponibilidade de Serviço)	R\$ 21,64
Consumo (m³)	Valor por m³
1 a 10	R\$ 0,87
11 a 20	R\$ 4,80
Acima de 20 m³	R\$ 5,36
CATEGORIA RESIDENCIAL SOCIAL	
TDS (Tarifa de Disponibilidade de Serviço)	R\$ 10,82
Consumo (m³)	Valor por m³
1 a 10	R\$ 0,44
11 a 15	R\$ 2,40
16 a 20	R\$ 4,80
Acima de 20 m³	R\$ 5,36
CATEGORIA COMERCIAL, PÚBLICA E INDUSTRIAL	
TDS (Tarifa de Disponibilidade de Serviço)	R\$ 38,58
Consumo (m³)	Valor por m³
1 a 10	R\$ 1,22
11 a 20	R\$ 6,12
Acima de 20 m³	R\$ 6,48
CATEGORIA COMERCIAL II – PEQUENOS COMÉRCIOS E PRESTADORES DE SERVIÇOS	
TDS (Tarifa de Disponibilidade de Serviço)	R\$ 21,64
Consumo (m³)	Valor por m³
1 a 10	R\$ 1,22
11 a 20	R\$ 6,12
Acima de 20 m³	R\$ 6,48

## TABELA II – TARIFAS DE ESGOTO

CATEGORIA RESIDENCIAL	
TDS (Tarifa de Disponibilidade de Serviço) (1)	R\$ 17,31



Consumo (m³)	80% do valor relativo ao consumo de água
CATEGORIA RESIDENCIAL SOCIAL	
TDS (Tarifa de Disponibilidade de Serviço) (1)	R\$ 8,66
Consumo (m³)	80% do valor relativo ao consumo de água
CATEGORIA COMERCIAL, PÚBLICA E INDUSTRIAL	
TDS (Tarifa de Disponibilidade de Serviço) (1)	R\$ 30,87
Consumo (m³)	80% do valor relativo ao consumo de água
CATEGORIA COMERCIAL II – PEQUENOS COMÉRCIOS E PRESTADORES DE SERVIÇOS	
TDS (Tarifa de Disponibilidade de Serviço) (1)	R\$ 17,31
Consumo (m³)	80% do valor relativo ao consumo de água

(1) Referente a 80% do valor equivalente a TDS de água da categoria em que o usuário estiver enquadrado.

#### APÊNDICE B – TARIFAS DE SERVIÇOS, PRAZOS E INFRAÇÕES

TABELA I – TARIFAS RELACIONADAS AOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO

SERVIÇOS	VALOR	TEMPO DE EXECUÇÃO
Ligação de água (1º ponto).	R\$ 459,32	10 dias úteis
Ligação de água adicional (ligação múltipla).	R\$ 229,66	10 dias úteis
Mudança de ligação de água.	R\$ 229,66	15 dias úteis
Ligação de esgoto (1º ponto).	R\$ 306,21	10 dias úteis
Ligação de esgoto adicional sem intervenção na via.	R\$ 612,42	20 dias úteis
Ligação de esgoto adicional com intervenção na via.	R\$ 1.224,84	20 dias úteis
Ligação temporária de água.	R\$ 459,32	10 dias úteis
Ligação temporária de esgoto.	R\$ 306,21	10 dias úteis
Desligamento temporário de água solicitado pelo usuário no cavalete.	R\$ 35,72	3 dias úteis
Religação de água temporária no cavalete a pedido do usuário.	R\$ 35,72	3 dias úteis
Desligamento temporário de água solicitado pelo usuário com retirada do ramal.	R\$ 61,24	5 dias úteis
Religação de água temporária solicitada pelo usuário com recolocação do ramal.	R\$ 81,66	5 dias úteis
Desligamento definitivo de água solicitado pelo usuário.	R\$ 61,24	5 dias úteis

Religação de água interrompida no cavalete por falta de pagamento.	R\$ 35,72	2 dias úteis
Religação de água interrompida no ramal por falta de pagamento.	R\$ 142,90	5 dias úteis
Verificação de hidrômetro.	R\$ 61,24	10 dias úteis
Mão de obra de servidor (hora).	R\$ 38,28	-
Serviço de máquina retroescavadeira/caminhão (hora).	R\$ 132,69	-
Custas do deslocamento.	R\$ 17,35	-
Serviço de limpeza, transporte e destinação final de despejo de efluentes domiciliares e industriais por caminhão limpa-fossa (volume de até 7m³).	R\$ 170,46	5 dias úteis
Vistoria técnica.	R\$ 35,72	15 dias úteis

TABELA II – FORNECIMENTO DE ÁGUA POR CAMINHÃO-TANQUE

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR
1	A retirar pelo interessado.	TDS da categoria residencial + valor referente ao volume adquirido m³ da mesma categoria.
2	A ser entregue com caminhão do Simae, caso haja disponibilidade.	TDS da categoria residencial + valor referente ao volume adquirido m³ da mesma categoria + deslocamento.

TABELA III – DOS SERVIÇOS TÉCNICOS E DE EXPEDIENTE

ANÁLISES DE PROJETOS			
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	VALOR
1	Análise de projetos de sistemas de abastecimento de água para loteamentos abertos ou fechados, calculado sobre a área total de lotes.	Lote	R\$ 56,14
2	Análise de projetos de sistemas de esgotamento sanitário para loteamentos abertos ou fechados, calculado sobre a área total de lotes.	Lote	R\$ 56,14
3	Fiscalização de obras de implantação de redes de abastecimento de água para loteamentos abertos ou fechados, calculados sobre a área total de lotes.	Lote	R\$ 56,14
4	Fiscalização de obras de implantação de redes de esgotamento sanitário para loteamentos abertos ou fechados, calculados sobre a área total de lotes.	Lote	R\$ 56,14
EXPEDIENTE			
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	VALOR
1	Cópia de documentos de interesse pessoal.	Un	R\$ 0,15

TABELA IV – INFRAÇÕES NOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

INFRAÇÕES NOS SERVIÇOS DE ÁGUA		VALOR
1	Retirar, por si ou por terceiro sob sua ordem, o hidrômetro instalado, recebendo água diretamente da rede pública sem a devida medição, sujeitando-se o usuário ao previsto na lei penal, sem exclusão dos procedimentos previstos neste Regulamento.	30 vezes o valor da TDS da categoria residencial
2	Violar o hidrômetro ou o macromedidor de vazão, de qualquer forma, externa ou internamente, violando ou não o lacre do equipamento, sujeitando-se o usuário aos rigores da lei penal, sem exclusão dos procedimentos previstos neste Regulamento.	30 vezes o valor da TDS da categoria residencial
3	Alterar a posição do hidrômetro, de forma que a leitura por ele apresentada não seja fidedigna.	30 vezes o valor da TDS da categoria residencial

4	Promover derivação, interna ou externa ao imóvel, para receber água antes da passagem pelo medidor de volume (hidrômetro), sujeitando-se, o usuário, aos rigores da lei penal, sem exclusão dos procedimentos previstos neste Regulamento.	30 vezes o valor da TDS da categoria residencial
5	Retirar água diretamente da rede geral ou de derivação por meio de bomba ou qualquer outro sistema de sucção.	30 vezes o valor da TDS da categoria residencial
6	Realizar derivação não hidrometrada em sistema próprio de abastecimento, com finalidade de burlar a leitura correta do consumo de água em prejuízo da aferição do volume faturado de esgoto.	30 vezes o valor da TDS da categoria residencial
7	Promover ligação de água ou esgoto sem o conhecimento do Simae, portanto clandestina, sujeitando-se aos rigores da lei penal, sem prejuízo das penalidades previstas neste Regulamento.	30 vezes o valor da TDS da categoria residencial
8	Romper o dispositivo antifraude (lacre) instalado no medidor de volume de água (hidrômetro), arcando com os custos do equipamento e de recolocação, além da cobrança de eventuais diferenças de consumo, imposição de multas previstas neste Regulamento.	30 vezes o valor da TDS da categoria residencial
9	Interligar as redes das fontes próprias de abastecimento ou suprimento próprio de água à rede pública, de modo a possibilitar a comunicação entre essas instalações.	30 vezes o valor da TDS da categoria residencial
10	Desrespeitar as regras excepcionais impostas pelo Simae nas situações de emergência, calamidade pública ou racionamento.	30 vezes o valor da TDS da categoria residencial
11	Transportar ou comercializar água potável em caminhões-pipa, em desacordo com as prescrições neste Regulamento.	30 vezes o valor da TDS da categoria residencial
12	Fazer sondagens no subsolo, em áreas (ou via) públicas, por meio de estacas, sondas, ou intervenção de qualquer natureza, sem a prévia autorização, a fim de evitar prejuízos nas redes de água.	30 vezes o valor da TDS da categoria residencial
13	Construir sobre redes de distribuição de água.	30 vezes o valor da TDS da categoria residencial
14	Religar, por iniciativa própria, o imóvel à rede pública de abastecimento de água e esgotamento sanitário, após suspensão ou supressão do serviço.	20 vezes o valor da TDS da categoria residencial
15	Manusear, em qualquer circunstância, o cavalete ou caixa de proteção do hidrômetro, sem a devida autorização do Simae.	20 vezes o valor da TDS da categoria residencial
16	Instalar qualquer equipamento ou dispositivo no ramal predial de água sem autorização do Simae.	20 vezes o valor da TDS da categoria residencial
17	Impedir a fiscalização, manutenção ou reparo da ligação de água pelo Simae.	20 vezes o valor da TDS da categoria residencial
18	Executar qualquer extensão de instalação predial, para servir outra economia localizada em imóvel distinto, ainda que pertencente ao mesmo usuário.	10 vezes o valor da TDS da categoria residencial
19	Instalar, por iniciativa própria, cavalete e hidrômetro.	10 vezes o valor da TDS da categoria residencial
20	Manobrar o registro do cavalete sem autorização do Simae.	10 vezes o valor da TDS da categoria residencial
20	Plantar árvores que possam danificar as tubulações de água, devendo ser removidas, com as devidas licenças se necessário, as que se encontrarem nessas condições, após notificação.	10 vezes o valor da TDS da categoria residencial
21	Manter as instalações internas, ou da ligação, em desacordo com as disposições deste regulamento e normas técnicas.	10 vezes o valor da TDS da categoria residencial
22	Dificultar ou impedir o acesso ao cavalete e/ou à caixa de proteção do hidrômetro e a sua leitura.	10 vezes o valor da TDS da categoria residencial
23	Deixar de cumprir as determinações do Simae.	10 vezes o valor da TDS da categoria residencial

TABELA V – INFRAÇÕES NOS SERVIÇOS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO

INFRAÇÕES NOS SERVIÇOS DE ESGOTO		VALOR
1	Lançar, mediante emprego ou utilização de caminhão limpa-fossa ou equipamento equivalente, em córregos, rios, terrenos vagos, bueiros, poços de visitação da rede pública de esgoto, ou em qualquer local que cause danos ao meio ambiente ou à saúde pública, efluentes retirados de fossas sépticas e banheiros químicos.	30 vezes o valor da TDS da categoria residencial
2	Lançar, no coletor público de esgoto, despejo industrial "in natura" que seja nocivo à saúde ou prejudicial à segurança dos trabalhos na rede; que interfira na operação e desempenho dos sistemas de tratamento; que obstrua tubulações e equipamentos; que ataque as tubulações, afetando a resistência ou a durabilidade de suas estruturas; e com temperaturas elevadas, acima de 40°C (quarenta graus Celsius).	30 vezes o valor da TDS da categoria residencial
3	Lançar, na rede de esgoto, líquidos residuais que, por suas características, exijam tratamento prévio.	30 vezes o valor da TDS da categoria residencial
4	Descarregar em aparelhos sanitários substâncias sólidas ou líquidas estranhas ao serviço de esgotamento sanitário, tais como lixo, resíduos de cozinha, resíduos de construção civil, papéis, águas quentes de caldeiras, tecidos de qualquer natureza, pelos, lãs, cabelos, materiais plásticos, estopas, folhas, inflamáveis, substâncias químicas nocivas e explosivas ou que desprendam gases nocivos, substâncias que possam danificar as redes e o sistema de depuração e tratamento de esgoto.	30 vezes o valor da TDS da categoria residencial
5	Utilizar de meios mecânicos que facilitem a passagem de materiais sólidos pelas tubulações de esgoto.	30 vezes o valor da TDS da categoria residencial
6	Prestar falsa informação sobre a origem dos efluentes despejados na estação de tratamento de esgoto.	30 vezes o valor da TDS da categoria residencial

7	Construir sobre redes coletoras de esgotos.	30 vezes o valor da TDS da categoria residencial
8	Instalar qualquer equipamento ou dispositivo no ramal predial de esgoto sem autorização do Simae.	20 vezes o valor da TDS da categoria residencial
9	Lançar águas pluviais, de nascentes ou de piscinas, nos sistemas de esgotamento sanitário, sendo obrigatória, em cada prédio, a existência de tubulação independente para coleta dessas águas.	20 vezes o valor da TDS da categoria residencial
10	Não possuir caixa de gordura de esgotos instalada no imóvel.	20 vezes o valor da TDS da categoria residencial
11	Impedir a fiscalização, manutenção ou reparo da ligação de esgoto pelo Simae.	20 vezes o valor da TDS da categoria residencial
12	Plantar árvores que possam danificar as tubulações de esgoto, devendo ser removidas, com as devidas licenças se necessário, as que se encontrarem nessas condições, após notificação.	10 vezes o valor da TDS da categoria residencial
13	Manter as instalações internas, ou da ligação, em desacordo com as disposições deste regulamento e normas técnicas.	20 vezes o valor da TDS da categoria residencial
14	Deixar de ligar o imóvel à rede coletora pública de esgoto existente.	20 vezes o valor da TDS da categoria residencial

TABELA VI – INFRAÇÕES NOS SERVIÇOS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO

INFRAÇÕES EM NOVOS EMPREENDIMENTOS		VALOR
1	Alterar projetos de instalação de água ou de esgotamento sanitário em loteamentos ou conjunto de edificações sem prévia autorização do Simae.	90 vezes o valor da TDS da categoria residencial
2	Iniciar obras de instalação do sistema de água ou esgotamento sanitário em loteamentos ou conjuntos de edificações sem autorização do Simae.	120 vezes o valor da TDS da categoria residencial

## ANEXO A – PARÂMETROS PARA ESTIMATIVA DE CONSUMO DE ÁGUA

TABELA I – ESTIMATIVAS DE CONSUMO DE ÁGUA

CATEGORIA	TIPO	UNIDADE DE MEDIDA	CONSUMO (L/HAB.DIA)
Residencial	Apartamento (Padrão Popular)	Até 70 m <sup>2</sup>	100
Residencial	Apartamento (Padrão Médio)	De 71 a 150 m <sup>2</sup>	150
Residencial	Apartamento (Padrão Luxo)	De 151 a 250 m <sup>2</sup>	200
Residencial	Apartamento (Padrão Alto Luxo)	Acima de 251 m <sup>2</sup>	250
Residencial	Casa (Padrão Popular)	Até 70 m <sup>2</sup>	100
Residencial	Casa (Padrão Médio)	De 71 a 150 m <sup>2</sup>	180
Residencial	Casa (Padrão Luxo)	De 151 a 250 m <sup>2</sup>	250
Residencial	Casa (Padrão Alto Luxo)	Acima de 251 m <sup>2</sup>	300
CATEGORIA	TIPO	UNIDADE DE MEDIDA	CONSUMO (L/DIA)
Comercial/Público	Prédios, escritórios em geral	Por m <sup>2</sup>	8,3
Comercial/Público	Supermercado	Por m <sup>2</sup>	5,0
Comercial/Público	Escola/internato	Por aluno	150
Comercial/Público	Escola/externato	Por aluno	50
Comercial/Público	Escola/semi-internato	Por aluno	100
Comercial/Público	Hospitais e casas de saúde	Por leito	300
Comercial/Público	Hotéis com cozinha e lavanderia	Por hóspede	250
Comercial/Público	Hotéis sem cozinha e lavanderia	Por hóspede	120
Comercial/Público	Quartéis	Por soldado	150
Comercial/Público	Cavalariças	Por cavalo	100
Comercial/Público	Restaurante	Por refeição	25
Comercial/Público	Garagens, oficinas e postos de serviços para automóveis	Por automóvel	Garagem: 25 Oficina e Postos: 50
Comercial/Público	Garagens, oficinas e postos de serviços para caminhões	Por caminhão	Garagem: 50 Oficina e Postos: 100
Comercial/Público	Garagens, oficinas e postos de serviços para ônibus.	Por ônibus	250
Comercial/Público	Posto de abastecimento com serviços de lavagem de automóveis	Por automóvel	150
Comercial/Público	Lava jato de automóveis	Por automóvel	100
Comercial/Público	Cinemas, teatros, igrejas, ambulatórios	Por lugar	10
Comercial/Público	Creches	Por aluno	100
Comercial/Público	Lavanderias	Por kg de roupa	30
CATEGORIA	TIPO	UNIDADE DE MEDIDA	CONSUMO (L/DIA)
Industrial	Fábrica uso pessoal	Por operário	80
Industrial	Fábrica uso pessoal e com restaurante	Por operário	100

Fonte: TOMAZ, Plínio. Previsão de consumo de água. Interface das instalações prediais de água e esgoto com os serviços públicos. São Paulo: Comercial Editora Hermano & Bugelli Ltda., 2000.

**ERRATA 009/2017 PMJ TA 01**

Publicação Nº 1608864

PREFEITURA DE JOAÇABA – SC

Errata ao contrato nº 009/2017 TA 01, publicado no DOM em 26/04/2018 - edição 2511 – PÁG.; 402;

1) Onde se lê:

1	neste ato representada pelo Sr. Ivan Zanardo, portados da Carteira de Identidade nº 11/R-180.205 e inscrito no CPF sob nº 003.198.219-00.
2	Na assinatura : Ivan Zanardo

Leia-se:

1	neste ato representada pelo Sr. BRIAN SILVA, portador do documento de identidade nº 4R3059085-SSP/SC e inscrito no CPF/MF sob o nº 016.770.799-08 e pelo Sr. CLEVERSON DUTRA ZONTINI, portador do documento de identidade nº 6.739.927-7-SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob o nº 025.466.729-59.
2	Na assinatura: Brian Silva – Cleverson Dutra Zontini

As demais disposições permanecem inalteradas.  
Joaçaba, SC, 30.04.2018

**EXTRATO PP 02/2018/FMAS**

Publicação Nº 1608552

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS  
JOAÇABA (SC)  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 04/2018/FMAS  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2018/FMAS

Objeto: a aquisição de 01 (um) veículo tipo motocicleta e acessórios, destinados as atividades do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, de Joaçaba, SC. Data da abertura: Dia 23/05/2018, a partir das 14h, na sala do Setor de Compras e Licitações, no endereço abaixo citado. Forma de Julgamento: Menor preço por Item. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 14h, do dia 23/05/2018, no Setor de Compras e Licitações. Local para aquisição do Edital: Secretaria Municipal de Gestão Administrativa – Setor de Compras e Licitações, na Avenida XV de Novembro, 378, Centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site [www.joacaba.sc.gov.br](http://www.joacaba.sc.gov.br), a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8805 / 3527-8828 ou pelo e-mail [comprasjba@yahoo.com.br](mailto:comprasjba@yahoo.com.br)

Joaçaba, 30 de abril de 2018.  
MUNICÍPIO DE JOAÇABA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
JUCELINO JORGE FERRAZ – Secretário

**EXTRATO PP 33/2018/PMJ**

Publicação Nº 1608883

MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 33/2018/PMJ  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 54/2018/PMJ

Objeto: o Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de produtos de higiene pessoal, bem como de produtos e materiais destinados à limpeza e conservação dos prédios públicos municipais. Forma de Julgamento: Menor Preço por Item. Credenciamento

e entrega dos envelopes: até as 10h do dia 28/05/2018. Processamento do Pregão: às 10h do dia 28/05/2018, na sala do Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, no endereço abaixo citado. Local para aquisição do Edital: Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, situado na Avenida XV de Novembro, 378, centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site [www.joacaba.sc.gov.br](http://www.joacaba.sc.gov.br), a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8828 ou pelo e-mail [comprasjba@yahoo.com.br](mailto:comprasjba@yahoo.com.br).

Joaçaba, 30 de abril de 2018.  
MUNICÍPIO DE JOAÇABA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA  
JORGE LUIZ DRESCH - Secretário

**EXTRATO PP 34/2018/PMJ**

Publicação Nº 1608626

MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 55/2018/PMJ  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 34/2018/PMJ

Objeto: o Registro de Preços para contratação eventual e futura de serviços de conserto, incluindo a desmontagem e montagem, de pneus destinados à manutenção dos veículos da frota dos órgãos participantes. Forma de Julgamento: Menor Preço por Item. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 14h do dia 29/05/2018. Processamento do Pregão: às 14h do dia 29/05/2018, na sala do Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, no endereço abaixo citado. Local para aquisição do Edital: Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, situado na Avenida XV de Novembro, 378, centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site [www.joacaba.sc.gov.br](http://www.joacaba.sc.gov.br), a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8828 ou pelo e-mail [comprasjba@yahoo.com.br](mailto:comprasjba@yahoo.com.br).

Joaçaba, 30 de abril de 2018.  
MUNICÍPIO DE JOAÇABA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E AGRICULTURA  
VILSON SARTORI - Secretário

**NOTIFICAÇÃO DE COMPARECIMENTO**

Publicação Nº 1608514

**NOTIFICAÇÃO PARA COMPARECIMENTO**

Considerando que o Município de Joaçaba desconhece o responsável pelo Espólio de Joacir Luzzi, bem como, se existem herdeiros, convocamos os mesmos para manifestarem no prazo de 30 (trinta) dias, se possuem interesse em permanecer com a Permissão para operar o serviço de taxi, nos termos do Art. 10 da Lei nº 125 de 10 de novembro de 2006. Caso não ocorra a manifestação no prazo estipulado, serão extintos os débitos do ano corrente e declarado vago o ponto do permissionário.  
Joaçaba(SC), 27 de abril de 2018

Jorge Luiz Dresch  
Secretário Municipal de Gestão Administrativa e Financeira



**PORTARIA N.º 2.684**

Publicação Nº 1608827

PORTARIA Nº 2.684 DE 26 DE ABRIL DE 2018

**"REDISTRIBUI COMISSÃO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."**

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições legais, e de acordo com o Art. 138 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003,

**RESOLVE,**

Art. 1º REDISTRIBUIR "Processo Administrativo Disciplinar", no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de publicação deste ato, a fim de que se apure eventual descumprimento das obrigações funcionais da servidora Sra. Liana Russowski Bragagnolo, conforme memorando 200/2018 da Secretaria Municipal de Saúde e Parecer Jurídico.

Art. 2º Visando à imparcialidade total do processo, conforme o art. 2º, parágrafo 1º do Decreto nº 4.259, DESIGNAR os servidores, HELLEN CHRISTIAN WIEST DABROWSKI, ANDRE LUIZ DRI E LUCI TEREZINHA HEBERLE, para conduzirem a Comissão, sob a presidência do primeiro, a fim de dar cumprimento ao disposto no item anterior, em razão das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto n.º 4.259 de 04 de março de 2013, Lei n.º 4.298 de 14 de fevereiro de 2013 e Decreto n.º 4.917/2016.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 26 de abril de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 2.685**

Publicação Nº 1608830

PORTARIA Nº 2.685 DE 26 DE ABRIL DE 2018

**"CONCEDE PROGRESSÃO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC) no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 da Lei Orgânica Municipal e pelo art. 31 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011,

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO POR TITULAÇÃO a(o) Servidor(a) Sr(a) CRISTINA ALVES PADILHA BERNARDINI, Técnico de Administração, em função da titulação de Graduação, conforme pedido protocolado através do processo n.º 96/2018 de 09 de janeiro de 2018, ficando enquadrado em função da nova titulação como Técnico de Administração B – VII.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de abril de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 26 de abril de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 2.686**

Publicação Nº 1608837

PORTARIA Nº 2.686 DE 26 DE ABRIL DE 2018.

**"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

**RESOLVE;**

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) ALINE APARECIDA SCHMIDT DAMBROS, Assistente Social, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme memorando da Secretaria Municipal de Assistência Social, referente ao período de 18 de abril de 2014 a 17 de abril de 2015 (12 dias), por um período de 12 (doze) dias, a partir de 12 de abril de 2018 de acordo com o Art. 80 da Lei Complementar nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 12 de abril de 2018, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 26 de abril de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**RECISAO 54/2018/PMJ**

Publicação Nº 1608228

TERMO DE RESCISÃO

CONTRATO Nº 54/2018/PMJ

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede à Avenida XV de Novembro, 378, inscrito no CNPJ/MF sob nº 82.939.380/0001-99, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E AGRICULTURA, doravante denominada CONTRATANTE, representada neste ato pelo Secretário Sr. VILSON SARTORI, resolve celebrar o presente TERMO DE RESCISÃO, relativo ao contrato firmado com a empresa TRIÂNGULO ENGENHARIA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.816.075/0001-24 estabelecida na Rua Pedro Nelcido Kafer, nº 29, no Município de Treze Tílias – SC, doravante denominada CONTRATADA, conforme cláusulas a seguir:

**CLAUSULA PRIMEIRA**

Fica rescindido, em conformidade com o disposto nos artigos 78, XVII da Lei nº 8.666/93 e alterações, o contrato nº 54/2018/PMJ, celebrado com a CONTRATADA em 04 de abril de 2018, decorrente do Processo de Licitação nº 11/2018/PMJ – Edital TP nº 2/2018/PMJ, cujo objeto era a execução pela CONTRATADA, dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para a execução dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para a pavimentação asfáltica com C.A.U.Q e drenagem pluvial, de parte da Rua Étori Pedrini, bairro Nossa Senhora de Lourdes, neste Município.

**CLÁUSULA SEGUNDA**

Os efeitos deste Termo de Rescisão contarão a partir da data de publicação do extrato do presente instrumento.

Joaçaba (SC), 26 de abril de 2018.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E AGRICULTURA

VILSON SARTORI - Secretário

## TESTEMUNHAS:

1. \_\_\_\_\_ 2. \_\_\_\_\_

**TERMO DE DESISTÊNCIA**

Publicação Nº 1608694

## Convocação:

Convocamos a senhora Andressa Gerhardt Dalla Lasta a apresentar-se a Secretaria Municipal de Educação de Joaçaba, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas do recebimento deste, para assumir vaga do Processo Seletivo referente ao edital n.º14/2016 no qual foi classificado para a vaga de Professor - Educação Infantil - Não Habilitado.

Caso não haja interesse em tomar posse do cargo para o qual foi classificado em processo seletivo, deve o aprovado subscrever correspondência, dizendo de sua desistência, enviando a mesma aos cuidados da Secretaria Municipal de Educação de Joaçaba.

Sem mais.

Secretaria Municipal de Educação  
Joaçaba/SC

**SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0009/2018 - SIMAE**

Publicação Nº 1608669

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 09/2018

REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE USINAGEM PARA MONTAGENS, ADEQUAÇÕES E MANUTENÇÕES EM TUBULAÇÕES DE FERRO FUNDIDO E GALVANIZADO DOS ABASTECIMENTOS DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO, EXECUÇÃO DE PEÇAS DA UNIDADES OPERACIONAIS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DO SIMAE, DECORRENTE DO PREGÃO PRESENCIAL JHL Nº 0021/2018, PROCESSO JHL Nº 0025/2018, PROTOCOLO JHL Nº 0782/2018.

Aos trinta dias do mês de abril do ano de dois mil e dezoito, o Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna, autarquia dos municípios de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna/SC, sito na Rua Tiradentes, nº 123, Centro, em Joaçaba/SC, inscrito no CNPJ sob nº 84.591.890/0001-43, neste ato representado por seu Diretor Presidente Paulo Cesar Lamin, doravante denominado "SIMAE" e a empresa Mecânica Breda Ltda Me, primeira classificada, abaixo relacionada, doravante denominada "DETENTORA", nos termos da Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Municipal nº 2.879/2006, Decreto Municipal nº 3.252/2008, com aplicação subsidiária da Lei nº 8.666/1993, Lei Complementar nº 123/2006 e alterações posteriores, e demais normas legais federais, estaduais e municipais vigentes, celebram a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, originada do Processo de Licitação JHL nº 0025/2018, Pregão Presencial JHL nº 0021/2018, homologado em 30/04/2018, mediante termos e condições que seguem:

## DETENTORAS:

1ª	RAZÃO SOCIAL:	MECÂNICA BREDALTDALDA – ME
	ENDEREÇO:	Rua Getúlio Vargas, 381 – centro – Joaçaba/SC
	CNPJ/MF:	84.585.918/0001-30
	REPRESENTANTE LEGAL:	Elisangela Fidelis
	CPF:	949.171.919-04
	RG:	3.155.266/ SSP /SC

## 1. DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o registro de preços visando futura e eventual contratação de serviços de usinagem para montagens, adequações e manutenções em tubulações de ferro fundido e galvanizado dos abastecimentos de água e esgotamento sanitário, execução de peças da unidades operacionais, máquinas e equipamentos do simae, de acordo com especificações, quantitativos e condições estabelecidas no Edital de Licitação e seus Anexos.

1.2 As peças e os serviços registrados são os seguintes:

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
1	20,00	SV	EXECUÇÃO DE ROSCA EM TUBO DE FERRO GALVANIZADO 1 ½"	BREDA	22,9734	459,47
2	50,00	SV	EXECUÇÃO DE ROSCA EM TUBO DE FERRO GALVANIZADO 2"	BREDA	24,8005	1.240,03
3	30,00	SV	EXECUÇÃO DE ROSCA EM TUBO DE FERRO GALVANIZADO 3"	BREDA	29,7803	893,41
4	20,00	SV	EXECUÇÃO DE ROSCA EM TUBO DE FERRO GALVANIZADO 4"	BREDA	35,7364	714,73
5	10,00	SV	SOLDA DE FLANGE EM TUBO DE FERRO GALVANIZADO 1 ½"	BREDA	26,959	269,59
6	20,00	SV	SOLDA DE FLANGE EM TUBO DE FERRO GALVANIZADO 2"	BREDA	28,3652	567,30

7	10,00	SV	SOLDA DE FLANGE EM TUBO DE FERRO GALVANIZADO 3"	BREDA	30,067	300,67
8	10,00	SV	SOLDA DE FLANGE EM TUBO DE FERRO GALVANIZADO 4	BREDA	34,6079	346,08
9	10,00	SV	EXECUÇÃO DE ROSCA EM TUBO DE FERRO FUNDIDO DN 80 MM	BREDA	45,9468	459,47
10	20,00	SV	EXECUÇÃO DE ROSCA EM TUBO DE FERRO FUNDIDO DN 100 MM	BREDA	55,3064	1.106,13
11	20,00	SV	EXECUÇÃO DE ROSCA EM TUBO DE FERRO FUNDIDO DN 150 MM	BREDA	67,5051	1.350,10
12	20,00	SV	EXECUÇÃO DE ROSCA EM TUBO DE FERRO FUNDIDO DN 200 MM	BREDA	78,853	1.577,06
13	20,00	SV	EXECUÇÃO DE ROSCA EM TUBO DE FERRO FUNDIDO DN 250 MM	BREDA	95,0284	1.900,57
14	6,00	SV	EXECUÇÃO DE ROSCA EM TUBO DE FERRO FUNDIDO DN 300 MM.	BREDA	117,7062	706,24
15	4,00	SV	EXECUÇÃO DE ROSCA EM TUBO DE FERRO FUNDIDO DN 350 MM.	BREDA	136,1387	544,55
16	10,00	SV	EXECUÇÃO DE ROSCA EM FLANGE DE FERRO FUNDIDO DN 80 MM	BREDA	45,3826	453,83
17	20,00	SV	EXECUÇÃO DE ROSCA EM FLANGE DE FERRO FUNDIDO DN 100 MM	BREDA	52,1895	1.043,79
18	20,00	SV	EXECUÇÃO DE ROSCA EM FLANGE DE FERRO FUNDIDO DN 150 MM	BREDA	58,9964	1.179,93
19	20,00	SV	EXECUÇÃO DE ROSCA EM FLANGE DE FERRO FUNDIDO DN 200 MM	BREDA	69,7711	1.395,42
20	20,00	SV	EXECUÇÃO DE ROSCA EM FLANGE DE FERRO FUNDIDO DN 250 MM	BREDA	86,2242	1.724,48
21	6,00	SV	EXECUÇÃO DE ROSCA EM FLANGE DE FERRO FUNDIDO DN 300 MM.	BREDA	105,7941	634,76
22	4,00	SV	EXECUÇÃO DE ROSCA EM FLANGE DE FERRO FUNDIDO DN 350 MM.	BREDA	122,8115	491,25
23	10,00	SV	SOLDA DE FLANGE EM TUBO DE FERRO FUNDIDO DN 80 MM	BREDA	69,4934	694,93
24	20,00	SV	SOLDA DE FLANGE EM TUBO DE FERRO FUNDIDO DN 100 MM	BREDA	84,809	1.696,18
25	20,00	SV	SOLDA DE FLANGE EM TUBO DE FERRO FUNDIDO DN 150 MM	BREDA	98,7006	1.974,01
26	20,00	SV	SOLDA DE FLANGE EM TUBO DE FERRO FUNDIDO DN 200 MM	BREDA	121,674	2.433,48
27	20,00	SV	SOLDA DE FLANGE EM TUBO DE FERRO FUNDIDO DN 250 MM	BREDA	124,2266	2.484,53
28	6,00	SV	SOLDA DE FLANGE EM TUBO DE FERRO FUNDIDO DN 300 MM.	BREDA	139,5422	837,25
29	4,00	SV	SOLDA DE FLANGE EM TUBO DE FERRO FUNDIDO DN 350 MM	BREDA	158,8345	635,34
30	100,00	HR	SERVIÇOS DE TORNO MECÂNICO	BREDA	66,6542	6.665,42
31	50,00	HR	SERVIÇOS DE FRESA	BREDA	62,3999	3.120,00
Total						39.900,00

## 2. DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- Edital do Pregão Presencial nº 0021/2018 e seus anexos;
- Proposta da(s) Licitante(s);
- Planilha de lances do Pregão.

## 3. VIGÊNCIA

3.1 A presente Ata vigorará pelo período de 12 (doze) meses, contados do dia 30/04/2018.

## 4. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 O sistema de registro de preços do SIMAE tem como objetivo manter na entidade o registro de propostas vantajosas e, segundo sua conveniência, promover as contratações dos licitantes vencedores do Pregão.

4.2 A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações que deles poderão advir facultando-se a realização de licitação específica para o objeto pretendido, sendo assegurada à DETENTORA do registro a preferência na contratação em igualdade de condições, nos termos do art. 15, § 4º, da Lei nº 8.666/93.

4.3 O SIMAE monitorará, periodicamente os preços dos itens desta Ata, avaliará o mercado constantemente e poderá rever os preços registrados a qualquer tempo, em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos serviços registrados.

4.3.1 O SIMAE convocará a DETENTORA para negociar o preço registrado e adequá-lo ao preço de mercado, sempre que verificar que o preço registrado está acima do preço de mercado. Caso seja frustrada a negociação para redução do preço, a DETENTORA será liberada do compromisso assumido.

4.3.2 No caso de desequilíbrio econômico-financeiro (preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado, e mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta da DETENTORA e aquele vigente no mercado à época do registro - equação econômico-financeira), sendo frustrada a negociação entre as partes, a DETENTORA poderá ser liberada do compromisso assumido.

4.3.3 Havendo negociação entre as partes, o aumento para recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro da Ata de Registro de Preços somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da licitação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela DETENTORA (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

4.2.4 As alterações de preços oriundos da revisão dos mesmos, no caso de desequilíbrio econômico-financeiro, serão publicadas na imprensa oficial, sem prejuízo do cumprimento da obrigação contida no art. 15, § 2º, da Lei nº 8.666/93 (publicação trimestral dos preços registrados).

4.3 A contratação com a DETENTORA será formalizada por instrumento contratual, autorização de compra ou nota de empenho de despesa, observando-se o disposto no art. 62, da Lei nº 8.666/93.

4.3.1 A DETENTORA poderá ser convocada para assinar Contrato (se esse for o caso), devendo firmá-lo em até 3 (três) dias úteis, contados do recebimento da notificação (via e-mail ou correio).

4.3.2 A autorização de fornecimento ou o instrumento similar conterá: as especificações e quantidade do bem pretendido; os preços

registrados, os quais deverão ser respeitados pela DETENTORA; os prazos para entrega dos bens; o número do processo licitatório; a indicação da dotação orçamentária que dará cobertura à despesa.

## 5. DAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS

5.1 A inexecução total ou parcial das obrigações assumidas pela DETENTORA enseja a aplicação das penalidades previstas nesta Ata de Registro de Preços.

5.2 A DETENTORA será responsável por eventuais danos havidos no objeto, provenientes de negligência, imperícia e/ou imprudência praticados por seus empregados, obrigando-se a substituí-los, ou a indenizar a Administração do prejuízo causado.

5.3 A DETENTORA deverá manter, até o cumprimento final de sua obrigação, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar imediatamente ao SIMAE qualquer alteração que possa comprometer o objeto contratado.

## 6. DO ACOMPANHAMENTO

6.1 O gestor dos Contratos e/ou Autorizações de Fornecimento oriundos desta Ata de Registro de Preços é Fabiola Fritzen Pelizzaro, lotado no Setor de Materiais, Transporte e Patrimônio do Simae, e-mail: [compras@simae.sc.gov.br](mailto:compras@simae.sc.gov.br), telefone: 49 3551-8245.

6.2 O fiscal dos Contratos e/ou Autorizações de Fornecimento oriundos desta Ata de Registro de Preços é Wilian Sartor Sganzerla, lotado no Setor de Perdas, Cadastro e Infraestrutura do Simae, e-mail: [engenharia1@simae.sc.gov.br](mailto:engenharia1@simae.sc.gov.br), telefone: 49 3551-8218.

## 7. DAS CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1 O objeto deverá ser executado de forma parcelada e atender às especificações dos Anexos I e II do Edital.

7.2 Os serviços de usinagem serão realizados conforme necessidade do Simae, que procederá à solicitação que lhe convier, realizada dentro do prazo de contratação.

7.3 O Simae emitirá documento informando o tipo de serviço e a respectiva quantidade.

7.4 O Simae poderá solicitar regime de urgência para até 10% (dez por cento) do quantitativo previsto em cada item do Anexo I deste Edital ou 1 (uma) unidade para os serviços com menos de 10 unidades.

7.5 O transporte dos flanges e tubos (retirada e retorno) é de responsabilidade da Contratada, e já deverá estar incluso no preço ofertado, não podendo ser cobrado nada do Simae a este título.

7.5.1 O SIMAE PODERÁ REALIZAR O TRANSPORTE DA TUBULAÇÃO ATÉ A OFICINA ASSIM COMO A SUA RETIRADA, DESDE QUE A OFICINA ESTEJA EM UM RAIO MÁXIMO DE 10 KM DA SEDE ADMINISTRATIVA DO SIMAE, SITUADA NA RUA TIRADENTES, Nº 123, CENTRO, JOAÇABA/SC.

7.6.2 Nos serviços de URGÊNCIA o Simae irá fazer o transporte dos flanges e tubos.

7.6 O prazo para a execução do serviço será de 72 (setenta e duas) horas após a solicitação do serviço. Para os serviços de urgência, a empresa registrada terá o prazo de 8 (oito) horas para executar.

7.7 O Simae informará se o serviço é regular ou de urgência.

7.8 Fica estabelecido que os flanges e tubos serão recebidos:

a) provisoriamente, para verificação da qualidade dos serviços de usinagem conforme especificação;

b) definitivamente, após a verificação da qualidade e conformidade dos serviços de usinagem com a especificação e a consequente aceitação.

7.9 Os serviços de usinagem que forem recusados (tanto no recebimento provisório ou antes do recebimento definitivo) deverão ser refeitos no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da data de notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para o Simae. Para os serviços de urgência a empresa registrada terá o prazo máximo de 8 (oito) horas para refazer os serviços de usinagem.

7.9.1 Caso seja comprovado que os serviços de usinagem não estão de acordo com as especificações do Edital e seus Anexos, a fornecedora deverá ressarcir todos os custos com a Administração, bem como os prejuízos e danos eventualmente causados à Administração.

7.10 Se os serviços de usinagem recusadas, por qualquer problema, não forem refeitos no prazo estipulado, a fornecedora estará sujeita às sanções previstas neste Edital, na Ata de Registro de Preços/Contrato e na Lei.

7.11 Constatado o fornecimento de serviços de má qualidade, o Simae poderá utilizar-se do disposto na Lei 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.

7.12 A prestação dos serviços de forma inadequada, que não atenderem às exigibilidades, não será recebida e o pagamento ficará suspenso até sua regularização de forma integral.

## 8. DA FORMA DE PAGAMENTO

8.1 O pagamento será efetivado de acordo com a proposta de preços apresentada pela DETENTORA, observado o que consta nesta Ata de Registro de Preços, no Edital e seus Anexos, inclusive quanto à forma e condições de pagamento.

8.2 O pagamento será:

8.2.1 Efetivado de acordo com o serviço prestado, mediante apresentação das notas fiscais/faturas de serviços que deverão ser emitidas em nome do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto, CNPJ 84.591.890/0001-43, ao e-mail [compras@simae.sc.gov.br](mailto:compras@simae.sc.gov.br) da qual deverá constar o número desta licitação, acompanhado do número do Empenho emitido pelo SIMAE.

8.2.2 Realizado através do SIMAE, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, após o atesto do Fiscal, contados da efetiva prestação dos serviços ou efetivo recebimento das peças, observado o que consta no item 7 desta Ata de Registro de Preços.

8.2.3 Caso o serviço seja recusado ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização do serviço, da peça ou do documento fiscal, a depender do evento.

8.3 É OBRIGATÓRIO A EMISSÃO DE NOTA FISCAL ELETRÔNICA (NF-e), em substituição às notas impressas 1 e 1 A.

8.4 Nenhum pagamento será efetuado à DETENTORA enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

8.5 Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

8.6 O Simae exigirá da DETENTORA, que mantenha atualizadas as Certidões Negativas de Débito com o INSS E FGTS.



8.7 O pagamento será efetuado diretamente através de depósito bancário em Banco indicado pela DETENTORA.

8.8 Fica expressamente estabelecido que os preços constantes na proposta da DETENTORA incluem todos os custos diretos e indiretos requeridos para prestação dos serviços, constituindo-se na única remuneração devida.

8.9 No eventual atraso de pagamento por parte do SIMAE, a compensação financeira será a atualização ocorrida entre o último dia para pagamento estabelecido e a data do pagamento efetivamente ocorrido, baseado no INPC-IBGE.

## 9. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

9.1 As despesas resultantes desta Ata de Registro de Preços ocorrerão à conta de DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS do exercício de 2018, consignadas no:

ÓRGÃO/UNIDADE: 14.01

FUNÇÃO/PROGRAMA: 17.512.0028

PROJETO/ATIVIDADE: 2.061

ELEMENTO: 3.3.90.39.99.00.00.00

## 10. RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA DETENTORA

10.1 Executar os serviços e fornecer as peças nos prazos máximos estabelecidos no item 7 desta Ata de Registro de Preços, obedecendo rigorosamente às especificações técnicas dos Anexos I e II (Termo de Referência) do Edital.

10.2 Atender às especificações do Anexo I e II do Edital e executar de acordo com a demanda apresentada pelo SIMAE, durante a validade da Ata de Registro de Preços.

10.3 Manter, durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no presente Processo Licitatório.

10.4 Responsabilizar-se por qualquer dano pessoal ou material causados ao SIMAE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto. O SIMAE ficará alheio à relação jurídica que se estabelecer entre a DETENTORA e os terceiros eventualmente prejudicados por tais danos.

10.5 Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do objeto.

## 11. RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO SIMAE

11.1 Tomar todas as providências necessárias à execução do processo licitatório.

11.2 Manter pessoas ou constituir Comissão Especial designada pelo Diretor Presidente do Simae, visando à fiscalização da execução do Contrato e desta Ata de Registro de Preços.

11.3 Efetuar o pagamento à DETENTORA, de acordo com o item 8 desta Ata de Registro de Preços.

11.4 Conceder revisões contratuais toda vez que se verificar alterações no equilíbrio econômico-financeiro inicialmente estabelecido, mediante requerimento formal protocolado pela DETENTORA, devidamente instruído, com a comprovação do aumento dos custos.

11.5 Emitir, através do Setor de Materiais, Transporte e Patrimônio, Autorização de Fornecimento/Empenho para a execução dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços.

11.6 Providenciar a publicação desta Ata de Registro de Preços, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.

## 12. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DA FORNECEDORA

12.1 O registro da DETENTORA poderá ser cancelado, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

I – Pelo SIMAE:

a) quando a empresa descumprir as exigências do Edital ou da respectiva Ata;

b) quando a empresa, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;

c) quando a empresa der causa a rescisão administrativa de Contrato decorrente de registro de preços, por um dos motivos elencados no art. 78 e seus incisos da Lei nº 8.666/93;

d) quando não aceitar abaixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei nº 8.666/93.

II – Pelo fornecedor ou prestador de serviços, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

12.2 O cancelamento será precedido de processo administrativo e a sua decisão final deverá ser fundamentada.

12.3 A solicitação da DETENTORA para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultado ao SIMAE a aplicação das penalidades previstas nesta Ata de Registro de Preços, caso não aceite as razões do pedido.

12.3.1 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho do Diretor Presidente do SIMAE.

12.3.2 A DETENTORA poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preços na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

12.4 A solicitação da DETENTORA para cancelamento do registro de preços não desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do SIMAE, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultado ao SIMAE a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceite as razões do pedido.

12.5 Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, a Administração fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos demais fornecedores a nova ordem de registro.

## 13. DAS SANÇÕES



13.1 As sanções e penalidades que poderão ser aplicadas à DETENTORA, garantida a prévia defesa, são as previstas na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, no Pregão e nesta Ata de Registro de Preços.

13.2 Penalidades que poderão ser cominadas, individual ou cumulativamente, à DETENTORA:

I – Advertência, que será aplicada:

a) no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva da DETENTORA;

b) nas ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do SIMAE, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave;

II – Multa, que será deduzida dos respectivos créditos, ou cobrados administrativamente ou judicialmente, correspondente a:

a) 5% (cinco por cento) do valor máximo estabelecido para a licitação, pela recusa em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, no prazo de até 10 (dez) dias úteis;

b) 0,2% (zero vírgula dois por cento) por dia útil de atraso, cuja aplicação será sobre o valor total do Empenho em que ocorreu o atraso, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor total do Empenho;

c) 20% (dez por cento) sobre o valor total do Empenho, no caso da Contratada não executar os serviços, desatender às condições estipuladas ou pedir a rescisão da Ata de Registro de Preços, calculada sobre o total ou a parte inadimplente;

III – Impedimento, de acordo com o art. 7º, da Lei Federal nº 10.520, de 17.07.2002: a Contratada, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, ficará impedida de licitar e contratar com o Simae, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, na hipótese de:

a) recusar-se a assinar o Contrato ou a receber o Empenho, quando enviado por e-mail, dentro do prazo de validade da proposta;

b) deixar de apresentar os documentos discriminados no Edital, tendo declarado que cumpria os requisitos de habilitação;

c) apresentar documentação falsa para participar no certame, conforme registrado em ata, ou demonstrado em procedimento administrativo, mesmo que posterior ao encerramento do certame;

d) retardar a execução do certame por conduta reprovável da licitante, registrada em ata;

e) não manter a proposta após a adjudicação;

f) desistir de lance verbal realizado na fase de competição;

g) comportar-se de modo inidôneo durante a realização do certame, registrado em ata;

h) fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal demonstrada durante ou após a realização do certame;

i) falhar ou fraudar a execução do Contrato;

j) descumprir as obrigações decorrentes do Contrato;

k) ser considerada tecnicamente incapaz de fornecer o objeto do Contrato.

IV – Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade (nas mesmas hipóteses previstas para o impedimento, sempre que julgar a necessidade de aplicação de penalidade mais grave).

13.3 As sanções de advertência, de impedimento de licitar e contratar com o SIMAE e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à DETENTORA juntamente com a de multa.

13.4 Na aplicação das penalidades previstas nesta Ata de Registro de Preços, o SIMAE considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da DETENTORA, graduando-as e podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as justificativas da DETENTORA, nos termos do que dispõe o art. 87, caput, da Lei nº 8.666/93.

13.5 O SIMAE observará a boa-fé da DETENTORA e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao SIMAE ou a terceiros.

13.6 A reincidência da sanção de advertência, ensejará a aplicação de penalidade de suspensão.

13.7 O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado à DETENTORA.

13.7.1 Se o valor a ser pago à DETENTORA não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica essa obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial.

13.7.2 Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela DETENTORA ao SIMAE, esse será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

13.7.3 O não pagamento da multa implicará na aplicação da penalidade de impedimento de licitar e contratar com o SIMAE.

13.8 As penalidades aplicadas serão registradas no cadastro da DETENTORA e, quando a empresa for declarada inidônea, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS).

13.9 Nenhum pagamento será realizado à DETENTORA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

#### 14. DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 Elegem as partes contratantes o foro da cidade de Joaçaba/SC, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

14.2 E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em 02 (duas) vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba- (SC), 30 de abril de 2018.

Paulo Cesar Lamin

Diretor Presidente do Simae

Mecânica Breda Ltda

Sócia Administradora – Elisangela Fidelis

Testemunhas:

Fabiola Fritzen Pelizzaro  
Auxiliar administrativo

Wiliam Sartor Sganzerla  
Gerente SPCI

**HOMOLOGAÇÃO FINAL APROVADOS CONCURSO JHL 001/2018**

Publicação Nº 1608928

EDITAL Nº 01/2018 JHL DE 13 DE MARÇO DE 2018.  
HOMOLOGAÇÃO FINAL GERAL DOS CANDIDATOS APROVADOS  
PORTARIA n.º JHL 150/2018, de 02/05/2018

PAULO CESAR LAMIN, Diretor Presidente do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto - SIMAE, autarquia dos municípios de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna, SC, no uso de suas atribuições, torna público a classificação final dos aprovados após período recursal, conforme segue relação abaixo:

MECANICO DE MANUTENCAO									
Inscrição	Candidato	C.E	C.P	C.L	C.M	N.P.O.	N.F	Situação.	Class.
494	LEONARDO CAMPAGNOLLO	2,70	2,00	0,44	2,40	7,54	7,54	APROVADO(A)	1º
440	JOSIMAR LUIZ DE LÁZARO	2,70	2,00	0,66	1,44	6,80	6,80	APROVADO(A)	2º
319	TARCILA PEDROZO BENEMANN	2,70	1,50	0,22	1,92	6,34	6,34	APROVADO(A)	3º
456	FELIPE ANGELO CANALE	2,70	1,00	0,88	1,68	6,26	6,26	APROVADO(A)	4º
504	GABRIEL BISATTO FRANCESCHET	2,70	1,25	0,66	1,44	6,05	6,05	APROVADO(A)	5º
477	ISAAC ALENCAR TRENTIN	2,43	1,25	1,10	1,20	5,98	5,98	APROVADO(A)	6º
259	WILIAN PICININ GRAFF	2,70	1,50	0,66	0,96	5,82	5,82	APROVADO(A)	7º
442	MATEUS COLUSSO	1,89	1,50	0,66	1,68	5,73	5,73	APROVADO(A)	8º
308	ALDEMAR COUTO DA SILVA	1,62	1,75	1,32	0,96	5,65	5,65	APROVADO(A)	9º
471	ROBERTO LUIZ BAVARESCO	1,35	1,00	0,88	2,40	5,63	5,63	APROVADO(A)	10º
352	LUCIANO ANDRÉ BARZOTTO	2,70	0,75	0,66	1,44	5,55	5,55	APROVADO(A)	11º
244	MARCELO LAMB	1,62	1,75	1,10	0,96	5,43	5,43	APROVADO(A)	12º
79	JEAN RIBEIRO DOS SANTOS	2,16	1,50	0,66	0,96	5,28	5,28	APROVADO(A)	13º
82	GUILHERME ERNESTO PRATTO	2,16	1,00	0,44	1,68	5,28	5,28	APROVADO(A)	14º
59	JULIAN CEZAR LOPES GUARAGNI	2,16	1,25	0,88	0,96	5,25	5,25	APROVADO(A)	15º
357	FAGNER GEMELLI	1,89	1,25	0,66	1,44	5,24	5,24	APROVADO(A)	16º
433	EDUARDO GABRIEL HETKOWSKI	1,62	1,25	0,66	1,68	5,21	5,21	APROVADO(A)	17º
52	MATEUS LOPES DE BARBAS	1,62	1,50	0,88	1,20	5,20	5,20	APROVADO(A)	18º
164	LUIZ GUSTAVO GUIDINI DOS SANTOS	1,62	0,75	1,32	1,44	5,13	5,13	APROVADO(A)	19º
205	LUCAS LEAL NUNES	1,89	1,50	0,44	1,20	5,03	5,03	APROVADO(A)	20º
174	GUILHERME ZAMBIAZZI	1,89	1,00	0,44	1,68	5,01	5,01	APROVADO(A)	21º

AUXILIAR DE CONTROLE OPERACIONAL									
Inscrição	Candidato	C.E	C.P	C.L	C.M	N.P.O.	N.F	Situação.	Class.
158	ANA FLAVIA COSTA	2,70	2,25	1,32	2,16	8,43	8,43	APROVADO(A)	1º
281	LUCAS RAMON SARTORI	2,70	1,75	0,88	1,20	6,53	6,53	APROVADO(A)	2º
172	MARCOS DOS SANTOS PEREIRA	2,43	1,75	0,44	1,20	5,82	5,82	APROVADO(A)	3º
293	MERILENA ALVES DE LIMA BUENO	2,70	1,75	0,66	0,48	5,59	5,59	APROVADO(A)	4º
258	AUGUSTO KALELL ALVES DOS SANTOS	2,43	1,50	0,66	0,72	5,31	5,31	APROVADO(A)	5º
344	CLODOALDO GOMES	1,62	1,00	0,88	1,68	5,18	5,18	APROVADO(A)	6º

OPERADOR DE ETA									
Inscrição	Candidato	C.E	C.P	C.L	C.M	N.P.O.	N.F	Situação.	Class.
113	ALBERTO DOS SANTOS FRELLO	3,78	2,50	0,88	2,16	9,32	9,32	APROVADO(A)	1º
481	MARCOS VINICIUS DE CESARO	3,24	2,25	1,10	2,16	8,75	8,75	APROVADO(A)	2º
208	NASSER IBRAHIM	3,24	2,00	1,32	1,92	8,48	8,48	APROVADO(A)	3º
50	EDINEI COSER	3,78	1,50	0,66	2,16	8,10	8,10	APROVADO(A)	4º
526	MARCOS PEREIRA	3,24	2,00	0,88	1,92	8,04	8,04	APROVADO(A)	5º
269	VINÍCIOS GODINHO DEBASTIANI	3,24	1,75	0,66	2,16	7,81	7,81	APROVADO(A)	6º
527	LUCAS COELHO VIEIRA	3,51	1,50	0,88	1,44	7,33	7,33	APROVADO(A)	7º
68	ÂNGELA PIN ALBA	3,24	1,75	0,66	1,68	7,33	7,33	APROVADO(A)	8º
274	RENATA MACAGNAN	2,97	1,75	0,88	1,68	7,28	7,28	APROVADO(A)	9º

330	FELIPE CITADIN FERNANDES	2,97	1,25	1,10	1,92	7,24	7,24	APROVADO(A)	10º
63	DARCI CORREA DE QUADROS	3,24	2,00	0,66	1,20	7,10	7,10	APROVADO(A)	11º
300	OSÉIAS ROBSON FERNANDES	3,24	1,75	0,66	1,44	7,09	7,09	APROVADO(A)	12º
260	JÉSSICA TALITA ZAGONEL	2,97	2,00	1,10	0,96	7,03	7,03	APROVADO(A)	13º
214	JUNIOR GILVAN RODRIGUES DE FREITAS	2,97	1,50	1,10	1,44	7,01	7,01	APROVADO(A)	14º
129	ELVIS JOSE GONÇALVES DE ARAUJO	2,97	1,00	1,10	1,92	6,99	6,99	APROVADO(A)	15º
81	DANIELI ELOISA GRIGOLO	3,24	1,75	0,22	1,68	6,89	6,89	APROVADO(A)	16º
389	JEAN MICHEL PRANDINI	3,24	1,25	0,88	1,44	6,81	6,81	APROVADO(A)	17º
297	GREICY KELLY ISENSEE	2,70	1,25	0,44	2,40	6,79	6,79	APROVADO(A)	18º
374	ALCIMAR CAMASSOLA	2,16	1,75	0,66	1,92	6,49	6,49	APROVADO(A)	19º
179	MAURICIO PRESTES GRIGOL	2,43	1,50	1,10	1,44	6,47	6,47	APROVADO(A)	20º
85	CAROLINE CORONA	3,51	1,50	0,44	0,96	6,41	6,41	APROVADO(A)	21º
36	JAISON ALVES DREHER	3,24	1,25	0,44	1,44	6,37	6,37	APROVADO(A)	22º
200	NIDIANE GOMES DE OLIVEIRA	2,70	1,50	0,22	1,92	6,34	6,34	APROVADO(A)	23º
69	LUCAS SANGALETTI	2,16	1,50	1,10	1,44	6,20	6,20	APROVADO(A)	24º
24	MARIANE COPPINI	2,97	1,50	0,66	0,96	6,09	6,09	APROVADO(A)	25º
396	LUCAS PRONER	2,43	1,75	0,22	1,68	6,08	6,08	APROVADO(A)	26º
465	ADRIANA CITADIN FERNANDES	2,97	1,00	0,66	1,44	6,07	6,07	APROVADO(A)	27º
247	SIDINEI GONÇALVES	2,70	1,50	0,66	1,20	6,06	6,06	APROVADO(A)	28º
254	PAULO FRANCISCO TEIXEIRA	2,43	1,75	0,44	1,44	6,06	6,06	APROVADO(A)	29º
58	FRANCIELI INÊS GRIGOLO	2,43	1,75	1,10	0,72	6,00	6,00	APROVADO(A)	30º
451	JEAN RIBEIRO	2,16	1,75	1,10	0,96	5,97	5,97	APROVADO(A)	31º
310	RAFAEL FAVRETTO	2,97	1,00	0,88	0,96	5,81	5,81	APROVADO(A)	32º
222	NELSON PAULO TANELLO	2,97	1,50	0,00	1,20	5,67	5,67	APROVADO(A)	33º
60	EDUARDO JOSÉ CASALETTO	1,35	1,75	1,10	1,44	5,64	5,64	APROVADO(A)	34º
500	FRANCIELI SILVEIRA DE AVILA HOSTERT	2,70	1,50	0,22	1,20	5,62	5,62	APROVADO(A)	35º
418	MAICON ANTONIO DONDEL	2,97	1,00	0,66	0,96	5,59	5,59	APROVADO(A)	36º
6	MAITE APARECIDA BACH	2,70	1,50	0,66	0,72	5,58	5,58	APROVADO(A)	37º
92	ANELISIE IARA BISATTO MACHADO	2,16	2,00	0,22	1,20	5,58	5,58	APROVADO(A)	38º
245	LEANDRO GALVÃO	2,43	1,75	0,66	0,72	5,56	5,56	APROVADO(A)	39º
8	JONATAN DALAZEM	2,43	1,25	0,44	1,44	5,56	5,56	APROVADO(A)	40º
268	VANESSA MEURER DA SILVA	2,43	1,50	0,66	0,96	5,55	5,55	APROVADO(A)	41º
385	PAULO CEZAR SAGGIN	2,16	1,50	0,44	1,44	5,54	5,54	APROVADO(A)	42º
237	PATRÍCIA PERI	2,97	1,25	0,44	0,72	5,38	5,38	APROVADO(A)	43º
486	SIMONE DE MATOS	2,43	1,50	0,44	0,96	5,33	5,33	APROVADO(A)	44º
493	FABRICIO LAVRATTI	2,97	0,75	0,88	0,72	5,32	5,32	APROVADO(A)	45º
262	GABRIELA CORBANI	1,89	1,50	1,10	0,72	5,21	5,21	APROVADO(A)	46º
125	ANGELA MARIA ROSANELLI	2,43	1,25	0,44	0,96	5,08	5,08	APROVADO(A)	47º
355	KAROLINE LOUVATEL	2,43	1,25	0,44	0,96	5,08	5,08	APROVADO(A)	48º
76	CLAUDEMIR DANIELLI	2,43	1,00	0,44	1,20	5,07	5,07	APROVADO(A)	49º
506	DOUGLAS DA SILVA DREY	2,16	1,00	0,66	1,20	5,02	5,02	APROVADO(A)	50º
514	DOUGLAS GILIOLI BORTOLUZZI	1,89	1,50	0,66	0,96	5,01	5,01	APROVADO(A)	51º

## AUXILIAR DE OPERACOES

Inscrição	Candidato	C.E	C.P	C.L	C.M	N.P.O.	N.P.P	N.F	Situação.	Class.
464	MAURICIO FLORES DE CAMARGO	2,97	1,75	0,44	0,96	6,12	8,38	14,50	APROVADO(A)	1º
57	ADRIANO MASCARELLO	2,97	1,50	0,44	0,96	5,87	8,55	14,42	APROVADO(A)	2º
342	ANDERSON SEBASTIÃO DE OLIVEIRA GOMES	2,43	1,50	0,44	1,20	5,57	8,42	13,99	APROVADO(A)	3º
417	RAFAEL ANTONIO ANDOLFATTO	2,97	1,75	0,22	0,96	5,90	8,05	13,95	APROVADO(A)	4º
373	SAYMÃO JHÃO ALBERTI	2,43	1,00	0,22	1,44	5,09	8,67	13,76	APROVADO(A)	5º
131	MARCOS JOSÉ DA SILVA	2,97	1,00	0,44	0,96	5,37	8,25	13,62	APROVADO(A)	6º

240	FLÁVIO DAVERSA	3,51	1,00	0,22	1,44	6,17	7,38	13,55	APROVADO(A)	7º
503	AMARILDO JOSÉ NUNES DA SILVA	2,70	1,00	0,66	1,20	5,56	7,75	13,31	APROVADO(A)	8º
106	ELOI LUDWIG	2,70	1,50	0,22	1,44	5,86	7,30	13,16	APROVADO(A)	9º
444	GEIZA MULLER MICHELON	2,43	1,75	0,44	0,96	5,58	7,55	13,13	APROVADO(A)	10º
480	ANTONIO CARLOS DA SILVA	2,70	0,75	0,44	1,44	5,33	7,62	12,95	APROVADO(A)	11º
163	VALDECIR FERREIRA	2,70	1,50	0,66	1,44	6,30	6,55	12,85	APROVADO(A)	12º
199	JUAN GERRIE MAFRA	2,97	1,75	0,22	0,72	5,66	6,84	12,50	APROVADO(A)	13º
378	DIEGO COMIN	2,70	1,50	0,22	1,20	5,62	6,30	11,92	APROVADO(A)	14º
232	JULIANO ANDOLFATO	2,70	1,00	0,66	0,72	5,08	6,80	11,88	APROVADO(A)	15º
117	GUILHERME BOGONI MASCARELLO	2,43	1,25	0,66	1,20	5,54	6,09	11,63	APROVADO(A)	16º
311	LUIS RICARDO LINS DE LIMA	3,24	1,75	0,44	0,72	6,15	5,13	11,28	APROVADO(A)	17º
392	FELIPE GASPARINI DA SILVA	2,43	1,00	0,44	1,20	5,07	6,18	11,25	APROVADO(A)	18º
47	SANDRO MARTINS	2,97	1,50	0,66	0,72	5,85	5,34	11,19	APROVADO(A)	19º
520	DANIEL LACERDA	2,70	1,00	0,44	1,20	5,34	5,80	11,14	APROVADO(A)	20º
349	LEONARDO JOSE MACHADO	2,43	1,00	0,88	0,96	5,27	4,80	10,07	APROVADO(A)	21º
272	RODINEI PEREIRA	2,97	1,00	0,44	1,20	5,61	4,35	9,96	APROVADO(A)	22º
439	EDSON CARLOS CANALE	2,16	1,50	0,22	1,44	5,32	4,42	9,74	APROVADO(A)	23º

À vista do exposto, homologo o resultado final do Concurso Público SIMAE/JHL/001/2018, para todos os efeitos legais e com validade de dois anos a contar desta data.

Sem mais, registra-se e publique-se.

Paulo Cesar Lamin

Diretor Presidente

Joaçaba-SC, 02 de Maio de 2018.

## PORTARIA JHL 138/2018

Publicação Nº 1608138

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 138/2018 DE 30.04.2018

Paulo Cesar Lamin, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

### RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, 10(dez) dias de Férias Regulamentares, ao Servidor Léo Augusto Mendes (Matr. 97), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Operação, P-2, N-2, Ref.H-6, referente ao período aquisitivo compreendido entre 07.02.2017 à 06.02.2018, para serem fruídas no período de 07.05.2018 à 16.05.2018, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 07 de maio de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único do Art. 3º da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 30 de abril de 2018.

Paulo Cesar Lamin

Diretor Presidente

## PORTARIA JHL 139/2018

Publicação Nº 1608145

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 139/2018 DE 30.04.2018

Paulo Cesar Lamin, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

### RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, 15 (quinze) dias de Férias Regulamentares, a Servidora Caryane Ferreira Ribeiro (Matr. 181), ocupante do Cargo de Auxiliar Administrativo, P-3, N-1, Ref.D-1, referente ao período aquisitivo de 23.04.2017 à 22.04.2018, para serem fruídas no período de 04.05.2018 à 18.05.2018, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 04 de maio de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único do Art.3º da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 30 de abril de 2018.

Paulo Cesar Lamin  
Diretor Presidente

## **PORTARIA JHL 140/2018**

Publicação Nº 1608148

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 140/2018 DE 30.04.2018

Paulo Cesar Lamin, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

### **RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder, 20 (vinte) dias de Férias Regulamentares, ao Servidor André Luiz Sauer (Matr. 163), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Engenheiro, P-8, N-1, Ref.D-1, referente ao período aquisitivo de 09.06.2016 à 08.06.2017, para serem fruídas no período de 14.05.2018 à 02.06.2018, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Autorizar a conversão de 1/3 de férias em abono pecuniário, referente ao período aquisitivo já citado, conforme prevê o Art. nº 75 A da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 14 de maio de 2018 obedecido o disposto no parágrafo único do Art. 3º da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 30 de abril de 2018.

Paulo Cesar Lamin  
Diretor Presidente

## **PORTARIA JHL 141/2018**

Publicação Nº 1608156

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 141/2018 DE 30.04.2018

Paulo Cesar Lamin, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

### **RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder, 30 (trinta) dias de Férias Regulamentares, a Servidora Carina Daiana Recalcatti (Matr. 165), ocupante do Cargo de Auxiliar Administrativo, P-3, N-1, Ref.D-1, referente ao período aquisitivo de 01.08.2016 a 31.07.2017, para serem fruídas no período de 04.05.2018 à 02.06.2018, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 04 de maio de 2018 obedecido o disposto no parágrafo único do Art. 3º da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 30 de abril de 2018.

Paulo Cesar Lamin  
Diretor Presidente

## **PORTARIA JHL 142/2018**

Publicação Nº 1608274

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 142/2018 DE 30.04.2018

Paulo Cesar Lamin, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

### **RESOLVE:**

Art. 1º - CONVERTER EM PECÚNIA o período de 12 (doze) dias de licença-prêmio do(a) Servidor(a) Umberto Bresola Suzin, Auxiliar de Operações, conforme requerimento protocolado sob nº 948/2018 de 06 de abril de 2018, referente ao período aquisitivo de 26.10.2016 a 25.10.2017, de acordo com o Art. 80 A, parágrafo único da Lei Complementar 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho



de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 30 de abril de 2018.

Paulo Cesar Lamin

Diretor Presidente

## **PORTARIA JHL 143/2018**

Publicação Nº 1608302

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 143/2018 DE 30.04.2018

Paulo Cesar Lamin, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - CONVERTER EM PECÚNIA o período de 12 (doze) dias de licença-prêmio do(a) Servidor(a) Nilson Araújo, Auxiliar de Operações, conforme requerimento protocolado sob nº 947/2018 de 06 de abril de 2018, referente ao período aquisitivo de 01.01.2016 a 31.12.2016 de acordo com o Art. 80 A, parágrafo único da Lei Complementar 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 30 de abril de 2018.

Paulo Cesar Lamin

Diretor Presidente

## **PORTARIA JHL 144/2018**

Publicação Nº 1608314

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 144/2018 DE 30.04.2018

Paulo Cesar Lamin, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - CONVERTER EM PECÚNIA o período de 12 (doze) dias de licença-prêmio do(a) Servidor(a) Maurício Ricardo Dahmer, Oficial de Informática, conforme requerimento protocolado sob nº 950/2018 de 06 de abril de 2018, referente ao período aquisitivo de 01.10.2014 à 30.09.2015, de acordo com o Art. 80 A, parágrafo único da Lei Complementar 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 30 de abril de 2018.

Paulo Cesar Lamin

Diretor Presidente

## **PORTARIA JHL 145/2018**

Publicação Nº 1608316

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 145/2018 DE 30.04.2018

Paulo Cesar Lamin, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - CONVERTER EM PECÚNIA o período de 24 (vinte e quatro) dias de licença-prêmio do(a) Servidor(a) Giane Maria Marquenze Lecher, Escriturária, conforme requerimento protocolado sob nº 949/2018 de 06 de abril de 2018, referente ao período aquisitivo de 01.01.2014 à 31.12.2015, de acordo com o Art. 80 A, parágrafo único da Lei Complementar 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único do Art. 3º da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 30 de abril de 2018.  
Paulo Cesar Lamin  
Diretor Presidente

**PORTARIA JHL 146/2018**

Publicação Nº 1608322

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 146/2018 DE 30.04.2018

Paulo Cesar Lamin, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONVERTER EM PECÚNIA o período de 12 (doze) dias de licença-prêmio do(a) Servidor(a) Silvane Maier, Auxiliar Administrativo, conforme requerimento protocolado sob nº 1025/2018 de 12 de abril de 2018, referente ao período aquisitivo de 01.01.2017 à 31.12.2017, de acordo com o Art. 80 A, parágrafo único da Lei Complementar 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único do Art. 3º da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,  
Joaçaba-SC, 30 de abril de 2018.  
Paulo Cesar Lamin  
Diretor Presidente

**PORTARIA JHL 147/2018**

Publicação Nº 1608331

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 147/2018 DE 30.04.2018

Paulo Cesar Lamin, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONVERTER EM PECÚNIA o período de 36 (trinta e seis) dias de licença-prêmio do(a) Servidor(a) Valdinei Antonio Gusatto, Mecânico de Manutenção, conforme requerimento protocolado sob nº 1026/2018 de 12 de abril de 2018, referente ao período aquisitivo de 01.01.2013 à 31.12.2015, de acordo com o Art. 80 A, parágrafo único da Lei Complementar 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,  
Joaçaba-SC, 30 de abril de 2018.  
Paulo Cesar Lamin  
Diretor Presidente

**PORTARIA JHL 148/2018**

Publicação Nº 1608346

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 148/2018 DE 30.04.2018

Paulo Cesar Lamin, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONVERTER EM PECÚNIA o período de 12 (doze) dias de licença-prêmio do(a) Servidor(a) Osmar Antonio Antonello, Auxiliar de Operações, conforme requerimento protocolado sob nº 1172/2018 de 24 de abril de 2018, referente ao período aquisitivo de 02.10.2015 à 01.10.2016, de acordo com o Art. 80 A, parágrafo único da Lei Complementar 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,  
Joaçaba-SC, 30 de abril de 2018.  
Paulo Cesar Lamin  
Diretor Presidente

**PREGÃO PRESENCIAL JHL 0029/2018 - SIMAE**

Publicação Nº 1608345

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA  
LICITAÇÃO Nº 0034/2018  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0029/2018  
PROTOCOLO JHL 1094/2018

Encontra-se aberto no Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna, Pregão Presencial 0029/2018 – Licitação 0034/2018, TIPO MENOR PREÇO POR LOTE, que trata de:

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL A SER UTILIZADO NAS OBRAS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO NOS BAIRROS CLARA ADÉLIA, JARDIM CIDADE ALTA, MONTE BELO E MENINO DEUS E ADEQUAÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO NOS BAIRROS CONTESTADO E CLARA ADÉLIA NO MUNICÍPIO DE JOAÇABA.

Da Entrega dos Envelopes: até as 8h 50min do dia 15/05/2018 na sede do Simae, Rua Tiradentes, nº 123, em Joaçaba/SC.

Da Abertura: dia 15/05/2018 às 9h, na sede do Simae, Rua Tiradentes, nº 123, em Joaçaba/SC.

Edital: O Edital e anexos encontram-se à disposição dos interessados no endereço: Rua Tiradentes, nº 123, em Joaçaba/SC, no horário das 08h às 11h e das 14h às 17h ou no site [www.simae.sc.gov.br](http://www.simae.sc.gov.br), no período de 02/05/2018 a 15/05/2018.

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima, pelo telefone (49) 3551-8219 ou pelo e-mail: [licitacao@simae.sc.gov.br](mailto:licitacao@simae.sc.gov.br).

Joaçaba - SC, 30 de abril de 2018.

Paulo Cesar Lamin – Diretor Presidente do Simae.

**HOMOLOGAÇÃO PR 0021/2018 - SIMAE**

Publicação Nº 1608547

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO</b>	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 21/2018 - PR</b>
<b>CNPJ:</b> 84.591.890/0001-43 <b>Rua Tiradentes, 123</b> <b>C.E.P.:</b> 89600-000 - Joaçaba - SC	<b>Processo Administrativo:</b> 25/2018 <b>Processo de Licitação:</b> 25/2018 <b>Data do Processo:</b> 21/03/2018
	Folha: 1/3

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Diretor Presidente, Paulo Cesar Lamin, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 25/2018  
b) Licitação Nr.: 21/2018-PR  
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
d) Data Homologação: 30/04/2018  
e) Objeto da Licitação: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE USINAGEM PARA MONTAGENS, ADEQUAÇÕES E MANUTENÇÕES EM TUBULAÇÕES DE FERRO FUNDIDO E GALVANIZADO DOS ABASTECIMENTOS DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO, EXECUÇÃO DE PEÇAS DAS UNIDADES OPERACIONAIS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DO SIMAE.

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

**LOTE: 1****MECÂNICA BREDALTD (7790)**

1	EXECUÇÃO DE ROSCA EM TUBO DE FERRO GALVANIZADO 1 1/2" - Marca: BREDALTD	SV	20,00	0,0000	22,9734	459,47
2	EXECUÇÃO DE ROSCA EM TUBO DE FERRO GALVANIZADO 2" - Marca: BREDALTD	SV	50,00	0,0000	24,8005	1.240,03
3	EXECUÇÃO DE ROSCA EM TUBO DE FERRO GALVANIZADO 3" - Marca: BREDALTD	SV	30,00	0,0000	29,7803	893,41
4	EXECUÇÃO DE ROSCA EM TUBO DE FERRO GALVANIZADO 4" - Marca: BREDALTD	SV	20,00	0,0000	35,7364	714,73
5	SOLDA DE FLANGE EM TUBO DE FERRO GALVANIZADO 1 1/2" - Marca: BREDALTD	SV	10,00	0,0000	26,959	269,59
6	SOLDA DE FLANGE EM TUBO DE FERRO GALVANIZADO 2" - Marca: BREDALTD	SV	20,00	0,0000	28,3652	567,30
7	SOLDA DE FLANGE EM TUBO DE FERRO GALVANIZADO 3" - Marca: BREDALTD	SV	10,00	0,0000	30,067	300,67
8	SOLDA DE FLANGE EM TUBO DE FERRO GALVANIZADO 4" - Marca: BREDALTD	SV	10,00	0,0000	34,6079	346,08

Joaçaba, 30 de Abril de 2018.

Paulo Cesar Lamin - Diretor Presidente

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO</b>  <b>CNPJ: 84.591.890/0001-43</b> <b>Rua Tiradentes, 123</b> <b>C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC</b>	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 21/2018 - PR</b>  <b>Processo Administrativo: 25/2018</b> <b>Processo de Licitação: 25/2018</b> <b>Data do Processo: 21/03/2018</b>
	Folha: 2/3

### **TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

#### **LOTE: 1**

#### **MECÂNICA BREDALTD (7790)**

9	EXECUÇÃO DE ROSCA EM TUBO DE FERRO FUNDIDO DN 80 MM - Marca: BREDALTD	SV	10,00	0,0000	45,9468	459,47
10	EXECUÇÃO DE ROSCA EM TUBO DE FERRO FUNDIDO DN 100 MM - Marca: BREDALTD	SV	20,00	0,0000	55,3064	1.106,13
11	EXECUÇÃO DE ROSCA EM TUBO DE FERRO FUNDIDO DN 150 MM - Marca: BREDALTD	SV	20,00	0,0000	67,5051	1.350,10
12	EXECUÇÃO DE ROSCA EM TUBO DE FERRO FUNDIDO DN 200 MM - Marca: BREDALTD	SV	20,00	0,0000	78,853	1.577,06
13	EXECUÇÃO DE ROSCA EM TUBO DE FERRO FUNDIDO DN 250 MM - Marca: BREDALTD	SV	20,00	0,0000	95,0284	1.900,57
14	EXECUÇÃO DE ROSCA EM TUBO DE FERRO FUNDIDO DN 300 MM - Marca: BREDALTD	SV	6,00	0,0000	117,7062	706,24
15	EXECUÇÃO DE ROSCA EM TUBO DE FERRO FUNDIDO DN 350 MM - Marca: BREDALTD	SV	4,00	0,0000	136,1387	544,55
16	EXECUÇÃO DE ROSCA EM FLANGE DE FERRO FUNDIDO DN 80 MM - Marca: BREDALTD	SV	10,00	0,0000	45,3826	453,83
17	EXECUÇÃO DE ROSCA EM FLANGE DE FERRO FUNDIDO DN 100 MM - Marca: BREDALTD	SV	20,00	0,0000	52,1895	1.043,79
18	EXECUÇÃO DE ROSCA EM FLANGE DE FERRO FUNDIDO DN 150 MM - Marca: BREDALTD	SV	20,00	0,0000	58,9964	1.179,93
19	EXECUÇÃO DE ROSCA EM FLANGE DE FERRO FUNDIDO DN 200 MM - Marca: BREDALTD	SV	20,00	0,0000	69,7711	1.395,42
20	EXECUÇÃO DE ROSCA EM FLANGE DE FERRO FUNDIDO DN 250 MM - Marca: BREDALTD	SV	20,00	0,0000	86,2242	1.724,48
21	EXECUÇÃO DE ROSCA EM FLANGE DE FERRO FUNDIDO DN 300 MM - Marca: BREDALTD	SV	6,00	0,0000	105,7941	634,76
22	EXECUÇÃO DE ROSCA EM FLANGE DE FERRO FUNDIDO DN 350 MM - Marca: BREDALTD	SV	4,00	0,0000	122,8115	491,25
23	SOLDA DE FLANGE EM TUBO DE FERRO FUNDIDO DN 80 MM - Marca: BREDALTD	SV	10,00	0,0000	69,4934	694,93
24	SOLDA DE FLANGE EM TUBO DE FERRO FUNDIDO DN 100 MM - Marca: BREDALTD	SV	20,00	0,0000	84,809	1.696,18
25	SOLDA DE FLANGE EM TUBO DE FERRO FUNDIDO DN 150 MM - Marca: BREDALTD	SV	20,00	0,0000	98,7006	1.974,01
26	SOLDA DE FLANGE EM TUBO DE FERRO FUNDIDO DN 200 MM - Marca: BREDALTD	SV	20,00	0,0000	121,674	2.433,48
27	SOLDA DE FLANGE EM TUBO DE FERRO FUNDIDO DN 250 MM - Marca: BREDALTD	SV	20,00	0,0000	124,2266	2.484,53
28	SOLDA DE FLANGE EM TUBO DE FERRO FUNDIDO DN 300 MM - Marca: BREDALTD	SV	6,00	0,0000	139,5422	837,25
29	SOLDA DE FLANGE EM TUBO DE FERRO FUNDIDO DN 350 MM - Marca: BREDALTD	SV	4,00	0,0000	158,8345	635,34
30	SERVIÇOS DE TORNO MECÂNICO - HORA - Marca: BREDALTD	HR	100,00	0,0000	66,6542	6.665,42

Joaçaba, 30 de Abril de 2018.

-----  
 Paulo Cesar Lamin - Diretor Presidente



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO**

CNPJ: 84.591.890/0001-43  
Rua Tiradentes, 123  
C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC

**PREGÃO PRESENCIAL****Nr.: 21/2018 - PR**

Processo Administrativo: 25/2018  
Processo de Licitação: 25/2018  
Data do Processo: 21/03/2018

Folha: 3/3

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO****LOTE: 1****MECÂNICA BREDALTA (7790)**

31	SERVIÇOS DE FRESA - Marca: BREDALTA	HR	50,00	0,0000	62,3999	3.120,00
<b>Total do Fornecedor:</b>						<b>39.900,00</b>
<b>Total Geral:</b>						<b>39.900,00</b>

Joaçaba, 30 de Abril de 2018.

-----  
Paulo Cesar Lamin - Diretor Presidente

# Laguna

## PREFEITURA

### DECRETO Nº. 5.022/2018

Publicação Nº 1608869

DECRETO Nº 5.022/2017, de 30 de abril de 2018.

DISPÕE SOBRE PROBLEMAS TÉCNICOS DOS OPTANTES PELO PROGRAMA DE REFINANCIAMENTO – REFIS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Mauro Vargas Candemil, no uso das atribuições legais a si conferidas no artigo 68, incisos III e XXV, da Lei Orgânica do Município de Laguna, Considerando a ocorrência de problemas técnicos nos sistemas de informação e geração de parcelamentos de débitos ocorridos durante o dia 27 de abril de 2018, que evitaram que os contribuintes fizessem a opção pelo Programa REFIS.

Considerando a impossibilidade técnica decorrente de situação não imputável aos contribuintes e a falta de requerimento formal que possam identificá-los pessoalmente;

Considerando que a data limite de adesão ao Programa de Parcelamento veio a ocorrer em dia não útil, impossibilitando que a falha viesse a ser corrigida em tempo hábil;

DECRETA:

Art. 1º. Fica permitida aos contribuintes a possibilidade de adesão ao REFIS nos dias 02 e 03 de maio de 2018, em restituição aos dias 27 e 28 de abril de 2018, pela ocorrência de indisponibilidade técnica dos serviços de informatização do Município.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Mauro Vargas Candemil  
Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 505/2018

Publicação Nº 1608870

PORTARIA RH Nº 505/2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

R E S O L V E:

DESIGNAR CARLOS ALBERTO REMOR, Assessor Especial de Planejamento, para Fiscalizar os serviços de mão de obra para calçamento, referente ao processo licitatório nº 029/2018, pregão nº 18/2018, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 18 de Abril de 2018.

MAURO VARGAS CANDEMIL  
Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 532/2018

Publicação Nº 1608871

PORTARIA RH Nº 532/2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

R E S O L V E:

DEMITIR A PEDIDO CARLA ROBERTA DESERTOLI do Cargo de Professor de Anos Iniciais, 20 horas, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 25 de Abril de 2018.  
MAURO VARGAS CANDEMIL  
Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 534/2018

Publicação Nº 1608872

PORTARIA RH Nº 534/2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

R E S O L V E:

DESIGNAR WALMECIR JORGE RAMPINELLI, Engenheiro Civil, para Fiscalizar a Obra Construção da Unidade Básica de Saúde do Bairro Portinho, conforme contrato nº 009/2018, cuja ordem de serviço 004/2018, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 26 de Abril de 2018.  
MAURO VARGAS CANDEMIL  
Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 535/2018

Publicação Nº 1608873

PORTARIA RH Nº 535/2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

R E S O L V E:

CONCEDER LICENÇA SEM VENCIMENTO, ao Servidor RODRIGO CONSTANTINO LUIZ ocupante do Cargo de provimento efetivo de Odontólogo, pelo período de 01 ano, a partir de 01/04/2018, com lotação na Secretaria de Saúde, com base no Art. 56 da Lei Complementar nº 136/2006 e suas alterações.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 26 de Abril de 2018.  
MAURO VARGAS CANDEMIL  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 536/2018**

Publicação Nº 1608874

PORTARIA RH Nº 536/2018

O SECRETÁRIO DA FAZENDA, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014;

R E S O L V E:

CONCEDER FÉRIAS, RENATA GOMES NUNES SOUZA Auxiliar Administrativo, do dia 30.04.2018 a 29.05.2018, referente ao período aquisitivo 2016/2017.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 30 de Abril de 2018.

LUCIANA FERNANDES PEREIRA

Secretário Municipal

# Lauro Muller

## PREFEITURA

### DISPENSA Nº. 079/PMLM/2018

Publicação Nº 1608276

DISPENSA Nº. 079/PMLM/2018

OBJETIVO: O Município de Lauro Muller torna público que procedeu, na forma do artigo 24, inciso II, da Lei 8.666/93, mediante processo administrativo regular de Dispensa de Licitação para a prestação de serviço de aulas de KARATÊ junto ao CRAS de Lauro Muller.

CONTRATANTE: Município de Lauro Muller.

PRESTADOR:

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, inciso II, da Lei Nº. 8.666/93.

RECONHECIDO: em 25/04/2018, por Ana Rúbia Prestados Dos Santos Cesconeto, Secretária de Administração e Finanças.

RATIFICAÇÃO: em 25/04/2018, por Valdir Fontanella, Prefeito Municipal.

Lauro Muller, 25 de Abril de 2018.

GENIVALDO DA SILVA

PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

### INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 082/PMLM/2018

Publicação Nº 1608172

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 082/PMLM/2018

OBJETIVO: O Município de Lauro Muller torna público que procedeu, na forma do artigo 25, inciso III, da Lei 8.666/93, mediante processo administrativo regular de Inexigibilidade de Licitação a contratação de empresa para realização de Show Artístico Musical para o município de Lauro Muller/SC.

CONTRATADO: FERNANDO MENDES MEI

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAURO MULLER – SC

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25, inciso III, da Lei Nº. 8.666/93.

RECONHECIDO: em 27/04/2018, por Ana Rúbia dos Santos Prestes Cesconeto– Secretaria de Administração e Finanças.

RATIFICAÇÃO: em 27/04/2018 por Valdir Fontanella - Prefeito Municipal de Lauro Muller.

Lauro Muller, 27 de Abril de 2018.

Genivaldo da Silva

Presidente da Comissão de Licitações

### PREGÃO PRESENCIAL Nº. 81/PMLM/2018

Publicação Nº 1608130

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 81/PMLM/2018

Data e horário da sessão de abertura: 15/05/2018 9 horas.

Local: Prefeitura Municipal de Lauro Muller/SC, situado na Rua Valter Veterlly, 239, Centro, do Município de Lauro Muller - SC.

Objeto: contratação de empresas do ramo pertinente para aquisição de violões para oficinas de música do Centro de Convivência e Fortalecimento e Vínculos da secretaria de Assistência Social do Município do Lauro Muller/SC, durante o ano de 2018.

Edital: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras e Licitações de Lauro Muller, no horário das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 horas, ou pelo telefone (48) 3464.3122, através do endereço eletrônico [compraslicitacaopmlm@gmail.com](mailto:compraslicitacaopmlm@gmail.com) e disponível em [www.lauromuller.sc.gov.br](http://www.lauromuller.sc.gov.br).

Lauro Muller, 30 de abril de 2018.

Genivaldo da Silva

Pregoeiro

# Luzerna

## PREFEITURA

### 1º TERMO ADITIVO AS ATAS DE REGISTRO DE PREÇO PML Nº 094/2017; 114/2017; 152/2017; 159/2017 E CONTRATO PML Nº 170/2017 - ALTERAÇÃO DO NOME EMPRESARIAL E ENDEREÇO - PML

Publicação Nº 1608223

1º TERMO ADITIVO (alteração do nome empresarial e endereço profissional)  
PROCESSOS LICITATÓRIOS PML Nº 054/2017; 064/2017; 081/2017; 086/2017; 095/2017  
PREGÕES PRESENCIAIS Nº 034/2017; 043/2017; 059/2017; 063/2017; 070/2017  
ATAS DE REGISTRO DE PREÇO PML Nº 094/2017; 114/2017; 152/2017; 159/2017  
CONTRATO PML Nº 170/2017

Aos 30 (trinta) dias do mês de abril do ano de 2018, presentes de um lado, o MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Av. 16 de fevereiro, nº 151, em Luzerna/SC, representado neste ato por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN denominado CONTRATANTE e a empresa LUZERNA INSTALAÇÕES ELETRICAS LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Doze de Maio, 152, sala 02, Bairro Vila Alemanha, na cidade de Luzerna/SC, CEP 89.609-000 inscrita no CNPJ sob o nº 07.336.749/0001-53, neste ato representada por seu sócio administrador, Sr. PAULO DELFINO PINTO, brasileiro, maior e capaz, casado, contador, portador da cédula de identidade nº 1.704.431 SSPSC e inscrito no CPF/MF sob o nº 639.561.289-15, doravante denominado FORNECEDOR, têm entre si justo e contratado o presente TERMO ADITIVO, para alteração do nome empresarial e endereço profissional, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração do nome empresarial do fornecedor supramencionado para ENERGIZA – ENGENHARIA E INSTALAÇÕES ELETRICAS LTDA com endereço profissional para Avenida Barão do Rio Branco, n 361, sala 1, Centro, no município de Joaçaba/SC, CEP: 89.600-000 conforme disposto na quarta alteração contratual e consolidação de contrato social apresentado pelo Fornecedor.

#### CLÁUSULA SEGUNDA DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas e condições firmadas nos Contratos/Atas e nos Termos Aditivos permanecem inalteradas.  
E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 30 de abril de 2018.

MOISÉS DIERSMANN PREFEITO CONTRATANTE	PAULO DELFINO PINTO LUZERNA INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA ME FORNECEDOR
---	--

#### TESTEMUNHAS:

1. -----

Nome:

CPF:

2. -----

Nome:

CPF:

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS Nº 007.18

Publicação Nº 1608524

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS Nº 007/2018  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 008/2018 - FMS  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2018 - FMS

Aos 30 (trinta) dias do mês de abril do ano de 2018, presentes de um lado, o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA, órgão gestor, representado neste ato por seu Gestor LUIS FERNANDO DAHMER PERUCHINI, e Secretaria de Coordenação de Governo e Gestão do Município de Luzerna/SC, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pelas empresas:

1 – SAMOURA CONFECÇÕES LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, situada na Av. XV de Novembro, nº 42, Fundos, Centro, no Município de Joaçaba/SC, CEP 89.600-000, inscrita no CNPJ sob o nº 14.920.994/0001-79 neste ato representado por seu sócio administrador JOÃO CARLOS SAMOURA, brasileiro, maior, casado, vendedor, portador da cédula de identidade nº 14/R 1706603 SSP/SC e inscrito no CPF/MF sob o nº 504.989.249-04, doravante denominado FORNECEDOR 1;

Classificadas para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório FMS nº 008/2018, Pregão Presencial nº 006/2018, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de registro de preço, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:



**CLÁUSULA PRIMEIRA**  
**DO OBJETO E DO PREÇO**

0.1. A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS, destinado à contratação de empresa para confecção e fornecimento de camisetas e bonés, visando a realização da 4ª Caminhada Ecológica de Luzerna pela Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, conforme especificações contidas neste Edital e em seus Anexos, conforme especificações contidas neste Edital e em seus Anexos, conforme tabela discriminativa abaixo:

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Preço Unit.	Preço Total
1	300,00	UN	CAMISETA 4ª CAMINHADA ECOLÓGICA; Tecido PV Active em Transfer Antipilling; Manga curta; Gola redonda com borda em 100% algodão; Estampa frente, costas e mangas.	24,00	7.200,00

0.2. O FORNECEDOR, responsável pelo fornecimento dos itens descritos na tabela acima, receberá o valor global total de R\$ 7.200,00 (sete mil duzentos reais)

1.2.1. As camisetas e bonés deverão ser fornecidas, de forma parcelada, de acordo com as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social, devendo o FORNECEDOR, proceder à entrega em até 15 (quinze) dias contados da data da solicitação, sem a exigência de valor mínimo, na quantidade e no local determinado pelo setor municipal requisitante, sem custos adicionais;

1.2.1.1. O tamanho das camisetas a serem entregues pela proponente vencedora será informado na solicitação do setor municipal requisitante.

1.2.1.2. As camisetas e bonés deverão ser cotadas e entregues em conformidade com as características mínimas constantes nas especificações do objeto e conforme modelos em anexo;

1.2.1.3. Os materiais deverão apresentar as características originais do fabricante – não serão aceitos produtos clonados, reciclados, remanufaturados ou que tenham sofrido qualquer alteração em suas características originais.

1.2.2. As camisetas e bonés deverão ser de 1ª qualidade e estar de acordo com as normas e legislações pertinentes para cada um.

1.2.3. O FORNECEDOR deverá arcar com as despesas de carga, descarga e frete referentes às entregas dos produtos, inclusive as oriundas da devolução e reposição de mercadorias recusadas por não atenderem ao Edital.

1.2.4. Por ocasião do recebimento dos materiais, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se ao direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações do objeto licitado, obrigando-se a proponente vencedora a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

1.2.4.1. Deverá ainda, sempre que aplicável ao objeto, entregar produtos que possuam selo INMETRO e tenham sido fabricados dentro dos padrões ABNT, ANVISA, ANATEL ou de acordo com as determinações de outros órgãos, agências ou congêneres que regulamentem, padronizem e/ou fiscalizem-nos.

1.2.5. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca das camisetas enviadas, quando na ocasião do recebimento, for constatado que estas se encontram com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações, sob pena de pagamento de multa diária, a título de depósito, sem prejuízo da incidência de multa diária por atraso na entrega, à contar da data efetiva do pedido.

1.2.6. O aceite dos materiais não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos materiais, ou por desacordo com as especificações estabelecidas neste Edital, verificadas posteriormente, e por danos deles decorrentes.

1.2.7. Caso a mercadoria seja recusada ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

1.2.8. Os quantitativos descritos constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.2.8.1. As quantidades a serem fornecidas constantes do Anexo I que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

**CLÁUSULA SEGUNDA**  
**DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS**

2.1. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

2.2. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, d, da Lei nº 8.666/93;

2.3. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado.

2.4. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

2.5. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador.

2.6. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

**CLÁUSULA TERCEIRA**  
**DOS PAGAMENTOS**

3.1. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.

3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

3.3. O FORNECEDOR deverá enviar e-mail do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras via telefone: (049) 3551-4700 | E-mail: compras@luzerna.sc.gov.br

3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento

de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

3.5. Os preços não serão reajustados.

3.6. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR.

#### CLÁUSULA QUARTA

##### DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1. Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

4.1.1. Executar o objeto da presente Ata de acordo com o estipulado na Cláusula Primeira;

4.1.2. Manter, durante a execução da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação previstas no Edital e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.1.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;

4.1.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do Contrato oriundo do presente processo licitatório;

4.1.5. Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para que libere os equipamentos e móveis solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.

#### CLÁUSULA QUINTA

##### DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

5.1.1. Advertência;

5.1.2. Multa;

5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.

5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

5.4. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

5.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

5.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

5.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;

5.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

5.6. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.6.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.

5.6.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.7. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

5.7.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.7.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

#### CLÁUSULA SEXTA

##### DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. A Ata de Registro de Preços somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letra "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo;

6.2. A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

#### CLÁUSULA SÉTIMA

##### DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

- a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;
- b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;
- c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art.78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;
- d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;
- e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

- a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;

- b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

#### CLÁUSULA OITAVA

##### DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas provenientes da execução do Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos da Unidade Gestora Central – Prefeitura de Luzerna/SC ou dos Fundos Especiais, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço, nos termos que segue, de acordo com o Parecer Contábil:

Ações (projeto/atividade/operação especial):

05.001.10.301.0500.2502 – Manutenção do bloco da Atenção Básica

Modalidade de Aplicação (s):

3.3.90. Outras despesas correntes – Aplicações diretas

Fonte (s):

002 – Receitas e Transferências de Impostos – Saúde CLÁUSULA NONA

#### DA VIGÊNCIA E DA FISCALIZAÇÃO

9.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados da data de sua publicação.

9.2. A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por Fabiana Finger, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

#### CLÁUSULA DÉCIMA

##### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

10.2. Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um FORNECEDOR registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

10.3. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

10.4. O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Município, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

10.5. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

10.5.1. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços,

deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

10.5.2. Caberá ao FORNECEDOR beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

##### DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento e 02 (duas) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 30 de abril de 2018.

LUIS FERNANDO DAHMER PERUCHINI

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA

CONTRATANTE

JOÃO CARLOS SAMOURA  
SAMOURA CONFECÇÕES LTDA ME  
FORNECEDOR 1

##### TESTEMUNHAS:

1. -----

Nome:

CPF:

2. -----

Nome:

CPF:

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS Nº 008.18

Publicação Nº 1608544

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS Nº 008/2018

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 008/2018 - FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2018 - FMS

Aos 30 (trinta) dias do mês de abril do ano de 2018, presentes de um lado, o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA, órgão gestor, representado neste ato por seu Gestor LUIS FERNANDO DAHMER PERUCHINI, e Secretaria de Coordenação de Governo e Gestão do Município de Luzerna/SC, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pelas empresas:

2 – TOPE BRASIL LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Maria Gotardo Galon, nº 365, na cidade de Aguas Frias/SC, CEP: 89.843-000, inscrita no CNPJ sob o nº 13.304.528/20001-04, neste ato representado por seu sócio gerente ANDRÉ ANTONIO TONON, brasileiro, união estável, empresário, portador da cédula de identidade nº 4.406.265 e inscrito no CPF/MF sob o nº 030.819.089-06, doravante denominado FORNECEDOR 2;

Classificadas para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório FMS nº 008/2018, Pregão Presencial nº 006/2018, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de registro de preço, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

##### DO OBJETO E DO PREÇO

0.1. A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS, destinado à contratação de empresa para confecção e fornecimento de camisetas e bonés, visando a realização da 4ª Caminhada Ecológica de Luzerna pela Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, conforme especificações contidas neste Edital e em seus Anexos, conforme especificações contidas neste Edital e em seus Anexos, conforme tabela discriminativa abaixo:

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Preço Unit.	Preço Total
2	300,00	UN	BONÉ 4ª CAMINHADA DA SAÚDE; Fabricado em tecido branco 88% poliéster e 12% algodão; Estampa nas partes frontais, traseiras e laterais; Aba em plástico costurada; Correia de plástico para regulagem.	9,70	2.910,00

0.2. O FORNECEDOR, responsável pelo fornecimento dos itens descritos na tabela acima, receberá o valor global total de R\$ 2.910,00 (dois mil novecentos e dez reais)

1.2.1. As camisetas e bonés deverão ser fornecidas, de forma parcelada, de acordo com as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social, devendo o FORNECEDOR, proceder à entrega em até 15 (quinze) dias contados da data da solicitação, sem a exigência de valor mínimo, na quantidade e no local determinado pelo setor municipal requisitante, sem custos adicionais;

1.2.1.1. O tamanho das camisetas a serem entregues pela proponente vencedora será informado na solicitação do setor municipal requisitante.

1.2.1.2. As camisetas e bonés deverão ser cotadas e entregues em conformidade com as características mínimas constantes nas especificações do objeto e conforme modelos em anexo;

1.2.1.3. Os materiais deverão apresentar as características originais do fabricante – não serão aceitos produtos clonados, reciclados,



remanufaturados ou que tenham sofrido qualquer alteração em suas características originais.

1.2.2. As camisetas e bonés deverão ser de 1ª qualidade e estar de acordo com as normas e legislações pertinentes para cada um.

1.2.3. O FORNECEDOR deverá arcar com as despesas de carga, descarga e frete referentes às entregas dos produtos, inclusive as oriundas da devolução e reposição de mercadorias recusadas por não atenderem ao Edital.

1.2.4. Por ocasião do recebimento dos materiais, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se ao direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações do objeto licitado, obrigando-se a proponente vencedora a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

1.2.4.1. Deverá ainda, sempre que aplicável ao objeto, entregar produtos que possuam selo INMETRO e tenham sido fabricados dentro dos padrões ABNT, ANVISA, ANATEL ou de acordo com as determinações de outros órgãos, agências ou congêneres que regulamentem, padronizem e/ou fiscalizem-nos.

1.2.5. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca das camisetas enviadas, quando na ocasião do recebimento, for constatado que estas se encontram com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações, sob pena de pagamento de multa diária, a título de depósito, sem prejuízo da incidência de multa diária por atraso na entrega, à contar da data efetiva do pedido.

1.2.6. O aceite dos materiais não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos materiais, ou por desacordo com as especificações estabelecidas neste Edital, verificadas posteriormente, e por danos deles decorrentes.

1.2.7. Caso a mercadoria seja recusada ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

1.2.8. Os quantitativos descritos constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.2.8.1. As quantidades a serem fornecidas constantes do Anexo I que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

## CLÁUSULA SEGUNDA

### DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

2.2. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, d, da Lei nº 8.666/93;

2.3. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado.

2.4. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

2.5. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador.

2.6. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

## CLÁUSULA TERCEIRA

### DOS PAGAMENTOS

3.1. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.

3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

3.3. O FORNECEDOR deverá enviar e-mail do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras via telefone: (049) 3551-4700 | E-mail: [compras@luzerna.sc.gov.br](mailto:compras@luzerna.sc.gov.br)

3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

3.5. Os preços não serão reajustados.

3.6. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR.

## CLÁUSULA QUARTA

### DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1. Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

4.1.1. Executar o objeto da presente Ata de acordo com o estipulado na Cláusula Primeira;

4.1.2. Manter, durante a execução da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação previstas no Edital e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.1.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;

4.1.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do Contrato oriundo do presente processo licitatório;

4.1.5. Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para que libere os equipamentos e móveis solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.

## CLÁUSULA QUINTA

### DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas



na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

5.1.1. Advertência;

5.1.2. Multa;

5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.

5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

5.4. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

5.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

5.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

5.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;

5.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

5.6. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.6.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.

5.6.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.7. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

5.7.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.7.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

#### CLÁUSULA SEXTA

##### DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. A Ata de Registro de Preços somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letra "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo;

6.2. A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

#### CLÁUSULA SÉTIMA

##### DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;

b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;

c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art. 78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;

d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;

e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta)

dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;

b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

#### CLÁUSULA OITAVA

##### DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas provenientes da execução do Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos da Unidade Gestora Central – Prefeitura de Luzerna/SC ou dos Fundos Especiais, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço, nos termos que segue, de acordo com o Parecer Contábil:

Ações (projeto/atividade/operação especial):

05.001.10.301.0500.2502 – Manutenção do bloco da Atenção Básica

Modalidade de Aplicação (s):

3.3.90. Outras despesas correntes – Aplicações diretas

Fonte (s):

002 – Receitas e Transferências de Impostos – Saúde CLÁUSULA NONA

#### DA VIGÊNCIA E DA FISCALIZAÇÃO

9.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados da data de sua publicação.

9.2. A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por Fabiana Finger, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

#### CLÁUSULA DÉCIMA

##### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

10.2. Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um FORNECEDOR registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

10.3. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

10.4. O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Município, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

10.5. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada à vantagem.

10.5.1. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

10.5.2. Caberá ao FORNECEDOR beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

##### DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento e 02 (duas) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 30 de abril de 2018.

LUIS FERNANDO DAHMER PERUCHINI

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA

CONTRATANTE

ANDRÉ ANTONIO TONON  
TOPE BRASIL LTDA - ME  
FORNECEDOR 2

TESTEMUNHAS:

1. -----  
Nome:  
CPF:

2. -----  
Nome:  
CPF:

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 085.18**

Publicação Nº 1608229

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 085/2018  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 051/2018  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 040/2018  
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses

Aos 26 (vinte e seis) dias do mês de abril do ano de 2018, presentes de um lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA, órgão gestor, representado neste ato por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pela empresa:

01- GERSON FILIPPI ARTIGOS DE AÇO INOX, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Santos Dumont, nº 810, Centro, na Cidade de Herval D'Oeste, CEP: 86.910-000, inscrita no CNPJ sob o nº 13.636.711/0001-11, neste ato representada por seu administrador, GERSON FILIPPI, brasileiro, separado judicialmente, empresário, portador da cédula de identidade nº 3747699 e inscrito no CPF/MF nº 030.845.899-09, doravante denominado FORNECEDOR 1;

Classificadas para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório nº 051/2018, Pregão Presencial nº 040/2018, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de Registro de Preços, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA  
DO OBJETO E DO PREÇO**

1.1. A presente licitação tem por objeto o Registro de Preço destinado à eventual e futura contratação de empresa para fornecimento de guarda corpo com corrimãos, seguindo as especificações e exigências do Corpo de Bombeiros Militares de Santa Catarina e NBR 9050/2015 – Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos, com instalação no prédio da Prefeitura Municipal de Luzerna/SC, tudo em conformidade com as especificações constantes neste Edital e em seus Anexos, conforme tabela discriminativa abaixo:

Item	Quantidade	Unid.	Descrição	Preço Unitário R\$	Preço Total
1	1	Ser	Guarda corpo em aço inox com altura de 1,10m, sustentado por pilares em inox ø 1.1/2" com travessas espaçadas em no mínimo 15cm. Corrimãos laterais em inox ø3/4" instalados nas alturas de 0,70 e 0,92m, em ambos os lados da escada (com afastamento mínimo de 4cm da face das paredes ou guardas de fixação), de forma contínua, sem interrupção e com prolongamento paralelo ao patamar de 30cm nas extremidades. As extremidades dos corrimãos devem ter acabamento recurvado. (Inclui fornecimento de materiais e instalação do produto).	4.800,00	4.800,00
TOTAL R\$					

0.1. O FORNECEDOR, responsável pelo fornecimento do item descrito acima, receberá o valor global total de R\$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos);

0.1.1. O FORNECEDOR deverá prestar os serviços de que trata o objeto deste Edital deverão ser executados de acordo com as especificações contidas no Anexo I, o qual é parte integrante deste instrumento.

0.1.2. O FORNECEDOR deverá iniciar os serviços em até 10 (dez) dias contados do recebimento da Autorização de Fornecimento e executar completamente o objeto no prazo de até 30 (trinta) dias contados da mesma data.

0.1.3. Na execução dos serviços o FORNECEDOR deverá ser observar, de modo geral, as especificações das normas técnicas legais vigentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, em especial a NBR 9050/2015, e aquelas complementares e pertinentes aos respectivos projetos e serviços ora licitados, bem como, as instruções, recomendações e determinações da fiscalização, dos órgãos ambientais de controle e demais aplicáveis à espécie.

0.1.4. Todas as especificações, quantitativos e condições estabelecidas neste Edital e seus anexos deverão ser cumpridas na íntegra.

0.1.5. As despesas de locomoção, diárias, hospedagem e alimentação, quando do deslocamento e permanência no Município para a prestação dos serviços, são de inteira responsabilidade da empresa contratada.

0.1.6. Serão de total responsabilidade da empresa contratada, eventuais danos decorrentes de acidentes de veículos quando do deslocamento para realização dos trabalhos contratados, sejam eles pessoais, materiais ou morais, inclusive de terceiros, além de notificações por infrações ao Código de Trânsito Brasileiro.

0.1.7. Caberá exclusivamente ao FORNECEDOR, na prestação dos serviços, a responsabilidade pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários e de acidentes do trabalho, referentes ao pessoal integrante de sua sociedade, e bem assim, empregados, funcionários, prepostos ou terceiros que a empresa contratada colocar a serviço no atendimento do objeto.

0.1.8. O FORNECEDOR levará em consideração, as normas e regulamentos governamentais decorrentes da Lei nº 6.514/77, e Normas Regulamentadoras (NR) aprovadas pela Portaria nº 3.214/78, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

0.1.9. Os empregados do FORNECEDOR, ao prestarem serviços em campo deverão dispor de uniforme, identificação e equipamentos de proteção individual e coletiva, além de possuir as ferramentas necessárias à perfeita execução dos serviços.

0.1.10. Caberá ao FORNECEDOR fornecer, às suas expensas, os veículos para o transporte de materiais e pessoal, as ferramentas, e

equipamentos, necessários à execução dos serviços ora contratados.

0.1.11. O FORNECEDOR deverá fornecer os produtos descritos neste edital, buscando o fiel cumprimento dos pedidos efetuados pelo setor municipal competente.

0.1.12. O fornecimento dos produtos somente poderá ser efetuado pela proponente vencedora, vedada, portanto, a terceirização dos mesmos.

0.1.13. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca do objeto licitado, quando na ocasião do recebimento, for constatado que a mesma encontra-se diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, sem prejuízo da incidência de multa diária por atraso na entrega, à contar da data efetiva do pedido.

0.1.14. O aceite dos materiais não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos materiais, ou por desacordo com as especificações estabelecidas neste Edital, verificadas posteriormente, e por danos deles decorrentes.

0.1.15. Caso a mercadoria seja recusada ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento, e das eventuais consequências dele decorrentes.

0.1.16. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

0.1.16.1. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

## CLÁUSULA SEGUNDA

### DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93;

2.2. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da LLC, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP);

2.3. Caberá ao FORNECEDOR beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas;

2.4. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

2.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o FORNECEDOR, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, d, da Lei nº 8.666/93.

2.6. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;

2.7. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

2.8. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador;

2.9. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

## CLÁUSULA TERCEIRA

### DOS PAGAMENTOS

3.1. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.

3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

3.3. O FORNECEDOR deverá enviar por e-mail do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone/Fax: (049) 3551-4700 | E-mail: [compras@luzerna.sc.gov.br](mailto:compras@luzerna.sc.gov.br)

3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

## CLÁUSULA QUARTA

### DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1. Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

4.1.1. Executar o objeto de acordo com o estipulado na presente Ata, no Edital e seus anexos, em especial o descrito na Cláusula Primeira desta Ata;

4.1.2. Manter, durante a execução da Ata todas as condições de habilitação previstas no Edital, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.1.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;

4.1.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato oriundo do processo licitatório;

4.1.5. Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para o fornecimento dos produtos solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.

4.1.6. Apresentar, quando solicitado pelo Município, laudos de análise dos produtos;

## CLÁUSULA QUINTA



**DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados neste item, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

5.1.1. Advertência;

5.1.2. Multa;

5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração;

5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública.

5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obediência ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.

5.4. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

5.5. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

5.6. Na ocorrência de atraso injustificado para início da execução dos serviços ou entrega das mercadorias, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

5.6.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso no início da execução dos serviços ou entrega das mercadorias, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), equivalente a 07 (sete) dias corridos do atraso, o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

5.6.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato no caso de inexecução parcial do contrato, sem prejuízo da aplicação da multa prevista no item 5.6.1;

5.6.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato no caso de inexecução total do contrato.

5.6.4. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR;

5.6.4.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica está obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.6.4.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

5.7. Será configurada a inexecução parcial do objeto quando houver paralisação da prestação dos serviços ou do atraso na entrega de forma injustificada por mais de 10 (dez) dias corridos.

5.8. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.8.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou do atraso na entrega, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.

5.8.2. Todos os serviços executados ou do objeto contratado que não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços.

5.9. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado à proponente Contratada:

5.9.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica está obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.9.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

**CLÁUSULA SEXTA****DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

6.1. A Ata de Registro de Preços decorrente da licitação, somente poderá ser alterado na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letras "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93.

**CLÁUSULA SÉTIMA****DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS**

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;

b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;

c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art. 78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;

d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;

e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá



ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;

b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

#### CLÁUSULA OITAVA

##### DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas provenientes da execução do Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos da Unidade Gestora Central – Prefeitura de Luzerna ou dos Fundos Especiais, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço.

Ações (projeto/atividade/operação especial):

03.002.04.122.0300.2302 – Manutenção da Secretaria de Coordenação de Governo e Gestão

Modalidade de Aplicação (s):

4.4.90. Investimentos - Aplicações diretas

Fonte (s):

000 – Recursos Ordinários CLÁUSULA NONA

##### DA VIGÊNCIA, DAS ALTERAÇÕES E DO ACOMPANHAMENTO

9.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência até 12 (doze) meses, contados da data de assinatura da mesma;

9.2. A Ata de Registro de Preços somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art.65, inciso I, letra "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§1º 2º 4º, 5º 6º e 8º do mesmo artigo.

9.3. A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

9.3.1. Para observância do que dispõe a Cláusula supra, e nos termos do que dispõe o artigo 67, da Lei 8.666/93, nomeia-se como fiscais de execução dos Contratos e Atas de Registro de Preço oriundas do presente Procedimento Juliana Corbani.

#### CLÁUSULA DÉCIMA

##### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

10.2. Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

10.3. Caberá ao FORNECEDOR beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

##### DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços. E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 26 de abril de 2018.

MOISÉS DIERSMANN  
PREFEITO DE LUZERNA  
CONTRATANTE

GERSON FILIPPI

GERSON FILIPPI ARTIGOS DE AÇO INOX  
FORNECEDOR 1

TESTEMUNHAS:

1. -----

Ass.

Nome:

CPF:

2. -----

Ass.

Nome:

CPF:

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML N° 087.18

Publicação N° 1608382

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML N° 087/2018  
PROCESSO LICITATÓRIO N° 050/2018  
PREGÃO PRESENCIAL N° 039/2018

Aos 30 (trinta) dias do mês de abril Prefeito Municipal MOISÉS DIERSMANN, e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna, Órgão Gerenciador, no uso de suas atribuições, resolve registrar os preços ofertados pela empresa:

01 – BELEGANTE E CARNIEL MATERIAIS DE CONTRUÇÃO LTDA - EPP pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.743.603/0001-08 com endereço a Rua Frei João nº 06, em Luzerna, CEP 89609-000 representada por EDUARDO BELEGANTE, brasileiro, casado, comerciante, portador da cédula de identidade nº 1.883.734 e inscrito no CPF/MF sob nº 590.402.629-34, doravante denominado FORNECEDOR 1;

Classificada para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório PML nº 050/2018, Pregão Presencial nº 039/2018, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de Registro de Preços, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO E DO PREÇO

0.1. A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para eventual AQUISIÇÃO, DE FORMA PARCELADA, DE MATERIAIS E FERRAMENTAS DESTINADOS À REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS, REPAROS, CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DIVERSOS, PARA A UNIDADE GESTORA – PREFEITURA MUNICIPAL E OS FUNDOS ESPECIAIS DE LUZERNA/SC, EM CONFORMIDADE COM AS ESPECIFICAÇÕES EM ANEXO, constituindo-se em:

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Preço Unit.	Preço Total
1	10,00	UN	Adaptadores 10A/20A	4,95	49,50
3	100,00	KG	Arame Recozido n. 18	9,85	985,00
5	15,00	UN	Broca SDS 6mm x 21cm	19,50	292,00
9	15,00	UN	Caibro 15x15x4,50m de angelim aplainado	109,00	6.135,00
10	100,00	M	Caibro 5x15x4,20m pinheiro bruto	13,90	1.390,00
11	15,00	UN	Caibro 8x13x4,50m de angelim aplainado	218,00	3.270,00
12	30,00	UN	Caibro 8x8x3,00m de pinheiro 3ª bruto	33,00	990,00
13	100,00	M	Caibro de Pinheiro Bruto 5x15cm	7,80	780,00
20	30,00	UN	Conector RJ11	0,94	28,20
21	5,00	UN	Desempenadeira dentada grande	21,00	105,00
25	100,00	UN	Disco para serra circular inox 4 ½ " corte de aço	3,90	390,00
27	20,00	UN	Disco para serra circular vídea 4 ½ "	14,00	280,00
29	5,00	UN	Espátula pedreiro	11,00	55,00
32	50,00	BR	Ferro CA 50 16,0mm	82,00	4.100,00
38	10,00	UN	Fita auto fusão	6,40	64,00
46	15,00	UN	Pincel 2"	4,85	72,75
47	10,00	UN	Rolo de pedreiro (nylon 0,80mm)	6,45	64,50
51	10,00	UN	Trena 5,00 metros	11,40	114,00

0.2. O FORNECEDOR responsável pelo fornecimento dos itens descritos na tabela acima, receberá o valor global total de R\$ 19.165,45 (dezenove mil cento e sessenta e cinco reais e quarenta e cinco centavos);

1.2.1. O objeto desta Ata encontra-se devidamente especificado no Anexo I do Edital, devendo o proponente vencedor disponibilizar sem a exigência de valor mínimo, na quantidade e no local determinado pelo setor municipal requisitante, sem custos adicionais, em até 15 (quinze) dias da realização da solicitação de compras;

1.2.2. Os materiais deverão ser cotados e entregues em conformidade com as características mínimas constantes nas especificações do objeto.

1.2.2.1. Os materiais fornecidos deverão ser de primeira qualidade.

1.2.2.2. Não serão aceitos produtos clonados, reciclados, remanufaturados ou que tenham sofrido qualquer alteração em suas características originais.

1.2.2.3. O FORNECEDOR deverá ainda, sempre que aplicável ao objeto, entregar produtos que possuam selo INMETRO e tenham sido fabricados dentro dos padrões ABNT, ANVISA ou de acordo com as determinações de outros órgãos, agências ou congêneres que regulamentem, padronizem e/ou fiscalizem-nos.

1.2.3. O FORNECEDOR deverá arcar com as despesas de carga, descarga e frete referentes às entregas dos equipamentos, inclusive as oriundas da devolução e reposição de mercadorias recusadas por não atenderem ao Edital.

1.2.4. O Município reserva-se no direito de exercer ampla fiscalização do fornecimento dos produtos, objeto deste certame, verificando se estão sendo cumpridos os termos contratuais, não se excluindo a empresa contratada da responsabilidade por qualquer irregularidade. Constatado o fornecimento de materiais de má qualidade, o Município poderá utilizar-se do disposto na Lei 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.

1.2.5. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca dos materiais enviados, quando na ocasião do recebimento, for constatado que a mesma encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, sem prejuízo da incidência de multa diária por atraso na entrega, à contar da data efetiva do pedido.

1.2.6. O aceite dos materiais não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos materiais, ou por desacordo com as especificações estabelecidas neste Edital, verificadas posteriormente, e por danos deles decorrentes.

1.2.7. Caso os materiais sejam recusados ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento, e das eventuais consequências dele decorrentes.

1.2.8. Os quantitativos descritos constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.2.8.1. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

## CLÁUSULA SEGUNDA

### DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. Os preços não serão reajustados;

2.2. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art.65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR;

2.3. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

2.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93;

2.5. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;

2.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

2.7. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador;

2.8. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

## CLÁUSULA TERCEIRA

### DOS PAGAMENTOS

3.1. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.

3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

3.3. O FORNECEDOR deverá enviar e-mail do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone (049) 3551-4700 | E-mail: [compras@luzerna.sc.gov.br](mailto:compras@luzerna.sc.gov.br))

3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

## CLÁUSULA QUARTA

### DAS OBRIGAÇÕES

4.1. Cabe ao Município:

4.1.1. A definição do objeto desta Licitação;

- 4.1.2. Tomar todas as providências necessárias à execução do processo licitatório;
- 4.1.3. Manter pessoas ou constituir Comissão Especial designada pelo Prefeito, visando à fiscalização da execução do contrato;
- 4.1.4. Efetuar o pagamento empresa vencedora de acordo com o estipulado no Edital;
- 4.1.5. Conceder revisões contratuais toda vez que se verificar alterações no equilíbrio econômico-financeiro inicialmente estabelecido, mediante requerimento formal protocolado pela proponente vencedora, devidamente instruído, com a comprovação do aumento dos custos;
- 4.1.6. Providenciar a publicação da Ata de Registro de Preços proveniente do presente processo, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura;
- 4.1.7. Emitir, quando da necessidade da aquisição dos materiais, através do setor municipal competente, autorização para o fornecimento dos mesmos.

#### 4.2. Cabe ao FORNECEDOR:

- 4.2.1. Executar o objeto do presente edital de acordo com o estipulado nos subitens 1.2 (Da Forma de Execução);
- 4.2.2. Manter, durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas neste Edital, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;
- 4.2.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;
- 4.2.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato oriundo do presente processo licitatório;
- 4.2.5. Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação dos materiais solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.

### CLAUSULA QUINTA

#### DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

5.1.1. Advertência;

5.1.2. Multa;

5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.

5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

5.4. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

5.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

5.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

5.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;

5.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

5.6. No caso de necessidade troca e/ou retirada de cestas entregues, por ter sido constatado, após seu recebimento, que o mesmo encontram-se com defeito, diferentes da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações editalícias ou contratuais, caberá a licitante sua retirada e/ou substituição integral, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar de sua intimação, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, no importe de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

5.7. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.7.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.

5.7.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.8. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

5.8.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.8.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

### CLÁUSULA SEXTA

#### DAS ALTERAÇÕES

6.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93.

6.2. A Ata de Registro de Preços somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art.65,



inciso I, letra "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo.

#### CLÁUSULA SÉTIMA

##### DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

- a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;
- b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;
- c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art.78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;
- d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;
- e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;

b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

#### CLÁUSULA OITAVA

##### DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas provenientes da execução do Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos da Unidade Gestora Central – Prefeitura de Luzerna/SC ou dos Fundos Especiais, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço, nos termos que segue, de acordo com o Parecer Contábil:

Ação (s):

- 02.005.22.661.0201.2252 - Manutenção da ITL - Incubadora Tecnológica Luzerna
- 04.001.15.451.0400.2402 – Serviços Integrados de Infraestrutura
- 05.001.10.301.0500.2502 – Manutenção do bloco da Atenção Básica
- 05.001.10.122.0500.2504 –Manutenção da Secretaria de Saúde (Gestão / Administração)
- 06.003.08.243.0603.2620 – Manutenção do Conselho Tutelar
- 07.001.12.361.0701.2711 – Manutenção da Educação – Fundamental
- 07.001.12.365.0701.2709 – Manutenção da Educação – Creche
- 07.001.12.365..0701.2710 – Manutenção da Educação – Pré escola
- 04.002.20.606.0401.2421 – Manutenção da Subsecretaria de Agricultura e Meio Ambiente
- 06.001.08.244.0601.2603 – Manutenção do CRAS – Centro de Referência de Assistência Social
- 06.001.08.244.0601.2606 – Manutenção da Assistência Social
- 03.002.04.122.0300.2302 – Manutenção da Secretaria de Coordenação de Governo e Gestão
- 06.001.08.244.0601.2602 – Manutenção do Centro de Múltiplo Uso
- 04.010.06.181.0010.2450 – Manutenção do Convênio rádio-patrolha
- 04.010.06.181.0010.2451 – Manutenção do convênio com o Corpo de Bombeiros
- 04.010.06.181.0010.2452 – Manutenção do convênio com as Polícias Civil e Militar – multas de trânsito
- 04.010.15.451.0400.2404 – Adaptações de acessibilidade dos imóveis públicos

Modalidade de Aplicação (s):

3.3.90. Outras despesas correntes - Aplicações diretas



Fonte (s):

000 – Recursos Ordinários

001 – Receitas e Transferências de Impostos - Educação

002 – Receitas e Transferências de Impostos – Saúde CLÁUSULA NONA

DA VIGÊNCIA E DA FISCALIZAÇÃO

9.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de publicação da mesma.

9.2. A execução da Ata de Registro de Preços será acompanhada e fiscalizada pelos Srs. André Luis Toigo Diesel e Juliana Corbani, nomeados como fiscais de execução da Ata de Registro de Preço oriundas do presente Procedimento Licitatório, que anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços. E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 30 de abril de 2018.

MOISÉS DIERSMANN

PREFEITO de Luzerna

CONTRATANTE

EDUARDO BELEGANTE

BELEGANTE E CARNIEL MATERIAIS DE CONTRUÇÃO LTDA-EPP

FORNECEDOR 1

TESTEMUNHAS:

1. -----

Nome:

CPF:

2. -----

Nome:

CPF:

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 088.18

Publicação Nº 1608416

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 088/2018

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 050/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 039/2018

Aos 30 (trinta) dias do mês de abril Prefeito Municipal MOISÉS DIERSMANN, e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna, Órgão Gerenciador, no uso de suas atribuições, resolve registrar os preços ofertados pela empresa:

02 - GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Getúlio Vargas, nº 540, sala 01, na cidade de Joaçaba/SC CEP 89600-000, inscrita no CNPJ sob o nº 07.355.138/0001-52, neste ato representada por seu sócio administrador LUIZ CARLOS GHIGGI, brasileiro, separado, empresário, portador da cédula de identidade nº 11/C 545.810-SSP-SC e inscrito no CPF/MF sob o nº 294.775.229-53, doravante denominado FORNECEDOR 2;

Classificada para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório PML nº 050/2018, Pregão Presencial nº 039/2018, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de Registro de Preços, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO E DO PREÇO

0.1. A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para eventual AQUISIÇÃO, DE FORMA PARCELADA, DE MATERIAIS E FERRAMENTAS DESTINADOS À REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS, REPAROS, CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DIVERSOS, PARA A UNIDADE GESTORA – PREFEITURA MUNICIPAL E OS FUNDOS ESPECIAIS DE LUZERNA/SC, EM CONFORMIDADE COM AS ESPECIFICAÇÕES EM ANEXO, constituindo-se em:

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Preço Unit.	Preço Total
2	5,00	UN	Alicate universal 8"	13,30	66,50
4	5,00	UN	Arco serra fixo	11,50	57,50
16	5,00	UN	Chave de fenda 6x200mm	9,00	45,00
17	5,00	UN	Chave Phillips 6x150mm	8,80	44,00
18	5,00	UN	Colher de pedreiro	9,50	47,50
22	15,00	UN	Disco para corte de ferro 4"	4,00	60,00
23	20,00	UN	Disco para serra circular diamantado 4 ½ "	13,00	260,00
30	100,00	BR	Ferro CA 50 10,0mm	31,90	3.190,00



31	100,00	BR	Ferro CA 50 12,5mm	47,00	4.700,00
35	150,00	BR	Ferro CA 50 6,3mm	14,00	2.100,00
36	150,00	BR	Ferro CA 50 8,0mm	22,00	3.300,00
37	300,00	BR	Ferro para construção 4,2mm	6,10	1.830,00
39	30,00	UN	Garfo para rolo 23cm	6,30	189,00
42	10,00	UN	Lâmina de serra manual bimetal flexível 32 dentes	4,60	46,00
50	5,00	UN	Torques carpinteiro	27,50	137,50

0.2. O FORNECEDOR responsável pelo fornecimento dos itens descritos na tabela acima, receberá o valor global total de R\$ 16.073,00 (dezesesseis mil e setenta e três reais);

1.2.1. O objeto desta Ata encontra-se devidamente especificado no Anexo I do Edital, devendo o proponente vencedor disponibilizar sem a exigência de valor mínimo, na quantidade e no local determinado pelo setor municipal requisitante, sem custos adicionais, em até 15 (quinze) dias da realização da solicitação de compras;

1.2.2. Os materiais deverão ser cotados e entregues em conformidade com as características mínimas constantes nas especificações do objeto.

1.2.2.1. Os materiais fornecidos deverão ser de primeira qualidade.

1.2.2.2. Não serão aceitos produtos clonados, reciclados, remanufaturados ou que tenham sofrido qualquer alteração em suas características originais.

1.2.2.3. O FORNECEDOR deverá ainda, sempre que aplicável ao objeto, entregar produtos que possuam selo INMETRO e tenham sido fabricados dentro dos padrões ABNT, ANVISA ou de acordo com as determinações de outros órgãos, agências ou congêneres que regulamentem, padronizem e/ou fiscalizem-nos.

1.2.3. O FORNECEDOR deverá arcar com as despesas de carga, descarga e frete referentes às entregas dos equipamentos, inclusive as oriundas da devolução e reposição de mercadorias recusadas por não atenderem ao Edital.

1.2.4. O Município reserva-se no direito de exercer ampla fiscalização do fornecimento dos produtos, objeto deste certame, verificando se estão sendo cumpridos os termos contratuais, não se excluindo a empresa contratada da responsabilidade por qualquer irregularidade. Constatado o fornecimento de materiais de má qualidade, o Município poderá utilizar-se do disposto na Lei 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.

1.2.5. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca dos materiais enviados, quando na ocasião do recebimento, for constatado que a mesma encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, sem prejuízo da incidência de multa diária por atraso na entrega, à contar da data efetiva do pedido.

1.2.6. O aceite dos materiais não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos materiais, ou por desacordo com as especificações estabelecidas neste Edital, verificadas posteriormente, e por danos deles decorrentes.

1.2.7. Caso os materiais sejam recusados ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento, e das eventuais consequências dele decorrentes.

1.2.8. Os quantitativos descritos constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.2.8.1. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

## CLÁUSULA SEGUNDA

### DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. Os preços não serão reajustados;

2.2. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art.65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR;

2.3. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

2.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93;

2.5. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;

2.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

2.7. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador;

2.8. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

## CLÁUSULA TERCEIRA

### DOS PAGAMENTOS

3.1. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a

apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.

3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

3.3. O FORNECEDOR deverá enviar e-mail do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone (049) 3551-4700 | E-mail: [compras@luzerna.sc.gov.br](mailto:compras@luzerna.sc.gov.br))

3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

#### CLÁUSULA QUARTA

##### DAS OBRIGAÇÕES

###### 4.1. Cabe ao Município:

4.1.1. A definição do objeto desta Licitação;

4.1.2. Tomar todas as providências necessárias à execução do processo licitatório;

4.1.3. Manter pessoas ou constituir Comissão Especial designada pelo Prefeito, visando à fiscalização da execução do contrato;

4.1.4. Efetuar o pagamento empresa vencedora de acordo com o estipulado no Edital;

4.1.5. Conceder revisões contratuais toda vez que se verificar alterações no equilíbrio econômico-financeiro inicialmente estabelecido, mediante requerimento formal protocolado pela proponente vencedora, devidamente instruído, com a comprovação do aumento dos custos;

4.1.6. Providenciar a publicação da Ata de Registro de Preços proveniente do presente processo, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura;

4.1.7. Emitir, quando da necessidade da aquisição dos materiais, através do setor municipal competente, autorização para o fornecimento dos mesmos.

###### 4.2. Cabe ao FORNECEDOR:

4.2.1. Executar o objeto do presente edital de acordo com o estipulado nos subitens 1.2 (Da Forma de Execução);

4.2.2. Manter, durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas neste Edital, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.2.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;

4.2.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato oriundo do presente processo licitatório;

4.2.5. Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação dos materiais solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.

#### CLAUSULA QUINTA

##### DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

5.1.1. Advertência;

5.1.2. Multa;

5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.

5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

5.4. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

5.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

5.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

5.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;

5.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

5.6. No caso de necessidade troca e/ou retirada de cestas entregues, por ter sido constatado, após seu recebimento, que o mesmo encontram-se com defeito, diferentes da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações editalícias ou contratuais, caberá a licitante sua retirada e/ou substituição integral, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar de sua intimação, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, no importe de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

5.7. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.7.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.

5.7.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.8. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

5.8.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.8.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

#### CLÁUSULA SEXTA DAS ALTERAÇÕES

6.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93.

6.2. A Ata de Registro de Preços somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art.65, inciso I, letra "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo.

#### CLÁUSULA SÉTIMA DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;

b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;

c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art.78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;

d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;

e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;

b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

#### CLÁUSULA OITAVA DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas provenientes da execução do Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos da Unidade Gestora Central – Prefeitura de Luzerna/SC ou dos Fundos Especiais, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço, nos termos que segue, de acordo com o Parecer Contábil:

Ação (s):

02.005.22.661.0201.2252 - Manutenção da ITL - Incubadora Tecnológica Luzerna

04.001.15.451.0400.2402 – Serviços Integrados de Infraestrutura

05.001.10.301.0500.2502 – Manutenção do bloco da Atenção Básica

05.001.10.122.0500.2504 –Manutenção da Secretaria de Saúde (Gestão / Administração)

06.003.08.243.0603.2620 – Manutenção do Conselho Tutelar

07.001.12.361.0701.2711 – Manutenção da Educação – Fundamental

07.001.12.365.0701.2709 – Manutenção da Educação – Creche

07.001.12.365..0701.2710 – Manutenção da Educação – Pré escola

04.002.20.606.0401.2421 – Manutenção da Subsecretaria de Agricultura e Meio Ambiente

06.001.08.244.0601.2603 – Manutenção do CRAS – Centro de Referência de Assistência Social  
06.001.08.244.0601.2606 – Manutenção da Assistência Social  
03.002.04.122.0300.2302 – Manutenção da Secretaria de Coordenação de Governo e Gestão  
06.001.08.244.0601.2602 – Manutenção do Centro de Múltiplo Uso  
04.010.06.181.0010.2450 – Manutenção do Convênio rádio-patrolha  
04.010.06.181.0010.2451 – Manutenção do convênio com o Corpo de Bombeiros  
04.010.06.181.0010.2452 – Manutenção do convênio com as Polícias Civil e Militar – multas de trânsito  
04.010.15.451.0400.2404 – Adaptações de acessibilidade dos imóveis públicos

Modalidade de Aplicação (s):

3.3.90. Outras despesas correntes - Aplicações diretas

Fonte (s):

000 – Recursos Ordinários

001 – Receitas e Transferências de Impostos - Educação

002 – Receitas e Transferências de Impostos – Saúde CLÁUSULA NONA

DA VIGÊNCIA E DA FISCALIZAÇÃO

9.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de publicação da mesma.

9.2. A execução da Ata de Registro de Preços será acompanhada e fiscalizada pelos Srs. André Luis Toigo Diesel e Juliana Corbani, nomeados como fiscais de execução da Ata de Registro de Preço oriundas do presente Procedimento Licitatório, que anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços. E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 30 de abril de 2018.

MOISÉS DIERSMANN

PREFEITO de Luzerna

CONTRATANTE

LUIZ CARLOS GHIGGI

GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA

FORNECEDOR 2

TESTEMUNHAS:

1. -----

Nome:

CPF:

2. -----

Nome:

CPF:

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 089.18

Publicação Nº 1608454

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 089/2018

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 050/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 039/2018

Aos 30 (trinta) dias do mês de abril Prefeito Municipal MOISÉS DIERSMANN, e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna, Órgão Gerenciador, no uso de suas atribuições, resolve registrar os preços ofertados pela empresa:

03 - ENERGIZA – ENGENHARIA E INSTALAÇÕES ELETRICAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada na Avenida Barão do Rio Branco, n 361, sala 1, Centro, no município de Joaçaba/SC, CEP: 89.600-000, inscrita no CNPJ sob o nº 07.336.749/0001-53, neste ato representada por seu sócio administrador, Sr. PAULO DELFINO PINTO, brasileiro, maior e capaz, casado, contador, portador da cédula de identidade nº 1.704.431 SSPSC e inscrito no CPF/MF sob o nº 639.561.289-15, doravante denominado FORNECEDOR 3;

Classificada para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório PML nº 050/2018, Pregão Presencial nº 039/2018, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de Registro de Preços, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO E DO PREÇO

0.1. A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para eventual AQUISIÇÃO, DE FORMA PARCELADA, DE MATERIAIS E FERRAMENTAS DESTINADOS À REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS, REPAROS, CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DIVERSOS, PARA A UNIDADE GESTORA – PREFEITURA MUNICIPAL E OS FUNDOS ESPECIAIS DE LUZERNA/SC, EM CONFORMIDADE COM AS ESPECIFICAÇÕES EM ANEXO, constituindo-se em:



Item	Quant.	Unid.	Descrição	Preço Unit.	Preço Total
6	100,00	UN	Bucha full 10	0,30	30,00
7	150,00	UN	Bucha full 6	0,08	12,00
8	100,00	UN	Bucha full 8	0,13	13,00
15	5,00	UN	Carrinho de Mão reforçado	185,00	925,00
19	30,00	UN	CONECTOR RJ 45	0,45	13,50
40	200,00	UN	Joelho 90° 75mm esgoto PVC	2,50	500,00
43	15,00	UN	Lápis de carpinteiro	1,80	27,00
44	50,00	UN	Luminária de emergência com 30 LED bivolt - autonomia 3/6h	16,50	825,00
45	80,00	UN	Luva 75mm esgoto PVC	2,60	208,00

0.2. O FORNECEDOR responsável pelo fornecimento dos itens descritos na tabela acima, receberá o valor global total de R\$ 2.553,50 (dois mil quinhentos e cinquenta e três reais e cinquenta centavos);

1.2.1. O objeto desta Ata encontra-se devidamente especificado no Anexo I do Edital, devendo o proponente vencedor disponibilizar sem a exigência de valor mínimo, na quantidade e no local determinado pelo setor municipal requisitante, sem custos adicionais, em até 15 (quinze) dias da realização da solicitação de compras;

1.2.2. Os materiais deverão ser cotados e entregues em conformidade com as características mínimas constantes nas especificações do objeto.

1.2.2.1. Os materiais fornecidos deverão ser de primeira qualidade.

1.2.2.2. Não serão aceitos produtos clonados, reciclados, remanufaturados ou que tenham sofrido qualquer alteração em suas características originais.

1.2.2.3. O FORNECEDOR deverá ainda, sempre que aplicável ao objeto, entregar produtos que possuam selo INMETRO e tenham sido fabricados dentro dos padrões ABNT, ANVISA ou de acordo com as determinações de outros órgãos, agências ou congêneres que regulamentem, padronizem e/ou fiscalizem-nos.

1.2.3. O FORNECEDOR deverá arcar com as despesas de carga, descarga e frete referentes às entregas dos equipamentos, inclusive as oriundas da devolução e reposição de mercadorias recusadas por não atenderem ao Edital.

1.2.4. O Município reserva-se no direito de exercer ampla fiscalização do fornecimento dos produtos, objeto deste certame, verificando se estão sendo cumpridos os termos contratuais, não se excluindo a empresa contratada da responsabilidade por qualquer irregularidade. Constatado o fornecimento de materiais de má qualidade, o Município poderá utilizar-se do disposto na Lei 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.

1.2.5. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca dos materiais enviados, quando na ocasião do recebimento, for constatado que a mesma encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, sem prejuízo da incidência de multa diária por atraso na entrega, à contar da data efetiva do pedido.

1.2.6. O aceite dos materiais não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos materiais, ou por desacordo com as especificações estabelecidas neste Edital, verificadas posteriormente, e por danos deles decorrentes.

1.2.7. Caso os materiais sejam recusados ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento, e das eventuais consequências dele decorrentes.

1.2.8. Os quantitativos descritos constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.2.8.1. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

## CLÁUSULA SEGUNDA

### DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. Os preços não serão reajustados;

2.2. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art.65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR;

2.3. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

2.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93;

2.5. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;

2.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

2.7. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador;

2.8. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já

existentes.

#### CLÁUSULA TERCEIRA DOS PAGAMENTOS

- 3.1. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.
- 3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.
- 3.3. O FORNECEDOR deverá enviar e-mail do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone (049) 3551-4700 | E-mail: [compras@luzerna.sc.gov.br](mailto:compras@luzerna.sc.gov.br))
- 3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

#### CLÁUSULA QUARTA DAS OBRIGAÇÕES

- 4.1. Cabe ao Município:
  - 4.1.1. A definição do objeto desta Licitação;
  - 4.1.2. Tomar todas as providências necessárias à execução do processo licitatório;
  - 4.1.3. Manter pessoas ou constituir Comissão Especial designada pelo Prefeito, visando à fiscalização da execução do contrato;
  - 4.1.4. Efetuar o pagamento empresa vencedora de acordo com o estipulado no Edital;
  - 4.1.5. Conceder revisões contratuais toda vez que se verificar alterações no equilíbrio econômico-financeiro inicialmente estabelecido, mediante requerimento formal protocolado pela proponente vencedora, devidamente instruído, com a comprovação do aumento dos custos;
  - 4.1.6. Providenciar a publicação da Ata de Registro de Preços proveniente do presente processo, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura;
  - 4.1.7. Emitir, quando da necessidade da aquisição dos materiais, através do setor municipal competente, autorização para o fornecimento dos mesmos.
- 4.2. Cabe ao FORNECEDOR:
  - 4.2.1. Executar o objeto do presente edital de acordo com o estipulado nos subitens 1.2 (Da Forma de Execução);
  - 4.2.2. Manter, durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas neste Edital, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;
  - 4.2.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;
  - 4.2.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato oriundo do presente processo licitatório;
  - 4.2.5. Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação dos materiais solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.

#### CLAÚSULA QUINTA DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:
  - 5.1.1. Advertência;
  - 5.1.2. Multa;
  - 5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;
  - 5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.
- 5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.
- 5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.
  - 5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.
- 5.4. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.
- 5.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:
  - 5.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
  - 5.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;
  - 5.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.
- 5.6. No caso de necessidade troca e/ou retirada de cestas entregues, por ter sido constatado, após seu recebimento, que o mesmo encontram-se com defeito, diferentes da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações editalícias ou contratuais, caberá a licitante sua retirada e/ou substituição integral, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar de sua intimação, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, no importe de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia

de mora, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

5.7. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.7.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.

5.7.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.8. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

5.8.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.8.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

#### CLÁUSULA SEXTA

##### DAS ALTERAÇÕES

6.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93.

6.2. A Ata de Registro de Preços somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art.65, inciso I, letra "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo.

#### CLÁUSULA SÉTIMA

##### DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;

b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;

c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art.78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;

d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;

e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;

b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

#### CLÁUSULA OITAVA

##### DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas provenientes da execução do Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos da Unidade Gestora Central – Prefeitura de Luzerna/SC ou dos Fundos Especiais, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço, nos termos que segue, de acordo com o Parecer Contábil:

Ação (s):

02.005.22.661.0201.2252 - Manutenção da ITL - Incubadora Tecnológica Luzerna

04.001.15.451.0400.2402 – Serviços Integrados de Infraestrutura

05.001.10.301.0500.2502 – Manutenção do bloco da Atenção Básica

05.001.10.122.0500.2504 –Manutenção da Secretaria de Saúde (Gestão / Administração)

06.003.08.243.0603.2620 – Manutenção do Conselho Tutelar  
07.001.12.361.0701.2711 – Manutenção da Educação – Fundamental  
07.001.12.365.0701.2709 – Manutenção da Educação – Creche  
07.001.12.365..0701.2710 – Manutenção da Educação – Pré escola  
04.002.20.606.0401.2421 – Manutenção da Subsecretaria de Agricultura e Meio Ambiente  
06.001.08.244.0601.2603 – Manutenção do CRAS – Centro de Referência de Assistência Social  
06.001.08.244.0601.2606 – Manutenção da Assistência Social  
03.002.04.122.0300.2302 – Manutenção da Secretaria de Coordenação de Governo e Gestão  
06.001.08.244.0601.2602 – Manutenção do Centro de Múltiplo Uso  
04.010.06.181.0010.2450 – Manutenção do Convênio rádio-patrolha  
04.010.06.181.0010.2451 – Manutenção do convênio com o Corpo de Bombeiros  
04.010.06.181.0010.2452 – Manutenção do convênio com as Polícias Civil e Militar – multas de trânsito  
04.010.15.451.0400.2404 – Adaptações de acessibilidade dos imóveis públicos

Modalidade de Aplicação (s):

3.3.90. Outras despesas correntes - Aplicações diretas

Fonte (s):

000 – Recursos Ordinários

001 – Receitas e Transferências de Impostos - Educação

002 – Receitas e Transferências de Impostos – Saúde CLÁUSULA NONA

DA VIGÊNCIA E DA FISCALIZAÇÃO

9.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de publicação da mesma.

9.2. A execução da Ata de Registro de Preços será acompanhada e fiscalizada pelos Srs. André Luis Toigo Diesel e Juliana Corbani, nomeados como fiscais de execução da Ata de Registro de Preço oriundas do presente Procedimento Licitatório, que anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços. E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 30 de abril de 2018.

MOISÉS DIERSMANN

PREFEITO de Luzerna

CONTRATANTE

PAULO DELFINO PINTO

ENERGIZA – ENGENHARIA E INSTALAÇÕES ELETRICAS LTDA

FORNECEDOR 3

TESTEMUNHAS:

1. \_\_\_\_\_

Nome:

CPF:

2. \_\_\_\_\_

Nome:

CPF:

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 090.18

Publicação Nº 1608433

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 090/2018

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 050/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 039/2018

Aos 30 (trinta) dias do mês de abril Prefeito Municipal MOISÉS DIERSMANN, e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna, Órgão Gerenciador, no uso de suas atribuições, resolve registrar os preços ofertados pela empresa:

4 – PLANALTO PORTAS E ESQUADRIAS DE MADEIRA LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, situada na Av. Caetano Natal Branco, n. 3800, Bairro Caetano Branco, na cidade de Joaçaba/SC CEP 89600-000, inscrita no CNPJ sob o nº 07.627.841/0001-72, neste ato representado por seu sócio administrador SERGIO FRANCISCO BUCCO JUNIOR, brasileiro, solteiro, empresário, portador da cédula de identidade nº 5.341.146 e inscrito no CPF/MF sob o nº 063.338.889-07, doravante denominado FORNECEDOR 4;

Classificada para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório PML nº 050/2018, Pregão Presencial nº 039/2018, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de Registro de Preços, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO E DO PREÇO



0.1. A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para eventual AQUISIÇÃO, DE FORMA PARCELADA, DE MATERIAIS E FERRAMENTAS DESTINADOS À REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS, REPAROS, CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DIVERSOS, PARA A UNIDADE GESTORA – PREFEITURA MUNICIPAL E OS FUNDOS ESPECIAIS DE LUZERNA/SC, EM CONFORMIDADE COM AS ESPECIFICAÇÕES EM ANEXO, constituindo-se em:

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Preço Unit.	Preço Total
14	30,00	UN	Caibro de Pinheiro Bruto 8x8x300cm	33,50	1.005,00
34	150,00	BR	Ferro CA 50 5,0mm	8,50	1.275,00
48	200,00	UN	Tábua 1"x25x4,20m pinheiro 3ª bruto	29,00	5.800,00
49	200,00	UN	Tábua pinheiro 3ª para caixaria 2,50x25x420 cm	30,00	6.000,00

0.2. O FORNECEDOR responsável pelo fornecimento dos itens descritos na tabela acima, receberá o valor global total de R\$ 14.080,00 (catorze mil e oitenta reais);

1.2.1. O objeto desta Ata encontra-se devidamente especificado no Anexo I do Edital, devendo o proponente vencedor disponibilizar sem a exigência de valor mínimo, na quantidade e no local determinado pelo setor municipal requisitante, sem custos adicionais, em até 15 (quinze) dias da realização da solicitação de compras;

1.2.2. Os materiais deverão ser cotados e entregues em conformidade com as características mínimas constantes nas especificações do objeto.

1.2.2.1. Os materiais fornecidos deverão ser de primeira qualidade.

1.2.2.2. Não serão aceitos produtos clonados, reciclados, remanufaturados ou que tenham sofrido qualquer alteração em suas características originais.

1.2.2.3. O FORNECEDOR deverá ainda, sempre que aplicável ao objeto, entregar produtos que possuam selo INMETRO e tenham sido fabricados dentro dos padrões ABNT, ANVISA ou de acordo com as determinações de outros órgãos, agências ou congêneres que regulamentem, padronizem e/ou fiscalizem-nos.

1.2.3. O FORNECEDOR deverá arcar com as despesas de carga, descarga e frete referentes às entregas dos equipamentos, inclusive as oriundas da devolução e reposição de mercadorias recusadas por não atenderem ao Edital.

1.2.4. O Município reserva-se no direito de exercer ampla fiscalização do fornecimento dos produtos, objeto deste certame, verificando se estão sendo cumpridos os termos contratuais, não se excluindo a empresa contratada da responsabilidade por qualquer irregularidade. Constatado o fornecimento de materiais de má qualidade, o Município poderá utilizar-se do disposto na Lei 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.

1.2.5. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca dos materiais enviados, quando na ocasião do recebimento, for constatado que a mesma encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, sem prejuízo da incidência de multa diária por atraso na entrega, à contar da data efetiva do pedido.

1.2.6. O aceite dos materiais não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos materiais, ou por desacordo com as especificações estabelecidas neste Edital, verificadas posteriormente, e por danos deles decorrentes.

1.2.7. Caso os materiais sejam recusados ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento, e das eventuais consequências dele decorrentes.

1.2.8. Os quantitativos descritos constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.2.8.1. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

## CLÁUSULA SEGUNDA

### DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. Os preços não serão reajustados;

2.2. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art.65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR;

2.3. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

2.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93;

2.5. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;

2.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

2.7. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador;

2.8. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.



**CLÁUSULA TERCEIRA  
DOS PAGAMENTOS**

- 3.1. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.
- 3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.
- 3.3. O FORNECEDOR deverá enviar e-mail do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone (049) 3551-4700 | E-mail: [compras@luzerna.sc.gov.br](mailto:compras@luzerna.sc.gov.br))
- 3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

**CLÁUSULA QUARTA  
DAS OBRIGAÇÕES****4.1. Cabe ao Município:**

- 4.1.1. A definição do objeto desta Licitação;
- 4.1.2. Tomar todas as providências necessárias à execução do processo licitatório;
- 4.1.3. Manter pessoas ou constituir Comissão Especial designada pelo Prefeito, visando à fiscalização da execução do contrato;
- 4.1.4. Efetuar o pagamento empresa vencedora de acordo com o estipulado no Edital;
- 4.1.5. Conceder revisões contratuais toda vez que se verificar alterações no equilíbrio econômico-financeiro inicialmente estabelecido, mediante requerimento formal protocolado pela proponente vencedora, devidamente instruído, com a comprovação do aumento dos custos;
- 4.1.6. Providenciar a publicação da Ata de Registro de Preços proveniente do presente processo, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura;
- 4.1.7. Emitir, quando da necessidade da aquisição dos materiais, através do setor municipal competente, autorização para o fornecimento dos mesmos.

**4.2. Cabe ao FORNECEDOR:**

- 4.2.1. Executar o objeto do presente edital de acordo com o estipulado nos subitens 1.2 (Da Forma de Execução);
- 4.2.2. Manter, durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas neste Edital, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;
- 4.2.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;
- 4.2.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato oriundo do presente processo licitatório;
- 4.2.5. Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação dos materiais solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.

**CLAÚSULA QUINTA  
DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

**5.1.1. Advertência;****5.1.2. Multa;****5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;****5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.**

5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obediência ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.

5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

5.4. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

5.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

5.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

5.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;

5.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

5.6. No caso de necessidade troca e/ou retirada de cestas entregues, por ter sido constatado, após seu recebimento, que o mesmo encontram-se com defeito, diferentes da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações editalícias ou contratuais, caberá a licitante sua retirada e/ou substituição integral, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar de sua intimação, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, no importe de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

5.7. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.7.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.

5.7.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.8. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

5.8.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.8.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

#### CLÁUSULA SEXTA

##### DAS ALTERAÇÕES

6.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93.

6.2. A Ata de Registro de Preços somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art.65, inciso I, letra "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo.

#### CLÁUSULA SÉTIMA

##### DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;

b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;

c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art.78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;

d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;

e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceite as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;

b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

#### CLÁUSULA OITAVA

##### DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas provenientes da execução do Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos da Unidade Gestora Central – Prefeitura de Luzerna/SC ou dos Fundos Especiais, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço, nos termos que segue, de acordo com o Parecer Contábil:

Ação (s):

02.005.22.661.0201.2252 - Manutenção da ITL - Incubadora Tecnológica Luzerna

04.001.15.451.0400.2402 – Serviços Integrados de Infraestrutura

05.001.10.301.0500.2502 – Manutenção do bloco da Atenção Básica

05.001.10.122.0500.2504 –Manutenção da Secretaria de Saúde (Gestão / Administração)

06.003.08.243.0603.2620 – Manutenção do Conselho Tutelar

07.001.12.361.0701.2711 – Manutenção da Educação – Fundamental

07.001.12.365.0701.2709 – Manutenção da Educação – Creche  
07.001.12.365..0701.2710 – Manutenção da Educação – Pré escola  
04.002.20.606.0401.2421 – Manutenção da Subsecretaria de Agricultura e Meio Ambiente  
06.001.08.244.0601.2603 – Manutenção do CRAS – Centro de Referência de Assistência Social  
06.001.08.244.0601.2606 – Manutenção da Assistência Social  
03.002.04.122.0300.2302 – Manutenção da Secretaria de Coordenação de Governo e Gestão  
06.001.08.244.0601.2602 – Manutenção do Centro de Múltiplo Uso  
04.010.06.181.0010.2450 – Manutenção do Convênio rádio-patrolha  
04.010.06.181.0010.2451 – Manutenção do convênio com o Corpo de Bombeiros  
04.010.06.181.0010.2452 – Manutenção do convênio com as Polícias Civil e Militar – multas de trânsito  
04.010.15.451.0400.2404 – Adaptações de acessibilidade dos imóveis públicos

Modalidade de Aplicação (s):

3.3.90. Outras despesas correntes - Aplicações diretas

Fonte (s):

000 – Recursos Ordinários

001 – Receitas e Transferências de Impostos - Educação

002 – Receitas e Transferências de Impostos – Saúde CLÁUSULA NONA

DA VIGÊNCIA E DA FISCALIZAÇÃO

9.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de publicação da mesma.

9.2. A execução da Ata de Registro de Preços será acompanhada e fiscalizada pelos Srs. André Luis Toigo Diesel e Juliana Corbani, nomeados como fiscais de execução da Ata de Registro de Preço oriundas do presente Procedimento Licitatório, que anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços. E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 30 de abril de 2018.

MOISÉS DIERSMANN

PREFEITO de Luzerna

CONTRATANTE

SERGIO FRANCISCO BUCCO JUNIOR

PORTAS E ESQUADRIAS DE MADEIRA LTDA ME

FORNECEDOR 4

TESTEMUNHAS:

1. \_\_\_\_\_

Nome:

CPF:

2. \_\_\_\_\_

Nome:

CPF:

## **AVISO DE ANULAÇÃO - PL 040/2018 – IL 003/2018/PML**

Publicação Nº 1608110

MUNICÍPIO DE LUZERNA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 040/2018

INEXIGIBILIDADE Nº 003/2018

EXTRATO DE ANULAÇÃO

O Poder Público Municipal torna pública a anulação integralmente do Processo Licitatório n.º 040/2018 - Inexigibilidade nº 003/2018 e do Contrato PML nº 065/2018 para a CONTRATAÇÃO DE LEILOEIRO, SR. JÚLIO RAMOS LUZ, MATRICULADO NA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA SOB Nº AARC 162, PARA REALIZAÇÃO DE ALIENAÇÃO EM LEILÃO PÚBLICO DE BENS PERTINENTES AO MUNICÍPIO DE LUZERNA.

Informações complementares poderão ser obtidas no telefone (49) 3551 4700, e-mail: debora@luzerna.sc.gov.br.

Fundamento legal: art. 49, caput, da Lei nº 8.666/93 e Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal (STF).

Luzerna (SC), 27 de abril de 2018.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

**CONTRATO PML Nº 065.18**

Publicação Nº 1608144

ANULAÇÃO DO CONTRATO PML Nº 065/2018  
PROCESSO DE LICITAÇÃO PML Nº 040/2018  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PML Nº 003/2018

Aos 27 (vinte e sete) dia do mês de abril do ano de 2018, presentes de um lado, o MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Avenida 16 de fevereiro, 151, em Luzerna/SC e neste ato representado por seu Prefeito Municipal, MOISÉS DIERSMANN, brasileiro, casado, professor, inscrito no CPF/MF nº 024.651.199-07 e portador da cédula de identidade nº 11/C-3. 427.769, denominado CONTRATANTE, e a JÚLIO RAMOS LUZ, brasileiro, leiloeiro oficial, matrícula AARC/162 com escritório no endereço Rua Acadêmico Nilo Marchi, nº 447, Centro, Rio do Sul, SC, inscrito no CPF sob nº 582.420.409-82, doravante denominado CONTRATADO, ajustam entre si a presente anulação ao CONTRATO PML nº 065/2018 destinado a CONTRATAÇÃO DE LEILOEIRO, SR. JÚLIO RAMOS LUZ, MATRICULADO NA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA SOB Nº AARC 162, PARA REALIZAÇÃO DE ALIENAÇÃO EM LEILÃO PÚBLICO DE BENS PERTINENTES AO MUNICÍPIO DE LUZERNA, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA  
DA ANULAÇÃO**

CONSIDERANDO que o Município de Luzerna instaurou o processo de PROCESSO DE LICITAÇÃO PML Nº 040/2018 - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PML Nº 003/2018, visando a CONTRATAÇÃO DE LEILOEIRO, SR. JÚLIO RAMOS LUZ, MATRICULADO NA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA SOB Nº AARC 162, PARA REALIZAÇÃO DE ALIENAÇÃO EM LEILÃO PÚBLICO DE BENS PERTINENTES AO MUNICÍPIO DE LUZERNA;

CONSIDERANDO, entendimento do Ministério Público do Estado de Santa Catarina que recomendou a deflagração de processo licitatório em detrimento de processo de inexigibilidade, que exauriu o Ofício-Recomendação nº 0336/2018/02PJ/JOA para a respectiva contratação;

CONSIDERANDO, o art. 49 da Lei 8.666/93 e a Súmula 473 do STF que determina que administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

Cláusula 1ª. Fica anulado integralmente o Contrato PML Nº 065/2018, que tinha por objeto elaboração de serviços autônomos de ELABORAÇÃO E REALIZAÇÃO DE LEILÃO DE BENS, de forma PRESENCIAL E ON LINE (através da Internet) firmado entre o Município de Luzerna e o Leiloeiro Oficial Sr. JULIO RAMOS.

**CLÁUSULA SEGUNDA  
DO FORO**

As partes elegem o Foro da Comarca de Joaçaba (SC) para dirimir eventuais litígios decorrentes deste Contrato.

Por estarem justas, contratadas, cientes e de acordo com todas as cláusulas e condições do presente Contrato, as partes assinam este instrumento nas suas duas vias para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo.

Luzerna, 27 de abril de 2018.

MOISÉS DIERSMANN  
PREFEITO DE LUZERNA  
CONTRATANTE  
JÚLIO RAMOS LUZ  
LEILOEIRO OFICIAL  
CONTRATADA

**TESTEMUNHAS:**

1. -----

Nome:

CPF:

2. -----

Nome:

CPF:

**CONTRATO PML Nº 086.18**

Publicação Nº 1608289

CONTRATO Nº 086/2018/PML  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 035/2018 - PML  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 002/2018 - PML  
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2018 - PML

O MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Avenida 16 de Fevereiro, 151, em Luzerna/SC CEP 89.609-000, neste ato representado por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN, brasileiro, maior e capaz, casado, professor, inscrito no CPF/MF sob o nº 295.616.129-68, e portador da cédula de identidade nº 11/R 227.997, residente e domiciliado na Rua Beno Dresch, s/n, neste Município de Luzerna/SC, CEP 89609-000, de ora em diante denominado CONTRATANTE e o BANCO DO EMPREENDEDOR, pessoa jurídica de direito privado, com sede administrativa na Rua Fúlvio Aducci, nº 710, Bairro Estreito, na cidade de Florianópolis/SC, CEP: 88.075-0001, inscrita no CNPJ sob o nº 03.415.879/001-20, neste ato representado por seu Diretor Superintendente LUIZ CARLOS FLORIANI, brasileiro, diretor, inscrito no CPF/MF sob o nº 293.351.169-04, doravante denominado CONTRATADO, resolvem firmar o presente Contrato, decorrente do CREDENCIAMENTO Nº 001/2018 - PML, homologado em 19 de abril de 2018, mediante sujeição mútua as normas constantes da Lei nº. 8.666/93, com as alterações introduzidas pela Lei nº 8.883/94 e 9.648/98, ao edital antes citado, à proposta e as seguintes cláusulas contratuais:

**CLÁUSULA PRIMEIRA  
DO OBJETO E DO PREÇO**

1.1. O presente contrato tem como objeto o "CREDENCIAMENTO de empresa especializada para operacionalização do programa de Microfinanças de Luzerna."

1.1.1. Integra e completa o presente Contrato para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições do Edital de Credenciamento nº 001/2018, bem como a proposta da CONTRATADA, os anexos e os pareceres que formam o processo.

**1.2. Recursos e dotação orçamentária:**

Ações (projeto/atividade/operação especial):  
02.005.23.691.0201.2250 – Manutenção da Diretoria de Desenvolvimento Econômico e Inovação  
Modalidade de Aplicação (s):

3.3.90. Outras despesas correntes – Aplicações diretas

Fonte (s):

000 – Recursos Ordinários

**CLÁUSULA SEGUNDA  
DAS OBRIGAÇÕES DA CREDENCIADA**

2.1. Operacionalizar o Programa Microfinanças de Luzerna, obedecendo a Lei, Decreto e termo de referência do Programa Microfinanças de Luzerna;

2.2. Zelar pela qualidade de ações e serviços prestados, buscando alcançar eficiência, eficácia, efetividade e economicidade em suas atividades;

2.3. Observar no transcorrer da execução de suas atividades, as



orientações estabelecidas pela Prefeitura;

2.4. Encaminhar a Prefeitura, através do e-mail Instituição de Microcrédito a documentação dos contratos que cumpriram todas as condições do Programa Microfinanças de Luzerna, conforme detalhado no termo de referência;

2.5. Suspender ou encerrar as contratações no âmbito do Programa Microfinanças de Luzerna, a partir da determinação da Prefeitura;

2.6. Responsabilizar-se integralmente pelos encargos de natureza trabalhista e previdenciária referente aos recursos humanos utilizados na execução do objeto deste Contrato, inclusive as decorrentes do ajuizamento de eventuais demandas judiciais;

2.7. Ressarcir o valor dos juros remuneratórios ao erário público em virtude de desequilíbrio ou desqualificação apurada por verificação posterior de operação que tenha sido subsidiada;

2.8. Guardar e zelar pela conservação dos documentos comprobatórios das operações subsidiadas no âmbito do Programa Microfinanças de Luzerna, pelo prazo de 5 (cinco) anos a partir da data da liquidação da operação.

2.9. Utilizar material de divulgação do Programa Microfinanças de Luzerna, se fornecido pela Prefeitura;

2.10. Desenvolver mecanismo em seus sistemas gerenciais que permitam a emissão de relatórios específicos das operações no âmbito do Programa Microfinanças de Luzerna;

2.11. Permitir à Prefeitura, por seu representante ou prepostos, inclusive empresas auditoras, o livre acesso as respectivas dependências, bem como aos seus documentos e registros contábeis, fornecendo toda e qualquer informação que lhe for solicitada. No caso de o empreendedor ter cumprido as condições do Programa Microfinanças de Luzerna e a Instituição Credenciada ter deixado de cumprir alguma condição de sua responsabilidade que implique na desqualificação da operação, o valor equivalente aos juros remuneratórios serão suportados pela Instituição de Microcrédito.

#### CLÁUSULA TERCEIRA DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

3.1. Acompanhar e supervisionar a execução deste Contrato, de acordo com a Lei, Decreto e termo de referência do Programa Microfinanças de Luzerna;

3.2. Comunicar por correio eletrônico e por publicação no Diário Oficial do Município, eventuais modificações ocorridas no termo de referência do Programa Microfinanças de Luzerna;

3.3. Efetuar repasse a Instituição de Microcrédito do valor equivalente aos juros remuneratórios dos contratos que cumpriram todas as condições do Programa Microfinanças de Luzerna.

#### CLÁUSULA QUARTA DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

4.1. O prazo de vigência do presente contrato é de 12 (doze) meses, sendo cabível sua prorrogação até 60 (sessenta) meses, nos termos do inciso II, do artigo 57 da Lei nº 8.666/93.

#### CLÁUSULA QUINTA DAS PENALIDADES

5.1. Pelo não cumprimento das condições estabelecidas no ajuste, a credenciada fica sujeita, a critério da Administração e garantida a defesa prévia, às seguintes penalidades, sem prejuízo daquelas previstas no art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93.

5.2. Se no decorrer da execução do objeto do presente instrumento, ficar comprovada a existência de qualquer irregularidade ou ocorrer inadimplemento parcial ou total pelo qual possa ser responsabilizada a CONTRATADA, esta, sem prejuízo das demais sanções previstas, poderá sofrer as seguintes penalidades:

5.2.1. Advertência escrita, com o intuito de registrar o comportamento inadequado do licitante e/ou CONTRATADA;

5.2.2. Multa, pela inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado na execução do contrato, sendo graduada de acordo com a gravidade da infração, obedecidos os seguintes limites:

5.2.2.1. 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da contratação, devidamente atualizado, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis, na recusa injustificada da instituição credenciada em assinar o contrato, após regularmente convocada, caracterizando inexecução total das obrigações acordadas;

5.2.2.2. 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da contratação, nos casos de anulação do contrato por culpa da CONTRATADA.

5.2.2.3. A multa, não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as demais sanções previstas na lei;

#### CLÁUSULA SEXTA DA RESCISÃO CONTRATUAL

6.1. A rescisão contratual poderá ser:

6.1.1. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93.

6.1.2. Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração.

6.2. A inexecução total ou parcial do Contrato enseja sua rescisão pela Administração, com as consequências prevista no item 7.1.

6.3. Constituem motivos para rescisão do Contrato os previstos no art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93.

6.3.1. Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, sem que haja culpa da Contratada, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

6.3.2. A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78 acarretará as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei Federal nº 8.666/93.

6.4. Mediante solicitação de descredenciamento, dentro das condições e ritos do devido processo legal.

#### CLÁUSULA SÉTIMA DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

A execução do Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo Prefeito MOISÉS DIERSMANN, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do Contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

#### CLÁUSULA OITAVA DO FORO

Fica eleito o foro de Comarca de Joaçaba/SC, para dirimir dúvidas e qualquer litígio oriundo deste Contrato.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 27 de abril de 2018.

MOISÉS DIERSMANN  
PREFEITO DE LUZERNA  
CONTRATANTE

LUIZ CARLOS FLORIANI  
BANCO DO EMPREENDEDOR  
CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1. -----	2. -----
Nome:	Nome:
CPF:	CPF:



**CONTRATO PML Nº 091.18**

Publicação Nº 1608838

CONTRATO PML Nº 091/2018  
PROCESSO LICITATÓRIO PML Nº 055/2018  
DISPENSA PML Nº 009/2017

Pelo presente instrumento de Contrato de Rateio, a teor das disposições constantes do Contrato de Consórcio Público do Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA, decorrente da ratificação por lei pelos entes consorciados, do Protocolo de Intenções e do Contrato de Programa, de um lado, o MUNICÍPIO DE LUZERNA, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº01.613.428/0001-72, com sede na Avenida 16 de Fevereiro, 151, na cidade de Luzerna - SC, representado por seu Prefeito, Moisés Diersmann, brasileiro, agente político, residente e domiciliado na cidade de Luzerna - SC, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro, o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE – CIMCATARINA, Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 12.075.748/0001-32, com sede na Rua General Liberato Bittencourt, 1885, 12ºAndar, sala 1205, Bairro Canto, no Município de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Diretor Executivo, Elói Rönna, ao final assinado, doravante denominado CONTRATADO, têm entre si justo e contratado, de acordo com as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, da Lei Federal nº 11.107/2005, do Decreto Federal n. 6.017/07, do Protocolo de Intenções, das Leis de Ratificações, do Contrato de Consórcio Público do CIMCATARINA, as seguintes cláusulas e condições.

**CLÁUSULA PRIMEIRA**  
**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

1.1. Aplicam-se ao Contrato de Prestação de Serviços as disposições da legislação federal de licitações, Lei nº 8.666/93, e de consórcios públicos, Lei nº 11.107/05, do Decreto nº 6.017/07, bem como a legislação municipal de ratificação do Protocolo de Intenções do Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA, Lei n. 1459/2016.

1.2. O presente contrato é celebrado por dispensa de licitação, por se tratar de município consorciado ao CIMCATARINA, nos termos do artigo 24, XXVI, da Lei Federal n. 8666/93 c/c artigo 2º, § 1º, inciso III e artigo 17, ambos da Lei Federal n. 11.107/05 e artigo 18, do Decreto Federal n. 6017/07.

**CLÁUSULA SEGUNDA**  
**DO OBJETO**

2.1. O presente Contrato tem por objeto a contratação do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE – CIMCATARINA destinado a execução de horas técnicas por profissional do CIMCATARINA para elaboração de laudo geológico de estabilidade de talude em loteamento de interesse social, sito em terreno de matrícula nº 31.447 do Cartório de Registro de Imóveis 1º Ofício, situado na Estrada Municipal – Anel Viário, Bairro Empresarial, no Município de Luzerna/SC.

**CLÁUSULA TERCEIRA**  
**DOS VALORES**

3.1. O CONTRATANTE transferirá ao CONTRATADO o valor para a prestação do serviço o valor de R\$ 135,00 (cento e trinta e cinco) de R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos), correspondendo ao valor

**CLÁUSULA QUARTA**  
**DO PAGAMENTO**

4.1. O CONTRATANTE deverá pagar mensalmente a parcela do mês de referência até o dia 10 (dez) do respectivo mês, através de boleto bancário, depósito em conta do PROLICITA ou através de autorização de débito automático.

4.2. O valor das parcelas serão devidos integralmente a partir do mês de assinatura do Contrato de Programa.

4.2.1. Quando a data de assinatura do Contrato de Programa for menor que 15 (quinze) dias no mês, o valor será devido somente no mês seguinte.

**CLÁUSULA QUINTA**  
**DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

5.1. O Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA será responsável pela execução do objeto deste contrato, seguindo suas disposições legais, contratuais e estatutárias, vinculando as partes nos termos do contrato de programa.

**CLÁUSULA SEXTA**  
**DA TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA**

6.1. A fim de garantir a transparência da gestão econômica e financeira do objeto deste contrato, serão estritamente observadas as disposições legais, além das constantes no Protocolo de Intenções, Contrato de Consórcio Público e Contrato de Programa.

6.2. A fiscalização do presente contrato ficará a cargo do Conselho Fiscal do Consórcio Público, de representante do CONTRATANTE, da Casa Legislativa do Município Contratante e do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

6.3. Quanto ao presente contrato o CONTRATADO não poderá opor qualquer resistência, afastar ou dificultar a fiscalização exercida pelos órgãos internos e externos de controle ou pela sociedade civil.

6.4. O CONTRATADO deve fornecer ao CONTRATANTE as informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas dos entes consorciados, todas as despesas realizadas com os recursos entregues em virtude deste contrato de rateio, de forma que possam ser contabilizadas nas contas de cada ente da Federação na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

#### CLÁUSULA SÉTIMA

##### DOS DIREITOS E DEVERES DO CONTRATANTE

7.1. São direitos e deveres do CONTRATANTE:

- a) Acompanhar os trabalhos do consórcio, mediante recebimento de informações previamente solicitadas;
- b) Acompanhar a prestação dos serviços disponibilizados;
- c) Transferir os recursos financeiros decorrentes dos serviços contratados, conforme estabelecido neste Contrato de Rateio;
- e) Acatar as determinações da Assembléia Geral, cumprindo com as deliberações e obrigações estabelecidas, em especial no Contrato de Rateio.

#### CLÁUSULA OITAVA

##### DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. As despesas decorrentes do presente Contrato de Rateio terão as seguintes classificações orçamentárias:

Classificação	Denominação/Valor		
06	Secretaria da Fazenda e Administração		
01.	Departamento de Administração		
04.122.0007.2008	Transferências Financeiras a Entidades de Assessoramento Administrativo		
3.1.71.70	Rateio Pela Participação em Consórcio Público	R\$	20.280,00
3.3.71.70	Rateio Pela Participação em Consórcio Público	R\$	6.240,00
4.4.71.70	Rateio Pela Participação em Consórcio Público	R\$	936,00
TOTAL		R\$	27.456,00

#### CLÁUSULA NONA

##### DA VIGÊNCIA

9.1. O presente contrato entra em vigor na data de sua assinatura e vigorará até 31 de dezembro de 2017.

#### CLÁUSULA DÉCIMA

##### DA INADIMPLÊNCIA

10.1. O CONTRATANTE inadimplente com o Consórcio Público será notificado formalmente sobre sua inadimplência, para que regularize sua situação, sendo suspensos os serviços do consórcio ao respectivo consorciado até a regularização da dívida.

10.2. Não sendo regularizada a inadimplência no prazo de seis meses, o CONTRATANTE poderá ser excluído do consórcio, mediante deliberação da Assembléia Geral, observadas as disposições legais e regulamentares.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

##### DA RESCISÃO

11.1 – O presente contrato programa poderá ser rescindido por:

- a) descumprimento de qualquer das obrigações para execução do objeto;
- b) superveniência de norma legal ou fato administrativo que o torne, formal ou materialmente, inexequível;
- c) ato unilateral com comprovada motivação jurídica e/ou legal, mediante aviso prévio da parte que dele se desinteressar, com antecedência mínima de 30(trinta) dias, obrigando-se pelos serviços já prestados.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

##### DAS PENALIDADES

12.1. Em caso de descumprimento das obrigações ajustadas pelas partes neste contrato de rateio, a parte que der causa ao descumprimento ficará obrigada a pagar, a outra, o percentual de 2% (dois por cento) incidente sobre a parcela ou sobre o total da obrigação descumprida, sem prejuízo das demais medidas legais cabíveis.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

##### DO FORO

13.1. Fica eleito o foro da Comarca da Capital de Santa Catarina para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato de Programa.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

##### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. Por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que foi devidamente aprovado pela Assembléia Geral do Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA.

Luzerna/SC, 13 de janeiro de 2017.

MOISÉS DIERSMANN PREFEITO MUNICÍPIO DE LUZERNA	ELÓI RONNAU DIRETOR EXECUTIVO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE-CIMCATARINA
--	--

TESTEMUNHAS:

1. -----

Ass.

Nome:

CPF:

2. -----

Ass.

Nome:

CPF:

## EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO - PL 006/2018 – PP 002/2018 - CAMISETAS E BONÉS - FMS

Publicação Nº 1608214

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

Processo Licitatório 006/2018 - FMS

Pregão Presencial nº 002/2018 - FMS

O Gestor do FMS, LUIS FERNANDO DAHMER PERUCHINI, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 006/2018, nos seguintes termos:

- Modalidade: Pregão Presencial para Registro de Preço

- Objeto: A presente Licitação tem por objeto o Registro de Preço destinado à contratação de empresa para confecção e fornecimento de camisetas e bonés, visando a realização da 4ª Caminhada Ecológica de Luzerna pela Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, conforme especificações contidas neste Edital e em seus Anexos.

- Proponente(s) Vencedora(s):

\* SAMOURA CONFECÇÕES LTDA – ME;

\* TOPE BRASIL LTDA.

- Valor total: R\$ 10.110,00

Luzerna (SC), 30 de abril de 2018.

LUIS FERNANDO DAHMER PERUCHINI

Gestor do FMS

## REPUBLICADO - TERMO DE FOMENTO Nº 001/2018/PML

Publicação Nº 1608734

TERMO DE FOMENTO nº 001/2018 - PML

INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO nº 001/2018 - PML

PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 001/2018 - PML

O presente Termo de Parceria que entre si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Avenida 16 de Fevereiro, 151, em Luzerna/SC, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, MOISÉS DIERSMANN, brasileiro, maior e capaz, casado, professor, inscrito no CPF/MF sob o nº 295.616.129-68, e portador da cédula de identidade RG nº 11/R 227.997, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL e a AJEC – ASSOCIAÇÃO JOAÇABA DE ESPORTE E CULTURA, pessoa jurídica de direito privado, entidade sem fins lucrativos, inscrita sob o CNPJ nº 06.066.796/0001-61, com sede na Avenida XV de Novembro, 530, Joaçaba/SC, neste ato representado por seu Presidente Senhor MAICON EDUARDO BORTOLUZ, brasileiro, farmacêutico, portador do RG nº 2.823.950 e inscrito no CPF/MF sob o nº 003.967.399-13, doravante denominada OSC, nos termos da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e suas alterações posteriores, bem como do Decreto nº 2360 de 02 de maio de 2017 e da Lei nº 1576, de 13 de março de 2018, resolvem celebrar o presente TERMO DE PARCERIA, mediante as seguintes cláusulas e condições:

### CLÁUSULA PRIMEIRA

#### DO OBJETO

O presente tem como objeto a conjugação de esforços entre o MUNICÍPIO e a AJEC – ASSOCIAÇÃO JOAÇABA DE ESPORTE E CULTURA, para repasse financeiro, cujo objetivo é fomentar o PROGRAMA LUZERNA/JOAÇABA FUTSAL - CATEGORIA SUB 18 para incentivar, por meio de atividades sociais e de rendimento destinados às crianças e adolescentes, a formação de atletas com padrão técnico, tático, físico e cognitivo, objetivando a transformação destes em futuros atletas profissionais, em consonância à Lei Municipal nº 1576 de 13 de março de 2018.

Paragrafo único. A Parceria firmada será executada nos termos do Plano de Trabalho.

### CLÁUSULA SEGUNDA

#### DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

I - Compete a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL:

a) repassar os recursos financeiros para a execução desta Parceria, conforme estipulado na Cláusula Terceira.

b) indicar instituição financeira, ou se já existente, homologá-la, para a manutenção e movimentação das receitas, custos e despesas

atinentes ao objeto da Parceria definidos no Plano de Trabalho.

- c) prestar as informações e os esclarecimentos necessários ao acompanhamento e controle na execução deste Termo de Parceria.
- d) supervisionar as atividades de execução, avaliando os seus resultados e seus reflexos, podendo assumir ou transferir a responsabilidade da execução no caso de paralisação ou fato relevante que venha a ocorrer, de modo a evitar a descontinuidade do objeto.
- e) monitorar, fiscalizar, avaliar e aprovar a execução físico-financeira do plano de trabalho, assim como das prestações de contas e demais documentos exigidos neste instrumento e na legislação em vigor, necessários à execução do objeto do Termo de Parceria.
- f) prorrogar os prazos de início e/ou conclusão do objeto da Parceria, na mesma proporção do atraso dos repasses das transferências financeiras, desde que a OSC não tenha contribuído para este atraso.
- g) divulgar/viabilizar em seu site oficial na internet:
  - g.1) a parceria celebrada;
  - g.2) os meios para apresentação de denúncia sobre a aplicação irregular dos recursos transferidos; e
  - g.3) o acompanhamento dos processos de liberação de recursos referentes a parceria celebrada.

## II - Compete à OSC:

- a) Executar fielmente o objeto pactuado, de acordo com o Plano de Trabalho aprovado pela Administração Pública Municipal, adotando todas as medidas necessárias à correta execução deste Termo de Fomento, observado o disposto na Lei n. 13.019, de 2014, o Decreto nº 2360 de 02 de maio de 2017 e a Lei nº 1576 de 13 de março de 2018;
- b) Aplicar os recursos discriminados no Plano de Trabalho exclusivamente no objeto do presente Termo de Fomento;
- c) Executar e fiscalizar os trabalhos necessários à consecução do objeto pactuado no Termo de Fomento, inclusive os serviços eventualmente contratados, observando a qualidade, quantidade, prazos e custos definidos no Plano de Trabalho;
- d) Elaborar os projetos técnicos relacionados ao objeto pactuado, reunir toda documentação jurídica e institucional necessária à celebração deste Termo de Fomento;
- e) Não utilizar os recursos recebidos nas finalidades vedadas pelo art. 45 da Lei n. 13.019/2014;
- f) Apresentar Relatório de Execução do Objeto de acordo com o estabelecido nos art. 63 a 72 da Lei nº 13.019/2014;
- g) Assegurar, na sua integralidade, a qualidade técnica dos projetos e da execução dos produtos e serviços contratados, em conformidade com as normas brasileiras, ações e atividades, determinando a correção de vícios que possam comprometer a fruição do benefício pela população beneficiária, quando detectados pela Administração Pública Municipal ou pelos órgãos de controle;
- h) Submeter previamente à Administração Pública Municipal qualquer proposta de alteração do Plano de Trabalho aprovado, na forma definida neste instrumento, observadas as vedações relativas à execução das despesas;
- i) Manter e movimentar os recursos financeiros de que trata este Termo de Fomento em conta específica, aberta em instituição financeira, inclusive os resultantes de eventual aplicação no mercado financeiro, bem assim aqueles oferecidos como contrapartida, aplicando-os, na conformidade do Plano de Trabalho e, exclusivamente, no cumprimento do seu objeto, observadas as vedações constantes neste instrumento relativas à execução das despesas;
- j) Arcar com o pagamento de toda e qualquer despesa excedente aos recursos financeiros fixados neste instrumento, indicados na cláusula atinente ao valor e à dotação orçamentária;
- k) Realizar todos os atos e os procedimentos relativos à formalização, execução, acompanhamento, prestação de contas e demais informações, quando couber, incluindo regularmente as informações e os documentos exigidos pela Lei 13.019, de 2014, mantendo-o atualizado;
- l) Estimular a participação dos beneficiários finais na implementação do objeto do Termo de Fomento, bem como na manutenção do patrimônio gerado por esses investimentos;
- m) Garantir a manutenção da equipe técnica em quantidade e qualidade adequadas ao bom desempenho das atividades;
- n) Manter registros, arquivos e controles contábeis específicos para os dispêndios relativos a este Termo de Fomento, pelo prazo de 10 (dez) anos, conforme previsto no parágrafo único do art. 68 da Lei nº 13.019/2014;
- o) Facilitar a supervisão e a fiscalização da Administração Pública Municipal, permitindo-lhe efetuar acompanhamento in loco e fornecendo, sempre que solicitado, as informações e os documentos relacionados com a execução do objeto deste Termo de Fomento, especialmente no que se refere ao exame da documentação relativa aos contratos celebrados;
- p) Permitir o livre acesso de servidores da Administração Pública Municipal e dos órgãos de controle interno e externo, a qualquer tempo e lugar, aos processos, documentos e informações referentes a este Termo de Fomento, bem como aos locais de execução do respectivo objeto;
- q) Manter, em seu sítio oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até 180 (cento e oitenta) dias após o respectivo encerramento, nos termos do art. 10 da Lei nº 13.019/2014;
- r) Prestar contas a Administração Pública Municipal, ao término de cada exercício e no encerramento da vigência do Termo de Fomento, nos termos do capítulo IV da Lei nº 13.019, de 2014, e do capítulo VII, do Decreto nº 8.726, de 2016;
- s) Responsabilizar-se por todos os encargos de natureza trabalhista, fiscal, comercial e previdenciária, decorrentes de eventuais demandas judiciais relativas a recursos humanos utilizados na execução do objeto deste Termo de Fomento, bem como por todos os encargos tributários ou extraordinários que incidam sobre o presente Instrumento;
- t) Assegurar e destacar, obrigatoriamente, a participação da Administração Pública Municipal em toda e qualquer ação, promocional ou não, relacionada com a execução do objeto descrito neste Termo de Fomento e, apor a marca da Administração Pública Municipal nas placas, painéis e outdoors de identificação dos projetos custeados, no todo ou em parte, com os recursos deste Termo de Fomento.
- u) Operar, manter e conservar adequadamente o patrimônio público gerado pelos investimentos decorrentes do Termo de Fomento, após sua execução, de modo a assegurar a sustentabilidade do projeto e atender as finalidades às quais se destina;
- v) Manter a Administração Pública Municipal informada sobre situações que eventualmente possam dificultar ou interromper o curso normal da execução do Termo de Fomento e prestar informações sobre as ações desenvolvidas para viabilizar o respectivo acompanhamento e fiscalização.
- w) Permitir à Administração Pública Municipal, bem como aos órgãos de controle interno e externo, o acesso à movimentação financeira da conta específica vinculada ao presente Termo de Fomento;
- x) Ao tomar conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dar ciência aos órgãos de controle e, havendo fundada suspeita de crime ou de improbidade administrativa, cientificar o Ministério Público;
- y) Garantir a manutenção da capacidade técnica e operacional necessária ao bom desempenho das atividades; e
- z) Responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às

despesas de custeio, de investimento e de pessoal.

#### CLÁUSULA TERCEIRA

##### DO VALOR DO REPASSE E DA FORMA DE PAGAMENTO

I – A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL repassará a OSC a título de subvenção social o valor mensal estimado de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) por mês, pelo período de 09 (nove) meses, totalizando R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais) para desenvolver as atividades fixadas e especificadas no cronograma de desembolso do Plano de Trabalho.

II - As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria serão liberadas em estrita conformidade com o cronograma de desembolso aprovado, exceto nos casos a seguir, nos quais ficarão retidas até o saneamento das impropriedades:

a) quando houver fundados indícios de não ter ocorrido boa e regular aplicação da parcela anteriormente recebida, na forma da legislação aplicável, inclusive quando aferidos em procedimentos de fiscalização local, realizados periodicamente pelo órgão repassador dos recursos e pelos órgãos de controle interno e externo da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

b) quando verificado desvio de finalidade na aplicação dos recursos, atrasos não justificados no cumprimento das etapas ou fases programadas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais da administração pública nas contratações e demais atos praticados na execução da parceria ou o inadimplemento da OSC com relação a outras cláusulas básicas.

c) quando a OSC deixar de adotar as medidas saneadoras apontadas pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL ou pelos órgãos de controle interno ou externo.

III - Não será exigida contrapartida da OSC.

#### CLÁUSULA QUARTA

##### DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos repassados pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL para a execução do objeto deste Termo serão empenhados na seguinte dotação orçamentária:

Ação 07.002.27.812.0714.2730-Manutenção da Diretoria de Esportes.

Modalidade de Aplicação: 3.3.50 - Outras despesas correntes - Transferências a instituições privadas sem fins lucrativos

Fonte: 000 - Recursos Ordinários

Paragrafo Único. Os termos aditivos de valores deverão ser precedidos da indicação e créditos adicionais para sua cobertura por profissional contabilista.

#### CLÁUSULA QUINTA

##### DA MOVIMENTAÇÃO E DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

I - Os recursos financeiros relativos ao repasse da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL serão depositados na conta corrente específica na instituição financeira determinada pela administração pública, como disposto no art. 51 da Lei nº 13.019/2014.

II - Os recursos serão liberados de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, em conformidade com o número de parcelas e prazos estabelecidos no cronograma de desembolso constante no Plano de Trabalho aprovado, que guardará consonância com as metas, fases e etapas de execução do objeto do Termo de Fomento, ficando condicionada, ainda, ao cumprimento dos requisitos previstos no art. 48 da Lei nº 13.019/2014.

III - Os recursos transferidos serão utilizados exclusivamente para o pagamento das despesas previstas no Plano de Trabalho, vedada a sua aplicação em finalidade diversa.

IV - Os rendimentos auferidos das aplicações financeiras serão obrigatoriamente computados a crédito do Termo de Fomento e aplicados, exclusivamente, no objeto de sua finalidade, mediante solicitação fundamentada da OSC e anuência prévia da Administração Pública Municipal, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

V - Os recursos da parceria geridos pela OSC estão vinculados ao Plano de Trabalho e não caracterizam receita própria e nem pagamento por prestação de serviços e devem ser alocados nos seus registros contábeis conforme as Normas Brasileiras de Contabilidade.

#### CLÁUSULA SEXTA

##### DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

I - A OSC prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos, para a Administração Pública Municipal, de forma parcial, com base no disposto no Plano de Trabalho, observando a regra de que não repassará a terceira parcela sem a devida prestação de contas da primeira e assim sucessivamente.

II - As prestações de contas observarão as regras previstas nos arts. 63 a 72 da Lei 13019/2014, além das cláusulas constantes deste Termo de Fomento e do Plano de Trabalho.

III - As prestações de contas apresentadas pela OSC deverão conter elementos que permitam a Administração Pública Municipal avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas, sendo considerada a verdade real e os resultados alcançados. Os dados financeiros serão analisados com o intuito de estabelecer o nexo de causalidade entre a receita e a despesa realizada, a sua conformidade e o cumprimento das normas pertinentes.

IV - Para fins de prestação de contas a OSC deverá apresentar relatório (parcial ou final) de execução do objeto e relatório de execução financeira, que conterá no mínimo, as seguintes informações e documentos:

1. Relatório de Execução do Objeto:

a) demonstração do alcance das metas referentes ao período de que trata a prestação de contas;

b) descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto;

c) os documentos de comprovação do cumprimento do objeto, como listas de presença, fotos, vídeos, entre outros;

d) informações sobre os impactos econômicos ou sociais das ações desenvolvidas;

e) informações sobre o grau de satisfação do público-alvo, que poderá ser indicado por meio de pesquisa de satisfação, declaração de entidade pública ou privada local e declaração do conselho de política pública setorial, entre outros;

f) informações sobre a possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto;

g) justificativa na hipótese de não cumprimento do alcance das metas, quando for o caso e as medidas para ajustamento.



**2. Relatório de Execução Financeira:**

- a) balancete contendo a relação das receitas e despesas realizadas, inclusive rendimentos financeiros, que possibilitem a comprovação da observância do plano de trabalho;
- b) comprovante da devolução do saldo remanescente da conta bancária específica, quando houver;
- c) extrato da conta bancária específica;
- d) memória de cálculo do rateio das despesas, quando for o caso;
- e) relação de bens adquiridos, produzidos ou transformados, quando houver;
- f) cópia simples das notas e dos comprovantes fiscais ou recibos, inclusive holerites, com data do documento, valor, dados da OSC e do fornecedor e indicação do produto ou serviço;
- g) comprovante bancário dos pagamentos realizados.

V - A análise do relatório de execução financeira será feita pela Administração Pública e contemplará:

- 1. O exame da conformidade das despesas, realizado pela verificação das despesas previstas e das despesas efetivamente realizadas, por item ou agrupamento de itens, conforme aprovado no plano de trabalho;
- 2. A verificação da conciliação bancária, por meio da aferição da correlação entre as despesas constantes na relação de pagamentos e os débitos efetuados na conta corrente específica da parceria.

VI - A análise da prestação de contas final pela Administração Pública Municipal será formalizada por meio de parecer técnico conclusivo, que deverá verificar o cumprimento do objeto e o alcance das metas previstas no Plano de Trabalho e considerará:

- I - os relatórios parciais e finais de execução do objeto;
- II - os relatórios parciais e finais de execução financeira;
- III - relatório de visita técnica in loco, quando houver;
- IV - relatório técnico de monitoramento e avaliação.

VII - Além da análise do cumprimento do objeto e do alcance das metas previstas no plano de trabalho, o gestor da parceria, em seu parecer técnico, avaliará os efeitos da parceria.

VIII - A OSC deverá observar o prazo máximo de 90 (noventa) dias contados da data de pagamento da última parcela da parceria para entregar o relatório de execução do objeto e de execução financeira para a Administração Pública Municipal.

IX - O parecer técnico conclusivo da prestação de contas final embasará a decisão da autoridade competente e poderá concluir pela:

- I - aprovação das contas, que ocorrerá quando constatado o cumprimento do objeto e das metas da parceria;
- II - aprovação das contas com ressalvas, que ocorrerá quando, apesar de cumpridos o objeto e as metas da parceria, forem constatados impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário; ou
- III - rejeição das contas, que ocorrerá nas seguintes hipóteses:

- a) omissão no dever de prestar contas;
- b) descumprimento injustificado do objeto e das metas estabelecidos no plano de trabalho;
- c) dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico; ou
- d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

A decisão sobre a prestação de contas final caberá à autoridade responsável por celebrar a parceria ou ao agente a ela diretamente subordinado, vedada a subdelegação.

X - A OSC será notificada da decisão da autoridade competente e poderá:

- I - apresentar recurso, no prazo de 30 (trinta) dias, à autoridade que a proferiu, a qual, se não reconsiderar a decisão no prazo de 30 (trinta) dias, encaminhará o recurso ao Prefeito Municipal, para decisão final no prazo de 30 (trinta) dias; ou
- II - sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação, no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável, no máximo, por igual período.

XI - Exaurida a fase recursal, a Administração Pública Municipal deverá:

- I - no caso de aprovação com ressalvas da prestação de contas, notificar a OSC as causas das ressalvas; e
- II - no caso de rejeição da prestação de contas, notificar a OSC para que, no prazo de 30 (trinta) dias devolva os recursos financeiros relacionados com a irregularidade ou inexecução do objeto apurada ou com a prestação de contas não apresentada.

XII - O registro da aprovação com ressalvas da prestação de contas possui caráter preventivo e será considerado na eventual aplicação das sanções.

XIII - No caso de rejeição da prestação de contas, o não ressarcimento ao erário ensejará:

- I - A instauração da Tomada de Contas Especial, nos termos da legislação vigente; e
- II - o registro da rejeição da prestação de contas e de suas causas, enquanto perdurarem os motivos determinantes da rejeição.

XIV - O prazo de análise da prestação de contas final pela Administração Pública Municipal será de 150 (cento e cinquenta) dias, contados da data de recebimento do relatório final de execução do objeto, podendo ser prorrogado, justificadamente, por igual período, desde que não exceda o limite de 300 (trezentos) dias.

XV - O transcurso do prazo definido na anterior, e de sua eventual prorrogação, sem que as contas tenham sido apreciadas:

- I - não impede que a OSC participe de outros chamamentos públicos e celebre novas parcerias; e
- II - não implica impossibilidade de sua apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos.

**CLÁUSULA SÉTIMA****DO MONITORAMENTO E DA AVALIAÇÃO**

I - A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL realizará o monitoramento e avaliação do cumprimento do objeto através de procedimentos de fiscalização da parceria celebrada por meio da designação de um GESTOR; ÓRGÃO TÉCNICO e da COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO.

II - A execução do objeto da parceria será acompanhada pela Administração Pública Municipal por meio de ações de monitoramento e avaliação, que terão caráter preventivo e saneador, objetivando a gestão adequada e regular da parceria, devendo ser registradas no sistema de prestação de contas.

III - Ao gestor caberá realizar o acompanhamento e fiscalização da execução das parcerias celebradas com as seguintes atribuições:

- a) informar ao seu superior hierárquico a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados.

b) Emitir pareceres técnicos, parcial de acompanhamento e conclusivo de análise da prestação de contas, com base no relatório técnico de monitoramento e avaliação.

c) Disponibilizar materiais e equipamento tecnológicos necessários às atividades de monitoramento e avaliação.

III - As ações de monitoramento e avaliação contemplarão a análise das informações acerca do processamento da parceria constantes do sistema de prestação de contas, incluída a possibilidade de consulta às movimentações da conta bancária específica da parceria, além da verificação, análise e manifestação sobre eventuais denúncias existentes relacionadas à parceria.

IV - A Administração Pública Municipal designará servidor público que atuará como gestor da parceria, responsável pelo monitoramento sistemático da parceria, podendo designar também fiscais que farão o acompanhamento da execução no sistema de prestação de contas e com visitas in loco.

V - A Administração Pública Municipal realizará visita técnica in loco para subsidiar o monitoramento da parceria, nas hipóteses em que esta for essencial para a verificação do cumprimento do objeto da parceria e do alcance das metas, hipótese em que a OSC deverá ser previamente notificada, no prazo mínimo de 3 (três) dias úteis anteriores à realização da visita.

VI - Sempre que houver visita técnica in loco, o resultado será circunstanciado em relatório de visita técnica in loco, que será registrado no sistema de prestação de contas e enviado à OSC para conhecimento, esclarecimentos e providências e poderá ensejar a revisão do relatório, a critério do órgão ou da entidade da Administração Pública.

VII - A visita técnica in loco não se confunde com as ações de fiscalização e auditoria realizadas pela Administração Pública Municipal, pelos órgãos de controle interno e externo.

#### CLÁUSULA OITAVA

##### DAS ALTERAÇÕES DO TERMO DE PARCERIA

Poderão ser realizadas alterações no Termo de Parceria nos seguintes casos:

I - ampliação de metas já existentes no Plano de Trabalho.

II - remanejamento de recursos do Plano de Aplicação, obedecida à alínea "b" do inc. V da Cláusula Quinta.

III - utilização de rendimentos de aplicações financeiras ou de eventuais saldos remanescentes de recursos envolvidos na execução do objeto se não estiver previamente autorizada; e;

IV – vigência.

Parágrafo primeiro. As alterações deverão ser solicitadas mediante ofício protocolado ao Gestor da Parceria, devidamente justificado, e serão formalizadas mediante Termo Aditivo ao Termo de Parceria.

Parágrafo segundo. A OSC somente poderá executar as ações, conforme alterações solicitadas, após o recebimento do Termo Aditivo, o qual representa o acordo firmado entre as partes.

#### CLÁUSULA NONA

##### DA VIGÊNCIA E DAS HIPÓTESES DE PRORROGAÇÃO

O presente instrumento entrará em vigor em 05 de abril de 2018 e findará em 31 de dezembro de 2018, podendo ser prorrogado nos seguintes casos e condições previstos no art. 55 da Lei nº 13.019/2014:

I - mediante termo aditivo, por solicitação da OSC devidamente fundamentada, formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término, desde que autorizada pela Administração Pública Municipal.

II - de ofício, por iniciativa da Administração Pública Municipal quando der causa a atraso na liberação de recursos financeiros, limitada ao exato período do atraso verificado.

III - a prorrogação da vigência prevista no inciso I apenas será admitida, mantidas as demais cláusulas do Termo de Fomento, desde que seja devidamente formalizada, justificada e previamente autorizada pela Administração Pública Municipal, considerando as seguintes situações:

a) alteração do Plano de Trabalho sugeridas pela Administração Pública Municipal para aperfeiçoamento dos processos e dos resultados previstos;

b) superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do Plano de Trabalho; e

c) ampliação de metas e etapas com aumento das quantidades inicialmente previstas no Plano de Trabalho.

#### CLÁUSULA DÉCIMA

##### DA RESCISÃO

I - O presente instrumento poderá ser extinto a qualquer tempo na ocorrência dos seguintes motivos:

a) por denúncia fundamentada de qualquer das partes desde que seja intimado o outro partícipe com antecedência mínima de 10 (dez) dias.

b) por rescisão, de comum acordo dos partícipes, quando houver a perda do interesse público na execução do objeto.

c) por rescisão unilateral, nos casos de inadimplência tanto da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL quanto do OSC ou da ocorrência das seguintes situações:

1 - falta de apresentação pela OSC das prestações de contas nos prazos estabelecidos;

2 - utilização, pela OSC, dos recursos em desacordo com o plano de trabalho;

3 - por infração de quaisquer de uma das Cláusulas ou condições estabelecidas neste Instrumento.

II – Em qualquer das hipóteses descritas nas alíneas anteriores, deverá ser apresentada a prestação de contas dos recursos até então repassados pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL à OSC no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contado do encerramento da vigência desse ajuste.

III - Por ocasião da rescisão da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à entidade ou órgão repassador dos recursos, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias da data da rescisão, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente do órgão ou entidade titular dos recursos.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

**DA RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS**

I - Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção deste Termo de Fomento, a OSC deverá restituir, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, os saldos financeiros remanescentes.

II - Os recursos a serem restituídos na forma do caput incluem:

1. o eventual saldo remanescente dos recursos financeiros depositados na conta bancária específica, inclusive o proveniente das receitas obtidas nas aplicações financeiras realizadas e não utilizadas no objeto pactuado;
2. os valores relacionados à irregularidade ou inexecução apurada ou à prestação de contas não apresentada;
3. o valor pelo qual os bens remanescentes foram adquiridos, na hipótese de dissolução da OSC ou quando a motivação da rejeição da prestação de contas estiver relacionada ao uso ou aquisição desses bens.

III - A inobservância ao disposto nesta Cláusula enseja a instauração de Tomada de Contas Especial, conforme art. 52 da Lei nº 13.019/2014.

IV - Os débitos a serem restituídos pela OSC serão apurados mediante atualização monetária, acrescido de juros equivalentes à taxa Selic.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA****DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DA TOMADA DE CONTAS ESPECIAL**

I - Nos termos do art. 73 da Lei nº 13.019, de 2014, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à OSC as seguintes sanções:

1. Advertência;
2. Suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a 2 (dois) anos; e
3. Declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a Administração Pública Municipal, que será concedida sempre que a OSC ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso 2.

II - A Administração Pública Municipal determinará a instauração da Tomada de Contas Especial nas seguintes hipóteses:

1. Caso conclua pela rescisão unilateral da parceria e a OSC não devolva os valores repassados relacionados à irregularidade ou inexecução apurada ou à prestação de contas não apresentada no prazo determinado; e
2. No caso de rejeição da prestação de contas, caso a OSC não devolva os recursos financeiros relacionados com a irregularidade ou inexecução do objeto apurada ou com a prestação de contas não apresentada.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA****DO FORO**

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas deste Termo de Parceria, que porventura não venham a ser resolvidas administrativamente, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 02 (dois) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 05 de abril de 2018.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito

Município de Luzerna/SC

MAICON EDUARDO BORTULUZ

Presidente da Entidade

AJEC – Associação Joaçaba de Esporte e Cultura

**TESTEMUNHAS:**

1. -----

Nome:

CPF:

2. -----

Nome:

CPF:

**TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 002/2018/PML**

Publicação Nº 1608605

TERMO DE COLABORAÇÃO nº 002/2018 - PML

INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO nº 002/2018 - PML

PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 003/2018 - PML

O presente Termo de Parceria que entre si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Avenida 16 de Fevereiro, 151, em Luzerna/SC, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, MOISÉS DIERSMANN, brasileiro, maior e capaz, casado, professor, inscrito no CPF/MF sob o nº 295.616.129-68, e portador da cédula de identidade RG nº 11/R 227.997, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL e a ASSOCIAÇÃO DOS PAIS E AMIGOS DOS AUTISTAS - AMA, pessoa jurídica de direito privado, entidade beneficente sem fins lucrativos, inscrita sob o CNPJ nº 11.408.672/0001-57, situada na Rua Barão de Itapetininga, 316, Centro, Campos Novos/SC, neste ato representado por seu Presidente Senhor CLAUDEMIR DURLI, brasileiro, portador do RG nº 1.074.805 e inscrito no CPF/MF sob o nº 614.961.209-06, doravante denominada OSC, nos termos da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e suas alterações posteriores, bem como do Decreto

nº 2360 de 02 de maio de 2017 e da Lei nº 1581, de março de 2018, resolvem celebrar o presente TERMO DE PARCERIA, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

O presente tem como objeto a conjugação de esforços entre a ASSOCIAÇÃO DOS PAIS E AMIGOS DOS AUTISTAS - AMA, para repasse financeiro com vistas a disponibilizar aos alunos autistas integrantes da rede de ensino municipal de Luzerna/SC um atendimento educacional especializado para que tenham uma melhor qualidade de vida e a sua independência, adotando propostas de ensino com conteúdo sistematizado, utilizando métodos, técnicas e materiais.

Parágrafo único. A Parceria firmada será executada nos termos do Plano de Trabalho.

#### CLÁUSULA SEGUNDA DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

##### I - Compete a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL:

- a) repassar os recursos financeiros para a execução desta Parceria, conforme estipulado na Cláusula Terceira.
- b) indicar instituição financeira, ou se já existente, homologá-la, para a manutenção e movimentação das receitas, custos e despesas atinentes ao objeto da Parceria definidos no Plano de Trabalho.
- c) prestar as informações e os esclarecimentos necessários ao acompanhamento e controle na execução deste Termo de Parceria.
- d) supervisionar as atividades de execução, avaliando os seus resultados e seus reflexos, podendo assumir ou transferir a responsabilidade da execução no caso de paralisação ou fato relevante que venha a ocorrer, de modo a evitar a descontinuidade do objeto.
- e) monitorar, fiscalizar, avaliar e aprovar a execução físico-financeira do plano de trabalho, assim como das prestações de contas e demais documentos exigidos neste instrumento e na legislação em vigor, necessários à execução do objeto do Termo de Parceria.
- f) prorrogar os prazos de início e/ou conclusão do objeto da Parceria, na mesma proporção do atraso dos repasses das transferências financeiras, desde que a OSC não tenha contribuído para este atraso.
- g) divulgar/viabilizar em seu site oficial na internet:
  - g.1) a parceria celebrada;
  - g.2) os meios para apresentação de denúncia sobre a aplicação irregular dos recursos transferidos; e
  - g.3) o acompanhamento dos processos de liberação de recursos referentes a parceria celebrada.

##### II - Compete à OSC:

- a) Executar fielmente o objeto pactuado, de acordo com o Plano de Trabalho aprovado pela Administração Pública Municipal, adotando todas as medidas necessárias à correta execução deste Termo de Colaboração, observado o disposto na Lei n. 13.019, de 2014, o Decreto nº 2360 de 02 de maio de 2017 e a Lei nº 1581, de março de 2018;
- b) Aplicar os recursos discriminados no Plano de Trabalho exclusivamente no objeto do presente Termo de Colaboração;
- c) Executar e fiscalizar os trabalhos necessários à consecução do objeto pactuado no Termo de Colaboração, inclusive os serviços eventualmente contratados, observando a qualidade, quantidade, prazos e custos definidos no Plano de Trabalho;
- d) Elaborar os projetos técnicos relacionados ao objeto pactuado, reunir toda documentação jurídica e institucional necessária à celebração deste Termo de Colaboração;
- e) Não utilizar os recursos recebidos nas finalidades vedadas pelo art. 45 da Lei n. 13.019/2014;
- f) Apresentar Relatório de Execução do Objeto de acordo com o estabelecido nos art. 63 a 72 da Lei nº 13.019/2014;
- g) Assegurar, na sua integralidade, a qualidade técnica dos projetos e da execução dos produtos e serviços contratados, em conformidade com as normas brasileiras, ações e atividades, determinando a correção de vícios que possam comprometer a fruição do benefício pela população beneficiária, quando detectados pela Administração Pública Municipal ou pelos órgãos de controle;
- h) Submeter previamente à Administração Pública Municipal qualquer proposta de alteração do Plano de Trabalho aprovado, na forma definida neste instrumento, observadas as vedações relativas à execução das despesas;
- i) Manter e movimentar os recursos financeiros de que trata este Termo de Colaboração em conta específica, aberta em instituição financeira, inclusive os resultantes de eventual aplicação no mercado financeiro, bem assim aqueles oferecidos como contrapartida, aplicando-os, na conformidade do Plano de Trabalho e, exclusivamente, no cumprimento do seu objeto, observadas as vedações constantes neste instrumento relativas à execução das despesas;
- j) Arcar com o pagamento de toda e qualquer despesa excedente aos recursos financeiros fixados neste instrumento, indicados na cláusula atinente ao valor e à dotação orçamentária;
- k) Realizar todos os atos e os procedimentos relativos à formalização, execução, acompanhamento, prestação de contas e demais informações, quando couber, incluindo regularmente as informações e os documentos exigidos pela Lei 13.019, de 2014, mantendo-o atualizado;
- l) Estimular a participação dos beneficiários finais na implementação do objeto do Termo de Colaboração, bem como na manutenção do patrimônio gerado por esses investimentos;
- m) Garantir a manutenção da equipe técnica em quantidade e qualidade adequadas ao bom desempenho das atividades;
- n) Manter registros, arquivos e controles contábeis específicos para os dispêndios relativos a este Termo de Colaboração, pelo prazo de 10 (dez) anos, conforme previsto no parágrafo único do art. 68 da Lei nº 13.019/2014;
- o) Facilitar a supervisão e a fiscalização da Administração Pública Municipal, permitindo-lhe efetuar acompanhamento in loco e fornecendo, sempre que solicitado, as informações e os documentos relacionados com a execução do objeto deste Termo de Colaboração, especialmente no que se refere ao exame da documentação relativa aos contratos celebrados;
- p) Permitir o livre acesso de servidores da Administração Pública Municipal e dos órgãos de controle interno e externo, a qualquer tempo e lugar, aos processos, documentos e informações referentes a este Termo de Colaboração, bem como aos locais de execução do respectivo objeto;
- q) Manter, em seu sítio oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até 180 (cento e oitenta) dias após o respectivo encerramento, nos termos do art. 10 da Lei nº 13.019/2014;
- r) Prestar contas a Administração Pública Municipal, ao término de cada exercício e no encerramento da vigência do Termo de Colaboração, nos termos do capítulo IV da Lei nº 13.019, de 2014, e do capítulo VII, do Decreto nº 8.726, de 2016;



- s) Responsabilizar-se por todos os encargos de natureza trabalhista, fiscal, comercial e previdenciária, decorrentes de eventuais demandas judiciais relativas a recursos humanos utilizados na execução do objeto deste Termo de Colaboração, bem como por todos os encargos tributários ou extraordinários que incidam sobre o presente Instrumento;
- t) Assegurar e destacar, obrigatoriamente, a participação da Administração Pública Municipal em toda e qualquer ação, promocional ou não, relacionada com a execução do objeto descrito neste Termo de Colaboração e, apor a marca da Administração Pública Municipal nas placas, painéis e outdoors de identificação dos projetos custeados, no todo ou em parte, com os recursos deste Termo de Colaboração.
- u) Operar, manter e conservar adequadamente o patrimônio público gerado pelos investimentos decorrentes do Termo de Colaboração, após sua execução, de modo a assegurar a sustentabilidade do projeto e atender as finalidades às quais se destina;
- v) Manter a Administração Pública Municipal informada sobre situações que eventualmente possam dificultar ou interromper o curso normal da execução do Termo de Colaboração e prestar informações sobre as ações desenvolvidas para viabilizar o respectivo acompanhamento e fiscalização.
- w) Permitir à Administração Pública Municipal, bem como aos órgãos de controle interno e externo, o acesso à movimentação financeira da conta específica vinculada ao presente Termo de Colaboração;
- x) Ao tomar conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dar ciência aos órgãos de controle e, havendo fundada suspeita de crime ou de improbidade administrativa, cientificar o Ministério Público;
- y) Garantir a manutenção da capacidade técnica e operacional necessária ao bom desempenho das atividades; e
- z) Responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal.

#### CLÁUSULA TERCEIRA

##### DO VALOR DO REPASSE E DA FORMA DE PAGAMENTO

I – A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL repassará a OSC a título de subvenção social o valor mensal estimado de R\$ 600,00 (seiscientos) por mês, pelo período de 08 (oito) meses, totalizando R\$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais) para desenvolver as atividades fixadas e especificadas no cronograma de desembolso do Plano de Trabalho.

II - As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria serão liberadas em estrita conformidade com o cronograma de desembolso aprovado, exceto nos casos a seguir, nos quais ficarão retidas até o saneamento das impropriedades:

- a) quando houver fundados indícios de não ter ocorrido boa e regular aplicação da parcela anteriormente recebida, na forma da legislação aplicável, inclusive quando aferidos em procedimentos de fiscalização local, realizados periodicamente pelo órgão repassador dos recursos e pelos órgãos de controle interno e externo da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.
- b) quando verificado desvio de finalidade na aplicação dos recursos, atrasos não justificados no cumprimento das etapas ou fases programadas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais da administração pública nas contratações e demais atos praticados na execução da parceria ou o inadimplemento da OSC com relação a outras cláusulas básicas.
- c) quando a OSC deixar de adotar as medidas saneadoras apontadas pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL ou pelos órgãos de controle interno ou externo.

III - Não será exigida contrapartida da OSC.

#### CLÁUSULA QUARTA

##### DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos repassados pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL para a execução do objeto deste Termo serão empenhados na seguinte dotação orçamentária:

Ação 07.001.12.367.0703.2722 – Manutenção aos deficientes físicos e mentais

Modalidade de Aplicação: 3.3.50 - Outras despesas correntes - Transferências a instituições privadas sem fins lucrativos

Fonte: 000 - Recursos Ordinários

Paragrafo Único. Os termos aditivos de valores deverão ser precedidos da indicação e créditos adicionais para sua cobertura por profissional contabilista.

#### CLÁUSULA QUINTA

##### DA MOVIMENTAÇÃO E DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

I - Os recursos financeiros relativos ao repasse da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL serão depositados na conta corrente específica na instituição financeira determinada pela administração pública, como disposto no art. 51 da Lei nº 13.019/2014.

II - Os recursos serão liberados de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, em conformidade com o número de parcelas e prazos estabelecidos no cronograma de desembolso constante no Plano de Trabalho aprovado, que guardará consonância com as metas, fases e etapas de execução do objeto do Termo de Colaboração, ficando condicionada, ainda, ao cumprimento dos requisitos previstos no art. 48 da Lei nº 13.019/2014.

III - Os recursos transferidos serão utilizados exclusivamente para o pagamento das despesas previstas no Plano de Trabalho, vedada a sua aplicação em finalidade diversa.

IV - Os rendimentos auferidos das aplicações financeiras serão obrigatoriamente computados a crédito do Termo de Colaboração e aplicados, exclusivamente, no objeto de sua finalidade, mediante solicitação fundamentada da OSC e anuência prévia da Administração Pública Municipal, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

V - Os recursos da parceria geridos pela OSC estão vinculados ao Plano de Trabalho e não caracterizam receita própria e nem pagamento por prestação de serviços e devem ser alocados nos seus registros contábeis conforme as Normas Brasileiras de Contabilidade.

#### CLÁUSULA SEXTA

##### DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

I -. A OSC prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos, para a Administração Pública Municipal, de forma parcial, com base no disposto no Plano de Trabalho, observando a regra de que não repassará a terceira parcela sem a devida prestação de contas da primeira e assim sucessivamente.

II - As prestações de contas observarão as regras previstas nos arts. 63 a 72 da Lei 13019/2014, além das cláusulas constantes deste Termo



de Colaboração e do Plano de Trabalho.

III - As prestações de contas apresentadas pela OSC deverão conter elementos que permitam a Administração Pública Municipal avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas, sendo considerada a verdade real e os resultados alcançados. Os dados financeiros serão analisados com o intuito de estabelecer o nexo de causalidade entre a receita e a despesa realizada, a sua conformidade e o cumprimento das normas pertinentes.

IV - Para fins de prestação de contas a OSC deverá apresentar relatório (parcial ou final) de execução do objeto e relatório de execução financeira, que conterá no mínimo, as seguintes informações e documentos:

1. Relatório de Execução do Objeto:

- a) demonstração do alcance das metas referentes ao período de que trata a prestação de contas;
- b) descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto;
- c) os documentos de comprovação do cumprimento do objeto, como listas de presença, fotos, vídeos, entre outros;
- d) informações sobre os impactos econômicos ou sociais das ações desenvolvidas;
- e) informações sobre o grau de satisfação do público-alvo, que poderá ser indicado por meio de pesquisa de satisfação, declaração de entidade pública ou privada local e declaração do conselho de política pública setorial, entre outros;
- f) informações sobre a possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto;
- g) justificativa na hipótese de não cumprimento do alcance das metas, quando for o caso e as medidas para ajustamento.

2. Relatório de Execução Financeira:

- a) balancete contendo a relação das receitas e despesas realizadas, inclusive rendimentos financeiros, que possibilitem a comprovação da observância do plano de trabalho;
- b) comprovante da devolução do saldo remanescente da conta bancária específica, quando houver;
- c) extrato da conta bancária específica;
- d) memória de cálculo do rateio das despesas, quando for o caso;
- e) relação de bens adquiridos, produzidos ou transformados, quando houver;
- f) cópia simples das notas e dos comprovantes fiscais ou recibos, inclusive holerites, com data do documento, valor, dados da OSC e do fornecedor e indicação do produto ou serviço;
- g) comprovante bancário dos pagamentos realizados.

V - A análise do relatório de execução financeira será feita pela Administração Pública e contemplará:

1. O exame da conformidade das despesas, realizado pela verificação das despesas previstas e das despesas efetivamente realizadas, por item ou agrupamento de itens, conforme aprovado no plano de trabalho;
2. A verificação da conciliação bancária, por meio da aferição da correlação entre as despesas constantes na relação de pagamentos e os débitos efetuados na conta corrente específica da parceria.

VI - A análise da prestação de contas final pela Administração Pública Municipal será formalizada por meio de parecer técnico conclusivo, que deverá verificar o cumprimento do objeto e o alcance das metas previstas no Plano de Trabalho e considerará:

I - os relatórios parciais e finais de execução do objeto;

II - os relatórios parciais e finais de execução financeira;

III - relatório de visita técnica in loco, quando houver;

IV - relatório técnico de monitoramento e avaliação.

VII - Além da análise do cumprimento do objeto e do alcance das metas previstas no plano de trabalho, o gestor da parceria, em seu parecer técnico, avaliará os efeitos da parceria.

VIII - A OSC deverá observar o prazo máximo de 90 (noventa) dias contados da data de pagamento da última parcela da parceria para entregar o relatório de execução do objeto e de execução financeira para a Administração Pública Municipal.

IX - O parecer técnico conclusivo da prestação de contas final embasará a decisão da autoridade competente e poderá concluir pela:

I - aprovação das contas, que ocorrerá quando constatado o cumprimento do objeto e das metas da parceria;

II - aprovação das contas com ressalvas, que ocorrerá quando, apesar de cumpridos o objeto e as metas da parceria, forem constatados impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário; ou

III - rejeição das contas, que ocorrerá nas seguintes hipóteses:

- a) omissão no dever de prestar contas;
- b) descumprimento injustificado do objeto e das metas estabelecidos no plano de trabalho;
- c) dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico; ou
- d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

A decisão sobre a prestação de contas final caberá à autoridade responsável por celebrar a parceria ou ao agente a ela diretamente subordinado, vedada a subdelegação.

X - A OSC será notificada da decisão da autoridade competente e poderá:

I - apresentar recurso, no prazo de 30 (trinta) dias, à autoridade que a proferiu, a qual, se não reconsiderar a decisão no prazo de 30 (trinta) dias, encaminhará o recurso ao Prefeito Municipal, para decisão final no prazo de 30 (trinta) dias; ou

II - sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação, no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável, no máximo, por igual período.

XI - Exaurida a fase recursal, a Administração Pública Municipal deverá:

I - no caso de aprovação com ressalvas da prestação de contas, notificar a OSC as causas das ressalvas; e

II - no caso de rejeição da prestação de contas, notificar a OSC para que, no prazo de 30 (trinta) dias devolva os recursos financeiros relacionados com a irregularidade ou inexecução do objeto apurada ou com a prestação de contas não apresentada.

XII - O registro da aprovação com ressalvas da prestação de contas possui caráter preventivo e será considerado na eventual aplicação das sanções.

XIII - No caso de rejeição da prestação de contas, o não ressarcimento ao erário ensejará:

I - A instauração da Tomada de Contas Especial, nos termos da legislação vigente; e

II - o registro da rejeição da prestação de contas e de suas causas, enquanto perdurarem os motivos determinantes da rejeição.

XIV - O prazo de análise da prestação de contas final pela Administração Pública Municipal será de 150 (cento e cinquenta) dias, contados da data de recebimento do relatório final de execução do objeto, podendo ser prorrogado, justificadamente, por igual período, desde que não exceda o limite de 300 (trezentos) dias.

XV - O transcurso do prazo definido na anterior, e de sua eventual prorrogação, sem que as contas tenham sido apreciadas:

I - não impede que a OSC participe de outros chamamentos públicos e celebre novas parcerias; e

II - não implica impossibilidade de sua apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos.

#### CLÁUSULA SÉTIMA

##### DO MONITORAMENTO E DA AVALIAÇÃO

I - A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL realizará o monitoramento e avaliação do cumprimento do objeto através de procedimentos de fiscalização da parceria celebrada por meio da designação de um GESTOR; ÓRGÃO TÉCNICO e da COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO.

II - A execução do objeto da parceria será acompanhada pela Administração Pública Municipal por meio de ações de monitoramento e avaliação, que terão caráter preventivo e saneador, objetivando a gestão adequada e regular da parceria, devendo ser registradas no sistema de prestação de contas.

III - Ao gestor caberá realizar o acompanhamento e fiscalização da execução das parcerias celebradas com as seguintes atribuições:

a) informar ao seu superior hierárquico a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados.

b) Emitir pareceres técnicos, parcial de acompanhamento e conclusivo de análise da prestação de contas, com base no relatório técnico de monitoramento e avaliação.

c) Disponibilizar materiais e equipamento tecnológicos necessários às atividades de monitoramento e avaliação.

III - As ações de monitoramento e avaliação contemplarão a análise das informações acerca do processamento da parceria constantes do sistema de prestação de contas, incluída a possibilidade de consulta às movimentações da conta bancária específica da parceria, além da verificação, análise e manifestação sobre eventuais denúncias existentes relacionadas à parceria.

IV - A Administração Pública Municipal designará servidor público que atuará como gestor da parceria, responsável pelo monitoramento sistemático da parceria, podendo designar também fiscais que farão o acompanhamento da execução no sistema de prestação de contas e com visitas in loco.

V - A Administração Pública Municipal realizará visita técnica in loco para subsidiar o monitoramento da parceria, nas hipóteses em que esta for essencial para a verificação do cumprimento do objeto da parceria e do alcance das metas, hipótese em que a OSC deverá ser previamente notificada, no prazo mínimo de 3 (três) dias úteis anteriores à realização da visita.

VI - Sempre que houver visita técnica in loco, o resultado será circunstanciado em relatório de visita técnica in loco, que será registrado no sistema de prestação de contas e enviado à OSC para conhecimento, esclarecimentos e providências e poderá ensejar a revisão do relatório, a critério do órgão ou da entidade da Administração Pública.

VII - A visita técnica in loco não se confunde com as ações de fiscalização e auditoria realizadas pela Administração Pública Municipal, pelos órgãos de controle interno e externo.

#### CLÁUSULA OITAVA

##### DAS ALTERAÇÕES DO TERMO DE PARCERIA

Poderão ser realizadas alterações no Termo de Parceria nos seguintes casos:

I - ampliação de metas já existentes no Plano de Trabalho.

II - remanejamento de recursos do Plano de Aplicação, obedecida à alínea "b" do inc. V da Cláusula Quinta.

III - utilização de rendimentos de aplicações financeiras ou de eventuais saldos remanescentes de recursos envolvidos na execução do objeto se não estiver previamente autorizada; e;

IV - vigência.

Parágrafo primeiro. As alterações deverão ser solicitadas mediante ofício protocolado ao Gestor da Parceria, devidamente justificado, e serão formalizadas mediante Termo Aditivo ao Termo de Parceria.

Parágrafo segundo. A OSC somente poderá executar as ações, conforme alterações solicitadas, após o recebimento do Termo Aditivo, o qual representa o acordo firmado entre as partes.

#### CLÁUSULA NONA

##### DA VIGÊNCIA E DAS HIPÓTESES DE PRORROGAÇÃO

O presente instrumento entrará em vigor em 25 de abril de 2018 e findará em 31 de dezembro de 2018, podendo ser prorrogado nos seguintes casos e condições previstos no art. 55 da Lei nº 13.019/2014:

I - mediante termo aditivo, por solicitação da OSC devidamente fundamentada, formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término, desde que autorizada pela Administração Pública Municipal.

II - de ofício, por iniciativa da Administração Pública Municipal quando der causa a atraso na liberação de recursos financeiros, limitada ao exato período do atraso verificado.

III - a prorrogação da vigência prevista no inciso I apenas será admitida, mantidas as demais cláusulas do Termo de Colaboração, desde que seja devidamente formalizada, justificada e previamente autorizada pela Administração Pública Municipal, considerando as seguintes situações:

a) alteração do Plano de Trabalho sugeridas pela Administração Pública Municipal para aperfeiçoamento dos processos e dos resultados previstos;

b) superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do Plano de Trabalho; e

c) ampliação de metas e etapas com aumento das quantidades inicialmente previstas no Plano de Trabalho.

#### CLÁUSULA DÉCIMA

##### DA RESCISÃO

I - O presente instrumento poderá ser extinto a qualquer tempo na ocorrência dos seguintes motivos:

- a) por denúncia fundamentada de qualquer das partes desde que seja intimado o outro partícipe com antecedência mínima de 10 (dez) dias.
- b) por rescisão, de comum acordo dos partícipes, quando houver a perda do interesse público na execução do objeto.
- c) por rescisão unilateral, nos casos de inadimplência tanto da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL quanto do OSC ou da ocorrência das seguintes situações:

- 1 - falta de apresentação pela OSC das prestações de contas nos prazos estabelecidos;
- 2 - utilização, pela OSC, dos recursos em desacordo com o plano de trabalho;
- 3 - por infração de quaisquer de uma das Cláusulas ou condições estabelecidas neste Instrumento.

II - Em qualquer das hipóteses descritas nas alíneas anteriores, deverá ser apresentada a prestação de contas dos recursos até então repassados pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL à OSC no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contado do encerramento da vigência desse ajuste.

III - Por ocasião da rescisão da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à entidade ou órgão repassador dos recursos, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias da data da rescisão, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente do órgão ou entidade titular dos recursos.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

##### DA RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS

I - Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção deste Termo de Colaboração, a OSC deverá restituir, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, os saldos financeiros remanescentes.

II - Os recursos a serem restituídos na forma do caput incluem:

1. o eventual saldo remanescente dos recursos financeiros depositados na conta bancária específica, inclusive o proveniente das receitas obtidas nas aplicações financeiras realizadas e não utilizadas no objeto pactuado;
2. os valores relacionados à irregularidade ou inexecução apurada ou à prestação de contas não apresentada;
3. o valor pelo qual os bens remanescentes foram adquiridos, na hipótese de dissolução da OSC ou quando a motivação da rejeição da prestação de contas estiver relacionada ao uso ou aquisição desses bens.

III - A inobservância ao disposto nesta Cláusula enseja a instauração de Tomada de Contas Especial, conforme art. 52 da Lei nº 13.019/2014.

IV - Os débitos a serem restituídos pela OSC serão apurados mediante atualização monetária, acrescido de juros equivalentes à taxa Selic.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

##### DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DA TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

I - Nos termos do art. 73 da Lei nº 13.019, de 2014, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à OSC as seguintes sanções:

1. Advertência;
2. Suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a 2 (dois) anos; e
3. Declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a Administração Pública Municipal, que será concedida sempre que a OSC ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso 2.

II - A Administração Pública Municipal determinará a instauração da Tomada de Contas Especial nas seguintes hipóteses:

1. Caso conclua pela rescisão unilateral da parceria e a OSC não devolva os valores repassados relacionados à irregularidade ou inexecução apurada ou à prestação de contas não apresentada no prazo determinado; e
2. No caso de rejeição da prestação de contas, caso a OSC não devolva os recursos financeiros relacionados com a irregularidade ou inexecução do objeto apurada ou com a prestação de contas não apresentada.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

##### DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas deste Termo de Parceria, que porventura não venham a ser resolvidas administrativamente, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 02 (dois) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 25 de abril de 2018.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito

Município de Luzerna/SC

CLAUDEMIR DURLI

Presidente da Entidade

ASSOCIAÇÃO DOS PAIS E AMIGOS DOS AUTISTAS - AMA

TESTEMUNHAS:

1. -----

Nome:

CPF:

2. -----

Nome:

CPF:

# Major Vieira

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 024.2018

Publicação N° 1608168

MUNICÍPIO DE MAJOR VIEIRA/SC

#### AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 024/2018 - SRP

Objeto "REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE MADEIRA (PINUS, EUCALIPITO, PINHEIRO) SERRADA, DESTINADO A MANUTENÇÃO DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE MAJOR VIEIRA CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO ANEXO I A ESTE EDITAL" Tipo: Menor Preço – Por Item| Abertura/Data/hora: 09/05/2018 às 14h00. Informações adicionais/Obtenção do Edital na íntegra/Local da Sessão Pública: Paço Municipal/Depto de Licitações, na Travessa Otacílio F. Souza, 210, Bairro Centro, Major Vieira/SC. Licitacao.majorvieira@yahoo.com.br Fone (47) 3655-1111. Vilson Marcos Fernandes – Pregoeiro, Major Vieira/SC 30/04/2018.

# Maracajá

## PREFEITURA

### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE REPASSE FEDERAL Nº 01/2018

Publicação Nº 1608421

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE REPASSE FEDERAL Nº 1/2018

A Administração Municipal de Maracajá, atendendo a determinação contida na Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, NOTIFICA os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município de Maracajá, que recebeu recursos federais conforme abaixo especificado:

· Contrato de Repasse: 819833/2015  
Processo: 2624.1023606-94/2015  
Proposta SICONV: 027047/2015  
Objeto: Pavimentação de via urbana - Rua Arcendino Farias - Maracajá/SC (1º Trecho)  
Origem dos Recursos: Ministério das Cidades  
Valor da 3ª Parcela: R\$ 49.170,00  
Data do repasse: 11/04/2018

Maracajá/SC, 25 de abril de 2018

### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE REPASSE FEDERAL Nº 02/2018

Publicação Nº 1608425

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE REPASSE FEDERAL Nº 2/2018

A Administração Municipal de Maracajá, atendendo a determinação contida na Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, NOTIFICA os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município de Maracajá, que recebeu recursos federais conforme abaixo especificado:

· Contrato de Repasse: 818994/2015  
Processo: 2624.1025838-24/2015  
Proposta SICONV: 036454/2015  
Objeto: Pavimentação de via urbana - Pavimentação de via urbana - Rua Arcendino Farias - Maracajá/SC (2º Trecho)  
Origem dos Recursos: Ministério das Cidades  
Valor da 3ª Parcela: R\$ 49.170,00  
Data do repasse: 23/04/2018

Maracajá/SC, 25 de abril de 2018

### PREGÃO PRESENCIA PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 033/2018

Publicação Nº 1608428

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE MARACAJÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 033/2018

REGISTRO DE PREÇOS

OBJETIVO: Registro de Preços para aquisição parcelada de alimentos para os animais do Parque Ecológico de Maracajá, de acordo com as especificações e quantitativos estimados no presente Edital e seus anexos.

DATA DE ENTREGA DOS ENVELOPES: até 15 de maio de 2018 às 09h15min.

DATA DE ABERTURA: Dia 15 de maio de 2018 às 09h30min.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no departamento de Licitações do Município de Maracajá, na Avenida Getulio Vargas nº530 –Centro, Maracajá/SC, no horário das 08h30min às 17h30min, ou pelos telefones (48) 3523-1199 e 3523-1111, ou através do site: [www.maracaja.sc.gov.br](http://www.maracaja.sc.gov.br)

Maracajá, 30 de abril de 2018.

ARLINDO ROCHA

PREFEITO MUNICIPAL



# Maravilha

## PREFEITURA

### Decreto nº 381/2018

Publicação Nº 1608925

DECRETO Nº 381, DE 30 DE ABRIL DE 2018

Prorroga contratação temporária, de servidor municipal por excepcional interesse público, e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

A solicitação Interna 165/2018 da Secretaria Municipal de Educação e Cultura,

A licença maternidade da servidora Carla Demski,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto prorrogado o contrato de caráter temporário, pelo período de 20 de abril a 11 de outubro de 2018, da servidora GISELE SCHMIDT, brasileira, inscrita no CPF sob nº 060.031.649-13, ocupante do cargo de Professor ACT, com carga horária de 20 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, no C.E. Monteiro Lobato, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 20 de abril de 2018.

Maravilha – SC, 30 de abril de 2018.

ROSIMAR MALDANER  
Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO  
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

### Decreto nº 382/2018

Publicação Nº 1608934

DECRETO Nº 382, DE 30 DE ABRIL DE 2018

Prorroga contratação temporária, de servidor municipal por excepcional interesse público, e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

A solicitação Interna 164/2018 da Secretaria Municipal de Educação e Cultura,

O benefício do INSS da servidora Jusara de Souza,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto prorrogado o contrato de caráter temporário, pelo período de 30 de abril a 30 de maio de 2018, da servidora ROSÂNGELA MEZZALIRA, brasileira, inscrita no CPF sob nº 027.948.349-08, ocupante do cargo de Professor ACT, com carga horária de 20 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, no C.E. Mundo Infantil CAIC, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 30 de abril de 2018.

ROSIMAR MALDANER  
Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO  
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

### RETIFICAÇÃO N. 001/2018 PROCESSO LICITATÓRIO N. 060/2018

Publicação Nº 1608516

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA.

Processo Licitatório n. 060/2018 – Modalidade de concorrência n. 001/2018

Retificação n. 001/2018

A Prefeita do Município de Maravilha juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, a retificação n. 001/2018, a qual passa a alterar a data de entrega, bem como abertura dos envelopes e do quadro para comprovação de aptidão para execução dos serviços inerentes ao Edital de Processo Licitatório na modalidade de concorrência para a contratação de empresa especializada para execução de ampliação do canal do Rio Iracema, no Município de Maravilha - SC, tipo menor preço global, em regime de empreitada global, cujo processo licitatório é regido pela Lei n. 8.666/93, e em especial o contido no Edital, e que estará recebendo os envelopes contendo a habilitação e propostas até às 17 horas do dia 19 de junho de 2018. A data de abertura e julgamento dos documentos de habilitação e, eventualmente propostas será realizada no dia 20/06/2018, com início às 14 horas. Qualquer informação bem como a retirada do Edital poderá ser obtida no departamento de compras e licitações no horário de expediente, das 07h e 30 min às 11h e 30 min e das 13h às 17 horas, ou diretamente no site do Município de Maravilha. [www.maravilha.sc.gov.br](http://www.maravilha.sc.gov.br). Maravilha - SC, 30 de abril de 2018. ROSIMAR MALDANER, Prefeita do Município de Maravilha.

# Marema

## PREFEITURA

### CONTRATO FMS Nº: 02/2018

Publicação Nº 1608210

#### CONTRATO ADMINISTRATIVO

Contrato FMS nº: 02/2018

Contratante: Município de Marema

Contratado: FREI BRUNO TELECOMUNICAÇÕES LTDA ME

Objeto: Aquisição de 9 (nove) TABLETS para uso nas atividades diárias das agentes comunitárias de saúde

Vinculação: Processo de Licitação FMS Nº 006/2018 – Dispensa de Licitação FMS nº 001/2018,

Pelo presente contrato administrativo, de um lado o MUNICIPIO DE MAREMA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.509.072/0001-56, com sede administrativa na Rua Vidal Ramos, nº 357, Centro, na cidade de Marema, Estado de Santa Catarina, CEP 89.860-000, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. Adilson Barella brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 773.907.339-34 e o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MAREMA, inscrito no CNPJ sob nº 11.900.561/0001-28, neste ato representado pela Sra. JAQUELINI MORO, Secretária de Saúde, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado a empresa FREI BRUNO TELECOMUNICAÇÕES LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF 17.364.887/0001-08, localizada na Rua Dez de Novembro, 992, sala 103 - Centro, Xaxim – SC, de ora em diante denominado simplesmente CONTRATADO, com base no Processo de Licitação FMS Nº 006/2018 – Dispensa de Licitação FMS nº 001/2018, do qual é parte integrante e complementar, regendo-se o mesmo pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e pela legislação pertinente, pelos termos da proposta e pelas cláusulas a seguir expressas.

#### CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

Consiste o objeto do presente contrato Aquisição de 9 (nove) TABLETS para uso nas atividades diárias das agentes comunitárias de saúde, através da Secretaria Municipal de Saúde.

#### CLAUSULA SEGUNDA – DA CONTRATAÇÃO:

Ficam integrados a este Contrato, independente de transcrição, os seguintes documentos cujos teores são de conhecimento da CONTRATADA: atos convocatório, edital de licitação, especificações, memoriais e proposta da proponente vencedora, parecer de julgamento e legislação pertinente à espécie.

Parágrafo Único: A assinatura do presente contrato indica à CONTRATADA possuir plena ciência de seu conteúdo, bem como dos demais documentos vinculados ao presente, sujeitando-se os mesmos às normas da Lei nº. 8.666/93 e à totalidade das cláusulas contratuais aqui estabelecidas.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR CONTRATUAL

A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pela entrega do objeto, a importância de R\$ 7.830,00 (sete mil oitocentos e trinta reais), daqui por diante denominado "Valor Contratual", que serão empenhados a conta da dotação constante do preâmbulo da licitação a que o contrato é vinculado.

Paragrafo Único - Por se tratar de contrato não superior a doze (12) meses, conforme determinação da Lei Federal nº 8.880 de 27 de maio de 1994, nos termos do artigo 11 e 12, não cabem qualquer espécie de reajuste.

#### CLAUSULA QUARTA – DA FORMA DE PAGAMENTO:

O Pagamento será efetuado em até 30 dias, após a entrega do produto e certificação da Nota fiscal pelo órgão competente.

#### CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO DE DURAÇÃO DO CONTRATO:

O prazo de início dos trabalhos deverá ocorrer a partir da assinatura do contrato após a emissão da autorização de fornecimento, com termino de duração de 60 (sessenta) dias, independente de qualquer aviso ou notificação.

Parágrafo único: Correrá à conta da CONTRATADA todas as despesas e encargos de natureza trabalhista, previdenciária, social ou tributária, incidentes sobre os serviços objeto deste Contrato.

#### CLÁUSULA SEXTA - DA FISCALIZAÇÃO:

A fiscalização e o acompanhamento dos serviços do objeto deste Contrato, será feita pela CONTRATANTE, através de profissionais do quadro de servidores.

O CONTRATANTE designa como Gestor e Fiscal deste Edital a servidora Sra. Jaqueline Moro, para o acompanhamento formal nos aspectos administrativos, procedimentais e contábeis e para executar o acompanhamento e fiscalização das entregas, devendo registrar todas as ocorrências e as deficiências verificadas em relatório, cuja cópia será encaminhada à Contratada, objetivando a correção das irregularidades apontadas, no prazo que for estabelecido.

As exigências e a atuação da fiscalização pelo CONTRATANTE em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da Contratada no que concerne à execução do objeto contratado.

#### CLÁUSULA SETIMA - DA CESSÃO DO CONTRATO E SUBCONTRATAÇÃO:

A CONTRATADA não poderá ceder o presente Contrato a nenhuma pessoa física ou jurídica, sem autorização prévia, por escrito, da CONTRATANTE.

#### CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES:

À CONTRATADA serão aplicadas multas pela CONTRATANTE a serem apuradas na forma, a saber:

- (a) de 0,1% (um décimo por cento) do valor global do Contrato por dia consecutivo de atraso em relação ao prazo de entrega dos bens;
- (b) de 1% (um por cento) do valor contratual quando a CONTRATADA, por ação, omissão ou negligência, infringir qualquer das obrigações estipuladas neste instrumento;
- (c) suspensão do direito de participar em licitações/contratos da ora CONTRATANTE ou qualquer órgão da administração direta ou indireta (federal, estadual ou municipal), pelo prazo de até 02 (dois) anos quando, por culpa da CONTRATADA, ocorrer à suspensão ou a rescisão administrativa.

#### CLÁUSULA NONA - DA APLICAÇÃO DAS MULTAS

Quando da aplicação de multas, a CONTRATANTE notificará à CONTRATADA que terá prazo de 5 (cinco) dias para recolher à Tesouraria da CONTRATANTE a importância correspondente, sob pena de incorrer em outras sanções cabíveis.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DA INEXECUÇÃO DO OBJETO:

Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá aplicar à CONTRATADA, as seguintes sanções:

- I - advertência;
- II - multa, na forma prevista no instrumento convocatório;
- III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a dois (02) anos;
- IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a

Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contrato ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

A CONTRATANTE reserva-se o direito de rescindir o Contrato, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que à CONTRATADA caiba o direito de indenização de qualquer espécie, nos seguintes casos: (a) quando a CONTRATADA falir ou for dissolvida; (b) quando a CONTRATADA transferir no todo ou em parte o Contrato sem a prévia anuência da CONTRATANTE.

Parágrafo Primeiro: A rescisão do Contrato na mesma forma prevista no caput ocorrerá nas seguintes hipóteses:

I - Por ato unilateral escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei 8.666/93;

II - Amigável, por acordo entre as partes, reduzidas a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

III - Judicial, nos termos da legislação.

Parágrafo Segundo: A rescisão do Contrato, quando motivada por qualquer dos itens acima relacionados, implicará a apuração de perdas e danos, sem embargos da aplicação das demais providências legais cabíveis.

Parágrafo Terceiro: A CONTRATANTE, por conveniência exclusiva e independentemente de cláusulas expressas, poderá rescindir o Contrato desde que efetue os pagamentos devidos, relativos ao mesmo.

#### CLAUSULA DECIMA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES:

Será incorporada a este Contrato, mediante TERMOS ADITIVOS, qualquer modificação que venha ser necessária durante a sua vigência, decorrente das obrigações assumidas pela CONTRATADA, alterações nas especificações quantitativas e qualitativas ou prazos dos bens fornecidos à CONTRATANTE.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS CASOS OMISSOS:

Os casos omissos e o que se tornar controvertido em face das presentes cláusulas contratuais, serão resolvidos administrativamente entre as partes, de acordo com a legislação pertinente.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO CONHECIMENTO DAS PARTES:

Ao firmar este instrumento, declara a CONTRATADA ter plena ciência de seu conteúdo, bem como dos demais documentos vinculados ao presente Contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS

A despesa prevista para execução do presente contrato correrá por conta do Orçamento Municipal Vigente, ou seja: (18) 44905235000000.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO:

As partes contratantes ficam obrigadas a responder pelo cumprimento deste termo, perante o Foro da Comarca de Xaxim, Estado de Santa Catarina, não obstante qualquer mudança de domicílio da CONTRATADA que, em razão disso, é obrigada a manter um representante com plenos poderes para receber notificação, citação inicial e outras medidas em direito permitidas.

Justas e contratadas firmam as partes este instrumento, em três (03) vias de igual teor, a fim de que produza seus efeitos legais.

Marema/ SC, 12 de março de 2018.

Adilson Barella  
Contratante /Prefeito

Jaqueline Moro  
Gestor e Fiscal deste Contrato

FREI BRUNO TELECOMUNICAÇÕES LTDA ME

CNPJ/MF n. 17.364.887/0001-08

CONTRATADO

Testemunhas: \_\_\_\_\_

Assessoria Jurídica

Visto em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

MINUTA

Contrato FMS nº: 02/2018

Contratante: Município de Marema

Contratado: FREI BRUNO TELECOMUNICAÇÕES LTDA ME

Objeto: Aquisição de 9 (nove) TABLETS para uso nas atividades diárias das agentes comunitárias de saúde

Vinculação: Processo de Licitação FMS Nº 006/2018 – Dispensa de Licitação FMS nº 001/2018,

Valor: R\$ 7.830,00 (sete mil oitocentos e trinta reais)

Prazo: 60 dias

Foro: Comarca de Xaxim – SC

Marema/ SC, 12 de março de 2018.

Adilson Barella

Contratante /Prefeito

### CONTRATO FMS Nº: 03/2018

Publicação Nº 1608211

CONTRATO ADMINISTRATIVO

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MEDICOS

Contrato nº: 03/2018

Contratante: Município de Marema/Fundo Municipal de Saúde

Contratado: EDICLEL CLINICA MEDICA - LTDA

Objeto: Prestação de serviços médicos, no atendimento médico clínico ambulatorial para atendimento clínico a população do Município de Marema.

Vinculação: Processo de Licitação/FMS n. 007/2018 – Dispensa de Licitação/FMS n. 002/2018.

Pelo presente instrumento as partes, de um lado o MUNICIPIO DE MAREMA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.509.072/0001-56, com sede administrativa na Rua Vidal Ramos, nº 357, Centro, na cidade de Marema, Estado de Santa Catarina, CEP 89.860-000, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. Adilson Barella brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 773.907.339-34 e o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MAREMA, inscrito no CNPJ sob nº 11.900.561/0001-28, neste ato representado pela Sra. JAQUELINI MORO, Secretária de Saúde, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado EDICLEL CLINICA MEDICA - LTDA, inscrita no CNPJ/MF 05.700.630/0001-92, localizada na Rua Senador Nereu Ramos, 1133, Edif Life Sala 301/302, Centro Xaxim – SC de ora em diante denominado simplesmente de CONTRATADA, de comum acordo e amparado na Lei Federal Nº 8.666/93, consolidada com as alterações pelas Lei Federais Nº 8.883/94, 9.032/95 e 9.648/98, e declaram pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, ter justo e contratado entre si a prestação do serviço, descritos e caracterizados no Processo Licitatório/FMS nº. 007/2018, na modalidade de Dispensa de Licitação/FMS nº. 002/2018, e nas cláusulas adiante especificadas.

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO: prestação de serviços médicos, no atendimento médico clínico ambulatorial, para atendimento clínico a população do Município de Marema, sendo: Prestação de serviços médicos, no atendimento médico clínico ambulatorial, para atendimento clínico a população do Município de Marema, sendo: Prestação de serviços médicos, no atendimento médico clínico



ambulatorial, para atendimento clínico a população do Município de Marema para o programa do ACS - Agentes Comunitários de Saúde e atendimento em unidade de saúde, sem qualquer vínculo de trabalho ou emprego com a Administração Pública Municipal, carga horária é de 40 (quarenta) horas semanais, de segunda a sexta-feira, para Realizar assistência integral (promoção e proteção da saúde, prevenção de agravos, diagnóstico, tratamento, reabilitação e manutenção da saúde) aos indivíduos e famílias em todas as fases do desenvolvimento humano: infância, adolescência, idade adulta e terceira idade; Realizar consultas médicas em atenção básica a todos os usuários da área restrita; Realizar procedimentos ambulatoriais na Unidade de Saúde, e quando indicado ou necessário, no domicílio e nos demais espaços comunitários (escolas, associações, etc.); Encaminhar, quando necessário, usuários a serviços de média e alta complexidade, respeitando os fluxos de referência e contra referência locais, mantendo sua responsabilidade pelo acompanhamento do plano terapêutico do usuário; Contribuir e participar das atividades de educação permanente dos ACS – Agentes Comunitários de Saúde, Auxiliares de Enfermagem, entre outros profissionais do gerenciamento dos insumos necessários para o adequado funcionamento da Unidade de Saúde; Participar das atividades de grupos de controle de patologias como hipertensos, diabéticos, de saúde mental, gestantes, e outros; Indicar a necessidade de internação hospitalar ou domiciliar, mantendo a responsabilidade pelo acompanhamento do usuário; Realizar palestras educativas, a serem definidas conforme cronograma da Unidade de Saúde; Emitir laudos, pareceres e atestados sobre assuntos de sua competência. Este Profissional será vinculado a equipe ESF/AB (Estratégia Saúde da Família), além disso será responsável pela regulação dos serviços ofertados em atenção básica, média e alta complexidade pelo sistema SISREG, sendo acrescida 10h (dez horas) mensais, estas divididas em 30min (trinta minutos) diários equivalente a 2h30min (duas horas e trinta minutos) semanais, excedente às 40hrs (quarenta horas) semanais, para que assim desempenhe a regulamentação do SISREG; este profissional fica automaticamente designado como responsável técnico da unidade de saúde de Marema junto ao órgão competente ( CRM/SC – Conselho Regional de Medicina do Estado de Santa Catarina).

A contratada se obrigará a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões do objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato.

#### CLAUSULA SEGUNDA – DA CONTRATAÇÃO:

Ficam integrados a este Contrato, independente de transcrição, os seguintes documentos cujos teores são de conhecimento da CONTRATADA: atos convocatório, edital de licitação, especificações, memoriais e proposta da proponente vencedora, parecer de julgamento e legislação pertinente à espécie.

Parágrafo Único: A assinatura do presente contrato indica à CONTRATADA possuir plena ciência de seu conteúdo, bem como dos demais documentos vinculados ao presente, sujeitando-se os mesmos às normas da Lei nº. 8.666/93 e à totalidade das cláusulas contratuais aqui estabelecidas.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR CONTRATUAL

A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pela prestação dos serviços, a importância de R\$ 20.500,00 (vinte mil e quinhentos reais) mensal, totalizando o presente contrato R\$ 41.000,00 (quarenta e um mil reais) daqui por diante denominado "Valor Contratual", que serão empenhados a conta da dotação constante do preâmbulo da licitação a que o contrato é vinculado.

Paragrafo Único - Por se tratar de contrato não superior a doze (12) meses, conforme determinação da Lei Federal nº 8.880 de 27 de maio de 1994, nos termos do artigo 11 e 12, não cabem qualquer espécie de reajuste.

#### CLAUSULA QUARTA – DA FORMA DE PAGAMENTO:

O Pagamento será efetuado em até 10 dias, após a entrega do

produto e certificação da Nota fiscal pelo órgão competente.

#### CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO DE DURAÇÃO DO CONTRATO:

O presente contrato terá sua vigência de 2 (dois) meses, com início a partir da assinatura do presente contrato, independente de qualquer aviso ou notificação.

O contrato poderá ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos conforme Art 57 inc II da Lei 8.666/93 consolidada. Se de comum acordo entre as partes.

Parágrafo único: Correrá à conta da CONTRATADA todas as despesas e encargos de natureza trabalhista, previdenciária, social ou tributária, incidentes sobre os serviços objeto deste Contrato.

#### CLÁUSULA SEXTA - DA FISCALIZAÇÃO:

A fiscalização e o acompanhamento dos serviços do objeto deste Contrato, será feita pela CONTRATANTE, através de profissionais do quadro de servidores.

O CONTRATANTE designa como Gestor e Fiscal deste Contrato a servidora Sr. Jaqueline Moro, para o acompanhamento formal nos aspectos administrativos, procedimentais e contábeis e para executar o acompanhamento e fiscalização das entregas, devendo registrar todas as ocorrências e as deficiências verificadas em relatório, cuja cópia será encaminhada à Contratada, objetivando a correção das irregularidades apontadas, no prazo que for estabelecido.

As exigências e a atuação da fiscalização pelo CONTRATANTE em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da Contratada no que concerne à execução do objeto contratado.

#### CLÁUSULA SETIMA - DA CESSÃO DO CONTRATO E SUBCONTRATAÇÃO:

A CONTRATADA não poderá ceder o presente Contrato a nenhuma pessoa física ou jurídica, sem autorização prévia, por escrito, da CONTRATANTE.

#### CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES:

À CONTRATADA serão aplicadas multas pela CONTRATANTE a serem apuradas na forma, a saber:

(a) de 0,1% (um décimo por cento) do valor global do Contrato por dia consecutivo de atraso em relação ao prazo de entrega dos bens;

(b) de 1% (um por cento) do valor contratual quando a CONTRATADA, por ação, omissão ou negligência, infringir qualquer das obrigações estipuladas neste instrumento;

(c) suspensão do direito de participar em licitações/contratos da ora CONTRATANTE ou qualquer órgão da administração direta ou indireta (federal, estadual ou municipal), pelo prazo de até 02 (dois) anos quando, por culpa da CONTRATADA, ocorrer à suspensão ou a rescisão administrativa.

#### CLÁUSULA NONA - DA APLICAÇÃO DAS MULTAS

Quando da aplicação de multas, a CONTRATANTE notificará à CONTRATADA que terá prazo de 5 (cinco) dias para recolher à Tesouraria da CONTRATANTE a importância correspondente, sob pena de incorrer em outras sanções cabíveis.

#### CLAUSULA DECIMA – DO PRAZO DE FORNECIMENTO DE BEM E PRORROGAÇÃO

A CONTRATADA obriga-se a prestar os serviços à CONTRATANTE, nos termos da cláusula primeira deste termo, após a assinatura do contrato, conforme solicitação do órgão requisitante, não podendo ultrapassar 02 (dois) dias úteis da data de recebimento da autorização de fornecimento ou instrumento equivalente.

Parágrafo Primeiro: Ficando a CONTRATADA temporariamente impossibilitada, total ou parcialmente, de cumprir seus deveres e responsabilidades relativos aos fornecimentos contratados, deverá esta comunicar e justificar o fato, por escrito, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, para que, a contratante tome as providências cabíveis, inclusive no que diz respeito à aceitação ou não do

alegado.

Parágrafo Segundo: Enquanto perdurar o impedimento a CONTRATANTE se reserva o direito de contratar o fornecimento do(s) bem (s) com outro fornecedor, desde que respeitadas às condições desta licitação, não cabendo direito à CONTRATADA de formular qualquer reivindicação, pleito ou reclamação.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA INEXECUÇÃO DO OBJETO:

Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá aplicar à CONTRATADA, as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa, na forma prevista no instrumento convocatório;

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a dois (02) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contrato ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO

A CONTRATANTE reserva-se o direito de rescindir o Contrato, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que à CONTRATADA caiba o direito de indenização de qualquer espécie, nos seguintes casos:

(a) quando a CONTRATADA falir ou for dissolvida;

(b) quando a CONTRATADA transferir no todo ou em parte o Contrato sem a prévia anuência da CONTRATANTE.

Parágrafo Primeiro: A rescisão do Contrato na mesma forma prevista no caput ocorrerá nas seguintes hipóteses:

I - Por ato unilateral escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei 8.666/93;

II - Amigável, por acordo entre as partes, reduzidas a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

III - Judicial, nos termos da legislação.

Parágrafo Segundo: A rescisão do Contrato, quando motivada por qualquer dos itens acima relacionados, implicará a apuração de perdas e danos, sem embargos da aplicação das demais providências legais cabíveis.

Parágrafo Terceiro: A CONTRATANTE, por conveniência exclusiva e independentemente de cláusulas expressas, poderá rescindir o Contrato desde que efetue os pagamentos devidos, relativos ao mesmo.

#### CLAUSULA DECIMA TERCEIRA – DAS ALTERAÇÕES:

Será incorporada a este Contrato, mediante TERMOS ADITIVOS, qualquer modificação que venha ser necessária durante a sua vigência, decorrente das obrigações assumidas pela CONTRATADA, alterações nas especificações quantitativas e qualitativas ou prazos dos bens fornecidos à CONTRATANTE.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS CASOS OMISSOS:

Os casos omissos e o que se tornar controvertido em face das presentes cláusulas contratuais, serão resolvidos administrativamente entre as partes, de acordo com a legislação pertinente.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO CONHECIMENTO DAS PARTES:

Ao firmar este instrumento, declara a CONTRATADA ter plena ciência de seu conteúdo, bem como dos demais documentos vinculados ao presente Contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS

A despesa prevista para execução do presente contrato correrá por conta do Orçamento Municipal Vigente, ou seja: Secretaria de Saúde (FMS) (12) 33903401000000.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA - DO FORO:

As partes contratantes ficam obrigadas a responder pelo

cumprimento deste termo, perante o Foro da Comarca de Xaxim, Estado de Santa Catarina, não obstante qualquer mudança de domicílio da CONTRATADA que, em razão disso, é obrigada a manter um representante com plenos poderes para receber notificação, citação inicial e outras medidas em direito permitidas.

Justas e contratadas firmam as partes este instrumento, em três (03) vias de igual teor, a fim de que produza seus efeitos legais.

Marema/ SC, 10 de abril de 2018

Adilson Barella  
Contratante /Prefeito

Gestor e Fiscal deste Contrato  
Jaqueline Moro

Ediclel Clinica Médica - LTDA  
CONTRATADO

Testemunhas: \_\_\_\_\_

Luiz Antônio Cipriani OAB – 35698  
Assessoria Jurídica Visto em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

MINUTA

Contrato nº: 03/2018

Contratante: Município de Marema/Fundo Municipal de Saúde

Contratado: EDICLEL CLINICA MEDICA - LTDA

Objeto: Prestação de serviços médicos, no atendimento médico clínico ambulatorial para atendimento clínico a população do Município de Marema.

Vinculação: Processo de Licitação/FMS n. 007/2018 – Dispensa de Licitação/FMS n. 002/2018.

Valor Total: 41.000,00 (quarenta e um mil reais)

Prazo: 60 Dias

Foro: Comarca de Xaxim – SC

Marema/ SC, 10 de abril de 2018  
Adilson Barella  
Prefeito Municipal

#### CONTRATO Nº: 014/2018

Publicação Nº 1608197

MINUTA

Contrato nº: 014/2018

Contratante: Município de Marema

Contratada: RODRIGO COSTA - ME

Vinculação: Processo Licitatório nº 021/2018 – Dispensa de licitação nº 06/2018

Objeto: Contratação de empresa especializada para elaboração montagem de STAND, destinado ao município de Marema durante a Expo Femi 2018.

Valor: R\$ 4.230,00 (reais)

Prazo: 30 de maio de 2018

Foro: Comarca de Xaxim – SC

Marema, 09 de abril de 2018  
ADILSON BARELLA  
Prefeito Municipal  
Contratante



**CONTRATO Nº: 015/2018**

Publicação Nº 1608199

MINUTA  
Contrato nº: 015/2018  
Contratante: Prefeitura Municipal de Marema  
Contratado: BRITER RODOVIAS LTDA – CNPJ/MF n. 95.849.279/0001-98  
Finalidade: Contratação de empresa especializada para pavimentação Asfáltica em vias urbanas do município de Marema – SC, tipo CBUQ sobre base de pavimentação poliédrica, vinculada ao Contrato de Repasse OGU nº 847102/2017– Operação n. 1042411-75 firmado entre o Ministério das Cidades/Caixa/Município de Marema.  
Vínculo: Processo n. 019/2018 – Tomada de Preço para Obras e Serviços de Engenharia n. 01/2018.  
Valor: R\$ 242.848,34 (reais)  
Prazo: 12 Meses  
Foro: Comarca de Xaxim – SC

Marema, 13 de abril de 2018

**CONTRATANTE**

Pref. Mun. de Marema

Adilson Barella

**CONTRATO/FMS Nº: 001/2018**

Publicação Nº 1608208

Contrato/FMS nº: 001/2018  
Contratante: Município de Marema/Fundo Municipal de Saúde  
Contratado: LABORATÓRIO PADRÃO LTDA  
Objeto: Credenciamento de laboratórios, para a realização de exames laboratoriais, ao preço de tabela CIS AMOSC para atender a demanda dos Municípios Marema, SC.  
Vinculação: Processo de Licitação/FMS n. 001/2018 Inexigibilidade/FMS n. 001/2018.

Pelo presente instrumento as partes, de um lado o MUNICIPIO DE MAREMA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.509.072/0001-56, com sede administrativa na Rua Vidal Ramos, nº 357, Centro, na cidade de Marema, Estado de Santa Catarina, CEP 89.860-000, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. Adilson Barella brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 773.907.339-34 e o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MAREMA, inscrito no CNPJ sob nº 11.900.561/0001-28, neste ato representado pela Sra. JAQUELINI MORO, Secretária de Saúde, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado a empresa Laboratório Padrão, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua André Lunardi, 1283 sala 101, Edifício Policenter, Centro na cidade de Xaxim, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº 06.056.209/0001-53, de ora em diante denominado simplesmente CONTRATADO, com base no Processo de Licitação Nº 001/2018 – Inexigibilidade de Licitação nº 001/2018, do qual é parte integrante e complementar, regendo-se o mesmo pela Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e pela legislação pertinente, pelos termos da proposta e pelas cláusulas a seguir expressas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E PREÇO**

1.1 O presente contrato tem por objeto o CREDENCIAMENTO DE LABORATÓRIOS, para prestação de serviços de Exames Laboratoriais de Análises Clínicas, compreendendo coleta e análise, ao preço de tabela CIS AMOSC para atendimento às necessidades das unidades de Saúde do Município de Marema, conforme descrição abaixo:

PROCEDIMENTO	COD. SIA/SUS	CIS
DETERMINACAO DE CURVA GLICEMICA (DUAS DOSAGENS)	02.02.01.004-0	5,19
DOSAGEM DE ACIDO URICO	02.02.01.012-0	2,64
DOSAGEM DE AMILASE	02.02.01.018-0	3,21
DOSAGEM DE BILIRRUBINA TOTAL E FRACOES	02.02.01.020-1	2,87
DOSAGEM DE CALCIO	02.02.01.021-0	2,64
DOSAGEM DE COLESTEROL HDL	02.02.01.027-9	5,02
DOSAGEM DE COLESTEROL LDL	02.02.01.028-7	5,02

DOSAGEM DE COLESTEROL TOTAL	02.02.01.029-5	2,64	
DOSAGEM DE CREATININA	02.02.01.031-7	2,64	
DOSAGEM DE CREATINOFOSFOQUINASE (CPK)	02.02.01.032-5	5,27	
DOSAGEM DE FERRITINA	02.02.01.038-4	22,31	
DOSAGEM DE FERRO SERICO	02.02.01.039-2	5,02	
DOSAGEM DE FOLATO	02.02.01.040-6	22,40	
DOSAGEM DE FOSFATASE ALCALINA	02.02.01.042-2	2,87	
DOSAGEM DE GAMA GLUTAMIL TRANSFERASE	02.02.01.046-5	5,02	
DOSAGEM DE GLICOSE	02.02.01.047-3	2,64	
DOSAGEM DE HEMOGLOBINA GLICOSILADA	02.02.01.050-3	11,24	
DOSAGEM DE POTASSIO	02.02.01.060-0	2,64	
DOSAGEM DE SODIO	02.02.01.063-5	2,64	
DOSAGEM DE TRANSAMINASE GLUTAMICO OXALACETICA (TGO)	02.02.01.064-3	2,87	
DOSAGEM DE TRANSAMINASE GLUTAMICO-PIRUVICA (TGP)	02.02.01.065-1	2,87	
DOSAGEM DE TRIGLICERIDEOS	02.02.01.067-8	5,02	
DOSAGEM DE UREIA	02.02.01.069-4	2,64	
DOSAGEM DE VITAMINA B 12	02.02.01.070-8	21,82	
CONTAGEM DE PLAQUETAS	02.02.02.002-9	3,91	
CONTAGEM DE RETICULOCITOS	02.02.02.003-7	3,91	
DETERMINACAO DE TEMPO DE COAGULACAO	02.02.02.007-0	3,91	
DETERMINAÇÃO DE TEMPO DE SANGRAMENTO DE IVY	02.02.02.010-0	12,88	
DETERMINACAO DE TEMPO DE TROMBOPLASTINA PARCIAL ATIVADA (TTP ATIVADA)	02.02.02.013-4	8,26	
DETERMINACAO DE TEMPO E ATIVIDADE DA PROTROMBINA (TAP)	02.02.02.014-2	3,91	
DETERMINACAO DE VELOCIDADE DE HEMOSSEDIMENTACAO (VHS)	02.02.02.015-0	3,91	

ELETROFORESE DE HEMOGLOBINA	02.02.02.035-5	7,73
HEMOGRAMA COMPLETO	02.02.02.038-0	5,88
PROVA DE RETRACAO DO COAGULO	02.02.02.049-5	3,91
DETERMINACAO DE FATOR REUMATOIDE	02.02.03.007-5	4,04
DETERMINACAO QUANTITATIVA DE PROTEINA C REATIVA	02.02.03.008-3	13,24
DOSAGEM DE ANTIGENO PROSTATICO ESPECIFICO (PSA)	02.02.03.010-5	23,50
DOSAGEM DE IMUNOGLOBULINA A (IGA)	02.02.03.015-6	24,55
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-HIV-I + HIV-2 (ELISA)	02.02.03.030-0	14,32
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIESTREPTOLISINA O (ASLO)	02.02.03.047-4	4,04
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTINUCLEO	02.02.03.059-8	24,55
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTITIREOGLOBULINA	02.02.03.062-8	24,55
PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA ANTIGENO DE SUPERFICIE DO VIRUS DA HEPATITE B (ANTI-HBS)	02.02.03.063-6	26,55
PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA ANTIGENO E DO VIRUS DA HEPATITE B (ANTI-HBE)	02.02.03.064-4	26,55
PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA O VIRUS DA HEPATITE C (ANTI-HCV)	02.02.03.067-9	26,55
PESQUISA DE ANTICORPOS IGG ANTICITOMEGALOVIRUS	02.02.03.074-1	15,74
PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA ANTIGENO CENTRAL DO VIRUS DA HEPATITE B (ANTI-HBCTOTAL)	02.02.03.078-4	26,55
PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA O VIRUS DA HEPATITE A (HAV-IGG)	02.02.03.080-6	26,55
PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA O VIRUS DA RUBEOLA	02.02.03.081-4	24,55
PESQUISA DE ANTICORPOS IGM ANTICITOMEGALOVIRUS	02.02.03.085-7	16,61
PESQUISA DE ANTICORPOS IGM ANTITOXOPLASMA	02.02.03.087-3	26,55
PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA ANTIGENO CENTRAL DO VIRUS	02.02.03.089-0	26,55
PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O VIRUS DA HEPATITE A (HAV-IGG)	02.02.03.091-1	26,55
PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O VIRUS DA RUBEOLA	02.02.03.092-0	24,55

PESQUISA DE ANTIGENO CARCNOEMBRIONARIO (CEA)	02.02.03.096-2	19,10
PESQUISA DE ANTIGENO DE SUPERFICIE DO VIRUS DA HEPATITE B (H)	02.02.03.097-0	26,55
PESQUISA DE ANTIGENO E DO VIRUS DA HEPATITE B (HBEAG)	02.02.03.098-9	26,55
PESQUISA DE HIV-I POR MUNOFLUORESCENCIA	02.02.03.102-0	14,32
TESTE DE VDRL P/ DIAGNOSTICO DA SIFILIS	02.02.03.111-0	4,04
TESTE FTA-ABS IGG P/ DIAGNOSTICO DA SIFILIS	02.02.03.118-8	14,32
TESTE FTA-ABS IGG P/ DIAGNOSTICO DA SIFILIS	02.02.03.113-6	14,32
PESQUISA DE OVOS E CISTOS DE PARASITAS	02.02.04.012-7	2,36
ANALISE DE CARACTERES FISICOS, ELEMENTOS E SEDIMENTO DA URINA	02.02.05.001-7	5,30
DOSAGEM DE MICROALBUMINA NA URINA	02.02.05.009-2	11,62
DOSAGEM DE GONADOTROFINA CORIONICA HUMANA (HCG, BETA HCG)	02.02.06.021-7	9,76
DOSAGEM DE HORMONIO FOLICULO-ESTIMULANTE (FSH)	02.02.06.023-3	9,82
DOSAGEM DE HORMONIO TIREOESTIMULANTE (TSH)	02.02.06.025-0	11,15
DOSAGEM DE TESTOSTERONA	02.02.06.034-9	12,98
DOSAGEM DE TIROXINA (T4)	02.02.06.037-3	10,90
DOSAGEM DE TIROXINA LIVRE (T4 LIVRE)	02.02.06.038-1	14,44
DOSAGEM DE TRIIODOTIRONINA (T3)	02.02.06.039-0	10,84
ANTIBIOGRAMA	02.02.08.001-3	7,13
BACILOSCOPIA DIRETA P/ BAAR TUBERCULOSE (DIAGNÓSTICA)	02.02.08.004-8	6,01
BACTEROSCOPIA (GRAM)	02.02.08.007-2	4,00
CULTURA DE BACTERIAS P/ IDENTIFICACAO	02.02.08.008-0	8,04
EXAME MICROBIOLOGICO A FRESCO (DIRETO)	02.02.08.014-5	4,00
PROVA DO LATEX P/ PESQUISA DO FATOR REUMATOIDE	02.02.09.030-2	2,70
DETERMINACAO DIRETA E REVERSA DE GRUPO ABO	02.02.12.002-3	1,96

PESQUISA DE FATOR RH (INCLUI D FRACO)	02.02.12.008-2	1,96
---------------------------------------	----------------	------

1.2 A remuneração a que fará jus a contratada, em decorrência dos serviços que efetivamente venha a prestar, corresponderá aos valores unitários acima fixados, logo, as quantidades a serem executadas dependerão da demanda das unidades de saúde do Município de Marema.

1.3 A contratada se obriga em prestar os serviços dentro dos melhores padrões e normas científicas vigentes e atualizadas, e com o necessário rigor técnico que a natureza dos serviços requer e a manter pessoal devidamente qualificado para atendimento dos exames solicitados.

1.4 O paciente deverá, com o encaminhamento médico em mãos, agendar e retirar a autorização para a realização dos exames, junto a Secretaria de Saúde do Município, escolhendo o prestador da sua preferência, sendo que em hipótese algum deverá desembolsar qualquer valor, a que título for dos exames constantes na lista constante no Anexo I, dos serviços prestados.

1.5 A coleta dos materiais para os exames clínicos dos pacientes ocorrerá na sede da empresa/laboratório contratado ou em local indicado pelo mesmo, OBRIGATORIAMENTE no Município de Marema/SC, desde que o local possua todas as condições exigidas pela vigilância sanitária e normas para a prestação do serviço.

1.6 A contratada garante a execução dos serviços contratados, de forma a não prejudicar e retardar os procedimentos médicos com a necessidade e solicitação da contratante.

1.7 Compromete-se em realizar a todos os exames, constantes na Lista do Anexo I, fornecendo o resultado dos mesmos num prazo máximo de 3 dias, justificando os casos em que não possui laboratórios na região que realizam tal procedimento.

1.8 Vinculam-se ao presente contrato como se neles tivessem transcritos, o edital de credenciamento com seus anexos e os documentos da contratada.

1.9 A contratada não poderá transferir o presente contrato, no todo ou em parte.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGENCIA DO CONTRATO

2.1 O presente termo de compromisso terá vigência a partir da assinatura deste até 31 de Dezembro de 2018, ou até que outro edital ou ato da administração venha a revoga-lo, podendo ainda ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, até o limite previsto na Lei Federal 8.666/93.

2.2 Vinculam-se ao presente contrato como se neles tivessem transcritos, o edital de credenciamento com seus anexos e os documentos da contratada.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DO PAGAMENTO

3.1 O pagamento será efetuado de acordo com ordem cronológica do Departamento de Tesouraria, mediante apresentação da Nota Fiscal e relatório de pacientes atendidos e exames realizados, devidamente certificada pelo órgão competente, recebedor do objeto lícito.

3.2 O Pagamento será efetuado através de boleto, ordem bancária e/ou depósito na conta do fornecedor, preferencialmente na agência do Banco do Brasil, caso não seja possível será descontado o valor da taxa de transferência TED/DOC.

3.3 A(s) despesa(s) decorrente(s) do fornecimento do objeto desta licitação correrão às dotações abaixo:

Unidade Gestora: 2 – Fundo Municipal de Saúde Órgão de Governo: 13 – Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade: 2.070 – Manutenção de Saúde – Atenção Básica

Dotação Orçamentária: 3.390.39.50.00.00.00 (11/2018)

Dotação Orçamentária: 3.390.39.50.00.00.00 (12/2018)

Projeto/Atividade: 2.071 – Manutenção de Saúde – Atenção Básica

Dotação Orçamentária: 3.390.39.50.00.00.00 (20/2018)

3.4 Fica a CONTRATANTE responsável em reter em nome e no CNPJ da CONTRATADA, sobre a prestação de serviços, 3% referente ao Imposto Sobre o Serviço e 1,5% de Imposto de Renda, os quais já devem vir informados na Nota fiscal.

#### CLAUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

4.1 Estabelecer os horários de coleta de materiais para exames nos pacientes que utilizam do Sistema de Saúde Municipal;

4.2 Informar à contratada, as necessidades de coleta de materiais sempre que necessários (extraordinário);

4.3 Fornecer as guias preenchidas, carimbadas e assinadas para a prestação dos serviços, acompanhada da autorização de serviço.

4.4 Manter constante fiscalização, tanto no laboratório quanto nos serviços prestados pela contratada;



4.5 Pagar a contratada o valor devido na data avença.

#### CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 Executar os serviços constantes contratados, dentro dos melhores padrões, normas científicas vigentes e atualizadas e com o necessário rigor técnico que a natureza dos serviços requer, de acordo com a necessidade e solicitação da Secretaria de Saúde;

5.2 Fornecer todos os materiais necessários à coleta das amostras, sem, entretanto, a eles se limitarem, tais como: agulhas descartáveis, frascos, impressos para resultados de exames, etc.

5.3 Realizar os exames mediante o recebimento da Autorização de Serviços, acompanhada da Guia de encaminhamento médico.

5.4 Promover medidas de proteção individual aos funcionários do laboratório, tais como: luvas, máscaras, óculos, cujo uso terá caráter obrigatório (EPI's).

5.5 Arcar com salários, encargos sociais, trabalhistas, tributo e todas as despesas referentes à execução dos serviços. Os exames deverão ser realizados no laboratório próprio da contratada.

5.6 Garantir a execução dos serviços contratados durante a vigência do contrato, de forma a não prejudicar e não retardar os procedimentos médicos necessários aos pacientes do sistema único de saúde.

5.7 Indicar formalmente um profissional para atuar como seu representante local perante o município contratante para coordenação dos serviços e solução de problemas técnicos e administrativos relacionados ao objeto contratual.

5.8 Durante e após a vigência do contrato e no que disser respeito ao seu objeto, manter para o Município contratante à margem de quaisquer ações judiciais, reivindicações ou reclamações, sendo a contratada, em qualquer circunstância, nesse particular, considerada como única e exclusiva empregadora, e responsável pela garantia e exatidão dos serviços e por qualquer ônus que os contratantes venham a arcar em qualquer época, em decorrência de tais ações, reivindicações ou reclamações.

5.9 A contratada será responsável pela indenização de dano causado a pacientes, decorrentes de ação ou omissão voluntária, ou de negligência, imperícia ou imprudência praticados por profissionais a ele vinculados.

5.10 Entregar o resultado dos exames dos pacientes diretamente a eles ou pessoas autorizadas pelo mesmo diretamente, no estabelecimento da contratada.

5.11 Encaminhar ao setor de compras da contratada, as medições dos serviços executados mensalmente, através de Nota Fiscal acompanhada da requisição de serviços e relação nominal dos pacientes e seus respectivos exames contidos nas requisições, referente aos serviços efetivamente realizados e atestados pela Secretaria de Saúde.

#### CLAUSULA SEXTA – DA RESCISÃO E SANÇÕES

6.1 O não cumprimento das obrigações assumidas no presente contrato ou a ocorrência as hipótese prevista nos artigos 77 e 78, da Lei Federal nº 8.666/93, atualizada, autoriza, desde já, a contratante a rescindir unilateralmente o contrato, independente de interpelação judicial, sendo aplicáveis, ainda, o disposto nos artigos 79 e 80 do mesmo diploma legal, no caso de inadimplência.

6.2 No caso de rescisão administrativa unilateral, a contratada reconhece os direitos da contratante em aplicar as sanções previstas no Edital, neste ajuste e na legislação que rege o contrato.

6.3 A aplicação de quaisquer sanções referidas neste dispositivo não afasta a responsabilização civil da contratada pela inexecução total ou parcial do objeto ou pela inadimplência.

6.4 A aplicação das penalidades não impede a contratante de exigir o ressarcimento dos prejuízos efetivados.

6.5 O presente credenciamento tem caráter precário. A qualquer momento, o CREDENCIADO pode solicitar descredenciamento, caso não tenha mais interesse.

#### CLAUSULA SÉTIMA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E DOS CASOS OMISSOS

7.1 A Execução do presente contrato será regida pela Lei nº 8.666/93, que servirá inclusive para o esclarecimento dos casos por ventura omissos neste termo de contrato.

#### CLÁUSULA OITAVA – DO FORO

8.1 As questões oriundas desta Ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Xaxim - SC, esgotadas as vias administrativas.

Para constar que foi lavrado o presente Contrato, que vai assinada pelo Sr. Adilson Barella, Prefeito Municipal, representando a detentora e testemunhas.

Marema/SC, 05 de fevereiro de 2018.

Adilson Barella Prefeito Municipal	Laboratório Padrão Ltda Compromissários
---------------------------------------	--

Luís Antonio Cipriani  
OAB – 35698  
Assessor Jurídico

Testemunhas

1 –

2 -

**LEI Nº 1145/2018**

Publicação Nº 1608164

LEI Nº 1145/2018  
De 19/04/2018

“AUTORIZA ALTERAÇÕES NO ORÇAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2018 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ADILSON BARELLA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Orgânica do Município, FAZ SABER aos habitantes do Município, que o Poder Legislativo Municipal aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o chefe do Poder Executivo, nos termos da presente lei, suplementar dotações orçamentárias no valor de R\$ 779.000,00 (setecentos e setenta e nove mil reais), nas seguintes programações de despesas:

Código	Secretaria/departamento	
01.01	CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	
Funcional	Proj./ativ.	Descrição
01.031.0101	2.090	Manut. Das atividades Legislativas
Modalidade	Fonte	Dotação
3.1.90.00.00	1.000	110.000,00
3.3.90.00.00	1.000	169.000,00

Código	Secretaria/departamento	
03.01	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	
Funcional	Proj./ativ.	Descrição
04.123.0401	1.002	Edificação do Centro Administrativo
Modalidade	Fonte	Dotação
4.4.90.00.00	1.830	500.000,00

Art. 2º Para dar cobertura das suplementações conforme artigo 1º, serão anuladas dotações dentro do orçamento vigente nas seguintes programações de despesas:

Código	Secretaria/departamento	
01.01	CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	
Funcional	Proj./ativ.	Descrição
01.031.0101	1.090	Construção do Centro Administrativo
Modalidade	Fonte	Dotação
4.4.90.00.00	1.830	500.000,00

Código	Secretaria/departamento	
03.01	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	
Funcional	Proj./ativ.	Descrição
04.123.0402	2.020	Manut. Atividades Administrativas
Modalidade	Fonte	Dotação
3.1.90.00.00	1.000	279.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Marema/SC, 19 de abril de 2018.  
ADILSON BARELLA  
Prefeito Municipal

Chanquerli Fernando Cherobim  
Secretário de Administração

**LEI Nº 1143/2018**

Publicação Nº 1608162

LEI Nº 1143/2018  
De 26/03/2018

“INSTITUI A SEMANA MUNICIPAL DE COMBATE A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ADILSON BARELLA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei

Orgânica do Município, FAZ SABER aos habitantes do Município, que o Poder Legislativo Municipal aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído no Município a Semana Municipal de Combate a Violência Contra a Mulher.

Parágrafo único. A Semana Municipal de Combate a Violência Contra a Mulher será realizada, anualmente, na última semana de novembro, em vista de ser comemorado no dia 25 de novembro o Dia Internacional da Não Violência Contra a Mulher.

Art. 2º O evento passará a fazer parte do calendário oficial do Município.

Art. 3º A instituição da Semana Municipal de Combate à Violência Contra a Mulher tem como objetivo fundamental conscientizar a população sobre o que é a violência contra a mulher, as formas de identificação, as diferentes formas de violência, os direitos assegurados a estas mulheres, formas de prevenção, quais os órgãos que oferecem auxílio e atendimento às vítimas e quais medidas devem ser tomadas diante da violência.

Art. 4º A Semana Municipal de Combate a Violência Contra a Mulher será desenvolvida pela Secretaria Municipal de Assistência Social, através de seus órgãos, bem como, pela Administração Municipal, através de suas entidades, desenvolvendo atividades como palestras, debates, seminários, atividades culturais, ações educativas, atividades voltadas ao fortalecimento, valorização das mulheres e confecção de materiais informativos.

Parágrafo único – Para o desenvolvimento das atividades a Administração Municipal deverá promover o engajamento de escolas, Conselhos Municipais, entidades, associações, igrejas, órgãos de segurança e a sociedade civil.

Art. 5º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Marema/SC, 19 de abril de 2018.

ADILSON BARELLA

Prefeito Municipal

Chanquerli Fernando Cherobim

Secretário de Administração

## LEI Nº 1146/2018

Publicação Nº 1608166

LEI Nº 1146/2018

De 19/04/2018

### “AUTORIZA ALTERAÇÕES NO ORÇAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2018 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ADILSON BARELLA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Orgânica do Município, FAZ SABER aos habitantes do Município, que o Poder Legislativo Municipal aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o chefe do poder executivo, nos termos da presente lei, a abrir Crédito Especial, criando as modalidades de aplicação e suplementando as dotações orçamentárias no valor de até R\$ 258.750,00 (duzentos e cinquenta e oito mil, setecentos e cinquenta reais), nas seguintes programações de despesas:

Código	Secretaria/departamento	
04.03	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	
Funcional	Proj./ativ.	Descrição
27.812.2701	2.027	Manutenção Atividades Esportivas
Modalidade	Fonte	Dotação
4.4.90.00.00	1.000	15.000,00
4.4.90.00.00	1.340	243.750,00

Art. 2º Para dar cobertura das suplementações conforme artigo 1º, serão anuladas dotações dentro do orçamento vigente nas seguintes programações de despesas:

Código	Secretaria/departamento	
06.01	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS	
Funcional	Proj./ativ.	Descrição
15.512.1501	1.022	Saneamento Básico Geral
Modalidade	Fonte	Dotação

4.4.90.00.00	1.000	15.000,00
4.4.90.00.00	1.340	200.000,00
Funcional	Descrição	Descrição
15.451.1501	1.023	Aquis. De Máquinas, Equipamentos e Veículos
Modalidade	Fonte	Dotação
4.4.90.00.00	1.340	43.750,00

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Marema/SC, 19 de abril de 2018.

ADILSON BARELLA

Prefeito Municipal

Chanquerli Fernando Cherobim

Secretário de Administração

### **PREGÃO PRESENCIAL N. 17/2018 - REGISTRO DE PREÇO**

Publicação Nº 1608161

Município de Marema.

A Prefeitura Municipal de Marema - SC FAZ SABER a todos os interessados, que se encontra aberto Processo Licitatório n. 25/2018 - Pregão Presencial n. 17/2018 - Registro de Preço, para possível aquisição de Óleo Lubrificante e Filtros para veículos e máquinas. Envelopes dos interessados serão recebidos no Setor de Adm. da Prefeitura até o dia 15/05/2018, às 08h00min, e a abertura dos mesmos, a realizar-se no dia 15/05/2018 às 08h30min. Maiores informações ou a cópia da integral do edital, bem como a Minuta do Contrato, poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Marema, na Rua Vidal Ramos, 357, centro, Marema, de segunda à sexta feira, das 07h30min às 11h30min das 13h00min às 17h00min, pelo telefone (0xx49)33540222 e Site [www.marema.sc.gov.br](http://www.marema.sc.gov.br)

Marema, 30 de abril de 2018.

ADILSON BARELLA

Prefeito Municipal

### **PREGÃO PRESENCIAL N. 18/2018**

Publicação Nº 1608643

Município de Marema.

A Prefeitura Municipal de Marema - SC FAZ SABER a todos os interessados, que se encontra aberto Processo Licitatório n. 26/2018 - Pregão Presencial n. 18/2018 - Para Aquisição de trator de esteira. Envelopes dos interessados serão recebidos no Setor de Adm. da Prefeitura até o dia 14/05/2018, às 08h00min, e a abertura dos mesmos, a realizar-se no dia 14/05/2018 às 08h30min. Maiores informações ou a cópia da integral do edital, bem como a Minuta do Contrato, poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Marema, na Rua Vidal Ramos, 357, centro, Marema, de segunda à sexta feira, das 07h30min às 11h30min das 13h00min às 17h00min, pelo telefone (0xx49)33540222 e Site [www.marema.sc.gov.br](http://www.marema.sc.gov.br)

Marema, 30 de abril de 2018.

ADILSON BARELLA

Prefeito Municipal

### **SUPRESSÃO CONTRATO Nº: 072/2016**

Publicação Nº 1608194

MINUTA

Contrato nº: 072/2016

V- TERMO ADITIVO – Ajuste Contratual (supressão de valor)

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MAREMA

Contratado: BRITER RODOVIAIS LTDA – CNPJ/MF n. 95.849.279/0001-99

Finalidade: Pavimentação asfáltica tipo CBUQ sobre base de macadame hidráulico e pavimentação poliédrica, vinculada ao Contrato de Repasse n. 829368/2016 – Operação n. 1029638-20 firmado entre o Ministério das Cidades/Caixa/Município de Marema.

VALOR SUPRIMIDO: R\$ 1.857,31 (reais)

PRAZO: 30 de abril de 2018

FORO: Comarca de Xaxim/SC

Marema/SC, 05 de março de 2018.

CONTRATANTE

Pref. Mun. de Marema

ADILSON BARELLA

Prefeito Municipal

# Meleiro

## PREFEITURA

### EDITAL Nº 001-2018 - MAIS ALFABETIZAÇÃO

Publicação Nº 1608445

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO- SANTA CATARINA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE, CULTURA E  
TURISMO

EDITAL Nº 001/ 2018

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DE MONITORES PARA ATU-  
AREM NO PROGRAMA MAIS ALFABETIZAÇÃO

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE, CULTURA  
E TURISMO, do município de Meleiro torna público o Edital para a  
Seleção e constituição do Banco de Assistentes de Alfabetização,  
voluntários para o Programa Mais Alfabetização, instituído pela Por-  
taria nº 142, de 22 de fevereiro de 2018.

#### 1. DO PROGRAMA

1.1. Programa Mais Alfabetização tem o objetivo de fortalecer e  
apoiar as unidades escolares no processo de alfabetização, para  
fins de leitura, escrita e matemática, dos estudantes nos 1º e 2º  
anos do ensino fundamental.

1.2. São objetivos do Programa Mais Alfabetização, art. 3º:

I. Fortalecer o processo de alfabetização dos anos iniciais do ensino  
fundamental, por meio do atendimento às turmas de 1º ano e de  
2º ano;

II. Promover a integração dos processos de alfabetização das uni-  
dades escolares com a política educacional da rede de ensino;

III. Integrar as atividades ao projeto político pedagógico - PPP da  
rede e das unidades escolares;

IV. Viabilizar atendimento diferenciado às unidades escolares vul-  
neráveis;

V. Estipular metas do programa entre o ministério da educação -  
MEC,

os entes federados e as unidades escolares participantes no que se  
refere à alfabetização das crianças do 1º ano e do 2º ano do ensino  
fundamental, considerando o disposto na BNCC;

VI. Assegurar o monitoramento e a avaliação periódica da execu-  
ção e dos resultados do programa;

VII. Promover o acompanhamento sistemático, pelas redes de en-  
sino e gestão escolar, da progressão da aprendizagem dos estu-  
dantes regularmente matriculados no 1º ano e no 2º ano do ensino  
fundamental;

VIII. Estimular a cooperação entre união, estados, distrito federal  
e municípios;

IX. Fortalecer a gestão pedagógica e administrativa das redes es-  
taduais, distrital e municipais de educação e de suas unidades es-  
colares jurisdicionadas; e

X. Avaliar o impacto do programa na aprendizagem dos estudan-  
tes, com o objetivo de gerar evidências para seu aperfeiçoamento.

#### 2. DA SELEÇÃO

2.1. A seleção destina-se ao preenchimento de 30 horas (trabalha-  
das) sendo, 10 horas na EEBM Prefeito Luiz de Pelegrini e 20 horas  
na EEBM Inês Tonelli Nápole, para Assistentes de Alfabetização  
voluntários do Programa Mais Alfabetização  
no âmbito do Município de Meleiro - UF, a serem distribuídas nas  
escolas públicas urbanas e do campo.

2.2. Serão considerados os Seguintes Critérios para a Seleção de  
Assistentes de Alfabetização voluntários:

- Ser brasileiro;
- Ter a idade mínima de 18 (dezoito) anos, no ato da inscrição;
- Ter, no mínimo, formação de nível médio completo;
- Possuir curso e/ou habilidade na atividade de apoio à docência.

2.3. O Processo Seletivo Simplificado para Assistentes de Alfabeti-  
zação voluntários será executado pela Secretaria Municipal de Edu-  
cação de Meleiro com a participação da Comissão de Inscrição e  
Avaliação.

#### 3. DO PERFIL

3.1. Poderão participar do processo seletivo candidatos com o se-  
guinte

PERFIL:

- Professores alfabetizadores das redes com disponibilidade de car-  
ga horária;
- Professores das redes com disponibilidade de carga horária
- Estudantes de graduação preferencialmente em pedagogia ou  
licenciatura;
- Profissionais com curso de magistério em nível médio;
- Estudantes de cursos técnicos dos institutos federais e/ou das  
universidades públicas e/ou particulares;
- Pessoas com conhecimento comprovado na área de apoio à do-  
cência, preferencialmente em alfabetização.

#### 4. DAS ATRIBUIÇÕES DOS ASSISTENTES DE ALFABETIZAÇÃO DO PROGRAMA.

4.1. O assistente de alfabetização, apoiará o professor alfabetiza-  
dor para as Unidades Escolares vulneráveis considerando os crité-  
rios estabelecidos nesta Portaria.

4.2 O assistente de alfabetização poderá atuar em dois tipos de  
Unidades  
Escolares, vulneráveis (período de 10h) ou não vulneráveis (perí-  
odo de 5  
horas)

4.3 Os atendimentos de cada assistente a escolas vulneráveis e  
não vulneráveis, em qualquer combinação, não podem – somados  
– ultrapassar 40 horas semanais.

4.4 Considera-se o apoio dos assistentes de alfabetização ao pro-  
fessor alfabetizador como de natureza voluntária nos termos da Lei  
Federal nº 9.608/1998 – Lei do Voluntariado. Considera-se serviço  
voluntário, a atividade não remunerada, que tenha objetivos cívi-  
cos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistên-  
cia social, inclusive mutualidade.

4.5. O serviço voluntário não gera vínculo empregatício, nem obri-  
gação de natureza trabalhista previdenciária ou afim.

4.6. O voluntário poderá ser ressarcido pelas despesas que com-  
provadamente realizar no desempenho das atividades voluntárias.

4.7. São atribuições do assistente de alfabetização:

- Participar do planejamento das atividades juntamente com a



Coordenação do Programa na escola;

- Cumprir carga horária de acordo com as diretrizes e especificidades do Programa;
- Auxiliar o professor alfabetizador nas atividades estabelecidas e planejadas por ele;
- Acompanhar o desempenho escolar dos alunos, inclusive efetuando o controle da frequência;
- Elaborar e apresentar à coordenação, relatório dos conteúdos e atividades realizadas mensalmente;
- Acessar o sistema de monitoramento do Programa/CAEd digital, cadastrar as atividades pedagógicas desenvolvidas, para que o Professor ou o Coordenador da escola analisem e validem posteriormente;
- Cumprir com responsabilidade, pontualidade e assiduidade suas obrigações junto ao Programa;
- Realizar as formações indicadas pelo MEC.

## 5. DAS INSCRIÇÕES:

5.1. A inscrição do candidato ocorrerá nos períodos de 02/05/2018 e 03/05/2018, na Secretaria Municipal de Educação do município de Meleiro, no horário das 07:30 h às 11:30 h e das 13:00 h às 17:00 h. Implicará o conhecimento e aceitação tácita das normas e condições estabelecidas neste Edital, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento.

5.2- Homologação das inscrições dia 04/05/2018 às 13:30 h

5.3 - No dia 07/05/2018, será feita a entrevista situacional ou comportamental do candidato por uma bancada entrevistadora, com início às 08:30 h às 11:30 h.

5.4. A aplicação da prova será realizada no dia 08/05/2018, no período das 08: 00 h às 10: 00 h, na E.E.B. Municipal Inês Tonelli Nápole.

5.5. Divulgação do Gabarito dia 08/05/2018, no período vespertino,

5.6. Divulgação do resultado de classificação será dia 10/05/2018, no site da Prefeitura Municipal de Meleiro.

5.7. Não será cobrada taxa de inscrição.

5.8. No ato da inscrição o candidato deverá entregar os seguintes documentos:

- Ficha de inscrição devidamente preenchida, com todos os dados solicitados, sem emendas e/ou rasuras; e
- Fotocópias nítidas dos seguintes documentos, com a apresentação dos originais para fins de conferência:
  - Carteira de Identidade (frente e verso);
  - CPF;
  - Comprovante de residência;
  - Diploma (para candidatos graduados ou Histórico atualizado e comprovante de matrícula do Instituto Federal e/ou da Universidade, quando se tratar de estudante universitário;
  - Comprovante de curso e/ou de habilidade na área de apoio à docência, preferencialmente em alfabetização. No caso de conhecimentos específicos é necessário que o candidato apresente documentos que comprovem suas habilidades (declarações, releases, portfólios, matérias de jornais, e etc).

5.9. As informações prestadas na ficha de inscrição do Processo Seletivo Simplificado são de inteira responsabilidade do candidato, ficando a Coordenação no direito de excluí-lo, caso comprove inveracidades das informações.

5.10. Não serão aceitos documentos após o ato da inscrição.

5.11. Será entregue ao candidato o comprovante de requerimento

de inscrição do Processo Seletivo Simplificado.

5.12. Serão eliminados os candidatos que não apresentarem a documentação exigida.

## 6. DA QUANTIDADE DE VAGAS

6.1 Serão disponibilizadas 30 horas (trabalhadas) sendo, 10 horas na EEBM Prefeito Luiz de Pelegrini e 20 horas na EEBM Inês Tonelli Nápole para Assistentes de Alfabetização do Programa Mais Alfabetização no âmbito Municipal de Meleiro.

## 7. DA SELEÇÃO

7.1. A Secretaria Municipal de Educação instituirá Comissão da Seleção Pública dos Assistentes de Alfabetização Voluntários do Programa Mais Alfabetização, através de Portaria, responsável por coordenar e executar todo o processo seletivo.

7.2. A seleção se dará por três (03) etapas que será realizada através da análise de Currículo comprovado, prova de conhecimentos básicos na área de alfabetização e entrevista situacional ou comportamental. (pontuação máxima por etapa 10 pontos) A nota final do candidato será a soma de 03 (três) etapas (pontuação máxima 30 pontos)

7.3 A comprovação do currículo se dará por meio da apresentação dos documentos estipulados acima que atestam a titularidade do candidato e pontuarão da seguinte forma:

Experiência a ser comprovada	Pontuação
Pedagogo e/ou licenciado	03 pontos
Experiência comprovada em alfabetização (1º e 2º ano) magistério	02 pontos a cada ano
Magistério em outras etapas do Ensino Fundamental	01 ponto a cada ano
Cursando pedagogia ou curso de licenciatura	01 ponto
Pontuação máxima	10 pontos

7.4 A seleção será conduzida por uma Banca Entrevistadora constituída de 02 (dois) professores alfabetizadores de crianças do 1º ou 2º anos do Ensino Fundamental da rede de ensino Municipal da Educação e 02 membros da Secretaria Municipal de Educação de Meleiro.

7.5. O candidato será eliminado caso não atenda as exigências deste Edital.

7.6. O resultado será organizado e publicado no site da Prefeitura Municipal de Meleiro, por ordem de classificação.

7.7. Se ocorrer empate na nota final terá preferência, sucessivamente, o candidato que:

- Residir no bairro mais próximo da unidade escolar.
- Caso permaneça o empate, tenha a maior idade.

7.8. Todos os candidatos habilitados serão considerados aprovados constituindo assim o banco de Assistentes de Alfabetização do Programa Mais Alfabetização da Secretaria Municipal de Educação.

7.9. A lotação acontecerá conforme ordem de classificação e disponibilidade do candidato, bem como a necessidade das unidades escolares.

7.10. A classificação final será divulgada em data a ser definida pela Comissão de Seleção.

**8. DA LOTAÇÃO**

8.1. A lotação obedecerá à ordem decrescente de classificação dos candidatos aprovados na seleção e o atendimento dos critérios estabelecidos no item 2.2. deste Edital.

8.2. Será reservado o percentual de 2% (dois por cento) das carências surgidas aos portadores de deficiência física, ficando a lotação vinculada à ordem decrescente de classificação dos deficientes físicos e à capacidade para exercício da função.

8.3. Os candidatos classificados, preenchidos os requisitos constantes no item

2.2. deste Edital assinarão o Termo de Compromisso para prestação das atividades de Assistentes de Alfabetização, pelo prazo de 6 (seis) meses, período este que poderá ser alterado de acordo com normas e diretrizes (a serem) estabelecidas pelo FNDE/MEC.

8.4. Em caso de desistência será convocado para lotação, o candidato classificado segundo a ordem decrescente de pontos.

**9. DISPOSIÇÕES GERAIS:**

9.1. O Assistente de Alfabetização receberá, a título de ressarcimento, o valor de R\$ 150,00 por turma mensal correspondendo a 05 horas de trabalho semanal. O contrato de trabalho do referido programa será de 06 meses, instituído pela Portaria nº 142, de 22 de fevereiro de 2018, para o Programa Mais Alfabetização em 2018.

9.2. O Assistente de Alfabetização selecionado para desenvolver as atividades de apoio ao professor alfabetizador terá carga horária diária mínima de 60 (sessenta) minutos por turma.

9.3. A quantidade de turmas de cada assistente de alfabetização dependerá do tipo de unidade escolar (vulnerável ou não vulnerável), do planejamento da escola para a atuação do Assistente de Alfabetização e da disponibilidade de tempo do assistente.

9.4. Os candidatos selecionados deverão participar de uma formação inicial para desempenho de suas atribuições, em local e data a ser definido posteriormente, ocasião em que procederão à assinatura do Termo de Adesão e Compromisso.

9.5 O Assistente de Alfabetização poderá ser desligado a qualquer tempo, no caso de: não estar correspondendo às finalidades e objetivos do Programa; prática de atos de indisciplina, maus tratos desabonadores de conduta pessoal e profissional.

9.6. Os casos omissos deste Edital serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação do município de Meleiro.

Meleiro, 30 de abril de 2018.

MARIA ROSANGELA BORDIGNON DAL PONT  
Secretária de Educação, Esporte, Cultura e Turismo

**ANEXO I  
CRONOGRAMA**

EVENTO	DATA	HORÁRIO
INSCRIÇÃO	02/05 e 03/05	07:30h às 11:30h 13:00h às 17:00h
HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES	04/05	13:30 h
ENTREVISTA	07/05	8:30h às 11:30h

PROVA	08/05	08:00h às 10:00h
GABARITO	08/05	Vespertino
RESULTADO FINAL	10/05	Site da Prefeitura

**ANEXO II  
REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO**

Número de Inscrição \_\_\_\_\_

**DADOS PESSOAIS**

Nome: \_\_\_\_\_

Data de nascimento: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ Sexo: Fem. ( ) Masc. ( )  
RG: \_\_\_\_\_ CPF \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_ Bairro: \_\_\_\_\_ Cidade: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_ telefone: ( \_\_\_\_\_ )  
\_\_\_\_ Celular: ( \_\_\_\_\_ ) E-mail: \_\_\_\_\_

**FORMAÇÃO**

( ) Pedagogia - Ano de formação \_\_\_\_\_  
( ) Licenciatura - Ano de formação \_\_\_\_\_  
( ) Normal Médio/Magistério - Ano de Formação \_\_\_\_\_  
( ) Estudante Pedagogia - Semestre \_\_\_\_\_  
( ) Estudante Licenciatura - Semestre \_\_\_\_\_

**EXPERIÊNCIA**

Experiência profissional (comprovada) em Ensino Fundamental/  
Anos iniciais \_\_\_\_\_

Possui disponibilidade para atuar como assistente de alfabetização voluntário no âmbito do programa mais alfabetização? ( ) sim.  
Carga horária semanal disponível \_\_\_\_\_

Assinatura do Candidato \_\_\_\_\_

Comprovante de Inscrição  
Número de inscrição \_\_\_\_\_

NOME DO CANDIDATO: \_\_\_\_\_

DATA \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

RESPONSÁVEL PELA INSCRIÇÃO: \_\_\_\_\_

Assinatura do(a) candidato(a) \_\_\_\_\_

**DADOS COMPLEMENTARES**

QUADRO DESTINADO A COMISSÃO DE SELEÇÃO (NÃO PREENCHER):

DENOMINAÇÃO	PONTUAÇÃO	COMPROVANTE
Diploma de Graduação em Pedagogia ou Normal Superior.		
Ensino Médio na modalidade Magistério.		

Graduando em Pedagogia.		
Experiência em docência por tempo de atuação.		
Entrevista.		

1. O candidato é responsável pela exatidão e veracidade das informações restadas no requerimento de inscrição, arcando com as consequências de eventuais erros e ou do não preenchimento de qualquer campo;
2. A inscrição no processo seletivo, desde logo compreende, o reconhecimento e a implícita aceitação, pelo candidato, das condições estabelecidas no preenchimento do requerimento de inscrição e entrega de documentos comprobatórios, conforme item 5 do edital;
3. Não será admitida, sob nenhuma hipótese, complementação documental fora do prazo de inscrição.

Data: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ /2018.

MARIA ROSANGELA BORDIGNON DAL PONT  
Secretária de Educação, Esporte, Cultura e Turismo

#### **PORTARIA Nº 107-2018**

Publicação Nº 1608422

PORTARIA nº 107/2018

TRATA DA EXONERAÇÃO DE DIRETORA DE ESCOLA

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições e em conformidade com o artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, Lei nº 809/2000 e suas alterações e Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, resolve:

#### **EXONERAR**

Art. 1.º A Senhora ADRIANA ZANETTE MAGAGNIN, do cargo de Diretora de Escola, na Escola de Educação Básica Municipal Prefeito Luiz de Pelegrini, do quadro de pessoal comissionado da Prefeitura Municipal de Meleiro.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 30 de Abril de 2018.

EDER MATTOS  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Finanças

#### **PORTARIA Nº 108-2018**

Publicação Nº 1608423

PORTARIA nº 108/2018

TRATA DA NOMEAÇÃO DE COMISSÃO DE SELEÇÃO E BANCA PARA O PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DO PROGRAMA MAIS

#### **ALFABETIZAÇÃO/2018.**

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, resolve:

#### **NOMEAR**

Art. 1º - Fica nomeada a Comissão de seleção e banca para o Processo Seletivo Simplificado, conforme Edital nº 001/2018, do Programa Mais Alfabetização, constante na nominata abaixo discriminada.

#### **a) Comissão:**

Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Cultura e Turismo:

- Maria Rosangela Bordignon Dal Pont – Secretária Municipal de Educação;
- Jadna Pasini Martinello – Assessora de Planejamento Educacional;

#### **b) Banca:**

Representantes dos Professores da Rede Municipal de Ensino.

- Cleonice Galatto Pasini Piazza
- Dulcinéia Martins Borges Machado

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Meleiro, 30 de Abril de 2018.

EDER MATTOS  
Prefeito Municipal

Registrado em publicado nesta Secretaria em data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA

Secretário Municipal de Administração e Finanças

#### **PORTARIA Nº 109-2018**

Publicação Nº 1608426

PORTARIA n.º 109/2018

TRATA DO AFASTAMENTO DE PROFESSORA.

EDER MATTOS Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51 da Lei Orgânica do Município, Lei nº 809/2000 e suas alterações e a Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, resolve:

#### **AFASTAR**

Art. 1.º A professora efetiva SCHEILA SERAFIM FRANCISCO FREITAS de sala de aula e alterar a carga horária de 20 (vinte) horas semanais para 40 (quarenta) horas semanais, na Escola Educação Básica Municipal Prefeito Luiz de Pelegrini, em virtude de Alteração Temporária Transitória de Carga Horária, de acordo com o Artigo 55 da Lei 1409/2009, para exercer a função de Diretora de Escola, percebendo a gratificação de acordo com a alínea C, do § 1º do Art. 71, da Lei mencionada.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 30 de Abril de 2018.

EDER MATTOS  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 110-2018**

Publicação Nº 1608427

PORTARIA n.º 110/2018

TRATA DA CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR POR TEMPO DETERMINADO.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, da Lei nº 809/2000 de 03 de Abril de 2000 e suas alterações, e em conformidade com Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, a Lei nº 1408/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, e Edital do Processo Seletivo 002/2017, resolve:

**CONTRATAR**

Art. 1.º A Senhora AMANDA DAL CERO, para ocupar o cargo de professora ACT, com carga horária de 10 (dez) horas semanais, na disciplina de História, até o término das aulas, na Escola de Educação Básica Municipal Prefeito Luiz de Pelegrini.  
Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 30 de Abril de 2018.  
EDER MATTOS  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 111-2018**

Publicação Nº 1608429

PORTARIA n.º 111/2018

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR QUE RELACIONA.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições e em conformidade com o artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, Lei nº 809/2000 e suas alterações, Lei nº 910/2002, Lei Complementar nº 031/2010, de 07 de Junho de 2010, e Processo Seletivo n.º 001/2016, resolve:

**CONCEDER**

Art. 1.º Conceder férias à servidora pública municipal ZENIR FELISBERTO PEREIRA STRELOW – matrícula 10416, ocupante do cargo de Motorista - SAMU, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, referente ao período aquisitivo de 01/08/2016 à 31/07/2017.

Art. 2.º As verbas indenizatórias referentes ao adicional de 1/3 (um terço) das férias serão incluídas em folha de pagamento em época oportuna.

Art. 3.º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 4.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 30 de Abril de 2018.  
EDER MATTOS  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.  
JULIO CESAR DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 112-2018**

Publicação Nº 1608430

PORTARIA n.º 112/2018

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR QUE RELACIONA.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições e em conformidade com o artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, Lei nº 809/2000 e suas alterações, Lei nº 910/2002, Lei Complementar nº 031/2010, de 07 de Junho de 2010, e Processo Seletivo n.º 001/2016, resolve:

**CONCEDER**

Art. 1.º Conceder férias à servidora pública municipal LAISE MAFIOLETTI MEZARI – matrícula 10511, ocupante do cargo de Técnico de Enfermagem-SAMU, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, referente ao período aquisitivo de 02/05/2017 à 01/05/2018.

Art. 2.º As verbas indenizatórias referentes ao adicional de 1/3 (um terço) das férias serão incluídas em folha de pagamento em época oportuna.

Art. 3.º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 4.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 30 de Abril de 2018.  
EDER MATTOS  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.  
JULIO CESAR DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 113-2018**

Publicação Nº 1608431

PORTARIA n.º 113/2018

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR QUE RELACIONA.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições e em conformidade com o artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, Lei nº 809/2000 e suas alterações, Lei nº 910/2002, Lei Complementar nº 031/2010, de 07 de Junho de 2010, e Processo Seletivo n.º 001/2016, resolve:

**CONCEDER**

Art. 1.º Conceder férias à servidora pública municipal LUCIANA DA SILVA COELHO – matrícula 10388, ocupante do cargo de Odontóloga do E.S.F., com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais,

referente ao período aquisitivo de 18/07/2016 à 17/07/2017.

Art. 2.º As verbas indenizatórias referentes ao adicional de 1/3 (um terço) das férias serão incluídas em folha de pagamento em época oportuna.

Art. 3.º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 4.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 30 de Abril de 2018.

EDER MATTOS

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Finanças

## **PORTARIA Nº 114-2018**

Publicação Nº 1608432

PORTARIA n.º 114/2018

TRATA DA CONCESSÃO DE LICENÇA SAÚDE DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 809/2000 e suas alterações, e Lei nº 1414/2010, de 26 de março de 2010 e suas alterações, resolve:

CONCEDER

Art. 1.º Licença saúde à servidora DIANDRA FELISBERTO, ocupante do cargo de Agente Comunitária de Saúde, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, por um período de até 15 dias, conforme atestado médico.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir do dia 29/04/2018.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 30 de Abril de 2018.

EDER MATTOS

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Finanças



# Modelo

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 036/2018

Publicação Nº 1608576

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE MODELO  
Aviso de Licitação

Processo Nº: 841/2018  
Modalidade: Pregão Nº 036/2018  
Tipo: Menor preço - Global

Objeto: AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE BRITADOR CCM 5030 DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ESTRADAS E RODAGENS DO MUNICÍPIO DE MODELO/SC  
Entrega dos Envelopes: 08:30 horas do dia 16 de maio de 2018  
Abertura dos Envelopes: 08:45 horas do dia 16 de maio de 2018.

Informações e edital na íntegra podem ser retirados no Departamento de Compras e Licitações do Município de Modelo, sito à Rua do Comércio 1304, Centro, Modelo/SC, das 08:00 às 12:00, e das 13:30 às 17:30, ou pelo site [www.modelo.sc.gov.br](http://www.modelo.sc.gov.br)  
Modelo/SC 25 de abril de 2018.  
Ricardo Luis Maldaner  
Prefeito Municipal

### AVISO DE LICITAÇÃO REGISTRO DE PREÇOS Nº 033/2018

Publicação Nº 1608175

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE MODELO  
Aviso de Licitação

Processo Nº: 832/2018  
Modalidade: Pregão Nº 033/2018  
Tipo: Menor preço - Unitário por Item

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E PARCELADA AQUISIÇÃO DE SÊMEN BOVINO DESTINADO A MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL E MELHORAMENTO GENÉTICO BOVINO DO MUNICÍPIO DE MODELO PARA O ANO DE 2018  
Entrega dos Envelopes: 08:45 horas do dia 15 de maio de 2018  
Abertura dos Envelopes: 08:45 horas do dia 15 de maio de 2018.

Informações e edital na íntegra podem ser retirados no Departamento de Compras e Licitações do Município de Modelo, sito à Rua do Comércio 1304, Centro, Modelo/SC, das 08:30 às 12:00, e das 13:30 às 17:30, ou pelo site [www.modelo.sc.gov.br](http://www.modelo.sc.gov.br)  
Modelo/SC 25 de abril de 2018  
Ricardo Luis Maldaner  
Prefeito Municipal

### EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 048-2018 UNIFORMES DE TRABALHO - MARIA TEREZINHA STEFFENS

Publicação Nº 1608165

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 048/2018  
Processo Licitatório nº 630/2018  
Pregão SRP nº 027/2018  
Contratante: MUNICÍPIO DE MODELO/SC, CNPJ: 83.021.832/0001-11  
Contratada: MARIA TEREZINHA STEFFENS, CNPJ nº 11.179.258/0001-13  
Valor: R\$ 3.996,00  
Assinado em: 30/04/2018  
Vigente até: 30/04/2019  
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FRACIONADA AQUISIÇÃO DE UNIFORMES DE TRABALHO PARA AS EQUIPES DOS DEPARTAMENTOS DE AGRICULTURA, DMR E OBRAS E SERVIÇOS URBANOS DO MUNICÍPIO DE MODELO/SC.

Modelo/SC, 30 de abril de 2018.  
RICARDO LUIZ MALDANER  
Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 090/2018

Publicação Nº 1608134

PORTARIA Nº 090/2018 DE 27 DE ABRIL DE 2018.  
DISPÕE SOBRE A ATRIBUIÇÃO DE EXERCÍCIO E JORNADA A SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Leis Municipais nºs: 971/90, 2.198/2015, Lei Orgânica Municipal, Título IV Capítulo I da Lei Municipal nº 1.513/2002, Portaria Municipal nº 055/2017 e demais normas legais que dispõem sobre a matéria, em especial considerando o interesse público e a necessidade do serviço,

#### RESOLVE:

Art. 1º - Fica atribuído aos Servidores Públicos Municipais relacionados abaixo, o exercício das funções de seus cargos para atendimento no consultório dentário da Escola Reunida Municipal Professora Griseldi Maria Muller, no período de 02.05.2018 a 29.06.2018:

- ALBIO SCHILD FILHO – Odontólogo – 20 horas semanais:  
Jornada 04:  
Matutino: 07:30 às 11:30

- TARCIS LUIS GEBERT – Odontólogo – 20 horas semanais:  
Jornada 05:  
Vespertino: 13:15 às 17:15

- JANICE HENICKA – Auxiliar em Saúde Bucal – 40 horas semanais:  
Jornadas 04 e 05:  
Matutino: 07:30 às 11:30  
Vespertino: 13:15 às 17:15

Art. 2º - O registro da frequência será feito através do relógio ponto digital na Escola Reunida Municipal Professora Griseldi Maria Muller.

Art. 3º - O controle e a coleta de dados para encaminhamento ao Setor de Pessoal serão efetuados pelo responsável do controle de frequência do Departamento Municipal de Educação com o acompanhamento do Departamento Municipal de Saúde.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),  
aos 27 de abril de 2018.

**RICARDO LUIS MALDANER**  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e Publicado na Data Supra:

**FRANCIELI PAVALICINI**  
Assessora de Depto

# Morro Grande

## PREFEITURA

### AVISO - TOMADA DE PREÇOS Nº 2/2018 - PMMG

Publicação Nº 1608505

PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO GRANDE

AVISO DE LICITAÇÃO – TOMADA DE PREÇOS Nº 2/2018

A PREFEITURA DE MORRO GRANDE, localizada a Rua Irmãos Biff, nº 50, CEP 88.925-000, Centro, Morro Grande/SC, torna público para conhecimento dos interessados, que está sendo publicado o Edital de Tomada de Preços nº 2/2018, cujo objetivo é a Contratação de obras de pavimentação na Ruas Pedro Dal Toé e Artidoro Rosso e na Rodovia Municipal Marlene Piazza Zuchinali do município de Morro Grande. Os recursos financeiros serão de origem do Contrato de Repasse nº 847099/2017 do Ministério das Cidades. Os envelopes contendo a documentação de habilitação e proposta de preços serão recebidos até às 08h30min do dia 18/05/2018, com abertura no mesmo dia às 09h00min, junto ao Setor de Licitações desta prefeitura no endereço supracitado. Informamos que a íntegra do Edital e seus anexos poderão ser lidos ou obtidos no endereço supracitado, das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min ou no site [www.morrogrande.sc.gov.br](http://www.morrogrande.sc.gov.br). Maiores informações estará disponível o telefone (48) 3544-0016 ou pelo e-mail [licita@morrogrande.sc.gov.br](mailto:licita@morrogrande.sc.gov.br). Valdionir Rocha – Prefeito Municipal.

### EXTRATO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 13/2018 - PMMG

Publicação Nº 1608400

Ata de Registro de Preços nº	13/2018
Órgão Gerenciador	Município de Morro Grande – Prefeitura Municipal
Detentora da Ata	R. Pietsch & Cia Ltda - Me
Valor	R\$ 133.340,00
Data da Assinatura	20/04/2018
Vigência Inicial	20/04/2018
Vigência Final	20/04/2019
Licitação	Edital de Pregão Presencial nº 6/2018
Objeto Resumido	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de acesso à internet através de link dedicado (full duplex), implantação e locação de fibra óptica e serviços de intranet, necessários a interconexão digital entre todas as secretarias e setores da prefeitura de morro grande.
Espécie	Prestação de Serviços
Observação	A íntegra da ata contendo todas as informações, encontra-se no site <a href="http://www.morrogrande.sc.gov.br">www.morrogrande.sc.gov.br</a>

### EXTRATO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 14/2018 - PMMG

Publicação Nº 1608401

Ata de Registro de Preços nº	14/2018
Órgão Gerenciador	Município de Morro Grande – Prefeitura Municipal
Detentora da Ata	Gold Computadores Ltda - EPP
Valor	R\$ 19.764,75
Data da Assinatura	20/04/2018

Vigência Inicial	20/04/2018
Vigência Final	20/04/2019
Licitação	Edital de Pregão Presencial nº 7/2018
Objeto Resumido	Aquisição parcelada de material escolar e de expediente visando atender as necessidades do município de Morro Grande.
Espécie	Fornecimento de bens de consumo
Observação	A íntegra da ata contendo todas as informações, encontra-se no site <a href="http://www.morrogrande.sc.gov.br">www.morrogrande.sc.gov.br</a>

### EXTRATO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 15/2018 - PMMG

Publicação Nº 1608402

Ata de Registro de Preços nº	15/2018
Órgão Gerenciador	Município de Morro Grande – Prefeitura Municipal
Detentora da Ata	Carlos Roberto dos Santos Eireli - Me
Valor	R\$ 15.392,04
Data da Assinatura	20/04/2018
Vigência Inicial	20/04/2018
Vigência Final	20/04/2019
Licitação	Edital de Pregão Presencial nº 7/2018
Objeto Resumido	Aquisição parcelada de material escolar e de expediente visando atender as necessidades do município de Morro Grande.
Espécie	Fornecimento de bens de consumo
Observação	A íntegra da ata contendo todas as informações, encontra-se no site <a href="http://www.morrogrande.sc.gov.br">www.morrogrande.sc.gov.br</a>

### EXTRATO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 16/2018 - PMMG

Publicação Nº 1608404

Ata de Registro de Preços nº	16/2018
Órgão Gerenciador	Município de Morro Grande – Prefeitura Municipal
Detentora da Ata	Lugraf Gráfica e Papelaria Eireli - EPP
Valor	R\$ 24.761,90
Data da Assinatura	20/04/2018
Vigência Inicial	20/04/2018
Vigência Final	20/04/2019
Licitação	Edital de Pregão Presencial nº 7/2018
Objeto Resumido	Aquisição parcelada de material escolar e de expediente visando atender as necessidades do município de Morro Grande.
Espécie	Fornecimento de bens de consumo
Observação	A íntegra da ata contendo todas as informações, encontra-se no site <a href="http://www.morrogrande.sc.gov.br">www.morrogrande.sc.gov.br</a>

**EXTRATO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 17/2018 - PMMG**

Publicação Nº 1608405

Ata de Registro de Preços nº	17/2018
Órgão Gerenciador	Município de Morro Grande – Prefeitura Municipal
Detentora da Ata	Lipaper Livraria Informática e Papelaria Ltda - ME
Valor	R\$ 17.549,80
Data da Assinatura	20/04/2018
Vigência Inicial	20/04/2018
Vigência Final	20/04/2019
Licitação	Edital de Pregão Presencial nº 7/2018
Objeto Resumido	Aquisição parcelada de material escolar e de expediente visando atender as necessidades do município de Morro Grande.
Espécie	Fornecimento de bens de consumo
Observação	A íntegra da ata contendo todas as informações, encontra-se no site <a href="http://www.morrogrande.sc.gov.br">www.morrogrande.sc.gov.br</a>

**EXTRATO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 20/2018 - PMMG**

Publicação Nº 1608410

Ata de Registro de Preços nº	20/2018
Órgão Gerenciador	Município de Morro Grande – Prefeitura Municipal
Detentora da Ata	Artedanio Silva Vieira – EPP
Valor	R\$ 33.324,83
Data da Assinatura	20/04/2018
Vigência Inicial	20/04/2018
Vigência Final	20/04/2019
Licitação	Edital de Pregão Presencial nº 8/2018
Objeto Resumido	Aquisição parcelada de material de limpeza e higiene visando atender as necessidades do município de Morro Grande.
Espécie	Fornecimento de bens de consumo
Observação	A íntegra da ata contendo todas as informações, encontra-se no site <a href="http://www.morrogrande.sc.gov.br">www.morrogrande.sc.gov.br</a>

**EXTRATO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 18/2018 - PMMG**

Publicação Nº 1608406

Ata de Registro de Preços nº	18/2018
Órgão Gerenciador	Município de Morro Grande – Prefeitura Municipal
Detentora da Ata	M.D.A. – Armarinhos Ltda - ME
Valor	R\$ 9.498,67
Data da Assinatura	20/04/2018
Vigência Inicial	20/04/2018
Vigência Final	20/04/2019
Licitação	Edital de Pregão Presencial nº 7/2018
Objeto Resumido	Aquisição parcelada de material escolar e de expediente visando atender as necessidades do município de Morro Grande.
Espécie	Fornecimento de bens de consumo
Observação	A íntegra da ata contendo todas as informações, encontra-se no site <a href="http://www.morrogrande.sc.gov.br">www.morrogrande.sc.gov.br</a>

**EXTRATO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 21/2018 - PMMG**

Publicação Nº 1608411

Ata de Registro de Preços nº	21/2018
Órgão Gerenciador	Município de Morro Grande – Prefeitura Municipal
Detentora da Ata	M.D.A. – Armarinhos Ltda - ME
Valor	R\$ 14.653,98
Data da Assinatura	20/04/2018
Vigência Inicial	20/04/2018
Vigência Final	20/04/2019
Licitação	Edital de Pregão Presencial nº 8/2018
Objeto Resumido	Aquisição parcelada de material de limpeza e higiene visando atender as necessidades do município de Morro Grande.
Espécie	Fornecimento de bens de consumo
Observação	A íntegra da ata contendo todas as informações, encontra-se no site <a href="http://www.morrogrande.sc.gov.br">www.morrogrande.sc.gov.br</a>

**EXTRATO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 19/2018 - PMMG**

Publicação Nº 1608407

Ata de Registro de Preços nº	19/2018
Órgão Gerenciador	Município de Morro Grande – Prefeitura Municipal
Detentora da Ata	Orleans Informática Ltda – EPP
Valor	R\$ 22.849,61
Data da Assinatura	20/04/2018
Vigência Inicial	20/04/2018
Vigência Final	20/04/2019
Licitação	Edital de Pregão Presencial nº 7/2018
Objeto Resumido	Aquisição parcelada de material escolar e de expediente visando atender as necessidades do município de Morro Grande.
Espécie	Fornecimento de bens de consumo
Observação	A íntegra da ata contendo todas as informações, encontra-se no site <a href="http://www.morrogrande.sc.gov.br">www.morrogrande.sc.gov.br</a>

**EXTRATO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 22/2018 - PMMG**

Publicação Nº 1608412

Ata de Registro de Preços nº	22/2018
Órgão Gerenciador	Município de Morro Grande – Prefeitura Municipal
Detentora da Ata	Orleans Informática Ltda – EPP
Valor	R\$ 27.431,99
Data da Assinatura	20/04/2018
Vigência Inicial	20/04/2018
Vigência Final	20/04/2019
Licitação	Edital de Pregão Presencial nº 8/2018
Objeto Resumido	Aquisição parcelada de material de limpeza e higiene visando atender as necessidades do município de Morro Grande.
Espécie	Fornecimento de bens de consumo
Observação	A íntegra da ata contendo todas as informações, encontra-se no site <a href="http://www.morrogrande.sc.gov.br">www.morrogrande.sc.gov.br</a>

**EXTRATO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº  
23/2018 - PMMG**

Publicação Nº 1608413

Ata de Registro de Preços nº	23/2018
Órgão Gerenciador	Município de Morro Grande – Prefeitura Municipal
Detentora da Ata	Simone de Freitas Rabelo Sant'ana - ME
Valor	R\$ 10.422,90
Data da Assinatura	20/04/2018
Vigência Inicial	20/04/2018
Vigência Final	20/04/2019
Licitação	Edital de Pregão Presencial nº 8/2018
Objeto Resumido	Aquisição parcelada de material de limpeza e higiene visando atender as necessidades do município de Morro Grande.
Espécie	Fornecimento de bens de consumo
Observação	A íntegra da ata contendo todas as informações, encontra-se no site <a href="http://www.morrogrande.sc.gov.br">www.morrogrande.sc.gov.br</a>



# Navegantes

## PREFEITURA

### ATA DA SESSÃO 05/2018 - FMV

Publicação Nº 1608823

PREFEITURA DE NAVEGANTES /SC  
ATA PREGÃO PRESENCIAL N º 05/20178 FMV

AS QUATORZE HORAS DO DIA TRINTA DO MÊS DE ABRIL DO ANO DOIS MIL DE DEZOITO, A PREGOEIRA CARLA CLAUDINO E EQUIPE DE APOIO, JOSEZITE DOS SANTOS, VERA LUCIA LUÇOLLI DA COSTA E PABLO ROMERO COSTA PEREIRA DIAS, REUNIRAM-SE PARA ABERTURA E RECEBIMENTO DOS ENVELOPES, DO EDITAL A LICITAÇÃO PROCESSO NÚMERO CINCO DO ANO DE DOIS MIL E DEZOITO, TIPO MENOS PREÇO POR ITEN, CUJO OBJETO REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA INSTALAÇÃO, CONFIGURAÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA (CÂMERAS, PAINEL DE SENHA, INTERFONE E CONTROLE DE ACESSO PARA PORTAS) COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO CITRAN DE NAVEGANTES, ATRAVÉS DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE VIGILÂNCIA DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC. EMPRESAS PARTICIPANTES: JULIO CESAR PINTO CORDEIRO, REPRESENTADA POR FERNANDA RUPPENTHAL EGEWARTH; SMART POINT LTDA - ME, REPRESENTADA POR ROGERIO LACERDAV MARCHIORE; SULCOMM COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO LTDA, REPRESENTADA POR LUIZ NASCIMENTO JUNIOR; SOMADATTA INFORMATICA LTDA, REPRESENTADA POR RIQUELI GADLER; FRANCIELE CRISTINE LAMIN, REPRESENTADA POR RAFAEL RODRIGO LAMIN; IVONECI M SALVADOR MONITORAMENTO - ME, REPRESENTADA POR GILBRAN EVERTON SALVADOR NA CONFERÊNCIA DOS DOCUMENTOS DE CREDENCIAMENTO VERIFICOU-SE QUE TODAS AS DOCUMENTAÇÕES ESTAVAM DE ACORDO COM O EDITAL. FORAM DISPONIBILIZADOS AO PRESENTES OS DOCUMENTOS DO CREDENCIAMENTO PARA ANÁLISE, RUBRICA E MANIFESTAÇÕES, ONDE NÃO HOUE MANIFESTAÇÃO. FORAM ABERTOS OS ENVELOPES DAS PROPOSTAS DAS EMPRESAS, ONDE A EMPRESA SMART POINT LTDA - ME TEVE SEUS LOTES 01, 02, 03, 04 DESCLASSIFICADOS POR NÃO APRESENTAR O VALOR DA MÃO DE OBRA E DO MATERIAL EM PORCENTAGEM OU EM VALOR, E A EMPRESA JULIO CESAR PINTO CORDEIRO TEVE O LOTE 1 DESCLASSIFICADO POR NÃO APRESENTAR O VALOR DA MÃO DE OBRA E DO MATERIAL EM PORCENTAGEM OU EM VALOR CONFORME ITEM 4.2.2.2 DO EDITAL. O RESTANTE DAS EMPRESAS ESTAVAM DE ACORDO COM O EDITAL. FORAM DISPONIBILIZADO AO PRESENTES OS DOCUMENTOS DAS PROPOSTAS PARA ANÁLISE, RUBRICA E MANIFESTAÇÕES, ONDE NÃO HOUE MANIFESTAÇÃO. DAMOS CONTINUIDADE A ETAPA DE LANCE ONDE A EMPRESA IVONECI M SALVADOR MONITORAMENTO - ME SAGROU-SE VENCEDORA DOS LOTES 01, 02; FRANCIELE CRISTINE LAMIN, SAGROU-SE VENCEDORA DOS LOTES 03. ABERTO OS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO PARA CONFERÊNCIA DOS DOCUMENTOS ONDE A EMPRESA IVONECI M SALVADOR MONITORAMENTO - ME ESTÁ COM A CERTIDÃO NEGATIVA REFERENTE A TRIBUTOS FEDERAIS E DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO, A MESMA TEM O PRAZO DE 5 DIAS CORRIDOS PARA APRESENTAR O DOCUMENTO CORRETO. A OUTRA EMPRESA ESTAVA DE ACORDO COM O EDITAL, E FORAM DISPONIBILIZADOS AOS PRESENTES OS DOCUMENTOS DAS HABILITAÇÕES PARA ANÁLISE, RUBRICA E MANIFESTAÇÕES, ONDE NÃO HOUE MANIFESTAÇÃO. AS EMPRESAS SMART POINT LTDA - ME E JULIO CESAR PINTO CORDEIRO MENCIONARAM APRESENTAR RECURSO REFERENTE DIVERGÊNCIA ENTRE O MODELO DO EDITAL E O DESCRITIVO DO BETHA AUTO COTAÇÃO ESTA ATA SERÁ DISPONIBILIZADA NO SITE WWW.NAVEGANTES.SC.GOV.BR, NADA MAIS HAVENDO A RELATAR DEU-SE POR ENCERRADO OS TRABALHOS AS 15H E 45 MIN. EU PABLO ROMERO COSTA PEREIRA DIAS LAVREI O PRESENTE REGISTRO DE ACONTECIMENTOS QUE APÓS LIDO E ACHADO CONFORME SEGUE ASSINADO PELOS PARTICIPANTES PRESENTES NESTA ABERTURA QUE PERMANECERÃO ATÉ A LAVRATURA DA MESMA.

### EXTRATO CONTRATUAL Nº 077/2018 PMN

Publicação Nº 1608850

EXTRATO CONTRATUAL Nº 077/2018 PMN

Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE HORAS MÁQUINAS (TRATOR AGRÍCOLA 4 X 4 COM IMPLEMENTOS) COM OPERADOR, PARA AUXILIAR NAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA E PESCA DE NAVEGANTES/SC., através da Ata de Registro de Preço – Pregão Presencial nº 57/2017 PMN,

Contratado: Mauriceia Aragão Ferreira Dias

CPF: 924.265.909-63

Valor: R\$ 39.652,80

Recursos: 2.015 3.3.90.00.00.00.00

Vigência: 90 dias.

Navegantes, 20 de abril de 2018.

### LAUDOS DAS AMOSTRAS 20/2018 PMN - 3 COLOCADOS

Publicação Nº 1608821

Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Navegantes  
Secretaria de Educação

Navegantes, 30 de abril de 2018.

ANÁLISE DAS AMOSTRAS PREGÃO Nº 20/2018

**AQUISIÇÃO DE PRODUTOS PARA COFFEE BREAK  
3º COLOCADOS**

EMPRESA: PJ SERVIÇOS E COMÉRCIO EIRELI - ME

ITEM	PRODUTO	MARCA	RESULTADO	MOTIVO
23	CAFÉ	COAMO	APROVADO	PRODUTO ATENDE ÀS ESPECIFICAÇÕES.

Graziela Cristiane Corrêa  
Secretária de Educação

**LAUDOS DAS AMOSTRAS 20/2018 PMN - FINALIZADO**

Publicação Nº 1608822

Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Navegantes  
Navegantes, 30 de abril de 2018.

Administração prefeitura  
Assunto: Final Análise de Amostras PP 20/2018 – PMN

Vimos por meio desta comunicar que referente, ao pregão 20/2018 registro de preços visando a aquisição de gêneros alimentícios e materiais descartáveis para realização de coffee break em atendimento aos os cursos/eventos/reuniões e manutenção das secretarias existentes no paço municipal, secretaria de educação, secretaria de administração, secretaria de gestão e controle e fundação cultural do município de navegantes, durante o ano de 2018, foi dado por encerrado a faze das amostras.

Pregoeiro e equipe de apoio

Sem mais, agradecemos cordialmente,

**PORTARIA 1704 DESIGNA FISCAL DE CONTRATO**

Publicação Nº 1608735

PORTARIA Nº 1704 DE 23 DE ABRIL DE 2018

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR CONTRATOS VIGENTES CONFORME ESPECIFICA.

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes

RESOLVE:

I - DESIGNAR, por este ato para acompanhar a ata de Registro de Preço Nº 01/2018 FME, OBJETO: REGISTRO DE PREÇO VISANDO AQUISIÇÃO DE TROFÉUS E MEDALHAS COM FITAS PARA PREMIAÇÕES EM EVENTOS E COMPETIÇÕES ORGANIZADOS E APOIADOS PELA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC. Conforme Ata de Registro de Preço nº 01/201 FME.

FISCAL: GABRIELA BOFF - (TITULAR)  
JOÃO CARLOS RODRIGUES PAIM - (SUPLENTE)

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 23 DE ABRIL DE 2018.

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES - NAVEGANTESPREV****PORTARIA N º 24 DE 02 DE MAIO DE 2018**

Publicação Nº 1607738

PORTARIA N º 24 DE 02 DE MAIO DE 2018.

CONCEDE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, EM CARÁTER INTEGRAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O DIRETOR PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 99/2011,

CONSIDERANDO o preenchimento dos pressupostos legais contidos no Art. 6º, I, II, III e IV da EC nº. 41/2003, que regulamenta o Regime Próprio de Previdência Social, e de acordo com o que dispõe a Lei Complementar Municipal nº 99/2011, que instituiu o Regime,

**RESOLVE:**

I Conceder o benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, à segurada CÁTIA CILENE FERREIRA, portadora da cédula de identidade nº 1.997.011, inscrita no CPF sob o nº 713.279.169-91, e PIS/PASEP nº 17031360984, efetiva no cargo de PROFESSORA, lotada no Ensino Fundamental Efetivo, com proventos INTEGRAIS, contidos na planilha de cálculo de proventos, conforme processo administrativo nº 2018.04.05493P, a partir desta data até posterior deliberação.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, 02 DE MAIO DE 2018.

Jan Ullrich

DIRETOR PRESIDENTE

Esta Portaria foi registrada e publicada no Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes nesta data.

Navegantes, 02 de Maio de 2018.

de PROFESSORA, lotada em EDUCAÇÃO INFANTIL EFETIVO, com proventos PROPORCIONAIS, contidos na planilha de cálculo de proventos, conforme processo administrativo nº 2018.04.05494P, a partir desta data até posterior deliberação.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, 02 DE MAIO DE 2018.

Jan Ullrich

DIRETOR PRESIDENTE

Esta Portaria foi registrada e publicada no Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes nesta data.

Navegantes, 02 de Maio de 2018.

**PORTARIA N º 25 DE 02 DE MAIO DE 2018**

Publicação Nº 1607675

PORTARIA N º 25 DE 02 DE MAIO DE 2018.

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, EM CARÁTER PROPORCIONAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O DIRETOR PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 99/2011,

CONSIDERANDO o preenchimento dos pressupostos legais contidos no art. 40, § 1º, III, "a", §5º da CF/88 com redação da EC nº. 41/2003, que regulamenta o Regime Próprio de Previdência Social, e de acordo com o que dispõe a Lei Complementar Municipal nº 99/2011, que instituiu o Regime,

**RESOLVE:**

I Conceder o benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição a segurada VALCILETE VALCIDES GRAPP DEOLA, portadora da cédula de identidade nº 1.993.397, inscrita no CPF sob o nº 721.548.379-72, e PIS/PASEP nº 12320837827, efetiva no cargo

# Nova Itaberaba

## PREFEITURA

### LEI Nº 1.187-2018 PLANO DE CARGOS CÂMARA MUNICIPAL

Publicação Nº 1608907

LEI Nº 1.187/2018 DE 25 DE ABRIL DE 2018

“ALTERA A CARGA HORÁRIA DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, FAZ SABER, a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores de Nova Itaberaba VOTOU e APROVOU e ele SANCIONA e PROMULGA a seguinte;

LEI.

Art. 1º - Fica alterada a jornada de trabalho semanal do cargo de provimento efetivo de Contador, no Anexo I, da Lei Complementar 1.061/2015, que passa a ser de 30 (trinta) horas semanais, com proporcional adequação de vencimento.

Art. 2º - As adequações previstas nesta lei serão feitas através de atos de competência deste Poder Legislativo, respeitadas as limitações Constitucionais e da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 3º - As despesas decorrentes da presente lei correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DE NOVA ITABERABA – SC, EM 25 DE ABRIL DE 2018.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI

Prefeito Municipal

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS

Secretário de Administração e Fazenda

MAURO CESAR RIBEIRO DOS SANTOS

Assessor Jurídico

ANEXO I

QUADRO DE CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

#### CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

CARGO	JORNADA	VAGAS	VENCIMENTO	CÓDIGO	NÍVEL
Auxiliar de serviços gerais	40h	01	R\$ 1.613,40	4	01
Técnico Legislativo	40h	01	R\$ 2.432,50	9	02
Tesoureiro	20h	01	R\$ 1.861,61	11	03
Contador	30h	01	R\$ 5.203,45	2	04
Assessor Jurídico	20h	01	R\$ 3.830,15	5	05

MARCIANO MAURO PAGLIARINI

Prefeito Municipal

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS

Secretário de Administração e Fazenda

MAURO CESAR RIBEIRO DOS SANTOS

Assessor Jurídico

# Novo Horizonte

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 035

Publicação Nº 1608954

PORTARIA nº 035 de 02 de Maio de 2018.

DISPOE SOBRE NOMEAÇÃO PARA OCUPAR CARGO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte no uso de suas atribuições legais e amparado pelo artigo 55, da lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear AIMAR FRANCISCO PAVELECINI, para ocupar o cargo comissionado de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, Nível CC-5, conforme Anexo III, da Lei Complementar 025/2003, a partir desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte - SC

Em 02 de Maio de 2018.

VANDERLEI SANAGIOTTO

Prefeito Municipal

Registre-se e

Publique-se



# Orleans

## PREFEITURA

### 4.266 NOMEIA COMISSÃO DE LICITAÇÃO FAMOR

Publicação Nº 1608488

DECRETO MUNICIPAL Nº 4.266 DE 26 DE ABRIL DE 2018.

"NOMEIA PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO DA FUNDAÇÃO AMBIENTAL MUNICIPAL DE ORLEANS – FAMOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JORGE LUIZ KOCH, Prefeito Municipal de Orleans, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 68, item VII, da Lei Orgânica do Município de Orleans e considerando o disposto no Artigo 2º. Inciso IV da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002,

#### DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados para comporem a comissão que irá realizar os pregões eletrônicos e presenciais no âmbito da FUNDAÇÃO AMBIENTAL MUNICIPAL DE ORLEANS – FAMOR, os seguintes Membros:

Pregoeiro: Fabio Salvador.

Equipe de Apoio: e Rosana Tezza Wassen Baschiroto e Paloma Volpato Laurindo.

Art. 2º A realização dos pregões serão procedidos na Administração Direta do Município de Orleans, nos fundos especiais, nas autarquias, nas fundações, nas entidades controladas direta ou indiretamente pelo Município.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Orleans/SC, 26 de abril de 2018; 134º anos da Fundação e 104 anos da Emancipação Política.

JORGE LUIZ KOCH  
Prefeito de Orleans

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração, aos vinte e seis dias do mês de abril do ano de dois mil e dezoito.

MARIO COAN  
Secretário de Administração

### CONTRATO Nº 57/2018 PREFEITURA

Publicação Nº 1608751

Contrato Nº.: 57/2018

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Contratada...: ECHOA ENGENHARIA S/S

Valor ..... : 79.020,00 (setenta e nove mil e vinte reais)

Vigência ..... : Início: 30/04/2018 Término: 30/06/2018

Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Compras e Serviços Nº.: 1/2018

Recursos ..... : Dotação: 2.023.3.3.90.00.00.00.00 (130) Saldo: 481.870,66

Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ELABORAR PROJETOS DE PAVIMENTAÇÃO, CICLOVIAS E READEQUAR PROJETOS DE PAVIMENTAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ORLEANS/SC CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA EM ANEXO."

Orleans, 30 de Abril de 2018

JORGE LUIZ KOCH

PREFEITO MUNICIPAL

### ERRATA 1 DO PROCESSO Nº 67/2018 PREFEITURA

Publicação Nº 1608725

ERRATA 1 DO PROCESSO Nº 67/2018

MOTIVO: Procedência de Impugnação e necessidade de reabertura de prazo.

PROCESSO Nº 67/2018

PREGÃO PRESENCIAL P/ COMPRAS E SERVIÇOS Nº 31/2018 REGISTRO DE PREÇOS

Tipo: Menor Preço por item

Objeto: AQUISIÇÃO DE ELETRODOMESTICOS, ELETROELETRONICOS, UTENSILIOS DE COPA E COZINHA E MOBILIA PARA O CENTRO PSICOPEDAGOGICO PARA A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL.

Recebimento dos Envelopes e de Propostas: até o dia 16/05/2018 às 08h30min. Abertura das Propostas: dia 16/05/2018, às 09h00min.

Fundamento legal: Leis Federais 10.520/2002, 8.666/93 consolidada e Lei Complementar Federal Nº 123/2006. Mais informações no Setor de Licitações junto a Prefeitura, sito a rua XV de novembro 282, centro, Orleans SC, CEP: 88870-000, Fone (48) 3886-0100, site [www.orleans.sc.gov.br](http://www.orleans.sc.gov.br) e-mail [licitacao@orleans.sc.gov.br](mailto:licitacao@orleans.sc.gov.br)

Orleans - SC, 30 de Abril de 2018.

Jorge Luiz Koch

Prefeito Municipal

### PARECER JURÍDICO E DECISÃO ADMINISTRATIVA PROCESSO Nº 170/2017 PENALIDADE IMPOSTA A EMPRESA AUTO MECÂNICA JMT LTDA ME

Publicação Nº 1608485

PARECER JURÍDICO Nº 158/2018

Requerente: Auto Mecânica JMT

Objeto: Desistência. Item 7. Processo 170/2017.

Trata-se de requerimento versando sobre a desistência da empresa Auto Mecânica JMT, a qual havia se sagrada vencedora do item 7 do processo licitatório nº 170/2017 – licitação nº 83/2017 – Pregão presencial para compras e serviços.

Aduz o requerente que o valor se tornou impraticável, ao passo que a grande demanda e o valor é demasiadamente reduzido, pois em serviços a particulares cobra R\$ 63,33 (sessenta e três reais e trinta e três centavos) a mão de obra/hora.

Conforme a Ata de Reunião de Julgamento de Propostas nº 107/2017, a requerente foi a vencedora do item 7, pelo menor preço, ou seja, R\$ 12,50 (doze reais e cinquenta centavos) o preço da hora da mão de obra.

A segunda colocada foi a empresa Agenor Hoffmann ME, com o valor de R\$ 12,80 (doze reais e oitenta centavos).

Os autos vieram para este setor quanto à análise da possibilidade da desistência ante a justificativa apresentada.

É o breve relato.

O pedido de desistência foi formulado após assinatura da Ata de Pregão nº 107-2017.

O artigo 48 da Lei 8.666/93 traz as hipóteses de desclassificação, entre elas o valor inexequível do contrato.

Pela documentação juntada percebe-se realmente um erro por parte do participante, onde apresentou proposta de R\$ 12,50 (doze reais e cinquenta centavos) mão de obra/hora, quando o preço de mercado na verdade é de R\$ 63,33 (sessenta e três reais e trinta e três centavos).

Nesse sentido, o § 6º do artigo 43 da Lei nº 8.666/93, dispõe ser inaceitável a desistência de proposta após a fase de habilitação, "salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão".

Tem-se por motivo justo o que propicia uma situação de injustiça e de desequilíbrio na contratação.

Pela justificativa e a documentação apresentada verifica-se o erro por parte da empresa, afinal presume-se que ninguém apresentaria valor abaixo do seu preço de custo.

Porém, não se exime da responsabilização pelo erro cometido.

Insta salientar que a lei estabeleceu penalidades aos participantes que descumprirem as regras, artigo 87 da Lei de Licitações.

No caso em tela, tem-se que a empresa venceu o item 7 e pediu a desistência do mesmo.

Nota-se que a lei de Licitações contempla um rol taxativo das penalidades aplicáveis aos contratados que violarem as obrigações assumidas perante a Administração Pública.

Ademais, é evidente a existência de uma gradação entre as penalidades previstas na lei de Licitações, que partem da mais leve – advertência – até a mais grave – declaração de inidoneidade.

Nesse contexto, o princípio da proporcionalidade avulta-se como meio de garantir que a penalidade aplicada pelo gestor público seja condizente com a severidade da violação contratual praticada, de modo que as sanções mais graves sejam aplicadas apenas às condutas mais reprováveis.

Embora não alcance o patrimônio do contratado infrator, ou mesmo imponha restrições em seu direito de firmar avenças com o Poder Público, a advertência lhe retira a condição de "infrator primário", de modo que, em caso de reincidência, poderão ser aplicadas punições mais severas.

Dito isto, entendemos pela POSSIBILIDADE de homologação da desistência pleiteada, ante ao valor inexequível, com aplicação da penalidade de prevista no Artigo 87, I da Lei de Licitações, recomendando com supedâneo nos princípios da razoabilidade e proporcionalidade que a empresa Auto Mecânica JMT seja advertida de sua conduta, para que se evite repetição sob pena de aplicação de penalidade mais severa.

É o parecer, s.m.j.

Orleans, 04 de Abril de 2018.

DECISÃO ADMINISTRATIVA – Parecer Jurídico nº 158/2018

Adoto Parecer Jurídico homologando-o.

Seja aplicada a empresa Auto Mecânica JMT a penalidade de advertência, para evitar reiteração da conduta em novos procedimentos.

Seja publicada a presente decisão administração jurídica de forma a dar publicidade a penalidade imposta.

Cientifique-se o requerente, sendo que o mesmo deve exarar sua assinatura nesta decisão, sendo fornecida cópia ao mesmo.

Seja encaminhado os autos ao Setor de Licitação de modo a ser convocado o segundo colocado no item 7, empresa Agenor Hoffmann ME, de modo a manifestar-se se aceita as condições do vencedor. Caso aceite contrata-se. Caso não aceite seja lançado novo processo licitatório para contratação do referido item.

Após archive-se.

Orleans, 04 de Abril de 2018.

Jorge Luiz Koch  
Prefeito de Orleans

## PROCESSO Nº 74/2018 PREFEITURA

Publicação Nº 1608670

PROCESSO Nº 74/2018

PREGÃO PRESENCIAL P/ COMPRAS E SERVIÇOS Nº 37/2018 REGISTRO DE PREÇOS

Tipo: Menor Preço por item

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS E ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO DE ORLEANS.

Recebimento dos Envelopes e de Propostas: até o dia 15/05/2018 às 08h30min. Abertura das Propostas: dia 15/05/2018, às 09h00min. Fundamento legal: Leis Federais 10.520/2002, 8.666/93 consolidada e Lei Complementar Federal Nº 123/2006. Mais informações no Setor de Licitações junto a Prefeitura, sito a rua XV de novembro 282, centro, Orleans SC, CEP: 88870-000, Fone (48) 3886-0100, site [www.orleans.sc.gov.br](http://www.orleans.sc.gov.br) e-mail [licitacao@orleans.sc.gov.br](mailto:licitacao@orleans.sc.gov.br) Orleans - SC, 30 de Abril de 2018.

Jorge Luiz Koch  
Prefeito Municipal

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 14/2018 PREFEITURA**

Publicação Nº 1608101

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS**

Página: 1/10  
 Processo Nº.: 52/2018  
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 24/2018

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 14/2018**

No dia 30 do mês de Abril do ano de 2018, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 82.926.544/0001-43, com sede administrativa localizada na RUA: XV DE NOVEMBRO, 282, bairro CENTRO, CEP nº. 88870-000, nesta cidade de Orleans/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). JORGE LUIZ KOCH, inscrito no CPF sob o nº. 342.332.539-91, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 24/2018, Processo Licitatório nº. 52/2018, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE ORLEANS. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
11971	ARMANDO LUCCA	
10237	CENTER LUZ COMERCIO MATERIAIS ELETRICOS LTDA - ME	1, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 25, 26, 27, 28, 29, 31, 33, 35, 38, 41, 42, 46, 48, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 60
11746	CENTRAL ELETRICA VALE DO ITAJAI LTDA - EPP	2, 30, 34, 39, 49, 58
11973	ELETRICA LUZ COMERCIAL DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA	8, 32, 50, 59
11972	ITOFRAN COM.DE MAT.DE CONST. EM GERAL LTDA	24, 40, 43, 44, 45, 47
11862	JOAO EDUARDO BOTECA - ME	
11785	MARCOS FERNANDES MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME	
11970	WLUX COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA	36, 37

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: ..... (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
ARMANDO LUCCA	10.428.739/0001-52	JANAINA DO ROCIO SANTOS ROCHA	038.932.099-48
CENTER LUZ COMERCIO MATERIAIS ELETRICOS LTDA - ME	10.844.977/0001-49	MURILO COAN DELLA GIUSTINA	039.996.279-48
CENTRAL ELETRICA VALE DO ITAJAI LTDA - EPP	85.341.782/0001-85	JONATA COSTA	055.929.159-00
ELETRICA LUZ COMERCIAL DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA	00.226.324/0001-42	ERMINIO DE ARAUJO	006.122.368-97
ITOFRAN COM.DE MAT.DE CONST. EM GERAL LTDA	07.735.324/0001-17	JOSE RICARDO BARBOSA VAZ	206.500.350-20
JOAO EDUARDO BOTECA - ME	81.601.353/0001-49	JOÃO EDUARDO BOTECA	625.746.559-15
MARCOS FERNANDES MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA -	19.654.843/0001-30	JOAO VITOR PATRICIO	101.744.479-06
WLUX COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA	78.794.591/0001-03	JOAO ADILSON CARVALHO	027.061.029-42

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:  
 AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE ORLEANS.  
 Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO**

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de Menor preço por item, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS**

Página: 2/10  
 Processo Nº.: 52/2018  
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 24/2018

**Fornecedor: 10237 - CENTER LUZ COMERCIO MATERIAIS ELETRICOS LTDA - ME**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	ARRUELA QUADRADA 5/8" GALVANIZADA A FOGO	un	OLIVO	300,000	0,2300	69,00
3	BRAÇO P/ ILUMINAÇÃO PÚBLICA, GALVANIZADO A FOGO, COM 1,0MT DE COMPRIMENTO, RETO E COM ESPESSURA DA CHAPA 1,9MM. DIÂMETRO Ø DO TUBO DE 25,4MM. COM SAPATA DE FIXAÇÃO. * PRODUTO HOMOLOGADO CELESC/DVEN.	un	OLIVO	200,000	18,8000	3.760,00
4	BRAÇO P/ ILUMINAÇÃO PÚBLICA, GALVANIZADO A FOGO, COM 3,0 MTS DE COMPRIMENTO, CURVO E ESPESSURA DA CHAPA 3,0MM. DIÂMETRO Ø DO TUBO DE 48,3MM. SEM SAPATA DE FIXAÇÃO. * PRODUTO HOMOLOGADO CELESC/DVEN.	un	OLIVO	150,000	75,0000	11.250,00
5	CHAVE AUTOMÁTICA P/ COMANDO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, INVÓLUCRO EM ALUMÍNIO COM TOMADA EMBUTIDA PARA INSTALAÇÃO DE RELE FOTOELÉTRICA, BASE GIRATÓRIA 360°. SUPORTE DE FIXAÇÃO EM AÇO GALVANIZADO A FOGO. CONTATO: NA, CORRENTE NOMINAL: 50 AMPERES, PROTEÇÃO ATRAVÉS DE DISJUNTOR TERMOMAGNÉTICO, TENSÃO NOMINAL 220 VOLTS	un	EXATRON	50,000	180,0000	9.000,00
6	CABO SILICONE SEÇÃO 2,5MM²	m	COFIBAM	1.500,000	1,1800	1.770,00
7	CABO MULTIPLEXADO 4X10MM² HOMOLOGADO CELESC.	m	CORDEIRO	1.500,000	3,1000	4.650,00
9	CABO MULTIPLEXADO 16MM² HOMOLOGADO CELESC.	un	CORDEIRO	800,000	1,9500	1.560,00
10	CABO FLEXÍVEL COBRE 4MM HOMOLOGADO CELESC	m	CORDEIRO	800,000	1,1000	880,00
11	CABO FLEXÍVEL COBRE 6MM HOMOLOGADO CELESC	m	CORDEIRO	800,000	1,6200	1.296,00
12	CABO COBRE NU 50MM HOMOLOGADO CELESC	m	CORDEIRO	300,000	14,7500	4.425,00
13	CINTA CIRCULAR GALVANIZADA 180MM P/ POSTE CIRCULAR C/ 2 PARAFUSOS E PORCA	un	OLIVO	50,000	16,2800	814,00
14	CINTA CIRCULAR GALVANIZADA 220MM P/ POSTE CIRCULAR C/ 2 PARAFUSOS E PORCA.	un	OLIVO	50,000	18,5000	925,00
15	CINTA CIRCULAR GALVANIZADA 240MM P/ POSTE CIRCULAR C/ 2 PARAFUSOS E PORCA	un	OLIVO	50,000	19,0000	950,00
16	CINTA CIRCULAR GALVANIZADA 260MM P/ POSTE CIRCULAR C/ 2 PARAFUSOS E PORCA.	un	OLIVO	50,000	20,2000	1.010,00
17	CINTA CIRCULAR GALVANIZADA 280MM P/ POSTE CIRCULAR C/ 2 PARAFUSOS E PORCA.	un	OLIVO	50,000	21,1000	1.055,00
18	CINTA CIRCULAR GALVANIZADA 300MM P/ POSTE CIRCULAR C/ 2 PARAFUSOS E PORCA.	un	OLIVO	50,000	22,0000	1.100,00
19	CONECTOR DE DERIVAÇÃO PERFORANTE PIERCING 10X95MM²-1,5-10,0MM². * PRODUTO HOMOLOGADO CELESC/DVEN.	un	INTELLI	250,000	3,7500	937,50
20	CONECTOR DE CUNHA BT, TIPO A PADRÃO CELESC COLORIDO	un	INTELLI	200,000	3,2000	640,00
21	CONECTOR DE CUNHA BT, TIPO B PADRÃO CELESC COLORIDO	un	INTELLI	200,000	3,6000	720,00
22	CONECTOR DE CUNHA BT, TIPO 1 PADRÃO CELESC COLORIDO	un	INTELLI	300,000	4,2000	1.260,00
23	CONECTOR DE CUNHA BT, TIPO 2 PADRÃO CELESC COLORIDO	un	INTELLI	300,000	2,8000	840,00
25	FIO DE COBRE SÓLIDO 750V, COM SEÇÃO NOMINAL 1,5MM², ISOLAMENTO PVC/70C, COR AZUL, ENCORDAMENTO CLASSE1- CERTIFICADO PELO INMETRO.	m	COBRECOM	1.500,000	0,5200	780,00
26	FIO DE COBRE SÓLIDO 750V, COM SEÇÃO NOMINAL 1,5MM², ISOLAMENTO PVC/70C, COR PRETO, ENCORDAMENTO CLASSE1- CERTIFICADO PELO INMETRO FIO DE COBRE SÓLIDO 750V, COM SEÇÃO NOMINAL 1,5MM², ISOLAMENTO PVC/70C, COR PRETO, ENCORDAMENTO CLASSE1- CERTIFICADO PELO INMETRO	m	COBRECOM	1.000,000	0,5200	520,00
27	FIO DE COBRE SÓLIDO 750V, COM SEÇÃO NOMINAL 2,5MM², ISOLAMENTO PVC/70C, COR AZUL, ENCORDAMENTO CLASSE1- CERTIFICADO PELO INMETRO	m	COBRECOM	1.500,000	0,8400	1.260,00
28	FIO DE COBRE SÓLIDO 750V, COM SEÇÃO NOMINAL 2,5MM², ISOLAMENTO PVC/70C, COR PRETO, ENCORDAMENTO CLASSE1- CERTIFICADO PELO INMETRO.	m	COBRECOM	1.500,000	0,8400	1.260,00
29	FIO DE COBRE SÓLIDO 750V, COM SEÇÃO NOMINAL 10,0MM², ISOLAMENTO PVC/70C, COR AZUL, ENCORDAMENTO CLASSE1-CERTIFICADO INMETRO	un	COBRECOM	500,000	3,5000	1.750,00
31	FITA ISOLANTE 19MM X 20MTS-COR:PRETO	un	STECK	300,000	2,4000	720,00
33	LÂMPADA ELETRÔNICA ESPIRAL 45W - 220V, COR BRANCA, FLUXO LUMINOSO MÍNIMO DE 2800 LUMENS, VIDA MEDIANA MÍNIMA: 6.000HRS,BASE E-27.	un	MANPLEX	50,000	21,6000	1.080,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS**

Página: 3/10  
 Processo Nº.: 52/2018  
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 24/2018

**Fornecedor: 10237 - CENTER LUZ COMERCIO MATERIAIS ELETRICOS LTDA - ME**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
35	LÂMPADA VAPOR DE SÓDIO 70W, DO TIPO TUBULAR, BASE E-27, VIDA MEDIANA MÍNIMA, 32.000HRS, FLUXO LUMINOSO MÍNIMO DE 6.600 LUMENS. *PRODUTO HOMOLOGADO CELESC/DVEN.	un	EMPALUX	3.000,000	12,0000	36.000,00
38	LÂMPADA VAPOR DE SÓDIO 400W, DO TIPO TUBULAR, BASE E-40, VIDA MEDIANA MÍNIMA: 32.000HRS, FLUXO LUMINOSO MÍNIMO DE 55.000 LUMENS. * PRODUTO HOMOLOGADO CELESC/DVEN.	un	EMPALUX	150,000	16,0000	2.400,00
41	LUMINÁRIA PÚBLICA FECHADA C/ ALOJAMENTO INTEGRADO P/ EQUIPAMENTO AUXILIAR. CORPO EM ALUMÍNIO INJETADO, REFLETOR ESTAMPADO EM ALUMÍNIO INJETADO, REFLETOR ESTAMPADO EM ALUMÍNIO ANODIZADO, REFRATOR EM LENTE DE VIDRO TEMPERADO, ACABAMENTO EPOXI NA COR CINZA CLARO. ENCAIXE P/ TUBO ATÉ 60,3MM. SOQUETE DE PORCELANA E-40. GRAU DE PROTEÇÃO: IP-65. DIMENSÕES: 670X300X260MM (CXLXA).	un	OLIVO	30,000	198,0000	5.940,00
42	LUMINÁRIA PÚBLICA FECHADA C/ REFLETOR EM ALUMÍNIO ESTAMPADO E ANODIZADO, REFRATOR EM LENTE PRISMÁTICA DE POLICARBONATO. ENCAIXE P/ BRAÇO DE ALUMÍNIO FUNDIDO, ACABAMENTO CO PINTURA EPOXI A PÓ NA COR CINZA. ENCAIXE P/ TUBO ATÉ 50,3MM. COM SOQUETE DE PORCELANA E-40. DIMENSÕES: 360X282X222MM (CXLXA)	un	OLIVO	150,000	76,0000	11.400,00
46	PARAFUSO MÁQUINA M16X300MM C/ PORCA PADRÃO CELESC	un	OLIVO	150,000	5,6000	840,00
48	PARAFUSO FRANCES M16X70X60MM C/ PORCA PADRÃO CELESC	un	OLIVO	201,000	2,8000	562,80
51	PORTA LÂMPADA DE PORCELANA P/ ILUMINAÇÃO PÚBLICA - BASE E-27	un	DECORLUX	100,000	1,3000	130,00
52	PORTA LÂMPADA DE PORCELANA P/ ILUMINAÇÃO PÚBLICA - BASE E-40	un	DECORLUX	100,000	4,0000	400,00
53	PROJETOR DE LED EM ALUMÍNIO, 30W, 100 A 240 VAC, 50/60HZ, TEMPERATURA DA COR: 5.000K, FLUXO LUMINOSO MÍNIMO: 2.700 LUMENS, IRC MAIOR OU IGUAL A 80, GRAU DE PROTEÇÃO: IP-65	un	AVANT	10,000	42,0000	420,00
54	PROJETOR DE LED EM ALUMÍNIO, 50W, 100 A 240 VAC, 50/60HZ, TEMPERATURA DA COR: 5.000K, FLUXO LUMINOSO MÍNIMO: 2.700 LUMENS, IRC MAIOR OU IGUAL A 80, GRAU DE PROTEÇÃO: IP-65	un	AVANT	10,000	70,0000	700,00
55	REATOR EXTERNO VAPOR DE SÓDIO , 70W, 220V, FATOR DE POTENCIA MAIOR OU IGUAL A 0,93, BAIXAS PERDAS C/ IGNITOR E CAPACITOR INCORPORADOS, ACABAMENTO ZINCADO A FOGO, NORMA NBR-13593. * PRODUTO HOMOLOGADO CELESC/DVEN.	un	DEMAPE	1.000,000	31,0000	31.000,00
56	REATOR EXTERNO VAPOR DE SÓDIO , 150W, 220V, FATOR DE POTENCIA MAIOR OU IGUAL A 0,93, BAIXAS PERDAS C/ IGNITOR E CAPACITOR INCORPORADOS, ACABAMENTO ZINCADO A FOGO, NORMA NBR-13593. * PRODUTO HOMOLOGADO CELESC/DVEN.	un	DEMAPE	150,000	50,0000	7.500,00
57	REATOR EXTERNO VAPOR DE SÓDIO ,250W, 220V, FATOR DE POTENCIA MAIOR OU IGUAL A 0,93, BAIXAS PERDAS C/ IGNITOR E CAPACITOR INCORPORADOS, ACABAMENTO ZINCADO A FOGO, NORMA NBR-13593. * PRODUTO HOMOLOGADO CELESC/DVEN.	un	DEMAPE	400,000	60,5000	24.200,00
60	RELE FOTOELETRONICO P/ ILUMINAÇÃO PÚBLICA, NF, 220VAC, 50/60HZ, CAPACIDADE DE CARGA ATÉ 1000W, CONSTITUÍDO EM POLICARBONATO COM PROTEÇÃO UV, CONTATOS DE CARGA DE ALTA DURABILIDADE, FAIXA DE OPERAÇÃO DE 105 A 305V, TEMPERATURA DE OPERAÇÃO DE -5 A +50°C	un	TECNSOLINS	2.000,000	10,0000	20.000,00

**Fornecedor: 11746 - CENTRAL ELETRICA VALE DO ITAJAI LTDA - EPP**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
2	BASE P/ RELÉ FOTOELÉTRICA 10A, 220V, TOMADA GIRATÓRIA 360°, LIGAÇÃO A 3 (TRES) FIOS, COM SUPORTE DE FIXAÇÃO EM AÇO GALVANIZADO A FOGO. * PRODUTO HOMOLOGADO CELESC/ DVEN.	un	TECNOLINSA	2.000,000	5,8000	11.600,00
30	FIO DE COBRE SÓLIDO 750V, COM SEÇÃO NOMINAL 10,0MM², ISOLAMENTO PVC/70°C, COR PRETO, ENCORDAMENTO CLASSE1-CERTIFICADO INMETRO	m	SC CABLE	500,000	3,4900	1.745,00



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS**

Página: 4/10

Processo Nº.: 52/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 24/2018

**Fornecedor: 11746 - CENTRAL ELETRICA VALE DO ITAJAI LTDA - EPP**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
34	LÂMPADA LED DE ALTA POTÊNCIA 40W, TEMPERATURA DE COR: 6500K, BIVOLT, FLUXO LUMINOSO MÍNIMO DE 4.100 LUMENS, IRC MAIOR OU IGUAL A 80, VIDA MEDIANA MÍNIMA: 30.000 HORAS.	un	GLIGHT	50,000	42,9000	2.145,00
39	LUMINÁRIA PÚBLICA ABERTA, COM REFLETOR EM ALUMÍNIO ESTAMPADO E ADONIZADO, COM SOQUETE DE PORCELANA E-27, PARA LÂMPADA VAPOR DE SÓDIO 70W. ENCAIXE PARA BRAÇO 25,4MM. DIMENSÕES: 360X282X150MM (CXLXA)	un	OLIVO	200,000	16,9000	3.380,00
49	POSTE GALVANIZADO CURVO E DUPLO P/ ILUMINAÇÃO PÚBLICA, COM BASE 280X280MM, ALTURA: 9,0MTS, DIÂMETRO Ø FINAL: 60,3MM	un	OPTIMUS	20,000	840,0000	16.800,00
58	REATOR EXTERNO VAPOR DE SÓDIO , 400W, 220V, FATOR DE POTENCIA MAIOR OU IGUAL A 0,93, BAIXAS PERDAS C/ IGNITOR E CAPACITOR INCORPORADOS, ACABAMENTO ZINCADO A FOGO, NORMA NBR-13593. * PRODUTO HOMOLOGADO CELESC/DVEN.	un	DEMAPE	50,000	91,0000	4.550,00

**Fornecedor: 11970 - WLUX COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
36	LÂMPADA VAPOR DE SÓDIO 150W, DO TIPO TUBULAR, BASE E-40, VIDA MEDIANA MÍNIMA: 32.000HRS, FLUXO LUMINOSO MÍNIMO DE 17.000 LUMENS. * PRODUTO HOMOLOGADO CELESC/DVEN.	un	WLUX	150,000	13,5000	2.025,00
37	LÂMPADA VAPOR DE SÓDIO 250W, DO TIPO TUBULAR, BASE E-40, VIDA MEDIANA MÍNIMA: 32.000HRS, FLUXO LUMINOSO MÍNIMO DE 31.000 LUMENS. * PRODUTO HOMOLOGADO CELESC/DVEN.	un	WLUX	800,000	15,4900	12.392,00

**Fornecedor: 11972 - ITOFRAN COM.DE MAT.DE CONST. EM GERAL LTDA**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
24	CONECTOR DE CUNHA BT, TIPO 3 PADRÃO CELESC COLORIDO	un	Intelli	300,000	1,7000	510,00
40	LUMINÁRIA PÚBLICA ABERTA, COM REFLETOR EM ALUMÍNIO ESTAMPADO E ADONIZADO, COM SOQUETE DE PORCELANA E-40, PARA LÂMPADA VAPOR DE SÓDIO 150/250W. ENCAIXE PARA BRAÇO 25,4MM. DIMENSÕES: 360X282X105MM (CXLXA)	un	tecnolinsa	70,000	25,5900	1.791,30
43	PARAFUSO MÁQUINA M16X150MM C/ PORCA PADRÃO CELESC.	un	milano	150,000	3,9000	585,00
44	PARAFUSO MÁQUINA M16X200MM C/ PORCA PADRÃO CELESC	un	milano	150,000	4,5900	688,50
45	PARAFUSO MÁQUINA M16X250MM C/ PORCA PADRÃO CELESC	un	milano	150,000	5,3700	805,50
47	PARAFUSO FRANCES M16X45X38MM C/ PORCA PADRÃO CELESC	un	milano	200,000	1,8000	360,00

**Fornecedor: 11973 - ELETRICA LUZ COMERCIAL DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
8	CABO MULTIPLEXADO 10MM HOMOLOGADO CELESC.	m	INTELLI	800,000	1,6500	1.320,00
32	FITA ISOLANTE DE AUTOFUSÃO 19MM X 10MTS	un	DECORLUX	100,000	9,0000	900,00
50	POSTE GALVANIZADO RETO P/ ILUMINAÇÃO PÚBLICA, COM BASE 280X280MM, ALTURA: 7,0MTS, DIÂMETRO Ø INICIAL: 101,6MM, DIÂMETRO Ø FINAL: 60,3MM	un	JRC	10,000	495,0000	4.950,00
59	REATOR INTERNO VAPOR DE SÓDIO 250W, 220V, ALTO FATOR DE POTÊNCIA, BAIXAS PERDAS, ACABAMENTO ZINCADO.	un	JRC	100,000	49,9000	4.990,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS**

Página: 5/10  
Processo Nº.: 52/2018  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 24/2018

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

- a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

- a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;
- b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:
  - b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;
  - b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

### **CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS**

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS**

Página: 6/10  
Processo Nº.: 52/2018  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 24/2018

**CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS**

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

**CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

**5.1. Compete ao Órgão Gestor:**

- 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;
- 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
- 5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;
- 5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:**
- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS**

Página: 7/10  
Processo Nº.: 52/2018  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 24/2018

**5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:**

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

**CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS**

Página: 8/10  
Processo Nº.: 52/2018  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 24/2018

**CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA**

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

**CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO**

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susgado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS**

Página: 9/10  
Processo Nº.: 52/2018  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 24/2018

### **CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

### **CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS**

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS**Página: 10/10  
Processo Nº.: 52/2018  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 24/2018**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA**

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO**

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Orleans para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Orleans, 30 de Abril de 2018.

---

**JORGE LUIZ KOCH**  
**PREFEITO MUNICIPAL**

**Empresas Participantes:**

ARMANDO LUCCA	CNPJ: 10.428.739/0001-52	_____
CENTER LUZ COMERCIO MATERIAIS ELETRICOS LTDA - ME	CNPJ: 10.844.977/0001-49	_____
CENTRAL ELETRICA VALE DO ITAJAI LTDA - EPP	CNPJ: 85.341.782/0001-85	_____
ELETRICA LUZ COMERCIAL DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA	CNPJ: 00.226.324/0001-42	_____
ITOFRAN COM.DE MAT.DE CONST. EM GERAL LTDA	CNPJ: 07.735.324/0001-17	_____
JOAO EDUARDO BOTECA - ME	CNPJ: 81.601.353/0001-49	_____
MARCOS FERNANDES MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME	CNPJ: 19.654.843/0001-30	_____
WLUX COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA	CNPJ: 78.794.591/0001-03	_____

**Otacílio Costa****INSTITUO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA****PORTARIA 06/2018**

Publicação Nº 1608603

PORTARIA Nº 06/2018

APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

O Presidente do IPAM – INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 48 inciso III e XII, da Lei 81/2005,

Resolve:

Art. 1º - CONCEDER APOSENTADORIA VOLUNTARIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, da Servidora Pública Municipal ELIANA APARECIDA DE LIZ, CPF Nº 563.618.079-91, RG nº 4.554.191, matrícula nº 521, de acordo com o Art. 3º da Emenda Complementar nº 47/05, Fórmula 85/95, categoria funcional de Auxiliar Administrativo, lotada na Secretaria de Educação, com carga horária de 40 horas, inscrita no PIS sob o nº 108.83070.41.0.

Art. 2º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Cumpra-se e Publique-se.

Otacílio Costa (SC), 01 de Maio de 2018.

GILBERTO CARLOS RODRIGUES

PRESIDENTE DO IPAM

# Palhoça

## PREFEITURA

### ERRATA AO TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2018

Publicação Nº 1608596

#### ERRATA

AO TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2018

Onde se lê:

"OBJETO PROPOSTO:

Realizar os campeonatos da Liga Palhocense de Futebol Amador da categoria de base 20 (juniores), categoria principal Primeira Divisão (adulto) e Segunda Divisão, categoria Veterano 40, Veterano 50, com despesas de arbitragem."

Leia-se:

"OBJETO PROPOSTO:

Realizar os campeonatos da Liga Palhocense de Futebol Amador da categoria de base 20 (juniores), categoria principal Primeira Divisão (adulto) e Segunda Divisão, categoria Veterano 40, Veterano 50, Cidadino de Futsal, Sub 8, 10 e 12, com despesas de arbitragem."

As demais disposições do Termo de Inexigibilidade de Chamamento Público nº 01/2018 permanecem inalteradas.

Fica estabelecido o prazo de 05 (cinco) dias, contados da publicação do extrato deste termo, de acordo com os §§ 1º e 2º do art. 32 da Lei 13.019/14, para impugnação.

Publique-se.

Palhoça/SC, 30 de abril de 2018.  
JOSÉ VIRGILIO DA SILVA JÚNIOR  
Presidente da Fundação Municipal de Esporte e Cultura de Palhoça

### PORTARIA Nº. 1251/2018.

Publicação Nº 1608255

PORTARIA Nº. 1251/2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHEDT, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para LIZANDRA LUCIO, matrícula nº. 800364-2, titular do cargo de Nutricionista, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 25/03/2008 a 25/03/2013, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 12/03/2018 à 12/04/2018.

Palhoça, SC, em 05 de março de 2018.  
ANNA PAULA HEIDERSCHEDT  
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

### PORTARIA Nº. 1252/2018.

Publicação Nº 1608257

PORTARIA Nº. 1252/2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHEDT, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para LUIZ CARLOS ANTONIO JEREMIAS, matrícula nº. 400005-1, titular do cargo de ASP, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 26/03/2000 a 26/03/2005, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 01/03/2018 à 01/04/2018.

Palhoça, SC, em 05 de março de 2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHEDT  
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

### PORTARIA Nº. 1253/2018.

Publicação Nº 1608259

PORTARIA Nº. 1253/2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHEDT, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para MARCIO OSVALDO MOREIRA, matrícula nº. 400977-2, titular do cargo de ACS, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 02/08/2010 a 02/08/2015, por 02 (dois) meses, com efeitos a contar de 05/03/2018 à 05/05/2018.

Palhoça, SC, em 05 de março de 2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHEDT  
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 1254/2018.**

Publicação Nº 1608260

PORTARIA Nº. 1254/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONCEDER ESTABILIDADE para VANDERLEI MAURICIO PINTO DA SILVA, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 483 da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, com efeito a contar de março de 2018.

Palhoça, SC, em 05 de março de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 1255/2018.**

Publicação Nº 1608261

PORTARIA Nº. 1255/2018.

MARIAH TEREZINHA NASCIMENTO PEREIRA, Presidente da Faculdade Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, MARCIA ZANON BENETTI, Matrícula nº 211114-11, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 15/03/2018.

Palhoça, SC, em 05 de março de 2018.

MARIAH TEREZINHA NASCIMENTO PEREIRA  
Presidente

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 1256/2018.**

Publicação Nº 1608262

PORTARIA Nº. 1256/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Cessar Produtividade de Diretor Escolar do funcionário conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta, de acordo com a Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 12 de março de 2018.

**ANEXO I**

Matricula	Coordenador	Valor (R\$)	Unidade
120013-1	Ana Maria da Silveira	R\$ 1.450,00	Diretor GE Mara Luiza de Souza

Palhoça, SC, em 05 de março de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas



**PORTARIA Nº. 1257/2018.**

Publicação Nº 1608263

PORTARIA Nº. 1257/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Cessar Produtividade do funcionário conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta, de acordo com o Artigo 40, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 12 de março de 2018.

**ANEXO I**

Matricula	Servidor	Valor (R\$)	Unidade
211095-4	Sandra Sebastião de Souza	R\$ 529,03	Auxiliar de Direção GE Mara Luiza Vieira Liberato

Palhoça, SC, em 05 de março de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 1258/2018.**

Publicação Nº 1608264

PORTARIA Nº. 1258/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

ALTERAR CARGA HORÁRIA de conformidade com o Artigo 90, da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, dos servidores, abaixo relacionados, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura.

Nome	De	Para	Pelo período de
Kátia de Lima Mendes	20	40	02/03/2018 a 14/12/2018
Marcos Rogério Bocker	20	35	07/02/2018 a 14/12/2018
Patrícia Osmarina Ramos Beltrame	20	40	07/02/2018 a 14/12/2018
Roberta Regina Antunes dos Santos	40	20	08/03/2018 a 14/12/2018
Vilma Lucia Hobold	30	40	07/03/2018 a 14/12/2018

Palhoça, SC, em 05 de março de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 1259/2018.**

Publicação Nº 1608265

PORTARIA Nº. 1259/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONCEDER REGÊNCIA DE CLASSE para ANA MARIA DA SILVEIRA, matrícula nº. 120013-1, titular do cargo de Professor, o percentual de 20% (vinte por cento), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, a contar de 13/03/2018.

Palhoça, SC, em 05 de março de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 1260/2018.**

Publicação Nº 1608266

PORTARIA Nº. 1260/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONCEDER GRATIFICAÇÃO POR ATIVIDADE ESPECIAL DO MAGISTERIO para SANDRA SEBASTIÃO DE SOUZA, matrícula nº 211095-4, titular do cargo de Orientador Educacional, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta, com efeitos a contar de 13/03/2018.

Palhoça, SC, em 05 de março de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 1261/2018.**

Publicação Nº 1608267

PORTARIA Nº. 1261/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

RETIFICAR a Portaria nº. 0397 de 09 de fevereiro de 2018, que Contratou por Tempo Determinado à servidora ORLANDINA LOURDES DE SOUZA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, referente ao Edital que deveria ser 006/SME/2017, e não como consta na referida portaria.

Palhoça, SC, em 05 de março de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 1262/2018.**

Publicação Nº 1608268

PORTARIA Nº. 1262/2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONCEDER ESTABILIDADE para ANGELA MARIA DA SILVA, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de Janeiro de 2016.

Palhoça, SC, em 05 de março de 2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT  
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

## PORTARIA Nº. 1263/2018.

Publicação Nº 1608269

PORTARIA Nº. 1263/2018.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

### RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:  
Conceder licença para tratamento de Saúde aos servidores abaixo relacionados:

Nome do Funcionário	Cargo	Dias	Contar de
Adriana Menon Coelho	Técnico em Enfermagem	30	05/03/18
Ana Cristina da Cunha	Nutricionista	17	01/03/18
Ana Cristina de Souza	Assistente Administrativo	07	04/03/18
Ana Lucia da Rosa Silva	ASO	10	01/03/18
Ana Paula da Rosa	ACE	01	15/02/18
Ana Paula da Rosa	ACE	01	28/02/18
Ana Paula da Rosa	ACE	01	07/02/18
Ana Paula da Rosa	ACE	01	21/02/18
Andreia Leonel Vieira	ASO	12	28/02/18
Andreza Demetrio	ASO	180	01/03/18
Andreza Socas	Monitor	12	01/03/18
Ângela Maria Hamann	ASO	30	27/02/18
Bianca Luchi bartucheski	Auditor Fiscal de Vigilância Sanitária	30	02/03/18
Cassiana Lucia da Motta	ACS	15	01/03/18
Claudia Fernanda Borges P. Correa	Técnico em Enfermagem	32	29/01/18
Cleusa Cristina Romanski	ASO	30	09/03/18
Cleusa Cristina Romanski	ASO	04	27/02/18
Cleusa Cristina Romanski	ASO	01	06/03/18
Cleusa Cristina Romanski	ASO	01	26/02/18
Cleusa Cristina Romanski	ASO	01	05/03/18
Cleusa de Oliveira	Professor	30	09/03/18
Cristiane de Souza Vieira Mendes	ACS	05	12/03/18
Cristiane de Souza Vieira Mendes	ACS	07	03/03/18
Danielly de Lima	Professor	15	07/03/18
Danielly de Lima	Professor	01	05/03/18
Débora Dina Silva Zanela	ATP	30	01/03/18
Débora Nunes Barbosa	Assistente Social	07	02/03/18
Divania Comelli Gonçalves	ACS	15	01/03/18
Eder Cristiano Rodrigues	Coordenador	15	08/03/18
Edvalda Peres da Silveira	ASO	08	01/03/18
Eloisa Aparecida Pauli Cordeiro	Professor	04	09/03/18
Fabiula Cristina da Costa Almeida	Professor	04	02/03/18
Fabiula Cristina da Costa Almeida	Professor	15	07/03/18
Fernanda Nascimento Gonçalves	Assistente Administrativo	10	28/02/18
Gabriel de Oliveira da Silva	Fisioterapeuta	30	08/03/18
Glauce Vieira Marques	ACE	10	02/03/18

Helena Maria Schmoeller	ASG	40	13/03/18
Inara Ponciano de Souza	Professor	180	05/03/18
Ivete Hack Kraus	Assistente Administrativo	09	08/03/18
Jancie Maria Martins	Professor	30	26/02/18
Jane dos Santos	ASG	15	12/03/18
Jane dos Santos	ASG	05	05/03/18
Janete Schmitt	ACS	30	07/03/18
Joice de Souza Pereira	Farmacêutico	04	27/02/18
Juliana Menegaro de Vargas	Merendeira	05	05/03/18
Juliane Gonçalves de Holanda	ACS	21	07/03/18
Karla da Silva Albino	Assistente de Educação	30	26/02/18
Karoline Wessler Borba	ACS	180	12/03/18
Katiane Siegel da Rosa	Professor	06	11/03/18
Katiane Siegel da Rosa	Professor	03	07/03/18
Keith Steinmetz romano	ACS	05	05/03/18
Letícia Gonçalves dos Anjos	Assistente Administrativo	15	06/03/18
Lucia Maura da Silva de Bittencourt	ASO	10	01/03/18
Luciana Afonso da Silva	Professor	14	19/03/18
Luciana Ballmann	Orientador Educacional	15	08/03/18
Luiziane Renata F. Senes dos Santos	Enfermeiro	07	09/03/18
Luiziane Renata F. Senes dos Santos	Enfermeiro	10	27/02/18
Luzivani Maria Martins de Souza	ASG	21	06/03/18
Margarete Inacio	ASO	15	01/03/18
Maria Cristina da Silva	ASO	30	01/03/18
Maria Ester Martins	Psicólogo	30	08/03/18
Maria Julia Scotti	Assistente Administrativo	30	01/03/18
Marivone Fermina Nunes	ASO	30	01/03/18
Marlene de Jesus de Oliveira	ASO	07	12/03/18
Maura Helena de Melo	Professor	12	02/03/18
Mayara Marcos Pereira da Silva	Merendeira	05	12/03/18
Micheli de Souza	ACS	07	09/03/18
Miriam Josiane Silveira de Souza	ASO	05	06/03/18
Neide Terezinha Andrade Scheidt	ASP	07	26/02/18
Neide Terezinha Andrade Scheidt	ACS	15	05/03/18
Neiva de Faria Vieira da Silva	Monitor	16	05/03/18
Nilson João Espindola	Secretário	30	01/03/18
Regiane Cristina Soares	ASO	180	26/02/18
Regyanne Roseli Rosar	Pedagogo	180	07/03/18
Renata Maria Borba	Fonoaudiólogo	32	05/03/18
Rodrigo Ferreira de Melo Amorim	Assessor	15	02/03/18
Ronaldo Cesar Amandio	ASO	03	06/03/18
Ronaldo Cesar Amandio	ASO	02	15/02/18
Ronaldo Cesar Amandio	ASO	02	28/02/18
Rosinei Luciano Saibert	Professor	07	08/03/18
Rosinei Luciano Saibert	Professor	02	05/03/18
Rubia Cristiane Debiasi	Professor	30	04/03/18
Samara Valdeia Wagner	ASO	01	15/02/18
Samara Valdeia Wagner	ASO	03	28/02/18
Samara Valdeia Wagner	ASO	01	07/02/18
Samir Manoel Medeiros	Professor	60	28/02/18
Sandra Helena de Melo Kuntze	ASO	15	02/03/18
Sandra Helena de Melo Kuntze	ASO	07	04/02/18
Silvania Cleide da Silva	Professor	180	05/03/18
Tonia Marly Machado	Supervisor Escolar	05	05/03/18
Valdineia Borba	ASG	05	05/03/18

Palhoça, SC, em 05 de março de 2018.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT  
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 1264/2018.**

Publicação Nº 1608270

PORTARIA Nº. 1264/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, CRISTIANE SALETE LOURENÇO, Matrícula nº. 801806-1, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 15/02/2018.

Palhoça, SC, em 05 de março de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 1265/2018.**

Publicação Nº 1608271

PORTARIA Nº. 1265/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 55,56,57,58,59,60,61 da Lei nº. 096/2010 de 15/12/2010, a servidora LUCINEIA ALICE FRANCISCO matrícula nº. 801118-3, titular do cargo de ASG, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura.

Pelo período de 180 (cento e oitenta) dia a contar de 08/03/2018, de acordo com às folhas 12.

Palhoça, SC, em 05 de março de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 1266/2018.**

Publicação Nº 1608272

PORTARIA Nº. 1266/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR KAROLINA GONÇALVES DE CARVALHO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09



de julho de 2012 e Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 006/SME/2017, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CAIC - Centro de Atenção Integral a Criança e ao Adolescente – Profº. Febronio Tancredo de Oliveira, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 05/03/2018 a 14/12/2018, face ao impedimento da titular Cristiane Salete Lourenço, que se pediu exoneração.

Palhoça, SC, em 05 de março de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

## **PORTARIA Nº. 1267/2018.**

Publicação Nº 1608273

PORTARIA Nº. 1267/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

### **RESOLVE:**

CONTRATAR TAISE RAQUEL DA SILVA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012 e Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 004/SME/2016, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Anjinho da Guarda, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 14/02/2018 a 14/12/2018, face ao impedimento da titular Claudia Ivonete de M. Ferreira, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 05 de março de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

## **PORTARIA Nº. 1268/2018.**

Publicação Nº 1608275

PORTARIA Nº. 1268/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

### **RESOLVE:**

CONTRATAR SILVANIA ROSA MACHADO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012 e Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 004/SME/2016, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Anjinho da Guarda, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 20/02/2018 a 05/09/2018, face ao impedimento da titular Silvania Cleide da Silva, que se encontra em LM.

Palhoça, SC, em 05 de março de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 1269/2018.**

Publicação Nº 1608277

PORTARIA Nº. 1269/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR MARIA KESSLER, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012 e Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 006/SME/2017, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Aprender Brincando, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 05/03/2018 a 05/06/2018, face ao impedimento da titular Maria Aparecida da Silva, que se encontra em LP.

Palhoça, SC, em 05 de março de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 1270/2018.**

Publicação Nº 1608278

PORTARIA Nº. 1270/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR VANESSA HEERDT KUHLE, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012 e Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 006/SME/2017, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Aprender Brincando, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 19/02/2018 a 14/04/2018, face ao impedimento da titular Gisele da Silva, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 05 de março de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 1271/2018.**

Publicação Nº 1608279

PORTARIA Nº. 1271/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR ALBERTINA FLORIANO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012 e Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 006/SME/2017, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Aprender Brincando, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 14/02/2018 a 14/12/2018, face ao impedimento da titular Regiane Aparecida Gonçalves Rosa, que se encontra em Co-ordenação de CEI.

Palhoça, SC, em 05 de março de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 1272/2018**

Publicação Nº 1608281

PORTARIA Nº. 1272/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR MARCELI CONRADO SOUZA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012 e Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 006/SME/2017, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Aprender Brincando, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 20/02/2018 a 23/04/2018, face ao impedimento da titular Deise Coimbra, que se encontra em LM.

Palhoça, SC, em 05 de março de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 1273/2018.**

Publicação Nº 1608282

PORTARIA Nº. 1273/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR JULIANA SCHMITZ, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012 e Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 006/SME/2017, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Caminho do Saber, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 19/02/2018 a 14/12/2018, face ao impedimento da titular Kelly Vivian dos Santos da Silva, que se encontra em Auxiliar de Direção.

Palhoça, SC, em 05 de março de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 1273/2018.**

Publicação Nº 1608280

PORTARIA Nº. 1273/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR JULIANA SCHMITZ, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012 e Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 006/SME/2017, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Caminho do Saber, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 19/02/2018 a 14/12/2018, face ao impedimento da titular Kelly Vivian dos Santos da Silva, que se encontra em Auxiliar de Direção.

Palhoça, SC, em 05 de março de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 1274/2018.**

Publicação Nº 1608283

PORTARIA Nº. 1274/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR ANA CAROLINA LUNKES DUARTE, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012 e Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 006/SME/2017, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Caminho do Saber, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 07/02/2018 a 14/12/2018, face ao impedimento da titular Thais Cristina de B. Pamplona Scheidt, que se encontra exercendo suas funções junto ao CEI Caminho do Saber.

Palhoça, SC, em 05 de março de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 1275/2018.**

Publicação Nº 1608284

PORTARIA Nº. 1275/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR MARIA IRONI BOITA GARCIA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012 e Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 006/SME/2017, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Criança Esperança, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 20/02/2018 a 14/12/2018, face ao impedimento da titular Edna Bruch Walter, que se encontra em Auxiliar de Coordenação.

Palhoça, SC, em 05 de março de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 1276/2018.**

Publicação Nº 1608285

PORTARIA Nº. 1276/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR RUTE JURACI DA SILVEIRA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012 e Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 006/SME/2017, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Criança Esperança, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 21/02/2018 a 14/12/2018, face ao impedimento da titular Jenifer Rita V. Gonçalves, que se encontra em Coordenação de CEI.

Palhoça, SC, em 05 de março de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 1277/2018.**

Publicação Nº 1608286

PORTARIA Nº. 1277/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR VANESSA PRUDENCIO DE MORAIS, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012 e Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 006/SME/2017, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Criança Esperança, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 23/02/2018 a 14/12/2018, face ao impedimento da titular Mariza Regina de Souza, que se encontra em Auxiliar de Coordenação.

Palhoça, SC, em 05 de março de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 1278/2018.**

Publicação Nº 1608287

PORTARIA Nº. 1278/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR MAYARA TRUPPEL DA SILVA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012 e Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 006/SME/2018, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Criança Feliz, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 19/02/2018 a 14/12/2018, face ao impedimento da titular Giselly Nienkoetter, que se encontra exercendo suas funções junto ao CEI Interação.

Palhoça, SC, em 05 de março de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 1279/2018.**

Publicação Nº 1608288

PORTARIA Nº. 1279/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR PATRICIA SANTOS DA SILVA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012 e Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 006/SME/2017, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Interação, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 14/02/2018 a 14/12/2018, face ao impedimento da titular Anny Carolyn Vieira Isoppo, que se encontra exercendo suas funções junto a SME.

Palhoça, SC, em 05 de março de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 1280/2018.**

Publicação Nº 1608290

PORTARIA Nº. 1280/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR SAMIA REGINA SOARES, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012 e Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 006/SME/2017, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Interação, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 19/02/2018 a 14/12/2018, face ao impedimento da titular Maria Luiza, que se encontra exercendo suas funções junto a SME.

Palhoça, SC, em 05 de março de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 1281/2018.**

Publicação Nº 1608291

PORTARIA Nº. 1281/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR JAQUELINE TEREZINHA KUNTZ, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012 e Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 006/SME/2017, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Interação, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 15/02/2018 a 14/12/2018, face ao impedimento da titular Claudia Schwinden, que se encontra em Direção de Escola.

Palhoça, SC, em 05 de março de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 1282/2018.**

Publicação Nº 1608292

PORTARIA Nº. 1282/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR CARLA SIRLEY LEHMKUHL, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012 e Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 006/SME/2017, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Jose Miguel Ferreira, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 14/02/2018 a 14/12/2018, face ao impedimento da titular Ana Carolina Xavier, que se encontra na Coordenação de CEI.

Palhoça, SC, em 05 de março de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 1283/2018.**

Publicação Nº 1608293

PORTARIA Nº. 1283/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR SINARA SILVA FLORIANO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012 e Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 006/SME/2017, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Jose Miguel Ferreira, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 09/02/2018 a 14/12/2018.

Palhoça, SC, em 05 de março de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas



**PORTARIA Nº. 1284/2018.**

Publicação Nº 1608294

PORTARIA Nº. 1284/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR JOSIANE DA SILVA DUARTE, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012 e Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 006/SME/2017, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Jose Miguel Ferreira, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 09/02/2018 a 14/12/2018, face ao impedimento da titular Andreia da Rosa da Silva, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 05 de março de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 1285/2018.**

Publicação Nº 1608295

PORTARIA Nº. 1285/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR CAROLINA DOS REIS MADEIRA DA PURIFICAÇÃO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012 e Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 006/SME/2017, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Mundo Mágico, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 16/02/2018 a 14/12/2018.

Palhoça, SC, em 05 de março de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 1286/2018.**

Publicação Nº 1608296

PORTARIA Nº. 1286/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR PATRICIA ADRIANE DA SILVA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012 e Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 006/SME/2017, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Mundo Mágico, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 16/02/2018 a 14/12/2018.

Palhoça, SC, em 05 de março de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 1287/2018.**

Publicação Nº 1608298

PORTARIA Nº. 1287/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR MARCIA SCHUTZ FLORIANO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012 e Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 006/SME/2017, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Mundo Mágico, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 16/02/2018 a 14/12/2018.

Palhoça, SC, em 05 de março de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 1288/2018.**

Publicação Nº 1608299

PORTARIA Nº. 1288/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR RENATA DE MEDEIROS, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012 e Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 006/SME/2017, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Nova Esperança, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 19/02/2018 a 31/03/2018, face ao impedimento da titular Adileisa da Cruz Lopes, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 05 de março de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 1289/2018.**

Publicação Nº 1608301

PORTARIA Nº. 1289/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR SIMONE VIANA DE MEDEIROS, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012 e Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 006/SME/2017, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Nova Esperança, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 19/02/2018 a 05/04/2018, face ao impedimento da titular Terezinha Maria dos Santos da Silva, que se encontra em LTS e LP.

Palhoça, SC, em 05 de março de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 1290/2018.**

Publicação Nº 1608303

PORTARIA Nº. 1290/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR ANA LUIZA MEDEIROS, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012 e Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 006/SME/2017, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Nova Esperança, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 09/02/2018 a 14/12/2018.

Palhoça, SC, em 05 de março de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 1291/2018.**

Publicação Nº 1608305

PORTARIA Nº. 1291/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR BIANCA MEDEIROS, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012 e Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 006/SME/2017, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Nova Esperança, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 09/02/2018 a 14/12/2018.

Palhoça, SC, em 05 de março de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 1292/2018.**

Publicação Nº 1608307

PORTARIA Nº. 1292/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR JULIANA JESUS ROLDÃO RAMOS, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012 e Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 006/SME/2017, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Nova Geração, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 07/02/2018 a 14/12/2018, face ao impedimento da titular Giane Petronilha da Silva, que se encontra em Auxiliar de Coordenação.

Palhoça, SC, em 05 de março de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 1293/2018.**

Publicação Nº 1608308

PORTARIA Nº. 1293/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR JACIRA ILDA DA SILVA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012 e Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 006/SME/2017, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Nova Geração, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 23/02/2018 a 22/08/2018, face ao impedimento da titular Reginalda Pinto Cardoso, que se encontra em Readaptação.

Palhoça, SC, em 05 de março de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 1294/2018.**

Publicação Nº 1608310

PORTARIA Nº. 1294/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR SHIRLEY CASCAES, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012 e Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 006/SME/2017, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Nova Geração, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 16/02/2018 a 22/08/2018.

Palhoça, SC, em 05 de março de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 1295/2018.**

Publicação Nº 1608311

PORTARIA Nº. 1295/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR DEJANDIRA NOEMIA CORREIA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012 e Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 006/SME/2017, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Nova Geração, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 15/02/2018 a 06/07/2018, face ao impedimento da titular Renata Marcantonio Scaim, que se encontra em LM.

Palhoça, SC, em 05 de março de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 1296/2018.**

Publicação Nº 1608312

PORTARIA Nº. 1296/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR CANDIDA NOEMIA CORREIA MIRANDA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012 e Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 006/SME/2017, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Nova Geração, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 26/02/2018 a 22/08/2018, face ao impedimento da titular Janaina Moreira da Silva, que se encontra em LM.

Palhoça, SC, em 05 de março de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 1297/2018.**

Publicação Nº 1608313

PORTARIA Nº. 1297/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR ALINE DE ABREU DA SILVA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012 e Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 006/SME/2017, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Padre Réus, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 22/02/2018 a 05/04/2018, face ao impedimento da titular Taysi Vieira de Souza, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 05 de março de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 1298/2018.**

Publicação Nº 1608317

PORTARIA Nº. 1298/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR PATRICIA ZELIA DA SILVA RAIMUNDO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012 e Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 006/SME/2017, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Padre Réus, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 14/02/2018 a 14/12/2018, face ao impedimento da titular Marlete Rocha, que se encontra em Auxiliar de Coordenação.

Palhoça, SC, em 05 de março de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 1299/2018.**

Publicação Nº 1608319

PORTARIA Nº. 1299/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR GABRIELA VIEIRA DA SILVA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012 e Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 006/SME/2017, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Padre Réus, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 19/02/2018 a 14/12/2018, face ao impedimento da titular Caroline Fernandes, que se encontra em readaptação.

Palhoça, SC, em 05 de março de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas



**PORTARIA Nº. 1300/2018.**

Publicação Nº 1608321

PORTARIA Nº. 1300/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR MARLI ISABEL GONÇALVES DA SILVA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012 e Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 006/SME/2017, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Padre Réus, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 21/02/2018 a 12/03/2018, face ao impedimento da titular Carine Correa, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 05 de março de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 1301/2018.**

Publicação Nº 1608323

PORTARIA Nº. 1301/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR GILVANA DE FATIMA PEREIRA DA ROSA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012 e Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 006/SME/2017, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Padre Réus, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 27/02/2018 a 31/03/2018, face ao impedimento da titular Paula Coelho Pierri, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 05 de março de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 1302/2018.**

Publicação Nº 1608324

PORTARIA Nº. 1302/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR MARCIA MARTINS, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012 e Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 006/SME/2017, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Professora Argemira Farias da Silveira, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 26/02/2018 a 14/12/2018, face ao impedimento da titular Maria Aparecida Constante da Silveira, que se encontra em PA.

Palhoça, SC, em 05 de março de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 1303/2018.**

Publicação Nº 1608325

PORTARIA Nº. 1303/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR JESSICA DE JESUS, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012 e Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 006/SME/2017, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Inês Marta da Silva, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 19/02/2018 a 28/03/2018, face ao impedimento da titular Diana Marega, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 05 de março de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas



**PORTARIA Nº. 1304/2018.**

Publicação Nº 1608326

PORTARIA Nº. 1304/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR EDUARDA DE ANDRADE, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012 e Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 006/SME/2017, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Professor Paulo Braulio Goulart, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 19/02/2018 a 11/04/2018, face ao impedimento da titular Clarisse da Cunha, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 05 de março de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 1305/2018.**

Publicação Nº 1608328

PORTARIA Nº. 1305/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR LUANA DE SOUZA MIGUEL, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012 e Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 006/SME/2018, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Realizar, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 26/02/2018 a 14/12/2018, face ao impedimento da titular Elaine Prado dos Santos da Rosa, que se encontra exercendo suas funções junto ao CEI Vó Laura.

Palhoça, SC, em 05 de março de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 1306/2018.**

Publicação Nº 1608327

PORTARIA Nº. 1306/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR ALINE OLIVEIRA DA SILVA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012 e Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 006/SME/2017, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Romeu e Julieta, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 28/02/2018 a 26/03/2018, face ao impedimento da titular Janice Maria Martins, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 05 de março de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 1307/2018.**

Publicação Nº 1608329

PORTARIA Nº. 1307/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR CRISTIANE ZUGNO LAURINDO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012 e Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 006/SME/2017, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Romeu e Julieta, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 16/02/2018 a 14/12/2018.

Palhoça, SC, em 05 de março de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 1308/2018.**

Publicação Nº 1608332

PORTARIA Nº. 1308/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR RAQUEL MARIA RODRIGUES, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012 e Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 006/SME/2017, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI São Tome, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 20/02/2018 a 14/12/2018.

Palhoça, SC, em 05 de março de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 1309/2018.**

Publicação Nº 1608333

PORTARIA Nº. 1309/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR GILVANA LUCIA DE SANTANA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012 e Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 006/SME/2017, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Ulisses Guimarães, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 15/02/2018 a 14/12/2018.

Palhoça, SC, em 05 de março de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 1310/2018.**

Publicação Nº 1608334

PORTARIA Nº. 1310/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR ALINE JASPER, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012 e Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 006/SME/2017, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Vida Melhor, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 22/02/2018 a 14/12/2018.

Palhoça, SC, em 05 de março de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 1311/2018.**

Publicação Nº 1608335

PORTARIA Nº. 1311/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR JOELMA MARTENDAL, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012 e Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 006/SME/2017, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Vó Laura, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 09/02/2018 a 01/03/2018, face ao impedimento da titular Luciana Soares Juttel, que se encontra exercendo suas funções junto a Coordenação do CEI Vó Laura.

Palhoça, SC, em 05 de março de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 1312/2018.**

Publicação Nº 1608336

PORTARIA Nº. 1312/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR ADRIANA SOUZA DE CARVALHO DE CAMPOS, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012 e Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 006/SME/2017, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Vó Laura, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 09/02/2018 a 14/12/2018, face ao impedimento da titular Cibele Ramos da Silva, que se encontra exercendo suas funções junto a Coordenação do CEI Vó Laura.

Palhoça, SC, em 05 de março de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 1313/2018.**

Publicação Nº 1608338

PORTARIA Nº. 1313/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR ELISABETE ESPINDOLA BROERING, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012 e Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 006/SME/2017, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Vovó Dolores, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 09/02/2018 a 14/12/2018.

Palhoça, SC, em 05 de março de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 1314/2018.**

Publicação Nº 1608339

PORTARIA Nº. 1314/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR FERNANDA VIEIRA MARTINS, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012 e Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 006/SME/2017, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Vovó Dolores, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 05/03/2018 a 14/12/2018, face ao impedimento da titular Jucilda santos, que se encontra em LP e PA.

Palhoça, SC, em 05 de março de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 1315/2018.**

Publicação Nº 1608340

PORTARIA Nº. 1315/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR AUREA ELOIR CORDOVA DA ROSA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012 e Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 006/SME/2017, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Magistério, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) ER Bento Jose do Nascimento, com carga horária de 30 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 21/02/2018 a 14/12/2018. Vaga Transitória.

Palhoça, SC, em 05 de março de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 1316/2018.**

Publicação Nº 1608349

PORTARIA Nº. 1316/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para CLAUDIA SCHARF PRIM, matrícula nº. 802397-3, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao quinquênio de 05/12/2012 a 05/12/2017, por 02 (dois) meses, a contar de 29/03/2018 à 29/05/2018.

Palhoça, SC, em 05 de março de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 1317/2018.**

Publicação Nº 1608351

PORTARIA Nº. 1317/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para TEREZINHA NATALINO FARIAS, matrícula nº. 801510-3, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao quinquênio de 10/05/2010 a 10/05/2015, por 03 (três) meses, a contar de 12/03/2018 à 12/06/2018.

Palhoça, SC, em 05 de março de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 1318/2018.**

Publicação Nº 1608352

PORTARIA Nº. 1318/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097

de 15 de dezembro de 2010, SILVIA FLOR, Matrícula nº. 3762115-1, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 13/03/2018.

Palhoça, SC, em 05 de março de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 1319/2018.**

Publicação Nº 1608353

PORTARIA Nº. 1319/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, RUTE JURACI DA SILVEIRA, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 06/03/2018.

Palhoça, SC, em 05 de março de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 1320/2018.**

Publicação Nº 1608354

PORTARIA Nº. 1320/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

PRORROGAR a Portaria 0349 de 09 fevereiro de 2018, que Contratou por Tempo Determinado a servidora JAQUELINE DE MEDEIROS, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 09/03/2018 a 07/08/2018, face ao impedimento da titular Maria Joselia H. Felisbino, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 05 de março de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 1321/2018.**

Publicação Nº 1608356

PORTARIA Nº. 1321/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

PRORROGAR a Portaria 1300 de 05 março de 2018, que Contratou por Tempo Determinado a servidora MARLI ISABEL GONÇALVES DA SILVA, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 13/03/2018 a 12/05/2018, face ao impedimento da titular Carine Correa, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 05 de março de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 1322/2018.**

Publicação Nº 1608357

PORTARIA Nº. 1322/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

ALTERAR CARGA HORÁRIA de conformidade com o Artigo 90, da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, dos servidores, abaixo relacionados, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura.

Nome	De	Para	Pelo período de
Juliana Toazza Grossi	30	40	07/02/2018 a 14/12/2018
Paulo de Lima Nedel	20	40	23/02/2018 a 14/12/2018
Samira Matos	20	40	14/03/2018 a 14/12/2018
Tiago Emidio Ramos da Silva	30	40	14/03/2018 a 14/12/2018
Tiago Rossi de Moraes	25	40	07/02/2018 a 14/12/2018

Palhoça, SC, em 05 de março de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 1323/2018.**

Publicação Nº 1608363

PORTARIA Nº. 1323/2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

AUTORIZAR o servidor abaixo relacionado, a dirigir veículos da Prefeitura Municipal de Palhoça da Administração Direta Desta Prefeitura.

SERVIDOR	CNH
Luciano Pereira	687647382

Palhoça, SC, em 05 de março de 2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT

Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas



**PORTARIA Nº. 1324/2018.**

Publicação Nº 1608368

PORTARIA Nº. 1324/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO FRANCIELE DE FARIAS, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 006/SME/2017, para ocupar o cargo de ASO com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CEI Nova Esperança, da Secretaria de Educação da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 26/02/2018 a 14/12/2018.

Palhoça, SC, em 05 de março de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 1325/2018.**

Publicação Nº 1608370

PORTARIA Nº. 1325/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR KELLY SIEGEL, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012 e Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 006/SME/2017, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Snoopy, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 05/03/2018 a 14/12/2018.

Palhoça, SC, em 05 de março de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 1326/2018.**

Publicação Nº 1608371

PORTARIA Nº. 1326/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR SONIA MARA REINERT, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012 e Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 006/SME/2018, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Maria dos Santos Silva, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 21/02/2018 a 14/12/2018.

Palhoça, SC, em 05 de março de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 1327/2018.**

Publicação Nº 1608373

PORTARIA Nº. 1327/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO BRENA RAFAELA FREITAS PINHEIROS de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 006/SME/2017, para ocupar o cargo de Merendeira com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da (o) EB Frei Damião da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 22/02/2018 a 14/12/2018.

Palhoça, SC, em 05 de março de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 1328/2018.**

Publicação Nº 1608376

PORTARIA Nº. 1328/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO ISABEL CRISTINA DE MATTOS DUARTE, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 006/SME/2017, para ocupar o cargo de Merendeira com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da CEI Vão Livre, da

Secretaria de Educação da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 21/02/2018 a 05/04/2018, face ao impedimento da titular Janaina Aparecida da Silva, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 05 de março de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

#### **PORTARIA Nº. 1329/2018.**

Publicação Nº 1608377

PORTARIA Nº. 1329/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

##### **RESOLVE:**

CONTRATAR GIANN CARLO CORREA THOMASI, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012 e Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 006/SME/2017, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Música, no (a) EB Nossa Senhora de Fátima, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento) de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 26/02/2018 a 14/12/2018.

Palhoça, SC, em 05 de março de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

#### **PORTARIA Nº. 1330/2018.**

Publicação Nº 1608379

PORTARIA Nº. 1330/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

##### **RESOLVE:**

CONTRATAR LUCIMONI DE CACIA SILVA DOS SANTOS, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012 e Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 006/SME/2017, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Artes, na Educação de Jovens e Adultos – EJA no (a) CAIC - Centro de Atenção Integral a Criança e ao Adolescente – Profº. Febronio Tancredo de Oliveira, com carga horária de 10 (dez) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20%

(vinte por cento) de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 05/03/2018 a 14/12/2018.

Palhoça, SC, em 05 de março de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

#### **PREGÃO PRESENCIAL Nº 046/2018**

Publicação Nº 1608554

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 046/2018

O Município de Palhoça torna público que fica marcado para o dia 15 de maio de 2018, às 14:00h, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a abertura do PREGÃO PRESENCIAL Nº. 046/2018, que tem por objeto a contratação de empresa para prestação de serviços de pequenos reparos nos prédios da Secretaria de Educação, Secretaria de Saúde, Secretaria de Assistência Social, SAMAE e Centro Administrativo Municipal. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13:00 às 18:00 horas, diariamente, ou pelo site: [www.palhoca.atende.net..](http://www.palhoca.atende.net..) Palhoça, 30 de abril de 2018.  
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS – Prefeito Municipal.

# Palma Sola

## PREFEITURA

### **DECRETO 020/2018 REGULAMENTA LEI 13019/2014 PARCERIAS, ACORDOS DE COOPERAÇÃO ENTRE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL**

Publicação Nº 1608789

Decreto 020/2018, De 26 de Abril de 2018.

Regulamenta a aplicação da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, com suas respectivas alterações, no Município de Palma Sola/SC, para o fim de regulamentar, em âmbito local, as parcerias e os acordos de cooperação entre a administração pública e organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco.

Cleomar José Mantelli. Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Lei Orgânica Municipal e, com fundamento na Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e suas alterações, DECRETA:

#### **CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1º Este Decreto dispõe sobre regras e procedimentos do regime jurídico das parcerias celebradas entre a administração pública municipal e as organizações da sociedade civil de que trata a Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014.

§ 1º Recepção, no âmbito local, as definições previstas no art. 2º da Lei Federal nº 13.019, de 2014, com as atualizações e os acréscimos estabelecidos pela Lei Federal nº 13.204, de 14 de setembro de 2015.

§ 2º Aplica-se subsidiariamente ao disposto neste Decreto:

I - O Decreto Federal nº 8.428, de 2 de abril de 2015, que dispõe sobre Procedimento de Manifestação de Interesse, a ser observado na apresentação de projetos, levantamentos, investigações ou estudos, por pessoa física ou jurídica de direito privado, a serem utilizados pela administração pública;

II – O Decreto Federal nº 8.726, de 27 de abril de 2016, que regulamenta a Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, para dispor sobre regras e procedimentos do regime jurídico das parcerias celebradas entre a administração pública federal e as organizações da sociedade civil.

§ 3º A administração pública municipal adotará procedimentos para orientar e facilitar a realização de parcerias e estabelecerá, sempre que possível, critérios para definir objetos, metas, custos e indicadores de avaliação de resultados.

§ 4º A Secretaria de Planejamento publicará no sítio eletrônico oficial do Município, informações que contemplem os procedimentos a serem observados em todas as fases da parceria, para orientar os gestores públicos e as organizações da sociedade civil, nos termos do § 1º do art. 63 da Lei Federal nº 13.019, de 2014.

§ 5º A atualização das informações referidas no § 3º deve ser constante, tendo como base as alterações da legislação federal.

§ 6º As secretarias da administração pública municipal poderão editar orientações complementares, de acordo com as especificidades dos programas e das políticas públicas setoriais.

Art. 2º As parcerias entre a administração pública municipal e as organizações da sociedade civil terão por objeto a execução de atividade ou projeto e deverão ser formalizadas por meio das seguintes modalidades:

I - Termo de fomento ou termo de colaboração, quando envolver

transferência de recurso financeiro; ou

II - Acordo de cooperação, quando não envolver transferência de recurso financeiro.

Art. 3º O acordo de cooperação previsto no inciso II do art. 2º:

I – Poderá ser proposto pela administração pública municipal ou pela organização da sociedade civil.

II – Será firmado pelo Prefeito, permitida a delegação;

III – Poderá ser prorrogado de acordo com o interesse público, hipótese que prescinde de prévia análise jurídica.

Parágrafo Único: São aplicáveis ao acordo de cooperação as regras e os procedimentos referidos no art. 5º do Decreto Federal nº 8.726/2016.

#### **CAPÍTULO II**

#### **DO CHAMAMENTO PÚBLICO E DA SELEÇÃO DA ORGANIZAÇÃO PARCEIRA**

Art. 4º A seleção da organização da sociedade civil para celebrar parceria deverá ser realizada pela administração pública municipal, por meio de chamamento público, nos termos do art. 24 da Lei Federal nº 13.019, de 2014.

§ 1º O chamamento público poderá selecionar mais de uma proposta, mediante formalização de termo de atuação em rede, se houver previsão no edital, observadas as formalidades dos arts. 45 e seguintes do Decreto Federal nº 8.726, de 2016.

§ 2º O chamamento público para celebração de parcerias executadas com recursos de fundos específicos, como o da criança e do adolescente, do idoso e de defesa de direitos difusos, entre outros, poderá ser formalizada, em sua fase interna, pelos respectivos conselhos, conforme legislação específica, respeitadas as exigências da Lei Federal nº 13.019, de 2014, e deste Decreto.

§ 3º Os termos de fomento ou de colaboração que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares às leis orçamentárias anuais serão celebrados com dispensa do chamamento público, nos termos dos arts. 29 e 30, VI, da Lei Federal nº 13.019, de 2014.

§ 4º O chamamento público poderá ser dispensado ou será considerado inexistente nas hipóteses previstas nos arts. 30 e art. 31 da Lei Federal nº 13.019, de 2014, mediante decisão fundamentada do Prefeito, nos termos do art. 32 da referida Lei.

§ 5º Além das condições exigidas pela Lei Federal nº 13.019, de 2014, a organização da sociedade civil interessada em parceria, nos termos deste Decreto, não poderá estar em débito com a fazenda pública municipal.

Art. 6º A administração pública municipal nomeará Comissão de Seleção e de Julgamento para o Chamamento Público, sendo esta um órgão colegiado, composto por três agentes públicos, designados por portaria, com pelo menos dois de seus membros servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo.

§ 1º Quando se tratar de Chamamento Público para parceria que envolva programas ou políticas públicas setoriais, a Comissão de que trata este artigo poderá ser composta por mais dois servidores da área.

§ 2º Na portaria de nomeação o Presidente e o Secretário da Comissão de Seleção assumirão a responsabilidade pela condução dos trabalhos.

§ 3º Será impedida de participar de Comissão, para fins deste artigo, o servidor que, nos últimos cinco anos, tenha mantido vínculo jurídico com, ao menos, uma das entidades em disputa.

§ 4º Configurado o impedimento previsto no § 3º, deverá ser designado membro substituto que possua qualificação equivalente à

do substituído.

§ 5º O processo de seleção abrangerá a avaliação das propostas, a divulgação e a homologação dos resultados.

Art. 7º A avaliação das propostas terá caráter eliminatório e classificatório.

§ 1º As propostas serão classificadas de acordo com os critérios de julgamento estabelecidos no edital.

§ 2º Será eliminada a organização da sociedade civil cuja proposta esteja em desacordo com os termos do edital ou que não contenha as seguintes informações:

I - A descrição da realidade objeto da parceria e o nexa com a atividade ou o projeto proposto;

II – As ações a serem executadas, as metas a serem atingidas e os indicadores que aferirão o cumprimento das metas;

III – Os prazos para a execução das ações e para o cumprimento das metas; e

IV – O valor global.

Art. 8º A administração pública municipal divulgará o resultado preliminar do processo de seleção no seu sítio eletrônico oficial.

Art. 9º As organizações da sociedade civil poderão apresentar recurso contra o resultado preliminar, no prazo de cinco dias, contado da publicação da decisão, ao colegiado que a proferiu.

§ 1º Os recursos que não forem reconsiderados pelo colegiado no prazo de cinco dias, contados do recebimento, deverão ser encaminhados ao Prefeito para decisão final.

§ 2º Os recursos poderão ser apresentados por meio do sítio eletrônico oficial do Município ou no setor de protocolo da Prefeitura.

§ 3º Não caberá novo recurso da decisão do recurso previsto neste artigo.

Art. 10. Após o julgamento dos recursos ou o transcurso do prazo para interposição de recurso, a administração pública municipal deverá homologar e divulgar as decisões recursais proferidas e o resultado definitivo do processo de seleção.

### CAPÍTULO III

#### DO PROCEDIMENTO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

Art. 11. O Procedimento de Manifestação de Interesse Social é o instrumento por meio do qual as organizações da sociedade civil, movimentos sociais e cidadãos poderão apresentar propostas à administração pública municipal, diretamente na Secretaria vinculada à área de atuação do projeto pretendido, para que esta avalie a possibilidade de realização de um chamamento público objetivando a celebração de parceria.

§ 1º O Procedimento de Manifestação de Interesse Social deve conter:

I - Identificação do subscritor da proposta;

II - Indicação do interesse público envolvido; e

III - Diagnóstico da realidade que se quer modificar, aprimorar ou desenvolver e, quando possível, indicação de viabilidade, de custos, de benefícios e de prazos de execução da ação pretendida.

§ 2º Preenchidos os requisitos, a administração pública municipal deverá tornar pública a proposta no sítio eletrônico do Município e, verificada a conveniência e oportunidade para realização do Procedimento de Manifestação de Interesse Social, o instaurará para oitiva da sociedade sobre o tema.

§ 3º A realização do procedimento previsto no § 2º não obrigará a execução do projeto proposto, que acontecerá de acordo com as possibilidades da administração pública municipal.

§ 4º A Manifestação de Interesse social não dispensa a convocação, por meio de chamamento público, para a celebração de parceria.

§ 5º A proposição ou a participação no Procedimento de Manifestação de Interesse Social não impede a organização da sociedade civil de participar no eventual chamamento público.

Art. 12. A execução das parcerias pode se dar por atuação em rede de duas ou mais organizações da sociedade civil, a ser formalizada mediante assinatura de termo de atuação em rede.

§ 1º A atuação em rede pode se efetivar pela realização de ações

coincidentes, quando há identidade de intervenções, ou de ações diferentes e complementares à execução do objeto da parceria.

§ 2º A rede deve ser composta por:

I - Uma organização da sociedade civil celebrante da parceria com a administração pública municipal, que ficará responsável pela rede e atuará como sua supervisora, mobilizadora e orientadora, podendo participar diretamente ou não da execução do objeto; e

II - Uma ou mais organizações da sociedade civil executantes e não celebrantes da parceria com a administração pública municipal, que deverão executar ações relacionadas ao objeto da parceria definidas em comum acordo com a organização da sociedade civil celebrante.

§ 3º A atuação em rede não caracteriza subcontratação de serviços e nem descaracteriza a capacidade técnica e operacional da organização da sociedade civil celebrante.

§ 4º Aplica-se, à atuação em rede, o disposto nos arts. 45 e seguintes do Decreto Federal nº 8.726, de 2016.

### CAPÍTULO IV

#### DA COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Art. 13. A Comissão de Monitoramento e Avaliação é a instância administrativa colegiada responsável por:

I - Monitorar o conjunto de parcerias;

II – Apresentar proposta de aprimoramento dos procedimentos;

III - Padronizar objetos, custos e indicadores e pela produção de entendimentos voltados à priorização do controle de resultados, sendo de sua competência a avaliação; e

IV - Homologar dos relatórios técnicos de monitoramento e avaliação.

§ 1º A administração pública municipal designará, por portaria, os integrantes da Comissão de Monitoramento e Avaliação, a ser constituída por três membros, pelo menos dois servidores ocupantes de cargo efetivo ou emprego permanente do quadro de pessoal.

§ 2º A Comissão de Monitoramento e Avaliação poderá solicitar assessoramento técnico de especialista que não seja membro desse colegiado para subsidiar seus trabalhos, especialmente quando a parceria envolver programas ou políticas públicas setoriais.

§ 3º A Comissão de Monitoramento e Avaliação se reunirá periodicamente a fim de avaliar a execução das parcerias por meio da análise das ações previstas nos arts. 51 a 53 do Decreto Federal nº 8.726, de 2016.

§ 4º O monitoramento e a avaliação de parceria executada com recursos de fundo específico poderão ser realizados pela Comissão Municipal com atuação temática na respectiva área- fim.

Art. 14. O membro da Comissão de Monitoramento e Avaliação deverá se declarar impedido de participar do monitoramento e da avaliação da parceria quando verificar que tenha participado, nos últimos cinco anos, como associado, cooperado, dirigente, conselheiro ou empregado da organização da sociedade civil ou que tenha participado da Comissão de Seleção e de Julgamento.

### CAPÍTULO V

#### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 15. Para os processos administrativos das parcerias formalizadas nos termos deste Decreto será observado, subsidiariamente, o que dispõe a Lei da União nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

Parágrafo único. A juízo da administração pública municipal e a pedido da organização da sociedade civil, poderá ser realizada audiência para esclarecimento necessário à instrução do processo.

Art. 16. Não constituem parceria, para fins do disposto neste Decreto:

I - Os patrocínios, apoio financeiro e contribuições concedidos a atividades e/ou projetos a qualquer pessoa física ou jurídica, nos termos da LC nº 101, art. 26;

II – Subvenções sociais para entidades de que trata a Lei nº 13.019, art. 3º, IV; III – subvenções econômicas;



Art. 17. No âmbito da administração pública municipal, a prévia tentativa de conciliação e solução administrativa de dúvidas de natureza eminentemente jurídica, relacionada à execução da parceria, prevista no inciso XVII do caput do art. 42 da Lei Federal nº 13.019, de 2014, caberá à Procuradoria do Município.

§ 1º Antes de promover a tentativa de conciliação e solução administrativa, o órgão jurídico deverá consultar a Secretaria de Planejamento, quanto à existência de processo de apuração de irregularidade concernente ao objeto da parceria.

§ 2º É assegurada a prerrogativa de a organização da sociedade civil se fazer representar por advogado perante a administração pública municipal, especialmente em procedimento voltado à conciliação e à solução administrativa de dúvidas decorrentes da execução da parceria.

Art. 18. A administração pública municipal fará reuniões públicas com as organizações da sociedade civil, a fim de orientá-las quanto à Lei Federal nº 13.019, de 2014, bem como sobre a aplicação deste Decreto.

Art. 19. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, em 26 de abril de 2018.

Cleomar José Mantelli  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Elizete T. Vissoto,  
Secretária de Planejamento

## **DECRETO 021/2018 DISCIPLINA PROCEDIMENTOS NA PRESCRIÇÃO DE MEDICAMENTOS E EXAMES**

Publicação Nº 1608798

Decreto 021/2018, De 26 de Abril de 2018.

Disciplina procedimentos a serem adotados pelos médicos e odontólogos servidores públicos municipais na prescrição de medicamentos e na solicitação de exames e procedimentos de saúde e estabelece outras providências.

Cleomar José Mantelli. Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Lei Orgânica Municipal

DECRETA:

Art. 1º – Ficam os médicos, odontólogos e demais prescritores, servidores públicos municipais, no exercício de suas atribuições funcionais, obrigados a prescrever medicamentos e solicitar exames e procedimentos de saúde nos termos das políticas públicas, das listas padronizadas e dos Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas (PCDTs) do Sistema Único de Saúde (SUS).

Parágrafo único. Para a prescrição de medicamentos, os profissionais prescritores deverão ainda:

I – Adotar obrigatoriamente a Denominação Comum Brasileira (DCB) ou na sua falta, a Denominação Comum Internacional (DCI), constando o nome do princípio ativo e, quando pertinente, o nome de referência da substância;

II – Emitir receita em vernáculo, por extenso e de modo legível, observados a nomenclatura e o sistema de pesos e medidas oficiais; e

III – Utilizar as listas padronizadas de medicamentos do SUS.

Art. 2º – No caso de o médico ou o odontólogo, necessitar prescrever medicamentos, materiais e/ou insumos ou solicitar procedimentos diversos dos disponíveis nas políticas públicas, nas listas padronizadas e nos PCDTs do SUS, deverá ser apresentada justificativa técnica que demonstre a inadequação, a ineficiência ou a insuficiência da prescrição de medicamento padronizado para o

caso concreto.

I – A justificativa técnica, descrita no caput deste artigo, deverá apontar tecnicamente a imprescindibilidade do tratamento prescrito, bem como a urgência no atendimento, quando for o caso, constando de forma pormenorizada, as razões e justificativas da impossibilidade da substituição do fármaco prescrito e fornecido pelo Poder Público, padronizado pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

§ 1º A justificativa técnica de que trata o caput deste artigo:

I – Não eximirá o servidor público da obrigação de informar a respeito:

a) Do potencial dos serviços públicos de saúde; e

b) Da referência expressa do tratamento disponível no SUS para a patologia diagnosticada; e

Art. 3º – O disposto nesse decreto, aplicar-se-á também aos prestadores de serviços contratados e/ou contratualizados pelo município.

Art. 4º – Ficam fazendo parte deste Decreto, a Relação Municipal de Medicamentos Essenciais (REMUME) e o disposto na legislação pertinente do SUS, quanto à relação a Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPMEs)

Art. 5º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º – Revogam-se disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, em 26 de abril de 2018.

Cleomar José Mantelli  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta data

Elizete T. Vissoto  
Secretária de Planejamento

## **DECRETO 022/2018 NOMEIA COMISSÃO RESPONSÁVEL PELA FARMÁCIA TERAPÊUTICA DO MUNICÍPIO**

Publicação Nº 1608803

Decreto 022/2018, de 26 de Abril de 2018

Nomeia Comissão Responsável pela Farmácia Terapêutica do Município e dá outras Providências:

Cleomar José Mantelli. Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Lei Orgânica Municipal, considerando a necessidade de padronizar e normatizar a compra e distribuição de medicamentos que não fazem parte da farmácia básica através do REMUNE;

Decreta:

Art. 1º. Ficam designados os prestadores de serviço/servidores municipais abaixo relacionados para compor a Comissão de Farmácia Terapêutica do Município, conforme segue:

I. Carolina Bolzan Vencatto, Médica;

II. Ana Paula Oliveira Vilela, Farmacêutica;

III. Débora Angela Rossato, Odontóloga;

IV. Edite Maria Cirino, Enfermeira;

V. Rafaela Três, Psicóloga.

Art. 2º. A Comissão de Farmácia Terapêutica do Município, elaborará os critérios para a concessão de medicamentos aos beneficiários do Município, mediante avaliação prévia pelos integrantes da mesma.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.



Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado  
de Santa Catarina, em 26 de abril de 2018.

Cleomar José Mantelli

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Elizete T. Vissoto,

Secretária de Planejamento

# Papanduva

## PREFEITURA

### **LEI Nº 2153, DE 25 DE ABRIL DE 2018 - AUTORIZA TRANSFERÊNCIA DE ÁREA URBANA RECEBIDA NA FORMA DO DISPOSTO NA LEI FEDERAL Nº 6.766, DE 19.12.1999 E DECRETO MUNICIPAL Nº 878, DE 01.07.1996**

Publicação Nº 1608080

Lei nº 2153, de 25 de abril de 2018.

Autoriza a Transferência de Área Urbana recebida na forma do disposto na Lei Federal nº 6.766, de 19.12.1999 e Decreto Municipal nº 878, de 01.07.1996.

Luiz Henrique Saliba, Prefeito Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,  
Faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e Ele, sanciona a seguinte

LEI

Art. 1º. Face o disposto na Lei Municipal nº 2071, de 29 de outubro de 2015 que cancelou parte do prolongamento da Rua Adeodato de Carvalho, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a transferir para que reincorpore ao domínio da senhora Alfrida Alves Glonek, proprietária do "Loteamento Glonek", uma área superficial de 348,52m<sup>2</sup> (trezentos e quarenta e oito metros e cinquenta e dois decímetros quadrados), parte integrante de uma área maior de 8.160,92 m<sup>2</sup>, destinada para fins de abertura de ruas.

Parágrafo único. A área mencionada no caput tem as seguintes confrontações, conforme mapa e memorial descritivo que fica fazendo parte integrante desta lei:

Área Total: 348,52m<sup>2</sup>

Frente: 20,18 metros com a Rua Adeodato de Carvalho;

Fundos: 36,63 metros com terras de Aristides Gruber;

Lado Direito: 32,12 metros com o Lote 8 – Quadra 4 – do Loteamento Glonek; e

Lado Esquerdo: 2,35 metros com a Rua Adeodato de Carvalho.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão à conta da senhora Alfrida Alves Glonek.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Papanduva, em 25 de abril de 2018.

Luiz Henrique Saliba

Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada na Secretaria da Administração e publicada no mural de publicações desta Prefeitura Municipal e no site [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br).

Girseliano Moreira da Silva

Secretário da Administração

### **LEI Nº 2154, DE 25 DE ABRIL DE 2018 - DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS FINANCEIROS MEDIANTE A CELEBRAÇÃO DE TERMO DE CONVÊNIO ENTRE O MUNICÍPIO DE PAPANDUVA E A ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR E MATERNIDADE SÃO SEBASTIÃO DE PAPANDUVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Publicação Nº 1608082

Lei nº 2154, de 25 de abril de 2018.

Dispõe sobre a autorização de transferência de recursos financeiros mediante a celebração de Termo de Convênio entre o Município de Papanduva e a Associação Hospitalar e Maternidade São Sebastião de Papanduva e dá outras providências.

Luiz Henrique Saliba, Prefeito Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,  
Faz saber a todos os Habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e Eu, sanciono a seguinte

LEI

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar Termo de Convênio com a Associação Hospitalar e Maternidade São Sebastião, inscrita no CNPJ sob o nº 83.145.052/0001-83, com sede na Rua Jorge Lacerda nº 845, neste Município de Papanduva/SC.

Art. 2º. O objeto do presente Termo de Convênio consiste na transferência de recursos financeiros destinados à Associação Hospitalar e Maternidade São Sebastião, visando à manutenção da Entidade, conforme Minuta de Convênio que fica fazendo parte integrante desta lei.

Art. 3º. Para a manutenção da Entidade, o Município concederá subvenção social no valor total de até R\$ 92.000,00 (noventa e dois mil reais), divididos em duas parcelas no valor de até R\$ 46.000,00 (quarenta e seis mil reais), sendo uma para repasse no mês de abril de 2018 e outra no mês de setembro de 2018.

Art. 4º. A Associação Hospitalar e Maternidade São Sebastião de Papanduva deverá prestar contas dos recursos recebidos na forma da legislação em vigor, mensalmente, até o dia 10 de cada mês subsequente ao valor da subvenção e em conformidade com o Termo de Convênio e da Proposta de Trabalho a ser apresentada.

Art. 5º. O Termo de Convênio poderá ser rescindido ou suspenso unilateralmente pelo Município caso forem descumpridas as suas cláusulas ou pela conveniência e interesse público.

Art. 6º. Para cobrir as despesas desta lei, serão utilizados recursos do orçamento do exercício de 2018.

Art. 7º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Papanduva, 25 de abril de 2018.

Luiz Henrique Saliba

Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada na Secretaria da Administração e publicada no mural de publicações desta Prefeitura Municipal e no site [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br).

Girseliano Moreira da Silva

Secretário da Administração

# Paraíso

## PREFEITURA

### CT 44-2018

Publicação Nº 1608097

MUNICIPIO DE PARAISO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 44/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2018

PROCESSO LICITATORIO Nº 31/2018

DO OBJETO: AQUISIÇÃO DE TRANSFORMADOR TRIFÁSICO, A SER INSTALADO NA INDÚSTRIA LETAVO ALIMENTOS LTDA, EM ATENDIMENTO A CONCORRÊNCIA PUBLICA Nº 45/2015.

DO VALOR TOTAL: R\$ 14.900,00 (Quatorze mil e novecentos reais)

A CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PARAÍSO.

DO CONTRATADO: FS TRANSFORMADORES EIRELI.

DA VIGENCIA: Da data de assinatura até o prazo final da garantia total do material permanente, que deve ser no mínimo de 12 (doze) meses após o recebimento definitivo do bem.

DO FUNDAMENTO: Lei 8.666/93 e suas alterações.

DO FORO: Foro da Comarca de São Miguel do Oeste/SC

Paraíso/SC, 30 de Abril de 2018.

VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÍSO-SC

### CT 45-2018

Publicação Nº 1608625

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE PARAISO - SC

EXTRATO CONTRATO Nº 45/2018

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 10/2018

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 36/2018

O MUNICIPIO DE PARAISO torna publico a seguinte contratação:

DO OBJETO: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ELABORAÇÃO DE PROJETO PARA CONSTRUÇÃO DA PRAÇA MUNICIPAL, A SER ENCAMINHADO PARA APROVAÇÃO NA CAIXA ECONOMICA FEDERAL, EM ATENDIMENTO AO CONVENIO DE REPASSE Nº 854060/MTUR-CAIXA".

DO VALOR TOTAL: R\$ 13.950,00 (Treze mil, novecentos e cinquenta reais).

DA CONTRATANTE: Município de Paraíso.

DO CONTRATADO: PROJETTASMO DECORAÇÃO E PROJETOS LTDA ME.

DA VIGÊNCIA: Da data de assinatura até o dia 31/12/2018.

DO FUNDAMENTO: Art. 24 e art. 26 da Lei 8.666/93

DO FORO: Foro da Comarca de São Miguel do Oeste/SC

Paraíso/SC, 30 de Abril de 2018.

VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE

Prefeito Municipal de Paraíso

### DL 10-2018

Publicação Nº 1608621

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE PARAISO - SC

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 36/2018

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 10/2018

O MUNICIPIO DE PARAISO torna publico a seguinte contratação:

DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ELABORAÇÃO DE PROJETO PARA CONSTRUÇÃO DA PRAÇA MUNICIPAL, A SER ENCAMINHADO PARA APROVAÇÃO NA CAIXA ECONOMICA FEDERAL, EM ATENDIMENTO AO CONVENIO DE REPASSE Nº 854060/MTUR-CAIXA.

DO VALOR TOTAL: R\$ 13.950,00 (Treze mil, novecentos e cinquenta reais).

DA CONTRATANTE: Município de Paraíso

DO CONTRATADO: PROJETTASMO DECORAÇÃO E PROJETOS LTDA ME.

DA VIGÊNCIA: Da data de assinatura até o dia 31/12/2018.

DO FUNDAMENTO: Art. 24 e art. 26 da Lei 8.666/93

DO FORO: Foro da Comarca de São Miguel do Oeste/SC

Paraíso - SC, 30 de Abril de 2018.  
VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE  
Prefeito Municipal de Paraíso.

---

**CÂMARA MUNICIPAL**

---

**032/2018**

Publicação Nº 1608239

Portaria nº 032/2018  
Dispõe sobre o afastamento por doença e da outras providências.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE PARAÍSO, estado de Santa Catarina, Sr. Antoninho Leão, usando de suas atribuições que lhe confere a Lei Parlamentar nº 008/2008 de 30 de dezembro de 2008, Art. 43, Inciso XXXVI do regimento Interno da Câmara Municipal, e demais legislações em vigor, RESOLVE:

Art.1º Conceder afastamento para tratamento de saúde, conforme atestado anexo, para Sr.ª DIANA KUNRATH Brasileira, solteira, inscrita no CPF sob nº 065.559.819-70, em conformidade com a Lei Complementar nº 008/2008, que exercer o cargo comissionado de SECRETÁRIA GERAL DO PODER LEGISLATIVO.

Art. 2º As despesas decorrentes do afastamento presente Portaria correrão à conta do orçamento próprio da Câmara Municipal pelo período de 15 dias e após isto será feito encaminhamento para o INSS.

Art. 3º esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

CÂMARA DE VEREADORES DE PARAÍSO-SC, em 30 de abril de 2018.

ANTONINHO LEÃO

Presidente

Esta Portaria foi Registrada e  
Publicada na forma da Lei.  
Paraíso - SC, em 30 de abril de 2018.

**PORTARIA 031/2018**

Publicação Nº 1608136

PORTARIA Nº 031/2018

DECLARA A PERDA DO MANDATO DE VEREADOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Considerando que no dia 24 de abril de 2018, o Vice-Presidente da Câmara de Vereadores de Paraíso, Senhor Marcos Luiz Penz, recebeu o mandado de intimação urgente, no qual consta para proceder de imediato o cumprimento da decisão judicial dos autos nº 0001442-49.2003.8.24.0067, declarando a perda do mandato do réu Ruben Paulo Giacomini, consoante sentença e acordo.

Considerando que o Senhor Ruben Paulo Giacomini foi condenado, conforme sentença transitado em julgado a: 1) suspensão dos direitos políticos pelo prazo de quatro anos; 2) pagamento de multa civil correspondente a 30 vezes o valor da remuneração então percebida pelo agente, principalmente porque firmados 53 contratos com o Município de Paraíso no prazo de três anos que totalizam R\$ 38.605,31 em pagamentos para a empresa da qual o réu Ruben participava; 3) proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de três anos (fls. 523-530).

Considerando que entre as condenações houve a suspensão dos direitos políticos pelo prazo de 4 (quatro) anos.

Considerando que o artigo 21, Inciso V, da Lei Orgânica Municipal dispõe que o vereador perderá o mandato quando que perder ou tiver suspensos os direitos políticos;

Considerando que na Seção II, da Competência da Mesa Diretora, art. 40, Inciso XI, do Regimento Interno, trata ser de competência da Mesa Diretora declarar a perda de mandato de qualquer membro da Câmara, nos casos previstos na Lei Orgânica, assegurada ampla defesa conforme assim a lei dispuser;

Considerando que na Seção IV, da Perda do Mandato, art. 260, IV, § 3º do Regimento Interno, dispõe que perderá o mandato o vereador que perder ou tiver suspenso os direitos políticos, a perda do mandato será declarada pela Mesa Diretora, de ofício, ou mediante iniciativa de qualquer vereador ou de partido político, representado na Câmara, assegurada ampla defesa;

Considerando que a ampla defesa e o contraditório foram observados no processo judicial que culminaram nas condenações do Senhor Ruben Paulo Giacomini;

Considerando que a Lei Orgânica Municipal, em seu artigo 22 dispõe que no caso de vaga ou licença de vereador, o Presidente da Câmara de Vereadores convocará imediatamente o suplente que, se presente, desde logo prestará o compromisso, e assumirá;

A MESA DA CÂMARA DE VEREADORES DE PARAÍSO – SC no uso de suas atribuições legais, em especial com fundamento no artigo 21, Inciso V, da Lei Orgânica Municipal e Seção II, da Competência da Mesa Diretora, art. 40, Inciso XI, do Regimento Interno e Seção IV, da Perda do Mandato, art. 260, IV, § 3º do Regimento Interno e demais legislação em vigor, RESOLVEM:

Art. 1º - Fica declarado, de ofício, a perda do mandato eletivo do Vereador, Senhor Ruben Paulo Giacomini, portador do RG nº 2.528.403 e título eleitoral nº 248038109/22, inscrito no CPF nº 707.795.469-20

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Registra-se e publique-se, dando ciência ao Plenário desta Casa, na primeira sessão subsequente, convocando o suplente a vereador de direito para assumir, querendo, o mandato em questão, na forma da Lei.

Câmara Municipal de Paraíso/SC, 30 de abril de 2018.

ANTONINHO LEÃO  
Presidente da Câmara Municipal

MARCOS LUIZ PENZ  
Vice – Presidente

FABRICIO GARLET  
1º Secretário da Mesa Diretora

JOEL ANTÔNIO GEHLEN  
2º Secretário da Mesa Diretora

Esta Portaria foi Registrada e  
Publicada na forma da Lei.  
Paraíso/SC, 30 de abril de 2018.



# Passos Maia

## PREFEITURA

### 001-2018 RECURSO FEDERAL DE 02-04-2018

Publicação Nº 1608446

#### Notificação de recebimento de recursos

O Município de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, em conformidade com o dispositivo no art. 2º da Lei nº 9.452/97, c/c art. 89 da Lei Orgânica Municipal, notifica os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais, com sede nesse município, do recebimento dos recursos descritos abaixo:

Origem: Repasse Federal

Valor: R\$ 2.118,07 (Dois mil e cento e dezoito reais e sete centavos)

Destinação: Assistência farmacêutica básica em saúde

Data de liberação: 02/04/2018

Passos Maia – SC, 4 de maio de 2018

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

### 002-2018 RECURSO FEDERAL DE 02-04-2018

Publicação Nº 1608455

#### Notificação de recebimento de recursos

O Município de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, em conformidade com o dispositivo no art. 2º da Lei nº 9.452/97, c/c art. 89 da Lei Orgânica Municipal, notifica os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais, com sede nesse município, do recebimento dos recursos descritos abaixo:

Origem: Repasse Federal

Valor: R\$ 8.622,46 (Oito mil e seiscentos e vinte e dois reais e quarenta e seis centavos)

Destinação: 2ª parcela PNAT – Transporte Escolar

Data de liberação: 02/04/2018

Passos Maia – SC, 4 de maio de 2018

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

### 003-2018 RECURSO FEDERAL DE 03-04-2018

Publicação Nº 1608459

#### Notificação de recebimento de recursos

O Município de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, em conformidade com o dispositivo no art. 2º da Lei nº 9.452/97, c/c art. 89 da Lei Orgânica Municipal, notifica os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais, com sede nesse município, do recebimento dos recursos descritos abaixo:

Origem: Repasse Federal

Valor: R\$ 73.008,87 (Setenta e três mil e oito reais e oitenta e sete centavos)

Destinação: Apoio Financeiro aos Municípios (AFM)

Data de liberação: 03/04/2018

Passos Maia – SC, 4 de maio de 2018

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

### 004-2018 RECURSO FEDERAL DE 04-04-2018

Publicação Nº 1608464

#### Notificação de recebimento de recursos

O Município de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, em conformidade com o dispositivo no art. 2º da Lei nº 9.452/97, c/c art. 89 da Lei Orgânica Municipal, notifica os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais, com sede nesse município, do recebimento dos recursos descritos abaixo:

Origem: Repasse Federal

Valor: R\$ 12.000,00 (Doze mil reais)

Destinação: CRAS

Data de liberação: 04/04/2018

Passos Maia – SC, 4 de maio de 2018

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

### 005-2018 RECURSO FEDERAL DE 04-04-2018

Publicação Nº 1608466

#### Notificação de recebimento de recursos

O Município de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, em conformidade com o dispositivo no art. 2º da Lei nº 9.452/97, c/c art. 89 da Lei Orgânica Municipal, notifica os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais, com sede nesse município, do recebimento dos recursos descritos abaixo:

Origem: Repasse Federal

Valor: R\$ 12.541,00 (Doze mil e quinhentos e quarenta e um reais)

Destinação: SCFV

Data de liberação: 04/04/2018

Passos Maia – SC, 4 de maio de 2018

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

### 006-2018 RECURSO FEDERAL DE 05-04-2018

Publicação Nº 1608470

#### Notificação de recebimento de recursos

O Município de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, em conformidade com o dispositivo no art. 2º da Lei nº 9.452/97, c/c art. 89 da Lei Orgânica Municipal, notifica os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais, com sede nesse município, do recebimento dos recursos descritos abaixo:

Origem: Repasse Federal

Valor: R\$ 10.206,00 (Dez mil e duzentos e seis reais)

Destinação: PAB Fisco

Data de liberação: 05/04/2018

Passos Maia – SC, 4 de maio de 2018

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

**007-2018 RECURSO FEDERAL DE 06-04-2018**

Publicação Nº 1608473

## Notificação de recebimento de recursos

O Município de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, em conformidade com o dispositivo no art. 2º da Lei nº 9.452/97, c/c art. 89 da Lei Orgânica Municipal, notifica os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais, com sede nesse município, do recebimento dos recursos descritos abaixo:

Origem: Repasse Federal

Valor: R\$ 1.545,40 (Mil e quinhentos e quarenta e cinco reais e 40 centavos)

Destinação: Bolsa Família

Data de liberação: 06/04/2018

Passos Maia – SC, 4 de maio de 2018

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

**008-2018 RECURSO FEDERAL DE 11-04-2018**

Publicação Nº 1608478

## Notificação de recebimento de recursos

O Município de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, em conformidade com o dispositivo no art. 2º da Lei nº 9.452/97, c/c art. 89 da Lei Orgânica Municipal, notifica os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais, com sede nesse município, do recebimento dos recursos descritos abaixo:

Origem: Repasse Federal

Valor: R\$ 2.467,29 (Dois mil e quatrocentos e sessenta e sete reais e vinte e nove centavos)

Destinação: Programa de Assistência Farmacêutica Básica

Data de liberação: 11/04/2018

Passos Maia – SC, 4 de maio de 2018

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

**009-2018 RECURSO FEDERAL DE 11-04-2018**

Publicação Nº 1608480

## Notificação de recebimento de recursos

O Município de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, em conformidade com o dispositivo no art. 2º da Lei nº 9.452/97, c/c art. 89 da Lei Orgânica Municipal, notifica os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais, com sede nesse município, do recebimento dos recursos descritos abaixo:

Origem: Repasse Federal

Valor: R\$ 5.547,87 (Cinco mil e quinhentos e quarenta e sete reais e oitenta e sete centavos)

Destinação: MAC – Atenção de alta e média complexidade hospitalar e ambulatorial

Data de liberação: 11/04/2018

Passos Maia – SC, 4 de maio de 2018

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

**010-2018 RECURSO FEDERAL DE 13-04-2018**

Publicação Nº 1608481

## Notificação de recebimento de recursos

O Município de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, em conformidade com o dispositivo no art. 2º da Lei nº 9.452/97, c/c art. 89

da Lei Orgânica Municipal, notifica os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais, com sede nesse município, do recebimento dos recursos descritos abaixo:

Origem: Repasse Federal

Valor: R\$ 15.210,00 (Quinze mil e duzentos e dez reais)

Destinação: Programa de Agentes Comunitários de Saúde

Data de liberação: 13/04/2018

Passos Maia – SC, 4 de maio de 2018

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

**011-2018 RECURSO FEDERAL DE 13-04-2018**

Publicação Nº 1608483

## Notificação de recebimento de recursos

O Município de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, em conformidade com o dispositivo no art. 2º da Lei nº 9.452/97, c/c art. 89 da Lei Orgânica Municipal, notifica os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais, com sede nesse município, do recebimento dos recursos descritos abaixo:

Origem: Repasse Federal

Valor: R\$ 8.000,00 (Oito mil reais)

Destinação: NASF – Núcleo de Atendimento de Saúde da Família

Data de liberação: 13/04/2018

Passos Maia – SC, 4 de maio de 2018

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

**012-2018 RECURSO FEDERAL DE 13-04-2018**

Publicação Nº 1608484

## Notificação de recebimento de recursos

O Município de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, em conformidade com o dispositivo no art. 2º da Lei nº 9.452/97, c/c art. 89 da Lei Orgânica Municipal, notifica os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais, com sede nesse município, do recebimento dos recursos descritos abaixo:

Origem: Repasse Federal

Valor: R\$ 5.575,00 (Cinco mil e quinhentos e setenta e cinco reais)

Destinação: Programa de Saúde Bucal

Data de liberação: 13/04/2018

Passos Maia – SC, 4 de maio de 2018

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

**013-2018 RECURSO FEDERAL DE 13-04-2018**

Publicação Nº 1608486

## Notificação de recebimento de recursos

O Município de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, em conformidade com o dispositivo no art. 2º da Lei nº 9.452/97, c/c art. 89 da Lei Orgânica Municipal, notifica os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais, com sede nesse município, do recebimento dos recursos descritos abaixo:

Origem: Repasse Federal

Valor: R\$ 17.825,00 (Dezessete mil e oitocentos e vinte e cinco reais)

Destinação: PSF – Programa de Saúde da Família

Data de liberação: 13/04/2018

Passos Maia – SC, 4 de maio de 2018  
LEOMAR ROBERTO LISTONI  
Prefeito Municipal

**014-2018 RECURSO FEDERAL DE 13-04-2018**

Publicação Nº 1608487

## Notificação de recebimento de recursos

O Município de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, em conformidade com o dispositivo no art. 2º da Lei nº 9.452/97, c/c art. 89 da Lei Orgânica Municipal, notifica os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais, com sede nesse município, do recebimento dos recursos descritos abaixo:

Origem: Repasse Federal

Valor: R\$ 10.200,00 (Dez mil e duzentos reais)

Destinação: PMAQ – Programa de Acesso e Melhoria à Qualidade

Data de liberação: 13/04/2018

Passos Maia – SC, 4 de maio de 2018  
LEOMAR ROBERTO LISTONI  
Prefeito Municipal

**015-2018 RECURSO FEDERAL DE 13-04-2018**

Publicação Nº 1608489

## Notificação de recebimento de recursos

O Município de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, em conformidade com o dispositivo no art. 2º da Lei nº 9.452/97, c/c art. 89 da Lei Orgânica Municipal, notifica os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais, com sede nesse município, do recebimento dos recursos descritos abaixo:

Origem: Repasse Federal

Valor: R\$ 4.680,00 (Quatro mil e seiscentos e oitenta reais)

Destinação: Recursos Unidade Odontomóvel

Data de liberação: 13/04/2018

Passos Maia – SC, 4 de maio de 2018  
LEOMAR ROBERTO LISTONI  
Prefeito Municipal

**016-2018 RECURSO FEDERAL DE 16-04-2018**

Publicação Nº 1608490

## Notificação de recebimento de recursos

O Município de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, em conformidade com o dispositivo no art. 2º da Lei nº 9.452/97, c/c art. 89 da Lei Orgânica Municipal, notifica os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais, com sede nesse município, do recebimento dos recursos descritos abaixo:

Origem: Repasse Federal

Valor: R\$ 4.680,00 (Quatro mil e seiscentos e oitenta reais)

Destinação: Recursos Unidade Odontomóvel

Data de liberação: 16/04/2018

Passos Maia – SC, 4 de maio de 2018  
LEOMAR ROBERTO LISTONI  
Prefeito Municipal

**017-2018 RECURSO FEDERAL DE 18-04-2018**

Publicação Nº 1608491

## Notificação de recebimento de recursos

O Município de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, em conformidade com o dispositivo no art. 2º da Lei nº 9.452/97, c/c art. 89 da Lei Orgânica Municipal, notifica os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais, com sede nesse município, do recebimento dos recursos descritos abaixo:

Origem: Repasse Federal

Valor: R\$ 6.775,40 (Seis mil e setecentos e setenta e cinco reais e quarenta centavos)

Destinação: 2ª Parcela PNAE – Merenda Escolar

Data de liberação: 18/04/2018

Passos Maia – SC, 4 de maio de 2018  
LEOMAR ROBERTO LISTONI  
Prefeito Municipal

**018-2018 RECURSO FEDERAL DE 18-04-2018**

Publicação Nº 1608492

## Notificação de recebimento de recursos

O Município de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, em conformidade com o dispositivo no art. 2º da Lei nº 9.452/97, c/c art. 89 da Lei Orgânica Municipal, notifica os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais, com sede nesse município, do recebimento dos recursos descritos abaixo:

Origem: Repasse Federal

Valor: R\$ 21.968,39 (Vinte e um mil e novecentos e sessenta e oito reais e trinta e nove centavos)

Destinação: Cota Salário Educação

Data de liberação: 18/04/2018

Passos Maia – SC, 4 de maio de 2018  
LEOMAR ROBERTO LISTONI  
Prefeito Municipal

**019-2018 RECURSO FEDERAL DE 19-04-2018**

Publicação Nº 1608494

## Notificação de recebimento de recursos

O Município de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, em conformidade com o dispositivo no art. 2º da Lei nº 9.452/97, c/c art. 89 da Lei Orgânica Municipal, notifica os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais, com sede nesse município, do recebimento dos recursos descritos abaixo:

Origem: Repasse Federal

Valor: R\$ 1.255,22 (Mil e duzentos e cinquenta e cinco reais e vinte e dois centavos)

Destinação: Vigilância Epidemiológica

Data de liberação: 19/04/2018

Passos Maia – SC, 4 de maio de 2018  
LEOMAR ROBERTO LISTONI  
Prefeito Municipal

**020-2018 RECURSO FEDERAL DE 20-04-2018**

Publicação Nº 1608495

## Notificação de recebimento de recursos

O Município de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, em conformidade com o dispositivo no art. 2º da Lei nº 9.452/97, c/c art. 89 da Lei Orgânica Municipal, notifica os partidos políticos, os

sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais, com sede nesse município, do recebimento dos recursos descritos abaixo:

Origem: Repasse Federal

Valor: R\$ 5.075,00 (Cinco mil e setenta e cinco reais)

Destinação: Custeio de Atenção à Saúde Bucal

Data de liberação: 20/04/2018

Passos Maia – SC, 4 de maio de 2018

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

## **EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 003/2018 PROCESSO SELETIVO N. 001/2018**

Publicação Nº 1608659

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 003/2018  
PROCESSO SELETIVO N. 001/2018

O Município de Passos Maia – Estado de Santa Catarina, com sede na Avenida Padre João Bottero, n. 485, centro, inscrito no CNPJ sob o n. 95.993.085/0001-62, através do Departamento Municipal de Recursos Humanos, CONVOCA o(s) candidato(s) a seguir relacionado(s), aprovado(s) no Processo Seletivo nº 001/2018, de 19 de fevereiro de 2018, o(s) qual(is) deverá(ão) comparecer no Setor de Recursos Humanos do Município de Passos Maia – SC, munido(s) de seus documentos pessoais: (Cópias legíveis) RG, CPF, Certidão de comprovação do estado civil, Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos (se tiver), Histórico Escolar, Comprovante de residência (Conta de água, luz ou telefone), Certificado de Reservista, Título de Eleitor com comprovante de quitação eleitoral, Comprovante de inscrição no PIS/PASEP (se houver), registro no Conselho (quando exigido) e, ainda, originais da Carteira de Trabalho e Certidão de Antecedentes Criminais, uma foto 3x4 (recente), bem como comprovante de conta bancária (Bradesco, Sulcredi/Crediluz ou Sicoob/Valcredi Sul), para depois de cumpridas as exigências legais, tomar posse e exercício, a saber:

NOME	CARGO	CLASS.
Lenita Vieira Ribeiro	Assistente Social	1º

O(s) candidato(s) aprovado(s) deverá(ão), no prazo de 2 (dois) dias, manifestar seu interesse na vaga e/ou requerer prazo de 30 (trinta) dias para apresentar a documentação exigida para a contratação ou apresentar sua carta de desistência, nos moldes do item 15.6, do Edital de Processo Seletivo nº 001/2018, sob pena de ser desclassificado e, por consectário, ser excluído do Seletivo (itens 15.7 e 15.8 do Edital).

Passos Maia – SC, 30 de abril de 2018.

CLEVERSON LUIZ ALVES DE SANTI  
Chefe de Departamento

## **PORTARIA Nº 127, DE 30 DE ABRIL DE 2018.**

Publicação Nº 1608304

PORTARIA Nº 127, de 30 de abril de 2018.

“CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 1º, parágrafo único, da Lei Complementar Municipal n. 041, de 15 de março de 2012, Considerando o atestado médico para gestante, emitido pela Dra. Fernanda Fávero – CRM/SC 10512 – datado do dia 30 de abril de 2018, que sugere o afastamento da servidora de suas atividades

laborais por um período de 180 dias a partir de 30/04/2018, haja vista sua gestação;

Considerando o disposto no art. 1º, parágrafo único, da Lei Complementar Municipal n. 041, de 15 de março de 2012, que acresce 60 dias à duração da licença-maternidade, prevista nos arts. 7º, XVIII, e 39, § 3º, da Constituição Federal, destinada às servidoras públicas municipais.

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA MATERNIDADE à servidora JULIANE CIZINANDE LINCK, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, matrícula nº 16, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotada junto à Secretaria Municipal da Educação e Esportes, por um período de 180 (cento e oitenta) dias, a contar do dia 30/04/2018 até o dia 26/10/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 30 de abril de 2018.

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO

Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.

## **PORTARIA Nº 128, DE 30 DE ABRIL DE 2018.**

Publicação Nº 1608306

PORTARIA Nº 128, de 30 de abril de 2018.

“CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 1º, parágrafo único, da Lei Complementar Municipal n. 041, de 15 de março de 2012, Considerando o atestado médico para gestante, emitido pela Dra. Fernanda Fávero – CRM/SC 10512 – datado do dia 30 de abril de 2018, que sugere o afastamento da servidora de suas atividades laborais por um período de 180 dias a partir de 30/04/2018, haja vista sua gestação;

Considerando o disposto no art. 1º, parágrafo único, da Lei Complementar Municipal n. 041, de 15 de março de 2012, que acresce 60 dias à duração da licença-maternidade, prevista nos arts. 7º, XVIII, e 39, § 3º, da Constituição Federal, destinada às servidoras públicas municipais.

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA MATERNIDADE à servidora JULIANE CIZINANDE LINCK, ocupante do cargo de provimento temporário de Professor, matrícula nº 10707, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotada junto à Secretaria Municipal da Educação e Esportes, por um período de 180 (cento e oitenta) dias, a contar do dia 30/04/2018 até o dia 26/10/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 30 de abril de 2018.

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos



Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO

Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.

### **PORTARIA Nº 129, DE 30 DE ABRIL DE 2017.**

Publicação Nº 1608634

PORTARIA Nº 129, de 30 de abril de 2017.

“CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Complementar nº 025, de 13 de agosto de 2007,

Considerando a necessidade de contratar servidor para preencher vaga do emprego público de Agente Comunitário de Saúde na Micro Área 03;

Considerando a aprovação e a classificação obtida pela candidata no Processo Seletivo nº 001/2018, levado a efeito pelo Edital de Concurso Público nº 001/2018, homologado através do Decreto nº 038, de 06 de abril de 2018, para o Emprego Público de Agente Comunitário de Saúde.

#### **RESOLVE:**

Art. 1º CONTRATAR a senhora MAIQUELI DE OLIVEIRA GABIATTI, para ocupar o Emprego Público de Agente Comunitário de Saúde, Símbolo ACS, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotando-a na Secretaria Municipal da Saúde, para exercer as atividades do seu cargo na Micro Área 03, a partir do dia 02 de maio de 2018.

Parágrafo Único: Para o exercício do cargo, o servidor ora nomeado fará jus ao vencimento fixado no Anexo I, da Lei Complementar nº 025, de 13 de agosto de 2007.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 30 de abril de 2018.

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO

Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.

### **PROCESSO ADMINISTRATIVO 0041/2018**

Publicação Nº 1608078

MUNICIPIO DE PASSOS MAIA

PROCESSO LICITATÓRIO N. 0041/2018

PREGÃO PRESENCIAL N. 0025/2018

O MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA, Estado de Santa Catarina, com sede à Avenida Padre João Botero, n. 485, Centro, torna público, nos termos da Lei Federal n. 8.666/93 e suas posteriores alterações, que se encontra aberto o Processo Licitatório n. 0041/2018, Modalidade de Pregão Presencial n. 0025/2018 – Objeto: Constitui objeto da presente licitação o Registro de Preços para possível aquisição de peças e acessórios para a manutenção de caminhões pertencentes a frota do MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA - SC. Os

envelopes contendo a documentação e propostas serão recebidas até às 08:45 horas do dia 10 de maio de 2018, iniciando-se a Sessão Pública às 09:00 horas, do mesmo dia e local. Retirada do Edital junto ao Departamento Municipal de Compras e Licitações das 08:00hs às 17:00hs, e pelo site [WWW.passosmaia.sc.gov.br](http://WWW.passosmaia.sc.gov.br). Maiores Informações pelo telefone (49) 3437-0010.

Passos Maia, 02 de maio de 2018.

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal.



# Peritiba

## PREFEITURA

### EXTRATO DE CONTRATO 63/2018

Publicação Nº 1608917

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE PERITIBA  
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório:  
Processo de Licitatório nº 45/2018, Inexigibilidade de licitação nº 07/2018.  
Objeto: A contratação da Banda CIA MUSICAL para apresentação musical com fornecimento de equipamento de sonorização e iluminação para animação do 97º Kerbfest Peritiba/2018 que acontecerá dos dias 18 a 26 de Maio de 2018.  
Dados do Contrato: CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 63/2018.  
Contratado: ELORI PORT 34793631991 (Banda CIA Musical)  
CNPJ nº 18.793.024/0001-00  
Valor: R\$ 7.500,00 (Sete mil e quinhentos reais).  
Data de Vigência: 26/04/2018 à 31/05/2018.  
Município de Peritiba – SC em 26 de Abril de 2018.  
NEUSA KLEIN MARASCHINI  
Prefeita Municipal

### EXTRATO DE CONTRATO 64/2018

Publicação Nº 1608920

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE PERITIBA  
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório:  
Processo Licitatório nº 46/2018, Inexigibilidade de licitação nº 08/2018.  
Objeto: A contratação da Banda K'NECUS para apresentação musical com fornecimento de equipamento de sonorização e iluminação para animação do 97º Kerbfest Peritiba/2018 que acontecerá dos dias 19 de Maio a 26 de Maio de 2018.  
Dados do Contrato: CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 64/2018.  
Contratado: ASSOCIAÇÃO DOS MÚSICOS PROFISSIONAIS DE POMERODE - AMUSPE (Banda K'NECUS)  
CNPJ nº 07.453.253/0001-60  
Valor: R\$ 6.000,00 (Seis mil reais).  
Data de Vigência: 26/04/2018 à 31/05/2018.  
Município de Peritiba – SC em 26 de Abril de 2018.  
NEUSA KLEIN MARASCHINI  
Prefeita Municipal

### EXTRATO DE CONTRATO 65/2018

Publicação Nº 1608921

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE PERITIBA  
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório:  
Processo Licitatório nº 47/2018, Modalidade Dispensa de Licitação nº 11/2018.  
Objeto: A contratação de empresa especializada para a execução

dos serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final do lixo.

Dados do Contrato: CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 65/2018.  
Contratado: CRI - COLETA RECICLAGEM E INDUSTRIALIZAÇÃO DE LIXO LTDA EPP  
CNPJ nº 00.239.339/0001-45  
Valor: R\$ 56.262,54 (Cinquenta e seis mil, duzentos e sessenta e dois reais e cinquenta e quatro centavos).  
Data de Vigência: 01/05/2018 à 31/10/2018.  
Município de Peritiba – SC em 26 de Abril de 2018.  
NEUSA KLEIN MARASCHINI  
Prefeita Municipal

### EXTRATO DE CONTRATO 66/2018

Publicação Nº 1608923

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE PERITIBA  
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório:  
Processo de Licitação 29/2018 modalidade Tomada de Preços nº 06/2018.  
Objeto: A contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil para execução de obra com fornecimento de material e mão de obra exceto para abertura e fechamento de valas para rede de água no Loteamento Sol Nascente e Elizabeth Hermes II no Bairro Jardim Boa Vista.  
Dados do Contrato: CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 66/2018.  
Contratado: MK COMÉRCIO E SERVIÇOS DE MATERIAIS ELETRICOS E HIDRAULICOS LTDA  
CNPJ nº 29.542.122/0001-91  
Valor: R\$ 58.524,26 (Cinquenta e oito mil, quinhentos e vinte e quatro reais e vinte e seis centavos).  
Data de Vigência: 27/04/2018 à 31/12/2018.  
Município de Peritiba – SC em 27 de Abril de 2018.  
NEUSA KLEIN MARASCHINI  
Prefeita Municipal

### EXTRATO DE CONTRATO 67/2018

Publicação Nº 1608924

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE PERITIBA  
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório:  
Chamada Pública nº 01/2018 – Processo Licitatório nº 35/2018.  
Objeto: A contratação a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos de educação básica pública matriculados na Rede Municipal de Ensino de Peritiba, a ser adquirido com recursos do FNDE/PNAE, para o 2º quadrimestre de 2018.  
Dados do Contrato: CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 67/2018.  
Contratado: COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROINDUSTRIAL FAMILIAR DE PERITIBA - COPAFAPER  
CNPJ nº 29.542.122/0001-91

Valor: R\$ 12.211,50 (Doze mil, duzentos e onze reais e cinquenta centavos).  
Data de Vigência: 30/04/2018 à 31/08/2018.  
Município de Peritiba – SC em 30 de Abril de 2018.  
NEUSA KLEIN MARASCHINI  
Prefeita Municipal

Contratado: MERCADO MUNARI LTDA - ME  
CNPJ nº 10.878.273/0001-97  
Valor: R\$ 9.331,19 (Nove mil, trezentos e trinta e um reais e dezoito centavos).  
Data de Vigência: 30/04/2018 à 31/08/2018.  
Município de Peritiba – SC em 30 de Abril de 2018.  
NEUSA KLEIN MARASCHINI  
Prefeita Municipal

### EXTRATO DE CONTRATO 68/2018

Publicação Nº 1608927

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE PERITIBA  
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório:  
Processo Licitatório nº 34/2018, Pregão Presencial nº 15/2018.  
Objeto: A aquisição de Gêneros Alimentícios para Merenda Escolar para o 2º quadrimestre de 2018.  
Dados do Contrato: CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 68/2018.  
Contratado: MERCADO BERVIAN LTDA - EPP  
CNPJ nº 03.536.050/0001-86  
Valor: R\$ 17.051,58 (Dezessete mil, cinquenta e um reais e cinquenta e oito centavos).  
Data de Vigência: 30/04/2018 à 31/08/2018.  
Município de Peritiba – SC em 30 de Abril de 2018.  
NEUSA KLEIN MARASCHINI  
Prefeita Municipal

### EXTRATO DE CONTRATO 69/2018

Publicação Nº 1608929

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE PERITIBA  
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório:  
Processo Licitatório nº 34/2018, Pregão Presencial nº 15/2018.  
Objeto: A aquisição de Gêneros Alimentícios para Merenda Escolar para o 2º quadrimestre de 2018.  
Dados do Contrato: CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 69/2018.  
Contratado: CAPINZAL CENTER LTDA ME  
CNPJ nº 07.383.088/0001-17  
Valor: R\$ 13.279,58 (Treze mil, duzentos e setenta e nove reais e cinquenta e oito centavos).  
Data de Vigência: 30/04/2018 à 31/08/2018.  
Município de Peritiba – SC em 30 de Abril de 2018.  
NEUSA KLEIN MARASCHINI  
Prefeita Municipal

### EXTRATO DE CONTRATO 70/2018

Publicação Nº 1608931

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE PERITIBA  
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório:  
Processo Licitatório nº 34/2018, Pregão Presencial nº 15/2018.  
Objeto: A aquisição de Gêneros Alimentícios para Merenda Escolar para o 2º quadrimestre de 2018.  
Dados do Contrato: CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 70/2018.

### EXTRATO DE CONTRATO 71/2018

Publicação Nº 1608935

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE PERITIBA  
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório:  
Processo Licitatório nº 34/2018, Pregão Presencial nº 15/2018.  
Objeto: A aquisição de Gêneros Alimentícios para Merenda Escolar para o 2º quadrimestre de 2018.  
Dados do Contrato: CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 71/2018.  
Contratado: COMÉRCIO DE PRODUTOS CHEIRO BOM - EIRELI - ME  
CNPJ nº 28.235.922/0001-05  
Valor: R\$ 13.000,48 (Treze mil e quarenta e oito centavos).  
Data de Vigência: 30/04/2018 à 31/08/2018.  
Município de Peritiba – SC em 30 de Abril de 2018.  
NEUSA KLEIN MARASCHINI  
Prefeita Municipal

### EXTRATO DE CONTRATO 72/2018

Publicação Nº 1608936

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE PERITIBA  
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório:  
Processo Licitatório nº 34/2018, Pregão Presencial nº 15/2018.  
Objeto: A aquisição de Gêneros Alimentícios para Merenda Escolar para o 2º quadrimestre de 2018.  
Dados do Contrato: CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 72/2018.  
Contratado: PADARIA E LANCHERIA PERITIBA LTDA ME  
CNPJ nº 85.102.986/0001-63  
Valor: R\$ 5.634,50 (Cinco mil, seiscentos e trinta e quatro reais e cinquenta centavos).  
Data de Vigência: 30/04/2018 à 31/08/2018.  
Município de Peritiba – SC em 30 de Abril de 2018.  
NEUSA KLEIN MARASCHINI  
Prefeita Municipal

### EXTRATO DE CONTRATO 73/2018

Publicação Nº 1608937

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE PERITIBA  
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório:  
Processo Licitatório nº 34/2018, Pregão Presencial nº 15/2018.  
Objeto: A aquisição de Gêneros Alimentícios para Merenda Escolar para o 2º quadrimestre de 2018.

Dados do Contrato: CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 73/2018.  
Contratado: PERITIBA MASSAS CASEIRAS LTDA - ME  
CNPJ nº 20.676.420/0001-08  
Valor: R\$ 2.873,60 (Dois mil, oitocentos e setenta e três reais e sessenta centavos).  
Data de Vigência: 30/04/2018 à 31/08/2018.  
Município de Peritiba – SC em 30 de Abril de 2018.  
NEUSA KLEIN MARASCHINI  
Prefeita Municipal

Objeto: A aquisição de peças para Caminhão Mercedes Benz Atron.  
Dados do Contrato: CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 76/2018.  
Contratado: RAFAEL FELIPE PERSIO EPP  
CNPJ nº 13.225.593/0001-36  
Valor: R\$ 700,00 (setecentos reais).  
Data de Vigência: 30/04/2018 à 31/12/2018.  
Município de Peritiba – SC em 30 de Abril de 2018.  
NEUSA KLEIN MARASCHINI  
Prefeita Municipal

## EXTRATO DE CONTRATO 74/2018

Publicação Nº 1608939

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE PERITIBA  
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório:  
Processo Licitatório nº 36/2018, Pregão Presencial nº 16/2018.  
Objeto: A aquisição de peça protetora de cabine de trator de esteiras D51 EX.  
Dados do Contrato: CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 74/2018.  
Contratado: PAVIMAQUINAS - COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA  
CNPJ nº 85.199.578/0001-71  
Valor: R\$ 3.252,48 (três mil e duzentos e cinquenta e dois reais e quarenta e oito centavos).  
Data de Vigência: 30/04/2018 à 31/12/2018.  
Município de Peritiba – SC em 30 de Abril de 2018.  
NEUSA KLEIN MARASCHINI  
Prefeita Municipal

## EXTRATO DE CONTRATO 75/2018

Publicação Nº 1608941

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE PERITIBA  
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório:  
Processo Licitatório nº 36/2018, Pregão Presencial nº 16/2018.  
Objeto: A aquisição de peças para conserto de Motoniveladora Caterpillar 120G.  
Dados do Contrato: CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 75/2018.  
Contratado: CHAPEMÁQUINAS COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA  
CNPJ nº 07.869.457/0001-86  
Valor: R\$ 9.100,00 (nove mil e cem reais).  
Data de Vigência: 30/04/2018 à 31/12/2018.  
Município de Peritiba – SC em 30 de Abril de 2018.  
NEUSA KLEIN MARASCHINI  
Prefeita Municipal

## EXTRATO DE CONTRATO 76/2018

Publicação Nº 1608945

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE PERITIBA  
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório:  
Processo Licitatório nº 36/2018, Pregão Presencial nº 16/2018.

# Pescaria Brava

## PREFEITURA

### EXTRATO DE ATA 13 2018 PMPB

Publicação Nº 1608089

Extrato de Ata da Prefeitura Municipal de Pescaria Brava

Processo Administrativo Nº: 12/2018- PMPB

PREGÃO PRESENCIAL Nº: 08/2018

Ata Nº 13/2018

Contratante: Prefeitura Municipal de Pescaria Brava

Contratada: satellite comercial ltda

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA, POR REGISTRO DE PREÇO, PARA FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COM-  
POR A MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS REGULARMENTE MATRICULADOS NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL, EDUCAÇÃO  
INFANTIL E OUTROS, DO MUNICÍPIO DE PESCARIA BRAVA-SC, PARA O ANO LETIVO DE 2018

Valor: r\$ 53.951,00 (CINQUENTA E TRÊS MIL, NOVESENTOS E CINQUENTA E UM REAIS)

vIGÊNCIA: 12 MESES

### EXTRATO DO CONTRATO 07/2018 PMPB

Publicação Nº 1608088

Extrato dO CONTRATO DA Prefeitura Municipal de Pescaria Brava

Processo Administrativo Nº: 10/2018

Pregão Presencial Nº: 07/2018

contrato nº. 07/2018

Contratante: Prefeitura Municipal de Pescaria Brava

Contratada: BETHA SISTEMAS LTDA

Objeto: LICENCIAMENTO DO DIREITO DE USO DE APLICATIVOS DE GESTÃO PÚBLICA, PARA USO TEMPORÁRIO E NÃO EXCLUSIVO, CON-  
FORME QUANTIDADES DE USUÁRIOS PREVISTAS NO EDITAL.

data DE ASSINATURA: 04 DE ABRIL 2018

Valor: r\$ 102.579,60 (CENTO E DOIS MIL QUINHENTOS E SETENTA E NOVE REAIS E SESSENTA CENTAVOS).

Vigência: 12 meses

# Pinheiro Preto

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO 082/2018

Publicação Nº 1608066

AVISO DE LICITAÇÃO  
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO  
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 082/2018  
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, através de seu Prefeito, faz saber a todos, que realizará na data de 16/05/2018, Licitação Modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 082/2018, que visa AQUISIÇÕES FUTURAS, COM ENTREGAS PARCELADAS, DE MUDAS DE FLORES, MUDAS DE ÁRVORES, GRAMA, PEDRAS, PÓ DE BASALTO, VASOS, CACHEPÔS E ADUBO PARA O PLANTIO NOS ESPAÇOS PÚBLICOS, PELA SECRETARIA DE AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO URBANO E TURISMO.

DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTAS DE PREÇOS: 16/05/2018, até às 09:45hs, com abertura dos envelopes contendo as propostas de preços nesta mesma data, às 10:00hs.

Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa de Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, n. 111, fone (49) 3562-2000, ou pelo site [www.pinheiropreto.sc.gov.br](http://www.pinheiropreto.sc.gov.br).

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO-SC, 30 DE ABRIL DE 2018.  
PEDRO RABUSKE  
Prefeito Municipal

### CONTRATO ADMINISTRATIVO 157/2018

Publicação Nº 1608140

#### CONTRATO ADMINISTRATIVO 157/2018

Termo de Contrato de AQUISIÇÃO DE APARELHOS PARA A DESOBSTRUÇÃO DA REDE DE ESGOTO celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa PRODUTOS SAP LTDA, autorizado através do Processo n. 147/2018, Licitação n. 051DL2018, modalidade Dispensa por Justificativa.

CONTRATANTE:  
Município de Pinheiro Preto  
CNPJ-MF nº 82.827.148/0001-69  
Endereço: (sede): Avenida Marechal Arthur Costa e Silva, 111  
Centro, Pinheiro Preto-SC.  
Representada por: PEDRO RABUSKE

CONTRATADA:  
Empresa: PRODUTOS SAP LTDA  
CNPJ-MF nº 01.377.293/0001-93  
Endereço: R FELISBERTO TAMIAO, 661, JD GOLIVE,  
Sertãozinho - São Paulo – CEP 14.170-230

Em conformidade com o processo de licitação na modalidade Dispensa por Justificativa nº 051DL2018, datado de 27/04/2018, na forma e condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO

1. O termo de contrato tem por objeto AQUISIÇÃO DE APARELHOS PARA A DESOBSTRUÇÃO DA REDE DE ESGOTO

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	APARELHO MANUAL PARA DESOBSTRUÇÃO DE REDE DE ESGOTO	un	1	2.100,00	2.100,00

TOTAL CONTRATADO: R\$ 2.100,00 (dois mil e cem reais).

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO PAGAMENTO

2.1. Os recursos para pagamento do objeto do termo de contrato estarão garantidos através das classificações orçamentárias:



2 - Município de Pinheiro Preto  
2000 - PODER EXECUTIVO  
2005 - SECRET. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE  
20 - Agricultura  
606 - Extensão Rural  
20 - Assistência Ao Produtor Rural  
2.40 - MANUTENÇÃO DE ATIVIDADE DE APOIO A AGRICULTURA  
257 - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas  
300 - Recursos Ordinários - Ex. anterior

2.2. O pagamento do preço será efetuado por meio de depósito na conta bancária da contratada, até o 5º (quinto) dia do recebimento definitivo, através de Ordem Bancária, mediante apresentação da nota fiscal, devidamente atestada pelo setor competente.

2.3. Para execução do pagamento de que trata a presente Cláusula, a CONTRATADA deverá fazer constar como beneficiário/cliente a ser indicado, da Nota Fiscal/Fatura correspondente, emitida sem rasuras, e ainda o número da Nota de Empenho, os números do Banco, da Agência e da conta-corrente da CONTRATADA e a descrição clara e sucinta do objeto.

2.4. Ao CONTRATANTE fica reservado o direito de não efetuar o pagamento se, no momento da aceitação, os serviços prestados, não estiverem em perfeitas condições e em conformidade com as especificações estipuladas.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO e VIGÊNCIA

3.1. A forma de execução do presente Contrato será indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário, conforme disposto na Lei nº 8.666/93.

3.2 O contrato terá início na data da sua assinatura e término em com a entrega total dos produtos e efetuação dos serviços.

#### CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

4.1. Constituem obrigações do CONTRATANTE, sem prejuízo das disposições específicas estabelecidas no Edital:

- 4.1.1. Cumprir e fazer cumprir o disposto neste Contrato;
- 4.1.2. Relacionar-se com a CONTRATADA exclusivamente por meio de pessoa por ela indicada;
- 4.1.3. Assegurar o livre acesso dos empregados da CONTRATADA, quando devidamente identificados e uniformizados, aos locais em que devam executar suas tarefas;
- 4.1.4. Efetuar com pontualidade os pagamentos à CONTRATADA, após o cumprimento das formalidades legais;
- 4.1.5. Fornecer à CONTRATADA, todos os esclarecimentos necessários para execução dos serviços e demais informações que estes venham a solicitar para o desempenho dos serviços ora contratados.

4.2. O CONTRATANTE reserva para si o direito de aplicar sanções ou rescindir o contrato no caso de inobservância pela CONTRATADA de quaisquer das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato.

4.3. O CONTRATANTE efetuará a fiscalização e o acompanhamento da execução dos serviços por meio do Gestor/Fiscal do Contrato, devendo este fazer anotações e registros de todas as ocorrências e determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

4.4. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer ônus, direitos e obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária e decorrentes da execução do presente Contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberá, exclusivamente à Contratada.

4.5. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por quaisquer danos causados a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 A CONTRATADA assume como exclusivamente seus os riscos e as despesas necessárias à boa e perfeita prestação do serviço, conforme solicitado. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda quaisquer prejuízos que sejam causados a Contratante ou a terceiros.

5.2 A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os vícios, defeitos e incorreções resultantes da execução do objeto.

#### CLÁUSULA SEXTA – VINCULAÇÃO DO CONTRATO

6.1 O presente contrato fica vinculado à Licitação nº 051DL2018 – modalidade Dispensa por Justificativa, obrigando-se à CONTRATADA em manter a vigência do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas por lei.

**CLÁUSULA SÉTIMA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

O presente contrato rege-se pelas disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, Lei nº 10.520/2002 e Decreto Municipal nº 2.785/07, e demais normas e Princípios de Direito Administrativo aplicáveis.

**CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO DO CONTRATO**

9.1 A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão.

9.2 Constituem motivos para rescisão do contrato as hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

9.3 A rescisão do contrato poderá ser:

9.3.1 Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93.

9.3.2 Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

9.3.3 Judicial, nos termos da legislação aplicável.

**CLÁUSULA NONA – PENALIDADES**

10.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, o CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

10.1.1. Advertência;

10.1.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre valor total do contrato;

10.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo até 2 (dois) anos;

10.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação.

10.2. As sanções previstas nos itens 10.1.3 e 10.1.4 poderão, ainda, ser aplicadas caso a CONTRATADA:

10.2.1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

10.2.2. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DISPOSIÇÕES FINAIS**

11.1 A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessário na prestação de serviço, até o limite de 25 % (vinte e cinco por cento).

11.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventual controvérsia oriunda do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto-SC, 27 de abril de 2018.

CONTRATANTE

Município de Pinheiro Preto

PEDRO RABUSKE

CONTRATADA

PRODUTOS SAP LTDA

REPRESENTANTE

TESTEMUNHAS:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

**CONTRATO ADMINISTRATIVO 158/2018**

Publicação Nº 1608804

**CONTRATO ADMINISTRAÇÃO 158/2018**

Termo de Contrato de FORNECIMENTO DE PROGRAMA DE SOFTWARE GESTÃO MUNICIPAL- MAIO/2018 celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa PUBLICA TECNOLOGIA LTDA, autorizado através do Processo n. 149/2018, Licitação n. 052DL2018, modalidade Dispensa por Justificativa.

**CONTRATANTE:**

Município de Pinheiro Preto  
CNPJ-MF nº 82.827.148/0001-69  
Endereço: (sede): Avenida Marechal Arthur Costa e Silva, 111  
Centro, Pinheiro Preto-SC.  
Representada por: PEDRO RABUSKE

**CONTRATADA:**

Empresa: PUBLICA TECNOLOGIA LTDA  
CNPJ-MF nº 95.836.771/0001-20  
Endereço: Rua Rua Içara, 151, Itoupava Seca,  
Blumenau - Santa Catarina – CEP 89.030-170

Em conformidade com o processo de licitação na modalidade Dispensa por Justificativa nº 052DL2018, datado de 30/04/2018, na forma e condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO**

1. O termo de contrato tem por objeto FORNECIMENTO DE PROGRAMA DE SOFTWARE GESTÃO MUNICIPAL- MAIO/2018

Item	Material/Serviço	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	Locação de Software	1	6.601,21	6.601,21

TOTAL CONTRATADO: R\$ 6.601,21 (seis mil e seiscentos e um reais e vinte e um centavos).

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO PAGAMENTO**

2.1. Os recursos para pagamento do objeto do termo de contrato estarão garantidos através das classificações orçamentárias:

2 - Município de Pinheiro Preto  
2000 - PODER EXECUTIVO  
2002 - SECRET. DE ADMINISTR. E FINANÇAS  
4 - Administração  
122 - Administração Geral  
3 - Administração Geral  
2.22 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
99 - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas  
100 - Recursos Ordinarios

2.2. O pagamento do preço será efetuado por meio de depósito na conta bancária da contratada, até o 5º (quinto) dia do recebimento definitivo, através de Ordem Bancária, mediante apresentação da nota fiscal, devidamente atestada pelo setor competente.

2.3. Para execução do pagamento de que trata a presente Cláusula, a CONTRATADA deverá fazer constar como beneficiário/cliente a ser indicado, da Nota Fiscal/Fatura correspondente, emitida sem rasuras, e ainda o número da Nota de Empenho, os números do Banco, da Agência e da conta-corrente da CONTRATADA e a descrição clara e sucinta do objeto.

2.4. Ao CONTRATANTE fica reservado o direito de não efetuar o pagamento se, no momento da aceitação, os serviços prestados, não estiverem em perfeitas condições e em conformidade com as especificações estipuladas.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO e VIGÊNCIA**

3.1. A forma de execução do presente Contrato será indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário, conforme disposto na Lei nº 8.666/93.

3.2 O contrato terá início na data da sua assinatura e término em com a entrega total dos produtos e efetuação dos serviços.

**CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

4.1. Constituem obrigações do CONTRATANTE, sem prejuízo das disposições específicas estabelecidas no Edital:

- 4.1.1. Cumprir e fazer cumprir o disposto neste Contrato;
- 4.1.2. Relacionar-se com a CONTRATADA exclusivamente por meio de pessoa por ela indicada;
- 4.1.3. Assegurar o livre acesso dos empregados da CONTRATADA, quando devidamente identificados e uniformizados, aos locais em que devam executar suas tarefas;
- 4.1.4. Efetuar com pontualidade os pagamentos à CONTRATADA, após o cumprimento das formalidades legais;
- 4.1.5. Fornecer à CONTRATADA, todos os esclarecimentos necessários para execução dos serviços e demais informações que estes venham a solicitar para o desempenho dos serviços ora contratados.

4.2. O CONTRATANTE reserva para si o direito de aplicar sanções ou rescindir o contrato no caso de inobservância pela CONTRATADA de quaisquer das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato.

4.3. O CONTRATANTE efetuará a fiscalização e o acompanhamento da execução dos serviços por meio do Gestor/Fiscal do Contrato, devendo este fazer anotações e registros de todas as ocorrências e determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

4.4. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer ônus, direitos e obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária e decorrentes da execução do presente Contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberá, exclusivamente à Contratada.

4.5. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por quaisquer danos causados a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 A CONTRATADA assume como exclusivamente seus os riscos e as despesas necessárias à boa e perfeita prestação do serviço, conforme solicitado. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda quaisquer prejuízos que sejam causados a Contratante ou a terceiros.

5.2 A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os vícios, defeitos e incorreções resultantes da execução do objeto.

#### CLÁUSULA SEXTA – VINCULAÇÃO DO CONTRATO

6.1 O presente contrato fica vinculado à Licitação nº 052DL2018 – modalidade Dispensa por Justificativa, obrigando-se à CONTRATADA em manter a vigência do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas por lei.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente contrato rege-se pelas disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, Lei nº 10.520/2002 e Decreto Municipal nº 2.785/07, e demais normas e Princípios de Direito Administrativo aplicáveis.

#### CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO DO CONTRATO

9.1 A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão.

9.2 Constituem motivos para rescisão do contrato as hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

9.3 A rescisão do contrato poderá ser:

9.3.1 Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93.

9.3.2 Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

9.3.3 Judicial, nos termos da legislação aplicável.

#### CLÁUSULA NONA – PENALIDADES

10.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, o CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

10.1.1. Advertência;

10.1.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre valor total do contrato;

10.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo até 2 (dois) anos;

10.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação.

10.2. As sanções previstas nos itens 11.1.3 e 11.1.4 poderão, ainda, ser aplicadas caso a CONTRATADA:

10.2.1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

10.2.2. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1 A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessário na prestação de serviço, até o limite de 25 % (vinte e cinco por cento).

11.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventual controvérsia oriunda do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto-SC, 30 de abril de 2018.

CONTRATANTE

Município de Pinheiro Preto

PEDRO RABUSKE

CONTRATADA

PUBLICA TECNOLOGIA LTDA

REPRESENTANTE

TESTEMUNHAS:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

#### PORTARIA 235

Publicação Nº 1608143

PORTARIA N. 235, DE 20 DE ABRIL DE 2018.

ALTERA MEMBRO DE QUE TRATA PORTARIA Nº 219, DE 09 DE ABRIL DE 2018

#### PORTARIA DE HOMOLOGAÇÃO 247/2018

Publicação Nº 1608152

PORTARIA Nº 247 DE 27 DE ABRIL DE 2018.

HOMOLOGA LICITAÇÃO Nº 076/2018 E ADJUDICA O OBJETO À EMPRESA VENCEDORA.

PEDRO RABUSKE Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a decisão da comissão de licitação, bem como parecer da Assessoria Jurídica, RESOLVE:

Art. 1º Homologa a licitação nº 076/2018, modalidade PREGÃO PRESENCIAL, visando a contratação de empresa para SERVIÇOS DE MÃO-DE OBRAS DE REMOÇÃO E CONserto DE PNEUS, e adjudica o objeto licitado à empresa NORBERTO PNEUS LTDA, inscrita no CNPJ /MF sob nº. 09.075.902/0001-61, pelos seguintes itens e respectivos preços: item 01 (R\$ 20,00); item 02 (R\$ 40,00); item 03 (R\$ 60,00); item 04 (R\$ 90,00); item 05 (R\$ 10,00); item 06 (R\$ 25,00); item 07 (R\$ 30,00); item 08 (R\$ 45,00), totalizando o valor global de R\$ 320,00 (trezentos e cinte reais).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 27 DE ABRIL DE 2018.

PEDRO RABUSKE

Prefeito Municipal



# Pomerode

## PREFEITURA

### **PREGÃO PRESENCIAL N.º 004 / 2018 – REGISTRO DE PREÇOS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE POMERODE**

Publicação N° 1607611

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE POMERODE  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL N.º 004 / 2018 – REGISTRO DE PREÇOS - SAÚDE

Processo Administrativo n.º 006 / 2018 - SAÚDE.

Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E INSUMOS POR DEMANDA JUDICIAL, COM ENTREGA PARCELADA, PARA ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE POMERODE, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.

Entrega dos envelopes: Até as 08h00min. do dia 22/05/2018.

Local: Praça do Cidadão do Município de Pomerode/SC.

Abertura das propostas: 08h00min.do dia 22/05/2018.

Local: Sala de licitações no prédio da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

O edital e demais esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Diretoria de Licitações e Contratos do Município de Pomerode – Rua 15 de Novembro, n.º 525, Centro – Pomerode/SC – CEP 89.107-000, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 07h30min. às 11h30min. e das 13h00min. às 17h00min., Fone: (47) 3387-7229, e-mail: [licitacao@pomerode.sc.gov.br](mailto:licitacao@pomerode.sc.gov.br), ou site: [www.pomerode.sc.gov.br](http://www.pomerode.sc.gov.br) – Portal do Cidadão.

Pomerode / SC, 27 de Abril de 2018.

MARCOS BÖNNMANN  
Secretário Municipal de Saúde

# Ponte Alta do Norte

## PREFEITURA

### PORTARIA - 068/2018

Publicação Nº 1608887

PORTARIA N.º 068/2018

RETORNA SERVIDOR MUNICIPAL NA FUNÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

ROBERTO MOLIN DE ALMEIDA, Prefeito Municipal de Ponte Alta do Norte, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 81, item VIII da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE

Art. 1º - Fica autorizado o retorno da Servidora DELFA TEREZINHA WOLLINGER COSTA, matrícula nº 359, ocupante do cargo de Secretaria Executiva, junto ao Departamento de Administração, planejamento e finanças, da Licença para Tratar de Assuntos Particulares, antes do término previsto, a contar da data de 02 de Maio de 2018, na forma prevista pelo Artigo 71, § 1º da Lei 006/2001 e consoante requerimento encaminhado ao Departamento de Recursos Humanos.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Ponte Alta do Norte, 02 de maio de 2018  
ROBERTO MOLIN DE ALMEIDA  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria aos dois dias do mês de maio do ano de 2018, na Portaria da Prefeitura Municipal e diário oficial dos municípios – DOM.

### PORTARIA - 069/2018

Publicação Nº 1608888

PORTARIA N.º 069/2018

EXONERA DA FUNÇÃO DESIGNADA DE SECRETARIA EXECUTIVA EM CARATER PROVISÓRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO MOLIN DE ALMEIDA Prefeito Municipal de Ponte Alta do Norte, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 81, item VIII da Lei Orgânica Municipal

RESOLVE

Art.1º- Fica exonerada da função gratificada designado em caráter provisório e cessada a gratificação concedida a servidora THUANY CRISTINE COELHO, matrícula nº 423, em virtude do retorno do titular para o Cargo de Secretaria Executiva, pela portaria nº 068/2018 mantendo somente com as funções ao qual está lotado, o cargo de provimento efetivo de Auxiliar Administrativo, a partir de 02 de Maio de 2018.

Art.2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Ponte Alta do Norte, 02 de Maio de 2018.  
ROBERTO MOLIN DE ALMEIDA  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria aos dois dias do mês de maio do ano de 2018, na Portaria da Prefeitura Municipal e Diário Oficial dos Municípios – DOM.

### PORTARIA - 070/2018

Publicação Nº 1608889

PORTARIA N.º 070/2018

EXONERA SERVIDOR EM CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO POR APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO MOLIN DE ALMEIDA, Prefeito Municipal de Ponte Alta do Norte, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 81, item VIII da Lei Orgânica Municipal

RESOLVE

Art. 1.º - Fica exonerada, a servidora MARIZA APARECIDA TELLES WOLLINGER, matrícula nº 2360, em virtude da Aposentadoria por tempo de contribuição, a partir de fevereiro de 2018, junto ao órgão da Previdência Social – INSS, do quadro de pessoal da Administração direta desta Prefeitura, nomeada para o cargo efetivo de Professora – magistério - 20 horas.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada disposições em contrário.

Ponte Alta do Norte, 02 de maio de 2018.  
ROBERTO MOLIN DE ALMEIDA  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria aos dois dias do mês de maio do ano de 2018, na Portaria da Prefeitura Municipal.

### PORTARIA - 071/2018

Publicação Nº 1608890

PORTARIA N.º 071/2018

EXONERA SERVIDOR EM CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO POR APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO MOLIN DE ALMEIDA, Prefeito Municipal de Ponte Alta do Norte, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 81, item VIII da Lei Orgânica Municipal

RESOLVE

Art. 1.º - Fica exonerada, a servidora MARIZA APARECIDA TELLES WOLLINGER, matrícula nº 480, em virtude da Aposentadoria por tempo de contribuição, a partir de fevereiro de 2018, junto ao órgão da Previdência Social – INSS, do quadro de pessoal da Administração direta desta Prefeitura, nomeada para o cargo efetivo de Professora – Pedagogia - 20 horas.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação,

revogada disposições em contrário.

Ponte Alta do Norte, 02 de maio de 2018.

ROBERTO MOLIN DE ALMEIDA

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria aos dois dias do mês de maio do ano de 2018, na Portaria da Prefeitura Municipal e DOM – Diário Oficial dos Municípios.

# Ponte Serrada

## PREFEITURA

### DECRETO 316/2018

Publicação Nº 1608355

DECRETO Nº 316/2018 DE 23 DE ABRIL DE 2018.

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL."

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido férias a Sra. ANA PAULA DE ALMEIDA ZANCANARO, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria de Saúde, por um período de 30 dias, referente ao período aquisitivo de 15/02/2017 a 14/02/2018 para serem gozadas de 02/05/2018 a 31/05/2018.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 23 DE ABRIL DE 2018.

ALCEU ALBERTO WRUBEL  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

### DECRETO 317/2018

Publicação Nº 1608358

DECRETO Nº 317/2018, DE 23 DE ABRIL DE 2018.

"CONTRATA SERVIDORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 138/2013;

CONSIDERANDO o Edital do Processo Seletivo 001/2017;

DECRETA:

Art. 1º - Fica contratada a Sra. JUCELIA DE SOUZA, portadora do CPF n. 046.359.319-78 para exercer o cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, para exercer suas funções no CEI Hermínia Severgnini, com vigência até o encerramento do ano letivo escolar.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeito retroativo a contar de 10 de abril de 2018.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 23 DE ABRIL DE 2018.

ALCEU ALBERTO WRUBEL  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

### DECRETO 318/2018

Publicação Nº 1608359

DECRETO Nº 318/2018, DE 23 DE ABRIL DE 2018.

"CONTRATA SERVIDORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 138/2013;

CONSIDERANDO o Edital do Processo Seletivo 001/2017;

DECRETA:

Art. 1º - Fica contratada a Sra. ANDRIELI DOS SANTOS LAMP, portadora do CPF n. 094.211.289-07 para exercer o cargo de AGENTE EDUCACIONAL, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, com vigência até o encerramento do ano letivo escolar.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 23 DE ABRIL DE 2018.

ALCEU ALBERTO WRUBEL  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

### DECRETO 319/2018

Publicação Nº 1608360

DECRETO Nº 319/2018 DE 23 DE ABRIL DE 2018.

"ALTERA CARGA HORARIA TEMPORARIAMENTE COMO ESPECIFICA"

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

CONSIDERANDO que a servidora efetiva do cargo senhora Dilvane Balbinot encontra se em licença para tratamento de saúde;

DECRETA:

Art. 1º. - Fica alterada a carga horária da servidora pública municipal Sra. GILVANA XAVIER, matrícula 6727, ocupante do cargo de PROFESSOR, com 20:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, para responder

temporariamente por mais 20:00 horas semanais, até o retorno da servidora efetiva para suas atividades normais.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzido efeito retroativo a contar do dia 11 de abril de 2018.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 23 DE ABRIL DE 2018.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

## **DECRETO 320/2018**

Publicação Nº 1608361

DECRETO Nº 320/2018 DE 23 DE ABRIL DE 2018.

“ALTERA CARGA HORARIA TEMPORARIAMENTE COMO ESPECIFICA”

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

CONSIDERANDO que a servidora efetiva do cargo senhora Dilvane Balbinot encontra se em licença para tratamento de saúde;

DECRETA:

Art. 1º. – Fica alterada a carga horária da servidora pública municipal Sra. LUCIANA BARBOSA GONÇALVES, matrícula 753, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR, com 20:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, para responder temporariamente por mais 20:00 horas semanais, até o retorno da servidora efetiva para suas atividades normais.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzido efeito retroativo a contar do dia 11 de abril de 2018.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 23 DE ABRIL DE 2018.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

## **DECRETO 321/2018**

Publicação Nº 1608362

DECRETO Nº 321/2018, DE 23 DE ABRIL DE 2018.

“CONTRATA SERVIDORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO”

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 138/2013;

CONSIDERANDO a chamada pública n. 009/2018 da Secretaria Municipal de Educação;

DECRETA:

Art. 1º - Fica contratada a Sra. ZENI BRENA, portadora do CPF n. 949.145.169-34 para exercer o cargo de PROFESSORA, sem habilitação, com 20:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, para exercer suas funções na Educação Especial, na EBM Antonio Paglia, com vigência até o encerramento do ano letivo escolar.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, a contar do dia 17 de abril de 2018.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 23 DE ABRIL DE 2018.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

## **DECRETO 322/2018**

Publicação Nº 1608364

DECRETO Nº 322/2018 DE 23 DE ABRIL DE 2018.

“CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO”

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 138/2013;

CONSIDERANDO a aprovação e classificação no Processo Seletivo nº 001/2017;

CONSIDERANDO, a licença para tratamento de saúde da servidora Daciene Paula Bertol;

DECRETA:

Art. 1º - Fica contratado o Sr. MATEUS DE MACEDO, portador do CPF n. 103.852.429-64, para exercer o cargo de PROFESSOR, sem habilitação com 30:00 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, com vigência até o retorno da servidora as suas atividades normais, e , caso não retorne, até o encerramento do ano letivo escolar, para exercer sua função como Professor de Educação Física no CEI Tereza Feronatto Favero.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeito retroativo a partir de 18 de abril de 2018.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 23 DE ABRIL DE 2018.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.



**DECRETO 323/2018**

Publicação Nº 1608365

DECRETO Nº 323/2018 DE 23 DE ABRIL DE 2018.

"CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE".

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde da Funcionária Pública Municipal Srª. MARLENE LUIZA BECKER NAIBO, ocupante do cargo de ENFERMEIRA, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - O período do atestado médico é de 120 dias, a contar do dia de hoje em anexo.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 23 DE ABRIL DE 2018.

ALCEU ALBERTO WRUBEL  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**DECRETO 324/2018**

Publicação Nº 1608366

DECRETO Nº 324/2018 DE 23 DE ABRIL DE 2018.

"CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE".

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde da Funcionária Pública Municipal Srª. SIDINEIA MACIEL, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - O período do atestado médico é de 15 dias, a contar do dia de hoje em anexo.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 23 DE ABRIL DE 2018.

ALCEU ALBERTO WRUBEL  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**DECRETO 325/2018**

Publicação Nº 1608369

DECRETO Nº 325/2018 DE 23 DE ABRIL DE 2018.

"CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE".

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde da Funcionária Pública Municipal Srª. MARISTELA GIOMBELLI, ocupante do cargo de ENFERMEIRA, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - O período do atestado médico é de 15 dias, a contar do dia 27 de março de 2018, em anexo.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 23 DE ABRIL DE 2018.

ALCEU ALBERTO WRUBEL  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**DECRETO 326/2018**

Publicação Nº 1608372

DECRETO Nº 326/2018, DE 23 DE ABRIL DE 2018.

"CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA"

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

CONSIDERANDO o atestado apresentado pela servidora LIDIA CARMARGO ROTELLIS de licença para tratamento de saúde de seus filhos menores.

CONSIDERANDO que o estatuto dos servidores públicos municipais, previsto na LC 022/2002, prevê a concessão de Licença de até 30 dias nesses casos.

DECRETA:

Art. 1 – Fica concedida a licença por motivo de doença em pessoa da família por um período de 03 dias, nos dias conforme atestado médico, de 16/04/2018 a 18/04/2018, a servidora pública municipal Srª LIDIA CARGO ROTELLIS, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 23 DE ABRIL DE 2018.

ALCEU ALBERTO WRUBEL  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra na forma da Lei.

### **DECRETO 327/2018**

Publicação Nº 1608375

DECRETO Nº 327/2018 DE 23 DE ABRIL DE 2018.

“CONCEDE LIÇENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE”.

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde da Funcionária Pública Municipal Srª. LUZIANE MARQUES DOS SANTOS, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - O período do atestado médico é de 05 dias, a contar do dia de hoje, em anexo.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 23 DE ABRIL DE 2018.

ALCEU ALBERTO WRUBEL  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

### **DECRETO 328/2018**

Publicação Nº 1608378

DECRETO Nº 328/2018 DE 23 DE ABRIL DE 2018.

“DISPÕE SOBRE NOVA LOTAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO”.

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

CONSIDERANDO a necessidade de o município transferir o local de trabalho de alguns de seus servidores, com vistas a atender ao interesse público, sobretudo no tocante à excelência na prestação dos serviços de responsabilidade do ente público,

DECRETA:

Art. 1º - Fica determinado o servidor VANDERLEI PEREIRA, ocupante do cargo efetivo de VIGIA, com 40 horas semanais, passará a ser lotado na Secretaria Municipal de Serviços Urbanos.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 23 DE ABRIL DE 2018.

ALCEU ALBERTO WRUBEL  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

### **DECRETO 329/2018**

Publicação Nº 1608380

DECRETO Nº 329/2018 DE 23 DE ABRIL DE 2018.

“ALTERA CARGA HORARIA TEMPORARIAMENTE COMO ESPECIFICA”

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

DECRETA:

Art. 1º - Fica alterada a carga horária da servidora pública municipal Sra. MARLI FRANCISCA FORNARI DE MELO, matrícula 6703, ocupante do cargo de PROFESSOR, com 20:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, para responder temporariamente por mais 10:00 horas semanais, com vigência até o encerramento do ano letivo escolar.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzido efeito retroativo a contar do dia 02 de abril de 2018.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 23 DE ABRIL DE 2018.

ALCEU ALBERTO WRUBEL  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

### **DECRETO 330/2018**

Publicação Nº 1608381

DECRETO Nº 330/2018 DE 23 DE ABRIL DE 2018.

“ALTERA CARGA HORARIA TEMPORARIAMENTE COMO ESPECIFICA”

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

DECRETA:

Art. 1º - Fica alterada a carga horária da servidora pública municipal Sra. SILVANA DE FATIMA RODRIGUES, matrícula 6726, ocupante do cargo de PROFESSOR, sem habilitação com 20:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, para responder temporariamente por mais 10:00 horas semanais, com vigência até o encerramento do ano letivo escolar.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzido efeito retroativo a contar do dia 02 de abril de 2018.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 23 DE ABRIL DE 2018.

ALCEU ALBERTO WRUBEL  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

## **DECRETO 331/2018**

Publicação Nº 1608384

DECRETO Nº 331/2018, DE 23 DE ABRIL DE 2018

“REDUZ CARGA HORARIA COMO ESPECIFICA”

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º. – Fica reduzida a carga horária da Servidora Pública Municipal Sra. CRISTINA ALLEBRANDT NAZARIO, PROFESSORA, com 30:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, para exercer somente 20:00 horas semanais, para exercer suas funções na EBM Ubaldino de Araujo Bello.

Art. 2º. - Os recursos para fazer frente à execução desta despesa, correrão por conta da dotação orçamentária própria vigente.

Art. 3º. - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, produzindo efeito retroativo a partir de 07 de fevereiro de 2018.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 23 DE ABRIL DE 2018.

ALCEU ALBERTO WRUBEL  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

## **DECRETO 332/2018**

Publicação Nº 1608385

DECRETO Nº 332/2018, DE 23 DE ABRIL DE 2018.

“CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA”

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

CONSIDERANDO o atestado apresentado pela servidora GRAZIELI MELANIA ACUNHA de licença para tratamento de saúde de sua mãe.

CONSIDERANDO que o estatuto dos servidores públicos municipais, previsto na LC 022/2002, prevê a concessão de Licença de até 30 dias nesses casos.

DECRETA:

Art. 1 – Fica concedida a licença por motivo de doença em pessoa da família por um período de 05 dias, no período de 23/04/2018 a 27/04/2018 a servidora pública municipal Srª RAZIELI MELANIA ACUNHA, ocupante do cargo de PROFESSORA, com 40:00 horas semanais, sendo 20 horas efetiva e 20 horas alteração de carga horária, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 23 DE ABRIL DE 2018.

ALCEU ALBERTO WRUBEL  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra na forma da Lei.

## **DECRETO 333/2018**

Publicação Nº 1608386

DECRETO Nº 333/2018, DE 23 DE ABRIL DE 2018.

“REDUZ CARGA HORARIA COMO ESPECIFICA”

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º. – Fica reduzida a carga horária da Servidora Pública Municipal Sra. SILVANA APARECIDA NAZARIO, PROFESSORA, sem habilitação com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, para exercer somente 20:00 horas semanais, para exercer suas funções na EBM Ubaldino de Araujo Bello.

Art. 2º. - Os recursos para fazer frente à execução desta despesa, correrão por conta da dotação orçamentária própria vigente.

Art. 3º. - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, produzindo efeito retroativo a partir de 07 de fevereiro de 2018.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 23 DE ABRIL DE 2018.

ALCEU ALBERTO WRUBEL  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

## **DECRETO 334/2018**

Publicação Nº 1608387

DECRETO Nº 334/2018, DE 23 DE ABRIL DE 2018.

“CONTRATA SERVIDORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO”

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 138/2013;

CONSIDERANDO o Edital do Processo Seletivo 001/2017;

DECRETA:

Art. 1º - Fica contratada a Sra. NATIELI RODRIGUES FERREIRA, portadora do CPF n. 113.407.069-11 para exercer o cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, com vigência até o encerramento do ano letivo escolar.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeito retroativo a contar de 11 de abril de 2018.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 23 DE ABRIL DE 2018.

ALCEU ALBERTO WRUBEL  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

### **DECRETO 335/2018**

Publicação Nº 1608389

DECRETO Nº 335/2018 DE 23 DE ABRIL DE 2018.

“EXONERA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL”.

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

EXONERA:

Art. 1º - Fica exonerada a servidora ALEXANDRA MARIA GASPARI-NI ocupante do cargo PROFESSORA, sem habilitação, com 20 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, produzindo efeito retroativo a contar de 01 de abril de 2018.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 23 DE ABRIL DE 2018.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

### **DECRETO 336/2018**

Publicação Nº 1608390

DECRETO Nº 336/2018 DE 23 DE ABRIL DE 2018.

“CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE”.

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde da Funcionária Pública Municipal Srª. TEREZINHA QUISTER, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Transportes e Obras.

Art. 2º - O período do atestado médico é de 05 dias, a contar do dia de hoje, em anexo.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 23 DE ABRIL DE 2018.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

### **DECRETO 339/2018**

Publicação Nº 1608391

DECRETO Nº 339/2018 DE 23 DE ABRIL DE 2018.

“ALTERA CARGA HORARIA TEMPORARIAMENTE COMO ESPECIFICA”

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

DECRETA:

Art. 1º. – Fica alterada a carga horária da servidora pública municipal Sra. MIRIAN TESSARO, matrícula 6689, ocupante do cargo de PROFESSOR, com 20:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, para responder temporariamente por mais 10:00 horas semanais, com vigência até o encerramento do ano letivo escolar.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeito retroativo a contar do dia 19 de fevereiro de 2018.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 23 DE ABRIL DE 2018.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

### **DECRETO 340/2018**

Publicação Nº 1608393

DECRETO Nº 340/2018, DE 27 DE ABRIL DE 2018.

“EXONERA SECRETARIO MUNICIPAL”.

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,  
CONSIDERANDO o pedido de exoneração;

EXONERA:

Art. 1º - Fica exonerado a partir do dia 30 de abril de 2018, o Sr. OLIVO CORTELINI ocupante do cargo de SECRETARIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 27 DE ABRIL DE 2018.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

**DECRETO 341/2018**

Publicação Nº 1608394

DECRETO Nº 341/2018, DE 27 DE ABRIL DE 2018.

"EXONERA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL".

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

**EXONERA:**

Art. 1º - Fica exonerada a partir do dia 30 de abril de 2018, a servidora GABRIELA APARECIDA CONRADO, ocupante do cargo em comissão de CHEFE DE SETOR, com 40 horas semanais, lotada na Secretaria de Assistência Social.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 27 DE ABRIL DE 2018.

ALCEU ALBERTO WRUBEL  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

**DECRETO 343/2018**

Publicação Nº 1608901

DECRETO Nº 343/2018 DE 30 DE ABRIL DE 2018.

"NOMEIA SECRETARIO MUNICIPAL"

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

**DECRETA:**

Art. 1º. – Fica nomeado a partir do dia 02 de Maio de 2018, o Sr. ABEL CONRADO, portador do CPF 940.838.439-34, para ocupar o cargo de SECRETARIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 30 DE ABRIL DE 2018.

ALCEU ABERTO WRUBEL  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**PORTARIA 006/2018**

Publicação Nº 1608399

PORTARIA 006/2018, DE 23 DE ABRIL DE 2018.

NOMEIA GESTORA RESPONSÁVEL PELO BOLSA FAMÍLIA

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

**RESOLVE:**

Artigo. 1º - Fica nomeada a partir do dia 02 de maio de 2018, a servidora BRUNA ALVES RIBEIRO MORAIS, matrícula 1734, ocupante do cargo em comissão de CHEFE DE SETOR, com 40 horas semanais, lotada na Secretaria de Assistência Social, para responder pelo sistema do Bolsa Família.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se. Cumpra-se. Publique-se.

Ponte Serrada - SC, 23 de Abril de 2018.

ALCEU ALBERTO WRUBEL  
Prefeito Municipal



# Porto Belo

## PREFEITURA

### AVISO DE REABERTURA DE EDITAL PRG 002/2018 - FMS

Publicação Nº 1604377

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

AVISO REABERTURA DE LICITAÇÃO

Modalidade de licitação: Pregão Presencial – Registro de Preço nº 002/2018 - FMS

Tipo de licitação: Menor preço por Item;

Objeto: Contratação de empresa pelo sistema de Registro de Preços para Aquisição de materiais médicos, hospitalares e de enfermagem, para suprir necessidades da Secretaria de Saúde do município de Porto Belo, conforme especificações e quantitativos descritos no Anexo I do Edital.

Recebimento das Propostas: Até 12:30 horas do dia 17/05/2018, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

Abertura das Propostas: Às 13:00 horas do dia 17/05/2018, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

Etapa de Lances: Às 13:00 hs do dia 24/05/2018, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no site da Prefeitura Municipal, no link Licitações e no departamento de Compras e Licitações da PMPB, End. Av. Governador Celso Ramos, nº 2.500, Centro, Porto Belo/SC.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 – ramal 227 ou pelo e-mail [administracao@portobelo.sc.gov.br](mailto:administracao@portobelo.sc.gov.br)

Porto Belo, 02 de Maio de 2018.

Emerson Luciano Stein

Prefeito Municipal

# Pouso Redondo

## PREFEITURA

### PROCESSO 044 2018 - RETIFICAÇÃO TORNO, FREZA E SOLDA

Publicação Nº 1608663

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

RETIFICAÇÃO DO EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 36/2018, PROCESSO Nº44/2018

A Prefeitura Municipal de Pouso Redondo, através de seu prefeito municipal o Sr. Oscar Gutz, torna público a RETIFICAÇÃO do Edital de Pregão Presencial nº 36/2018, de OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa para prestação de serviços de Torno, Fresa e Solda, nas instalações, máquinas e equipamentos pertencentes as Secretarias Municipais. Onde acrescenta-se ao ANEXO I do edital, a letra d, onde se a Proponente vencedora se encontrar em uma distância superior a 10 (Dez) quilômetros da sede do licitante, deverá fazer a retirada e entrega das instalações, máquinas e equipamentos, em local solicitado pelo município, para cumprimento do objeto deste edital. As demais cláusulas, permanecem inalteradas. Os interessados deverão retirar novo edital com as devidas alterações na Prefeitura, no site [www.pousoredondo.sc.gov.br](http://www.pousoredondo.sc.gov.br), e-mail [licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br](mailto:licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br) ou maiores informações pelo telefone (47) 3534-8700.

Pouso Redondo, 30 de Abril de 2018.

OSCAR GUTZ

Prefeito Municipal

Considerando a Resolução Nº 14, de 15 de maio de 2014, do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, a qual define os parâmetros nacionais para a inscrição das entidades ou organizações de Assistência Social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais nos Conselhos de Assistência Social.

#### RESOLVE:

Artigo 1º - Indeferir a solicitação de inscrição da entidade Clube de Convivência do Idoso, CNPJ nº 79.373.536/0001-02, sediada na Rua Itajaí, nº 190, Bairro Progresso, município de Pouso Redondo –SC, junto ao Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS.

Artigo 2º - O indeferimento do pedido de inscrição ocorre em virtude de as atividades desenvolvidas pela Entidade não se enquadrarem nos critérios estabelecidos pela Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social- CNAS N.º 14/2014.

Artigo 3 - Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Pouso Redondo, 27 de abril de 2018.

MAIKEL VERDI

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

### RESOLUÇÃO Nº 03/2018 DISPÕE SOBRE O INDEFERIMENTO DE SOLICITAÇÃO DE INSCRIÇÃO DA ENTIDADE CLUBE DE CONVIVÊNCIA DO IDOSO JUNTO AO CMAS- CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE POUSO REDONDO.

Publicação Nº 1608059

#### Resolução Nº 03/2018

Dispõe sobre o indeferimento de solicitação de inscrição da Entidade Clube de Convivência do Idoso junto ao CMAS- Conselho Municipal de Assistência Social de Pouso Redondo.

O Conselho Municipal de Assistência Social- CMAS, no uso das competências e atribuições que lhe são conferidas pela Lei 8.742 de 07 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social –LOAS e pela Lei municipal nº 1362/95 de 20 de setembro de 1995, que institui o CMAS de Pouso Redondo, e com base nas deliberações tomadas na Reunião Ordinária, realizada em 27 de abril do ano de 2018, e:

Considerando a Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências, e em especial o artigo 1º, que dispõe sobre o caráter não contributivo e a gratuidade da Assistência Social, o artigo 3º, que dispõe sobre o conceito de entidades de assistência social e artigo 9º, que trata do funcionamento das entidades ou organizações de assistência social;

Considerando a Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009, que aprova a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais e suas atualizações;

# Presidente Castello Branco

## PREFEITURA

### EXTRATO CONTRATO Nº 108/2018

Publicação Nº 1608606

EXTRATO DE CONTRATO  
Nr. 108/2018

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	LUCIANE FRIGO - ME
OBJETO:	Tem por objeto a aquisição de materiais de expediente, didático e pedagógico para a manutenção das atividades das Escolas da Rede Municipal de Ensino, durante o ano letivo de 2018.
VALOR:	O preço total ajustado para o fornecimento dos materiais é de R\$ 17.308,29 (Dezessete mil, trezentos e oito reais e vinte e nove centavos), sendo que o valor a ser pago pelo fornecimento é o descrito na tabela acima, cláusula segunda, valor este que o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA.
VIGÊNCIA:	30/04/2018 à 31/12/2018.

### EXTRATO CONTRATO Nº 109/2018

Publicação Nº 1608607

EXTRATO DE CONTRATO  
Nr. 109/2018

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	DIDÁTICA LIVRARIA E BRINQUEDOS LTDA - ME
OBJETO:	Tem por objeto a aquisição de materiais de expediente, didático e pedagógico para a manutenção das atividades das Escolas da Rede Municipal de Ensino, durante o ano letivo de 2018.
VALOR:	O preço total ajustado para o fornecimento dos materiais é de R\$ 23.539,55 (Vinte e três mil, quinhentos e trinta e nove reais e cinquenta e cinco centavos), sendo que o valor a ser pago pelo fornecimento é o descrito na tabela acima, cláusula segunda, valor este que o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA.
VIGÊNCIA:	30/04/2018 à 31/12/2018.

### EXTRATO DE RESCISÃO DO CONTRATO Nº 85/2018

Publicação Nº 1608916

EXTRATO DE RESCISÃO DO CONTRATO Nr. 85/2018

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	PROSOLUTION CONSULTORIA E SISTEMAS INFORMÁTICOS LTDA - EPP

OBJETO:	O objeto do presente contrato consiste na contratação de empresa especializada na implantação e manutenção de sistemas, visando o fornecimento da Licença de Uso do Sistema REGIN® Modulo Instituições, suporte e manutenção, bem como a prestação de serviços de integração da CONTRATANTE ao sistema REGIN®, integrador da REDESIM no Estado de Santa Catarina, fornecido e mantido pela CONTRATADA e instalado nas dependências da Junta Comercial de Santa Catarina – JUCESC, com a qual a CONTRATANTE manterá convênio para uso remoto via internet, para auferir aos serviços de automação dos eventos de constituição, alteração e legalização de empresas, através dos processos de pedido de viabilidade, dos processos de legalização, na parametrização de informação que deve solicitar ou divulgar ao empresário, na definição das áreas que deverão participar da análise dos processos e na liberação ou não do Alvará, conforme detalhados no item 2.1 da Proposta Técnica e Comercial – Anexo-1, que é parte integrante do presente instrumento.
VALOR:	Diante da rescisão efetuada as partes dão-se mutuamente total e plena quitação referente ao objeto do presente contrato, nada mais tendo a reclamar em juízo ou fora dele.
DATA:	30/04/2018

### EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 48/2018

Publicação Nº 1608531

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO  
CONTRATO Nº 48/2018

CONTRATANTE:	O MUNICIPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC.
CONTRATADO:	M & Z TRANSPORTES LTDA – ME
OBJETO:	Alteração do trajeto nº 04 com acréscimo de 1.100 km nos dias da semana (segundas, terças e quartas-feiras). Bem como, a alteração no trajeto nº 06 com acréscimo de 1.600 km totalizando a quilometragem diária de 53.100 km.
VALOR:	Em razão da alteração no trajeto nº 04, acima descrito, o valor total nos dias (segunda, terça e quarta-feira) passa de R\$ 27,22 (Vinte e sete reais e vinte e dois centavos) para R\$ 30,87 (Trinta reais e oitenta e sete centavos), permanecendo inalterado nos dias (quinta e sexta-feira). Com relação a alteração no trajeto nº 06, acima descrito, o valor total diário passa de R\$ 170,98 (Cento e setenta reais e noventa e oito centavos) para o total diário de R\$ 176,29 (Cento e setenta e seis reais e vinte e nove centavos).
DATA:	27/04/2018 à 31/12/2018

Ademir Domingos Miotto  
Prefeito Municipal

**EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 34/2018**

Publicação Nº 1608482

EDITAL DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 34/2018  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2018

**EXTRATO**

O Município de Presidente Castello Branco, Estado de Santa Catarina, com base na Lei nº 10.520/02 e da Lei nº 8.666/93 e suas atualizações, leva ao conhecimento de quem possa interessar que serão recebidas até às 08h45min (oito horas e quarenta e cinco minutos), do dia 16 (dezesesseis) de maio de 2018, no Setor de Licitações, as propostas para PREGÃO PRESENCIAL, tem como objeto a escolha mais vantajosa para a aquisição de materiais de higiene e limpeza para a manutenção das atividades das Secretarias Municipais, do Fundo Municipal de Saúde, e do Fundo Municipal de Assistência Social, durante o ano de 2018. O Município fornecerá por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, das 07:30 horas às 11:30 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas, qualquer informação e/ou esclarecimento referente a presente licitação, inclusive através do fone/fax (0xx) 49 3457-1122.

A íntegra do presente Edital poderá ser obtido no site: [www.castellobranco.sc.gov.br](http://www.castellobranco.sc.gov.br)

PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC, 02 DE MAIO DE 2018.

Ademir Domingos Miotto  
Prefeito Municipal

# Princesa

## PREFEITURA

### GABARITO PRELIMINAR ANTES DOS RECURSOS CP 01.2018

Publicação Nº 1608221

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2018

GABARITO PRELIMINAR (Antes dos recursos)

O Prefeito de Princesa, Estado de Santa Catarina, Sr. EDILSON MIGUEL VOLKWEIS, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO, aos interessados, o Gabarito Preliminar (Antes dos recursos), conforme segue:

Agente Administrativo					Motorista de Veículos Pesados					Agente Fiscal de Tributos e Obras				
Tipo de Prova					Tipo de Prova					Tipo de Prova				
1	2	3	4		1	2	3	4		1	2	3	4	
1	C	D	A	B	1	C	D	A	B	1	B	C	D	A
2	C	D	A	B	2	B	C	D	A	2	A	B	C	D
3	D	A	B	C	3	D	A	B	C	3	D	A	B	C
4	D	A	B	C	4	D	A	B	C	4	C	D	A	B
5	D	A	B	C	5	B	C	D	A	5	A	B	C	D
6	B	C	D	A	6	D	A	B	C	6	B	C	D	A
7	C	D	A	B	7	D	A	B	C	7	A	B	C	D
8	C	D	A	B	8	C	D	A	B	8	D	A	B	C
9	D	A	B	C	9	B	C	D	A	9	C	D	A	B
10	C	D	A	B	10	B	C	D	A	10	C	D	A	B
11	D	A	B	C	11	D	A	B	C	11	B	C	D	A
12	D	A	B	C	12	B	C	D	A	12	A	B	C	D
13	A	B	C	D	13	B	C	D	A	13	D	A	B	C
14	B	C	D	A	14	C	D	A	B	14	B	C	D	A
15	D	A	B	C	15	B	C	D	A	15	D	A	B	C
16	A	B	C	D	16	B	C	D	A	16	A	B	C	D
17	B	C	D	A	17	C	D	A	B	17	A	B	C	D
18	C	D	A	B	18	D	A	B	C	18	D	A	B	C
19	D	A	B	C	19	D	A	B	C	19	A	B	C	D
20	A	B	C	D	20	B	C	D	A	20	A	B	C	D
21	A	B	C	D	21	B	C	D	A	21	A	B	C	D
22	D	A	B	C	22	B	C	D	A	22	B	C	D	A
23	A	B	C	D	23	A	B	C	D	23	A	B	C	D
24	C	D	A	B	24	C	D	A	B	24	B	C	D	A
25	B	C	D	A	25	A	B	C	D	25	D	A	B	C
26	D	A	B	C	26	B	C	D	A	26	C	D	A	B
27	A	B	C	D	27	D	A	B	C	27	D	A	B	C
28	A	B	C	D	28	B	C	D	A	28	C	D	A	B
29	A	B	C	D	29	C	D	A	B	29	C	D	A	B
30	D	A	B	C	30	C	D	A	B	30	C	D	A	B
31	D	A	B	C	31	B	C	D	A	31	D	A	B	C
32	B	C	D	A	32	B	C	D	A	32	C	D	A	B
33	B	C	D	A	33	D	A	B	C	33	B	C	D	A
34	D	A	B	C	34	B	C	D	A	34	D	A	B	C
35	B	C	D	A	35	C	D	A	B	35	B	C	D	A

Assistente Social					Engenheiro Sanitarista					Psicólogo				
Tipo de Prova					Tipo de Prova					Tipo de Prova				
1	2	3	4		1	2	3	4		1	2	3	4	
1	C	D	A	B	1	C	D	A	B	1	C	D	A	B
2	D	A	B	C	2	B	C	D	A	2	C	D	A	B
3	B	C	D	A	3	D	A	B	C	3	D	A	B	C



4	A	B	C	D		4	B	C	D	A		4	B	C	D	A
5	D	A	B	C		5	C	D	A	B		5	C	D	A	B
6	C	D	A	B		6	B	C	D	A		6	B	C	D	A
7	C	D	A	B		7	C	D	A	B		7	B	C	D	A
8	D	A	B	C		8	D	A	B	C		8	B	C	D	A
9	A	B	C	D		9	B	C	D	A		9	C	D	A	B
10	B	C	D	A		10	B	C	D	A		10	C	D	A	B
11	C	D	A	B		11	B	C	D	A		11	D	A	B	C
12	A	B	C	D		12	D	A	B	C		12	D	A	B	C
13	D	A	B	C		13	A	B	C	D		13	D	A	B	C
14	C	D	A	B		14	D	A	B	C		14	D	A	B	C
15	B	C	D	A		15	B	C	D	A		15	A	B	C	D
16	C	D	A	B		16	C	D	A	B		16	D	A	B	C
17	C	D	A	B		17	A	B	C	D		17	C	D	A	B
18	C	D	A	B		18	C	D	A	B		18	B	C	D	A
19	D	A	B	C		19	C	D	A	B		19	A	B	C	D
20	A	B	C	D		20	B	C	D	A		20	C	D	A	B
21	A	B	C	D		21	A	B	C	D		21	A	B	C	D
22	B	C	D	A		22	B	C	D	A		22	B	C	D	A
23	A	B	C	D		23	A	B	C	D		23	A	B	C	D
24	B	C	D	A		24	B	C	D	A		24	B	C	D	A
25	D	A	B	C		25	D	A	B	C		25	D	A	B	C
26	C	D	A	B		26	C	D	A	B		26	C	D	A	B
27	D	A	B	C		27	D	A	B	C		27	D	A	B	C
28	C	D	A	B		28	C	D	A	B		28	C	D	A	B
29	C	D	A	B		29	C	D	A	B		29	C	D	A	B
30	C	D	A	B		30	C	D	A	B		30	C	D	A	B
31	D	A	B	C		31	D	A	B	C		31	D	A	B	C
32	C	D	A	B		32	C	D	A	B		32	C	D	A	B
33	B	C	D	A		33	B	C	D	A		33	B	C	D	A
34	D	A	B	C		34	D	A	B	C		34	D	A	B	C
35	B	C	D	A		35	B	C	D	A		35	B	C	D	A

Médico						Professor de Educação Física						Professor de Artes				
	Tipo de Prova						Tipo de Prova						Tipo de Prova			
	1	2	3	4			1	2	3	4			1	2	3	4
1	A	B	C	D		1	A	B	C	D		1	A	B	C	D
2	B	C	D	A		2	B	C	D	A		2	B	C	D	A
3	B	C	D	A		3	D	A	B	C		3	A	B	C	D
4	D	A	B	C		4	B	C	D	A		4	C	D	A	B
5	C	D	A	B		5	C	D	A	B		5	D	A	B	C
6	D	A	B	C		6	A	B	C	D		6	B	C	D	A
7	A	B	C	D		7	A	B	C	D		7	C	D	A	B
8	B	C	D	A		8	D	A	B	C		8	A	B	C	D
9	C	D	A	B		9	B	C	D	A		9	A	B	C	D
10	B	C	D	A		10	C	D	A	B		10	B	C	D	A
11	B	C	D	A		11	C	D	A	B		11	C	D	A	B
12	D	A	B	C		12	B	C	D	A		12	C	D	A	B
13	D	A	B	C		13	A	B	C	D		13	A	B	C	D
14	B	C	D	A		14	D	A	B	C		14	D	A	B	C
15	C	D	A	B		15	A	B	C	D		15	B	C	D	A
16	B	C	D	A		16	C	D	A	B		16	A	B	C	D
17	A	B	C	D		17	B	C	D	A		17	B	C	D	A
18	D	A	B	C		18	D	A	B	C		18	C	D	A	B
19	D	A	B	C		19	C	D	A	B		19	A	B	C	D
20	A	B	C	D		20	A	B	C	D		20	B	C	D	A
21	A	B	C	D		21	A	B	C	D		21	A	B	C	D
22	B	C	D	A		22	B	C	D	A		22	B	C	D	A

23	A	B	C	D		23	A	B	C	D		23	A	B	C	D
24	B	C	D	A		24	B	C	D	A		24	B	C	D	A
25	D	A	B	C		25	D	A	B	C		25	D	A	B	C
26	C	D	A	B		26	C	D	A	B		26	C	D	A	B
27	D	A	B	C		27	D	A	B	C		27	D	A	B	C
28	C	D	A	B		28	C	D	A	B		28	C	D	A	B
29	C	D	A	B		29	C	D	A	B		29	C	D	A	B
30	C	D	A	B		30	C	D	A	B		30	C	D	A	B
31	D	A	B	C		31	D	A	B	C		31	D	A	B	C
32	C	D	A	B		32	C	D	A	B		32	C	D	A	B
33	B	C	D	A		33	B	C	D	A		33	B	C	D	A
34	D	A	B	C		34	D	A	B	C		34	D	A	B	C
35	B	C	D	A		35	B	C	D	A		35	B	C	D	A

Professor de Espanhol					Professor de Inglês				
	Tipo de Prova					Tipo de Prova			
	1	2	3	4		1	2	3	4
1	D	A	B	C	1	B	C	D	A
2	A	B	C	D	2	A	B	C	D
3	B	C	D	A	3	D	A	B	C
4	C	D	A	B	4	C	D	A	B
5	D	A	B	C	5	A	B	C	D
6	B	C	D	A	6	B	C	D	A
7	D	A	B	C	7	C	D	A	B
8	C	D	A	B	8	A	B	C	D
9	B	C	D	A	9	D	A	B	C
10	A	B	C	D	10	A	B	C	D
11	B	C	D	A	11	D	A	B	C
12	D	A	B	C	12	C	D	A	B
13	D	A	B	C	13	B	C	D	A
14	D	A	B	C	14	A	B	C	D
15	A	B	C	D	15	D	A	B	C
16	B	C	D	A	16	C	D	A	B
17	A	B	C	D	17	A	B	C	D
18	B	C	D	A	18	C	D	A	B
19	A	B	C	D	19	B	C	D	A
20	D	A	B	C	20	D	A	B	C
21	A	B	C	D	21	A	B	C	D
22	B	C	D	A	22	B	C	D	A
23	A	B	C	D	23	A	B	C	D
24	B	C	D	A	24	B	C	D	A
25	D	A	B	C	25	D	A	B	C
26	C	D	A	B	26	C	D	A	B
27	D	A	B	C	27	D	A	B	C
28	C	D	A	B	28	C	D	A	B
29	C	D	A	B	29	C	D	A	B
30	C	D	A	B	30	C	D	A	B
31	D	A	B	C	31	D	A	B	C
32	C	D	A	B	32	C	D	A	B
33	B	C	D	A	33	B	C	D	A
34	D	A	B	C	34	D	A	B	C
35	B	C	D	A	35	B	C	D	A

Professor de Educação Infantil					Professor de Ensino Fundamental				
	Tipo de Prova					Tipo de Prova			
	1	2	3	4		1	2	3	4
1	D	A	B	C	1	A	B	C	D
2	D	A	B	C	2	D	A	B	C
3	A	B	C	D	3	A	B	C	D

4	A	B	C	D		4	A	B	C	D
5	C	D	A	B		5	C	D	A	B
6	D	A	B	C		6	B	C	D	A
7	A	B	C	D		7	C	D	A	B
8	C	D	A	B		8	C	D	A	B
9	B	C	D	A		9	A	B	C	D
10	B	C	D	A		10	B	C	D	A
11	A	B	C	D		11	A	B	C	D
12	D	A	B	C		12	A	B	C	D
13	A	B	C	D		13	C	D	A	B
14	A	B	C	D		14	C	D	A	B
15	A	B	C	D		15	A	B	C	D
16	D	A	B	C		16	C	D	A	B
17	A	B	C	D		17	C	D	A	B
18	A	B	C	D		18	D	A	B	C
19	B	C	D	A		19	A	B	C	D
20	A	B	C	D		20	B	C	D	A
21	A	B	C	D		21	A	B	C	D
22	B	C	D	A		22	B	C	D	A
23	A	B	C	D		23	A	B	C	D
24	B	C	D	A		24	B	C	D	A
25	D	A	B	C		25	D	A	B	C
26	C	D	A	B		26	C	D	A	B
27	D	A	B	C		27	D	A	B	C
28	C	D	A	B		28	C	D	A	B
29	C	D	A	B		29	C	D	A	B
30	C	D	A	B		30	C	D	A	B
31	D	A	B	C		31	D	A	B	C
32	C	D	A	B		32	C	D	A	B
33	B	C	D	A		33	B	C	D	A
34	D	A	B	C		34	D	A	B	C
35	B	C	D	A		35	B	C	D	A

Princesa – SC, 30 de Abril de 2018.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS

Prefeito Municipal

## RESULTADO PRELIMINAR PROVA PRÁTICA, ANTES DOS RECURSOS, CP 01.2018

Publicação Nº 1608222

### EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2018

O Prefeito de Princesa, Estado de Santa Catarina, Sr. EDILSON MIGUEL VOLKWEIS, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO, aos interessados, o RESULTADO PRELIMINAR DA PROVA PRÁTICA (ANTES DOS RECURSOS), dos candidatos que realizaram a prova prática para o cargo de Motorista de Veículos Pesados, referente ao Edital Concurso Público nº 001/2018, conforme segue:

MOTORISTA DE VEÍCULOS PESADOS				
Nº	Insc.	Candidato	Nota Prova Prática	Classificação
1	281	Alexandre Herlein Dalla Vecchia	4,90	Classificado
2	182	Darci José Wagner	4,80	Classificado
3	299	Elias Fernando Schneider	4,80	Classificado
4	32	Felipe Alécio Webler	4,00	Classificado
5	386	Genair Cavalheiro Martins	4,00	Classificado
6	481	Jandrei Da Rosa	4,40	Classificado
7	359	Jonas Da Rosa	3,90	Classificado
8	549	Jonas Ochoa	4,60	Classificado
9	367	Jose Celio Siqueira	3,90	Classificado



10	93	Pedrinho Lauri Bald	4,20	Classificado
11	88	Pedro Lemes Pereira	3,90	Classificado
12	503	Valtemir Wronski	4,70	Classificado
13	219	Vantuir Da Silva Both	4,70	Classificado
14	409	Vilson De Souza	3,60	Classificado
15	161	Vitor Luis Christani	4,90	Classificado
16	431	Cristiano Da Silveira	Reprovado	Desclassificado
17	229	Leandro Gomes De Lima	Reprovado	Desclassificado
18	2	Leomir Thums	Reprovado	Desclassificado
19	284	Marcos Muller	Reprovado	Desclassificado
20	330	Valter Troian	Reprovado	Desclassificado
21	416	Alisson Werlang	Faltante	Desclassificado
22	526	Eunirio José Da Rosa	Faltante	Desclassificado
23	507	Joao Jocemar Waiss Dos Santos	Faltante	Desclassificado
24	548	Ronaldo Antônio Stalter	Faltante	Desclassificado

Para o cargo de Motorista de Veículos Pesados, somente são considerados classificados os candidatos que obtiverem nota mínima de 1,00 (um ponto) no conjunto das provas 1, 2 e 3 (na soma das notas de Conhecimentos Específicos, Língua Portuguesa e Conhecimentos Gerais) e nota mínima de 3,00 (três pontos), na Prova Prática, conforme determinado em edital.

Os candidatos terão os dias 01 a 03 de Maio de 2018 para interposição de recurso somente em face do Resultado Preliminar da Prova Prática, pelo site da AMEOSC: <http://www.ameosc.org.br/>.

Princesa – SC, 30 de Abril de 2018.

EDÍLSON MIGUEL VOLKWEIS

Prefeito Municipal

# Rio do Sul

## PREFEITURA

### ALICE CRISTINE BECKER REDEL - 5º TERMO ADITIVO

Publicação Nº 1608062

5º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 80/2017, firmado em 14/02/2017, com término previsto para 06/03/2018.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ALICE CRISTINE BECKER REDEL, portador(a) do CPF nº 100.002.079-77, na qualidade de Contratado(a), celebram o 5º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 80/2017, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

#### "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 80/2017, iniciando-se a prorrogação em 07/03/2018 e encerrando-se em 06/07/2018."

#### Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 05/03/2018.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	ALICE CRISTINE BECKER REDEL
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado(a)

### ARLENE REGINA HASKEL DEMARCH - 10º TERMO ADITIVO

Publicação Nº 1608063

10º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 283/2015, firmado em 07/05/2015, com término previsto para 06/04/2018.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ARLENE REGINA HASKEL DEMARCH, portador(a) do CPF nº 601.542.929-15, na qualidade de Contratado(a), celebram o 10º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 283/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

#### "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 283/2015, iniciando-se a prorrogação em 07/04/2018 e encerrando-se em 04/05/2018."

#### Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 04/04/2018.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	ARLENE REGINA HASKEL DEMARCH
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado(a)



**ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ANÁLISE E REVISÃO DOS PROCESSOS DE IMUNIDADES, ISENÇÕES, REMISSÕES E INCENTIVOS DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO: 10/04/2018**

Publicação Nº 1608091

Aos dez dias do mês de abril de 2018, às 8h, na Sala de Reuniões da Controladoria Interna da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, sede provisória da Comissão Processante, designada pelo Decreto nº 7027, de 26 de março de 2018, publicada em 16 de abril de 2018, se fizeram presentes os membros da COMISSÃO DE ANÁLISE E REVISÃO DOS PROCESSOS DE IMUNIDADES, ISENÇÕES, REMISSÕES E INCENTIVOS DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO: I – Membro do Controle Interno do Município: Ronaldo da Rocha; II – Membro do Departamento de Arrecadação: Jonny Schmidt; e a servidora Patricia Soares Vansuita, Secretária ad hoc, para a realização da reunião ordinária da supra citada comissão, que não se verificou por falta de quórum, em virtude de não terem comparecido ou justificado sua ausência, os membros: Sandro Renato Sofka, José Luiz do Nascimento, Sandra Regina de Oliveira Vieira e Jaison Fernando de Souza. O Presidente em exercício nos termos do inciso III do artigo 5º do Regimento Interno, designa o dia 25 de abril de 2018, pelas 9h, a realização da nova reunião, que tem a mesma pauta desta Reunião e convoca todos os membros que compõem a comissão. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata que vai assinada por mim, Patricia Soares Vansuita, secretária ad hoc que a redigiu e lavrou, e pelos Membros presentes na reunião.

Ronaldo da Rocha  
Presidente da Comissão

Jonny Schmidt  
Departamento de Arrecadação  
Secretaria Municipal de  
Administração e Fazenda

Patricia Soares Vansuita  
Agente Administrativo da  
Secretaria de Gestão de Governo - SEGOV  
Secretária ad hoc

**ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ANÁLISE E REVISÃO DOS PROCESSOS DE IMUNIDADES, ISENÇÕES, REMISSÕES E INCENTIVOS DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO: 15/03/2018**

Publicação Nº 1608094

Aos quinze dias do mês de março do ano de dois mil e dezoito, na Sala da Controladoria Interna da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, sede provisória da Comissão Processante, designada pelo Decreto nº 4922, de 30 de setembro de 2015, publicada em 30 de setembro de 2015, se fizeram presentes os membros da COMISSÃO DE ANÁLISE E REVISÃO DOS PROCESSOS DE IMUNIDADES, ISENÇÕES, REMISSÕES E INCENTIVOS DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO: I – Fiscal Tributário da Secretaria Municipal da Fazenda: José Luiz do Nascimento; II - Membro do Controle Interno do Município: Ronaldo da Rocha; III – Membro do Cadastro Multifinalitário da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda: Sandro Renato Sofka; bem como, a servidora Patricia Soares Vansuita, Secretária ad hoc. Primeiramente o Presidente declarou aberta a audiência e justificou a ausência do membro Jonny Schmidt, pelo fato do mesmo ainda estar em licença para tratamento de saúde. Quanto ao membro Jaison Fernando de Souza, o mesmo encaminhou ao Presidente os processos dos quais é Relator, solicitando que o mesmo o represente na Reunião, pois não poderá comparecer por motivos pessoais. Em ato contínuo, a Secretária prosseguiu com a leitura da ata da Reunião anterior (20/02/2018), a qual foi aprovada em unanimidade pelos membros. Na sequência, os Relatores iniciaram a leitura dos Processos de Isenção, apresentando seus votos e, para os quais, os demais membros deveriam analisar e votar. Assim, os demais membros acompanharam os votos dos Relatores, tanto para os processos DEFERIDOS, quanto ao processo INDEFERIDO, vejamos:

REQUERENTE	PROTO-COLO	ANO	RELATOR	VOTO
REINALDA SCHULZE	169511	2017	SANDRO RENATO SOFKA	INDEFERIDO
VANUSA APARECIDA VIEIRA	169414	2017	SANDRO RENATO SOFKA	DEFERIDO
ROGÉRIO COELHO	157279	2016	JAISON FERNANDO DE SOUZA Representado por Ronaldo da Rocha	DEFERIDO
ROGÉRIO COELHO	167394	2017	JAISON FERNANDO DE SOUZA Representado por Ronaldo da Rocha	INDEFERIDO
VALERIA WILL	160207	2016	JAISON FERNANDO DE SOUZA Representado por Ronaldo da Rocha	DEFERIDO

GERALDO GOTTFRIED HUBNER	167933	2017	JAISON FERNANDO DE SOUZA Representado por Ronaldo da Rocha	DEFERIDO
VANILDE TAMANINI	160348	2016	JAISON FERNANDO DE SOUZA Representado por Ronaldo da Rocha	DEFERIDO
ROSINA LUZIA ALVES	160369	2016	JAISON FERNANDO DE SOUZA Representado por Ronaldo da Rocha	DEFERIDO

Por fim, o Presidente solicitou à servidora Patricia Soares Vansuita, que continue a Secretariar os trabalhos da comissão, bem como, colocou aos demais membros a necessidade de "atualização" do Decreto n 6090, datado de 14 de março de 2017, o qual nomeia os membros para compor a presente comissão: "Parágrafo Único – A nomeação dos membros mencionados no "caput" tem a vigência de 01 (um) ano, contados a partir de 01 de março de 2017, podendo os mesmos serem reconduzidos mediante ato próprio". Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerra a sessão.

Ronaldo da Rocha  
Presidente da Comissão

Patricia Soares Vansuita  
Agente Administrativo do Controle Interno  
Secretária ad hoc

José Luiz do Nascimento  
Fiscal Tributário da  
Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

Sandro Renato Sofka  
Depto. Cadastro Multifinalitário da  
Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

## ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 087/2018

Publicação Nº 1608493

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 87/2018 Pregão Presencial Nº 52/2018 Validade: 12 Meses Aos vinte e três dias do mês de abril do ano de dois mil e dezoito o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL por meio do(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL, pessoa jurídica de direito público, situado na 25 DE JULHO Nº. 1, CENTRO, cidade de Rio do Sul, Santa Catarina, inscrito no CNPJ Nº. 83.102.574/0001-06, abaixo assinado, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 52/2018, RESOLVE registrar os valores oferecidos para REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO PARCELADA DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DE CALÇADAS., pelo período de até 12 meses, conforme consta no Anexo I do Edital do(a) Pregão Presencial, que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame. Presentes às empresas e seus representantes:

Participantes Presentes	CPF/CNPJ
CLAUDEMAR MORAES PAVIMENTAÇÕES, neste ato representado por WILSON RICARDO HECKMANN	22.056.015/0001-04

### CLÁUSULA I – DO OBJETO

1. CONTRATAÇÃO: REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO PARCELADA DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DE CALÇADAS., em um prazo que se estende até 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços, para uso da PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL, de acordo com as especificações e quantitativos abaixo estimados:

Fornecedor: 316249645 - CLAUDEMAR MORAES PAVIMENTAÇÕES						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
1	Mão de obra para manutenção de calçadas de paver, com colchão de areia e rejuntamento de areia.	M2	CMM PAVIMENTAÇÕES	3.500,00000	R\$28,0000	R\$98.000,0000
2	Mão de obra para manutenção de calçada de lajota quadrada (45x45x2,5cm) com base de concreto e rejuntamento em argamassa e de concreto armado e concreto simples	M2	CMM PAVIMENTAÇÕES	3.500,00000	R\$31,0000	R\$108.500,0000
Total do Fornecedor:						R\$206.500,0000

Total Geral dos Itens:

R\$206.500,0000

1.1. CONSUMO MÉDIO: O valor estimado para a citada aquisição pelo período de até 12 meses é de R\$206.500,00 (duzentos e seis mil e quinhentos)

Rio do Sul (SC), 23 de Abril de 2018 CLAUDEMAR MORAES PAVIMENTAÇÕES

WILSON RICARDO HECKMANN

CONTRATADA

JOSE EDUARDO ROTHBARTH THOME

Prefeito Municipal

### CAMILA DO AMARAL - 9º TERMO ADITIVO

Publicação Nº 1608065

9º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 281/2015, firmado em 06/05/2015, com término previsto para 06/04/2018.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr(a) CAMILA DO AMARAL, portador(a) do CPF nº 080.339.319-90, na qualidade de Contratado(a), celebram o 9º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 281/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 281/2015, iniciando-se a prorrogação em 07/04/2018 e encerrando-se em 04/05/2018."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 04/04/2018.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	CAMILA DO AMARAL
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado(a)

### DECRETO Nº 7100, DE 23 DE ABRIL DE 2018.

Publicação Nº 1608933

DECRETO Nº 7100, de 23 de abril de 2018.

"HOMOLOGA RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 049/2018, DE 22.03.2018".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o inciso VI, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul e com a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado, de acordo com o parecer do pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 6810, de 21 de dezembro de 2017, o resultado do Edital de Pregão Presencial nº 049/2018, de 22.03.2018, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante:

CUNHA INSTALAÇÕES TELEFÔNICAS LTDA EPP  
BAGÁTOLI COMÉRCIO E MÓVEIS LTDA. ME  
HDEC BRINDES E PROPAGANDAS LTDA ME  
CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME  
VICENTE DEPARTAMENTOS EIRELI ME  
J.S. SIMÕES EIRELI ME  
IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

23 de abril de 2018.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

ANEXO AO DECRETO Nº 7100/2018

Pregão Presencial: Nº 049/2018, de 22.03.2018.

Objeto da Licitação:

AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO PARA A CASA DO EMPREENDEDOR, LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, CONFORME DISCRIMINAÇÃO NOS ANEXOS DESTA EDITAL.

Participantes:

CUNHA INSTALAÇÕES TELEFÔNICAS LTDA EPP  
BAGÁTOLI COMÉRCIO E MÓVEIS LTDA. ME  
D'PRADA PUBLICIDADE REPRESENTAÇÕES E COMÉRCIO LTDA. ME  
HDEC BRINDES E PROPAGANDAS LTDA ME  
CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME  
RD NEGÓCIOS E INFORMÁTICA LTDA EPP  
VICENTE DEPARTAMENTOS EIRELI ME  
J.S. SIMÕES EIRELI ME  
ELETROINOX COMÉRCIO DE EQUIP. DE ELETRÔNICOS EIRELLI  
IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA  
EKOMOB COMÉRCIO LTDA.  
RICHESSÉ MÓVEIS LTDA EPP

Decisão: Pelo critério de menor preço por lote sob regime de execução global o pregoeiro declarou vencedores os licitantes:

CUNHA INSTALAÇÕES TELEFÔNICAS LTDA EPP  
BAGÁTOLI COMÉRCIO E MÓVEIS LTDA. ME  
HDEC BRINDES E PROPAGANDAS LTDA ME  
CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME  
J.S. SIMÕES EIRELI ME  
VICENTE DEPARTAMENTOS EIRELI ME  
IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA

## **DECRETO Nº 7119, DE 30 DE ABRIL DE 2018.**

Publicação Nº 1608195

DECRETO Nº 7119, de 30 de abril de 2018.

“CONCEDE VEÍCULO DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA / DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE, PARA A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS - FMD, POR PRAZO DETERMINADO.”

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas na alínea a do inciso VIII do artigo 37 da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art.1º - Concede-se à Fundação Municipal de Desportos, o veículo conforme segue: Veículo FORD/F250 XL L – Placas DJO2704 – Cor PRATA – Frota 410 – Chassi 9BFFF25L55BO14694 – Ano 2005/2005 – Renavam 848616324 – Patrimônio 23975, da Secretaria de Infraestrutura/ Departamento de Meio Ambiente, por tempo determinado no dia 27/04/2018 à 02/05/2018.

Art.2º - As despesas decorrentes do uso, manutenção do referido veículo cedido por este Decreto, ou da cessão do servidor da Secretaria de Infraestrutura/Departamento de Meio Ambiente, ocorrerão à conta das dotações específicas do orçamento vigente da Fundação beneficiada.

Art.3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art.4º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO.

30 de abril de 2018.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

**DECRETO Nº 7120, DE 30 DE ABRIL DE 2018.**

Publicação Nº 1608212

DECRETO Nº 7120, de 30 de abril de 2018.

“CONCESSÃO DE MOTORISTA DA SECRETARIA DE GESTÃO DE GOVERNO - SEGOV - PARA A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS - FMD, POR PRAZO DETERMINADO.”

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no artigo 37, Inciso VIII, alínea a da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art.1º - Concede-se à Fundação Municipal de Desportos, por tempo determinado motorista para o dia 28 de abril de 2018, das 07h às 12h, para o transporte de atletas de futebol, nos bairros Santa Rita, Progresso e Boa Vista. FMD NOS BAIRROS.

Art.2º - As despesas decorrentes do uso, manutenção do referido veículo cedido por este Decreto, ou da cessão do servidor da Secretaria de Gestão de Governo, o motorista Cacildo João Furlani, matrícula nº 99392, ocorrerão à conta das dotações específicas do orçamento vigente da Fundação beneficiada.

Art.3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art.4º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO.

30 de abril de 2018.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

**EDITAL DE ALTERAÇÃO TOMADA DE PREÇO Nº 069/2018**

Publicação Nº 1608585

1º EDITAL DE ALTERAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 069/2018

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, DRENAGEM PLUVIAL, PAVIMENTAÇÃO DE PASSEIOS EM PAVER E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DA RUA EXPEDICIONÁRIO ALEANDRO STÉDILE, BAIRRO ITOUPAVA, EM RIO DO SUL/SC

A Prefeitura Municipal de Rio do Sul/SC, torna público e faz saber que, por determinação de seu Prefeito Municipal, Sr. JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, procedeu a seguinte alteração no edital Nº 069/2018:

**7.6. HABILITAÇÃO TÉCNICA**

Fica acrescida a seguinte documentação, que DEVERÁ ser apresentada no invólucro nº 01 (DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO):

j) Apresentação de Licença Ambiental de Operação de Usina de Asfalto, vigente, da empresa fornecedora do CBUQ - Concreto Betuminoso Usinado à Quente, bem como Registro em Órgão de Classe do responsável técnico pela composição do CBUQ;

l) Apresentação da Licença de Exploração de Pedreira da empresa fornecedora das pedras, vigente.

PERMANECEM INALTERADAS AS DEMAIS CLÁUSULAS DO REFERIDO EDITAL.

Rio do Sul, 30 de abril de 2018.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito Municipal

**EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DECISÃO PROFERIDA EM PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 015/18**

Publicação Nº 1608113

RIO DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DECISÃO PROFERIDA EM PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 015/18.

PELO PRESENTE EDITAL, FICAM OS CONTRIBUINTES ABAIXO RELACIONADOS DEVIDAMENTE INTIMADOS DAS DECISÕES PROFERIDAS NOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS, EM FACE DA IMPOSSIBILIDADE DE INTIMAÇÃO VIA AVISO DE RECEBIMENTO (AR):



CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ	PROTOCOLO Nº
Construlacer Comércio e Cosntruções Lacerdópolis	xx.123.883/0001-xx	167410
Pedro de Souza	Xxx.857.209-xx	171268
Hélio Antonio	Xxx.347.159-xx	97010
Luzerna Instalações Elétricas Ltda	xx.336.749/0001-xx	172448
Giovana Aparecida Fronza de Souza	Xxx.584.719-xx	146636

Rio do Sul, 30 de Abril de 2018

LEONICE WITTE  
Div de Gestão Documental

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

### JAISON JORGE MORAES - 29º TERMO ADITIVO

Publicação Nº 1608072

29º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 3/2006, firmado em 06/03/2006, com término previsto para 06/04/2018.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr(a) JAISON JORGE MORAES, portador(a) do CPF nº 006.123.139-80, na qualidade de Contratado(a), celebram o 29º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 3/2006, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 3/2006, iniciando-se a prorrogação em 07/04/2018 e encerrando-se em 04/05/2018."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 04/04/2018.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	JAISON JORGE MORAES
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado(a)

### JANETE TEREZINHA BEZERRA TRISTAO - 1º TERMO ADITIVO

Publicação Nº 1608069

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 103/2018, firmado em 30/01/2018, com término previsto para 07/03/2018.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr(a) JANETE TEREZINHA BEZERRA TRISTAO, portador(a) do CPF nº 854.143.529-68, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 103/2018, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 103/2018, iniciando-se a prorrogação em 08/03/2018 e encerrando-se em 06/07/2018."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 05/03/2018.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	JANETE TEREZINHA BEZERRA TRISTAO
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado(a)

### **JULIANA MALIZESKI MAÇANEIRO DA SILVA - 1º TERMO ADITIVO**

Publicação Nº 1608073

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 120/2018, firmado em 01/02/2018, com término previsto para 07/03/2018.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) JULIANA MALIZESKI MAÇANEIRO DA SILVA, portador(a) do CPF nº 007.040.149-71, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 120/2018, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 120/2018, iniciando-se a prorrogação em 08/03/2018 e encerrando-se em 06/07/2018."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 05/03/2018.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	JULIANA MALIZESKI MAÇANEIRO DA SILVA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado(a)

### **LENI LOPES DO AMARAL - 9º TERMO ADITIVO**

Publicação Nº 1608076

9º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 295/2015, firmado em 15/06/2015, com término previsto para 06/04/2018.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) LENI LOPES DO AMARAL, portador(a) do CPF nº 847.963.679-34, na qualidade de Contratado(a), celebram o 9º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 295/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 295/2015, iniciando-se a prorrogação em 07/04/2018 e encerrando-se em 04/05/2018."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 04/04/2018.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	LENI LOPES DO AMARAL
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado(a)

**LUIZA EDUARDA NUNES SCHNEIDER - 1º TERMO ADITIVO**

Publicação Nº 1608079

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 218/2018, firmado em 05/03/2018, com término previsto para 11/04/2018.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr(a) LUIZA EDUARDA NUNES SCHNEIDER, portador(a) do CPF nº 111.484.489-69, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 218/2018, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**Cláusula Primeira - Do Objeto**

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência**

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 218/2018, iniciando-se a prorrogação em 12/04/2018 e encerrando-se em 06/07/2018."

**Cláusula Segunda - Da Ratificação**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 04/04/2018.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	LUIZA EDUARDA NUNES SCHNEIDER
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado(a)

**MALIZE SCHREIBER - 1º TERMO ADITIVO**

Publicação Nº 1608081

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 207/2018, firmado em 29/01/2018, com término previsto para 07/03/2018.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr(a) MALIZE SCHREIBER, portador(a) do CPF nº 889.999.989-91, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 207/2018, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**Cláusula Primeira - Do Objeto**

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência**

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 207/2018, iniciando-se a prorrogação em 08/03/2018 e encerrando-se em 06/07/2018."

**Cláusula Segunda - Da Ratificação**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 05/03/2018.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	MALIZE SCHREIBER
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado(a)

**MARIA CLAUDIA FINARDI LUCHTENBERG - 2º TERMO ADITIVO**

Publicação Nº 1608092

2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 104/2018, firmado em 30/01/2018, com término previsto para 23/04/2018.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr(a) MARIA CLAUDIA FINARDI LUCHTENBERG, portador(a) do CPF nº 008.117.719-46, na qualidade de Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 104/2018, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**Cláusula Primeira - Do Objeto**

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência**

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 104/2018, iniciando-se a prorrogação em 24/04/2018 e encerrando-se em 06/07/2018."

**Cláusula Segunda - Da Ratificação**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 20/04/2018.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	MARIA CLAUDIA FINARDI LUCHTENBERG
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado(a)

**MARILEIA APARECIDA DA COSTA DOS SANTOS - 1º TERMO ADITIVO**

Publicação Nº 1608083

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 50/2018, firmado em 29/01/2018, com término previsto para 07/03/2018.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr(a) MARILEIA APARECIDA DA COSTA DOS SANTOS, portador(a) do CPF nº 007.611.999-85, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 50/2018, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**Cláusula Primeira - Do Objeto**

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência**

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 50/2018, iniciando-se a prorrogação em 08/03/2018 e encerrando-se em 27/03/2018."

**Cláusula Segunda - Da Ratificação**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 05/03/2018.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	MARILEIA APARECIDA DA COSTA DOS SANTOS
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado(a)

**MARILEIA APARECIDA DA COSTA DOS SANTOS - 2º TERMO ADITIVO**

Publicação Nº 1608084

2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 50/2018, firmado em 29/01/2018, com término previsto para 27/03/2018.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr(a) MARILEIA APARECIDA DA COSTA DOS SANTOS, portador(a) do CPF nº 007.611.999-85, na qualidade de Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 50/2018, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**Cláusula Primeira - Do Objeto**

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência**

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 50/2018, iniciando-se a prorrogação em 28/03/2018 e encerrando-se em 26/05/2018."

**Cláusula Segunda - Da Ratificação**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 26/03/2018.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	MARILEIA APARECIDA DA COSTA DOS SANTOS
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado(a)

## PAUTA DE SORTEIO Nº 003/2018

Publicação Nº 1608575

CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES  
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL – SC

Pauta de Sorteio Nº 003/2018

Leonice Witte, Secretária Geral do Conselho Municipal de Contribuintes de Rio do Sul, no uso das obrigações definidas no inciso I do art. 7º do Regimento Interno do Conselho e de acordo com o previsto no art. 16 do mesmo instrumento legal, torna público que o Conselho Municipal de Contribuintes estará reunido em Sessão Extraordinária no dia 07 de Maio de 2018, às 08hs00min no Plenário da Câmara de Vereadores, localizado no 2º andar do prédio da Prefeitura, para realização do sorteio de distribuição do seguinte Recursos

Número do Protocolo: Protocolo Nº 168019/2017  
Nº do Recurso: 001/2018  
Nome do Recorrente: Geraldino Cecchet

Rio do Sul, 30 de Abril de 2018.

LEONICE WITTE  
Secretaria Geral do Conselho Municipal de Contribuintes

## PORTARIA Nº 0432/DGP

Publicação Nº 1608104

PORTARIA N. 0432/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art.1º. Conceder a Progressão Funcional, mediante aprovação obtida pelas avaliações de desempenho e qualificação à servidora SANDRA MARA SCHONS XAVIER VENTURI, matrícula n. 94960-2, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, nível III, classe "C", adquirindo com a progressão a referência de vencimento classe "D", com fundamento ao disposto no Art. 12 "A", da Lei Complementar nº 159/2006, que altera o Art. 12, da Lei Complementar nº 075/2001, alterado pelo Art. 9º, da Lei Complementar nº 109/2003 e Decreto nº 446/2004.

Art.2º. Os efeitos financeiros decorrentes da Progressão Funcional serão devidos a partir de abril de 2018, conforme o disposto no Art. 10º do Decreto n.º 446/ 2004.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 24 de abril de 2018.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Asfj

## PORTARIA Nº 0433/DGP

Publicação Nº 1608105

PORTARIA N. 0433/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017,



**RESOLVE:**

Art.1º. Conceder a Progressão Funcional, mediante aprovação obtida pelas avaliações de desempenho e qualificação à servidora FABIOLA REGINA HINCKEL DE JESUS, matrícula n. 97918-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, nível III, classe "B", adquirindo com a progressão a referência de vencimento classe "C", com fundamento ao disposto no Art. 12 "A", da Lei Complementar nº 159/2006, que altera o Art. 12, da Lei Complementar nº 075/2001, alterado pelo Art. 9º, da Lei Complementar nº 109/2003 e Decreto nº 446/2004.

Art.2º. Os efeitos financeiros decorrentes da Progressão Funcional serão devidos a partir de abril de 2018, conforme o disposto no Art. 10º do Decreto n.º 446/ 2004.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 24 de abril de 2018.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Asfj

**PORTARIA Nº 0434/DGP**

Publicação Nº 1608106

PORTARIA N. 0434/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017,

**RESOLVE:**

Art.1º. Conceder a Progressão Funcional, mediante aprovação obtida pelas avaliações de desempenho e qualificação à servidora MARA RUBIA ERNST, matrícula n. 95265-7, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, nível II, classe "B", adquirindo com a progressão a referência de vencimento classe "C", com fundamento ao disposto no Art. 12 "A", da Lei Complementar nº 159/2006, que altera o Art. 12, da Lei Complementar nº 075/2001, alterado pelo Art. 9º, da Lei Complementar nº 109/2003 e Decreto nº 446/2004.

Art.2º. Os efeitos financeiros decorrentes da Progressão Funcional serão devidos a partir de abril de 2018, conforme o disposto no Art. 10º do Decreto n.º 446/ 2004.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 24 de abril de 2018.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Asfj

**PORTARIA Nº 0435/DGP**

Publicação Nº 1608107

PORTARIA Nº. 0435/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder ao servidor ANDRE MARQUES VIEIRA, matrícula n. 78360-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Médico, a quinta Progressão por Desempenho Profissional, referente ao período de 2013 a 2016, com fundamento ao Art. 26, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 2º O reflexo financeiro referente ao benefício previsto no artigo anterior será devido a partir de 01 de julho de 2016, com base nas disposições contidas no Art. 37 da Lei Complementar.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 24 de abril de 2018.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Asfj

**PORTARIA Nº 0436/DGP**

Publicação Nº 1608108

PORTARIA Nº. 0436/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017, RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor IVAM ALMEIDA BARRETO, matrícula n. 171662-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Guarda Municipal, a segunda Progressão por Desempenho Profissional, referente ao período de 2013 a 2016, com fundamento ao Art. 26, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 2º O reflexo financeiro referente ao benefício previsto no artigo anterior será devido a partir de 01 de dezembro de 2017, com base nas disposições contidas no Art. 37 da Lei Complementar.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 24 de abril de 2018.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Asfj

**PORTARIA Nº 0467/DGP**

Publicação Nº 1608251

PORTARIA Nº 0467/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder auxílio-funeral, a DÉCIO CARLOS BAGATOLI, (Protocolo 172588/2018), em virtude do falecimento ocorrido no dia 19/04/2018, do servidor público municipal inativo, ATÍLIO BAGATOLI, conforme Certidão de óbito nº 105262 01 55 2018 4 00052 054 0018858 29, de acordo com o Art. 275, da Lei Complementar nº. 309/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 27 de Abril de 2018.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Prh

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 071/2018**

Publicação Nº 1608619

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 071/2018

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM REDE CABEADA E WIFI, PARA FORNECIMENTO DE SWITCH, PONTO DE ACESSO, TRANSCEPTOR ÓPTICO, CABO ÓPTICO, CAIXA ÓPTICA, FIBRA ÓPTICA E PATCH CORD; PARA MANUTENÇÃO, UPGRADE E REPAROS NA REDE INTERNA DO PRÉDIO CENTRAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL, CONFORME DISCRIMINADO NOS ANEXOS DESTES EDITAIS.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 237/2006, de 25 de maio de 2006.

ENTREGA DOS ENVELOPES, CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: Até o dia 16/05/2018, às 13h30min, no endereço abaixo, na Sala de Licitações.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, Divisão de Suprimentos.

A íntegra deste edital pode ser retirada também pelo sítio eletrônico da Prefeitura Municipal [www.riodosul.sc.gov.br](http://www.riodosul.sc.gov.br) no menu autoatendimento - licitações

Rio do Sul (SC), 30 de abril de 2018.  
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário de Administração e Fazenda

### TERESINHA PEREIRA - 9º TERMO ADITIVO

Publicação Nº 1608086

9º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 10/2015, firmado em 12/01/2015, com término previsto para 06/04/2018.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr(a) TERESINHA PEREIRA, portador(a) do CPF nº 683.827.669-00, na qualidade de Contratado(a), celebram o 9º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 10/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

#### "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 10/2015, iniciando-se a prorrogação em 07/04/2018 e encerrando-se em 04/05/2018."

#### Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 04/04/2018.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	TERESINHA PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado(a)

# Rio dos Cedros

## PREFEITURA

### DECRETO DE 24 DE ABRIL DE 2018. ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES

Publicação Nº 1608880

DECRETO DE 24 DE ABRIL DE 2018.

#### ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito Municipal de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e devidamente autorizado pelo artigo 8º, inciso II da Lei Municipal nº 1.971 de 21 de novembro de 2017 e pela Lei Municipal nº 1.991 de 24 de abril de 2018.

#### DECRETA:

Art.1º. Ficam anuladas no orçamento vigente as dotações orçamentárias a seguir demonstradas até o limite de:

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros

04 – Secretaria de Obras e Serviços Urbanos

003 – Diretoria de Obras e Serviços Urbanos

0028.0843.0020.0002 – Manutenção da Dívida Fundada Serviços Urbanos

3469000000000000 – Aplic. Diretas (1.000.000 – Rec. Ordinários) ..... 200.000,00

07 – Secretaria de Esporte, Cultura, Turismo e Eventos

003 – Diretoria de Esportes

0027.0812.0100.2055 – Manutenção das Atividades do Desporto

3335000000000000 – Transf. Inst. Priv. s/ Fins Lucr. (1.000.000 – Rec. Ordinários).1.350,00

Total ..... 201.350,00

Art.2º. Com a soma das anulações do artigo anterior, ficam suplementadas as dotações orçamentárias a seguir demonstradas até o limite de:

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros

03 – Secretaria de Fazenda

005 – Diretoria de Agricultura, Fomento Agropecuário e do Meio Ambiente

0020.0606.0110.2017 – Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura

3335000000000000 – Transf. Inst. Priv. s/ Fins Lucr. (1.000.000 – Rec. Ord.) ..... 27.750,00

3339000000000000 – Aplic. Diretas (1.000.000 – Rec. Ordinários) ..... 22.250,00

04 – Secretaria de Obras e Serviços Urbanos

003 – Diretoria de Obras e Serviços Urbanos

0015.0451.0020.1004 – Pavimentação de Ruas e Avenidas

3449000000000000 – Aplic. Diretas (1.000.000 – Rec. Ordinários) ..... 150.000,00

07 – Secretaria de Esporte, Cultura, Turismo e Eventos

002 – Diretoria de Cultura

0013.0392.0090.2009 – Manutenção do Fundo Municipal de Cultura

3339000000000000 – Aplic. Diretas (1.000.000 – Rec. Ordinários) ..... 1.350,00

Total ..... 201.350,00

Art.3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros, em 24 de abril de 2018.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI

Prefeito de Rio dos Cedros

O presente Decreto foi devidamente registrado e publicado na forma regulamentar em 24 de abril de 2018.

Margaret Silvia Gretter

Diretora de Gabinete

**DECRETO DE 24 DE ABRIL DE 2018. ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES**

Publicação Nº 1608879

DECRETO DE 24 DE ABRIL DE 2018.

**ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES**

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito Municipal de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e devidamente autorizado pelo artigo 8º, inciso II da Lei Municipal nº 1.971 de 21 de novembro de 2017 e pela Lei Municipal nº 1.991 de 24 de abril de 2018.

**DECRETA:**

Art.1º. Fica anulada no orçamento vigente a dotação orçamentária a seguir demonstrada até o limite de:

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros

04 – Secretaria de Obras e Serviços Urbanos

001 – Diretoria do Serviço Rodoviário Municipal

0026.0782.0020.2008 – Manutenção dos Serviços Rodoviários

3339000000000000 – Aplic. Diretas (1.000.000 – Rec. Ordinários) ..... 66.631,48

Total ..... 66.631,48

Art.2º. Com a soma da anulação do artigo anterior, fica suplementada a dotação orçamentária a seguir demonstrada até o limite de:

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros

04 – Secretaria de Obras e Serviços Urbanos

003 – Diretoria de Obras e Serviços Urbanos

0017.0512.0020.2044 – Manutenção da Coleta Seletiva de Lixo

3449000000000000 – Aplic. Diretas (1.000.000 – Rec. Ordinários) ..... 66.631,48

Total ..... 66.631,48

Art.3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros, em 24 de abril de 2018.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI

Prefeito de Rio dos Cedros

O presente Decreto foi devidamente registrado e publicado na forma regulamentar em 24 de abril de 2018.

Margaret Silvia Gretter

Diretora de Gabinete

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DOS CEDROS - EXTRATO DO EDITAL DE PREGÃO Nº 30/2018 - TIPO DO JULGAMENTO: MENOR PREÇO - TIPO DE COMPARAÇÃO: POR ITEM, COM A FINALIDADE DE SELECIONAR PROPOSTA OBJETIVANDO A AQUISIÇÃO DE LIVROS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS ESCOLAS DO ENSINO FUNDAMENTAL**

Publicação Nº 1608878

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DOS CEDROS**

Extrato do Edital de Pregão Nº 30/2018

Tipo do Julgamento: Menor Preço

Tipo de Comparação: Por Item

O Município de Rio dos Cedros, estabelecido na Rua Nereu Ramos, 205, Centro - Rio dos Cedros - SC, informa que realizará licitação na modalidade de Pregão, com a finalidade de selecionar proposta objetivando A AQUISIÇÃO DE LIVROS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS ESCOLAS DO ENSINO FUNDAMENTAL, conforme especificações constantes do edital. Rege a presente licitação, a Lei Federal 10.520/2002, a Lei Federal nº. 8.666/93, o Decreto Municipal nº. 2.279/2007, a Lei Complementar nº. 123/2006 e demais legislações aplicáveis. Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem: Recebimento do envelope de proposta e do envelope de habilitação: Data: 15/05/2018 - Hora: 08:45. Início da Sessão Pública e abertura dos envelopes de propostas: Data: 15/05/2018 - Hora: 09:00. O Edital e seus anexos poderão ser extraídos através do site [www.riodoscedros.sc.gov.br](http://www.riodoscedros.sc.gov.br) no link Licitações. As dúvidas pertinentes a presente licitação serão esclarecidas pelo Departamento de Licitações na Rua Nereu Ramos, nº 205, Centro, Rio dos Cedros - SC, pelo telefone: (47) 3386-1050 ramal 2006 ou ainda pelo e-mail: [licitacao@riodoscedros.sc.gov.br](mailto:licitacao@riodoscedros.sc.gov.br).

Rio dos Cedros, 02 de maio de 2018.

ROSELI SAMAGIA

Secretaria de Educação



# Rio Fortuna

## PREFEITURA

### PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 032/2018 EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2018 CANCELAMENTO DE LICITAÇÃO

### AVISO DE

Publicação Nº 1608224

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA  
Processo de Licitação nº 032/2018  
Edital de Tomada de Preços nº 002/2018

#### AVISO DE CANCELAMENTO DE LICITAÇÃO

O Município de Rio Fortuna, através do Prefeito Municipal Sr. Lindomar Ballmann, torna público para conhecimento dos interessados, que o Processo Licitatório nº 032/2018 Tomada de Preços nº 002/2018 com abertura prevista para às 8 h, do dia 02 de Maio de 2018, nas dependências da Prefeitura Municipal de Rio Fortuna – Setor de Licitação, situado na Avenida Sete de Setembro, 1.175, Centro, com o objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA URBANA COM PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA NAS RUAS ELISEU BUSS E HUBERTO HENRIQUE WILLEMANN, MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA, fica CANCELADO conforme Parecer Jurídico datado do dia 26 de abril de 2018. Demais informações complementares no Setor de Licitações da Prefeitura de Rio Fortuna, no endereço acima, de segunda à sexta-feira, das 07 (sete) às 13 (treze) horas, ou pelo telefone: (48) 3653-1122.

Rio Fortuna/ SC, 30 de abril de 2018.

LINDOMAR BALLMANN

Prefeito Municipal

# Romelândia

## PREFEITURA

### DECRETO 3.965/2018

Publicação Nº 1608190

DECRETO Nº 3.965/2018

DISPÕE SOBRE O DESDOBRIO DE LOTES URBANOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR BUGS, Prefeito Municipal de Romelândia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições Legais e de acordo com a Lei:  
DECRETA:

Art. 1º - Fica Aprovado pelo presente Decreto o Desdobro do Lote Urbano nº (382), localizado na Rua Padre Anchieta esquina com a Rua Castelo Branco e situado na Cidade e Município de Romelândia, SC, Comarca de Anchieta, com a área de "Um Mil Metros Quadrado" (1.000,00m²) sem benfeitorias; objeto da Matrícula nº 154, da Serventia Registral Imobiliária da Comarca de Anchieta, SC, de propriedade de CLARI GUILHERME SCHREINER.

#### DESCRIÇÃO DO IMÓVEL APÓS DESDOBRIO

Lote "A", Parte do Lote Urbano nº (382), situado na Cidade e Município de Romelândia, SC, Comarca de Anchieta, SC, e localizado no lado par da Rua Padre Anchieta, distando 12,50 metros da esquina formada pela Rua Castelo Branco, com área de "Quinhentos Metros Quadrados" (500,00m²), sem edificações, confrontando:

Ao NORTE: com Parte do Lote Urbano nº (381) na extensão de 12,50 metros, de Lirio Sassett Matrícula nº 5.613;

Ao SUL: com a Rua Padre Anchieta, na extensão de 12,50 metros;

Ao OESTE: com o Lote "B" Parte do Lote Urbano nº (382) na extensão de 40,00 metros, de Clari Guilherme Schreiner, Matrícula nº 154;

Ao LESTE: com Parte do Lote Urbano nº (383) na extensão de 40,00 metros, de Octavelino Bruches Lutz, Matrícula nº 2.018;

Lote "B", Parte do Lote Urbano nº (382), situado na Cidade e Município de Romelândia, SC, Comarca de Anchieta, SC, e localizado no lado par da Rua Padre Anchieta, esquina formada pela Rua Castelo Branco, com área de "Quinhentos Metros Quadrados" (500,00m²), sem edificações, confrontando:

Ao NORTE: com Parte do Lote Urbano nº (381) na extensão de 12,50 metros, de Lirio Sassett Matrícula nº 5.613;

Ao SUL: com a Rua Padre Anchieta, na extensão de 12,50 metros;

Ao OESTE: com a Rua Castelo Branco, na extensão de 40,00 metros;

Ao LESTE: com o Lote "A" Parte do Lote Urbano nº (382) na extensão de 40,00 metros, de Clari Guilherme Schreiner, Matrícula nº 154;

Art. 2º - Esse desdobro é de responsabilidade técnica do Engenheiro Agrônomo Samuel Ailton Ristow, CREA/SC 107.026-1, Conforme ART Nº. 6547630-5.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se demais disposições em contrário.

Romelândia - SC, 30 de abril de 2018.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia-SC

Adriane T. Merigo Jung

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

# Santa Helena

## PREFEITURA

### PROCESSO LICITATÓRIO N° 25/2018 - CHAMAMENTO PUBLICO N° 03/2018

Publicação N° 1608570

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SANTA HELENA – PREFEITURA

#### EDITAL DE LICITAÇÃO N° 25/2018 – CHAMAMENTO PUBLICO N° 03/2018

O Município de Santa Helena, Estado de Santa Catarina, por intermédio do Prefeito Municipal Sr. Luiz Gluitz, comunica aos interessados que está promovendo o Processo Licitatório nº 25/2018 - Chamamento Público nº 03/2018, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, para cadastramento de grupos formais e informais de agricultores familiares para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar dos alunos da rede municipal de ensino do município de Santa Helena - SC. Recebimento dos envelopes até as 08h45min do dia 04 de junho de 2018. Abertura das propostas as 09h00min do dia 04 de junho de 2018, na Prefeitura Municipal de Santa Helena, situada na Rua Dom Feliciano, 476, Santa Helena – SC. Retirada do Edital no mesmo endereço acima ou pelo site [www.santahelena.sc.gov.br](http://www.santahelena.sc.gov.br) e informações pelo fone (49) 3633 0009.

Santa Helena (SC), 30 de abril de 2018.  
LUIZ GLUITZ  
Prefeito Municipal

# Santa Rosa de Lima

## PREFEITURA

### RESULTADO DA TOMADA DE PREÇO 01/2018 PM

Publicação Nº 1608099

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DE LIMA

#### RESULTADO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2018

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 16/2018

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, DRENAGEM PLUVIAL, SINALIZAÇÃO VIÁRIA DA RODOVIA MUNICIPAL SRL – 102- RIO DO MEIO (RUA VENDOLINO VANDRESEN), EXTENSÃO 218,83m, E ÁREA DE 1.322,32m<sup>2</sup>, da ESTACA PP0 ATÉ ESTACA 10 + 18,83 m.

VENCEDOR: BCL EMPREENDIMENTOS LTDA.

VALOR HOMOLOGADO: R\$ 238.728,89

DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 30 de abril de 2018.

Santa Rosa de Lima, em 30 de abril de 2018.

SALESIO WIEMES

Prefeito Municipal

#### EXTRATO DO CONTRATO Nº 25/2018

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, DRENAGEM PLUVIAL, SINALIZAÇÃO VIÁRIA DA RODOVIA MUNICIPAL SRL – 102- RIO DO MEIO (RUA VENDOLINO VANDRESEN), EXTENSÃO 218,83m, E ÁREA DE 1.322,32m<sup>2</sup>, da ESTACA PP0 ATÉ ESTACA 10 + 18,83 m.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Lima.

CNPJ/MF: 82.926.593/0001-86.

EMPRESA CONTRATADA: BCL EMPREENDIMENTOS LTDA.

CNPJ/MF: 12.218.083/0001-79

VALOR DO CONTRATO: R\$ 238.728,89

VIGÊNCIA: O presente Contrato é celebrado por prazo determinado, iniciando-se na data de sua assinatura e tendo vigência ate 31 de dezembro de 2018.

ADVOGADA: Dra. GISLAINE SCHLICKMANN.

Santa Rosa de Lima, em 30 de abril de 2018.

SALESIO WIEMES

Prefeito Municipal

# Santa Terezinha do Progresso

## PREFEITURA

### DECRETO MUNICIPAL N 61/2018

Publicação Nº 1608055

DECRETO Nº 061/2018

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar, por conta dos recursos do superávit financeiro do exercício de 2017 no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, constante da Lei n. 1360, de 05 de Dezembro de 2017 e dá outras providências.

DERLI FURTADO, Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, principalmente aquelas contidas no inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município e de acordo com a Lei nº 1360/2017,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto o abrir crédito adicional suplementar, por conta dos recursos do superávit financeiro do exercício de 2017, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, de que trata a Lei n. 1360, de 05 de dezembro de 2017, no valor de até R\$ 8.900,00 (oito mil e novecentos reais).

02.00 Gabinete do Prefeito Municipal				
02.01 Administração Superior do Município				
041220006.1.003000 Aquisição de veículo de passeio				
	0300	4.4.90.00.00.0000	Aplicação Direta	8.900,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional suplementar no valor de R\$ 8.900,00 (oito mil e novecentos reais) de que trata o artigo 1º deste Decreto, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar os recursos do superávit financeiro, por fonte de recurso, verificado no balanço patrimonial do Exercício de 2017.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso,  
em 27 de Abril de 2018.

DERLI FURTADO  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

### EDITAL CHAMAMENTO DE PROFESSORES

Publicação Nº 1608912

EDITAL N.03/2018-4ªCHAMADA PARA ESCOLHA DE VAGAS PARA A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

O Governo Municipal de Santa Terezinha do Progresso-SC, através da Secretaria Municipal de Educação, vem CONVOCAR todos os classificados no Processo Seletivo Edital nº001/2017, que selecionou candidatos ao Provimento de vagas em Caráter Temporário, para contratação de profissionais do magistério, prorrogado pelo Decreto Municipal nº018/2018, de 05 de fevereiro de 2018, para escolha de vagas, conforme disposição na legislação municipal, a realizar-se no dia e horário abaixo constante, tendo como local a Secretaria Municipal de Educação, com endereço na Rua Recife, nº95, Centro, município de Santa Terezinha do Progresso/SC, que reger-se-á pelas seguintes regras:

DATA: 03/05/2018

HORÁRIO: 7h30min.

LOCAL DA CHAMADA: Secretaria Municipal de Educação

ENDEREÇO: Rua Recife nº95-Santa Terezinha do Progresso/SC

Nº DE VAGAS	TIPO DE VAGA	HORAS
01	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	20h
01	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL-Anos iniciais(1º ao 5º ano)	20h

1. A escolha de vagas deverá ser feita pelo próprio candidato, obedecendo à ordem de classificação;

2. Para escolha de vagas e contratação será respeitado o edital 001/2017 e as demais disposições vigentes.



Santa Terezinha do Progresso/SC, 30 de abril de 2018.  
Derli Furtado  
Prefeito Municipal

**PORTARIA MUNICIPAL N 54/2018**

Publicação Nº 1608052

PORTARIA Nº 054/2018  
CONCEDE FÉRIAS À CONSELHEIRA TUTELAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE**

Art. 1º. Fica concedida férias regulamentar, a Conselheira Tutelar, senhora Maristela de Vargas Bogorny, matrícula nº13070/01. Período aquisitivo de 11/04/2017 a 10/04/2018, período de gozo de férias de 27/04/2018 a 26/05/2018.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 26 de Abril de 2018.  
DERLI FURTADO  
Prefeito Municipal

**PORTARIA MUNICIPAL N 55/2018**

Publicação Nº 1608053

PORTARIA Nº 055/2018  
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Fica concedida licença para tratamento de saúde da servidora Solange Detofol, Matrícula 10278/01, ocupante do cargo de Controle Interno, conforme o atestado médico de 26 de Abril a 05 de Maio de 2018.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 26 de Abril de 2018.  
DERLI FURTADO  
Prefeito

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

# Santiago do Sul

## PREFEITURA

### AVISO PREGÃO FMS 13-2018 OXIGENIO MEDICINAL

Publicação Nº 1608225

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Administrativo Nº. 18/2018.

Edital: PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº.13/2018.

Objeto: Aquisição de oxigênio medicinal, para atender as necessidades dos usuários da Unidade Básica de Saúde de Santiago do Sul.

Entrega dos Envelopes: 08:30 horas do dia 15 de MAIO de 2018.

Abertura dos Envelopes: 08:30 horas do dia 15 de MAIO de 2018.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua Angelo Toazza, 600, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, pelo fone (49) 3345-3000 ou site [www.santiagodosul.sc.gov.br](http://www.santiagodosul.sc.gov.br).

SANTIAGO DO SUL, 30 De ABRIL de 2018.

LILIAN BLANGER

GESTORA DO FMS

# São Bento do Sul

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 927/2018

Publicação Nº 1606157

DECRETO Nº 0927, DE 27 DE ABRIL DE 2018.

INSTITUI O COMITÊ GESTOR PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA REDE NACIONAL PARA A SIMPLIFICAÇÃO DO REGISTRO E DA LEGALIZAÇÃO DE EMPRESAS E NEGÓCIOS - REDESIM, LICENCIAMENTO E INTEGRAÇÃO, NA FORMA DA LEI, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO do município de São Bento do Sul, no uso de suas atribuições conferidas na Lei Orgânica do Município, resolve:

Considerando a necessidade de articular, apoiar, fomentar, facilitar e coordenar o processo de empreendedorismo no município de São Bento do Sul, por intermédio da simplificação do processo de registro mercantil e licenciamento de empresas e empresários, e com o propósito de contribuir para o desenvolvimento econômico e social da municipalidade;

Considerando as disposições da Lei Federal nº 11.598, de 3 de dezembro de 2007, que estabelece as diretrizes e procedimentos para a simplificação e integração do processo de registro e legalização de empresários e de pessoas jurídicas, cria a Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios – REDESIM, cujo objetivo é estabelecer a simplificação e integração do processo de registro e legalização de empresários e pessoas jurídicas, integrando todos os órgãos envolvidos com o registro e com o licenciamento de empresas e negócios;

#### DECRETA:

Art. 1º É instituído no âmbito do Município de São Bento do Sul o Comitê Gestor para a implementação da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios - REDESIM, licenciamento e integração, nos termos do artigo 2º da Lei nº 11.598/07 e do artigo 4º da Lei Complementar nº 123/06.

Art. 2º Compete ao Comitê Gestor de implementação da REDESIM:

I - Elaborar, coordenar, articular ações e atividades para implementar no âmbito do Município a Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios – REDESIMPLES;

II - Disseminar o conhecimento acerca da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.598, de 3 de dezembro de 2007 e normas correlatas;

III - Articular, coordenar, executar e acompanhar, nos procedimentos de sua competência governamental, a unicidade de processo de registro, de legalização e licenciamento de empresários e pessoas jurídicas;

IV - Promover a articulação e o entendimento entre todos os órgãos e entidades envolvidos no procedimento de registro e legalização de empresários e pessoas jurídicas, no âmbito do Município e, quando possível, do Estado;

V - Elaborar e aprovar o programa de trabalho para implementação e operação das ações necessárias para que os objetivos de simplificação e desburocratização sejam atingidos;

VI - Definir e promover a execução do programa de trabalho de implementação da REDESIM no Município;

VII - Instituir a tabela de grau de risco na vigilância sanitária municipal e do meio-ambiente, conforme legislação estadual nº 17.071, de 12 de janeiro de 2017;

VIII - Instituir a consulta de viabilidade conforme legislação da REDESIM 11.598, de 3 de dezembro de 2007;

IX - Elaborar e aprovar regulamentações sob a forma de resolução.

Art. 3º O Comitê Gestor para implementação da REDESIM, no âmbito do Município de São Bento do Sul, será composto por:

I – 1 (um) membro titular e 1 (um) membro suplente, representantes da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo;

II - 1 (um) membro titular e 1 (um) membro suplente, representantes do SEBRAE/SC;

III - 1 (um) membro titular e 1 (um) membro suplente, representantes do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina;

IV - 1 (um) membro titular e 1 (um) membro suplente, representantes da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente;

V - 1 (um) membro titular e 1 (um) membro suplente, representantes da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo;

VI - 1 (um) membro titular e 1 (um) membro suplente, representantes da Secretaria Municipal de Finanças;

VII - 1 (um) membro titular e 1 (um) membro suplente, representantes da Secretaria Municipal de Saúde (Departamento de Vigilância à Saúde);

VIII - 1 (um) membro titular e 1 (um) membro suplente, representantes da Procuradoria Geral do Município;

IX - 1 (um) membro titular e 1 (um) membro suplente, representantes da Secretaria Municipal de Administração.

Parágrafo Único. A Presidência do Comitê Gestor será exercida por um servidor de carreira da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul membro deste comitê, cabendo a ele a Coordenadoria Executiva dos trabalhos.

Art. 4º O Comitê Gestor para implementação da REDESIM no Município funcionará de acordo com o plano de trabalho, nos termos do art. 2º, inciso IV e V deste Decreto.

Parágrafo Único. O Comitê Gestor realizará periodicamente reuniões ordinárias e, quando necessário, reuniões extraordinárias.

Art. 5º A participação no Comitê Gestor é atividade de utilidade pública, não remunerada, sendo seu exercício considerado de relevante interesse público.

Art. 6º Os casos omissos serão dirimidos no âmbito das deliberações do Comitê Gestor.

Art. 7º O prazo de funcionamento do Comitê Gestor é por tempo indeterminado.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 27 de abril de 2018.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

## LEI Nº 3899/2018

Publicação Nº 1606151

LEI Nº 3899, DE 2 DE MAIO DE 2018.

ALTERA DISPOSITIVO DA LEI Nº 3.088, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2012.

PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º. O artigo 2º da Lei nº 3.088, de 06 de novembro de 2012 passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º A concessão de uso referida no artigo anterior poderá ser:

I – gratuita, para eventos reconhecidamente culturais e desde que não haja a cobrança de ingressos;

II – onerosa, nos demais casos;

§ 1º A concessão de uso gratuita implica na gratuidade do evento para o público usuário, na forma do inciso I, salvo quando, por decisão fundamentada do Conselho de Política Cultural, a gratuidade da cessão de uso proporcionar a diminuição do preço do espetáculo cultural, o que deverá estar demonstrado.

§ 2º O reconhecimento da característica cultural do evento dar-se-á pelo Conselho Municipal de Política Cultural, ou por câmara técnica do mesmo, se assim decidirem os seus membros.”

Art. 2º. O artigo 3º da Lei nº 3.088, de 06 de novembro de 2012 passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º A concessão de uso onerosa implica no pagamento de preço público nos seguintes valores:

I – para apresentações artísticas e culturais o valor de 67 (sessenta e sete) Unidade Fiscal Municipal – UFM por dia;

II – para palestras educativas ou motivacionais, sem cobrança de ingresso, o valor de 67 (sessenta e sete) Unidade Fiscal Municipal – UFM por dia;

III – para palestras educativas ou motivacionais, com cobrança de ingresso, o valor de 167 (cento e sessenta e sete) Unidade Fiscal Municipal - UFM por dia;

IV – para eventos de colação de grau o valor de 496 (quatrocentos e noventa e seis) Unidade Fiscal Municipal - UFM por dia;

§ 1º O recolhimento dos valores será antecipado ao Fundo Municipal de Cultura, salvo quando houver cobrança de ingresso, e deverá ser recolhido 5% dos valores cobrados no primeiro dia útil após o evento.

§ 2º Na hipótese de sobrevirem pedidos de concessão de uso para a mesma data, caberá ao Conselho Municipal de Política Cultural decidir a precedência com base na correlação do evento cultural pretendido com o contido no Plano Municipal de Cultura.

§ 4º A Fundação Cultural deverá ser comunicada com 15 (quinze) dias de antecedência do cancelamento do evento, sob pena de reter os valores pagos."

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 2 de maio de 2018.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

## LEI Nº 3900/2018

Publicação Nº 1606152

LEI Nº 3900, DE 2 DE MAIO DE 2018.

DISPÕE SOBRE A PADRONIZAÇÃO DAS CONSTRUÇÕES NA ZONA COMERCIAL HISTÓRICA - ZCH DE SÃO BENTO DO SUL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL,

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

### CAPÍTULO I

#### DOS OBJETIVOS, DEFINIÇÕES e DIRETRIZES

Art. 1º Esta lei dispõe sobre as edificações a serem construídas, reformadas e ampliadas nos imóveis localizados na Zona Comercial Histórica de São Bento do Sul (ZCH), conforme definição do Código Municipal de Zoneamento, excetuando-se os imóveis tombados.

Art. 2º As edificações novas, reformas e ampliações devem integrar-se harmonicamente com os conceitos arquitetônicos das edificações tombadas, devendo seguir o estilo arquitetônico predominante dos colonizadores de São Bento do Sul na ZCH.

Art. 3º Para os efeitos de aplicação desta lei, ficam estabelecidas as seguintes definições e conceitos:

I – Reforma: qualquer modificação externa, sem aumento de área, excetuando-se a conservação e manutenção do imóvel;

II – Conservação e manutenção: a substituição de materiais danificados empregados na edificação de forma isolada, devendo ser substituído por material idêntico seja em tamanho, tipo, modelo e pintura. Caso não seja respeitada a presente definição, será considerado reforma para fins desta lei;

III – Conceito Arquitetônico: conjunto de elementos e traços contidos nos imóveis tombados na ZCH que devem servir de referência para releitura;

IV – Construção Nova: edificação em terreno vazio ou em lote com edificação existente, desde que separado fisicamente desta;

V – Ampliação: Qualquer obra realizada em uma edificação existente que resulte acréscimo de área.

Art. 4º As construções novas, ampliações e reformas na ZCH deverão:

I – Ser feitas em alvenaria, madeira ou mistas (madeira e alvenaria), sendo vedado o uso de concreto ou estruturas metálicas aparentes e ainda qualquer revestimento que não seja madeira, pedra, emboço de argamassa;

II – As paredes externas poderão ter no máximo 50% (cinquenta por cento) da área de cada fachada em vidro, por pavimento, incluindo-se para esse cômputo o somatório das portas e janelas;

III – Os detalhes decorativos externos somente poderão ser em madeira, pedra ou emboço de argamassa, sendo permitido guarda-corpos e pequenos adornos em ferro fundido;

IV – Os telhados terão no mínimo duas águas aparentes com caimento de no mínimo 60% (sessenta por cento), com uso obrigatório de beirais;

V – Todas as edificações deverão ter obrigatoriamente coberturas/telhados aparentes, devendo ser em telha de cerâmica, telha asfáltica



tipo Shingle ou pedra ardósia, ficando vedado o uso de telhas metálicas, cimento amianto ou similares;

VI – Será permitido frontões de madeira, floreiras, cúpulas, mansardas e demais adereços que enriqueçam a edificação no estilo arquitetônico predominante dos colonizadores na ZCH.

§ 1º A obrigatoriedade de beirais laterais ou fundos não será exigida nas hipóteses em que a edificação não comportar sua instalação devido à falta de afastamentos em suas divisas.

§ 2º Nas hipóteses de reforma de imóveis que possuam platibanda, fica dispensada a exigência do inciso IV e V do artigo 4º, desde que não haja qualquer modificação do tamanho, modelo, material ou estrutura da platibanda já existente.

Art. 5º Qualquer intervenção nos imóveis na ZCH deverá apresentar memorial descritivo, incluindo definição de cores e texturas a serem aplicadas, as quais serão submetidas à avaliação e parecer da Secretaria de Planejamento e Urbanismo, devendo ser observadas as seguintes condições para sua aprovação:

I – Fica proibido o imóvel com uma ou mais unidades comerciais ou residenciais utilizar mais de uma opção de cor, textura ou revestimento na fachada do imóvel com finalidade de identificar ou individualizar áreas;

II – As paredes externas devem conter acabamentos em cores similares àquelas utilizadas pela arquitetura tradicional da ZCH, vedado o uso de tonalidades fortes e vibrantes, de revestimentos cerâmicos ou de acabamento brilhoso;

III – Esquadrias externas com proporções, tratamentos e cores similares àquelas utilizadas na arquitetura tradicional da ZCH, com vidros translúcidos, sendo vedado o uso de vidros fumês, reflexivos ou coloridos;

IV – Os volumes destinados ao abrigo de reservatórios ou caixas d'água serão obrigatoriamente abrigados sob os planos do telhado, hipótese em que se sujeitará à imposição do artigo 4º, inciso I, desta lei;

V – A linguagem arquitetônica das novas edificações deverá inspirar-se na arquitetura tradicional da ZCH, ficando vedada a introdução de elementos que façam referência a tipologias e estilos arquitetônicos estranhos à paisagem local;

VI – O sótão não será computado como pavimento da edificação.

Art. 6º Em todos os setores da ZCH, os cercamentos deverão possuir desenho sóbrio, compatível com as tipologias que tradicionalmente acompanham a arquitetura da ZCH.

I – Fica vedada a construção de portais ou qualquer tipo de cercamento estranho àquele tradicionalmente utilizado na ZCH;

II – Os cercamentos não poderão impedir a visibilidade da edificação.

Art. 7º Em todos os setores da ZCH, fica vedado o uso dos sistemas construtivos do tipo "container" e estrutura pré-moldada aparente.

## CAPÍTULO II DOS BENEFÍCIOS FISCAIS

Art. 8º As edificações novas e as que sofrerem reformas ou ampliações terão isenção do Imposto Predial desde que atendam às exigências dos incisos I, II, IV e V, do artigo 4º desta lei, acrescidas de no mínimo 04 (quatro) dos elementos abaixo:

I – Frontão da cobertura em madeira;

II – Floreira;

III – Cúpula;

IV – Mansarda;

V – Acabamento externo em madeira ou pedra.

VI – Esquadrias externas com proporções, tratamentos e cores similares àquelas utilizadas na arquitetura tradicional dos imóveis tombados na ZCH, com vidros translúcidos, sendo vedado o uso de vidros fumês, reflexivos ou coloridos.

§ 1º Para a concessão dos benefícios fiscais, o proponente deverá solicitar a isenção diretamente à Secretaria de Planejamento e Urbanismo que posteriormente submeterá o pedido à análise da Secretaria de Finanças.

§ 2º O pedido deverá ser encaminhado até o último dia do mês de fevereiro de cada exercício financeiro.

§ 3º O requerimento de isenção será acompanhado do carnê de IPTU e do memorial descritivo que comprove os elementos exigidos no art. 8º.

§ 4º Compete à Secretaria de Planejamento e Urbanismo vistoriar o imóvel a fim de comprovar o atendimento ao disposto nesta lei.

Art. 9º Os imóveis que não estiverem na ZCH mas que forem edificados nos termos do artigo 8º desta lei, gozarão dos mesmos benefícios fiscais.

### CAPÍTULO III DAS MULTAS

Art. 10 A inobservância dos dispositivos legais implicará nas seguintes sanções, além das demais penalidades previstas na Lei Municipal nº 1.677/2016:

I – A inobservância do artigo 5º, caput, incisos I, II e III, ensejará o infrator em multa equivalente a 2.500 UFM's (duas mil e quinhentas unidades fiscais municipais), além da obrigação de regularização do imóvel nos termos desta lei;

II – Nos casos de reforma e ampliação, sem alvará de construção ou licença de reforma, as quais não descaracterizem a arquitetura original e obedeçam os critérios arquitetônicos da presente lei, incidirá multa equivalente a 2.500 UFM's (duas mil e quinhentas unidades fiscais municipais);

III – Nos casos de construções novas e ampliações em desconformidade com a presente lei, ou reformas que descaracterizem a arquitetura original do imóvel, incorrerá o infrator na pena de pagamento de multa equivalente a 25.000 UFM's (vinte e cinco mil unidades fiscais municipais), além de ser compelido a proceder com a demolição e reconstrução observando os critérios desta lei.

### CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 11 Qualquer imóvel na ZCH que tenha sofrido modificações anteriores a entrada em vigor desta Lei, incorrendo em irregularidade perante a Lei Municipal nº 3.658/2016 e Decreto nº 1.492 de 04 de novembro de 2016, poderá apresentar projeto arquitetônico de adequação no prazo de 45 dias e execução da respectiva obra em no máximo 180 dias após a publicação da presente lei.

Parágrafo único – O projeto arquitetônico e a execução da obra mencionada no caput deverão cumprir com as exigências da presente lei, casos em que o infrator terá a aplicação da multa afastada.

Art. 12 Nos casos omissos aplicar-se-ão as disposições da Lei Municipal nº 1.677/2006 e da Lei Municipal nº 742/1996.

Art. 13 Fica revogado o artigo 24, alínea "b" da Lei Municipal nº 140/97.

Art. 14 Fica revogada a Lei Municipal nº 3.658/2016 e o Decreto Municipal nº 1.492/2016.

Art. 15 Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul/SC, 2 de maio de 2018.  
MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal

## LEI Nº 3901/2018

Publicação Nº 1606153

LEI Nº 3901, DE 2 DE MAIO DE 2018.

ALTERA A LEI Nº 3865, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017, QUE DISPÕE SOBRE O TOMBAMENTO E A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO NATURAL E CULTURAL DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO DE SÃO BENTO DO SUL, E DÁ OUTRAS DISPOSIÇÕES.

### O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º O caput, do art. 31, da Lei nº 3865, de 14 de dezembro de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 31 – Nas hipóteses em que ocorrer intervenção de qualquer natureza em imóveis com mais de 50 (cinquenta) anos, sem prévia autorização do Município, incidirá multa de 25.000 UFM's (vinte e cinco mil unidades fiscais municipais);"

Art. 2º O caput, do art. 32, da Lei nº 3865, de 14 de dezembro de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 32 – Qualquer intervenção sem autorização do Município em imóveis tombados, implicará em multa de 25.000 UFM's (vinte e cinco mil unidades fiscais municipais), além de reconstrução para restabelecer o estado anterior do imóvel."

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 2 de maio de 2018.  
MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal

**LEI Nº 3902/2018**

Publicação Nº 1606154

LEI Nº 3902, DE 2 DE MAIO DE 2018.

RATIFICA CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO EM PROJETO ASSISTENCIAL FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL E O SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA - SESI

O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara de Vereadores decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica ratificado, em conformidade com o art. 18, inciso XI, da Lei Orgânica Municipal, o Contrato de Participação em Projeto Assistencial celebrado entre o Município de São Bento do Sul e o Serviço Social da Indústria/DR/SC – Departamento Regional de Santa Catarina, por meio da Unidade Regional SESI Planalto Norte, parte integrante da presente lei.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 2 de maio de 2018.  
MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal

**PORTARIAS Nº 4346/2018 A 4364/2018**

Publicação Nº 1606190

PORTARIA Nº 4346, DE 25 DE ABRIL DE 2018.

Demite Servidor Temporário

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

DEMITE:

A pedido, a partir de 19 de abril de 2018, JESSICA LINZMEYER, do cargo de Professor Anos Finais – Língua Portuguesa, na Secretaria Municipal de Educação.

São Bento do Sul, 25 de abril de 2018.  
MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 4347, DE 25 DE ABRIL DE 2018.

Demite Servidor Temporário

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

DEMITE:

A pedido, a partir de 20 de abril de 2018, THAIS SCHIPIETZ, do cargo de Professor Anos Finais – Matemática, na Secretaria Municipal de Educação.

São Bento do Sul, 25 de abril de 2018.  
MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 4348, DE 25 DE ABRIL DE 2018.

Demite Servidor Temporário

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

DEMITE:

A pedido, a partir de 20 de abril de 2018, MARIA APARECIDA ALVES PORTELA, do cargo de Auxiliar de Serviços, na Secretaria Municipal de

Educação.

São Bento do Sul, 25 de abril de 2018.

MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 4349, DE 25 DE ABRIL DE 2018.

Admite Servidor em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de São Bento do Sul, no uso das atribuições privativas que lhe são conferidas pelos incisos III e V do artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, consoante a Lei nº 228/2001, nos termos do Processo Seletivo de Contratação Temporária nº 10/2017 e considerando que VERIDIANA APARECIDA MARTINS JAROSZEWSKI foi nomeada Coordenadora Pedagógica da EBM Prof. Antônio Tremel,

-- --

RE S O L V E:

Admitir em caráter temporário, na Secretaria Municipal de Educação JÉSSICA LINZMEYER, para atuar na EBM Prof. Adélia Lutz, na função de Professor Anos Finais – Língua Portuguesa, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir 23 de abril de 2018-até-22 de outubro de 2018-ou enquanto perdurar a vacância do cargo.

São Bento do Sul, 25 de abril de 2018.

MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 4350, DE 25 DE ABRIL DE 2018.

Admite Servidor em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de São Bento do Sul, no uso das atribuições privativas que lhe são conferidas pelos incisos III e V do artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, consoante a Lei nº 228/2001, nos termos do Processo Seletivo de Contratação Temporária nº 01/2018 e considerando a sazonalidade das disciplinas no EMEJA,

-- --

RE S O L V E:

Admitir em caráter temporário, na Secretaria Municipal de Educação VALDIRENE SANTOS ALVES VILARINO, para atuar no EMEJA, na função de Professor Anos Finais – Ciências, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, a partir 23 de abril de 2018-até-22 de outubro de 2018-ou enquanto perdurar a vacância do cargo.

São Bento do Sul, 25 de abril de 2018.

MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 4351, DE 25 DE ABRIL DE 2018.

Admite Servidor em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de São Bento do Sul, no uso das atribuições privativas que lhe são conferidas pelos incisos III e V do artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, consoante a Lei nº 228/2001, nos termos do Processo Seletivo de Contratação Temporária nº 10/2017 e considerando que MAISE MARIA SCHREINER POKRIWIESKI foi nomeada Diretora na EBM Garibaldina da Silveira Fuginaga,

-- --

RE S O L V E:

Admitir em caráter temporário, na Secretaria Municipal de Educação THAIS SCHIPIETZ, para atuar na EBM Denise Christiane Harms, na função de Professor Anos Finais – Matemática, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir 24 de abril de 2018-até-23 de outubro de 2018-ou enquanto perdurar a vacância do cargo.

São Bento do Sul, 25 de abril de 2018.

MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 4352, DE 25 DE ABRIL DE 2018.

Admite Servidor em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de São Bento do Sul, no uso das atribuições privativas que lhe são conferidas pelos incisos III e V do artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, consoante a Lei nº 228/2001, nos termos do Processo Seletivo de Contratação Temporária nº 10/2017 e considerando que PATRICIA SCHEUER foi nomeada Coordenadora Pedagógica no PEM Ernesto Venera dos Santos,

-- --

RE S O L V E:

Admitir em caráter temporário, na Secretaria Municipal de Educação TATIANE RECHETELO, para atuar na EBM Prof. Lucia Tschoeke, na função de Professor Anos Finais – Artes, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, a partir 24 de abril de 2018-até-23 de outubro de 2018-ou enquanto perdurar a vacância do cargo.

São Bento do Sul, 25 de abril de 2018.  
MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 4353, DE 25 DE ABRIL DE 2018.  
Admite Servidor em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de São Bento do Sul, no uso das atribuições privativas que lhe são conferidas pelos incisos III e V do artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, consoante a Lei nº 228/2001, nos termos do Processo Seletivo de Contratação Temporária nº 01/2018 e considerando que TABATAH ANDRESSA DENK FRICK foi nomeada Chefe de Divisão na Secretaria Municipal de Educação,

---  
RE S O L V E:

Admitir em caráter temporário, na Secretaria Municipal de Educação CRISTINA SIMONE BONA, para atuar na EBM Baseliisse de Carvalho Ramos Virmond, na função de Especialista em Assuntos Educacionais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir 25 de abril de 2018-até-24 de outubro de 2018-ou enquanto perdurar a vacância do cargo.

São Bento do Sul, 25 de abril de 2018.  
MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 4354, DE 25 DE ABRIL DE 2018.

Prorroga prazo para posse

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 228, de 28 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o prazo para a posse de KARINA FERNANDA KASZUBOWSKI, no cargo de Auxiliar de Serviços, do Concurso Público nº 09/2017, de acordo com a Lei nº 228/2001, artigo 19, parágrafo 1º, conforme Processo nº 6531/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 25 de abril de 2018.  
MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 4355, DE 25 DE ABRIL DE 2018.

Prorroga prazo para posse

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 228, de 28 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o prazo para a posse de ANDERSON MIODUTZKI, no cargo de Professor Anos Finais – Educação Física, do Concurso Público nº 09/2017, de acordo com a Lei nº 228/2001, artigo 19, parágrafo 1º, conforme Processo nº 6532/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 25 de abril de 2018.  
MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 4356, DE 26 DE ABRIL DE 2018.

Nomeia Servidor Público Municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal nº 228/01, resolve,

NOMEAR:

A partir de 25 de abril de 2018, GISELY RODRIGUES, em caráter efetivo, habilitada no Concurso Público de nº 09/2017, homologado em 19 de dezembro de 2017, para exercer o cargo de Professor, Grupo Ocupacional Ensino Fundamental – Anos Iniciais, Licenciatura Plena, Nível I, Classe A, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação.

São Bento do Sul, 26 de abril de 2018.



MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 4357, DE 26 DE ABRIL DE 2018.

Revoga Portaria nº 4356/2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

REVOGAR a Portaria nº 4356/2018 que nomeou a servidora pública municipal GISELY RODRIGUES, no cargo de Professor Anos Iniciais, na Secretaria Municipal de Educação, por desistência espontânea em 25 de abril de 2018.

São Bento do Sul, 26 de abril de 2018.

MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 4358, DE 26 DE ABRIL DE 2018.

Revoga Portaria nº 4335/2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

REVOGAR a Portaria nº 4335/2018 que nomeou a servidora pública municipal AMANDA LIEBL, no cargo de Professor Anos Finais – Matemática, na Secretaria Municipal de Educação, por desistência espontânea em 25 de abril de 2018.

São Bento do Sul, 26 de abril de 2018.

MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 4359, DE 26 DE ABRIL DE 2018.

Prorroga Licença

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 228/2001,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora ERANI AUXILIADORA NASCIMENTO, ocupante do cargo de Auxiliar de Operações, na Secretaria Municipal de Educação, prorrogação da licença por motivo de doença em pessoa da família, conforme Processo nº 6425/2018.

Art. 2º A prorrogação a que se refere o artigo 1º dar-se-á no período de 21/04/2018 a 19/07/2018.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 26 de abril de 2018.

MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 4360, DE 26 DE ABRIL DE 2018.

Concede Licença

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 228/2001,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora GISLAINE VARELA NUNES, ocupante do cargo de Atendente Educativo, na Secretaria Municipal de Educação, licença por motivo de doença em pessoa da família, conforme Processo nº 6409/2018.

Art. 2º A licença a que se refere o artigo 1º dar-se-á no período de 17/04/2018 a 17/06/2018.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 26 de abril de 2018.

MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 4361, DE 26 DE ABRIL DE 2018.

**Concede Licença**

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 228/2001,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder à servidora LENEA DE FATIMA PEREIRA HRUSCHKA, ocupante do cargo de Auxiliar de Saúde, na Secretaria Municipal de Saúde, licença por motivo de doença em pessoa da família, conforme Processo nº 5472/2018.

Art. 2º A licença a que se refere o artigo 1º dar-se-á no período de 09/04/2018 a 08/04/2019.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 26 de abril de 2018.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 4362, DE 26 DE ABRIL DE 2018.

**Concede Licença**

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 228/2001,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder à servidora LEONICE ROSA MAIA, ocupante do cargo de Auxiliar de Consultório Dentário, na Secretaria Municipal de Saúde, licença por motivo de doença em pessoa da família, conforme Processo nº 4752/2018.

Art. 2º A licença a que se refere o artigo 1º dar-se-á no período de 03/04/2018 a 01/06/2018.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 26 de abril de 2018.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 4363, DE 26 DE ABRIL DE 2018.

**Concede Licença**

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 228/2001,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder à servidora MARLISE FELICIANO DOS SANTOS, ocupante do cargo de Auxiliar de Operações, na Secretaria Municipal de Saúde, licença por motivo de doença em pessoa da família, conforme Processo nº 5271/2018.

Art. 2º A licença a que se refere o artigo 1º dar-se-á no período de 05/04/2018 a 01/06/2018.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 26 de abril de 2018.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 4364, DE 26 DE ABRIL DE 2018.

**Prorroga Licença de Parte da Jornada de Trabalho**

PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Nº 2585/2010,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder à servidora TATIANE RIBEIRO, ocupante do cargo de Atendente Educativo, na Secretaria Municipal de Educação, prorrogação da licença de parte da jornada de trabalho – 20 (vinte) horas semanais, sem prejuízo de sua remuneração.

Art. 2º A prorrogação da licença a que se refere o artigo 1º dar-se-á pelo prazo de um ano, a contar de 20 de abril de 2018, consoante Processo Administrativo nº 3717/2018.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 26 de abril de 2018.  
MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal

**PORTARIAS Nº 4365/2018 A 4372/2018**

Publicação Nº 1606193

PORTARIA Nº 4365, DE 26 DE ABRIL DE 2018.  
Prorroga prazo para posse

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 228, de 28 de dezembro de 2001,

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o prazo para a posse de DORILDA VICENTE DE LIMA FORTESKI, no cargo de Auxiliar de Serviços, do Concurso Público nº 09/2017, de acordo com a Lei nº 228/2001, artigo 19, parágrafo 1º, conforme Processo nº 6666/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 26 de abril de 2018.  
MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 4366, DE 26 DE ABRIL DE 2018.

Nomeia Servidor Público Municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal nº 228/01, resolve,

**NOMEAR:**

A partir de 26 de abril de 2018, ANDRE JABLONSKI ALVES, em caráter efetivo, habilitado no Concurso Público de nº 09/2017, homologado em 19 de dezembro de 2017, para exercer o cargo de Professor – Educação Física, Grupo Ocupacional Ensino Fundamental – Anos Finais, Licenciatura Plena, Nível I, Classe A, com 30 (trinta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação.

São Bento do Sul, 26 de abril de 2018.  
MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 4367, DE 26 DE ABRIL DE 2018.

Nomeia Servidor Público Municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal nº 228/01, resolve,

**NOMEAR:**

A partir de 26 de abril de 2018, JARI BARBOSA TEIXEIRA, em caráter efetivo, habilitado no Concurso Público de nº 09/2017, homologado em 19 de dezembro de 2017, para exercer o cargo de Professor – Matemática, Grupo Ocupacional Ensino Fundamental – Anos Finais, Licenciatura Plena, Nível I, Classe A, com 20 (vinte) horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação.

São Bento do Sul, 26 de abril de 2018.  
MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 4368, DE 26 DE ABRIL DE 2018.  
Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder a servidora ANDREA BLASKOVSKI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Bibliotecária, na Fundação Cultural, licença prêmio relativa ao triênio 2012/2015, conforme Processo nº 4837/2018.

Art. 2º A licença a que se refere o artigo anterior dar-se-á no período de 28/05/2018 a 26/06/2018.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 26 de abril de 2018.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 4369, DE 26 DE ABRIL DE 2018.

Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor JOSÉ TADEU DE SANTANA JUNIOR, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Administrativo, na Secretaria Municipal de Assistência Social, licença prêmio relativa ao triênio 2011/2014, conforme Processo nº 2789/2018.

Art. 2º A licença a que se refere o artigo anterior dar-se-á no período de 15/05/2018 a 13/06/2018.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 26 de abril de 2018.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 4370, DE 26 DE ABRIL DE 2018.

Concede Abono de Permanência

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, a partir de 02 de janeiro de 2018, Abono de Permanência à servidora EUGENIA MARIA RODRIGUES DEL OLMO, ocupante do cargo de Contador, no Gabinete do Prefeito, conforme consta no Processo nº 3553/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 26 de abril de 2018.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 4371, DE 26 DE ABRIL DE 2018.

Nomeia Servidor Público Municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal nº 228/01, resolve,

NOMEAR:

A partir de 26 de abril de 2018, JAQUELINE DRANKA BONETTI, em caráter efetivo, habilitada no Concurso Público de nº 09/2017, homologado em 19 de dezembro de 2017, para exercer o cargo de Professor, Grupo Ocupacional Ensino Fundamental – Anos Iniciais, Licenciatura Plena, Nível I, Classe A, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação.

São Bento do Sul, 26 de abril de 2018.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 4372, DE 26 DE ABRIL DE 2018.

Corrige Portaria nº 4305/2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o Memorando do RH nº 234/2018, no qual há solicitação de correção da Portaria nº 4305/2018 no tocante ao nome da servidora,

RESOLVE:

CORRIGIR a Portaria nº 4305, de 18 de abril de 2018, que nomeou a servidora pública municipal KARINA KASZUBOSKI, no tocante ao nome passando de "KARINA KASZUBOSKI" para "KARINA FERNANDA KASZUBOWSKI".

São Bento do Sul, 26 de abril de 2018.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

## RELATÓRIO GESTÃO FISCAL 3º QUADRIMESTRE 2017

Publicação Nº 1606161



## MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

Prestação de Contas

## DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

Entidade: 86,95,96,99,100,132,177,350,357,1013,8253,13622

Poder: Executivo

Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2017 / Bimestre Novembro-Dezembro

Pág 1 / 2

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	(b)
	LIQUIDADAS	(a)		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)		154.358.185,01		27.904,53
Pessoal Ativo		130.565.019,38		1.107,99
Pessoal Inativo e Pensionistas		23.463.063,26		0,00
Outras desp. de pess. decorrentes de contratos terc.(art.18,§1ºda LRF)		330.102,37		26.796,54
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§1ºdo art.19 da LRF)(II)		21.544.412,84		0,00
Indeniza. por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária		303.110,22		0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração		0,00		0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração		1.311.056,34		0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados		19.930.246,28		0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)		132.813.772,17		27.904,53

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	258.228.085,21	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (§ 13, art. 166 da CF)	0,00	-
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	258.228.085,21	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)	132.841.676,70	51,44
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 54,00%	139.443.166,01	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 51,30%	132.471.007,71	51,30
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - 48,60%	125.498.849,41	48,60

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL. Emissão: 26/04/2018, às 13:58:58.

\* Na coluna "INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS", nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

IPM Sistemas Ltda

Identificador: WPR2121101-3370-UEWD-262450640 - Emitido por: SERGIO RICARDO PEREIRA

26/04/2018 13:57





MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

Prestação de Contas

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

Entidade: 86.95.96.99.100.132.177.350.357.1013.8253.13622

Poder: Executivo

Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2017 / Bimestre Novembro-Dezembro

Pág 2 / 2

TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL									
Exercício em que o ente excedeu o limite				Exercício do primeiro período seguinte			Exercício do segundo período seguinte		
Quadrimestre/Semestre				Primeiro período seguinte			Segundo período seguinte		
Limite Máximo	% DTP	% Excedente	Redutor mínimo de 1/3 do Excedente	Redutor Residual	% DTP	Limite	Redutor Residual	Limite	% DTP
(a)	(b)	(c) = (b-a)	(d) = (1/3*c)	(g) = (f-a)	(f)	(e) = (b-d)	(g) = (f-a)	(h) = (a)	(i)
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

\* DTP corresponde à Despesa Total com Pessoal.

## MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

Prestação de Contas

## DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA

Entidade: 86.95.96.99.100.132.177.350.357.1013.8253.13822

Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2017 / Quadrimestre Setembro-Dezembro



RGF - ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2017		
		1º Quadrimestre	2º Quadrimestre	3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	10.851.877,06	9.596.220,06	13.963.423,29	12.360.087,59
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	10.851.877,06	9.596.220,06	13.963.423,29	12.360.087,59
Empréstimos	10.605.440,60	9.349.783,60	8.024.401,04	6.695.030,22
Internos	10.605.440,60	9.349.783,60	8.024.401,04	6.695.030,22
Externos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Financiamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00	0,00
Parcelamento e Renegociação de dívidas	246.436,46	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	246.436,46	5.939.022,25	5.665.057,37
De Contribuições Previdenciárias	246.436,46	0,00	0,00	0,00
De Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas Contratuais	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	12.105.083,03	29.544.554,42	26.340.388,23	23.102.103,27
Disponibilidade de Caixa	11.287.345,44	28.726.816,83	25.521.538,86	22.284.184,56
Disponibilidade de Caixa Bruta	21.462.537,58	34.054.872,71	28.602.858,84	29.445.657,70
(-) Restos a Pagar Processados	10.175.192,14	5.328.055,88	3.081.319,98	7.161.473,14
Demais Haveres Financeiros	817.737,59	817.737,59	818.849,37	817.918,71
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I-II)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	250.601.994,34	250.485.356,63	257.414.327,43	258.228.085,21
% da DC sobre a RCL (I/RCL)	4,33	3,83	5,42	4,79
% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	0,00	0,00	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	300.722.393,21	300.582.427,96	308.897.192,92	309.873.702,25
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	270.650.153,89	270.524.185,16	278.007.473,62	278.886.332,03
OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC				
	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	1º Quadrimestre	2º Quadrimestre	3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000 (Não incluídos na DC)	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVO ATUARIAL	256.426.768,07	256.426.768,07	256.426.768,07	261.884.869,10
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	884.171,75	2.297.887,00	2.361.419,84	2.782.532,43
RP NÃO-PROCESSADOS	6.967.105,86	1.858.174,13	1.263.035,43	5.687.325,81
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00

IPM Sistemas Ltda

Identificador: WPR21311014-3370-CEMN+26240966 - Emitido por: SERGIO RICARDO PEREIRA

26/04/2018 11:16



**MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL**  
Prestação de Contas  
**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA**  
Entidade: 86.95.96.99.100.132.177.350.357.1013.8253.13822  
Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2017 / Quadrimestre Setembro-Dezembro

Pag 2 / 3

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL. Emissão: 26/04/2018, às 11:18:08.

\* Na linha "Disponibilidade de Caixa" se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total da Disponibilidade de Caixa Bruta for menor que Restos a Pagar Processados, esse saldo negativo não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", no quadro "Outros Valores não integrantes da Dívida Consolidada". Assim, quando o cálculo de Disponibilidade de Caixa for negativo, o valor dessa linha deverá ser (0) "zero".

\* A linha "PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000 (Não incluídos na DC)" refere-se aos precatórios posteriores a 05/05/2000 que, em cumprimento ao disposto no artigo 100 da Constituição Federal, ainda não foram incluídos no orçamento ou constam no orçamento e ainda não foram pagos. Ao final do exercício em que esses precatórios foram incluídos ou que deveriam ter sido incluídos, os valores deverão compor a linha "Pecatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos".

IPM Sistemas Ltda

Identificador: WPR21311014-3370-CEMN-262440966 - Emitido por: SERGIO RICARDO PEREIRA

26/04/2018 11:16



# MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

Prestação de Contas

## DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA

Entidade: 86.95.96.99.100.132.177.350.357.1013.8253.13622

Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2017 / Quadrimestre Setembro-Dezembro

TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA									
Exercício em que o ente excedeu o limite		Exercício do primeiro período seguinte			Exercício do segundo período seguinte			Exercício do terceiro período seguinte	
		Quadrimestre/Semestre		Primeiro período seguinte		Segundo período seguinte		Terceiro período seguinte	
Limite Máximo	% DCL	% Excedente	Redutor mínimo de 25% do Excedente	Limite	% DCL	Redutor Residual	Limite	% DCL	% DCL
(a)	(b)	(c) = (b-a)	(d) = (0,25*c)	(e) = (b-d)	(f)	(g) = (f-a)	(h) = (e)	(i)	(j) = (i-a)
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

TRAJETÓRIA DE AJUSTE DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA EM CADA EXERCÍCIO FINANCEIRO											
Exercício Financeiro	2001			2002			2003			2004	
	3º Quadrimestre			Quadrimestre			Quadrimestre			Quadrimestre	
	DCL	Excedente	Redutor	1º	2º	3º	1º	2º	3º	1º	2º
% da DCL sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
% Limite de Endividamento			0,00	0,00		0,00	0,00		0,00		0,00

Exercício Financeiro		2005			2006			2007		
		Quadrimestre		1º	Quadrimestre		2º	Quadrimestre		3º
% da DCL sobre a RCL		0,00		0,00	0,00		0,00	0,00		0,00
% Limite de Endividamento				0,00			0,00			0,00

Exercício Financeiro		2009			2010			2011		
		Quadrimestre		1º	Quadrimestre		2º	Quadrimestre		3º
% da DCL sobre a RCL		0,00		0,00	0,00		0,00	0,00		0,00
% Limite de Endividamento				0,00			0,00			0,00

Exercício Financeiro		2013			2014			2015		
		Quadrimestre		1º	Quadrimestre		2º	Quadrimestre		3º
% da DCL sobre a RCL		0,00		0,00	0,00		0,00	0,00		0,00
% Limite de Endividamento				0,00			0,00			0,00

\* A coluna "Excedente" em relação ao limite apurado ao final do exercício de 2001 deverá ser reduzido, no mínimo, à proporção de 1/15 (um quinze avos) a cada exercício financeiro. O valor da redução anual, 1/15 (um quinze avos) do excedente, é apresentado na coluna Redutor.



**MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL**  
Prestação de Contas  
**DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES**  
Entidade: 86.95.96.99.100.132.177.350.357.1013.8253.13622  
Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2017 / Quadrimestre Setembro-Dezembro

Pag 1 / 1

RGF - ANEXO 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2017		
		1º Quadrimestre	2º Quadrimestre	3º Quadrimestre
EXTERNAS (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aval ou fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aval ou fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	250.601.994,34	250.485.356,63	257.414.327,43	258.228.085,21
% do Total das Garantias sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00
Limite definido por resolução do Senado Federal 22%	55.132.438,75	55.106.778,46	56.631.152,03	56.810.178,75
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - (90% dos 22%)	49.619.194,88	49.596.100,61	50.968.036,83	51.129.160,88

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2017		
		1º Quadrimestre	2º Quadrimestre	3º Quadrimestre
EXTERNAS (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aval ou fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aval ou fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS (VII)=(V + VI)	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL. Emissão: 26/04/2018, às 11:17:39.

\* A linha "Outras garantias nos Termos da LRF" inclui garantias concedidas por meio de Fundos.

IPM Sistemas Ltda

Identificador: WPR2141101-3370-BLUV-26240891 - Emitido por: SERGIO RICARDO PEREIRA

26/04/2018 11:16



**MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL**  
Prestação de Contas  
**DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO**

Pág 1 / 1

Entidade: 86,95,96,99,100,132,177,350,357,1013,8253,13622  
Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2017 / Quadrimestre Setembro-Dezembro

RGF - ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Período	Até o Período (a)
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	48.589,62
Interna	0,00	48.589,62
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito previstas no art. 7º § 3º da RSF nº 43/2001	0,00	48.589,62
Externa	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipações de Receitas pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito previstas no art. 7º § 3º da RSF nº 43/2001	0,00	0,00
<b>TOTAL (I)</b>	<b>0,00</b>	<b>48.589,62</b>

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	258.228.085,21	0,00
OPERAÇÕES VEDADAS (II)	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (III) = (Ia + II)	48.589,62	0,02
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	41.316.493,63	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - (90% dos 16%)	37.184.844,27	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	18.075.965,96	7,00

OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM A DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR REALIZADO	
	No Período	Até o Período (a)
Parcelamento de Dívidas	0,00	0,00
Tributos	0,00	0,00
Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Operações de reestruturação e recomposição do principal de dívidas	0,00	0,00

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL. Emissão: 26/04/2018, às 11:18:20.

\* Na linha "Operações de crédito previstas no art. 7º § 3º da RSF nº 43/2001" conforme Manual de Instrução de Pleitos - MIP STN/COPEM, essas operações podem ser contratadas mesmo que não haja margem disponível nos limites. No entanto, uma vez contratadas, os fluxos de tais operações terão seus efeitos contabilizados para fins da contratação de outras operações de crédito.





# MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

Prestação de Contas

## DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR

Entidade: 86.95.96.99.100.132.177.350.357.1013.8253.13622

Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2017 / Quadrimestre Setembro-Dezembro

Pág 1 / 1

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSORCIO PÚBLICO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (g) = (a)-(b)-(d)-(e)-(f)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS E INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras				
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício						
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)			
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	330.173.601,50	1.828.527,89	3.473.636,31	346.217,13	1.902.751,08	0,00	322.622.469,09	4.436.066,76	0,00
Receitas de impostos e de Transferência de Impostos - Educação	3.414.549,31	1.820.194,21	798.646,76	0,00	760.576,82	0,00	35.131,52	35.131,52	0,00
Transferências do FUNDEB 60%	552.885,43	0,00	58.818,99	0,00	276.639,75	0,00	217.426,69	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB 40%	389.296,14	0,00	133.109,27	0,00	256.186,87	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos Destinados à Educação	7.732,29	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.732,29	0,00	0,00
Receitas de impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	1.586.200,97	0,00	455.021,49	13.675,27	341.003,87	0,00	776.500,34	767.919,70	0,00
Outros Recursos Destinados à Saúde	3.409.744,09	0,00	31.074,54	106.076,58	9.893,93	0,00	3.262.699,04	1.674.797,52	0,00
Recursos Destinados à Assistência Social	1.831.183,11	4.897,28	282.926,68	0,00	49.481,09	0,00	1.493.878,06	426.613,84	0,00
Recursos destinados ao RPPS - Plano Previdenciário	304.533.430,50	661,68	196.686,99	1.292,00	2.729,16	0,00	304.332.060,67	94.312,16	0,00
Recursos destinados ao RPPS - Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Operações de Crédito (exceto destinados à Educação e à Saúde)	81.393,24	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	81.393,24	0,00	0,00
Recursos de Alienação de Bens/Ativos	662.187,42	0,00	1.418,16	0,00	43,86	0,00	660.725,40	0,00	0,00
Outras Destinações Vinculadas de Recursos	13.704.999,00	2.774,72	1.515.933,43	225.173,28	206.195,73	0,00	11.754.921,84	1.437.292,02	0,00
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	3.888.980,19	721.935,84	1.334.721,77	363.075,73	882.510,51	0,00	586.736,34	637.570,35	0,00
Recursos Ordinários	3.888.980,19	721.935,84	1.334.721,77	363.075,73	882.510,51	0,00	586.736,34	637.570,35	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	334.062.581,69	2.550.463,73	4.808.358,08	709.292,86	2.785.261,59	0,00	323.209.205,43	5.073.637,11	0,00

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL - Emissão: 26/04/2018, às 11:18:21.

\* A coluna "DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)" poderá apresentar valor negativo, indicando, nesse caso, insuficiência de caixa após o registro das obrigações financeiras.

IPM Sistemas Ltda

Identificador: WPR2161101-3370-VBVC-262441076 - Emitido por: SERGIO RICARDO PEREIRA

26/04/2018 11:17



**MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL**  
 Prestação de Contas  
**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
 Entidade: 86,95,96,99,100,132,177,350,357,1013,8253,13622  
 Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2017 / Quadrimestre Setembro-Dezembro

Pág 1 / 1

LRF, art. 48 - Anexo 6

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE
Receita corrente líquida	258.228.085,21

DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	132.841.676,70	51,44
Limite Máximo(Incisos I,II e III, art. 20 da LRF)	139.443.166,01	54,00
Limite Prudencial (§ único, art. 22 da LRF)	132.471.007,71	51,30

DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	309.873.702,25	120,00

GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	56.810.178,75	22,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	48.589,62	0,02
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido no Senado Federal para Operações de Crédito Internas e Externas	41.316.493,63	16,00
Limite Def. pelo Senado Federal p/Oper. de Crédito/ Antecipação da Receita	18.075.965,96	7,00

RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	5.073.637,11	323.209.205,43

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL. Emissão: 26/04/2018, às 11:25:10.

## RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 6º BIMESTRE 2017

Publicação Nº 1606164



## MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

Prestação de Contas

## BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Entidade: 86.95.96.99.100.132.177.350.357.1013.8253.13622

Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2017 / Bimestre Novembro-Dezembro

Pág 1 / 5

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS				Em Reais
			Novembro a Dezembro	%	Até Dezembro	%	
(a)	(b)	(b/a)	(c)	(c/a)	(a-c)	(a-c)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (1)	340.130.030,00	340.130.030,00	52.718.091,35	15,50	276.328.337,11	81,24	63.801.692,89
RECEITAS CORRENTES	289.012.406,00	289.012.406,00	52.291.305,22	18,09	272.429.105,31	94,26	16.583.300,69
RECEITA TRIBUTÁRIA	41.402.330,00	41.402.330,00	5.998.351,94	14,49	39.830.085,79	96,20	1.572.244,21
Impostos	35.327.130,00	35.327.130,00	5.114.903,50	14,48	33.911.691,28	95,99	1.415.438,72
Taxas	6.071.400,00	6.071.400,00	883.113,91	14,55	5.915.389,25	97,43	156.010,75
Contribuição de Melhoria	3.800,00	3.800,00	334,53	8,80	3.005,26	79,09	794,74
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	12.263.678,00	12.263.678,00	2.849.436,15	23,23	12.241.900,93	99,82	21.777,07
Contribuições Sociais	8.055.678,00	8.055.678,00	1.874.704,07	23,27	7.996.142,88	99,26	59.535,12
Contribuição de Intervenção no Domínio Econ.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para Cust. do Serv. Ilum. Publ.	4.208.000,00	4.208.000,00	974.732,08	23,16	4.245.738,05	100,90	(37.738,05)
RECEITA PATRIMONIAL	52.593.709,00	52.593.709,00	2.824.577,53	5,37	33.403.383,77	63,51	19.190.325,23
Receitas Imobiliárias	110.000,00	110.000,00	9.000,98	8,18	57.608,44	52,37	52.391,56
Receitas de Valores Mobiliários	49.314.209,00	49.314.209,00	2.807.016,31	5,69	33.268.173,65	67,46	16.046.035,35
Receita de Concessões e Permissões	3.169.500,00	3.169.500,00	8.560,24	0,27	77.601,68	2,45	3.091.898,32
Compensações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos em Áreas de Domínio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Produção Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Produção Animal e Derivados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Agropecuárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria Extrativa Mineral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria de Transformação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria de Construção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Industriais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	20.908.957,00	20.908.957,00	3.945.234,56	18,87	22.215.837,49	106,25	(1.306.880,49)
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	152.944.945,00	152.944.945,00	28.959.095,53	18,93	151.931.179,50	99,34	1.013.765,50
Transferências Intergovernamentais	152.778.945,00	152.778.945,00	28.951.461,07	18,95	151.854.132,67	99,39	924.812,33
Transferências de Instituições Privadas	19.000,00	19.000,00	4.934,21	25,97	23.694,51	124,71	(4.694,51)
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas	35.000,00	35.000,00	2.700,00	7,71	53.352,07	152,43	(18.352,07)
Transferências de Convênios	112.000,00	112.000,00	0,25	0,00	0,25	0,00	111.999,75
Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	8.898.787,00	8.898.787,00	7.714.609,51	86,69	12.806.717,83	143,92	(3.907.930,83)
Multas e Juros de Mora	3.939.580,00	3.939.580,00	680.769,07	17,28	3.214.857,78	81,60	724.722,22
Indenizações e Restituições	1.083.994,00	1.083.994,00	6.688.982,58	617,07	7.155.431,22	660,10	(6.071.437,22)
Receita da Dívida Ativa	3.799.687,00	3.799.687,00	290.307,09	7,64	2.375.343,40	62,51	1.424.343,60
Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Correntes Diversas	75.526,00	75.526,00	54.550,77	72,23	61.085,43	80,88	14.440,57

IPM Sistemas Ltda

Identificador: WPR1981101-3370-FXKE-262439430 - Emitido por: SERGIO RICARDO PEREIRA

26/04/2018 10:50

## MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

Prestação de Contas

## BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Entidade: 86.95.96.99.100.132.177.350.357.1013.8253.13622

Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2017 / Bimestre Novembro-Dezembro



RECEITAS DE CAPITAL	51.117.624,00	426.786,13	0,83	3.899.231,80	7,63	47.218.392,20
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	18.000.000,00	0,00	0,00	48.589,62	0,27	17.951.410,38
Operações de Crédito Internas	18.000.000,00	0,00	0,00	48.589,62	0,27	17.951.410,38
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	1.243.419,00	0,00	0,00	99.980,00	8,04	1.143.439,00
Alienação de Bens Móveis	363.419,00	0,00	0,00	99.980,00	27,51	263.439,00
Alienação de Bens Imóveis	880.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	880.000,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	590.000,00	66.572,97	11,28	406.811,21	68,95	183.188,79
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	30.756.205,00	359.947,60	1,17	3.320.898,32	10,80	27.435.306,68
Transferências Intergovernamentais	20.748.450,00	359.947,60	1,73	893.271,15	4,31	19.855.178,85
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios	10.007.755,00	0,00	0,00	2.427.627,17	24,26	7.580.127,83
Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	528.000,00	265,56	0,05	22.952,65	4,35	505.047,35
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Div. Atv. Prov. da Amortiz. de Emp. e Financ.	528.000,00	265,56	0,05	22.952,65	4,35	505.047,35
Recarga Auferida por Detentores de Títulos do Tesouro Nacional Resgatados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recargas de Alienação de Certificados de Potencial Adicional de Construção-CEPAC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recargas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	17.965.208,00	4.327.367,74	24,09	18.847.820,97	104,91	(882.612,97)
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	358.095.238,00	57.045.459,09	15,93	295.176.158,08	82,43	62.919.079,92
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	358.095.238,00	57.045.459,09	15,93	295.176.158,08	82,43	62.919.079,92
DÉFICIT (VI)	-	-	-	-	-	-
TOTAL (VII) = (V + VI)	358.095.238,00	57.045.459,09	15,93	295.176.158,08	82,43	62.919.079,92
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	5.738.399,31	0,00	0,00
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	0,00	0,00	0,00	5.738.399,31	0,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

IPM Sistemas Ltda

Identificador: WPR1981101-3370-FXE-262439430 - Emitido por: SERGIO RICARDO PEREIRA

26/04/2018 10:50

Pag 3 / 5



# MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

Prestação de Contas

## BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Entidade: 86.95.96.99.100.132.177.350.357.1013.8253.13622

Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2017 / Bimestre Novembro-Dezembro

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ DEZEMBRO	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			Novembro à Dezembro	Até Dezembro		Novembro à Dezembro	Até Dezembro			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	336.482.454,00	345.170.088,59	24.136.950,59	227.412.813,96	117.757.274,63	43.520.022,90	222.339.176,85	122.830.911,74	218.874.242,01	5.073.637,11
DESPESAS CORRENTES	218.538.870,00	229.770.488,02	34.788.927,95	216.351.004,43	13.419.483,59	41.285.517,00	212.289.329,33	17.481.158,69	209.035.558,42	4.061.675,10
Pessoal e Encargos Sociais	135.397.101,00	140.063.272,19	27.101.222,95	135.862.704,63	4.200.567,56	27.193.791,65	135.834.800,10	4.228.472,09	135.087.201,38	27.904,53
Juros e Encargos da Dívida	913.637,00	703.637,00	108.344,65	701.608,17	2.028,83	108.344,65	701.608,17	2.028,83	701.608,17	0,00
Outras Despesas Correntes	82.228.132,00	89.003.578,83	7.579.360,35	79.786.691,63	9.216.887,20	13.983.380,70	75.752.921,06	13.250.657,77	73.246.748,87	4.033.770,57
DESPESAS DE CAPITAL	65.606.535,00	65.712.551,57	(10.651.977,36)	11.061.809,53	54.650.742,04	2.234.505,90	10.049.847,52	55.662.704,05	9.838.683,59	1.011.962,01
Investimentos	59.395.335,00	61.532.551,57	(11.326.042,82)	7.052.167,86	54.480.383,71	1.546.125,84	6.040.205,85	55.492.345,72	5.829.041,92	1.011.962,01
Inversões Financeiras	303.200,00	221.000,00	9.175,53	50.641,67	170.358,33	23.490,13	50.641,67	170.358,33	50.641,67	0,00
Amortização da Dívida	5.908.000,00	3.959.000,00	664.889,93	3.959.000,00	0,00	664.889,93	3.959.000,00	0,00	3.959.000,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	52.337.049,00	49.687.049,00	0,00	0,00	49.687.049,00	0,00	0,00	49.687.049,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	18.012.784,00	19.461.619,65	4.323.270,69	19.128.883,67	332.735,98	4.433.915,48	19.128.883,67	332.735,98	17.785.460,43	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	354.495.238,00	364.631.708,24	28.460.221,28	246.541.697,63	118.090.010,61	47.953.938,38	241.468.060,52	123.163.647,72	236.659.702,44	5.073.637,11
AMORTIZAÇÃO DA DIV. / REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	354.495.238,00	364.631.708,24	28.460.221,28	246.541.697,63	118.090.010,61	47.953.938,38	241.468.060,52	123.163.647,72	236.659.702,44	5.073.637,11
SUPERÁVIT (XIII)	-	-	-	48.634.460,45	-	-	48.634.460,45	-	58.516.455,64	-
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	354.495.238,00	364.631.708,24	28.460.221,28	295.176.158,08	-	47.953.938,38	290.102.520,97	-	295.176.158,08	5.073.637,11
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

IPM Sistemas Ltda

Identificador: WPR1981101-3370-FXE-262439430 - Emitido por: SERGIO RICARDO PEREIRA

26/04/2018 10:50

## MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

Prestação de Contas

## BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Entidade: 86.95.96.99.100.132.177.350.357.1013.8253.13622

Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2017 / Bimestre Novembro-Dezembro



RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO (a-e)
			Novembro a Dezembro (b)	% (b/a)	Até Dezembro (c)	% (c/a)
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	17.965.208,00	17.965.208,00	4.327.367,74	24,09	18.847.820,97	104,91
RECEITAS CORRENTES	17.965.208,00	17.965.208,00	4.327.367,74	24,09	18.847.820,97	104,91
RECEITA TRIBUTÁRIA	97.840,00	97.840,00	3.174,44	3,24	38.074,12	38,91
Impostos	51.300,00	51.300,00	0,00	0,00	19.465,75	37,94
Taxas	46.540,00	46.540,00	3.174,44	6,82	18.608,37	39,98
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	17.140.568,00	17.140.568,00	4.246.319,70	24,77	18.375.337,92	107,20
Contribuições Sociais	17.140.568,00	17.140.568,00	4.246.319,70	24,77	18.375.337,92	107,20
Contribuição de Intervenção no Domínio Econ.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recita de Concessões e Permissões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos em Áreas de Domínio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recita da Produção Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recita da Produção Animal e Derivados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Agropecuárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recita da Indústria Extrativa Mineral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recita da Indústria de Transformação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recita da Indústria de Construção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Industriais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	665.800,00	665.800,00	39.515,21	5,93	266.533,18	40,03
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Intergovernamentais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	61.000,00	61.000,00	38.358,39	62,88	167.875,75	275,21
Multas e Juros de Mora	61.000,00	61.000,00	38.358,39	62,88	167.875,75	275,21
Indenizações e Restituições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recita da Dívida Ativa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recitas Correntes Diversas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Identificador: WPR1881101-3370-FXE-262439430 - Emitido por: SERGIO RICARDO PEREIRA

IPM Sistemas Ltda

26/04/2018 10:50





Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Intergovernamentais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Div. Atv. Prov. da Amortiz. de Emp. e Financ.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Auferida por Detentores de Títulos do Tesouro Nacional Resgatados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Certificados de Potencial Adicional de Construção-CEPAC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ DEZEMBRO (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			Novembro à Dezembro	Até Dezembro		Novembro à Dezembro	Até Dezembro			
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	18.012.784,00	19.461.619,65	4.323.270,69	19.128.883,67	332.735,98	4.433.915,48	19.128.883,67	332.735,98	17.785.460,43	0,00
DESPESAS CORRENTES	17.884.208,00	19.333.043,65	4.301.841,45	19.000.308,23	332.735,42	4.412.486,24	19.000.308,23	332.735,42	17.656.884,99	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	17.060.568,00	18.765.676,53	4.290.385,27	18.523.384,91	242.291,62	4.291.653,58	18.523.384,91	242.291,62	17.211.745,79	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	600.000,00	75.500,00	13.580,06	75.402,29	97,71	13.580,06	75.402,29	97,71	75.402,29	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	762.640,00	491.867,12	(2.123,88)	401.521,03	90.346,09	107.252,60	401.521,03	90.346,09	369.736,91	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	128.576,00	128.576,00	21.429,24	128.575,44	0,56	21.429,24	128.575,44	0,56	128.575,44	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	128.576,00	128.576,00	21.429,24	128.575,44	0,56	21.429,24	128.575,44	0,56	128.575,44	0,00

**FORNTE:** Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL. Emissão: 26/04/2018, às 10:51:06.

\* As linhas "Transferências a Municípios" e "Demais Despesas Correntes" serão apresentadas somente no Demonstrativo aplicado aos Estados.

\* A coluna "INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS" será apresentada somente no último bimestre.



# MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

Prestação de Contas

## DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Entidade: 86.95.96.99.100.132.177.350.357.1013.8253.13822

Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2017 / Bimestre Novembro-Dezembro

Pág 1 / 1

RREO – ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO (c) = (a-b)
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)			
Receita de Alienação de Bens Móveis	1.244.419,00	102.710,97	1.141.708,03
Receita de Alienação de Bens Imóveis	364.419,00	102.710,97	261.708,03
	880.000,00	0,00	880.000,00

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (f)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (g)	SALDO A PAGAR (h) = (d-e)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)							
DESPESAS DE CAPITAL	1.448.409,21	79.660,14	79.660,14	78.241,98	0,00	0,00	1.368.749,07
Investimentos	1.448.409,21	79.660,14	79.660,14	78.241,98	0,00	0,00	1.368.749,07
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Geral da Previdência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	2016 (i)	2017 (j) = (Ib - (III + IIg))	SALDO ATUAL (k) = (III + IIIj)
VALOR (III)	0,00	24.468,99	24.468,99

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, Emissão: 26/04/2018, às 10:58:30.

IPM Sistemas Ltda

Identificador: WPR2081101-3370-OVEQ-262439900 - Emitido por: SERGIO RICARDO PEREIRA

26/04/2018 10:58



# MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

Prestação de Contas

## DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

Entidade: 86.95.96.99.100.132.177.350.357.1013.8253.13622

Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2017 / Bimestre Novembro-Dezembro

Pág 1 / 4

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até Dezembro	%
		(a)	(b)	(b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTO LÍQUIDA (I)	39.582.347,00	39.582.347,00	36.680.324,81	92,67
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	13.276.300,00	13.276.300,00	13.017.697,15	98,05
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	2.981.750,00	2.981.750,00	1.869.326,77	62,69
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	14.281.480,00	14.281.480,00	12.961.518,30	90,76
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	4.838.900,00	4.838.900,00	6.082.614,81	125,70
Imposto Territorial Rural - ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do Impostos	102.000,00	102.000,00	119.235,57	116,90
Dívida Ativa dos Impostos	3.134.017,00	3.134.017,00	1.912.006,62	61,01
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	967.900,00	967.900,00	717.925,59	74,17
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	94.162.100,00	94.162.100,00	93.282.572,60	99,07
Cota-Parte FPM	30.069.400,00	30.069.400,00	29.789.080,40	99,07
Cota-Parte ITR	41.400,00	41.400,00	45.936,84	110,96
Cota-Parte IPVA	9.335.300,00	9.335.300,00	8.594.231,56	92,06
Cota-Parte ICMS	53.645.600,00	53.645.600,00	53.875.405,23	100,43
Cota-Parte IPI-Exportação	844.600,00	844.600,00	787.570,85	93,25
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	225.800,00	225.800,00	190.347,72	84,30
Desoneração ICMS (LC 87/96)	225.800,00	225.800,00	190.347,72	84,30
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II</b>	<b>133.744.447,00</b>	<b>133.744.447,00</b>	<b>129.962.897,41</b>	<b>97,17</b>

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até Dezembro	%
		(c)	(d)	(d/c) x 100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	24.175.435,00	24.175.435,00	22.302.388,86	92,25
Provenientes da União	21.360.585,00	21.360.585,00	19.798.180,26	92,69
Provenientes dos Estados	2.590.200,00	2.590.200,00	2.246.191,03	86,72
Provenientes de Outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas do SUS	224.650,00	224.650,00	258.017,57	114,85
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS A SAÚDE	2.000.000,00	2.000.000,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	(1.578.800,00)	(1.578.800,00)	780.879,41	(49,46)
<b>TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE</b>	<b>24.596.635,00</b>	<b>24.596.635,00</b>	<b>23.083.268,27</b>	<b>93,85</b>

IPM Sistemas Ltda

Identificador: WPR2091101-13370-AMVD-262439926 - Emitido por: SERGIO RICARDO PEREIRA

26/04/2018 10:58



# MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

Prestação de Contas

## DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

Entidade: 86.95.96.99.100.132.177.350.357.1013.8253.13622

Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2017 / Bimestre Novembro-Dezembro

Pág 2 / 4

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			Até Dezembro (f)	% (f/e) x 100	Até Dezembro (g)	% (g/e) x 100	
DESPESAS CORRENTES							
Pessoal e Encargos Sociais	60.768.535,00	66.629.417,82	63.287.217,90	94,98	61.071.341,38	91,66	2.215.876,52
Juros e Encargos da Dívida	28.625.382,00	30.449.931,40	29.591.884,01	97,18	29.591.884,01	97,18	0,00
Outras Despesas Correntes	32.143.153,00	36.179.486,42	33.695.333,89	93,13	31.479.457,37	87,01	2.215.876,52
DESPESAS DE CAPITAL	4.193.600,00	3.137.650,64	671.431,88	21,40	430.955,00	13,73	240.476,88
Investimentos	4.193.600,00	3.137.650,64	671.431,88	21,40	430.955,00	13,73	240.476,88
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)</b>	<b>64.962.135,00</b>	<b>69.767.068,46</b>	<b>63.958.649,78</b>	<b>91,67</b>	<b>61.502.296,38</b>	<b>88,15</b>	<b>2.456.353,40</b>

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			Até Dezembro (h)	% (h/IV) x 100	Até Dezembro (i)	% (i/IV) x 100	
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	27.172.135,00	28.926.755,64	23.973.465,68	37,48	22.285.031,98	36,23	1.688.433,70
Recursos de Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS	24.867.135,00	26.472.563,79	23.584.288,50	36,87	21.921.952,98	35,64	1.662.335,52
Recursos de Operações de Crédito	2.000.000,00	2.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	305.000,00	454.191,85	389.177,18	0,61	363.079,00	0,59	26.098,18
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA			0,00	0,00			
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS A PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
<b>TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS (V)</b>	<b>27.172.135,00</b>	<b>28.926.755,64</b>	<b>23.973.465,68</b>	<b>37,48</b>	<b>22.285.031,98</b>	<b>82,88</b>	<b>1.688.433,70</b>
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)</b>	<b>37.790.000,00</b>	<b>40.840.312,82</b>	<b>39.985.184,10</b>	<b>62,52</b>	<b>39.217.264,40</b>	<b>97,91</b>	<b>767.919,70</b>

PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VII/IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15%	30,77
--	-------

VALOR REFERENTE A DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [(VIIb - (15 x IIIb)) / 100]	20.490.749,49
---	---------------

IPM Sistemas Ltda

Identificador: WPR2091101-3370-AMVD-262439926 - Emitido por: SÉRGIO RICARDO PEREIRA

26/04/2018 10:58



# MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

Prestação de Contas

## DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

Entidade: 86.95.96.99.100.132.177.350.357.1013.8253.13622

Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2017 / Bimestre Novembro-Dezembro

Pág 3 / 4

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Inscritos em 2017	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2016	616.941,24	20.316,65	582.949,32	13.675,27	616.941,24
Inscritos em 2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2014	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2013	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em exercícios anteriores ao de 2013	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>616.941,24</b>	<b>20.316,65</b>	<b>582.949,32</b>	<b>13.675,27</b>	<b>616.941,24</b>

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, § 1º e 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS	
	SALDO INICIAL	Despesas custeadas no exercício de referência (j)
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2017	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2016	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2015	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2014	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2013	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em exercícios anteriores ao de 2013	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO	
	SALDO INICIAL	Despesas custeadas no exercício de referência (k)
Diferença de limite não cumprido em 2016	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2015	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2014	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2013	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2012	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em exercícios anteriores ao de 2012	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

IPM Sistemas Ltda

Identificador: WPR2091101-3370-AMVD-262439926 - Emitido por: SERGIO RICARDO PEREIRA

26/04/2018 10:58



# MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

Prestação de Contas

## DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

Entidade: 86.95.96.99.100.132.177.350.357.1013.8253.13622

Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2017 / Bimestre Novembro-Dezembro

Pág 4 / 4

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			Até Dezembro (l)	% (l/total l) x 100	Até Dezembro (m)	% (m/total m) x 100	
Atenção Básica	44.285.632,00	47.376.349,44	42.849.375,85	67,00	41.810.626,21	67,98	1.038.749,64
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	20.111.728,00	21.462.156,34	20.588.814,40	32,19	19.233.510,36	31,27	1.355.304,04
Suporte Profilático e Terapêutico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância Sanitária	49.000,00	124.833,34	54.349,94	0,08	51.299,94	0,08	3.050,00
Vigilância Epidemiológica	515.775,00	803.729,34	466.109,59	0,73	406.859,87	0,66	59.249,72
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Subfunções	0,00	(0,00)	0,00	0,00	0,00	0,00	(0,00)
<b>TOTAL</b>	<b>64.962.135,00</b>	<b>69.767.068,46</b>	<b>63.958.649,78</b>	<b>100,00</b>	<b>61.502.296,38</b>	<b>100,00</b>	<b>2.456.353,40</b>

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL. Emissão: 26/04/2018, às 10:59:22.

\* A linha "RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA" apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

\* Na linha "DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS" o valor apresentado na coluna "l" ou com a coluna "lp" deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

\* Na linha "DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES" o valor apresentado na coluna "j" ou com a coluna "lp" deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

\* O termo "LIMITE CONSTITUCIONAL 15%" refere-se ao limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

\* O valor do termo "LIMITE CONSTITUCIONAL 15%", durante o exercício servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

\* O valor (VPI%) = (Vilh ou i) / (Iilh x 100), nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

\* A coluna "INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS" será apresentada somente no último bimestre.

IPM Sistemas Ltda

Identificador: WPR2091101-3370-AMVD-262439926 - Emitido por: SERGIO RICARDO PEREIRA

26/04/2018 10:58





# MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

Prestação de Contas

## DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

Entidade: 86.95.96.99.100.132.177.350.357.1013.8253.13622

Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2017 / Bimestre Novembro-Dezembro

Pág 1 / 1

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

IMPACTOS DAS CONTRATAÇÕES DE PPP	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	REGISTROS EFETUADOS EM 2017		Em reais
		No Bimestre	Até o Bimestre	
TOTAL DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos Constituídos pela SPE	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE PASSIVOS	0,00	0,00	0,00	0,00
Obrigações decorrentes de Ativos Constituídos pela SPE	0,00	0,00	0,00	0,00
Provisões de PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Passivos	0,00	0,00	0,00	0,00
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	0,00	0,00	0,00	0,00
Obrigações contratuais	0,00	0,00	0,00	0,00
Garantias concedidas	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (2017)	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Do Ente Federado, exceto estaduais não dependentes (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Das Estaduais Não-dependentes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PPP A CONTRATAR (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (III)	250.601.994,34	258.228.085,21	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE (IV = I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%) (V = IV / III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL. Emissão: 26/04/2018, às 11:00:13.

IPM Sistemas Ltda

Identificador: WPR2101101-3370-OAHS-262439943 - Emitido por: SERGIO RICARDO PEREIRA

26/04/2018 10:59



# MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

Prestação de Contas

## DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Entidade: 86.95.96.99.100.132.177.350.357.1013.8253.13622

Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2017 / Bimestre Novembro-Dezembro

Pág 1 / 3

RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48)		Em Reais
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até Dezembro
<b>RECEITAS</b>		
Previsão Inicial		358.095.238,00
Previsão Atualizada		358.095.238,00
Receitas Realizadas		295.176.158,08
Déficit Orçamentário		0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		5.738.399,31
<b>DESPESAS</b>		
Dotação Inicial		354.495.238,00
Créditos Adicionais		10.136.470,24
Dotação Atualizada		364.631.708,24
Despesas Empenhadas		246.541.697,63
Despesas Liquidadas		246.541.697,63
Despesas Pagas		236.659.702,44
Superávit Orçamentário		48.634.460,45

DESPESA POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Até Dezembro
Despesas Empenhadas	246.541.697,63
Despesas Liquidadas	246.541.697,63

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	Até Dezembro
Receita Corrente Líquida	258.228.085,21

RECEITAS E DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Até Dezembro
Regime Geral de Previdência Social	0,00
Receitas Previdenciárias Realizadas (I)	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas (II)	0,00
Resultado Previdenciário (III) = (I - II)	0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	0,00
Receitas Previdenciárias Realizadas (IV)	39.356.407,04
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)	63.792.312,75
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)	24.435.905,71
	39.356.407,04

RESULTADO NOMINAL E PRIMÁRIO	Meta fixada no anexo de metas fiscais da LDO (a)	Resultado apurado Até Dezembro(b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal	(4.783.271,00)	0,00	0,00
Resultado Primário	(124.429.070,00)	24.799.895,25	(19,93)

RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Canc. Até Dezembro	Pag. Até Dezembro	Saldo a pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	10.174.739,15	4.782.859,38	2.848.910,84	2.542.968,93

Identificador: WPR211101-3370-0BYX-262439967 - Emitido por: SERGIO RICARDO PEREIRA

IPM Sistemas Ltda

26/04/2018 10:59



# MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

Prestação de Contas

## DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Entidade: 86.95.96.99.100.132.177.350.357.1013.8253.13622

Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2017 / Bimestre Novembro-Dezembro

Pág 2 / 3

RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Canc. Até Dezembro	Pag. Até Dezembro	Saldo a pagar
Poder Executivo	10.174.739,15	4.782.859,38	2.848.910,84	2.542.968,93
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Defensoria Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS				
Poder Executivo	4.003.048,53	588.748,48	2.697.512,39	716.787,66
Poder Legislativo	4.003.048,53	588.748,48	2.697.512,39	716.787,66
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Defensoria Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	14.177.787,68	5.371.607,86	5.546.423,23	3.259.756,59

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE	Valor Apurado Até Dezembro	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até Dezembro
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	36.967.635,33	25,00	27,87
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Ensino Fundamental e Médio	0,00	0,00	0,00
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental	32.790.435,00	60,00	73,66
Complementação da União ao FUNDEB	0,00	0,00	0,00

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESA DE CAPITAL	Valor Apurado Até Dezembro	Saldo Não Realizado
Receita de Operação de Crédito	48.589,62	17.951.410,38
Despesa de Capital Líquida	11.139.743,30	54.501.384,27

PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Exercício	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
Regime Geral de Previdência Social	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Previdenciárias (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário (III) = (I - II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário(VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

IPM Sistemas Ltda

Identificador: WPR211101-3370-0BYX-262439967 - Emitido por: SERGIO RICARDO PEREIRA

26/04/2018 10:59



# MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

Prestação de Contas

## DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Entidade: 86.95.96.99.100.132.177.350.357.1013.8253.13622

Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2017 / Bimestre Novembro-Dezembro

Pág 3 / 3

RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DO RECURSOS		Valor Apurado Até Dezembro	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		102.710,97	1.141.708,03
	Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	79.660,14	1.368.749,07

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIDORES PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado Até Dezembro	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar Exer.	% Aplicado Até Dezembro
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	39.985.184,10	15,00	30,77

DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor Apurado no Exercício Corrente
Total das Despesas / RCL (%)	0,00

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, Emissão: 26/04/2018, às 11:05:34.

IPM Sistemas Ltda

Identificador: WPR211101-3370-JOBYX-262439967 - Emitido por: SERGIO RICARDO PEREIRA

26/04/2018 10:59



**MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL**  
Prestação de Contas  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**

Entidade: 86.95.96.99.100.132.177.350.357.1013.8253.13622

Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2017 / Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a+b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			Novembro à Dezembro	Até Dezembro		% (b/total b)	Novembro à Dezembro	Até Dezembro	
		(a)	(b)	(c)	(d/total d)	(e)	(f)	(g)	(h)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	336.482.454,00	345.170.088,59	24.136.950,59	227.412.813,96	92,24	117.757.274,63	43.520.022,90	222.339.176,85	5.073.637,11
ESSENCIAL A JUSTIÇA	2.568.500,00	2.206.900,00	219.744,04	2.151.392,29	0,87	55.507,71	220.542,24	2.150.936,87	455,42
Representação Judicial e Extrajudicial	2.568.500,00	2.206.900,00	219.744,04	2.151.392,29	0,87	55.507,71	220.542,24	2.150.936,87	455,42
ADMINISTRAÇÃO	15.781.720,00	15.985.776,70	1.990.174,81	12.501.956,14	5,07	3.483.820,56	2.487.329,72	12.342.883,79	159.072,35
Administração Geral	9.819.250,00	10.104.704,11	1.479.109,12	9.765.441,96	3,96	339.262,15	1.959.257,32	9.650.041,58	115.400,38
Administração Financeira	2.222.470,00	2.141.470,00	445.045,20	2.119.683,97	0,86	21.786,03	452.646,81	2.119.683,97	0,00
Normalização e Fiscalização	17.000,00	13.230,00	(1.598,89)	11.629,80	0,00	1.600,20	1.469,84	1.600,20	0,00
Tecnologia da Informação	2.000,00	500,00	0,00	120,00	0,00	380,00	0,00	380,00	0,00
Formação de Recursos Humanos	2.000,00	2.000,00	0,00	1.980,00	0,00	20,00	0,00	1.980,00	0,00
Administração de Receitas	3.300.500,00	3.287.500,00	(1.090,50)	247.794,67	0,10	3.039.705,33	24.545,32	3.041.205,33	1.500,00
Comunicação Social	283.500,00	232.065,00	58.056,00	220.553,63	0,09	11.511,37	36.077,34	190.843,66	41.221,34
Demais Subfunções	135.000,00	204.307,59	10.653,88	134.752,11	0,05	69.555,48	13.333,09	122.290,11	82.017,48
SEGURANÇA PÚBLICA	1.018.560,00	1.227.260,48	87.451,96	797.395,54	0,32	429.864,94	117.754,60	725.427,51	501.832,97
Policimento	566.560,00	785.328,48	48.642,67	519.803,70	0,21	265.524,78	73.607,59	491.866,22	27.937,48
Defesa Civil	452.000,00	441.932,00	38.809,29	277.591,84	0,11	164.340,16	44.147,01	293.561,29	44.030,55
ASSISTÊNCIA SOCIAL	7.830.885,00	8.190.017,21	878.182,00	6.992.021,27	2,84	1.197.995,94	1.107.700,56	6.747.340,38	244.680,89
Assistência à Criança e ao Adolescente	1.057.500,00	1.298.715,84	6.259,89	991.064,87	0,40	307.650,97	88.462,01	990.959,87	105,00
Assistência Comunitária	3.666.955,00	3.749.016,17	434.068,96	2.961.978,34	1,20	787.037,83	535.309,97	2.744.857,82	1.14
Demais Subfunções	3.106.430,00	3.142.285,20	437.853,15	3.038.978,06	1,23	103.307,14	483.928,58	3.011.522,69	71.968,03
PREVIDÊNCIA SOCIAL	24.733.000,00	27.083.000,00	4.997.129,58	24.389.471,94	9,89	2.693.528,06	4.994.837,71	24.295.159,78	27.937,48
Previdência do Regime Estatutário	22.474.000,00	24.824.000,00	4.841.428,77	23.458.718,91	9,52	1.365.281,09	4.841.428,77	23.458.718,91	44.030,55
Demais Subfunções	2.259.000,00	2.259.000,00	155.700,81	930.753,03	0,38	1.328.246,97	153.408,94	836.440,87	244.680,89
SAÚDE	60.662.135,00	65.247.187,65	9.382.225,79	59.476.280,09	24,12	5.770.907,56	10.835.159,67	57.019.926,69	105,00
Atenção Básica	40.054.632,00	42.957.462,44	7.477.174,81	38.433.423,09	15,59	4.524.039,35	7.769.566,12	37.394.673,45	1.038.749,64
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	20.049.728,00	21.368.162,53	1.785.052,36	20.524.996,93	8,33	843.165,60	2.854.796,61	19.169.692,89	1.355.304,04
Vigilância Sanitária	47.000,00	122.833,34	14.314,52	53.904,25	0,02	68.929,09	14.471,16	71.979,09	3.050,00
Vigilância Epidemiológica	510.775,00	798.729,34	105.684,10	463.955,82	0,19	334.773,52	196.325,78	404.706,10	59.249,72
EDUCAÇÃO	64.744.130,00	66.432.953,35	11.398.291,04	64.037.638,86	25,97	2.395.314,49	12.056.513,23	63.659.187,45	378.451,41
Ensino Fundamental	34.103.580,00	33.749.580,00	6.489.265,48	33.472.921,63	13,58	276.658,37	6.656.463,39	33.383.415,08	89.506,55
Ensino Médio	430.830,00	430.830,00	0,00	429.323,84	0,17	1.506,16	0,00	429.323,84	0,00
Ensino Superior	138.200,00	138.200,00	0,00	91.939,98	0,04	46.260,02	10.475,00	83.064,98	8.875,00
Educação Infantil	27.873.780,00	29.886.603,35	4.883.615,32	27.834.451,19	11,29	2.052.152,16	5.143.838,58	27.764.341,43	70.109,76
Demais Subfunções	2.197.740,00	2.227.740,00	25.410,24	2.209.002,22	0,90	18.737,78	245.736,26	1.999.042,12	209.960,10
CULTURA	2.575.000,00	2.120.983,95	319.518,98	1.738.773,60	0,71	382.210,35	381.553,12	1.729.922,49	8.851,11
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	380.000,00	376.340,78	(1.148,28)	69.223,37	0,03	307.117,41	6.418,79	64.418,85	4.804,52
Diffusão Cultural	2.195.000,00	1.744.643,17	320.667,26	1.669.550,23	0,68	75.092,94	375.134,33	1.665.503,64	4.046,59
DIREITOS DA CIDADANIA	77.000,00	70.000,00	70.000,00	62.816,15	0,03	2.431,06	19.092,78	62.816,15	0,00
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	77.000,00	70.000,00	70.000,00	62.816,15	0,03	2.431,06	19.092,78	62.816,15	0,00
URBANISMO	35.749.331,00	37.326.563,39	201.540,29	21.531.250,95	8,73	15.795.312,44	4.196.136,79	20.685.962,59	845.288,36
Infra-Estrutura Urbana	19.841.551,00	17.906.766,42	(1.709.813,64)	5.752.756,72	2,33	12.154.009,70	1.372.216,29	5.495.404,52	257.352,20
Serviços Urbanos	12.689.560,00	15.993.126,97	1.421.181,41	12.736.971,00	5,17	3.256.155,97	2.248.826,70	12.152.517,84	584.453,16
Demais Subfunções	3.218.220,00	3.426.670,00	490.172,52	3.041.523,23	1,23	385.146,77	575.093,80	3.038.040,23	3.483,00
HABITACÃO	6.202.995,00	6.213.116,42	32.482,88	1.333.332,95	0,54	4.879.783,47	227.800,31	4.882.512,41	2.728,94
Habituação Urbana	4.960.995,00	5.036.716,42	(107.905,78)	361.803,59	0,15	4.674.912,83	38.794,98	4.674.912,83	0,00

Identificador: WPP1891101-3370-F2BW-262439459 - Emitido por: SERGIO RICARDO PEREIRA

IPM Sistemas Ltda

26/04/2018 10:51

Pag 2 / 4



**MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL**  
Prestação de Contas  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**

Entidade: 86.95.96.99.100.132.177.350.357.1013.8253.13622

Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2017 / Bimestre Novembro-Dezembro

Demais Subfunções	1.242.000,00	1.176.400,00	140.388,66	971.529,36	0,39	204.870,64	189.005,33	968.800,42	0,40	207.599,58	2.728,94
SANEAMENTO	38.830.052,00	38.830.052,00	(8.219.676,20)	15.606.230,51	6,33	23.243.821,49	3.451.612,37	15.057.149,69	6,24	23.792.902,31	549.080,82
Saneamento Básico Urbano	30.719.569,00	34.254.569,00	(8.567.152,75)	11.672.906,07	4,73	22.581.662,93	2.706.721,76	11.200.139,24	4,64	23.054.429,76	472.766,83
Demais Subfunções	4.740.483,00	4.595.483,00	347.476,55	3.933.324,44	1,60	662.158,56	744.890,61	3.857.010,45	1,60	738.472,55	76.313,99
GESTÃO AMBIENTAL	367.070,00	218.170,00	35.723,52	208.985,90	0,08	9.184,10	35.723,52	208.810,40	0,09	9.359,60	175,50
Preservação e Conservação Ambiental	367.070,00	218.170,00	35.723,52	208.985,90	0,08	9.184,10	35.723,52	208.810,40	0,09	9.359,60	175,50
AGRICULTURA	1.630.840,00	1.697.765,21	298.756,58	1.662.306,23	0,67	35.458,98	324.953,01	1.651.955,28	0,68	45.809,93	10.350,95
Extensão Rural	1.524.840,00	1.591.765,21	275.688,54	1.556.938,71	0,63	34.826,50	288.065,19	1.546.587,76	0,64	45.177,45	10.350,95
Demais Subfunções	106.000,00	106.000,00	23.068,04	105.367,52	0,04	632,48	36.887,82	105.367,52	0,04	632,48	0,00
INDÚSTRIA	6.464.040,00	6.469.090,00	165.401,79	1.123.154,21	0,46	5.345.935,79	212.535,15	1.117.731,22	0,46	5.351.358,78	5.422,99
Promoção Industrial	6.464.040,00	6.469.090,00	165.401,79	1.123.154,21	0,46	5.345.935,79	212.535,15	1.117.731,22	0,46	5.351.358,78	5.422,99
COMÉRCIO E SERVIÇOS	806.130,00	694.105,86	45.869,52	572.546,27	0,23	121.559,59	107.680,27	385.149,15	0,16	308.956,71	187.397,12
Turismo	806.130,00	694.105,86	45.869,52	572.546,27	0,23	121.559,59	107.680,27	385.149,15	0,16	308.956,71	187.397,12
ENERGIA	4.238.580,00	4.237.580,00	789.004,87	4.044.382,67	1,64	193.197,33	995.744,26	3.990.988,18	1,65	246.591,82	53.394,49
Demais Subfunções	4.238.580,00	4.237.580,00	789.004,87	4.044.382,67	1,64	193.197,33	995.744,26	3.990.988,18	1,65	246.591,82	53.394,49
DESPORTO E LAZER	4.453.000,00	4.204.540,61	255.538,71	2.221.739,22	0,90	1.982.801,39	393.333,16	2.216.086,05	0,92	1.988.454,56	5.653,17
Desporto de Rendimento	1.198.000,00	1.039.116,99	121.085,23	1.000.285,22	0,41	38.831,77	156.012,12	1.000.285,22	0,41	38.831,77	0,00
Desporto Comunitário	1.683.000,00	1.678.988,00	0,00	27.988,00	0,01	1.651.000,00	0,00	27.988,00	0,01	1.651.000,00	0,00
Demais Subfunções	1.572.000,00	1.486.435,62	134.453,48	1.193.466,00	0,48	292.969,62	237.321,04	1.187.812,83	0,49	298.622,79	5.653,17
ENCARGOS ESPECIAIS	8.782.437,00	7.007.976,76	1.257.159,37	6.961.139,17	2,82	46.837,59	1.354.020,43	6.961.139,17	2,88	46.837,59	0,00
Serviço da Dívida Interna	6.821.637,00	4.662.637,00	773.234,58	4.660.608,17	1,89	2.028,83	773.234,58	4.660.608,17	1,93	2.028,83	0,00
Transferências	590.000,00	504.000,00	(0,08)	503.522,05	0,20	477,95	96.860,98	503.522,05	0,21	477,95	0,00
Outros Encargos Especiais	1.370.800,00	1.841.339,76	483.924,87	1.797.008,95	0,73	44.330,81	483.924,87	1.797.008,95	0,74	44.330,81	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS	52.037.049,00	49.687.049,00	0,00	0,00	0,00	49.687.049,00	0,00	0,00	0,00	49.687.049,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	18.012.784,00	19.461.619,65	4.323.270,69	19.128.883,67	7,76	332.735,98	4.433.915,48	19.128.883,67	7,92	332.735,98	0,00
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	<b>354.495.238,00</b>	<b>364.631.708,24</b>	<b>28.460.221,28</b>	<b>246.541.697,63</b>	<b>100,00</b>	<b>118.090,010,61</b>	<b>47.953.938,38</b>	<b>241.468.060,52</b>	<b>100,00</b>	<b>123.163.647,72</b>	<b>5.073.637,11</b>

IPM Sistemas Ltda

Identificador: WPP1991101-3370-PZBW-262439459 - Emitido por: SERGIO RICARDO PEREIRA

26/04/2018 10:51





**MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL**  
Prestação de Contas  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**

Entidade: 86.95.96.99.100.132.177.350.357.1013.8253.13622

Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2017 / Bimestre Novembro-Dezembro

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS				DESPESAS LIQUIDADAS				INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			Novembro a Dezembro	Até Dezembro	% (b/III b)	SALDO (c) = (a-b)	Novembro a Dezembro	Até Dezembro	% (d/III d)	SALDO (e) = (a-d)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	18.012.784,00	19.461.619,65	4.323.270,69	19.128.883,67	7,76	332.735,98	4.433.915,48	19.128.883,67	7,92	332.735,98	0,00
ESSENCIAL A JUSTIÇA	45.600,00	54.600,00	12.824,68	54.499,23	0,02	100,77	12.824,68	54.499,23	0,02	100,77	0,00
Representação Judicial e Extrajudicial	45.600,00	54.600,00	12.824,68	54.499,23	0,02	100,77	12.824,68	54.499,23	0,02	100,77	0,00
ADMINISTRAÇÃO	1.635.278,00	1.675.791,00	412.289,31	1.653.331,64	0,67	22.459,36	428.584,19	1.653.331,64	0,68	22.459,36	0,00
Administração Geral	1.335.938,00	1.333.451,00	332.559,31	1.314.189,93	0,53	19.261,07	348.854,19	1.314.189,93	0,54	19.261,07	0,00
Administração Financeira	299.340,00	342.340,00	79.730,00	339.141,71	0,14	7.310,29	79.730,00	339.141,71	0,14	3.198,29	0,00
ASSISTÊNCIA SOCIAL	682.360,00	689.504,80	129.252,82	673.254,16	0,27	16.250,64	129.252,82	673.254,16	0,28	16.250,64	0,00
Assistência Comunitária	340.000,00	336.000,00	110.843,02	328.702,89	0,13	7.297,11	110.843,02	328.702,89	0,14	7.297,11	0,00
Demais Subfunções	342.360,00	353.504,80	18.409,80	344.551,27	0,14	8.953,53	18.409,80	344.551,27	0,14	8.953,53	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	53.000,00	53.000,00	16.688,01	46.433,77	0,02	6.566,23	16.776,06	46.433,77	0,02	6.566,23	0,00
Demais Subfunções	53.000,00	53.000,00	16.688,01	46.433,77	0,02	6.566,23	16.776,06	46.433,77	0,02	6.566,23	0,00
SAÚDE	4.300.000,00	4.519.880,81	1.067.778,24	4.482.369,69	1,82	37.511,12	1.071.631,77	4.482.369,69	1,86	37.511,12	0,00
Atenção Básica	4.231.000,00	4.418.887,00	1.059.525,12	4.415.952,76	1,79	2.934,24	1.062.824,34	4.415.952,76	1,83	2.934,24	0,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	62.000,00	93.993,81	8.807,43	63.817,47	0,03	30.176,34	8.807,43	63.817,47	0,03	30.176,34	0,00
Vigilância Sanitária	2.000,00	2.000,00	(554,31)	445,69	0,00	1.554,31	0,00	445,69	0,00	1.554,31	0,00
Vigilância Epidemiológica	5.000,00	5.000,00	0,00	2.153,77	0,00	2.846,23	0,00	2.153,77	0,00	2.846,23	0,00
EDUCAÇÃO	8.245.890,00	9.335.069,53	2.007.757,35	9.186.092,01	3,73	148.977,52	2.085.293,42	9.186.092,01	3,80	148.977,52	0,00
Ensino Fundamental	4.348.100,00	5.027.123,20	977.034,15	4.922.856,01	2,00	104.267,19	1.017.000,39	4.922.856,01	2,04	104.267,19	0,00
Educação Infantil	3.897.790,00	4.307.946,33	1.030.723,20	4.263.236,00	1,73	44.710,33	1.068.293,03	4.263.236,00	1,77	44.710,33	0,00
CULTURA	248.000,00	276.860,94	62.586,12	273.000,66	0,11	3.860,28	64.074,59	273.000,66	0,11	3.860,28	0,00
Diffusão Cultural	248.000,00	276.860,94	62.586,12	273.000,66	0,11	3.860,28	64.074,59	273.000,66	0,11	3.860,28	0,00
URBANISMO	1.287.410,00	1.260.960,00	281.092,72	1.245.771,98	0,51	15.188,02	290.636,98	1.245.771,98	0,52	15.188,02	0,00
Infra-Estrutura Urbana	5.500,00	5.500,00	(188,74)	611,26	0,00	4.888,74	138,99	611,26	0,00	4.888,74	0,00
Serviços Urbanos	831.340,00	799.840,00	177.106,13	790.258,72	0,32	9.581,28	186.322,66	790.258,72	0,33	9.581,28	0,00
Demais Subfunções	450.570,00	455.620,00	104.175,33	454.902,00	0,18	718,00	104.175,33	454.902,00	0,19	718,00	0,00
HABITACÃO	52.500,00	104.100,00	22.547,67	98.133,78	0,04	5.966,22	22.547,67	98.133,78	0,04	5.966,22	0,00
Demais Subfunções	52.500,00	104.100,00	22.547,67	98.133,78	0,04	5.966,22	22.547,67	98.133,78	0,04	5.966,22	0,00
SANEAMENTO	859.500,00	889.500,00	189.152,54	837.105,72	0,34	52.394,28	189.152,54	837.105,72	0,35	52.394,28	0,00
Saneamento Básico Urbano	552.400,00	567.400,00	120.635,49	530.226,94	0,22	37.173,06	120.635,49	530.226,94	0,22	37.173,06	0,00
Demais Subfunções	307.100,00	322.100,00	68.517,05	306.878,78	0,12	15.221,22	68.517,05	306.878,78	0,13	15.221,22	0,00
GESTÃO AMBIENTAL	37.560,00	37.560,00	9.221,72	36.723,80	0,01	836,20	9.221,72	36.723,80	0,02	836,20	0,00
Preservação e Conservação Ambiental	37.560,00	37.560,00	9.221,72	36.723,80	0,01	836,20	9.221,72	36.723,80	0,02	836,20	0,00
AGRICULTURA	175.600,00	168.000,00	36.489,88	165.545,99	0,07	2.454,01	38.303,86	165.545,99	0,07	2.454,01	0,00
Extensão Rural	175.600,00	168.000,00	36.489,88	165.545,99	0,07	2.454,01	38.303,86	165.545,99	0,07	2.454,01	0,00
INDÚSTRIA	110.680,00	94.280,00	21.819,46	94.225,77	0,04	54,23	21.819,46	94.225,77	0,04	54,23	0,00
Promoção Industrial	110.680,00	94.280,00	21.819,46	94.225,77	0,04	54,23	21.819,46	94.225,77	0,04	54,23	0,00
COMÉRCIO E SERVIÇOS	11.410,00	11.910,00	2.407,59	11.232,49	0,00	677,51	2.433,14	11.232,49	0,00	677,51	0,00
Turismo	11.410,00	11.910,00	2.407,59	11.232,49	0,00	677,51	2.433,14	11.232,49	0,00	677,51	0,00
ENERGIA	7.420,00	8.420,00	1.904,38	7.939,78	0,00	1.904,38	1.904,38	7.939,78	0,00	1.904,38	0,00
Demais Subfunções	7.420,00	8.420,00	1.904,38	7.939,78	0,00	1.904,38	1.904,38	7.939,78	0,00	1.904,38	0,00
DESPORTO E LAZER	71.000,00	63.996,57	14.448,90	59.245,47	0,02	4.751,10	14.448,90	59.245,47	0,02	4.751,10	0,00
Demais Subfunções	71.000,00	63.996,57	14.448,90	59.245,47	0,02	4.751,10	14.448,90	59.245,47	0,02	4.751,10	0,00
ENCARGOS ESPECIAIS	189.576,00	218.186,00	35.009,30	203.977,73	0,08	14.208,27	35.009,30	203.977,73	0,08	14.208,27	0,00
Serviço da Divida Interna	189.576,00	218.186,00	35.009,30	203.977,73	0,08	14.208,27	35.009,30	203.977,73	0,08	14.208,27	0,00

Identificador: WPP1891101-3370-PZBW-262439459 - Emitido por: SERGIO RICARDO PEREIRA

IPM Sistemas Ltda

26/04/2018 10:51



MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

Prestação de Contas

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

Entidade: 86.95.96.99.100.132.177.350.357.1013.8253.13622

Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2017 / Bimestre Novembro-Dezembro

Pág 4 / 4

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL. Emissão: 26/04/2018, às 10:52:02.

\* A coluna "INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS" será apresentada somente no último bimestre.



# MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

Prestação de Contas

## DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

Entidade: 86.95.96.99.100.132.177.350.357.1013.8253.13622

Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2017 / Bimestre Novembro-Dezembro

Pág 1 / 1

RREO - Anexo 3 (LRF, Art. 53, inciso I)

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL ÚLTIMOS 12 MESES	PREVISÃO ATUALIZADA (EXERCÍCIO)
	Jan/2017	Fev/2017	Mar/2017	Abr/2017	Mai/2017	Jun/2017	Jul/2017	Ago/2017	Set/2017	Out/2017	Nov/2017	Dez/2017		
RECEITAS CORRENTES (I)	22.202.324,77	24.241.082,39	23.230.988,41	28.596.108,24	21.089.335,23	21.670.067,06	26.481.072,59	23.760.989,93	22.803.420,97	21.537.624,41	26.475.933,67	28.997.462,47	291.086.410,14	307.844.826,00
Receita Tributária	2.041.508,57	1.900.932,24	2.932.119,86	10.192.302,97	3.030.961,56	2.726.125,09	2.730.783,59	3.145.829,40	2.531.004,79	2.338.350,21	2.536.350,21	3.460.001,73	39.830.085,79	41.402.330,00
IPTU	5.068,95	1.221,09	915.215,03	8.105.980,89	565.436,11	494.786,95	470.224,59	526.260,45	465.084,29	465.067,25	506.297,76	477.588,04	12.998.231,40	13.225.000,00
ISS	1.017.555,52	931.124,65	1.006.613,02	1.068.613,48	1.214.069,84	1.106.557,90	1.068.449,32	1.138.186,66	1.130.645,17	1.074.186,84	978.491,50	1.207.024,40	12.961.518,30	14.281.480,00
ITBI	66.364,33	140.868,02	134.694,94	123.101,71	119.495,41	167.602,07	160.316,79	322.234,83	132.356,10	137.233,45	114.442,16	250.616,96	1.869.326,77	2.981.750,00
Outras Receitas Tributárias	78.030,01	466.342,94	362.950,58	460.078,38	622.667,83	509.515,68	554.305,99	621.270,54	367.433,41	459.576,77	501.857,22	1.078.585,46	6.082.614,81	4.838.900,00
Receita de Contribuições	874.489,76	361.375,54	512.646,29	434.528,51	509.292,37	447.662,49	477.486,90	517.876,92	435.485,82	464.101,47	437.261,57	446.186,87	5.918.394,51	6.075.200,00
Receita Patrimonial	910.590,20	931.700,15	875.053,59	952.106,80	909.955,06	957.406,59	945.814,38	969.005,24	970.769,46	970.063,31	990.030,86	1.859.405,29	12.241.900,93	12.263.678,00
Receita Agropecuária	4.026.513,04	5.116.086,88	3.391.214,89	1.547.464,33	861.039,13	1.925.384,42	6.004.861,62	3.289.262,67	3.189.379,24	1.227.600,02	481.275,35	2.343.302,18	33.403.383,77	52.593.709,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	1.845.180,70	1.406.620,75	2.006.111,98	1.611.954,64	1.882.552,15	1.719.018,22	1.870.260,95	1.921.633,62	1.810.614,96	2.196.654,96	2.141.941,86	1.803.292,70	22.215.837,49	20.908.957,00
Transferências Correntes	13.038.196,94	14.567.239,97	13.451.106,79	13.849.754,01	13.979.151,12	13.958.631,51	14.488.296,93	13.574.578,39	13.675.593,69	13.864.748,53	13.688.479,59	18.452.841,44	170.588.618,91	171.777.565,00
Conta-Parte do FPM	2.602.710,10	3.336.604,30	2.090.587,03	2.518.801,95	2.857.146,07	2.633.476,47	3.400.223,57	2.306.684,14	1.936.837,76	2.173.040,15	2.279.650,81	4.343.943,54	32.479.705,89	30.069.400,00
Conta-Parte do ICMS	4.658.485,68	4.139.264,61	4.340.900,92	4.504.421,60	4.121.158,19	4.328.464,65	4.329.995,83	4.419.398,80	4.836.595,26	4.564.713,33	4.654.717,36	4.977.288,00	53.875.405,23	55.645.600,00
Conta-Parte do IPVA	467.929,80	601.699,01	871.802,41	741.747,61	893.336,18	865.483,78	841.652,06	900.999,76	835.725,57	771.060,74	494.091,15	308.703,49	8.594.231,56	9.335.300,00
Conta-Parte do ITR	129,69	120,94	295,93	204,19	770,60	415,49	169,30	118,91	438,74	362,49	2.532,26	543,40	45.936,84	41.400,00
Transferências da LC 87/1996	15.862,31	15.862,31	15.862,31	15.862,31	15.862,31	15.862,31	15.862,31	15.862,31	15.862,31	15.735,42	15.989,20	15.862,31	190.347,72	225.800,00
Transferências da LC 61/1989	59.152,02	65.043,59	50.703,92	61.718,88	57.909,57	58.224,39	65.407,93	61.206,53	65.375,77	81.845,71	68.030,65	92.951,89	787.570,85	844.600,00
Transferências do FUNDEB	3.691.812,17	3.532.907,17	3.640.405,59	3.725.720,67	3.596.978,94	3.746.025,68	3.507.413,21	3.608.481,40	3.821.854,94	3.791.696,51	3.727.285,26	4.031.798,46	44.422.380,00	43.646.000,00
Outras Transferências Correntes	1.542.115,17	2.875.738,04	2.440.548,68	2.281.276,80	2.435.989,26	2.310.678,74	2.327.572,72	2.261.826,54	2.158.955,34	2.430.406,28	2.446.182,90	4.681.750,35	30.193.040,82	33.969.265,00
Outras Receitas Correntes	340.335,32	318.502,40	575.381,30	442.525,49	425.676,21	383.501,23	441.055,12	860.680,61	626.058,83	678.391,81	6.635.855,80	1.078.619,13	12.806.583,25	8.898.787,00
DEDUÇÕES (II)	2.128.769,48	2.245.815,92	2.072.860,43	2.164.595,46	2.187.256,00	2.205.105,12	2.083.568,39	2.171.875,23	2.170.019,24	2.166.787,45	8.336.655,51	2.925.016,70	32.858.324,93	27.807.242,00
Contrib. p. o Plano de Prev. do Servidor	567.915,78	614.097,18	598.622,56	596.044,30	598.019,67	624.692,74	626.114,91	631.212,34	631.067,96	633.647,37	633.224,84	1.241.479,23	7.996.142,88	8.055.678,00
Compensação Financ. entre Reg. Previd.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.204.742,64	919.144,00
Dedução de Rec. Formação do FUNDEB	1.560.853,70	1.631.718,74	1.474.237,87	1.568.551,16	1.589.236,33	1.580.412,38	1.457.453,48	1.540.658,89	1.538.951,28	1.533.140,08	1.498.688,03	1.683.537,47	18.657.439,41	18.832.420,00
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III)=(I)-(II)</b>	<b>20.073.555,29</b>	<b>21.995.266,47</b>	<b>21.158.127,98</b>	<b>26.431.512,78</b>	<b>18.902.079,23</b>	<b>19.464.961,94</b>	<b>24.397.504,20</b>	<b>21.589.114,70</b>	<b>20.633.401,73</b>	<b>19.370.836,96</b>	<b>18.139.278,16</b>	<b>26.072.445,77</b>	<b>258.228.085,21</b>	<b>280.037.584,00</b>

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL. Emissão: 26/04/2018, às 10:51:55.

IPM Sistemas Ltda

Identificador: WPR2001101-3370-SZHD-262439479 - Emitido por: SERGIO RICARDO PEREIRA

26/04/2018 10:51



# MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

## DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

Prestação de Contas

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2017 / Bimestre Novembro-Dezembro

Pag 1 / 3

PLANO PREVIDENCIÁRIO				RECEITAS REALIZADAS	
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS				Até Dezembro/2017	Até Dezembro/2016
RECEITAS CORRENTES (I)				63.792.312,75	60.070.716,60
Recetta de Contribuições dos Segurados				7.996.142,88	7.397.264,02
Civil				7.996.142,88	7.397.264,02
Ativo				7.932.858,25	7.346.119,94
Inativo				42.462,99	33.215,31
Pensionista				20.821,64	17.928,77
Militar				0,00	0,00
Ativo				0,00	0,00
Inativo				0,00	0,00
Pensionista				0,00	0,00
Recetta de Contribuições Patronais				13.195.648,26	9.328.382,87
Civil				11.856.689,69	9.130.353,73
Ativo				11.856.689,69	9.130.353,73
Inativo				0,00	0,00
Pensionista				0,00	0,00
Militar				0,00	0,00
Ativo				0,00	0,00
Inativo				0,00	0,00
Pensionista				0,00	0,00
Em Regime de Parcelamento de Débitos				1.338.958,57	198.029,14
Recetta Patrimonial				31.018.511,67	39.871.828,26
Recetas Imobiliárias				0,00	0,00
Recetas de Valores Mobiliários				31.018.511,67	39.871.828,26
Outras Recetas Patrimoniais				(0,00)	(0,00)
Recetta de Serviços				0,00	0,00
Recetta de Aporte Periódico de Valores Predefinidos				0,00	0,00
Outras Recetas Correntes				11.582.009,94	3.473.241,45
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS				6.204.742,64	0,00
Demais Recetas Correntes				5.377.267,30	3.473.241,45
RECEITAS DE CAPITAL (II)				0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos				0,00	0,00
Amortização de Empréstimos				0,00	0,00
Outras Recetas de Capital				0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (III) = (I + II)				63.792.312,75	60.070.716,60

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

Em Reais

IPM Sistemas Ltda

Identificador: WPR2011101-3370-RDBQ-262439505 - Emitido por: SERGIO RICARDO PEREIRA

26/04/2018 10:51



**MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL**  
Prestação de Contas  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**

Entidade: Consolidação  
Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2017 / Bimestre Novembro-Dezembro

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até Dezembro/2017	Até Dezembro/2016	Até Dezembro/2017	Até Dezembro/2016	Em 2017	Em 2016
ADMINISTRAÇÃO (IV)	2.312.000,00	2.312.000,00	977.186,80	889.260,18	882.874,64	848.331,88	94.312,16	40.928,30
Despesas Correntes	1.312.000,00	1.412.000,00	963.555,80	841.616,38	869.243,64	800.688,08	94.312,16	40.928,30
Despesas de Capital	1.000.000,00	900.000,00	13.631,00	47.643,80	13.631,00	47.643,80	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA (V)	22.474.000,00	24.824.000,00	23.458.718,91	19.851.892,55	23.458.718,91	19.851.892,55	0,00	0,00
Benefícios - Civil	21.404.000,00	23.754.000,00	23.429.174,81	19.702.051,03	23.429.174,81	19.702.051,03	0,00	0,00
Aposentadorias	15.398.000,00	17.703.300,00	17.636.734,45	14.309.681,30	17.636.734,45	14.309.681,30	0,00	0,00
Pensões	3.655.000,00	3.829.700,00	3.797.886,25	3.330.484,59	3.797.886,25	3.330.484,59	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	2.351.000,00	2.221.000,00	1.994.554,11	2.061.885,14	1.994.554,11	2.061.885,14	0,00	0,00
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	1.070.000,00	1.070.000,00	29.544,10	149.841,52	29.544,10	149.841,52	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	1.070.000,00	1.070.000,00	29.544,10	149.841,52	29.544,10	149.841,52	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (VI) = (IV + V)</b>	<b>24.786.000,00</b>	<b>27.136.000,00</b>	<b>24.435.905,71</b>	<b>20.741.152,73</b>	<b>24.341.593,55</b>	<b>20.700.224,43</b>	<b>94.312,16</b>	<b>40.928,30</b>
<b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)</b>	<b>48.533.049,00</b>	<b>46.183.049,00</b>	<b>39.356.407,04</b>	<b>39.329.563,87</b>	<b>39.450.719,20</b>	<b>39.370.492,17</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>


**MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL**
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**

Prestação de Contas

 Entidade: Consolidação  
 Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2017 / Bimestre Novembro-Dezembro

Pág 3 / 3

RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES		PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
VALOR		261.408.229,58
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS		PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
VALOR		0,00
APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS		APORTES REALIZADOS
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar		489.068,87
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos		0,00
Outros Aportes para o RPPS		0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro		0,00
BENS E DIREITOS DO RPPS		PERÍODO DE REFERÊNCIA
		2017
		2016
Caixa e Equivalentes de Caixa		11.121,51
Investimentos e Aplicações		304.619.301,41
Outro Bens e Direitos		322.053,31
		7.409,55
		261.631.023,29
		2.898.388,50

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: IPRESBS - INST. DE PREV. DOS SERV. MUNIC DE SBSUL. Emissão: 26/04/2018, às 10:52:44.

\* A coluna "INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS" será apresentada somente no último bimestre.

IPM Sistemas Ltda

Identificador: WPR2011101-3370-RDBQ-262439505 - Emitido por: SÉRGIO RICARDO PEREIRA

26/04/2018 10:51





## MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

Pág 1 / 1

## Prestação de Contas

## DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL

Entidade: 86,95,96,99,100,132,177,350,357,1013,8253,13622

Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2017 / Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - ANEXO 5 (LRF, art 53, inciso III)

Em Reais

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31/Dezembro/2016 (a)	Em 31/Outubro/2017 (b)	Em 31/Dezembro/2017 (c)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	10.851.877,06	13.038.727,00	12.360.087,59
DEDUÇÕES (II)	12.139.407,15	27.787.021,49	23.160.443,13
Disponibilidade de Caixa	11.287.345,44	26.753.949,35	22.284.184,56
Disponibilidade de Caixa bruta	21.462.537,58	29.847.937,74	29.445.657,70
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto precatórios)	10.175.192,14	3.093.988,39	7.161.473,14
Demais Haveres Financeiros	852.061,71	1.033.072,14	876.258,57
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	0,00	0,00	0,00

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	Novembro à Dezembro (VIc - VIb)	Até Dezembro (VIc - VIa)
VALOR	0,00	0,00

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	(4.783.271,00)

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL. Emissão: 26/04/2018, às 10:52:56.

Pag 1 / 2



# MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

Prestação de Contas

## DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO

Entidade: 86.95.96.99.100.132.177.350.357.1013.8253.13622

Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2017 / Bimestre Novembro-Dezembro

RECEITAS PRIMÁRIAS		PREVISÃO ATUALIZADA		RECEITAS REALIZADAS		Em reais
				Até Dezembro/2017	Até Dezembro/2016	
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)						
Receitas Tributárias		258.008.877,23				228.899.785,48
IPTU		39.868.159,91				37.253.740,04
ISS		12.998.231,40				11.730.256,87
ITBI		12.961.518,30				12.812.482,22
IRRF		1.869.326,77				2.263.239,25
Outras Receitas Tributárias		6.082.614,81				5.171.874,71
Receitas de Contribuições		5.956.468,63				5.275.886,99
Receitas Previdenciárias		30.617.238,85				23.820.746,56
Outras Receitas de Contribuições		26.371.480,80				19.834.585,85
Receita Patrimonial Líquida		4.245.758,05				3.986.160,71
Receita Patrimonial		135.469,30				161.401,51
(-) Aplicações Financeiras		33.403.383,77				42.419.804,00
Transferências Correntes		33.267.914,47				42.258.402,49
Cota Parte FPM		151.931.179,50				143.303.799,61
Cota Parte ICMS		23.831.264,32				23.315.772,18
Cota Parte IPVA		43.100.325,31				39.356.210,24
Convênios		6.874.540,89				6.562.642,96
Outras Transferências Correntes		0,25				13.371,52
Demais Receitas Correntes		78.125.048,73				74.055.802,71
Dívida Ativa		35.456.829,67				24.360.097,76
Diversas Receitas Correntes		2.375.343,40				1.863.139,12
RECEITAS DE CAPITAL (II)		33.081.486,27				22.496.958,64
Operações de Crédito (III)		3.899.231,80				6.547.818,04
Amortização de Empréstimos (IV)		48.589,62				3.243.544,95
Alienação de Bens (V)		406.811,21				350.390,06
Transferências de Capital		99.980,00				225.359,25
Convênios		3.320.898,32				2.695.809,38
Outras Transferências de Capital		2.427.627,17				540.103,65
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II + III + IV + V)		893.271,15				2.155.705,73
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)		22.952,65				32.714,40
		31.284.205,00				2.728.523,78
		288.948.910,00				231.628.399,26

IPM Sistemas Ltda

Identificador: WPR203110+3370+VMMG-262438571 - Emitido por: SERGIO RICARDO PEREIRA

26/04/2018 10:52

Pag 2 / 2



# MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

Prestação de Contas

## DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO

Entidade: 86.95.96.99.100.132.177.350.357.1013.8253.13622

Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2017 / Bimestre Novembro-Dezembro

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
		Até Dezembro/2017	Até Dezembro/2016	Até Dezembro/2017	Até Dezembro/2016	Em 2017	Em 2016
DESPESAS CORRENTES (VIII)	249.103.531,67	235.351.132,66	215.615.072,30	231.289.637,56	214.232.562,31	4.061.675,10	1.382.509,99
Pessoal e Encargos Sociais	158.828.948,72	154.386.089,54	138.925.552,87	154.358.185,01	138.925.304,50	27.904,53	248,37
Juros e Encargos da Dívida (IX)	779.137,00	777.010,46	889.427,17	777.010,46	889.427,17	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	89.495.445,95	80.188.212,66	75.800.092,26	76.154.442,09	74.417.830,64	4.033.770,57	1.382.261,62
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII + IX)	248.324.394,67	234.574.302,20	214.725.645,13	230.512.627,10	213.343.135,14	4.061.675,10	1.382.509,99
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	65.841.127,57	11.190.384,97	14.031.429,47	10.178.422,96	12.238.131,70	1.011.962,01	1.793.297,77
Investimentos	61.532.551,57	7.052.167,86	9.786.508,72	6.040.205,85	8.055.095,31	1.011.962,01	1.731.413,41
Inversões Financeiras	221.000,00	50.641,67	106.340,20	50.641,67	44.455,84	0,00	61.884,36
Concessão de Empréstimos (XII)	200.000,00	50.641,67	106.340,20	50.641,67	44.455,84	0,00	61.884,36
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	21.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	4.087.576,00	4.087.575,44	4.138.580,55	4.087.575,44	4.138.580,55	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI + XII + XIII + XIV)	61.553.551,57	7.052.167,86	9.786.508,72	6.040.205,85	8.055.095,31	1.011.962,01	1.731.413,41
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	49.687.049,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS (XVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	359.564.995,24	241.626.470,06	224.512.153,85	236.552.832,95	221.398.230,45	5.073.637,11	3.113.923,40
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	(70.616.085,24)	19.726.258,14	7.116.155,41	24.799.895,25	10.230.078,81	0,00	0,00
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	5.738.399,31	-	5.738.399,31	-	-	-

### DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL

META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA

VALOR

(124.429.070,00)

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM. Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL. Emissão: 26/04/2018, às 10:53:16.

\* A coluna "INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS" será apresentada somente no último bimestre.

IPM Sistemas Ltda

Identificador: WPR203110+3370+VMMG-262439571 - Emitido por: SERGIO RICARDO PEREIRA

26/04/2018 10:52



**MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL**  
Prestação de Contas  
**DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO**  
Entidade: 86.95.96.99.100.132.177.350.357.1013.8253.13622  
Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2017 / Bimestre Novembro-Dezembro

PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS				RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						Em Reais	
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES										Saldo Total	I = (e+k)
	Em Exercícios Anteriores	Inscritos	Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo		
	(a)	(b)	(c)	(d)	e = (a+b)-(c+d)	(f)	(g)	(h)	(i)	k = (f+g)-(h+i)		
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇ.) (I)												
Executivo	739.683,86	1.645.493,63	1.661.439,32	963,45	722.774,72	827.240,77	3.175.246,48	2.704.610,82	2.697.116,02	588.583,57	716.787,66	1.439.562,38
Empresa Municipal de Habitação	92,40	5.668,71	5.761,11	0,00	0,00	827.240,77	3.175.246,48	2.704.610,82	2.697.116,02	588.583,57	716.787,66	1.439.562,38
Fundação Cultural de São Bento do Sul	0,00	7.740,99	7.740,99	0,00	0,00	21.626,34	246.529,90	133.829,20	133.829,20	69.509,90	64.817,14	64.817,14
Fundação Municipal de Desportos	0,00	16.029,33	16.029,33	0,00	0,00	0,00	6.262,68	5.613,92	5.613,92	648,76	0,00	0,00
Fundo Municipal de Saúde	0,00	55.173,20	55.173,20	0,00	0,00	280.725,87	992.303,07	1.013.513,03	1.013.513,03	0,00	0,00	0,00
Gabinete do Prefeito	0,00	56.405,93	56.405,93	0,00	0,00	146.367,74	141.310,48	141.310,48	141.310,48	5.057,26	0,00	0,00
IPRESBS	0,00	1.169,04	1.169,04	0,00	0,00	5.546,18	40.928,30	37.070,39	36.408,71	8.112,09	1.953,68	1.953,68
Procuradoria	0,00	6.162,00	6.162,00	0,00	0,00	124,40	0,00	124,40	0,00	9.114,35	124,40	124,40
Secretaria Municipal de Administração	0,00	113.167,84	113.167,84	0,00	0,00	50.431,97	0,00	41.317,62	41.317,62	0,00	0,00	0,00
Secretaria Municipal de Agricultura	0,00	6.764,89	6.764,89	0,00	0,00	3.430,69	0,00	3.430,69	2.598,69	0,00	832,00	832,00
Secretaria Municipal de Assistência Social	0,00	92.805,07	91.891,62	913,45	0,00	2.834,42	69.497,74	46.172,34	40.295,62	24.391,58	7.644,96	7.644,96
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	18.675,71	25.480,86	44.156,57	0,00	0,00	213.450,96	83.449,36	152.449,82	152.449,82	144.450,50	0,00	0,00
Secretaria Municipal de Educação	0,00	305.187,88	305.187,88	0,00	0,00	0,00	21.934,22	5.594,22	5.594,22	16.340,00	0,00	0,00
Secretaria Municipal de Finanças	0,00	2.544,02	2.544,02	0,00	0,00	0,00	446,00	0,00	0,00	446,00	0,00	0,00
Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos	0,00	44.944,39	44.944,39	0,00	0,00	0,00	43.498,98	16.295,92	16.295,92	27.203,06	0,00	0,00
Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo	0,00	202.489,49	202.489,49	0,00	0,00	123.057,00	960.240,14	614.844,06	614.844,06	143.378,65	325.074,43	325.074,43
SERVIÇO AUT. MUN. DE ÁGUA E ESGOTO-SAMAE	720.000,00	0,00	0,00	0,00	720.000,00	180.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	180.000,00	900.000,00
Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto	915,75	703.759,99	701.851,02	50,00	2.774,72	0,00	509.801,29	493.044,73	493.044,73	167,36	16.589,20	19.363,92
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)												
Executivo	0,00	7.789.561,66	1.187.471,52	4.781.895,93	1.820.194,21	0,00	561,28	396,37	396,37	164,91	0,00	1.820.194,21
Empresa Municipal de Habitação	0,00	6.984,27	6.984,27	0,00	0,00	0,00	561,28	396,37	396,37	164,91	0,00	1.820.194,21
Fundação Cultural de São Bento do Sul	0,00	19.162,07	19.162,07	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fundação Municipal de Desportos	0,00	4.660,74	4.660,74	0,00	0,00	0,00	531,75	396,37	396,37	135,38	0,00	0,00
Fundo Municipal de Saúde	0,00	2.336.773,08	309.560,15	2.027.212,93	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Gabinete do Prefeito	0,00	47.893,54	7.065,83	40.827,71	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Procuradoria	0,00	21.430,71	3.335,93	18.094,78	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Secretaria Municipal de Administração	0,00	485.811,00	84.388,66	401.422,34	0,00	0,00	29,53	0,00	0,00	29,53	0,00	0,00
Secretaria Municipal de Agricultura	0,00	98.334,89	14.191,54	(0,00)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(0,00)
Secretaria Municipal de Assistência Social	0,00	276.388,82	50.684,27	225.704,55	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	0,00	54.754,31	7.984,73	46.769,58	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Secretaria Municipal de Educação	0,00	3.699.415,92	568.765,31	1.310.456,40	1.820.194,21	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.820.194,21
Secretaria Municipal de Finanças	0,00	152.409,47	23.896,61	128.512,86	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos	0,00	369.811,27	54.952,28	314.858,99	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo	0,00	215.731,57	31.839,13	183.892,44	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Identificador: WPR2041101-3370-OPL U-262452788 - Emitido por: SERGIO RICARDO PEREIRA

IPM Sistemas Ltda

26/04/2018 14:33



# MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

Prestação de Contas

## DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO

Entidade: 86.95.96.99.100.132.177.350.357.1013.8253.13622

Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2017 / Bimestre Novembro-Dezembro

Pág 2 / 2

RREO - ANEXO 7 (LRF, art. 53, inciso V)

PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS							Em Reais
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo	Saldo Total	
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2016				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2016						
	(a)	(b)	(c)	(d)	e = (a+b)-(c+d)	(f)	(g)	(h)	(i)	(j)	k = (f+g)-(i+j)	l = (e+k)	
	739.683,86	9.435.055,29	2.848.910,84	4.782.859,38	2.542.968,93	827.240,77	3.175.807,76	2.705.007,19	2.697.512,39	588.748,48	716.787,66	3.259.756,59	
TOTAL (III) = (I + II)													

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL. Emissão: 26/04/2018, às 14:33:15.

IPM Sistemas Ltda

Identificador: WPR2041101-3370-OPU-262452788 - Emitido por: SERGIO RICARDO PEREIRA

26/04/2018 14:33



# MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

Prestação de Contas

## DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

Entidade: 86.95.95.99.100.132.177.350.357.1013.8253.13622

Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2017 / Bimestre Novembro-Dezembro

Pág 1 / 6

RECEITAS DE ENSINO				RECEITAS REALIZADAS	
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	Até Dezembro	%	
				(c) = (b/a)x100	
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	39.582.347,00	39.582.347,00	36.680.324,81	92,67	
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	17.004.717,00	17.004.717,00	15.296.202,51	89,95	
1.1.1- IPTU	13.276.300,00	13.276.300,00	13.017.697,15	98,05	
1.1.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	3.728.417,00	3.728.417,00	2.278.505,36	61,11	
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	2.985.750,00	2.985.750,00	1.872.487,55	62,71	
1.2.1- ITBI	2.981.750,00	2.981.750,00	1.869.326,77	62,69	
1.2.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	4.000,00	4.000,00	3.160,78	79,02	
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	14.752.980,00	14.752.980,00	13.429.019,94	91,03	
1.3.1- ISS	14.281.480,00	14.281.480,00	12.961.518,30	90,76	
1.3.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	471.500,00	471.500,00	467.501,64	99,15	
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	4.838.900,00	4.838.900,00	6.082.614,81	125,70	
1.4.1- IRRF	4.838.900,00	4.838.900,00	6.082.614,81	125,70	
1.4.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.5.1- ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.5.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	94.162.100,00	94.162.100,00	95.973.198,09	101,92	
2.1- Cota-Parte FPM	30.069.400,00	30.069.400,00	32.479.705,89	108,02	
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	30.069.400,00	30.069.400,00	29.789.080,40	99,07	
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	0,00	0,00	1.324.300,81	0,00	
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	0,00	0,00	1.366.324,68	0,00	
2.2- Cota-Parte ICMS	53.645.600,00	53.645.600,00	53.875.405,23	100,43	
2.3- ICMS-Devolução - L.C. nº87/1996	225.800,00	225.800,00	190.347,72	84,30	
2.4- Cota-Parte IPV-Exportação	844.600,00	844.600,00	787.570,85	93,25	
2.5- Cota-Parte ITR	41.400,00	41.400,00	45.936,84	110,96	
2.6- Cota-Parte IPV/A	9.335.300,00	9.335.300,00	8.594.231,56	92,06	
2.7- Cota-Parte IOF-Outro	0,00	0,00	0,00	0,00	
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	133.744.447,00	133.744.447,00	132.653.522,90	99,18	

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

RS 1,00

IPM Sistemas Ltda

Identificador: WPR205110143370XRDW4262438785 - Emitido por: SERGIO RICARDO PEREIRA

26/04/2018 10:56





# MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

Prestação de Contas

## DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

Entidade: 86.95.96.99.100.132.177.350.357.1013.8253.13622

Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2017 / Bimestre Novembro-Dezembro

RECEITA ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até Dezembro (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	32.000,00	32.000,00	4.271,99	13,35
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	6.556.080,00	6.556.080,00	5.989.067,68	91,35
5.1- Transferências do Salário-Educação	4.632.500,00	4.632.500,00	4.585.386,39	98,98
5.2- Transferência Diretas do PDDE	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferência Diretas do PNAE	1.181.740,00	1.181.740,00	1.313.081,20	111,11
5.4- Transferência Diretas do PNATE	61.200,00	61.200,00	31.136,55	50,88
5.5- Outras Transferências do FNDE	530.640,00	530.640,00	16.656,12	3,14
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	150.000,00	150.000,00	42.807,42	28,54
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	255.000,00	255.000,00	9.109,00	3,57
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	6.845.080,00	6.845.080,00	6.002.448,67	87,69

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até Dezembro (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	18.832.420,00	18.832.420,00	18.657.439,41	99,07
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	6.013.880,00	6.013.880,00	5.957.816,08	99,07
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	10.729.120,00	10.729.120,00	10.775.079,92	100,43
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	45.160,00	45.160,00	38.069,52	84,30
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	168.920,00	168.920,00	157.595,97	93,30
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecação Destinados ao FUNDEB - (20% de ((1.5 + 1.5.5) + 2.5))	8.280,00	8.280,00	9.187,25	110,96
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB	1.867.060,00	1.867.060,00	1.719.690,67	92,11
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	43.766.000,00	43.766.000,00	44.515.435,72	101,71
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	43.646.000,00	43.646.000,00	44.422.380,00	101,78
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	120.000,00	120.000,00	93.055,72	77,55
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	24.813.580,00	24.813.580,00	25.764.940,59	103,83
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB	24.813.580,00	24.813.580,00	25.764.940,59	103,83
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00

IPM Sistemas Ltda

Identificador: WPR205110143370XRDW4262438785 - Emitido por: SERGIO RICARDO PEREIRA

26/04/2018 10:56



# MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

Prestação de Contas

## DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

Entidade: 86.95.96.99.100.132.177.350.357.1013.8253.13822

Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2017 / Bimestre Novembro-Dezembro

Pág 3 / 6

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até Dezembro (e)	% (f) = (e/d)x100	Até Dezembro (g)	% (h) = (g/d)x100	
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	31.672.000,00	33.258.823,35	33.217.258,35	99,88	33.217.258,35	99,88	0,00
13.1- Com Educação Infantil	10.163.620,00	12.250.443,35	12.247.443,45	99,98	12.247.443,45	99,98	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	21.508.380,00	21.008.380,00	20.969.814,90	99,82	20.969.814,90	99,82	0,00
14- OUTRAS DESPESAS	12.117.000,00	11.957.000,00	11.913.973,61	99,64	11.913.973,61	99,64	0,00
14.1- Com Educação Infantil	5.160.530,00	5.000.530,00	4.960.558,68	99,20	4.960.558,68	99,20	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	6.956.470,00	6.956.470,00	6.953.414,93	99,96	6.953.414,93	99,96	0,00
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	43.789.000,00	45.215.823,35	45.131.231,96	99,81	45.131.231,96	99,81	0,00

DEDUÇÕES PARA FINS DO FUNDEB		VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB		0,00
16.1- FUNDEB 60%		0,00
16.2- FUNDEB 40%		0,00
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB		426.823,35
17.1- FUNDEB 60%		426.823,35
17.2- FUNDEB 40%		0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)		426.823,35

INDICADORES DO FUNDEB		VALOR
19- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 + 18)		44.704.408,61
19.1- Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério ((13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100%)		73,66
19.2- Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério ((14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100%)		26,76
19.3- Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %		(0,42)

CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE		VALOR
20- RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2016 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS		426.823,35
21- DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2017		426.823,35

IPM Sistemas Ltda

Identificador: WPR20511014-3370-XRDM-262439785 - Emitido por: SERGIO RICARDO PEREIRA

26/04/2018 10:56



# MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

Prestação de Contas

## DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

Entidade: 86.95.96.99.100.132.177.350.357.1013.8253.13622

Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2017 / Bimestre Novembro-Dezembro

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESA EMPENHADA		DESPESA LIQUIDADADA		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até Dezembro (e)	% (f) = (e/d)x100	Até Dezembro (g)	% (h) = (g/d)x100	
22- EDUCAÇÃO INFANTIL	28.754.430,00	31.177.409,68	30.507.357,86	97,85	30.497.441,21	97,85	9.916,65
22.1- Creche	28.754.430,00	31.177.409,68	30.507.357,86	97,85	30.497.441,21	97,85	9.916,65
22.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	15.324.150,00	17.250.973,35	17.208.002,13	99,75	17.208.002,13	99,75	0,00
22.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	13.430.280,00	13.926.436,33	13.299.355,73	95,50	13.289.439,08	95,50	9.916,65
22.2- Pré-Escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23- ENSINO FUNDAMENTAL	35.262.810,00	35.587.833,20	35.374.041,54	99,40	35.348.826,67	99,40	25.214,87
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	28.464.850,00	27.964.850,00	27.923.229,83	99,85	27.923.229,83	99,85	0,00
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	6.797.960,00	7.622.983,20	7.450.811,71	97,74	7.425.596,84	97,74	25.214,87
24- ENSINO MÉDIO	1.500,00	1.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- OUTRAS	1.145.200,00	1.075.200,00	1.012.389,02	94,16	899.117,01	94,16	113.272,01
28- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (22 + 23 + 24 + 25 + 26 + 27)	65.163.940,00	67.841.942,88	66.893.788,42	98,60	66.745.384,89	98,60	148.403,53

DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL	VALOR
29- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)	25.764.940,59
30- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	0,00
31- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (49 h)	93.055,72
32- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	426.823,35
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS	1.310.456,40
34- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00
35- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (45 j)	1.318.488,01
36- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (29 + 30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35)	28.913.764,07
37- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (22 + 23) - (36j)	36.967.635,33
38- PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS ((37) / (3) x 100) % - LIMITE CONSTITUCIONAL 25%	27,87



# MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

Prestação de Contas

## DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

Entidade: 86.95.96.99.100.132.177.350.357.1013.8253.13622

Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2017 / Bimestre Novembro-Dezembro

Pág 5 / 6

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE						
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESA EMPENHADA		DESPESA LIQUIDADADA		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até Dezembro (e)	% (f) = (e/d)x100	Até Dezembro (g)	% (h) = (g/d)x100	
39-DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
40-DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	4.736.500,00	4.736.500,00	4.522.780,92	95,49	4.413.815,84	95,49	
41-DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
42-DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	3.089.580,00	3.189.580,00	1.807.161,53	56,66	1.686.078,73	56,66	
43-TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (39 + 40 + 41 + 42)	7.826.080,00	7.926.080,00	6.329.942,45	79,86	6.099.894,57	79,86	
44- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (28 + 43)	72.990.020,00	75.768.022,88	73.223.730,87	96,64	72.845.279,46	96,64	
						378.451,41	

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2017 (j)
45- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE		
45.1- Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00
45.2- Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00

IPM Sistemas Ltda

Identificador: WPE205110143370-XRDM4262439785 - Emitido por: SERGIO RICARDO PEREIRA

26/04/2018 10:56



# MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

Prestação de Contas

## DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

Entidade: 86.95.96.99.100.132.177.350.357.1013.8253.13622

Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2017 / Bimestre Novembro-Dezembro

Pág 6 / 6

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	VALOR	
	FUNDEB (b)	SALÁRIO EDUCAÇÃO
46- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	599.625,96	135.736,23
47- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	44.422.380,00	4.585.386,39
48- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	57.553.483,88	4.292.094,84
48.1- Orçamento do Exercício	57.397.127,21	4.239.470,34
48.2- Restos a Pagar	156.356,67	52.624,50
49- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	93.055,72	32.326,04
50- (-) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	(12.438.422,20)	461.353,82
51- (+) Ajustes	12.243.727,98	53.850,06
51.1- Retenções	12.243.727,98	53.850,06
51.2- Conciliação Bancária	0,00	0,00
52- (-) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO	942.005,05	515.203,88

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, Emissão: 26/04/2018, às 10:57:26.

\* A linha "19,1" refere-se aos limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

\* A linha "21" refere-se ao Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do § 1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

\* Caput do artigo 212 da CF/1988.

\* A linha "34" refere-se aos valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.

\* A linha "38" refere-se aos limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

\* Nas linhas "36" e "37", nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

\* A coluna "INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS" será apresentada somente no último bimestre.

IPM Sistemas Ltda

Identificador: WPR2051101-3370-XRDM-262439785 - Emitido por: SERGIO RICARDO PEREIRA

26/04/2018 10:56



**MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL**  
**Prestação de Contas**  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E**  
**DESPESAS DE CAPITAL**

Pág 1 / 1

Entidade: 86,95,96,99,100,132,177,350,357,1013,8253,13622  
 Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2017 / Bimestre Novembro-Dezembro

RREO – ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

Em Reais

<u>RECEITAS</u>	<u>PREVISÃO ATUALIZADA</u> (a)	<u>RECEITAS REALIZADAS</u> (b)	<u>SALDO NÃO REALIZADO</u> (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	18.000.000,00	48.589,62	17.951.410,38

<u>DESPESAS</u>	<u>DOTAÇÃO ATUALIZADA</u> (d)	<u>DESPESAS EMPENHADAS</u> (e)	<u>DESPESAS LIQUIDADAS</u>	<u>DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS</u>	<u>SALDO NÃO EXECUTADO</u> (f) = (d - e)
DESPESAS DE CAPITAL	65.841.127,57	11.190.384,97	10.178.422,96	1.011.962,01	54.650.742,60
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte	200.000,00	50.641,67	50.641,67	0,00	149.358,33
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	65.641.127,57	11.139.743,30	10.127.781,29	1.011.962,01	54.501.384,27

<b>RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III)=(I-II)</b>	<b>(47.641.127,57)</b>	<b>(11.091.153,68)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(36.549.973,89)</b>
--	------------------------	------------------------	----------	----------	------------------------

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL. Emissão: 26/04/2018, às 10:57:01.

\* A linha "RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO" refere-se as Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III.



# São Bernardino

## PREFEITURA

### EDITAL Nº 01/2018

Publicação Nº 1608133

#### EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2018

O Município de SÃO BERNARDINO, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, torna público que estão abertas as inscrições ao CONCURSO PÚBLICO, para ingresso no quadro permanente, em cumprimento ao que determina a Constituição Federal de 1988, Art. 37, II, combinado com a Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal n.º 04/1997 de 06/01/1997, Lei Complementar Municipal nº 02/2003 de 03/02/2003, Lei Complementar Municipal n.º 29/2010 de 22/12/2010, Lei Complementar Municipal nº 31/2011 de 20/04/2011, Lei Complementar Municipal n.º 32/2011 de 19/10/2011, Lei Complementar Municipal n.º 38/2012 de 10/05/2012, Lei Complementar Municipal nº 40/2013 de 12/03/2013, Lei Complementar Municipal nº 044/2014 de 30/07/2014, Lei Complementar Municipal nº 054/2015 de 17/11/2015, Lei Complementar Municipal nº 007/2005 de 01/09/2005, Lei Municipal Complementar nº 35/2012 de 24/01/2012, Lei Complementar Municipal nº 036/2012 de 02/04/2012, Lei Complementar Municipal nº 39/2012 de 05/06/2012 e Lei Complementar Municipal nº 044/2014 de 30/07/2014, todas considerando suas alterações posteriores, demais legislações atinentes e de acordo com as seguintes disposições deste Edital.

#### 1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O Concurso Público será realizado sob a responsabilidade da empresa NBS SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EIRELI - NBS PROVAS, localizada na Rua Timbó, 301 - Sala 601, Bairro Victor Konder em Blumenau/SC, endereço eletrônico <http://www.nbsprovas.com.br> e e-mail: [nbs@nbsprovas.com.br](mailto:nbs@nbsprovas.com.br), sob a supervisão da Comissão Especial do Concurso Público, nomeada para este fim.

1.2. O Concurso Público terá caráter eliminatório e classificatório e envolverá prova escrita objetiva e prova prática, diferenciadas por cargo.

1.3. Os cargos, escolaridade/habilitação exigida, número de vagas, número de vagas para portadores de necessidades especiais, carga horária semanal, vencimento mensal e tipo de prova aplicada, seguem dispostos nos quadros abaixo:

#### 1.1.1. 1.2. 1.3. 1.3.1. Cargos de Nível Superior:

Item	Cargo	Escolaridade/Habilitação Exigida	Vagas	Va- gas PNE	Carga Horária Semanal	Vencimento Mensal em R\$	Tipo de Prova
01	Médico	Ensino superior completo na área e registro no conselho da categoria – CRM.	1 + CR	-	40h	13.971,25	O
02	Médico Veterinário	Ensino superior completo na área e registro no conselho da categoria – CRMV.	1 + CR	-	10h	1.821,31	O
03	Fisioterapeuta	Ensino superior completo na área e registro no conselho da categoria – CREFITO.	1 + CR	-	20h	1.829,18	O
04	Farmacêutico	Ensino superior completo na área e registro no conselho da categoria – CRF.	1 + CR		20h	1.829,18	O
05	Supervisor Educacional	Ensino Superior completo	1 + CR		40h	2.117,03	O
06	Professor	Licenciatura Plena em Pedagogia.	1 + CR		20h	1.474,78	O

#### 1.3.2.

#### Cargos de Nível Médio:

Item	Cargo	Escolaridade/Habilitação Exigida	Vagas	Va- gas PNE	Carga Horária Semanal	Vencimento Mensal em R\$	Tipo de Prova
07	Agente Municipal da Defesa Civil	Ensino Médio Completo e possuir Carteira Nacional de Habilitação – CNH Categoria “D” ou superior, além de possuir no mínimo 60 horas de curso de primeiros socorros e no mínimo 40 horas de curso de combate a incêndio.	1 + CR	-	40h	2.117,03	O

#### 1.3.3.

#### Cargos de Nível Fundamental ou Alfabetizado:

Item	Cargo	Escolaridade/Habilitação Exigida	Vagas	Va- gas PNE	Carga Horária Semanal	Vencimento Mensal em R\$	Tipo de Prova
08	Assistente Administrativo	Ensino Fundamental Completo.	1 + CR	-	40h	1.819,69	O
09	Auxiliar de Serviços Gerais	Alfabetizado.	1 + CR	-	40h	1.010,94	O

10	Mecânico	Alfabetizado e Carteira Nacional de Habilitação – CNH Categoria “C” ou superior	1 + CR	-	40h	1.094,20	O
11	Motorista	Alfabetizado e Carteira Nacional de Habilitação – CNH Categoria “D” ou superior.	1 + CR	-	40h	1.260,71	O, P
12	Operador I	Alfabetizado e Carteira Nacional de Habilitação – CNH Categoria “C” ou superior.	CR	-	40h	1.605,61	O, P
13	Operador II	Alfabetizado e Carteira Nacional de Habilitação – CNH Categoria “C” ou superior.	CR	-	40h	2.117,03	O, P

## 1.3.4.

## Legendas Utilizadas:

- Tipo de Prova “O”: Aplicação de Prova Objetiva, de caráter eliminatório e classificatório.
- Tipo de Prova “P”: Aplicação de Prova Prática, de caráter eliminatório e classificatório.
- Vagas PNE: Vagas Reservadas a Portadores de Necessidades Especiais (vide Item 9 do Edital).
- CR: Cadastro Reserva.

1. 1.1. 1.2. 1.3. 1.4. As atribuições e funções inerentes a cada cargo estão detalhadas no ANEXO VI.

1.5. Os candidatos nomeados nas vagas para cargo público estarão subordinados ao Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de São Bernardino, Lei nº 03/97 de 06/01/1.997, Lei nº 04/97 de 06/01/1.997 e suas alterações posteriores, que trata do Regime Estatutário e Lei Complementar nº 02/2003 e suas alterações posteriores, que trata da organização Administrativa. O regime de trabalho é o Estatutário e filiados ao Regime Geral da Previdência Social (RGPS).

1.6. Os valores para inscrição no Concurso Público nº 01/2018, obedecerão aos seguintes parâmetros:

Código	Cargo	Valor da Inscrição R\$
01	Médico	120,00
02	Médico Veterinário	100,00
03	Fisioterapeuta	80,00
04	Farmacêutico	80,00
05	Supervisor Educacional	80,00
06	Professor	60,00
07	Agente Municipal da Defesa Civil	60,00
08	Assistente Administrativo	50,00
Código	Cargo	Valor da Inscrição R\$
09	Auxiliar de serviços Gerais	40,00
10	Mecânico	40,00
11	Motorista	40,00
12	Operador	40,00
13	Operador II	40,00

## 2.

## DA DIVULGAÇÃO

1. 2. 2. 2.1. A divulgação oficial do Edital de Abertura do Concurso Público nº 01/2018, em forma de extrato ou na íntegra, será efetuada através de publicação nos seguintes locais: no Diário Oficial do Estado, no Diário oficial dos Municípios/DOM/SC, no site do Município no endereço [www.saobernardino.sc.gov.br](http://www.saobernardino.sc.gov.br), no Mural Público Municipal da sede da Prefeitura Municipal, em jornal de circulação regional, bem como no site [www.nbsprovas.com.br](http://www.nbsprovas.com.br).

2.2. As demais convocações, avisos e resultados referentes à realização deste Concurso Público serão divulgados nos sites [www.nbsprovas.com.br](http://www.nbsprovas.com.br) e [www.saobernardino.sc.gov.br](http://www.saobernardino.sc.gov.br), sendo de inteira responsabilidade do candidato o seu acompanhamento, não podendo ser alegada qualquer espécie de desconhecimento.

2.3. A partir da homologação deste evento, todos os atos inerentes às convocações serão efetuadas sob responsabilidade exclusiva do Município de São Bernardino, observados os trâmites internos de contratação e legislação pertinente.

## 3. DA INSCRIÇÃO

3. 3.4. Para participar do Concurso Público nº 01/2018 o candidato deverá inscrever-se e seguir estritamente as normas deste Edital que declara conhecer e concordar com todos os requisitos necessários a habilitação no cargo, bem como se compromete a acompanhar e tomar conhecimento de quaisquer outros avisos, erratas ou comunicados publicados nos meios definidos no Item 2 deste Edital, dos quais não poderá alegar desconhecimento.

3.5. O candidato que se inscrever em cargo para o qual não cumpra os requisitos de habilitação, no momento de sua convocação, independente de seu desempenho nas provas realizadas, estará automaticamente desclassificado, não cabendo direito adquirido, tampouco se vier a obtê-los em prazos posteriores a sua convocação.

3.6. As inscrições serão realizadas somente no período definido no Anexo III.

3.7. São condições básicas para a inscrição:

3.7.1. Ser brasileiro nato ou naturalizado nos termos do Art. 12 da Constituição Federal.

3.7.2. Ter até a data da posse, idade mínima de 18 anos, gozar de boa Saúde Física e Mental, estar no gozo dos direitos Políticos e Cíveis e, se do sexo masculino, estar quite com o Serviço Militar.

3.7.3. Estar ciente que se aprovado, quando da convocação, deverá comprovar que preenche todos os requisitos exigidos para o cargo, constantes do presente Edital, sob pena de perda do direito à vaga.

3.7.4. Não ter sido demitido por ato de improbidade ou exonerado “a bem do serviço público”, mediante decisão transitada em julgado em qualquer esfera governamental.

3.7.5. Não perceber proventos de aposentadoria civil ou militar ou remuneração de cargo, emprego ou função pública que caracterizem acumulação ilícita de cargos, na forma do inciso XVI e parágrafo 10º do Art. 37 da Constituição Federal;

3.8. As inscrições serão efetuadas pelos seguintes meios:

3.8.1. VIA INTERNET: através do site [www.nbsprovas.com.br](http://www.nbsprovas.com.br). Para inscrever-se, o candidato deverá:

3.8.1.1. Acessar o site [www.nbsprovas.com.br](http://www.nbsprovas.com.br) durante o período de inscrição, descrito no item 3.3 deste edital;

3.8.1.2. Localizar, no site, o "link" correlato ao Concurso Público do Município de São Bernardino;

3.8.1.3. Ler completamente o edital, preencher total e corretamente a ficha, e fazer a opção pelo cargo para o qual pretende concorrer, tendo certeza que cumpre todos os requisitos de habilitação, sob pena de desclassificação;

3.8.1.4. Imprimir o boleto bancário e o comprovante provisório de inscrição;

3.8.1.5. O candidato é responsável pelas informações da ficha de inscrição, arcando com as consequências de eventuais erros de seu preenchimento. A opção de cargo não poderá ser alterada após a efetivação da inscrição.

3.8.2. Para os candidatos que não possuem acesso a internet, o município disponibilizará um ponto de atendimento gratuito na Sede da Prefeitura Municipal de São Bernardino, situada na Rua Verônica Scheid, nº 1008, Centro, São Bernardino – SC, no horário de atendimento da prefeitura municipal.

3.9. Cada candidato poderá inscrever-se para apenas um dos cargos previstos no presente Concurso Público.

3.10. O candidato que se inscrever em mais de um cargo, terá a(s) inscrição(ões) que efetuou o pagamento da taxa confirmada, cancelando a(s) outra(s) inscrição(ões) mais antiga(s). Efetuando o pagamento de mais de uma inscrição, será deferida apenas a sua última inscrição.

3.11. Não serão aceitas inscrições por via postal ou fac-símile, nem em caráter condicional.

3.12. Para confirmar a sua inscrição o candidato deverá:

3.12.1. Efetuar o pagamento da inscrição através do boleto bancário, quitando-o em qualquer agência da rede bancária no valor da taxa de inscrição, até a data estabelecida no Anexo III. Para o pagamento da taxa de inscrição deverá ser utilizado o boleto bancário gerado na inscrição, não sendo admitidos depósitos em conta, mesmo que identificados. Atentar ao horário de expediente bancário.

3.13. Será cancelada a inscrição do candidato que:

3.13.1. Não efetuar o pagamento da taxa de inscrição na forma e prazos previstos neste edital.

3.13.2. Efetuar pagamento em valor menor do que aquele estabelecido neste edital como taxa de inscrição ao cargo escolhido.

3.13.3. Prestar declarações falsas, inexatas, adulterar qualquer documento informado ou apresentado ou que não satisfizer as condições estabelecidas neste Edital.

3.13.4. No caso de cancelamento da inscrição serão anulados todos os atos dela decorrentes, a qualquer tempo, mesmo que o candidato tenha sido classificado e que o fato seja constatado posteriormente.

3.13.5. Ao se inscrever o candidato concorda com o acesso por terceiros, por qualquer meio, dos seus dados de identificação, resultados das avaliações a que for submetido e classificação no presente concurso, inclusive com a publicação de dados na rede mundial de computadores, relativos às etapas deste certame.

3.13.6. As inscrições poderão ser prorrogadas por necessidade de ordem técnica e/ou operacional o que poderá ser feito sem prévio aviso bastando, para todos os efeitos legais, a comunicação de prorrogação feita no site [www.nbsprovas.com.br](http://www.nbsprovas.com.br).

3.14. O simples pagamento da taxa de inscrição não garante ao candidato a realização da prova, devendo este acompanhar o seu deferimento, mediante a publicação da "listagem provisória de inscritos", prevista no Anexo III deste Edital, onde sua inscrição deve constar no rol das "homologadas/deferidas".

3.15. Para a realização da prova, o candidato deverá emitir a "Ficha de Inscrição", disponibilizada no site [www.nbsprovas.com.br](http://www.nbsprovas.com.br) a partir da data prevista no Anexo III para a publicação da "convocação para a realização das provas objetivas", emitida a partir da "Área do Inscrito", disponível neste site, que irá conter todos os dados necessários para a realização da prova.

3.15.1. Os dados informados na inscrição não poderão ser complementados ou alterados, salvo o endereço do candidato, cuja mudança deve ser realizada diretamente na "Área do Candidato", no site [www.nbsprovas.com.br](http://www.nbsprovas.com.br) ou ainda via protocolo por um dos meios previstos no Item 11.

3.16. Antes do recolhimento do valor da inscrição, o candidato deverá certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos para tomar posse do cargo, se aprovado, pois o valor, uma vez recolhido, não será restituído em hipótese alguma.

3.17. Não serão restituídos valores de inscrição pagos a maior, tampouco pagamentos realizados em duplicidade (mais de um pagamento para a mesma inscrição), assim como não serão restituídas taxas pagas em valor menor do que aquele estabelecido neste edital ou em caso de desistência do candidato em relação ao certame.

3.18. A NBS Serviços Especializados Eireli e o Município de São Bernardino não se responsabilizam por solicitações de inscrições não efetivadas por falhas de comunicação, congestionamento de linhas de comunicação ou outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência dos dados ou a impressão dos documentos solicitados.

3.19. A adulteração de qualquer documento ou a não veracidade de qualquer informação apresentada, verificada a qualquer tempo, implicará no cancelamento da inscrição do candidato e na anulação de todos os atos que tenha praticado, além da denúncia aos órgãos de justiça que se faz cabível.

3.20. As inscrições que preencherem todas as condições deste Edital serão deferidas e homologadas pela autoridade competente.

3.21. O ato de homologação e a lista das inscrições não homologadas serão divulgados conforme cronograma do Anexo III, pelos meios previstos no Item 2 deste Edital, com os nomes dos candidatos habilitados a fazer a prova escrita, em ordem alfabética.

3.22. O candidato que tiver sua inscrição indeferida terá prazo para interpor recurso, definido no Anexo III, após a publicação, que se dará por meio de recurso, previsto no Item 10 deste Edital, que deverá ser protocolado por um dos meios previstos no Item 11 deste Edital.

3.23. O Município, por intermédio da empresa organizadora, quando for o caso, procederá à correção e divulgará o resultado no site do Município e da empresa organizadora, no prazo estabelecido no Anexo III.

3.24. É de única e exclusiva responsabilidade do candidato acompanhar todos os atos oficiais deste Concurso Público através de veiculação prevista no Item 2 deste Edital.

### 3. DAS CONDIÇÕES ESPECIAIS DE PROVA

4. 4.25. O candidato que necessitar de qualquer tipo de atendimento diferenciado para a realização das provas deverá solicitá-lo, por escrito no ato de inscrição, com o preenchimento do Anexo II, efetuando o seu protocolo por um dos meios previstos no Item 11 deste Edital.

4.26. A solicitação de recursos especiais será atendida obedecendo aos critérios de viabilidade e de razoabilidade.

4.27. Do mesmo modo a candidata lactante que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas deverá solicitar por escrito, com o preenchimento do Anexo II indicando o acompanhante que irá permanecer em sala reservada para essa finalidade. Este requerimento deve ser protocolado por um dos meios previstos no Item 11 deste Edital.

4.28. Não haverá compensação de tempo em favor de amamentação.

4.29. A listagem de candidatos com condições especiais de prova será divulgada conforme cronograma do Anexo III, pelos meios previstos no Item 2 deste Edital, com os nomes dos candidatos com condição especial de prova e seu respectivo pleito.

4.30. O candidato que tiver seu pedido de condição especial de prova indeferido terá prazo para interpor recurso, definido no Anexo III, após a publicação, que se dará por meio de interposição de recurso, previsto no Item 10 deste Edital, que deverá ser protocolado por um dos meios previstos no Item 11 deste Edital.

#### 4. DAS DATAS E CONDIÇÕES DE REALIZAÇÃO DAS PROVAS

1. 2. 3. 4. 5. 5.1. As provas para os cargos que trata este edital serão realizadas na data prevista no Anexo III, em local a ser definido e publicado, com ampla divulgação nos meios especificados no item 2.1.

5.2. O candidato deverá comparecer, com antecedência mínima de 30 minutos do horário fixado para o fechamento dos portões, munido de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, de corpo transparente, seu documento oficial de identificação com foto e seu comprovante de inscrição.

5.3. Ao terminar a prova o candidato entregará, obrigatoriamente, sua folha de respostas assinada e o caderno de provas.

5.4. O caderno de questões de cada cargo estará disponível no dia seguinte ao da realização da prova, na área restrita do candidato, permitindo assim que o candidato possa interpor recursos contra as questões da prova.

5.5. As provas objetivas terão a duração conjunta de 3 (três) horas, incluindo o tempo de marcação na folha de respostas.

5.6. O candidato somente poderá deixar o local da prova 30 (trinta) minutos após o seu início.

5.7. Em hipótese alguma será permitido ao candidato:

a) Prestar a prova sem que esteja portando um documento oficial de identidade que contenha, no mínimo, retrato, filiação e assinatura.

b) Prestar prova sem que seu pedido de inscrição esteja previamente confirmado.

c) Ingressar no estabelecimento de exame, após o horário estipulado.

d) Prestar provas fora do horário ou espaço físico pré-determinados.

5.8. Não será permitido o ingresso ou a permanência de pessoa estranha ao certame, em qualquer local de prova.

5.9. Não haverá segunda chamada para a prova objetiva, sendo esta em etapa única, conforme horário estabelecido neste edital; o candidato ausente, por qualquer motivo, será eliminado do Concurso Público.

5.10. Após ser identificado e instalado em seu local de prova, o candidato não poderá consultar ou manusear qualquer material de estudo ou leitura, enquanto aguarda o início das provas.

5.11. Durante a realização da prova escrita objetiva, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação da mesma e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao conteúdo da prova e/ou critérios de avaliação/classificação.

5.12. Durante as provas não serão permitidas quaisquer espécies de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou anotações, calculadoras, relógios, agendas eletrônicas, pagers, telefones celulares, BIP, Walkman, gravador ou qualquer outro equipamento eletrônico ou similar.

5.13. Também é proibido fumar, consumir alimentos, usar medicamentos e usar óculos escuros (salvo por prescrição médica apresentada a um fiscal de sala antes do início da prova). Não é permitido o uso de chapéus, bonés, toucas ou qualquer outro tipo de cobertura.

5.14. Os telefones celulares, pagers e quaisquer outros aparelhos de comunicação deverão permanecer desligados durante todo o tempo de realização das provas e lacrados pelo fiscal de sala, no momento da entrada do candidato, do contrário o candidato que infringir esta determinação será automaticamente eliminado do Concurso Público.

5.15. A NBS Serviços Especializados Eireli, objetivando garantir a lisura, a autenticidade e a idoneidade do certame poderá solicitar a impressão digital do candidato no cartão resposta, não substituindo a obrigatoriedade do candidato assinar o cartão, submeter os candidatos à revista pessoal e ou de seus pertences, inclusive com varredura eletrônica, bem como proceder a qualquer momento a sua identificação datiloscópica ou dele fazer imagem fotográfica ou vídeo. As verificações podem ser feitas a qualquer momento do certame, inclusive, quando do uso de sanitários.

5.16. Para o eventual uso dos sanitários o candidato será submetido a varredura eletrônica antes do ingresso nos banheiros. A recusa do procedimento de varredura eletrônica implica em não ser autorizado o uso dos sanitários. A utilização dos sanitários sem a autorização, importa na exclusão do candidato do certame, sendo atribuída nota zero às provas já realizadas.

5.17. A simples posse, mesmo que desligado, ou uso de qualquer material, objeto ou equipamento não permitido, no local da prova, corredor ou banheiros, configura tentativa de fraude e implicará na exclusão do candidato do certame, sendo atribuída nota zero às provas já realizadas.

5.18. Os candidatos deverão evitar ao máximo trazer objetos pessoais não essenciais à realização da prova. No caso do candidato trazer objetos pessoais, estes serão lacrados pelo fiscal de sala, quando possível ou mantidos em local onde o candidato não tenha acesso durante a execução de sua prova. A NBS Serviços Especializados Eireli e o Município de São Bernardino não assumem qualquer responsabilidade por acidentes pessoais e ou avaria, perda ou desaparecimento dos materiais, objetos, equipamentos, mesmo que tenham sido entregues aos fiscais de sala, veículos ou qualquer outro bem trazido pelos candidatos para o local de prova ou qualquer tipo de dano que vierem a sofrer.

5.19. Será também, eliminado do Concurso Público o candidato que incorrer nas seguintes situações:

a) Apresentar-se após o horário estabelecido para o fechamento dos portões, não se admitindo qualquer tolerância.

b) Deixar o local de realização da prova sem a devida autorização.

c) Ausentar-se da sala de prova sem o acompanhamento do fiscal.

d) Tratar com falta de urbanidade os examinadores, auxiliares, fiscais ou autoridades presentes.

e) Proceder de forma a tumultuar a realização das provas.

f) Estabelecer comunicação com outros candidatos ou com pessoas estranhas, por qualquer meio.

g) Usar de meios ilícitos para obter vantagem para si ou para outros.

h) Se ausentar da sala de prova levando o cartão-resposta personalizado e/ou o Caderno de Questões ou outros materiais não permitidos, sem autorização.

i) Não devolver integralmente o material recebido

j) Deixar de atender às normas contidas no caderno de provas e às demais orientações cedidas.

5.20. Em nenhuma hipótese haverá substituição de folha de respostas, por erro do candidato.

5.21. Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala de prova, só poderão deixar a sala de forma simultânea, devendo assinar o verso de todos os cartões resposta, de todos os candidatos da sala de prova, inclusive de candidatos ausentes e deverão acompanhar o fechamento do envelope de cartão resposta, apondo sua assinatura em seus lacres. O candidato que negar-se a aguardar os demais candidatos finalistas, ou ainda, recusar-se a efetuar os procedimentos de encerramento, será atestado como desistente pelo fiscal de sala, devidamente atestado



pelos demais candidatos, sendo eliminado do certame.

## 5. DAS PROVAS

6. 6.22. Serão considerados aprovados, os candidatos que obtiverem, no mínimo:

· 5,00 (cinco) pontos na prova escrita objetiva, para os cargos sem aplicação de prova prática;

· 5,00 (três) pontos na nota final obtida através das disposições do Item 6.3.5, para os cargos com aplicação de prova prática.

1. 2. 3. 4. 5. 6. 6.1. 6.2. 6.2.1. 6.23. Da Prova Escrita Objetiva:

1. 2. 3. 4. 5. 5.1. 5.2. 5.3. 6.23.1. Para os cargos de Nível Médio e Superior:

5. 6. 6.1. 6.2. 6.23.1.1. A prova escrita objetiva, de caráter eliminatório e classificatório, será aplicada a todos os cargos, tendo 40 (quarenta) questões, de múltipla escolha, com alternativas de "A" a "E", avaliadas e distribuídas conforme tabela abaixo:

PROVA ESCRITA E OBJETIVA			
Matéria	Número de questões	Valor por questão	Valor total
Língua Portuguesa	5	0,20	1,00
Matemática	5	0,20	1,00
Informática Básica	5	0,20	1,00
Conhecimentos Gerais e Atualidades	5	0,20	1,00
Conhecimentos Específicos	20	0,30	6,00
Valor total da prova escrita:			10,00

## 6.23.2.

Para os cargos de Nível Fundamental ou Alfabetizado:

7. 8. 8.1. 8.2. 6.23.2.1. A prova escrita objetiva, de caráter eliminatório e classificatório, será aplicada a todos os cargos, tendo 40 (quarenta) questões, de múltipla escolha, com alternativas de "A" a "E", avaliadas e distribuídas conforme tabela abaixo:

PROVA ESCRITA E OBJETIVA			
Matéria	Número de questões	Valor por questão	Valor total
Língua Portuguesa	10	0,22	2,20
Matemática	5	0,22	1,10
Conhecimentos Gerais e Atualidades	10	0,22	2,20
Conhecimentos Específicos	15	0,30	4,50
Valor total da prova escrita:			10,00

## 6.23.

Da Prova Prática:

6. 6.1. 6.2. 6.3. 6.3.1. A Prova Prática será aplicada somente aos cargos definidos com o tipo de prova "P", sendo caráter aprobatório e classificatório, constando de demonstração prática da habilidade do candidato, necessária ao desempenho de suas funções e seguirá critérios pré-estabelecidos inerentes à função.

6.3.2. A prova prática será realizada no período vespertino do dia da prova, conforme cronograma previsto no Anexo III deste Edital.

6.3.3. Os critérios de avaliação da prova prática dos cargos de Operador I (Cargo: 12) e Operador II (Cargo 13) estão definidos no Anexo VIII. Os critérios de avaliação da prova prática de Motorista (Cargo 11) estão definidos no Anexo IX.

6.3.4. Para a realização da prova os candidatos devem apresentar a Carteira Nacional de Habilitação - CNH, na categoria exigida na habilitação ao cargo, dentro de seu prazo de validade, conforme Lei 9.503/97 - Código Brasileiro de Trânsito. A não apresentação deste documento (CNH) causa o impedimento de realização da prova e consequente eliminação do candidato.

6.3.5. A nota final do candidato, para efeitos de aprovação e classificação será obtida por meio da seguinte fórmula:

$$\text{NOTA} = (\text{NPE} \times 0,6) + (\text{NPP} \times 0,4)$$

Onde: NPE = nota da prova escrita, com peso 6; NPP = nota da prova prática, com peso 4;

6.3.6. O candidato que cometer falta eliminatória na prova prática, não conseguir realizar a tarefa proposta pelo avaliador ou for considerado inapto para a atividade, será automaticamente eliminado deste Processo Seletivo, independentemente de seu desempenho nas demais etapas do certame.

6.3.7. A critério da NBS Serviços Especializados Eireli todas as provas práticas podem ser filmadas, com o uso das imagens para eventual análise de recurso, ficando desde já autorizada a filmagem e uso das imagens para este fim.

6.3.8. Caso o número de Candidatos Inscritos em cargos que exijam a Prova Prática supere o estimado para a sua realização no período vespertino ao da aplicação da prova objetiva, ou ainda sendo as condições climáticas desfavoráveis a boa aplicação das tarefas, esta será transferida, sendo efetuada a nova convocação e divulgação pelos meios previstos no Item 2 deste edital, por conseguinte, os demais prazos inerentes à conclusão do certame.

6.3.9. Em relação a Prova Prática, caberá pedido de recurso, interposto de conformidade com o estabelecido no Item 10 deste Edital, no prazo previsto no Anexo III deste Edital, devendo ser protocolado por um dos meios previstos no Item 11 deste Edital.

6.4. Os conteúdos programáticos das provas escritas compreendem todas as atividades inerentes ao cargo, além do exposto no Anexo I deste Edital.

1. 2. 3. 4. 5. 5.1. 5.2. 5.3. 6.5. No preenchimento do cartão de respostas, será atribuída a nota 0 (zero) à(s) questão(ões) da prova objetiva que:

a) Contenha assinalada opção diferente daquela informada no gabarito oficial;

b) Contenha(m) emenda(s) e/ou rasura(s), ainda que legível(is);

c) Contenha(m) mais de uma opção de resposta assinalada;

d) Não estiver(em) assinalada(s) a(s) resposta(s);

e) For(em) preenchida(s) fora das especificações contidas no mesmo ou nas instruções da prova.

6.6. Serão considerados sem validade, sendo atribuída a nota 0 (zero) a todas as questões, quando o cartão resposta for rasurado, ou seja,

utilizado como "rascunho", utilizado para apor respostas discursivas, independente da motivação ou ainda qualquer outro preenchimento em desacordo com as instruções de preenchimento, que ocasionem a impossibilidade da correção eletrônica da prova.

6.7. Igualmente sem validade, serão considerados os cartões resposta sem a assinatura do candidato ou com a assinatura fora do local indicado, sendo igualmente atribuída a nota 0 (zero) a todas as questões.

6.8. O gabarito provisório da prova escrita objetiva será divulgado no 1º dia útil posterior ao da aplicação da prova, através dos meios de divulgação previstos no Item 2 deste Edital.

6.9. Em relação ao gabarito provisório divulgado, caberá pedido de recurso, interposto de conformidade com o estabelecido no Item 10 deste Edital, no prazo previsto no Anexo III deste Edital, devendo ser protocolado por um dos meios previstos no Item 11 deste Edital.

#### 6. DOS RESULTADOS

1. 2. 3. 4. 5. 6. 7. 7.1. A relação com a classificação dos candidatos aprovados será publicada até a data prevista no Anexo III deste Edital, através dos meios de divulgação previstos no Item 2 deste Edital, não sendo fornecida a classificação por telefone.

7.2. Obtendo os candidatos idêntica pontuação final, serão utilizados os seguintes critérios de desempate para fins de classificação:

6. 7. 7.1. 7.2. 7.2.1. Ocorrendo empate na classificação, aplicar-se-á para o desempate, o disposto no parágrafo único do Artigo 27 da Lei Federal Nº 10.741/03, sendo os candidatos enquadrados na condição de idoso nos termos do artigo 1º da mencionada lei (possuírem 60 anos completos ou mais).

7.2.2. Os candidatos que não estão amparados no Item anterior, o desempate beneficiará, sucessivamente, o candidato que obtiver, quando houver:

- a) Maior número de acertos na prova de Conhecimentos Específicos.
- b) Maior número de acertos na prova de Língua Portuguesa.
- c) Maior número de acertos na prova de Matemática.
- d) Maior número de acertos na prova de Conhecimentos Gerais e Atualidades.
- e) Maior idade.

7.2.3. Para efeito da aplicação das normas do presente Edital será considerada a idade do candidato no dia da aplicação da prova escrita, de acordo com o cargo para o qual se candidatou.

7.2.4. Persistindo o empate entre os candidatos, depois de aplicados todos os critérios acima, o desempate se dará por meio de sorteio público.

7.3. Em relação à classificação provisória divulgada, caberá pedido de recurso, interposto de conformidade com o estabelecido no Item 10 deste Edital, no prazo previsto no Anexo III deste Edital, devendo ser protocolado por um dos meios previstos no Item 11 deste Edital.

7.4. Após análise dos recursos será publicado o resultado oficial, através dos meios de divulgação previstos no Item 2 deste Edital.

#### 7. DOS CARGOS E DAS VAGAS

8. 8.5. O candidato concorrerá às vagas dos cargos constantes no item 1.3 deste Edital.

8.6. O candidato aprovado deverá manter seu endereço atualizado, no Serviço de Pessoal, do Município de São Bernardino, durante todo o período de validade do Concurso Público, sob pena de perda de sua classificação.

8.7. O candidato aprovado perderá o direito a admissão nos seguintes casos:

- a) Não comparecendo no prazo estipulado para assumir o cargo;
- b) Não apresentar quaisquer dos documentos exigidos no item 12;
- c) Desistir formalmente da vaga.

8.7.1. As vagas serão preenchidas de acordo com a necessidade do Município de São Bernardino, obedecendo à ordem de classificação.

8.8. É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar pela internet, por meio dos sites [www.saobernardino.sc.gov.br](http://www.saobernardino.sc.gov.br) e [www.nbs-provas.com.br](http://www.nbs-provas.com.br) ou qualquer outro meio de divulgação definido pela Comissão de Fiscalização de Concursos a publicação de todos os atos e editais relativos ao Concurso Público, inclusive alterações que porventura ocorram durante o Concurso Público.

8.9. Não será permitida troca de vagas entre os candidatos.

#### 8. DAS DISPOSIÇÕES PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

9. 9.10. Às pessoas com deficiência, é assegurado o direito de inscrição no presente Concurso Público, para os cargos cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadores, num percentual de 5% (cinco por cento) do total das vagas oferecidas para cada cargo, de acordo com o art. 37, inciso VIII da Constituição Federal.

9.11. Caso a aplicação do percentual de que trata o item 9.1 deste Edital resultar em número fracionado, igual ou superior a 0,5% (meio ponto percentual), este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente.

9.12. Os cargos contemplados e o número de vagas reservadas a portadores de necessidades especiais, estão listados no Item 1.3 deste Edital;

9.13. Os cargos não contemplados com vaga reservada para portadores de necessidades especiais, em função do número de vagas, o primeiro candidato classificado no Concurso Público na lista especial dos candidatos inscritos para as vagas reservadas, será convocado para ocupar a 20ª (vigésima) vaga aberta. O segundo classificado no Concurso Público na listagem especial ocupará a 40ª (quadragésima) vaga aberta e assim sucessivamente, obedecida à ordem de classificação na listagem especial e no prazo de validade do Concurso Público.

9.14. O candidato portador de necessidades especiais concorrerá a todas as vagas oferecidas no cargo escolhido, utilizando-se da vaga reservada somente quando, tendo sido aprovado, não puder ser nomeado através de sua classificação na lista geral.

9.15. Considera-se pessoa portadora de necessidades especiais aquela enquadrada nas categorias previstas no art. 4º do Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999 e alteração.

9.16. Ao inscrever-se nessa condição, o candidato deverá escolher o cargo a que concorre e marcar a opção "Pessoas com Deficiência", efetuando o preenchimento do requerimento de solicitação de vaga especial (Anexo II) junto com o documento abaixo, até o último dia previsto para as inscrições, definido no Anexo III, devendo ser protocolado por um dos meios previstos no Item 11:

a) laudo médico (original ou cópia legível e autenticada), emitido há menos de um ano, atestando a espécie e o grau de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença - CID, bem como da provável causa da deficiência.

9.17. Os pedidos devem ser formalizados por escrito no próprio anexo e serão examinados para verificação das possibilidades operacionais de atendimento, obedecendo a critérios de viabilidade e de razoabilidade.

9.18. O candidato portador de necessidades especiais participará da seleção em igualdade de condições dos demais candidatos no que se refere ao conteúdo, avaliação, duração, data, horário e local de realização das provas, obedecidos aos procedimentos neste Edital.

9.19. Para solicitar qualquer tipo de atendimento diferenciado durante a realização da prova, deve ser efetuado o procedimento descrito no Item 3 deste edital.



9.20. Será considerada pessoa portadora de necessidades especiais a que se enquadra nas seguintes categorias:

I. Deficiência Física: alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, membro com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções;

II. Deficiência Auditiva: perda parcial ou total das possibilidades auditivas sonoras, variando de graus e níveis na forma seguinte:

- a) De 25 a 40 decibéis - dB - surdez leve;
- b) De 41 a 55 - dB - surdez moderada;
- c) De 56 a 70 - dB - surdez acentuada;
- d) De 71 a 90 - dB - surdez severa;
- e) Acima de 91 - dB - surdez profunda; e
- f) Anacusia;

III. Deficiência Visual: acuidade visual igual ou menor que 20/200 no melhor olho, após a melhor correção, ou campo visual inferior a 20° (tabela de Snellen), ou ocorrência simultânea de ambas as situações;

IV. Deficiência Mental: funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como:

- a) Comunicação;
- b) Cuidado pessoal;
- c) Habilidades sociais;
- d) Utilização da comunidade;
- e) Saúde e segurança;
- f) Habilidades acadêmicas;
- g) Lazer; e
- h) Trabalho;
- i) Deficiência múltipla - associação de duas ou mais deficiências.

9.21. Os candidatos inscritos para as vagas reservadas aos portadores de necessidades especiais que deixarem de atender, no prazo e condições determinados pelo Edital, em especial as relacionadas aos documentos comprobatórios de sua deficiência, terão sua inscrição como portador de necessidades especiais indeferida, integrando a lista única de candidatos.

9.22. Tendo sido aprovados no Concurso Público os portadores de necessidades especiais serão submetidos à Perícia Médica Oficial para comprovação da deficiência informada pelo candidato no ato de seu exame admissional e de sua compatibilidade com o exercício das atribuições do cargo.

9.23. Será eliminado da lista de candidatos que concorrem às vagas reservadas aos portadores de necessidades especiais, o candidato cuja deficiência assinalada no ato da inscrição não seja constatada ou não seja compatível com o exercício das atribuições do cargo, passando a compor apenas a lista de classificação geral final.

9.24. Na falta de candidatos aprovados para as vagas reservadas, estas serão preenchidas pelos demais candidatos com estrita observância da ordem classificatória.

#### 9. DOS RECURSOS

10. 10.24. Com o intuito de garantir o princípio constitucional da ampla defesa, neste certame serão admitidos recursos em relação:

- a) Às disposições deste Edital;
- b) Ao indeferimento e/ou cancelamento da Inscrição;
- c) Ao indeferimento do Requerimento de Condições Especiais para a Realização da Prova;
- d) Ao indeferimento do Requerimento de Vaga Especial;
- e) Ao Gabarito Provisório e Questões de Prova;
- f) Ao Resultado da Prova Prática;
- g) Ao Resultado da Classificação Provisória.

10.25. Para a interposição dos recursos previstos no Item anterior, com exceção ao recurso previsto na alínea "e", deverá ser efetuado o preenchimento completo do formulário de recurso, indicando a opção correta, disposto no Anexo V.

10.26. Para a interposição de recurso em relação ao gabarito provisório e questões de prova divulgados, recurso previsto na alínea "e" do Item 10.1, deverá ser efetuado o preenchimento completo do formulário de recurso disposto no Anexo IV deste Edital, devendo conter:

- 1) Nome do candidato;
- 2) Número de inscrição;
- 3) Número do documento de identidade;
- 4) Cargo/emprego para o qual se inscreveu;
- 5) A questão objeto de controvérsia, de forma individualizada;
- 6) A fundamentação ou o embasamento, com as devidas razões do recurso;
- 7) Preenchimento completo do formulário de recurso – Anexo IV do Edital;
- 8) As referências utilizadas no embasamento, seguindo o padrão da ABNT (NBR 6023).

1. 2. 3. 4. 5. 6. 7. 8. 9. 10. 10.1. 10.2. 10.3. 10.3.1. Os recursos previstos neste Item 10.3 somente serão apreciados se apresentados tempestivamente e com o atendimento completo aos requisitos deste item.

10.3.2. Os recursos apresentados intempestivamente ou ainda sem o preenchimento dos requisitos recursais previstos no Item 10.3, serão indeferidos, sem julgamento de mérito.

10.3.3. Quanto aos recursos contra questões da prova e gabarito preliminar, deverá ser elaborado um recurso para cada questão, sob pena de sua desconsideração, e os mesmos deverão conter indicação do número da questão, da prova e anexar cópia da bibliografia mencionada e também as referências, no padrão citado no Item 10.3, também sob pena de sua desconsideração.

10.3.4. A Comissão Examinadora constitui última instância na esfera administrativa para conhecer de recursos relativos à alínea "e" do Item 10.1, não cabendo recurso à outra autoridade nem recurso adicional pelo mesmo motivo.

10.3.5. Se da análise do recurso resultar anulação da(s) questão(ões), o(s) ponto(s) referente(s) à(s) mesma(s) será(ão) atribuído(s) a todos os candidatos.

10.27. O recurso deverá ser protocolado por um dos meios previstos no Item 11 deste Edital, no prazo previsto no Anexo III deste Edital,

ou no prazo citado nas disposições relativas ao recurso.

10.28. Inexistindo algum prazo previamente previsto para a interposição de algum dos recursos previstos neste Item 10, deverá ser obedecido o prazo definido na publicação do evento, divulgado pelos meios estabelecidos no Item 2 deste Edital, em prazo nunca inferior a 2 (dois) dias úteis.

10.29. Deverá ser elaborado um recurso por candidato de forma individual para cada tipo de recurso previsto no Item 10.1.

10.30. As respostas dos recursos poderão ser publicadas no site da empresa, ou direcionadas diretamente ao candidato por e-mail ou ainda disponibilizados na área restrita.

10.31. Recursos que não atendam a todas as disposições previstas neste Item 10 deste Edital ou interpostos fora do prazo serão indeferidos sem julgamento de mérito.

10.32. A Comissão Municipal de Fiscalização de Concursos constitui-se em última instância para recurso ou revisão, sendo soberana em suas decisões. Não caberão, recursos ou revisões adicionais.

#### 10. DOS PROTOCOLOS

11. 11.33. Com o intuito de formalizar todos os pleitos inerentes a este certame, deverão ser protocolados:

- a) A impugnação ou recurso contra as disposições do Edital;
- b) O Requerimento de Solicitação de Condição Especial para a Realização de Provas;
- c) O Requerimento de Solicitação de Vaga Especial;
- d) O Requerimento de Atualização de Endereço e Dados de Contato;
- e) Todos os demais Recursos definidos no Item 10 deste Edital;

11.34. Os requerimentos e/ou recursos/impugnações, previstos nas alíneas "a" a "d" do item anterior devem ser protocolados por meio postal, através do serviço de Sedex, até o último dia previsto para o requerimento, enviando os formulários e documentação com as especificações exigidas para cada item ao endereço:

NBS SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EIRELI

Concurso Público do Município de São Bernardino

Rua Timbó, nº 301 - Sala 601

Bairro Victor Konder

Blumenau/SC

CEP: 89012-180.

11.34.1. Todos os documentos que não são apresentados em original ou que não podem ter sua autenticidade verificada via internet, devem ser apresentados com CÓPIAS AUTENTICADAS em Serviço Notarial e de Registros (Cartório de Notas).

11.35. Os recursos, previstos na alínea "e" do Item 11.1 deste Edital, devem ser protocolados por uma das formas abaixo dispostas:

11.35.1. Diretamente no site [www.nbsprovas.com.br](http://www.nbsprovas.com.br), através da "Área do Candidato", em ambiente restrito, na opção "Recursos", preenchendo de maneira completa o formulário disponível;

11.35.2. Por meio postal, através do serviço de Sedex, até o último dia previsto para o requerimento, enviando os formulários e documentação com as especificações exigidas para cada item ao endereço:

NBS SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EIRELI

Concurso Público do Município de São Bernardino

Rua Timbó, nº 301 - Sala 601

Bairro Victor Konder

Blumenau/SC

CEP: 89012-180.

11.36. Para todos os casos que envolvem a remessa de documentos para a empresa organizadora, será considerada, para efeitos de protocolo, a data de postagem do objeto, sendo considerada intempestiva aquela postada após o horário de despacho da agência dos Correios (DH), quando do último dia de seu prazo de protocolo.

11.37. As despesas relativas à remessa postal de documentos ou ainda em relação às cópias de documentos exigidos correrão a expensas do próprio candidato.

11.38. É de responsabilidade exclusiva do candidato o preenchimento correto dos meios de protocolo, seja do e-mail, seja do endereço de envio postal, sendo que a NBS Serviços Especializados Eireli e o Município de Santo Amaro da Imperatriz não se responsabilizam por equívocos cometidos pelo candidato.

11.39. Os prazos e condições de protocolo são estabelecidos, de maneira individual, nos itens relativos a cada pleito passível de protocolização.

11.40. Não serão reconhecidos os protocolos efetuados de maneira diversa à estabelecida no Item 11 deste Edital, ou ainda, realizados de maneira intempestiva.

#### 11. DOS REQUISITOS PARA CONTRATAÇÃO E CHAMAMENTO

12. 12.41. Os candidatos aprovados serão admitidos, obedecendo-se rigorosamente a ordem de classificação obtida.

12.42. Para a contratação no cargo, o candidato aprovado deverá, obrigatoriamente, preencher os requisitos a seguir:

12.42.1. Ser brasileiro conforme rege a Constituição Federal;

12.42.2. Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos;

12.42.3. Ter aptidão física e mental, adequada ao exercício do cargo, mediante atestado fornecido por médico oficial da Prefeitura Municipal de São Bernardino;

12.42.4. Para fins de admissão serão exigidos dos candidatos os seguintes documentos:

a) Exame Médico Admissional encaminhado pelo próprio Município.

b) Certidão negativa criminal (Fórum).

c) Declaração que não exerce outro cargo em Órgão Público Federal, Estadual e Municipal.

d) Declaração de bens.

e) Ter idade mínima de 18(dezoito) anos.

f) Carteira Nacional de Habilitação na categoria exigida para habilitação ao cargo, quando assim exigido.

g) Para os cargos em que é solicitada experiência a mesma pode ser comprovada através de atestado ou declaração da empresa ou pessoa física com quem trabalhou com assinatura registrada em Cartório ou apresentação de carteira Profissional.

h) Histórico Escolar ou Diploma de Conclusão de Curso.

i) Certificado de dispensa de incorporação ou reservista.

j) Cópia da carteira de identidade.

k) Cópia do CPF.

l) Cópia do Título Eleitoral e comprovante da última eleição.

m) Cópia da Certidão de nascimento ou casamento.

n) Cópia do CPF e da Certidão de nascimento de filhos (se tiver).

o) Comprovante de residência.

p) Comprovante de escolaridade.

q) PIS PASEP, atualizado conforme consta na Caixa Econômica Federal.

12.42.5. A falta de comprovação de qualquer um dos requisitos especificados no item acima impedirá a admissão do candidato e o mesmo será eliminado do Concurso Público.

12.42.6. Os candidatos que forem considerados inaptos quando da realização do exame médico pré-admissional, ou que não se sujeitarem à realização do mesmo, serão eliminados do Concurso Público.

12.42.7. O candidato que, convocado para a admissão, recusar, deixar de assumir a vaga ou não atender qualquer pré-requisito deste Edital será considerado desclassificado do Concurso Público.

12.42.8. Opcionalmente, o candidato convocado para a admissão, poderá requerer a sua reclassificação no Concurso Público, passando a figurar na última colocação em sua vaga. Este procedimento poderá ser realizado uma única vez, dentro do prazo de validade deste certame.

12.42.9. Este requerimento deverá ser dirigido ao setor competente na Prefeitura de São Bernardino, devendo ser efetuado no prazo determinado para a sua convocação. Passado este prazo, não se apresentando para assumir a vaga ou mesmo não requerendo sua reclassificação, será considerada desistência tácita, incorrendo em eliminação do presente certame.

12.43. Caso o candidato convocado para assumir o cargo não preencha os requisitos para a admissão, ou por qualquer motivo, venha a desistir do mesmo, a Administração do Município de São Bernardino/SC convocará o próximo candidato classificado, seguindo a ordem final de classificação para o respectivo cargo.

12.44. Os candidatos classificados deverão aguardar a convocação, a qual será feita via ligação telefônica, e-mail ou, notificação via Correios (AR), em caso de não se obter contato via ligação telefônica.

12.45. O candidato convocado terá o prazo de até 10 (dez) dias contados da publicação do Ato de nomeação para tomar posse, podendo, a pedido, ser prorrogado por igual período e 5 (cinco) dias para entrar em exercício, contados da data da posse.

12.46. Não será efetuada "oferta de vagas" para este Concurso Público, ficando à critério do Município de São Bernardino a indicação do local de trabalho, sendo observadas as atribuições inerentes à função.

12.47. A recusa do local indicado para o trabalho implica em desistência ao cargo, sendo convocado o próximo candidato classificado para o cargo.

12.48. A não apresentação da documentação acima, por ocasião da contratação, implicará a impossibilidade de aproveitamento do candidato aprovado, anulando-se todos os atos e efeitos decorrentes da inscrição no Concurso Público.

## 12. DA VALIDADE DO CONCURSO PÚBLICO

13. 13.49. O Prazo de validade deste Concurso Público é de 2 (dois) anos, a contar da publicação da homologação do resultado e da classificação final do certame. Este prazo poderá, a critério e conveniência da Administração Municipal, ser prorrogado uma única vez, por igual período.

13.50. A aprovação neste Concurso Público não caracterizará direito à contratação, a qual, no prazo de validade, será efetuada conforme a necessidade da Administração, respeitada a classificação obtida.

13.51. A nomeação dos candidatos aprovados dentro do número de vagas deste certame, atenderá aos dispositivos do RE/598.099/STF, de acordo com a necessidade da Prefeitura Municipal, respeitada a ordem de classificação, podendo ser convocados mais candidatos aprovados, se houver necessidade para o serviço público.

## 13. DA DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA

14. 14.52. Delega-se competência à NBS Serviços Especializados Eireli, como banca executora deste Concurso Público, para:

a) Receber e processar as inscrições;

b) Emitir os documentos de homologação das inscrições;

c) Aplicar, julgar e corrigir as provas escritas objetiva e provas práticas;

d) Apreciar todos os recursos previstos neste edital;

e) Emitir relatórios de classificação dos candidatos;

f) Prestar informações sobre o Concurso Público dentro de sua competência;

g) Atuar em conformidade com as disposições deste edital;

h) Responder, em conjunto com o Município de São Bernardino eventuais questionamentos de ordem judicial e/ou recomendação ministerial.

14.53. A fiscalização e supervisão do certame estão a cargo da Comissão Municipal de Fiscalização do Concurso Público, devidamente nomeada para esse fim.

14.54. As providências e atos necessários para a convocação e admissão dos candidatos aprovados/classificados e habilitados são de competência e responsabilidade da Administração do Município de São Bernardino.

## 14. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15. 15.55. O candidato classificado durante a vigência deste Edital deverá manter seu endereço e número telefônico atualizados.

15.56. Após homologação do resultado final deste certame, ocorrendo alteração nos dados cadastrais do candidato (endereço e telefone de contato), o mesmo deverá protocolar requerimento de atualização cadastral no Setor de Protocolo junto ao Prefeitura Municipal, situado na Rua Verônica Scheid, nº 1008, Centro, São Bernardino/SC.

15.57. As despesas relativas à participação do candidato no Concurso Público e à apresentação para admissão correrão a expensas do próprio candidato.

15.58. O Concurso Público ficará sob responsabilidade da Empresa contratada, com posterior divulgação nos meios previstos no Item 2 deste Edital, até a homologação do evento.

15.59. Fica assegurada a fiscalização do processo, em todas as suas fases, pelas entidades interessadas.

15.60. Itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos, circunstâncias que serão mencionadas em adendo ou aviso a ser publicado.

15.61. Os casos omissos e os casos duvidosos serão resolvidos conjuntamente, em caráter irrecorrível, pela Comissão de Fiscalização do

Concurso Público do Município de São Bernardino e da NBS Serviços Especializados Eireli, de acordo com a legislação vigente.

15.62. O Município de São Bernardino e a NBS Serviços Especializados Eireli não se responsabilizam por quaisquer cursos, textos, apostilas, divulgações e outras publicações referentes a este Concurso Público sejam na imprensa ou em outros sítios eletrônicos, que não seja aquelas divulgadas no site oficial [www.nbsprovas.com.br](http://www.nbsprovas.com.br).

15.63. Junto com a homologação final das inscrições, será divulgado o "Manual do Candidato", contendo as instruções e orientações relacionadas aos eventos de prova, complementando este Edital. Em caso de eventual informação conflitante entre o "Manual do Candidato", prevalecerão as disposições deste Edital.

15.64. Para fins de suporte técnico ao presente certame fica estabelecido o e-mail de contato: [saobernardino@nbsprovas.com.br](mailto:saobernardino@nbsprovas.com.br) criado exclusivamente para este certame. Este e-mail será desativado após a homologação deste Concurso Público.

15.65. Será excluído do Concurso Público o candidato que:

- a) Tornar-se culpado de incorreções ou descortesias com qualquer membro da equipe encarregada da realização das provas;
- b) Ofender ou ser descortês, em qualquer momento do certame, seja de forma pessoal, física ou eletrônica, com qualquer membro da comissão organizadora do ente que promove o evento ou a empresa organizadora, mediante processo administrativo, assegurada a ampla defesa;
- c) For surpreendido, durante a aplicação das provas, em comunicação com outro candidato, verbalmente, por escrito ou por qualquer outra forma;
- d) For apanhado em flagrante, utilizando-se de qualquer meio, na tentativa de burlar a prova, ou for responsável por falsa identificação pessoal;
- e) Ausentar-se da sala de prova, em descumprimento ao disposto no presente Edital;

15.66. O candidato que possuir outra função ou emprego em órgão da Administração Direta ou Indireta, Autarquias, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista e Fundações mantidas pelo Poder Público, deverá adequar-se ao disposto no art. 37, XVI e XVII da Constituição Federal, antes de assumir sua função no Município.

15.67. O Cônjuge, companheiro(a) ou parente - consanguíneo (em linha reta ou colateral, até o quarto grau) ou por afinidade (em linha reta até o terceiro grau, ou em linha colateral até o segundo grau) - de qualquer candidato não poderá servir:

- a) Na banca elaboradora de prova para o cargo no qual estiver inscrita a pessoa que deu causa ao impedimento;
- b) Como fiscal, na sala ou em ala em que estiver realizando a prova.

15.68. Decorridos 180 (cento e oitenta) dias da homologação do Concurso Público, e não se caracterizando óbice administrativo, legal ou judicial, é facultada a incineração das provas e demais registros escritos, mantendo-se, entretanto, pelo período de validade do Concurso Público os registros eletrônicos a ele referentes.

15.69. Fica eleito, para dirimir qualquer questão relacionada com o Concurso Público previsto neste Edital o Foro da Comarca de CAMPO ERÊ/SC.

15.70. São partes integrantes deste Edital os seguintes anexos:

- a) Anexo I - Conteúdo Programático.
  - b) Anexo II - Requerimento de Vaga Especial ou de Condição Especial para Realização de Prova.
  - c) Anexo III - Cronograma do Concurso Público.
  - d) Anexo IV - Formulário de Recurso de Questão (Gabarito).
  - e) Anexo V - Formulário de Recursos Diversos.
  - f) Anexo VI - Atribuições Inerentes aos Cargos.
  - g) Anexo VII - Itens e Regras de Avaliação da Prova Prática de Operadores.
  - h) Anexo VIII - Itens e Regras de Avaliação da Prova Prática de Motorista.
- 15.71. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

São Bernardino/SC, 02 de maio de 2018.

ADELI JOSÉ RIFFEL

Prefeito do Município de São Bernardino

ANEXO I - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

#### CONHECIMENTOS GERAIS (COMUM A TODOS OS CARGOS)

Assuntos de interesse geral nas esferas: Municipal, Estadual e Nacional, Internacional, amplamente veiculados na imprensa escrita e/ou falada (jornais, revistas, rádio, televisão e/ou sites na internet). Notícias locais, nacionais e internacionais veiculadas nos seguintes meios de comunicação: Revistas: Veja, Época, Exame. Jornais: Zero Hora, Correio do Povo, Diário Gaúcho, Jornal Nacional. Internet: site das revistas e dos jornais citados anteriormente e de atualidades (UOL, Terra, Globo e similares). História do Município de São Bernardino, Conteúdo do site oficial do município: [www.saobernardino.sc.gov.br](http://www.saobernardino.sc.gov.br), História do Brasil e História de Santa Catarina. Lei Orgânica do Município.

#### INFORMÁTICA BÁSICA (COMUM AOS CARGOS DE NÍVEL MÉDIO E SUPERIOR)

Conhecimentos sobre princípios básicos de informática, incluindo hardware, impressoras, scanners e multifuncionais. Conhecimento básico sobre Segurança da Informação. Sistemas Operacionais Microsoft Windows XP, Windows 7, Windows 8 e Windows 10. Teclas de Atalho do Windows e de seus aplicativos. Aplicativos do Microsoft Office 2007 e superiores. Navegador Internet Explorer 9 e superiores. Navegador Google Chrome versão 43 ou superior. Navegador Mozilla Firefox versão 38 ou superior. Noções de segurança na internet. Noções sobre correio eletrônico. História da Informática.

#### LÍNGUA PORTUGUESA (COMUM AOS CARGOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL E ALFABETIZADO)

Ortografia a nível fundamental; Gramática a nível Fundamental; Leitura e interpretação de textos; Ortoépia, prosódia; Ortografia (atualizada conforme as regras do novo Acordo Ortográfico); Pontuação; Divisão silábica; Acentuação tônica e gráfica (atualizada conforme as regras do novo Acordo Ortográfico); Semântica: denotação e conotação; sinônimos, antônimos, parônimos e homônimos; ambiguidade; Classes de palavras: identificação e flexões; Sintaxe: termos das orações; orações coordenadas e subordinadas; Concordância verbal e nominal; Regência verbal e nominal; Crase; Colocação pronominal; Verbos; Conjugação verbal; Figuras de Linguagem; Correspondência de segmentos falados com os segmentos escritos da Língua Portuguesa; Textos separando as palavras; Divisão de texto escrito em frases, usando letras maiúsculas e sinais de pontuação adequadamente; Conhecimento sobre as regularidades ortográficas e as irregularidades das palavras;

#### LÍNGUA PORTUGUESA (COMUM AOS CARGOS DE NÍVEL MÉDIO E SUPERIOR)

Ortografia; Gramática; Leitura e interpretação de texto. Variações linguísticas. Funções da linguagem. Tipos e gêneros de texto. Coesão



e coerência textuais. Ortografia (atualizada conforme as regras do novo Acordo Ortográfico): emprego de letras; uso de maiúsculas e minúsculas; acentuação tônica e gráfica; pontuação. Fonologia/ fonética: letra/fonema; encontros vocálicos, consonantais e dígrafos. Morfologia: elementos mórficos e processos de formação de palavras; classes de palavras. Sintaxe: termos das orações; orações coordenadas e subordinadas; concordância nominal e verbal; regência nominal e verbal; crase. Semântica: denotação, conotação; sinonímia, antonímia, homonímia e parônima; polissemia e ambiguidade. Figuras de linguagem. Incorpora também todo o conteúdo programático definido ao nível fundamental. A Comunicação: linguagem, texto e discurso; o texto, contexto e a construção dos sentidos; Coesão e coerência textuais; Intertextualidade e polifonia; A Língua: norma culta e variedades linguísticas; dialetos e registros, gíria; Língua padrão: ortografia, acentuação e pontuação; Semântica: denotação e conotação; figuras de linguagem; sinonímia, antonímia, homonímia, parônima; polissemia e ambiguidade; Morfologia: estrutura e processos de formação de palavras; classes de palavras: flexões, emprego e valores semânticos, com ênfase em verbos, pronomes, conjunções e preposições; Sintaxe: Termos e Orações coordenadas e subordinadas; concordância nominal e verbal; regência nominal e verbal; crase; sintaxe de colocação. Sentido denotativo e conotativo (figurado). Vícios de linguagem.

#### MATEMÁTICA (COMUM AOS CARGOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL E ALFABETIZADO)

Sistema de numeração decimal. Números naturais: operações (adição, subtração, multiplicação e divisão), expressões numéricas, múltiplos e divisores: critérios de divisibilidade, números primos, decomposição em fatores primos, mínimo múltiplo comum e máximo divisor comum. Números fracionários: representação e leitura, equivalência, simplificação, comparação, operações (adição, subtração, multiplicação e divisão). Números decimais: representação e leitura, transformações (escrita de fração e número decimal), comparação, operações (adição, subtração, multiplicação e divisão). Sistema monetário brasileiro. Sistema de medidas: comprimento, superfície, massa, volume, capacidade e tempo. Porcentagem.

#### MATEMÁTICA (COMUM AOS CARGOS DE NÍVEL MÉDIO E SUPERIOR)

Conjuntos: Determinação de conjuntos. Relações de pertinência e inclusão. Igualdade de conjuntos. Partição de conjuntos. Operações com conjuntos (união, interseção, diferença e complementar). Sistemas de Numeração. Números Naturais: Conceito. Operações com números naturais (adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e raiz quadrada). Problemas de contagem. Expressões numéricas com números naturais. Múltiplos e Divisores (Sequências, divisor ou fator, fatoraçaõ, critérios de divisibilidade, fatoraçaõ completa.). Números primos. Decomposição em fatores primos. MDC E MMC. Problemas envolvendo números naturais. Números Inteiros: Conceito. Ordenação. Comparação. Módulo. Operações com números inteiros (adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e raiz quadrada). Expressões numéricas com números inteiros. Problemas envolvendo números inteiros. Números Racionais: Conceito. Frações e números decimais. Dízimas periódicas simples e compostas. Equivalência. Ordenação. Comparação. Operações (adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e raiz quadrada). Expressões numéricas com números racionais. Problemas envolvendo números racionais. Números Irracionais. Números Reais: Conceito. Representações na reta. Operações (adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e raiz quadrada). Expressões numéricas com números reais. Problemas envolvendo números reais. Potências de 10 e Notação Científica. Razões e Proporções. Porcentagem. Juros. Noções de estatísticas e probabilidade. Gráficos e tabelas para tratamento da informação. Possibilidades e chances. Lógica: Quantificadores. Sentenças e Proposições. Equivalência de proposições. Proposições condicionais e bicondicionais. O uso dos conectivos, a negação, a conjunção e a disjunção. Grandezas e Medidas: Comprimento, área, volume, capacidade, massa e tempo. Equações de 1º e 2º graus: Resoluções de equações. Resoluções de problemas envolvendo equações. Sistemas de equações e inequações. Funções: A noção de função. A função como relação entre dois conjuntos. Domínio e imagem de uma função. Função de 1º e 2º graus: Conceito. Gráficos. Zeros ou raízes. Análise dos gráficos. Domínio e Imagem. Cálculo Algébrico: Fatoraçaõ. Expressões algébricas. Valor numérico. Produtos Notáveis. Simplificação de frações algébricas. MMC e MDC. Polinômios e suas operações. Geometria Plana: Noções Fundamentais. Ângulos. Polígonos. Perímetro. Áreas das principais figuras planas. Congruência. Semelhança. Relações Métricas e Razões Trigonométricas de um Triângulo Retângulo. Círculo e Circunferência (comprimento da circunferência e de arcos. Área de círculo), Raciocínio lógico.

#### CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS (REFERENTE A CADA CARGO)

##### Médico (Cargo: 01)

Noções sobre políticas de saúde no Brasil. Lei Orgânica da Saúde. Legislação sobre controle social na saúde. Trabalho em equipe. Educação em Saúde: conceitos básicos. Saúde da Família: Estratégia do Programa Saúde da Família; Modelos de Atenção a Saúde; Planejamento estratégico como instrumento de gestão e assistência; Sistema de Atenção Básica como instrumento de trabalho da equipe no Programa da Família. Legislação regulamentadora e normatizadora das respectivas profissões; Normas e Manuais Técnicos do Ministério da Saúde referentes a área de atuação. Conhecimento Técnico- Científico: Dor fisiopatologia. Dor torácica. Dorabdominal. Cefaleias. Dor lombar e Cervical. Distúrbios da regulação térmica. Calafrios e Febre. Dores musculares, Espasmos, Câibras e Fraqueza muscular. Tosse e hemoptise. Dispneia e edema pulmonar. Edema. Cianose, hipoxia e policitemia. Hipertensão arterial. Síndrome de choque. Colapso e morte cardiovascular súbita. Insuficiência cardíaca. Insuficiência coronária. Bradirritmias. Taquiarritmias. Cateterismo e Angiografia cardíaca. Febre reumática. Endocardite infecciosa. Miocardiopatias e miocardites. Infarto agudo do miocárdio. Cor pulmonale. Parada cardiorespiratória. Constipação. Diarreia e Distúrbios da função ano retal. Aumento e perda de peso. Hematêmese e melena. Hepatite aguda e crônica. Icterícia e hepatomegalia. Cirrose. Distensão abdominal e ascite. Coledocolitíase. Doenças do pâncreas. Líquidos e eletrólitos. Acidose e alcalose. Anemias. Hemorragia e trombose. Biologia do envelhecimento. Problema de saúde do idoso. Diagnóstico e manuseio das afecções mais comuns da pessoa idosa. Avaliação e diagnóstico das doenças infecciosas. Diarreia infecciosa aguda e intoxicação alimentar. Doenças sexualmente transmissíveis. Síndrome de angustia respiratória do adulto. Estado de mal asmático. Doença pulmonar obstrutiva crônica. Tromboembolismo pulmonar. Insuficiência renal aguda. Insuficiência renal crônica. Glomerulopatias. Obstrução das vias urinárias. Lúpus eritematoso sistêmico. Artrite reumatoide. Vasculites. Doença articular degenerativa. Artrite infecciosa. Distúrbios da coagulação. Diabetes mellitus. Doenças da tireoide. Doenças vasculares cerebrais, traumatismo cranioencefálico e raquimedular. Vírus do sistema nervoso central: meningites e encefalites. Coma. Doenças ocupacionais. Acidentes do trabalho. Neoplasias. Carências nutricionais. Legislação: Lei nº 8.080, de 19/09/1990 e suas alterações, Lei nº 8.142, de 28/12/1990 e Constituição Federal nos Artigos 196 a 200 sobre o Sistema Único de Saúde (SUS); Ações e Programas do Ministério da Saúde; Lei nº 8.069, de 13/07/1990 sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente; Lei nº 10.741, de 01/10/2003 sobre o Estatuto do Idoso; Portaria nº 648, de 28/03/2006 do Ministro da Saúde, que aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica para o Programa Saúde da Família (PSF); Portaria MS/GM nº 373, de 27/02/2002, sobre a Norma Operacional da Assistência a Saúde-NOAS-SUS; Código de Ética dos Profissionais de Medicina; Normas que regulamentam o exercício profissional de Medicina. Estatuto dos Servidores Públicos Municipais (Regime Jurídico). Questões relativas às atividades inerentes a função.

##### Médico Veterinário (Cargo: 02)

Epidemiologia Geral: cadeia epidemiológica, formas de ocorrência de doenças em populações, profilaxia geral e prevenção. Medicina Veterinária Preventiva e Saúde Pública: controle sanitário, projetos de saúde animal e saúde pública. Educação Sanitária. Tecnologia e Inspeção

de Produtos de Origem Animal: legislação e fiscalização sanitária, manipulação e armazenamento de produtos de origem animal. Clínica Médica e Cirurgia Veterinária: noções básicas com vistas de instituir diagnóstico, prognóstico e tratamento individual. Zootecnia: técnicas de criação, manejo, alimentação e produção animal. Legislação atualizada que dispõe sobre o exercício da profissão de Médico Veterinário e cria os Conselhos Federal e Regionais de Medicina Veterinária, bem como suas resoluções inerentes ao desempenho e normas da função. Estatuto dos Servidores Públicos Municipais (Regime Jurídico). Questões relativas às atividades inerentes a função.

Fisioterapeuta (Cargo: 03)

Conhecimentos básicos: anatomia, fisiologia, histologia, bioquímica, neuroanatomia e patologia. Conhecimentos anatômicos, fisiológicos e patológicos das alterações musculoesqueléticas, neurológicas e mentais, cardiorrespiratórias, angiológicas e pediátricas. Conhecimento dos princípios básicos da cinesiologia. Fundamentos e técnicas de atendimento em fisioterapia ortopédica, cardiorrespiratória e neurológica. Técnicas básicas em: cinesioterapia motora e respiratória, manipulações, fisioterapia motora e respiratória em UTI. Técnicas de treinamento em locomoção e deambulação. Conceito e aplicação: exercícios ativos, ativos- assistidos, passivos, isométricos. Conceito e aplicação: mecanoterapia, termoterapia, crioterapia, eletroterapia, massoterapia. Fisioterapia aplicada à geriatria, demências e nas doenças da 3ª idade. Fisioterapia reumatológica. Indicações e tipos de: próteses e órteses. Testes musculares. Consequências das lesões neurológicas. Aspectos gerais que englobam avaliação e tratamento nas diversas áreas de atuação da fisioterapia. Constituição Federal. Legislação do SUS e suas resoluções. Estatuto dos Servidores Públicos Municipais (Regime Jurídico). Questões relativas às atividades inerentes a função.

Farmacêutico (Cargo: 04)

Noções sobre políticas de saúde no Brasil. Lei Orgânica da Saúde. Legislação sobre controle social na saúde. Trabalho em equipe. Educação em Saúde: conceitos básicos. Farmácia ambulatorial e hospitalar: seleção de medicamentos, aquisição, produção, padronização, controle de estoque e conservação de medicamentos. Armazenamento: boas práticas de armazenamento de medicamentos, distribuição de medicamentos e controle de consumo. Logística de abastecimento da farmácia: ponto de requisição, estoque mínimo e estoque máximo, informação sobre medicamentos, comissões hospitalares, informática aplicada à farmácia. Controle de infecção hospitalar e farmacovigilância. Fiscalização sanitária, na área de medicamentos e estabelecimentos. Farmacotécnica: definição e objetivos da farmacotécnica, conceitos básicos em farmacotécnica, classificação dos medicamentos, vias de administração, conservação, dispensação e acondicionamento de medicamentos. Pesos e medidas. Formas farmacêuticas. Fórmulas farmacêuticas. Farmacologia geral: princípios gerais de farmacocinética. Princípios gerais de farmacodinâmica. Interações medicamentosas. Efeitos adversos. Controle de qualidade de medicamentos e insumos farmacêuticos. Análises clínicas: Análise bromatológica, fabricação e manipulação de alimentos para resguardo da saúde pública. Análise clínica de exsudados e transudatos humanos como urina, sangue, saliva e demais secreções para fins de diagnóstico. Conceitos: atenção farmacêutica, assistência farmacêutica, medicamentos genéricos, medicamentos similares, medicamentos análogos, medicamentos essenciais. Comissão de farmácia e terapêutica. Comissão de controle de infecção hospitalar. Farmacoeconomia e Farmacovigilância; Código de Ética dos Profissionais de Farmácia; Normas que regulamentam o exercício profissional de Farmácia. Constituição Federal. Legislação do SUS e suas resoluções. Estatuto dos Servidores Públicos Municipais (Regime Jurídico). Questões relativas às atividades inerentes a função.

Supervisor Educacional (Cargo: 05)

Princípios constitucionais da educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e legislação complementar. Financiamento da educação. Fundamentos históricos, filosóficos e políticos da educação. Psicologia e educação. História da educação brasileira. Proposta pedagógica e autonomia da escola. Avaliação do processo educativo. Prática pedagógica: métodos e princípios. Educação especial. Parâmetros curriculares nacionais. Referenciais Curriculares Nacionais para Educação Infantil. Organização do tempo e espaço nas instituições de educação infantil. Conhecimentos básicos de higiene, saúde e nutrição infantil. Administração pública. Poderes Administrativos. Atos Administrativos. Licitações. Contratos Administrativos. Serviços Públicos. Servidores Públicos. Controle da Administração. Correspondência Oficial. Redação Oficial. Formas De Tratamento. Expressões e Vocábulos Latinos de uso frequente nas Comunicações Administrativas Oficiais. Modelos e/ou Documentos utilizados. Cuidados com o ambiente de trabalho: Noções de segurança e higiene do trabalho. Legislação. Constituição da República Federativa do Brasil. Lei Complementar nº 101/2000. Lei nº 8.429/1992. Lei nº 8.666/1993. Lei nº 10.520/2002. Lei Orgânica do Município. Noções de Informática básica, relacionado a aplicativos Microsoft ou similares. Estatuto dos Servidores Públicos Municipais (Regime Jurídico). Questões relativas às atividades inerentes a função.

Professor (Cargo: 06)

Legislação e Políticas Públicas: Lei 9394/96 na íntegra e suas resoluções. Propostas curriculares para o ensino fundamental (Nacional, Estadual e Municipal). Projeto Político Pedagógico: princípios e finalidades. ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8069/90). Constituição Federal capítulo referente à Educação. Políticas Públicas para a Educação Especial: Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Especificidades da escola pública. Dinâmica da Sala de Aula. Conhecimento da realidade e alternativas de ensino. Plano de Carreira do Magistério de Doutor Pedrinho. Estatuto dos Servidores Públicos Municipais (Regime Jurídico). Proposta Educacional do Município de São Bernardino.

Didática e Teorias da Aprendizagem: Concepções inatistas, ambientalistas e interacionistas. Abordagens comportamentais, gestálticas, humanistas, cognitivas e sistêmicas. Teorias clássicas de desenvolvimento cognitivo- Métodos, teorias e/ou sistemas educacionais: Freinet, Montessori, Waldorf, Libaneo, Gardner, Ruben Alves, Freire, Decroly, Piaget, Wallon, Vygotsky, Morin, Perrenoud e etc. Teoria da Aprendizagem Social de Albert Bandura. Teoria de Ensino de Jerome Bruner. Teoria da Aprendizagem Significativa de Carl Rogers. Teoria de Aprendizagem Significativa de David Ausubel. Teoria da Atividade (Vygotsky, Leontiev, Davydov). Possibilidades de ensino e aprendizagem através de mídias eletrônicas. Pressupostos e Características da Didática. A relação pedagógica como decorrência do estar no mundo. A prática pedagógica sistemática socialmente promovida. A relação discurso-fundamento-ação. Contexto da Prática Pedagógica. Interesses e objetivos: o consensual e o conflitante. A Construção de uma Proposta de Ensino-Aprendizagem. Planejamento da ação: metas e objetivos, o significado dos conteúdos, a propriedade dos procedimentos didáticos, o sentido da avaliação. Planejamento, avaliação e currículo. Interdisciplinaridade, plano de aula, mediação professor/aluno.

Específico da Função: Ensino fundamental de nove anos. Interdisciplinaridade. Teorias de aprendizagem e desenvolvimento infantil. Avaliação no ensino fundamental. Planejamento docente: dinâmica e processos. Currículo e didática: histórico, teorias e tendências atuais. Projeto Político Pedagógico: princípios e finalidades. Tendências e concepções pedagógicas da educação brasileira. Alfabetização e letramento: características e pressupostos. Projetos de trabalho: concepção e perspectiva. O professor de ensino fundamental. Conceito de Ensino e Aprendizagem. Noções da Proposta Construtivista. Noções de Educação, Escola, Docente e Discente. Noções de Planejamento de Ensino: Objetivos, Conteúdos, Estratégias, Recursos e Avaliação. Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's), todo teor. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, todo teor. Tipos de Plano de Ensino. Didática e Metodologia do Ensino em Anos Iniciais. Alfabetização e letramento. Linguagem oral e escrita. Produção de textos. Precursores e seguidores da Literatura Infantil no Brasil. Questões relativas às atividades inerentes a função.



**Agente Municipal da Defesa Civil (Cargo: 07)**

Noções de Direito Administrativo: Estado, Governo e Administração Pública: conceitos, elementos, poderes, natureza, fins e princípios; Direito Administrativo: conceito, fontes e princípios; Ato Administrativo: Conceito, requisitos, atributos, classificação e espécies; Invalidação, anulação e revogação; Prescrição. Noções de Direito Constitucional. Lei Federal Nº 12.340/2010 (Conversão da Medida Provisória Nº 494/2010), que dispõe sobre as transferências de recursos da União aos órgãos e entidades dos Estados, Distrito Federal e Municípios para a execução de ações de resposta e recuperação nas áreas atingidas por desastre, e sobre o Fundo Especial para Calamidades Públicas; e dá outras providências. (Redação dada pela Lei Federal Nº 12.608, de 2012). Decreto Federal Nº 7.257/2010, que regulamenta a Medida Provisória Nº 494 de 2 de julho de 2010, para dispor sobre o Sistema Nacional de Defesa Civil - SINDEC, sobre o reconhecimento de situação de emergência e estado de calamidade pública, sobre as transferências de recursos para ações de socorro, assistência às vítimas, restabelecimento de serviços essenciais e reconstrução nas áreas atingidas por desastre, e dá outras providências. Instrução Normativa Nº 01/2012, de 24/08/2012, do Ministério da Integração Nacional que estabelece procedimentos e critérios para decretação de situação de emergência ou estado de calamidade pública pelos municípios, pelos estados e pelo Distrito Federal, e para o reconhecimento federal das situações de anormalidades decretadas pelos entes federativos e dá outras providências. Lei Federal Nº 12.608/2012 (Conversão da Medida Provisória Nº 547/2011), que Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC; dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil - CONPDEC; autoriza a criação de sistema de informações e monitoramento de desastres; altera as Leis Nos 12.340, de 1º de dezembro de 2010, 10.257, de 10 de julho de 2001, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.239, de 4 de outubro de 1991, e 9.394, de 20 de dezembro de 1996; e dá outras providências. Estatuto dos Servidores Públicos Municipais (Regime Jurídico). Questões relativas às atividades inerentes a função.

**Assistente Administrativo (Cargo: 08)**

Administração pública. Poderes Administrativos. Atos Administrativos. Licitações. Contratos Administrativos. Serviços Públicos. Servidores Públicos. Controle da Administração. Correspondência Oficial. Redação Oficial. Formas De Tratamento. Expressões e Vocábulos Latinos de uso frequente nas Comunicações Administrativas Oficiais. Modelos e/ou Documentos utilizados. Cuidados com o ambiente de trabalho: Noções de segurança e higiene do trabalho. Legislação. Constituição da República Federativa do Brasil. Lei Complementar nº 101/2000. Lei nº 8.429/1992. Lei nº 8.666/1993. Lei nº 10.520/2002. Lei Orgânica do Município. Noções de Informática básica, relacionado a aplicativos Microsoft ou similares. Estatuto dos Servidores Públicos Municipais (Regime Jurídico). Questões relativas às atividades inerentes a função.

**Auxiliar de Serviços Gerais (Cargo: 09)**

Noções de limpeza e higiene. Proteção e armazenamento dos alimentos. Técnicas de preparação e manipulação dos alimentos. Segurança no trabalho. Produtos apropriados para limpeza de pisos, paredes, vasos sanitários, azulejos, etc. Conhecimentos e uso dos utensílios de trabalho. Limpeza interna e externa de prédios públicos, banheiros, bem como de móveis e utensílios. Equipamentos de proteção individual. Saúde e segurança no trabalho. Estatuto dos Servidores Públicos Municipais (Regime Jurídico). Questões relativas às atividades inerentes a função.

**Mecânico (Cargo: 10)**

Conhecimentos básicos de mecânica relacionados à: Estrutura Geral dos Veículos; Sistemas de Direção; Sistema de Freios; Motores à Explosão; Sistema de Lubrificação; Sistema de Arrefecimento; Sistema de Transmissão e Embreagem; Suspensão; Amortecedor; Eletricidade; Motor de Partida. Lei N.º 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro). Normas Gerais de Circulação e Conduta; Do Cidadão; Da educação para o trânsito; Da sinalização de trânsito; Das infrações; Dos crimes de Trânsito; Direção Defensiva; Inspeção e cuidados com os veículos. Conhecimentos gerais sobre máquinas e equipamentos: preparativos para funcionamento da máquina; parada do motor; painel de controle; combustível, fluídos e lubrificantes; compartimento do operador; principais controles de operação; controles da caixa de mudanças; instruções para o manejo da máquina; manutenção e lubrificação: principais pontos de lubrificação; tabelas de manutenção periódica; sistema de arrefecimento do motor (radiador, correias, bomba d'água); sistema de combustível; sistema elétrico; sistema de frenagem; sistema de purificação de ar do motor; procedimentos de segurança; funcionamento básico dos motores, direção, freios e pneus. Noções básicas de Relações Humanas no trabalho. Noções básicas sobre higiene e segurança no trabalho. Primeiros socorros. Ética profissional. Estatuto dos Servidores Públicos Municipais (Regime Jurídico). Questões relativas às atividades inerentes a função.

**Motorista (Cargo: 11)**

Lei N.º 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro). Normas Gerais de Circulação e Conduta; Do Cidadão; Da educação para o trânsito; Da sinalização de trânsito; Das infrações; Dos crimes de Trânsito; Direção Defensiva; Inspeção e cuidados com os veículos. Noções de mecânica leve e pesada. Conhecimentos gerais sobre máquinas e equipamentos: preparativos para funcionamento da máquina; parada do motor; painel de controle; combustível, fluídos e lubrificantes; compartimento do operador; principais controles de operação; controles da caixa de mudanças; instruções para o manejo da máquina; manutenção e lubrificação: principais pontos de lubrificação; tabelas de manutenção periódica; sistema de arrefecimento do motor (radiador, correias, bomba d'água); sistema de combustível; sistema elétrico; sistema de frenagem; sistema de purificação de ar do motor; procedimentos de segurança; funcionamento básico dos motores, direção, freios e pneus. Noções básicas de Relações Humanas no trabalho. Noções básicas sobre higiene e segurança no trabalho. Primeiros socorros. Ética profissional. Estatuto dos Servidores Públicos Municipais (Regime Jurídico). Questões relativas às atividades inerentes a função.

**Operador I (Cargo: 12)****Operador II (Cargo: 13)**

Lei N.º 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro). Normas Gerais de Circulação e Conduta; Do Cidadão; Da educação para o trânsito; Da sinalização de trânsito; Das infrações; Dos crimes de Trânsito; Direção Defensiva; Inspeção e cuidados com os veículos. Noções de mecânica leve e pesada. Conhecimentos gerais sobre máquinas e equipamentos: preparativos para funcionamento da máquina; parada do motor; painel de controle; combustível, fluídos e lubrificantes; compartimento do operador; principais controles de operação; controles da caixa de mudanças; instruções para o manejo da máquina; manutenção e lubrificação: principais pontos de lubrificação; tabelas de manutenção periódica; sistema de arrefecimento do motor (radiador, correias, bomba d'água); sistema de combustível; sistema elétrico; sistema de frenagem; sistema de purificação de ar do motor; procedimentos de segurança; funcionamento básico dos motores, direção, freios e pneus. Noções básicas de Relações Humanas no trabalho. Noções básicas sobre higiene e segurança no trabalho. Primeiros socorros. Ética profissional. Estatuto dos Servidores Públicos Municipais (Regime Jurídico). Questões relativas às atividades inerentes a função.

**ANEXO II - REQUERIMENTO DE CONDIÇÕES ESPECIAIS****REQUERIMENTO DE VAGA ESPECIAL****OU DE CONDIÇÃO ESPECIAL PARA REALIZAÇÃO DE PROVAS**

\_\_\_\_\_ inscrito (a) no Concurso Público nº 01/2018 do Município de São Bernardino, inscrição nº \_\_\_\_\_, concorrendo ao cargo de \_\_\_\_\_, CPF nº \_\_\_\_\_, portador do documento de identidade nº \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na \_\_\_\_\_, - \_\_\_\_\_ nº \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, Cidade \_\_\_\_\_, Estado \_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_, requer a Vossa: (Assinale a sua opção)

( ) Vaga para Portadores de Necessidades Especiais

Deficiência: \_\_\_\_\_

CID nº: \_\_\_\_\_

Médico: \_\_\_\_\_ CRM: \_\_\_\_\_

( ) Condição Especial para a Realização de Provas

a) ( ) Prova Ampliada

Fonte nº \_\_\_\_\_ / Letra \_\_\_\_\_

b) ( ) Sala Especial

Especificar: \_\_\_\_\_

c) ( ) Leitura de Prova

Especificar: \_\_\_\_\_

d) ( ) Amamentação

Nome do Acompanhante: \_\_\_\_\_

e) ( ) Outra Necessidade

Especificar: \_\_\_\_\_

Nestes Termos.

Pede Deferimento.

São Bernardino/SC, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

Assinatura do (a) Candidato (a)

### ANEXO III - CRONOGRAMA DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2018

1.1. A realização do certame seguirá as datas e prazos previstos de acordo com o seguinte cronograma:

| DATA PREVISTA                                 | ATO   |
|---|---|
| 02/05/2018                                    | Publicação do Edital.   |
| 03/05/2018                                    | Prazo para contestação do Edital  |
| 04/05/2018                                    | Publicação do Edital revisado, se for o caso.   |
| 14/05/2018 - 08h00min à 26/06/2018 - 17h00min | PERÍODO DAS INSCRIÇÕES. Prazo para solicitação para condição especial para realização da prova e para solicitação para a solicitação de vaga especial – PNE e para envio da Prova de Títulos. |
| 26/06/2018                                    | Prazo final para o pagamento da Taxa de Inscrição.  |
| 27/06/2018                                    | Homologação provisória das inscrições, da listagem de candidatos com condição especial de prova e de candidatos inscritos em vaga especial.   |
| 28/06/2018 - 08h00min à 29/06/2018 - 17h00min | Prazo para recurso contra não homologação da inscrição, contra o indeferimento de condição especial de prova e contra o indeferimento de inscrição para vaga especial.                        |
| 06/07/2018                                    | Homologação final das inscrições e Divulgação dos Locais de Prova com a listagem de Candidatos/Sala.  |
| 22/07/2018                                    | Data da Prova Escrita e Data da Prova Prática.  |
| 23/07/2018                                    | Publicação do gabarito provisório e caderno de provas.  |
| 23/07/2018 - 08h00min à 24/07/2018 - 17h00min | Prazo para recurso contra as questões da prova escrita e gabarito provisório.   |
| 30/07/2018 até as 23h59min                    | Publicação do extrato de recursos, publicação do gabarito oficial e publicação da classificação provisória.   |
| 31/07/2018 - 08h00min à 01/08/2018 - 17h00min | Prazo para recurso contra a Classificação Provisória, Resultado da Prova de Títulos e Resultado da Prova Prática.   |
| 03/08/2018                                    | Homologação do resultado final do Concurso Público nº 01/2018.  |

1.2.

O cronograma é uma previsão e poderá sofrer alterações, dependendo do número de inscritos, de recursos, intempéries e por decisão da Comissão do Concurso Público e da Comissão da NBS Serviços Especializados Eireli, sendo de total responsabilidade do candidato, acompanhar suas alterações nos meios de divulgação do certame, previstos no Item 2 deste Edital, não cabendo qualquer tipo de reembolso ou restituição ao candidato, em virtude de alteração de qualquer data inicialmente prevista.

### ANEXO IV - FORMULÁRIO DE RECURSO DE QUESTÃO (GABARITO)

1.1. O recurso relacionado à questão de prova poderá ser apresentado de duas maneiras distintas:

1.2. ELETRÔNICA: Efetuando o preenchimento completo do formulário eletrônico disponível na página [www.nbsprovas.com.br](http://www.nbsprovas.com.br), acessado a partir da "Área do Candidato", efetuando o seu preenchimento completo, conforme apresentado na página. O formulário já contempla todos os requisitos no Item 10.3 do Edital, devendo o impetrante apenas seguir as disposições de número 6 e 8.

1.3. FÍSICA: Efetuando o preenchimento completo do formulário abaixo, cumprindo todos os requisitos do Item 10.3 do Edital, efetuando o protocolo, conforme determina o Item 11 do Edital.

À  
Comissão do Concurso Público nº 01/2018  
SÃO BERNARDINO/SC

Nome do Candidato: \_\_\_\_\_.

Nº do CPF: \_\_\_\_\_ Nº da Inscrição: \_\_\_\_\_.

Cargo: \_\_\_\_\_.

Número da Questão: \_\_\_\_\_.

Transcrição completa da questão, inclusive com as alternativas A à D:

Fundamentação e Fonte(s) que embasa(m) a argumentação do Candidato:

Referências Bibliográficas (conforme norma ABNT 6023):

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

(assinatura do candidato)

#### ANEXO V - FORMULÁRIO DE RECURSOS DIVERSOS

1.1. O recurso relacionado à questão de prova poderá ser apresentado de duas maneiras distintas:

1.2. ELETRÔNICA: Efetuando o preenchimento completo do formulário eletrônico disponível na página [www.nbsprovas.com.br](http://www.nbsprovas.com.br), acessado a partir da "Área do Candidato", efetuando o seu preenchimento completo, conforme apresentado na página. O formulário já contempla todos os requisitos no Item 10 do Edital.

1.3. FÍSICA: Efetuando o preenchimento completo do formulário abaixo, de maneira clara e objetiva, cumprindo todos os requisitos do Item 10 do Edital, efetuando o protocolo, conforme determina o Item 11 do Edital.

À  
Comissão do Concurso Público nº 01/2018  
SÃO BERNARDINO/SC

Nome do Candidato: \_\_\_\_\_.

Nº do CPF: \_\_\_\_\_ Nº da Inscrição: \_\_\_\_\_.

Cargo: \_\_\_\_\_.

Tipo de Recurso:

|                          |  |
|--------------------------|--|
| <input type="checkbox"/> | Cancelamento/Indeferimento de Inscrição  |
| <input type="checkbox"/> | Classificação Provisória                 |
| <input type="checkbox"/> | Indeferimento ao pedido de Vaga Especial |
| <input type="checkbox"/> | Itens do Edital                          |
| <input type="checkbox"/> | Outros (especificar):                    |

Fundamentação e Fonte(s) que embasa(m) a argumentação do Candidato:

|  |
|--|
|  |
|  |
|  |
|  |
|  |
|  |
|  |
|  |
|  |
|  |
|  |

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

(assinatura do candidato)

#### ANEXO VI - ATRIBUIÇÕES INERENTE AOS CARGOS

Médico (Cargo: 01)

1 – realizar atendimento ambulatorial; 2 – participar dos programas de atendimento à populações atingidas por calamidades públicas; 3 – integrar-se com execução dos trabalhos de vacinação e saneamento; 4 – realizar estudos e inquéritos sobre os níveis de saúde das comunidades e sugerir medidas destinadas à solução dos problemas levantados; 5 – participar da elaboração e execução dos programas de erradicação e controle de endemias na área respectiva; 6 – participar das atividades de apoio médico-sanitário das Unidades Sanitárias da Secretaria da Saúde; 7 – emitir laudos e pareceres, quando solicitado; 8 – participar de eventos que visem, seu aprimoramento técnico-científico e que atendem os interesses da Instituição; 9 – fornecer dados estatísticos de suas atividades; 10 – participar de treinamento para pessoal de nível auxiliar médio e superior; 11 – proceder a notificação das doenças compulsórias à autoridade sanitária local; 12 – prestar à clientela assistência médica especializada, através de: Diagnóstico tratamento e prevenção de moléstias; Educação sanitária; 13 – opinar à respeito da aquisição de aparelhos, equipamentos e materiais a serem utilizados no desenvolvimento de serviços relacionados a sua

especialidade; 14 – desempenhar outras atividades afins.

Médico Veterinário (Cargo: 02)

a) Praticar clínica médica veterinária em todas as suas modalidades. b) Realizar exames clínicos, dar diagnósticos e coletar material para exames laboratoriais. c) Prescrever e efetuar tratamento dos animais e promover a profilaxia. d) Planejar, orientar e supervisionar a manutenção de linhagens, promovendo o melhoramento das espécies animais junto as propriedades rurais. e) Desenvolver e executar programas de reprodução, nutrição e higiene sanitária. f) Realizar eutanásia e necropsia animal. g) Participar, conforme a política interna da Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente de projetos, cursos, eventos, convênios e programas de ensino, pesquisa e extensão. h) Participar de programa de treinamento, quando convocado. i) Elaborar relatórios e laudos técnicos em sua área de especialidade. j) Trabalhar segundo normas técnicas de segurança, qualidade, produtividade, higiene e preservação ambiental. l) Executar tarefas pertinentes à área de atuação, utilizando-se de equipamentos e programas de informática. m) Realizar o trabalho de serviço de inspeção sanitária, junto aos estabelecimentos industriais, comerciais e nas propriedades do Município, de acordo com a política municipal do Serviço de Inspeção Sanitária – SIM. n) Executar outras tarefas compatíveis com as exigências para o exercício da função.

Fisioterapeuta (Cargo: 03)

a) Elaborar, coordenar, dirigir, supervisionar, planejar, orientar, auditar, avaliar, executar e fiscalizar serviços, programas e projetos públicos da área de fisioterapia. b) Atender pacientes e analisar os aspectos sensorio-motores, percepto-cognitivos e sócio-culturais. c) Traçar plano e preparar ambiente terapêutico, indicar conduta terapêutica, prescrever e adaptar atividades; d) Estimular o desenvolvimento neuro-psicomotor (dnpm) normal e cognição. e) Reeducação postura dos pacientes e prescrever órteses, próteses e adaptações e acompanhar a evolução terapêutica. f) Proceder à reabilitação das funções percepto-cognitivas, sensorio-motoras, neuro-músculo-esqueléticas e locomotoras. e) Aplicar procedimentos de habilitação de fisioterapia respiratória e motora. f) Ensinar técnicas de autonomia e independência em atividades de vida diária (AVD), de autonomia e independência em atividades de vida prática (AVP) de autonomia e independência em atividades de vida de trabalho (AVT), de autonomia e independência em atividades de vida de lazer (AVL). g) Participar de equipes interdisciplinares e multiprofissionais, realizando atividades em conjunto, tais como: visitas médicas; discussão de casos; reuniões administrativas; visitas domiciliares etc. h) Participar, conforme a política interna do Município, de projetos, cursos, eventos, comissões, convênios e programas de ensino, pesquisa e extensão. i) Elaborar relatórios, laudos técnicos e registrar dados em sua área de especialidade. j) Participar de programa de treinamento, quando convocado. l) Executar tarefas pertinentes à área de atuação, utilizando-se de equipamentos e programas de informática. m) Executar outras tarefas compatíveis com as exigências para o exercício da função.

Farmacêutico (Cargo: 04)

Providenciar e manter atualizado junto aos órgãos competentes, toda a documentação exigida para o funcionamento da farmácia; Manter atualizados todos os livros de controle de medicamentos; Fazer requisições de medicamentos, drogas e materiais necessários a farmácia; Examinar, conferir, guardar, distribuir e supervisionar o fornecimento de medicamentos; Manter sob sua custódia, drogas tóxicas e narcóticos, realizar inspeções relacionadas com a manipulação farmacêutica e aviação de receituário médico; Manter o controle de estoque de medicamentos e produtos de uso na área de saúde; Controlar o prazo de validade dos medicamentos; Elaborar e encaminhar ofício ao Prefeito Municipal solicitando aquisição de medicamentos fornecer medicamentos para a enfermagem conforme prescrição médica; Dispensar medicamentos à população conforme prescrição médica; Elaborar relatório das atividades desempenhadas e entregar para o chefe de setor/ secretaria competente; Participar dos processos de programação e planejamento das ações e da organização do trabalho dos programas de saúde dos Governos Federal, Estadual e Municipal; Propor, elaborar e acompanhar projetos que visem captar recursos; Participar de sindicâncias ou processos administrativos; Realizar análises clínicas e outras atividades afins que lhe sejam determinadas.

Supervisor Educacional (Cargo: 05)

01 – Supervisionar o planejamento de atividades, os princípios básicos do Planejamento Geral da Unidade Escolar; 02 – Participar na elaboração, execução e avaliação do Plano de Atividades; 03 – Supervisionar a elaboração e execução do Calendário Escolar, juntamente com os demais segmentos da Unidade Escolar; 04 – Participar da orientação para os alunos, de acordo com as necessidades do momento; 05 – Supervisionar os professores, auxiliando-os, quanto às atividades a serem desenvolvidas com os alunos, em função da problemática individual e coletiva; 06 – Organizar e manter atualizadas as fichas de observação e dados colhidos dos alunos; 07 – Acompanhar, supervisionar e orientar toda a sistemática de avaliação de rendimento escolar dos alunos, registrando os dados colhidos; 08 – Supervisionar os trabalhos de matrícula escolar bem como a frequência dos alunos em sala de aula; 09 – Mobilizar os encontros e palestras com os pais, professores e alunos para uma maior integração comunitária; 10 – Opinar na organização de classes e promoção dos alunos; 11 – Estar em contato frequente com o Corpo Técnico, Administrativo e Docente, mantendo um bom relacionamento com todos; 12 – Supervisionar as atividades voltadas ao melhor relacionamento humano de todos os envolvidos no Processo Ensino-Aprendizagem; 13 – Supervisionar os trabalhos, ajudando na sua elaboração de projetos, com vistas a implementação de recursos para educação; 14 – Executar demais tarefas incumbidas pela Administração superior.

Professor (Cargo: 06)

Possuir formação de educador, conhecimento do conteúdo, capacidade de trabalho e habilidades específicas; Testemunhar idoneidade moral e social, demonstrando maturidade no trabalho com os alunos; Seguir as diretrizes educacionais do estabelecimento e da Secretaria Municipal da Educação, comprometendo-se não apenas a aceitá-las, mas também a integrar sua ação na consecução dos fins e objetivos; Ministras aulas, garantindo a efetivação do ensino aprendizagem e o Projeto Pedagógico da União Escolar; Executar o trabalho diário de forma a se vivenciar um clima de respeito mútuo e de relações que conduzam a aprendizagem; Elaborar Programas, planos de curso e Planos de aula no que for de sua competência e de conformidade com as diretrizes metodológicas da escola e da legislação pertinentes; Avaliar o desempenho dos alunos, atribuindo-lhes notas ou conceitos nos prazos fixados; Manter com os colegas, o espírito de colaboração e solidariedade indispensáveis a eficiência da obra educativa; Cooperar com os serviços de orientação educacional e supervisão escolar, no que lhe competir; Promover experiências de ensino aprendizagem, diversificadas para atender diferenças individuais; Promover recuperações preventivas e/ou atividades de complementação, aperfeiçoamento e aprofundamento, conforme exigências dos diagnósticos de avaliações; Colaborar e comparecer pontualmente às aulas, festividades, reuniões pedagógicas, conselhos, atividades extraclasse, treinamentos, palestras e outras promoções, desde que convocado pela Direção da Escola ou pela Secretaria Municipal da Educação; Cumprir e fazer cumprir fielmente os horários e calendário escolar; Zelar pela disciplina dentro e fora da sala de aula, tratando os alunos com urbanidade; Realizar com clareza, precisão e presteza, toda escrituração referente à execução da programação, frequência e aproveitamento dos alunos; Dar condições para a manutenção da saúde física e psíquica dos alunos; Zelar pela conservação, limpeza e o bom nome da Escola, bem como a conservação dos bens materiais; Advertir, repreender e encaminhar ao serviço competente, casos de indisciplina ocorridos; Executar as normas estabelecidas no Regimento Escolar, nas diretrizes emanadas dos órgãos superiores e na legislação federal, estadual e municipal pertinentes; Participar e/ou organizar reuniões com os pais e seus alunos; Acompanhar o desenvolvimento dos alunos e comunicar as ocorrências à Direção e/ou



ao serviço de Orientação Educacional.

**Agente Municipal da Defesa Civil (Cargo: 07)**

Praticar e Desenvolver Atitudes que visem a "Salvaguarda da Vida", "O Bem Estar" e a "Saúde Mental própria e da População", em sua Comunidade ou fora; Realizar Vistoria Técnica Preliminar, preencher formulários e acionar a COMDEC, de acordo com os Planos Específicos; Fazer levantamento de ameaças, vulnerabilidades e riscos de desastres; Fazer acompanhamento das ocorrências, informando sua evolução até a solução final ao interessado; Receber, analisar as informações, classificar as ocorrências e acionar o Sistema de Defesa Civil, de acordo com os Planejamentos específicos; Representar a Defesa Civil em locais de emergência, até a chegada de outras autoridades de escalão superior; Chefiar o Departamento de Defesa Civil - DDC e elaborar as suas diretrizes administrativas e operacionais, bem como o planejamento, o desenvolvimento, o acompanhamento e a fiscalização de medidas permanentes, preventivas, de socorro, assistenciais e recuperativas, observando as diretrizes traçadas pelos departamentos técnicos do Município, as orientações do COMDEC – Conselho Municipal de Defesa Civil e do SINDEC - Sistema Nacional de Defesa Civil, notadamente quanto as vistorias em áreas de risco; propor ao Chefe do Executivo a declaração de situação de emergência e a Decretação do estado de calamidade pública, mediante análise no COMDEC – Conselho Municipal de Defesa Civil. Exercer as funções de motorista de veículos de emergência e de motocicleta, combater incêndios, operar e manusear bombas hidráulicas, mangueiras hidrantes, extintores e outros, atuar como socorrista e prestar primeiros socorros, resgatar vítimas presas em ferragens e em outras situações que se apresentarem, operar com produtos perigosos, realizar salvamentos em altura, realizar mergulhos para recuperação de bens e vítimas, participar de cursos e aulas práticas, realizar serviços gerais, entre os quais a limpeza do local de trabalho, equipamentos, veículos e outros, zelar pela conservação dos equipamentos, veículos e materiais sob sua guarda, capturar animais silvestres e peçonhentos, desobstruir vias públicas em caso de intempéries, realizar atividades administrativas e educativas. Desincumbir-se de outras tarefas que lhe forem atribuídas pela chefia imediata.

**Assistente Administrativo (Cargo: 08)**

1 - Selecionar, organizar e manter atualizados, arquivos, cadastros e fichas funcionais; 2 - Prestar auxílio à toda atividade técnica, desenvolvida na sua área de atuação; 3 - Organizar e controlar os serviços de recepção, encaminhamento de documentação e correspondência em geral; 4 - Controlar e arquivar publicação oficiais; 5 - Orientar e elaborar a classificação, codificação, catalogação e tramitação de papéis e documentos sob sua responsabilidade. 6 - Proceder controle de provimento e vacância de cargos; 7 - Estudar e propor à base de vivência adquirida no desempenho das atribuições, medidas destinadas a simplificar o trabalho e a redução do custo das operações; 8 - Atender usuários da biblioteca; 9 - Executar serviços de expedição de documentos como: identificação, serviço militar, carteira de trabalho, incra, Ipesc, Inss; 10 - Expedir relatórios das atividades desenvolvidas no setor; 11 - Receber e transmitir ao superior, mensagens recebidas; 12 - Executar outras tarefas correlatas às descrições acima.

**Auxiliar de Serviços Gerais (Cargo: 09)**

1 – Auxiliar na manutenção das instalações, mobiliários e equipamentos do órgão; 2 – executar trabalhos braçais; 3 – executar serviços de limpeza nas dependências internas e externas do órgão, jardins, garagens e seus veículos; 4 – executar os serviços auxiliares de limpeza, manutenção, revisão e acondicionamento das peças e lubrificação das máquinas; 5 – manter em condições de funcionamento os equipamentos de proteção contra incêndios ou quaisquer outras relativas à segurança dos órgãos; 6 – executar serviços de copa, cozinha, com atendimento aos servidores e alunos; 7 – receber, protocolar e entregar correspondência interna e externa; 8 – requisitar material necessário aos serviços; 9 – processar cópia de documentos; 10 – receber, orientar e encaminhar o público, informando sobre localização de pessoas ou dependência do órgão; 11 – receber e transmitir mensagens; 12 – encarregar-se da abertura e fechamento das dependências do órgão; 13 – encarregar-se da limpeza e polimento de veículos e máquinas; 14 - executar outras tarefas afins, de acordo com as necessidades peculiares do órgão.

**Mecânico (Cargo: 10)**

1 – identificar defeitos mecânicos e orientar os reparos necessários; 2 – orientar e treinar mecânicos auxiliares quanto a técnica e processos de trabalhos que necessitam de maior aperfeiçoamento; 3 – executar trabalhos de rotinas, relacionados à montagem, reparo e ajustamento e motores à combustão de baixa e alta compressão, movidos à gasolina, óleo diesel ou outros conjuntos mecânicos de automóveis, caminhões, tratores, pás-carregadeiras e outros. 4 – desmontar, reparar, montar e ajustar cubos de roda, carburador, manga de eixo de transmissão, bomba d' água, de gasolina, caixa de mudança, freio, rolamentos, embreagem, retentor, radiador, válvula diferencial, distribuição, direção, engrenagem, amortecedor, magnetos, manetos, bielas e pistões. 5 – desmontar, reparar e montar distribuidores; 6 – desmontar, reparar, montar, justar, retificar e localizar defeitos ocasionais em motores a combustível; 7 – manter atualizada a sua carteira nacional de habilitação e a documentação da máquina, retificar cilindros, eixos, válvulas, relevos, comandos de válvula e buchas. 8 – trocar óleo dos veículos, lavagem e lubrificação de máquinas; 9 – executar a retirada de vazamento de óleo, troca de chave, relés, instalações de faróis, recuperação de chicotes danificados por curto circuitos. 11 – executar serviços de lubrificação, lavagem dos equipamentos, troca de óleo e limpeza de freios; 12 – executar demais serviços que exijam uma oficina mecânica de manutenção, menos retifica de motores e outros que exijam mão de obra mais especializadas; 13 – executar outras tarefas afins.

**Motorista (Cargo: 11)**

1 – dirigir veículos oficiais, transportando materiais e equipamentos; 2 – zelar pelo abastecimento, conservação e limpeza do veículo sob sua responsabilidade; 3 – efetuar pequenos reparos no veículo sob sua responsabilidade; 4 – comunicar ao chefe imediato a ocorrência de irregularidades ou avarias com a viatura sob sua responsabilidade; 5 – proceder o controle contínuo de consumo de combustível, lubrificantes e manutenção em geral; 6 – proceder o mapeamento de viagens, identificando o usuário, tipo de carga, seu destino, quilometragem, horários de saídas e chegada; 7 – auxiliar na carga e descarga do material ou equipamento; 8 – tratar os passageiros com respeito e urbanidade; 9 – manter atualizado o documento de habilitação profissional e do veículo; 10 – executar outras tarefas afins.

**Operador I (Cargo: 12)**

1 – providenciar a lavação, o abastecimento e a lubrificação da máquina; 2 – efetuar pequenos reparos na máquina sob sua responsabilidade; 3 - dirigir máquinas como: trator de pneus, rolo compactador, perfuratriz, retroescavadeira, trator de esteiras, carregadeira, tratores com equipamentos agrícolas e similares; 4 – comunicar ao chefe imediato a ocorrência de irregularidades ou avarias com a máquina sob sua responsabilidade; 5 – proceder ao controle contínuo de consumo de combustível, lubrificação e manutenção em geral; 6 – proceder o mapeamento dos serviços executados; 7 – manter atualizada a sua carteira nacional de habilitação e a documentação da máquina; 8 – efetuar os serviços determinados, registrando as ocorrências; 9 – executar outras tarefas afins.

**Operador II (Cargo: 13)**

1 - Providenciar a lavação, o abastecimento e a lubrificação da máquina; 2 - Efetuar pequenos reparos na máquina sob sua responsabilidade; 3 - Dirigir máquinas tais como: Motoniveladora, perfuratriz, tratores de esteiras, carregadeiras e similares; 4 - Comunicar ao chefe

imediatamente a ocorrência de irregularidades ou avarias com a máquina sob sua responsabilidade. 5 - Proceder ao controle contínuo de consumo de combustível, lubrificação e manutenção em geral; 6 - Proceder o mapeamento dos serviços executados; 7 - Manter atualizada a sua carteira nacional de habilitação e a documentação da máquina; 8 - Efetuar os serviços determinados, registrando as ocorrências; 9 - Executar outras tarefas afins.

#### ANEXO VII - ITENS E REGRAS DE AVALIAÇÃO DA PROVA PRÁTICA DE OPERADORES

1.1. A prova prática consiste em executar atividades inerentes a função, conforme atribuições do cargo, definidas no Anexo VI. A avaliação será realizada considerando desempenho do candidato na tarefa que irá executar, dentro das normas técnicas, considerando o uso e aproveitamento do equipamento utilizado e economicidade do material.

1.2. O candidato deverá comparecer no local marcado para a prova prática, com antecedência mínima de 15 (quinze) minutos, munido de documento oficial com foto, devidamente trajado para a execução da atividade.

1.3. Para a realização da prova, os candidatos devem apresentar documento oficial com foto.

1.4. Para a realização da prova, os candidatos devem apresentar a Carteira Nacional de Habilitação - CNH, na categoria exigida na habilitação ao cargo, dentro de seu prazo de validade, conforme Lei 9.503/97 - Código Brasileiro de Trânsito. A não apresentação deste documento (CNH) causa o impedimento de realização da prova e consequente eliminação do candidato.

1.5. Na aplicação da prova, com utilização de equipamentos de elevado valor, pertencentes ou sob a responsabilidade do Município de São Bernardino/SC ou da NBS Serviços Especializados Eireli, poderá ser procedida, a critério do Avaliador da Prova Prática, a imediata exclusão do candidato que demonstre não possuir a necessária capacidade no seu manejo, sem risco de danificá-los, com o devido registro em sua ficha de avaliação.

1.6. O tempo máximo de prova será de 15 (quinze) minutos para todos os participantes, de modo a realizar a tarefa proposta para a avaliação, sendo que o candidato disporá de 02 (dois) minutos para iniciar a tarefa. Este tempo, quando se relacionar ao funcionamento ou partida da máquina, equipamento ou veículo, corresponderá a 3 (três) tentativas de operação.

1.7. O candidato que extrapolar o tempo máximo de prova ou não conseguir iniciar a atividade no tempo / tentativas estabelecidas, estará automaticamente eliminado do certame, independentemente de seu desempenho nas demais etapas.

1.8. Igualmente eliminado estará o candidato que não seguir as regras do avaliador, em relação à tarefa a ser executada ou executá-la de maneira diversa a proposta, podendo ser interrompida a sua prova, de maneira a resguardar qualquer incidente.

1.9. A avaliação consistirá na execução de serviços compatíveis com as atribuições da função, podendo ou não contar com a operação de equipamentos / maquinários, na execução de uma tarefa determinada pelo instrutor, bem como as prévias vistorias/conferências do local de trabalho, de acordo com as atribuições inerentes à cada cargo.

1.10. A tarefa proposta será apresentada pelo avaliador no momento da prova prática e o candidato partirá da nota 10 (dez) e serão descontados pontos de 0,25 a 2,00 por cada falta cometida, conforme os seguintes fatores a serem avaliados:

I. Apresentação (asseio, higiene pessoal e vestimentas), uso de EPIs:

- Item 01 (-0,25);
- Item 02 (-0,25);
- Item 03 (-0,25);
- Item 04 (-0,25);

II. Organização do trabalho e uso correto dos equipamentos:

- Item 01 (-0,50);
- Item 02 (-0,50);
- Item 03 (-0,50);
- Item 04 (-1,00);

III. Execução da tarefa proposta:

- Item 01 (-0,50);
- Item 02 (-0,50);
- Item 03 (-0,50);
- Item 04 (-1,00);
- Item 05 (-1,00);
- Item 06 (-1,00);
- Item 07 (-2,00);

1.11. Fazem parte dos critérios de avaliação, definidos nos itens de avaliação anteriores:

- a) Aproveitamento do Equipamento e Produtividade;
- b) Técnica/Aptidão/Eficiência.

#### ANEXO VIII – Itens e Regras de Avaliação da Prova Prática DE MOTORISTA

1.1. A prova prática de condutor consiste na avaliação negativa do candidato em relação às normas de trânsito vigente - CTB - Lei 9503/97, onde ao realizar determinado percurso, utilizando qualquer veículo que se enquadre nas atribuições do cargo, serão efetuadas “perdas de pontos”, de acordo com a(s) eventual(is) ocorrência(s), constatadas pelo avaliador. Nesta técnica, sempre se parte da pontuação máxima, efetuando descontos abaixo relacionados, obtendo a nota final do candidato.

1.2. O candidato deverá comparecer no local marcado para a prova prática, com antecedência mínima de 15 (quinze) minutos, munido de documento oficial com foto, devidamente trajado para a execução da atividade.

1.3. Para a realização da prova, os candidatos devem apresentar a Carteira Nacional de Habilitação - CNH, na categoria exigida na habilitação ao cargo, dentro de seu prazo de validade, conforme Lei 9.503/97 - Código Brasileiro de Trânsito. A não apresentação deste documento (CNH) causa o impedimento de realização da prova e consequente eliminação do candidato.

1.4. Na aplicação da prova, com utilização de equipamentos de elevado valor, pertencentes ou sob a responsabilidade do Município de Santo Amaro da Imperatriz/SC ou da NBS Serviços Especializados Eireli, poderá ser procedida, a critério do Avaliador da Prova Prática, a imediata exclusão do candidato que demonstre não possuir a necessária capacidade no seu manejo, sem risco de danificá-los, com o devido registro em sua ficha de avaliação.

1.5. O tempo máximo de prova será de 15 (quinze) minutos para todos os participantes, de modo a realizar a tarefa proposta para a avaliação, sendo que o candidato disporá de 02 (dois) minutos para iniciar a tarefa. Este tempo, quando se relacionar ao funcionamento ou



partida da máquina, equipamento ou veículo, corresponderá a 3 (três) tentativas de operação.

1.6. O candidato que extrapolar o tempo máximo de prova ou não conseguir iniciar a atividade no tempo / tentativas estabelecidas, estará automaticamente eliminado do certame, independente de seu desempenho nas demais etapas.

1.7. Igualmente eliminado estará o candidato que não seguir as regras do avaliador, em relação à tarefa a ser executada ou executá-la de maneira diversa a proposta, podendo ser interrompida a sua prova, de maneira a resguardar qualquer incidente.

1.8. As provas práticas de Motorista (cargos 16 e 17), constará em se percorrer um percurso previamente definido pela equipe de aplicação da prova prática, onde serão avaliadas todas as situações normais de trânsito, representada pela tabela abaixo, onde poderão ser propostas: paradas, estacionamentos, vias, dentre outros itens comuns ao desempenho da função:

Faltas Eliminatórias (REPROVAÇÃO):

- a) Avançou a via preferencial; SIM ( ) NÃO ( )
- b) Entrou na contramão; SIM ( ) NÃO ( )
- c) Excedeu a velocidade indicada para a via; SIM ( ) NÃO ( )
- d) Avançou sobre o meio-fio; SIM ( ) NÃO ( )
- e) Provocou acidente durante a realização do exame; SIM ( ) NÃO ( )
- f) Cometeu qualquer outra infração de trânsito de natureza gravíssima; SIM ( ) NÃO ( )

Faltas Graves (PERDA DE 1,0 PONTOS POR ITEM):

- a) Desobedeceu à sinalização da via, ou ao agente da autoridade de trânsito; SIM ( ) NÃO ( )
- b) Utilizou o cinto de segurança de modo correto, antes da movimentação do veículo; SIM ( ) NÃO ( )
- c) Não observou as regras de ultrapassagem ou de mudança de direção; SIM ( ) NÃO ( )
- d) Não deu preferência de passagem ao pedestre que estava atravessando a via transversal para onde se dirige o veículo, ou ainda quando o pedestre não havia concluído a travessia, mesmo que ocorra sinal verde para o veículo; SIM ( ) NÃO ( )
- e) Não sinalizou com antecedência a manobra pretendida ou a sinalizou incorretamente; SIM ( ) NÃO ( )
- f) Perdeu o controle da direção do veículo em movimento; SIM ( ) NÃO ( )
- g) Cometeu qualquer outra infração de trânsito de natureza grave. SIM ( ) NÃO ( ) Quantidade: ( )

Faltas Médias (PERDA DE 0,5 PONTO POR ITEM):

- a) Executou o percurso da prova, no todo ou parte dele, sem estar o freio de mão inteiramente livre; SIM ( ) NÃO ( )
  - b) Trafegou em velocidade inadequada para as condições adversas do local, da circulação, do veículo e do clima; SIM ( ) NÃO ( )
  - c) Interrompeu o funcionamento do motor, sem justa razão, após o início da prova; SIM ( ) NÃO ( )
  - d) Fez conversão incorretamente; SIM ( ) NÃO ( )
  - e) Desengrenou o veículo nos declives; SIM ( ) NÃO ( )
  - f) Colocou o veículo em movimento, sem observar as cautelas necessárias; SIM ( ) NÃO ( )
  - g) Usou o pedal da embreagem, antes de usar o pedal de freio nas frenagens; SIM ( ) NÃO ( )
  - h) Entrou nas curvas com a engrenagem de tração do veículo em ponto neutro; SIM ( ) NÃO ( )
  - i) Engrenou ou utilizou as marchas de maneira incorreta, durante o percurso; SIM ( ) NÃO ( )
  - j) Cometeu qualquer outra infração de trânsito de natureza média. SIM ( ) NÃO ( ) Quantidade: ( )
- Faltas Leves (PERDA DE 0,25 PONTO POR ITEM):
- a) Provocou movimentos irregulares no veículo, sem motivo justificado; SIM ( ) NÃO ( )
  - b) Ajustou incorretamente o banco de veículo destinado ao condutor; SIM ( ) NÃO ( )
  - c) Não ajustou devidamente os espelhos retrovisores; SIM ( ) NÃO ( )
  - d) Apoiou o pé no pedal da embreagem com o veículo engrenado e em movimento; SIM ( ) NÃO ( )
  - e) Utilizou ou Interpretou incorretamente os instrumentos do painel do veículo; SIM ( ) NÃO ( )
  - f) Deu partida ao veículo com a engrenagem de tração ligada; SIM ( ) NÃO ( )
  - g) Tentou movimentar o veículo com a engrenagem de tração em ponto neutro; SIM ( ) NÃO ( )
  - h) Cometeu qualquer outra infração de natureza leve. SIM ( ) NÃO ( ) Quantidade: ( )

## EXTRATO EDITAL Nº 01/2018

Publicação Nº 1608135

O Município de SÃO BERNARDINO, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, torna público que estão abertas as inscrições ao CONCURSO PÚBLICO n.º 01/2018, para ingresso no quadro permanente, em cumprimento ao que determina a Constituição Federal de 1988, Art. 37, II, combinado com a Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal n.º 04/1997 de 06/01/1997, Lei Complementar Municipal n.º 02/2003 de 03/02/2003, Lei Complementar Municipal n.º 29/2010 de 22/12/2010, Lei Complementar Municipal n.º 31/2011 de 20/04/2011, Lei Complementar Municipal n.º 32/2011 de 19/10/2011, Lei Complementar Municipal n.º 38/2012 de 10/05/2012, Lei Complementar Municipal n.º 40/2013 de 12/03/2013, Lei Complementar Municipal n.º 044/2014 de 30/07/2014, Lei Complementar Municipal n.º 054/2015 de 17/11/2015, Lei Complementar Municipal n.º 007/2005 de 01/09/2005, Lei Complementar Municipal n.º 35/2012 de 24/01/2012, Lei Complementar Municipal n.º 036/2012 de 02/04/2012, Lei Complementar Municipal n.º 39/2012 de 05/06/2012 e Lei Complementar Municipal n.º 044/2014 de 30/07/2014, todas considerando suas alterações posteriores, demais legislações atinentes e de acordo com as disposições deste Edital. Dos Cargos: Médico; Médico Veterinário; Fisioterapeuta; Farmacêutico; Supervisor Educacional; Professor; Agente Municipal da Defesa Civil; Assistente Administrativo; Auxiliar de Serviços Gerais; Mecânico; Motorista; Operador I; Operador II. Das inscrições: As inscrições serão realizadas de 14 de maio a 26 de junho de 2018 exclusivamente via internet, através do sítio eletrônico [www.nbsprovas.com.br](http://www.nbsprovas.com.br). Das provas: As provas serão aplicadas no dia 22 de julho de 2018 (Prova Objetiva e Prova Prática). O Edital e maiores informações poderão ser obtidos no Município de São Bernardino (SC), no site [www.saobernardino.sc.gov.br](http://www.saobernardino.sc.gov.br), bem como no site da empresa organizadora [www.nbsprovas.com.br](http://www.nbsprovas.com.br). São Bernardino (SC), 02 de maio de 2018. Sr. ADELI JOSÉ RIFFEL. Prefeito Municipal.

**PORTARIA Nº 74/2018**

Publicação Nº 1608591

PORTARIA Nº 074/2018 de 26/04/2018

|  |   |
|--|---|
|  | CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.  |
|  | ADELI JOSÉ RIFFEL, Prefeito Municipal do Município de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o que dispõe a Lei Orgânica Municipal e Art. 117 e 118 da Lei Municipal nº 004/97; |

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONCEDER a Servidora Pública Municipal, SRA ROSINHA WEISMANN ocupante do cargo de Zeladora, matrícula nº 499/01 – 40 horas semanais, licença para tratamento de saúde a partir do dia 24/04/2018 à 08/05/2018, (15 dias), conforme atestados médicos em anexo da DR GERSON PEGORA DA SILVA, CRM 5454.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se as disposições em contrário.

|  |  |
|--|--|
|  | Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino,<br>em 26 de Abril de 2018. |
|  |  |

ADELI JOSÉ RIFFEL.  
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER  
Secretario Municipal da ADM e Fazenda

# São Francisco do Sul

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 14.848/2018

Publicação Nº 1606048

PORTARIA nº 14.848, de 23 de abril de 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, de acordo com art. 79, §§ 3º e 4º, da Lei Complementar nº 72, de 10 de julho de 2015, e considerando a homologação do Resultado Eleitoral e o requerimento apresentado pela Conselheira Vanessa Regina de Lara Souza, em 28 de março de 2018,

#### RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR os servidores públicos municipais ativos e inativos (aposentados), abaixo relacionados, membros do CONSELHO ADMINISTRATIVO da Fundação Instituto de Previdência Social dos Servidores de São Francisco do Sul – IPRESF, para o exercício do biênio 2017/2019, a saber:

| CONSELHEIROS TITULARES                       |           |          |          |
|--|-----------|----------|----------|
| Servidor                                     | Matrícula | Situação | Nomeação |
| MAXIMILIAN SCHARMITZEL                       | 7995610   | Ativo    | Eleito   |
| CÉLIO CANABARRO VIDAL                        | 10        | Ativo    | Eleito   |
| EDUARDA ALCIONE DA SILVA KIRCHCHOFF DA ROCHA | 7892594   | Ativa    | Indicada |
| ROBERSON ALBERTO MACIEL                      | 96        | Ativo    | Indicado |

| CONSELHEIROS SUPLENTES  |           |          |                        |
|-------------------------|-----------|----------|------------------------|
| Servidor                | Matrícula | Situação | Nomeação               |
| LINDONOR SOUZA DA SILVA | 217280    | Inativa  | 1ª Suplente - Indicada |
| SANDRA HELOISA DE BIASI | 851213    | Ativa    | 2ª Suplente - Indicada |

Art. 2º O novo membro titular do Conselho Administrativo terá o prazo de 90 (noventa) dias, sob pena de exoneração, para apresentar a certificação por entidade autônoma de reconhecida capacidade técnica e difusão no mercado brasileiro de capitais, cujo conteúdo atenda aos requisitos estabelecidos pela Secretaria da Previdência Social, o qual fará jus ao recebimento da gratificação mencionada no art. 78, da Lei Complementar Municipal n. 72, de 10 de julho de 2015, apenas após a apresentação.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria n. 14.693/2018

São Francisco do Sul - SC, 23 de abril de 2018.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

### PP 084-2018

Publicação Nº 1606479

#### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL LICITAÇÃO Nº 084/2018

O MUNICIPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC, de conformidade com a Lei nº. 8.666 de 21.06.93, e alterações introduzidas pela Lei nº 8.883, 08.06.94, mediante o Pregoeiro (a) designado (a) pela Portaria Nº 14.675 de 22 de janeiro de 2018, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará às 09h do dia 16 de maio de 2018, na Sala de Reuniões da Prefeitura, situada à Praça Getúlio Vargas, nº 01, Centro, nesta cidade, licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, conforme descrito neste Edital e seus anexos. Este procedimento licitatório obedecerá, integralmente, a Lei nº 10.520/2002, Leis Complementares nº. 123/06, nº. 127/07, nº. 147/14, subsidiariamente a Lei nº. 8.666/93 e suas alterações e demais legislações aplicáveis, nas condições fixadas neste Edital e seus anexos. EDITAL EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA (ME), EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP) E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI), NOS TERMOS DO ART. 3º E ART. 18 E DA LEI COMPLEMENTAR 123/06 E LEI COMPLEMENTAR 147/14.

#### 1. DA LICITAÇÃO

##### 1.1 – DO OBJETO

1.1.1. Aquisição de lâmpadas para o Ginásio de Esportes e Centro de Treinamento mantidos pela Gerência Municipal de Esportes, em conformidade com as especificações constantes do Anexo I, parte integrante deste Edital.

#### 2. LOCAL, DATA E HORÁRIO PARA RECEBIMENTO DOS ENVELOPES, CREDENCIAMENTO E REALIZAÇÃO DO PREGÃO.

- 2.1. Local: Sala de Reuniões da Prefeitura, à Praça Getúlio Vargas, nº 01, Centro, São Francisco do Sul – SC / 89.240-000.
- 2.2. Data: Os Envelopes deverão ser entregues (inclui-se os via postal) para o Pregoeiro (a) impreterivelmente até 09h do dia 16 de maio de 2018.
- 2.3. ABERTURA DOS ENVELOPES: às 09h do dia 16 de maio de 2018, ou tão logo se encerre o credenciamento das empresas, estando todas presentes.

### 3. DESCRITIVO DA LICITAÇÃO

3.1. MODALIDADE: Pregão Presencial.

3.2. REGIME DE EXECUÇÃO: Conforme Termo de Referência, Anexo I deste edital.

3.3. TIPO DE LICITAÇÃO: Menor Preço por lote, nas propostas classificadas pelo Pregoeiro (a).

3.4. PRAZO e LOCAL DE ENTREGA: Conforme Termo de Referência, Anexo I deste edital.

3.5. RECURSOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS: As despesas decorrentes da aquisição do objeto deste Edital correrão às expensas das seguintes dotações orçamentárias:

|                      |  |
|----------------------|--|
| Unidade Orçamentária | 0903 – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Sustentável<br>Gerência de Esportes |
| Projeto Atividade    | 2045 – Manutenção das Atividades da Gerência de Esportes                                       |
| Elemento de Despesa  | 33903026 – Material elétrico e eletrônico  |
| Vínculo do Recurso   | 1000000 – Recursos Ordinários  |

### 4. DOS ANEXOS

Anexo I. Termo de Referência - Descrição/Especificação e Condições Gerais;

Anexo II. Modelo de Procuração para Credenciamento;

Anexo III. Modelo de Idoneidade e de que a proponente cumpre os requisitos de habilitação;

Anexo IV. Modelo de Declaração de Sujeição às Condições estabelecidas no Edital e de Inexistência de Fatos Supervenientes Impeditivos da Habilitação;

Anexo V. Modelo de Declaração de não existência de trabalhadores menores;

Anexo VI. Recibo de Retirada de Edital.

### 5. DO FORNECIMENTO DO EDITAL

5.1. O Edital poderá ser consultado por qualquer interessado no SETOR DE LICITAÇÕES, sito à Praça Drº Getúlio Vargas, 01 – Centro, São Francisco do Sul - SC, em dias úteis, das 08h às 14h, até a data apazada para recebimento dos documentos e dos envelopes propostas.

5.2. O Edital também está disponível para download no endereço [www.saofranciscodosul.sc.gov.br](http://www.saofranciscodosul.sc.gov.br), no link PREGÕES E LICITAÇÕES.

5.3. Na hipótese de ocorrer feriado ou fato impeditivo, os quais impeçam a realização da Sessão pública, fica a mesma adiada para o primeiro dia útil imediato, no mesmo local e hora, ou em outro a ser definido. Alterações serão divulgadas no site acima com antecedência de 24 (vinte e quatro) horas, conforme lei.

### 6. DAS IMPUGNAÇÕES

6.1. Antes da data fixada para a abertura do pregão, quaisquer interessado poderá:

a) solicitar esclarecimentos: por e-mail [licitação@saofranciscodosul.sc.gov.br](mailto:licitação@saofranciscodosul.sc.gov.br) ou por escrito mediante protocolo, até 03 (três) dias antes;

b) formular IMPUGNAÇÃO contra cláusulas, condições ou descrições do objeto do Edital: obrigatoriamente entregue ao Pregoeiro (a), pessoalmente, encaminhada via Correios/Sedex ou para o e-mail [licitação.adm@saofranciscodosul.sc.gov.br](mailto:licitação.adm@saofranciscodosul.sc.gov.br), devendo esta ser entregue ao destinatário até 02 dias antes;

Obs.: a descrição do objeto e o preço estimado é de exclusiva responsabilidade do órgão/Secretaria solicitante, que será, neste prazo, intimada a prestar esclarecimentos, caso necessário, para consubstanciar a decisão do Pregoeiro.

6.1.1. Havendo deferimento do pedido objeto da impugnação que resulte em alterações substanciais nas cláusulas deste edital ou na descrição do objeto, esta decisão será publicada 24 (vinte e quatro) horas antes da realização do pregão no endereço [www.saofranciscodosul.sc.gov.br](http://www.saofranciscodosul.sc.gov.br). Tal circunstância poderá inviabilizar a realização do certame, que será designado para outra data.

### 7. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

7.1. Poderão participar do presente certame todos os interessados do ramo pertinente ao objeto que preencham as condições exigidas neste Edital.

7.2. É vedada a participação direta ou indireta nesta licitação de:

- a) Pessoa física;
- b) Empresa em regime de sub-contratação, ou ainda, em consórcio;
- c) Empresa que possua restrições quanto à capacidade técnica ou operativa, personalidade e capacidade jurídica, idoneidade financeira e regularidade fiscal;
- d) Empresa que estiver sob falência ou recuperação judicial, concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação judicial ou extrajudicial;
- e) Empresa que esteja, por qualquer motivo, punida com suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, Estadual ou Municipal, desde que o ato tenha sido publicado no Diário Oficial da União, do Estado ou do Município, pelo Órgão que o praticou;
- f) Empresa que tenha sido declarada inidônea para contratar com a Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, Estadual ou Municipal, desde que o ato tenha sido publicado no Diário Oficial da União, do Estado ou do Município, pelo Órgão que o praticou, e;
- g) Empresa com os impedimentos previstos no artigo 9º da Lei 8.666/93.

7.3. O descumprimento de qualquer condição de participação acarretará a inabilitação do licitante.

## 8. DO CREDENCIAMENTO

8.1. Aberta a sessão pública com a fase do CREDENCIAMENTO dos eventuais participantes do PREGÃO, até o horário previsto no Item 2 deste Edital, o representante da proponente entregará ao PREGOEIRO documento que o credencie para participar do aludido procedimento, respondendo por sua autenticidade e legitimidade, devendo, ainda, identificar-se e exibir a carteira de identidade ou outro documento equivalente com fotografia.

8.2. O credenciamento far-se-á por meio de documento público de procuração ou instrumento particular, com poderes específicos para, além de representar a proponente em todas as etapas/fases do PREGÃO, formular verbalmente lances ou ofertas na (s) etapa (s) de lances, desistir verbalmente de formular lances ou ofertas na (s) etapa (s) de lances, negociar a redução de preço, desistir ou manifestar-se imediata e motivadamente, sobre a intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, assinar ata da sessão, prestar todos os esclarecimentos solicitados pela PREGOEIRO, enfim, praticar todos os demais atos pertinentes ao certame.

8.2.1. Na hipótese de apresentação de procuração por instrumento particular, a mesma deverá vir acompanhada da cópia do respectivo estatuto/contrato social onde esteja expressa a capacidade/competência do outorgante para constituir mandatário.

8.3. Se o representante da proponente ostentar a condição de sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente, ao invés de instrumento público de procuração ou instrumento particular, deverá apresentar cópia do respectivo estatuto/contrato social ou documento equivalente, no qual estejam expressos seus poderes, para exercer direitos e assumir obrigações, em decorrência de tal investidura. Será admitido somente um representante por proponente. A ausência da documentação referida neste item ou a apresentação em desconformidade com as exigências previstas impossibilitará a participação da proponente neste PREGÃO exclusivamente no tocante à formulação de lances e demais atos, inclusive recurso.

8.4. Além dos documentos acima descritos, exclusivamente nesta etapa/fase serão entregues fora dos envelopes:

8.4.1. A Declaração de que a Proponente cumpre os Requisitos de Habilitação, nos termos do artigo 4º, inciso VII, da Lei nº 10.520, de 17/07/2002.

8.4.2. Certidão expedida pela Junta Comercial, na forma de artigo 8º da IN nº 103/2007 do Departamento Nacional de Registro Do Comércio (DNRC), se for o caso, e desejar usufruir dos benefícios à estas concedidos pela Lei Complementar 123/06.

8.4.3. Os Envelopes Proposta de Preços e Documentos de Habilitação.

8.5. A ausência de quaisquer documentos referidos nos itens 8.1, 8.2, 8.2.1 e 8.3, ou a apresentação em desconformidade com a exigência prevista inviabilizará a participação da proponente na fase de lances deste PREGÃO. A falta do item 8.4.1 impossibilitará, o recebimento dos ENVELOPES PROPOSTA DE PREÇOS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

## 9. FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES E DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

### 9.1. DOS ENVELOPES:

9.1.1. A Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação das proponentes deverão estar acondicionadas em envelopes distintos, lacrados, não transparentes e respectivamente sobrescritos com os dizeres abaixo indicados, com as seguintes especificações e endereçamento:

ENVELOPE 01 - PROPOSTA DE PREÇOS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL

PREGÃO Nº 084/2018  
RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE  
CNPJ

ENVELOPE 02 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL  
PREGÃO Nº 084/2018  
RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE  
CNPJ

9.1.2. O Envelope nº 01 deverá conter a Proposta de Preços da proponente para a contratação licitada, atendendo aos requisitos previstos no Item 10 deste Edital.

9.1.3 O Envelope nº 02 deverá conter os documentos de habilitação da proponente, relacionados no Item 14 deste Edital.

#### 10. DA PROPOSTA DE PREÇOS

10.1. A proposta de preços, cuja validade é definida pela Administração em 60 (sessenta) dias, deverá ser preenchida em língua portuguesa e estar datilografada ou digitalizada com clareza, em 1 (uma) via, sem emendas, rasuras, borrões, acréscimos ou entrelinhas, em papel timbrado da LICITANTE, ou com carimbo, ou ainda impressa por processo eletrônico com indicação do número do pregão, contendo a razão social, inscrição, CNPJ e endereço completo da proponente e estar devidamente assinada pelo representante legal da empresa.

10.2. Na proposta de preços deverão constar:

a) Razão social da LICITANTE, nº do CNPJ/MF, endereço completo, telefone, nº da conta corrente, agência e respectivo banco para depósito, e se existente fax para contato, endereço eletrônico (e-mail) e indicação do responsável pela assinatura do Contrato com CPF e endereço residencial;

b) os preços unitários e totais em algarismo, expresso em moeda corrente nacional (real), de acordo com os preços praticados no mercado, considerando as quantidades constantes do Termo de Referência, descrição das características e marca (quando houver);

10.3. Na formulação da proposta deverão estar inclusos todos os insumos que o compõem, tais como as despesas com impostos, taxas, frete, seguros e quaisquer outros que incidam na contratação do objeto ficando vedada qualquer alegação posterior que vise ressarcimento de custos não considerados nos preços cotados.

10.4. Prazo de entrega, conforme parâmetro máximo do Termo de Referência.

10.5. Prazo de garantia do produto, conforme parâmetro mínimo do Termo de Referência.

10.6. Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data da sua apresentação.

10.7. Não serão consideradas propostas com oferta de vantagem não prevista neste edital.

10.8. A apresentação da proposta implica plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos

#### 11. DA ABERTURA DOS ENVELOPES PROPOSTAS E DO JULGAMENTO

11.1. Concluída a fase de Aceitação de Propostas, o Pregoeiro comandará o início da Abertura das Propostas, selecionando as LICITANTES aptas a participar da licitação na modalidade PREGÃO, divulgando no ato a lista das LICITANTES e das propostas ofertadas, classificando-as segundo a ordem crescente dos valores ofertados, indicando desde logo as proponentes autorizadas a participar da fase competitiva da licitação.

11.1.2. A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada em Ata

11.2. Como forma de verificação das proponentes autorizadas a participar da fase competitiva da licitação, levará em consideração a autora da oferta de valor mais baixo e as das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela, as quais poderão fazer novos lances, verbais e sucessivos, na forma dos itens subseqüentes, até a proclamação da vencedora.

11.3. Não havendo, pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas no subitem anterior, poderão as autoras das melhores propostas, até o máximo de 03 (três), oferecer novos lances, verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos em suas propostas escritas.

11.4. Caso duas ou mais propostas iniciais apresentarem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

#### 12. DA FORMULAÇÃO DOS LANCES

12.1. Classificadas as propostas, de acordo com o Edital, o (a) Pregoeiro (a) dará início à etapa de apresentação de lances verbais pelos licitantes, que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes.



12.2. O (a) Pregoeiro (a) convidará individualmente os licitantes classificados, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor.

12.3. A desistência de apresentar lance implicará na automática exclusão da LICITANTE da etapa e na manutenção do último preço apresentado pela licitante, para efeitos de ordenação das propostas.

12.4. Havendo eventual empate entre propostas, ou entre propostas e lances, o critério de desempate será aquele previsto no artigo 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:

- a) produzidos no País;
- b) produzidos ou prestados por empresas brasileiras;
- c) produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.

12.4.4. Persistindo o empate, o critério de desempate será o sorteio.

12.5. Depois de exaurida a fase de lances, serão analisadas as propostas, visando selecionar aquela que se apresente mais vantajosa para a Administração Municipal, respeitando-se o valor orçado.

12.5.2. Caso não se realize lance, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estipulado para a contratação, podendo ou não estar estipulado no edital, devendo, contudo, estar indicado no Termo de Referência.

12.5.3. Apurada a proposta final classificada em primeiro lugar, o (a) Pregoeiro (a) poderá negociar com o licitante para que seja obtido melhor preço, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.

12.5.4. Após a negociação do preço, o (a) Pregoeiro (a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

12.5.5. Em caso de resultado positivo na negociação, os novos valores ajustados serão consignados na ata da sessão e passarão a compor a proposta.

12.6. Somente será (ão) aceito (s) LANCE (s) VERBAL (IS) que seja (m) inferior (es) ao valor da menor PROPOSTA ESCRITA e ou do último menor LANCE VERBAL oferecido.

12.7. Esgotada a fase competitiva de lances, serão classificadas e ordenadas as propostas, de forma crescente dos preços ofertados, indicando-se desde logo, a proposta de menor valor, dando-se por encerrada a fase de julgamento das propostas, procedendo-se a imediata suspensão do pregão, visando à análise da aceitabilidade das melhores propostas.

### 13. DA ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS

13.1. A análise da aceitabilidade das propostas, a começar pela de menor preço global, compreenderá o exame do seu atendimento às condições gerais e específicas exigidas neste Edital e em seus Anexos.

13.1.1. Nas propostas de preços será ainda observada a apresentação das declarações eventualmente exigidas por este Edital.

13.2. Serão consideradas desclassificadas as Propostas que não contiverem todos os dados e elementos exigidos, ou não atenderem aos requisitos mínimos das especificações do objeto licitado, ou ofertarem preços manifestamente inexequíveis, ou incompatíveis com os valores de mercado.

13.3. Se a proposta ordenada como a de primeiro melhor preço for desclassificada, frente ao desatendimento às especificações técnicas mínimas exigidas neste edital e seus anexos, o Pregoeiro procederá à análise da proposta colocada em segundo lugar, e assim sucessivamente, respeitada a ordem de classificação, até que um atenda às exigências.

13.4. Uma vez encerrada a etapa competitiva não cabe a desistência ou pedido de retificação de preços ou quaisquer outras condições oferecidas.

13.5. Será declarado vencedor do Lote a proponente que ofertar o menor preço global pelo respectivo objeto licitado, levando-se em conta a satisfação das especificações de cada item previsto no Edital. A classificação se fará pela ordem decrescente dos preços propostos e serão corrigidos automaticamente pelo (a) Pregoeiro (a) quaisquer erros de cálculo verificados nas propostas;

13.6. Para efeito deste Edital e a critério do (a) Pregoeiro (a) serão desclassificadas as propostas que:

- a) não atendam às exigências de qualquer item deste Edital;
- b) sejam omissas, vagas ou apresentem irregularidades, defeitos, borrões, entrelinhas ou dúvida interpretação, que dificultem o seu julgamento;
- c) ofereçam preços excessivos ou manifestadamente inexequíveis;
- d) forem entregues fora do prazo previsto neste Edital.

## 14. DA HABILITAÇÃO E DOS PROCEDIMENTOS

### 14.1. DOCUMENTAÇÃO REFERENTES À HABILITAÇÃO

Serão consideradas em condições de participação as empresas que, tendo ramo de atividade pertinente ao objeto licitado que atenderem aos requisitos do presente Edital e apresentarem no respectivo envelope Nº 2 os seguintes DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

#### 14.1.1. RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- a) Declaração, sob as penalidades cabíveis, da inexistência de fatos supervenientes impeditivos para a sua habilitação neste certame, conforme modelo anexo a este Edital (modelo constante do Anexo IV, deste Edital);
- b) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, (CNPJ) do Ministério da Fazenda;
- c) prova de regularidade para com a Fazenda Federal (Certidão Negativa de Débitos relativos à Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União – CND) – Portaria Conjunta RFB/PGFN 1.751/2014
- d) prova de regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- e) prova de regularidade para com a Fazenda Estadual e do Município do domicílio ou sede do licitante, ou outro equivalente na forma da lei.
- f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5452, de 1º de maio de 1943, de acordo com a Lei nº 12.440/2011.
- g) Declaração de inexistência de trabalhadores menores, conforme modelo constante no Anexo V do presente Edital.

#### 14.1.2. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- a) Certidão Negativa de falência ou recuperação judicial, concordata ou execução patrimonial expedida pelo distribuidor da sede da licitante com data de expedição inferior a 60 (sessenta) dias.

#### 14.1.3. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- a. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado

14.2. Os documentos necessários à habilitação do proponente poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por Cartório Competente, ou por funcionário da Administração.

14.3 A autenticação de documentos efetuada por servidor da Administração Municipal somente será válida sendo datada até o último dia útil anterior ao certame.

14.4. Os documentos expedidos via internet e, inclusive, aqueles outros apresentados, terão, sempre que necessário, suas autenticidades/validades comprovadas por parte do Pregoeiro e Equipe;

14.5. O PREGOEIRO não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos de informações, no momento da verificação. Ocorrendo a indisponibilidade referida e não tendo sido apresentados os documentos preconizados, inclusive quanto à forma exigida, a proponente poderá ser inabilitada.

14.6. Se o LICITANTE for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz. Caso a licitante pretenda que um de seus estabelecimentos, que não o participante de licitação, execute o futuro contrato, deverá apresentar toda a documentação de ambos os estabelecimentos na forma e condições previstas neste item.

14.7. As certidões devem ser apresentadas com data de validade para a data de abertura do certame, certidões vencidas ensejarão a inabilitação da proponente, pois é de responsabilidade da mesma trazer toda a documentação dentro do prazo de validade.

14.8. A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato, em conformidade com o disposto no art. 42 da Lei Complementar nº 123/2006, e as alterações posteriores.

14.9. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição (art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006).

14.9.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo tempo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarada a vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito, de certidão negativa.

14.9.2. A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 14.11.1, implicará decadência do direito a contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei nº 8.666/93, sendo facultado convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato ou revogar a licitação.

#### 14. DOS PROCEDIMENTOS

15.1. Se o LICITANTE desatender às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação do proponente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital, sendo o respectivo LICITANTE declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto do certame.

15.2. Após a análise da documentação, os Membros da Equipe de Apoio e o Pregoeiro rubricarão todas as folhas e demais documentos apresentados.

15.3. A falta de manifestação imediata e motivada do LICITANTE importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro ao vencedor.

15.4. O Pregoeiro poderá indeferir o pedido de prazo para apresentação do recurso se os fundamentos forem claramente inconsistentes e/ou meramente protelatórios.

#### 16. DA ANÁLISE DA QUALIFICAÇÃO DAS LICITANTES

16.1. Verificada a conformidade das propostas com os requisitos do Edital, o Pregoeiro procederá à abertura do envelope contendo a documentação de habilitação do autor da proposta classificada em primeiro lugar, para confirmação de suas condições habilitatórias, com base nas exigências estabelecidas anteriormente.

16.2. Para efeito de saneamento, a correção da (s) falha (s) formal (is), poderá ser desencadeada durante a realização da própria sessão pública, com a apresentação, encaminhamento e ou substituição de documento (s), ou com a verificação desenvolvida por meio eletrônico, fax-símile, ou, ainda, por qualquer outro método que venha a produzir o (s) efeito (s) indispensável (s). O Pregoeiro poderá promover quaisquer diligências necessárias à análise das propostas, da documentação, e declarações apresentadas, devendo os licitantes atender às solicitações no prazo por ele estipulado, contado do recebimento da convocação

16.3. Aberto o invólucro documentação em havendo restrição quanto à regularidade fiscal, fica concedido um prazo de 05 (cinco) dias úteis para sua regularização, prorrogável por igual período, mediante justificativa tempestiva e aceita pelo PREGOEIRO. A falta do documento inabilitará a proponente.

16.4. A não regularização fiscal no prazo estabelecido no subitem 13.3, implicará decadência do direito à contratação, com aplicação das Sanções previstas neste Edital, sendo facultado à Administração convocar os LICITANTES remanescentes, na ordem de classificação, para negociar, nos termos do disposto no artigo 4º, inciso XXIII, da lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

16.5. Caberá ao Pregoeiro inabilitar, sumariamente, a LICITANTE que não atender às exigências previstas, omitir qualquer dos documentos solicitados ou apresentá-los fora do prazo de validade.

16.6. Se o autor da melhor proposta não atender aos requisitos de habilitação, o Pregoeiro fará imediata convocação da empresa autora da proposta classificada em segundo lugar para apresentar sua documentação de habilitação, e assim sucessivamente, até encontrar a proponente que atenda, integralmente, aos requisitos de habilitação exigidos no Edital e ou Aviso Específico.

#### 17. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

17.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 3 (três) dias úteis a contar da solicitação do Pregoeiro e deverá:

a) ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

b) conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

17.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

17.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

#### 18. DOS RECURSOS

18.1. Se o resultado da decisão não for aceito qualquer LICITANTE na mesma sessão de proclamação do vencedor da licitação, deverá manifestar imediata intenção de recorrer do ato decisório, devendo o fato ser devidamente consignado em ata, sob pena de preclusão.

18.2. A manifestação, necessariamente, explicitará motivação consistente e esta será liminarmente avaliada pelo Pregoeiro, o qual decidirá pela sua aceitação ou não.

18.3. Presentes os pressupostos da admissibilidade, o Pregoeiro dará novamente por suspensa a sessão, concedendo ao interessado, na própria sessão, o prazo de 3(três) dias corridos para a apresentação às razões recursais. Na mesma oportunidade serão também intimados

os demais participantes para, querendo, apresentar contrarrazões ao recurso, também em 3(três) dias, contados do término do prazo recursal concedido ao recorrente, com disponibilização imediata de vista do processo licitatório.

18.4 O recurso contra a decisão do (a) Pregoeiro (a) não terá efeito suspensivo.

18.5. Os recursos deverão ser protocolados e deverão ser dirigidos à autoridade superior competente, por intermédio da que praticou o ato recorrido, para que proceda a sua entrega ao Pregoeiro (a) responsável pela licitação.

18.6. Improvido o recurso e devidamente instruído com as razões da decisão, os autos serão remetidos à autoridade superior, que decidirá sobre a manutenção ou reforma desta decisão.

18.7. A inocorrência de imediata manifestação da LICITANTE quanto ao seu interesse de interpor recurso ou a sua apresentação sem quaisquer fundamentos, imotivado ou insubsistente, implicará na preclusão de seu direito de recorrer do ato decisório.

18.8. Não serão aceitos recursos interpostos através de e-mail, nem aqueles apresentados fora do prazo ou por quem não estiver legalmente habilitado para representar a empresa LICITANTE.

18.9. O acolhimento do recurso pela autoridade que prolatou a decisão importará na invalidação apenas dos atos não suscetíveis de aproveitamento.

## 19. DO RESULTADO DA LICITAÇÃO

19.1. Depois de avaliadas a aceitabilidade das propostas e a qualificação da empresa titular da melhor oferta, constatando-se o atendimento dos requisitos, o Pregoeiro avisará às licitantes da decisão sobre a aceitação ou não das propostas e da habilitação, proclamando o resultado da licitação.

19.2. Declarado o vencedor da licitação e não havendo interposição de recurso, o Pregoeiro fará a adjudicação do objeto ao vencedor, mediante a inserção, na respectiva ata, das razões e fundamentos da decisão, dando aos participantes do certame a imediata intimação da decisão.

19.3. Após a adjudicação os autos serão encaminhados ao Prefeito Municipal para homologação e decisão quanto à contratação, podendo, motivadamente, revogar a licitação por interesse público, ou anulá-la, se constatada irregularidade, inobservância aos termos do Edital ou ilegalidade no procedimento, sem que caiba desta decisão qualquer recurso por parte dos interessados ou de seus representantes legais.

19.4. A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pelo Pregoeiro, ou, quando houver recurso pela própria autoridade competente, que decidirá quanto à contratação.

## 20. CONDIÇÕES DA ENTREGA

20.1. Após a Homologação da Licitação pelo Prefeito Municipal, será o vencedor convocado proceder a entrega dos itens licitados.

20.2. A Adjudicatária obriga-se, além das obrigações a ela inerentes previstas no Edital, a:

I – Entregar os itens licitados conforme sua proposta ofertada no dia do certame e Termo de Referência (Anexo I) do edital;

II - Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do objeto do presente Edital;

III - Responder pelas despesas resultantes de quaisquer ações, demandas decorrentes de danos, seja por culpa sua ou quaisquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, igualmente, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais de terceiros, que lhes venham a ser exigidas por força de Lei;

## 21. DO PAGAMENTO

21.1. O pagamento será realizado por empenho, em até 30 (trinta) dias após a entrega da nota fiscal.

21.2. A nota fiscal deverá discriminar a quantidade fornecida.

21.3. Poderão ser descontados dos pagamentos os valores atinentes a penalidades eventualmente aplicadas.

21.4. Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

## 22. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

22.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

- a) apresentar documentação falsa;
- b) deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- c) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- d) não mantiver a proposta;

- e) cometer fraude fiscal;
- f) comportar-se de modo inidôneo;

22.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

22.3. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, garantidas a prévia defesa e contraditório, a Administração poderá aplicar à empresa licitante, as penalidades enunciadas no art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93 com as alterações posteriores as seguintes sanções:

a) Advertência por escrito, quando a licitante praticar pequenas irregularidades; sendo que a penalidade de advertência poderá ser cumulada com a penalidade de multa.

b) 20% (vinte por cento) do valor total da licitação caso haja atraso superior a cinco dias na execução do contrato, configurando-se a inexecução parcial do contrato. Em caso de atraso superior a dez dias, configurar-se-á inexecução total.

c) 20% (vinte por cento) do valor total da licitação no caso da empresa não entregar todos os itens no prazo estipulado no edital, após cinco dias de atraso na execução do contrato.

d) nos casos em que a empresa entregar os itens faltantes em prazo superior ao estipulado no edital, após a tolerância de cinco dias, também incidirá multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da contratação.

e) as multas a que se referem os itens acima incidem sobre o valor total da contratação e poderão ser descontadas de Faturas ou créditos existentes ou recolhida em até 5 (cinco) dias úteis na Tesouraria da Prefeitura Municipal, contados da ciência da empresa por carta registrada ou recebimento do e-mail, sob pena de inscrição em dívida ativa, depois de esgotados os recursos administrativos, respeitada a ampla defesa, caso o débito não seja quitado no prazo de sessenta dias;

f) pela inadequabilidade do (s) objeto (s) ou produto (s) entregue o fornecedor dos objetos sujeitar-se-á a multa de 10% (dez por cento) do valor dos objetos entregues inadequadamente.

g) pela inexecução total da entrega ou por infração de qualquer outro item do edital não prevista nos subitens anteriores, será aplicada multa de 25% (vinte e cinco por cento) do valor total contratado, comutável com as demais sanções, inclusive rescisão contratual se for o caso.

h) pela recusa em entregar o objeto, este ficará sujeito ao pagamento de multa no valor de 10% (dez por cento) do valor total dos itens adjudicados, a título de indenização, com exceção dos casos fortuitos ou de força maior.

i) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 2 (dois) anos, caso haja inexecução parcial do contrato e pelo prazo de 5 (cinco) anos, se houver inexecução total;

j) as penalidades previstas no item anterior não se aplicarão às LICITANTES remanescentes convocadas em virtude da não aceitação da primeira colocada.

j.1) A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento

j.2) as multas poderão ser reiteradas e aplicadas em dobro, sempre que se repetir o motivo de forma injustificada.

22.3. Na aplicação das penalidades previstas no Edital, o Município considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da LICITANTE, podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as suas justificativas, nos termos do que dispõe o artigo 87, "caput", da Lei nº 8.666/93, observados os Princípios da Razoabilidade e da Proporcionalidade, por decisão motivada e fundamentada em processo administrativo.

22.4. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no cadastro da Licitante.

22.5. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

22.6. Para fins do cálculo do valor da multa, os valores serão atualizados, de acordo com o INPC/IBGE, ou índice oficial, que venha a substituí-lo.

22.8. Esgotados todos os recursos, depois de notificado a LICITANTE para o pagamento da multa, fica este ciente que incidirão sobre o débito juros legais e correção monetária pelo INPC/IBGE até a quitação definitiva, sendo que após o prazo de sessenta dias, o valor devido será inscrito como dívida ativa municipal.

## 23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1. A participação na presente licitação implica na expressa e automática concordância aos termos deste Edital e dos seus respectivos anexos, se houverem, não podendo alegar a LICITANTE, posteriormente, desconhecimento das regras constantes deste instrumento.

23.2. O Órgão licitador poderá suspender ou mesmo cancelar, no todo ou em parte, os negócios já realizados, sem que desta decisão caiba qualquer recurso por parte dos interessados ou de seus representantes legais, se constatada qualquer falha, irregularidade ou inobservância

aos termos deste Edital ou de seus Anexos, se for o caso.

23.3. O Órgão licitador reserva-se o direito de acrescentar ou diminuir a aquisição em 25% do valor do objeto da presente licitação, conforme prescreve o art. 65, § 1º da Lei 8666/93.

23.4. As questões resultantes deste Edital serão dirimidas no foro desta comarca, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou se torne.

São Francisco do Sul, 27 de abril de 2018.

LEONARDO GASTALDI  
Secretário Municipal de Administração

#### ANEXO I

PREGÃO PRESENCIAL Nº 084/2018

#### TERMO DE REFERÊNCIA

##### 1. OBJETO

Aquisição de lâmpadas.

##### 2. OBJETIVO/FINALIDADE

Aquisição de lâmpadas para o Ginásio de Esportes e Centro de Treinamento

##### 3. JUSTIFICATIVA

Faz-se necessária a aquisição de lâmpadas para o Ginásio de Esportes que tem em anexo a Gerencia de Esportes e no Centro de Treinamento (anexo ao clube 24 de janeiro).

#### ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

Lote único

| ITEM        | QUANT. | DESCRIÇÃO PRODUTO  |               |
|-------------|--------|--|---------------|
| 1           | 18     | Luminária industrial HRD 100 W, Potencia 100W, Lumens 15.000 fator de potencia (FP):>0,98, curva de distribuição: 60D3160, LED Chips: Lumileds; Eficiência Luminosa: 152 LM/W; Drive: MOSO LPD - 105 M150; Vida útil estimada do LED: 80.000 HRS - 5 anos de garantia, driver IP67/modulo IP68 cor do acabamento: prata+cinza, dimensões: 234*300*325. | R\$12.564,00  |
| 2           | 54     | Lâmpadas Bulbo LED, POTENCIA 12 W, temperatura de cor 6000k, tensão 85~265 V AC (bivolt) IRC>80, Fator de potencia > 0,7, Vida Útil 25000h, garantia 3 meses   | R\$1.290,60   |
| 3           | 22     | Tubular LED T8 vidro 60cm, potencia 10 W, temperatura de cor 6500K fluxo luminoso 900 Lm eficiência luminosa 90Lm/W, tensão Bivolt 127-220V, IRC 80, Fator de Potencia >0.95, Dimensão 600 mm x 025 mm, difusor fosco, vida útil 25000h, garantia 1 ano.   | R\$438,90     |
| 4           | 6      | tubular LED t8 Vidro 120 cm, potencia 18W, temperatura de cor 4100 K a 6000k, fluxo Luminoso 1850 Lm Eficiência Luminosa 102 L/M/W, tensão Bivolt Aut. Dimensão 26(diâmetro) x 1200 mm, IRC>80, Fator de potencia> 0.92, difusor fosco, vida Útil 25000 h, garantia 1 ano  | R\$177,00     |
| VALOR TOTAL |        |  | R\$ 14.470,50 |

OBSERVAÇÃO: A empresa vencedora terá que apresentar amostra do material Licitado conforme as especificações Técnicas do processo em até 5 (cinco) dias após homologação do contrato. O material será fiscalizados e aprovados por representantes designado pela gerencia. Após o recebimento provisório, a fiscalização avaliará a característica do item, identificando eventuais problemas.

##### 4. FORMA DE ENTREGA E LOCAL:

Imediata. Entrega na Gerencia Municipal de Esportes – Rua: Flodoaldo Nóbrega s/n – acarai – São Francisco do Sul – SC.

##### 5. FORMA DE PAGAMENTO

Por empenho, 30 dias após à entrega da nota fiscal

Juliani de Barros  
Gerente Municipal de Esportes

#### ANEXO II



## MODELO DE PROCURAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO

À:

Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul

Por este instrumento particular de Procuração, a (Razão Social da Empresa), com sede (endereço completo da proponente), inscrita no CNPJ/MF sob nº ..... e Inscrição Estadual sob nº ....., representada neste ato por seu(s) sócios (qualificação(es) do(s) outorgante(s) Sr(a) ....., portador(a) da Cédula de Identidade RG nº ....., e CPF nº ..... , nomeia(m) e constitui(em) seu bastante procurador o (a) Sr (a) ....., portador (a) da Cédula de Identidade RG nº .....e CPF nº ....., a quem confere(imos) amplos poderes para representar a (Razão Social da Empresa) perante ..... (indicação do órgão licitante), no que se referir ao presente PREGÃO PRESENCIAL Nº 084/2018, com poderes para tomar qualquer decisão durante todas as fases do PREGÃO, os envelopes PROPOSTA DE PREÇOS (Nº 01) e DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (Nº 02) em nome da Outorgante, formular verbalmente lances ou ofertas na (s) etapa (s) de lances, desistir verbalmente de formular lances ou ofertas na (s) etapa (s) de lance (s), negociar a redução de preço, desistir expressamente da intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, manifestar-se imediata e motivadamente sobre a intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, assinar a ata da sessão, prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo PREGOEIRO(A), enfim, praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do Outorgante.

A presente Procuração é válida por .....

Cidade, Estado, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018

Assinatura do Representante legal da Empresa  
Nome do representante por Extenso

## CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA

Obs: deverá vir acompanhada do contrato social da proponente ou de outro documento, onde esteja expressa a capacidade/competência do outorgante para constituir mandatário, conforme edital.

## ANEXO III

## MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE A PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

À:

Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul/SC

A/C. Pregoeiro (a) Oficial

Edital de Pregão Presencial nº 084/2018

Pela presente, declaro (amos) que, nos termos do art. 4º, VII, da lei nº 10.520/2002, a empresa .....(indicação da razão social) cumpre plenamente os requisitos de habilitação para o PREGÃO PRESENCIAL Nº 084/2018, cujo objeto é Aquisição de lâmpadas para o Ginásio de Esportes e Centro de Treinamento mantidos pela Gerência Municipal de Esportes, de acordo com especificações e quantidades constantes no Anexo I deste Edital.

Cidade, Estado, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

Assinatura do Representante legal da Empresa  
Nome do representante por Extenso

## CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA

## ANEXO IV

## MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUPERVENIÊNCIA

À:

Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul/SC

A/C. Pregoeiro (a) Oficial

Edital de Pregão Presencial nº 084/2018

Prezados Senhores,

....., portador do RG ....., abaixo assinado, na qualidade de responsável legal da proponente, ....., CNPJ ....., DECLARA expressamente que se sujeita às condições estabelecidas no Edital de Pregão Presencial acima citado e que acatará integralmente qualquer decisão que venha a ser tomada pelo licitador, quanto à qualificação apenas das proponentes que tenham atendido às condições estabelecidas no Edital, e que demonstrem integral capacidade de executar o fornecimento do bem e/ou do serviço previsto. DECLARA, ainda, para todos os fins de direito, a inexistência de fatos supervenientes impeditivos da habilitação ou que comprometa a idoneidade da proponente nos termos do Artigo 32, parágrafo 2º, e artigo 97 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações subsequentes.

Cidade, Estado, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

Assinatura do Representante legal da Empresa  
Nome do representante por Extenso  
CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA

## ANEXO V

## MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO EXISTÊNCIA DE TRABALHADORES MENORES

À:  
Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul/SC  
A/C. Pregoeiro (a) Oficial  
Edital de Pregão Presencial nº 084/2018

Declaramos para os devidos fins e especialmente para o Edital de Pregão Presencial nº 084/2018 que a Proponente .....  
..... (razão social), inscrito no CNPJ/MF sob nº ..... , com sede na cidade de .....  
....., Estado ..... , na Rua/Av ..... (endereço completo), não  
mantém em seu quadro de pessoal, trabalhadores menores de 18(dezoito) anos em horário noturno de trabalho, ou em serviços perigosos  
ou insalubres, não mantendo ainda, em qualquer trabalho, trabalhadores menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz,  
a partir de 14 (quatorze) anos.

Cidade, Estado, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

Assinatura do Representante legal da Empresa  
Nome do representante por Extenso  
CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA

ANEXO VI  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 084/2018  
RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL PELA INTERNET

Senhor Licitante,

Visando comunicação futura entre este Município e essa empresa, solicito de Vossa Senhoria preencher o recibo de entrega do edital e  
remeter ao (à) Pregoeiro (a) através do e-mail [licitacao@saofranciscodosul.sc.gov.br](mailto:licitacao@saofranciscodosul.sc.gov.br).

A não remessa do recibo exime o (a) Pregoeiro (a) da comunicação de eventuais retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem  
como de quaisquer informações adicionais.

Razão Social: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

C.N.P.J. nº \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Cidade: \_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_ Telefone: \_\_\_\_\_ Fax: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Pessoa para contato: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Recebemos nesta data, cópia do instrumento convocatório da licitação acima identificada.

Local: \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

Assinatura

# São João Batista

## PREFEITURA

### DECRETO FUNCIONAL Nº 14/2018

Publicação Nº 1608762

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA  
Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89  
C.G.C 82.925.652/0001 – 00  
Fone/Fax (48) 3265 0195  
rh@sjbatista.sc.gov.br

#### DECRETO FUNCIONAL Nº 14/2018

Nomeia aprovados em concurso público que menciona e dá outras providências.

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos II, IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração e considerando o resultado do Concurso Público Municipal 02/2017, homologado em 17 de janeiro de 2018, Decreta:

Art. 1º - Ficam nomeadas as seguintes pessoas aprovadas e habilitadas para os seguintes cargos:

Cargo: Secretário Escolar

| Classificação | Candidato:            |
|---------------|-----------------------|
| 012           | FELIPE LISBOA RIBEIRO |

Cargo: Monitor Escolar

| Classificação | Candidato:          |
|---------------|---------------------|
| 118           | MAIARA REIS DAROSSO |

Cargo: Professor de Creche

| Classificação | Candidato:             |
|---------------|------------------------|
| 016           | ANGELA LETICIA PADILHA |

Art. 2º - Ficam convocados os nomeados a tomar posse, no prazo máximo de 30 dias, que se finalizam em 31/05/2018, na sede da Prefeitura Municipal de São João Batista, no horário das 13:30 às 17:30 horas.

Art. 3º - Os aprovados deverão apresentar ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, para a posse, originais e cópias dos seguintes documentos:

- a) Certificado de Graduação e Registro Profissional ou protocolo de inscrição no respectivo Conselho de Classe, quando for o caso;
- b) Comprovante do Nível de Escolaridade;
- c) Documento Oficial de identificação com foto;
- d) Comprovante de Situação Cadastral do CPF;
- e) Comprovante de residência Atualizado;
- f) Certidão de nascimento se solteiro, Certidão de casamento se casado;
- g) Cópia da CTPS
- h) Título de Eleitor e comprovante de voto da última eleição;
- i) Comprovante de Serviço Militar (para homens);
- j) Certidão de Nascimento ou RG e nº do CPF dos filhos menores de 21 anos;
- k) Uma foto 3x4 recente;
- l) Conta Salário ou conta corrente na Caixa Econômica Federal;
- m) Atestado de Saúde Admissional, fornecido pela junta médica oficial do Município (agendar junto ao RH da Prefeitura)
- n) Declaração de Acúmulos de cargos;
- o) Declaração de Bens;
- p) Declaração de não ter sofrido penalidades da função pública;
- q) Atestado de Antecedentes Criminais.

Art. 4º - Este Decreto Funcional entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SÃO JOÃO BATISTA, 02 de maio de 2018.  
Daniel Netto Cândido  
Prefeito Municipal

**DECRETO FUNCIONAL Nº 15/2018**

Publicação Nº 1608766

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA  
Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89  
C.G.C 82.925.652/0001 – 00  
Fone/Fax (48) 3265 0195  
rh@sjbatista.sc.gov.br

**DECRETO FUNCIONAL Nº 15/2018**

Nomeia aprovados em concurso público que menciona e dá outras providências.

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos II, IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração e considerando o resultado do Concurso Público Municipal 01/2017 (cargos com etapa única), homologado em 30 de janeiro de 2018, resolve:

Art. 1º - Ficam nomeadas as seguintes pessoas aprovadas e habilitadas para o seguinte cargo:

Cargo: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

| Classificação | Candidato:              |
|---------------|-------------------------|
| 103           | MAYCON COSTA DOS SANTOS |
| 104           | CELIA SILVA             |

Art. 2º - Ficam convocados os nomeados a tomar posse, no prazo máximo de 30 dias, que se finalizam em 31/05/2018, na sede da Prefeitura Municipal de São João Batista, no horário das 13:30 às 17:30 horas.

Art. 3º - Os aprovados deverão apresentar ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, para a posse, originais e cópias dos seguintes documentos:

- a) Certificado de Graduação e Registro Profissional ou protocolo de inscrição no respectivo Conselho de Classe, quando for o caso;
- b) Comprovante do Nível de Escolaridade;
- c) Documento Oficial de identificação com foto;
- d) Comprovante de Situação Cadastral do CPF;
- e) Comprovante de residência Atualizado;
- f) Certidão de nascimento se solteiro, Certidão de casamento se casado;
- g) Cópia da CTPS
- h) Título de Eleito e comprovante de voto da última eleição;
- i) Comprovante de Serviço Militar (para homens);
- j) Certidão de Nascimento ou RG e nº do CPF dos filhos menores de 21 anos;
- k) Uma foto 3x4 recente;
- l) Conta Salário ou conta corrente na Caixa Econômica Federal;
- m) Atestado de Saúde Admissional, fornecido pela junta médica oficial do Município (agendar junto ao RH da Prefeitura)
- n) Declaração de Acúmulos de cargos;
- o) Declaração de Bens;
- p) Declaração de não ter sofrido penalidades da função pública;
- q) Atestado de Antecedentes Criminais.

Art. 4º - Este Decreto Funcional entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SÃO JOÃO BATISTA, 02 de maio de 2018.  
Daniel Netto Cândido  
Prefeito Municipal

# São João do Oeste

## PREFEITURA

### EDITAL INEXIGIBILIDADE 07.18 MERENDA DA AGRICULTURA FAMILIAR

Publicação Nº 1608205

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 007.2018. Proc. Licit. 085/2018. Edital de Chamamento Público para Credenciamento.

Credenciamento: a partir do dia 02 de maio de 2018 até 01 de junho de 2018.

OBJETO: O objeto da presente Chamada Pública é a de aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE.

Vigência: até 30.09.2018 – contados a partir do credenciamento.

Maiores informações e cópia do edital junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à Rua Encantado, 66, centro – São João do Oeste e ou pelo fone (49) 3195.2000 no horário de expediente. Edital disponível no site [www.saojoao.sc.gov.br](http://www.saojoao.sc.gov.br). São João do Oeste, SC, 02 de maio de 2018.

FERNANDO BISIGO – PREFEITO MUNICIPAL.

### EXTRATO DA ATA Nº 69/2018 DO PROCESSO LICITATÓRIO 44/2018

Publicação Nº 1608137

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DA ATA nº 69/2018 DO PROCESSO LICITATÓRIO 44/2018

ORIGEM: Tomada de Preço 06/2018

OBJETO: O Município de São João do Oeste torna público e para o conhecimento dos interessados, que a empresa Construtora Fiel Eireli ME, vencedora do certame, não compareceu à municipalidade para assinatura do contrato n. 46.2018 após inúmeras tentativas de contato pelo setor de compras. Assim, a Presidente da Comissão de Licitações juntamente com sua equipe de apoio decide pela DESCLASSIFICAÇÃO da empresa CONSTRUTORA FIEL EIRELI ME, aplicando a empresa as penalidades previstas no art. 84 da Lei 8.666/93 como a suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 2 (dois) anos. Por haver segundo colocado, a Comissão Permanente de Licitações CONVOCA a empresa METALÚRGICA LOHMANN EIRELI para contratar com o Município para execução da obra no valor do primeiro colocado (R\$7.624,06) devendo, no prazo de 2 (dois) dias úteis se manifestar quanto ao aceite ou recusa da execução do objeto. Maiores informações junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à Rua Encantado, 66, centro – São João do Oeste e ou pelo fone (49) 3195.2000 no horário de expediente.

São João do Oeste, SC, 30 de abril de 2018.

Fernando Bisigo – Prefeito Municipal

### PP 46.18 MERENDA ESCOLAR

Publicação Nº 1608793

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 086/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 046/2017 – Exclusivo para empresas MPES – conforme LC 147/14

O Município de São João do Oeste torna público e para o conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, conforme descrito a seguir:

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios para o Programa Municipal de Alimentação Escolar do Município de São João do Oeste.

Tipo: menor preço por item.

Entrega dos envelopes até as 14:00 horas do dia 15 de maio de 2018 e abertura no mesmo dia e horário, no setor de compras e licitações da Prefeitura Municipal. Maiores informações junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à Rua Encantado, 66, centro – São João do Oeste, pelo fone (49) 3195.2000 no horário de expediente ou pelo e-mail [compras@saojoao.sc.gov.br](mailto:compras@saojoao.sc.gov.br). Edital disponível no site [www.saojoao.sc.gov.br](http://www.saojoao.sc.gov.br). São João do Oeste, SC, 02 de maio de 2018. FERNANDO BISIGO – PREFEITO MUNICIPAL.

**PP 47.18 SERVIÇOS DE ARBITRAGEM**

Publicação Nº 1608618

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE  
AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 087/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 047/2018 – Exclusivo para empresas MPes

OBJETO: O Município de São João do Oeste torna público e para o conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL com sistema de registro de preços, conforme descrito a seguir:

OBJETO: Contratação de serviços arbitragem para o campeonato municipal de futebol de campo 1ª Divisão, realizados pelo departamento de esportes do município de São João do Oeste no ano de 2018.

Tipo: menor preço por lote.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 08:30 horas do dia 15 de maio de 2018. ABERTURA DOS ENVELOPES: às 08:30 horas do dia 15 de maio de 2018 no setor de compras e licitações da Prefeitura Municipal. Maiores informações junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à Rua Encantado, 66, centro – São João do Oeste e ou pelo fone (49) 3195.2000 no horário de expediente. Edital disponível no site [www.saojoao.sc.gov.br](http://www.saojoao.sc.gov.br). São João do Oeste, SC, 30 de abril de 2018. FERNANDO BISIGO – PREFEITO MUNICIPAL.



# São Joaquim

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 169/2018

Publicação Nº 1608551

DECRET O Nº 169/2018

"QUE NOMEIA COMISSÃO PARA AFERIR POSSIBILIDADES DE REAJUSTES DE PREÇOS EM CONTRATOS DECORRENTES DE PROCESSOS LICITATÓRIOS EM VIGOR, BEM COMO RESPECTIVOS PERCENTUAIS POSSÍVEIS"

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica NOMEADA Comissão para aferir possibilidade de acatar pedidos de revisão de preços em contratos decorrentes de Processos Licitatórios, bem como determinar os respectivos percentuais com vistas à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial dos contratos, composta pelos seguintes membros:

- BENTA DE FÁTIMA FURTADO;
- LUCAS DA SILVA;
- JAMILE Mª. DE ANDRADE SANTOS e
- MARIA DE FATIMA SOUSA NUNES.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições da Portaria Nº 049/2017, de 11/01/2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 30 de Abril de 2018.  
GIOVANI NUNES  
Prefeito Municipal.

### EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 02/2018 PRORROGADO

Publicação Nº 1608219

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 02/2018

PRORROGADO

GIOVANI NUNES, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOAQUIM - SC, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 37, da Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal, TORNA PÚBLICO que realizará PROCESSO SELETIVO para formação de cadastro de reserva para preenchimento de vagas temporárias de categorias funcionais para o ano letivo de 2018, constantes nos Quadros de Pessoal da Administração Pública Municipal, regulamentado pelas LEIS 4.183/2013, 4.323/2015, 4.324/2015 e 4.421/2016 e pelos DECRETOS 003/2018 E 014/2018, com a execução técnico-administrativa da empresa ACESSE CONCURSOS LTDA, o qual se regerá pelas instruções especiais contidas neste Edital e legislação vigente.

#### 1. DO CRONOGRAMA DESTE CERTAME

| DATA   | ATO   |
|--|---|
| 18/04/2018   | Publicação do Edital  |
| 18/04/2018 até às 23h59min do dia 29/04/2018<br>09/05/2018 | Período de Inscrições   |
| 18/04/2018 até às 23h59min do dia 26/04/2018<br>08/05/2018 | Prazo para ANEXAR documentos referentes à isenção de taxa de inscrição. |
| 27/04/2018 09/05/2018                                      | Publicação das isenções deferidas                                       |
| 18/04/2018 a 30/04/2018 10/05/2018                         | Prazo para pagamento da taxa de inscrição                               |
| 02/05/2018 11/05/2018                                      | Publicação do ROL DOS INSCRITOS   |
| 03/05/2018 12 e 13/05/2018                                 | Prazo para recursos do não deferimento do pedido de inscrição           |
| 04/05/2018 14/05/2018                                      | Homologação das Inscrições  |
| 06/05/2018 20/05/2018                                      | Realização das provas escritas e objetivas.                             |
| 06/05/2018 20/05/2018                                      | Realização da prova prática.  |
| 06/05/2018 20/05/2018                                      | Recolhimento dos documentos para a prova de títulos                     |

|                                 |  |
|---------------------------------|--|
| 06/05/2018 20/05/2018           | Publicação do gabarito provisório (após as 18 horas)   |
| 07 e 08/05/2018 21 e 22/05/2018 | Prazo para recursos da formulação das questões e discordância com o gabarito da prova objetiva                       |
| 14/05/2018 29/05/2018           | Publicação do julgamento dos recursos contra discordância do gabarito e formulação de questões.                      |
| 14/05/2018 29/05/2018           | Publicação do gabarito definitivo, nota da prova objetiva, prática, de Títulos e classificação provisória.           |
| 15 e 16/05/2018 30 e 31/05/2018 | Prazo para recurso contra nota da prova objetiva, prática, de Títulos, e classificação provisória.                   |
| 17/05/2018 01/06/2018           | Publicação do julgamento dos recursos contra nota da prova objetiva, prática, de Títulos e classificação provisória. |
| 17/05/2018 01/06/2018           | Publicação do resultado final para Homologação posterior a esta data.  |

O CANDIDATO QUE NÃO APRESENTAR A HABILITAÇÃO MÍNIMA, EXIGIDA NO ANEXO I DO EDITAL, NO ATO DA CONTRATAÇÃO SERÁ DESCLASSIFICADO DO PROCESSO.

1. O cronograma é uma previsão e poderá sofrer alterações, dependendo do número de inscritos e de recursos, intempéries e por decisão da Comissão de Coordenação e Fiscalização do Processo Seletivo e/ou da Comissão Executiva, sendo de responsabilidade do candidato acompanhar suas alterações nos meios de divulgação do certame.

## 2. DOS CARGOS E DAS VAGAS

2.1. O candidato concorrerá às vagas dos cargos constantes no Anexo I deste Edital, com função/ área de atuação, carga horária semanal, formação/escolaridade/qualificação/ habilitação descritos no mesmo.

2.2. Os candidatos que integrarem a lista de aprovados deverão manter seus endereços atualizados, telefone e e-mail no setor de Recursos Humanos da prefeitura durante todo o período de validade do Processo Seletivo sob pena de perda da classificação.

2.3. As vagas serão preenchidas de acordo com a ordem de classificação disposta no Anexo I.

2.3.1. O candidato aprovado no presente Processo Seletivo deverá acompanhar, através dos meios de comunicação da administração municipal, as vagas que possam surgir durante o período de validade do Processo Seletivo.

2.4. É de inteira responsabilidade, do candidato, acompanhar pela internet, através dos sites [www.acesseconcursossc.com.br](http://www.acesseconcursossc.com.br) ou [www.saojoaquim.sc.gov.br](http://www.saojoaquim.sc.gov.br) as publicações de todos os atos e Editais relativos ao Processo Seletivo, inclusive alterações que porventura ocorram durante a realização do mesmo até sua homologação final.

## 3. DAS VAGAS PARA PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

3.1. Às pessoas com deficiência é assegurado o direito de inscrição no presente Processo Seletivo para os cargos cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadores, num percentual de 10% (dez por cento) do total das vagas oferecidas para cada cargo, de acordo com o art. 37, inciso VIII da Constituição Federal e Lei nº 2.907, de 17 de março de 2009.

3.2. Ao inscrever-se nessa condição, o candidato deverá escolher o cargo a que concorre e marcar a opção "Pessoas com Deficiência", bem como deverá encaminhar, via postal, por SEDEX até o 1º dia útil após o encerramento das inscrições, para:

ACESSE CONCURSOS LTDA  
RUA PARÁ, 162, BAIRRO ESTADOS  
TIMBÓ/SC - CEP 89120-000  
PROCESSO SELETIVO – SÃO JOAQUIM

Deverão ser enviados os documentos das alíneas a, b, c, d:

a) Laudo médico (original ou cópia legível e autenticada), emitido há menos de um ano, atestando a espécie e o grau de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença - CID, bem como da provável causa da deficiência..

b) Requerimento solicitando vaga especial, constando: b1) o tipo de deficiência; b2) a necessidade de condição especial, prova especial e/ ou tempo adicional, se for o caso (conforme modelo do Anexo III deste Edital). Os pedidos devem ser formalizados por escrito no próprio anexo e serão examinados para verificação das possibilidades operacionais de atendimento, obedecendo a critérios de viabilidade e de razoabilidade;

c) Parecer original emitido por especialista da área de sua deficiência, atestando a necessidade de tempo adicional, somente para o caso de pedido de tempo adicional, conforme Lei Federal nº 7.853, de 24 de outubro de 1989 e alterações. Caso não seja apresentado o parecer, o candidato não terá deferida a sua solicitação.

d) Anexo III deste Edital, preenchido e assinado, o qual contém: Declaração de que a necessidade especial não o impossibilita de exercer as atribuições do cargo; Declaração de que fica impedido de usufruir da condição de portador de necessidades especiais para, posteriormente, requerer readaptação ou aposentadoria;

3.3. Caso o candidato não encaminhe o laudo médico e o respectivo requerimento até o prazo determinado, não será considerado como pessoa com deficiência para concorrer às vagas reservadas, não tendo direito à vaga especial, seja qual for o motivo alegado, mesmo que tenha assinalado tal opção na ficha de inscrição.

3.4. Não serão considerados como deficiência os distúrbios de acuidade visual passíveis de correção simples do tipo miopia, astigmatismo,

estrabismo e congêneres.

3.5. Os candidatos inscritos nessa condição participarão do Processo Seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere às provas aplicadas, ao conteúdo das mesmas, à avaliação, aos critérios de aprovação, ao horário e local de aplicação das provas e à nota mínima exigida para todos os demais candidatos, resguardadas as condições especiais previstas na legislação própria.

3.6. Os candidatos aprovados no Processo Seletivo serão submetidos a exames médicos e complementares, que irão avaliar a sua condição física e mental.

3.7. Na falta de candidatos aprovados para as vagas reservadas, estas serão preenchidas pelos demais candidatos com estrita observância da ordem classificatória.

3.8. O candidato portador de necessidades especiais que não apresentar o atestado médico e/ou não preencher as condições descritas no art. 4º do Decreto Federal nº 3.298/1999, será considerado não portador de necessidades especiais, passando para a listagem geral dos candidatos, sem direito à reserva de vaga.

3.9. Caso a aplicação do percentual de 10% resultar em número fracionado, igual ou superior a 0,5% (meio ponto percentual), este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente.

#### 4. DAS INSCRIÇÕES

4.1. O candidato deverá acessar o site [www.acesseconcursossc.com.br](http://www.acesseconcursossc.com.br) onde terá acesso ao Edital e seus Anexos, à ficha de inscrição e aos procedimentos necessários à efetivação da inscrição, que estará disponível no período de 18/04/2018 a 29/04/2018 09/05/2018.

4.1.1. Antes de efetuar a inscrição o candidato deverá certificar-se de que possui todas as condições e pré-requisitos para inscrição.

4.2. O candidato deverá preencher integralmente o requerimento de inscrição e confirmá-lo via internet, imprimir e pagar o boleto no valor da inscrição até a data limite constante no respectivo boleto.

4.2.1. O agendamento do pagamento e o respectivo demonstrativo não se constituem documentos comprobatórios do pagamento da taxa de inscrição.

4.2.2. Em caso de feriado ou evento que acarrete o fechamento de agências bancárias na localidade em que se encontra o candidato, o boleto deverá ser pago antecipadamente.

4.2.3. Para evitar ônus desnecessário, o candidato deverá orientar-se no sentido de recolher o valor de inscrição somente após tomar conhecimento de todos os requisitos e condições exigidos para assumir o cargo, bem como das regras constantes neste edital acompanhando as publicações e suas possíveis alterações.

4.2.4. A inscrição só será aceita quando o Banco onde foi paga a taxa de inscrição confirmar o respectivo pagamento.

4.2.5. Não serão aceitas as inscrições pagas fora do prazo de vencimento ou com cheques sem provisão.

4.2.6. O candidato, após efetuar o pagamento da inscrição não poderá, sob qualquer pretexto, pleitear a troca de cargo e/ou a devolução da importância recolhida, uma vez que o valor da inscrição somente será restituído em caso de anulação plena do Processo Seletivo.

4.2.7. Não será aceita inscrição com falta de documentos, via postal, por telex ou via fax, e-mail, extemporânea e/ou condicional, ou ainda fora do prazo estabelecido.

4.3. O candidato deverá acompanhar este Edital, bem como a publicação da relação de candidatos inscritos (rol de inscritos) para confirmar o processamento de sua inscrição; caso sua inscrição não tenha sido processada, o mesmo não poderá prestar provas, podendo impetrar pedido de recurso, conforme determinado neste Edital.

4.4. A inscrição do candidato implicará a tácita aceitação das condições estabelecidas neste Edital, bem como em eventuais aditamentos, comunicações, instruções e convocações relativas ao certame, que passarão a fazer parte do instrumento convocatório como se nele estivessem transcritos e das quais não poderá alegar desconhecimento.

4.4.1. Ao se inscrever o candidato concorda com o acesso por terceiros, por qualquer meio, dos seus dados de identificação, títulos apresentados, resultados das avaliações a que for submetido e classificação no presente Processo Seletivo.

4.4.2. Quaisquer dúvidas referentes a este Processo Seletivo poderão ser sanadas através do e-mail [contato@acesseconcursossc.com.br](mailto:contato@acesseconcursossc.com.br).

4.5. A Prefeitura Municipal de São Joaquim e a Empresa Acesse Concursos LTDA não se responsabilizarão por solicitações de inscrição, via internet, não efetivadas por motivos de ordem técnica, falhas de comunicação, congestionamento de linhas de comunicação ou outros fatores que impossibilitem a transferência dos dados ou a impressão do documento relacionado neste Edital.

4.6. As informações prestadas no requerimento de inscrição são de total responsabilidade do candidato e, se falsas ou inexatas, determinarão o cancelamento da inscrição e a anulação de todos os atos dela decorrentes mesmo que o candidato tenha sido aprovado e/ou que o fato seja constatado posteriormente.

4.7. Os candidatos poderão se inscrever em apenas 01 (um) cargo.

4.8. O candidato que necessitar de qualquer tipo de atendimento diferenciado para a realização das provas deverá solicitá-lo, no e-mail [contato@acesseconcursossc.com.br](mailto:contato@acesseconcursossc.com.br) no ato de inscrição, indicando claramente quais os recursos especiais necessários (materiais, equipamentos, etc.) até o último dia de inscrição.

4.8.1. As solicitações de condições especiais, bem como de recursos especiais, serão atendidas obedecendo a critérios de viabilidade e de razoabilidade.

4.8.1.1. Caso o candidato não envie o pedido exigido no item anterior, não terá preparado o tratamento diferenciado para realização de provas.

4.8.2. A candidata lactante que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas deverá solicitar por escrito, no ato da inscrição, enviando e-mail para contato@acesseconcursossc.com.br onde deve constar a solicitação e levar acompanhante que permanecerá em sala reservada para essa finalidade.

4.8.2.1. O acompanhante deve ser maior de idade, ou seja, 18 anos, deverá apresentar documento oficial com foto. O acompanhante e a criança devem permanecer na sala reservada para amamentação desde o horário descrito no item 7.1.

4.8.2.2. Não haverá compensação de tempo em favor de amamentação.

## 5. DO VALOR DA INSCRIÇÃO

|  |            |
|--|------------|
| PARA CARGOS DE FORMAÇÃO MÍNIMA DE NÍVEL FUNDAMENTAL        | R\$ 40,00  |
| PARA CARGOS DE FORMAÇÃO MÍNIMA DE NÍVEL MÉDIO/TÉCNICO      | R\$ 60,00  |
| PARA CARGOS DE FORMAÇÃO MÍNIMA DE NÍVEL SUPERIOR PROFESSOR | R\$ 80,00  |
| PARA CARGOS DE FORMAÇÃO MÍNIMA DE NÍVEL SUPERIOR MÉDICO    | R\$ 150,00 |

## DA ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

5.1. Para os candidatos que solicitarem isenção da taxa de inscrição por serem doadores de sangue e medula óssea ou pessoa que integre a Associação de doadores e que contribua, comprovadamente para estimular de forma direta e indireta, a doação:

5.1.1. Considera-se para enquadramento ao benefício previsto por esta Lei somente a doação de sangue promovida a órgão oficial, ou a entidade credenciada pela União, pelo Estado ou por Município.

5.1.2. A comprovação da qualidade de doador de sangue será efetuada através da apresentação de documento expedido pela entidade coletora. O documento previsto por este item deverá discriminar o número e a data em que foram realizadas as doações, não podendo ser inferior a 03 (três) vezes anuais, considerando-se os 12 (doze) meses que antecederam a abertura do presente edital.

5.1.3. A comprovação da pessoa que integre a Associação de doadores e que contribua, comprovadamente para estimular de forma direta e indireta, a comprovação, será efetuada mediante documento específico firmado por entidade coletora oficial ou credenciada, que deverá relacionar minuciosamente as atividades desenvolvidas pelo interessado.

5.1.4. Para a comprovação de doador de Medula Óssea, o candidato deverá ANEXAR comprovante de inscrição no REDOME - Registro Nacional de Doadores de Medula Óssea, instalado no INCA - Instituto Nacional do Câncer.

5.1.5. O candidato deve ANEXAR a documentação dos itens acima no ato de inscrição, no campo destinado a anexar documento de doador, até 26/04/2018 08/05/2018. A constatação de falsidade dos documentos exigidos, além das sanções penais cabíveis importará na exclusão da inscrição do candidato neste Processo Seletivo.

Os candidatos que tiverem sua isenção INDEFERIDA deverão ficar atentos ao prazo de pagamento do boleto, conforme o cronograma do edital. É de inteira responsabilidade do candidato indeferido da isenção, acompanhar as publicações e efetuar o pagamento no prazo estipulado no edital sob pena de ser indeferida sua inscrição no Processo Seletivo.

## 6. DAS PROVAS

### 6.1. DAS PROVAS, DAS NOTAS E DA CLASSIFICAÇÃO.

6.2. Os candidatos submeter-se-ão aos testes de que dispõe o programa das provas no item 7 deste Edital, que avaliarão as aptidões e o desempenho na função que pretendem exercer.

6.3. Prova Objetiva (PO) de múltipla escolha, com 01 (uma) única alternativa correta, de caráter eliminatório e classificatório, a ser aplicada para todos os candidatos.

6.3.1. Serão considerados aprovados todos os candidatos que não zerarem na nota da prova objetiva.

6.3.2. A prova objetiva terá pontuação de 0,00 (zero) a 10,0 (dez), utilizando-se 02 (duas) casas decimais após a vírgula, cuja nota será obtida mediante ao cômputo de acertos, tendo em vista que cada questão valerá o disposto no item 7.2.2.

6.4. Prova de Títulos (PT) para os cargos de Professor e Médico de caráter exclusivamente classificatório para todos os candidatos aprovados na prova objetiva. Podendo totalizar no máximo 10 (dez) pontos conforme anexo IV.

6.5. Prova Prática (PP) para o cargo de Agente de Serviços Gerais de caráter exclusivamente classificatório para todos os candidatos aprovados na prova objetiva. Podendo totalizar no máximo 10 (dez) pontos conforme anexo V.

6.6. Em nenhuma hipótese haverá segunda chamada destas provas.

6.1.1. As provas práticas e de títulos serão aplicadas a todos os candidatos mencionados nos itens 6.4 e 6.5, porém somente será computada nota em favor do candidato aprovado na prova objetiva.

6.7. Para os cargos de Professor e Médico a nota final será  $PO = 70\% + PT = 30\%$ , onde a fórmula final será  $PO \times 0,7 + PT \times 0,3 = NF$ .

6.8. Para o cargo de Agente de Serviços Gerais a nota final será  $PO = 70\% + PP = 30\%$ , onde a fórmula final será  $PO \times 0,7 + PP \times 0,3 = NF$ .

6.9. Para os demais cargos a Nota Final será:  $PO = 100\%$ .

Entenda-se:

PO = Prova Objetiva  
 PP = prova Prática  
 PT = Prova de Títulos  
 NF = Nota Final

6.10. A classificação dos candidatos aos cargos de PROFESSOR será separada por duas listagens 1ª HABILITADOS E 2ª NÃO HABILITADOS. Para contratação, primeiro será utilizada a lista dos HABILITADOS. Esgotadas as opções, passa-se a chamar os candidatos da lista dos NÃO HABILITADOS.

6.11. A classificação para os demais cargos seguirá apenas uma lista.

## 7. DA REALIZAÇÃO DAS PROVAS E DA DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS

7.1. A PROVA OBJETIVA PARA TODOS OS CARGOS SERÁ REALIZADA NO DIA 06 20 DE MAIO DE 2018, COM INÍCIO ÀS 9H E TÉRMINO ÀS 11H00MIN, SENDO RECOMENDADA A CHEGADA DOS CANDIDATOS COM 30 (TRINTA) MINUTOS DE ANTECEDÊNCIA, MUNIDOS DE DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO OFICIAL COM FOTO, LEVANDO EM CONSIDERAÇÃO OS HORÁRIOS A SEGUIR.

| EVENTO   | HORÁRIOS |
|--|----------|
| Abertura dos Portões.  | 08h00    |
| Fechamento dos portões   | 08h50    |
| Início da prova Objetiva.  | 09h00    |
| Final do prazo mínimo para entrega da prova e ou retirar-se do local de prova. | 09h30    |
| Término Prova Objetiva   | 11h00    |

7.1.1. Será vedado o acesso ao local da prova objetiva para todos os candidatos que se apresentarem após as 8 h e 50 minutos, sob qualquer alegação.

7.1.2. O LOCAL DA PROVA OBJETIVA E PRÁTICA SERÃO DIVULGADOS JUNTAMENTE COM O ROL DE INSCRITOS.

7.2. Na realização da prova objetiva, o candidato deverá observar os seguintes aspectos, sob pena de desclassificação do certame:

7.2.1. Comparecer no local da prova com antecedência mínima recomendada de 30 (trinta) minutos do início da mesma, portando, obrigatoriamente, documento de identidade e caneta esferográfica com tinta azul ou preta;

7.2.1.1. São considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (Ordens, Conselhos, etc.); passaporte brasileiro, certificado de reservista, carteiras funcionais do Ministério Público; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por Lei Federal, valham como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação (somente o modelo aprovado pelo artigo 159 da Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997);

7.2.1.2. Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento, títulos eleitorais, carteiras de motorista (modelo antigo), carteiras de estudante, carteiras funcionais, CPF, ou qualquer outro documento sem valor de identidade, bem como documentos ilegíveis ou não identificáveis.

7.2.1.3. O candidato deverá permanecer em sala por um período mínimo de 30 minutos sob pena de desclassificação.

7.2.2. A prova objetiva terá 20 e 25 questões, distribuídas da forma abaixo:

### PARA OS CARGOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL

| CONTEÚDO                           | QUANTIDADE | ORDEM   | VALOR |
|------------------------------------|------------|---------|-------|
| LÍNGUA PORTUGUESA                  | 10         | 01 A 10 | 0,50  |
| MATEMÁTICA                         | 05         | 11 A 15 | 0,50  |
| CONHECIMENTOS GERAIS E ATUALIDADES | 05         | 16 A 20 | 0,50  |

### PARA OS CARGOS DE NÍVEL MÉDIO E SUPERIOR

| CONTEÚDO                           | QUANTIDADE | ORDEM   | VALOR |
|------------------------------------|------------|---------|-------|
| LÍNGUA PORTUGUESA                  | 05         | 01 A 05 | 0,30  |
| MATEMÁTICA                         | 05         | 06 A 10 | 0,30  |
| CONHECIMENTOS GERAIS E ATUALIDADES | 05         | 11 A 15 | 0,30  |
| CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS          | 07         | 16 A 22 | 0,55  |
| LEGISLAÇÃO                         | 03         | 23 A 25 | 0,55  |

7.2.2.1. Os programas da prova objetiva estão descritos no Anexo II do presente Edital.

7.2.3. Durante a realização da prova não será permitido ao candidato, sob pena de ser excluído do Processo Seletivo:

7.2.3.1. É vedada, durante a realização da prova, a consulta a livros, revistas, folhetos ou anotações, bem como o uso de máquinas de calcular, relógios e aparelhos celulares, transmissores, receptores e ou ainda qualquer equipamento elétrico ou eletrônico ou o porte de armamento. Também é proibido fumar, a ingestão de alimentos, uso de medicamentos e óculos escuros (salvo por prescrição médica apresentada a um fiscal de sala antes do início da prova), chapéus ou bonés ou qualquer outro tipo de cobertura, (salvo indumentárias religiosas. O uso destas indumentárias só será permitido após a varrição feita por detector de metais);

7.2.3.2. Ausentar-se do recinto, a não ser momentaneamente, em casos especiais e na presença de fiscal;

7.2.3.3. Fazer uso de telefone celular ou qualquer outro equipamento eletrônico ou de comunicação;



- 7.2.3.4. Os pertences do candidato, inclusive aparelhos eletrônicos (desligados) deverão ser depositados na sala de provas, em local indicado pelo fiscal;
- 7.2.3.5. O uso de qualquer material, objeto ou equipamento não permitido no local da prova, corredores ou banheiros, implicará na exclusão do candidato do Processo Seletivo, sendo atribuída nota zero à prova objetiva.
- 7.2.3.6. Ter comportamento agressivo e descortês com qualquer pessoa envolvida na aplicação das provas.
- 7.2.3.7. O candidato que tumultuar, interromper ou prejudicar de alguma forma a aplicação da prova será desclassificado do Processo Seletivo.
- 7.2.3.8. O candidato poderá, para atender às normas de segurança, ser filmado, fotografado e/ou submetido à revista pessoal e/ou de seus pertences, à varredura eletrônica e/ou identificação datiloscópica.
- 7.2.3.9. Os candidatos que terminarem a prova não poderão utilizar os banheiros que são destinados ao uso dos candidatos em prova, aconselha-se que antes de entregar a prova solicitem ao fiscal de sala o acompanhamento até os sanitários.
- 7.2.3.10. Será permitido apenas água acondicionada em embalagem plástica transparente sem qualquer etiqueta ou rótulo;
- 7.2.4. Em hipótese alguma haverá segunda chamada após o horário de início da prova, nem a realização de prova fora do horário e local marcado para todos os candidatos;
- 7.2.5. Os envelopes contendo as provas serão abertos por 3 (três) candidatos, que comprovarão os respectivos lacres e assinarão, juntamente com o fiscal, o termo de abertura dos mesmos;
- 7.2.6. O candidato receberá, para realizar a prova, um caderno de questões e um cartão-resposta para cada cargo inscrito, sendo responsável pela conferência dos dados e pela verificação se o caderno de questões está completo, sem falhas de impressão e se corresponde ao cargo para o qual se inscreveu.
- 7.2.6.1. O caderno de questões é o espaço no qual o candidato poderá desenvolver todas as técnicas para chegar à resposta adequada, permitindo-se o rabisco e a rasura em qualquer folha, EXCETO no CARTÃO RESPOSTA.
- 7.2.7. A ocorrência de qualquer divergência deve ser comunicada imediatamente ao fiscal de sala;
- 7.2.8. Não serão substituídos os cartões por erro do candidato, tendo em vista sua codificação, nem atribuídos pontos às questões não assinaladas, ou marcadas com mais de uma alternativa, emendas ou rasuras, a lápis ou com caneta esferográfica de tinta com cor diversa das estabelecidas ou em desacordo com as instruções contidas no caderno de provas e ou cartão resposta;
- 7.2.8.1. A correção das provas será feita por meio eletrônico - leitura ótica, sendo o CARTÃO-RESPOSTA o único documento válido e utilizado para esta correção. Este deve ser preenchido com bastante atenção. O candidato é o único responsável pela entrega do mesmo devidamente preenchido e assinado. A não entrega do cartão de respostas implicará a automática eliminação do candidato do certame.
- 7.2.8.2. Serão considerados sem efeito os cartões-respostas entregues sem a assinatura do candidato.
- 7.2.9. AO TERMINAR A PROVA, O CANDIDATO ENTREGARÁ AO FISCAL DE SALA O CARTÃO-RESPOSTA DEVIDAMENTE PREENCHIDO E ASSINADO.
- 7.2.10. Após a realização da prova, o candidato deverá afastar-se imediatamente do local sob pena de desclassificação. O candidato que não concluiu a prova não poderá comunicar-se com os candidatos que já a efetuaram;
- 7.2.11. No local da prova, os 3 (três) últimos candidatos permanecerão até o último concluir, os quais assinarão o termo de encerramento, juntamente com os fiscais, e efetuarão a conferência dos cartões respostas, cujas irregularidades serão apontadas no referido termo;
- 7.3. Na hipótese de ocorrer anulação de questões, as mesmas serão consideradas como respondidas corretamente por todos os candidatos;
- 7.3.1. Os envelopes contendo os cartões-respostas serão entregues, pelos fiscais, à Comissão Executiva do Processo Seletivo.
- 7.4. Ocorrendo empate na classificação final, dar-se-á preferência, pela ordem, ao candidato:
- 7.4.1. Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, completados até o último dia da inscrição neste Processo Seletivo, de acordo com o previsto no parágrafo único do art. 27 da Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 e alterações – Estatuto do Idoso;
- Para os demais candidatos será:
- 1º Que obtiver melhor nota na prova de Conhecimentos Específicos (para cargos de nível médio e superior);
  - 2º Que obtiver melhor nota na prova de Língua Portuguesa;
  - 3º Que obtiver melhor nota na prova de conhecimentos gerais;
  - 4º Que tiver maior idade.
- 7.5. Persistindo o empate entre os candidatos, depois de aplicados os critérios acima, o desempate se dará através do sistema de sorteio pela Loteria Federal, conforme segue:
- 7.5.1. Os candidatos empatados serão ordenados de acordo com seu número de inscrição, de forma crescente ou decrescente, conforme o resultado do primeiro prêmio da extração da loteria federal imediatamente anterior ao dia da efetiva realização da prova objetiva, segundo os critérios a seguir:
- a) Se a soma dos algarismos do número sorteado no primeiro prêmio da Loteria Federal for par, a ordem será crescente;
  - b) Se a soma dos algarismos da loteria federal for ímpar, a ordem será decrescente.
- 7.6. O não comparecimento do candidato, na forma disposta no item 7.1, implicará sua desclassificação do Processo Seletivo.
- 8. DOS RECURSOS**
- 8.1. Serão admitidos os seguintes recursos:
- 8.1.1. Da impugnação do presente Edital;
  - 8.1.2. Do não deferimento do pedido de inscrição;
  - 8.1.3. Da formulação das questões e da discordância com o gabarito da prova;
  - 8.1.4. Da nota da prova objetiva;
  - 8.1.5. Da nota da prova de títulos;
  - 8.1.6. Da nota da prova prática;



#### 8.1.7. Da classificação Provisória.

8.2. A impugnação a este Edital poderá ser efetuada por qualquer cidadão, no prazo de 02 (dois) dias úteis, após a sua publicação, mediante requerimento, PROTOCOLADO, junto à Secretaria de Administração, no Município de São Joaquim.

8.3. Os demais recursos deverão ser feitos exclusivamente através do sítio da empresa Acesse Concursos LTDA– [www.acesseconcursossc.com.br](http://www.acesseconcursossc.com.br) no campo RECURSOS, disponível na aba "DOCUMENTOS" na página principal deste Processo Seletivo. Não serão aceitos recursos via postal, via correio eletrônico, via fax ou fora do prazo preestabelecido.

8.4. Somente serão aceitos, analisados e julgados recursos fundamentados, com argumentação lógica e consistente, com apresentação de bibliografia no caso de recurso contra questões.

8.5. A Banca Examinadora da Entidade Executora do presente Processo Seletivo (ACESSE CONCURSOS) constitui-se em última instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais.

### 9. DOS REQUISITOS PARA NOMEAÇÃO

9.1. Para a investidura no cargo, o candidato aprovado deverá, obrigatoriamente, preencher os requisitos a seguir:

9.1.1 - Ter nacionalidade brasileira ou equivalente;

9.1.2 - Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos;

9.1.3 - Ter aptidão física e mental, demonstrada por atestado médico e dos demais documentos de que trata este Edital, os quais são de responsabilidade do candidato;

9.1.4 - Comprovar habilitação mínima exigida pelo Edital;

9.1.5 - Carteira de Identidade;

9.1.6 - Cadastro de Pessoa Física – CPF;

9.1.7 - Título de Eleitor e comprovante de quitação eleitoral;

9.1.8 - Carteira de Reservista ou equivalente (somente para os candidatos do sexo masculino);

9.1.9 - Comprovante de escolaridade e da formação exigida para o cargo;

9.1.10 - Certidão de nascimento dos filhos menores de 21 anos;

9.1.11 - Certidão de nascimento e carteirinha de vacinação dos filhos menores de 14 anos;

9.1.12 - Certidão de casamento ou união estável;

9.1.13 - 01 foto 3x4

9.1.14 - PIS/PASEP (frente e verso);

9.1.15 - Número da conta corrente

9.1.16 - Declaração de bens ou cópia da declaração do Imposto de Renda

9.1.17 - Declaração de não possuir acúmulo de cargo ou função pública, exceto os previstos em Lei;

9.1.18 - Cópia da Carteira de Trabalho;

9.1.19 - Comprovante de endereço;

9.1.20 - Registro no Conselho de Classe, quando for o caso.

9.2 A admissão dos candidatos aprovados no Processo Seletivo dar-se-á conforme a Legislação vigente na instituição na data da admissão.

### 10. DA VALIDADE DO PROCESSO SELETIVO E DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. Este Processo Seletivo terá validade de um ano a contar da data da homologação final.

10.2. A aprovação no Processo Seletivo não assegura ao candidato a nomeação imediata, mas apenas a expectativa de ser nomeado de acordo com as necessidades da Administração Municipal, respeitada a ordem de classificação.

### 11. DA ESCOLHA DE VAGA

11.1. Na data e horário que será divulgado posteriormente ao resultado final deste Processo Seletivo, o candidato no ato da escolha de vaga que não apresentar a habilitação mínima exigida por este edital, conforme anexo I, será desclassificado do processo.

11.2. A escolha de vagas será feita pessoalmente pelo candidato classificado ou, se impedido por qualquer situação, deverá realizá-la através de procuração específica, em data e local que serão comunicados no endereço eletrônico do Processo Seletivo 02/2018, site da Prefeitura Municipal e Mural de Publicações Oficiais.

11.3. O processo de escolha de vagas será de competência e responsabilidade da Prefeitura Municipal de São Joaquim, por meio do Setor de Recursos Humanos.

### 12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. A lista de inscritos, o gabarito da prova objetiva, a lista de classificados e decisões resultantes de recursos e demais atos provenientes deste Edital de Processo Seletivo, serão publicados no quadro de publicações oficiais do Município de São Joaquim e nos sítios [www.acesseconcursossc.com.br](http://www.acesseconcursossc.com.br) e [www.saojoaquim.sc.gov.br](http://www.saojoaquim.sc.gov.br)

12.2 - A homologação do Processo Seletivo far-se-á em lista separada para os portadores de deficiência, constando em ambas a nota final de aprovação e classificação ordinal em cada uma das listas.

12.3. Itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos, circunstâncias que serão mencionadas em Editais devidamente publicados.

12.4. Os casos omissos serão resolvidos pelas Comissões do Processo Seletivo, sendo a Comissão Executiva competente também para julgar, em decisão irrecurável e soberana, quaisquer que sejam os recursos interpostos pelos candidatos.

12.5. Integram o presente Edital os seguintes Anexos:

12.5.1. Anexo I – Quadro de cargos, vagas, vencimentos, carga horária e habilitação mínima exigida;

12.5.2. Anexo II – Conteúdo Programático da Prova Objetiva;

12.5.3. Anexo III – Declaração para candidatos portadores de necessidades especiais;

12.5.4. Anexo IV – Normas para realização da prova de títulos;

12.5.5. Anexo V – Normas para realização da prova prática;

12.5.6. Anexo VI- Atribuições dos cargos;

Prefeitura Municipal de São Joaquim, 18 de abril de 2018.

GIOVANI NUNES

Prefeito Municipal

FABIANO PADILHA

Presidente da Comissão

#### ANEXO I

#### QUADRO DE CARGOS, VAGAS, VENCIMENTOS, CARGA HORÁRIA E HABILITAÇÃO MÍNIMA EXIGIDA.

| CARGOS                         | VAGAS | CR       | SALÁRIO       | ESCOLARIDADE/HABILITAÇÃO MÍNIMA  | PROVAS             |
|--------------------------------|-------|----------|---------------|--|--------------------|
| Agente de Serviços Gerais      | CR    | 40h      | R\$: 954,00   | Ensino Fundamental Completo.   | Objetiva e Prática |
| Educador Social                | CR    | 40h      | R\$: 1.355,65 | Ensino Médio Completo e (experiência em atendimento a criança e adolescente)   | Objetiva           |
| Professor Anos Iniciais        | CR    | 20h      |               | HABILITADO: Certificado de Conclusão de Licenciatura Plena em Pedagogia.<br>NÃO HABILITADO: cursando a partir 4ª fase em Pedagogia ou Magistério Completo                                      | Objetiva e Títulos |
| Professor de Arte              | CR    | 10 e 20h |               | HABILITADOS: Certificado de Conclusão de Licenciatura Plena com habilitação na área.<br>NÃO HABILITADO: cursando a partir 4ª fase.   | Objetiva e Títulos |
| Professor de Educação Infantil | CR    | 20 e 30h |               | HABILITADO: Certificado de Conclusão de Licenciatura Plena com habilitação em Pedagogia em Educação Infantil,<br>NÃO HABILITADO: cursando a partir 4ª fase em Pedagogia ou Magistério Completo | Objetiva e Títulos |
| Professor de Geografia         | CR    | 20h      |               | HABILITADOS: Certificado de Conclusão de Licenciatura Plena com habilitação na área.<br>NÃO HABILITADO: cursando a partir 4ª fase.   | Objetiva e Títulos |
| Professor de Língua Inglesa    | CR    | 10 e 20h |               | HABILITADOS: Certificado de Conclusão de Licenciatura Plena com habilitação na área.<br>NÃO HABILITADO: cursando a partir 4ª fase.   | Objetiva e Títulos |
| Professor de Matemática        | CR    | 10 e 20h |               | HABILITADOS: Certificado de Conclusão de Licenciatura Plena com habilitação na área.<br>NÃO HABILITADO: cursando a partir 4ª fase.   | Objetiva e Títulos |
| Médico Clínico Geral           | CR    | 20h      | R\$: 6.665,75 | Portador de Certificado de Conclusão de Curso Superior em Medicina com registro no respectivo órgão Fiscalizador da Profissão.   | Objetiva e Títulos |
| Médico Psiquiatra – CAPS       | CR    | 20h      | R\$: 6.665,75 | Portador de Certificado de Conclusão de Curso Superior em Medicina com especialização em psiquiatria, e com registro no respectivo órgão Fiscalizador da Profissão.                            | Objetiva e Títulos |

CR = CADASTRO RESERVA

CH = CARGA HORÁRIA

VALOR DOS SALÁRIOS PARA PROFESSORES

|                           | 10h        | 20h          | 30h          |
|---------------------------|------------|--------------|--------------|
| PROFESSOR HABILITADO      | R\$ 677,80 | R\$ 1.355,65 | R\$ 2.033,46 |
| PROFESSOR NÃO HABILITADOS | R\$ 613,84 | R\$ 1.227,67 | R\$ 1.841,51 |

**ANEXO II****CONTEÚDO PROGRAMÁTICO****CONTEÚDO AOS CARGOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL****LÍNGUA PORTUGUESA:**

Classificação do sujeito – Ortografia, acentuação e pontuação – Classes Gramaticais – Formação de Palavras.

**MATEMÁTICA:**

Adição, Subtração, Divisão, Multiplicação, juros simples, problemas envolvendo Adição, Subtração, Divisão, Multiplicação.

**CONHECIMENTOS GERAIS:** Atualidades do Brasil, de Santa Catarina e de São Joaquim. Aspectos econômicos, políticos, históricos, geográficos e sociais do Brasil, de Santa Catarina e de São Joaquim.

**CONTEÚDO COMUM AOS CARGOS DE NÍVEL MÉDIO E SUPERIOR****LÍNGUA PORTUGUESA:**

As palavras de relação – Estrutura do período, da oração e da frase – Concordância nominal e verbal – Regência nominal e verbal – Colocação pronominal – Ortografia, acentuação e pontuação. Sintaxe – Morfologia – Classes de Palavras – Manual de Redação da Presidência da República: CAPÍTULO I – II e III.

**MATEMÁTICA:**

Conjuntos numéricos (números naturais, inteiros, racionais, irracionais, reais, complexos) e suas operações; Sistemas de Medidas: comprimento, área, volume, capacidade volumétrica, massa, ângulo e tempo; Regra de Três (simples, composta), razões e proporções; Matemática Financeira: Juros simples e compostos. Problemas envolvendo Adição, Subtração, Divisão, Multiplicação.

**CONHECIMENTOS GERAIS:** Atualidades do Brasil, de Santa Catarina e de São Joaquim. Aspectos econômicos, políticos, histórico, geográficos e sociais do Brasil, de Santa Catarina e de São Joaquim.

**LEGISLAÇÃO:**

Lei Orgânica do Município de São Joaquim.

**CONTEÚDO ESPECÍFICO POR CARGO**

**EDUCADOR SOCIAL:** Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (Lei 8.742 de 07/12/1993); Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004; Tipificação Nacional de Serviços Sócios Assistenciais (Resolução nº 109 de 11 de novembro de 2009); BRASIL. Capacita Suas. Volumes 1, 2 e 3. Instituto de Estudos Especiais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – Brasília: MDS, 2008. Norma Operacional Básica – NOB/SUAS; Norma Operacional Básica de Recursos Humanos – NOB-RH/SUAS.

**PROFESSOR DE ANOS INICIAIS:** Currículo Escolar: sentido amplo e específico do planejamento curricular, interdisciplinaridade, diversidade; Processos de Ensino Aprendizagem: conceituação apropriação e elaboração de conceitos científicos, mediação professor-aluno, plano de aula, procedimentos metodológicos e teoria da atividade; Direitos de Aprendizagem do aluno; Relacionamento Professor x Aluno, Função e papel da escola, Problemas de aprendizagem; Sequência Didática; Avaliação da aprendizagem: conceitos e procedimentos; Legislação da educação básica; Tendências Pedagógicas, Papel do Professor, Decroly, Maria Montessori, Freinet, Rosseau, Vygotsky, Piaget, Paulo Freire, - Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento; Execução de atividades afins, observando se a prática do dia a dia. Sistema de escrita alfabético ortográfica: compreensão e valorização da cultura escrita, apropriação do sistema de escrita, leitura, produção de textos escritos, desenvolvimento da oralidade; Conceitos: língua e ensino da língua, alfabetização, letramento; A infância e sua singularidade na educação básica; Articulação dos conceitos: infância, brincadeira, ludicidade, desenvolvimento e aprendizagem; Avaliação do/no processo de alfabetização e letramento; Gêneros textuais orais e escritos; Conceitos: movimento, tempo, cultura, fontes históricas, espaços, paisagem, sociedade, trabalho, natureza e representação, ambiente, relação entre ser humano e ambiente; Os campos conceituais da Matemática: numéricos, algébricos, geométricos e tratamento da informação. Atualidades relativas à profissão. Conhecimentos inerentes à função observando a prática do dia-a-dia. Lei nº 9.394/96 LDB; Lei nº 10.639 de 09 de Janeiro de 2003 – Educação das Relações Étnico-raciais. Constituição Federal, na parte referente à Educação; e ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente); - Proposta Curricular de Santa Catarina, PCN'S. Programa Mais Educação (Decreto nº 7.083/2010)

**PROFESSOR DE ARTE:** Metodologia de ensino de Artes; A paisagem artística sob a ótica do teatro, da música, das artes visuais e da dança – suas particularidades e diferenças em relação ao tempo e espaço; Pintores e obras Brasileiras; A paisagem artística a partir da diversidade cultural; Aspectos formais do teatro, música, artes visuais e dança. Estudo da arte e de sua manifestação nas diferentes poéticas : visuais, cênicas e musicais; Poéticas, meios e substâncias expressivas; Composição, estrutura e organização da expressão; Técnicas, modos e procedimentos criativos; Modalidades expressivas visuais, cênicas e musicais. Lei nº 9.394/96 LDB; Lei nº 10.639 de 09 de Janeiro de 2003 – Educação das Relações Étnico-raciais (histórias e culturas africanas, afro-brasileiras e indígenas). Constituição Federal, na parte referente à Educação; e ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente); - Proposta Curricular de Santa Catarina, Programa Mais Educação (Decreto nº 7.083/2010)

**PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL:** Papel do Professor, Decroly, Maria Montessori, Freinet, Rosseau, Vygotsky, Piaget, Paulo Freire,

Psicologia da Educação. Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento; Direitos de Aprendizagem do aluno, Importância dos gêneros textuais e do lúdico no ciclo de alfabetização, Currículo e articulação das áreas do conhecimento, Avaliação no ciclo de alfabetização e retenção do aluno, planejamento do professor (rotina, sequência didática, projeto didático). Atualidades relativas à profissão. Conhecimentos inerentes à função observando-se a prática do dia-a-dia. Lei nº 9.394/96 LDB; Lei nº 10.639 de 09 de Janeiro de 2003 – Educação das Relações Étnico-raciais. Constituição Federal, na parte referente à Educação; e ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente); - Proposta Curricular de Santa Catarina, PCN'S. Programa Mais Educação (Decreto nº 7.083/2010)

PROFESSOR DE GEOGRAFIA: Geografia Geral (Américas, África, Ásia, Europa e Oceania) e Geografia do Brasil; Geografia de Santa Catarina - Geografia Física dos Continentes; - Geologia, clima, relevo, vegetação, hidrografia, solos; - Aspectos Econômicos; modo de produção; - Sistema Financeiro; - Globalização Econômica (Formação de Blocos Econômicos); - Endividamento interno e externo; - Distribuição de Renda, PIB e PNB; industrialização; - Aspectos Sociais e Políticos; - Sistemas de governo; - População (crescimento vegetativo, emigração, imigração e xenofobia); - IDH; Urbanização; - Meio Ambiente; Transportes; Turismo; Informática; - Efeito Estufa; El Niño; Questões Ambientais; - Ecossistemas e Biotecnologia. Didática Geral. Planejamento educacional; projeto político-pedagógico; sistema de ensino; sistema de avaliação do rendimento para a progressão escolar do educando. Lei nº 9.394/96 LDB; Lei nº 10.639 de 09 de Janeiro de 2003 – Educação das Relações Étnico-raciais. Constituição Federal, na parte referente à Educação; e ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente); - Proposta Curricular de Santa Catarina, PCN'S. DIDÁTICA GERAL. Programa Mais Educação (Decreto nº 7.083/2010)

PROFESSOR DE LÍNGUA INGLESA: A metodologia da Língua Estrangeira; - Proposta Curricular de Língua Estrangeira Moderna; - O ensino de língua para a comunicação; - Dimensões comunicativas do inglês; - Construção da leitura e da escrita da Língua Estrangeira; - A escrita e a linguagem oral do inglês; - A natureza sociointernacional da linguagem; - O processo ensino e aprendizagem da Língua Estrangeira; - Interpretação de texto; - Gramática; - Ortografia; Verb Forms (affirmative/interrogative/negative): The present simple; the present continuous; the past simple; the past continuous; the present perfect; the present perfect continuous; the past perfect; the future; the near future; the future continuous. Modals and auxiliary verbs. Phrasal Verbs. Used to/get used to/be used to. If clauses and other conditionals. The Infinitive and the "-ing" form. Reported Speech. Articles: indefinite and definite articles. Nouns: singular and plural; countable and uncountable nouns. Quantifiers: much, many, a lot, little, few etc. Pronouns: subjective and objective pronouns; demonstratives; reflexive and emphatic pronouns: indefinite pronouns; possessive pronouns. Adjectives: the use and position of adjectives; comparatives and superlatives; adjectives ending in "-ed" and "-ing"; possessive adjectives. Adverbs: of manner, of frequency, time and place; adverbs of degree; "too" and "enough". Prepositions and Preposition Phrases. Prepositions/Link words. Relative clauses: with "who, which, that"; "where, whose, what"; defining and non-defining relative clauses; clauses with "-ing" or a past participle; "with" in identifying phrases. Word order. Vocabulary, antonyms, synonyms, false cognates, meanings, idioms, collocations, ambiguity. Pronunciation: vowel sounds, consonant sounds, "-ed sounds", plural sounds. Reading Comprehension. Didática Geral. Planejamento educacional; projeto político-pedagógico; sistema de ensino; sistema de avaliação do rendimento para a progressão escolar do educando. Lei nº 9.394/96 LDB; Lei nº 10.639 de 09 de Janeiro de 2003 – Educação das Relações Étnico-raciais. Constituição Federal, na parte referente à Educação; e ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente); - Proposta Curricular de Santa Catarina, PCN'S. Programa Mais Educação (Decreto nº 7.083/2010)

PROFESSOR DE MATEMÁTICA: Número e suas operações (Número, álgebra, geometria, medidas e estatística); Sistemas de Medidas: comprimento, área, volume, capacidade, massa, ângulo, tempo; Regra de Três e proporções; Cálculos algébricos: produtos notáveis, fatoração de expressões algébricas; Equações, inequações e sistemas polinomiais de 1º e 2º graus. Estudo de Funções: 1º e 2º Graus, logarítmica, exponencial, trigonométricas; Geometria Plana e espacial. Sequências e progressões; Matrizes e Determinantes; Sistemas Lineares. Análise Combinatória; Matemática Financeira: Juros simples e compostos, juros e funções; Trigonometria: no triângulo retângulo e triângulos quaisquer; Geometria Analítica: ponto e reta, circunferência, seções cônicas; Estatística: termos de uma pesquisa estatística, Representação Gráfica, medidas de tendência central, medidas de dispersão, testes de significância; Polinômios e Equações Algébricas; e Noções de limites, derivadas e integral. Didática Geral. Planejamento educacional; projeto político-pedagógico; sistema de ensino; sistema de avaliação do rendimento para a progressão escolar do educando. Lei nº 9.394/96 LDB; Lei nº 10.639 de 09 de Janeiro de 2003 – Educação das Relações Étnico-raciais. Constituição Federal, na parte referente à Educação; e ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente); - Proposta Curricular de Santa Catarina, PCN'S. Programa Mais Educação (Decreto nº 7.083/2010)

MÉDICO CLÍNICO GERAL: Protocolos de encaminhamento da Atenção Básica para a Atenção Especializada, Protocolos da Atenção Básica: Saúde das Mulheres, Cadernos de Atenção Básica (nº 28,32,33,34,35,36,37,38 e 40), Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS - PNPIC-SUS: atitude de ampliação de acesso. Antibioticoterapia; Anemias; Hipertensão arterial; Diabetes; Parasitoses intestinais; Esquistossomose; Cefaléias; Febre de origem indeterminada; Diarréias; Úlcera péptica; Hepatite; Hipertireoidismo; Hipotireoidismo; Insuficiência cardíaca; Alcoolismo; Doenças sexualmente transmissíveis; Cardiopatia isquêmica; Arritmias cardíacas; Doença pulmonar obstrutiva crônica; Dor torácica; Dor lombar; Ansiedade; Asma brônquica; Pneumonias; Tuberculose; Hanseníase; Leishmaniose; AIDS; Infecção Urinária; Enfermidades bucais; Epilepsia; Febre reumática; Artrites; Acidentes por animais peçonhentos; Micose superficiais; Obesidade; Dislipidemias. Saúde Mental, Saúde da Mulher, Saúde do Homem, Saúde da Criança e do Adolescente, Saúde do Idoso, Pré-natal, Atenção Domiciliar. Sistema Único de Saúde: Lei nº 8.080 de 19/09/90, Lei nº 8.142 de 28/12/90; Norma Operacional Básica do Sistema Único de Saúde - NOB-SUS de 1996; Norma Operacional da Assistência à Saúde/SUS - NOAS-SUS de 2002. Política Nacional de Humanização. Pactos pela Vida em Defesa do SUS e de Gestão. Política Nacional de Atenção Básica. Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017, estabelece a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do SUS. Lei nº 8.142, de 28/12/90. Sistema de Planejamento do SUS. Política Nacional de Promoção de Saúde.

MÉDICO PSIQUIATRA – CAPS: Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS - PNPIC-SUS: atitude de ampliação de acesso. Conhecimento dos fundamentos do SUS. Conhecimento dos preceitos que pautam a Reforma Psiquiátrica. Política de Saúde Mental - Lei Federal nº 10.216/01. Conhecimento de Psicopatologia. Conhecimento sobre redução de danos e política nacional. Saúde Mental Comunitária: definição, diferenciação em relação à psiquiatria convencional. Saúde Mental no Brasil: recursos extra-hospitalares e seus objetivos. Conhecimentos gerais dos transtornos psiquiátricos, a saber: Transtornos mentais e de comportamento decorrentes do uso de substância psicoativa; Esquizofrenia e transtornos delirantes; Transtornos do humor; Transtornos alimentares; Transtornos neuróticos, relacionados ao estresse e somatoformes; Transtornos mentais de comportamentos associados ao puerpério, não classificados em outros locais; Transtornos de personalidade e de comportamentos em adultos; Transtornos hipercinéticos (infância e adolescência); Transtornos de conduta (infância

e adolescência); Transtornos mistos de conduta e emoção (infância e adolescência). Ética profissional. Política de Saúde Mental - Lei Federal nº 10.216/01. Único de Saúde: Lei nº 8.080 de 19/09/90, Lei nº 8.142 de 28/12/90; Norma Operacional Básica do Sistema Único de Saúde - NOB-SUS de 1996; Norma Operacional da Assistência à Saúde/SUS - NOAS-SUS de 2002. Política Nacional de Humanização. Pactos pela Vida em Defesa do SUS e de Gestão. Política Nacional de Atenção Básica. Lei nº 8.142, de 28/12/90. Sistema de Planejamento do SUS. Política Nacional de Promoção de Saúde. Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017, estabelece a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do SUS. Portaria nº 336 de 19 de fevereiro de 2002. Portaria nº 3.088 MS/GM, de 23/12/2011.

**ANEXO III****DECLARAÇÃO PARA CANDIDATOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS**

|                            |  |
|----------------------------|--|
| IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO |  |
| NOME DO CANDIDATO:         |  |
| CPF:                       |  |
| RG:                        |  |
| CARGO PRETENDIDO:          |  |

**DECLARAÇÃO**

Declaro, para os devidos fins, conforme item 3.2 "d" do Edital nº \_\_\_\_\_ do município \_\_\_\_\_ para que surta os efeitos legais que:

- 1 - A necessidade especial que possuo não me impossibilita de exercer as atribuições do cargo acima mencionado;
- 2 - Fico impedido de usufruir da condição de portador de necessidades especiais para, posteriormente, requerer readaptação ou aposentadoria.

Informo, ainda, as condições de que necessito para realização das provas:

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

Assinatura do Candidato

**ANEXO IV****NORMAS PARA REALIZAÇÃO DA PROVA DE TÍTULOS**

OS DOCUMENTOS EXPOSTOS NO ITEM 9. DO REFERIDO EDITAL DEVERÃO SER ENTREGUES NO ATO DA CONTRATAÇÃO.

I – Os documentos para prova de títulos serão recebidos no dia 06 20 de MAIO DE 2018. NO LOCAL DE REALIZAÇÃO DA PROVA OBJETIVA, OU SEJA, NA SALA EM QUE REALIZARÁ A PROVA OBJETIVA, DAS 08H00MIN ATÉ AS 08H50MIN. O LOCAL SERÁ PUBLICADO JUNTAMENTE COM O ROL DE INSCRITOS.

OS DOCUMENTOS DEVERÃO SER ENTREGUES DA SEGUINTE FORMA:

- 1 – CÓPIAS AUTENTICADAS EM CARTÓRIO OU POR SERVIDOR PÚBLICO (DESDE QUE POSSUA O CARIMBO COM A MATRÍCULA DO SERVIDOR);
- 2 - CÓPIAS EMITIDAS DA INTERNET COM CÓDIGO VERIFICADOR DE AUTENTICIDADE, NÃO NECESSITAM DE AUTENTICAÇÃO.
- 3 – EM ENVELOPE LACRADO, CONTENDO NA PARTE EXTERIOR AS SEGUINTE INFORMAÇÕES CONFORME ETIQUETA A SEGUIR:

**MODELO DE ETIQUETA PARA PROVA DE TÍTULOS**

MUNICÍPIO DE SÃO JOAQUIM

PROCESSO SELETIVO 02/2018

NOME DO CANDIDATO:

NÚMERO DA INSCRIÇÃO:

CARGO: Os envelopes que não possuírem as informações, conforme modelo de etiqueta, na parte exterior do envelope, NÃO SERÃO RECONHECIDOS PARA ESTE PROCESSO SELETIVO.

II. Os títulos deverão ter relação com as atribuições do cargo correspondente à respectiva inscrição ou não serão computados.

III. Não serão aceitos como títulos, certificados que não apresentarem a respectiva carga horária no mesmo.

IV. Os documentos apresentados não serão devolvidos, seja qual for o motivo alegado pelo candidato.

V. Não haverá em hipótese alguma outro período para entrega dos documentos para prova de títulos.

VI. A não apresentação dos títulos não elimina o candidato do certame, sendo a este computado pontuação zero na prova de títulos para o cálculo da pontuação final.



VII. Será aceito para comprovação dos títulos atestados ou declarações de conclusão de cursos, desde que possuam a respectiva carga horária, disciplinas, aproveitamento, assinatura e carimbo do responsável pela emissão.

VIII. O candidato que possuir alteração de nome (casamento, separação, etc.) deverá anexar cópia do documento comprobatório da alteração sob pena de não ter pontuados títulos com nome diferente da inscrição e/ou identidade.

IX. Comprovada em qualquer tempo, irregularidade ou ilegalidade na obtenção dos títulos do candidato, bem como encaminhamento de um mesmo título em duplicidade, com o fim de obter dupla pontuação, o candidato terá anulada a totalidade de pontos desta prova. Comprovada a culpa do candidato este será excluído do Processo Seletivo.

X. Uma vez efetuada a entrega dos títulos não serão aceitos pedidos de inclusão de novos documentos, sob qualquer hipótese ou alegação.

XI. Os pontos das linhas "a", "b" e "c" da tabela a seguir não são acumulativos, será validada apenas a pontuação do maior título apresentada pelo (a) candidato (a).

XII. Somente será computado o título dos candidatos aprovados na prova objetiva.

XIII. Os documentos referentes à habilitação mínima não serão computados, visto que é exigência para contratação. Ex: graduação (para habilitados) atestado de 4ª fase ou período (para não habilitados)

PARA A PROVA DE TÍTULOS PARA PROFESSORES HABILITADOS SERÁ COMPUTADA NOTA DOS TÍTULOS CONFORME TABELA ABAIXO:

| TÍTULOS   | PONTUAÇÃO  |             |   |
|---|--|-------------|---|
| Certificado de conclusão de Pós-graduação, Mestrado ou Doutorado.   | Pós - Latu sensu   | 3,00 pontos | a |
|   | Mestrado   | 5,00 pontos | b |
|   | Doutorado  | 8,00 pontos | c |
| Certificado de conclusão de Cursos de capacitação na Área de Educação realizados a partir de Janeiro de 2017. | 0,01 (um décimo) ponto para cada 01 hora completa de curso. Totalizando no Máximo 200 (duzentas) horas ou 2,00 pontos. |             | d |

PARA A PROVA DE TÍTULOS PARA PROFESSORES NÃO HABILITADOS SERÁ COMPUTADA NOTA DOS TÍTULOS CONFORME TABELA ABAIXO:

| TÍTULOS   | PONTUAÇÃO  |
|---|--|
| Histórico emitido pela instituição de ensino, contendo as fases ou períodos já cursados.                      | 5ª fase 5,00 pontos  |
|   | 6ª fase 6,00 pontos  |
|   | 7ª fase 7,00 pontos  |
|   | 8ª fase 8,00 pontos  |
| A não apresentação deste documento não desclassifica o candidato, porém não será atribuída nota ao candidato. |  |
| Certificado de conclusão de Cursos de capacitação na Área de Educação realizados a partir de Janeiro de 2017. | 0,01 (um décimo) ponto para cada 01 hora completa de curso. Totalizando no Máximo 200 (duzentas) horas ou 2,00 pontos. |

PARA A PROVA DE TÍTULOS PARA MÉDICO SERÁ COMPUTADA NOTA DOS TÍTULOS CONFORME TABELA ABAIXO:

| TÍTULOS   | PONTUAÇÃO        |              |   |
|---|------------------|--------------|---|
| Certificado de conclusão de Pós-graduação, Mestrado ou Doutorado. | Pós - Latu sensu | 4,00 pontos  | a |
|   | Mestrado         | 7,00 pontos  | b |
|   | Doutorado        | 10,00 pontos | c |

## ANEXO V

### NORMAS PARA REALIZAÇÃO DA PROVA PRÁTICA

#### AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS

A prova prática será realizada no dia 06/20 de maio de 2018 com início às 13h30min. e constituir-se-á na execução de tarefas a serem realizadas individualmente pelo candidato, designados pela Banca Examinadora, com a avaliação através de planilhas, tomando-se por base as atribuições do cargo, com tempo máximo de 15 (quinze) minutos para a execução da prova.

Caso o candidato demonstre conhecimento insuficiente e/ou insegurança, oferecendo qualquer tipo de risco na operação, o mesmo será impedido de realizar o referido teste prático e será considerado desclassificado e eliminado do Processo Seletivo.

A avaliação será feita pelo desempenho do candidato no trabalho que irá executar, dentro das normas técnicas e legais, levando-se em consideração o uso e aproveitamento do equipamento/máquina utilizada, avaliando sua habilidade ao operar o (a) mesmo (a), seu aproveitamento, técnica e produtividade.

Para a obtenção da nota mínima para que o candidato seja declarado apto ao cargo, dar-se-á da seguinte forma:

a) O candidato iniciará a prova prática com 10 (dez) pontos, e no decorrer do trajeto serão apontadas as faltas cometidas, sendo descontados pontos conforme quadro a seguir:

Apresentação (asseio, higiene pessoal e uso de EPI's) Cabelos Presos e/ou curtos (-0,25)

Unhas curtas e aparadas (-0,25)

Roupas e Calçados adequados (-0,25)

Uso Equipamentos proteção. (-0,25)

Organização do trabalho Aguardou a ordem de início e fim, percebendo a tarefa a ser executada (-0,50)

Organizou o local antes de iniciar a tarefa (-0,50)

Soube trabalhar em equipe (-0,50)

Organizou o local e guardou os equipamentos/materiais/ferramentas após terminar a tarefa (-1,00) Uso correto dos equipamentos e materiais de trabalho Correto manuseio dos equipamentos/materiais/ferramentas (-1,00)

Cuidados com os equipamentos e outras pessoas (-0,50)

Execução da tarefa proposta. Postura corporal durante a execução da tarefa (-1,00)

Organizou correta e adequadamente os equipamentos/materiais/ferramentas (-1,00)



Realizou separação e estocagem correta do lixo (-1,00)  
Executou a tarefa adequadamente (-1,00)  
Terminou a tarefa no tempo estipulado. (-1,00)

ANEXO VI  
ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

AS ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS ESTÃO PRESENTES NAS LEIS PUBLICADAS JUNTAMENTE COM O EDITAL.

**EXTRATOS DE CONTRATOS E REGISTRO DE PREÇOS**

Publicação Nº 1608415

EXTRATOS DE ATA E REGISTRO DE PREÇOS E CONTRATOS PREEITURA MUCIAIPAL DE SÃO JOAQUIM

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 4/2018  
PROCESSO Nº 15/2018 HOMOLOGAÇÃO: 19/03/2018  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM  
OBJETO: Contratação do SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO - SESC AR/SC para prestação de serviço de nas áreas de Assistência, Cultura, Lazer e Saúde destinados ao atendimento da população deste município.

-----  
CONTRATADO: SERVICO SOCIAL DO COMERCIO - SESC AR/SC  
VALOR DA DESPESA: R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais)  
FUNDAMENTO: Art. 24, inciso XIII da Lei de Licitações.

=====

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 5/2018  
PROCESSO Nº 16/2018 HOMOLOGAÇÃO: 23/03/2018  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM  
OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de inspeções veiculares, referente a instalação de dispositivo de Segurança nas Caçambas da frota das Secretarias municipais de Agricultura e Meio Ambiente e Obras e Viação.

-----  
CONTRATADO: ETESUL PLANALTO INSPECAO VEICULAR LTDA  
VALOR DA DESPESA: R\$ 6.110,00 (seis mil cento e dez reais)  
FUNDAMENTO: Art. 24, inciso II da Lei de Licitações.

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 7/2018  
PROCESSO Nº 12/2018 HOMOLOGAÇÃO: 29/03/2018  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM  
OBJETO: Aquisição de Equipamentos para a 2ª Companhia de Bombeiros Militar.

-----  
CONTRATADO: MULTSTOCK EIRELI  
VALOR DA DESPESA: R\$ 158.142,00 (cento e cinquenta e oito mil cento e quarenta e dois reais)

=====

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 6/2018  
PROCESSO Nº 19/2018 HOMOLOGAÇÃO: 03/04/2018  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM  
OBJETO: Locação de Tendas Piramide a serem utilizadas pelas Secretarias de Agricultura, Saúde e Turismo em apoio ao evento FESTICOL

-----  
CONTRATADO: LEONARDO PATEL 07174707920  
VALOR DA DESPESA: R\$ 3.000,00 (três mil reais)  
FUNDAMENTO: Art. 24, inciso II da Lei de Licitações.

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 8/2018  
PROCESSO Nº 13/2018 HOMOLOGAÇÃO: 03/04/2018  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM  
OBJETO: Aquisição de Ração Canina para Manutenção do Canil Municipal.

-----  
CONTRATADO: AGROVETERINÁRIA E PET SHOP DA ROSA LTDA - EPP  
VALOR DA DESPESA: R\$ 25.514,70 (vinte e cinco mil quinhentos e quatorze reais e setenta centavos)

=====

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 2/2018  
PROCESSO Nº 20/2018 HOMOLOGAÇÃO: 06/04/2018  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM  
OBJETO: Contratação de empresa JHC LOCAÇÕES EIRELI. para a prestação de serviço de revisão da Retroescavadeira XCMG XT 870BR da frota da Secretaria Municipal de Obras e Viação.

-----  
CONTRATADO: JHC LOCACOES EIRELI  
VALOR DA DESPESA: R\$ 3.081,20 (três mil e oitenta e um reais e vinte centavos)  
FUNDAMENTO: Art. 25,CAPUT da Lei de Licitações.

=====

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 7/2018  
PROCESSO Nº 25/2018 HOMOLOGAÇÃO: 23/04/2018  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM  
OBJETO: Contratação da Empresa Rodrigo Nunes da Silva ME para elaboração e fornecimento de vídeo institucional em Comemoração ao aniversário de emancipação política e administrativa do Município de São Joaquim SC.

-----  
CONTRATADO: RODRIGO NUNES DA SILVA 02835581995  
VALOR DA DESPESA: R\$ 3.000,00 (três mil reais)  
FUNDAMENTO: Art. 24, inciso XXIII da Lei de Licitações.

=====

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 3/2018  
PROCESSO Nº 26/2018 HOMOLOGAÇÃO: 23/04/2018  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM  
OBJETO: Contratação de Show musical da banda Seiferts para a cerimônia de comemoração dos 131 anos de emancipação política e administrativa do Município de São Joaquim SC.

-----  
CONTRATADO: GUILHERME DA ROSA SEIFERT 06232591925  
VALOR DA DESPESA: R\$ 700,00 (setecentos reais)  
FUNDAMENTO: Art. 25, inciso III da Lei de Licitações.

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 6/2018  
PROCESSO Nº 11/2018 HOMOLOGAÇÃO: 23/04/2018  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM  
OBJETO: Aquisição de troféus e medalhas e locação de equipamentos de sonorização, mobília, estrutura e prestação de serviços especializados para eventos atendendo as necessidades da Prefeitura Municipal de São Joaquim.

-----  
CONTRATADO: CASA MOREIRA EVENTOS LTDA  
VALOR DA DESPESA: R\$ 419.180,00 (quatrocentos e dezenove mil cento e oitenta reais)

-----  
CONTRATADO: LIND GUIMAR MACHADO - ME  
VALOR DA DESPESA: R\$ 450.934,50 (quatrocentos e cinquenta mil novecentos e trinta e quatro reais e cinquenta centavos)

-----  
CONTRATADO: BANXAP - BANHEIROS MOVEIS LTDA - ME  
VALOR DA DESPESA: R\$ 20.300,25 (vinte mil trezentos reais e vinte e cinco centavos)

-----  
CONTRATADO: STANISCUASKI PRODUcoes LTDA. - ME  
VALOR DA DESPESA: R\$ 218.538,00 (duzentos e dezoito mil quinhentos e trinta e oito reais)

-----  
CONTRATADO: SERVIG SEGURANCA PRIVADA EIRELI  
VALOR DA DESPESA: R\$ 8.100,00 (oito mil e cem reais)

## INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 4/2018

PROCESSO Nº 27/2018 HOMOLOGAÇÃO: 24/04/2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM

OBJETO: Contratação de show musical de Martinez e Diana e apoio técnico para cerimônia de comemoração dos 131 anos de emancipação política e administrativa do Município de São Joaquim SC

CONTRATADO: ERTON LUIS DE OLIVEIRA

VALOR DA DESPESA: R\$ 2.800,00 (dois mil e oitocentos reais)

FUNDAMENTO: Art. 25, inciso III da Lei de Licitações.

## INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 5/2018

PROCESSO Nº 28/2018 HOMOLOGAÇÃO: 24/04/2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM

OBJETO: Contratação de show musical de Caio Meira para cerimônia de comemoração dos 131 anos de emancipação política e administrativa do Município de São Joaquim SC

CONTRATADO: TARCIZIO GODINHO DOMINGOS

VALOR DA DESPESA: R\$ 700,00 (setecentos reais)

FUNDAMENTO: Art. 25, inciso III da Lei de Licitações.

## INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 6/2018

PROCESSO Nº 29/2018 HOMOLOGAÇÃO: 24/04/2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM

OBJETO: Contratação de show musical de Banda Oliver para cerimônia de comemoração dos 131 anos de emancipação política e administrativa do Município de São Joaquim SC

CONTRATADO: LUCAS MATIAS BATHKE

VALOR DA DESPESA: R\$ 700,00 (setecentos reais)

FUNDAMENTO: Art. 25, inciso III da Lei de Licitações.

## DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 8/2018

PROCESSO Nº 30/2018 HOMOLOGAÇÃO: 25/04/2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM

OBJETO: Contratação da Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC, com a finalidade de executar projeto de Estudo do Licenciamento Ambiental do Aeródromo Municipal Ismael Nunes - São Joaquim SC

CONTRATADO: UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA - UDESC

VALOR DA DESPESA: R\$ 216.000,00 (duzentos e dezesseis mil e reais)

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso XIII da Lei de Licitações.

## INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 7/2018

PROCESSO Nº 32/2018 HOMOLOGAÇÃO: 30/04/2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM

OBJETO: Contratação de show musical de dupla Letícia e Juliane para cerimônia de comemoração dos 131 anos de emancipação política e administrativa do Município de São Joaquim SC

CONTRATADO: Lucimar Guimarães Goulart

VALOR DA DESPESA: R\$ 700,00 (setecentos reais)

FUNDAMENTO: Art. 25, inciso III da Lei de Licitações.

Contrato Nº.: 13/2018

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM

Contratada....: TARCIZIO GODINHO DOMINGOS

Valor ..... : 700,00 (setecentos reais)

Vigência ..... : Início: 24/04/2018 Término: 07/05/2018

Licitação ..... : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 5/2018

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : Contratação de show musical de Caio Meira para cerimônia de comemoração dos 131 anos de emancipação política e administrativa do Município de São Joaquim SC

EXTRATOS DE ATA E REGISTRO DE PREÇOS E CONTRATOS FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

"DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 3/2018

PROCESSO Nº 5/2018 HOMOLOGAÇÃO: 02/04/2018

CONTRATANTE: FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL SAO JOAQUIM

OBJETO: Auxílio Moradia (aluguel social), em caráter de emergência para abrigar o Senhor Adejalmo de Oliveira, em virtude da situação de vulnerabilidade social, pelo período de 06 (seis) meses, conforme previsto na Lei Municipal nº 4.467/2017, que regulamenta os Benefícios Eventuais.

CONTRATADO: JOÃO BATISTA RODRIGUES DE ANDRADE

VALOR DA DESPESA: R\$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais)

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso X da Lei de Licitações."

"PREGÃO PRESENCIAL Nº 1/2018

PROCESSO Nº 2/2018 HOMOLOGAÇÃO: 02/04/2018

CONTRATANTE: FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL SAO JOAQUIM

OBJETO: Aquisição de Cestas Básicas para distribuição gratuita pela Secretaria Municipal de Assistência Social

CONTRATADO: LH COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS EIRELI - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 64.800,00 (sessenta e quatro mil e oitocentos reais)"

"DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 4/2018

PROCESSO Nº 6/2018 HOMOLOGAÇÃO: 20/04/2018

CONTRATANTE: FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL SAO JOAQUIM

OBJETO: Auxílio Moradia (aluguel social), em caráter de emergência para abrigar a família da jovem Fabricia Mucke Lopes, em virtude de situação de vulnerabilidade social, pelo período de 06 (seis) meses, conforme prevista na Lei Municipal nº 4.467/2017 que regulamenta os Benefícios Eventuais.

"

CONTRATADO: JULIANO OLIVEIRA PADILHA

VALOR DA DESPESA: R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais)

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso X da Lei de Licitações."

Aditivo Nº ..... : 8/2017 1º aditiv - Contrato Nº: 8/2017

Contratante...: FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL SAO JOAQUIM

Contratada...: CENTRO DE INTEGRACAO DE ESTUDANTES -ESTAGIOS CIN

Valor ..... : 1.230,00 (um mil duzentos e trinta reais)

Vigência ..... : Início: 17/04/2018 Término: 16/04/2019

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 15/2017

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : Contratação de Empresa(s) de Assessoria para contratação de estagiários (estudantes), que estejam regularmente matriculados e frequentando cursos de Nível Superior, Técnico e Ensino Médio Regular.

EXTRATOS DE ATA E REGISTRO DE PREÇOS E CONTRATOS FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 2/2018

PROCESSO Nº 10/2018 HOMOLOGAÇÃO: 15/03/2018

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOAQUIM

OBJETO: Contratação de prestação de serviço entre a Secretaria Municipal de Saúde, com a Fundação APAE (Associação de Pais e Amigos dos excepcionais).

CONTRATADO: APAE ASSOC. DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS

VALOR DA DESPESA: R\$ 232.198,68 (duzentos e trinta e dois mil cento e noventa e oito reais e sessenta e oito centavos)

FUNDAMENTO: Art. 25,CAPUT da Lei de Licitações.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 4/2018

PROCESSO Nº 7/2018 HOMOLOGAÇÃO: 20/03/2018

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOAQUIM

OBJETO: Aquisição de 1(um) veículo de 5(cinco) lugares para transporte de pacientes para outros municípios.

-----  
 CONTRATADO: VIP CAR VEICULOS LTDA  
 VALOR DA DESPESA: R\$ 39.700,00 (trinta e nove mil e setecentos reais)

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 7/2018  
 PROCESSO Nº 11/2018 HOMOLOGAÇÃO: 11/04/2018  
 CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOAQUIM  
 OBJETO: Aquisição de equipamentos médico-hospitalares para o uso nas unidades desta Secretaria Municipal de Saúde.

-----  
 CONTRATADO: ALTERMED MATERIAL MEDICO E HOSPITALAR  
 VALOR DA DESPESA: R\$ 52.759,85 (cinquenta e dois mil setecentos e cinquenta e nove reais e oitenta e cinco centavos)

-----  
 CONTRATADO: METROMED - COM. DE MAT. MEDICOS HOSPITALARES LTDA  
 VALOR DA DESPESA: R\$ 82.707,72 (oitenta e dois mil setecentos e sete reais e setenta e dois centavos)

-----  
 CONTRATADO: SILMES COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA - E  
 VALOR DA DESPESA: R\$ 15.525,00 (quinze mil quinhentos e vinte e cinco reais)

=====

Aditivo Nº ..... : 08/2017 1º aditi - Contrato Nº: 08/2017 multient  
 Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOAQUIM  
 Contratada...: CENTRO DE INTEGRACAO DE ESTUDANTES -ESTAGIOS CIN  
 Valor ..... : 2.006,40 (dois mil e seis reais e quarenta centavos)  
 Vigência ..... : Início: 17/04/2018 Término: 16/04/2019  
 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 15/2017  
 Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM  
 Recursos ..... : Dotação:  
 Objeto ..... : Contratação de Empresa(s) de Assessoria para contratação de estagiários (estudantes), que estejam regularmente matriculados e frequentando cursos de Nível Superior, Técnico e Ensino Médio Regular.

#### EXTRATOS DE ATA E REGISTRO DE PREÇOS E CONTRATOS FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 7/2018  
 PROCESSO Nº 15/2018 HOMOLOGAÇÃO: 01/03/2018  
 CONTRATANTE: FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM  
 OBJETO: Contratação do Sr. CLEUDELIR DE SOUZA GUIMARÃES para prestação de serviço de Transporte Escolar de alunos do interior do município para as escolas municipais e estaduais.

-----  
 CONTRATADO: CLEUDELIR DE SOUZA DE GUIMARÃES  
 VALOR DA DESPESA: R\$ 7.200,00 (sete mil e duzentos reais)  
 FUNDAMENTO: Art. 24, inciso V da Lei de Licitações.

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 7/2018  
 PROCESSO Nº 8/2018 HOMOLOGAÇÃO: 07/03/2018  
 CONTRATANTE: FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM  
 OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios para a alimentação escolar para consumo e uso nas Escolas e CEIS da Rede Municipal de Ensino da SME-CD.

-----  
 CONTRATADO: JOSÉ ALEXANDRE ZANETE ME.  
 VALOR DA DESPESA: R\$ 25.548,00 (vinte e cinco mil quinhentos e quarenta e oito reais)

-----  
 CONTRATADO: CÉLIA REGINA WAMBOMMEL - ME  
 VALOR DA DESPESA: R\$ 127.620,00 (cento e vinte e sete mil seiscentos e vinte reais)

-----  
 CONTRATADO: SUPER VAREJAO CORDOVA DE ALIMENTOS LTDA - ME  
 VALOR DA DESPESA: R\$ 210.600,00 (duzentos e dez mil seiscentos reais)

-----  
CONTRATADO: LUIZ ANTONIO JUNCKES - ME  
VALOR DA DESPESA: R\$ 6.700,00 (seis mil e setecentos reais)

-----  
CONTRATADO: LH COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS EIRELI - ME  
VALOR DA DESPESA: R\$ 1.239.705,00 (um milhão duzentos e trinta e nove mil setecentos e cinco reais)

-----  
CONTRATADO: PARANÁ FOODS COMÉRCIO EIRELI - EPP  
VALOR DA DESPESA: R\$ 176.959,00 (cento e setenta e seis mil novecentos e cinquenta e nove reais)

-----  
CONTRATADO: J J J IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA  
VALOR DA DESPESA: R\$ 35.792,00 (trinta e cinco mil setecentos e noventa e dois reais)

=====

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 8/2018  
PROCESSO Nº 17/2018 HOMOLOGAÇÃO: 08/03/2018  
CONTRATANTE: FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM  
OBJETO: Contratação da Sra. HELENA NUNES DE JESUS para prestação de serviço de Transporte Escolar de alunos do interior do município para as escolas municipais e estaduais.

-----  
CONTRATADO: HELENA NUNES DE JESUS  
VALOR DA DESPESA: R\$ 7.200,00 (sete mil e duzentos reais)  
FUNDAMENTO: Art. 24, inciso II da Lei de Licitações.

=====

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 9/2018  
PROCESSO Nº 18/2018 HOMOLOGAÇÃO: 15/03/2018  
CONTRATANTE: FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM  
OBJETO: Contratação do Sr. Dionata Amaral de Souza para fixação de telas Anti Pombo no Ginásio de esportes da Escola CAIC Fulvio Amarante Ferreira.

-----  
CONTRATADO: DIONATA AMARAL DE SOUZA  
VALOR DA DESPESA: R\$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais)  
FUNDAMENTO: Art. 24, inciso II da Lei de Licitações.

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 8/2018  
PROCESSO Nº 16/2018 HOMOLOGAÇÃO: 26/03/2018  
CONTRATANTE: FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM  
OBJETO: Contratação de serviço de Arbitragem para eventos esportivos do calendário 2018 da Diretoria de Esportes .

-----  
CONTRATADO: LIGA ESPORTIVA SERRA MAR LTDA  
VALOR DA DESPESA: R\$ 93.000,00 (noventa e três mil reais)

=====

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 10/2018  
PROCESSO Nº 19/2018 HOMOLOGAÇÃO: 29/03/2018  
CONTRATANTE: FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM  
OBJETO: Contratação da empresa FILIPI ANTUNES ZANETE para prestação de serviço de Transporte Escolar de alunos do interior do município para as escolas municipais e estaduais.

-----  
CONTRATADO: FILIPI ANTUNES ZANETE 04396700989  
VALOR DA DESPESA: R\$ 56.037,60 (cinquenta e seis mil e trinta e sete reais e sessenta centavos)  
FUNDAMENTO: Art. 24, inciso V da Lei de Licitações.

=====

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 2/2018  
PROCESSO Nº 21/2018 HOMOLOGAÇÃO: 06/04/2018  
CONTRATANTE: FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM  
OBJETO: Contratação da Sra. Maria Iolanda Demeneck de Figueredo para ministrar palestras de formação continuada para os profissionais da Educação Básica, gestores e equipe técnica.



-----  
CONTRATADO: MARIA IOLANDA DEMENECK DE FIGUEREDO  
VALOR DA DESPESA: R\$ 2.052,00 (dois mil e cinquenta e dois reais)  
FUNDAMENTO: Art. 25, CAPUT da Lei de Licitações.

=====

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 3/2018  
PROCESSO Nº 22/2018 HOMOLOGAÇÃO: 18/04/2018  
CONTRATANTE: FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM  
OBJETO: Contratação do Palestrante Dalmir Sant'Anna, para ministrar Capacitação Lúdica para estudantes , professores e comunidade escolar da Rede de Educação Municipal de São Joaquim

-----  
CONTRATADO: DALMIR SANT'ANNA TREINAMENTOS LTDA EPP  
VALOR DA DESPESA: R\$ 7.800,00 (sete mil e oitocentos reais)  
FUNDAMENTO: Art. 25, inciso II da Lei de Licitações.

-----  
Aditivo Nº ..... : 8/2017 1º aditiv - Contrato Nº: 8/2017  
Contratante...: FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM  
Contratada...: CENTRO DE INTEGRACAO DE ESTUDANTES -ESTAGIOS CIN  
Valor ..... : 17.796,00 (dezesete mil setecentos e noventa e seis reais)  
Vigência ..... : Início: 17/04/2018 Término: 16/04/2019  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 15/2017  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM  
Recursos ..... : Dotação:  
Objeto ..... : Contratação de Empresa(s) de Assessoria para contratação de estagiários (estudantes), que estejam regularmente matriculados e frequentando cursos de Nível Superior, Técnico e Ensino Médio Regular.

São Joaquim, 30/04/2018  
GIOVANI NUNES - Prefeito Municipal

## PORTARIA Nº 232/2018

Publicação Nº 1608558

PORTARIANº 232/2018

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida EXONERAÇÃO a pedido a senhora SABRINA MACEDO DA ROSA, ocupante da Função de Professora Substituta na E.B.M. Domingos Pereira Portela, Bairro Jardim Bandeira, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 149/2018, de 26/04/2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 26 de Abril de 2018.  
GIOVANI NUNES  
Prefeito Municipal.

## PORTARIA Nº 233/2018

Publicação Nº 1608560

PORTARIANº 233/2018

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas Licenças para tratamentos de Saúde, conforme apresentações de Atestados Médicos aos seguintes funcionários:  
– FRANCIELE CESCONETTO, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 02 (dois) dias, a contar do dia 23/04/2018. – NELCI HEMENEGILDA DO AMARAL TOMAZ, ocupante do Cargo de Agente Administrativo, por 01 (um) dia, a contar do dia 23/04/2018, para tratamento de saúde de sua filha. – NILZA APARECIDA PEREIRA, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 01 (um) dia, no

dia 23/04/2018. – ALINE SCHLISCHTING MULLER, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 01 (um) dia, no dia 24/04/2018. – CLAUDIA LOURENÇO BUENO, ocupante do Cargo de Orientadora Educacional, por 01 (um) dia, no dia 24/04/2018. – RICARDO COSTA CANDIDO DA SILVA, ocupante do Cargo de Professor – 40 horas, por 03 (três) dias, a contar do dia 24/04/2018. – ANDRÉ BORT, ocupante do Cargo de Enfermeiro, por 02 (dois) dias, a contar do dia 24/04/2018. – ANDREIA APARECIDA SANTOS DA SILVA, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 01 (um) dia, no dia 24/04/2018. – ERICA DE SOUZA AMARAL, ocupante da Função de Professora – 20 horas, por 03 (três) dias, a contar do dia 24/04/2018. – BENTA DE FATIMA FURTADO, ocupante do Cargo de Técnica Administrativa, por 01 (um) dia, no dia 25/04/2018. – NELCI DA SILVA THOMAZ, ocupante do Cargo Eletivo de Conselheira Tutelar, por 03 (três) dias, a contar do dia 25/04/2018. – FABIANA MOREIRA HENRIQUE, ocupante do Cargo de Professora – 40 horas, por 02 (dois) dias, a contar do dia 26/04/2018. – EDNA NUNES DE BRIDA, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 01 (um) dia, no dia 26/04/2018, para tratamento de saúde de pessoa da família.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e produziu seus efeitos legais nas datas mencionadas no artigo 1º desta Portaria, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 26 de Abril de 2018.  
GIOVANI NUNES  
Prefeito Municipal.

## PORTARIA Nº 234/2018

Publicação Nº 1608561

PORTARIANº 234/2018

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

### RESOLVE:

Art. 1º - Conforme apresentação de Atestado Médico; Fica REALOCADA TEMPORARIAMENTE a funcionária: - MARIA EMILIA NUNES DA SILVA, ocupante do Cargo de Professora, na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Desporto, para desempenhar suas funções compatíveis com sua incapacidade na E.B.M. Aristίδes Ribeiro de Medeiros, bairro São Jose, com 20 horas semanais, a contar do dia 30/04/2018 á 29/04/2019, quando a mesma deve ser reavaliada

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 30 de Abril de 2018.  
GIOVANI NUNES  
Prefeito Municipal.

## PORTARIA Nº 235/2018

Publicação Nº 1608562

PORTARIANº 235/2018

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

### RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas Licenças para tratamentos de Saúde, conforme apresentações de Atestados Médicos aos seguintes funcionários: – LENITA APARECIDA SEIFERT, ocupante do Cargo de Agente Administrativo, por 03 (três) dias, a contar do dia 25/04/2018. – ELAINE CRISTINA RODRIGUES, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 01 (um) dia, no dia 25/04/2018. – MARTA APARECIDA PEREIRA OLIVEIRA, ocupante do Cargo de Professora – 20 Horas, por 01 (um) dia, no dia 25/04/2018. – LUSIANE ZANDONADI NUNES, ocupante do Cargo de Assistente Social, por 01 (um) dia, no dia 27/04/2018. – ANDREIA APARECIDA SANTOS DA SILVA, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 01 (um) dia, no dia 26/04/2018. – CLAUDIA GÓSS, ocupante do Cargo de Professor – 20 horas, por ½ (meio) dia, no dia 26/04/2018. – ELENITA ABEL MATOS CECHINEL, ocupante do Cargo de Diretora, por 01 (um) dia, no dia 27/04/2018. – SAMEA KURDI, ocupante da Função de Odontóloga, por 02 (dois) dias, a contar do dia 27/04/2018. – SABRINA ARCARO MATOS, ocupante da Função de Professora – 20 horas, por 01 (um) dia, a contar do dia 30/04/2018. – JOSIANE ZANELLA FERNANDES, ocupante do Cargo de Assistente Social, por 01 (um) dia, no dia 30/04/2018. – MIRELLA CASSÃO MUNIZ, ocupante da Função de Técnica em Enfermagem (ESF), por 01 (um) dia, no dia 30/04/2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e produziu seus efeitos legais nas datas mencionadas no artigo 1º desta Portaria, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 30 de Abril de 2018.

GIOVANI NUNES  
Prefeito Municipal.

**PORTARIA Nº 236/2018**

Publicação Nº 1608563

PORTARIANº 236/2018

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido EXONERAÇÃO a pedido a senhora: - MARIA IOLANDA MACEDO, ocupante da Função de Professora Substituta, na E.B.M. João Paulo Carvalho, Localidade do Luizinho, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 155/2018, de 22/03/2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 30 de Abril de 2018.  
GIOVANI NUNES  
Prefeito Municipal.

**PRORROGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DO PROCESSO SELETIVO Nº 02/2018**

Publicação Nº 1608220

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 02/2018

GIOVANI NUNES, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOAQUIM - SC, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 37, da Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal, TORNA PÚBLICO QUE FICA PRORROGADO O PRAZO DE INSCRIÇÕES E ALTERA O CRONOGRAMA do edital de processo seletivo 02/2018 conforme segue:

**PRORROGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES**

Por este instrumento fica PRORROGADO o período de inscrição do Processo Seletivo 02/2018, até a data de 09/05/2018, alterando o cronograma do edital, o qual passa a ter suas datas alteradas conforme segue:

**1. DO CRONOGRAMA DESTE CERTAME**

| DATA   | ATO  |
|--|--|
| 18/04/2018                                   | Publicação do Edital   |
| 18/04/2018 até às 23h59min do dia 09/05/2018 | Período de Inscrições  |
| 18/04/2018 até às 23h59min do dia 08/05/2018 | Prazo para ANEXAR documentos referentes à isenção de taxa de inscrição.                                    |
| 09/05/2018                                   | Publicação das isenções deferidas  |
| 18/04/2018 a 10/05/2018                      | Prazo para pagamento da taxa de inscrição  |
| 11/05/2018                                   | Publicação do ROL DOS INSCRITOS  |
| 12 e 13/05/2018                              | Prazo para recursos do não deferimento do pedido de inscrição  |
| 14/05/2018                                   | Homologação das Inscrições   |
| 20/05/2018                                   | Realização das provas escritas e objetivas.  |
| 20/05/2018                                   | Realização da prova prática.   |
| 20/05/2018                                   | Recolhimento dos documentos para a prova de títulos  |
| 20/05/2018                                   | Publicação do gabarito provisório (após as 18 horas)   |
| 21 e 22/05/2018                              | Prazo para recursos da formulação das questões e discordância com o gabarito da prova objetiva             |
| 29/05/2018                                   | Publicação do julgamento dos recursos contra discordância do gabarito e formulação de questões.            |
| 29/05/2018                                   | Publicação do gabarito definitivo, nota da prova objetiva, prática, de Títulos e classificação provisória. |
| 30 e 31/05/2018                              | Prazo para recurso contra nota da prova objetiva, prática, de Títulos, e classificação provisória.         |

|            |  |
|------------|--|
| 01/06/2018 | Publicação do julgamento dos recursos contra nota da prova objetiva, prática, de Títulos e classificação provisória. |
| 01/06/2018 | Publicação do resultado final para Homologação posterior a esta data.  |

Desta forma ficam alteradas todas as datas referentes ao cronograma do edital de Processo Seletivo 02/2018.

Prefeitura Municipal de São Joaquim, 30 de abril de 2018.

GIOVANI NUNES

Prefeito Municipal

FABIANO PADILHA

Presidente da Comissão

# São José

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 9907/2018

Publicação Nº 1598383

DECRETO Nº 9907/2018

NOMEIA SERVIDOR PARA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado LEANDRO MATTOS PEREIRA para exercer o cargo de Assessor Administrativo II – CCM-2, com lotação na Procuradoria Geral do Município, nos termos da Lei Complementar nº 075, de 27 de abril de 2017.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 12 de abril de 2018.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

### DECRETO Nº 9948/2018

Publicação Nº 1605248

DECRETO Nº 9948/2008

NOMEIA SERVIDOR PARA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada ISABEL GHIZONI AGUIAR para exercer o cargo Assessor Técnico Jurídico – CCM-8, com lotação na Secretaria de Saúde, nos termos da Lei Complementar nº 075, de 27 de abril de 2017.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 26 de abril de 2018.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

## CÂMARA MUNICIPAL

### PORTARIA Nº 037/2018

Publicação Nº 1608893

PORTARIA Nº 037/2018

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso das atribuições conferidas pelo art. 23, III, "a" e art. 70 do Regimento Interno,

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias ao servidor Cesar Sisterolli, a partir de 02 de maio de 2018.

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de São José, SC, 27 de abril de 2018.

ORVINO COELHO DE ÁVILA  
PRESIDENTE

Registrada em \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

Publicada em \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

**PORTARIA Nº 038/2018**

Publicação Nº 1608894

PORTARIA Nº 038/2018

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso das atribuições conferidas pelo art. 23, III, "a" e art. 70 do Regimento Interno,

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias à servidora Priscilla Thiesen Becsi, a partir de 02 de maio de 2018.

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de São José, SC, 27 de abril de 2018.

ORVINO COELHO DE ÁVILA

PRESIDENTE

Registrada em \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

Publicada em \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

**PORTARIA Nº 039/2018**

Publicação Nº 1608895

PORTARIA Nº 039/2018

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso das atribuições conferidas pelo art. 23, III, "a" e art. 70 do Regimento Interno,

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias ao servidor Gilmar Britto, a partir de 03 de maio de 2018.

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de São José, SC, 27 de abril de 2018.

ORVINO COELHO DE ÁVILA

PRESIDENTE

Registrada em \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

Publicada em \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

**PORTARIA Nº 040/2018**

Publicação Nº 1608896

PORTARIA Nº 040/2018

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso das atribuições conferidas pelo art. 23, III, "a" e art. 70 do Regimento Interno,

RESOLVE:

Nomear a servidora Gisele de Liz para o cargo em comissão de Coordenador das Comissões – DAS-4, a partir de 02 de maio de 2018.

Câmara Municipal de São José, SC, 27 de abril 2018.

ORVINO COELHO DE ÁVILA

PRESIDENTE

Registrada em \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

Publicada em \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

**PORTARIA Nº 041/2018**

Publicação Nº 1608897

PORTARIA Nº 041/2018

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso das atribuições conferidas pelo art. 23, III, "a" e art. 70 do Regimento Interno,

RESOLVE:

Exonerar a servidora Célia Hinckel do cargo em comissão de Assessor Parlamentar – CCV-2, vinculado ao gabinete do vereador Tulio Márcio



Salles Maciel, a partir de 30 de abril de 2018.

Câmara Municipal de São José, SC, 27 de abril 2018.

ORVINO COELHO DE ÁVILA  
PRESIDENTE

Registrada em \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

Publicada em \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

## **PORTARIA Nº 042/2018**

Publicação Nº 1608899

PORTARIA Nº 042/2018

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso das atribuições conferidas pelo art. 23, III, "a" e art. 70 do Regimento Interno,

RESOLVE:

Nomear o servidor Agostinho Mignoni Junior para o cargo em comissão de Assessor Parlamentar – CCV-2, vinculado ao gabinete do vereador Tulio Márcio Salles Maciel, a partir de 02 de maio de 2018.

Câmara Municipal de São José, SC, 27 de abril 2018.

ORVINO COELHO DE ÁVILA  
PRESIDENTE

Registrada em \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

Publicada em \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

# São José do Cedro

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 6255/2018

Publicação Nº 1608944

DECRETO Nº 6.255, DE 24 DE ABRIL DE 2018.

“REGULAMENTA O §2º DO ARTIGO 47º DA LEI Nº 4.572, 13 DE DEZEMBRO DE 2016, QUE CRIA O PROGRAMA MAIS AGRICULTURA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e com base no inciso IX, do Artigo 69 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1. Fica estabelecido, conforme o §2º do Art. 47 da Lei nº 4.572, de 13 de dezembro de 2016, o limite de 03 (três) horas-máquina por propriedade rural, subsidiadas em 50% (cinquenta por cento) pelo Município, conforme disposto na lei.

Art. 2. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3. Ficam revogadas as demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 24 DE ABRIL DE 2018.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

### DECRETO Nº 6256/2018

Publicação Nº 1608946

DECRETO Nº 6.256, DE 27 DE ABRIL DE 2018.

“DISPÕE SOBRE DESMEMBRAMENTO DE IMÓVEL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto na Seção II, Artigo 69 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 21 de junho de 1990,

DECRETA:

Art. 1º. Fica autorizado o desmembramento de PARTE DO LOTE RURAL Nº 9 (NOVE), com área de 73.369,54m2(setenta e três mil trezentos e sessenta e nove metros e cinquenta e quatro decímetros quadrados), PARTE DO LOTE RURAL Nº11, com área de 157.000,00m2(cento e cinquenta e sete mil metros quadrados), e PARTE DO LOTE RURAL Nº 12, com área de 249.000,00m2 (duzentos e quarenta e nove mil metros quadrados), totalizando uma área de 479.369,54m2 (quatrocentos e setenta e nove mil trezentos e sessenta e nove metros e cinquenta e quatro decímetros quadrados) situados na Linha Santa Rita, nesta cidade de São José do Cedro, Santa Catarina, matrícula do Ofício de Registro de Imóveis nº14.089, de propriedade de NERCIO SARTORI, CPF 032.562.009-15 e IRES PERUZZOLO SARTORI, CPF 681.817.529-53, conforme dimensões e confrontações a seguir:

IMÓVEL PRIMITIVO:

PARTE DO LOTE RURAL Nº 9 (NOVE), com área de 73.369,54m2(setenta e três mil trezentos e sessenta e nove metros e cinquenta e quatro decímetros quadrados), PARTE DO LOTE RURAL Nº11, com área de 157.000,00m2(cento e cinquenta e sete mil metros quadrados), e PARTE DO LOTE RURAL Nº 12, com área de 249.000,00m2 (duzentos e quarenta e nove mil metros quadrados), totalizando uma área de 479.369,54m2 (quatrocentos e setenta e nove mil trezentos e sessenta e nove metros e cinquenta e quatro decímetros quadrados) situados na Linha Santa Rita, nesta cidade de São José do Cedro, Santa Catarina, matrícula nº14.089, com as confrontações a seguir:

Considerando como ponto de partida o marco situado no limite da área do DNER e a estrada geral São José do Cedro/Princesa seguindo no sentido LESTE/OESTE, confrontando-se ao SUL pela estrada geral com parte do lote rural nº 9, medindo 179,35metros; deflete-se esta linha à esquerda seguindo no sentido NORTE/SUL, confrontando-se ao LESTE com parte do lote rural nº 9, medindo 12,88metros; deflete-se esta linha à direita seguindo no sentido LESTE/OESTE, confrontando-se ao SUL com parte do mesmo lote rural nº 9, pela faixa de domínio

da Rodovia de Acesso São José do Cedro a Princesa; deflete-se esta linha à esquerda seguindo no sentido SUL/NORTE, confrontando-se a LESTE com parte do mesmo lote rural nº 9, deflete-se esta linha a direita num ângulo de 96° 36' 39", seguindo no sentido LESTE/OESTE confrontando-se ao SUL com o lote rural nº 8, por linha seca, até a Sanga Cascata; deflete-se a direita, seguindo por esta no sentido SUL/NORTE, confrontando-se ao OESTE com o lote rural nº 13, ao NOROESTE com o lote rural nº 14, até encontrar o Lajeado Cedro; deflete-se esta linha à direita confrontando-se ao NORTE com o Lajeado Cedro até encontrar o Travessão que divide o Lote Rural nº 11; deflete-se esta linha à direita seguindo no sentido NORTE/SUL, confrontando-se ao LESTE com parte do lote rural nº 11, por linha seca; deflete-se esta linha à esquerda seguindo no sentido OESTE/LESTE, confrontando-se ao NORTE com parte do lote rural nº 11; deflete-se essa linha à direita seguindo no sentido NORTE/SUL, confrontando ao LESTE com parte do lote rural nº 10, por linha seca; deflete-se essa linha à esquerda seguindo no sentido OESTE/LESTE, confrontando ao NORTE com parte do lote rural nº 10, por linha seca; deflete-se esta linha à direita seguindo no sentido NORTE/SUL, confrontando-se a LESTE com parte do lote rural nº 9, medindo 50,00 metros; deflete-se esta linha à esquerda no sentido OESTE/LESTE, confrontando-se a NORTE com parte do lote nº 9, medindo 90,48 metros; deflete-se essa linha à direita no sentido NORTE/SUL, confrontando-se ao LESTE com a Faixa de Domínio da BR163 até encontrar o ponto de partida.

#### ÁREA REMANESCENTE – PROPRIEDADE DE NERCIO SARTORI E IRES PERUZZOLO SARTORI.

Parte do Lote Rural nº 9 com área de 60.934,96m², Parte do Lote Rural nº 11 com área de 157.000,00m² e Lote Rural nº 12 com área de 249.000,00m² perfazendo um total de 466.934,96m² (quatrocentos e sessenta e seis mil novecentos e trinta e quatro metros quadrados e noventa e seis décimos quadrados), sem benfeitorias, com área de reserva florestal legal de 93.386,98m².

Considerando como ponto de partida o marco situado no limite da área do DNER e a estrada geral São José do Cedro/Princesa seguindo no sentido Leste/Oeste, confrontando-se ao Sul pela estrada geral com parte do Lote Rural nº 09 medindo 179,35 metros; deflete-se esta linha à esquerda seguindo no sentido Norte/Sul, confrontando-se ao Leste com parte do Lote Rural nº 9, medindo 12,88 metros; deflete-se esta linha a direita seguindo no sentido Leste/Oeste confrontando-se ao Sul com parte do mesmo Lote Rural nº 9 pela faixa de domínio da Rodovia de Acesso São José do Cedro a Princesa; deflete-se esta linha a esquerda num ângulo de 99°01'22" seguindo no sentido Norte/Sul confrontando-se a Leste parte do mesmo Lote Rural nº 9; deflete-se esta linha a direita num ângulo de 90°00'00" seguindo no sentido Leste/Oeste confrontando-se ao Sul com o Parte do Lote Rural nº 9; deflete-se esta linha a direita num ângulo de 90°00'00" seguindo no sentido Sul/Norte confrontando-se ao Oeste com o Parte do Lote Rural nº 9; deflete-se esta linha a Esquerda num ângulo de 99°01'22" seguindo no sentido Leste/Oeste confrontando-se ao Sul com parte do mesmo Lote Rural nº 9 pela faixa de domínio da Rodovia de Acesso São José do Cedro a Princesa; deflete-se a direita seguindo por esta no sentido Sul/Norte confrontando-se ao Oeste com o Lote Rural nº 13, ao Noroeste com o Lote Rural nº 14, pela Sanga Cascata até encontrar o Lajeado Cedro; deflete-se esta linha a direita confrontando-se ao Norte com o Lajeado Cedro até encontrar o Travessão que divide o Lote Rural nº 11; deflete-se esta linha à direita seguindo no sentido Norte/Sul, confrontando ao Leste com parte do Lote Rural nº 11, por linha seca, deflete-se esta linha a esquerda seguindo no sentido Oeste/Leste confrontando-se ao Norte com parte do Lote Rural nº 11; deflete-se essa linha a Direita seguindo no sentido Norte/Sul confrontando ao Leste com parte do Lote Rural nº 10 por linha seca, deflete-se essa linha a esquerda seguindo no sentido Oeste/Leste confrontando ao Norte com Parte do Lote Rural nº 10 por linha seca; deflete-se esta linha a direita seguindo no sentido Norte/Sul, confrontando-se a Leste com parte do Lote nº 9 medindo 50,00 metros, deflete-se essa linha a esquerda no sentido Oeste/Leste confrontando se a Norte com parte do Lote nº 9 medindo 90,48 metros, deflete-se essa linha a direita no sentido Norte/Sul confrontando-se ao Leste com a Faixa de Domínio da Br-163 até encontrar o ponto de partida;

#### ÁREA A DESMEMBRAR

Parte do Lote Rural nº 9 que passa a denominar-se de Parte do Lote Rural nº 9-A, com área de 12.434,58m² (doze mil quatrocentos e trinta e quatro metros quadrados e cinquenta e oito décimos quadrados), sem benfeitorias, com área de reserva florestal legal de 2,486,92m², ficando compensada na Área Remanescente do Imóvel.

Considerando o canto Nordeste como ponto de partida seguindo no sentido Norte/Sul, confrontando-se ao Leste com parte do Lote Rural nº 9; deflete esta linha a esquerda num ângulo de 90°00'00" seguindo no sentido Oeste/Leste confronta-se ao Norte com parte do mesmo Lote Rural nº 9; deflete-se esta linha a direita num ângulo de 90°00'00" seguindo no sentido Norte/Sul confrontando-se a Leste parte do mesmo Lote Rural nº 9, deflete-se esta linha a direita num ângulo de 96°41'57" seguindo no sentido Leste/Oeste confrontando-se ao Sul com o Lote Rural nº 08, deflete-se essa linha a direita seguindo no sentido Sul/Norte confrontando ao Oeste com a Sanga Cascata; deflete-se essa linha a direita seguindo no sentido Oeste/Leste confrontando-se ao Norte Com parte do mesmo Lote nº 9 pela faixa de domínio da Rodovia de Acesso São José do Cedro a Princesa até encontrar o ponto de partida;

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, 27 de abril de 2018.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,

Prefeito municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Charlise Barato dos Santos,

Agente Administrativo.

### DECRETO Nº 6257/2018

Publicação Nº 1608948

DECRETO Nº 6.257, DE 30 DE ABRIL DE 2018.

"NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO"

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo Artigo 69, IX e XI, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 21 de junho de 1990,

**DECRETA:**

Art. 1. Fica NOMEADA como servidora pública municipal, VERA REGINA CERIOLI COSTA, para exercer o cargo comissionado de SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA, de livre nomeação e exoneração, regida pelo Regime Jurídico Estatutário, conforme Lei Municipal nº 2020/93, com os vencimentos e atribuições previstos em Lei, a partir de 02 de maio de 2018.

Art. 2º. As despesas com a execução do presente decreto correrão por conta dos recursos orçamentários vigentes.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02/05/2018.

GABINETE DO PREFEITO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 30 DE ABRIL DE 2018.  
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

**DECRETO Nº 6258/2018**

Publicação Nº 1608949

DECRETO Nº 6.258, DE 30 DE ABRIL DE 2018.  
“NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO”

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo Artigo 69, IX e XI, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 21 de junho de 1990,

**DECRETA:**

Art. 1. Fica NOMEADA como servidora pública municipal, JULIANA SALETE COLLE, para exercer o cargo comissionado de CHEFE DE DEPARTAMENTO DE SECRETARIA, de livre nomeação e exoneração, regida pelo Regime Jurídico Estatutário, conforme Lei Municipal nº 2020/93, com os vencimentos e atribuições previstos em Lei, a partir de 02 de maio de 2018.

Art. 2º. As despesas com a execução do presente decreto correrão por conta dos recursos orçamentários vigentes.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02/05/2018.

GABINETE DO PREFEITO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 30 DE ABRIL DE 2018.  
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

**DECRETO Nº 6259/2018**

Publicação Nº 1608950

DECRETO Nº 6.259, DE 30 DE ABRIL DE 2018.

“INTERROMPE FÉRIAS DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL”.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto na Seção II, Artigo 69 da Lei Orgânica do Município,

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica interrompido o período de férias da funcionária pública municipal TANIA MARIA SPESSATTO, ocupante do cargo efetivo de

Agente Administrativo, Matrícula nº 141, a partir do dia 30 de abril de 2018, por motivo de superior interesse público.

Art. 2º. As despesas com a execução do presente Decreto correrão por conta dos recursos orçamentários vigentes.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 30 DE ABRIL DE 2018.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

## EXTRATO CONTRATOS ABRIL 2018

Publicação Nº 1608790

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO EXTRATO CONTRATUAL-Contrato Nº.: 95.2017 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO - Contratada...: VALDEMAR LOURENÇO MEI - 45664528915 Valor ..... : 23.940,00 (vinte e três mil novecentos e quarenta reais) Vigência ..... : Início: 12/04/2018 Término: 12/04/2018 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 106/2017 Recursos ..... : Dotação: Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA QUE FORNEÇA INSTRUTOR E EDUCADOR SOCIAL EM PERCUSSÃO NOS GRUPOS FORMADOS PELO CRAS DO MUNICÍPIO. São José do Cedro, 30 de Abril de 2018

-----Contrato Nº.: 40.2018 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO - Contratada...: FORTALEZA VIDROS E ACOS LTDA Valor ..... : 17.610,00 (dezessete mil seiscentos e dez reais) Vigência ..... : Início: 02/04/2018 Término: 31/12/2018 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 45/2018 Recursos ..... : Dotação: Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONSTRUÇÃO CIVIL PARA EXECUÇÃO DE INFRA ESTRUTURA PARA AS ACADEMIAS AO AR LIVRE QUE SERÃO INSTALADAS NO DISTRITO DE PADRE RÉUS E LINHA SÃO VENDELINO, bem como, AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA INSTALAÇÃO DAS DUAS ACADEMIAS AO AR LIVRE. RECURSO PROVENIENTE DO CONVÊNIO COM O GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA (Contrato de apoio financeiro N.2017TR1375), E PRÓPRIOS DO MUNICÍPIO. São José do Cedro, 30 de Abril de 2018

-----Contrato Nº.: 41.2018 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO - Contratada...: S. O. ZIOBER & CIA EQUIPAMENTOS METALURGICOS LTDA Valor ..... : 29.488,00 (vinte e nove mil quatrocentos e oitenta e oito reais) Vigência ..... : Início: 02/04/2018 Término: 31/12/2018 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 45/2018 Recursos ..... : Dotação: Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA INSTALAÇÃO DAS DUAS ACADEMIAS AO AR LIVRE. RECURSO PROVENIENTE DO CONVÊNIO COM O GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA (Contrato de apoio financeiro N.2017TR1375), E PRÓPRIOS DO MUNICÍPIO. São José do Cedro, 30 de Abril de 2018

-----Contrato Nº.: 42.2018 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO - Contratada...: ÉDERSON KOVALSKI Valor ..... : 14.880,00 (quatorze mil oitocentos e oitenta reais) Vigência ..... : Início: 07/04/2018 Término: 06/04/2019 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 54/2018 Recursos ..... : Dotação: Objeto ..... : LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA SEDIAR OS ESCRITÓRIOS DA CIDASC E DA EPAGRI DE NOSSO MUNICÍPIO, CONFORME CONVÊNIO E TERMO DE PARCERIA ENTRE O MUNICÍPIO E AS ENTIDADES. São José do Cedro, 30 de Abril de 2018

-----Contrato Nº.: 43.2018 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO - Contratada...: NP WEIS SERVIÇOS Valor ..... : 297.339,09 (duzentos e noventa e sete mil trezentos e trinta e nove reais e nove centavos) Vigência ..... : Início: 09/04/2018 Término: 31/12/2018 Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 50/2018 Recursos ..... : Dotação: Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EFETUAR A RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS, SENDO ELAS: ESTRADA GERAL DA LINHA ESPERANÇA BAIXA (10,2 KM), ESTRADA DE LINHA NOVO SARANDI ATÉ PADRE RÉUS (7,21 KM) e ESTRADA DE LINHA ESPERANÇA ATÉ LINHA SEIS BARRAS (4,0 KM), COM FORNECIMENTO DE MÃO-DE-OBRA E MATERIAIS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DO OBJETO, CONFORME PROJETOS, MEMORIAIS DESCRITIVOS E ORÇAMENTOS ANEXOS. Recursos Oriundos do Convênio com o Governo do Estado de Santa Catarina, Nº2017TR001935. São José do Cedro, 30 de Abril de 2018

-----Aditivo Nº ..... : 44.2018 - Contrato Nº.: 106.2017 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO - Contratada...: MIGUEL ANGELO DE SOUZA 82906211915 Valor ..... : 2.800,00 (dois mil e oitocentos reais) Vigência ..... : Início: 10/04/2018 Término: 22/10/2018 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 129/2017 Recursos ..... : Dotação: 2.045.3.3.90.00.00.00.00 (148) Saldo: 91.651,28 Objeto ..... : O presente termo aditivo tem por finalidade, "acrescentar horas ao serviço licitado e aditar o valor" para prestação dos serviços contratados conforme objeto:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA QUE FORNEÇA UM PROFISSIONAL QUALIFICADO PARA DESENVOLVER ATIVIDADES ESPORTIVAS POR MEIO DE "ESCOLINHAS DE FUTEBOL", VISANDO ATIVIDADES SÓCIO EDUCATIVAS, PROPORCIONANDO O CRESCIMENTO PESSOAL, SOCIAL E AUTONOMIA DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES MATRICULADAS NAS ESCOLAS DO MUNICIPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO. São José do Cedro, 30 de Abril de 2018

-----Aditivo Nº ..... : 45.2018 - Contrato Nº.: 102.2017 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO - Contratada...: URBANE ARQUITETURA E ENGENHARIA LTDA ME Valor ..... : 14.815,00 (quatorze mil oitocentos e quinze reais) Vigência ..... : Início: 10/04/2018 Término: 27/04/2018 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 102/2017 Recursos ..... : Dotação: Objeto ..... : PROJETO DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DO TERMO DE PARCERIA ENTRE O MUNICÍPIO E AS ENTIDADES. São José do Cedro, 30 de Abril de 2018



119/2017 Recursos ..... : Dotação: Objeto ..... : O presente termo aditivo tem por finalidade, aditar o valor inicial contratado, conforme objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA QUE ELABORE PROJETO DE CONSTRUÇÃO DE UM CENTRO DE MÚLTIPLO USO EM LOTE INSTITUCIONAL, PARA SER UTILIZADO NO CADASTRAMENTO DE PROPOSTA FUTURA DO FUNDAM II OU EMENDAS PARLAMENTARES FUTURAS, TANTO DO ESTADO QUANTO DA UNIÃO. São José do Cedro, 30 de Abril de 2018

-----Contrato Nº.: 46.2018Contrato Nº.: 46.2018 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDROContratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO - Contratada....: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DEContratada....: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DESENVOLVIMENTO REGIONREGION Valor ..... : 18.000,00 (dezoito mil reais)Valor ..... : 18.000,00 (dezoito mil reais) Vigência ..... : Início: 10/04/2018 Término: 31/12/2018Vigência ..... : Início: 10/04/2018 Término: 31/12/2018 Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e ServiçosLicitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Recursos ..... : Dotação:Recursos ..... : Dotação: Objeto ..... : O objeto do presente Contrato de Rateio é o estruturar oObjeto ..... : O objeto do presente Contrato de Rateio é o estruturar o Programa de Perfuração de Poços Artesianos do município de São JoséPrograma de Perfuração de Poços Artesianos do município de São José do Cedro, conforme Termo de Cooperação Técnica e Termo de Cessão de Cedro, conforme Termo de Cooperação Técnica e Termo de Cessão de Uso de Bem Móvel, firmado entre a Secretaria de Estado da Agricultura eUso de Bem Móvel, firmado entre a Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca e a Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina - AMEOSC e entre a Associação dos Municípios do ExtremoOeste de Santa Catarina - AMEOSC e entre a Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina - AMEOSC e o Consórcio Intermunicipal deOeste de Santa Catarina - AMEOSC e o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional - CONDER. Desenvolvimento Regional - CONDER.

Aditivo Nº ..... : 47.2018 - Contrato Nº: 21.2018Aditivo Nº ..... : 47.2018 - Contrato Nº: 21.2018 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDROContratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO - Contratada....: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DEContratada....: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DESENVOLVIMENTO REGIONREGION Valor ..... : 1.000,00 (um mil reais)Valor ..... : 1.000,00 (um mil reais) Vigência ..... : Início: 11/04/2018 Término: 31/12/2018Vigência ..... : Início: 11/04/2018 Término: 31/12/2018 Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e ServiçosLicitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Recursos ..... : Dotação:Recursos ..... : Dotação: Objeto ..... : O presente instrumento tem por finalidade aditar o valorObjeto ..... : O presente instrumento tem por finalidade aditar o valor contratado, visando assim, cumprir as exigências do Art 1º da lei 4.656/2017, que autoriza um repasse mensal de R\$500,00 (quinhentos4.656/2017, que autoriza um repasse mensal de R\$500,00 (quinhentos reais) ao CONDER, conforme contrato principal nº21/2018, que tem comoreais) ao CONDER, conforme contrato principal nº21/2018, que tem como objeto ratear as despesas do Consórcio Intermunicipal deobjeto ratear as despesas do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional - CONDER, entre os CONSORCIADOS nosDesenvolvimento Regional - CONDER, entre os CONSORCIADOS nos termos do art. 8º da Lei nº. 11.107/05, haja visto que os serviços foramtermos do art. 8º da Lei nº. 11.107/05, haja visto que os serviços foram fornecidos no mês de Janeiro e Fevereiro de 2018.fornecidos no mês de Janeiro e Fevereiro de 2018. São José do Cedro, 30 de Abril de 2018

-----Aditivo Nº ..... : 48.2018 - Contrato Nº: 95.2017 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO - Contratada....: VALDEMAR LOURENÇO MEI - 45664528915 Valor ..... : 0,00 (zero) Vigência ..... : Início: 13/04/2018 Término: 12/07/2018 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 106/2017 Recursos ..... : Dotação: Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA QUE FORNEÇA INSTRUTOR E EDUCADOR SOCIAL EM PERCUSSÃO NOS GRUPOS FORMADOS PELO CRAS DO MUNICÍPIO. São José do Cedro, 30 de Abril de 2018

-----Aditivo Nº ..... : 49.2018 - Contrato Nº: 133.2017 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO - Contratada....: PORTAL COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA - ME Valor ..... : 0,00 (zero) Vigência ..... : Início: 17/04/2018 Término: 31/12/2018 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 162/2017 Recursos ..... : Dotação: Objeto ..... : O presente termo aditivo tem por finalidade, reajustar o valor do Item 02 - ÓLEO DIESEL S10 e Item 03 - ÓLEO DIESEL S500, contratado por meio do Pregão Presencial n.º162/2017, que tem como objeto: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS PARA USO EM VEÍCULOS, CAMINHÕES, ÔNIBUS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DA PREFEITURA MUNICIPAL E PARA OS VEÍCULOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. São José do Cedro, 30 de Abril de 2018

-----Contrato Nº.: 50.2018 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO - Contratada....: SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA Valor ..... : 23.520,00 (vinte e três mil quinhentos e vinte reais) Vigência ..... : Início: 17/04/2018 Término: 31/12/2018 Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 70/2018 Recursos ..... : Dotação: Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE ENTIDADE/EMPRESA SEM FINS LUCRATIVOS, PARA APLICAÇÃO DE CURSO DE EDUCAÇÃO COMPLEMENTAR NA ÁREA DE EDUCAÇÃO MAKER (ROBÓTICA, ELETRÔNICA, MECÂNICA, FÍSICA, MATEMÁTICA, PROGRAMAÇÃO E ARQUITETURA) PARA ESTUDANTES DE 11 A 17 ANOS. São José do Cedro, 30 de Abril de 2018

Contrato Nº.: 51.2018 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO- Contratada....: INVOLÁVEL CEDRO SISTEMA DE ALARMES LTDA - ME Valor ..... : 4.200,00 (quatro mil e duzentos reais) Vigência ..... : Início: 18/04/2018 Término: 18/04/2018 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 29/2018 Recursos ..... : Dotação: Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SEGURANÇA ELETRÔNICA, PARA PRESTAR SERVIÇOS DE MONITORAMENTO DE SISTEMA DE ALARME COM ARMAZENAMENTO DE IMAGENS E ACOMPANHAMENTO DAS IMAGENS INTEGRADA AO SISTEMA DE ALARME DA BASE DE MONITORAMENTO 24 HORAS POR DIA, A SER REALIZADO NA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO ALTA COLINA, COM O FORNECIMENTO DOS EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS. São José do Cedro, 30 de Abril de 2018

-----Contrato Nº.: 52.2018 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO - Contratada....: ASSOCIAÇÃO IPIRANGA FUTEBOL CLUBE Valor ..... : 20.000,00 (vinte mil reais) Vigência ..... : Início: 24/04/2018 Término: 23/12/2018 Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 75/2018 Recursos ..... : Dotação: Objeto ..... : LOCAÇÃO DO ESTÁDIO ESPORTIVO DA ASSOCIAÇÃO IPIRANGA FUTEBOL CLUBE, PARA REALIZAÇÃO DO MOLEQUE BOM DE BOLA MASCULINO E FEMININO e PARA USO NOS TREINAMENTOS DE RENDIMENTO REALIZADOS A NOITE PELA SECRETARIA DE ESPORTES, AOS ATLETAS DO SUB 15, SUB 17 E EQUIPE QUE PARTICIPA DOS JOGUINHOS ABERTOS DE SANTA CATARINA. São José do Cedro, 30 de Abril de 2018

-----Aditivo Nº ..... : 53.2018 - Contrato Nº: 10.2018 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO - Contratada....: AURORA TRANSPORTES E TURISMO LTDA Valor ..... : 3.280,00 (três mil duzentos e oitenta reais) Vigência ..... : Início: 25/04/2018 Término: 06/02/2019 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 168/2017 Recursos ..... : Dotação: Objeto ..... : O presente termo aditivo tem por finalidade, alterar o trajeto do Item 05, com aditivo de valor contratado de prestação de serviço, contratado conforme objeto "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECER O TRANSPORTE ESCOLAR PARA ALUNOS



DA REDE MUNICIPAL E ESTADUAL DE ENSINO INFANTIL, FUNDAMENTAL E ENSINO MÉDIO, BEM COMO PARA PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO". São José do Cedro, 30 de Abril de 2018

-----Aditivo Nº ..... : 54.2018 - Contrato Nº: 133.2017 Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO - Contratada...: PORTAL COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA - ME Valor ..... : 0,00 (zero) Vigência ..... : Início: 27/04/2018 Término: 31/12/2018 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 162/2017 Recursos ..... : Dotação: Objeto ..... : O presente termo aditivo tem por finalidade, reajustar o valor do Item 02 - ÓLEO DIESEL S10 e Item 03 - ÓLEO DIESEL S500, contratado por meio do Pregão Presencial n.º162/2017, que tem como objeto: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS PARA USO EM VEÍCULOS, CAMINHÕES, ÔNIBUS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DA PREFEITURA MUNICIPAL E PARA OS VEÍCULOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. São José do Cedro, 30 de Abril de 201

## EXTRATO HOMOLOGADOS ABRIL 2018

Publicação Nº 1608791

PREGÃO PRESENCIAL Nº 45/2018 PROCESSO Nº 45/2018 HOMOLOGAÇÃO: 02/04/2018 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONSTRUÇÃO CIVIL PARA EXECUÇÃO DE INFRA ESTRUTURA PARA AS ACADEMIAS AO AR LIVRE QUE SERÃO INSTALADAS NO DISTRITO DE PADRE RÉUS E LINHA SÃO VENDELINO, bem como, AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA INSTALAÇÃO DAS DUAS ACADEMIAS AO AR LIVRE. RECURSO PROVENIENTE DO CONVÊNIO COM O GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA (Contrato de apoio financeiro N.2017TR1375), E PRÓPRIOS DO MUNICÍPIO.-----

-----CONTRATADO: S. O. ZIOBER & CIA EQUIPAMENTOS METALURGICOS LTDA VALOR DA DESPESA: R\$ 29.488,00 (vinte e nove mil quatrocentos e oitenta e oito reais)-----CONTRATADO: FORTALEZA VIDROS E ACOS LTDA VALOR DA DESPESA: R\$ 17.610,00 (dezessete mil seiscentos e dez reais) =====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 54/2018 PROCESSO Nº 54/2018 HOMOLOGAÇÃO: 06/04/2018 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO OBJETO: LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA SEDIAR OS ESCRITÓRIOS DA CIDASC E DA EPAGRI DE NOSSO MUNICÍPIO, CONFORME CONVÊNIO E TERMO DE PARCERIA ENTRE O MUNICÍPIO E AS ENTIDADES.-----CONTRATADO: ÉDERSON KOVALSKI VALOR DA DESPESA: R\$ 14.880,00 (quatorze mil oitocentos e oitenta reais) =====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 55/2018 PROCESSO Nº 55/2018 HOMOLOGAÇÃO: 06/04/2018 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO PARA CONSTRUÇÃO DE CALÇADAS NA ÁREA INSTITUCIONAL, DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO, SITUADA NO LOTEAMENTO SANTA RITA.-----CONTRATADO: JUNGES MATERIAIS DE CONSTRUÇOES LTDA -ME VALOR DA DESPESA: R\$ 1.325,00 (um mil trezentos e vinte e cinco reais)-----CONTRATADO: ARTEFATOS DE CIMENTO GASTERIN LTDA VALOR DA DESPESA: R\$ 15.489,90 (quinze mil quatrocentos e oitenta e nove reais e noventa centavos)-----CONTRATADO: ROCHA BRITAGEM LTDA ME VALOR DA DESPESA: R\$ 2.015,50 (dois mil e quinze reais e cinquenta centavos) =====

TOMADA DE PREÇO Nº 50/2018 PROCESSO Nº 50/2018 HOMOLOGAÇÃO: 09/04/2018 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EFETUAR A RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS, SENDO ELAS: ESTRADA GERAL DA LINHA ESPERANÇA BAIXA (10,2 KM), ESTRADA DE LINHA NOVO SARANDI ATÉ PADRE RÉUS (7,21 KM) e ESTRADA DE LINHA ESPERANÇA ATÉ LINHA SEIS BARRAS (4,0 KM), COM FORNECIMENTO DE MÃO-DE-OBRA E MATERIAIS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DO OBJETO, CONFORME PROJETOS, MEMORIAIS DESCRITIVOS E ORÇAMENTOS ANEXOS. Recursos Oriundos do Convênio com o Governo do Estado de Santa Catarina, Nº2017TR001935.-----CONTRATADO: NP WEIS SERVIÇOS VALOR DA DESPESA: R\$ 297.339,09 (duzentos e noventa e sete mil trezentos e trinta e nove reais e nove centavos) =====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 56/2018 PROCESSO Nº 56/2018 HOMOLOGAÇÃO: 09/04/2018 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS E CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA PARA INSTALAÇÃO DE UM CONJUNTO DE CISTERNAS DE ÁGUA NA CASA FAMILIAR RURAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO. OS RECURSOS SÃO ORIUNDOS DO CONVÊNIO COM O GOVERNO DO ESTADO DE SC Nº2017TR001923.-----CONTRATADO: JUNGES MATERIAIS DE CONSTRUÇOES LTDA -ME VALOR DA DESPESA: R\$ 7.632,55 (sete mil seiscentos e trinta e dois reais e cinquenta e cinco centavos) =====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 58/2018 PROCESSO Nº 58/2018 HOMOLOGAÇÃO: 09/04/2018 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS E CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA VISANDO CONSERTAR CILINDRO HIDRÁULICO E LANÇA DA RETROSCAVALADEIRA JCB 4CX, PM-13518, bem como, AQUISIÇÃO DE UM APARELHO DE OSMOSE REVERSA PARA PRODUÇÃO DE ÁGUA MICROFILTRADA, PARA SER UTILIZADO NA CALIBRAGEM DOS APARELHOS DE CONTROLE DA QUALIDADE DE ÁGUA DO SEMAE.------CONTRATADO: JACKSON UBIRATAN VARGAS VALOR DA DESPESA: R\$ 3.150,00 (três mil cento e cinquenta reais)-----CONTRATADO: MECANICA PHILIPSEN LTDA - ME VALOR DA DESPESA: R\$ 2.479,91 (dois mil quatrocentos e setenta e nove reais e noventa e um centavos) =====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 57/2018 PROCESSO Nº 57/2018 HOMOLOGAÇÃO: 10/04/2018 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA O 1ºGBM, bem como, AQUISIÇÃO DE MATERIAIS, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS DE USO NOS ATENDIMENTOS DE OCORRÊNCIAS DE APH (ATENDIMENTO PRÉ HOSPITALAR) REALIZADO PELO CORPO DE BOMBEIROS MILITARES DE SÃO JOSÉ DO CEDRO.-----CONTRATADO: GRÁFICA E EDITORA WILLY LTDA - ME VALOR DA DESPESA: R\$ 2.360,00 (dois mil trezentos e sessenta reais)-----CONTRATADO: ALTERMED MATERIAL MEDICO-HOSPITALAR LTDA VALOR DA DESPESA: R\$ 616,08 (seiscentos e dezesseis reais e oito centavos)-----CONTRATADO: SERMEDICALL ARP EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA VALOR DA DESPESA: R\$ 672,50 (seiscentos e setenta e dois reais e cinquenta centavos)-----CONTRATADO: JACKSON UBIRATAN VARGAS VALOR DA DESPESA: R\$ 18.130,50 (dezoito mil cento e trinta reais e cinquenta centavos) =====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 59/2018 PROCESSO Nº 59/2018 HOMOLOGAÇÃO: 10/04/2018 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS E CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA PARA CONSERTAR SISTEMA HIDRÁULICO DA RETROSCAVALADEIRA PM-12557.-----CONTRATADO: MARAVIMÁQUINAS COM. DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA VALOR DA DESPESA: R\$ 6.515,00 (seis mil quinhentos e quinze reais) =====

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 60/2018 PROCESSO Nº 60/2018 HOMOLOGAÇÃO: 11/04/2018 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE FARDAMENTO COMPLETO COM ASSESSÓRIOS PARA USO DA POLÍCIA MILITAR DE SÃO JOSÉ DO CEDRO.-----CONTRATADO: MARCIA GIRARDI VALOR DA DESPESA: R\$ 16.286,49 (dezesseis mil duzentos e oitenta e seis reais e quarenta e nove centavos)-----CONTRATADO: IVANETE ROSIN 52577813953 VALOR DA DESPESA: R\$ 9.798,29 (nove mil setecentos e noventa e oito reais e vinte e nove centavos) =====

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 66/2018 PROCESSO Nº 66/2018 HOMOLOGAÇÃO: 13/04/2018 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE BANDA ESPECIALIZADA PARA FAZER A ANIMAÇÃO DO BAILE COM A ESCOLHA DA SENHORITA CEDRENSE 2018, QUE IRÁ ACONTECER DIA 19 DE MAIO DE 2018 NA SEDE DO CLUBE CEDRENSE.-----CONTRATADO: VILSON ZATERA E IRMAOS LTDA VALOR DA DESPESA: R\$ 9.000,00 (nove mil reais) FUNDAMENTO: Art. 25, inciso III da Lei de Licitações. =====

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 70/2018 PROCESSO Nº 70/2018 HOMOLOGAÇÃO: 17/04/2018 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE ENTIDADE/EMPRESA SEM FINS LUCRATIVOS, PARA APLICAÇÃO DE CURSO DE EDUCAÇÃO COMPLEMENTAR NA ÁREA DE EDUCAÇÃO MAKER (ROBÓTICA, ELETRÔNICA, MECÂNICA, FÍSICA, MATEMÁTICA, PROGRAMAÇÃO E ARQUITETURA) PARA ESTUDANTES DE 11 A 17 ANOS.-----CONTRATADO: SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA VALOR DA DESPESA: R\$ 23.520,00 (vinte e três mil quinhentos e vinte reais) FUNDAMENTO: Art. 24, inciso XIII da Lei de Licitações. =====

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 71/2018 PROCESSO Nº 71/2018 HOMOLOGAÇÃO: 17/04/2018 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO OBJETO: CONTRATAÇÃO DO SAFE - Sistema Automatizado de Fiscalização de Edificações, PARA USO E MANUTENÇÃO DOS TRABALHOS REALIZADOS PELO CBM DE SÃO JOSÉ DO CEDRO.-----CONTRATADO: SERVIÇO DE APOIO AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS SC -VALOR DA DESPESA: R\$ 9.899,93 (nove mil oitocentos e noventa e nove reais e noventa e três centavos) FUNDAMENTO: Art. 24, inciso XIII da Lei de Licitações. =====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 61/2018 PROCESSO Nº 61/2018 HOMOLOGAÇÃO: 18/04/2018 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA PARA INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE SOM E VIDEO, bem como, AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS, EQUIPAMENTO DE SOM e VÍDEO PARA INSTALAÇÃO NO PRÉDIO DO CORPO DE BOMBEIROS DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, bem como, AQUISIÇÃO DE DUAS POLTRONAS COM UM APARADOR PARA USO NA SALA DO EMPREENDEDOR ONDE SERÁ FEITO O ATENDIMENTO A TODOS EMPREENDEDORES DO MUNICÍPIO.-----CONTRATADO: EDER RODRIGO TREVISOL-ME VALOR DA DESPESA: R\$ 4.403,55 (quatro mil quatrocentos e três reais e cinquenta e cinco centavos)-----CONTRATADO: INVOLÁVEL CEDRO SISTEMA DE ALARMES LTDA - ME VALOR DA DESPESA: R\$ 4.265,00 (quatro mil duzentos e sessenta e cinco reais)-----CONTRATADO: MAGALI SOLDÁ & CIA LTDA VALOR DA DESPESA: R\$ 1.967,00 (um mil novecentos e sessenta e sete reais) =====

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 75/2018 PROCESSO Nº 75/2018 HOMOLOGAÇÃO: 23/04/2018 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO OBJETO: LOCAÇÃO DO ESTÁDIO ESPORTIVO DA ASSOCIAÇÃO IPIRANGA FUTEBOL CLUBE, PARA REALIZAÇÃO DO MOLEQUE BOM DE BOLA MASCULINO E FEMININO E PARA USO NOS TREINAMENTOS DE RENDIMENTO REALIZADOS A NOITE PELA SECRETARIA DE ESPORTES, AOS ATLETAS DO SUB 15, SUB 17 E EQUIPE QUE PARTICIPA DOS JOGUINHOS ABERTOS DE SANTA CATARINA.-----CONTRATADO: ASSOCIAÇÃO IPIRANGA FUTEBOL CLUBE VALOR DA DESPESA: R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) FUNDAMENTO: Art. 24, inciso X da Lei de Licitações. =====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 62/2018 PROCESSO Nº 62/2018 HOMOLOGAÇÃO: 23/04/2018 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA CONSERTAR A CAIXA DE CAMBIO DO TRATOR DE PNEU MASSEY FERGUSON PM -12558.-----CONTRATADO: MECANICA E PRESTADORA DE SERVIÇOS JUSTEN LTDA ME VALOR DA DESPESA: R\$ 4.163,00 (quatro mil cento e sessenta e três reais) =====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 64/2018 PROCESSO Nº 64/2018 HOMOLOGAÇÃO: 25/04/2018 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO OBJETO: AQUISIÇÃO DE PORTÕES PARA REGULARIZAÇÃO DAS INCONFORMIDADES RELATADAS PELA "ARIS", FRENTE A ESTRUTURA DO RESERVATÓRIO DE ÁGUA DE MARIFLOR, bem como, AQUISIÇÃO DE PORTA, GRADE E CAPA DE MURO PARA ADEQUAÇÃO DA SALA UTILIZADA COMO DEPÓSITO DE MATERIAIS E DOCUMENTOS DE TRÂNSITO DA POLÍCIA MILITAR.-----CONTRATADO: SOMA PRINT IMPRESSÃO DIGITAL LTDA ME VALOR DA DESPESA: R\$ 890,00 (oitocentos e noventa reais)-----CONTRATADO: METALURGICA E VIDRACARIA LDR LTDA VALOR DA DESPESA: R\$ 1.640,00 (um mil seiscentos e quarenta reais) =====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 67/2018 PROCESSO Nº 67/2018 HOMOLOGAÇÃO: 26/04/2018 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA EXECUÇÃO DE MEIO FIOS, BOCAS DE LOBO e SISTEMA DE ESCOAMENTO DE ÁGUA, bem como, AQUISIÇÃO DE PLACAS E POSTES PARA FAZER A SINALIZAÇÃO DE RUAS, PARA FINS DE ADEQUAÇÃO DO LOTEAMENTO SANTA RITA (conforme Termo de Cooperação Técnica entre Administração Municipal e Associação Cedrense de Habitação).-----CONTRATADO: BRAULIO C. DOS SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA VALOR DA DESPESA: R\$ 4.095,50 (quatro mil e noventa e cinco reais e cinquenta centavos)-----CONTRATADO: ROCHA BRITAGEM LTDA ME VALOR DA DESPESA: R\$ 62.930,00 (sessenta e dois mil novecentos e trinta reais)-----CONTRATADO: PAGNUSSATTI ENGENHARIA E INCORPORAÇÃO LTDA EPP VALOR DA DESPESA: R\$ 20.205,00 (vinte mil duzentos e cinco reais)-----CONTRATADO: METALURGICA E VIDRACARIA LDR LTDA VALOR DA DESPESA: R\$ 12.860,00 (doze mil oitocentos e sessenta reais) =====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 69/2018 PROCESSO Nº 69/2018 HOMOLOGAÇÃO: 30/04/2018 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS E CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA PARA CONSERTAR EMBUCHAMENTO DO EIXO DIANTEIRO, TROCAR BUCHAS E PINOS DA ARTICULAÇÃO DA MOTONIVELADORA PM-15320.-----CONTRATADO: MECANICA PHILIPSEN LTDA - ME VALOR DA DESPESA: R\$ 2.759,60 (dois mil setecentos e cinquenta e nove reais e sessenta centavos) =====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2018 PROCESSO Nº 18/2018 HOMOLOGAÇÃO: 27/04/2018 CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOSE DO CEDRO OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS PARA FAZER HIGIENIZAÇÃO INTERNA COMPLETA POR MEIO DE PULVERIZAÇÃO DOS VEÍCULOS UTILIZADOS PELO FUNDO MUNICIPAL DE

SAÚDE.-----CONTRATADO: ISRAEL MANDELLI - ME VALOR DA DESPESA: R\$ 10.944,00 (dez mil novecentos e quarenta e quatro reais) =====

### **EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL N.80/2018**

Publicação Nº 1608061

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº80/2018

O Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520/02 promove Processo Licitatório nº80/2018, Edital de Pregão Nº80/2018, Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FAZER A EXECUÇÃO DE CERCADO COM MOURÕES DE CONCRETO, TELA E PORTÕES NO CENTRO DE IDOSOS DO DISTRITO DE PADRE RÉUS. Recebimento, abertura e julgamento às 09:00 horas do dia 15/05/2018, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro – SC, Edital e anexos disponível no [www.prefcedro.sc.gov.br](http://www.prefcedro.sc.gov.br), maiores informações pelo e-mail [compras@prefcedro.sc.gov.br](mailto:compras@prefcedro.sc.gov.br), ou telefone: 0xx49-36436300, no Depto de Compras, das 07:45h às 11:45h e das 13:30h às 17:30, site da Prefeitura de São José do Cedro – SC. Antonio Plinio de Castro Silva – Prefeito Municipal.

### **EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL N.81/2018**

Publicação Nº 1608127

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº81/2018

O Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520/02 promove Processo Licitatório nº81/2018, Edital de Pregão Nº81/2018, Objeto: LOCAÇÃO DE SOFTWARE EM NUVEM (CLOUD COMPUTING) DE CONTROLE INTERNO, PARA USO DA CONTROLADORIA MUNICIPAL E PELO DEPTO DE CONTABILIDADE NO DESEMPENHO DE SUAS TAREFAS, SEJA NO ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, NA ELABORAÇÃO DE PRESTAÇÕES DE CONTAS, PARECERES, IN TC-20/2015 E NA REMESSA DE INFORMAÇÕES A SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL. Recebimento, abertura e julgamento às 14:00 horas do dia 14/05/2018, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro – SC, Edital e anexos disponível no [www.prefcedro.sc.gov.br](http://www.prefcedro.sc.gov.br), maiores informações pelo e-mail [compras@prefcedro.sc.gov.br](mailto:compras@prefcedro.sc.gov.br), ou telefone: 0xx49-36436300, no Depto de Compras, das 07:45h às 11:45h e das 13:30h às 17:30, site da Prefeitura de São José do Cedro – SC. Antonio Plinio de Castro Silva – Prefeito Municipal.

### **EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL N.82/2018**

Publicação Nº 1608419

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº82/2018  
REGISTRO DE PREÇO

O Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, Lei Federal 10.520/02 e Decreto Municipal nº 5.253/2013, promove Processo Licitatório nº82/2018, Edital de Pregão Nº82/2018, Objeto: REGISTRO DE PREÇO para EVENTUAL AQUISIÇÃO DE FILTROS, ÓLEO LUBRIFICANTE E ADITIVOS PARA USO NA MANUTENÇÃO PREVENTIVA DOS VEÍCULOS E VANS DO MUNICÍPIO. Recebimento, abertura e julgamento às 09:00 horas do dia 16/05/2018, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro – SC, Edital e anexos disponível no [www.prefcedro.sc.gov.br](http://www.prefcedro.sc.gov.br), maiores informações pelo e-mail [compras@prefcedro.sc.gov.br](mailto:compras@prefcedro.sc.gov.br), ou telefone: 0xx49-36436300, no Depto de Compras, das 07:45h às 11:45h e das 13:30h às 17:30, site da Prefeitura de São José do Cedro – SC. Antonio Plinio de Castro Silva – Prefeito Municipal.

### **EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL N.83/2018**

Publicação Nº 1608637

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº83/2018

O Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520/02 promove Processo Licitatório nº83/2018, Edital de Pregão Nº83/2018, Objeto: AQUISIÇÃO DE CONCRETO USINADO PARA EXECUÇÃO DE MEIO FIOS NO LOTEAMENTO SANTA RITA (conforme Termo de Cooperação Técnica entre Administração Municipal e Associação Cedrense de Habitação), bem como, AQUISIÇÃO DE PLACA ACM PARA IDENTIFICAÇÃO DAS PROPRIEDADES RURAIS BENEFICIADAS COM OS PROGRAMAS DE INCENTIVOS "+ AGRICULTURA". Recebimento, abertura e julgamento às 14:00 horas do dia 15/05/2018, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro – SC, Edital e anexos disponível no [www.prefcedro.sc.gov.br](http://www.prefcedro.sc.gov.br), maiores informações pelo e-mail [compras@prefcedro.sc.gov.br](mailto:compras@prefcedro.sc.gov.br), ou telefone: 0xx49-36436300, no Depto de Compras, das 07:45h às 11:45h e das 13:30h às 17:30, site da Prefeitura de São José do Cedro – SC. Antonio Plinio

de Castro Silva – Prefeito Municipal.

**CÂMARA MUNICIPAL****PORTARIA 009/2018 - DIÁRIA (FUNCIONÁRIA ALINE ETGES)**

Publicação Nº 1608256

PORTARIA Nº 09/2018.

Claudio Arcidio Wartha, Presidente da Câmara de Vereadores de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

**RESOLVE:**

Conceder a funcionária, Aline Ines Etges 0,5 (meia) diária no valor de R\$ 50,50 (cinquenta reais e cinquenta centavos), perfazendo um total de R\$ 50,50 (cinquenta reais e cinquenta centavos), para fazer frente às despesas de alimentação, quando em viagem a São Miguel/SC, no dia 11 para participar de Reunião de Colegiado de Contadores e Controladores Internos realizada na AMEOSC em São Miguel do Oeste-SC.

Câmara de Vereadores de São José do Cedro, 10 de abril de 2018.

Claudio Arcidio Wartha

Presidente

Marlene Salete Albert

Secretária

A presente portaria foi publicada no átrio da Secretaria da Câmara de Vereadores, local destinado às publicações oficiais, na data supra.

**SOLICITAÇÃO DE DIÁRIA (Roteiro de Viagem)**

|   |                         |  |
|---|-------------------------|--|
| ESTADO DE SANTA CATARINA<br>MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO<br>Solicitação de Diária                         |                         | ROTEIRO DE VIAGEM<br>Nº. 003/2018<br><br>Câmara de Vereadores de São José do Cedro |
| Servidor: Aline Ines Etges  |                         | Data: 10.04.2018   |
| Matricula: 147  | Cargo/função: Contadora |  |
| Objetivo Geral da Viagem: Reunião de Colegiado de Contadores e Controladores Internos.                      |                         |  |
| Destino: São Miguel Oeste - SC  |                         |  |
| Meio de transporte: Carona  |                         |  |
| Data - Início da Viagem: 11.04.2018   |                         | Horário: 7:45 horas  |
| Data - Término da viagem: 11.04.2018  |                         | Horário: 12:30 horas   |
| Número de Diárias: 0,5  | Valor da diária: 101,00 | Valor a ser PAGO: 50,50  |
| ( ) Autorizo o pagamento posterior ao retorno da viagem e apresentação de prestação de contas desta diária. |                         |  |
| Aline Inês Etges<br>Contadora<br>Matr. 147  |                         | _____<br>Presidente<br>Matr. 160   |

**PORTARIA 010/2018 - FÉRIAS (FUNCIONÁRIO ALEXANDER UTZIG)**

Publicação Nº 1608258

CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO JOSÉ DO CEDRO

Portaria nº 010/2018.

Claudio Arcidio Wartha, Presidente da Câmara de Vereadores de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, especialmente aquelas contidas no inciso XXXIV do artigo 23 da Resolução 01/2010 (Regimento Interno);

CONSIDERANDO,

QUE o servidor Alexander Cesar Utzig fora nomeado através da Portaria 012/2015 de 01 de junho de 2015 para o cargo de Tesoureiro da Câmara de Vereadores de São José do Cedro;

QUE tomou posse no cargo e entrou em exercício na mesma data, completando em 31 de maio de 2017 o segundo período aquisitivo de férias;

QUE de acordo com o disposto no artigo 101, inciso X da Lei Orgânica Municipal c/c artigo 67 da Lei Municipal 2.020/1993 (Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais) as férias anuais de 30 dias é direito do funcionário público;

REQUERIMENTO do funcionário de que deseja usufruir neste momento de 15 (quinze ) dias de férias;

QUE é possível a concessão de férias fracionadas, e há interesse público que assim ocorra, face à natureza das funções desempenhadas pelo funcionário;

RESOLVE:

CONCEDER ao funcionário Alexander Cesar Utzig, ocupante do cargo efetivo de Tesoureiro da Câmara de Vereadores, matrícula nº 148, 15 (quinze) dias de gozo de férias remuneradas com adicional de um terço, de acordo com o artigo 7º, XVII da Constituição Federal, c/c Art. 101, X da Lei Orgânica Municipal e art. 66 da Lei Municipal 2.020/1993 no período compreendido entre 03 à 17 de maio de 2018.

Câmara de Vereadores de São José do Cedro, em 30 de abril de 2018.

\_\_\_\_\_  
Claudio Arcidio Wartha Marlene Salete Albert  
Presidente da Câmara de Vereadores Secretária

A presente portaria foi publicada no átrio da Secretaria da Câmara de Vereadores, local destinado às publicações oficiais, na data supra.



# São Lourenço do Oeste

## PREFEITURA

### **AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 015/2018 - SRP - PR Nº 010/2018 - ICSL**

Publicação Nº 1606357

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC  
AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC, ATRAVÉS DO INSTITUTO CULTURAL, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 14/05/2018, às 14h30min, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 015/2018. SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS. MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2018. OBJETO: AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS, ACESSÓRIOS MUSICAIS E DEMAIS EQUIPAMENTOS PARA UTILIZAÇÃO NAS OFICINAS CULTURAIS OFERTADAS PELO INSTITUTO CULTURAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramais 8564/8588. Site [www.saolourenco.sc.gov.br](http://www.saolourenco.sc.gov.br).

São Lourenço do Oeste - SC, 27 de Abril de 2018.  
RENNÃ HIGOR FEDRIGO  
Presidente da Autarquia do ICSL

### **AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 084/2018 - SRP - PR Nº 062/2018**

Publicação Nº 1606337

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC  
AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 14/05/2018, às 08h30min, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO 084/2018. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 062/2018. OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA CONSUMO NO ANO DE 2018 PELOS CLUBES DE IDOSOS, CRAS, CREAS, NACA, SCFV, CONSELHO TUTELAR, SINE MUNICIPAL, E EVENTOS DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramal 8502. Site [www.saolourenco.sc.gov.br](http://www.saolourenco.sc.gov.br).

São Lourenço do Oeste – SC, 27 de Abril de 2018.  
RAFAEL CALEFFI  
PREFEITO MUNICIPAL

### **AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 085/2018 - SRP - PR Nº 063/2018**

Publicação Nº 1607586

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC  
AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 15/05/2018, às 14h30min, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO 085/2018. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 063/2018. OBJETO: AQUISIÇÃO DE BATERIAS AUTOMOTIVAS PARA USO DA FROTA DE VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS DO PATRIMÔNIO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramal 8502. Site [www.saolourenco.sc.gov.br](http://www.saolourenco.sc.gov.br).

São Lourenço do Oeste – SC, 27 de Abril de 2018.  
RAFAEL CALEFFI  
PREFEITO MUNICIPAL



**DECRETO Nº 5.909, DE 30 DE ABRIL DE 2018.**

Publicação Nº 1608109

DECRETO Nº 5.909, DE 30 DE ABRIL DE 2018.

Dispõe sobre a declaração da Utilidade Pública de rede de transmissão de energia elétrica, aprovação dos projetos apresentados, autoriza a execução da obra e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 55, inciso VII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o artigo 6º do Decreto-Lei Federal nº 3.365, de 21 de junho de 1941 e;

CONSIDERANDO o projeto de linha de transmissão LT 138kV apresentado pela empresa Parati Indústria e Comércio de Alimentos Ltda, conjuntamente à multinacional Kellogg Company, acompanhado de ART - Anotação de Responsabilidade Técnica e de aprovação pela CELESC Distribuição S/A;

CONSIDERANDO a necessidade exposta pela empresa Parati no sentido de edificar a referida linha de transmissão, haja vista estar realizando a edificação de nova unidade industrial, fato este público e notório, com elevado investimento, bem como para fins de melhor contemplar a unidade industrial já instalada no município;

CONSIDERANDO que o percurso da linha de transmissão em questão está disposto sobre bens de domínio do município, mais precisamente sobre vias de circulação (ruas, avenidas e passeios públicos);

CONSIDERANDO o termo de aceitação emitido pelo corpo técnico da Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, dando conta de que os projetos atendem à legislação normativa aplicável ao caso, mais precisamente a NBR 5422 - Projeto de Linhas Aéreas de Transmissão de Energia Elétrica, bem como a legislação municipal, mais precisamente a Lei Complementar Municipal nº175/2015 - Plano Diretor Participativo de São Lourenço do Oeste e a Lei Ordinária nº 1.155/1998 - Código de Edificações do Município;

CONSIDERANDO, por fim, o inegável interesse público que permeia a edificação da referida linha de transmissão, haja vista a inquestionável importância das empresas inicialmente mencionadas no contexto socioeconômico local, seja do ponto de vista da geração de emprego e renda, seja do ponto de vista do retorno de tributos como receita para o Município;

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública, para os fins que se fizerem necessários, a linha de transmissão de energia elétrica - LT 138 kV São Lourenço do Oeste - Kellogg, LT 82600, conforme projetos apresentados e aprovados pelo corpo técnico da Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, constantes do Anexo Único deste Decreto.

Art. 2º Ficam, conforme termo de aceitação expedido pelo corpo técnico da Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, aprovados os projetos da linha de transmissão de energia elétrica - LT 138 kV São Lourenço do Oeste - Kellogg, LT 82600, constantes do Anexo Único deste decreto.

Art. 3º Fica autorizada a passagem da linha de transmissão sobre as vias de circulação e os imóveis de titularidade do Município.

Art. 4º As despesas decorrentes deste Decreto serão custeadas com recursos do orçamento municipal.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 30 de abril de 2018.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

(Decreto nº 5.909, de 30 de abril de 2018).

PROJETOS DA LINHA DE TRANSMISSÃO, APROVAÇÃO DA CELESC DISTRIBUIÇÃO S/A E ART - ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA.

São Lourenço do Oeste, SC, 30 de abril de 2018.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 455, DE 18 DE ABRIL DE 2018.**

Publicação Nº 1608176

PORTARIA Nº 455, DE 18 DE ABRIL DE 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 55, incisos VII da Lei Orgânica Municipal, de acordo com o artigo 31 da Lei Complementar nº 118, de 23 de junho de 2010, e;

CONSIDERANDO o parecer favorável da Junta Médica Oficial do município de São Lourenço do Oeste, quanto à necessidade de readaptar a servidora Rosinei Pedrotti Ferrari, a fim de que a mesma evite atividades em sala de aula, em virtude da condição de sua voz, conforme laudo;

CONSIDERANDO a importância de promover condições para a recuperação e reabilitação laborativa do servidor;  
RESOLVE:

Art. 1º Readaptar a servidora pública municipal ROSINEI PEDROTTI FERRARI, matrícula nº 3061/02, nomeada pela Portaria nº 069/2015, de 16 de janeiro de 2015, no cargo de Professor de Ensino Religioso, lotado na Secretaria Municipal de Educação, para prestar funções administrativas junto a secretaria da EBM Santa Maria Goretti – Extensão, em virtude da modificação de seu estado de saúde, conforme laudo médico do perito oficial do Município, no período de 18 de abril de 2018 à 18 de outubro de 2018.

Art. 2º A readaptação, de que trata o art. 1º desta Portaria, não implica em mudança de cargo, tampouco não acarreta decréscimo, nem aumento de remuneração do servidor, conforme disposto nos arts. 31, § 2º, e 32 da Lei Complementar nº 118, de 23 de junho de 2010.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 18 de abril de 2018.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:  
\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/2018.

### **PORTARIA Nº 465, DE 23 DE ABRIL DE 2018**

Publicação Nº 1608177

PORTARIA Nº 465, DE 23 DE ABRIL DE 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem os Incisos V e IX, art. 55 da Lei Orgânica Municipal e com base no § 4º, art. 45 da Lei Complementar nº 118 de 23 de junho de 2013,

RESOLVE:

Art.1º DESIGNAR, a servidora pública municipal CRISTIANE VICENTE, ocupante do cargo efetivo de TÉCNICO DE APOIO ADMINISTRATIVO, matrícula nº 3495/01, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para exercer suas atribuições junto à Procuradoria Geral do Município, a partir de 23 de abril de 2018 por tempo indeterminado.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 23 de abril de 2018.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:  
\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/2018.

### **PORTARIA Nº 466, DE 23 DE ABRIL DE 2018**

Publicação Nº 1608178

PORTARIA Nº 466, DE 23 DE ABRIL DE 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem os Incisos V e IX, art. 55 da Lei Orgânica Municipal e com base no § 4º, art. 45 da Lei Complementar nº 118 de 23 de junho de 2013,

RESOLVE:

Art.1º DESIGNAR, o servidor público municipal VANDRO CECCHIN, ocupante do cargo efetivo de AGENTE DE OPERAÇÃO DE VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS, matrícula nº 3543/01, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para exercer suas atribuições junto à Secretaria Municipal de Agricultura – Gerência de Frederico Wastner, a partir de 23 de abril de 2018 por tempo indeterminado.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 23 de abril de 2018.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:  
\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/2018.

**PORTARIA Nº 467, 23 DE ABRIL DE 2018**

Publicação Nº 1608180

PORTARIA Nº 467, 23 DE ABRIL DE 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

**RESOLVE:**

Art.1º Conceder férias, ao servidor público municipal ALEXSANDRO MEZZOMO, ocupante do cargo efetivo de ENGENHEIRO CIVIL, matrícula nº 3206/01, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 26 a 27 de abril de 2018, referente ao período aquisitivo 2016/2017.

Parágrafo Único – Férias que tinham sido interrompidas pela Portaria nº 267 de 23 de fevereiro de 2018.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 23 de abril de 2018.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:  
\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/2018.

**PORTARIA Nº 468, 23 DE ABRIL DE 2018.**

Publicação Nº 1608181

PORTARIA Nº 468, 23 DE ABRIL DE 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

**RESOLVE:**

Art.1º Conceder férias, a servidora pública municipal MARIANE DEL SANT, ocupante do cargo efetivo de TÉCNICO DE APOIO ADMINISTRATIVO, matrícula nº 3279/01, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, dia 30 de abril de 2018, referente ao período aquisitivo 2017/2017.

Parágrafo Único – Férias que tinham sido interrompidas pela Portaria nº 71 de 26 de janeiro de 2018.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 23 de abril de 2018.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:  
\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/2018.

**PORTARIA Nº 469, DE 30 DE ABRIL DE 2018**

Publicação Nº 1608182

PORTARIA Nº 469, DE 30 DE ABRIL DE 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem os incisos VII e IX do artigo 55 da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o disposto no artigo 103, inciso III, combinado com o artigo 110, ambos da Lei Complementar nº 118, de 23 de junho de 2010,

**RESOLVE:**

Art.1º Conceder, Licença Maternidade à servidora pública municipal ANDRESSA PERON, ocupante do cargo efetivo de ENFERMEIRO, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, matrícula nº 3001/84, no período de 25 de abril a 22 de agosto de 2018, sem prejuízo da

remuneração do seu cargo.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 25 de abril de 2018.

São Lourenço do Oeste - SC, 30 de abril de 2018.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:  
\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/2018.

## **PORTARIA Nº 470, 30 DE ABRIL DE 2018**

Publicação Nº 1608183

PORTARIA Nº 470, 30 DE ABRIL DE 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica do Município, de acordo com o artigo 110, §4º da Lei Complementar nº 118 de 23 de junho de 2010 e de acordo com o Decreto nº 4.166, de 11 de fevereiro de 2011,

RESOLVE:

Art.1º Conceder licença para tratamento de saúde, a Servidora Pública Municipal MARTA SURDI DE LIMA, ocupante do cargo de PROFESSOR DE ANOS INICIAIS, matrícula nº 3088/02, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 25 de abril a 04 de maio de 2018.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 25 de abril de 2018.

São Lourenço do Oeste - SC, 30 de abril de 2018.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:  
\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/2018.

## **PORTARIA Nº 471, DE 30 DE ABRIL DE 2018**

Publicação Nº 1608184

PORTARIA Nº 471, DE 30 DE ABRIL DE 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e com base no inciso V do Art. 55, e ao inciso II, letra "a", do Art. 75, da Lei Orgânica do Município e da Lei Complementar nº 154, de 09 de setembro de 2013,

RESOLVE:

Art.1º NOMEAR, a partir de 02 de maio de 2018 a Senhora FLADIMIRIA TEREZINHA MARTINS PEDRO FABIAN, ocupante do cargo efetivo de TÉCNICO EM TRIBUTAÇÃO, matrícula nº 418/01, para exercer o Cargo em Comissão de DIRETOR DE TRIBUTAÇÃO, Nível AGD-1, em conformidade com a Lei Complementar Municipal nº 154, de 09 de Setembro de 2013.

Parágrafo único: Pelo exercício da função a servidora receberá Adicional de Responsabilidade 2 (AR-2).

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 30 de abril de 2018.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC em:  
\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/2018.

**PORTARIA Nº 472, DE 30 DE ABRIL DE 2018**

Publicação Nº 1608185

PORTARIA Nº 472, DE 30 DE ABRIL DE 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 55, incisos VII e IX da Lei Orgânica Municipal, com base no artigo 232 da Lei Complementar nº 118 de 23 de junho de 2010, alterado pelo artigo 1º da Lei Complementar nº 191, de 07 de dezembro de 2016;

Considerando o requerimento, protocolado pela servidora CRISTIANE DEON, datado de 23 de abril de 2018, solicitando a ampliação da carga horária do profissional do cargo efetivo de Agente Comunitário de Saúde e Combate a Endemias, de 20 para 40 horas semanais;

**RESOLVE:**

Art.1º ALTERAR, a carga horária de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, da servidora pública municipal CRISTIANE DEON, matrícula nº 3224/01, ocupante do cargo efetivo de Agente Comunitário de Saúde e Combate a Endemias, a partir de 02 de maio de 2018.  
Parágrafo Único: A ampliação da carga horária, de que trata o caput, acarretará proporcional aumento dos vencimentos, de acordo com o art. 232, do Estatuto dos Servidores Públicos.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

São Lourenço do Oeste - SC, 30 de abril de 2018.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC em:  
\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/2018.

RUA DUQUE DE CAXIAS, 789 – CENTRO - Fone - (49) 3344-8500 – Fax (49) 3344-8560  
89.990-000 – SÃO LOURENÇO DO OESTE – SANTA CATARINA  
CNPJ – 83.021.873/0001-08 – www.saolourenco.sc.gov.br

**RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO CONTRATO Nº 014/2018, DE 26 DE ABRIL DE 2018 - FMS.**

Publicação Nº 1608157

RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO CONTRATO Nº 014/2018, DE 26 DE ABRIL DE 2018 - FMS.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob o nº 11.359.214/0001-75, neste ato representado pelo Gestor do Fundo Municipal de Saúde e Prefeito Municipal, o Sr. Rafael Caleffi, brasileiro, casado, portador do RG nº 2.996.096, expedido pela SSP/SC, inscrito no CPF sob o nº 026.437.969-18, residente e domiciliado em São Lourenço do Oeste/SC, no uso de suas atribuições, TORNA PÚBLICA a retificação do extrato do Contrato nº 014/2018, de 26 de abril de 2018 - FMS, publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC, em data de 27/04/2018 - edição nº 2512, pág. 796, tendo como alteração o texto do extrato, passando a constar com a seguinte redação:

“EXTRATO DO CONTRATO Nº 014/2018, DE 26 DE ABRIL DE 2018 - FMS.

Origem: Processo Licitatório nº 037/2017, Modalidade Pregão Presencial nº 034/2017.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde, CNPJ nº 11.359.214/0001-75.

Contratada: Everton Fuzinato ME, CNPJ nº 11.290.271-0001-45.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MANUTENÇÃO E CONserto DOS EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E CEO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC, NO ANO DE 2018.

Valor: R\$ 5.318,89 (cinco mil, trezentos e dezoito reais e oitenta e nove centavos).

Pagamento: Os pagamentos serão realizados à Contratada através dos recursos próprios, de acordo com a ordem cronológica estabelecida no Decreto nº 5.811, de 15 de dezembro de 2017, que poderá ser de no máximo 30 (trinta) dias, acompanhada da respectiva nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do contrato serão custeadas através de recursos próprios do Fundo Municipal de Saúde, por conta do orçamento do exercício financeiro de 2018.

Dotações Orçamentárias: D - 8/2018 - 13.01.10.301.4506.2.019.3.3.90.00.00.00.00.00 - Atenção Básica - Manutenção da Saúde Pública; e D - 20/2018 - 13.01.10.302.4506.2.021.3.3.90.00.00.00.00.00 - Bloco Média e Alta Complexidade - MAC - CEO - SAMU - CAPS.

Data de Assinatura: 26/04/2018.

Vigência: de 26/04/2018 a 31/12/2018.

Signatários: Rafael Caleffi (Prefeito Municipal e Gestor do Fundo Municipal de Saúde) - pelo Contratante e Everton Fuzinato - pela Contratada”.

# São Miguel da Boa Vista

## PREFEITURA

### EDITAL 03/2018 FMS

Publicação Nº 1608902

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA - SC.  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 03/2018 FMS  
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL-Registro de Preço

VILMAR SCHMAEDECKE, Prefeito Municipal de São Miguel da Boa Vista (SC), torna publico, Licitação do tipo "MENOR PREÇO", menor preço por item, o presente Registro de Preços tem por aquisição de medicamentos e materiais ambulatoriais, nas quantidades estimadas, para entrega no período de 12 meses e estará recebendo envelopes da documentação e proposta até às 08:30 horas do dia 14/05/2018. Maiores informações, bem como cópia do edital poderá ser obtida com o setor de Licitações, e setor de compras, de Segunda a Sexta-Feira, horário de expediente, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 as 17:00 horas. A presente licitação será regida pela Lei n. 10.520/02 com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores. São Miguel da Boa Vista (SC), 02 de maio de 2018.

VILMAR SCHMAEDECKE – Prefeito Municipal.



# São Miguel do Oeste

## PREFEITURA

### EDITAL Nº 009/2018 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EMERGENCIAL

Publicação Nº 1608147

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EMERGENCIAL  
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
EDITAL Nº 009/2018

CONSIDERANDO a Decisão Interlocutória dos autos 0900048-88.2017.8.24.0067, da Ação Civil Pública proposta pela 4ª Promotoria de Justiça da Comarca de São Miguel do Oeste que deferiu o pedido liminar para suspender a homologação do concurso público do Edital n. 22/2014 do Município de São Miguel do Oeste, especificamente para o cargo de motorista;

CONSIDERANDO que não existem mais candidatos classificados no Processo Seletivo 001/2017 para a vaga de motorista e que a administração pública municipal já encaminhou processo seletivo junto a AMESOC;

CONSIDERANDO a necessidade licenças de saúde e demais previstas na legislação nacional e municipal de servidoras efetivas, exigindo a contratação profissional em caráter temporário.

A Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste – SC realizará Processo Seletivo Simplificado Emergencial, objetivando a contratação temporária de profissional, visando:

Dar continuidade as atividades, ações e serviços de Saúde, Educação e demais áreas da administração pública municipal;

Atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público, dispensando o respectivo concurso público, consoante o dispositivo no art. 37, inciso IX, da Constituição da República, com vistas ao atendimento às necessidades de excepcional interesse público deste Município e com fundamento na Lei Municipal nº 6.616/2012.

#### 1- DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1- O Processo Seletivo Simplificado Emergencial será coordenado por uma Comissão Coordenadora, formada pelos servidores Elenildo Dalpiaz, Diretor de Transporte, Valcelino Maciel de Lima, técnico administrativo, e Leila Marisa Sehnem Filimberti, Diretor de Desenvolvimento de Pessoas; que supervisionará todas as etapas do Processo, desde a Elaboração ao Julgamento do Certame, concluindo com Relatório que apresentará ao Secretário de Administração para a devida homologação após a Publicação do Resultado Final.

1.2- Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos, enquanto não consumada a providência ou evento que lhe disser respeito.

1.3- Os candidatos que atenderem a todas as condições exigidas neste Edital serão contratados conforme o número de vagas ou ficarão em "Cadastro de Reserva" na expectativa de abertura de novas vagas.

#### 2- DOS CARGOS

| Cargo   | Vagas | Horas    | Habilitação   | Remuneração         |
|---|-------|----------|---|---------------------|
| *Motorista<br>(CNH – C, D ou E)<br>OBS: Os candidatos deverão preencher os requisitos exigidos pela legislação brasileira de trânsito - lei 9.503/97. | CR    | 40 h/sem | Ensino Médio Completo – Possuir CNH "C, D ou E" e Curso de motorista socorrista; transporte coletivo; transporte escolar. | R\$ 1.815,31<br>40h |

CR: Cadastro de Reserva

\* Para o cargo de Motorista (CNH – C, D ou E) a comprovação do curso de socorrista, transporte coletivo e escolar, deverá ser apresentada no ato da contratação. OBS: Os candidatos deverão preencher os requisitos exigidos pela legislação brasileira de trânsito - lei 9.503/97.

#### 2.1 - DESCRIÇÃO INDIVIDUALIZADA DE CARGOS SERVIDORES EM GERAL

TÍTULO DO CARGO: MOTORISTA

NÍVEL DE FORMAÇÃO: Ensino Médio concluído e Carteira de Habilitação, "C" "D" ou "E";

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Dirigir e zelar pela manutenção de motocicletas, automóveis, camionetas e caminhões, veículos automotores de transporte de cargas pesadas, equipamentos e maquinários, de acordo com a legislação vigente e as atribuições funcionais do cargo;

**DESCRIÇÃO DETALHADA:**

- Conduzir veículos automotores destinados ao transporte de passageiros e cargas;
- Conduzir equipamentos em geral disponibilizados pelo município para o desenvolvimento de ações de interesse público;
- Recolher o veículo ou equipamento à garagem ou local destinado quando concluída a jornada do dia, comunicando qualquer defeito porventura existente;
- Manter os veículos em perfeitas condições de funcionamento; fazer reparos de emergência; zelar pela conservação do veículo que lhe for entregue;
- Promover o abastecimento de combustíveis, água e óleo; verificar o funcionamento do sistema elétrico, lâmpadas, faróis, sinaleiras, buzinas e indicadores de direção; providenciar a lubrificação quando indicada; verificar o grau de densidade e nível de água da bateria, bem como a calibração dos pneus;
- Auxiliar os demais profissionais envolvidos na atividade inerente, oferecendo suporte e logística;
- Transportar pessoas, materiais e documentos;
- Zelar pela segurança de passageiros e de terceiros;
- Orientar e auxiliar na carga e descarga de materiais;
- Registrar dados, pré-estabelecidos, sobre a utilização diária do veículo;
- Zelar pela limpeza e conservação do veículo sob sua responsabilidade;
- Verificar, diariamente, as condições de funcionamento do veículo, antes de sua utilização;
- Comunicar a chefia imediata à necessidade de reparos no veículo;
- Atender a solicitações, demandas e cronogramas estabelecidos, em sua área, pelo responsável hierárquico;
- Responsabilizar-se pela manutenção preventiva

**3- DO PROCESSO SELETIVO****3.1- REQUISITOS**

- 3.1.1 - Nacionalidade brasileira ou situação equivalente;
- 3.1.2 - Gozo dos direitos políticos;
- 3.1.3 - Quitação com as obrigações militares e eleitorais;
- 3.1.4 - Nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo;
- 3.1.5 - Idade mínima de dezoito anos;
- 3.1.6 - Aptidão física e mental, salvo nos casos em que a Lei determine situação adversa;
- 3.1.7- Não se enquadrar na vedação do acúmulo de cargos públicos (art.37/ inciso XVI da CF);
- 3.1.8- Conhecer as exigências estabelecidas no presente Edital e estar de acordo com as mesmas.
- 3.1.9- Ensino Médio Completo – Possuir CNH “C, D ou E” e Curso de motorista socorrista; transporte coletivo; transporte escolar.

**4- DA INSCRIÇÃO**

4.1- As inscrições serão gratuitas e realizadas em formulário padrão, no Departamento de Transportes, situado no Centro Administrativo, na Rua Marcilio Dias, nº 1199, Centro, São Miguel do Oeste – SC.

4.2- As inscrições serão realizadas do dia 30/04/2018 até 08/05/2018, das 8:00hs às 11:45hs e 13:30hs às 17:45hs.

4.3- - A inscrição deverá ser efetuada pelo candidato ou por procurador devidamente constituído por instrumento de Procuração Pública ou Particular, sendo que neste caso, a assinatura do candidato/outorgante deverá estar reconhecida em cartório.

4.4- O candidato ou seu procurador deverá comparecer ao local da inscrição munido dos documentos exigidos no item 4.5.

4.5- No ato da inscrição o candidato deverá preencher formulário padrão, com letra legível, não podendo haver rasuras e/ou emendas, nem omissão de dados nele solicitados, e entregar cópia simples com a apresentação de original dos seguintes documentos:

- a) Documento de Identidade;
- b) CPF;
- c) Título de Eleitor, com comprovante de votação da última eleição ou certidão de quitação eleitoral;
- e) Inscrição no PIS/PASEP;
- f) Alistamento Militar;
- g) Comprovante de Residência;
- h) Curriculum Vitae devidamente comprovado;
- i) Comprovante de Escolaridade exigida para o cargo - Possuir CNH “C, D ou E”;

4.6- Deverão constar no Curriculum Vitae, as informações relativas a dados pessoais, documentação, escolaridade, experiência profissional, qualificação profissional e exigências inerentes do cargo. As informações prestadas no Curriculum Vitae serão de inteira responsabilidade do candidato que deverá fazê-las de forma correta e legível, com a comprovação das informações prestadas através de documento comprobatório.

4.8- Nenhum documento poderá ser apresentado após a inscrição.

4.9- A inscrição obriga o candidato a aceitar plena e integralmente as condições determinadas neste edital e legislação vigente.

4.10- Feita a inscrição não será permitida, em hipótese alguma, a sua alteração.

4.11- Será automaticamente eliminado do processo seletivo simplificado o candidato que não apresentar, na inscrição, os documentos exigidos para o cargo.

## 5- DAS ETAPAS DO PROCESSO SELETIVO

### 5.1- DAS ETAPAS DO PROCESSO SELETIVO

O Processo Seletivo será constituído da análise da qualificação profissional e tempo de experiência realizada por Comissão constituída para este fim.

### 5.2- CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

#### 5.2.1- QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL:

I – Graduação; (2) dois pontos;

II – Ensino Médio; (1,5) um ponto e meio;

#### 5.2.2- TEMPO DE EXPERIÊNCIA

5.2.2.1- Será considerado para fins de pontuação o exercício na atividade de motorista. Valendo (01) um ponto por ano de atividade limitado a oito (8) pontos, devidamente comprovada documentalmente.

5.3.1 – Para fins de pontuação da qualificação profissional, será utilizada somente uma titulação, a de maior pontuação.

5.3.2 – Os candidatos serão classificados pela ordem da soma da qualificação profissional e tempo de experiência, sendo a nota máxima dez (10) pontos.

## 6- DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS:

6.1- O resultado deste Processo Seletivo Simplificado será Publicado no dia 09 de maio de 2018 às 12:00 horas no site [www.saomiguel.sc.gov.br](http://www.saomiguel.sc.gov.br).

6.2- A pontuação total do candidato, utilizada para fins de classificação será o somatório da pontuação obtida na qualificação profissional e tempo de experiência, ocorrendo empate, será considerado como critério de desempate o candidato de maior idade.

6.3- O candidato deve comprovar a qualquer tempo, quando solicitado, o atendimento a todos os requisitos e condições estabelecidos neste Edital. O candidato que não atender a este item terá sua inscrição CANCELADA, sendo ELIMINADO do Processo Seletivo Simplificado.

## 7- DA CONVOCAÇÃO PARA CONTRATO

7.1- A chamada dos candidatos classificados para ocuparem as vagas será feita pela Secretaria de Gestão de Pessoas e Transparência.

7.2- O candidato terá prazo de 48 horas subsequente a convocação, para comparecer a Secretaria de Gestão de Pessoas e Transparência com toda a documentação necessária à investidura do seu cargo. A não manifestação do candidato classificado no período implicará na sua eliminação do Processo Seletivo.

7.3- Caberá ao candidato, quando solicitado, apresentar atestado médico admissional, expedido por Médico do Trabalho.

## 8- DAS DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES

8.1- Nenhum candidato poderá alegar desconhecimento das instruções e exigências contidas neste Edital.

8.2- Todas as publicações oficiais referentes ao presente Processo Seletivo serão feitas no site [www.saomiguel.sc.gov.br](http://www.saomiguel.sc.gov.br) da Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste.

8.3- O profissional contratado terá avaliado o seu desempenho pela chefia imediata, durante o período de vigência do contrato.

8.4- Quando for evidenciada a insuficiência de desempenho funcional, o contratado terá rescisão imediata do Contrato celebrado com o município, respeitada a legislação pertinente.

8.5- A aprovação do candidato neste Processo Seletivo Simplificado não assegura a sua contratação, mas apenas a expectativa de ser convocado seguindo rigorosamente a ordem de classificação e o preenchimento das vagas disponíveis.

8.6- É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar todos os atos, editais e comunicados referentes a este edital que sejam publicado nos locais referidos no item 8.2 deste edital.

8.7- De acordo com a legislação processual civil em vigor, é a comarca de São Miguel do Oeste - SC o foro competente para julgar as demandas judiciais decorrentes do presente Processo Seletivo Simplificado.

8.8- O contrato do candidato neste teste Seletivo Simplificado Emergencial terá prazo de validade somente até o retorno do servidor efetivo.

8.9- Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Coordenadora do Processo seletivo, observados os princípios e normas que regem a Administração Pública.

São Miguel do Oeste - SC, 30 de abril de 2018.

PAULO RICARDO DRUMM  
Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência

ALFREDO SPIER  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

## **PROC 110/2018 - PREFEITURA**

Publicação Nº 1608213

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 110/2018  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 70/2018

A Prefeitura Municipal, a partir do Secretário de Administração e Finanças, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Item.

OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual serviços de mão de obra para pavimentação de ruas com pedras irregulares em pontos isolados em diversas ruas do Município de São Miguel do Oeste – SC, de acordo com o Anexo I – Termo de Referência do edital.

Entrega dos envelopes: Até às 08h45min do dia 15 de maio de 2018.

Abertura: às 09hs do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento

de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº

1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na integra no site:

[www.saomiguel.sc.gov.br](http://www.saomiguel.sc.gov.br)

São Miguel do Oeste/SC, 30 de abril de 2018.

ALFREDO SPIER  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

## **PROC 111/2018 - PREFEITURA**

Publicação Nº 1608320

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 111/2018  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 71/2018

A Prefeitura Municipal, a partir do Secretário de Administração e Finanças, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Item.

OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de pedras irregulares para pavimentação em diversas ruas em pontos isolados do perímetro urbano do Município de São Miguel do Oeste – SC, de acordo com o anexo I – Termo de Referência do edital.

Entrega dos envelopes: Até às 13h45min do dia 15 de maio de 2018.

Abertura: às 14h do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento

de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº

1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na integra no pelo site:

[www.saomiguel.sc.gov.br](http://www.saomiguel.sc.gov.br)

São Miguel do Oeste/SC, 30 de abril de 2018.

ALFREDO SPIER  
Secretário de Administração e Finanças

**PROC 32/2018 - SAÚDE**

Publicação Nº 1608167

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
PROCESSO DE LICITAÇÃO N. 32/2018  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N. 09/2018

Objeto: Contratação de serviço de internação em Clínica de Recuperação conforme Determinação Judicial Autos nº 0001166-27.2017.8.24.0067 e 0001167-12.2017.8.24.0067, para internação do menor D.S.S, do município de São Miguel do Oeste – SC, para o período de 12 meses. Valor Mensal de R\$ 8.700,00. Contratado CONVIVER RESIDÊNCIA INCLUSIVA LTDA – ME. Licitação regida pela Lei Federal n. 8.666/93 e alterações vigentes.

São Miguel do Oeste – SC, 30 de abril de 2018.

LEONIR CARON

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

# Saudades

## PREFEITURA

### EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 10/2018

Publicação Nº 1608571



Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE SAUDADES

### EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 10/2018

O Prefeito do Município de Saudades, Estado de Santa Catarina, DANIEL KOTHE, no uso de suas atribuições, TORNA PÚBLICO, que estarão abertas, a contar da data de publicação deste edital, as inscrições para o Concurso Público para provimento de vagas e formação de cadastro de reserva dos quadros de pessoal da Prefeitura Municipal de Saudades, a seguir relacionada, o qual reger-se-á pelas instruções e normas deste Edital e demais normas atinentes. O concurso tem coordenação técnico administrativa da Fundação Universidade do Oeste de Santa Catarina – FUNOESC.

#### 1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. Concurso Público destina-se provimento de vagas e formação de cadastro de reserva dos quadros de pessoal da Prefeitura Municipal de Saudades, mediante as condições estabelecidas neste Edital, legislação municipal e demais regras pertinentes.

1.2 O Concurso Público será regido pelo presente Edital, seus anexos, programas e eventuais retificações, organizadas e executadas sob a responsabilidade da FUNOESC – Fundação Universidade do Oeste de Santa Catarina, Unoesc São Miguel do Oeste.

1.3. É de responsabilidade do candidato o conhecimento da legislação mencionada no item anterior e outras determinações referentes ao Concurso Público para certificar-se de que possui todas as condições e pré-requisitos para prestar as provas e documentos necessários exigidos para o cargo/emprego por ocasião da nomeação se aprovado e convocado.

1.4. A inscrição no Concurso Público implicará, desde logo, a ciência e aceitação pelo candidato das condições estabelecidas neste Edital.

1.5. O Concurso Público será regido por este Edital, supervisionado por Comissão de Acompanhamento e Fiscalização designada pela Administração Municipal e executado pela Fundação Universidade do Oeste de Santa Catarina, Unoesc São Miguel do Oeste.

1.6. Os documentos exigidos pelas normas do presente edital, requerimentos e recursos administrativos, deverão ser entregues, respeitados os prazos e condições editalícias e de acordo com o que estiver disposto no presente Edital.

1.7. A divulgação oficial das informações referentes a este Concurso Público dar-se-á pela publicação de editais no mural público municipal e site oficial da Prefeitura de Saudades (SC) ([www.saudades.sc.gov.br](http://www.saudades.sc.gov.br)).

1.8. O prazo de validade do Concurso Público será de 1 ano, contado da publicação de sua homologação, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Administração Municipal.

[www.saudades.sc.gov.br](http://www.saudades.sc.gov.br)

Telefone/Fax: (49) 3334-0127 / 3334-0143 • E-mail: [prefeitura@saudades.sc.gov.br](mailto:prefeitura@saudades.sc.gov.br)  
Endereço: Rua Castro Alves, 279, Centro • Saudades – Santa Catarina – CEP: 89868-000





Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE SAUDADES

1.9. Cadastro de Reserva é a relação dos candidatos aprovados que tenham obtido classificação além do número de vagas oferecidas pelo presente Edital.

1.9.1. Os candidatos que compuserem o cadastro de reserva somente serão nomeados durante o prazo de validade do presente Concurso Público.

1.10. São condições para participação no presente Concurso Público:

- a) Ser brasileiro nato ou naturalizado ou português em condição de igualdade de direitos com os brasileiros; no caso de ser português, comprovar a condição de igualdade e gozo dos direitos políticos na forma do art. 12, § 1º, da Constituição Federal;
- b) Estar quite com as obrigações resultantes da legislação eleitoral, e, quando do sexo masculino, estar quite também, com as obrigações do serviço militar;
- c) Ter conhecimento e concordar com todas as exigências contidas neste edital;
- d) Possuir o nível de escolaridade e habilitação legal para o exercício da profissão e exigida para o cargo.

1.11. O candidato deve comprovar a idade mínima de 18 anos e a escolaridade/habilitação exigida no edital no ato da investidura, sob pena de ser automaticamente eliminado do Concurso Público.

1.12. Os candidatos aprovados quando da contratação, serão lotados, a critério da Administração, em qualquer dos órgãos da Prefeitura Municipal de Saudades.

1.13. O Concurso Público será realizado em um única etapa a saber, Prova Objetiva de caráter eliminatório e classificatório, exceto para os cargos de Motorista e Operador de Máquinas, cargo estes em que será aplicada também prova prática de caráter eliminatório, conforme disposições previstas neste edital.

## 2. DAS ESPECIFICAÇÕES DOS CARGOS, VAGAS, CARGA HORÁRIA, HABILITAÇÃO E VENCIMENTO

2.1. O cargo, o número de vagas, o salário base, as exigências de escolaridade e outras dos cargos objeto deste Concurso Público são descritos na tabela abaixo:

| NÍVEL ALFABETIZADO E FUNDAMENTAL        |                          |           |                |               |                |                          |               |
|---|--------------------------|-----------|----------------|---------------|----------------|--------------------------|---------------|
| Cargo                                   | Vagas Ampla Concorrência | Vagas PNE | Total de Vagas | C. H. Semanal | Habilitação    | Vencimento Inicial (R\$) | Tipo de Prova |
| Servente                                | 02                       | -         | 02 + CR        | 40h           | Alfabetizado   | R\$ 1.109,97             | Objetiva      |
| Merendeira                              | 02                       | -         | 02 + CR        | 40h           | Alfabetizado   | R\$ 1.109,97             | Objetiva      |
| Auxiliar de Serviços Gerais - Masculino | 03                       | -         | 03 + CR        | 40h           | Alfabetizado   | R\$ 1.109,97             | Objetiva      |
| Auxiliar de Serviços Gerais - Feminino  | 03                       | -         | 03 + CR        | 40h           | Alfabetizado   | R\$ 1.109,97             | Objetiva      |
| Motorista                               | 02                       | -         | 02 + CR        | 40h           | Alfabetizado + | R\$ 1.742,80             | Objetiva      |



www.saudades.sc.gov.br

Telefone/Fax: (49) 3334-0127 / 3334-0143 • E-mail: prefeitura@saudades.sc.gov.br  
Endereço: Rua Castro Alves, 279, Centro • Saudades – Santa Catarina – CEP: 89868-000



Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE SAUDADES

|                              |    |   |         |     |                                  |              |                    |
|------------------------------|----|---|---------|-----|----------------------------------|--------------|--------------------|
|                              |    |   |         |     | CNH categoria "D"                |              | + Prática          |
| Operador de Máquinas         | 01 | - | 01 + CR | 40h | Alfabetizado + CNH categoria "D" | R\$ 1.929,54 | Objetiva + Prática |
| Agente Comunitário de Saúde* | 03 | - | 03 + CR | 40h | Ensino Fundamental               | R\$ 1.307,15 | Objetiva           |

\* O Agente Comunitário de Saúde deverá residir na micro área de atuação, conforme Anexo VI. No momento da contratação deverá comprovar, documentalmente, seu endereço de residência.

| ENSINO MÉDIO             |                          |           |                |               |  |                          |               |
|--------------------------|--------------------------|-----------|----------------|---------------|--|--------------------------|---------------|
| Cargo                    | Vagas Ampla Concorrência | Vagas PNE | Total de Vagas | C. H. Semanal | Habilitação  | Vencimento Inicial (R\$) | Tipo de Prova |
| Técnico em Informática   | 01                       | -         | 01 + CR        | 40h           | Ensino Médio Completo, ou nível superior na área de informática, devidamente registrado, fornecido por instituição educacional, reconhecida pelo Ministério da Educação; Comprovação de Certificado(s) de conclusão de curso(s) técnico em informática, mínimo 100 horas ou superior, reconhecido pelo Ministério da Educação, experiência comprovada de no mínimo 02 (dois) anos na área. | R\$ 2.147,36             | Objetiva      |
| Auxiliar Administrativo  | 01                       | 01        | 02 + CR        | 40h           | Ensino Médio Completo  | R\$ 1.208,63             | Objetiva      |
| Técnico em Contabilidade | CR                       | -         | -              | 40h           | Ensino Médio Completo, ou nível superior na área de informática, devidamente registrado, fornecido por instituição educacional, reconhecida pelo Ministério da Educação;   | R\$ 2.147,36             | Objetiva      |



www.saudades.sc.gov.br

Telefone/Fax: (49) 3334-0127 / 3334-0143 • E-mail: prefeitura@saudades.sc.gov.br  
Endereço: Rua Castro Alves, 279, Centro • Saudades – Santa Catarina – CEP: 89868-000



Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE SAUDADES

|                            |    |    |         |     |  |              |          |
|----------------------------|----|----|---------|-----|--|--------------|----------|
|                            |    |    |         |     | Comprovação de Certificado(s) de conclusão de curso(s) técnico em Contabilidade, mínimo 100 horas ou superior, reconhecido pelo Ministério da Educação, experiência comprovada de no mínimo 02 (dois) anos na área.  |              |          |
| Auxiliar de Enfermagem     | 03 | -  | 03 + CR | 40h | Ensino Médio completo, ou nível superior na área de Enfermagem, devidamente registrado, fornecido por instituição educacional, reconhecida pelo Ministério da Educação; Comprovação de Certificado(s) de conclusão de curso(s) técnico em Enfermagem, mínimo 100 horas ou superior, reconhecido pelo ministério da Educação, experiência comprovada de no mínimo 02 (dois) anos na área. | R\$ 1.493,81 | Objetiva |
| Telefonista                | 01 | -  | 01 + CR | 40h | Ensino Médio Completo  | R\$ 1.109,97 | Objetiva |
| Fiscal de Tributos e Obras | CR | -  | CR      | 40h | Ensino Médio Completo  | R\$ 1.493,81 | Objetiva |
| Agente Educativo           | 01 | 01 | 02 + CR | 20h | Ensino Médio Completo  | R\$ 918,00   | Objetiva |
| Agente Educativo           | 03 | -  | 03 + CR | 40h | Ensino Médio Completo  | R\$ 1.836,01 | Objetiva |
| Assistente de Educação     | 01 | -  | 01 + CR | 40h | Ensino Médio Completo  | R\$ 1.836,01 | Objetiva |



[www.saudades.sc.gov.br](http://www.saudades.sc.gov.br)

Telefone/Fax: (49) 3334-0127 / 3334-0143 • E-mail: [prefeitura@saudades.sc.gov.br](mailto:prefeitura@saudades.sc.gov.br)  
Endereço: Rua Castro Alves, 279, Centro • Saudades – Santa Catarina – CEP: 89868-000



Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE SAUDADES

| ENSINO SUPERIOR                |                          |           |                |                      |  |                          |               |
|--------------------------------|--------------------------|-----------|----------------|----------------------|--|--------------------------|---------------|
| Cargo                          | Vagas Ampla Concorrência | Vagas PNE | Total de Vagas | C. H. Semanal        | Habilitação  | Vencimento Inicial (R\$) | Tipo de Prova |
| Auditor Fiscal de Tributos     | 01                       | -         | 01 + CR        | 40h                  | Superior completo em Direito, Economia ou Ciências Contábeis.                | R\$ 3.423,34             | Objetiva      |
| Auditor do Controle Interno    | 01                       | -         | 01 + CR        | 40h                  | Superior completo em Direito, Economia, Ciências Contábeis ou Administração. | R\$ 3.423,34             | Objetiva      |
| Nutricionista                  | 01                       | -         | 01 + CR        | 40h                  | Superior completo em Nutrição com registro no órgão competente.              | R\$ 2.600,00             | Objetiva      |
| Psicólogo                      | 01                       | -         | 01 + CR        | 40h                  | Superior completo em Psicologia com registro no órgão competente.            | R\$ 2.600,00             | Objetiva      |
| Professor de Educação Infantil | CR                       | -         | CR             | 10h, 20h, 30h ou 40h | Superior completo em Pedagogia com habilitação em Educação Infantil.         | R\$ 2.847,37 (40h)       | Objetiva      |
| Professor de Educação Física   | CR                       | -         | CR             | 10h, 20h, 30h ou 40h | Superior completo em Educação Física com habilitação em Licenciatura.        | R\$ 2.847,37 (40h)       | Objetiva      |
| Enfermeira                     | CR                       | -         | CR             | 40h                  | Superior completo em Enfermagem com registro no órgão competente.            | R\$ 4.357,01             | Objetiva      |
| Procurador Jurídico            | CR                       | -         | CR             | 20h                  | Ensino Superior Completo em Direito com registro no órgão competente.        | R\$ 1.711,67             | Objetiva      |

2.2. As atribuições dos cargos são as constantes do Anexo I deste Edital, conforme Leis Municipais.

2.3. Os candidatos aprovados e nomeados estarão sujeitos ao Estatuto dos Servidores Públicos Municipais – Lei Complementar n. 05/2002, ao Estatuto do Magistério Público Municipal – Lei Complementar n. 07/2002 e Lei de Plano de Cargos e Salários do Magistério Público Municipal – Lei Complementar n. 46/2012.

### 3. DAS VAGAS DESTINADAS AOS CANDIDATOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA

3.1. Em cumprimento ao disposto no art. 37, inciso VIII da Constituição Federal, Lei nº 7.853/1989 e Decreto nº 3.298/99, às pessoas portadoras de necessidade especiais são reservados 5% (cinco por cento) das vagas existentes, das que vierem a surgir ou daquelas criadas no prazo de validade e forem destinadas ao provimento de candidato aprovado neste concurso, para o cargo cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que sejam portadores.



www.saudades.sc.gov.br

Telefone/Fax: (49) 3334-0127 / 3334-0143 • E-mail: prefeitura@saudades.sc.gov.br  
Endereço: Rua Castro Alves, 279, Centro • Saudades – Santa Catarina – CEP: 89868-000



Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE SAUDADES

3.1.1. Os candidatos que concorrerem às vagas destinadas aos portadores de deficiência integrarão lista especial de classificação e também a lista de classificação geral.

3.1.2. A convocação dos candidatos aprovados e classificados para vagas reservadas será feita de forma alternativa com os demais candidatos aprovados e classificados na listagem geral, sendo a primeira convocação para o candidato da listagem geral, a segunda para o portador de deficiência e assim sucessivamente até o limite das vagas ofertadas (cinco por cento das vagas).

3.1.3. Relativamente à criação de novas vagas durante o prazo de validade do Concurso Público, será convocado para contratação 1 (um) candidato inscrito, aprovado e classificado para as vagas reservadas aos portadores de deficiência, a cada 19 (dezenove) contratações da listagem geral, obedecendo ao disposto no item 3.1. deste Edital.

3.2. Para concorrer às vagas destinadas aos portadores de deficiência, o candidato deverá:

a) Assinalar o campo destinado aos portadores de deficiência no formulário de inscrição *on line* disponível no site [www.saudades.sc.gov.br](http://www.saudades.sc.gov.br);

b) Preencher o requerimento contido no Anexo III do presente edital;

c) Anexar Laudo Médico (**original ou cópia autenticada**), com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença - CID, bem como a provável causa da deficiência, cuja data de expedição não seja superior a 90 dias a contar de data de publicação do presente edital.

3.2.1. Os documentos acima descritos deverão ser entregues, até o dia 24/05/2018, no setor de protocolo da Prefeitura Municipal de Saudades, situada à Rua Castro Alves, 279, Centro, no município de Saudades, nos horários de funcionamento da Prefeitura Municipal, ou poderão ser encaminhados via correios para o endereço Universidade do Oeste de Santa Catarina, Rua Oiapoc, nº 211, Bairro Agostini, São Miguel do Oeste/SC, CEP 89900-000, aos cuidados da DIPPGE.

3.3. A não-observância ao disposto no item anterior acarretará a perda do direito ao pleito das vagas reservadas aos candidatos em tais condições.

3.4. O candidato portador de deficiência que necessitar de condições especiais para a realização da prova deverá informar qual a condição especial no Formulário de Inscrição *on line*.

3.4.1. Os candidatos serão comunicados acerca do deferimento ou não dos pedidos de condições especiais por aviso publicado no Mural Público Municipal e site oficial da Prefeitura Municipal de Saudades até o dia 06/06/2018.

3.4.2. Os candidatos que tiverem seus pedidos de condições especiais indeferidos poderão encaminhar recurso no prazo previsto no cronograma do Item 12 do presente Edital, via formulário on-line, na área do candidato com a estrita observância ao disposto no Item 9 do presente Edital.

3.5. Os portadores de deficiência participarão do Concurso Público em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação, aos critérios de aprovação, ao dia, local, horário de prova e à nota mínima exigida.

3.6. Não haverá prova em braile; o candidato com deficiência visual deverá requerer prova ampliada ou um fiscal leitor.



[www.saudades.sc.gov.br](http://www.saudades.sc.gov.br)

Telefone/Fax: (49) 3334-0127 / 3334-0143 • E-mail: [prefeitura@saudades.sc.gov.br](mailto:prefeitura@saudades.sc.gov.br)  
Endereço: Rua Castro Alves, 279, Centro • Saudades – Santa Catarina – CEP: 89868-000



Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE SAUDADES

3.7. Os candidatos portadores de deficiência **não** estarão isentos do pagamento da taxa de inscrição, salvo no caso previsto no item 5.1 do presente Edital.

3.8. O candidato portador de deficiência que, no ato da inscrição não declarar esta condição, não poderá impetrar recurso em favor de sua situação.

3.9. Respeitada a ordem classificatória, os candidatos portadores de deficiência aprovados neste Concurso Público, por ocasião da admissão, serão submetidos à Avaliação Médica pelo Município de Saudades - SC, o qual avaliará a compatibilidade entre as atribuições essenciais do cargo e a deficiência de que o candidato é portador, emitindo laudo de parecer, nos termos deste Edital, que terá decisão terminativa sobre:

- a) qualificação do candidato como deficiente ou não;
- b) o grau de deficiência, capacitante ou não para o exercício do cargo.

3.10. Será eliminado da lista de vagas reservadas o candidato cuja deficiência não seja constatada ou se mostre incompatível com o exercício das atribuições do cargo, passando a compor apenas a lista de classificação geral, caso em que se convocará o candidato imediatamente seguinte, de mesma condição, com a estrita observância da ordem classificatória.

3.11. Serão consideradas deficiências somente aquelas conceituadas na medicina especializada que se enquadrarem nas categorias descritas no art. 4º do Decreto Federal nº 3.298/99.

3.12. Inexistindo candidatos portadores de deficiência, as vagas serão preenchidas pelos demais candidatos.

#### 4. DAS INSCRIÇÕES

4.1. As inscrições serão realizadas no período de **30/04/2018 a 28/05/2018** por meio de preenchimento de formulário via internet, publicado no site oficial do Município de Saudades - SC, [www.saudades.sc.gov.br](http://www.saudades.sc.gov.br)

4.2. O candidato poderá inscrever-se para um único cargo.

4.2.1. Quando do processamento das inscrições, se for verificada a existência de mais de uma inscrição para o mesmo cargo, por um mesmo candidato, será considerada válida e homologada aquela que tiver sido realizada por último, sendo esta identificada pela data do requerimento, sendo automaticamente canceladas as demais inscrições, não cabendo reclamações posteriores nesse sentido, nem mesmo quanto à restituição do valor pago em duplicidade.

4.3. Para inscrever-se o candidato deverá:

- a) Acessar o site da Prefeitura Municipal de Saudades;
- b) Ler atentamente o Edital de Concurso Público;
- c) Fazer o cadastro do candidato se for primeiro acesso, caso este já seja cadastrado somente realizar o *login* para inscrição. No cadastro o candidato deverá gerar uma senha, a qual será



[www.saudades.sc.gov.br](http://www.saudades.sc.gov.br)

Telefone/Fax: (49) 3334-0127 / 3334-0143 • E-mail: [prefeitura@saudades.sc.gov.br](mailto:prefeitura@saudades.sc.gov.br)  
Endereço: Rua Castro Alves, 279, Centro • Saudades – Santa Catarina – CEP: 89868-000





Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE SAUDADES

utilizada posteriormente para acesso à área do candidato, para reimpressão de boleto, envio de recursos, entre outros.

d) Preencher integralmente o Requerimento de Inscrição, conferir atentamente os dados informados e enviá-los via internet, seguindo as instruções;

e) imprimir o Boleto Bancário referente à inscrição e efetuar o pagamento até as 23h59min do dia 29/05/2018;

f) pagar o boleto, preferencialmente, no banco emissor; a baixa dos boletos acontecerá após o envio dos arquivos ao sistema de gestão pelo executor do certame; este processo poderá acontecer até a data de publicação das inscrições deferidas e indeferidas especificada no Item ??? deste edital;

g) o pagamento da inscrição só poderá ser feito mediante a utilização do boleto de pagamento, com o respectivo código de barras, o qual estará disponível na área do candidato;

h) O agendamento do pagamento e o respectivo demonstrativo não se constituem documentos comprobatórios do pagamento da taxa de inscrição.

4.3.1. Para os candidatos que não possuem acesso à rede mundial de computadores, será disponibilizado, no horário de atendimento da Biblioteca Pública Municipal de Saudades das 7h30min às 11h30min e das 13h às 17h um computador e um técnico ou servidor para auxiliar no processo de inscrição, durante o período de inscrição do concurso.

4.3.2. O candidato neste caso, deverá estar munido de todos os seus documentos pessoais e informações necessárias, sendo que o servidor designado para isso, apenas transmitirá ao sistema de inscrição os dados e informações que lhe forem repassados pelo candidato que será o único responsável pela exatidão e correção das informações prestadas e demais atos relativos a sua inscrição.

4.3.3. O servidor ou técnico entregarão ao candidato o Comprovante de sua Inscrição, bem como o Boleto Bancário referente a sua inscrição cujo pagamento é de inteira responsabilidade do candidato no período destinado para tanto, qual seja, até as 23h59min, do dia 29/05/2018.

4.3.4. O Município de Saudades – SC e a Unoesc não se responsabilizarão por solicitação de inscrição não recebida por falhas de comunicação, congestionamento de linhas telefônicas ou outros fatores de ordem técnica que impossibilitarem a transferência de dados, impressão de documentos ou pagamento da taxa de inscrição no prazo determinado.

4.3.5. Será cancelada a inscrição e anulados os atos decorrentes, do candidato que prestar declarações falsas, inexatas ou que não atender a todas as condições estabelecidas neste edital, mesmo que o candidato tenha sido aprovado e que o fato seja constatado posteriormente.

4.3.6. Não será aceita inscrição condicional ou fora do prazo estabelecido.

4.3.7. Não serão aceitos pedidos de alterações de dados informados quando da inscrição, a não ser a comunicação de novo endereço que deverá ser feita junto ao Setor Departamento de Pessoal da Prefeitura Municipal de Saudades, quando da classificação e/ou chamamento para assumir o cargo.

4.4. Os candidatos que desejarem se inscrever como doadores de sangue deverão realizar suas inscrições, bem como entregar todos os documentos exigidos para a respectiva isenção, conforme item 5.2 do presente edital, até o dia 10/05/2018.

4.5. O candidato que necessitar de qualquer tipo de atendimento diferenciado para a realização das provas deverá solicitá-lo, no ato de inscrição, indicando claramente no formulário eletrônico, quais os recursos especiais necessários (materiais, equipamentos, etc.).



[www.saudades.sc.gov.br](http://www.saudades.sc.gov.br)

Telefone/Fax: (49) 3334-0127 / 3334-0143 • E-mail: [prefeitura@saudades.sc.gov.br](mailto:prefeitura@saudades.sc.gov.br)

Endereço: Rua Castro Alves, 279, Centro • Saudades – Santa Catarina – CEP: 89868-000



Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE SAUDADES

4.5.1. A solicitação de recursos especiais será atendida obedecendo a critérios de viabilidade e de razoabilidade, desde que solicitados no ato da inscrição, no formulário eletrônico de inscrição.

4.5.2. Os candidatos que solicitarem condições especiais para realização das provas, serão comunicados através de aviso publicado no site [www.saudades.sc.gov.br](http://www.saudades.sc.gov.br) do deferimento ou não do pedido.

4.6. A taxa de inscrição será paga exclusivamente por meio de boleto bancário gerado pelo sistema de inscrição, não sendo aceito depósitos em conta e transferências bancárias.

4.6.1. Em caso de perda ou extravio da guia o candidato deverá acessar no espaço do candidato no site de inscrição do Concurso Público, uma segunda via do boleto.

4.7. A Unoesc e o Município de Saudades - SC, não se responsabilizarão por solicitação de inscrição não recebida por motivo de ordem técnica ou por não observância, por parte dos candidatos, ao disposto neste edital.

4.8. Somente serão acatadas as inscrições após o pagamento da taxa de inscrição.

4.8.1. O agendamento do pagamento e o respectivo demonstrativo não constituem elementos comprobatórios do pagamento da taxa de inscrição.

4.9. É vedada a inscrição condicional, extemporânea, via postal, fax, ou por qualquer outra via que não as previstas neste edital.

4.10. O valor da taxa de inscrição será de:

| Nível de Escolaridade  | Valor (R\$) |
|------------------------|-------------|
| Alfabetizado           | 50,00       |
| Ensino Fundamental     | 70,00       |
| Ensino Médio e Técnico | 90,00       |
| Ensino Superior        | 150,00      |

4.11. O candidato é responsável pelas informações prestadas no Formulário de Inscrição, arcando com as consequências de eventuais erros, fraudes e/ou omissões, bem como pela apresentação de documentos fora dos prazos e critérios estabelecidos por este Edital.

4.12. As inscrições serão homologadas preliminarmente até a data de **08/06/2018**, sendo divulgadas no Mural Público Municipal e site oficial do Município de Saudades - SC.

4.13. Os candidatos que **não** tiverem suas inscrições homologadas poderão encaminhar recurso conforme formulário *on line* disponível na área do candidato no site da Prefeitura Municipal de Saudades, com a estrita observância ao disposto no Item 8 do presente Edital e conforme cronograma de datas estabelecido no Item 12.

4.13.1. A publicação da homologação definitiva das inscrições, após apreciação dos recursos interpostos será realizada até a data de **18/06/2018**.



[www.saudades.sc.gov.br](http://www.saudades.sc.gov.br)

Telefone/Fax: (49) 3334-0127 / 3334-0143 • E-mail: [prefeitura@saudades.sc.gov.br](mailto:prefeitura@saudades.sc.gov.br)  
Endereço: Rua Castro Alves, 279, Centro • Saudades – Santa Catarina – CEP: 89868-000



Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE SAUDADES

**4.13.2. Os candidatos cujo nome não conste na homologação preliminar de inscritos, e desde que tenham efetuado o pagamento do boleto, deverão obrigatoriamente interpor recurso anexando o comprovante de pagamento da inscrição. A não interposição de recurso nesta fase do concurso, implicará ao candidato a não realização da prova no dia de sua aplicação, ainda que apresente comprovante de pagamento e de inscrição no dia da realização da prova escrita.**

4.14. O valor referente ao pagamento da taxa de inscrição não será devolvido, salvo em caso de cancelamento do certame.

4.15. A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas deverá chegar ao local das provas com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos e dirigir-se a Coordenação, com acompanhante, maior de idade, que ficará com a guarda e responsabilidade do lactente. Nos horários necessários a candidata será acompanhada por um fiscal até o local onde se encontra a criança, sendo que o tempo destinado à amamentação não será acrescido ao horário da prova da candidata.

4.15.1.1. O acompanhante será submetido às mesmas restrições que os candidatos que estiverem prestando provas para o Concurso Público e durante o período em que a lactante estiver amamentando, o acompanhante deverá retirar-se do local e aguardar.

4.16. O ensalamento dos candidatos será divulgado até a data de **26/06/2018**.

4.17. Estão impedidos de participar deste Concurso Público os membros da Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Concurso Público, os funcionários da Unoesc e servidores da Prefeitura Municipal de Saudades **diretamente** relacionados com a atividade de execução deste certame.

4.17.1. Constatada, em qualquer fase do Concurso Público, inscrição de pessoas que trata o item anterior, esta será indeferida e o candidato será eliminado do certame.

## 5. DA ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

5.1. Não haverá isenção total ou parcial da taxa de inscrição, salvo no caso de candidato doador de sangue, nos termos da Lei Estadual nº 10.567, de 7 de novembro de 1997.

5.2. Os candidatos doadores de sangue deverão realizar sua inscrição para o Concurso Público até o dia **10/05/2018**, procedendo da seguinte forma:

a) Realizar sua inscrição conforme previsão do Item 4 e marcar esta condição no formulário de inscrição;

b) Preencher o Anexo V do presente Edital;

c) Anexar ao Anexo V o comprovante das doações (fotocópia autenticada ou original) e a fotocópia simples do comprovante de inscrição.

5.2.1. O Anexo V devidamente preenchido, acompanhado do comprovante de doação, bem como de cópia do comprovante de inscrição, deverá ser entregue, até o dia **10/05/2018**, da Prefeitura Municipal de Saudades, situada à Rua Castro Alves, 279, Centro, no município de Saudades, nos horários de funcionamento da Prefeitura Municipal, ou poderão ser encaminhados via correios para



[www.saudades.sc.gov.br](http://www.saudades.sc.gov.br)

Telefone/Fax: (49) 3334-0127 / 3334-0143 • E-mail: [prefeitura@saudades.sc.gov.br](mailto:prefeitura@saudades.sc.gov.br)

Endereço: Rua Castro Alves, 279, Centro • Saudades – Santa Catarina – CEP: 89868-000



Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE SAUDADES

o endereço Universidade do Oeste de Santa Catarina, Rua Oiapoc, nº 211, Bairro Agostini, São Miguel do Oeste/SC, CEP 89900-000, aos cuidados da DIPPGE.

5.2.2. O comprovante de doação exigido deverá ser fornecido por entidade coletora oficial ou credenciada e discriminar o número e a data em que foram realizadas as doações pelo interessado, não podendo ser inferior a 03 doações anuais, considerando-se os 12 meses que antecederam a abertura do presente Edital, independentemente das datas de publicações de suas retificações.

5.2.3. Equipara-se a doador de sangue a pessoa que integra a Associação de Doadores e contribui, comprovadamente, para estimular, de forma direta ou indireta, a doação.

5.3. O resultado da homologação das isenções da taxa de inscrição será divulgado até a data de **17/05/2018**.

5.3.1. Os candidatos que tiverem seus pedidos de isenção da taxa de inscrição deferidos seguirão todas as etapas do certame da mesma forma que os demais candidatos, estando unicamente isentos do pagamento da taxa de inscrição.

5.3.2. Os candidatos que tiverem seus pedidos de isenção da taxa de inscrição indeferidos deverão efetuar o pagamento da taxa de inscrição até o dia **29/05/2018**, sob pena de indeferimento da inscrição.

5.4. Não haverá recurso do indeferimento de isenção da taxa de inscrição para candidatos doadores de sangue.

## 6. DAS PROVAS

### 6.1. DA PROVA TEÓRICO-OBJETIVA

6.1.1. A prova escrita será realizada no dia **01/07/2018**, das **08h30min às 11h30min** no município de Saudades, em local a ser informado no Mural Público Municipal e site oficial do Município de Saudades após a homologação das inscrições.

6.1.2. A prova escrita, de caráter eliminatório e classificatório, conterà 40 (quarenta) questões do tipo múltipla escolha. As questões serão subdividas em quatro alternativas A, B, C e D, das quais somente uma deverá ser assinalada como correta.

6.1.2.1. A prova escrita terá peso 10(dez).

6.1.3. A prova escrita é obrigatória para todos os candidatos e será composta de questões objetivas, cujo grau de dificuldade seja compatível com o nível de escolaridade mínima exigida para cada cargo, de acordo com o conteúdo programático constante no Anexo II do presente Edital, abrangendo as seguintes áreas de conhecimento:

| Cargos | Área de Conhecimento               | Número de Questões | Valor por Questão | Total de Pontos |
|--------|------------------------------------|--------------------|-------------------|-----------------|
| Todos  | Língua Portuguesa                  | 07                 | 0,25              | 1,75            |
|        | Matemática                         | 05                 | 0,25              | 1,25            |
|        | Conhecimentos Gerais               | 08                 | 0,25              | 2,00            |
|        | Conhecimentos Específicos do Cargo | 20                 | 0,25              | 5,00            |



www.saudades.sc.gov.br

Telefone/Fax: (49) 3334-0127 / 3334-0143 • E-mail: prefeitura@saudades.sc.gov.br  
Endereço: Rua Castro Alves, 279, Centro • Saudades – Santa Catarina – CEP: 89868-000



Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE SAUDADES

|  |              |           |  |              |
|--|--------------|-----------|--|--------------|
|  | <b>TOTAL</b> | <b>40</b> |  | <b>10,00</b> |
|--|--------------|-----------|--|--------------|

6.1.4. O candidato deverá chegar ao local da prova com no mínimo 1 (uma) hora de antecedência do horário de fechamento dos portões, para localizar sua sala e assinar a ata.

6.1.5. O acesso às salas de provas será fechado no horário de início das provas e não será permitida a entrada de nenhum candidato após este horário, ficando, automaticamente, excluído do certame. É de responsabilidade exclusiva do candidato localizar sua sala, conferir seu material e documentação e estar na sala de provas até o horário previsto para o início das mesmas.

6.1.6. A identificação correta do local da prova e o comparecimento no horário determinado serão de inteira responsabilidade do candidato.

6.1.7. Somente será admitido à sala de provas o candidato:

- a) cujo nome conste na lista de homologação final das inscrições;
- b) que se apresentar no local de provas até o horário estabelecido para o início das provas;
- c) que estiver portando documento identificação original, não se aceitando cópias, mesmo autenticadas, ou protocolos.

6.1.7.1. São considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública e pelo Corpo de Bombeiros Militar, pelos Conselhos e Ordens fiscalizadores de exercício profissional, passaporte, certificado de reservista, carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal, valham como identidade, carteira de trabalho e carteira nacional de habilitação, com foto.

6.1.7.2. Os documentos deverão estar em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato.

6.1.7.3. Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia de realização das provas, documento de identidade original, por motivo de perda, roubo ou furto, deverá ser apresentado documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há no máximo 30 (trinta) dias, sendo, então, submetido à identificação especial, compreendendo coleta de dados, de assinaturas e de impressão digital em formulário próprio.

6.1.7.4. A identificação especial será exigida, também, do candidato cujo documento de identificação gere dúvidas quanto à fisionomia, à assinatura ou à condição de conservação do documento.

6.1.7.5. A não apresentação de documento de identificação, nos termos do presente edital, impedirá o acesso do candidato ao local de prova.

6.1.8. O candidato deverá levar consigo o material de uso pessoal para realização da prova, sendo este obrigatoriamente caneta esferográfica de tinta azul ou preta, fabricada em material transparente. Não serão fornecidas canetas no local.

6.1.9. Para a segurança dos candidatos e a garantia da lisura do Concurso Público poderá haver mais de um tipo de prova e a Unoesc, poderá proceder, como forma de identificação, à coleta da impressão digital nos cartões resposta, de todos os candidatos no dia de realização das provas, bem como usar detector de metais.



[www.saudades.sc.gov.br](http://www.saudades.sc.gov.br)

Telefone/Fax: (49) 3334-0127 / 3334-0143 • E-mail: [prefeitura@saudades.sc.gov.br](mailto:prefeitura@saudades.sc.gov.br)  
Endereço: Rua Castro Alves, 279, Centro • Saudades – Santa Catarina – CEP: 89868-000



Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE SAUDADES

6.1.10. Não haverá segunda chamada ou repetição de prova, seja qual for o motivo alegado, para justificar o atraso ou a ausência do candidato.

6.1.11. O candidato não poderá alegar quaisquer desconhecimentos sobre a realização da prova como justificativa de sua ausência.

6.1.12. O não comparecimento ao local de realização das provas, qualquer que seja o motivo, caracterizará desistência do candidato e resultará em sua eliminação do Concurso Público.

6.1.13. Durante a realização das Provas é vedado:

a) consultar livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações ou equipamentos eletrônicos;

b) a comunicação entre os candidatos;

c) ausentar-se da sala sem a companhia de um fiscal;

d) a ingestão de alimentos e bebidas, com exceção de água acondicionada em embalagem plástica transparente sem rótulos e/ou etiquetas;

e) entregar a prova e o cartão resposta antes de decorrida 1 (uma) hora do seu início.

f) o uso de relógio de qualquer tipo e aparelhos telefônicos, qualquer equipamento elétrico eletrônico, bonés, chapéus e porte de qualquer tipo de arma.

g) o uso de lápis, borrachas, lapiseiras, clips, ou qualquer outro material que não seja a caneta esferográfica de tinta azul ou preta fabricada em material transparente.

h) portar aparelho telefônico, tablet ou computadores incluindo seus acessórios. O candidato que portar qualquer destes equipamentos ou qualquer dos previstos na alínea f deverá obrigatoriamente entregá-lo ao fiscal, desligado e preferencialmente com a bateria removida. Se o candidato permanecer com qualquer dos equipamentos mencionados, e o mesmo emitir qualquer som ou bip, o candidato será automaticamente eliminado do certame.

6.1.14. Motivarão a eliminação do candidato do Concurso Público, sem prejuízo das sanções penais cabíveis, a burla ou a tentativa de burla a quaisquer das normas definidas neste Edital ou a outras relativas ao Concurso Público, aos comunicados, às instruções ao candidato ou às instruções constantes da prova, bem como o tratamento indevido e descortês a qualquer pessoa envolvida na aplicação das provas.

6.1.15. Será excluído do Concurso Público o candidato que:

a) apresentar-se após o horário estabelecido, não se admitindo qualquer tolerância;

b) apresentar-se em local diferente da convocação oficial;

c) não comparecer às provas, seja qual for o motivo alegado;

d) não apresentar documento que bem o identifique;

e) ausentar-se da sala de provas sem o acompanhamento do fiscal ou portando qualquer dos itens proibidos previstos no item 6.1.13;

f) ausentar-se do local de provas antes de decorridos 1 (uma) hora do início das provas;

g) fizer anotação de informações relativas às suas respostas no comprovante de inscrição ou em qualquer outro meio, que não o autorizado pela Unoesc no dia da aplicação das provas;



[www.saudades.sc.gov.br](http://www.saudades.sc.gov.br)

Telefone/Fax: (49) 3334-0127 / 3334-0143 • E-mail: [prefeitura@saudades.sc.gov.br](mailto:prefeitura@saudades.sc.gov.br)  
Endereço: Rua Castro Alves, 279, Centro • Saudades – Santa Catarina – CEP: 89868-000





Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE SAUDADES

h) ausentar-se da sala de provas levando Folha de Respostas, Caderno de Questões ou outros materiais não permitidos;

i) estiver portando armas, mesmo que possua o respectivo porte;

j) lançar mão de meios ilícitos para a execução das provas;

k) não devolver integralmente o material recebido;

l) for surpreendido em comunicação com outras pessoas ou utilizando-se de livro, anotação, impresso, não permitido ou máquina calculadora ou similar;

m) estiver fazendo uso ou portando qualquer tipo de aparelho eletrônico ou de comunicação (bip, telefone celular, relógios digitais, *walkman*, agenda eletrônica, notebook, *palmtop*, receptor, gravador, *smartphone* incluindo seus acessórios ou outros equipamentos similares), bem como protetores auriculares;

n) perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido.

6.1.16. Os aparelhos eletrônicos deverão ser desligados e acondicionados em local indicado pelos fiscais no momento da realização prova, e assim permanecer até a saída do candidato do local de prova.

6.1.17. Os pertences pessoais dos candidatos deverão ser acomodados em local a ser indicado pelos fiscais de sala de prova, onde deverão ficar durante todo o período de permanência dos candidatos na sala de prova.

6.1.18. A Unoesc e o Município de Saudades (SC) não se responsabilizarão por perda ou extravio de documentos, objetos ou equipamentos eletrônicos ocorridos no local de realização das provas, nem por danos neles causados.

6.1.19. Distribuídos os Cadernos de Questões aos candidatos e, na hipótese de serem verificadas falhas de impressão, o Coordenador do Local de Prova, antes do início da prova ou no decorrer da mesma, diligenciará no sentido de:

a) substituir os Cadernos de Questões defeituosos;

b) proceder, em não havendo número suficiente de Cadernos para a devida substituição, a leitura dos itens onde ocorreram falhas, usando, para tanto, um Caderno de Questões completo;

c) estabelecer, prazo para compensação do tempo usado para regularização do Caderno, se a ocorrência verificar-se após o início da prova.

6.1.20. Quando, após a prova, for constatado, por meio eletrônico, estatístico, visual, grafológico ou por investigação policial, ter o candidato utilizado processos ilícitos, sua prova será anulada e o candidato será automaticamente eliminado do Concurso Público.

6.1.21. Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas em razão de afastamento do candidato da sala de prova.

6.1.22. Em hipótese nenhuma será realizada qualquer prova fora do local, data e horário determinados.



[www.saudades.sc.gov.br](http://www.saudades.sc.gov.br)

Telefone/Fax: (49) 3334-0127 / 3334-0143 • E-mail: [prefeitura@saudades.sc.gov.br](mailto:prefeitura@saudades.sc.gov.br)  
Endereço: Rua Castro Alves, 279, Centro • Saudades – Santa Catarina – CEP: 89868-000



Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE SAUDADES

6.1.23. Os cadernos de provas não serão disponibilizados aos candidatos e serão posteriormente publicados no site oficial do Município de Saudades (SC) [www.saudades.sc.gov.br](http://www.saudades.sc.gov.br)

6.1.24. Os três últimos candidatos que permanecerem na sala das provas somente poderão retirar-se do local simultaneamente, após assinarem o verso de todos os cartões resposta de sua sala, a ata e o lacre do envelope onde serão acondicionados os cartões resposta. Este processo será acompanhado por uma das pessoas que estiverem na coordenação do certame. Caso o candidato recuse-se a permanecer no local até a finalização deste processo, será automaticamente eliminado do Concurso Público.

6.1.25. Durante a realização da prova, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação da mesma e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao conteúdo da prova e/ou critérios de avaliação/classificação.

6.1.26. Durante a realização da prova, sobre a carteira do candidato deverá permanecer apenas seu caderno de prova, canetas esferográficas de tinta azul ou preta fabricada em material transparente, cartão respostas, documento de identificação e água acondicionada em embalagem transparente sem rótulo ou etiqueta.

6.1.27. Ao candidato aconselha-se que no dia da realização da prova, leve consigo o comprovante de pagamento e de inscrição para possíveis conferências. Porém, é indispensável a apresentação de documento de identificação com foto.

## 6.2. DA PROVA PRÁTICA

6.2.1. Serão convocados os 15 (quinze) primeiros candidatos aprovados do cargo de Motorista e os 15 (quinze) primeiros candidatos aprovados do cargo de Operador de Máquinas, considerando a nota total obtida na Prova Teórico-objetiva, de acordo com a ordem de classificação decrescente.

6.2.2. Para convocação, serão aplicados os critérios de desempate conforme estabelecido no item 9.

6.2.3. Somente poderá realizar a prova o candidato que, no dia da Prova Prática, apresentar a CNH com a categoria solicitada neste Edital.

6.2.3.1. A não apresentação da CNH, ou apresentação inadequada, acarretará a eliminação do candidato no Concurso.

6.2.3.2. Não será aceita CNH violada ou fora do prazo de validade.

6.2.3.3. Não serão aceitas cópias autenticadas nem mesmo protocolo de documento ou qualquer outro documento em substituição a CNH.

6.2.4. Os critérios, o local, horário e outras informações serão publicados em Edital específico, conforme Cronograma do Item 12 deste edital.

6.2.5. É de inteira responsabilidade do candidato a identificação correta do local de realização da prova e o comparecimento no horário determinado.



[www.saudades.sc.gov.br](http://www.saudades.sc.gov.br)

Telefone/Fax: (49) 3334-0127 / 3334-0143 • E-mail: [prefeitura@saudades.sc.gov.br](mailto:prefeitura@saudades.sc.gov.br)  
Endereço: Rua Castro Alves, 279, Centro • Saudades – Santa Catarina – CEP: 89868-000



Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE SAUDADES

6.2.6. A Prova Prática consistirá em avaliar a experiência e conhecimentos técnicos do candidato e constará da demonstração prática de sua habilidade na execução de tarefas de acordo com as atribuições do cargo, sendo que no caso do cargo de Operador de Máquinas será operando um veículo Patrula e no caso do Motorista, operando um Caminhão Caçamba.

6.2.7. A Prova Prática tem caráter eliminatório e terá resultado expresso em APTO e NÃO APTO, sendo que o candidato que obtiver resultado NÃO APTO, independentemente de sua nota na prova objetiva, será desclassificado do certame.

6.2.8. O candidato somente deverá realizar a prova prática caso se achar em condições físicas e técnicas para tal. Será de sua exclusiva responsabilidade eventual dano causado a si, ao patrimônio ou a terceiros. Não sendo realizada a prova, o candidato será reprovado e excluído do Concurso Público.

6.2.9. Não caberão recursos contra a prova prática.

6.2.10. Aplicar-se-ão as mesmas regras da Prova Objetiva/Escrita, aos candidatos, no dia da aplicação das Provas Práticas.

6.2.11. As provas práticas serão aplicadas na data provável de 25/08/2018, em local e horário a serem definidos em edital específico, que será publicado pelo menos até a data de 16/08/2018.

6.2.12. A Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo reserva-se o direito de, por razões de ordem técnica ou condições meteorológicas alterar a data e o local das provas práticas.

6.2.13. Ocorrendo qualquer alteração, os candidatos poderão ser avisados até um dia antes da realização das provas.

## 7. DO PREENCHIMENTO DO CARTÃO-RESPOSTA

7.1. Nas Provas Escritas o candidato deverá assinalar as respostas no CARTÃO RESPOSTA, que será o único documento válido para a correção da prova.

7.2. O preenchimento do CARTÃO RESPOSTA será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas no Caderno de Questões.

7.3. Não será fornecido em nenhuma hipótese novo cartão resposta por erro do candidato.

7.4. Não serão substituídos os cartões respostas por erro do candidato.

7.5. O candidato deverá assinar seu cartão-resposta no local indicado. Não serão corrigidos os cartões-respostas que não estiverem assinados.



[www.saudades.sc.gov.br](http://www.saudades.sc.gov.br)

Telefone/Fax: (49) 3334-0127 / 3334-0143 • E-mail: [prefeitura@saudades.sc.gov.br](mailto:prefeitura@saudades.sc.gov.br)  
Endereço: Rua Castro Alves, 279, Centro • Saudades – Santa Catarina – CEP: 89868-000



Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE SAUDADES

7.6. Os prejuízos advindos de marcações feitas incorretamente no cartão-resposta serão de inteira responsabilidade do candidato.

7.7. Será atribuída nota 0 (zero) à questão da prova objetiva:

- a) Cuja(s) resposta(s) no cartão resposta não corresponda(m) ao Gabarito Oficial do Concurso Público;
- b) Quando a(s) resposta(s) no cartão resposta contenha(m) emenda(s) e/ou rasura(s), ainda que legível(is);
- c) Que contenha(m) mais de uma opção de resposta assinalada ao cartão resposta;
- d) Que não estiver(em) assinalada(s) no cartão resposta;
- e) Cuja(s) resposta(s) for(em) preenchida(s) fora das especificações do cartão-resposta, ou seja, preenchida(s) com caneta não esferográfica ou com caneta esferográfica de cor diferente de preta ou azul, ou com lápis, ou ainda, com marcação diferente da indicada.

7.8. Em nenhuma hipótese, será considerado para correção e respectiva pontuação o caderno de questões.

7.9. Será permitido aos candidatos copiar suas respostas do cartão resposta, em formulário próprio, a ser indicado pelo fiscal de sala.

7.10. O Gabarito Preliminar da prova escrita será divulgado até a data de **02/07/2018**, no Mural Público Municipal e site oficial do Município de Saudades (SC) [www.saudades.sc.gov.br](http://www.saudades.sc.gov.br). Nesta mesma data, também serão publicadas no site oficial do Município de Saudades, as provas objetivas.

## 8. DOS RECURSOS

8.1. É assegurado aos candidatos a interposição de recursos nos seguintes casos:

- a) Quanto ao indeferimento das inscrições ou das condições especiais para realização de provas, na homologação preliminar;
- b) Quanto às questões da prova objetiva e gabarito preliminar;
- c) Quanto à Classificação Preliminar do Concurso Público.

8.2. A interposição dos recursos acima delineados deverá ocorrer mediante preenchimento do Formulário de Recurso *on line*, disponível na área do candidato, no site da Prefeitura Municipal de Saudades (SC), devendo:

- a) Obedecer aos prazos editais, previstos no Item 12 deste Edital.
- b) Ser obrigatoriamente individual, fazendo-se constar nome completo do candidato, número da inscrição ou de ordem e cargo para o qual se inscreveu;
- c) Os recursos contra questões da prova escrita deverão ser apresentados, com fundamentação clara e ampla, comprovando-se as alegações mediante citação das fontes de pesquisa, páginas de livros, nome dos autores, bibliografia específica, entre outros, juntando cópia dos comprovantes.
- d) **O candidato deverá interpor um recurso por questão que julgar improcedente.**



[www.saudades.sc.gov.br](http://www.saudades.sc.gov.br)

Telefone/Fax: (49) 3334-0127 / 3334-0143 • E-mail: [prefeitura@saudades.sc.gov.br](mailto:prefeitura@saudades.sc.gov.br)  
Endereço: Rua Castro Alves, 279, Centro • Saudades – Santa Catarina – CEP: 89868-000



Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE SAUDADES

e) Os prazos de recurso devem ser observados pelo candidato, sendo de sua exclusiva responsabilidade interpor o recurso cabível para cada fase do certame. A não interposição de recursos nos prazos previstos pelo edital e nas fases previstas para o certame ensejarão ao candidato consequências, sendo passível, inclusive, a eliminação do certame.

8.2.1. Os recursos que forem interpostos sem fundamentação, ou ainda que apenas versem sobre suposições, sem que haja provas para tal, não serão apreciados. Ainda, os recursos deverão ser interpostos em defesa pessoal, recursos que versarem sobre situações de outros candidatos, não serão analisados.

8.3. Caso da análise dos recursos interpostos decorra a anulação de questões da prova escrita objetiva, estas serão consideradas como corretas para todos os candidatos que realizaram a prova.

8.3.1. Se da análise dos recursos resultar alteração de gabarito, as provas de todos os candidatos serão corrigidas conforme essa alteração e seu resultado final divulgado de acordo com o novo gabarito.

8.4. Será indeferido liminarmente o recurso que não estiver fundamentado ou for interposto fora do prazo, bem como aqueles que contenham erro formal e/ou material em sua elaboração ou procedimentos que sejam contrários ao disposto neste Edital.

8.5. Não serão aceitos recursos encaminhados por meio que não seja o previsto neste Edital, bem como sobreposições de recursos apresentadas pelo mesmo candidato com finalidade de acrescentar ou modificar a redação, argumentação ou comprovação ao requerimento anterior, independente de vigência de prazo.

8.6. As respostas aos recursos serão encaminhadas, via sistema de inscrições para os candidatos que os interpuseram.

## 9. DA CLASSIFICAÇÃO

9.1. A atribuição da nota da prova escrita objetiva será computada conforme fórmula abaixo:

$$NPO = (NALP \times 0,25) + (NAM \times 0,25) + (NACG \times 0,25) + (NACE \times 0,25)$$

NPO= Nota Prova Objetiva

NALP= Número de acertos Língua Portuguesa

NAM= Número de acertos Matemática

NACG= Número de acertos Conhecimentos Gerais

NACE= Número de acertos Conhecimentos Específicos

9.1.1. Os candidatos que não obtiverem nota igual ou superior a 4 (quatro) pontos na prova objetiva, serão desclassificados do Concurso Público. Os candidatos que zerarem a prova específica, serão automaticamente eliminados do certame.

9.2. A pontuação máxima por candidato não será superior a 10 (dez) pontos.

9.2.2. A atribuição da nota final será dada de acordo com a fórmula abaixo:

$$NF = (NPO \times 10) / 10$$

NF= Nota final



[www.saudades.sc.gov.br](http://www.saudades.sc.gov.br)

Telefone/Fax: (49) 3334-0127 / 3334-0143 • E-mail: [prefeitura@saudades.sc.gov.br](mailto:prefeitura@saudades.sc.gov.br)  
Endereço: Rua Castro Alves, 279, Centro • Saudades – Santa Catarina – CEP: 89868-000



Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE SAUDADES

10= Peso prova escrita/objetiva

9.2.3. Os candidatos dos cargos que tiverem prova prática, considerando o caráter eliminatório da mesma, não terão sua nota final alterada.

9.3. Ocorrendo empate na nota final, o desempate beneficiará, sucessivamente, o candidato que:

- a) Possuir maior idade dentre os candidatos com mais de 60 (sessenta) anos, completados até o último dia do prazo de inscrição, nos termos do Art. 27 da Lei nº 10.741/2003, considerando-se o ano, o mês e o dia do nascimento;
- b) Possuir maior número de pontos na prova de Conhecimentos Específicos;
- c) Possuir maior número de pontos na prova de Língua Portuguesa;
- d) O candidato de maior idade;
- e) Sorteio.

9.4. A classificação final dos candidatos obedecerá a ordem decrescente de notas obtidas.

## 10. DA INVESTIDURA E NOMEAÇÃO

10.1. A contratação é de competência da Prefeitura Municipal, segundo interesse e conveniência da Administração Municipal.

10.2. O provimento das vagas obedecerá rigorosamente a ordem de classificação dos candidatos e a contratação de dará sob o regime estatutário, vinculado ao Regime Geral da Previdência Social, nos termos da legislação vigente.

10.3. Para ser investido no cargo o candidato deverá atender às seguintes exigências:

- a) ter sido aprovado no Concurso Público, na forma estabelecida neste Edital;
- b) ter nacionalidade brasileira ou portuguesa e, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do § 1º, artigo 12, da Constituição Federal;
- c) encontrar-se no pleno gozo de seus direitos civis e políticos;
- d) estar quite com as obrigações militares e eleitorais;
- e) conhecer e estar de acordo com as exigências do presente edital;
- f) ter a idade mínima de 18 (dezoito) anos até a data da admissão;
- g) não ter sido demitido por ato de improbidade ou exonerado “a bem do serviço público”, mediante decisão transitado em julgado em qualquer esfera governamental;
- h) não estar aposentado em decorrência de cargo, função ou emprego público de acordo com o previsto no inciso XVI, XVII e parágrafo 10 do art. 37 da Constituição Federal, alterado pelas Emendas Constitucionais nº 19 e 20 bem como receba benefício proveniente de regime próprio da previdência social ou do regime geral de previdência social relativo a emprego público;
- i) não estar em exercício de cargo público, de acordo com previsto no inciso XVI e XVII do art. 37 da Constituição Federal, alterado pelas Emendas Constitucionais nº 19 e 20.
- j) comprovar os requisitos (escolaridade, formação, habilitação, etc.), exigidos para o exercício do cargo na data da posse.



[www.saudades.sc.gov.br](http://www.saudades.sc.gov.br)

Telefone/Fax: (49) 3334-0127 / 3334-0143 • E-mail: [prefeitura@saudades.sc.gov.br](mailto:prefeitura@saudades.sc.gov.br)  
Endereço: Rua Castro Alves, 279, Centro • Saudades – Santa Catarina – CEP: 89868-000





Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE SAUDADES

k) ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo, comprovada através dos exames médicos.

l) apresentar, quando se tratar de profissão regulamentada, no ato da posse, o competente registro de inscrição no respectivo órgão fiscalizador, bem como a certidão de quitação de suas obrigações perante o referido órgão.

10.4. A não apresentação dos documentos no prazo estabelecido no estatuto do servidor, bem como quaisquer dos requisitos de que trata o presente Edital e/ou a prática de ato de falsidade ideológica em prova documental, resultará na exclusão do candidato do Concurso Público.

10.4.1. A inexatidão das informações ou irregularidades nos documentos, ainda que verificados posteriormente à nomeação, ocasionarão a exoneração do candidato.

10.5. O candidato obriga-se a manter atualizado seu endereço junto ao Departamento de Pessoal da Prefeitura de Saudades (SC).

## 11. DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA

11.1. Fica delegada competência à FUNOESC - Fundação Universidade do Oeste de Santa Catarina - Campus de São Miguel do Oeste/SC, para:

- a) Preparar resultado da homologação das inscrições;
- b) Elaborar, aplicar, julgar, corrigir e avaliar a prova objetiva;
- c) Apreciar os recursos previstos no Item 8 deste Edital;
- d) Apresentar o relatório final, com a classificação dos candidatos;
- e) Prestar, juntamente com o Município de Saudades (SC), informações sobre o Concurso Público.

## 12. CRONOGRAMA

12.1. O Concurso Público seguirá as datas e prazos estipulados de acordo com o cronograma a seguir:

| Atividades   | Período            |
|--|--------------------|
| Publicação do Edital   | 30/04/2018         |
| Prazo para impugnação do Edital  | 02 e 03/05/2018    |
| Período de inscrições  | 30/04 a 28/05/2018 |
| Último dia para pagamento do boleto bancário   | 29/05/2018         |
| Período de inscrições para candidatos doadores de sangue (Isenção de pagamento da taxa de inscrição) e entrega de documentos conforme item 5.2 e 5.2.1 do Edital.  | 30/04 a 10/05/2018 |
| Homologação das isenções da taxa de inscrição  | 17/05/2018         |
| Prazo final para protocolo do requerimento e do laudo médico dos candidatos que optarem por vagas para pessoas portadoras de necessidades especiais e para solicitar condição especial para realização da prova, | 28/05/2018         |



www.saudades.sc.gov.br

Telefone/Fax: (49) 3334-0127 / 3334-0143 • E-mail: prefeitura@saudades.sc.gov.br  
Endereço: Rua Castro Alves, 279, Centro • Saudades – Santa Catarina – CEP: 89868-000



Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE SAUDADES

|  |                 |
|--|-----------------|
| inclusive mãe nutriz.  |                 |
| Homologação preliminar das inscrições e do deferimento de condições especiais para os candidatos portadores de necessidades especiais  | 08/06/2018      |
| Período para interposição de recursos contra a homologação preliminar e quanto ao indeferimento de condições especiais para os candidatos portadores de necessidades especiais | 11 e 12/06/2018 |
| Homologação final das inscrições   | 18/06/2018      |
| Divulgação do local das provas e do ensalamento dos candidatos   | 26/06/2018      |
| Aplicação das provas escritas  | 01/07/2018      |
| Divulgação do gabarito preliminar e das provas escritas  | 02/07/2018      |
| Prazo para interposição de recurso contra o gabarito preliminar e questões das provas escritas   | 03 e 04/07/2018 |
| Divulgação do gabarito final das provas escritas   | 18/07/2018      |
| Divulgação da classificação preliminar   | 07/08/2018      |
| Prazo para interposição de recurso contra classificação preliminar   | 08 e 09/08/2018 |
| Publicação do edital de aplicação das provas práticas  | Até 16/08/2018  |
| Aplicação das provas práticas para os cargos de Motorista e Operador de Máquinas   | 25/08/2018      |
| Divulgação da classificação final  | 04/09/2018      |
| Homologação do Concurso Público  | 11/09/2018      |

### 13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. As publicações sobre Concurso Público serão feitas por Edital e veiculadas na imprensa.

13.2. Aquele que sentir-se prejudicado por qualquer das disposições feitas neste Edital poderá pedir a sua impugnação mediante órgão competente, no prazo estabelecido no Item 12.

13.3. O Foro para dirimir qualquer questão relacionada com o presente Concurso Público é o da Comarca de Pinhalzinho (SC).

13.4. Os casos não previstos no presente Edital, no que tange ao Concurso Público em questão, serão resolvidos, conjuntamente, pela FUNOESC - Fundação Universidade do Oeste de Santa Catarina de São Miguel do Oeste/SC, pela Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Concurso Público e pelo Município de Saudades (SC).

13.5. Fazem parte deste Edital:

- a) Anexo I – Atribuições dos cargos;
- b) Anexo II – Conteúdo Programático;
- c) Anexo III – Formulário de Requerimento de Vaga para Candidatos Portadores de Necessidades Especiais;



www.saudades.sc.gov.br

Telefone/Fax: (49) 3334-0127 / 3334-0143 • E-mail: prefeitura@saudades.sc.gov.br  
Endereço: Rua Castro Alves, 279, Centro • Saudades – Santa Catarina – CEP: 89868-000



Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE SAUDADES

- d) Anexo IV – Requerimento de Isenção da Taxa de Inscrição.
- e) Anexo VI - Microáreas Agente Comunitário de Saúde.

13.6. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Saudades (SC), em 30 de abril de 2017.

**DANIEL KOTHE**  
Prefeito Municipal



[www.saudades.sc.gov.br](http://www.saudades.sc.gov.br)

Telefone/Fax: (49) 3334-0127 / 3334-0143 • E-mail: [prefeitura@saudades.sc.gov.br](mailto:prefeitura@saudades.sc.gov.br)  
Endereço: Rua Castro Alves, 279, Centro • Saudades – Santa Catarina – CEP: 89868-000



Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE SAUDADES

## ANEXO I

### ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

| NÍVEL ALFABETIZADO E FUNDAMENTAL |   |
|----------------------------------|---|
| CARGO                            | ATRIBUIÇÕES   |
| Servente                         | Executar os serviços de limpeza interna e externa dos móveis e imóveis utilizando por órgãos municipais; Executar os serviços de limpeza e coleta de lixo de vias e logradouros públicos; Executar os serviços de jardinagem, arborização, poda, coleta de sementes e produção de mudas ornamentais e nativas; Executar os serviços de pintura em meio fio; Executar serviços de limpeza, lubrificação e polimento de veículos e máquinas da frota do município; Efetuar os serviços braçais de carga e descarga de mercadorias e abertura da valas; Executar serviços braças em geral; Executar os serviços de copa e cozinha; Encarregar-se da abertura e fechamento das dependências do órgão; Requisitar material necessário ao serviço e Executar outras tarefas afins, de acordo com as necessidades peculiares do órgão.   |
| Merendeira                       | Preparar e servir os alimentos da merenda escolar; Seguir as instruções contidas nos cardápios e observar detalhes no preparo dos alimentos evitando contaminação; Receber e armazenar produtos observando a organização e limpeza do ambiente antes de estoca-los, bem como com o prazo de validade e de embalagens danificadas, de modo a utilizar primeiro os produtos com validade curta; Zelar pela qualidade dos produtos em todos os níveis, da distribuição e recebimento ao consumo, observando sempre as boas práticas higiênicas e sanitárias; Zelar pela organização, limpeza e conservação do ambiente da cozinha, depósito e armazenamento dos alimentos; Zelar pelos equipamentos e utensílios domésticos utilizados para guarda, preparo e distribuição dos alimentos; Providenciar e requisitar junto a Administração escolar utensílios necessários e em quantidade suficiente para a distribuição de merenda escolar; Comunicar o CAE quando houver problemas com alimentos para que possam ser tomadas providências devidas; Colaborar com o profissional nutricionista e o CAE na elaboração dos cardápios, bem como proceder à verificação da aceitabilidade do cardápio pelos alunos; Distribuir a merenda, buscando interagir com as crianças esclarecendo-as sobre os alimentos servidos e os bons hábitos alimentares e fazer controle dos alimentos recebidos e consumidos de modo a garantir um Programa de Alimentação Escolar de qualidade. |
| Auxiliar de Serviços Gerais      | Zelar pela manutenção das instalações, mobiliários e equipamentos do órgão; Executar trabalhos braçais; Executar serviços de limpeza nas dependências internas e externas do órgão, jardins, garagens e seus veículos; Executar os serviços auxiliares de limpeza, revisão e  |



www.saudades.sc.gov.br

Telefone/Fax: (49) 3334-0127 / 3334-0143 • E-mail: prefeitura@saudades.sc.gov.br

Endereço: Rua Castro Alves, 279, Centro • Saudades – Santa Catarina – CEP: 89868-000



Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE SAUDADES

|                             |   |
|-----------------------------|---|
|                             | acondicionamento das peças e lubrificação das máquinas; mantes em condições de funcionamento os equipamentos de proteção contra incêndios ou quaisquer outras relativas à segurança dos órgãos; Executar serviços de copa, cozinha, com atendimento aos servidores e alunos; Receber, protocolar e entregar correspondência interna e externa; Requisitar material necessário aos serviços; Processar cópia de documentos; Receber, orientar e encaminhar o público, informando sobre localização de pessoas ou dependência de órgão; Receber e transmitir mensagens; Encarregar-se da abertura e fechamento das dependências do órgão; Encarregar-se da limpeza e polimento de veículos e máquinas; Relatar anormalidades verificadas; Manter vigilância em geral; Controlar a entrada e saída de pessoas e veículos no recinto de trabalho, exigindo, quando for o caso, identificação ou autorização para o ingresso; Requisitar reforço policial, quando necessário, dando ciência do fato ao chefe imediato; Verificar, após o expediente normal do órgão, o fechamento de janelas e portas; Executar os serviços de irrigação, adubação e conservação do solo apropriado para a produção de mudas; Controlar a produção e distribuição de mudas do viveiro municipal e coletar e selecionar sementes e mudas de plantas nativas; Efetuar a seleção e distribuição, mediante autorização superior, das mudas produzidas pelo viveiro municipal; Zelar pelas instalações do viveiro de mudas do município; Requisitar material necessário aos serviços; Manter em condições de funcionamento os equipamentos de proteção contra incêndios ou quaisquer outras relativas à segurança do órgão; Exercer funções técnicas, supervisionadas por profissionais de nível superior e executar outras tarefas afins, de acordo com as necessidades peculiares do órgão. |
| Motorista                   | Para todos os veículos automotores em que são exigidas as habilitações, pelo menos, de categoria "D" ou superior, para obtenção de CNH.   |
| Operador de Máquinas        | Providenciar a lavagem, o abastecimento e a lubrificação da máquina; Efetuar pequenos reparos na máquina sob sua responsabilidade; Dirigir máquinas como: trator de pneus, rolo compactador, perfuratriz, patrulas, tratores pés, carregadeiras e similares; Comunicar ao chefe imediato a ocorrência de irregularidades ou avarias com a máquina sob sua responsabilidade; Proceder ao controle contínuo de consumo de combustível, lubrificação e manutenção em geral; Proceder o mapeamento dos serviços executados; Manter atualizada a sua carteira nacional de habilitação e a documentação da máquina; Efetuar os serviços determinados, registrando as ocorrências e executar outras tarefas afins.   |
| Agente Comunitário de Saúde | Desenvolver ações que busquem a integração entre a equipe de saúde e a população adstrita à UBS, considerando as características e as finalidades do trabalho de acompanhamento de indivíduos e grupos sociais ou coletividade; Trabalhar com adscrição (registro, inscrição e transcrição) de famílias em base geográfica definida, a micro-área; Estar em contato   |



www.saudades.sc.gov.br

Telefone/Fax: (49) 3334-0127 / 3334-0143 • E-mail: prefeitura@saudades.sc.gov.br  
Endereço: Rua Castro Alves, 279, Centro • Saudades – Santa Catarina – CEP: 89868-000



Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE SAUDADES

|  |  |
|--|--|
|  | permanente com as famílias desenvolvendo ações educativas, visando à promoção da saúde e a prevenção das doenças, de acordo com o planejamento da equipe; Cadastrar todas as pessoas de sua micro-área e manter os cadastros atualizados; Orientar famílias quanto à utilização dos serviços de saúde disponíveis; Desenvolver atividades de promoção da saúde, de prevenção das doenças e de agravos, e de vigilância à saúde, por meio de visitas domiciliares e de ações educativas individuais e coletivas nos domicílios e na comunidade, mantendo a equipe informada, principalmente a respeito daquelas em situação de risco; Acompanhar, por meio de visita domiciliar, todas as famílias e indivíduos sob sua responsabilidade, de acordo com as necessidades definidas pela equipe; Cumprir com as atribuições atualmente definidas para os Agentes Comunitários de Saúde em relação à prevenção e ao controle da malária e da dengue, conforme a Portaria nº44/GM, de 03 de janeiro de 2002 e desincumbir-se de outras atribuições que lhe forem delegadas pelo Secretário Municipal de Saúde ou outra autoridade competente; |
|--|--|

| NÍVEL MÉDIO              |  |
|--------------------------|--|
| CARGO                    | ATRIBUIÇÕES  |
| Técnico em Informática   | Realizar programas específicos de computação; Auxiliar na implantação de programas de informática para a administração e realizar as demais tarefas atinentes à função.  |
| Auxiliar Administrativo  | Assessorar o responsável pelo Departamento de Administração; Acompanhar a atividade administrativa; Coordenar e protocolar correspondências recebidas e expedidas; Realizar outras tarefas afins (selecionar, organizar e manter atualizados, arquivos, cadastros e fichas funcionais); Prestar auxílio a toda atividade técnica, desenvolvida na sua área de atuação; Organizar e controlar os serviços de recepção, encaminhamento de documentos e correspondência em geral; Controlar e arquivar publicações oficiais; Orientar e elaborar e classificação, codificação, catalogação e tramitação de papéis e documentos sob sua responsabilidade; proceder controle de provimento e vacância de cargos; estudar e propor à base de vivência adquirida no desempenho das atribuições, medidas destinadas a simplificar o trabalho e a redução do custo das operações; Atender usuários da biblioteca; Executar serviços de expedição de documentos como: identificação, serviço militar, carteira de trabalho, Incra, Inss; Expedir relatórios das atividades desenvolvidas no setor; Receber e transmitir ao superior, mensagens recebidas e executar outras tarefas correlatas às descrições acima. |
| Técnico em Contabilidade | Promover a execução orçamentaria dos órgãos da estrutura administrativa e dos registros contábeis da receita e da despesa; Acompanhar e controlar os resultados da gestão orçamentária, financeira e patrimonial do órgão; Participar da elaboração de propostas orçamentárias; Classificar a receita; Emitir empenhos de pessoas, ordens bancárias e cheques; Relacionar notas  |



www.saudades.sc.gov.br

Telefone/Fax: (49) 3334-0127 / 3334-0143 • E-mail: prefeitura@saudades.sc.gov.br  
Endereço: Rua Castro Alves, 279, Centro • Saudades – Santa Catarina – CEP: 89868-000





Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE SAUDADES

|                        |  |
|------------------------|--|
|                        | de empenho, sub empenhos e estorno emitidos no mês, com as somatórias para fechar com as despesas orçamentárias; Efetuar balanço e balancete; Elaborar termo de conferência de caixa e demonstração de saldo; Registrar todos os bens e valores existentes nos órgãos públicos; Controlar os serviços orçamentários e bancários, inclusive a alteração orçamentária; Providenciar a guarda de toda a documentação para posterior análise dos órgãos competentes; Elaborar registros da execução orçamentária; Elaborar mapas e demonstrativos com elementos retirados do razão, de toda a movimentação financeira e contábil do órgão; Manter atualizadas as fichas de despesas e arquivo de registros contábeis; Conferir boletins de caixa; Elaborar guias de recolhimento, ordens de pagamento e rescisão de contrato de trabalho; Controlar a execução orçamentária; Relacionar os restos a pagar; Reparar recursos financeiros; Relacionar e classificar a despesa e os empenhos por itens orçamentários; Elaborar demonstrativo da despesa de pessoal e dos recursos recebidos a qualquer título; Analisar os balanços e balancetes das despesas, objetivando o fornecimento de índices contábeis, para orientação; Coordenar e controlar as prestações de contas de responsáveis por valores de dinheiro; Fiscalizar, controlar e codificar as entradas e saídas de materiais permanentes do almoxarifado, bem como os bens adquiridos ou baixados para doação, permuta ou transferência; Inventariar anualmente o material e os bens pertencentes ao órgão; Expedir, termos de responsabilidade referente os bens móveis e imóveis de caráter permanente; Organizar e manter atualizado o cadastro de bens móveis e imóveis do órgão; Controlar os valores arrecadados, bem como conferir, diariamente extratos contábeis; Zelar pelo compromisso financeiro no âmbito da administração Municipal; Controlar os recursos extra – orçamentários provenientes de convênios; Desempenhar outras tarefas semelhantes e assinar balanços e balancetes, na ausência do contador. |
| Auxiliar de Enfermagem | Executar procedimentos de enfermagem de acordo com as normas técnicas da instituição; Participar na orientar à saúde do indivíduo e grupos da comunidade; participar de ações de saúde desenvolvidas pela comunidade; Fazer notificação de doenças transmissíveis; Participar das atividades de vigilância epidemiológica; Fazer coleta de material para exame de laboratório e complementares, quando solicitado; Manter atualizada a sua carteira nacional de habilitação e a documentação da máquina; Efetuar os serviços determinados, registrado as ocorrências e Executar outras tarefas afins.  |
| Telefonista            | Operar centrais telefônicas, troncos e ramais; Orientar e emitir pareceres sobre os serviços referentes a centrais telefônicos; Atender as chamadas internas e externas, localizando as pessoas quando solicitadas; Auxiliar nas ligações de telefone automático; Prestar informações gerais relacionadas com o órgão; Manter registro de ligação a longa distância; Receber e transmitir mensagens pelo telefone; Comunicar o chefe   |



www.saudades.sc.gov.br

Telefone/Fax: (49) 3334-0127 / 3334-0143 • E-mail: prefeitura@saudades.sc.gov.br  
Endereço: Rua Castro Alves, 279, Centro • Saudades – Santa Catarina – CEP: 89868-000



Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE SAUDADES

|                            |   |
|----------------------------|---|
|                            | <p>imediatos os defeitos verificados nos ramais e mesa; Fornecer dados para elaboração de expediente à empresa concessionária dos serviços telefônicos, a respeito de mudança, instalação, retirada, defeito, etc; Propor normas de serviços e remodelação de equipamento e executar tarefas semelhantes.</p>   |
| Fiscal de Tributos e Obras | <p>Fiscalizar o cumprimento do Código Tributário Municipal, Código de Postura, Código de Edificações e Zoneamento e demais disposições legais e regulamentares pertinentes; Verificar a exatidão dos lançamentos efetuados pelos contribuintes nos livros fiscais e contábeis à vista dos documentos correspondentes; Efetuar diligências para verificação de notas fiscais de prestação de serviços, apuração de denúncias, concessão de inscrição municipal e informações em processo fiscal; Notificar e aplicar penalidades previstas em lei e regulamentos municipais; Localizar evasões ou clandestinidade de receitas municipais; Atender consultas de caráter tributário, fiscal de posturas, edificações e zoneamento; Cooperar na atualização e aperfeiçoamento da legislação tributária e de planejamento urbano; Executar inspeção em livros, documentos, registros e imóveis, para constatar a satisfação plena do Crédito Tributário Municipal; Fiscalizar o transporte coletivo municipal, os táxis e lotações, os serviços funerários e outros serviços municipais permitidos, autorizados ou concedidos pelo Município e desincumbir-se de outras atribuições ou tarefas semelhantes.</p>  |
| Agente Educativo           | <p>Acompanhar as atividades pedagógicas desenvolvidas pelo professor junto com as crianças; Participar da construção do PPP Da unidade, juntamente com os demais servidores, para planejar e executar ações pedagógicas que estejam de acordo com o mesmo; Respeitar as especificações de cada criança, idade, grupo social, história da criança, desenvolvendo as ações de cuidar/educar; Participar e colaborar das reuniões, eventos, promoções desenvolvidas pela unidade escolar em que atua; Conhecer a legislação que rege a Educação Infantil e a vida funcional do servidor fazendo valer direitos e deveres; Executar todas as pertinentes ao cuidar/educar como algo indissociável; Colaborar com o professor na avaliação descritiva das crianças dando sugestões; Auxiliar no trabalho do professor em todos os aspectos; Receber as crianças quando estas chegarem; Receber e transmitir os recados dos pais ao professor da turma; Cumprir com as regras estabelecidas pelo centro de educação no qual se encontra lotada; Desenvolver seu trabalho dentro dos princípios éticos e morais, com comprometimento, responsabilidade, assiduidade, iniciativa, produtividade e respeito; Participar de cursos de formação continuada, congressos e palestras oferecidas, mantendo-se atualizado; Ter ética nas relações de trabalho, bem como, nas relações interpessoais; Manter o local de trabalho organizado; Estudar e propor à base de vivência adquirida no desempenho das atribuições, medidas destinadas a simplificar o trabalho e a redução do custo das operações.</p> |



[www.saudades.sc.gov.br](http://www.saudades.sc.gov.br)

Telefone/Fax: (49) 3334-0127 / 3334-0143 • E-mail: [prefeitura@saudades.sc.gov.br](mailto:prefeitura@saudades.sc.gov.br)  
Endereço: Rua Castro Alves, 279, Centro • Saudades – Santa Catarina – CEP: 89868-000



Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE SAUDADES

|                        |  |
|------------------------|--|
| Assistente de Educação | Selecionar, organizar e manter atualizados, arquivos, cadastros e fichas funcionais; Prestar auxílio a toda atividade técnica desenvolvida na sua área de atuação; Organizar e controlar os serviços de recepção, encaminhamento de documentação e correspondência em geral; Controlar e arquivar publicações oficiais; orientar e elaborar a classificação, codificação, catalogação e tramitação de papeis e documentos sob sua responsabilidade; Proceder ao controle de provimento e vacância de cargos; Atender aos usuários da biblioteca, da sala de informática e do centro de memórias; Expedir relatórios e documentos da Unidade Escolar; Receber e transmitir aos superiores, mensagens; Participar da construção do PPP Da unidade, juntamente com os demais servidores, para planejar e executar ações pedagógicas; Participar e colaborar das reuniões, eventos, promoções desenvolvidas pela unidade escolar em que atua; Zelar pela conservação do patrimônio público; Desenvolver seu trabalho dentro dos princípios éticos e morais, com comprometimento, responsabilidade, assiduidade, iniciativa, produtividade e respeito; Participar de cursos de formação continuada, congressos e palestras oferecidas, mantendo-se atualizado; Ter ética nas relações de trabalho, bem como, nas relações interpessoais; Estudar e propor à base de vivência adquirida no desempenho das atribuições, medidas destinadas a simplificar o trabalho e a redução do custo das operações. |
|------------------------|--|

| NÍVEL SUPERIOR             |   |
|----------------------------|---|
| CARGO                      | ATRIBUIÇÕES   |
| Auditor Fiscal de Tributos | I - O exercício da ação fiscal relativa aos tributos municipais, compreendendo fundamentalmente: Dar cumprimento à legislação tributária pertinente; Lavrar termos, intimações, notificações, autos de infração e apreensão, na conformidade da legislação competente; Constituir o crédito tributário mediante o respectivo lançamento, inclusive o decorrente de tributo informado e não pago; Exercer a fiscalização preventiva através de orientações aos contribuintes com vistas ao exato cumprimento de legislação tributária; Exercer a fiscalização repressiva, com imposição das multas cabíveis, nos termos da lei; Responder verbalmente as consultas formuladas por contribuintes; Executar a auditoria fiscal em relação a contribuintes e demais pessoas naturais ou jurídicas envolvidas na relação jurídico-tributária; Proceder à verificação do interior dos estabelecimentos de contribuintes e demais pessoas vinculadas à situação que constitua fato gerador de tributos; Proceder à apreensão, mediante lavratura de termo, de bens, objetos, livros, documentos e papéis, necessários ao exame fiscal; Determinar a abertura de móveis, lacrá-los ou removê-los em caso de negativa, até que mediante colaboração policial ou por via judicial seja comprida a ordem; Proceder ao arbitramento do montante das operações realizadas pelo sujeito passivo da obrigação tributária, nos casos e na forma previstas na legislação |



www.saudades.sc.gov.br

Telefone/Fax: (49) 3334-0127 / 3334-0143 • E-mail: prefeitura@saudades.sc.gov.br  
Endereço: Rua Castro Alves, 279, Centro • Saudades – Santa Catarina – CEP: 89868-000



Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE SAUDADES

pertinente; Gerar os cadastros de contribuintes, procedendo a inclusões, exclusões, alterações, e respectivo processamento de acordo com a legislação pertinente; Proceder ao arbitramento e fixação de parâmetros de valor para fianças exigidas nas hipóteses e na forma estabelecidas na legislação tributária; Proceder à intimação de contribuintes e outras naturais ou jurídicas, de direito privado ou público, a fim de prestarem informações e esclarecimentos devidos ao fisco por força de lei; Proceder à intimação de contribuintes ou terceiros, para ciência de atos administrativos de natureza tributária; Proceder ao registro de ocorrência no relacionamento fisco-contribuinte, através da lavratura de termo ou peça fiscal competente, nos casos e na forma prescritos na legislação tributária; Solicitar auxílio ou colaboração das autoridades, como medida de segurança para garantia do exercício de suas funções, inclusive para efeitos de busca e apreensão domiciliar de elementos de prova, em casos de fundada suspeita de crime de sonegação fiscal; Proceder à lavratura de auto de desacato à autoridade fiscal, encaminhando-o à autoridade competente para fins de direito; Requisitar o auxílio de força pública, como medida de segurança, quando vítima de embaraço ou desacato no exercício de suas atividades ou funções, ou quando necessário à efetivação de medida prevista na legislação tributária, ainda que não se configure fato definido em lei como crime ou contravenção; Providenciar, diretamente ou através da Diretoria Tributária, para que seja ordenada, por intermédio da representação judicial, a exibição de livros e documentos em caso de recusa de sua apresentação; Encaminhar ao Ministério Público, por intermédio da Diretoria tributária, elementos comprobatórios para denunciar por crime de sonegação fiscal; Exercer, inclusive em substituição, cargos ou funções de direção, chefia ou coordenação na Diretoria Tributária e em suas unidades operacionais; II – O exercício privativo das seguintes funções e atividades de administração tributária: Executar o planejamento, programação, supervisão, coordenação, orientação e controle das atividades de administração tributária dos tributos municipais; Expedir instruções normativas e elaborar normas jurídicas relativas à matéria tributária e propor a edição de leis e regulamentos pertinentes; Prestar assessoramento na formulação da política econômico-tributária, inclusive quanto a incentivos fiscais, na área de sua competência; Promover estudos e análises sobre tributação visando ao aperfeiçoamento e à atualização da legislação tributária; Exercer as atividades pertinentes à gerência dos sistemas de processamentos de dados, relativos à administração tributária; Atuar no procedimento administrativo-tributário de primeira instância, em qualquer fase do processo, inclusive no julgamento, e em Segunda instância na qualidade de membro de órgão julgador ou de representante da Fazenda Municipal; Prover a interpretação e aplicações oficiais da legislação tributária respectiva, na esfera administrativa; Preparar as informações a serem prestadas em processos de



[www.saudades.sc.gov.br](http://www.saudades.sc.gov.br)

Telefone/Fax: (49) 3334-0127 / 3334-0143 • E-mail: [prefeitura@saudades.sc.gov.br](mailto:prefeitura@saudades.sc.gov.br)  
Endereço: Rua Castro Alves, 279, Centro • Saudades – Santa Catarina – CEP: 89868-000



Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE SAUDADES

|                             |   |
|-----------------------------|---|
|                             | <p>mandado de segurança impetrado por contribuintes contra autoridades em exercícios na Secretaria da Fazenda, relativamente a fatos pertinentes aos tributos de sua competência; Elaborar informações em expedientes e processos administrativos que lhe forem distribuídos; Proceder à intimação de contribuintes ou de terceiros, a fim de tomarem ciência de atos administrativos de natureza tributária de seu interesse; Atuar na promoção de campanhas que visem à aceitação dos tributos, pelos meios de comunicação ou por meio da realização de exposições, reuniões e cursos específicos; Receber, analisar e encaminhar à Secretaria da Fazenda Estadual às guias para apuração do índice de participação no ICMS para o Município; Promover estudos e pesquisas, visando ao aperfeiçoamento do Sistema Tributário Nacional; Prestar apoio em matéria organizacional e operacional, objetivando a modernização administrativa tributária; Participar de comissões técnicas e assessorar o titular da Pasta Fazendária em órgãos colegiados de coordenação tributária; Exercer ou executar outras atividades ou encargos que lhe sejam determinados pela legislação tributária ou pelas autoridades competentes; III – O exercício das seguintes atividades vinculadas à administração tributária: Desempenhar funções docentes, de coordenação ou de direção em cursos de treinamento, aperfeiçoamento, especialização e outras formas de qualificação profissional de servidores em atividade de administração tributária da Secretaria da Fazenda; Desempenhar funções docentes, de coordenação ou de direção em cursos, em programas de educação e promoção tributária destinados à orientação de contribuintes ou profissionais de atividades vinculadas a tributos, promovidos pela Diretoria Tributária; Exercer, inclusive em substituição, outros cargos ou funções de direção, coordenado ou assessorando em órgãos da Secretaria da Fazenda; Exercer ou executar outras atividades ou encargos que lhe sejam determinados por lei ou pelas autoridades competentes; Planejar e controlar a arrecadação das receitas municipais; Administrar a cobrança de créditos tributários lançados, inclusive inscrição e cobrança da Dívida Ativa, na fase administrativa; Administrar o cadastro dos agentes arrecadadores e dos devedores do Município; Proceder à estimativa fiscal de bens, inclusive quando contraditória, para fins de recolhimento de impostos; Controlar, avaliar e auditar os agentes arrecadadores; Pronunciar-se em processos de inventários e arrolamento, sobre o valor dos bens imóveis e direitos a eles relativos; Executar outras tarefas correlatas ao cargo.</p> |
| Auditor do Controle Interno | <p>Supervisionar, coordenar e executar trabalhos de avaliação das metas do Plano Plurianual, bem como dos programas e orçamento do governo municipal; Examinar a legalidade e avaliar resultados quanto à eficiência e eficácia da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos da Administração Municipal, bem como da aplicação de recursos públicos e subsídios em benefício de empresas privadas; Exercer controle das operações, avais e garantias, bem como dos direitos e deveres do</p>   |



[www.saudades.sc.gov.br](http://www.saudades.sc.gov.br)

Telefone/Fax: (49) 3334-0127 / 3334-0143 • E-mail: [prefeitura@saudades.sc.gov.br](mailto:prefeitura@saudades.sc.gov.br)  
Endereço: Rua Castro Alves, 279, Centro • Saudades – Santa Catarina – CEP: 89868-000





Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE SAUDADES

Município; Avaliar a execução das metas do Plano Plurianual e dos programas do governo, visando a comprovar o alcance e adequação dos seus objetivos e diretrizes; Avaliar a execução dos orçamentos do Município tendo em vista sua conformidade com as destinações e limites previstos na legislação pertinente; Avaliar a gestão dos administradores municipais para comprovar a legalidade, legitimidade, razoabilidade e impessoalidade dos atos administrativos pertinentes aos recursos humanos e materiais; Avaliar o objeto dos programas do governo e as especificações estabelecidas, sua coerência com as condições pretendidas e a eficiência dos mecanismos de controle interno; Subsidiar, através de recomendações, o exercício do cargo do Prefeito, dos Secretários e dirigentes dos órgãos da administração indireta, objetivando o aperfeiçoamento da gestão pública; Verificar e controlar, periodicamente, os limites e condições relativas às operações de crédito, assim como os procedimentos e normas sobre restos a pagar e sobre despesas com pessoal nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal e do Regimento Interno do Sistema de Controle Interno do Município; Prestar apoio ao órgão de controle externo no exercício de suas funções constitucionais e legais; Auditar os processos de licitações dispensa ou de inexigibilidade para as contratações de obras, serviços, fornecimentos e outros; Auditar os serviços do órgão de trânsito, multa dos veículos do Município, sindicâncias administrativas, documentação dos veículos, seus equipamentos, atuação da Junta Administrativa de Recursos de Infrações – JARI; Auditar o sistema de previdência dos servidores, regime próprio ou regime geral de previdência social; Auditar a investidura nos cargos e funções públicas, a realização de concursos públicos, publicação de editais, prazos, bancas examinadoras; Auditar as despesas com pessoal, limites, reajustes, aumentos, reavaliações, concessão de vantagens, previsão na lei de diretrizes orçamentárias, plano plurianual e orçamento; Analisar contratos emergenciais de prestação de serviço, autorização legislativa e prazos; Apurar existência de servidores em desvio de função; Analisar procedimentos relativos a processos disciplinares, publicidade, portarias e demais atos; Elaborar instruções normativas e recomendações no tocante as atividades administrativas, especialmente: Controle de carga horária e frequência dos servidores; Controle de horário de atendimento de órgãos públicos; Condução e procedimento de sindicâncias e processos disciplinares; Inventário e Registro de bens públicos móveis e imóveis; Utilização de máquinas e veículos da prefeitura; Quilometragem da frota e despesas com combustível; Utilização de imóveis e repartições municipais por particulares; Ordem cronológica dos pagamentos realizados pelo Município; Recebimento de materiais e serviços; Dispensação de medicamentos; Distribuição gratuita de bens e benesses sociais, na execução de programas sociais; Autuações e diligências realizadas por fiscais de tributos; Lançamento e cobrança da dívida ativa municipal;



[www.saudades.sc.gov.br](http://www.saudades.sc.gov.br)

Telefone/Fax: (49) 3334-0127 / 3334-0143 • E-mail: [prefeitura@saudades.sc.gov.br](mailto:prefeitura@saudades.sc.gov.br)

Endereço: Rua Castro Alves, 279, Centro • Saudades – Santa Catarina – CEP: 89868-000





Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE SAUDADES

|               |   |
|---------------|---|
|               | Autuações e diligências realizadas por fiscais sanitários; Processos e autuações realizados por fiscais de obras e posturas; Outras atividades relacionadas ao exercício do Poder de Polícia administrativa; Procedimento de concessão de subvenções sociais e prestação de contas; Diárias e adiantamentos; Validade de produtos adquiridos e controle de estoque; Vistoria de veículos utilizados no transporte escolar; Viagens oficiais – comprovação de destino e finalidade; Fiscalização e recebimento de obras.   |
| Nutricionista | Orientar sobre o preparo e cocção dos gêneros alimentícios; proceder ao planejamento e elaboração de cardápios e dietas especiais; Supervisionar o preparo e distribuição das refeições; Zelar pela ordem, e manutenção de boas condições higiênicas; Supervisionar o trabalho de recebimento e armazenamento dos gêneros alimentícios; Verificar a aceitação dos cardápios; Requisitar o material necessário para o preparo das refeições e executar outras tarefas de mesma natureza e nível de dificuldade.  |
| Psicólogo     | Realizar avaliação e diagnóstico psicológicos de entrevistas, observação, testes e dinâmica de grupo, com vistas à prevenção e tratamento de problemas psíquicos. Realizar atendimento psicoterapêutico individual ou em grupo, adequado às diversas faixas etárias, em instituições de prestação de serviços de saúde, em consultórios particulares e em instituições formais e informais. Realizar atendimento familiar e/ou de casal para orientação ou acompanhamento psicoterapêutico. Realizar atendimento a crianças com problemas emocionais, psicomotores e psicopedagógico. Acompanhar psicologicamente gestantes durante a gravidez, parto e puerpério, procurando integrar suas vivências emocionais e corporais, bem como incluir o parceiro, como apoio necessário em todo este processo. Preparar o paciente para entrada, permanência e alta hospitalar, inclusive em hospitais psiquiátricos. Trabalhar em situações de agravamento físico e emocional, inclusive no período terminal, participando das decisões com relação à conduta a ser adotada pela equipe, como: internações, intervenções cirúrgicas, exames e altas hospitalares. Participar da elaboração de programas de pesquisa sobre a saúde mental da população, bem como sobre a adequação das estratégias diagnósticas e terapêuticas a realidade psicossocial da clientela. Criar, coordenar e acompanhar, individualmente ou em equipe multiprofissional, tecnologias próprias ao treinamento em saúde, particularmente em saúde mental, com o objetivo de qualificar o desempenho de várias equipes. Participar e acompanhar a elaboração de programas educativos e de treinamento em saúde mental, a nível de atenção primária, em instituições formais e informais como: creches, asilos, sindicatos, associações, instituições de menores, penitenciárias, entidades religiosas e etc. Colaborar, em equipe multiprofissional, no planejamento das políticas de saúde, em nível de macro e microsistemas. Coordenar e supervisionar as atividades de Psicologia em instituições e estabelecimentos de ensino e/ou de estágio, que incluam o tratamento psicológico em suas atividades. Realizar |



[www.saudades.sc.gov.br](http://www.saudades.sc.gov.br)

Telefone/Fax: (49) 3334-0127 / 3334-0143 • E-mail: [prefeitura@saudades.sc.gov.br](mailto:prefeitura@saudades.sc.gov.br)  
Endereço: Rua Castro Alves, 279, Centro • Saudades – Santa Catarina – CEP: 89868-000



Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE SAUDADES

|                                |  |
|--------------------------------|--|
|                                | <p>pesquisas visando a construção e a ampliação do conhecimento teórico e aplicado, no campo da saúde mental. Atuar junto à equipe multiprofissional no sentido de leva-las a identificar e compreender os fatores emocionais que intervêm na saúde geral do indivíduo, em unidades básicas, ambulatorios de especialidades, hospitais gerais, prontos-socorros e demais instituições. Atuar como facilitador no processo de integração e adaptação do indivíduo à instituição. Orientação e acompanhamento a clientela, familiares, técnicos e demais agentes que participam, diretamente ou indiretamente dos atendimentos. Participar dos planejamentos e realiza atividades culturais, terapêuticas e de lazer com o objetivo de propiciar a reinserção social da clientela egressa de instituições. Participar de programas de atenção primária em Centros e Postos de Saúde ou na comunidade; organizando grupos específicos, visando a prevenção de doenças ou do agravamento de fatores emocionais que comprometam o espaço psicológico. Realizar triagem e encaminhamentos para recursos da comunidade, sempre que necessário. Participar da elaboração, execução e análise da instituição, realizando programas, projetos e planos de atendimentos, em equipes multiprofissionais, com o objetivo de detectar necessidades, perceber limitações, desenvolver potencialidades do pessoal envolvido no trabalho da instituição, tanto nas atividades fim, quanto nas atividades meio; Desempenhar outras tarefas semelhantes</p>   |
| Professor de Educação Infantil | <p>Possuir formação de educador, conhecimento do conteúdo, capacidade de trabalho e habilidades metodológico-didáticas; testemunhar idoneidade moral e social, demonstrando maturidade no trabalho com os alunos; seguir as diretrizes educacionais do estabelecimento e da Secretaria Municipal de Educação, comprometendo-se não apenas a aceitá-las, mas também a integrar sua ação pedagógica na consecução dos fins e objetivos; ministrar aulas, garantindo a efetivação do processo ensino-aprendizagem e do Projeto Pedagógico da Unidade Escolar; executar o trabalho diário de forma a se vivenciar um clima de respeito mútuo e de relações que conduzam à aprendizagem; elaborar programas, planos de curso e planos de aula no que for de sua competência, de conformidade com as diretrizes metodológicas da Escola e com a legislação pertinente; avaliar o desempenho dos alunos, atribuindo-lhes notas ou conceitos nos prazos fixados; manter com os colegas, o espírito de colaboração e solidariedade indispensáveis à eficiência da obra educativa; cooperar com os Serviços de Orientação Educacional e, no que lhe competir; promover experiências de ensino-aprendizagem diversificadas para atender diferenças individuais; promover recuperações preventivas e/ou atividades de complementação, aperfeiçoamento e aprofundamento, conforme exigências dos diagnósticos de avaliações; colaborar e comparecer pontualmente às aulas, festividades, reuniões pedagógicas, conselho de classe, atividades extraclasse, treinamentos, palestras e outras promoções, desde que convocado pela Direção da Escola ou pela Secretaria Municipal de Educação; cumprir e</p> |



www.saudades.sc.gov.br

Telefone/Fax: (49) 3334-0127 / 3334-0143 • E-mail: prefeitura@saudades.sc.gov.br  
Endereço: Rua Castro Alves, 279, Centro • Saudades – Santa Catarina – CEP: 89868-000



Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE SAUDADES

|                              |   |
|------------------------------|---|
|                              | fazer cumprir fielmente os horários e calendário escolar; zelar pela disciplina dentro e fora da sala de aula, tratando os alunos com urbanidade; realizar com clareza, precisão e presteza, toda escrituração referente à execução da programação, frequência e aproveitamento dos alunos; dar condições para a manutenção da saúde física e psíquica dos alunos; zelar pela conservação, limpeza e o bom nome da Escola, bem como a conservação dos bens materiais; advertir, repreender e encaminhar aos serviços competentes, casos de indisciplina ocorridos; participar e/ou organizar reuniões com os pais de seus alunos; acompanhar o desenvolvimento dos alunos e comunicar as ocorrências à Direção ou ao Serviço de Orientação Educacional; executar as normas estabelecidas no Regimento Escolar, nas diretrizes emanadas dos órgãos superiores e na legislação federal, estadual e municipal pertinente; desempenhar outras tarefas relativas à docência.   |
| Professor de educação física | Possuir formação de educador, conhecimento do conteúdo, capacidade de trabalho e habilidades metodológico-didáticas; testemunhar idoneidade moral e social, demonstrando maturidade no trabalho com os alunos; seguir as diretrizes educacionais do estabelecimento e da Secretaria Municipal de Educação, comprometendo-se não apenas a aceitá-las, mas também a integrar sua ação pedagógica na consecução dos fins e objetivos; ministrar aulas, garantindo a efetivação do processo ensino-aprendizagem e do Projeto Pedagógico da Unidade Escolar; executar o trabalho diário de forma a se vivenciar um clima de respeito mútuo e de relações que conduzam à aprendizagem; elaborar programas, planos de curso e planos de aula no que for de sua competência, de conformidade com as diretrizes metodológicas da Escola e com a legislação pertinente; avaliar o desempenho dos alunos, atribuindo-lhes notas ou conceitos nos prazos fixados; manter com os colegas, o espírito de colaboração e solidariedade indispensáveis à eficiência da obra educativa; cooperar com os Serviços de Orientação Educacional e, no que lhe competir; promover experiências de ensino-aprendizagem diversificadas para atender diferenças individuais; promover recuperações preventivas e/ou atividades de complementação, aperfeiçoamento e aprofundamento, conforme exigências dos diagnósticos de avaliações; colaborar e comparecer pontualmente às aulas, festividades, reuniões pedagógicas, conselho de classe, atividades extraclasse, treinamentos, palestras e outras promoções, desde que convocado pela Direção da Escola ou pela Secretaria Municipal de Educação; cumprir e fazer cumprir fielmente os horários e calendário escolar; zelar pela disciplina dentro e fora da sala de aula, tratando os alunos com urbanidade; realizar com clareza, precisão e presteza, toda escrituração referente à execução da programação, frequência e aproveitamento dos alunos; dar condições para a manutenção da saúde física e psíquica dos alunos; zelar pela conservação, limpeza e o bom nome da Escola, bem como a conservação dos bens materiais; advertir, repreender e encaminhar aos |



[www.saudades.sc.gov.br](http://www.saudades.sc.gov.br)

Telefone/Fax: (49) 3334-0127 / 3334-0143 • E-mail: [prefeitura@saudades.sc.gov.br](mailto:prefeitura@saudades.sc.gov.br)  
Endereço: Rua Castro Alves, 279, Centro • Saudades – Santa Catarina – CEP: 89868-000



Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE SAUDADES

|                     |   |
|---------------------|---|
|                     | serviços competentes, casos de indisciplina ocorridos; participar e/ou organizar reuniões com os pais de seus alunos; acompanhar o desenvolvimento dos alunos e comunicar as ocorrências à Direção ou ao Serviço de Orientação Educacional; executar as normas estabelecidas no Regimento Escolar, nas diretrizes emanadas dos órgãos superiores e na legislação federal, estadual e municipal pertinente; desempenhar outras tarefas relativas à docência.   |
| Enfermeira          | Participar do planejamento, execução e avaliação de planos e programas de saúde; Participar da formulação das normas e diretrizes gerais dos programas de saúde desenvolvidas pelas instituições; Formular normas e diretrizes específicas de enfermagem; Organizar e dirigir serviços de enfermagem e suas atividades na instituição; Fazer consultoria, auditoria e emitir parecer sobre a matéria de enfermagem; Desenvolver atividades de supervisão em todos os níveis assistenciais; prestar assessoria quando solicitado; Desenvolver educação continuada de acordo com as necessidades identificadas; Promover a avaliação periódica da qualidade da assistência de enfermagem prestada; Participar do planejamento e prestar assistência em situação de emergência e calamidade pública, quando solicitado; Elaborar e executar uma política de formação de recursos humanos de enfermagem de acordo com a necessidade da instituição; Realizar consulta de enfermagem e prescrever a assistência requerida; fazer notificação de doenças transmissíveis; Participar das atividades de vigilância epidemiológica; Dar assistência de enfermagem no atendimento as necessidades básicas do indivíduo, família e a comunidade de acordo com os programas estabelecidos pela instituição; Identificar e preparar grupos de comunidade para participar de atividades de promoção e prevenção da saúde; Participar de programas de saúde desenvolvidas pela comunidade; Promover e participar de atividades de pesquisas operacionais e estudos epidemiológicos; Elaborar informes técnicos para divulgação; Colaborar no desenvolvimento das atividades com a saúde ocupacional da instituição em todos os níveis de atuação e desempenhar outras funções afins. |
| Procurador Jurídico | Representar o Município em juízo, ativa e passivamente, e promover sua defesa em todas e quaisquer ações; Promover a cobrança judicial e extrajudicial da dívida ativa e dos demais créditos do Município; Elaborar informações a serem prestadas pelas autoridades do Poder Executivo em mandados de segurança ou mandados de injunção; Emitir parecer sobre matérias relacionadas com processos judiciais em que o Município tenha interesse; Apreçar previamente os processos de licitação, as minutas de contratos, convênios, processos administrativos, acordos e demais atos relativos a obrigações assumidas pelos órgãos da administração direta do Poder Executivo; Apreçar todo e qualquer ato que implique alienação do patrimônio imobiliário municipal, bem como autorização, permissão e concessão de uso; Subsidiar os demais órgãos em assuntos jurídicos e  |



[www.saudades.sc.gov.br](http://www.saudades.sc.gov.br)

Telefone/Fax: (49) 3334-0127 / 3334-0143 • E-mail: [prefeitura@saudades.sc.gov.br](mailto:prefeitura@saudades.sc.gov.br)  
Endereço: Rua Castro Alves, 279, Centro • Saudades – Santa Catarina – CEP: 89868-000



Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE SAUDADES

|  |  |
|--|--|
|  | desempenhar outras funções correlatas. |
|--|--|



[www.saudades.sc.gov.br](http://www.saudades.sc.gov.br)

Telefone/Fax: (49) 3334-0127 / 3334-0143 • E-mail: [prefeitura@saudades.sc.gov.br](mailto:prefeitura@saudades.sc.gov.br)  
Endereço: Rua Castro Alves, 279, Centro • Saudades – Santa Catarina – CEP: 89868-000



Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE SAUDADES

## ANEXO II

### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

#### **CONTEUDO PROGRAMÁTICO GERAL PARA TODOS OS CARGOS DE NÍVEL ALFABETIZADO E FUNDAMENTAL**

##### **Língua Portuguesa**

Compreensão de textos – O verbo – Estrutura do período, da oração e da frase – Ortografia, acentuação e pontuação - Denotação e conotação – Fonologia – Classes Gramaticais – Formação de Palavras.

##### **Matemática**

Conjuntos numéricos (números naturais, inteiros, racionais, irracionais, reais, complexos) e suas operações; Sistemas de Medidas: comprimento, área, volume, capacidade volumétrica, massa, ângulo e tempo; Regra de Três (simples, composta, diretamente proporcional e inversamente proporcional), razões e proporções; Juros Simples.

##### **Conhecimentos Gerais**

Fundamentos históricos e geográficos do município de Saudades, do Estado de Santa Catarina, do Brasil e do mundo. Atualidades: Tópicos relevantes e atuais de diversas áreas, tais como política, economia, sociedade, educação, tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável, problemas ambientais. Interação entre o clima, a vegetação, o relevo, a hidrografia e o solo no espaço natural brasileiro. Aspectos culturais, artísticos, históricos e geográficos do Brasil, de Santa Catarina e do Município de Saudades.

#### **CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA OS CARGOS DE ALFABETIZADO E FUNDAMENTAL**

| CARGO      | CONTEÚDO PROGRAMÁTICO – CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS  |
|------------|--|
| Servente   | Noções básicas de higiene: higiene pessoal e no trabalho; Manuseio e utilização de ferramentas, produtos e materiais de trabalho; Equipamentos de proteção individual; Noções de primeiros socorros; Qualidade no atendimento ao público; Relações humanas no trabalho; Noções básicas de segurança no trabalho.   |
| Merendeira | Cuidados e práticas no preparo de refeições e lanches da merenda escolar. Seleção de ingredientes do cardápio diário. Métodos de preparo e cozimento dos alimentos e padrões de qualidade. Práticas de conservação de alimentos e organização de copa e cozinha. Técnicas de limpeza de utensílios e da cozinha escolar. Técnicas de lavagem e secagem de louças, utensílios e roupas escolares. Técnicas de desinfecção de ambientes. Limpeza de vidros, pisos, escadas, banheiros e copa. Materiais de limpeza e |



[www.saudades.sc.gov.br](http://www.saudades.sc.gov.br)

Telefone/Fax: (49) 3334-0127 / 3334-0143 • E-mail: [prefeitura@saudades.sc.gov.br](mailto:prefeitura@saudades.sc.gov.br)  
Endereço: Rua Castro Alves, 279, Centro • Saudades – Santa Catarina – CEP: 89868-000





Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE SAUDADES

|                             |   |
|-----------------------------|---|
|                             | sua utilização. Destinação do lixo. Lixo Orgânico e Reciclagem. Equipamentos para a segurança e higiene. Limpeza dos diferentes espaços. Produtos de limpeza, sua utilidade e aplicação. Instrumentos e materiais utilizados na realização de limpezas em geral. Regras de comportamento no ambiente de trabalho. Regras de hierarquias no serviço público. Regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho. Zelo pelo patrimônio público. Noções de prevenção de acidentes de trabalho e incêndio. Noções de Primeiros Socorros. Ética e cidadania.   |
| Auxiliar de Serviços Gerais | Noções de segurança no trabalho: condições e atos inseguros. Conduta no serviço. Questões que simulam as atividades da rotina diária do trabalho, noções de limpeza, equipamentos de proteção individual, sinalização de segurança, equipamentos que auxiliam o desenvolvimento das atividades de limpeza, o uso de produtos de limpeza, medidas mais usadas. Noções de higiene. Destinação de lixos: remoção de lixo e detritos - orgânicos, recicláveis, lixos contaminados. Organização de espaços e Relações Humanas. Procedimentos de condicionamento de gêneros alimentícios e insumos para preparo de refeições; conhecimento de preparo e distribuição de refeições; procedimentos de operação de fogões, aparelhos de preparação ou manipulação de gêneros alimentícios, refrigeração, condições de higiene e uso de utensílios, limpeza e higienização em dependências e prédios, arrumação em locais de trabalho, remoção e conservação de móveis, máquinas e matérias em geral.   |
| Motorista                   | Legislação de trânsito de acordo com as atualizações do CONTRAN: Código de Trânsito Brasileiro, abrangendo os seguintes tópicos: do sistema nacional de trânsito; regras gerais para circulação e conduta; dos pedestres e condutores de veículos não motorizados; da educação para o trânsito; da sinalização de trânsito, os sinais de trânsito; registro e licenciamento de veículos; da habilitação; das infrações; das penalidades; das medidas administrativas; do processo administrativo; dos crimes de trânsito; anexo I e Resoluções do Contran que alteram os artigos do CTB. Mecânica Básica de Veículo: conhecimentos elementares do funcionamento de motor, regulagem e revisão de freios, verificação da bomba d'água, e troca de óleo, suspensão. Direção defensiva: distância de segurança, regras para evitar colisão com o veículo da frente, de trás, veículo em sentido contrário, no cruzamento, em ultrapassagem, nas curvas. Regras de comportamento no ambiente de trabalho. Regras de hierarquias no serviço público. Regras de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho. |
| Operador de Máquinas        | Direção Defensiva. Primeiros Socorros. Legislação e Sinalização de Trânsito: Código de Trânsito Brasileiro, seus anexos e atualizações. Decretos e demais normas do COTRAN. Cargas Perigosas. Placas de Sinalização. Equipamentos obrigatórios. Manutenção e reparos no veículo. Noções básicas de mecânica de automóveis. Avarias sistema de   |



www.saudades.sc.gov.br

Telefone/Fax: (49) 3334-0127 / 3334-0143 • E-mail: prefeitura@saudades.sc.gov.br  
Endereço: Rua Castro Alves, 279, Centro • Saudades – Santa Catarina – CEP: 89868-000



Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE SAUDADES

|                             |   |
|-----------------------------|---|
|                             | aquecimento, freios, combustão, eletricidade. Controle quilometragem/combustíveis/ lubrificantes. Conservação e limpeza do veículo. Condições adversas. Segurança. Instrumentos e Controle. Procedimento de operações. Verificações diárias. Manutenção periódica. Ajustes. Diagnóstico de falhas. Engrenagens. Simbologia. Ética profissional. Regras de comportamento no ambiente de trabalho. Regras de hierarquias no serviço público. Regras de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho. Conhecimentos inerentes à função observando-se a prática do dia-a-dia.   |
| Agente Comunitário de Saúde | Políticas Nacionais de Saúde; Sistema Único de Saúde; Estratégias e ações de educação e promoção da Saúde; Vigilância e prioridades em saúde; Humanização da Assistência à Saúde; Ações e programas de saúde, em especial o Programa de Saúde da Família; Atenção primária à saúde. Conceitos de territorialização, microárea e área de abrangência; cadastramento familiar e territorial. Conceitos de eficácia, eficiência e efetividade em saúde. Conhecimentos básicos sobre doenças. O trabalho do Agente Comunitário de Saúde. Promoção, prevenção e monitoramento das situações de risco ambiental e sanitário. Processo saúde-doença e seus determinantes/condicionantes. Ética no trabalho em saúde. Sistema Municipal de Saúde: estrutura, funcionamento e responsabilidades. Estratégia de saúde da família na Atenção Básica à saúde. Estratégias de abordagem a grupos sociais e famílias. Direitos humanos. Técnicas de levantamento das condições de vida e de saúde/doença da população. Indicadores socioeconômicos, culturais e epidemiológicos: conceitos, aplicação; visita domiciliar. Imunologia e Calendários de Vacinação. Saúde da criança, do adolescente, do adulto e do idoso. Coleta de dados: e-SUS Atenção Básica. Doenças de Notificação Compulsória. Legislação. |



[www.saudades.sc.gov.br](http://www.saudades.sc.gov.br)

Telefone/Fax: (49) 3334-0127 / 3334-0143 • E-mail: [prefeitura@saudades.sc.gov.br](mailto:prefeitura@saudades.sc.gov.br)  
Endereço: Rua Castro Alves, 279, Centro • Saudades – Santa Catarina – CEP: 89868-000



Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE SAUDADES

### **CONTEÚDO PROGRAMÁTICO GERAL PARA TODOS OS CARGOS DE NÍVEL MÉDIO**

#### **Língua Portuguesa**

Compreensão de textos – Textos não literários de diversos tipos, textos literários de autores brasileiros: crônica, conto, novela, romance, poema, teatro. Literatura – A literatura brasileira: das origens aos nossos dias. Conhecimento linguístico – Morfossintaxe: o nome e seus determinantes. O verbo. As palavras de relação – Estrutura do período, da oração e da frase – Concordância nominal e verbal – Regência nominal e verbal – Colocação pronominal – Estrutura do parágrafo – Ortografia, acentuação e pontuação. Estilística: Denotação e conotação. Figuras de linguagem: figuras de palavras, figuras de sintaxe e figuras de pensamento.

#### **Matemática**

Conjuntos numéricos (números naturais, inteiros, racionais, irracionais, reais, complexos) e suas operações; Sistemas de Medidas: comprimento, área, volume, capacidade volumétrica, massa, ângulo e tempo; Regra de Três (simples, composta, diretamente proporcional e inversamente proporcional), razões e proporções; Estatística: termos de uma pesquisa estatística, Representação e Interpretação Gráfica, medidas de tendência central, medidas de dispersão, testes de significância; Cálculos algébricos, produtos notáveis, fatoração de expressões algébricas, simplificação de expressões algébricas; Equações, Inequações, sistemas polinomiais de 1º e 2º grau; Sequências e Progressões; Matrizes, Determinantes e Sistemas Lineares; Análise Combinatória; - Probabilidade; Matemática Financeira: Juros simples e compostos; Estudo de funções: 1º grau, 2º grau, exponencial, logarítmica e trigonométrica; Geometria Plana e Espacial, trigonometria: no triângulo retângulo e triângulos quaisquer; Geometria Analítica: ponto, reta, circunferência e cônicas; Polinômios e equações polinomiais.

#### **Conhecimentos Gerais**

Fundamentos históricos e geográficos do município de Saudades, do Estado de Santa Catarina, do Brasil e do mundo. Atualidades: Tópicos relevantes e atuais de diversas áreas, tais como política, economia, sociedade, educação, tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável, problemas ambientais. Interação entre o clima, a vegetação, o relevo, a hidrografia e o solo no espaço natural brasileiro. Aspectos culturais, artísticos, históricos e geográficos do Brasil, de Santa Catarina e do Município de Saudades. Lei orgânica do município de Saudades.

### **CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA OS CARGOS DE NÍVEL MÉDIO**

| <b>CARGO</b>           | <b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO – CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS</b>  |
|------------------------|---|
| Técnico em informática | Conceitos e modos de utilização de sistemas operacionais Windows e Linux. Internet e Intranet. Utilização de tecnologias, ferramentas, aplicativos e procedimentos associados à Internet/Intranet. Ferramentas e aplicativos de navegação, de correio eletrônico, de grupos de discussão, de busca e pesquisa. Principais aplicativos comerciais para: edição de textos e |



www.saudades.sc.gov.br

Telefone/Fax: (49) 3334-0127 / 3334-0143 • E-mail: prefeitura@saudades.sc.gov.br  
Endereço: Rua Castro Alves, 279, Centro • Saudades – Santa Catarina – CEP: 89868-000



Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE SAUDADES

|                          |  |
|--------------------------|--|
|                          | planilhas, geração de material escrito e multimídia (Br.Office e Microsoft Office). Conceitos de segurança da informação.  |
| Auxiliar Administrativo  | Administração pública. Poderes Administrativos. Atos Administrativos. Licitações. Contratos Administrativos. Serviços Públicos. Servidores Públicos. Controle da Administração. Correspondência Oficial. Redação Oficial. Formas de Tratamento. Expressões e Vocábulo Latinos de uso frequente nas Comunicações Administrativas Oficiais. Modelos e/ou Documentos utilizados. Cuidados com o ambiente de trabalho: Noções de segurança e higiene do trabalho. Legislação. Constituição da República Federativa do Brasil. Lei Complementar nº 101/2000. Lei nº 8.429/1992. Lei nº 8.666/1993. Lei nº 10.520/2002. Lei Orgânica do Município. Noções de Informática básica, relacionado a aplicativos Microsoft ou similares. Estatuto dos Servidores Públicos Municipais (Regime Jurídico). Questões relativas às atividades inerentes a função.   |
| Técnico em Contabilidade | Princípios de Contabilidade. Normas Brasileiras de Contabilidade. Contas: conceito, função, funcionamento, estrutura, classificação das contas, contas patrimoniais e de resultado, Plano de Contas. Patrimônio. Composição, conceitos, registro, estrutura e mensuração dos itens patrimoniais (Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido). Fatos contábeis e respectivas variações patrimoniais. Balancete de Verificação. Apuração de Resultados. Correção Monetária. Principais livros e documentos contábeis, fiscais e comerciais. Escrituração. Escrituração de operações típicas. Livros de escrituração: diário e razão. Erros de escrituração e suas correções. Lançamento. Critérios para debitar e creditar. Fórmulas de lançamento. Retificação de lançamentos. Demonstrações Contábeis. Elaboração, análise e interpretação de demonstrativos contábeis. Balanço Patrimonial. Demonstração do resultado do exercício. Demonstração de lucros ou prejuízos acumulados. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido. Demonstração dos Fluxos de Caixa. Notas Explicativas às demonstrações contábeis. Análise vertical e horizontal (Mensuração de ativos e passivos). Contabilidade Pública: Conceito, objeto, campo de aplicação, objetivos e função social. Princípios de Contabilidade sob a perspectiva do setor público. Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público. Regimes Contábeis. Patrimônio Público. Conceito e composição. Variações patrimoniais. Ativo imobilizado e intangível. Avaliação de itens patrimoniais. Receita. Conceito. Classificação e Estágios. Aspectos Patrimoniais. Aspectos Legais. Contabilização. Deduções. Renúncia e Destinação da Receita. Despesa. Conceito. Classificação e Estágios. Aspectos Patrimoniais. Aspectos Legais. Contabilização. Dívida Ativa. Restos a Pagar. Despesas de Exercícios Anteriores. Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP). Conceito. Objetivo. Estrutura. Contas do Ativo, Passivo, Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas. Escrituração contábil de operações típicas do setor público. Escrituração e Consolidação das |



[www.saudades.sc.gov.br](http://www.saudades.sc.gov.br)

Telefone/Fax: (49) 3334-0127 / 3334-0143 • E-mail: [prefeitura@saudades.sc.gov.br](mailto:prefeitura@saudades.sc.gov.br)  
Endereço: Rua Castro Alves, 279, Centro • Saudades – Santa Catarina – CEP: 89868-000



Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE SAUDADES

|                        |   |
|------------------------|---|
|                        | <p>Contas. Prestação de Contas. Contabilidade Aplicada ao Setor Público. Procedimentos Contábeis Orçamentários. Procedimentos Contábeis Patrimoniais. Procedimentos Contábeis Específicos. Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público. Conceitos. Aspectos Legais. Estrutura. Elaboração e Análise. Balanços Orçamentário, Financeiro, Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais e Demonstração dos Fluxos de Caixa. Lançamentos Contábeis Típicos do Setor Público. Demonstrativos fiscais: Relatório Resumido de Execução Orçamentária e Relatório de Gestão Fiscal. Orçamento Público. Conceitos e princípios orçamentários. Ciclo orçamentário. Elaboração da proposta. Estudo e aprovação. Execução. Avaliação. Processo de Planejamento-Orçamento: Plano Plurianual - PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e Lei Orçamentária Anual - LOA. Previsão, Fixação, Classificação e Execução da Receita e Despesa Pública. Receita Orçamentária. Etapas da Receita Pública. Receita extraorçamentária. Créditos orçamentários iniciais e adicionais. Escrituração Contábil da Receita Orçamentária e extraorçamentária. Despesa Orçamentária. Etapas da Despesa Pública. Despesa extraorçamentária. Escrituração da Despesa Orçamentária e extraorçamentária. Dívida e Endividamento. Transferências voluntárias. Transparência, controle e fiscalização. Fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial. Responsabilidade Fiscal. Gestão Tributária. Legislação.</p>  |
| Auxiliar de Enfermagem | <p>Procedimentos básicos da enfermagem. Técnicas, Tipos de Curativos, Administração de Medicamentos (diluição, dosagem, vias e efeitos colaterais). Medidas de controle das doenças transmissíveis; doenças transmissíveis não imunizáveis e parasitárias. Doenças sexualmente transmissíveis. Doenças transmissíveis imunizáveis. Imunização: Conceito, tipos, principais vacinas e soros utilizados (indicação, contra indicações, doses, vias de administração, efeitos colaterais), conservação de vacinas e soros (cadeia de frio). Esterilização: conceito, método de esterilização. Assistência de enfermagem à mulher no pré-natal. Assistência de enfermagem à criança: No controle das doenças diarreicas, no controle das infecções respiratórias agudas, no controle das verminoses. Assistência de enfermagem ao adulto. Conceito, causas, sinais e sintomas, tratamento e assistência de enfermagem das patologias: hipertensão arterial, pneumonias, hemorragia digestiva, diabetes mellitus, acidente vascular cerebral, traumatismos (distensão, entorses e fraturas). Primeiros Socorros. A inserção dos Serviços de enfermagem no Sistema Único de Saúde (SUS). Código de Ética e Lei do Exercício Profissional. Funcionamento os sistemas: locomotor, pele e anexos, cardiovascular, linfático, respiratório, nervoso, sensorial, endócrino, urinário e órgãos genitais. Agentes infecciosos e ectoparasitos (vírus, bactérias, fungos, protozoários e artrópodes). Doenças transmissíveis pelos agentes infecciosos e ectoparasitos. Saneamento básico. Promoção da saúde e modelos de</p> |



[www.saudades.sc.gov.br](http://www.saudades.sc.gov.br)

Telefone/Fax: (49) 3334-0127 / 3334-0143 • E-mail: [prefeitura@saudades.sc.gov.br](mailto:prefeitura@saudades.sc.gov.br)  
Endereço: Rua Castro Alves, 279, Centro • Saudades – Santa Catarina – CEP: 89868-000





Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE SAUDADES

|                            |  |
|----------------------------|--|
|                            | vigilância. Estratégia de Saúde da Família. Atuação nos programas do Ministério da Saúde. Educação em saúde. Doenças de notificação compulsória. Assistência ao indivíduo, família e comunidade com transtornos: agudos, crônicos degenerativos, mentais, infecciosos e contagiosos. Assistência de enfermagem no pré, trans e pós operatório. Assistência de enfermagem em urgência e emergência. Atualidades relativas à profissão.  |
| Telefonista                | Atuação da telefonista; Princípios e ações para o bom atendimento telefônico; Qualidades para o bom atendimento telefônico; Operação de equipamentos; Ligações internas e externas; Atendimento de chamadas internas e externas; Tipos de ligações; Recebimento e transferência de chamadas para o ramal solicitado; Transmitir informações corretamente; Prestar informações; Consultar listas telefônicas; Pesquisar banco de dados telefônico; Manter atualizado cadastro dos números de ramais e telefones úteis para o órgão; Controle das ligações telefônicas efetuadas, anotando em formulários apropriados; Equipamentos básicos de uso profissional; Equipamentos: CPCT - Central Privada de Comunicação Telefônica, PABX (Private Automatic Branch Exchange); Tipos de PABX (analógico, digital, híbrido, voip (IP), virtual); KS (Key System); Linha tronco; Tipos de linhas troncos (analógicos e digitais); Tipos de ramais; Linguagem telefônica; Uso da voz/fala; Siglas e operações telefônicas; Funções da linguagem; Elementos da comunicação (emissor, receptor, mensagem, código, canal de comunicação, contexto, ruído na comunicação); Tipos de linguagem (verbal, não-verbal, mista); Linguagem formal e informal; Tipos de comunicação; Processos de comunicação (emissor ou destinatário, receptor ou destinatário, mensagem, código, referente, canal); Agenda telefônica e seus tipos. |
| Fiscal de Tributos e Obras | Princípios de Direito Administrativo. Poderes Administrativos: poder vinculado e poder discricionário, poder hierárquico, poder disciplinar, poder regulamentar, poder de polícia. Atos Administrativos: conceito e requisitos; classificação; espécies; extinção, revogação, invalidação e convalidação do ato administrativo. Mérito do ato administrativo. Discricionariedade. Teoria dos motivos determinantes. Contratos Administrativos: aspectos gerais e especiais, abrangendo a formalização, execução, inexecução, revisão e rescisão; Controle da Administração: controle administrativo, legislativo e judiciário da administração; Técnicas de redação oficial conforme Manual de Redação Oficial da Presidência da República. Constituição Federal - Tributação e Orçamento, Da Ordem Econômica e Financeira - Art. 145 a 181). Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000 e alterações. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal. Lei no 4.320, de 17 de março de 1964 e alterações. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Lei no 5.172, de 25 de  |



[www.saudades.sc.gov.br](http://www.saudades.sc.gov.br)

Telefone/Fax: (49) 3334-0127 / 3334-0143 • E-mail: [prefeitura@saudades.sc.gov.br](mailto:prefeitura@saudades.sc.gov.br)  
Endereço: Rua Castro Alves, 279, Centro • Saudades – Santa Catarina – CEP: 89868-000





Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE SAUDADES

|                              |  |
|------------------------------|--|
|                              | outubro de 1966 e alterações. Código Tributário Nacional.  |
| Agente Educativo (20h e 40h) | Avaliação da aprendizagem. Didática e trabalho pedagógico. Fundamento de Currículo. Perspectivas metodológicas. Planejamento e gestão educacional. Psicologia do desenvolvimento e da aprendizagem. Projeto Político-pedagógico. Competências e habilidades. Sucesso e fracasso Escolares. Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 20 de dezembro de 1996 e suas atualizações. Estatuto da Criança e do Adolescente e suas atualizações.   |
| Assistente de Educação       | Disciplina e vigilância dos alunos. Hierarquia na escola. Orientação aos alunos quanto às normas da Escola. Controle e movimento dos alunos nas imediações da Escola. Instrução e divulgação de avisos. Orientação aos setores, sobre o comportamento dos alunos. Apoio aos professores. Colaboração nas atividades extraclasse. Primeiros socorros aos alunos. Estatuto da Criança e do Adolescente. Outras questões versando sobre as atribuições específicas do cargo. Ação administrativa da escola, consolidada com a aplicação da legislação, através da operacionalização dos sistemas. Escrituração escolar, registro sistemático dos dados relativos à vida escolar dos alunos e à vida funcional dos servidores. |

### **CONTEUDO PROGRAMÁTICO GERAL PARA TODOS OS CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR**

#### **Língua Portuguesa**

Elementos de construção do texto e seu sentido: gênero do texto (literário e não literário, narrativo, descritivo e argumentativo); interpretação e organização interna. Semântica: sentido e emprego dos vocábulos; campos semânticos; emprego de tempos e modos dos verbos em português. Morfologia: reconhecimento, emprego e sentido das classes gramaticais; processos de formação de palavras; mecanismos de flexão dos nomes e verbos. Sintaxe: frase, oração e período; termos da oração; processos de coordenação e subordinação; concordância nominal e verbal; transitividade e regência de nomes e verbos; padrões gerais de colocação pronominal no português; mecanismos de coesão textual. Ortografia. Acentuação gráfica. Emprego do sinal indicativo de crase. Pontuação. Estilística: figuras de linguagem. Reescrita de frases: substituição, deslocamento, paralelismo; variação linguística: norma culta.

#### **Matemática**

Conjuntos numéricos (números naturais, inteiros, racionais, irracionais, reais, complexos) e suas operações; Sistemas de Medidas: comprimento, área, volume, capacidade volumétrica, massa, ângulo e tempo; Regra de Três (simples, composta, diretamente proporcional e inversamente proporcional), razões e proporções; Estatística: termos de uma pesquisa estatística, Representação e Interpretação Gráfica, medidas de tendência central, medidas de dispersão, testes de significância; Cálculos algébricos, produtos notáveis, fatoração de expressões algébricas, simplificação de expressões algébricas; Equações, Inequações, sistemas polinomiais de 1º e 2º grau; Sequências e Progressões; Matrizes, Determinantes e Sistemas Lineares; Análise Combinatória; - Probabilidade; Matemática Financeira: Juros simples e compostos; Estudo de funções: 1º grau, 2º grau,



[www.saudades.sc.gov.br](http://www.saudades.sc.gov.br)

Telefone/Fax: (49) 3334-0127 / 3334-0143 • E-mail: [prefeitura@saudades.sc.gov.br](mailto:prefeitura@saudades.sc.gov.br)  
Endereço: Rua Castro Alves, 279, Centro • Saudades – Santa Catarina – CEP: 89868-000



Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE SAUDADES

exponencial, logarítmica e trigonométrica; Geometria Plana e Espacial, trigonometria: no triângulo retângulo e triângulos quaisquer; Geometria Analítica: ponto, reta, circunferência e cônicas; Polinômios e equações polinomiais.

#### Conhecimentos Gerais

Fundamentos históricos e geográficos do município de Saudades, do Estado de Santa Catarina, do Brasil e do mundo. Atualidades: Tópicos relevantes e atuais de diversas áreas, tais como política, economia, sociedade, educação, tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável, problemas ambientais. Interação entre o clima, a vegetação, o relevo, a hidrografia e o solo no espaço natural brasileiro. Aspectos culturais, artísticos, históricos e geográficos do Brasil, de Santa Catarina e do Município de Saudades. Lei orgânica do município de Saudades.

#### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA OS CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR

| CARGO                       | CONTEÚDO PROGRAMÁTICO – CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS   |
|-----------------------------|---|
| Auditor Fiscal de Tributos  | DIREITO ADMINISTRATIVO: Administração Pública. Poderes administrativos. Atos administrativos. Poder de polícia. Órgãos públicos. Processo administrativo. Interesse público. Improbidade administrativa. Controle da administração pública: conceito, tipos e formas de controle. Responsabilidade civil da administração. AUDITORIA: Conceitos e Objetivos. Documentos de Auditoria (Papeis de Trabalho). Preparação e Planejamento da Auditoria. Instrumentos de fiscalização: auditoria, levantamento, monitoramento, acompanhamento e inspeção. Identificação e Avaliação de Riscos. Evidências de Auditoria, Fraudes e Erros. Procedimentos e Testes de Auditoria. ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA, ORÇAMENTÁRIA E RESPONSABILIDADE FISCAL: Conceitos e normas gerais. Receita e Despesa. DIREITO TRIBUTÁRIO. Sistema Tributário Nacional: Disposições Gerais. Competência Tributária. Impostos. Taxas. Contribuição de Melhoria. Distribuição de Receitas Tributárias. Normas Gerais de Direito Tributário: Legislação Tributária. Obrigação Tributária. Crédito Tributário. Administração Tributária. |
| Auditor de Controle Interno | Direito Constitucional: Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Princípios fundamentais. Aplicabilidade das normas constitucionais. Normas de eficácia plena, contida e limitada. Normas programáticas. Direitos e garantias fundamentais. Direitos e deveres individuais e coletivos, direitos sociais, direitos de nacionalidade, direitos políticos, partidos políticos. Organização político-administrativa do Estado. Estado federal brasileiro, União, Estados, Distrito Federal, municípios e territórios. Administração pública. Disposições gerais, servidores públicos. Poder executivo. Atribuições e responsabilidades do presidente da República. Poder legislativo. Estrutura. Funcionamento e atribuições. Processo legislativo. Fiscalização contábil, financeira e orçamentária.   |



www.saudades.sc.gov.br

Telefone/Fax: (49) 3334-0127 / 3334-0143 • E-mail: prefeitura@saudades.sc.gov.br  
Endereço: Rua Castro Alves, 279, Centro • Saudades – Santa Catarina – CEP: 89868-000



Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE SAUDADES

Direito Administrativo: Estado, governo e Administração Pública. Conceitos. Elementos. Direito Administrativo. Conceito. Objeto. Fontes. Ato administrativo. Conceito, requisitos, atributos, classificação e espécies. Extinção do ato administrativo: cassação, anulação, revogação e convalidação. Decadência administrativa. Agentes públicos. Legislação pertinente. Lei nº 8.112/90, e suas alterações. Disposições constitucionais aplicáveis. Disposições doutrinárias. Conceito. Espécies. Cargo, emprego e função pública. Provimento. Vacância. Efetividade, estabilidade e vitaliciedade. Remuneração. Direitos e deveres. Responsabilidade. Processo administrativo disciplinar. Poderes da Administração Pública. Hierárquico, disciplinar, regulamentar e de polícia. Uso e abuso do poder. Regime jurídico-administrativo. Conceito. Princípios expressos e implícitos da Administração Pública. Responsabilidade civil do Estado. Evolução histórica. Responsabilidade civil do Estado no direito brasileiro; Responsabilidade por ato comissivo do Estado. Responsabilidade por omissão do Estado. Requisitos para a demonstração da responsabilidade do Estado. Causas excludentes e atenuantes da responsabilidade do Estado. Reparação do dano. Direito de regresso. Serviços públicos. Conceito. Elementos constitutivos. Formas de prestação e meios de execução. Delegação: concessão, permissão e autorização. Classificação. Princípios. Organização administrativa. Centralização, descentralização, concentração e desconcentração. Administração direta e indireta. Autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista. Entidades paraestatais e terceiro setor: serviços sociais autônomos, entidades de apoio, organizações sociais, organizações da sociedade civil de interesse público. Controle da Administração Pública. Controle exercido pela Administração Pública. Controle judicial. Controle legislativo. Improbidade administrativa: Lei nº 8.429/92, e suas alterações. Processo administrativo. Licitação: conceito, princípios, modalidades, tipos, dispensa e inexigibilidade; procedimentos; anulação e revogação; recursos administrativos (Lei nº 8.666/93, e suas alterações). Lei Federal nº 10.520/02 e normas relativas à modalidade de pregão. Contratos Administrativos: características; elementos; formalização; cláusulas essenciais; duração, execução, inexecução e rescisão. Convênios e consórcios administrativos). Lei nº 12.462/11, e suas alterações (Regime Diferenciado de Contratações Públicas). Administração Financeira e Orçamentária: Orçamento Público: elaboração, acompanhamento e fiscalização. Créditos adicionais, especiais, extraordinários, ilimitados e suplementares. Plano Plurianual. Lei de Diretrizes Orçamentárias. Lei Orçamentária Anual – elaboração, acompanhamento e aprovação. Métodos, técnicas e instrumentos do Orçamento Público. Receita pública: categorias, fontes, estágios; dívida ativa. Despesa pública: categorias, estágios; Suprimento de fundos; Restos a Pagar; Despesas de exercícios anteriores. Supervisão ministerial e controle interno. Responsabilidades



[www.saudades.sc.gov.br](http://www.saudades.sc.gov.br)

Telefone/Fax: (49) 3334-0127 / 3334-0143 • E-mail: [prefeitura@saudades.sc.gov.br](mailto:prefeitura@saudades.sc.gov.br)  
Endereço: Rua Castro Alves, 279, Centro • Saudades – Santa Catarina – CEP: 89868-000



Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE SAUDADES

|               |   |
|---------------|---|
|               | <p>dos dirigentes e demais usuários de recursos públicos. Julgamento e penalidades aos responsáveis pelos recursos públicos. Tomadas e prestações de contas. Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/00). Demonstrações contábeis aplicadas ao setor público; Balanço orçamentário. Balanço Financeiro. Demonstração as variações patrimoniais. Balanço patrimonial. Demonstração dos fluxos de caixa. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido. Auditoria Governamental: Auditoria Governamental. Auditoria Governamental: conceito, finalidade, objetivo, abrangência e atuação. Tipos de Auditoria Governamental: auditoria de conformidade; auditoria operacional e avaliação de programas de governo; auditoria de demonstrações contábeis; auditoria de sistemas contábeis e financeiros informatizados;. Planejamento de auditoria: determinação de escopo; materialidade, risco e relevância; importância da amostragem estatística em auditoria; matriz de planejamento. Execução da Auditoria: programas de auditoria; papéis de trabalho; testes de auditoria; técnicas e procedimentos: exame documental, inspeção física, conferência de cálculos, observação, entrevista, circularização, conciliações, análise de contas contábeis, revisão analítica, caracterização de achados de auditoria. Comunicação dos Resultados de Auditoria: relatórios de auditoria e pareceres. Controle e Gestão e Gestão Pública: Controle: Sistemas de Controle na Administração Pública Brasileira (artigos 70 a 74 da Constituição Federal). Controle Interno e Externo; Tribunais de Contas: funções, natureza jurídica e eficácia das decisões. Gestão Pública: Administração Pública: do modelo racional-legal ao paradigma pós-burocrático; O Estado oligárquico e patrimonial, o Estado autoritário e burocrático, o Estado do bem estar, o Estado regulador; Empreendedorismo governamental e novas lideranças no setor público; Processos participativos de gestão pública: conselhos de gestão, orçamento participativo, parceria entre governo e sociedade; Transparência da Administração Pública; Controle social e cidadania; Accountability; Excelência nos serviços públicos; Características básicas das organizações formais modernas: tipos de estrutura organizacional, natureza, finalidades e critérios de departamentalização; Convergências e diferenças entre a gestão pública e a gestão privada; Gestão de resultados na produção de serviços públicos; Comunicação na gestão pública e gestão de redes organizacionais; Gestão de desempenho; Processo organizacional: planejamento, direção, comunicação, controle e avaliação; Gestão estratégica: planejamentos estratégico, tático e operacional.</p> |
| Nutricionista | <p>Bioética e Legislação do Exercício Profissional. Nutrição Básica: conceito de alimentação e nutrição; nutrientes, definição, propriedades, funções, digestão, absorção, biodisponibilidade, metabolismo, deficiências e fontes alimentares. Planejamento e laboração de cardápios alimentares DRI's. Nutrição nos ciclos da vida: infância, adolescência, adulto e idoso; alimentação na gestação, da nutris aleitamento materno, composição do</p>  |



[www.saudades.sc.gov.br](http://www.saudades.sc.gov.br)

Telefone/Fax: (49) 3334-0127 / 3334-0143 • E-mail: [prefeitura@saudades.sc.gov.br](mailto:prefeitura@saudades.sc.gov.br)  
Endereço: Rua Castro Alves, 279, Centro • Saudades – Santa Catarina – CEP: 89868-000



Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE SAUDADES

|                                |  |
|--------------------------------|--|
|                                | leite materno. Guia alimentar para a população brasileira, Guia alimentar para crianças menores de dois anos; Doenças crônicas não transmissíveis. Administração de Serviços de Alimentação. APPCC, POP's, Implantação no Manual de Boas práticas de Fabricação nos Serviços de Alimentação. Perigos químicos, físicos e biológicos. Nutrição em saúde Pública: Perfil nutricional, consumo alimentar da população brasileira, Avaliação Nutricional, habilidades e competências do nutricionista em saúde coletiva, Política Nacional de alimentação e Nutrição; PNAE, Carências Nutricionais, Código de Ética do Nutricionista, SISVAN e Bolsa família.  |
| Psicólogo                      | Legislação e Saúde Pública: Planejamento e Gestão em Saúde; Saúde pública e saúde coletiva; Políticas Nacionais de Saúde; Sistema Único de Saúde; Princípios, diretrizes, infraestrutura e funcionamento da Atenção Básica; Funções e responsabilidades na rede de atenção à saúde; Educação em saúde; Prevenção, Promoção, Proteção e Recuperação da Saúde; Vigilância e prioridades em saúde; Humanização da Assistência à Saúde; Ações e programas de saúde. Saúde da criança, do escolar, do adolescente, da mulher, do homem e do idoso. Epidemiologia. Prevenção e Combate a Doenças. Direitos dos usuários da saúde. Segurança e Saúde no Trabalho em Serviços de Saúde. Ética Profissional. Legislação. Psicologia: Psicopatologia da criança, adolescente e adulto. Psicologia do desenvolvimento. Psicodinâmica do indivíduo e do grupo. Principais teorias e autores da psicologia clínica. Teorias da personalidade. Abordagens psicoterápicas. Processo psicodiagnóstico. Testagem e Avaliação Psicológica. Psicologia da Família. Psicologia Escolar e da Aprendizagem e suas relações com a infância e a adolescência. Epistemologia e Psicologia genéticas. Psicologia Social. Psicologia da Saúde. Psicologia do Envelhecimento. Transtornos Psicológicos, seu diagnóstico e tratamento. Psicologia do Trabalho e Organizacional. Políticas Públicas de Saúde Mental. Psicodiagnóstico. Psicoterapias. Psicologia Cultural. |
| Professor de Educação Infantil | Processos de ensino e aprendizagem: conceituação apropriação e elaboração de conceitos científicos, procedimentos metodológicos e teoria da atividade. A infância e sua singularidade na educação básica: infância, brincadeira, ludicidade, desenvolvimento e aprendizagem. Avaliação da aprendizagem: conceitos e procedimentos. Os referenciais curriculares nacionais da educação infantil. Diretrizes curriculares nacionais da educação infantil. Papel do professor de educação infantil. Tendências pedagógicas na infância segundo: Vygotsky, Piaget, Jussara Hofmann. Conceitos da primeira infância. - Literatura infanto-juvenil. Ludicidade. Letramento na infância. Cuidado e educação. Projetos de ensino na educação infantil. Política nacional de educação inclusiva e trabalho pedagógico: Resolução nº4 de 2 de outubro de 2009 e suas atualizações. Política nacional de educação: pelo direito das crianças de zero a seis anos à educação. Lei nº 9.394/96 LDB e suas alterações; Lei nº 10.639 de 09 de  |



www.saudades.sc.gov.br

Telefone/Fax: (49) 3334-0127 / 3334-0143 • E-mail: prefeitura@saudades.sc.gov.br  
Endereço: Rua Castro Alves, 279, Centro • Saudades – Santa Catarina – CEP: 89868-000





Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE SAUDADES

|                              |  |
|------------------------------|--|
|                              | Janeiro de 2003 – Educação das Relações Étnico-raciais e suas alterações. Constituição Federal, na parte referente à Educação e suas alterações; ECA e suas alterações (Estatuto da Criança e do Adolescente); Proposta Curricular de Santa Catarina, PCN'S.   |
| Professor de Educação Física | Conhecimento teórico prático das modalidades esportivas. Educação Física e o desenvolvimento humano. Metodologia para o ensino da educação física no ensino fundamental. Treinamento desportivo geral. Fundamentos, regras equipamentos e instalações utilizadas nos esportes: atletismo, basquetebol, ginástica olímpica (artística), handebol, futebol e voleibol. Biologia do esporte: condicionamento físico e saúde. Fisiologia do exercício. Educação física na educação infantil. Recreação. Crescimento e desenvolvimento neuro-psico-motor. Atividades rítmicas. Fisiologia do esforço e socorros de urgência. Parâmetros curriculares nacionais de educação física. Política nacional de educação inclusiva e trabalho pedagógico: Resolução Nº 4 de 2 de outubro de 2009 e suas atualizações. Lei nº 9.394/96 LDB e suas alterações; Lei nº 10.639 de 09 de Janeiro de 2003 – Educação das Relações Étnico-raciais e suas alterações. Constituição Federal, na parte referente à Educação e suas alterações; ECA e suas alterações (Estatuto da Criança e do Adolescente); Proposta Curricular de Santa Catarina.   |
| Enfermeira                   | Sistema Único de Saúde (SUS): princípios, diretrizes, estrutura e organização. Legislação básica do SUS (Lei 8.080/90; Lei 8.142/90; Decreto 7.508/11) Políticas de saúde. Planejamento no SUS. Direitos dos usuários do SUS. Participação e controle social. Segurança do paciente. Humanização no SUS. Vigilância epidemiológica e Vigilância em saúde; doenças transmissíveis prevalentes no cenário epidemiológico brasileiro; doenças e agravos não transmissíveis; notificação de doenças; indicadores de saúde; promoção da saúde e prevenção de doenças. Programa Nacional de Imunizações. Processo de enfermagem e Sistematização da Assistência de acordo com a legislação; Diagnósticos de enfermagem (Taxonomia de NANDA). Assistência de enfermagem ao adulto portador de transtorno mental; psicopatologias e psicofarmacologia. Fundamentos de Enfermagem. Semiologia e Semiotécnica de enfermagem. Administração de Medicamentos. Assistência de enfermagem a pacientes com alterações da função cardiovascular e circulatória; digestiva; endócrina; do trato urinário; reprodutiva; tegumentar; neurológica; musculoesquelética. Enfermagem em Saúde da mulher, saúde da criança e saúde do idoso. Atendimento a pacientes em situações de urgência e emergência. Estrutura organizacional do serviço de emergência hospitalar e pré-hospitalar. Suporte básico de vida em emergências. Atendimento inicial ao politraumatizado. Insuficiência renal e métodos dialíticos; insuficiência hepática; avaliação de consciência no paciente em coma. Atendimento a emergências psiquiátricas. Gerenciamento de recursos humanos: dimensionamento de enfermagem conforme legislação, educação |



www.saudades.sc.gov.br

Telefone/Fax: (49) 3334-0127 / 3334-0143 • E-mail: prefeitura@saudades.sc.gov.br  
Endereço: Rua Castro Alves, 279, Centro • Saudades – Santa Catarina – CEP: 89868-000





Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE SAUDADES

|                     |  |
|---------------------|--|
|                     | <p>continuada, avaliação de desempenho, liderança, supervisão. Avaliação da qualidade nos processos de trabalho: custos, auditoria, acreditação. Atuação da enfermagem em procedimentos e métodos diagnósticos. Saúde ocupacional e agravos à saúde relacionados ao trabalho. Gerenciamento dos resíduos de serviços de saúde. Processamento de produtos para saúde (Resolução - RDC Nº 15, DE 15 de Março de 2012). Práticas de biossegurança aplicadas ao processo de cuidar. Risco biológico e medidas de precaução básicas para a segurança individual e coletiva no serviço de assistência à saúde. Precaução-padrão e precauções por forma de transmissão das doenças. Prevenção de infecção relacionada à assistência à saúde. Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem.</p>   |
| Procurador Jurídico | <p>DIREITO CONSTITUCIONAL: Poder Constituinte. Aplicabilidade e interpretação das normas constitucionais. Vigência e eficácia das normas constitucionais. Controle de constitucionalidade das leis e atos normativos: a) Sistemas difuso e concentrado. Ação direta de inconstitucionalidade. c) Ação declaratória de constitucionalidade e arguição de descumprimento de preceito fundamental. Princípios Fundamentais. Direitos e garantias fundamentais. Organização do Estado. Organização dos poderes. Defesa do Estado e instituições democráticas. Tributação e orçamento. Ordem econômica e financeira. Ordem social. Disposições constitucionais gerais e transitórias. Emendas constitucionais. Lei de Responsabilidade Fiscal. Legislação. DIREITO ADMINISTRATIVO: Direito Administrativo. Fontes do Direito Administrativo. Interpretação do Direito Administrativo. Sistemas Administrativos. Administração Pública. Poderes Administrativos. Atos Administrativos e Atos da Administração. Princípios da Administração Pública. Contratos Administrativos. Licitação. Serviços Públicos. Servidores Públicos. Improbidade Administrativa. Bens públicos. Responsabilidade Civil da Administração. Controle da Administração. Legislação. DIREITO CIVIL: Direito Civil. Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro. Pessoas naturais e jurídicas. Domicílio. Bens. Fatos jurídicos. Atos jurídicos. Negócio jurídico. Prescrição e decadência. Prova. Direito das Obrigações. Contratos em geral. Contratos em espécie. Responsabilidade civil. Legislação. DIREITO PROCESSUAL CIVIL: Processo de Conhecimento. Atos Processuais. Formação, Suspensão e Extinção do Processo. Processo e Procedimento. Processo nos Tribunais. Recursos. Processo de Execução. Tutelas Provisórias. Procedimentos Especiais. Ação Rescisória. Mandado de Segurança. Execução Fiscal. Legislação. DIREITO DO TRABALHO: Direitos Constitucionais dos trabalhadores. Normas gerais e específicas de tutela do trabalho: Segurança e medicina do trabalho. Contrato de trabalho. Consolidação das Leis Trabalhistas. Legislação. DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO: Justiça do Trabalho. Varas do Trabalho, Tribunais Regionais do Trabalho e Tribunal Superior do Trabalho: jurisdição e competência. Serviços auxiliares da Justiça do Trabalho. Ministério</p> |



[www.saudades.sc.gov.br](http://www.saudades.sc.gov.br)

Telefone/Fax: (49) 3334-0127 / 3334-0143 • E-mail: [prefeitura@saudades.sc.gov.br](mailto:prefeitura@saudades.sc.gov.br)  
Endereço: Rua Castro Alves, 279, Centro • Saudades – Santa Catarina – CEP: 89868-000



Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE SAUDADES

Público do Trabalho. Processo judiciário do trabalho. Processo em Geral. Dissídios Individuais. Dissídios Coletivos. Execução. Recursos. Legislação. DIREITO PENAL: Imputabilidade Penal. Concurso de Pessoas. Penas. Ação Penal. Extinção da Punibilidade. Crimes contra o patrimônio. Crimes contra a Administração Pública. Crimes contra a Fé Pública. Legislação. DIREITO PROCESSUAL PENAL: Inquérito Policial. Ação Penal e Ação Civil. Competência. Questões e processos incidentes. Prova. Juiz, Ministério Público, acusado e defensor, assistentes e auxiliares da Justiça. Prisão, medidas cautelares e liberdade provisória. Citações e intimações. Sentença. Processos em espécie. Nulidades e recursos em geral. Execução. Legislação. DIREITO TRIBUTÁRIO: Sistema Tributário Nacional. Normas Gerais do Direito Tributário. Sistema Tributário Municipal.



[www.saudades.sc.gov.br](http://www.saudades.sc.gov.br)

Telefone/Fax: (49) 3334-0127 / 3334-0143 • E-mail: [prefeitura@saudades.sc.gov.br](mailto:prefeitura@saudades.sc.gov.br)  
Endereço: Rua Castro Alves, 279, Centro • Saudades – Santa Catarina – CEP: 89868-000



Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE SAUDADES

### ANEXO III

#### FORMULÁRIO DE REQUERIMENTO DE VAGA PARA CANDIDATOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

##### REQUERIMENTO

##### Vaga para PNE e /ou Condição especial para realização de provas

Eu \_\_\_\_\_, portador do documento de identidade nº \_\_\_\_\_, inscrito no CPF nº \_\_\_\_\_ residente e domiciliado na \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, Cidade \_\_\_\_\_, Estado \_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_, inscrito no Concurso Público regido pelo Edital nº 10/2018 da Prefeitura Municipal de Saudades, inscrição número \_\_\_\_\_, para o cargo de \_\_\_\_\_ requiro a Vossa Senhoria:

1 – ( ) Vaga para portadores de necessidades especiais.

CID nº: \_\_\_\_\_

Nome do Médico: \_\_\_\_\_

Nestes termos.

Pede deferimento.

Saudades (SC), \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Requerente



www.saudades.sc.gov.br

Telefone/Fax: (49) 3334-0127 / 3334-0143 • E-mail: prefeitura@saudades.sc.gov.br  
Endereço: Rua Castro Alves, 279, Centro • Saudades – Santa Catarina – CEP: 89868-000



Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE SAUDADES

#### ANEXO IV

#### REQUERIMENTO DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

Nome do Candidato: \_\_\_\_\_

Nº de Inscrição: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_

O candidato acima qualificado vem pelo presente requerer seu enquadramento para isenção de taxa de inscrição, no amparo da Lei Estadual nº 10.567/97, juntando os documentos exigidos pelo Edital de Concurso Público nº 10/2018, do Município de Saudades (SC).

Saudades (SC), \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Candidato



[www.saudades.sc.gov.br](http://www.saudades.sc.gov.br)

Telefone/Fax: (49) 3334-0127 / 3334-0143 • E-mail: [prefeitura@saudades.sc.gov.br](mailto:prefeitura@saudades.sc.gov.br)  
Endereço: Rua Castro Alves, 279, Centro • Saudades – Santa Catarina – CEP: 89868-000



Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE SAUDADES

## ANEXO VI

### MICRO ÁREAS DE ABRANGÊNCIA AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

| VAGAS   | ÁREA   |
|---------|--|
| 01 + CR | ESF 01 - Micro-área 01 (Distrito de Juvêncio)              |
| 01 + CR | ESF 01 - Micro-área 03 (Linha Araçá)                       |
| 01 + CR | ESF 02 - Micro-área 07 (Centro, Santuário até a Beira Rio) |

- Dúvidas poderão ser sanadas na Secretaria de Saúde Pública.



[www.saudades.sc.gov.br](http://www.saudades.sc.gov.br)

Telefone/Fax: (49) 3334-0127 / 3334-0143 • E-mail: [prefeitura@saudades.sc.gov.br](mailto:prefeitura@saudades.sc.gov.br)  
Endereço: Rua Castro Alves, 279, Centro • Saudades – Santa Catarina – CEP: 89868-000

**Schroeder****PREFEITURA****EXTRATO DE CONTRATO Nº. 16/2018 - FMS**

Publicação Nº 1605973

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato de Contrato nº. 16/2018 - FMS

Processo de licitação nº. 22/2018 - FMS

Dispensa de Licitação nº. 15/2018 - FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: TRANSPANTANAL TRANSPORTE DE PASSAGEIROS LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 80.072.325/0001-19, estabelecida na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 4.184, Centro, neste Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89275-000

Objeto: Constitui o presente contrato a Contratação de empresa para transporte de pacientes dentro do Município de Schroeder e dentro do Estado de Santa Catarina, conforme segue:

| ITEM      | DESCRIÇÃO  | QTDE. | UNIDADE | VALOR R\$ UNITÁRIO | VALOR R\$ TOTAL |
|-----------|--|-------|---------|--------------------|-----------------|
| 01        | CONTRATAÇÃO DE MICRO ÔNIBUS COM NO MÍNIMO 28 LUGARES, com banheiro e com sistema de refrigeração (ar condicionado) para transporte dentro do município e dentro do Estado de Santa Catarina. Tendo que a vencedora do certame disponibilizar no ato da contratação, veículos ônibus, para o referido transporte. Em caso de quebra, a empresa vencedora do certame, terá que efetuar a reposição imediata do veículo. É vedado à contratada substituir qualquer veículo (ônibus) por de outra empresa, bem como terceirizar os serviços contratos para outra empresa, que não seja à citada e homologada em contrato.                            | 580   | KM      | 6,00               | 3.480,00        |
| 02        | CONTRATAÇÃO DE ÔNIBUS COM NO MÍNIMO 43 LUGARES, com banheiro e com sistema de refrigeração (ar condicionado) para transporte dentro do município e dentro do Estado de Santa Catarina. Tendo que a vencedora do certame disponibilizar no ato da contratação, veículos ônibus, para o referido transporte para facilitar o acesso imediato. Em caso de quebra, a empresa vencedora do certame, terá que efetuar a reposição imediata do veículo. É vedado à contratada substituir qualquer veículo (ônibus) por de outra empresa, bem como terceirizar os serviços contratos para outra empresa, que não seja à citada e homologada em contrato. | 740   | KM      | 6,05               | 4.477,00        |
| TOTAL R\$ |  |       |         |                    | 7.957,00        |

Valor do Contrato: R\$ 7.957,00 (sete mil novecentos e cinquenta e sete reais)

Data da Assinatura: 27/04/2018 – Vigência: 31/12/2018

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 7.442/2018, DE 18 DE ABRIL DE 2018**

Publicação Nº 1608922

PORTARIA Nº7.442/2018, DE 18 DE ABRIL DE 2018

AUTORIZA PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE CONCLUSÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº005/2017.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,



## RESOLVE :

Art. 1º Autorizar a prorrogação em até 45 (quarenta) dias, com efeitos retroativos a 16 de abril de 2018, em função da complexidade dos autos, para o prazo de conclusão dos trabalhos concernentes ao Processo Administrativo nº005/2017, instaurado através da Portaria nº7.149/2017, de 18 de julho de 2017, de acordo com o Ofício nº008/2018-PA 005/2017, de 16 de abril de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/6/2008.

PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Schroeder, 15 de março de 2018.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor Jurídico

**PORTARIA Nº 7.450/2018, DE 02 DE MAIO DE 2018.**

Publicação Nº 1605700

PORTARIA Nº 7.450/2018, DE 02 DE MAIO DE 2018.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando a realização do Concurso Público nº. 001/2015-GAB/PMS;

Considerando o Decreto nº. 3.467/2015, de 03/11/2015, que homologa a lista dos classificados no referido Concurso Público;

## RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, o Sr. Juliano Schultz, para exercer o cargo de Engenheiro Agrônomo, percebendo o nível salarial nº 75 (Administração), conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 004/1998, de 19/05/1998, e alterações, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em virtude de sua aprovação no Concurso Público nº. 001/2015/GAB/PMS, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder, 02 de maio de 2018.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor Jurídico

## ATA REGISTRO DE PREÇOS PR 23/2018-PMS

Publicação Nº 1605811

Página: 1/3

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 21/2018

| Número do Registro de Preços: 21/2018      Data do Registro: 27/04/2018      Válido até: 27/04/2019   |  |       |  |             |             |                |
|---|--|-------|--|-------------|-------------|----------------|
| Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição pneus para máquinas e caminhões para a Secretaria de Obras e Serviços Urbanos do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses |  |       |  |             |             |                |
| Item  | Especificação  | Unid. | Fornecedor   | Marca Ofer. | Descto. (%) | Preço Unitário |
| 1   | Pneu novo 1 2,5/80 X 18- convencional 10 lonas - com profundidade mínima de 25,5 mm , 1a linha, utilizado nas linhas de produção da máquina (retroescavadeira). Aprovado pelo Inmetro, garantia mínima 05 anos contra defeitos de produção e data de fabricação não superior a 01 ano. | UN    | BBW DO BRASIL COMERCIO DE PNEUMATICOS EIRELI (13908) | SUPERGUIDE  | 0           | 1.050,0000     |
| 2   | Pneu novo 1 400 X 24 - convencional 16 lonas - com profundidade mínima de 25 mm , 1a linha, utilizado nas linhas de produção da máquina (modo niveladora). Aprovado pelo Inmetro, garantia mínima 05 anos contra defeitos de produção e data de fabricação não superior a 01 ano.      | UN    | MODELO PNEUS LTDA (9762)                             | PIRELLI     | 0           | 1.345,0000     |
| 3   | Pneu novo 1 9,5 X 25- convencional 16 lonas - com profundidade mínima de 26 mm , 1a linha, utilizado nas linhas de produção da máquina (pá carregadeira). Aprovado pelo Inmetro, garantia mínima 05 anos contra defeitos de produção e data de fabricação não superior a 01 ano.       | UN    | MODELO PNEUS LTDA (9762)                             | FIRESTONE   | 0           | 2.500,0000     |
| 4   | Pneu novo 1 9,5 X 24- convencional 16 lonas - com profundidade mínima de 28 mm , 1a linha, utilizado nas linhas de produção da máquina (retroescavadeira). Aprovado pelo Inmetro, garantia mínima 05 anos contra defeitos de produção e data de fabricação não superior a 01 ano.      | UN    | MODELO PNEUS LTDA (9762)                             | SUPERGUIDE  | 0           | 2.300,0000     |
| 5   | Pneu novo 1 9,5 X 24- convencional 16 lonas - com profundidade mínima de 28 mm , 1a linha, utilizado nas linhas de produção da máquina (retroescavadeira). Aprovado pelo Inmetro, garantia mínima 05 anos contra defeitos de produção e data de fabricação não superior a 01 ano.      | UN    | MODELO PNEUS LTDA (9762)                             | FIRESTONE   | 0           | 3.670,0000     |
| 6   | Pneu novo 1 9,5 X 24- convencional 16 lonas - com profundidade mínima de 28 mm , 1a linha, utilizado nas linhas de produção da máquina (retroescavadeira). Aprovado pelo Inmetro, garantia mínima 05 anos contra defeitos de produção e data de fabricação não superior a 01 ano.      | UN    | MODELO PNEUS LTDA (9762)                             | SUPERGUIDE  | 0           | 2.300,0000     |

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 21/2018

|   |               |                              |                          |                        |             |                |          |
|---|---------------|------------------------------|--------------------------|------------------------|-------------|----------------|----------|
| Número do Registro de Preços: 21/2018   |               | Data do Registro: 27/04/2018 |                          | Válido até: 27/04/2019 |             |                |          |
| Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição pneus para máquinas e caminhões para a Secretaria de Obras e Serviços Urbanos do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses |               |                              |                          |                        |             |                |          |
| Item  | Especificação | Unid.                        | Fornecedor               | Marca Ofer.            | Descto. (%) | Preço Unitário | Classif. |
|   |               |                              | MODELO PNEUS LTDA (9762) | PIRELLI                | 0           | 3.076.0000     | 2        |

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 21/2018

Página: 3/3

|   |               |                              |            |                        |             |                |          |
|---|---------------|------------------------------|------------|------------------------|-------------|----------------|----------|
| Número do Registro de Preços: 21/2018   |               | Data do Registro: 27/04/2018 |            | Válido até: 27/04/2019 |             |                |          |
| Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição pneus para máquinas e caminhões para a Secretaria de Obras e Serviços Urbanos do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses |               |                              |            |                        |             |                |          |
| Item  | Especificação | Unid.                        | Fornecedor | Marca Ofer.            | Descto. (%) | Preço Unitário | Classif. |

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 21/2018  
PROCESSO Nº 50/2018

(9762) - MODELO PNEUS LTDA  
(13908) - BBW DO BRASIL COMERCIO DE PNEUMATICOS EIRELI

Schroeder, 27 de Abril de 2018.

**DISPENSA 15/2018-FMS**

Publicação Nº 1605898

|  |  |
|--|--|
| <b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b><br><b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER</b><br><br>CNPJ: 83.102.491/0001-09<br>RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201<br>C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC | <b>DISPENSA DE LICITAÇÃO</b><br><b>Nr.: 15/2018 - DL</b> |
|  | <b>Processo Nr.: 22/2018</b><br><b>Data: 27/04/2018</b>  |

Folha: 1/2

|  |  |
|--|--|
| <b>Fornecedor:</b> TRANSPANTANAL TRANSPORTES DE PASSAGEIROS LTDA | <b>Código:</b> 7257                    |
| <b>Endereço:</b> RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 4184               |  |
| <b>Cidade:</b> Schroeder - SC                                    |  |
| <b>CNPJ:</b> 80.072.325/0001-19                                  | <b>Inscrição Estadual:</b> 252.008.570 |

**Objeto da Compra:** Contratação de empresa para transporte de pacientes dentro do Município de Schroeder e dentro do Estado de Santa Catarina.

**ITENS**

| Item | Quantidade | Especificação  | Unid. | Valor Unitário | Valor Total |
|------|------------|--|-------|----------------|-------------|
| 1    | 580,00     | CONTRATAÇÃO DE MICRO ÔNIBUS COM NO MÍNIMO 28 LUGARES, com banheiro e com sistema de refrigeração (ar condicionado) para transporte dentro do município e dentro do Estado de Santa Catarina. Tendo que a vencedora do certame disponibilizar no ato da contratação, veículos ônibus, para o referido transporte. Em caso de quebra, a empresa vencedora do certame, terá que efetuar a reposição imediata do veículo. É vedado à contratada substituir qualquer veículo (ônibus) por de outra empresa, bem como terceirizar os serviços contratos para outra empresa, que não seja à citada e homologada em contrato.                            | KM    | 6,00           | 3.480,00    |
| 2    | 740,00     | CONTRATAÇÃO DE ÔNIBUS COM NO MÍNIMO 43 LUGARES, com banheiro e com sistema de refrigeração (ar condicionado) para transporte dentro do município e dentro do Estado de Santa Catarina. Tendo que a vencedora do certame disponibilizar no ato da contratação, veículos ônibus, para o referido transporte para facilitar o acesso imediato. Em caso de quebra, a empresa vencedora do certame, terá que efetuar a reposição imediata do veículo. É vedado à contratada substituir qualquer veículo (ônibus) por de outra empresa, bem como terceirizar os serviços contratos para outra empresa, que não seja à citada e homologada em contrato. | KM    | 6,05           | 4.477,00    |

**FUNDAMENTO LEGAL:****Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

- II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

**JUSTIFICATIVA**

Tendo em vista a necessidade de transporte de pacientes para mutirão de consultas médicas.

**RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:**

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09  
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO**  
Nr.: 15/2018 - DL

**Processo Nr.:** 22/2018  
**Data:** 27/04/2018

Folha: 2/2

Schroeder, 27 de Abril de 2018

-----  
OSVALDO JURCK  
PREFEITO MUNICIPAL

24/04/2018

**DESPACHO FINAL:**

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação, em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 24 de Abril de 2018

**Valor da Despesa:** 7.957,00 (sete mil novecentos e cinquenta e sete reais)

**Pagamento.....:** 15 dias após recebimento do documento fiscal



# Seara

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 1421

Publicação Nº 1608442

DECRETO Nº 1421, DE 30 DE ABRIL DE 2018

Reajusta as tarifas estabelecidas nos incisos I e II do art. 1º do Decreto nº 1212, de 10 de abril de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SEARA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei e nos termos do inciso X, artigo 108 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com as disposições do Edital de Concorrência Pública nº 109/2007,

**DECRETA:**

Art. 1º Ficam reajustadas as tarifas dos serviços de Transporte Coletivo Urbano estabelecidas nos incisos I e II do art. 1º do Decreto nº 1212, de 10 de abril de 2017, em 3,12% (três vírgula doze por cento), correspondente a variação do Índice de Geral de Preços de Mercado – IGPM-FGV, apurado no período de outubro de 2017 à março de 2018, passando a vigorar com os seguintes valores:

I – passagem em geral ..... R\$ 3,05

II – passagem para estudante ..... R\$ 2,44

Art. 2º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Seara/SC, 30 de abril de 2018

Edemilson Canale

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 30 de abril de 2018

Neri Cosmann

Secretário da Administração

### DECRETO Nº 1422

Publicação Nº 1608630

DECRETO Nº 1422, de 30 de abril de 2018

Formaliza Termo de Credenciamento nº 008/2018 para fornecimento de cascalho.

O Prefeito Municipal de Seara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e nos termos do inciso "VIII" da cláusula décima quarta, do Termo de Credenciamento nº 008/2018, Processo de Licitação nº 076/2018, Modalidade de Inexigibilidade nº 012/2018, de 26 de março de 2018,

**DECRETA**

Art. 1º Nos termos da homologação e adjudicação do Processo Licitatório realizado em 26 de março de 2018, fica CREDENCIADO o Sr. Atilio Michaelson, para fornecimento de cascalho, do tipo macadame, que será utilizado na recuperação de estradas vicinais e em obras realizadas pela administração pública.

Parágrafo único. Considera-se em vigor o presente Termo de Credenciamento a partir da data de Homologação e Adjudicação do Processo Licitatório nº 076/2018, Modalidade de Inexigibilidade de Licitação nº 012/2018, datado em 26 de março de 2018.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Seara-SC, 30 de abril de 2018

EDEMILSON CANALE

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 30 de abril de 2018

Neri Cosmann

Secretário de Administração

**DECRETO Nº 1423**

Publicação Nº 1608633

DECRETO Nº 1423, de 30 de abril de 2018

Formaliza Termo de Credenciamento nº 009/2018 para fornecimento de cascalho.

O Prefeito Municipal de Seara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e nos termos do inciso "VIII" da cláusula décima quarta, do Termo de Credenciamento nº 009/2018, Processo de Licitação nº 083/2018, Modalidade de Inexigibilidade nº 013/2018, de 28 de março de 2018,  
DECRETA

Art. 1º Nos termos da homologação e adjudicação do Processo Licitatório realizado em 28 de março de 2018, fica CREDENCIADO o Sr. Rosalino Pedro Toffoli, para fornecimento de cascalho, do tipo macadame, que será utilizado na recuperação de estradas vicinais e em obras realizadas pela administração pública.

Parágrafo único. Considera-se em vigor o presente Termo de Credenciamento a partir da data de Homologação e Adjudicação do Processo Licitatório nº 083/2018, Modalidade de Inexigibilidade de Licitação nº 013/2018, datado em 28 de março de 2018.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Seara-SC, 30 de abril de 2018  
EDEMILSON CANALE  
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se  
Em 30 de abril de 2018

Neri Cosmann  
Secretário de Administração

**PORTARIAS 280/2018 A 283/2018**

Publicação Nº 1608587

Portaria nº. 280/2018. O Prefeito Municipal de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do art. 104 da Lei Complementar nº. 18/2003, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Seara e da outras providências, resolve,

Conceder, A servidora Mauren Hoffmann, matrícula 2456/01, contratada em caráter temporário para exercer a função de Auxiliar de Creche, do Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, Lei Complementar nº. 021/2003, licença para tratamento de saúde, conforme atestado médico, pelo período de 16 a 30 de abril de 2018, mediante remuneração pelo município e a partir de 01 de maio de 2018, pelo Regime Geral de Previdência Social, devendo o servidor se submeter à perícia médica junto ao INSS.

Os efeitos desta Portaria estender-se-ão até a cessação do benefício previdenciário.

Seara - SC, 30 de abril de 2018.

Edemilson Canale  
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se  
Em 30 de abril de 2018.

Neri Cosmann  
Secretário da Administração

Portaria nº. 281/2018. O Prefeito Municipal de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do inciso X do artigo 108 da Lei Orgânica Municipal, considerando:

a) Que a auxiliar de creche titular da vaga, Mauren Hoffmann, está em benefício previdenciário;

b) O andamento das praticas educativas e, que, a troca de auxiliar de creche pode causar prejuízos na aprendizagem das crianças e ao andamento dos trabalhos na creche,

RESOLVE, Prorrogar o prazo de vigência da Portaria nº. 270/2018, que contrata Michele Ribeiro dos Santos, em caráter temporário, para exercer a função de Auxiliar de Creche, nível Ensino Superior, classe inicial, anexo IV, do Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, Lei Complementar nº. 21/2003, na Educação Infantil, no Centro Educação Infantil Dona Ilse, com carga horária de 40 horas semanais e vencimentos conforme o estabelecido em lei, para substituir auxiliar de creche titular, Mauren Hoffmann, legalmente afastada, no período de 03 de maio a 14 de junho de 2018.

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Seara - SC, 30 de abril de 2018.

Edemilson Canale  
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se  
Em 30 de abril de 2018.

Neri Cosmann  
Secretário da Administração

Portaria nº. 282/2018. O Prefeito Municipal de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do inciso IX, do artigo 2º da Lei Complementar nº 30/2008, que dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário e dá outras Providências, combinado com as disposições do Edital de Processo Seletivo nº. 35/2017, para a contratação temporária de pessoal no magistério público municipal para o ano letivo de 2018, resolve,

Contratar, Maria Dreon Langaro, em caráter temporário, para exercer a função de Professor, Nível Ensino Superior, Classe Inicial, anexo IV, do Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, Lei Complementar nº. 21/2003, na Educação Infantil, no Centro de Educação Infantil Dona Ilse, com carga horária de 20 horas semanais e vencimentos conforme o estabelecido em lei, em vaga não ocupada por concurso, no período de 02 a 07 de maio de 2018, podendo ser rescindido nos termos do artigo 10 da Lei Complementar 30/2008, aplicando-se no que couber a Lei Complementar nº. 18/2003, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores do Município de Seara e dá outras providências e as disposições contratuais estabelecidas entre as partes.

A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Seara, SC., em 30 de abril de 2018.

Edemilson Canale

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 30 de abril de 2018.

Neri Cosmann

Secretário da Administração.

Portaria nº. 283/2018. O Prefeito Municipal de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do inciso IX, do artigo 2º da Lei Complementar nº 30/2008, que dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário e dá outras Providências, combinado com as disposições do Edital de Processo Seletivo nº. 35/2017, para a contratação temporária de pessoal no magistério público municipal para o ano letivo de 2018, resolve,

Contratar, Eliandra Maria Horn Vani, em caráter temporário, para exercer a função de Professor, Nível Ensino Superior, Classe Inicial, anexo IV, do Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, Lei Complementar nº. 21/2003, nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, na Escola Núcleo Nova Teutônia, com carga horária de 20 horas semanais e vencimentos conforme o estabelecido em lei, para substituir professora titular, Cirlei Graciosa Matiello Ferenz, legalmente afastada, no período de 02 a 31 de maio de 2018, podendo ser rescindido nos termos do artigo 10 da Lei Complementar 30/2008, aplicando-se no que couber a Lei Complementar nº. 18/2003, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores do Município de Seara e dá outras providências e as disposições contratuais estabelecidas entre as partes. A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Seara, SC., em 30 de abril de 2018.

Edemilson Canale

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 30 de abril de 2018.

Neri Cosmann

Secretário da Administração.

## **PROCESSO LICITATÓRIO N.º 012/2018-FMS - DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 003/2018-FMS.**

Publicação Nº 1608638

Fundo Municipal de Saúde.

Processo Licitatório n.º 012/2018-FMS - Dispensa de Licitação n.º 003/2018-FMS.

Objeto: Aquisição de telas, toldo e serviços de mão de obra.

Justificativa: Necessidade de manter em bom estado as instalações da unidade de saúde, localizada em Linha Pinhal, proporcionando ambiente mais agradável e seguro para os usuários e prestadores de serviços.

Fundamento legal: Inciso II do artigo 24 da lei nº. 8666/93, por Dispensa de Licitação.

Valor: R\$ 3.160,00

Fornecedor: Lenoar Cezar Martini - ME

Seara, SC, 26 de abril de 2018.

Flávio Joel Zolet

Secretário Municipal da Saúde

Gestor do FMS

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 095/2018**

Publicação Nº 1608155

Retificação Processo Licitatório nº 095/2018  
Retificação Edital de Pregão Presencial nº 040/2018

Tramita junto ao Município de Seara, processo licitatório na modalidade Pregão Presencial nº 040/2018, datado de 20/04/2018, que objetiva a contratação de serviços de transporte escolar de alunos do ensino infantil, fundamental, médio e especial da rede de Ensino do Município para o ano letivo de 2018, conforme linha/percurso, identificado, constante no anexo I.

No decorrer do prazo para abertura do aludido processo licitatório, foi constatada a necessidade de retificação do instrumento convocatório (edital), tendo em vista a imprescindibilidade de publicação do aviso do certame no DOM/SC (Diário Oficial dos Municípios), ante o princípio da Publicidade.

Em virtude da presente conjectura fática o prazo para a entrega dos envelopes fica alterado para o dia 16/05/2018, às 08:30 horas, sendo a abertura dos invólucros realizada nesta mesma data, às 08:35 horas, tudo de acordo com a lei nº 10.520/02 e lei nº 8.666/93.

Os demais itens, cláusulas e anexos do Edital do Pregão Presencial nº 040/2018 – Registro de Preços, permanecem inalterados.

Publique-se.

Seara, SC, aos 30 dias do mês de abril de 2018.

Edemilson Canale

Prefeito

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 106/2018**

Publicação Nº 1608788

Processo Licitatório nº 106/2018  
Edital de Pregão Presencial nº 046/2018

O Município de Seara, Comunica aos interessados, que de acordo com a lei nº 10.520/02 e lei nº 8.666/93, estará recebendo até às 13h30min do dia 16/05/2018, "envelope de credenciamento, da proposta e da documentação" referentes à contratação de profissional para ministrar aulas de capoeira as usuários do SCFV. A íntegra do Edital de Pregão Presencial poderá ser obtida no Departamento de Licitações do Município ou no site [www.seara.sc.gov.br](http://www.seara.sc.gov.br) e informações pelos telefones (49) 3452-8328 ou 3452-8327.

Seara, SC, 30 de abril de 2018.

Edemilson Canale

Prefeito Municipal

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 108/20178**

Publicação Nº 1608572

Processo Licitatório nº. 108/2018  
Edital de Tomada de Preços nº. 010/2018.

O Município de Seara, SC, Comunica aos interessados, que de acordo com a lei nº. 8.666/93, estará recebendo e protocolizando no livro respectivo, impreterivelmente até às 08h30min do dia 18/05/2018, documentação e propostas referentes à contratação de empresa do ramo de engenharia/arquitetura, em regime de empreitada global, para elaboração de projeto construtivo da nova sede do Corpo de Bombeiros Militar de Seara/SC, com área aproximadamente 680 m², contemplando os projetos arquitetônico, sanitário, hidráulico, estrutural, elétrico, preventivo contra incêndios, maquete 3d e elaboração de ART/RRT, conforme programa de necessidades a ser elaborado pela licitante vencedora. A íntegra do Edital e anexo poderá ser obtida no Departamento de Licitações do Município ou no site [www.seara.sc.gov.br](http://www.seara.sc.gov.br), e informações serão fornecidas no horário de expediente pelos telefones (49) 3452-8328 ou 3452-8327.

Seara, SC, 30 de abril de 2018.

Edemilson Canale

Prefeito Municipal

# Serra Alta

## PREFEITURA

### DECRETO 076/2018

Publicação Nº 1608910

DECRETO Nº 076/2018, DE 02 DE MAIO DE 2018.

“DISPÕE SOBRE ATRIBUIÇÃO DE ADICIONAL DE TITULAÇÃO À SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

DARCI CERIZOLLI, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais art. 40, inc. VII, da Lei Orgânica), e de acordo com a Lei Complementar nº 38/2018,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica atribuído Adicional de Especialização sobre o vencimento do servidor, aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, de acordo com sua escolaridade e respectivo percentual constante no anexo V da Lei Complementar nº 038/2018, e alterações posteriores.

| FUNCIONÁRIO PÚBLICO                       | ESCOLARIDADE  |
|---|---------------|
| FERNANDO RENATO DIOGO JACINTO DE OLIVEIRA | PÓS-GRADUAÇÃO |
| ÁLISSON MAURÍCIO MONTEIRO                 | PÓS-GRADUAÇÃO |

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste decreto, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Ar. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº 958/2013, revogadas às disposições em contrário.

Serra Alta/SC, 02 de maio de 2018.

DARCI CERIZOLLI  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

EDERSON CEREZOLLI  
Secretário de Administração

### EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL Nº 027/2018

Publicação Nº 1606210

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SERRA ALTA

AVISO DE LICITAÇÃO:

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 027/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 027/2018 – REGISTRO DE PREÇOS

Tipo: Menor Preço/Global.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA A EVENTUAL Contratação de Empresa, especializada na prestação de serviços de locação de impressoras e Fotocopiadoras, a laser, novas ou seminovas, incluindo o fornecimento de suprimentos (exceto o papel); e a manutenção técnica com suprimentos (exceto papel), nas impressoras pertencentes ao patrimônio público do Município de Serra Alta, destinadas ao atendimento essencial do serviço de impressões, fotocópias e digitalização, demandados em todos os departamentos e secretarias que compõe este órgão público municipal.

Entrega dos Envelopes para: 08:30 horas do dia 16 de Maio de 2018.

Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 16 de Maio de 2018.

O Edital se encontra disponível na Prefeitura e no site <http://www.serraalta.sc.gov.br/> ou maiores informações no seguinte endereço e horário: Av.Dom Pedro II, nº 830, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 horas e das 13:15 às 17:15horas.

SERRA ALTA/SC, 02 de maio de 2018.

DARCI CERIZOLLI  
PREFEITO MUNICIPAL

**EXTRATO TOMADA DE PREÇOS Nº 028/2018**

Publicação Nº 1606213

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

AVISO DE LICITAÇÃO:

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 028/2018

TOMADA DE PREÇOS P/ OBRAS E SERV. DE ENG. Nº 028/2018

Tipo: Menor Valor do Item

OBJETO: Objetivando a contratação de profissional habilitado, ou de empresa especializada na prestação de serviços de engenharia civil e arquitetura, para elaboração de projeto de combate a incêndio.

Entrega dos Envelopes: 08:30 horas do dia 21 de Maio de 2018.

Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 21 de Maio 2018.

O Edital e anexos se encontram disponíveis no site [www.serraalta.sc.gov.br](http://www.serraalta.sc.gov.br) ou maiores informações no seguinte endereço e horário: Av.Dom Pedro II, nº 830, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 horas/13:30 às 17:30horas.

SERRA ALTA/SC, 02 de maio de 2018.

DARCI CERIZOLLI

PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA 055/2018**

Publicação Nº 1608903

PORTARIA Nº. 055/2018, DE 02 DE MAIO DE 2018.

"DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE ELISANDRO MARCOLINA PARA O CARGO DE MOTORISTA, POR TEMPO DETERMINADO, PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

DARCI CERIZOLLI, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas no art. 40, da Lei Orgânica Municipal; e em conformidade com a Lei Municipal nº. 498/2001; Lei Complementar nº. 038/2018 e alterações posteriores; Lei Municipal nº. 692/2006; e de acordo com o Edital de Processo Seletivo nº. 001/2018, do Município de Serra Alta/SC.

RESOLVE:

Art. 1º Fica contratado, a partir desta data, em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público, na forma e nas condições abaixo relacionadas:

|                               |  |
|-------------------------------|--|
| SERVIDOR:                     | Elisandro Marcolina  |
| CPF:                          | 076.405.509-71   |
| RG:                           | 5.543.455 SSPDC/SC   |
| CARGO:                        | Motorista  |
| CARGA HORÁRIA:                | 40 horas semanais  |
| LOTAÇÃO:                      | Secretaria de Transporte, Estrada e Rodagem  |
| GRUPO:                        | III - SOP  |
| NÍVEL:                        | 130  |
| LEI AUTORIZATIVA:             | A Lei Municipal nº. 692/2006, art. 2º, inciso VI "admissão para suprir vaga não preenchida em concurso Público". |
| JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO: | Justifica-se a contratação pelo motivo de vaga não preenchida por concurso Público.                              |
| VIGÊNCIA:                     | 02/05/2018 a 14/12/2018.   |

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação desta portaria, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente, percebendo o vencimento constante na Lei Complementar nº. 038/2018 e suas alterações posteriores, vigentes do Município de Serra Alta/SC.

Art. 3º Os direitos do contratado são os previstos na Lei Municipal nº. 692/2006. e aqueles previstos no CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO, assinado entre as partes.

Art. 4º Aplica-se a contratação desta portaria o Regime Geral de Previdência Social, conforme art. 154, da Lei Municipal nº. 498/2001.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013, revogadas às disposições em contrário.

Serra Alta/SC, 02 de maio de 2018.

DARCI CERIZOLLI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

EDERSON CEREZOLLI

Secretário de Administração



# Siderópolis

## PREFEITURA

### TERMO DE COLABORAÇÃO 08/2018

Publicação Nº 1608564

| Data       | Município e Entidade  | Objeto  | Valor Global                    | Vigência   |
|------------|---|---|---------------------------------|------------|
| 26/04/2018 | MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS E A COOPERATIVA DE AGRICULTORES FAMILIARES DE SIDERÓPOLIS – COOPER-BELLUNO | Custear serviços administrativos e contábeis visando a organização e fortalecimento dos agricultores familiares do município de Siderópolis, objetivando a organização dos agricultores dando suporte e auxílio em sua produção e comercialização para a execução do projeto do PNAE (Programa Nacional e Alimentação Escolar) e participação da Cooperativa em eventos, feiras, treinamentos, cursos, palestras, reuniões regionais e municipais, dentre elas a Agroponte. | R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) | 31/12/2018 |

Termo de Colaboração 08/2018

# Sul Brasil

## PREFEITURA

### DECRETO 091/2018

Publicação Nº 1608914

DECRETO Nº.0103 DE 02 DE MAIO DE 2018

DISPÕE SOBRE ADMISSÃO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, EDIMAR BICIGO, APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2017, PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto no artigo 9º da Lei Municipal nº. 384, de 01 de junho de 2001, e Lei Complementar nº 385, de 01 de junho de 2001, alterada pela Lei Complementar nº 678 de 19.01.2009 e Edital nº 001/2017 - Concurso Público.

DECRETA:

Art. 1º.Fica nomeado servidor público Municipal de Sul Brasil-SC, a partir desta data, o candidato aprovado no Concurso Público nº 001/2017, abaixo denominado, de acordo com o cargo e enquadramento que segue:

NOME: EDIMAR BICIGO

CPF: 042.463.279-99

CARGO: OPERADOR DE MAQUINAS

CARGA HORÁRIA: 40 (QUARENTA) HORAS SEMANAIS

LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, OBRAS E TRANSPORTES

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta de dotação própria prevista no orçamento.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e esta vinculada a Lei 1.027 de 06 de abril de 2015 que institui o DOM - Diário Oficial dos Municípios.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,

02 de maio de 2018.

EDER IVAN MARMITT

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA SUPRA:

VALDECIR TOSETTO

Diretor do Departamento

# Tangará

## PREFEITURA

### **DECRETO Nº 058, DE 10 DE ABRIL DE 2018. "ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA".**

Publicação Nº 1608502

DECRETO Nº 058, DE 10 DE ABRIL DE 2018.

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA".

NADIR BAÚ DA SILVA Prefeito Municipal em de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com as Leis nº. 2.352/17, e 2.382/18.

DECRETA:

Art. 1º. Fica anulada a importância de R\$ R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais) na seguinte dotação orçamentária do atual orçamento do Município.

03 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

Atividade 2003

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.0149 – Aplicações Diretas...R\$ 15.000,00

Art. 2º. Com o produto da anulação acima fica suplementada a importância de R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais) na seguinte dotação orçamentária do atual orçamento do município.

05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDEUCAÇÃO, CULTURA, JUVENTUDE, ESPORTES E LAZER

Projeto 1010

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.0149 – Aplicações Diretas...R\$ 15.000,00

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ - SC, 10 DE ABRIL DE 2018.

NADIR BAÚ DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

### **ATA DA ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E HABILITAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 039/2018 REGISTRO DE PREÇO**

Publicação Nº 1608707

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

ATA DA ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E HABILITAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 039/2018 REGISTRO DE PREÇO

Aos trinta dias do mês de Abril do ano de dois mil e dezoito, às quatorze horas, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº 017/2017, para abrir e julgar o processo licitatório modalidade Pregão Presencial nº 039/2018, da Prefeitura Municipal de Tangará, o qual tem por objeto o registro de preço a AQUISIÇÃO DE LANCHES PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS. Participa deste certame a seguinte empresa:

1) PANIFICADORA E CONFEITARIA TANGARÁ LTDA ME, representada neste ato por Gilberto Sevald;

Iniciado o certame, uma única empresa se credenciou, analisado o credenciamento que estava de acordo com edital, passa a vista e rubrica nos envelopes pelos representantes presentes, após passou-se para a abertura dos envelopes das propostas, constatou-se que a empresa participante encontra-se habilitada para os lances. Passou-se então para fase dos lances, feita a tentativa de negociação a empresa baixou o valor da sua proposta, após sagrou-se vencedor do lote a empresa PANIFICADORA E CONFEITARIA TANGARÁ LTDA ME com o valor total dos lotes de R\$ 86.000,00(oitenta e seis mil reais). Após abertos os envelopes das documentações que estavam de acordo com as exigências do edital, passa as vistas e rubricas dos presentes. Nenhuma empresa manifestou intenção de recurso. Sem mais encerrado certame. Publique-se o presente resultado no site [www.tangara.sc.gov.br](http://www.tangara.sc.gov.br) e no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC na data de 30/04/2018. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, com o presente ata lida, aprovada e assinada pelos presentes. Tangará, 30 de Abril de 2018.

Paula Aline Taffarel Motter

Presidente da Comissão de Licitações

Camila Bruns Willian José Zen

Membro da Comissão de Licitações Membro da Comissão de Licitações

PANIFICADORA E CONFEITARIA TANGARÁ LTDA ME

**ATA DA ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E HABILITAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 044/2018**

Publicação Nº 1608703

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

ATA DA ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E HABILITAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº044/2018

Aos trinta dias do mês de Abril do ano de dois mil e dezoito, as quinze horas, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº 017/2017, para abrir e julgar o processo licitatório modalidade Pregão Presencial nº 044/2018, da Prefeitura Municipal de Tangará, o qual tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONSTRUÇÃO CIVIL A QUAL FORNEÇA MATERIAIS E MÃO-DE-OBRA (HORA/HOMEM) PARA EXECUÇÃO DE PISO EM CONCRETO PARA QUADRA DO GINÁSIO MUNICIPAL ATÍLIO COLOMBO. Participam deste certame as seguintes empresas:

- 1) FOCUS SERVIÇOS EIRELI ME, representada neste ato por Filipe Cristiano Bitencourt;
- 2) CONSTRUTORA POSSAMAI LTDA ME, representada neste ato por Vanio Knoth;
- 3) VITE SERVIÇOS E SOLUÇÕES LTDA ME, representada neste ato por Joel Bianchin;
- 4) J.O CAMARGO EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA ME, representada neste ato por Vanderlei Camargo.

Iniciado o certame, esteve presente ao ato a Sra. Larissa Vendruscolo, Engenheira Civil da Prefeitura Municipal de Tangará, auxiliando a Comissão Permanente de Licitações no julgamento, passa a vista e rubrica nos envelopes pelos representantes presentes, analisado o credenciamento das empresas que estavam de acordo com o edital, sendo habilitadas para o certame, após passou-se para a abertura dos envelopes das propostas, constatou-se que as empresas participantes encontra-se habilitadas para os lances. Passou-se então para fase dos lances, após sagrou-se vencedor a empresa J.O CAMARGO EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA ME com o valor total de R\$ 36.631,40 (trinta e seis mil seiscentos e trinta e um reais e quarenta centavos). Após aberto o envelope da documentação que estava de acordo com as exigências do edital, passando para vistas e rubricas dos presentes. Não teve manifestação de recurso. Sem mais encerrado certame. Publique-se o presente resultado no site [www.tangara.sc.gov.br](http://www.tangara.sc.gov.br) e no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC na data de 30/04/2018. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, com o presente ata lida, aprovada e assinada pelos presentes. Tangará, 30 de Abril de 2018.

Paula Aline Taffarel Motter

Presidente da Comissão de Licitações

Camila Bruns Willian José Zen

Membro da Comissão de Licitações Membro da Comissão de Licitações

Larissa Vendruscolo

Engenheira Civil

Prefeitura Municipal de Tangará

FOCUS SERVIÇOS EIRELI ME

CONSTRUTORA POSSAMAI LTDA ME

VITE SERVIÇOS E SOLUÇÕES LTDA ME

J.O CAMARGO EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA ME

**DECRETO Nº 049, DE 20 DE MARÇO DE 2018. "SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA"**

Publicação Nº 1608497

DECRETO Nº 049, DE 20 DE MARÇO DE 2018.

"SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA"

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições e de conformidade com a Lei nº 2.352/2017.

DECRETA:

Art. 1º. Fica suplementada a importância de R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais) nas seguintes dotações do atual orçamento do Município, com a utilização de recursos do excesso de arrecadação apurado no atual exercício.

05-SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, JUVENTUDE, ESPORTES E LAZER

Atividade 2025

Modalidade de Aplicação 3.3.90.00.00.0149 Aplicações Diretas ..... R\$ 25.000,00

07-SECRETARIA MUNICIPAL DOS TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO

Projeto 1021

Modalidade de Aplicação 4.4.90.00.00.0149 Aplicações Diretas ..... R\$ 5.000,00

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ, 20 DE MARÇO DE 2018.  
NADIR BAÚ DA SILVA  
PREFEITO MUNICIPAL

**DECRETO Nº 054, DE 02 DE ABRIL DE 2018. "SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA"**

Publicação Nº 1608498

DECRETO Nº 054, DE 02 DE ABRIL DE 2018.  
"SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA"

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei nº 2.352/17.

DECRETA:

Art. 1º. Fica suplementada a importância de R\$ 32.040,21 (Trinta e dois mil, quarenta reais e vinte e um centavos) na seguinte dotação do atual orçamento do Município, com a utilização de recursos do superávit financeiro apurado no exercício anterior.

05-SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, JUVENTUDE, ESPORTES E LAZER

Projeto 1.014

Modalidade de Aplicação 4.4.90.00.03.3434 Aplicações Diretas ..... R\$ 32.040,21

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ, 02 DE ABRIL DE 2018.  
NADIR BAÚ DA SILVA  
PREFEITO MUNICIPAL

**DECRETO Nº 055, DE 02 DE ABRIL DE 2018. "SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA"**

Publicação Nº 1608499

DECRETO Nº 055, DE 02 DE ABRIL DE 2018.  
"SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA"

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições e de conformidade com a Lei nº 2.352/2017.

DECRETA:

Art. 1º. Fica suplementada a importância de R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais) nas seguintes dotações do atual orçamento do Município, com a utilização de recursos do excesso de arrecadação apurado no atual exercício.

05-SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, JUVENTUDE, ESPORTES E LAZER

Atividade 2025

Modalidade de Aplicação 3.1.90.00.00.0149 Aplicações Diretas ..... R\$ 5.000,00

Modalidade de Aplicação 3.3.90.00.00.0149 Aplicações Diretas ..... R\$ 10.000,00

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ, 02 DE ABRIL DE 2018.  
NADIR BAÚ DA SILVA  
PREFEITO MUNICIPAL

**DECRETO Nº 056, DE 09 DE ABRIL DE 2018. "SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA"**

Publicação Nº 1608500

DECRETO Nº 056, DE 09 DE ABRIL DE 2018.

"SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA"

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições e de conformidade com a Lei nº 2.352/2017.

DECRETA:

Art. 1º. Fica suplementada a importância de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais) na seguinte dotação do atual orçamento do Município, com a utilização de recursos do excesso de arrecadação apurado no atual exercício.

05-SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, JUVENTUDE, ESPORTES E LAZER

Atividade 2025

Modalidade de Aplicação 3.3.90.00.00.0149 Aplicações Diretas ..... R\$ 10.000,00

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ, 09 DE ABRIL DE 2018.  
NADIR BAÚ DA SILVA  
PREFEITO MUNICIPAL

**DECRETO Nº 057, DE 10 DE ABRIL DE 2018. "ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA".**

Publicação Nº 1608501

DECRETO Nº 057, DE 10 DE ABRIL DE 2018.

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA".

NADIR BAÚ DA SILVA Prefeito Municipal em de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com as Leis nº. 2.352/17, e 2.381/18.

DECRETA:

Art. 1º. Fica anulada a importância de R\$ R\$ 400.000,00 (Quatrocentos mil reais) na seguinte dotação orçamentária do atual orçamento do Município.

03 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

Atividade 2003

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.0149 – Aplicações Diretas...R\$ 400.000,00

Art. 2º. Com o produto da anulação acima fica suplementada a importância de R\$ 400.000,00 (Quatrocentos mil reais) na seguinte dotação orçamentária do atual orçamento do município.

07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO

Projeto 1015

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.0149 – Aplicações Diretas...R\$ 400.000,00

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ - SC, 10 DE ABRIL DE 2018.

NADIR BAÚ DA SILVA  
PREFEITO MUNICIPAL

**DECRETO Nº 060, DE 10 DE ABRIL DE 2018. "SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA"**

Publicação Nº 1608503

DECRETO Nº 060, DE 10 DE ABRIL DE 2018.

"SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA"

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições e de conformidade com a Lei nº 2.352 de 21/11/2017.

DECRETA:

Art. 1º. Fica suplementada a importância de R\$ 12.008,65 (Doze mil, oito reais e sessenta e cinco centavos) nas seguintes dotações do atual orçamento do Fundo Municipal da Infância e Adolescência de Tangará, com a utilização de recursos do superávit financeiro apurado no exercício anterior.

12 - FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA DE TANGARÁ

Atividade 2015

Modalidade de Aplicação 3.3.90.00.0.3149 Aplicações Diretas ..... R\$ 2.216,34

Modalidade de Aplicação 3.3.90.00.0.3409 Aplicações Diretas ..... R\$ 9.792,31

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ, 10 DE ABRIL DE 2018.

NADIR BAÚ DA SILVA  
PREFEITO MUNICIPAL



**DECRETO Nº 061, DE 18 DE ABRIL DE 2018. "SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA"**

Publicação Nº 1608504

DECRETO Nº 061, DE 18 DE ABRIL DE 2018.

**"SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA"**

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei nº 2.352/17.

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica suplementada a importância de R\$ 8.000,00 (Oito mil reais) na seguinte dotação do atual orçamento do Município, com a utilização de recursos do excesso de arrecadação apurado no presente exercício.

07-SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO

Projeto 1.021

Modalidade de Aplicação 4.4.90.00.03.0149 Aplicações Diretas ..... R\$ 8.000,00

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ, 18 DE ABRIL DE 2018.

NADIR BAÚ DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

**DECRETO Nº 063, DE 20 DE ABRIL DE 2018. "SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA"**

Publicação Nº 1608506

DECRETO Nº 063, DE 20 DE ABRIL DE 2018.

**"SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA"**

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições e de conformidade com a Lei nº 2.352 de 21/11/2017.

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica suplementada a importância de R\$ 413,90 (Quatrocentos e treze reais e noventa centavos) na seguinte dotação do atual orçamento do Município, com a utilização de recursos do excesso de arrecadação apurado no presente exercício.

06-SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Projeto 1.012

Modalidade de Aplicação 4.4.90.00.00.0149 Aplicações Diretas ..... R\$ 413,90

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ, 20 DE ABRIL DE 2018.

NADIR BAÚ DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA Nº. 283 DE 24 DE ABRIL DE 2018. CORRIGE ERRO MATERIAL CONTIDO NA PORTARIA MUNICIPAL Nº 369/2015.**

Publicação Nº 1608507

PORTARIA Nº. 283 DE 24 DE ABRIL DE 2018.

CORRIGE ERRO MATERIAL CONTIDO NA PORTARIA MUNICIPAL Nº 369/2015.

Nadir Baú da Silva, Prefeito Municipal de Tangará Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica corrigido o erro material cometido na Portaria Municipal nº 369/2015:

Onde se lê no artigo 1º:

CONTADOR – NÍVEL 17 – CLASSE A

Leia-se:

CONTADOR – NÍVEL 18 – CLASSE A

Art. 2º - Continuam inalterados os demais dispositivos da Portaria nº 369/2015.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 04 de Maio de 2015.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ – SC, EM 24 DE ABRIL DE 2.018.

NADIR BAÚ DA SILVA  
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA Nº. 292 DE 30 DE ABRIL DE 2.018.  
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR QUE ESPECÍFICA, E DÁ**

Publicação Nº 1608508

PORTARIA Nº. 292 DE 30 DE ABRIL DE 2.018.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR QUE ESPECÍFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo;

RESOLVE

Art. 1º. Conceder férias ao servidor VALMIR FRIEBEL, ocupante do cargo de MOTORISTA – NÍVEL 08 – CLASSE C, no período de 02/05/2018 a 31/05/2018.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos jurídicos e econômicos a vigorar em 052/05/2018, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ – SC, DE 30 DE ABRIL DE 2.018.

NADIR BAÚ DA SILVA  
PREFEITO MUNICIPAL

**PR 054/2018**

Publicação Nº 1608075

MUNICÍPIO DE TANGARÁ

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 084/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 054/2018

O Prefeito do Município de Tangará, Estado de Santa Catarina, comunica aos interessados que a licitação na modalidade Pregão Presencial nº 054/2018, a qual tem por objeto o registro de preço a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HORAS MÁQUINAS/CAMINHÕES PARA A SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO E SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE TANGARÁ. Os envelopes contendo a documentação e proposta de preço serão recebidos até às 14h00min do dia 15/05/2018, com abertura às 14h00min do mesmo dia. O edital e seus anexos podem ser obtidos na sede Administrativa do Município, sito a Av. Irmãos Piccoli, 267, Fone 49 3532-1522. Tangará-SC, 30 de Abril de 2018.

NADIR BAÚ DA SILVA  
PREFEITO MUNICIPAL

# Tigrinhos

## PREFEITURA

### EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO 004-2018 SAÚDE

Publicação Nº 1605809

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE TIGRINHOS  
Fundo Municipal de Saúde

EXTRATO DE PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 004/2018.  
Tomada de Preços nº. 001/2018.

O Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, torna público para conhecimento geral dos interessados que fará realizar licitação na modalidade TOMADA DE PREÇOS, do tipo MENOR PREÇO POR EMPREITADA GLOBAL, para Contratação de Empresa de Construção Civil para Fornecimento de Materiais e Mão de Obra para Execução do Projeto de Ampliação da Unidade Básica de Saúde (2ª etapa de execução) com área total de 123,85m², conforme projeto anexo ao edital. O recebimento das propostas e documentação será até as 08h30min do dia 22/05/2018, no departamento de Compras e Licitações do Município de Tigrinhos, e a abertura será realizada às 09h00min do mesmo dia. Maiores Informações bem como cópia do Edital e Projeto poderão ser obtidas junto a Prefeitura Municipal, sito a Avenida Felipe Bacinski, 479, Tigrinhos/SC, fone: 49- 36580064, ou pelo site: [www.tigrinhos.sc.gov.br](http://www.tigrinhos.sc.gov.br)

Tigrinhos (SC), 02 de maio de 2018.  
DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

### EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO 025-2018

Publicação Nº 1608543

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE TIGRINHOS

EXTRATO DE PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 025/2018  
PREGAO PRESENCIAL Nº. 021/2018  
Sistema de Registro de Preços  
Licitação Exclusiva ME ou EPP

O Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, torna público para conhecimento geral dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR LANCE, para Aquisições Parceladas e Futuras de Materiais de Informática, para Manutenção de Equipamentos e das Atividades junto aos Setores da Prefeitura Municipal de Tigrinhos/SC, sob o sistema de registro de preços, com validade para doze meses. O recebimento dos envelopes de propostas e habilitação será até as 08h30min do dia 15/05/2018, no departamento de Compras e Licitações do Município de Tigrinhos, e a sessão terá início às 08h40min no Auditório do Centro Administrativo Municipal de Tigrinhos, no mesmo dia. Maiores Informações bem como cópia do Edital poderão ser obtidas junto a Prefeitura Municipal, sito na Avenida Felipe Bacinski 479, Centro, Tigrinhos/SC, fone: 49- 36580064, ou pelo site: [www.tigrinhos.sc.gov.br](http://www.tigrinhos.sc.gov.br)

Tigrinhos, 02 de maio de 2018.  
DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

### EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO 007-2018

Publicação Nº 1608074

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE TIGRINHOS

O MUNICIPIO DE TIGRINHOS – torna público, para conhecimento dos interessados, que foi celebrado termo aditivo para prorrogação de prazo contratual, referente contrato 007/2018, cujo objeto é a contratação de pessoa jurídica para fornecimento de materiais e mão de obra para execução do projeto de Adequação a Acessibilidade Interna e Reforma da Cobertura do Centro de Educação Municipal Professor Ivo Luiz Honnelf.

TIGRINHOS/SC, em 30 de abril de 2018.  
DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

# Tijucas

## PREFEITURA

### EXTRATO CONTRATO Nº 049/PMT/2018

Publicação Nº 1608102

EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 049/PMT/18 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 093/PMT/18 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 031/PMT/18  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TIJUCAS, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS.

CONTRATADA: GLOBAL BANDEIRAS EIRELI – ME.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE CARTEIRAS DE IDENTIFICAÇÃO FUNCIONAL PARA OS AUDITORES FISCAIS, DOS FISCAIS DE TRIBUTOS E DOS FISCAIS DE OBRAS, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS/SC.

VALOR: R\$. 2.560,00 (DOIS MIL, QUINHENTOS E SESSENTA REAIS).

TIJUCAS/SC, 27 DE ABRIL DE 2018.

# Timbó

## PREFEITURA

### ATA ANÁLISE DOCUMENTOS HABILITAÇÃO E JULGAMENTO CREDENCIAMENTO N.º 03 2018 FME - INTERESSADO ROSINEI CAYTON LENZ

Publicação Nº 1608644

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
ATA DE CREDENCIAMENTO Nº. 03/2018 – FME

Às catorze horas, do vigésimo sétimo dia do mês de abril de dois mil e dezoito (27/04/2018), na sala de licitações da Prefeitura de Timbó, SC reuniram-se os membros da Comissão de Licitações, designada pela Portaria nº. 540 de 02 de Janeiro de 2018, para abertura do envelope de Habilitação/Credenciamento do processo licitatório nº. 03/2018 - FME.

Protocolou tempestivamente o envelope o interessado ROSINEI CAYTON LENZ – (CPF Nº. 771.106.252-49)

O Presidente solicitou aos presentes que rubricassem o envelope e que conferissem sua inviolabilidade e, na sequência, iniciou a abertura do envelope, colocando à disposição dos presentes, para exame e rubrica, todos os documentos nele contidos.

Da análise dos documentos, atendendo ao princípio da legalidade, impessoalidade, interesse público, economicidade e vinculação ao instrumento convocatório, a Comissão decide pela habilitação do interessado ROSINEI CAYTON LENZ para o exercício das funções descritas no item 08 do Anexo I do Edital, visando atender a demanda de eventos sazonais e/ou periódicos da FME - calendário esportivo de 2018. Nada mais havendo, o Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão.

Registre-se, publique-se, intímese.

EDÉSIO M. SLOMP  
Presidente  
ANGELA PREUSS  
Membro  
LOURDES MOSER  
Membro

### ATA ANÁLISE DOCUMENTOS HABILITAÇÃO E JULGAMENTO CREDENCIAMENTO N.º 03 2018 FME - INTERESSADO LUCAS AUGUSTO BRANDÃO

Publicação Nº 1608647

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
ATA DE CREDENCIAMENTO Nº. 03/2018 – FME

Às catorze horas, do vigésimo sétimo dia do mês de abril de dois mil e dezoito (27/04/2018), na sala de licitações da Prefeitura de Timbó, SC reuniram-se os membros da Comissão de Licitações, designada pela Portaria nº. 540 de 02 de Janeiro de 2018, para abertura do envelope de Habilitação/Credenciamento do processo licitatório nº. 03/2018 – FME.

Protocolou tempestivamente o envelope o interessado LUCAS AUGUSTO BRANDÃO – (CPF Nº. 058.208.969-71)

O Presidente solicitou aos presentes que rubricassem o envelope e que conferissem sua inviolabilidade e, na sequência, iniciou a abertura do envelope, colocando à disposição dos presentes, para exame e rubrica, todos os documentos nele contidos.

Da análise dos documentos, atendendo ao princípio da legalidade, impessoalidade, interesse público, economicidade e vinculação ao instrumento convocatório, a Comissão decide pela habilitação do interessado LUCAS AUGUSTO BRANDÃO para o exercício das funções descritas nos itens 09 e 10 do Anexo I do Edital, visando atender a demanda de eventos sazonais e/ou periódicos da FME - calendário esportivo de 2018.

Nada mais havendo, o Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão.

Registre-se, publique-se, intímese.

EDÉSIO M. SLOMP  
Presidente  
ANGELA PREUSS  
Membro  
LOURDES MOSER  
Membro

**ATA ANÁLISE DOCUMENTOS HABILITAÇÃO E JULGAMENTO CREDENCIAMENTO N.º 03 2018 FME - INTERESSADA JULIANA CAMPESTRINI TAVARES**

Publicação Nº 1608648

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
ATA DE CREDENCIAMENTO Nº. 03/2018 – FME

Às catorze horas, do vigésimo sétimo dia do mês de abril de dois mil e dezoito (27/04/2018), na sala de licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ, SC reuniram-se os membros da Comissão de Licitações, designada pela Portaria nº. 540 de 02 de Janeiro de 2018, para abertura do envelope de Habilitação/Credenciamento do processo licitatório nº. 03/2018 - FME.

Protocolou tempestivamente o envelope a interessada JULIANA CAMPESTRINI TAVARES – (CPF Nº. 003.677.339-51)

O Presidente solicitou aos presentes que rubricassem o envelope e que conferissem sua inviolabilidade e, na sequência, iniciou a abertura do envelope, colocando à disposição dos presentes, para exame e rubrica, todos os documentos nele contidos.

Da análise dos documentos, atendendo ao princípio da legalidade, impessoalidade, interesse público, economicidade e vinculação ao instrumento convocatório, a Comissão decide pela habilitação da interessada JULIANA CAMPESTRINI TAVARES para o exercício das funções descritas no item 12 do Anexo I do Edital, visando atender a demanda de eventos sazonais e/ou periódicos da FME - calendário esportivo de 2018.

Nada mais havendo, o Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão.

Registre-se, publique-se, intimem-se.

EDÉSIO M. SLOMP

Presidente

ANGELA PREUSS

Membro

LOURDES MOSER

Membro

**ATA ANÁLISE DOCUMENTOS HABILITAÇÃO E JULGAMENTO CREDENCIAMENTO N.º 03 2018 FME - INTERESSADA JAKELI LUANA DA SILVA**

Publicação Nº 1608649

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
ATA DE CREDENCIAMENTO Nº. 03/2018 – FME

Às catorze horas, do vigésimo sétimo dia do mês de abril de dois mil e dezoito (27/04/2018), na sala de licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ, SC reuniram-se os membros da Comissão de Licitações, designada pela Portaria nº. 540 de 02 de Janeiro de 2018, para abertura do envelope de Habilitação/Credenciamento do processo licitatório nº. 03/2018 - FME.

Protocolou tempestivamente o envelope a interessada JAKELI LUANA DA SILVA – (CPF Nº. 055.246.089-32)

O Presidente solicitou aos presentes que rubricassem o envelope e que conferissem sua inviolabilidade e, na sequência, iniciou a abertura do envelope, colocando à disposição dos presentes, para exame e rubrica, todos os documentos nele contidos.

Da análise dos documentos, atendendo ao princípio da legalidade, impessoalidade, interesse público, economicidade e vinculação ao instrumento convocatório, a Comissão decide pela habilitação da interessada JAKELI LUANA DA SILVA para o exercício das funções descritas no item 12 do Anexo I do Edital, visando atender a demanda de eventos sazonais e/ou periódicos da FME - calendário esportivo de 2018.

Nada mais havendo, o Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão.

Registre-se, publique-se, intimem-se.

EDÉSIO M. SLOMP

Presidente

ANGELA PREUSS

Membro

LOURDES MOSER

Membro

**ATA ANÁLISE DOCUMENTOS HABILITAÇÃO E JULGAMENTO CREDENCIAMENTO N.º 03 2018 FME - INTERESSADA JANAINA FERNANDA BRANDT**

Publicação Nº 1608651

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
ATA DE CREDENCIAMENTO Nº. 03/2018 – FME

Às catorze horas, do vigésimo sétimo dia do mês de abril de dois mil e dezoito (27/04/2018), na sala de licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ, SC reuniram-se os membros da Comissão de Licitações, designada pela Portaria nº. 540 de 02 de Janeiro de 2018, para abertura do envelope de Habilitação/Credenciamento do processo licitatório nº. 03/2018 - FME.

Protocolou tempestivamente o envelope a interessada JANAINA FERNANDA BRANDT – (CPF Nº. 080.544.689-38)



O Presidente solicitou aos presentes que rubricassem o envelope e que conferissem sua inviolabilidade e, na sequência, iniciou a abertura do envelope, colocando à disposição dos presentes, para exame e rubrica, todos os documentos nele contidos.

Da análise dos documentos, atendendo ao princípio da legalidade, impessoalidade, interesse público, economicidade e vinculação ao instrumento convocatório, a Comissão decide pela habilitação da interessada JANAINA FERNANDA BRANDT para o exercício das funções descritas nos itens 09 e 13 do Anexo I do Edital, visando atender a demanda de eventos sazonais e/ou periódicos da FME - calendário esportivo de 2018.

Nada mais havendo, o Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão.

Registre-se, publique-se, intimem-se.

EDÉSIO M. SLOMP

Presidente

ANGELA PREUSS

Membro

LOURDES MOSER

Membro

## **ATA ANÁLISE DOCUMENTOS HABILITAÇÃO E JULGAMENTO CREDENCIAMENTO N.º 03 2018 FME - INTERESSADA LIGA POMERODENSE**

Publicação Nº 1608652

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ

ATA DE CREDENCIAMENTO Nº. 03/2018 – FME

Às catorze horas, do trigésimo dia do mês de abril de dois mil e dezoito (30/04/2018), na sala de licitações da Prefeitura de Timbó, SC reuniram-se os membros da Comissão de Licitações, designada pela Portaria nº. 540 de 02 de Janeiro de 2018, para abertura do envelope de Habilitação/Credenciamento do processo licitatório nº. 03/2018 - FME.

Protocolou tempestivamente o envelope a interessada LIGA POMERODENSE DE DESPORTOS - LPD (CNPJ Nº. 83.795.393/0001-02)

O Presidente solicitou aos presentes que rubricassem o envelope e que conferissem sua inviolabilidade e, na sequência, iniciou a abertura do envelope, colocando à disposição dos presentes, para exame e rubrica, todos os documentos nele contidos.

Da análise dos documentos, atendendo ao princípio da legalidade, impessoalidade, interesse público, economicidade e vinculação ao instrumento convocatório, a Comissão decide pela inabilitação da interessada LIGA POMERODENSE DE DESPORTOS – LPD, por apresentar a Certidão Negativa de Débito Municipal (Município de Pomerode/SC) vencida.

No entanto, nos termos do subitem 7.1.2.1 do edital, poderão os proponentes inabilitados, notificados para que, querendo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da publicação desta ata em órgão oficial, providenciem os documentos escoimados dos vícios que geraram sua inabilitação

Nada mais havendo, o Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão.

Registre-se, publique-se, intimem-se.

EDÉSIO M. SLOMP

Presidente

ANGELA PREUSS

Membro

LOURDES MOSER

Membro

## **ATA ANÁLISE DOCUMENTOS HABILITAÇÃO E JULGAMENTO CREDENCIAMENTO N.º 03 2018 FME - INTERESSADA MULTI ESPORTES LTDA**

Publicação Nº 1608692

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ

ATA DE CREDENCIAMENTO Nº. 03/2018 – FME

Às quinze horas, do trigésimo dia do mês de abril de dois mil e dezoito (30/04/2018), na sala de licitações da Prefeitura de Timbó, SC reuniram-se os membros da Comissão de Licitações, designada pela Portaria nº. 540 de 02 de Janeiro de 2018, para abertura do envelope de Habilitação/Credenciamento do processo licitatório nº. 03/2018 - FME.

Protocolou tempestivamente o envelope a interessada MULTI ESPORTES LTDA ME – (CNPJ Nº. 26.418.419/0001-51)

O Presidente solicitou aos presentes que rubricassem o envelope e que conferissem sua inviolabilidade e, na sequência, iniciou a abertura do envelope, colocando à disposição dos presentes, para exame e rubrica, todos os documentos nele contidos.

Da análise dos documentos, atendendo ao princípio da legalidade, impessoalidade, interesse público, economicidade e vinculação ao instrumento convocatório, a Comissão decide pela habilitação da interessada MULTI ESPORTES LTDA ME para o exercício das funções descritas nos itens 01, 03, 04, 05 e 07 do Anexo I do Edital, visando atender a demanda de eventos sazonais e/ou periódicos da FME - calendário esportivo de 2018.

Nada mais havendo, o Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão.

Registre-se, publique-se, intimem-se.

EDÉSIO M. SLOMP  
Presidente  
ANGELA PREUSS  
Membro  
LOURDES MOSER  
Membro

**ATA ANÁLISE DOCUMENTOS HABILITAÇÃO E JULGAMENTO CREDENCIAMENTO N.º 03 2018 FME - INTERESSADO ANDRE L S SIBORSKI**

Publicação Nº 1608653

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
ATA DE CREDENCIAMENTO Nº. 03/2018 – FME

Às catorze horas, do vigésimo sétimo dia do mês de abril de dois mil e dezoito (27/04/2018), na sala de licitações da Prefeitura de Timbó, SC reuniram-se os membros da Comissão de Licitações, designada pela Portaria nº. 540 de 02 de Janeiro de 2018, para abertura do envelope de Habilitação/Credenciamento do processo licitatório nº. 03/2018 - FME.

Protocolou tempestivamente o envelope o interessado ANDRE LUIZ STOLFI SIBORSKI – (CPF Nº. 046.410.839-08)

O Presidente solicitou aos presentes que rubricassem o envelope e que conferissem sua inviolabilidade e, na sequência, iniciou a abertura do envelope, colocando à disposição dos presentes, para exame e rubrica, todos os documentos nele contidos.

Da análise dos documentos, atendendo ao princípio da legalidade, impessoalidade, interesse público, economicidade e vinculação ao instrumento convocatório, a Comissão decide pela habilitação do interessado ANDRE LUIZ STOLFI SIBORSKI para o exercício das funções descritas no item 09 do Anexo I do Edital, visando atender a demanda de eventos sazonais e/ou periódicos da FME - calendário esportivo de 2018. Nada mais havendo, o Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão.

Registre-se, publique-se, intimem-se.

EDÉSIO M. SLOMP  
Presidente  
ANGELA PREUSS  
Membro  
LOURDES MOSER  
Membro

**ATA ANÁLISE DOCUMENTOS HABILITAÇÃO E JULGAMENTO CREDENCIAMENTO N.º 03 2018 FME - INTERESSADO EMILIANO BORBA TAVARES**

Publicação Nº 1608654

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
ATA DE CREDENCIAMENTO Nº. 03/2018 – FME

Às catorze horas, do vigésimo sétimo dia do mês de abril de dois mil e dezoito (27/04/2018), na sala de licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ, SC reuniram-se os membros da Comissão de Licitações, designada pela Portaria nº. 540 de 02 de Janeiro de 2018, para abertura do envelope de Habilitação/Credenciamento do processo licitatório nº. 03/2018 - FME.

Protocolou tempestivamente o envelope o interessado EMILIANO BORBA TAVARES – (CPF Nº. 003.399.339-41)

O Presidente solicitou aos presentes que rubricassem o envelope e que conferissem sua inviolabilidade e, na sequência, iniciou a abertura do envelope, colocando à disposição dos presentes, para exame e rubrica, todos os documentos nele contidos.

Da análise dos documentos, atendendo ao princípio da legalidade, impessoalidade, interesse público, economicidade e vinculação ao instrumento convocatório, a Comissão decide pela habilitação do interessado EMILIANO BORBA TAVARES para o exercício das funções descritas no item 12 do Anexo I do Edital, visando atender a demanda de eventos sazonais e/ou periódicos da FME - calendário esportivo de 2018. Nada mais havendo, o Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão.

Registre-se, publique-se, intimem-se.

EDÉSIO M. SLOMP  
Presidente  
ANGELA PREUSS  
Membro  
LOURDES MOSER  
Membro

**ATA ANÁLISE DOCUMENTOS HABILITAÇÃO E JULGAMENTO CREDENCIAMENTO N.º 03 2018 FME - INTERESSADO KURT KRUGER**

Publicação Nº 1608655

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
ATA DE CREDENCIAMENTO Nº. 03/2018 – FME

Às catorze horas, do vigésimo sétimo dia do mês de abril de dois mil e dezoito (27/04/2018), na sala de licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ, SC reuniram-se os membros da Comissão de Licitações, designada pela Portaria nº. 540 de 02 de Janeiro de 2018, para abertura do envelope de Habilitação/Credenciamento do processo licitatório nº. 03/2018 – FME – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES. Protocolou tempestivamente o envelope o interessado KURT KRUGER – (CPF Nº. 003.687.909-67)

O Presidente solicitou aos presentes que rubricassem o envelope e que conferissem sua inviolabilidade e, na sequência, iniciou a abertura do envelope, colocando à disposição dos presentes, para exame e rubrica, todos os documentos nele contidos.

Da análise dos documentos, atendendo ao princípio da legalidade, impessoalidade, interesse público, economicidade e vinculação ao instrumento convocatório, a Comissão decide pela habilitação do interessado KURT KRUGER para o exercício das funções descritas nos itens 09 e 13 do Anexo I do Edital, visando atender a demanda de eventos sazonais e/ou periódicos da FME - calendário esportivo de 2018.

Nada mais havendo, o Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão.

Registre-se, publique-se, intimem-se.

EDÉSIO M. SLOMP

Presidente

ANGELA PREUSS

Membro

LOURDES MOSER

Membro

**ATA ANÁLISE DOCUMENTOS HABILITAÇÃO E JULGAMENTO CREDENCIAMENTO N.º 03 2018 FME - INTERESSADO MARLON CRISTIANO RAHN**

Publicação Nº 1608656

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
ATA DE CREDENCIAMENTO Nº. 03/2018 – FME

Às catorze horas, do vigésimo sétimo dia do mês de abril de dois mil e dezoito (27/04/2018), na sala de licitações da Prefeitura de Timbó, SC reuniram-se os membros da Comissão de Licitações, designada pela Portaria nº. 540 de 02 de Janeiro de 2018, para abertura do envelope de Habilitação/Credenciamento do processo licitatório nº. 03/2018 - FME.

Protocolou tempestivamente o envelope o interessado MARLON CRISTIANO RAHN – (CPF Nº. 044.328.309-56)

O Presidente solicitou aos presentes que rubricassem o envelope e que conferissem sua inviolabilidade e, na sequência, iniciou a abertura do envelope, colocando à disposição dos presentes, para exame e rubrica, todos os documentos nele contidos.

Da análise dos documentos, atendendo ao princípio da legalidade, impessoalidade, interesse público, economicidade e vinculação ao instrumento convocatório, a Comissão decide pela habilitação do interessado MARLON CRISTIANO RAHN para o exercício das funções descritas no item 12 do Anexo I do Edital, visando atender a demanda de eventos sazonais e/ou periódicos da FME - calendário esportivo de 2018:

Nada mais havendo, o Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão.

Registre-se, publique-se, intimem-se.

EDÉSIO M. SLOMP

Presidente

ANGELA PREUSS

Membro

LOURDES MOSER

Membro

**ATA ANÁLISE DOCUMENTOS HABILITAÇÃO E JULGAMENTO CREDENCIAMENTO N.º 03 2018 FME - INTERESSADO NELSON PISKE JUNIOR**

Publicação Nº 1608657

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
ATA DE CREDENCIAMENTO Nº. 03/2018 – FME

Às catorze horas, do vigésimo sétimo dia do mês de abril de dois mil e dezoito (27/04/2018), na sala de licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ, SC reuniram-se os membros da Comissão de Licitações, designada pela Portaria nº. 540 de 02 de Janeiro de 2018, para abertura do envelope de Habilitação/Credenciamento do processo licitatório nº. 03/2018 - FME.

Protocolou tempestivamente o envelope o interessado NELSON PISKE JUNIOR – (CPF Nº. 021.483.109-41)

O Presidente solicitou aos presentes que rubricassem o envelope e que conferissem sua inviolabilidade e, na sequência, iniciou a abertura

do envelope, colocando à disposição dos presentes, para exame e rubrica, todos os documentos nele contidos. Da análise dos documentos, atendendo ao princípio da legalidade, impessoalidade, interesse público, economicidade e vinculação ao instrumento convocatório, a Comissão decide pela habilitação do interessado NELSON PISKE JUNIOR para o exercício das funções descritas nos itens 09 e 13 do Anexo I do Edital, visando atender a demanda de eventos sazonais e/ou periódicos da FME - calendário esportivo de 2018. Nada mais havendo, o Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão.

Registre-se, publique-se, intimem-se.

EDÉSIO M. SLOMP  
Presidente  
ANGELA PREUSS  
Membro  
LOURDES MOSER  
Membro

## **ATA ANÁLISE DOCUMENTOS HABILITAÇÃO E JULGAMENTO CREDENCIAMENTO N.º 03 2018 FME - INTERESSADO VALDIR BRANDT**

Publicação Nº 1608658

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
ATA DE CREDENCIAMENTO Nº. 03/2018 – FME

Às catorze horas, do vigésimo sétimo dia do mês de abril de dois mil e dezoito (27/04/2018), na sala de licitações da Prefeitura de Timbó, SC reuniram-se os membros da Comissão de Licitações, designada pela Portaria nº. 540 de 02 de Janeiro de 2018, para abertura do envelope de Habilitação/Credenciamento do processo licitatório nº. 03/2018 - FME.

Protocolou tempestivamente o envelope o interessado VALDIR BRANDT – (CPF Nº. 569.771.479-00)

O Presidente solicitou aos presentes que rubricassem o envelope e que conferissem sua inviolabilidade e, na sequência, iniciou a abertura do envelope, colocando à disposição dos presentes, para exame e rubrica, todos os documentos nele contidos.

Da análise dos documentos, atendendo ao princípio da legalidade, impessoalidade, interesse público, economicidade e vinculação ao instrumento convocatório, a Comissão decide pela habilitação do interessado VALDIR BRANDT para o exercício das funções descritas nos itens 09 e 13 do Anexo I do Edital, visando atender a demanda de eventos sazonais e/ou periódicos da FME - calendário esportivo de 2018.

Nada mais havendo, o Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão.

Registre-se, publique-se, intimem-se.

EDÉSIO M. SLOMP  
Presidente  
ANGELA PREUSS  
Membro  
LOURDES MOSER  
Membro

## **ATA CONVOCAÇÃO ENTREGA DO ENVELOPE Nº 05 - CONCORRÊNCIA N.º 19 2017 SAMAE**

Publicação Nº 1608661

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
ATA DE CONVOCAÇÃO ENTREGA DO ENVELOPE Nº. 05  
CONCORRÊNCIA Nº. 19/2017 – SAMAE

Às quinze horas, do trigésimo dia do mês de abril de dois mil e dezoito (30/04/2018), na sala de Licitações da Prefeitura de Timbó/SC, reuniram-se os membros da Comissão de Licitações, designada pela Portaria nº 540, de 02 de janeiro de 2018, com o objetivo de dar continuidade ao procedimento licitatório – Concorrência n.º 19/2017 - SAMAE.

Conforme consta no item 11.8.1 do Edital, a Comissão Permanente de Licitações leva ao conhecimento dos interessados, que a sessão pública de entrega do Envelope de nº. 05, realizar-se-á no dia 08 de maio de 2018, às 14h00min, na Sala de Licitações da Prefeitura de Timbó, Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro, Timbó/SC.

Nada mais havendo, o Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão.

EDÉSIO M. SLOMP  
Presidente  
LOURDES MOSER  
Membro  
ANGELA PREUSS  
Membro

**AVISO HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 07 2018 FCT**

Publicação Nº 1608662

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2018 - FCT

Homologado em 30/04/2018 o Pregão Presencial nº. 07/2018-FCT, referente contratação de empresa (s) especializada (s) na prestação de serviços de sonorização, iluminação cenográfica, projeção de imagens e vídeo, locação de telão, trave de treliça e linóleo para o Festival de Dança de Timbó 2018 que acontecerá do dia 03 a 06 de maio de 2018 com disponibilização de equipamentos e estrutura mínima requerida, com possibilidade de convênio com o estado de Santa Catarina conforme proposta de convênio 20086. Empresas Vencedoras: Jailson Roberto Vailatti Me e Som Três Ltda Me, no Valor Total de R\$ 28.080,00 (vinte e oito mil e oitenta reais).

TIMBO (SC), 30/04/2018  
JORGE REVELINO FERREIRA  
Diretor Presidente FCT

**AVISO PREGÃO PRESENCIAL Nº 49 2018 PMT - AQUISIÇÃO DE ROLO COMPACTADOR E RETROESCAVADEIRA**

Publicação Nº 1608664

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 49/2018 PMT

OBJETO: aquisição de rolo compactador vibratório novo, e de retroescavadeira nova, ambos com ano de fabricação 2018, destinados à Secretaria de Obras, Serviços Urbanos e Agrícola. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até às 09h00min do dia 15 de maio de 2018. ABERTURA: dia 15 de maio de 2018 às 09h05min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital no site: [www.timbo.sc.gov.br](http://www.timbo.sc.gov.br).

Timbó (SC), 30/04/2018  
DARCIZIO BONA  
Secretário Municipal Obras, Serviços Urbanos e Agrícola

**CONVOCAÇÃO ASSINATURA DE CONTRATO Nº 64.2018 FCT**

Publicação Nº 1608666

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA  
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 64/2018 FCT

A Central de Licitações convoca, através do presente, o representante legal da empresa, JAILSON ROBERTO VAILATTI ME, CNPJ nº. 11.574.163/0001-02, a comparecer para assinatura do respectivo contrato, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC – Central de Licitações;  
DATA: até 09/05/2018.  
HORÁRIO: das 08hs às 12hs e das 14hs às 17hs.

Timbó, 30 de abril de 2018.  
DÉBORA BARTH  
Central de Licitações

**CONVOCAÇÃO ASSINATURA DE CONTRATOS NºS 62.2018 E 63.2018 FCT**

Publicação Nº 1608671

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA  
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 62/2018 E 63/2018 FCT

A Central de Licitações convoca, através do presente, o representante legal da empresa, SOM TRÊS LTDA ME, CNPJ nº. 17.165.766/0001-29, a comparecer para assinatura dos respectivos contratos, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC – Central de Licitações;  
DATA: até 09/05/2018.  
HORÁRIO: das 08hs às 12hs e das 14hs às 17hs.

Timbó, 30 de abril de 2018.  
DÉBORA BARTH  
Central de Licitações

## **EXTRATO DE DISPENSA Nº 48 2018 PMT - CENTRAIS TELEFÔNICAS**

Publicação Nº 1608672

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
SECRETARIA DE FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO  
EXTRATO DE DISPENSA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 48/2018

CONTRATANTE: Secretaria de Fazenda e Administração.

CONTRATADO: Comastel Comércio e Assistência em Telefonia Ltda EPP.

OBJETO: Locação de centrais telefônicas e componentes, placas ip, telefones digitais, prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva e instalação das centrais telefônicas com fornecimento de material e acessórios necessários para prestação de serviços nas unidades administrativas do Município de Timbó.

VALOR TOTAL: R\$ R\$ 43.000,00 (quarenta e três mil reais).

PRAZO DE EXECUÇÃO: O prazo é de 12 meses, contados a partir da assinatura do contrato.

TIMBO (SC), 30/04/2018  
MARIA ANGÉLICA FAGGIANI  
Secretária da Fazenda e Administração

## **RESCISÃO CONTRATO ADMINISTRATIVO 44 2018 PMT - PREGÃO PRESENCIAL N.º 21- 018 PMT - SIGMAFONE**

Publicação Nº 1608674

RESCISÃO CONSENSUAL AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 44/2018

LOCAÇÃO DE CENTRAIS TELEFÔNICAS E COMPONENTES, PLACAS IP, TELEFONES DIGITAIS, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA E INSTALAÇÃO DAS CENTRAIS TELEFÔNICAS COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ.

O MUNICÍPIO DE TIMBÓ/SC, CNPJ 83.102.764/0001-15, pessoa jurídica de direito público interno, através da Secretaria da Fazenda e Administração (localizada na Avenida Getúlio Vargas n.º 700, Centro), representada pela Secretária da Fazenda e Administração, a Sra. MARIA ANGÉLICA FAGGIANI, abaixo denominado MUNICÍPIO, e a empresa SIGMAFONE COMÉRCIO DE TELECOMUNICAÇÕES E INFORMÁTICA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ nº. 01.947.337/0001-73, com sede na Rua João Pessoa, nº. 3045, bairro Velha, cidade de Blumenau/SC, representada por ROGÉRIO ROEDEL, casado, CPF nº 478.502.809-20 e RG nº 3C 1.046.212, residente e domiciliada na Rua Iguapé, nº. 195, bairro Itoupava Seca, cidade de Blumenau/SC, abaixo denominada CONTRATADA, resolvem, de comum acordo, com fundamento na Lei nº. 8.666/93, alterações e demais dispositivos legais aplicáveis à espécie, celebrar a presente RESCISÃO CONTRATUAL, em conformidade com o Edital de Pregão Presencial nº. 21/2018, termo de referência, anexos e mediante as seguintes cláusulas e condições, considerando que:

Após a conclusão da sessão pública para análise da proposta apresentada pela empresa ora contratada no que se refere ao Edital de Pregão Presencial nº. 21/2018 (LOCAÇÃO DE CENTRAIS TELEFÔNICAS E COMPONENTES, PLACAS IP, TELEFONES DIGITAIS, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA E INSTALAÇÃO DAS CENTRAIS TELEFÔNICAS COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ) verificou-se equívoco formal – cotação de equipamento que não possui as especificações expressas no termo de referência - , que impossibilita a execução do serviço inobstante ter se efetivado a contratação;

Ato contínuo, a Municipalidade notificou a empresa, que se manifestou favorável a rescisão consensual do contrato acima referida, pactuado entre as partes, tendo em vista que neste momento, ao não se ter iniciado a execução não há prejuízo econômico a ambos as partes;

O presente Termo de Rescisão está fundamentado no parágrafo único do art. 79, da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, c/c inciso II, do artigo 78 da citada LEI, tendo por supedâneo à vontade das partes e a conveniência para a administração.

Neste sentido, preconiza o artigo 79, inciso II, da Lei nº 8.666/93, "A rescisão do contrato poderá ser: (...) II - amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;"

Tendo em vista que o Município sempre zelou e o continua fazendo pela correta e eficaz execução dos contratos, visando sempre as melhores e mais vantajosas condições para a municipalidade, principalmente para atingir suas finalidades, após deliberações, a rescisão amigável se mostrou vantajosa e conveniente para a municipalidade.

Diante do exposto, considerando que a empresa contratada, cumpriu de forma devida suas obrigações edilícias, pactuam através do presente, que nada é devido pela Contratada a Contratante tão menos decorrente de qualquer reparação de danos ou a título de eventual multa contratual.



Ainda, através da presente rescisão contratual, as partes dão plena e total quitação das obrigações pactuadas, não sendo cabível, por parte do Município Contratante, qualquer contestação judicial ou extrajudicial que diga respeito a pagamentos, faturas, indenizações ou compensações referentes ao Contrato extinto por este instrumento.

Assim, pela assinatura do presente termo, concede-se plena quitação de todas as obrigações pactuadas ao Contratante, renunciando expressa e irrevogavelmente a qualquer forma de representação judicial ou administrativa contra o Contratado.

Considerando a previsão legal para rescisão amigável do contrato; considerando que se trata do norte mais vantajoso e conveniente para a administração pública; considerando que a rescisão amigável do contrato se restou perfectibilizada; resta-se o mesmo rescindido de comum acordo e por mera liberalidade das partes.

Com a celebração do presente Termo de Rescisão e o atendimento de suas cláusulas, ficarão extintas todas as obrigações das partes.

A publicação resumida do presente Termo de Rescisão no Diário Oficial da União, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo CONTRATANTE, nos termos do parágrafo único, art. 61, da Lei 8.666 de 1993.

As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas perante o Fórum da Comarca de Timbó-SC.

Assim, conforme o presente termo, resta rescindido de forma consensual o CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 44/2018 decorrente do Edital de Pregão Presencial nº. 21/2018.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavra-se o presente Termo de Rescisão de Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, as quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes e pelas testemunhas abaixo.

MUNICÍPIO CONTRATADA  
MARIA ANGÉLICA FAGGIANI ROGÉRIO ROEDEL

TESTEMUNHA TESTEMUNHA  
Nome: Nome:  
CPF: CPF:

## **TERMO FINAL DE SUSPENSÃO DE PRAZOS - CONCORRÊNCIA Nº 06.2017 FUMTRAN**

Publicação Nº 1608678

TERMO FINAL DE SUSPENSÃO DE PRAZO  
EDITAL DE CONCORRÊNCIA N.º 06/2017 FUMTRAN

O Município de Timbó/SC, através da Secretaria de Planejamento, representada pelo Secretário de Planejamento, Trânsito, Meio Ambiente, Indústria, Comércio e Serviços, o Sr. Marcelo Luiz Ferrari, informa que, conforme comunicado da r. secretaria, o espaço público objeto do procedimento licitatório encontra-se em condições de uso, finalizando a suspensão de prazo anterior.

Dessa forma, o prazo de início da vigência contratual inicia com a assinatura do Termo de Posse, em 30/04/2018.

MARCELO LUIZ FERRARI  
Secretário de Planejamento, Trânsito, Meio Ambiente, Indústria, Comércio e Serviços

## **CÂMARA MUNICIPAL**

## **CONTRATO N.º 9/2018 NA TOMADA DE PREÇOS N.º 1/2017**

Publicação Nº 1608139

CONTRATO Nº 09/2018  
CONTRATAÇÃO DE AGÊNCIA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE, REALIZADOS INTEGRADAMENTE, PARA A CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBÓ, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2017.

A CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBÓ, órgão público municipal, dotado de autonomia financeira e independência organizacional, inscrito no CNPJ sob nº 83.497.594/0001-15, com sede na Rua Honorato Tonolli, s/nº, Bairro das Nações, Timbó (SC), neste ato representada por seu Presidente, vereador Douglas Emanuel Marchetti, inscrito no CPF sob nº 004.269.799-90, que este subscreve, daqui para frente denominado simplesmente CONTRATANTE e do outro lado a empresa TEMPERO PROPAGANDA LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 19.786.204/0001-28, com sede na Rua Brasil, nº 370, sala 403, Centro, Videira (SC), neste ato representa por seu sócio administrador senhor Thiarles Reginaldo de Souza, inscrito no CPF sob o nº 016.899.039-37, e portador da Carteira de Identidade nº 3.246.187, doravante denominada de CONTRATADA, firmam o presente contrato em conformidade com a TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2017, regulada pela Leis nº 8.666/93 e 12.232/10, mediante as Cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1 O objeto deste contrato são serviços de publicidade prestados por intermédio de agência de propaganda, compreendendo o conjunto de atividades realizadas integradamente que tenham por objetivo o estudo, o planejamento, a conceituação, a concepção, a criação, a execução interna, a intermediação e supervisão da execução externa e a distribuição de ações publicitárias junto a públicos de interesse da Câmara Municipal de Timbó, incluído o programa Parlamento Jovem.

1.2 Também integram o objeto deste contrato, como atividades complementares, os serviços especializados pertinentes:

- a) ao planejamento e à execução de pesquisas e de outros instrumentos de avaliação e de geração de conhecimento, relacionados à execução do contrato;
- b) à produção e à execução técnica de peças, materiais e projetos publicitários, de mídia e não mídia, criados no âmbito do contrato;
- c) à criação, à implementação e ao desenvolvimento de formas inovadoras de comunicação publicitária, destinadas a expandir os efeitos das mensagens e das ações publicitárias, em consonância com novas tecnologias, com o objetivo de promover, difundir ideias e informar o público a respeito das funções institucionais, especialmente das funções legislativa e fiscalizadora, da Câmara Municipal de Timbó, e demais atribuições, incluído o programa Parlamento Jovem.

1.3 A contratação dos serviços, elencados no subitem 1.1, tem como objetivo o atendimento ao princípio da publicidade e ao direito à informação, por meio de ações que visam difundir ideias e princípios, posicionar instituições e programas, disseminar iniciativas e políticas públicas, informar e orientar o público em geral.

1.4 O planejamento, previstos no subitem 1.1, objetiva subsidiar a proposição estratégica das ações publicitárias, tanto nos meios e veículos de divulgação tradicionais (off-line) como digitais (on-line), para alcance dos objetivos de comunicação e superação dos desafios apresentados e devem prever, sempre que possível, os indicadores e métricas para aferição, análise e otimização de resultados.

1.5 As pesquisas e os outros instrumentos de avaliação previstos na alínea 'a' do subitem 1.2 terão a finalidade de:

- a) gerar conhecimento sobre o mercado, o público-alvo e os meios para divulgação das peças ou campanhas publicitárias;
- b) aferir o desenvolvimento estratégico, a criação e a adequação das mensagens a serem divulgadas;
- c) possibilitar a mensuração e avaliação dos resultados das campanhas publicitárias, vedada a inclusão de matéria estranha ou sem pertinência temática com a ação de publicidade.

1.6 Os serviços previstos nos subitens 1.1 e 1.2 NÃO abrangem as atividades de promoção, de patrocínio, de relações públicas, de assessoria de comunicação e de imprensa e a realização de eventos festivos de qualquer natureza.

1.7 Não se incluem no conceito de patrocínio mencionado no subitem precedente, os projetos de veiculação em mídia ou em plataformas que funcionem como veículos de divulgação.

1.8 Para a prestação dos serviços será contratada 01 (uma) agência de propaganda, doravante denominada agência, licitante ou contratada.

1.9 Os serviços serão contratados com agência de propaganda cujas atividades sejam disciplinadas pela Lei nº 4.680/1965 e que tenha obtido certificado de qualificação técnica de funcionamento, nos termos da Lei nº 12.232/2010.

1.10 A agência atuará por ordem e conta do ANUNCIANTE, em conformidade com o art. 3º da Lei nº 4.680/1965, na contratação de fornecedores de bens e de serviços especializados, para a execução das atividades complementares de que trata o subitem 1.2, e de veículos de divulgação, para a transmissão de mensagens publicitárias.

1.11 A agência não poderá subcontratar outra agência de propaganda para a execução de serviços previstos nos subitens 1.1 e 1.2 deste Contrato.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1 As despesas a serem realizadas pela CONTRATADA, até dia 31 de dezembro de 2018, estão estimadas em R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) e sobre tal quantia é que incidirá a comissão da empresa contratada, quando assim devidas, por força da proposta apresentada.

2.1.1. O valor mencionado poderá ser utilizado, total ou parcialmente, a critério da contratante, não cabendo à contratada indenização de qualquer espécie pelos saldos eventualmente não utilizados.

2.1.2. Os créditos orçamentários para execução dos serviços durante o exercício de 2018 estão consignadas nas seguintes dotações orçamentárias:

01.031.0001.2002-33.90.39.88.00.00 – Serviços de Publicidade e Propaganda

01.031.0001.2002-33.90.39.47.00.00 – Serviços de Comunicação em Geral

01.031.0001.2002-33.90.39.90.00.00 – Serviços de Publicidade Legal

2.1.2.1. Se a CONTRATANTE optar pela prorrogação deste contrato, serão consignados nos próximos exercícios, no Orçamento da Câmara Municipal de Timbó (SC), as dotações necessárias ao atendimento dos pagamentos previstos.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – REMUNERAÇÃO

3.1. Conforme proposta apresentada no transcorrer do processo licitatório, a Contratada será remunerada da seguinte forma:

3.1.1. A contratante solicitará o desenvolvimento de peças publicitárias, sendo que a contratada deverá apresentar orçamento da despesa de veiculação, valor correspondente aos serviços internos e externos da agência, com o cálculo da aplicação do desconto especificado na proposta apresentada no processo licitatório, bem como os leiautes, provas, pilotos, bonecos, monstros ou similares, da peça a ser elaborada e o prazo de execução. O serviço só poderá ser executado depois da análise e aprovação da Contratante.

3.1.2 Pelo percentual de desconto a ser aplicado sobre o valor dos serviços internos da agência que será de 50% (cinquenta por cento), cuja base é a Tabela de Preços Referenciais de Serviços Internos da Agência de Publicidade, expedida pelo Sindicato das Agências de Propaganda de Santa Catarina - SINAPRO.

3.1.2.1. Pelos serviços e os suprimentos externos que terão os seus custos orçados junto a fornecedores especializados, a CONTRATADA receberá honorários de até 10% (dez por cento) sobre o valor de tais serviços.

3.1.3 Para fins de avaliação da despesa de veiculação a contratada deverá apresentar as tabelas de preço utilizadas pelos meios de comunicação, bem como a Tabela de Preços Referenciais de Serviços Internos da Agência de Publicidade, expedida pelo Sindicato das Agências de Propaganda do Estado de Santa Catarina, correspondentes à data da elaboração da proposta de preço do serviço.

3.1.4. Além da remuneração acima prevista, a contratada fará jus ao desconto-padrão de agência, concedido pelos veículos de comunicação, em conformidade com o artigo 11 da Lei 4.680/65.

3.1.5. Pertencem à CONTRATANTE as vantagens, incluindo eventuais descontos e bonificações, na forma de tempo, espaço ou reaplicações obtidas pela CONTRATADA em negociações efetuadas com veículos de comunicação e fornecedores. Salvo, os benefícios resultantes de planos de incentivo concedidos a esta pelo volume de negócios praticados.

3.1.6. O reajuste de preço dos serviços executados pelo pessoal e/ou com recursos próprios da Agência (custos internos, sem envolvimento de terceiros), considerando a hipótese de prorrogação de sua vigência, ocorrerá mediante atualização da tabela de preços publicada pelo

Sindicato das Agências de Propaganda do Estado de Santa Catarina.

3.1.7. Os leiautes, provas, pilotos, bonecos, monstros, ou similares, similares reprovados não serão cobrados pela contratada.

3.1.8. Despesas com deslocamentos, alimentação e hospedagem de profissionais da Contratada, de seus representantes ou de fornecedores por ela contratados serão de sua exclusiva responsabilidade.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA GARANTIA

4.1 A CONTRATADA prestará garantia, em favor da CONTRATANTE, no valor de R\$ 9.000,00 (nove mil reais), correspondente a 3% (três por cento) do valor estimado para a execução dos serviços, na forma prevista no subitem 19 do Edital que deu origem a esta contratação, na assinatura deste contrato.

4.2 Se o valor da garantia vier a ser utilizado, total ou parcialmente, no pagamento de qualquer obrigação vinculada a este ajuste, incluída a indenização a terceiros, a CONTRATADA deverá proceder à respectiva reposição, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado da data do recebimento da notificação da CONTRATANTE.

4.3 Se houver acréscimo ao valor deste contrato, a CONTRATADA se obriga a fazer a complementação da garantia no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado da data do recebimento da notificação da CONTRATANTE.

4.4 A garantia, ou seu saldo, será liberada ou restituída, a pedido da CONTRATADA, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o término do prazo de vigência deste contrato, mediante certificação, por seus Gestores, de que os serviços foram realizados a contento e desde tenham sido cumpridas todas as obrigações aqui assumidas.

#### CLÁUSULA QUINTA – AUTORIZAÇÃO E PRAZOS

5.1. A CONTRATADA deve entregar os serviços ou produtos em dia de expediente, no horário das 8h as 12h e das 14h as 17h, obedecendo o prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a contar do recebimento da autorização de fornecimento expedida pela CONTRATANTE.

5.1.1. Para execução dos serviços, a CONTRATADA deverá obter aprovação solicitação prévia e expressa da CONTRATANTE.

5.1.2. A aprovação prévia e expressa da contratação supracitada, acontecerá mediante amostra de leiautes, provas, pilotos, bonecos, monstros, ou similares, que comprovem/demonstrem os aspectos técnicos ou formatos dos produtos/ serviços que serão contratados.

#### CLÁUSULA SEXTA – VIGÊNCIA E EFICÁCIA

6.1. O prazo de vigência deste contrato é até 31 de dezembro de 2018, com início na data de sua assinatura, com eficácia imediata, após a publicação do seu extrato, tendo início e vencimento em dias de expediente.

6.1.1. O prazo supracitado poderá ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, atendidos na forma estabelecida no art. 57, II da Lei nº 8.666/1993.

#### CLAUSULA SÉTIMA – RESCISÃO

7.1. Este contrato poderá ser rescindido pelos motivos previstos nos artigos 77 e 78 e nas formas previstas no artigo 79 da Lei 8666/93:

7.2. Este contrato também poderá ser rescindido, independente de interpelação ou procedimento judicial, sem que caiba qualquer indenização à Contratada, nos seguintes casos:

7.2.1. No caso de dolo, culpa, simulação ou fraude na execução dos serviços contratados;

7.2.3. Quando pela reiteração de impugnações dos serviços ficar evidenciada a incapacidade da Contratada para dar execução satisfatória ao Contrato;

7.2.4. Se a empresa Contratada falir, entrar em concordata, liquidação ou dissolução;

7.2.5. No caso de atraso superior a 10 (dez) dias na execução dos serviços contratados, ressalvados os casos de força maior, devidamente justificados;

7.2.6 Quando a contratada se envolver em escândalos públicos;

7.2.7. Quando a contratada quebrar o sigilo profissional

7.2.8. Quando a contratada vier a ser declarada inidônea por qualquer órgão da Administração Pública.

7.2.9. Quando ocorrerem razões de interesse do serviço público.

7.3. Fica expressamente acordado que, em caso de rescisão, nenhuma remuneração será cabível, a não ser as despesas autorizadas comprovadamente realizadas.

#### CLÁUSULA OITAVA – ENCARGOS DO CONTRATANTE

8.1. Cabe à CONTRATANTE:

8.1.1. Permitir acesso dos funcionários da CONTRATADA às suas dependências para promover reuniões com os interlocutores responsáveis pela gestão da comunicação e para entrega de serviços e produtos;

8.1.2. Prestar informações e esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelos representantes da CONTRATADA;

8.1.3. Solicitar a troca dos produtos/serviços que não atenderem às especificações contratadas;

8.1.4. Solicitar o fornecimento dos serviços constantes no objeto deste contrato mediante a expedição de autorização;

8.1.5. Comunicar à CONTRATADA qualquer irregularidade constatada no fornecimento dos serviços e solicitar sua imediata interrupção, se for o caso.

#### CLÁUSULA NONA – ENCARGOS DA CONTRATADA

9.1. Cabe a CONTRATADA as seguintes obrigações:

9.1.1. Operar como organização completa e fornecer serviços de elevada qualidade;

9.1.2. Executar – com seus próprios recursos ou, quando necessário, mediante a contratação de fornecedores de bens e serviços especializados e veículos de comunicação (rádios, jornais, revistas, sites, TV, etc. – todos os serviços relacionados com o objeto deste contrato, de acordo com as especificações estipuladas pela CONTRATANTE;

9.1.3 Utilizar, na elaboração dos serviços objeto deste contrato, os profissionais indicados na Proposta Técnica da Tomada de Preços que deu origem a este ajuste, para fins de comprovação da capacidade de atendimento, admitida sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, mediante comunicação formal à CONTRATANTE;

9.1.4 Envidar esforços no sentido de obter as melhores condições nas negociações comerciais junto a fornecedores e veículos e transferir à CONTRATANTE as vantagens obtidas;

9.1.5 Pertencem à CONTRATANTE as vantagens obtidas em negociação de compra de mídia diretamente ou por intermédio da CONTRATADA.

9.1.5.1. O disposto no subitem 9.1.5 não abrange os planos de incentivo concedidos por veículos à CONTRATADA e a outras agências, nos termos do art. 18 da Lei nº 12.232/2010.

9.1.6 Responder, em relação aos seus funcionários, por todas as despesas decorrentes do fornecimento dos produtos e por outras correlatas,

tais como salários, seguros de acidentes, tributos, indenizações e outras que por ventura venham a ser criadas e exigidas;

9.1.7. Respeitar as normas e procedimentos de controle interno, inclusive de acesso às dependências da CONTRATANTE;

9.1.8. Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou aos bens da CONTRATANTE, ou ainda a terceiros, durante a execução deste contrato.

9.1.9. Efetuar a troca dos serviços que não atenderem às especificações do objeto, no prazo estabelecido neste contrato;

9.1.10 Comunicar à Administração da CONTRATANTE qualquer anormalidade constatada e prestar os esclarecimentos solicitados;

9.1.11 Manter durante o período de contratação, o atendimento de todas as condições de habilitação exigidas na licitação;

9.1.12. Efetuar a entrega dos produtos e serviços de acordo com a necessidade e o interesse do CONTRATANTE, no prazo estabelecido neste contrato;

9.1.13. Tomar providências, imediatamente, em casos de alterações, rejeições, atrasos, cancelamentos ou interrupções de um ou mais serviços, mediante comunicação à Contratante, respeitadas as obrigações contratuais já assumidas, responsabilizando-se por quaisquer ônus decorrentes de danos causados por culpa da Contratada.

9.1.14. Obter a aprovação prévia da CONTRATANTE, por escrito, para autorizar despesas com serviços prestados por fornecedores, veiculação e qualquer outra relacionada com este contrato.

9.1.14.1. Atender ao disposto no artigo 14 da Lei 12.232/2010

9.1.15. Não divulgar informações acerca da prestação dos serviços objeto deste contrato, que envolvam o nome da CONTRATANTE, sem sua prévia e expressa autorização.

9.1.16. Não caucionar ou utilizar o presente contrato como garantia para qualquer operação financeira.

9.1.17. Apresentar, na data da assinatura deste contrato e retirada da Nota de Empenho, garantia, em favor da Câmara Municipal de Timbó, correspondente a 3% (três por cento) do valor estimado do objeto deste contratado, a fim de assegurar a sua execução, em uma das modalidades previstas no art. 56 da Lei nº 8.666/1993,

9.2. Cabe a CONTRATADA assumir as seguintes responsabilidades:

9.2.1 Todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que seus funcionários não manterão nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE.

9.2.2. Todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus funcionários durante a execução deste contrato, ainda que acontecido em dependência do CONTRATANTE.

9.2.3 Todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionada à execução deste contrato, originalmente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;

9.2.4 Encargos fiscais e comerciais resultantes desta contratação.

9.3. São expressamente vedadas à CONTRATADA:

9.3.1 A contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do CONTRATANTE durante a vigência do contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA – ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO:**

10.1 Durante a vigência deste contrato, a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pela Assessoria de Comunicação da Câmara Municipal de Timbó ou por representantes da CONTRATANTE, devidamente designados.

10.2. A CONTRATADA deve manter o preposto, aceito pela Administração do CONTRATANTE, durante o período de vigência deste contrato, para representá-la sempre que for necessário.

10.3. A atestação de conformidade dos serviços caberá aos interlocutores designados pela CONTRATANTE.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – PAGAMENTO:**

11.1. O pagamento dos serviços efetivamente prestados, após o aceite/autorização dos serviços, de acordo com as respectivas solicitações emitidas pela CONTRATANTE, será feito no prazo de 08 (oito) dias, condicionados à apresentação dos seguintes documentos:

11.1.1 Despesas decorrentes de veiculação:

a. Nota Fiscal do veículo de comunicação, emitida em nome da CONTRATANTE, contendo o valor bruto da despesa, o desconto padrão de agência e o valor líquido, mencionando ainda o número da autorização de veiculação emitida pela CONTRATADA.

b. Tabela de preços do veículo para demonstrar a procedência dos valores a serem pagos;

c. Comprovante de veiculação, exibição das peças publicitárias.

11.1.2. Despesas decorrentes de serviços e suprimentos especializados

a. Nota fiscal/fatura da agência, que especifique com clareza o serviço realizado e os honorários cobrados, de acordo com a sua natureza.

b. Cópia da nota do fornecedor de serviços especializados, expedida em nome da CONTRATANTE.

c. Cópia/modelo/leiaute/peça que represente o produto contratado que foi entregue.

11.1.3. Despesas decorrentes de custos internos, realizados pela CONTRATADA

a. A CONTRATADA deverá emitir nota fiscal, em nome da CONTRATANTE, especificando os serviços internos por ela realizados, cujos preços terão por base o desconto ofertado sobre a Tabela de Preços do Sindicato das Agências de Propaganda - SINAPRO.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – SANÇÕES**

12.1. Com fundamento nos artigos 86 e 87 da lei no. 8.666/93, a CONTRATADA ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, assim considerado pela Administração, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, de forma independente e sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

12.1.1. Advertência;

12.1.2 Multa de 0,5% (meio por cento) ao dia sobre o valor da entrega, em caso de atraso injustificado ou pela entrega parcial dos produtos. Contados a partir da primeira data de entrega acordada.

12.1.2.1 Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, no caso da EMPRESA, injustificadamente, desistir do Contrato ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de inadimplemento contratual;

12.1.2.2 Multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato em caso de inexecução total da obrigação assumida.

12.1.3. Suspensão:

12.1.3.1. Suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com o Poder Público Municipal, pelo prazo de até 2 (dois) anos.

12.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que a aplicou, que será concedida sempre que a licitante vencedora ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção de suspensão.

12.2.5 As penalidades previstas neste contrato são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou no caso de multa



cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

12.2.6 A multa, aplicada, poderá ser cobrada administrativamente deduzindo-se o valor da fatura.

12.2.7. O prazo de recurso das sanções previstas neste contrato é de 5(cinco) dias, após a cientificação.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

13.1 Este contrato fundamenta-se:

13.1.1. Na Lei 12.232/2010

13.1.2 Na Lei Complementar 123/2006

13.1.3. Na Lei no. 8.666/1993;

13.1.4. Na Lei 4680/1965;

13.1.5. Nas disposições gerais da tabela vigente do Sindicato das Agências de Publicidade de Santa Catarina

13.2. Este contrato vincula-se aos termos:

13.2.1 Do Edital de Tomada de Preços nº. 01/2017.

13.2.2. Da proposta vencedora do referido Edital.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – FORO

14.1. Fica estabelecido o foro da comarca de Timbó (SC) para dirimir quaisquer questões deste contrato, conforme determina o art. 55, § 2º, da Lei 8666/93.

14.2. E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se este contrato em 3 (três) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, as quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes, CONTRATANTE E CONTRATADA, e pelas testemunhas abaixo.

Timbó (SC) 02 de maio de 2018.

TEMPERO PROPAGANDA LTDA -ME CAMARA MUNICIPAL DE TIMBÓ

Thiarles Reginaldo de Souza

Douglas Emanuel Marchetti

Sócio Administrador

Presidente

Testemunhas:

Nome: Nome:

CPF: CPF:

Endereço: Endereço

### **Parecer da Comissão de Infraestrutura, Desenvolvimento e Bem-Estar Social ao Projeto de Lei Complementar n.º 7/2018**

Publicação Nº 1608342

#### COMISSÃO DE INFRAESTRUTURA, DESENVOLVIMENTO E BEM-ESTAR SOCIAL

Projeto de Lei Complementar n.º 7/2018C –Altera a Lei Complementar nº 412, de 26 de dezembro de 2011, que reestrutura o Regime Municipal de Saúde dos Servidores Públicos do Município de Timbó e o Fundo de Assistência à Saúde.

Iniciativa do Projeto: Prefeito Municipal Jorge Augusto Krüger

Relator: Vereador Fabricio Dalcastagné

#### I - RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei Complementar de iniciativa do Prefeito que pretende alterar a Lei Complementar n.º 412/2011, que dispõe sobre o Municipal de Saúde dos Servidores Públicos do Município de Timbó e o Fundo de Assistência à Saúde.

Respectivo projeto foi protocolizado nesta Casa Legislativa no dia 16 de abril corrente. O Presidente da Mesa Diretora despachou-o a esta Comissão no dia 27 de abril, após manifestação pela sua legalidade e constitucionalidade por parte da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final.

No dia 27 de abril a Comissão teve como pauta o presente em sua reunião ordinária, quando exarou seu parecer que ora segue.

Esse é o relatório.

#### II – FUNDAMENTAÇÃO

Analisando-se a proposição em comento, verifica-se que o que se pretende com a mesma é tornar facultativa a adesão do servidor público municipal de Timbó ao plano de saúde suplementar que é ofertado pelo Poder Executivo, com o rateio de pagamento de sua mensalidade. Entende esse Relator ser louvável a atitude tomada pelo Poder Executivo de permitir ao servidor público optar ou não em aderir ao plano de saúde suplementar que lhe é oferecido, uma vez que caberá ao próprio interessado analisar, juntamente com sua família, se vale ou não a pena contratar os serviços de um plano de saúde particular que é ofertado pelo município. Vale frisar ainda que, a qualquer tempo, o servidor poderá aderir ao plano de saúde oferecido pelo Poder Executivo, bem como, poderá sair do mesmo quando bem entender.

Sendo assim, em respeito às atribuições técnicas do Poder Executivo e em atendimento à atribuição de fiscalização do Poder Legislativo, este Relator ante a análise do acima exposto, verifica a legitimidade do presente para a sua aprovação.

#### III- CONCLUSÃO

#### VOTO DO RELATOR

Em face do exposto, o Relator desta Comissão se manifesta pela aprovação do Projeto de Lei Complementar n.º 7/2018. Esse é o voto.

#### DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO

Votaram com o Relator, aprovando o Parecer:  
Vereador Guilherme Voigt Júnior

Vereador Adilson Mesch

Sala das Comissões, em 27 de abril de 2018  
Guilherme Voigt Júnior  
Presidente

Adilson Mesch  
Membro

Fabricio Dalcastagné  
Relator

### **Parecere da Comissão de Infraestrutura, Desenvolvimento e Bem-Estar Social ao Projeto de Lei n.º 6/2018**

Publicação Nº 1608343

#### COMISSÃO DE INFRAESTRUTURA, DESENVOLVIMENTO E BEM-ESTAR SOCIAL

Projeto de Lei n.º 6/2018 – Inclui o art. 20-A na Lei n.º 2.761, de 19 de dezembro de 2014, vedando a concessão "Bolsa-Atleta" e "Bolsa-Técnico" à pessoa punida por doping.

Iniciativa do Projeto: Vereador Douglas Emanuel Marchetti  
Relator: Vereador Adilson Mesch

#### I - RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei de iniciativa do Vereador Douglas Emanuel Marchetti que pretende alterar a Lei n.º 2.761/2014, que trata do Bolsa-Atleta e Bolsa-Técnico, vedando a concessão da bolsa àqueles punidos por uso de doping.

Referido Projeto foi protocolado na Secretaria Legislativa em 7 de março corrente, tendo sido despachado pelo Presidente da Mesa Diretora a esta Comissão no dia 24 de abril, após manifestação pela sua legalidade e constitucionalidade por parte da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final.

No dia 27 de abril a Comissão teve como pauta o presente em sua Reunião, exarando seu parecer que ora segue.

Esse é o relatório.

#### II - FUNDAMENTAÇÃO

##### a) Da Emenda pelas Comissões.

A Comissão de Legislação, Justiça e Redação apresentou emenda modificativa n.º ao Projeto de Lei n.º 6/2018, com o intuito de modificar a redação de seus artigos 1.º e 2.º.

No que diz respeito ao art. 1.º, entende esta Comissão que vedar a concessão de bolsa-atleta ou bolsa-técnico ao atleta ou técnico que tenha sido punido pela prática de doping nos últimos dez anos, contados da apresentação de seu requerimento seria punir novamente, pela mesma infração, àquele que já fora punido por ter se utilizado de doping. Assim, se faz necessário retirar tal vedação do projeto em questão. Com relação ao art. 2.º e seu parágrafo único da proposição, essa Comissão entende que este dispositivo traz uma obrigação ao Poder Executivo, qual seja, impõe a revisão dos benefícios que já foram concedidos, violando assim o princípio da separação dos poderes, previsto no art. 2.º da Carta Magna. Sendo assim, também se faz necessário alterar o texto do caput do art. 2.º, prevendo que a lei entre em vigor após seis meses de sua publicação, além de se retirar na íntegra o seu parágrafo único.

Diante do exposto, este Relator se manifesta de maneira favorável à aprovação da emenda em Plenário.

##### b) Do mérito

Verifica-se, em um primeiro momento, que a matéria, objeto da presente proposição, é de interesse local, sendo, portanto, competência do Município legislar sobre a mesma, nos termos do inciso I do art. 30 da Constituição Federal e do inciso I do art. 10.º da Lei Orgânica Municipal.

Estabelecida a competência do município para legislar acerca do assunto, verifica-se que o projeto em análise visa vedar a concessão da bolsa-atleta e bolsa-treinador àqueles que tenham sido punidos pela prática de doping nas competições que disputam, de modo a prevenir essa prática nefasta ainda existente no esporte mundial.

A prática de doping é uma das maiores mazelas que existem na prática desportiva mundial, indo de encontro aos princípios que regem a atividade desportiva em qualquer lugar do mundo, além de causar injusto desequilíbrio técnico nas competições. Assim, nada mais justo do



que impedir a concessão de qualquer tipo de auxílio, por parte do Poder Público, a atleta ou técnico que se utilize desse mecanismo espúrio para obter melhores resultados em competições.

Sendo assim, este Relator não encontra óbices a aprovação do Projeto em Plenário.

### III - CONCLUSÃO

#### VOTO DO RELATOR

Em face do exposto, o Relator desta Comissão se manifesta pela aprovação do Projeto de Lei n.º 6/2018

Esse é o voto.

#### DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO

Votaram com o Relator, aprovando o Parecer:

Vereador Guilherme Voigt Júnior

Vereador Fabricio Dalcastagné.

Sala das Comissões, em 27 de abril de 2018

Guilherme Voigt Júnior

Presidente

Adilson Mesch

Relator

Fabricio Dalcastagné

Membro

## **SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TIMBÓ**

### **PORTARIA Nº SAMAE –057, DE 25 DE ABRIL DE 2018**

Publicação Nº 1608071

PORTARIA Nº SAMAE –057, DE 25 DE ABRIL DE 2018

Altera Portaria referente à data do término do período de contratação de Servidores lotados no SAMAE.

O Diretor Presidente do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n. 212, de 21 de Dezembro de 2001, alterada pela Lei Complementar n. 234, de 12 de Dezembro de 2002, e Lei Complementar n. 425, de 20 de Dezembro de 2012, bem como amparado pela necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII e IX do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009 e pela Lei nº 2819, de 22/12/2015, e Decreto n. 4772 de 01/03/2018;

#### RESOLVE:

Art.1º ALTERAR a Portaria referente à data do término do período de contratação dos servidores abaixo relacionados:

| SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TIMBÓ |                            |              |
|--|----------------------------|--------------|
| NOME   | PORTARIA CONTRAT/ALTERAÇÃO | DATA TÉRMINO |
| JOEL OLIVEIRA  | 048, de 16.03.2018         | 30.06.2018   |
| MARCIO CARDOSO                                       | 048, de 16.03.2018         | 30.06.2018   |
| ADRIANO OLIVEIRA                                     | 048, de 16.03.2018         | 30.06.2018   |
| DAVI RODRIGUES                                       | 048, de 16.03.2018         | 30.06.2018   |
| MAICO STEFFEN  | 048, de 16.03.2018         | 30.06.2018   |
| JEAN CARLO KLOEHN                                    | 048, de 16.03.2018         | 30.06.2018   |
| JAIRO BILK   | 048, de 16.03.2018         | 30.06.2018   |
| REGINA APARECIDA DOS PRAZERES                        | 048, de 16.03.2018         | 30.06.2018   |
| DOUGLAS LUCIANO STEFFEN                              | 048, de 16.03.2018         | 30.06.2018   |
| GRACIELA TALIA AVANCINI                              | 048, de 16.03.2018         | 30.06.2018   |
| CAROLAINÉ DRABZINSKI FERREIRA                        | 048, de 16.03.2018         | 30.06.2018   |
| BRENDON GABRIEL DA SILVA                             | 048, de 16.03.2018         | 30.06.2018   |
| IRENE AMARANTE PADILHA                               | 048, de 16.03.2018         | 30.06.2018   |
| JANAINA DE FATIMA DA CRUZ GOMES DE CAMARGO           | 048, de 16.03.2018         | 30.06.2018   |
| VALDECIR ANACLETO CARDOSO                            | 048, de 16.03.2018         | 30.06.2018   |
| SUZANA MORAIS  | 048, de 16.03.2018         | 30.06.2018   |
| MARCIA VANDERLEIA DOS SANTOS PINHEIRO                | 048, de 16.03.2018         | 30.06.2018   |
| ANTONIO DA SILVA                                     | 048, de 16.03.2018         | 30.06.2018   |

|                                   |                    |            |
|-----------------------------------|--------------------|------------|
| LUCAS ANDERSON MARTINEZ DA SILVA  | 048, de 16.03.2018 | 30.06.2018 |
| CLAUDIONOR SILVA DOS SANTOS       | 048, de 16.03.2018 | 30.06.2018 |
| IZOLETE DE SOUZA                  | 048, de 16.03.2018 | 30.06.2018 |
| IVONEI OSTI                       | 048, de 16.03.2018 | 30.06.2018 |
| FABIO STEUCK                      | 048, de 16.03.2018 | 30.06.2018 |
| JEFERSON LEANDRO STEFFEN          | 048, de 16.03.2018 | 30.06.2018 |
| CRISTINA AMARANTE PADILHA         | 048, de 16.03.2018 | 30.06.2018 |
| ERACI STEINERT                    | 048, de 16.03.2018 | 30.06.2018 |
| EDSON LUIZ FUSINATO               | 048, de 16.03.2018 | 30.06.2018 |
| CARMEN THALIA PEREIRA MARIANO     | 048, de 16.03.2018 | 30.06.2018 |
| SHIRLEY GOULART DE MELO SALBEGO   | 048, de 16.03.2018 | 30.06.2018 |
| MOACIR STANO                      | 048, de 16.03.2018 | 30.06.2018 |
| YASMIN CRISTINE KRUEGER CHAVES    | 048, de 16.03.2018 | 30.06.2018 |
| VALDEMAR GONÇALVES                | 048, de 16.03.2018 | 30.06.2018 |
| ANTONIO MARCOS NASCIMENTO SOUZA   | 048, de 16.03.2018 | 30.06.2018 |
| DAVID MACHADO MAAS                | 052, de 02.04.2018 | 30.06.2018 |
| MARCELO CRISTIANO BENTO           | 050, de 02.04.2018 | 30.06.2018 |
| PEDRO AFONSO PINHEIRO DA SILVA    | 050, de 02.04.2018 | 30.06.2018 |
| MAURO FERNANDO OSTI               | 050, de 02.04.2018 | 30.06.2018 |
| VALDEIR DE JESUS MARTINS FERREIRA | 050, de 02.04.2018 | 30.06.2018 |
| VERA LUCIA RIBEIRO DOS SANTOS     | 051, de 02.04.2018 | 30.06.2018 |

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 25 de Abril de 2018; 148º ano de Fundação; 84º ano de Emancipação Política.

JAIME JOEL AVENDANO JARA  
Diretor Presidente

# Três Barras

## PREFEITURA

### INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº.02/2018

Publicação Nº 1608408

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS – SC.

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº. 19/2018.

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 02/2018.

Contratante: MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS – SC, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.400/0001-35.

Contratada: RADIO PANTERA LTDA (Massa FM 105.1) – CNPJ: 79.888.673/0001-80.

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO PARA DIVULGAÇÃO E PUBLICIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei 8.666/93 e EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº. 03/2018 deste Município.

Valor Estimado: R\$ 26.240,00 (vinte e seis mil e duzentos e quarenta reais).

Três Barras – SC, 30 de abril de 2018.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI – PREFEITO MUNICIPAL.

ANTONIO EDUARDO MARTINS WEINFURTER - JURÍDICO

# Treze Tílias

## CÂMARA MUNICIPAL

### AVISO DE LICITAÇÃO - DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 01/2018

Publicação N° 1608627

CÂMARA MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
AVISO DE LICITAÇÃO  
DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 01/2018

A Presidente da Câmara Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, torna público aos interessados, que está promovendo processo licitatório na modalidade de Dispensa de Licitação n° 01/2018, sendo regido pela Lei n° 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas alterações. OBJETO: Contratação de pessoa jurídica para adequação de espaço para instalação de Sanitário de acessibilidade e relocação da cozinha na Câmara de Vereadores de Treze Tílias incluindo: abertura e requadramento de porta; colocação de parede divisória; instalação da parte hidráulica e elétrica; pintura; e fornecimento dos materiais necessários. A obra será realizada de acordo com as Especificações do Layout, parte integrante da presente Dispensa de Licitação. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 24, I da Lei 8666/93. JUSTIFICATIVA: A adequação de espaço para instalação de Sanitário de Acessibilidade e relocação da cozinha, faz-se necessária, em cumprimento ao TAC firmado entre o Ministério Público de Santa Catarina e a Câmara de Vereadores de Treze Tílias. DECLARAÇÃO DE DISPENSA: 02/04/2018. VALOR: R\$ 14.935,25 (catorze mil, novecentos e trinta e cinco reais e vinte e cinco centavos). CONTRATADA: F&F MONTAGENS LTDA - Código:506.

Treze Tílias, 30 de abril de 2018.  
ADRIANO FEILSTRECKER  
Presidente

# Trombudo Central

## PREFEITURA

### GABARITO DEFINITIVO - EDITAL N° 006/2018

Publicação N° 1608628

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N° 006/2018.  
GABARITO DEFINITIVO

EMPREGO PÚBLICO  
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

|             |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |
|-------------|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|
| Questão     | 01 | 02 | 03 | 04 | 05 | 06 | 07 | 08 | 09 | 10 |
| Alternativa | D  | C  | D  | D  | A  | A  | D  | C  | A  | D  |

|             |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |
|-------------|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|
| Questão     | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 |
| Alternativa | C  | D  | B  | D  | C  | A  | D  | B  | C  | D  |

QUESTÃO N°: 07

Resultado da Análise: Manter Gabarito

JUSTIFICATIVA: Em resposta aos recursos interpostos para esta questão, a Banca Examinadora concluiu pela não anulação da questão haja vista que a mesma está correta e foi anulada indevidamente na divulgação do gabarito provisório. Manter alternativa "D". Recurso Provido.

EMPREGO PÚBLICO  
AUXILIAR DE ODONTÓLOGO

|             |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |
|-------------|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|
| Questão     | 01 | 02 | 03 | 04 | 05 | 06 | 07 | 08 | 09 | 10 |
| Alternativa | D  | C  | D  | D  | A  | A  | D  | C  | A  | D  |

|             |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |
|-------------|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|
| Questão     | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 |
| Alternativa | C  | D  | B  | D  | C  | A  | D  | B  | C  | D  |

QUESTÃO N°: 07

Resultado da Análise: Manter Gabarito

JUSTIFICATIVA: Em resposta aos recursos interpostos para esta questão, a Banca Examinadora concluiu pela não anulação da questão haja vista que a mesma está correta e foi anulada indevidamente na divulgação do gabarito provisório. Manter alternativa "D". Recurso Provido.  
Trombudo Central, 30 de abril de 2018.

GEOVANA GESSNER  
Prefeita de Trombudo Central

TANIA BINI AZEVEDO WALTRICK  
Secretária da Saúde

### PORTARIA 190/18

Publicação N° 1608631

PORTARIA 190/18 DE 27 DE ABRIL DE 2018.  
CONCEDE DIÁRIA A SERVIDOR PÚBLICO DO MUNICÍPIO.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

CONSIDERANDO a Lei Municipal 1845 de 29 de julho de 2014.  
RESOLVE:

Art. 1º - FIXAR em R\$ 215,00 (duzentos e quinze reais), referente à ½ (meia diária) para custeio de alimentação, a Sra. VERGÍNIA HÜBES, que estará participando da Reunião com os Secretários da JSM região de Joinville, Itajaí e Rio do Sul, nas dependências do 23º Batalhão de Infância, no município de Blumenau – SC, no dia 26 de abril de 2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 27 de abril de 2018.  
GEOVANA GESSNER  
Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

GEZIEL BALCKER  
Secretário de Administração e Finanças

## **PORTARIA 191/18**

Publicação Nº 1608743

PORTARIA 191/18 DE 27 DE ABRIL DE 2018.  
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas com base na Lei Complementar 816 de 31 de Outubro de 1990.

CONSIDERANDO o atestado médico apresentado junto ao Departamento de Pessoal na data de 27 de abril de 2018.

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER a servidora pública municipal Sra. ISOLDE CAMPREGHER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, licença para tratamento de saúde pelo prazo de 14 (quatorze) dias, a partir de 25 de abril de 2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à data de 25 de abril de 2018, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 27 de abril de 2018.  
GEOVANA GESSNER  
Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

TANIA BINI AZEVEDO WALTRICK  
Secretária da Saúde

## **PORTARIA 192/18**

Publicação Nº 1608746

PORTARIA 192/18 DE 30 DE ABRIL DE 2018.  
CONCEDE PRORROGAÇÃO DE LICENÇA GESTAÇÃO

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

CONSIDERANDO o artigo 86 da lei complementar 816 de 31 de outubro de 1990, alterado pela lei complementar 1765 de 09 de Abril de 2013.

CONSIDERANDO a Portaria 189/18 de 24 de abril de 2018.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a servidora pública municipal Sra. GISIELLE GEISLER HEDEL, ocupante do cargo em provimento efetivo de Auxiliar de Sala, prorrogação de licença Gestação pelo prazo de 60 (sessenta) dias, conforme solicitação por requerimento junto ao Departamento Pessoal.

Art. 2º - A Licença de que trata o Artigo Primeiro, será custeado integralmente nos mesmos moldes devidos no período de percepção do salário maternidade pago pelo regime geral de previdência social.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 30 de abril de 2018.  
GEOVANA GESSNER  
Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS  
Secretária da Educação e do Esporte



# Tunápolis

## PREFEITURA

### **AVISO DE RETIFICAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 113/2018 MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 88/2018 COMUNICA ERRATA NO EDITAL, PUBLICADO NO DIA 23/03/2018.**

Publicação Nº 1608126

Aviso de retificação PROCESSO LICITATÓRIO nº. 113/2018

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL nº. 88/2018

Comunica Errata no Edital, publicado no dia 23/03/2018.

OBJETO: Contratação de serviços Técnicos Especializados de Treinamento e Consultoria no âmbito da Administração Pública, (diversos das atividades rotineiras do atual quadro de pessoal), compreendendo às áreas Contábil, Financeira, Orçamentária, Planejamento, Patrimonial, Licitações e Contratos e de Controle Interno, de forma presencial na sede do Município, para continua capacitação dos servidores, e de forma remota, mediante orientações a distância via telefone, correio eletrônico outras facilidades tecnológicas, bem como, na sede da Proponente, conforme especificações e quantidades descritas no Anexo I.

Onde se Lê: ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS: Até as 16h30min do dia 04 de maio de 2018.

SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DAS PROPOSTAS COMERCIAIS E LANCES VERBAIS: As 14h15min do dia 03 de maio de 2018.

Leia -se : SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DAS PROPOSTAS COMERCIAIS E LANCES VERBAIS: Até as 16h30min do dia 04 de maio de 2018.

. "Informações no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22, Email:compras@tunapolis.sc.gov.br.

Tunápolis, SC, 30/04/2018

SHEILA INÊS BIEGER

Pregoeira

### **PORTARIA Nº 4820/2018**

Publicação Nº 1608158

PORTARIA Nº. 4.820/2018

Em 30 de Abril de 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Legislação vigente, baseado na Lei Complementar 13/2006, Art. 71, parágrafo 2º;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder "LICENÇA TRATAMENTO DE SAÚDE", ao Servidor (a) temporário(a) com portaria nº 4.754/2018, MARCIANE ROHDEN TOILLIER, com o cargo de Professor(a) de Ensino Fundamental, lotado na Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Esporte e Turismo.

Art.2º Esta Portaria em vigor, na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS/SC

Em 30 de Abril de 2018.

RENATO PAULATA

Prefeito Municipal

NELCINA MARIA DECKER

Secretária de Administração, Planejamento e Finanças

Esta portaria foi publicada na

Presente data

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF

Técnico em Controladoria Interna

**PORTARIA Nº 4821/2018**

Publicação Nº 1608159

PORTARIA Nº. 4.821/2018  
Em 30 de Abril de 2.018

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinada com a Lei Complementar nº. 051/2017 de 01 de Junho de 2017;

**RESOLVE:**

Art. 1º. ENQUADRAR, PAULO GROTH, no cargo efetivo de MECÂNICO, lotado na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Urbanismo, transferindo do nível 17TSG 5 A-08 para o nível 17TSG 5 B-09.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor, com efeitos a partir de 01 de Maio de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 30 de Abril de 2.018.

RENATO PAULATA

Prefeito Municipal

NELCINA MARIA DECKER

Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

Esta portaria foi publicada na  
Presente data

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF  
Técnico em Controladoria Interna

---

**CÂMARA MUNICIPAL**

---

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 01/2018**

Publicação Nº 1608886

DECRETO LEGISLATIVO Nº 01/2018

APROVA AS CONTAS DO EXECUTIVO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, RELATIVO AO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2016, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe conferem o Regimento Interno Cameral e a Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes do município que o Plenário aprovou e a Mesa promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º. Ficam aprovadas as contas do Executivo Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, relativo ao exercício financeiro de 2016, em conformidade com o Parecer do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, exarado no Processo @PCP-17/00112675.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Vereadores de Tunápolis

Em 27 de abril de 2018.

DONATO LAUSCHNER GILBERTO LUNKES

Presidente Vice-Presidente

(Em licença)

ALOÍSIO JOSÉ LEHMEN LOIVO FRANCISCO ZOZ

1º Secretário 2º Secretário

# Turvo

## PREFEITURA

### CTR PMT 41/2018

Publicação Nº 1608424

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 18/2018  
MODALIDADE TOMADA DE PREÇO Nº 18/2018  
CONTRATO N.º 41/2018  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TURVO/SC  
CONTRATADO: MULTIPLA SINALIZAÇÃO LTDA ME OBJETO: "IMPLANTAR SINALIZAÇÃO TURÍSTICA NO MUNICÍPIO DE TURVO"  
VIGÊNCIA: 19/4/18 A 18/7/18  
VALOR: R\$ 187.240,00

### PREGÃO PRESENCIAL FMS 11/2018

Publicação Nº 1608149

Aviso de Licitação  
Processo de Licitação nº 11/2018 - Pregão Presencial nº 11/2018  
Objeto: Aquisição de materiais odontológicos.  
Entrega dos envelopes: até as 07h45min do dia 15/05/2018  
Abertura da Sessão: á partir das 08:00 horas do dia 15/05/2018  
Informações e cópia do edital: Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Turvo, sito a Rua Nereu Ramos, 609 – Centro – Turvo/SC, no horário das 07:30 as 11:30 e das 13:30 as 17:00 horas em dias úteis. Fone (48) 3525-8100.  
Turvo – SC, 30 de abril de 2018.

Valeria de Lourdes Scarabelot  
Pregoeira

# Urubici

## PREFEITURA

### EDITAL 004/FMS/2018

Publicação Nº 1608235

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUBICI

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 004/FMS/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/FMS/2018

Representante Legal, Prefeito Municipal Antônio Zilli, torna público o Edital de Pregão Presencial, do Fundo Municipal de Saúde, destinado ao registro de preços para aquisição de medicamentos da atenção básica para abastecimento das farmácias públicas nas unidades básicas de saúde do município conforme anexo I do edital. Os interessados deverão apresentar envelopes distintos para proposta e documentos, fechados e lacrados na Prefeitura Municipal de Urubici, até o dia 16/05/2018 as 13h00min. A abertura dos envelopes contendo as propostas e a sessão pública do Pregão será dia 16/05/2018 as 13h00min. Maiores informações sobre o presente edital, bem como copia do mesmo, podem ser obtidas através do e-mail [licitação@urubici.sc.gov.br](mailto:licitação@urubici.sc.gov.br), site [www.urubici.sc.gov.br](http://www.urubici.sc.gov.br), ou na Prefeitura Municipal de Urubici – SC sito Pça. Francisco Pereira Souza, 53 – Centro - CEP: 88650-000 Fone/Fax: (0xx49) 32784211, em horário das 12h00min às 18h00min junto ao setor de compras e licitações. Cumpridas as formalidades, publique-se o presente Edital para que surta seu jurídico e legal efeito. Antônio Zilli- Prefeito Municipal.

# Urussanga

## PREFEITURA

### EDITAL PL 36 2018 PMU PR 32 2018

Publicação Nº 1608344

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA  
AVISO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/2018/PMU

Objeto: aquisição parcelada de manutenção mecânica de veículos pequenos da Secretaria de Obras, com peças novas e de boa qualidade, para o exercício do ano de 2018. Entrega dos envelopes: até as 09h30 do dia 16/05/2018, na Prefeitura Municipal de Urussanga/SC, sito à Praça da Bandeira, 12 – Setor de Licitações. Abertura dos envelopes: as 09h30 do dia 16/05/2018, no mesmo local da entrega dos envelopes. Edital: o edital estará à disposição dos interessados das 08h às 11h30 e das 13h às 17h, de segunda-feira à sexta-feira, em dias úteis, no Paço Municipal Lydio de Brida, na Praça da Bandeira, n.º 12 ou retirado no site oficial desta municipalidade [www.urussanga.sc.gov.br](http://www.urussanga.sc.gov.br), no ícone LICITAÇÕES, em situação "ABERTA". Outras informações através do e-mail [urussangalicitacao@urussanga.sc.gov.br](mailto:urussangalicitacao@urussanga.sc.gov.br). LUIS GUSTAVO CANCELLIER. Prefeito Municipal

### EDITAL PL 37 2018 PMU PR 33 2018

Publicação Nº 1608586

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA  
AVISO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 33/2018/PMU  
Sistema de Registro de Preços

Objeto: aquisição de equipamentos de proteção individual para combate a incêndio, para uso do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina, 3º/2º/2ª/4ºBBM Urussanga, novos, de boa qualidade. Entrega dos envelopes: até as 14h do dia 15/05/2018, na Prefeitura Municipal de Urussanga/SC, sito à Praça da Bandeira, 12 – Setor de Licitações. Abertura dos envelopes: as 14h do dia 15/05/2018, no mesmo local da entrega dos envelopes. Edital: o edital estará à disposição dos interessados das 08h às 11h30 e das 13h às 17h, de segunda-feira à sexta-feira, em dias úteis, no Paço Municipal Lydio de Brida, na Praça da Bandeira, n.º 12 ou retirado no site oficial desta municipalidade [www.urussanga.sc.gov.br](http://www.urussanga.sc.gov.br), no ícone LICITAÇÕES, em situação "ABERTA". Outras informações através do e-mail [urussangalicitacao@urussanga.sc.gov.br](mailto:urussangalicitacao@urussanga.sc.gov.br). LUIS GUSTAVO CANCELLIER. Prefeito Municipal

## CÂMARA MUNICIPAL

### REUNIÃO ITINERANTE - CONVITE

Publicação Nº 1608847

#### CONVITE

O Presidente da Câmara Municipal de Urussanga, Vereador Odivaldo Bonetti, e os demais Vereadores, convidam para a Vigésima Reunião Ordinária, transformada, por meio do Ato nº 15, de 27 de março de 2018, em Décima Oitava Reunião Itinerante, com o objetivo de oportunizar a participação de representantes dos Bairros Bom Jesus, De Villa, Dois Rios, Rio Carvalho e São Pedro, de forma a exporem anseios e reivindicações das comunidades.

Data: 19 de junho de 2018 (terça-feira)  
Horário: 19h  
Local: Centro de Múltiplo Uso do Bairro De Villa  
(Rodovia Genésio Mazon, Bairro De Villa, Urussanga – SC)

**SESSÃO SOLENE - CONVITE**

Publicação Nº 1608868

O Presidente da Câmara Municipal de Urussanga, Vereador Odivaldo Bonetti, e os demais Vereadores, convidam para Sessão Solene em razão da entrega de honrarias aos seguintes homenageados:

Eduardo Trombim – Medalha do Mérito;  
Geraldo Custódio – Cidadania Benemerita;  
Grupo Cultural Amici Della Polenta – Medalha do Mérito;  
Jair de Ávila – Diploma do Mérito;  
Luiz Fernando Rodrigues da Silva – Diploma do Mérito Comunitário;  
Sérgio Costa – Cidadania Benemerita;  
Sérgio Roberto Maestrelli – Cidadania Benemerita;  
Valdir Cechinel Filho – Medalha do Mérito;

a realizar-se no dia vinte e nove de maio de dois mil e dezoito, às dezenove horas, na Sede da Sociedade Recreativa Urussanga, localizada na Avenida Presidente Vargas, nº 90, Centro, em Urussanga – SC.



# Vargeão

## PREFEITURA

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 140/2018 AO 145/2018

Publicação Nº 1608802

EXTRATO DE CONTRATO nº 140/2018 ao 145/2018

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA – ME.

OBJETO: Aquisição parcelada de produtos e materiais de higiene e limpeza destinados à Secretaria Municipal de Saúde do Município de Vargeão, SC.

VALOR: R\$ 443,50 (QUATROCENTOS E QUARENTA E TRES REAIS E CINQUENTA CENTAVOS).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, Pregão Presencial 32/2018, Processo Licitatório 37/2018 e Contrato nº 140/2018.

Vargeão, SC, 30 de abril de 2018.

Volmir Felipe

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA.

OBJETO: Aquisição parcelada de produtos e materiais de higiene e limpeza destinados à Secretaria Municipal de Saúde do Município de Vargeão, SC.

VALOR: R\$ 29.344,00 (VINTE E NOVE MIL TREZENTOS E QUARENTA E QUATRO REAIS).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, Pregão Presencial 32/2018, Processo Licitatório 37/2018 e Contrato nº 141/2018.

Vargeão, SC, 30 de abril de 2018.

Volmir Felipe

Prefeito Municipal ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: DIEGO RIBEIRO - ME

OBJETO: Aquisição parcelada de produtos e materiais de higiene e limpeza destinados à Secretaria Municipal de Saúde do Município de Vargeão, SC.

VALOR: R\$ 1.018,50 (HUM MIL DEZOITO REAIS E CINQUENTA CENTAVOS).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, Pregão Presencial 32/2018, Processo Licitatório 37/2018 e Contrato nº 142/2018.

Vargeão, SC, 30 de abril de 2018.

Volmir Felipe

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: ESSENCIAL PRODUTOS PARA HIGIENE E LIMPEZA LTDA - ME

OBJETO: Aquisição parcelada de produtos e materiais de higiene e limpeza destinados à Secretaria Municipal de Saúde do Município de Vargeão, SC.

VALOR: R\$ 10.925,20 (DEZ MIL NOVECENTOS E VINTE E CINCO REAIS E VINTE CENTAVOS).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, Pregão Presencial 32/2018, Processo Licitatório 37/2018 e Contrato nº 143/2018.

Vargeão, SC, 30 de abril de 2018.

Volmir Felipe

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME

OBJETO: Aquisição parcelada de produtos e materiais de higiene e limpeza destinados à Secretaria Municipal de Saúde do Município de Vargeão, SC.

VALOR: R\$ 27.000,00 ( VINTE E SETE MIL REAIS).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, Pregão Presencial 32/2018, Processo Licitatório 37/2018 e Contrato nº 144/2018.

Vargeão, SC, 30 de abril de 2018.

Volmir Felipe

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME.

OBJETO: Aquisição parcelada de produtos e materiais de higiene e limpeza destinados à Secretaria Municipal de Saúde do Município de Vargeão, SC.

VALOR: R\$ 5.208,90 (CINCO MIL DUZENTOS E OITO REAIS E NOVENTA CENTAVOS).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, Pregão Presencial 32/2018, Processo Licitatório 37/2018 e Contrato nº 145/2018.

Vargeão, SC, 30 de abril de 2018.

Volmir Felipe

Prefeito Municipal

# Vidal Ramos

## PREFEITURA

### LEILÃO PÚBLICO Nº. 01/2018

Publicação Nº 1608420

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA VIDAL RAMOS

#### LEILÃO PÚBLICO Nº. 01/2018

Faz saber aos interessados que se encontra aberto o Edital de Licitação nº. 13/2017, na modalidade LEILÃO, tendo por objeto A alienação de:

ITEM 01 - Um Trator Agrícola, Marca Massey Ferguson, modelo MF4275, ano 2014, movido a Diesel.

ITEM 02 - Um veículo PAS/AUTOMÓVEL/NÃO APLIC. VW/GOL, 1.0 GIV, 5P/71CM, COR BANCO, ANO 2008 MODELO 2009, GASOLINA, CHASSI 9BWAA05WX9P095224, PLACA MGJ 1959.

ITEM 03 - Um Veículo PAS/ÔNIBUS/VW/16.180 CO, 47 PASSAGEIROS, 184CV, COR AZUL, DIESEL, ANO FABRICAÇÃO 1993 MODELO 1994, CHASSI 9BWYTARB2PD807325, PLACA MAD 7240.

ITEM 04 - Um Veículo VW/KOMBI, LOTAÇÃO 12 PESSOAS, 80CV, COR BRANCA, COMBUSTÍVEL ALCOOL/GASOLINA, ANO FABRICAÇÃO 2008 MODELO 2009, CHASSI 9BWMF07X09P013179, PLACA MGA 4379.

O interessado deverá se cadastrar até as 09h00min do dia 17/05/2018 na Garagem da Prefeitura, ocasião que será aberta a sessão de lances. A cópia do edital, bem como outros esclarecimentos necessários poderá ser obtida junto a Prefeitura, em horário de expediente pelo fone (47) 33562300.

Vidal Ramos, 30 de abril de 2018.

Laercio da Cruz  
Prefeito Municipal.

### LEILÃO PÚBLICO Nº. 02/2018

Publicação Nº 1608545

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS

#### LEILÃO PÚBLICO Nº. 02/2018

Faz saber aos interessados que se encontra aberto o Edital de Licitação Nº. 37/2018, na modalidade LEILÃO PÚBLICO 02/2018, tendo por objeto A alienação de:

MATERIAIS RECICLÁVEIS PRESENTES E FUTUROS PROCEDENTES DE UM PROCESSO DE COLETA SELETIVA DE RESÍDUOS DOMICILIARES.

O interessado deverá se cadastrar até as 09:00 horas do dia 18/05/2018, ocasião que será aberta a sessão de lances. A cópia do edital, bem como outros esclarecimentos necessários poderão ser obtidos junto a Prefeitura, em horário de expediente pelo fone (47) 33562300.

Vidal Ramos, 30 de abril de 2018,

Laercio da Cruz  
Prefeito Municipal.

# Videira

## PREFEITURA

### ATA 002/2018-COMAD

Publicação Nº 1608665

ATA 002/2018-COMAD – Aos dez dias do mês de abril do ano de dois mil e dezoito, às 13h30min, nas dependências do Departamento de Ação Social, situado à Rua Lauro Muller, nº 288, Centro, neste município de Videira, Santa Catarina, reuniram-se ordinariamente os membros do Conselho Municipal Antidrogas – COMAD, conforme a lista de presença, com a seguinte pauta: 1. Escolha de Unidades de Ensino para a aplicação do Projeto de Prevenção do COMAD para o ano de 2018; 2. Assuntos gerais. Instalado o quórum, iniciou-se a reunião, foram cumprimentados todos os presentes e apresentada a pauta. A Presidente do COMAD, Sra. Jociane Oliveira Dutra explanou que o Projeto de Prevenção do Conselho foi aplicado em duas Escolas no ano passado e foram alcançados os objetivos e desta forma é importante estar dando continuidade deste trabalho. Neste tocante, foi deliberado para aplicar o projeto nas E.E.B. Josefina Caldeira de Andrade e E.E.B.M. Joaquim Amarante e realizar o levantamento de resultados do projeto e de alunos das E.E.B. Inspetor Eurico Rauen e E.E.B.M. Fidélis Antônio Fantin, as quais fizeram parte da execução deste projeto no ano passado e dessa forma, foi deliberado para a Conselheira Jociane Oliveira Dutra apresentar estes dados ao Conselho na próxima reunião para discussão sobre a necessidade de inclusão destas Escolas no projeto. Registre-se que a próxima reunião ordinária do Conselho será na data de 08/05/2018. Encerradas as discussões, às 14h20min, nada mais havendo a tratar, a Sra. Presidente do COMAD agradeceu a presença de todos. Esta Ata foi lida e aprovada nesta data. Eu, Jociane Oliveira Dutra \_\_\_\_\_, Presidente do COMAD, assim como os demais presentes em lista própria, após a leitura e a aprovação da redação, assino esta Ata.

### ATA 058/2018-CMI

Publicação Nº 1608673

ATA 058/2018-CMI – Aos vinte e seis dias do mês de março de dois mil e dezoito, às 08h30min, nas dependências do Departamento de Ação Social, situado à Rua Lauro Muller, 288, Centro, neste município de Videira, Santa Catarina, reuniram-se ordinariamente os membros do Conselho Municipal do Idoso com a seguinte pauta: 1. Relatório de Visita realizada ILPI; 2. Ofícios recebidos; 3. Retificação da data da Conferência; 4. Planejamento da Campanha 15 de maio - Dia Mundial de Conscientização da Violência contra a Pessoa Idosa; 5. Assuntos gerais. Instalado o quórum, iniciou-se a reunião, a Presidente do Conselho Sra. Gláucia Perazzoli cumprimentou à todos os presentes e apresentou a pauta. Dando início a Presidente informou que foi realizada visita ao Lar O Bom Samaritano pelos Conselheiros no ano passado e o relatório está finalizado, e ainda, houve visita a Instituição na data de 19/03/2018 com a participação de representante do Ministério Público, Corpo de Bombeiros, Conselho Regional de Engenharia, Conselho Municipal do Idoso, Vigilância Sanitária, o qual será elaborado relatório pelo Conselho. Neste ponto, a Conselheira Generci Gomes (Coordenadora do Lar O Bom Samaritano) explanou que foram apontadas algumas adequações à Instituição, as quais serão regularizadas. Quanto aos ofícios recebidos, a Presidente informou que não foram recebidos ofícios e denúncias, mas uma idosa do bairro que foi encaminhada a Rede Socioassistencial pelo Conselho faleceu, e salientou que o caso está em fase judicial e continuará em andamento. Quanto à Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, a Presidente retificou a data que está prevista pelo calendário do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa é até Março/2019 a etapa municipal. Em sequência, no tocante a campanha do dia 15 de maio - Dia Mundial de Conscientização da Violência contra a Pessoa Idosa, a Presidente explanou que no ano passado foi realizada atividades voltadas aos direitos da Pessoa Idosa no CEVI, CRAS, e divulgação nas rádios. Sugerido a confecção de crachá para identificação e expor a sociedade sobre as atividades desenvolvidas no Lar O Bom Samaritano, CEVI, dentre outros. A Presidente salientou a colaboração das rádios e demais meios de comunicação e ainda, a realização de mobilização e atrelar com a saúde e prevenção. Encerradas às discussões às 10h10min, nada mais havendo a tratar, a Presidente do CMI agradeceu a presença de todos e convida para próxima reunião que irá ocorrer dia 28/05/2018. Eu, \_\_\_\_\_ Gláucia Perazzoli, Presidente do CMI, procedi à leitura e após aprovação e assino a presente Ata.

### DECRETO Nº 15.011/18

Publicação Nº 1608388

DECRETO Nº 15.011/18, DE 25 DE ABRIL DE 2018.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.557/18, de 25 de abril de 2018,

#### DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde, crédito adicional no valor de R\$ 1.103.936,00 (um milhão, cento e três mil, novecentos e trinta e seis reais), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

|  |            |
|--|------------|
| 15 - Fundo Municipal de Saúde                          |            |
| 01 – Fundo Municipal de Saúde                          |            |
| 2059– Atenção Básica em Saúde                          |            |
| 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0064.1008– Aplicações Diretas | 236.274,00 |

|   |              |
|---|--------------|
| 15 - Fundo Municipal de Saúde                           |              |
| 01 – Fundo Municipal de Saúde                           |              |
| 2060 – Ações de Média e Alta Complexidade em Saúde      |              |
| 3.3.50.00.00.00.00.00.03.0003.0 – Aplicações Diretas    | 334.662,00   |
| 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0065.1017 – Aplicações Diretas | 100.000,00   |
| 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0065.1117 – Aplicações Diretas | 183.000,00   |
| 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0165.17 – Aplicações Diretas   | 100.000,00   |
| 15 - Fundo Municipal de Saúde                           |              |
| 01 – Fundo Municipal de Saúde                           |              |
| 2063– Assistência Farmacêutica                          |              |
| 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0003.0 – Aplicações Diretas    | 150.000,00   |
| TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES                                |              |
|   | 1.103.936,00 |

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá parcialmente à conta do superávit financeiro dos recursos vinculados da saúde do ano de 2017 e parcialmente do excesso de arrecadação de 2018 dos recursos vinculados da saúde.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 25 de abril de 2018.  
DORIVAL CARLOS BORG  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 25 dias do mês de abril de 2018.

LUIZ CARLOS BONDICZ  
Secretário de Administração Interino

## EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0069/18

Publicação Nº 1608839

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0069/2018

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: GILVANI APARECIDA RAMOS DE SOUZA BUSANELLO

CPF: 947.183.429-53

OBJETO: Alterando-se a carga horária, o vencimento e a justificativa de: "20 (vinte) horas semanais, percebendo para tanto o vencimento de R\$ 1.627,74 (um mil, seiscentos e vinte e sete reais e setenta e quatro centavos), com auxílio In Itinere; para atender em caráter de excepcional interesse público a necessidade temporária da demanda, incapaz de ser suportado pela Secretaria de Educação e atuar na Sala de Atendimento Educacional Especializado, conforme exigência ao Art 58º da LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional); conforme Parecer Jurídico de 05/02/2018" para: "40 (quarenta) horas semanais, percebendo para tanto o vencimento de R\$ 3.255,47 (três mil, duzentos e cinquenta e cinco reais e quarenta e sete centavos), com auxílio In Itinere; para atender em caráter de excepcional interesse público a necessidade temporária da demanda, incapaz de ser suportado pela Secretaria de Educação, sendo 20 (vinte) horas para atuar na Sala de Atendimento Educacional Especializado, conforme exigência ao Art 58º da LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional); conforme Parecer Jurídico de 05/02/2018, e 20 (vinte) horas para atuar como professor de aulas excedentes, que não completam a carga horária de 40 horas semanais."

VIGÊNCIA: de 15 de fevereiro de 2018 até 29 de junho de 2018

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

## LEI COMPLEMENTAR Nº 0204/18

Publicação Nº 1608395

LEI COMPLEMENTAR Nº 204/18, DE 25 DE ABRIL DE 2018.

Institui e autoriza a cobrança de contribuição de melhoria e dá outras providências

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, faço saber a todos os munícipes que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a promover os atos necessários à cobrança da Contribuição de Melhoria em decorrência da valorização imobiliária relativa à obra pública de pavimentação asfáltica com drenagem de águas e sinalização viária, tendo como limite global a despesa realizada da obra com recursos próprios e, como limite individual, o acréscimo de valor que resultar para cada imóvel, compreendendo aqueles diretamente localizados na Rua dos Eucaliptos, Bairro Portal das Videiras, com extensão de 45,00m, no montante de R\$ 63.645,00 (sessenta e três mil seiscentos e quarenta e cinco reais).

Art. 2º O Sujeito Passivo da Contribuição de Melhoria é o titular da propriedade ou do domínio útil ou o possuidor, a qualquer título, do imóvel beneficiado pela obra pública.

§ 1º Responde pelo pagamento da Contribuição de Melhoria o proprietário do imóvel ao tempo do seu lançamento, e esta responsabilidade se transmite aos adquirentes e sucessores, a qualquer título, do domínio do imóvel.

§ 2º Aos bens indivisos a Contribuição de Melhoria poderá ser lançada em nome de qualquer um dos titulares, a quem caberá o direito de exigir dos demais as parcelas que lhe couberem.

Art. 3º A Contribuição de Melhoria tem como fato gerador o acréscimo do valor do imóvel localizado nas áreas beneficiadas direta ou indiretamente por obras realizadas pelo Poder Executivo Municipal.

Parágrafo Único - A base de cálculo da Contribuição de Melhoria, a ser exigida pelo Município para fazer face ao custo das obras públicas, é a valorização do imóvel beneficiado, limitado ao total da despesa realizada com recursos próprios.

Art. 4º A Contribuição de Melhoria relativa a cada imóvel será determinada pelo rateio da parcela do custo da obra, pelos imóveis situados na zona beneficiada em função dos respectivos fatores individuais de valorização, limitada a despesa total realizada com recursos próprios. §1º Para efeito de determinação do limite total serão computadas as despesas de estudos, projetos, fiscalização, desapropriação, administração, execução e financiamento, inclusive prêmios de reembolso e outras de praxe em financiamentos ou empréstimos, cujo valor será atualizado à época do lançamento.

§2º Serão incluídos nos orçamentos de custos das obras, todos os investimentos necessários para que os benefícios delas decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis situados nas respectivas zonas de influência.

Art. 5º Anterior ao início da obra, a Secretaria de Planejamento providenciará, sem prejuízo de outros atos que se fizerem necessários para o cumprimento desta Lei:

I - Publicação prévia de Edital, através de publicação no Diário Oficial dos Municípios (DOM), contendo os seguintes elementos, sem prejuízo de outros:

- a) memorial descritivo do projeto;
- b) orçamento total ou parcial do custo das obras;
- c) determinação da parcela do custo das obras a ser ressarcida pela contribuição, com o correspondente plano de rateio entre os imóveis beneficiados;
- d) delimitação na zona beneficiada das áreas direta e indiretamente beneficiadas e a relação de todos os imóveis nelas compreendidos;
- e) determinação do fator de absorção do benefício da valorização para toda zona ou para cada uma das áreas diferenciadas nela contidas.

Art. 6º Serão estabelecidos, antes do início da obra, os valores imobiliários dos imóveis que se encontram dentro da zona de influência da obra pública, por uma comissão de Avaliação nomeada em portaria municipal.

Art. 7º Os elementos referidos no Edital Prévio poderão ser impugnados no prazo de 30 (trinta) dias, a contar do 1º (primeiro) dia útil à publicação oficial pelo município, mediante requerimento dirigido à Secretaria de Planejamento.

Parágrafo Único - Os requerimentos de impugnação, como também quaisquer recursos administrativos não suspendem o início ou prosseguimento das obras.

Art. 8º Após a conclusão da obra a Secretaria de Planejamento através da Comissão de Avaliação realizará nova avaliação dos imóveis inseridos na zona de influência da obra pública, apurando o valor de cada imóvel após a execução da mesma, a fim de estabelecer o diferencial de valorização, assim entendido como sendo a diferença entre o valor anterior à obra pública e posterior à obra pública.

Parágrafo único - Os valores obtidos nas avaliações referidas neste artigo e no artigo 6º balizarão a observância dos limites individuais da cobrança da Contribuição de Melhoria, que não poderá ser superior ao limite de valorização individual de cada imóvel.

Art. 9º A determinação da Contribuição de Melhoria far-se-á rateando-se, proporcionalmente, o custo parcial ou total da obra, entre todos os imóveis incluídos na zona beneficiada pela valorização imobiliária decorrente da melhoria descrita na presente Lei, em função dos fatores individuais.

Parágrafo único - Na determinação do valor individual da contribuição será observado o limite estabelecido pelo acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado, em estrita observância ao disposto nesta Lei, no artigo 145, inciso III, da Constituição Federal de 1988 c/c artigos 81 e 82, ambos da Lei nº. 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), Decreto-Lei nº. 195/1967, Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), Lei nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) e Lei Complementar nº. 069/1985 (Código Tributário do Município de Videira) e alterações.

Art. 10 Executada a obra de melhoramento na sua totalidade ou em parte suficiente para beneficiar determinados imóveis, de modo a justificar o início da cobrança da Contribuição de Melhoria calculada na forma prevista nesta Lei, proceder-se-á ao lançamento referente a esses imóveis, através de Edital de lançamento que conterá os seguintes elementos, dentre outros que se fizerem necessários:

- I - relação das despesas realizadas, com a identificação da despesa total a ser custeada pelo tributo;
- II - relação dos imóveis beneficiados;
- III - determinação da parcela do custo das obras a ser ressarcida pela contribuição, com o correspondente plano de rateio entre os imóveis beneficiados devidamente identificados;
- IV - determinação do fator de absorção do benefício da valorização para toda zona ou para cada uma das áreas diferenciadas nela contidas após a execução total ou parcial da obra;
- IV - valor da Contribuição de Melhoria lançada individualmente por imóvel situado na área beneficiada pela obra pública;



V - local do pagamento, prazo para o seu pagamento, suas prestações e vencimentos;  
VI - prazo para a impugnação;

Art. 11 O edital respectivo estabelecerá o prazo de 30 (trinta dias) para impugnação pelos interessados, de quaisquer dos elementos referidos nos incisos anteriores, cabendo ao impugnante o ônus da prova, sendo a impugnação dirigida a Secretaria da Finanças para decisão.

Parágrafo Único - A impugnação será julgada pela Secretário de Finanças, com possibilidade de recurso para segunda instância administrativa.

Art. 12 A Contribuição de Melhoria a que se refere esta Lei poderá ser paga de uma só vez ou parceladamente, de acordo com os critérios de pagamento definidos na Lei 69/85 (Código Tributário Municipal) e no Edital de Lançamento.

Art. 13 As parcelas pagas com atraso serão atualizadas na data do pagamento, incidindo sobre elas juros e multa na forma desta Lei, observadas as disposições do Código Tributário Municipal (Lei 69/85 e alterações).

Art. 14 Para os fins da aplicação desta Lei poderá a Autoridade Fiscal solicitar o apoio de servidores públicos que compõem o quadro da Municipalidade, em especial quanto à emissão de laudos técnicos e demais orientações que se fizerem necessárias, bem como solicitar auxílio à Comissão de Avaliação, nomeada através de Portaria Municipal, em estrita observância às normas legais indicadas nesta Lei.

Art. 15 Esta Lei Complementar entra em vigor na data da sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogando-se as disposições em contrário.

Videira, 25 de abril de 2018.  
DORIVAL CARLOS BORGA  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei Complementar nesta Secretaria de Administração aos 25 dias do mês de abril de 2018.

LUIZ CARLOS BONDICZ  
Secretário de Administração Interino

## **LEI COMPLEMENTAR Nº 0205/18**

Publicação Nº 1608392

LEI COMPLEMENTAR Nº 0205/18, DE 25 DE ABRIL DE 2018.

Institui e autoriza a cobrança de contribuição de melhoria e dá outras providências

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, faço saber a todos os munícipes que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a promover os atos necessários à cobrança da Contribuição de Melhoria em decorrência da valorização imobiliária relativa à obra pública de pavimentação asfáltica com drenagem de águas e sinalização viária, tendo como limite global a despesa realizada da obra com recursos próprios e, como limite individual, o acréscimo de valor que resultar para cada imóvel, compreendendo aqueles diretamente localizados na Rua dos Eucaliptos, Bairro Portal das Videiras, com extensão de 360,00m, no montante de R\$ 500.344,61 (quinhentos mil trezentos e quarenta e quatro reais e sessenta e um centavos).

Art. 2º O Sujeito Passivo da Contribuição de Melhoria é o titular da propriedade ou do domínio útil ou o possuidor, a qualquer título, do imóvel beneficiado pela obra pública.

§ 1º Responde pelo pagamento da Contribuição de Melhoria o proprietário do imóvel ao tempo do seu lançamento, e esta responsabilidade se transmite aos adquirentes e sucessores, a qualquer título, do domínio do imóvel.

§ 2º Aos bens indivisos a Contribuição de Melhoria poderá ser lançada em nome de qualquer um dos titulares, a quem caberá o direito de exigir dos demais as parcelas que lhe couberem.

Art. 3º A Contribuição de Melhoria tem como fato gerador o acréscimo do valor do imóvel localizado nas áreas beneficiadas direta ou indiretamente por obras realizadas pelo Poder Executivo Municipal.

Parágrafo Único - A base de cálculo da Contribuição de Melhoria, a ser exigida pelo Município para fazer face ao custo das obras públicas, é a valorização do imóvel beneficiado, limitado ao total da despesa realizada com recursos próprios.

Art. 4º A Contribuição de Melhoria relativa a cada imóvel será determinada pelo rateio da parcela do custo da obra, pelos imóveis situados na zona beneficiada em função dos respectivos fatores individuais de valorização, limitada a despesa total realizada com recursos próprios.  
§1º Para efeito de determinação do limite total serão computadas as despesas de estudos, projetos, fiscalização, desapropriação, administração, execução e financiamento, inclusive prêmios de reembolso e outras de praxe em financiamentos ou empréstimos, cujo valor será atualizado à época do lançamento.

§2º Serão incluídos nos orçamentos de custos das obras, todos os investimentos necessários para que os benefícios delas decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis situados nas respectivas zonas de influência.

Art. 5º Anterior ao início da obra, a Secretaria de Planejamento providenciará, sem prejuízo de outros atos que se fizerem necessários para

o cumprimento desta Lei:

I - Publicação prévia de Edital, através de publicação no Diário Oficial dos Municípios (DOM), contendo os seguintes elementos, sem prejuízo de outros:

- a) memorial descritivo do projeto;
- b) orçamento total ou parcial do custo das obras;
- c) determinação da parcela do custo das obras a ser ressarcida pela contribuição, com o correspondente plano de rateio entre os imóveis beneficiados;
- d) delimitação na zona beneficiada das áreas direta e indiretamente beneficiadas e a relação de todos os imóveis nelas compreendidos;
- e) determinação do fator de absorção do benefício da valorização para toda zona ou para cada uma das áreas diferenciadas nela contidas.

Art. 6º Serão estabelecidos, antes do início da obra, os valores imobiliários dos imóveis que se encontram dentro da zona de influência da obra pública, por uma comissão de Avaliação nomeada em portaria municipal.

Art. 7º Os elementos referidos no Edital Prévio poderão ser impugnados no prazo de 30 (trinta) dias, a contar do 1º (primeiro) dia útil à publicação oficial pelo município, mediante requerimento dirigido à Secretaria de Planejamento.

Parágrafo Único - Os requerimentos de impugnação, como também quaisquer recursos administrativos não suspendem o início ou prosseguimento das obras.

Art. 8º Após a conclusão da obra a Secretaria de Planejamento através da Comissão de Avaliação realizará nova avaliação dos imóveis inseridos na zona de influência da obra pública, apurando o valor de cada imóvel após a execução da mesma, a fim de estabelecer o diferencial de valorização, assim entendido como sendo a diferença entre o valor anterior à obra pública e posterior à obra pública.

Parágrafo único - Os valores obtidos nas avaliações referidas neste artigo e no artigo 6º balizarão a observância dos limites individuais da cobrança da Contribuição de Melhoria, que não poderá ser superior ao limite de valorização individual de cada imóvel.

Art. 9º A determinação da Contribuição de Melhoria far-se-á rateando-se, proporcionalmente, o custo parcial ou total da obra, entre todos os imóveis incluídos na zona beneficiada pela valorização imobiliária decorrente da melhoria descrita na presente Lei, em função dos fatores individuais.

Parágrafo único - Na determinação do valor individual da contribuição será observado o limite estabelecido pelo acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado, em estrita observância ao disposto nesta Lei, no artigo 145, inciso III, da Constituição Federal de 1988 c/c artigos 81 e 82, ambos da Lei nº. 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), Decreto-Lei nº. 195/1967, Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), Lei nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) e Lei Complementar nº. 069/1985 (Código Tributário do Município de Videira) e alterações.

Art. 10 Executada a obra de melhoramento na sua totalidade ou em parte suficiente para beneficiar determinados imóveis, de modo a justificar o início da cobrança da Contribuição de Melhoria calculada na forma prevista nesta Lei, proceder-se-á ao lançamento referente a esses imóveis, através de Edital de lançamento que conterá os seguintes elementos, dentre outros que se fizerem necessários:

I - relação das despesas realizadas, com a identificação da despesa total a ser custeada pelo tributo;

II - relação dos imóveis beneficiados;

III - determinação da parcela do custo das obras a ser ressarcida pela contribuição, com o correspondente plano de rateio entre os imóveis beneficiados devidamente identificados;

IV - determinação do fator de absorção do benefício da valorização para toda zona ou para cada uma das áreas diferenciadas nela contidas após a execução total ou parcial da obra;

IV - valor da Contribuição de Melhoria lançada individualmente por imóvel situado na área beneficiada pela obra pública;

V - local do pagamento, prazo para o seu pagamento, suas prestações e vencimentos;

VI - prazo para a impugnação;

Art. 11 O edital respectivo estabelecerá o prazo de 30 (trinta dias) para impugnação pelos interessados, de quaisquer dos elementos referidos nos incisos anteriores, cabendo ao impugnante o ônus da prova, sendo a impugnação dirigida a Secretaria da Finanças para decisão.

Parágrafo Único - A impugnação será julgada pela Secretário de Finanças, com possibilidade de recurso para segunda instância administrativa.

Art. 12 A Contribuição de Melhoria a que se refere esta Lei poderá ser paga de uma só vez ou parceladamente, de acordo com os critérios de pagamento definidos na Lei 69/85 (Código Tributário Municipal) e no Edital de Lançamento.

Art. 13 As parcelas pagas com atraso serão atualizadas na data do pagamento, incidindo sobre elas juros e multa na forma desta Lei, observadas as disposições do Código Tributário Municipal (Lei 69/85 e alterações).

Art. 14 Para os fins da aplicação desta Lei poderá a Autoridade Fiscal solicitar o apoio de servidores públicos que compõem o quadro da Municipalidade, em especial quanto à emissão de laudos técnicos e demais orientações que se fizerem necessárias, bem como solicitar auxílio à Comissão de Avaliação, nomeada através de Portaria Municipal, em estrita observância às normas legais indicadas nesta Lei.

Art. 15 Esta Lei Complementar entra em vigor na data da sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogando-se as disposições em contrário.

Videira, 25 de abril de 2018.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei Complementar nesta Secretaria de Administração aos 25 dias do mês de abril de 2018.

LUIZ CARLOS BONDICZ  
Secretário de Administração Interino

**LEI Nº 3.557/18**

Publicação Nº 1608398

LEI Nº 3.557/18, DE 25 DE ABRIL DE 2018.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, faço saber a todos os munícipes que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde, crédito adicional no valor de R\$ 1.103.936,00 (um milhão, cento e três mil, novecentos e trinta e seis reais), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

|  |            |
|--|------------|
| 15 - Fundo Municipal de Saúde                          |            |
| 01 – Fundo Municipal de Saúde                          |            |
| 2059– Atenção Básica em Saúde                          |            |
| 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0064.1008– Aplicações Diretas | 236.274,00 |

|   |            |
|---|------------|
| 15 - Fundo Municipal de Saúde                           |            |
| 01 – Fundo Municipal de Saúde                           |            |
| 2060 – Ações de Média e Alta Complexidade em Saúde      |            |
| 3.3.50.00.00.00.00.00.03.0003.0 – Aplicações Diretas    | 334.662,00 |
| 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0065.1017 – Aplicações Diretas | 100.000,00 |
| 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0065.1117 – Aplicações Diretas | 183.000,00 |
| 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0165.17 – Aplicações Diretas   | 100.000,00 |

|  |            |              |
|--|------------|--------------|
| 15 - Fundo Municipal de Saúde                        |            |              |
| 01 – Fundo Municipal de Saúde                        |            |              |
| 2063– Assistência Farmacêutica                       |            |              |
| 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0003.0 – Aplicações Diretas | 150.000,00 |              |
| TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES                             |            | 1.103.936,00 |

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá parcialmente à conta do superávit financeiro dos recursos vinculados da saúde do ano de 2017 e parcialmente do excesso de arrecadação de 2018 dos recursos vinculados da saúde.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 25 de abril de 2018.  
DORIVAL CARLOS BORGA  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 25 dias do mês de abril de 2018.

LUIZ CARLOS BONDICZ  
Secretário de Administração Interino

**LEI Nº 3.558/18**

Publicação Nº 1608397

LEI Nº 3.558/18, DE 25 DE ABRIL DE 2018.

Autoriza o Poder Executivo a subsidiar o transporte de cargas de calcário e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, faço saber a todos os Municípes que a Câmara de Vereadores de Videira aprovou e eu sancionei a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a dar subsídio no transporte de até 50 (cinquenta) cargas de calcário aos produtores rurais do município de Videira, coordenados através da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, a fim de desenvolver e incrementar a produção agrícola no Município de Videira.

Art. 2º O subsídio se limitará ao necessário para transporte do calcário à propriedade do produtor, conforme projeto encaminhado ao Programa Terra Boa, da Secretaria de Estado da Agricultura e Pesca do Governo do Estado de Santa Catarina, de acordo com a renda do produtor, conforme percentual definido na tabela de concessão prevista no Anexo Único.

Art. 3º Para o produtor se habilitar ao subsídio deverá preencher os seguintes requisitos:

- a) Encaminhar pedido à Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, com documentos que comprovem a atividade agropecuária;
- b) Ser devidamente cadastrado na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente;
- c) Estar quites com os impostos municipais, estaduais e federais;
- d) Demonstrar a realização de análise química básica do solo, realizada em um período não superior a 18 (dezoito) meses;
- e) Comprometer-se a seguir as recomendações técnicas do Programa Terra Boa e normas estabelecidas pela Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente;
- f) Permitir a fiscalização da Secretaria de Agricultura para efetiva comprovação da adesão ao Programa Terra Boa e necessidade de correção do solo.

Art. 4º Serão contemplados os produtores habilitados até o limite de 50 (cinquenta) cargas, conforme distribuição prevista no Anexo Único.

Art. 5º As despesas para a execução da presente Lei correrão à conta orçamentária da Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente, até o limite de R\$ 28.200,00 (vinte e oito mil e duzentos reais).

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei n.º 2.078/08 e do Decreto n.º 9098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 25 de abril de 2018.

DORIVAL CARLOS BORGA

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 25 dias do mês de abril de 2018.

LUIZ CARLOS BONDICZ

Secretário de Administração Interino

**ANEXO ÚNICO**

| Renda do produtor rural (R\$)* | Nível de subsídio | Subsídio | Valor máximo do frete (R\$) | Teto do subsídio por produtor (R\$) | Contra partida produtor (R\$) | Cargas | Subsídio (R\$) |
|--------------------------------|-------------------|----------|-----------------------------|-------------------------------------|-------------------------------|--------|----------------|
| Até 80.000,00                  | 1                 | 60%      | 1.200,00                    | 720,00                              | 480,00                        | 25     | 12.000,00      |
| De 80.000,01 até 240.000,00    | 2                 | 50%      | 1.200,00                    | 600,00                              | 600,00                        | 15     | 9.000,00       |
| Maior de 240.000,01            | 3                 | 40%      | 1.200,00                    | 480,00                              | 720,00                        | 10     | 7.200,00       |
| Total                          |                   |          |                             |                                     |                               | 50     | 28.200,00      |

\* Renda bruta apurada no ano de 2017

**LEI Nº 3.559/18**

Publicação Nº 1608396

LEI Nº 3.559/18, DE 25 DE ABRIL DE 2018.

Autoriza o Poder Executivo a realizar despesas com eventos relacionados à Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, no ano de 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,

Faço saber que a Câmara de Vereadores do Município de Videira aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a despender, até R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais), com o pagamento de despesas de alimentação, hospedagem e transporte de terceiros que venham a colaborar com a realização de eventos relacionados à Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, no decorrer do ano de 2018.

§1º As despesas de transporte, alimentação e hospedagem serão executadas mediante a contratação de serviços por processos licitatórios, registros de preços em vigor e outras modalidades de compras.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

10 - Secretaria de Turismo e Cultura  
01 - Gestão de Turismo e Cultura  
2.053 - Turismo e Cultura  
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas

Art. 3º O Chefe do Poder Executivo Municipal expedirá Decreto regulamentando os valores e demais procedimentos a serem realizados em cada evento específico.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 25 de abril de 2018.

DORIVAL CARLOS BORGA

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 25 dias do mês de abril de 2018.

LUIZ CARLOS BONDICZ

Secretário de Administração Interino

**RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 06/2018 - PMV**

Publicação Nº 1608792

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 06/2018-PMV

A Comissão Permanente de Licitações, em cumprimento ao disposto no art. 109, §1º da Lei nº 8.666/93, torna público o resultado do julgamento da fase de habilitação do processo licitatório em epígrafe, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR A CONSTRUÇÃO DE CAPELA MORTUÁRIA, LOCALIZADA NA RUA ERNESTO LAZAROTO, NO BAIRRO VILA VERDE, INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA COM ÁREA DE 200,00M², CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO E PROJETO BÁSICO, restando INABILITADA a empresa Bravo Construtora, Incorporadora, Agropecuária e Serviços Ltda, por descumprir exigências editalícias, e considera HABILITADAS para a segunda fase do prélio as empresas P&B Comunicação Visual Ltda ME; Construtora e Incorporadora Saks Ltda; Ademir Luiz Bogoni –EPP; Felipe Jose Oliveira ME; J.O Camargo Empreiteira de Mão de Obra Ltda ME; GL Construtora e Incorporadora Ltda; Renato Dalmolin Dal Bosco; Femaks Construtora e Incorporadora Ltda; Construtora Herval Ltda; Abreu e Abreu Serviços Eireli ME e Felipe Bruschi Engenharia Ltda. Outrossim, ficam as licitantes participantes notificadas para, caso queiram, apresentem recurso, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação deste extrato.

Videira, 30 de abril de 2018.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

**TERMO ADITIVO 33/2018 - PMV**

Publicação Nº 1608592

Termo Aditivo nº 33/2018

Contrato/Ata nº: CT nº 262/2015/2018

Processo: PR nº 161/2015 – PMV

Contratada: BETHA SISTEMAS LTDA.

Objeto: Instalação do "MÓDULO COMPRAS E LICITAÇÕES", com serviços de atualização legal, corretiva, evolutiva e suporte técnico, junto ao INPREVID.

Valor: R\$ 3.946,00 (três mil novecentos e quarenta e seis reais)).

Data: 17/04/2018

**TERMO ADITIVO 35/2018 - FMS**

Publicação Nº 1608403

Termo Aditivo nº 35/2018

Contrato/Ata nº: CT nº 120/2014

Processo: IL nº 01/2014-FMS

Contratado: THYSENKRUPP ELEVADORES S.A

Objeto: Alteração da cláusula 3.1 do contrato de prestação de serviço nº 120/2014, passando a forma de pagamento a ser através da emissão de boleto bancário..

Data: 19/04/2018

**TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2018 - FMAS**

Publicação Nº 1608203

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2018 – FMAS

O Prefeito Municipal de Videira comunica aos interessados que se encontra aberta a Tomada de Preços nº 01/2018 – FMAS para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR A REFORMA E AMPLIAÇÃO DA CASA LAR MENINO JESUS, LOCALIZADA NA RUA ERNESTO LAZZAROTTO, BAIRRO VILA VERDE, COM ÁREA DE INTERVENÇÃO DE 403,05M<sup>2</sup>, INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETO BÁSICO. As propostas e documentos serão recebidos até as 14:00:00h do dia 21 de maio de 2018. O Edital em inteiro teor encontra-se à disposição dos interessados no site [www.videira.sc.gov.br](http://www.videira.sc.gov.br), link "Transparência", sendo que os interessados poderão obter a cópia impressa junto ao Departamento de Compras/Licitações, mediante o pagamento de taxa no valor de R\$ 30,00. Informações na Avenida Manoel Roque, nº 188, Bairro Alvorada, no horário das 08h00min às 11h45min e das 13h30min às 17h45min ou pelos telefones (49) 3566-9026/3566-9034. Videira/SC, 30 de abril de 2018.

DORIVAL CARLOS BORGA

Prefeito Municipal



# Vitor Meireles

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO 002/2018 FMS

Publicação Nº 1605834

Processo de Licitação 002/2018 FMS

Modalidade: Pregão 002/2018 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES

Modalidade: Pregão

O Município Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que se acha aberto Processo de Licitação, na modalidade de Pregão, na forma presencial, para AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA A FROTA RODOVIÁRIA MUNICIPAL, e que estará recebendo os envelopes contendo a proposta de preços e de documentos de habilitação, até as 14h00min, do dia 14 de maio de 2018 em sessão pública, na mesma dirigida pelo pregoeiro designado, promovendo a seleção da proposta mais vantajosa à Administração Municipal. Íntegra do Edital pelo site [www.vitormeireles.sc.gov.br](http://www.vitormeireles.sc.gov.br), informações pelo telefone (47) 3258 0211.

Vitor Meireles (SC), em 02 de maio de 2018.

BENTO FRANCISCO SILVY

Prefeito Municipal

# Xanxerê

## PREFEITURA

### AVISO DE REABERTURA DO PREGÃO Nº 0048/2018

Publicação Nº 1608111

#### AVISO DE REABERTURA DE PRAZO

O MUNICÍPIO DE XANXERÊ-SC, nos termos da Lei Federal nº 10.520/02 e suas alterações, torna público que está Reabrindo o prazo de Abertura do Pregão Presencial nº 0048/2018, tendo como objeto a Contratação de empresa para a prestação de serviços de Transporte Escolar destinado ao transporte dos alunos até as escolas estaduais e municipais do Ensino Infantil, Fundamental e Médio para o ano letivo de 2018, de acordo com a quilometragem e itinerários descritos na Linha 05 e conforme especificações do Edital, em virtude de nenhuma empresa ter apresentado propostas. O recebimento das propostas passa a ser até as 08:45h, do dia 17/05/2018 no setor de protocolo e a abertura será realizada às 09:00h do mesmo dia. Retirada do Edital e Alteração no site [www.xanxere.sc.gov.br](http://www.xanxere.sc.gov.br). Xanxerê-SC, 30 de abril de 2018. Avelino Menegolla – Prefeito Municipal.

### EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 0024/2017

Publicação Nº 1608096

Extrato 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 0024/2017.

Contratante: O MUNICÍPIO DE XANXERÊ.

Contratado: IMOBILIÁRIA XANCASA LTDA.

Objeto: Locação de uma casa de alvenaria de aproximadamente 130m² localizada na Rua Gentil Ferronato, nº 660, Bairro Sufiatti, na cidade de Xanxerê-SC, tendo 02 dormitórios, 01 suíte, sala, cozinha, banheiro, lavanderia, garagem para dois veículos e salão de festas, a qual será utilizada para acomodar o CRAS I.

Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato originário por mais 12 (doze) meses, contados a partir de 11 de maio 2018 vigorando até 10 de maio de 2019, conforme Ofício e Parecer do Comitê Gestor nº 197/2018, anexos ao presente Termo Aditivo.

Xanxerê-SC, 30 de abril de 2018. Avelino Menegolla – Prefeito Municipal.

### EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0039/2018

Publicação Nº 1608173

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 0039/2018

Órgão Gerenciador: Município de Xanxerê.

Detentor da Ata: PET SHOP XANXERÊ LTDA -ME.

Objeto: Registro de Preços para aquisições futuras e parceladas para Contratação de empresa para prestação de Serviços de Manutenção de Serviços Canino e Medicamentos para os cães empregados nas ocorrências de buscas e resgate do Corpo de Bombeiros do Estado de Santa Catarina, de acordo com Termo de Referência e quantidade estimada constante do ANEXO I.

Valor total: R\$ 9.639,59

Vigência: 12 meses.

Xanxerê-SC, 27 de abril de 2018. Avelino Menegolla – Prefeito Municipal.

### EXTRATO DO CONTRATO 0051/2018

Publicação Nº 1608163

Extrato de Contrato nº 0051/2018

Contratante: Município de Xanxerê.

Contratado: TRANSPORTES MARTINS LTDA.

Objeto: Contratação Serviços de Transporte de Atletas do Município, por Km rodado, com Veículos Ônibus, Microônibus e Van, em diversas modalidades esportivas que participam de competições e eventos oficiais em nível microrregional, regional e estadual

Valor Total: R\$ 22.750,00

Prazo: 12 MESES.

Xanxerê-SC, 24 de abril de 2018. Avelino Menegolla- Prefeito Municipal.

# Xavantina

## PREFEITURA

### PP 001/2018 FMSXV

Publicação Nº 1608315

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XAVANTINA – SC

#### AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2018 FMSXV

Objeto: A presente licitação tem por objeto o Registro de preços para possível aquisição de medicamentos para o Fundo Municipal de Saúde de Xavantina, conforme especificações do anexo "C" deste edital.

Forma de Pregão: Pregão Presencial.

Tipo: Menor Preço por Item.

Recebimento das propostas: até às 08h30 do dia 14/05/2018.

Abertura: dia 14/05/2018, às 08h45.

O Edital e informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Xavantina, localizada na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, de segunda a sexta-feira, no horário das 07:45 às 11:45 horas e das 13:00 às 17:00 horas, ou pelo telefone (0\*\*49) 3454-3100.

Xavantina - SC, em 30 de abril de 2018.

JÉSSICA PAULA PINSETTA

Gestora do Fundo Municipal de Saúde

### PP 022/2018 PMXV

Publicação Nº 1608341

MUNICÍPIO DE XAVANTINA – SC

#### AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/2018 PMXV

Objeto: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para possível aquisição de Tubos de Concreto, conforme especificações constantes no anexo "C" deste Edital.

Forma de Pregão: Pregão Presencial.

Tipo: Menor Preço por Item.

Recebimento das propostas: até às 13h30 do dia 16/05/2018.

Abertura: dia 16/05/2018, às 13h45.

O Edital e informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Xavantina, localizada na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, de segunda a sexta-feira, no horário das 07:45 às 11:45 horas e das 13:00 às 17:00 horas, ou pelo telefone (0\*\*49) 3454-3100.

Xavantina - SC, em 30 de abril de 2018.

ENOIR FAZOLO

Prefeito Municipal

# Associações

## AMERIOS

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO 03-2018 - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA AMERIOS

Publicação Nº 1608056

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 03/2018

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DOS PREFEITOS DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ENTRE RIOS - AMERIOS PARA ASSEMBLEIA ORDINÁRIA.

Art. 1º - O Presidente da Associação dos Municípios do Entre Rios - AMERIOS, Sr. Renaldo Mueller, Prefeito de Riqueza, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Estatuto Social, CONVOCA os Senhores PREFEITOS e a Senhora PREFEITA, para participarem da 181ª Assembleia Geral Ordinária que se realizará no próximo dia 17 de maio de 2018, quinta-feira, com início às 8h30min, no auditório da AMERIOS, sito Avenida Euclides da Cunha, 160, em Maravilha/SC, para deliberar os seguintes assuntos:

- I- 8h30min - Abertura da Assembleia;
- II- 8h50min- Aprovação da Ata da Assembleia anterior;
- III- 9h- Ato de Posse dos Prefeitos como Presidente da Junta de Serviço Militar;
- IV- 9h30min - Apresentação do Projeto de Acessibilidade da AMERIOS;
- V- 9h45min- Resíduos Sólidos;
- VI- 10h - Prestação de contas referente o mês de abril de 2018;
- I- 10h10min - Assuntos gerais;
- II- 10h20min- Palavra livre;
- VII- 10h30min- Encerramento.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Maravilha/SC, 26 de abril de 2018.

RENALDO MUELLER

Presidente da AMERIOS

Prefeito de Riqueza

# Consórcios

## ARIS

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 005/2018 - CONSELHO DE REGULAÇÃO DA ARIS

Publicação Nº 1608660

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 05/2018

O Presidente interino do Conselho de Regulação da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), Sr. Afonso Veiga Filho, no uso de suas atribuições legais,

#### Convoca:

Os(as) senhores(as) Conselheiros(as) do Conselho de Regulação da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS) para a reunião ordinária, com fundamento no artigo 38, do Decreto/ARIS n. 008/2011, a ser realizada no dia 16 de maio de 2018, na cidade de Florianópolis, com a seguinte ordem do dia:

Data: 16 de maio de 2018

Horário: Início às 08:30

Local: Sede da ARIS (Rua Gal. Liberato Bittencourt, n. 1885-A, 12º andar, Canto, Florianópolis/SC)

#### Ordem do dia:

- 1) Posse dos novos membros do Conselho de Regulação;
- 2) Apresentação do relatório de Ouvidoria;
- 3) Apresentação das atividades da Coordenadoria de Fiscalização; e
- 4) Assuntos Gerais.

Florianópolis, 30 de abril de 2018.

Afonso Veiga Filho

Presidente interino do Conselho de Regulação da ARIS

## CIGA

### PORTARIA N.º 07, DE 27 DE ABRIL DE 2018

Publicação Nº 1608689

Portaria n.º 07, de 27 de abril de 2018.

Dispõe sobre a instituição de 'coletor de dados do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA', e dá outras providências.

Considerando a disponibilização, pelo CIGA, aos seus municípios consorciados, de Sistemas de Gestão do Simples Nacional (G-Simples), Gestão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (G-NOTA), Gestão do Cadastro Integrado Municipal – REDESIM (G-CIM) e Gestão do Domicílio Eletrônico do Contribuinte (G-DEC);

Considerando a necessidade de interação das diversas fontes de dados existentes;

Considerando a possibilidade do cruzamento de dados de informações inclusivamente das notas fiscais eletrônicas de prestação de serviços;

Considerando a possibilidade de implantação, de modo progressivo, de domicílio tributário eletrônico por todos os municípios catarinenses;

Considerando o Art. 37 da Constituição Federal, que em seu inciso XXII dispõe sobre o compartilhamento de cadastro e de informações fiscais entre os entes federados;

Considerando o projeto integrado da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios – REDESIM em Santa Catarina;

Considerando o 'Convênio SEF/FECAM Nº 2018 TN000029', firmado em 02 de fevereiro de 2018, referente ao compartilhamento de informações entre o Estado de Santa Catarina, por intermédio da Secretaria de Estado da Fazenda – SEF, e os municípios catarinenses, representados pela Federação Catarinense de Municípios – FECAM, cujo objeto consiste no intercâmbio mútuo de informações e dados cadastrais, para o monitoramento e fiscalização de transações financeiras e pagamento realizados em território catarinense;

Considerando que para alcançar o objeto do referido Convênio se faz necessário estabelecer um padrão na elaboração das listagens dos contribuintes municipais;

Considerando a deliberação do Confaz Municipal de Santa Catarina do dia 25 de abril de 2018 sobre a centralização de troca de informações a ser realizada pelo CIGA;

Considerando a missão ('prover soluções tecnológicas para a melhoria da gestão pública'), o propósito transformador massivo ('tornar cidades inteligentes e sustentáveis') e os valores do CIGA ('economicidade, inovação, eficiência, transparência e cumprimento dos princípios da Administração Pública');

Considerando a necessidade premente de o CIGA dispor de uma plataforma de inteligência, que suporte a tomada de decisões, baseada no cruzamento e consolidação de informações tributárias, voltada aos gestores ou agentes públicos (Datamart), em consonância com o Plano de Trabalho e Operações Estratégicas para o Exercício 2018;

Considerando que a Diretoria Executiva é o órgão executivo e de gestão administrativa do CIGA, a quem compete promover a execução das atividades e a gestão deste Consórcio Público, consoante disposto nos artigos 25 e 26, notadamente em seu inciso I, os dois do Contrato de Consórcio Público do CIGA, bem como nos artigos 16 e 36 de seu Estatuto;





certificado digital devidamente credenciado.

#### LAYOUT 3 – Dados Cadastrais do MEI

Baixado na aplicação do Simples Nacional no acesso aos entes federados da Receita Federal - <https://www10.receita.fazenda.gov.br/entes-sn/aplicacoes.aspx?id=23>

Local: Arquivos de Opção / Arquivos de MEI / MEI (Cadastro) / ANO

Nome do arquivo: 00-0000-MEI-AAAAMMDD.zip

Exemplo:

02-8888-MEI-20180114-01.zip.zip

Este arquivo é gerado semanalmente pela Receita Federal e está disponível para cada um dos Entes Municipais mediante a acesso com certificado digital devidamente credenciado.

#### LAYOUT 4 – CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Nome do arquivo: AnoMesDiaCodigoSiafiCPF.txt

Separador: “;” – Ponto e vírgula

Tipo: Texto simples

Campos obrigatórios estão marcados por “\*”

Colunas:

COLUNA A: CPF \*

COLUNA B: Nome

COLUNA C: E-mail

COLUNA D: DDD

COLUNA E: Telefone

COLUNA F: Tipo do Logradouro

COLUNA G: Logradouro

COLUNA H: Número

COLUNA I: Complemento

COLUNA J: CEP

COLUNA L: Localidade

COLUNA M: Situação Cadastral => (0 - Cadastro Desabilitado | 1 - Cadastro Habilitado)

COLUNA N: Observação

Exemplo:

201804200643CPF.TXT

12888333579;João da Silva;joao@gmail.com;048;33215300;Rua;General Bittencourt;1885;Sala 1307;88070800;Canto;1;;

#### LAYOUT 5 – Consolidação Notas Fiscais de Serviços sujeitos ao ISS

Nome do arquivo: AnoMesDiaCodigoSiafiNFES\_consolidado.txt

Separador: “;” – Ponto e vírgula

Tipo: Texto simples

Colunas:

COLUNA A: CNPJ

COLUNA B: PA

COLUNA C: Base de Cálculo do ISS

Exemplo:

201804200643NFES\_consolidado.TXT

09427503000112;2017-01;1015,00

Obs.: Com o envio destas informações é possível fazer a comparação entre os valores informados no PGDAS-D no sistema de Gestão do Simples Nacional do CIGA [gsimples.ciga.sc.gov.br](http://gsimples.ciga.sc.gov.br).

### PORTARIA N.º 08, DE 30 DE ABRIL DE 2018

Publicação Nº 1608098

Portaria n.º 08, de 30 de abril de 2018.

Dispõe sobre a ocupação (admissão e contratação) da vaga de emprego público de Analista de Sistemas do quadro de pessoal do CIGA, e dá outras providências.

O Diretor Executivo do CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL – CIGA, Senhor Gilsoni Lunardi Albino, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

Considerando o disposto no inciso II do artigo 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; inciso II do artigo 26 e artigo 27, ambos do Contrato de Consórcio Público do CIGA; artigos 49 e 50 do Estatuto do CIGA; e demais legislação cogente;

Considerando a abertura de Concurso Público regido pelo Edital n.º 01/2017, publicado no órgão oficial de publicações do CIGA, Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC, Edição n.º 2408, em 14 de dezembro de 2017, páginas 1663-1673; e o respectivo Edital n.º 05/2018 de Homologação da Classificação Final, publicado no DOM/SC, Edição n.º 2470, em 07 de março de 2018, páginas 1277-1278, devidamente divulgados nos sites [https://fundatec.org.br/portal/concursos/index\\_concursos.php?concurso=456](https://fundatec.org.br/portal/concursos/index_concursos.php?concurso=456) e <https://ciga.sc.gov.br/concursos/>;

Considerando a necessidade premente de manutenção e evolução dos atuais sistemas de tecnologia da informação e comunicação disponibilizados pelo CIGA, aliada à crescente demanda por novos desenvolvimentos, em consonância inclusive com o preconizado pelo Planejamento Estratégico do Consórcio para o Exercício 2018;

Considerando o Edital de Convocação n.º 01 para entrega de documentação e assunção de emprego público, datado de 22 de março de 2018, publicado no DOM/SC em 22 de março de 2018, Edição n.º 2483, páginas 1247-1248; e

Considerando a apresentação e entrega dos documentos e exame médico de saúde pré-admissional exigidos no Edital n.º 01/2017 e no ato convocatório;

**RESOLVE:**

Art. 1.º. Fica admitido e contratado, a partir do dia 02 de maio de 2018, para o Emprego Público de Analista de Sistemas do quadro de pessoal do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA), sob o regime da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), o Senhor FRANCIS VAGNER DOS ANJOS FONTOURA, inscrito no CPF sob o n.º 818.048.900-06, conforme requisitos e descrição sumária das atividades definidos no Anexo II do Contrato de Consórcio Público e no Anexo I do Estatuto, os dois do CIGA.

Art. 2.º. Esta Portaria entra em vigor nesta data, devendo ser publicada no órgão oficial de divulgação dos atos do CIGA, como condição indispensável à sua eficácia.

Florianópolis, 30 de abril de 2018.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

---

## **CIMCATARINA**

---

### **RESOLUÇÃO 0025\_2018**

Publicação Nº 1607782

Resolução n. 0025/2018

Dispõe sobre nomeação do cargo em comissão de Diretor de Gestão de Desenvolvimento Regional.

O Presidente do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA, Sr. Lucimar Antonio Salmória, Prefeito Municipal de Abdon Batista, no uso de suas atribuições legais, contratuais e estatutárias, em cumprimento as disposições do Protocolo de Intenções, do Contrato de Consórcio Público e do Estatuto do CIMCATARINA;

**RESOLVE:**

Art.1º Nomear o Sr. Junior dos Santos, brasileiro, casado, portador de RG n. 4.785.749 SSP/SC inscrito no CPF sob n. 053.679.269-08, residente e domiciliado na cidade de Fraiburgo, SC, para exercer cargo em comissão de Diretor de Gestão de Desenvolvimento Regional, desempenhando as funções e atribuições estabelecidas no Protocolo de Intenções, no Contrato de Consórcio Público e Estatuto.

Art. 2º. A nomeação prevista nesta Resolução deverá ser levada a apreciação da Assembléia Geral do Consórcio CIMCATARINA, para ratificação, nos termos do artigo 23, VII, do Protocolo de Intenções.

Art. 3º. Esta resolução entra a vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Florianópolis SC, 02 de maio de 2018.

LUCIMAR ANTONIO SALMÓRIA

Prefeito de Abdon Batista

Presidente do CIMCATARINA

**CIMVI****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2018/003 - LICITAÇÃO Nº 007/2018 - REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE SULFATO DE ALUMÍNIO LÍQUIDO ISENTO DE FERRO SOLUÇÃO A 50%**

Publicação Nº 1608119

-----  
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI  
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2018/003

PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2018 PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI

FORNECEDOR: Projesan Saneamento Ambiental LTDA

OBJETO: Registro de Preços para aquisição de sulfato de alumínio líquido isento de ferro 50%, através do Sistema de Registro de Preços, destinados ao tratamento do líquido percolado gerado no Aterro Sanitário do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI, situado à Rua Tupiniquim, nº 1.070, Zona Rural, Município de Timbó – SC, em conformidade com a Licitação 007/2018 e anexos, na forma que segue:

| Item | Quantidade | Unidade | Descrição   | Preço (R\$) |           |
|------|------------|---------|---|-------------|-----------|
|      |            |         |   | Unitário    | Total     |
| 01   | 80.000     | KG      | Sulfato de Alumínio Líquido Isento de Ferro – Solução a 50% | 0,54        | 43.200,00 |

VALIDADE DA ATA: 12 (doze) meses.

Integra em [www.cimvi.sc.gov.br>publicações>licitações](http://www.cimvi.sc.gov.br/publicações/licitações)

Timbó, 30 de Abril de 2018.

PAULO ROBERTO WEISS

Presidente  
-----**AVISO DE LICITAÇÃO Nº 009/2018 - LICITAÇÃO COMPARTILHADA - PREGÃO PRESENCIAL PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - AQUISIÇÃO DE PLACAS DE SINALIZAÇÃO E DE MASTROS PARA BANDEIRAS OFICIAIS PARA O CIMVI E PARA OS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS**

Publicação Nº 1608622

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 009/2018

AVISO DE LICITAÇÃO COMPARTILHADA

O Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí torna público, de acordo com as Leis nº 8.666/93 e 10.520/02 e alterações posteriores, e Lei Complementar nº 123/2006, que fará realizar Pregão Presencial pelo Sistema de Registro de Preços para seleção de propostas para AQUISIÇÃO DE PLACAS DE SINALIZAÇÃO E DE MASTROS PARA BANDEIRAS OFICIAIS PARA O CIMVI E PARA OS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS, do tipo Menor Preço por Item.

O Edital encontra-se à disposição dos interessados na sede do CIMVI, na Rua Tupiniquim, nº 1.070, em Timbó/SC, das 08h00min às 12h00min e das 13h00min às 17h00min, de segunda a sexta-feira, e na internet em [www.cimvi.sc.gov.br](http://www.cimvi.sc.gov.br)>Licitações.

Os envelopes (Proposta e Habilitação) serão recebidos até o dia 16 de Maio de 2018, às 09h00min na sede do CIMVI, sito à Rua Tupiniquim, nº 1.070 – Zona Rural (Aterro Sanitário), em Timbó/SC; abertura dos envelopes às 09h10min no mesmo local, com participação aberta às proponentes e ao público.

Timbó(SC), 30/04/2018

Paulo Roberto Weiss

Presidente

**AVISO DE LICITAÇÃO Nº 011/2018 - PREGÃO PRESENCIAL - CONTRATAÇÃO DE ASSESSORIA TÉCNICA E PRODUÇÃO DE MATERIAL PARA CRIAÇÃO DE ARTES E CRIAÇÃO/REFORMULAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SÍTIO ELETRÔNICO**

Publicação Nº 1608624

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 011/2018

**AVISO DE LICITAÇÃO**

O Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí torna público, de acordo com as Leis nº 8.666/93 e 10.520/02 e alterações posteriores, e Lei Complementar nº 123/2006, que fará realizar Pregão Presencial para seleção de propostas para CONTRATAÇÃO DE ASSESSORIA TÉCNICA E PRODUÇÃO DE MATERIAL PARA CRIAÇÃO DE ARTES E CRIAÇÃO/REFORMULAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SÍTIO ELETRÔNICO, do tipo Menor Preço por LOTE.

O Edital encontra-se à disposição dos interessados na sede do CIMVI, na Rua Tupiniquim, nº 1.070, em Timbó/SC, das 08h00min às 12h00min e das 13h00min às 17h00min, de segunda a sexta-feira, e na internet em [www.cimvi.sc.gov.br](http://www.cimvi.sc.gov.br)>Licitações.

Os envelopes (Proposta e Habilitação) serão recebidos até o dia 17 de Maio de 2018, às 09h00min na sede do CIMVI, sito à Rua Tupiniquim, nº 1.070 – Zona Rural (Aterro Sanitário), em Timbó/SC; abertura dos envelopes às 09h10min no mesmo local, com participação aberta às proponentes e ao público.

Timbó(SC), 30/04/2018

Paulo Roberto Weiss

Presidente

# LICITAÇÃO Nº 007/2018 - ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Publicação Nº 1608115

## ATA Nº. 1 Do Pregão Nº 7/2018

No dia 30/04/2018, na sala de licitações, o Pregoeiro e Equipe de Apoio designados pelo(a) Resolução 224/2018, reuniram-se com a finalidade de realizar a sessão de lances deste Pregão Presencial, recebendo propostas e lances, bem como, analisando e julgando as propostas das empresas participantes e a documentação dos licitantes detentores das melhores ofertas.

Objeto: AQUISIÇÃO DE SULFATO DE ALUMÍNIO LÍQUIDO ISENTO DE FERRO - SOLUÇÃO A 50%, DESTINADO AO TRATAMENTO DO LÍQUIDO PERCOLADO GERADO NO ATERRO SANITÁRIO, conforme especificações constantes no edital de Pregão Nº 7/2018

Aberta a sessão, procederam-se ao exame dos documentos oferecidos pelos interessados presentes, visando à comprovação de existência de poderes para a formulação de propostas e prática para os demais atos pertinentes ao certame. O referido credenciamento foi realizado e se obteve o seguinte resultado:

| Empresa                            | Representante          |
|------------------------------------|------------------------|
| PROJESAN SANEAMENTO AMBIENTAL LTDA | CARLOS ALBERTO PEREIRA |
| AVANEX INDUSTRIA E COMERCIO LTDA   | VALMIR AUGUSTI LIRA    |

Em seguida foram recebidas as Declarações dos Licitantes de que atendem plenamente os requisitos de Habilitação estabelecidas no Edital e os dois Envelopes contendo as Propostas e os Documentos de Habilitação estabelecidos no Edital, respectivamente. Verificou-se que as empresas estavam de acordo com as exigências do Edital, e ato contínuo, foram abertos o Envelope de nº 1 (Proposta) das empresas participantes e com a colaboração dos membros da Equipe de Apoio, o Pregoeiro examinou a compatibilidade do objeto, prazos e condições de fornecimento, verificando-se que:

| Itens Desclassificados           |
|----------------------------------|
| Nenhum item foi desclassificado. |

Obtendo assim, a seguinte classificação provisória:

| Item | Produto   | Fornecedor com Melhor Proposta             | Qtde.  | Unidade | Valor   | Total        |
|------|---|--|--------|---------|---------|--------------|
| 1    | SULFATO DE ALUMINIO LIQUIDO ISENTO DE FERRO 50% | 29106 - PROJESAN SANEAMENTO AMBIENTAL LTDA | 80.000 | KG      | R\$0,80 | R\$64.000,00 |
| 1    | SULFATO DE ALUMINIO LIQUIDO ISENTO DE FERRO 50% | 30538 - AVANEX INDUSTRIA E COMERCIO LTDA   | 80.000 | KG      | R\$0,75 | R\$60.000,00 |

Em sequência, o Pregoeiro convidou os presentes a formular lances de forma sequencial, conforme mapeamento abaixo:

| Item: 1 Produto: 989 - SULFATO DE ALUMINIO LIQUIDO ISENTO DE FERRO 50% Unidade: QUILOGRAMA |  |              |                |          |                 |
|--|--|--------------|----------------|----------|-----------------|
| Rodada   | Fornecedor                                 | Desconto (%) | Valor Unitário | Situação | Valor Negociado |
| 11   | 30538 - AVANEX INDUSTRIA E COMERCIO LTDA   | 0            | R\$0,00        | Declinou |                 |
| 11   | 29106 - PROJESAN SANEAMENTO AMBIENTAL LTDA | 0            | R\$0,54        | Lance    |                 |
| 10   | 30538 - AVANEX INDUSTRIA E COMERCIO LTDA   | 0            | R\$0,55        | Lance    |                 |
| 10   | 29106 - PROJESAN SANEAMENTO AMBIENTAL LTDA | 0            | R\$0,56        | Lance    |                 |
| 9  | 30538 - AVANEX INDUSTRIA E COMERCIO LTDA   | 0            | R\$0,57        | Lance    |                 |
| 9  | 29106 - PROJESAN SANEAMENTO AMBIENTAL LTDA | 0            | R\$0,58        | Lance    |                 |
| 8  | 30538 - AVANEX INDUSTRIA E COMERCIO LTDA   | 0            | R\$0,59        | Lance    |                 |
| 8  | 29106 - PROJESAN SANEAMENTO AMBIENTAL LTDA | 0            | R\$0,60        | Lance    |                 |
| 7  | 30538 - AVANEX INDUSTRIA E COMERCIO LTDA   | 0            | R\$0,61        | Lance    |                 |
| 7  | 29106 - PROJESAN SANEAMENTO AMBIENTAL LTDA | 0            | R\$0,62        | Lance    |                 |
| 6  | 30538 - AVANEX INDUSTRIA E COMERCIO LTDA   | 0            | R\$0,63        | Lance    |                 |
| 6  | 29106 - PROJESAN SANEAMENTO AMBIENTAL LTDA | 0            | R\$0,64        | Lance    |                 |
| 5  | 30538 - AVANEX INDUSTRIA E COMERCIO LTDA   | 0            | R\$0,65        | Lance    |                 |
| 5  | 29106 - PROJESAN SANEAMENTO AMBIENTAL LTDA | 0            | R\$0,66        | Lance    |                 |
| 4  | 30538 - AVANEX INDUSTRIA E COMERCIO LTDA   | 0            | R\$0,67        | Lance    |                 |
| 4  | 29106 - PROJESAN SANEAMENTO AMBIENTAL LTDA | 0            | R\$0,68        | Lance    |                 |
| 3  | 30538 - AVANEX INDUSTRIA E COMERCIO LTDA   | 0            | R\$0,69        | Lance    |                 |
| 3  | 29106 - PROJESAN SANEAMENTO AMBIENTAL LTDA | 0            | R\$0,70        | Lance    |                 |
| 2  | 30538 - AVANEX INDUSTRIA E COMERCIO LTDA   | 0            | R\$0,71        | Lance    |                 |
| 2  | 29106 - PROJESAN SANEAMENTO AMBIENTAL LTDA | 0            | R\$0,72        | Lance    |                 |
| 1  | 30538 - AVANEX INDUSTRIA E COMERCIO LTDA   | 0            | R\$0,73        | Lance    |                 |
| 1  | 29106 - PROJESAN SANEAMENTO AMBIENTAL LTDA | 0            | R\$0,74        | Lance    |                 |
| 0  | 30538 - AVANEX INDUSTRIA E COMERCIO LTDA   | 0            | R\$0,75        | Proposta |                 |
| 0  | 29106 - PROJESAN SANEAMENTO AMBIENTAL LTDA | 0            | R\$0,80        | Proposta |                 |

Em razão disso, o Pregoeiro declarou como vencedor do presente Pregão, os licitantes nos itens:

| 29106 - PROJESAN SANEAMENTO AMBIENTAL LTDA |   |            |         |
|--|---|------------|---------|
| Item                                       | Produto   | Unidade    | Valor   |
| 1  | 989 - SULFATO DE ALUMINIO LIQUIDO ISENTO DE FERRO 50% | QUILOGRAMA | R\$0,54 |

Nada mais havendo tratar, foi encerrada a sessão, cuja presente ata vai rubricada e assinada pelo Pregoeiro, pelos Membros da Equipe de Apoio e pelos representantes das empresas presentes ao final relacionados.

\_\_\_\_\_  
PATRICIA BARBARESCO  
Pregoeiro

\_\_\_\_\_  
ANDRE MORO DA SILVA  
Membro

\_\_\_\_\_  
JAMES SCHMITT  
Membro

\_\_\_\_\_  
PROJESAN SANEAMENTO AMBIENTAL LTDA  
CARLOS ALBERTO PEREIRA

\_\_\_\_\_  
AVANEX INDUSTRIA E COMERCIO LTDA  
VALMIR AUGUSTI LIRA



**LICITAÇÃO Nº 007/2018 - TERMO DE ADJUDICAÇÃO**

Publicação Nº 1608116

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2018

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Através do presente termo, fica adjudicado o objeto constante do Processo Licitatório nº 007/2018, consoante ata de julgamento.

Timbó, 30 de Abril de 2018.

PATRICIA BARBARESCO  
Pregoeira

Ciente da adjudicação

RICARDO AUGUSTO DE OLIVEIRA XAVIER ARAUJO  
Advogado  
OAB/SC nº 17.721

**LICITAÇÃO Nº 007/2018 - TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**

Publicação Nº 1608117

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**

**Pregão**  
**Para Aquisição de Bens**  
**7/2018**  
**Processo Administrativo: 7/2018**

Ao Sr(a). PAULO ROBERTO WEISS tendo em vista a decisão proferida pela comissão de abertura e julgamento de licitações, designada pela Resolução nº 224/2018.

**Homologo**

Nesta data a referida decisão é constante da ata anexa, considerando vencedor da licitação, objeto da Pregão nº. 7/2018, o(s) participante(s):

| 29106 - PROJESAN SANEAMENTO AMBIENTAL LTDA |   |            |       |        |                |              |
|--|---|------------|-------|--------|----------------|--------------|
| Item                                       | Produto   | Unidade    | Marca | Qtde   | Valor Unitário | Valor Total  |
| 1  | SULFATO DE ALUMINIO LIQUIDO ISENTO DE FERRO 50% | QUILOGRAMA |       | 80.000 | R\$0,54        | R\$43.200,00 |
| Total do Fornecedor:                       |   |            |       |        |                | R\$43.200,00 |

Timbó, 30 de abril de 2018.

\_\_\_\_\_  
PAULO ROBERTO WEISS  
PRESIDENTE DO CIMVI

**CIS/AMMVI****CONTRATO ADMINISTRATIVO 011/2018 - ESPAÇO VIVER PILATES E FISIOTERAPIA LTDA.**

Publicação Nº 1608077

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 011/2018

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS NA ÁREA DA SAÚDE QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CISAMVI E ESPAÇO VIVER PILATES E FISIOTERAPIA LTDA.

As partes, de um lado o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CISAMVI, com sede na Rua Alberto Stein, nº 466, bairro Velha, em Blumenau/SC, inscrito no CNPJ sob no 03.269.695/0001-08, neste ato representado pelo seu Diretor Executivo Sr. Cleones Hostins, inscrito no CPF sob o nº 007.944.929-83, doravante denominado CISAMVI e, de outro lado, ESPAÇO VIVER PILATES E FISIOTERAPIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 17.600.775/0001-09, neste ato representada pelo Sr. Marcelo Luiz Vale Winter, doravante denominado CREDENCIADO, tem entre si justo acordado o presente Contrato de Prestação de Serviços, nos termos do Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 04/2018, na melhor forma de direito e de acordo com a Lei nº 8.666/93 e alterações, combinada com as demais normas de direito aplicáveis à espécie, mediante as condições constantes das seguintes cláusulas, que ambas as partes aceitam, ratificam e outorgam, por si e seus sucessores:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 – O CREDENCIADO prestará aos usuários da rede municipal de saúde dos Municípios consorciados ao CISAMVI, serviços de SERVIÇOS FISIOTERÁPICOS, conforme descrito na Declaração de Capacidade de Instalação e Disponibilidade ao SUS, do edital de Credenciamento nº 04/2018, destacado no quadro a seguir:

| Código do Procedimento | Nome do Procedimento   | Valor do Procedimento | Quantidade mensal proposta para atendimento |
|------------------------|--|-----------------------|---|
| 03.01.01.004           | CONSULTA DE PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR NA ATENÇÃO ESPECIALIZADA (EXCETO MÉDICO) - FISIOTERAPIA                              | 25,00                 | 100   |
| 03.02.06.004           | ATENDIMENTO FISIOTERAPÊUTICO EM PACIENTE C/ COMPROMETIMENTO COGNITIVO  | 8,00                  | 20  |
| 03.02.04.003           | ATENDIMENTO FISIOTERAPÊUTICO EM PACIENTE COM TRANSTORNO CLÍNICO CARDIOVASCULAR   | 8,00                  | 20  |
| 03.02.04.001           | ATENDIMENTO FISIOTERAPÊUTICO EM PACIENTE COM TRANSTORNO RESPIRATÓRIO COM COMPLICAÇÕES SISTÊMICAS                                 | 8,00                  | 25  |
| 03.02.04.002           | ATENDIMENTO FISIOTERAPÊUTICO EM PACIENTE COM TRANSTORNO RESPIRATÓRIO SEM COMPLICAÇÕES SISTÊMICAS                                 | 8,00                  | 25  |
| 03.02.01.001           | ATENDIMENTO FISIOTERAPÊUTICO EM PACIENTE NO PRÉ/PÓS CIRURGIAS UROGINECOLÓGICAS   | 8,00                  | 10  |
| 03.02.06.005           | ATENDIMENTO FISIOTERAPÊUTICO EM PACIENTE NO PRÉ/PÓS-OPERATÓRIO DE NEUROCIRURGIA  | 8,00                  | 100   |
| 03.02.04.004           | ATENDIMENTO FISIOTERAPÊUTICO EM PACIENTE PRÉ/PÓS CIRURGIA CARDIOVASCULAR   | 8,00                  | 20  |
| 03.02.01.002           | ATENDIMENTO FISIOTERAPÊUTICO EM PACIENTES C/ DISFUNÇÕES UROGINECOLÓGICAS   | 8,00                  | 10  |
| 03.02.06.002           | ATENDIMENTO FISIOTERAPÊUTICO EM PACIENTES COM DISTÚRBIOS NEURO-CINÉTICO-FUNCIONAIS COM COMPLICAÇÕES SISTÊMICAS                   | 8,00                  | 50  |
| 03.02.06.001           | ATENDIMENTO FISIOTERAPÊUTICO EM PACIENTES COM DISTÚRBIOS NEURO-CINÉTICO-FUNCIONAIS SEM COMPLICAÇÕES SISTÊMICAS                   | 8,00                  | 50  |
| 03.02.05.001           | ATENDIMENTO FISIOTERAPÊUTICO EM PACIENTES NO PRÉ E PÓS-OPERATÓRIO NAS DISFUNÇÕES MÚSCULO ESQUELÉTICAS                            | 8,00                  | 500   |
| 03.02.05.003           | ATENDIMENTO FISIOTERAPÊUTICO EM PACIENTES NO PRÉ E PÓS-OPERATÓRIO NAS DISFUNÇÕES MÚSCULO- ESQUELÉTICAS C/ COMPLICAÇÃO SISTÊMICAS | 8,00                  | 300   |
| 03.02.05.002           | ATENDIMENTO FISIOTERAPÊUTICO NAS ALTERAÇÕES MOTORAS  | 8,00                  | 100   |
| 03.02.06.003           | ATENDIMENTO FISIOTERAPÊUTICO NAS DESORDENS DO DESENVOLVIMENTO NEURO MOTOR  | 8,00                  | 100   |
| 03.02.04.005           | ATENDIMENTO FISIOTERAPÊUTICO NAS DISFUNÇÕES VASCULARES PERIFÉRICAS   | 8,00                  | 50  |

1.2 - Os procedimentos solicitados serão prestados na(s) seguinte(s) instalação(ões): Rua Brusque, nº 644, bairro Centro, CEP 88.360-000 em Guabiruba/SC.

1.3 – Este contrato possui um teto financeiro de R\$ 162.480,00 (Cento e sessenta e dois mil e quatrocentos e oitenta reais).

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DO CREDENCIAMENTO E DA VIGÊNCIA CONTRATUAL**

2.1 - Este contrato terá sua vigência a contar da data de publicação do mesmo, pelo período de 12 (doze) meses, e poderá ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos, por ato do CISAMVI, pelo prazo máximo de 60 (sessenta) meses, nos termos do art. 57 §§ 1º e 2º, da Lei nº 8.666/93.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E QUANTITATIVO

3.1 - Os serviços de saúde prestados pelo CREDENCIADO serão remunerados por cada procedimento realizado.

3.2 - O preço ajustado entre as partes são os constantes no ☐ Termo de Referência - Anexo I ☐ do Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 04/2018, estando inclusos taxas de administração, taxas de sala, custos diretos e indiretos, mão-de-obra, impostos, tarifas, encargos e outros dispêndios necessários para a realização dos serviços.

3.3 A demanda de consumo dependerá única e exclusivamente da procura dos municípios pelas especialidades oferecidas, e a forma de distribuição escolhida pelos municípios.

3.4 Por se tratar de uma quantidade estimativa não está a Administração obrigada a adquirir toda ou qualquer quantidade indicada no presente credenciamento.

#### CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

4.1 - O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias após a entrega da documentação necessária (item 4.7), mediante apuração e comprovação dos serviços que foram prestados, acompanhados da respectiva Nota Fiscal, solicitada após auditoria dos procedimentos faturados.

4.2 - A comprovação da realização dos serviços será feita mediante:

4.2.1 - Faturamento da requisição, por parte do credenciado, executada em sistema "on-line", disponibilizado pelo CISAMVI, por meio do código de barras impresso na requisição (substitui o preenchimento de informações da produção BPA, SAI/SUS e BPA-I).

4.2.2 - Apresentação da Requisição emitida pelo município, a qual autoriza o seu atendimento devidamente assinada pelo paciente ou responsável devidamente identificado, e já faturada no sistema indicado pelo CISAMVI, juntamente com a prescrição médica dos procedimentos (encaminhada pelo município, junto com a autorização).

4.2.2.1 - As requisições de autorização, deverão ser encaminhadas ao CISAMVI, após o período de produção (1º à 30 ou 31 de cada mês), agrupado por município, em ordem alfabética, sempre com a requisição do CISAMVI fixada na frente de todos os documentos adicionais.

4.3 - Após receber a aprovação do faturamento realizado no sistema "on-line" (item 4.2.1), o Credenciado poderá encaminhar a nota fiscal para cobrança.

4.4 - Havendo divergência ou erros entre serviços contratados e os serviços prestados, fica assegurado ao CISAMVI a realização de auditoria para aferição correta dos serviços executados, devendo o credenciado emitir nota fiscal conforme o valor aferido.

4.5 - 0 Em caso de atraso na entrega das informações pelo credenciado, o pagamento feito pelo CISAMVI será retardado proporcionalmente.

4.6 - O CISAMVI fará a retenção de tributos na fonte quando a lei assim o determinar.

#### CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CISAMVI

5.1 - Compete ao CISAMVI:

a) Efetuar o pagamento ao CREDENCIADO em função dos serviços prestados de acordo com os valores constantes no ☐ Termo de Referência ☐ - Anexo -I do Edital;

b) Efetuar conferência técnica e administrativa das faturas e relações de serviços apresentados;

c) Fiscalizar o cumprimento das disposições deste Contrato e a prestação dos serviços, bem como esclarecer eventuais dúvidas;

d) Fornecer requisições para execução dos serviços.

e) Fornecer os formulários padrões para a prescrição de remédios, referencia, contra-referência e procedimentos, necessários para continuidade do atendimento.

#### CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIADO

6.1 - Compete ao Credenciado:

a) Executar os serviços nas condições estipuladas, observando-se os parâmetros de boa técnica e resolutividade, bem como as normas legais aplicáveis;

b) Prestar os serviços apenas mediante apresentação da ☐ requisição ☐, autorizada pelo órgão municipal responsável pelos encaminhamentos;

c) Prestar atendimento adequado aos usuários e fornecer as informações ao CISAMVI sobre os serviços prestados de maneira correta e nos prazos estabelecidos neste Edital;

d) Faturar a requisição em sistema ☐ on-line ☐, disponibilizado pelo CISAMVI, por meio do código de barras impresso no documento, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a execução do serviço prestado.

e) Apresentar laudo técnico juntamente com os resultados do exame, quando necessário;

f) Após aprovação do faturamento, apresentar documento fiscal dos serviços prestados no mês anterior;

g) Manter todas as condições de habilitação exigidas para o credenciamento durante todo o período em que se mantiver credenciado;

h) Responsabilizar-se integralmente pela qualidade, responsabilidade técnica e plena execução dos serviços contratados;

i) Prestar prontamente todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo CISAMVI, e atender e/ou responder as reclamações relativas aos serviços prestados;

j) Executar diretamente os serviços contratados, sem transferência de responsabilidade;

k) Prestar prontamente todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo CISAMVI, e atender e/ou responder as reclamações relativas aos serviços prestados;

l) Assumir o pagamento de todos os tributos, taxas, contribuições previdenciárias e trabalhistas e todas as despesas incidentes sobre os serviços realizados e/ou necessárias ao cumprimento do objeto do credenciamento;

m) Comunicar ao CISAMVI, por escrito e com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis, os motivos de ordem técnica que impossibilitem a execução dos serviços ou quando verificar condições inadequadas ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita prestação dos serviços;

n) O Credenciado deverá afixar aviso, em local visível, sobre sua condição de entidade integrante do SUS e da gratuidade dos serviços prestados pela mesma em razão do vínculo junto ao SUS/CISAMVI;

o) Utilizar formulário padrão, quando disponibilizado pelo CISAMVI, para a prescrição de remédios, referencia, contra-referência e procedimentos, necessários para continuidade do atendimento (a fim de que este paciente seja facilmente identificado na rede municipal de saúde).

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DO DESCREDENCIAMENTO

7.1 - Constituem motivo para o credenciamento:

- a) Deixar de atender a requisição para prestação do serviço e/ou a atualização dos documentos de habilitação e de regularidade fiscal;
- b) Apuração de fatos supervenientes que importem no comprometimento da capacidade jurídica, técnica e/ou fiscal do CREDENCIADO;
- c) Conduta profissional que fira o padrão ético ou operacional exigido para a prestação dos serviços;
- d) As hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

7.2 - O Credenciado poderá descredenciar-se voluntariamente, mediante requerimento por escrito com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, e desde que não prejudique os atendimentos já agendados, ou que venham a ser agendados antes de decorrido o prazo de 60 (sessenta) dias. Decorrido o prazo mencionado, será lavrado o termo de descredenciamento e/ou rescisão contratual, quando cessará as obrigações para ambas as partes.

7.3 - O descredenciamento não exime a aplicação das sanções previstas no artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, se for o caso.

#### CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES

8.1 - Quando o Credenciado não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais serão aplicadas as seguintes penalidades, cumulativas ou não, conforme o caso:

8.1.1 - Advertência.

8.1.2 - Multa de 2 % (dois por cento) sobre o valor contratual quando:

- a) Os serviços estiverem em desacordo com as especificações contidas no contrato ou em descumprimento com uma das cláusulas;
- b) Se houver rescisão por culpa ou requerimento da Contratada sem causa justificada ou amparo legal;
- c) Pela descontinuidade dos serviços, a ser cobrada por dia parado, até o limite de 10 (dez) dias;

8.2 - Sem prejuízo da multa estabelecida pela Contratante, a Contratada responderá pelas perdas e danos causados, os quais serão mensurados caso a caso.

8.3 - Caso a Contratada não venha a recolher a multa devida dentro do prazo determinado, a mesma será descontada do valor das parcelas de pagamento vincendas, garantindo a esta o pleno direito de defesa.

8.4 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante o CISAMVI, que ocorrerá sempre que o faltoso ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada.

8.5 - Impedimento de participar de licitações e contratar com o CISAMVI, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

8.6 - Além das penalidades citadas, a licitante vencedora ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no cadastro de fornecedores do CISAMVI e, no que couber às demais penalidades referidas no Capítulo IV da Lei nº 8.666/93.

#### CLÁUSULA NONA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

9.1 - Em caso de atraso na entrega das faturas pelo Credenciado, o pagamento feito pelo CISAMVI será retardado proporcionalmente.

9.2 - É vedado ao Credenciado cobrar ou receber qualquer outra importância a título de honorários pelos serviços prestados, além da prevista na Cláusula Terceira deste contrato, seja do CISAMVI, do usuário, paciente ou terceiro.

9.3 - O CISAMVI reserva-se ao direito de, após a conferência técnica e administrativa efetuada por profissionais habilitados e solicitação de perícias e informações adicionais, glosar despesas e procedimentos das faturas apresentadas.

9.4 - A remuneração recebida pelo Credenciado não gerará nenhum vínculo de natureza trabalhista ou previdenciária de seus profissionais com o CISAMVI.

9.5 - O credenciamento de que trata o Processo de Inexigibilidade nº 04/2018 será de caráter precário e ☐intuito personae☐, podendo ser revogado a qualquer momento, a juízo de conveniência e oportunidade do CISAMVI.

9.6 - Aplica-se a este contrato, as condições e preceitos contidos no Processo de Inexigibilidade nº 04/2018 e na Ficha de Credenciamento firmada pelo Credenciado, independentemente de transcrição.

9.7 - Os casos omissos serão discutidos e analisados pelo CISAMVI, sob os aspectos da legislação pertinente, visando sempre o melhor atendimento aos usuários.

9.8 - As despesas decorrentes das contratações realizadas a partir deste Contrato correrão por conta da dotação orçamentária própria consignada no Orçamento Programa Anual do CISAMVI (3390 - Manutenção das Atividades de Procedimento Médico Hospitalar).

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

10.1 - As partes elegem o foro da Comarca de Blumenau/SC para conhecer e dirimir quaisquer controvérsias decorrentes da execução ou interpretação deste instrumento, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem inteiramente de acordo com as condições aqui estipuladas, lavrou-se o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e para o mesmo efeito, que lido e achado conforme, vai assinado pelas partes contratantes.

Blumenau, 27 de abril de 2018.

Cleones Hostins

Diretor Executivo - CISAMVI

Marcelo Luiz Vale Winter

ESPAÇO VIVER PILATES E FISIOTERAPIA LTDA.

**DELIBERAÇÃO 11/2018 - CIR MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - SISREG CISAMVI**

Publicação Nº 1608521

**DELIBERAÇÃO Nº 11/2018 – CIR MÉDIO VALE DO ITAJAÍ**

DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DOS DA ORGANIZAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DO SISTEMA SISREG PARA REGULAÇÃO DE PACIENTES PELOS MUNICÍPIOS DESTA CIR.

A Comissão Intergestora Regional do Médio Vale do Itajaí, no uso de suas atribuições e;

Considerando o Decreto Federal nº. 7.508, 28/06/2011, que regulamenta a Lei nº. 8.080/90, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde – SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa;

Considerando a Lei Estadual nº 17.066, de 11 de janeiro de 2017, que dispõe sobre a publicação na internet, da lista de espera dos pacientes que aguardam por consultas, exames e intervenções cirúrgicas e outros procedimentos nos estabelecimentos da rede pública de saúde do Estado de Santa Catarina;

Considerando o Decreto Estadual nº. 1.118, de 29 de maio de 2017, que regulamenta a Lei Estadual nº. 17.066/2017, e estabelece que o Estado de Santa Catarina irá dispor de web servisse para dar publicidade às suas listas e a dos municípios catarinenses que aderirem ao Sistema de Regulação do Ministério da Saúde – SISREG.

Considerando a Deliberação nº 47/CIB/16, de 31 de março de 2016, que aprova as diretrizes para operacionalização das Centrais de Regulação Ambulatoriais no Estado de Santa Catarina e dispõe sobre a regulamentação do processo de agendamento de consultas e exames especializados através do Sistema Nacional de Regulação – SISREG;

Considerando a Deliberação nº. 042/CIB/2018, que aprova os fluxogramas da regulação ambulatorial no Estado de Santa Catarina e o passo com a descrição de cada etapa.

Considerando a Deliberação nº. 043/CIB/2018, que aprova as orientações para inserção dos Consórcios de Saúde no Sistema Nacional de Regulação – SISREG.

**RESOLVE:**

Art. 1º Adotar o Regime Misto de Regulação pelos municípios desta CIR, onde parte dos municípios manterão suas Centrais de Regulação e regularão seus pacientes e parte dos municípios serão regulados pela Central de Regulação de Blumenau.

§ 1º Os municípios mencionados nos incisos deste parágrafo manterão suas próprias Centrais de Regulação, onde regularão e publicarão suas filas de espera.

I. Ascurra

II. Benedito Novo

III. Blumenau

IV. Brusque

V. Gaspar

VI. Indaial

VII. Pomerode

VIII. Timbó

§ 2º Os municípios mencionados nos incisos deste parágrafo, terão seus pacientes inseridos e regulados na Central de Regulação do Município de Blumenau, onde terão suas filas reguladas e publicadas.

I. Apiúna

II. Botuverá

III. Doutor Pedrinho

IV. Guabiruba

V. Rio dos Cedros

VI. Rodeio

Art. 2º Os municípios mencionados no parágrafo 2º do artigo 1º desta Deliberação, ratearão entre si, via Consórcio Intermunicipal de Saúde, um profissional médico habilitado, para contribuir com os trabalhos de regulação dentro da Central de Regulação de Blumenau.

Art. 3º É de responsabilidade de cada município mencionado no parágrafo 1º do Artigo 1º, a configuração das agendas de acesso aos serviços ofertados fora da PPI.

Art. 4º A demanda da Programação Pactuada Integrada – PPI será regulada pela Central de Regulação do município sede do serviço.

Art. 5º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau / SC, 26 de abril de 2018.

Ronie Gilberto Loewen

Coordenador da CIR Médio Vale do Itajaí.

Secretário Municipal de Saúde e Assistência Social de Benedito Novo



**CIS/AMOSC****RESOLUÇÃO Nº 09/2018**

Publicação Nº 1608842

RESOLUÇÃO Nº 09/2018

Homologa o Ingresso do Município de Presidente Castelo Branco no CIS-AMOSC.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito de Sul Brasil, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Santa Catarina – CIS-AMOSC, no uso das atribuições conferidas pelos art. 15 e 17 do Contrato de Consórcio:

RESOLVE

Art. 1º Homologar a decisão de aprovar o ingresso do município de Presidente Castelo Branco ao Consorcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de SC – CISAMOSC;

Art. 2º O município passara a ter direito aos serviços mediante pagamento da primeira contribuição;

Art. 3º Esta resolução será ratificada na próxima Assembleia de Prefeitos e entrará em vigor a partir da data de publicação.

Chapecó, SC, 02 de maio de 2018.

EDER IVAN MARMITT

Prefeito de Sul Brasil

Presidente do CIS-AMOSC

**CIGAMERIOS****EDITAL DE CONVOCAÇÃO 04-2018 - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DO CIGAMERIOS**

Publicação Nº 1608060

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 04/2018

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DOS PREFEITOS QUE INTEGRAM O CIGAMERIOS PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA.

Art. 1º - O Presidente do Consórcio Integrado de Gestão Pública do Entre Rios – CIGAMERIOS, Sr. Renaldo Mueller, Prefeito de Riqueza, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Contrato de Consórcio Público, CONVOCA os Senhores PREFEITOS e a Senhora PREFEITA, para participarem da 3ª Assembleia Geral Ordinária, do ano de 2018, que se realizará no dia 17 de maio de 2018, quinta-feira, com início às 11h00min, no Auditório da Associação dos Municípios do Entre Rios – AMERIOS, sio Av. Euclides da Cunha, 160 em Maravilha/SC, para deliberar sobre os seguintes assuntos:

I - 11h – Abertura da Assembleia;

II - 11h10min – Assuntos Gerais e Administrativos;

III- 12h – Encerramento.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Maravilha/SC, 27 de abril de 2018.

RENALDO MUELLER

Presidente do CIGAMERIOS

Prefeito de Riqueza/SC

**CIS/AMERIOS****EDITAL DE CONVOCAÇÃO 03-2018 - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DO CIS/AMERIOS**

Publicação Nº 1608058

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 03/2018

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DOS PREFEITOS PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA AMERIOS - CIS/AMERIOS.

Art. 1º - O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde da AMERIOS – CIS/AMERIOS, Sr. Renaldo Mueller, Prefeito de Riqueza no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Contrato de Consórcio Público, CONVOCA os Senhores PREFEITOS e a Senhora PREFEITA, para participar da Assembleia Geral Ordinária do CIS/AMERIOS que se realizará no próximo dia 17 de maio de 2018, quinta-feira, com início às 10h30min, no auditório da AMERIOS, sito Avenida Euclides da Cunha, 160, em Maravilha/SC, para deliberar os seguintes assuntos:

- I- 10h30min- Abertura da Assembleia;
- II- 10h40min- Assuntos administrativos, contratos e aditivos;
- III- 10h50min- Prestação de contas referente o mês de abril de 2018;
- I- 11h - Encerramento.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Maravilha/SC, 26 de abril de 2018.

RENALDO MUELLER

Presidente do CIS/AMERIOS

Prefeito de Riqueza